POR DENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

v. 10

PROCESSOS MIGRATÓRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: estudos temáticos

Rosana Baeninger
Claudio Salvadori Dedecca
(Organizadores)

AUTORES

Antônio M. da Costa Braga
Aparecido Soares da Cunha
Claudeni Fabiana Alves Pereira
Claudia Siqueira Baltar
Claudio S. Dedecca
Eder Zuccolotto
Fabio Akira Shishito
Fransergio Follis
Gabriela Camargo de Oliveira
Giovana Gonçalves Pereira
Gisele M. Ribeiro de Almeida
Julia Bertino Moreira
Juliana Arantes Dominguez
Juracilda Veiga
Kátia Criztina da Silva Izaias
Katiane Tatie Shishito
Lidiane Maria Maciel
Lili Katsuco Kawamura
Lilia Terezinha Montali
Luís Abel da Silva Filho
Marcelo Tavares de Lima
Maria de Fátima G. Chaves
Maria do Livramento Clementino
Maria do Rosário Rolfsen Salles
Maria Silvia C. B. Bassanezi
Marta Maria do Amaral Azevedo
Odair Cruz Paiva
Oswaldo Truzzi
Patrícia Tavares de Freitas
Paulo Eduardo Teixeira
Ricardo A. Dantas de Oliveira
Roberta Guimarães Peres
Rosa Sebastiana Colman
Rosana Baeninger
Sênia Regina Bastos
Silvana Nunes de Queiroz
Szilvia Simai
Thaís Mesquita Favoretto
Tiago Augusto da Cunha

UNICAMP

POR DENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

10

PROCESSOS MIGRATÓRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO:
estudos temáticos

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

Reitor
José Tadeu Jorge

Vice-Reitor
Alvaro Penteado Crósta

Pró-Reitora de Desenvolvimento Universitário
Teresa Dib Zambon Atvars

Pró-Reitora de Pesquisa
Glaucia Maria Pastore

Pró-Reitor de Graduação
Luis Alberto Magna

Pró-Reitora de Pós-Graduação
Itala Maria Loffredo D´Ottaviano

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários
João Frederico da Costa Azevedo Meyer

Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (COCEN)
Jurandir Zullo Junior

Núcleo de Estudos de População (NEPO)
Coordenação: Estela Maria Garcia Pinto da Cunha

Unidades/Órgãos envolvidos na pesquisa:

Núcleo de Estudos de População (UNICAMP)
Instituto de Economia (UNICAMP)
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (UNICAMP)
Faculdade de Educação (UNICAMP)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP)
Faculdade de Ciências Aplicadas (UNICAMP)
Universidade Federal de São Carlos (Programa de Pós-Graduação em Sociologia)
Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho (UNESP)
Faculdade Anhembi Morumbi
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

POR DENTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO

FASES E FACES DO FENÔMENO MIGRATÓRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

v.10

PROCESSOS MIGRATÓRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: estudos temáticos

Rosana Baeninger
Claudio Salvadori Dedecca
(Organizadores)

Núcleo de Estudos de População (NEPO) – UNICAMP
Av. Albert Einstein, 1300 – CEP: 13081-970 – Campinas – SP – Brasil
Fone: (19) 3521 5913 – Fax: (19) 3521 5900
www.nepo.unicamp.br

Apoio
Projeto: Observatório das Migrações em São Paulo
FAPESP – Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Organização e Revisão final
Rosana Baeninger

Comitê de Publicação
Rosana Baeninger
Claudio S. Dedecca
Maria Silvia C.B. Bassanezi
Marta Maria do Amaral Azevedo
Lilia T. Montali
Lili Kawamura
Alvaro de Oliveira D´Antona
Odair Paiva
Oswaldo Truzzi
Paulo Eduardo Teixeira
Roberta Guimarães Peres
Sênia Regina Bastos

Colaboração
Maria Ivonete Zorzetto Teixeira

Projeto Gráfico e Diagramação
Traço Publicações e Design
Flávia Fábio e Fabiana Grassano

Ficha catalográfica
Adriana Fernandes

Processos Migratórios no Estado de São Paulo – Estudos Temáticos / Rosana Baeninger; Claudio Dedecca (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013.

628p.

(Por Dentro do Estado de São Paulo – Volume 10)

ISBN: 978-85-88258-37-2

1. População. 2.Dinâmica Econômica. 3.Migração. I. Baeninger, Rosana. II. Dedecca, Claudio (Org.). III. Título. IV. Série.

SUMÁRIO

Apresentação 9

De onde eles vieram? Estudo sobre origem e migração dos noivos para Campinas, 1774-1888
Paulo Eduardo Teixeira 13

Migrações na formação inicial da população no oeste paulista: uma aproximação por meio de registros paroquiais de casamento no pré-abolição em São Carlos, SP
Oswaldo Truzzi, Eder Carlos Zuccolotto e Fransergio Follis 25

Qual é a sua Família? Estudo sobre origem e migração dos noivos (Campinas, 1774-1874)
Paulo Eduardo Teixeira 37

Processos migratórios e "assimilação": São Paulo e Santa Catarina (1920 e 1940)
Oswaldo Truzzi e Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi 47

Crianças imigrantes e crianças geradas de ventres imigrantes em terra brasileira
Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi 63

Uma trágica primavera. A epidemia de gripe de 1918 no Estado de São Paulo, Brasil
Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi 73

Imigração e Geopolítica. Fluxos Migratórios Pós-Segunda Guerra Mundial: um olhar sobre a documentação depositada na Hospedaria de Imigrantes – SP
Odair da Cruz Paiva 91

População e dinâmica econômica da cidade de Jundiaí, das lavouras de subsistências a cultura do café
Katia Cristina da Silva Izaias 101

Os Bairros Imigrantes da Cidade de São Paulo na década de 1930
Sênia Regina Bastos 121

Profissão e destino dos imigrantes italianos entrados em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial
Maria do Rosario Rolfsen Salles, Odair da Cruz Paiva e Sênia Regina Bastos 129

O imigrante italiano e o patrimônio cultural paulistano no Pós-Segunda Guerra Mundial
Maria do Rosario Rolfsen Salles, Odair da Cruz Paiva e Sênia Regina Bastos 143

Imigração italiana para o Brasil no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias
Maria do Rosário Rolfsen Salles e Sênia Regina Bastos 151

Museus e Memória da Imigração: embates entre o passado e o presente
Odair da Cruz Paiva 171

¿Por qué hablar de los inmigrantes españoles después de la Segunda Guerra Mundial en Brasil?
Juliana Arantes Dominguez 181

Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global
Rosana Baeninger 193

A retomada do crescimento e a migração no início do Século
Claudio Salvadori Dedecca 215

Urbanização, migração e metrópoles
Rosana Baeninger e Roberta Guimarães Peres 229

Regiões metropolitanas e população no Paraná: uma contribuição neo-institucionalista ao debate
Cláudia Siqueira Baltar 241

Gênero, mercado de trabalho e ocupação nas regiões metropolitanas brasileiras – 2001/2008
Luís Abel da Silva Filho, Silvana Nunes de Queiroz e Maria do Livramento Miranda Clementino 257

Migrações e mercado de trabalho nas regiões metropolitanas na década de 2000 em panoramas distintos
Lilia Montali, Maria de Fátima Guedes Chaves e Marcelo Tavares de Lima 275

Os desafios para a redução da desigualdade de renda entre os domicílios metropolitanos
Lilia Montali e Marcelo Tavares de Lima 291

Entre o Piauí e São Paulo: dádiva, ser parente e reciprocidade entre migrantes do sudoeste piauiense, Brasil
Antonio Braga 309

Em busca de um emprego... mas não em qualquer lugar – Oportunidades de emprego como um dos condicionantes dos fluxos migratórios na RM de Campinas
Tiago Augusto da Cunha e Silvana Nunes de Queiroz 325

A migração no cenário da Região Metropolitana de São Paulo no início do século XXI e suas transformações
Aparecido Soares da Cunha 341

Perfil dos trabalhadores agrícolas do Complexo Agroindustrial canavieiro paulista e suas conexões com a mobilidade espacial na década de 2000: as potencialidades de três fontes de dados
Ricardo Antunes Dantas de Oliveira 357

O sentido de "melhorar de vida" entre tralhadores rurais migrantes em São Carlos-SP
Lidiane Maciel 379

"Idas-e-vindas" de famílias de trabalhadores rurais na Região Central do Estado de São Paulo: os casos de Matão e São Carlos
Lidiane M. Maciel e Giovana Gonçalves Pereira 395

Migração e pendularidade entre famílias de trabalhadores rurais no interior de São Paulo
Lidiane M. Maciel e Thaís Mesquita Favoretto 407

O ir e vir (ver): a migração "permanentemente" temporária em Matão/SP
Giovana Gonçalves Pereira 421

A dinâmica migratória e o Programa Bolsa Família em Matão/SP
Giovana Gonçalves Pereira 433

Mobilidade espacial Guarani: discussão conceitual e propostas metodológicas de pesquisa
Juracilda Veiga, Rosa S. Colman, Marta M. do Amaral Azevedo e Claudeni Fabiana Pereira 443

A presença dos Guarani no estado de São Paulo – final do século XIX até hoje
Rosa Colman 457

As "causas" e os "motivos" na emigração de brasileiros para a França
Gisele Maria Ribeiro de Almeida e Rosana Baeninger 469

Imigração brasileira na França pós-1980: notas de pesquisa
Gisele Maria Ribeiro de Almeida 481

Mudanças na recente migração Brasil-Japão: núcleos e redes migratórias
Lili Kawamura 495

O impacto da crise econômica de 2008 sobre o movimento *dekassegui*
Katiani Tatie Shishito e Fabio Akira Shishito 509

Trajetórias laborais/residenciais dos locais de origem e projeto migratório – a migração boliviana para o setor de confecção da cidade de São Paulo
Patrícia Tavares de Freitas 523

A segunda geração de latino-americanos na RMSP: primeiras análises do Censo Demográfico 2010
Gabriela Camargo de Oliveira 551

Conexão Brasil – China: primeiras reflexões sobre um fluxo migratório multifacetado
Roberta Guimarães Peres e Rosana Baeninger 565

Refugiados no Brasil: visões sobre o apoio prestado por instituições no país
Julia Bertino Moreira e Rosana Baeninger 571

A natureza do conflito intragrupal nos estudos migratórios: uma análise comparativa sobre a comunidade boliviana e haitiana no Brasil
Szilvia Simai e Rosana Baeninger 587

Crianças imigrantes na rede de ensino de São Paulo
Gabriela Camargo de Oliveira e Rosana Baeninger 601

Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero
Roberta Guimarães Peres 609

Sobre os autores 621

APRESENTAÇÃO

Esta publicação, intitulada **Processos Migratórios no Estado de São Paulo: Estudos Temáticos** – compõe o volume 10 da *Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo*. É resultado do esforço conjunto da equipe do projeto temático "Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo", financiado pela Fapesp e CNPq, e desenvolvido no Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP) em parceria com pesquisadores da UNICAMP - Instituto de Economia, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Demografia - e pesquisadores da UNESP, UFSCAR, UNIFESP e da Faculdade Anhembi Morumbi.

Os capítulos trazem as contribuições produzidas no âmbito da pesquisa, permitindo captar processos migratórios contextualizados historicamente, seus movimentos migratórios internos e internacionais no período que compreende parte dos séculos 18 e 19, passando pelo século 20 e chegando até a primeira década do século 21. Resgata a trajetória do fenômeno migratório no Estado de São Paulo e sua importância para a formação social paulista.

Os capítulos apresentados seguem as duas grandes linhas temáticas e os respectivos Estudos Temáticos do *Observatório das Migrações em São Paulo*; a saber:

Linha Temática I – Migrações Internas e Internacionais na Formação Social Paulista: uma perspectiva histórica

A imigração internacional é um dos maiores temas da história social e demográfica do Estado de São Paulo. No período de um século, entraram em terras paulistas por volta de dois milhões e quinhentos mil imigrantes estrangeiros, dos quais, cerca de dois milhões e duzentos mil chegaram entre 1885 e 1929, atraídos principalmente pela expansão da cafeicultura. O volume e as características dessa corrente imigratória provocaram um grande crescimento e profundas alterações na estrutura e na dinâmica populacional desse Estado. Os imigrantes e

seus descendentes intensificaram a mobilidade geográfica, que vinha ocorrendo no território paulista desde os tempos coloniais, provocando modificações constantes na distribuição espacial da população e na ocupação do território paulista no período. Assim, além da imigração internacional do período, a pesquisa trata de conhecer e compreender também as migrações internas no respectivo período.

No âmbito das migrações internacionais do Pós-Segunda Guerra Mundial, o Estado de São Paulo foi receptor de novos imigrantes, quer seja pelas consequências do Pós-Guerra, quer seja pelas políticas de imigração do Governo Paulista incentivando as migrações dirigidas para a industrialização do Estado nos anos 1950-1960 do século 20.

Estudos temáticos e pesquisadores:

1. As Migrações Internas em uma Perspectiva histórica. Uma pesquisa Exploratória
   Paulo Teixeira, Maria Silvia B.C. Bassanezi, Oswaldo Truzzi
2. Imigração Internacional e Dinâmica demográfica Paulista no período de imigração de massa
   Maria Silvia B.C. Bassanezzi
3. Constituição de um empresariado de matriz Imigrante no Interior
   Oswaldo Truzzi
4. Pautas Matrimoniais entre imigrantes no Interior Paulista (1880-1930)
   Oswaldo Truzzi, Eder Zucolotto
5. Migrações Internacionais para São Paulo (1947-1978). Fluxos,perfis e trajetórias
   Odair Paiva, Maria do Rosário R. Salles, Senia Bastos
6. Imigrantes Espanhóis para a Industrialização Paulista
   Juliana Arantes Dominguez
7. Imigração, Concentração/Dispersão e Vida Associativa em São Paulo no Pós-segunda Guerra Mundial: período 1947-1980
   Maria do Rosário R. Salles
8. A presença imigrante nos Bairros da cidade de São Paulo
   Sênia Bastos

Linha Temática II – Migrações Internas e Internacionais Contemporâneas em São Paulo

Para a segunda metade do século 20, o entendimento das migrações internas no país passou necessariamente pela compreensão do Estado de São Paulo como o pólo da industrialização, urbanização e migração nacional. Os intensos processos de redistribuição da população em São Paulo, consolidados no século 21, trazem alterações nos movimentos migratórios interestaduais, na configuração da migração de retorno, no incremento das migrações intrametropolitanas, nos fluxos migratórios significativos que partem da Região Metropolitana em direção ao Interior, no aumento das migrações intra-regionais, com o crescimento de cidades de porte intermediário e pequeno, nas migrações sazonais, com movimentos pendulares urbanos e rurais. Somam-se à esses processos a concomitância com as migrações internacionais contemporâneas, na metrópole e no interior paulista: bolivianos, peruanos, asiáticos, coreanos, chineses e europeus qualificados na composição e diferenciação de sua inserção no mercado de trabalho local e regional.

Estudos temáticos e pesquisadores:

1. Migrações e Urbanização em São Paulo no Século 21
   Rosana Baeninger, Álvaro D´Antona, Roberta Guimarães Peres, Flávia Cescon, Jackeline de Pádua, Kátia Izaias, Aparecido Soares da Cunha
2. Migração Interna e Mercado de Trabalho em São Paulo
   Claudio S. Dedecca, Silvana Nunes Queiroz
3. Família, Trabalho e Migração
   Lilia Montali, Maria de Fátima Chaves
4. Trajetórias Sociais dos Trabalhadores Migrantes na Agroindústria Paulista
   Fernando Lourenço, Antonio Braga, Lidiane Maciel, Thaís Favoretto, Giovana Pereira, Natália Demétrio, Ricardo Dantas de Oliveira.
5. Migração Boliviana e Latino-americana em São Paulo
   Rosana Baeninger, Roberta G. Peres, Gabriela Oliveira, Patrícia T. Freitas, Szilvia Simai
6. Migrantes Refugiados em São Paulo no Século 21
   Rosana Baeninger, Julia Bertino Moreira
7. Emigração de Paulistas para o Exterior
   Lili Kawamura, Katiane Shishito, Gisele Almeida, Luis Felipe A. Magalhães
8. Mobilidade Guarani no Estado de Sã Paulo
   Marta A. Azevedo, Rosa Colman, Juracilda Veiga, Claudeni A. Pereira

As análises apresentadas refletem, de um lado, os avanços científicos alcançados ao longo de quatro anos de pesquisa em equipe (2009-2013) e, de outro lado, comprovam a bem sucedida experiência de pesquisa com parcerias interinstitucionais construídas para o desenvolvimento do *Observatório das Migrações em São Paulo*.

Rosana Baeninger
(IFCH-NEPO/UNICAMP)

Claudio Salvadori Dedecca
(IE/UNICAMP)

DE ONDE ELES VIERAM? ESTUDO SOBRE ORIGEM E MIGRAÇÃO DOS NOIVOS PARA CAMPINAS, 1774-1888

Paulo Eduardo Teixeira

A fundação oficial de Campinas ocorreu a partir de 1774, quando a mesma foi elevada à condição de Freguesia, com o nome de N. Sr.ª da Conceição das Campinas, ainda sobre as ordens do Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo. No princípio a região de Campinas era um pouso destinado àqueles que percorriam o caminho que ligava a cidade de São Paulo à região das minas de Goiás. Essa estrada, segundo Saint-Hilaire, se estendia "quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais"[1], passando por Jundiaí, Campinas, Mogi-mirim, Mogi-guaçu, Casa Branca e Franca. Outro viajante, o pastor Kidder, após deixar para trás a capital da Província em 1839, e seguir rumo à Campinas, descreveu a entrada desse caminho da seguinte maneira:

> O caminho desenvolvia-se por entre morros e vales, apenas de raro em raro proporcionando uma visão mais ampla. Cada curva da estrada parecia nos levar mais para o âmago de um vastíssimo labirinto repleto de belezas vegetais, apenas levemente tocado, aqui e acolá, pela mão do agricultor. [2]

Se perto da metade do século XIX o visitante pode contemplar poucas roças ao longo do caminho, imaginemos o que não teria sido isto por volta de 1740 quando foram distribuídas as primeiras datas de sesmarias na região de Campinas. No ano de 1767, o bairro rural era chamado de *Mato Groço,* [3] quando a população era de apenas 268 pessoas. Essa designação representava bem a região, que era coberta por densa floresta de mata tropical, onde a presença de árvores típicas como jatobá, ipê, pau-d'alho, peroba, sucupira e jacarandá, podem nos dar uma idéia de sua vegetação original ainda preservada em alguns pontos da atual cidade.[4] Passadas algumas

[1] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976, p.83.
[2] KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980, p.233.
[3] Dados baseados no censo de 1767, Arquivo Público do Estado de São Paulo, População Jundiaí, n.º da Ordem 87a.
[4] BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. s.ed.; Campinas, 1956, v.1, p.66; BARRETTO, Margarita. *Vivendo a História de Campinas*. Campinas: Mercado das Letras - Autores Associados, 1995, p.55.

décadas, a imagem dessa vegetação ainda era muito marcante, pois em 1818 o engenheiro D'Alincourt observou que a Vila estava cercada a curta distância por um "espesso arvoredo". [5]

A mudança para a condição de vila ocorreu por meio da determinação do governador, recém empossado, Manuel de Melo Castro e Mendonça, no ano de 1797. A antiga designação de N. Sr.ª da Conceição das Campinas teve seu nome substituído para Vila de São Carlos, que de acordo com D'Alincourt, esta atribuição foi em "comemoração do Augusto Nome da Rainha, a Senhora D. Carlota Joaquina", no entanto o mesmo se referiu à Vila como "S. Carlos de Campinas", e em diversas menções abandonou o nome do santo.[6]

Assim, durante todo o período da vila que nascera do pouso dos Campinhos, a mesma recebeu a designação oficial de São Carlos. A restauração do nome de Campinas veio apenas em 1842, quando a vila tornou-se uma cidade, entretanto, para este trabalho, utilizarei apenas o nome por que ficou mais conhecida a região, ou seja, Campinas.

Quanto à população que habitava a Freguesia de N. Sr.ª da Conceição das Campinas em 1774 a mesma não passava de 475 pessoas, ao passo que vinte anos mais tarde, em 1794, ou seja, poucos anos antes da elevação da mesma à condição de vila, havia 249 domicílios e 1.866 habitantes, distribuídos entre livres (dentre estes existia a categoria de pessoas agregadas, assim como alforriadas) e escravos.

Em 1818, D'Alincourt estimou em seis mil pessoas o total de habitantes, onde parte dos moradores residia na vila, mais propriamente dita, ou seja, no lugar em que os símbolos da autonomia administrativa se faziam representados por uma cadeia pequena, velha e com grades de pau, a casa da Câmara, que era pouco melhor, e o Pelourinho, que ficava no largo da Matriz. O arruamento era direito e de boa largura, com casas térreas feitas de taipa e cobertas de telhas, porém poucas eram as ruas existentes. Nesse período o açúcar havia se tornado o principal ramo de negócio existente na vila, o que obrigava uma grande importação de escravos. Para Saint-Hilaire, Campinas já era o maior produtor de açúcar de toda a Província, e contava com uma centena de engenhos.[7]

Em 1829, segundo as Listas nominativas de habitantes, existiam 950 domicílios e perto de 8.500 pessoas, sendo que neste momento os cativos eram quase a metade do total da população.[8] A localização geográfica da vila campineira, destacada por Kidder, favoreceu o lugar a tornar-se "o ponto de encontro das tropas que levam açúcar para o litoral", além de atestar que isto tenha dado "mais vida e energia" a vários setores comerciais.[9]

Em 1860 o diplomata suíço J.J. von Tschudi, desembarcava no Brasil, e ao visitar algumas fazendas em Campinas que tinham colonos europeus trabalhando nas mesmas, o ministro teve oportunidade de escrever o seguinte sobre a localidade:

> São Carlos de Campinas, uma trintena de anos atrás, era ainda uma cidade sem importância. Em seus arredores cultivava-se a cana de açúcar, mas sem grande proveito, pois os preços eram baixos e a grande distância do porto de Santos encarecia demasiado o transporte. [...] seguindo o exemplo dos fazendeiros do Rio de Janeiro, os de Campinas começaram também a plantar café, o que fizeram em escala cada vez maior, até que todas as terras entre Jundiaí

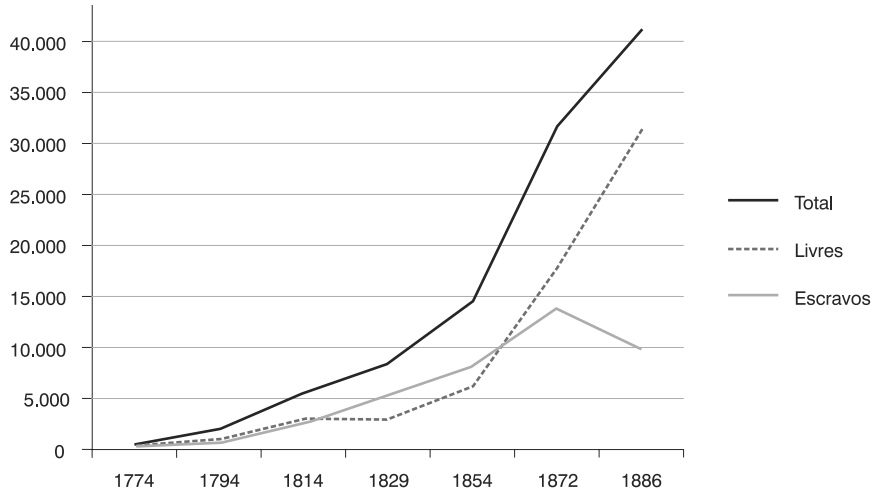
[5] D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins Editora, 1976, p.51.
[6] D'ALINCOURT, Luiz. *Ob. Cit.*, p.51,53. Daniel P. Kidder lamenta a substituição feita no nome, considerando Campinas "bonito e adequado". Cf. *Ob.Cit.* p.237. Saint-Hilaire refere-se diversas vezes à Campinas, entretanto o mesmo comete um equívoco quando diz que "o governo provincial de São Paulo deu-lhe o título de cidade, com o nome de São Carlos", pois é exatamente nesse momento que a Vila de São Carlos retomou sua antiga denominação e passou a ser conhecida, inclusive até os nossos dias, como cidade de Campinas. Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Ob. Cit.*, 1976, p.109.
[7] Cf. D'ALINCOURT, Luiz. *Ob. Cit.*, p.51-53; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Ob. Cit.*, 1976, p.110.
[8] Para maiores informações do processo de ocupação das terras campineiras até meados do século XIX, veja: TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.
[9] KIDDER, Daniel P. *Ob. Cit.*, p.236.

> e São João do Rio Claro ficaram inteiramente cobertas de cafezais. Esta nova cultura teve conseqüências muito benéficas para Campinas, então vila ainda, e que em 1840 foi elevada à categoria de cidade, desenvolvendo-se daí para cá em extensão e importância.[10]

As declarações desse viajante remetem a dois momentos econômicos distintos: o período da lavoura canavieira, e o do café, sendo a condição de cidade um marco desse momento de crescente esplendor, onde o mesmo afirmou que "Campinas está fadada a ser a segunda cidade da Província". O município contava com uma população total de 21 mil habitantes, informou Tschudi, sendo que destes 14 mil eram escravos, e que a cidade abrigava de cinco a seis mil pessoas livres. Esses números registram a vitalidade e a grande importância alcançada por Campinas como centro comercial de várias comarcas, "tanto da Província, como também da de Minas Gerais, que para ela enviam seus produtos, tais como algodão, toucinho, feijão, queijo, etc., recebendo em troca sal, ferramentas, artigos importados da Europa." Entretanto, para que o sucesso da cidade fosse coroado de pleno fulgor, Tschudi apontou para uma questão vital: "a construção da estrada de ferro Santos – São Paulo – Campinas" [11], que foi realizada poucos anos mais tarde.

O Recenseamento Geral do Império de 1872 apontou para a existência de uma população de 31.397 pessoas, sendo 13.685 escravas, e pouco antes da abolição da escravatura o levantamento de 1886 sinalizou que Campinas possuía 41.253 habitantes, dos quais 9.986 eram ainda cativos.[12] Tais informações nos levam a pensar nos impactos das leis abolicionistas sobre a composição da população, com um significativo declínio da população cativa, principalmente a partir dos anos de 1860, assim como o reflexo da política de incentivo à imigração europeia que gerou um contingente significativo de pessoas dentro da categoria de pessoas "livres" depois dos anos de 1870, conforme ilustra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1: Crescimento da População Livre e Escrava em Campinas



Fontes: Listas Nominativas de Habitantes de Campinas: 1774; 1794; 1814; 1829 (AEL/UNICAMP); Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo recenseaada no anno de 1854. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1856; *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1873-1876. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Residente da Província de São Paulo pela Commissão Central de Estatística.* São Paulo: Leroy King Bookwalter, Typographia King, 1888.

[10] TSCHUDI, J.J. von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Ed. Martins, 1976, p.154.
[11] TSCHUDI, J.J. von. *Ob. Cit.*, p.173.
[12] Cf. Diretoria Geral de Estatística – *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro, Leuzinger e Filhos, 1873-1876. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Residente da Província de São Paulo pela Commissão Central de Estatística.* São Paulo, Leroy King Bookwalter, Typographia King, 1888.

Fontes, objetivos e metodologia

A mobilidade geográfica ou espacial nas sociedades do século XIX e anteriores podem ser estudadas graças à informação sobre a naturalidade que consta de algumas *Listas Nominativas de Habitantes*, assim como nos *Registros Paroquiais de Casamento*. A vantagem das listas nominativas é o fato destes documentos informarem a naturalidade de todas as pessoas da freguesia/vila/cidade, como também indicar outras variáveis importantes para os estudos migratórios. Assim, a idade dos indivíduos pode ser cruzada com o estado conjugal, a cor, o sexo e a própria naturalidade, permitindo um olhar mais atento sobre a população de uma maneira geral. O obstáculo para o uso dessa fonte de informação reside no fato destes documentos terem sua suspensão a partir dos anos de 1830, razão pela qual os registros da catolicidade tornam-se fundamentais para entendimento do processo de entrada e saída de pessoas numa dada localidade a partir desse momento.

Para Campinas temos várias listas nominativas conservadas e que serviram de fontes para vários estudos e ainda continuarão a ser por muitos anos. Contamos também com uma série histórica dos registros paroquiais de batizados, matrimônios e óbitos quase intacta, há apenas uma grande lacuna ocorrida pela perda do livro 3 de óbitos (1819-1830), mas que não impede o seu uso para os estudos sobre fecundidade, natalidade, mortalidade e migração.

Neste trabalho o objetivo é apresentar alguns dados recolhidos dessas duas fontes, mas ainda de forma amostral, para tecermos algumas considerações acerca do processo migratório ocorrido em Campinas, especialmente durante o século XIX até próximo ao fim do escravismo, ou seja, em 1888, com o auxílio do instrumental da demografia histórica. Para tanto vamos usar as listas nominativas de 1794 e 1829 e os registros paroquiais de casamento de pessoas livres e escravas.

Cabe dizer que dentro dessa proposta de estudo procuraremos dar ênfase a questão da participação dos jovens, embora não de maneira exclusiva, uma vez que ela esteve imersa na população total. Para tanto, uma definição do que se entende por jovem dentro do contexto do século XIX deve ser posta para evitar divergências de interpretação, embora a posição adotada não se coloca como definitiva.

As Primeiras Constituições do Arcebispado da Bahia entendiam que as mulheres poderiam contrair matrimônio a partir dos 12 anos, enquanto que os rapazes somente poderiam fazer o mesmo aos 14 anos. Assim, entendemos que a possibilidade de entrada de uma pessoa no rol dos "casados" pode indicar o fim da infância e o início da idade jovem. Por sua vez, quando que esta terminaria? Para pensarmos isso, partimos de um estudo sobre velhos escravos, de autoria de José Flávio Motta[13], que assegura que um indivíduo ao atingir a idade de 50 anos ingressava na fase da velhice. Diante disso, adotamos para esta pesquisa a idade de 30 anos como sendo o limite máximo da fase jovem de uma pessoa no século XIX, não fazendo aqui uma distinção mais precisa entre livres e escravos.

De onde vieram as pessoas que se instalaram em Campinas? A partir da fundação do município até o momento que foi extinta a escravidão, o objetivo principal desse artigo é analisar a origem de noivos e noivas, quer sejam livres ou escravos, nacionais ou estrangeiros, utilizando como informação a naturalidade daqueles que viveram e se casaram em Campinas.

[13] MOTTA, José Flávio. Velhos no cativeiro: posse e comercialização de escravos idosos. ANAIS do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), realizado em Caxambu (MG), Brasil, de 29 de setembro a 3 de outubro de 2008, pp. 20.

O que as listas nominativas nos dizem...

Em 1794 Campinas apresentava uma população com idade média de 20 anos e um equilíbrio entre os sexos que dava sinais da existência de muitas famílias com filhos ainda em idade tenra, pois a idade modal foi de um ano e a idade mediana 15 anos.[14] A representação da população infantil de livres chegou a quase metade desse contingente, conforme podemos observar pela Tabela 1. A população cativa, advinda de um processo migratório caracterizado pelo seu valor econômico para o trabalho no campo e em muitas outras atividades, aparece com o predomínio de pessoas na faixa de 15 a 30 anos de idade, atestando sua importância enquanto mão de obra na fase mais ativa e reprodutiva de suas vidas. Apesar disso, em relação a população livre, a idade média foi superior a esta, com 23 anos, ao passo que a mediana chegou aos 22 anos e a moda aos 30. Isso demonstra que no processo inicial de expansão do povoamento de Campinas temos uma população de povoadores livres e jovens e que optam por uma mão de obra também jovem, porém um pouco mais velha.

TABELA 1. População Livre e Escrava pela faixa de idade: Campinas, 1794 e 1829[15]

Faixa de Idade	LIVRES		ESCRAVOS	
	1794	1829	1794	1829
0-14	673 (49,2%)	901 (42%)	135 (27,2%)	286 (21,2%)
15-30	381 (27,8%)	615 (28,6%)	255 (51,3%)	650 (48,1%)
31-49	199 (14,5%)	425 (19,8%)	66 (13,3%)	334 (24,7%)
50+	116 (8,5%)	206 (9,6%)	41 (8,2%)	81 (6,0%)
TOTAL	1.369 (100%)	2.147 (100%)	497 (100%)	1.351 (100%)

Fontes: Listas nominativas de habitantes de Campinas, 1794 e 1829 (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP).

A população livre em 1829 parece manter uma forma muito próxima a de 1794 quando comparamos o peso relativo de cada segmento analisado na Tabela 1, ou seja, há um predomínio de crianças menores de 14 anos (42%), seguido pelos jovens (28,6%), adultos (19,8%) e velhos (9,6%). No entanto, notamos um aumento da idade média de 20 para 22 anos, a mediana de 15 para 18 e principalmente uma diferença fundamental no valor modal, que em 1829 foi de 40. Isso demonstra que houve um processo de envelhecimento da população livre assim como um processo de fixação á terra daquelas pessoas com mais idade, configurando um processo de consolidação do espaço físico da vila campineira como grande centro produtor de açúcar.

Essa análise pode ser percebida ao vermos que a população cativa também sofreu algumas interferências, pois entre 1794 e 1829 houve uma concentração maior de escravos entre os 15 e 49 anos. Se em 1794 a idade modal de um escravo era de 30 anos, em 1829 ela passou para 20 anos, embora a idade média e a mediana tenham se elevado um pouco. Além disso, a razão de sexo de 1794 que era de 144 passou para 251, demonstrando um perfil sócio-econômico diferente dos senhores de escravos os quais estavam assentados sob as bases da economia canavieira.

Em relação a outra variável, a *Lista Nominativa* de Campinas do ano de 1814 apontou 53 diferentes locais de nascimento para os chefes de domicílio, ao passo que em 1829 a relação saltou para 73. Nestas listas encontramos poucas pessoas naturais de regiões mais distantes, como nos casos de Cuiabá, Curitiba, Rio de Janeiro, Minas Gerais, "do continente do Sul", bem

[14] A relação de sexo apontou para um ligeiro predomínio de mulheres (99,3).
[15] A Lista Nominativa de 1829 não foi tratada na sua totalidade, sendo os números apresentados uma amostragem da população de Campinas.

como da Europa, sendo os europeus oriundos principalmente de Lisboa. Peso expressivo, no entanto, tiveram as áreas mais próximas, como Atibaia, Itu, Jundiaí, Nazaré, Bragança, Mogi-Mirim e São Paulo. Com relação aos escravos a informação é omitida, podendo apenas inferir pela "cor" (Negro, Pardo ou Criolo) a origem africana ou nacional.

Para finalizar esta sessão, devemos falar um pouco sobre a origem das pessoas que viveram em Campinas em 1829, especialmente os jovens. Pensar a origem dos indivíduos remonta a questão do processo colonizador, onde a participação portuguesa foi posta ao lado das populações indígenas e africanas posteriormente. A lista nominativa de Campinas em 1829 não indicou a "cor" de muita gente, mas daqueles que pudemos analisar notamos que 28,5% eram "jovens" entre 15 e 30 anos. Destes, a maior parte era composta de brancos, sendo 169 homens e 249 mulheres. Os chamados "pardos" apareceram em segundo lugar, com 74 homens e 115 mulheres que podemos dizer eram fruto do processo de miscigenação ocorrido no Brasil desde então. E finalmente apareceram apenas dois "pretos" livres, indicando a dificuldade daqueles que advinham da escravidão conseguirem adentrar noutra classe.

O que nos dizem os matrimônios...

Quanto aos *Registros Paroquiais* de casamentos podemos dizer que são fontes documentais de outra natureza e que muitas informações, como a idade dos noivos ao casar não é informada. Por sua vez, e especialmente em relação aos cativos, podemos obter o conhecimento de suas origens de uma forma mais precisa que as listas nominativas.

Os registros matrimoniais nos informaram que havia 173 diferentes locais de nascimento para os noivos de ambos os sexos, abrangendo o período de 1774 até 1850.[16] O espectro de vilas e cidades se assemelhou ao apontado pelas *Listas Nominativas*, confirmando a importância de localidades vizinhas a Campinas, em seu processo de povoamento, como áreas de dispersão de imigrantes livres. Tal fato pode ser comparado ao caso estudado por Giovani Levi, onde o autor demonstrou que a cidade de Turin, na Itália, durante a primeira metade do século XVIII, cresceu em grande medida pela vinda de imigrantes das dioceses de Mondovi e de Vercelli, chegando à conclusão que:

> Onde uma boa economia, uma boa agricultura se desenvolve, forma-se como uma barreira que modifica as estruturas da área geográfica da imigração. Ao contrário, as zonas em crise deixam escapar muito mais gente.[17]

Diante destas informações, o que temos é um quadro desenhado onde Campinas se apresenta como lugar de grande atração, e os fatores econômicos de possibilidades para o assentamento de uma população desejosa de enriquecer, certamente fez com que a região tornasse um pólo de atração como poucos no Brasil. Terras de boa qualidade e em abundância, formas de exploração econômica diversificada, desde a agricultura mercantil até o pequeno comércio, o qual foi se desenvolvendo desde os primórdios do povoamento das terras campineiras até o momento que atingiu a condição de cidade e começou a ser palco de uma industrialização incipiente em meados do século XIX, quando a economia cafeeira permitiu a introdução na cidade de inúmeros símbolos da "modernidade": os trilhos de trem, a iluminação pública, as reformas sanitárias.

[16] Vale lembrar que depois desse período o rol se ampliou muito, tanto de lugares de outras regiões do Brasil quanto do exterior, especialmente Itália, Portugal e Espanha.
[17] LEVI, Giovanni. Mobilitá della popolazione e immigrazione a Torino nella prima meta Del settecento. *Quaderni Storici*, 1971, p.544.

Para mapear a influência da população migrante nesse processo de constituição de uma "nova" sociedade, estaremos analisando principalmente os registros paroquiais de matrimônio realizados em Campinas durante o período de 1774 a 1888, cobrindo assim tanto a população dita livre, quanto escrava. Procuraremos pensar nos processos envolvidos, tendo em conta os diferentes motivos de entrada de pessoas, como a escravidão, que trouxe de maneira compulsória uma quantidade enorme de pessoas para os territórios campineiros. Por sua vez, o sistema de colonato introduzido em São Paulo pelo senador Vergueiro nos primórdios do século XIX em sua fazenda de Ibicaba, demonstrava outra proposta de trabalho para os estrangeiros, mas que somente ganhou força depois de meados do XIX. Assim, nosso objetivo maior neste momento é o de dar uma visão geral sobre as diferentes localidades que contribuíram para enviarem pessoas para trabalhar, viver e, talvez, morrer em Campinas.

Tabela 2. Naturalidade dos noivos durante período da Freguesia de Campinas

	População Livre (1774-1799)			
NATURALIDADE	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	7	3,7	16	8,4
Atibaia	32	16,8	14	7,3
Bragança	-	-	2	1,0
Itu	16	8,4	8	4,2
Jundiaí	12	6,3	29	15,2
Nazaré	17	8,9	28	14,7
Subtotal	84	44,1	97	50,8
Outras	107	55,9	94	49,2
TOTAL	**191**	**100**	**191**	**100**

Fonte: Registros Paroquiais de Casamento (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

A tabela 2 revela algo absolutamente esperado, que foi a pequena presença de noivos nascidos em Campinas no período inicial de seu povoamento e que corresponde ao momento de vinculação com a vila de Jundiaí, da qual Campinas foi bairro rural. Assim, a presença de noivos e noivas, em suma, de jovens, é originária das vilas mais antigas e de áreas sob a influência das mesmas.

A tabela 3 procurou mostrar outro momento, o primeiro quarto do século XIX, que economicamente está relacionado com a expansão da economia açucareira e dos anos que a população de noivos é proveniente da própria vila e com uma expressão significativa no total da mesma. Ainda assim, os jovens, e principalmente as noivas, são oriundos de Jundiaí, Itu, Nazaré, Atibaia e Bragança.

No período em que a produção de açúcar dos engenhos campineiros chega a um dos patamares mais elevados até então, ou seja, o segundo quarto do século XIX, a população de noivos e noivas passam a ter uma participação fundamental na composição familiar dos novos domicílios, sendo que no período de 1825 a 1850 foram casados 525 homens (correspondendo a 38% do total de noivos) e 795 mulheres (57,6%), sendo a grande maioria composta por celibatários, conforme estudo realizado das componentes demográficas das famílias de livres.[18] (Cf. Tabela 4) Por sua vez, nota-se um enfraquecimento da participação de jovens provenientes

[18] TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A formação das famílias e o processo migratório: Campinas, 1774-1850. Tese de Doutorado. FFLCH – USP, 2005.

daqueles tradicionais povoados vizinhos e passa a dar lugar para uma gama maior de vilas e cidades, não apenas da Província de São Paulo, mas de muitas outras.

TABELA 3. Naturalidade dos noivos durante 1º período da Vila de Campinas

	População Livre (1800-1824)			
NATURALIDADE	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	204	16,7	404	33,1
Atibaia	93	7,6	87	7,1
Bragança	80	6,5	61	4,9
Itu	66	5,4	71	5,8
Jundiaí	96	7,8	127	10,4
Nazaré	105	8,6	103	8,4
Subtotal	644	52,6	853	69,7
Outras	578	47,4	369	30,3
TOTAL	1.222	100	1.222	100

Fonte: Registros Paroquiais de Casamento (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

TABELA 4. Naturalidade dos noivos durante 2º período da Vila de Campinas

	População Livre (1825-1850)			
NATURALIDADE	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	525	38,1	795	57,6
Atibaia	24	1,7	12	0,8
Bragança	50	3,6	49	3,5
Itu	56	4,1	30	2,2
Jundiaí	78	5,6	40	2,9
Nazaré	14	1,1	16	1,2
Subtotal	747	54,2	942	68,2
Outras	632	45,8	437	31,8
TOTAL	1.379	100	1.379	100

Fonte: Registros Paroquiais de Casamento (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

A tabela 5, embora não apresente as informações completas até os anos finais do regime escravista no Brasil, como já assinalamos anteriormente, indica o caminho das transformações que a cidade de Campinas sofreu com o predomínio da economia cafeeira a partir de meados do século XIX. De um lado o número relativo de noivas nascidas em Campinas diminuiu em relação ao período anterior, e mais, as jovens nascidas em outras localidades, pela primeira vez, suplantou as noivas originárias daquelas seis vilas que focamos nestas tabelas, atingindo uma participação de 55,2%.

Em relação aos homens, fenômeno semelhante ocorre, mas com uma participação ainda mais elevada de 59,5%. Essas informações podem ser interpretadas como o momento que a cidade de Campinas passa a se constituir em um local de grande atração, não apenas de paulistas e mineiros, mas também de sulistas, cariocas, e muitos outros, além dos imigrantes europeus que passaram a fazer parte da paisagem rural e urbana.

Em relação à população escrava podemos afirmar que houve um processo que não pode ser desvinculado dos fatores econômicos e migratórios da população livre. Assim, a origem

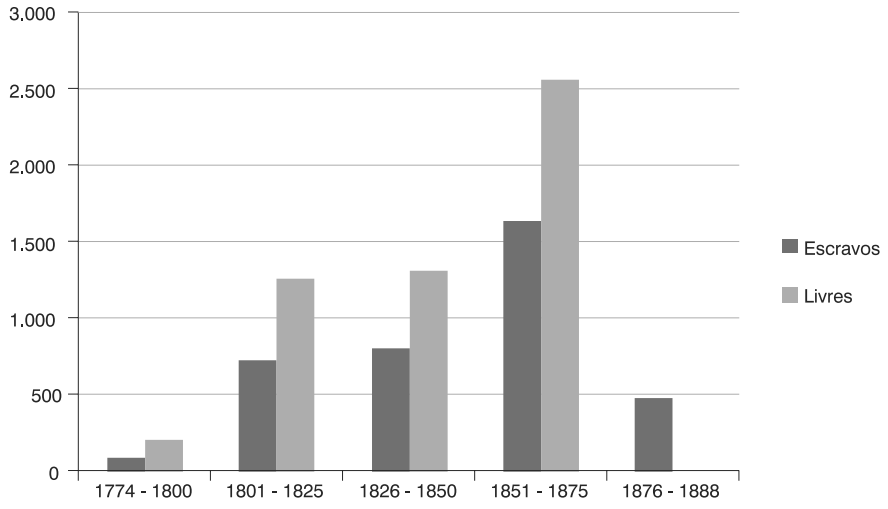
africana da maioria dos noivos e noivas cativos que se casaram sob a bênção da Igreja era indicada nos documentos como "Gentio de Guiné", ou seja, dos 3.650 matrimônios, 37,9% dos noivos e 25,3% das noivas receberam tal denominação. A participação de outros grupos, como os oriundos de Angola, Benguela, Congo, Guiné e Moçambique são ínfimos ou inexistem em alguns períodos. Os noivos de "Nação" aparecem com maior vigor no período de 1850 a 1877, enquanto que os nascidos em Campinas, existentes desde o período inicial que estudamos, vão crescendo mais e mais, chegando a compor 6,4% de noivos (235 casos), e 11,6% de noivas (423 casos), entre 1774 e 1888. Essas informações indicam que a reprodução natural da população cativa se fazia mesmo sob condições muito adversas, como a elevada razão de sexo entre eles, e as duras condições do cativeiro.

TABELA 5. Naturalidade dos noivos durante período da cidade de Campinas

População Livre (1851-1879)				
NATURALIDADE	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	755	36,5	1.058	43
Atibaia	9	0,4	4	0,2
Bragança	2	0,1	5	0,2
Itu	35	1,4	12	0,5
Jundiaí	51	2,1	19	0,8
Nazaré	1	0,0	3	0,1
Subtotal	853	40,5	1.101	44,8
Outras	1.609	59,5	1.361	55,2
TOTAL	2.462	100	2.462	100

Fonte: Registros Paroquiais de Casamento (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

GRÁFICO 2. Total de Casamentos Escravos e Livres por Período[19] (Campinas, 1774-1888)



Fonte: Registros Paroquiais de Casamento (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

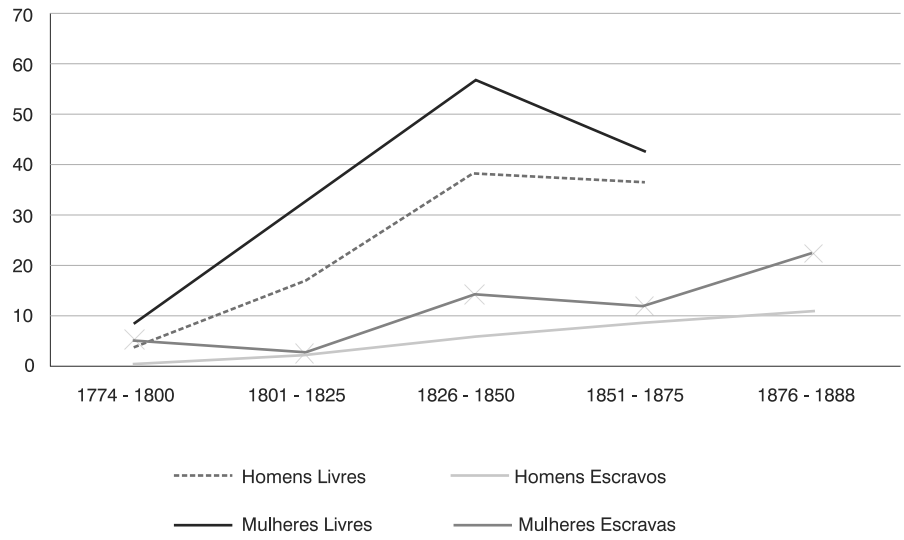
No período inicial do povoamento de Campinas, podemos observar pelo Gráfico 2 que a população cativa se resumia a poucas pessoas, resultando em um número também diminuto de casais, posteriormente, quando a lavoura canavieira passou a exigir uma quantidade de mão

[19] Os dados para a população livre do período de 1876-1888 estão na fase final de tabulação.

de obra maior, há um reflexo direto no número de casamentos após 1800. Há de notar que a quantidade de matrimônios realizados após o fim do tráfico de escravos é bem maior que os períodos anteriores, o que pode ser explicado não apenas por um suposto estímulo dos senhores de escravos aos casamentos de seus subordinados, pois essa prática nos parece que já era empregada antes da lei de 1850, mas é resultado do aumento do número de escravos que vieram para as fazendas de Campinas em virtude do tráfico interno. Isso fica patente ao observarmos o número de localidades de origem dos noivos que aumenta proporcionalmente em relação ao número de cativos na medida em que avançamos no século XIX. Notemos também que esse processo ocorreu para a população livre, uma vez que o período da grande imigração europeia começou após os anos de 1870.

Assim, o processo migratório interno apresenta uma importância significativa para explicar certos comportamentos populacionais ocorridos nesse período de grandes mudanças sociais. Uma dessas dinâmicas é o crescimento vegetativo da população que se fixou em Campinas, proporcionando ao longo das gerações de livres e escravos um contingente significativo de jovens naturais da própria localidade e que vieram a contrair o matrimônio. Se há uma tendência ao crescimento dos noivos nascidos em Campinas, conforme assinalada pelo Gráfico 3, deve-se ressaltar a superioridade do número de mulheres em relação aos homens, ainda que haja uma diferença entre os segmentos de livres e escravos. E essa diferença se mostra em relação a outras variáveis, como o tempo, pois se a partir de 1850 há uma queda no número de noivos livres nascidos em Campinas, o mesmo fato não ocorre entre os noivos cativos, e o aumento tanto de mulheres (22%) quanto de homens (10,8%) segue uma tendência crescente. Estas informações corroboram com a existência da família escrava em certas condições favoráveis não apenas ao casamento, como também para a sua multiplicação, gerando filhos que vieram a se casar em sua terra natal.

GRÁFICO 3. Noivos Escravos e Livres nascidos em Campinas por Sexo e Período (Campinas, 1774-1888)



Fonte: Registros Paroquiais de Casamento (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

Diante do trabalho apresentado, os resultados apontam para uma possibilidade de se compreender melhor o impacto do processo migratório em Campinas, não apenas para os períodos iniciais de seu povoamento, como também para os momentos de ampliação da cidade e de grandes mudanças sociais e econômicas, com o fim do sistema escravista em 1888 e a implantação do colonato com o uso de mão de obra estrangeira, sobretudo européia, ao menos até o final do século XIX.

Os dados levantados fazem parte de algumas pesquisas já realizadas e outras em andamento, como a do Observatório das Migrações em São Paulo, onde já indicamos alguns dados que permitem dizer que o processo migratório para Campinas ocorre inicialmente por pessoas jovens, com idade média em torno dos vinte anos de idade, sendo a maior parte deles brancos e oriundos de localidades vizinhas próximas a Campinas, que com o passar do tempo, e sobretudo com a elevação a condição de "cidade", pessoas de muitas outras localidades passam a buscar em Campinas um lugar para viver, trabalhar, casar.

Quanto a população cativa, notamos um aumento de noivos nascidos no Brasil, os chamados "criolos", e muitos deles filhos de Campinas. A entrada de escravos vindos de várias partes do Brasil, inclusive da Bahia e outras províncias do nordeste que estavam exportando esse tipo de mão de obra, atesta a vigorosa economia que girou em torno do açúcar e posteriormente do café, de maneira que o final do tráfico transatlântico de escravos não prejudicou os objetivos dos grandes senhores de escravos.

Entender como esse processo se desenrolou nos anos próximos ao fim da escravidão no Brasil é um estudo que em breve teremos condições de efetuar e assim dar prosseguimento a este trabalho que busca compreender os processos demográficos, econômicos e sociais em uma cidade que no século XIX se tornou a segunda maior da Província.

Referências

BRITO, Jolumá. História da cidade de Campinas. s.ed.; Campinas, 1956, v.1, p.66; BARRETTO, Margarita. Vivendo a História de Campinas. Campinas: Mercado das Letras - Autores Associados, 1995, p.55.

D'ALINCOURT, Luiz. Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. São Paulo: Martins Editora, 1976, p.51.

KIDDER, Daniel P.. Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980, p.233.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de São Paulo. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976, p.83.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A formação das famílias e o processo migratório: Campinas, 1774-1850. Tese de Doutorado. FFLCH – USP, 2005.

MIGRAÇÕES NA FORMAÇÃO INICIAL DA POPULAÇÃO NO OESTE PAULISTA: UMA APROXIMAÇÃO POR MEIO DE REGISTROS PAROQUIAIS DE CASAMENTO NO PRÉ-ABOLIÇÃO EM SÃO CARLOS, SP

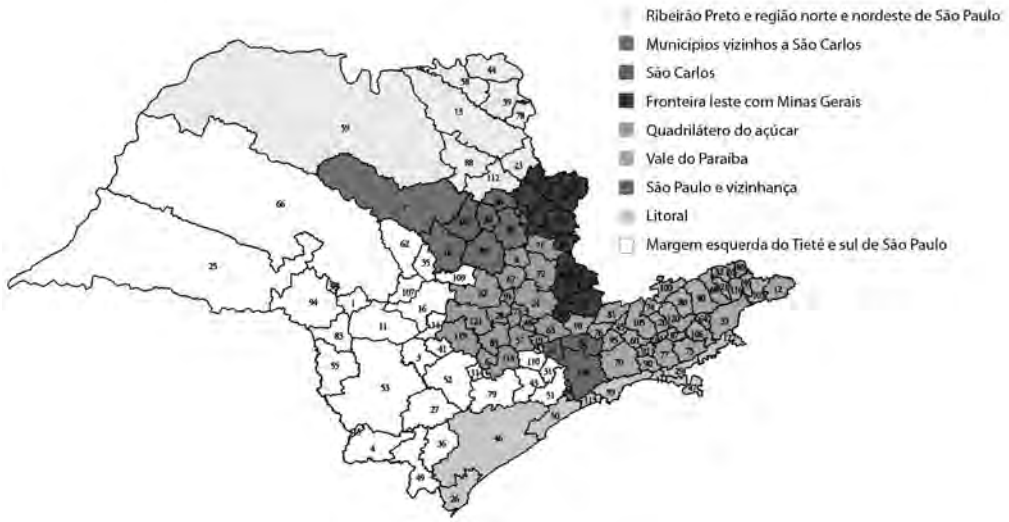
Oswaldo Truzzi
Eder Carlos Zuccolotto
Fransergio Follis

O presente trabalho procura investigar como se deu a formação da população do município de São Carlos ao longo das três primeiras décadas de sua existência, isto é entre 1857, ano em que o futuro município se constituiu como distrito de Araraquara e 1888, quando findou o regime escravocrata. A parte o conhecimento específico acerca da historia local, o tema interessa porque São Carlos se formou como um município em certa medida típico da economia cafeeira que vicejou em áreas do interior paulista a partir de meados do século XIX. Situado próximo ao centro geográfico do estado e inserido numa área crescentemente valorizada pela expansão da fronteira agrícola rumo ao oeste paulista, o município acompanhou a transição do trabalho escravo ao trabalho livre. Além disso, o trabalho pretende contribuir para a compreensão da direção e magnitude dos fluxos migratórios internos e externos ao estado de São Paulo, responsáveis pela ocupação efetiva do território onde se situa o município. As migrações internas, em particular, são muito pouco conhecidas e raramente aferidas sob uma abordagem quantitativa, mesmo que aproximativa, como é o caso deste artigo.

Metodologicamente, o trabalho pretende realizar uma aproximação da formação da população do município por intermédio dos registros paroquiais de casamento, que em geral consignam a naturalidade dos cônjuges. O primeiro casamento registrado na paróquia local ocorreu logo em 1860, quando ocorreu a nomeação do primeiro pároco para a Freguesia, o português Joaquim Botelho da Fonseca. Naturalmente, tal *démarche* peca por desdenhar as chamadas uniões consensuais, em uma época em que estas eram relativamente comuns, sobretudo nos estratos menos favorecidos da população. Deste modo, subestima-se o peso destes estratos no conjunto da população, uma vez que tais frações praticavam com menos frequência o casamento formal. É provável que tal situação seja particularmente relevante no caso da população de escravos, cujas condições de opressão favoreciam em menor grau as uniões formais. Não é por acaso que, logo após a abolição, assiste-se a um *boom* de casamentos entre indivíduos que outrora pertenceram a este grupo (Truzzi, 2012). Outro viés, cremos que

este menos grave por sua menor magnitude, refere-se aos casamentos de não católicos, comuns entre algumas frações de imigrantes alemães protestantes. De qualquer modo, mesmo tendo presente tais limitações, é interessante observar quais as naturalidades dos cônjuges que se casaram no município ao longo destas três décadas de formação inicial da população, em um período imediatamente anterior à grande avalanche de imigrantes estrangeiros que acorreu ao município a partir do final da escravidão (Truzzi e Bassanezi, 2009).

MAPA 1. Divisão Territorial da Província de São Paulo (1886), agrupada segundo regiões



Fonte: adaptado de Bassanezi et al. (2008, p. 129).

1. Águas de Santa Bárbara
2. Amparo
3. Angatuba
4. Apiaí
5. Araçariguama
6. Araçoiaba da Serra
7. Araraquara
8. Araras
9. Areias
10. Atibaia
11. Avaré
12. Bananal
13. Batatais
14. Bofete
15. Bom sucesso
16. Botucatu
17. Bragança Paulista
18. Brotas
19. Cabreúva
20. Capaçava
21. Cachoeira Paulista
22. Caconde
23. Cajuru
24. Campinas
25. Campos Novos Paulista
26. Cananéia
27. Capão Bonito
28. Capivari
29. Caraguatatuba
30. Casa Branca
31. Cotia
32. Cruzeiro
33. Cunha
34. Descalvado
35. Dois Córregos
36. Eldorado
37. Espírito Santo do Pinhal
38. Espírito Santo do Turvo
39. Franca
40. Guarantinguetá
41. Guareí
42. Guarulhos
43. Ibiúna
44. Igarapava
45. Iguaratá
46. Iguape
47. Ilhabela
48. Indaiatuba
49. Iporanga
50. Itanhaém
51. Itapaecerica da Serra
52. Itapetininga
53. Itapeva
54. Itapira
55. Itaporanga
56. Itatiba
57. Itu
58. Ituverava
59. Jaboticabal
60. Jacareí
61. Jambeiro
62. Jaú
63. Jundiaí
64. Logainha
65. Lavrinhas
66. Lençóis Paulista
67. Limeira
68. Lorena
69. Mococa
70. Mogi das Cruzes
71. Mogi-Guaçu
72. Mogi Mirim
73. Monte Mor
74. Monteiro Lobato
75. Natividade da Serra
76. Nazaré Paulista
77. Paraibuna
78. Patrocínio Paulista
79. Piedade
80. Pindamonhangaba
81. Piracaia
82. Piracicaba
83. Piraju
84. Pirassununga
85. Porto Feliz
86. Queluz
87. Redenção da Terra
88. Ribeirão Preto
89. Rio Claro
90. Salesópolis
91. Santa Bárbara d'Oeste
92. Santa Branca
93. Santa Cruz das Palmeiras
94. Santa Cruz do Rio Pardo
95. Santa Isabel
96. Santa Rita do Passa Quatro
97. Santana do Parnaíba
98. Santo Amaro
99. Santos
100. São Bento do Sapucaí
101. São Carlos
102. São João da Boa Vista
103. São José do Barreiro
104. São José do Rio Pardo
105. São José dos Campos
106. São Luís do Paraitinga
107. São Manuel
108. São Paulo
109. São Pedro
110. São Roque
111. São Sebastião
112. São Simão
113. São Vicente
114. Sarapuí
115. Serra Negra
116. Silveiras
117. Socorro
118. Sorocaba
119. Tatuí
120. Taubaté
121. Tietê
122. Ubatuba

Para tanto, com base na divisão administrativa do estado de São Paulo em 1886, dividimos o mesmo em áreas numericamente significativas para o propósito do presente artigo: o próprio município de São Carlos, os municípios imediatamente vizinhos, a região de Ribeirão Preto (inclusive Franca) e norte do estado (inclusive Jaboticabal), a região conhecida como quadrilátero do açúcar, o Vale do Paraíba, municípios paulistas situados na fronteira leste com Minas Gerais, a área circunvizinha à capital, o litoral e uma vasta região remanescente à margem esquerda do Tietê e sul do estado (vide mapa 1, a seguir). Além disso, distinguimos algumas áreas externas ao estado, como os municípios do sul de Minas Gerais, próximos a São Paulo, o restante deste estado, a Bahia, outros estados das regiões norte e nordeste, a África e a Europa.

O contexto regional: os sertões de Araraquara e o surgimento de São Carlos

Na primeira metade do século XVIII, os Sertões de Araraquara passaram a ser um pouco mais conhecidos em razão da intensificação do tráfego pela via fluvial do Tietê, utilizada pelos viajantes que partiam de Piratininga ou Itu em direção às minas de ouro de Mato Grosso, descobertas em 1718. Dessa forma, a partir da década de 1720, a denominação sertões ou campos de Araraquara começa a aparecer nos relatos de viajantes, aventureiros e em documentos oficiais. Exploradores, que escapavam da lei ou eram degredados, e aventureiros resvalaram por essas terras na passagem para o século XIX. Também há várias notícias sobre a existência de quilombos, combatidos por sertanistas a mando do governador da capitania.

Nessa época, o território "civilizado" do oeste paulista estendia-se no máximo até a região de Rio Claro. A princípio, a viagem era realizada por via fluvial, mas com o tempo abriu-se uma picada cujo trajeto passava por territórios à margem direita do Tietê. O "picadão de Cuiabá", como ficou conhecido, partia de Itu, passava por Piracicaba, e, em terras hoje ocupadas pelo município de São Carlos, atravessava os campos do córrego do Feijão e cortava a mata densa do Pinhal, onde hoje está o núcleo urbano. Depois, seguia pelos extensos cerrados dos campos de Araraquara, atingindo a margem direita do Tietê na altura de Potunduva, atual distrito de Jaú.

Com a abertura do caminho, surgiram os primeiros povoadores. No princípio, eram meros posseiros que, ocupando terras virgens, buscavam rumos novos para suas vidas. Viram-se, no entanto, logo substituídos pelos sesmeiros, que escudados na justiça do Reino, expulsavam-nos ou compravam-lhes os discutíveis direitos. A partir de fins do século XVIII, a história local registra um intenso movimento de apropriação de terras por meio de disputa pela concessão de cartas de sesmaria. De fato, no ano de 1781 foram concedidas as primeiras três cartas de sesmarias na região.

A partir desse momento, os Sertões de Araraquara passaram a atrair migrantes paulistas e mineiros à procura de pastagens naturais para a criação de gado. Não por acaso, a maioria dos pedidos de sesmaria na região era acompanhada da justificativa "para criar gado", e as terras requeridas geralmente eram de campos, e não de matas. Nos censos populacionais efetuados entre os anos de 1809 e 1811, a pecuária aparece como a principal atividade dos moradores. As áreas de matas, geralmente compostas de solos mais férteis, somente passaram a ser mais valorizadas a partir da segunda década do século XIX, quando se tem início a produção de cana-de-açúcar e são construídos os primeiros engenhos na região. Uma exploração mais intensiva dessas áreas, entretanto, ocorreria somente algumas décadas mais tarde, com a expansão da lavoura cafeeira.

Nas primeiras décadas de povoamento, ao lado da criação de gado, principal atividade dos moradores, a população desenvolvia também uma economia de subsistência baseada

especialmente na produção de milho, arroz e feijão. Além desses produtos, os censos de 1809 a 1811 registraram a produção de algodão e cana-de-açúcar. Destacavam-se também a criação de porcos, a produção de queijos, mel e cera de abelha, além do cultivo do fumo.

Muitos desses produtos, especialmente o algodão e os gados vacum e cavalar, eram comercializados nas regiões próximas mais povoadas, sobretudo Piracicaba, vila produtora de açúcar que funcionava como mercado consumidor e distribuidor dos produtos dos Campos de Araraquara. Piracicaba e outras localidades forneciam para os sertões ferramentas e o necessário sal para o gado. Um ofício de 1823, encaminhado ao presidente da província de São Paulo para reivindicar a melhoria do caminho de Piracicaba à recém fundada freguesia de Araraquara, nos dá mostra das estreitas relações comerciais estabelecidas entre os moradores dos Sertões de Araraquara e Piracicaba. Nesse documento o inspetor do caminho relatou o seguinte:

> [...] sendo aliás êsse comércio muitas vêzes vantajoso a esta vila [Piracicaba] que pela maior parte trabalha no fabrico do açúcar e daquela freguesia [Araraquara] vêm boiadas que aqui se compram para o trabalho nos engenhos, além de outros gêneros que aqui se consomem como queijos e algodões que de lá vem com tanta abundância [...] (Corrêa, 1967, p.57)

Em 1827, o alferes Adriano José de Campos, ao solicitar melhorias para a freguesia de Araraquara ao governador da capitania de São Paulo, ressaltou a importância que a localidade tinha enquanto centro fornecedor de vários produtos às regiões vizinhas:

> [...] esta freguesia já utiliza a nação porque em seus campos já se criam muito gado vacum além de ter excelentes terras lavradias que produzem com admiração cana, algodão e fumo, gêneros que produzem a maior parte de seus habitantes, além de grande número de porcos, que desta freguesia são vendidos para várias partes [...](Corrêa, 1967, p.57)

Também em 1827, Rio Claro constituiu-se como paróquia de Piracicaba, tendo sido um dos últimos núcleos urbanos surgidos na região graças à produção canavieira, desenvolvida com crescente progresso até meados do século XIX. Em 1845, a Vila de São João do Rio Claro desmembrou-se do município de Piracicaba.

Na região de Araraquara, do mesmo modo que em Rio Claro, foram ensaiados os primeiros cultivos de cana-de-açúcar, que logo sucederam as fazendas de criação de gado, enquanto o café começava a ser cultivado no Vale do Paraíba, região onde se situavam antigos engenhos. A partir de 1840, o período de consolidação da cana-de-açúcar foi marcado por importantes transformações: a terra valorizou-se na medida em que as lavouras começaram a penetrar na região; o diferencial de produtividade entre elas, decorrente da maior ou menor fertilidade, determinou sua utilização, ou para plantio de cana ou para criação de gado; a procura pelo braço escravo tornou-se acirrada pelo aparecimento de uma lavoura comercial na região.

Nas décadas de 1850 e 1860, no entanto, já se torna perceptível a presença de outra cultura que, pela importância vindoura, varreria tanto as fazendas canavieiras quanto os latifúndios pastoris da região: o café. É a partir daí que se identifica o virtuoso desenvolvimento do núcleo de São Carlos, cuja capela começaria a ser erigida em 1856.

Sesmeiros, posseiros e escravos

Desmembrado de Araraquara, o município de São Carlos foi formado por áreas diversas, em sua maioria originárias de três grandes sesmarias. A Sesmaria do Monjolinho, posse irregular no começo do século, foi regularizada por carta de doação de 1810, concedida a Felippe de Campos Bicudo, sendo em seguida adquirida por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, mais

tarde senador do Império e ministro de Estado, pioneiro da importação de imigrantes para o trabalho livre em São Paulo. Nesta sesmaria se incluía toda a parte norte da atual cidade. A Sesmaria do Quilombo, também surgida de posse irregular, foi legalizada somente em 1812, a requerimento do posseiro, vigário de Piracicaba, padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. Compreendia as terras baixas de beira do Rio Mogi Guaçu, no atual Distrito de Santa Eudóxia, longe do centro de São Carlos. A mais antiga, a Sesmaria do Pinhal, de propriedade dos Arruda Botelho, compreendia a metade sul do futuro perímetro urbano.

Na verdade, os Botelhos representavam apenas um tronco – dos mais influentes, sem dúvida – dentre o conjunto de famílias formadoras da oligarquia rural regional. A maior parte delas proveio de cidades mais antigas e já era afazendada nesses municípios: os Botelhos e os Camargo Penteado, em Piracicaba; os Abreu Sampaio, os Salles e os Camargo, em Campinas; outros de Itu e arredores.

Quando pessoas de influência da corte portuguesa – em geral proprietários de terras localizadas nas regiões favorecidas pelo ciclo do açúcar do início do século XIX – obtiveram concessões de terras na região, iniciou-se, como vimos, um intenso movimento de especulação imobiliária. A princípio pouco importantes em termos de ocupação efetiva, à medida que as sesmarias foram demarcadas com vistas à exploração agrícola, tratou-se logo de promover a expropriação do "gentio nativo" da região.

Eram lavradores em busca de terras que os fariam pequenos proprietários no oeste, onde dispunham de uma vasta região inexplorada, de solo fértil e clima temperado. Nas áreas em torno dos caminhos antes percorridos pelas bandeiras, aglutinavam-se temporariamente, pois se utilizavam de técnicas agrícolas predatórias, formando pequenas lavouras de subsistência que substituíam a floresta virgem até então existente.

Em São Carlos, talvez o mais expressivo deles tenha sido um tal Gregório, que lá residia em 1831, quando a Sesmaria do Pinhal foi demarcada, à beira do riacho denominado inicialmente *Agoas da Servidão*, que atravessava a cidade e que herda seu nome. Outro deles foi Inacinho, um agregado que dava pousada aos viajantes, primeiro morador da rua Santo Inácio, e que depois se transformou em rua do Carvalho e, em seguida, rua Episcopal.

Com a organização das fazendas e a perspectiva de implantação de lavouras comerciais, essas pessoas foram expulsas, ou submetidas a variadas formas de arrendamento, ou ainda incorporadas como empregados para serviços variados nas grandes explorações agrícolas. Como não dispunham de nenhum poder ou influência capaz de converter a ocupação original dessas terras em posses legalizadas pela Coroa, foram em pouco tempo expropriados e marginalizados.

Com o tempo, várias fazendas foram organizadas na região. Um pouco antes de 1857, data da fundação de São Carlos, nada mais havia na região além de fazendas localizadas em uma zona pioneira, tocadas por braço escravo, que lidavam com a criação de alguns bovinos e suínos, bem como com um incipiente cultivo de cana-de-açúcar.

O desenvolvimento da população de São Carlos ao longo de suas três primeiras décadas

Os negros encarnavam quase toda a possibilidade de produção das fazendas em meados do século XIX. Foram fartamente empregados no trabalho, tanto dos engenhos e das lavouras de açúcar quanto das fazendas cafeeiras formadas ao longo da marcha do café.

A data da fundação de São Carlos, em 1857, coincide com o declínio do regime escravista no Brasil. A lei que extinguiu o tráfico negreiro, promulgada em 1850, era o prenúncio de que

a mão de obra seria escassa a partir dali, o que fez o valor dos escravos praticamente dobrar na região. Tal alteração reflete a extinção do tráfico, sem dúvida, mas também o fato de a região estar se transformando em área de lavouras comerciais.

Apesar disso, durante mais de 30 anos, os fazendeiros da região ainda continuaram utilizando o trabalho escravo, pois, na verdade, este representava a garantia de existência do latifúndio, que se esfacelaria na ausência de braços que mantivessem sua produção. A análise de inventários permite aquilatar a ampla utilização da escravaria nas propriedades rurais. Para se ater a dois casos conhecidos, os inventários abertos em 1862 e 1875, oriundos do falecimento das esposas de Antonio Carlos de Arruda Botelho e Francisco da Cunha Bueno, assinalaram contingentes de 49 e 89 escravos respectivamente.

Inicialmente, os escravos eram trazidos dos municípios vizinhos por seus donos, que já os possuíam em propriedades rurais em outras regiões. Assim, por exemplo, Francisco da Cunha Bueno e seu sobrinho e genro, Alfredo Ellis, trouxeram, em 1874, para a formação da futura Fazenda Santa Eudóxia, em São Carlos, cerca de 100 escravos negros e mulatos, provavelmente originários das outras propriedades que o primeiro já possuía em Itaqueri, próximo a São Pedro. O mesmo ocorreu com João Alves de Oliveira, procedente de Minas Gerais, para a abertura de sua fazenda na Sesmaria do Monjolinho.

À medida que a região de São Carlos foi se constituindo, ao final do Império, como frente pioneira do café, solicitando, assim, mais braços, os cafeicultores tiveram de importar escravos de outras províncias, sobretudo nordestinas, ainda que a um preço exorbitante.

Em 1852, quando o município ainda não havia sido criado, o número total de escravos em Araraquara, município que deu origem ao de São Carlos, era de 1.176. Mais de 20 anos depois, em 1874, São Carlos abrigaria em suas fazendas perto de 1.600 escravos, quase o mesmo número que Araraquara. Nos dez anos seguintes, o emprego de escravos mais do que dobrou: em 1884, havia 3.774 deles no município, o sétimo contingente de todo o estado. Tal cifra diminuiu muito pouco até as vésperas da abolição. Em relação à Araraquara, São Carlos, ao longo dos dez anos que precederam a abolição, sempre dispôs de aproximadamente o dobro do número de escravos. Rio Claro, por outro lado, sempre contou com uma população escrava um pouco maior que a de São Carlos.

Durante os anos que precederam a abolição, os conflitos avolumaram-se e as fugas de escravos tornaram-se mais frequentes e planejadas. Os fazendeiros da região, premidos entre a expansão de suas lavouras e a escassez de braços escravos, não hesitaram em incentivar a imigração estrangeira. No entanto, revelaram também um profundo apego aos escravos ainda existentes, repelindo qualquer articulação abolicionista, atitude que só seria reavaliada nos últimos meses que precederam a abolição, quando o controle das fugas e rebeliões se mostrara impraticável e o desfecho, inevitável.

O núcleo mais próximo a São Carlos era Araraquara, onde as primeiras casas já haviam surgido quatro décadas antes, mas que muito pouco progredira. Em São Carlos, um agregado cada vez maior de casas logo rodeou o sítio em torno da capela. A licença episcopal para sua elevação, concedida no ano seguinte, em 1857, já a apanhara quase pronta, junto com mais de 50 ranchinhos cobertos de palha e uma casa de tijolos que Antonio Carlos de Arruda Botelho, futuro Conde do Pinhal, mandara construir.

Se percorrermos os primórdios da existência de São Carlos, veremos que, em menos de três décadas – de 1856, ano em que foi iniciada a construção da capela que deu origem à povoação, a 1884, data da inauguração da estrada de ferro –, a nascente vila auferiu a reputação de um incessante desenvolvimento no cenário regional. De fato, na metade do século XIX, o

lugarejo não passava de ponto de pousada para os viajantes vindos de Rio Claro que seguiam rumo a Araraquara, mais adiante.

Em meados de 1857, o presidente da Província de São Paulo assinou o ato de criação do Distrito de Paz de São Carlos do Pinhal, respondendo a pedido solicitado pela Câmara de Araraquara. Era esse o primeiro passo rumo à autonomia administrativa, já ensejada, ao que parece, pelos fazendeiros da região. Os cargos de subdelegado de polícia e de juiz de paz foram logo preenchidos por membros das duas famílias, que mais tarde teriam influência na vida política local, pelo menos até o fim do Império: Camargo Penteado e Arruda Botelho.

Ainda em 1857, a primeira missa, os primeiros batizados e as bênçãos da capela; em 1858, uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino, a elevação do Distrito de Paz à categoria de Freguesia e a doação dos primeiros terrenos para a formação de seu patrimônio; em 1862, a criação de uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino; dois anos antes, em 1860, a nomeação do primeiro pároco para a Freguesia, o português Joaquim Botelho da Fonseca. Datam daí os primeiros registros paroquiais, dentre eles os de casamento, que constituem a base empírica do presente artigo.

Tal foi o desenvolvimento da Freguesia que a Assembléia Provincial, por lei de 18 de março de 1865, elevou-a à categoria de Vila. O Visconde de Taunay, em visita ao interior paulista em julho de 1867, registrou sua passagem por São Carlos, a qual se referiu como "simples povoação no nascedouro (...), pitoresca e faceira na sua recente voga. As casas são todas novas e pintadas a capricho, as ruas alinhadas, se bem que pessimamente niveladas. Já há uma igreja e um hotel, em que se come em mesa redonda".

O sítio urbano, tal qual o compreendemos hoje, era então formado por aproximadamente dez quarteirões distribuídos ao redor da capela, em seis ruas. Tanto a capela quanto o cemitério, obras públicas fundadoras da nascente povoação, foram remodelados em 1868 e 1872, respectivamente. Já não se enterravam mais os mortos no adro da igreja. O atual Largo de São Benedito abrigou o primeiro cemitério externo do município, depois transferido para outro local mais afastado da povoação.

Nessa época, a principal estrada era a que descia até Rio Claro, aos pés do planalto, e que depois ia ter a Piracicaba, Campinas, Jundiaí, São Paulo e, finalmente, Santos. Por aí fluíam os principais produtos da região, que eram comercializados nas praças mais adiantadas ao sul. Pelo outro lado, o prolongamento dessa estrada conduzia a Araraquara, de onde saía outra picada rumo a Minas e Goiás. Obviamente, o primeiro trecho assumia maior importância que o segundo e os próprios moradores da região estavam mais interessados em sua conservação. A Guerra do Paraguai, nos anos 1860, forçara o governo, no entanto, a se importar mais com a qualidade das estradas rumo ao norte.

Em 1873, o Almanaque da Província de São Paulo, publicado por Luné e Fonseca, dedicou três páginas a São Carlos, destacando que em suas terras já se cultivava café em quantidade e cana de açúcar (55 e 10 fazendeiros, respectivamente). Apresentadas as autoridades municipais, tal obra acrescentava uma lista nominativa dos profissionais, comerciantes e artesãos que exerciam seus ofícios, atraídos pela pujança do nascente burgo. Dela constam: 3 advogados, 2 médicos práticos, 2 farmacêuticos, 11 lojas de fazendas, 27 armazéns de molhados, 4 alfaiates, 1 alugador de animais, 1 bilhar, 18 carpinteiros, 3 ferradores, 3 ferreiros, 2 fogueteiros, 4 funileiros, 1 hotel, 1 maquinista, 4 marchantes, 2 marceneiros, 2 padeiros, 5 pedreiros, 6 sapateiros, 4 seleiros e 2 torneiros.

Durante a década de 1870, dois surtos de varíola, o primeiro em 1874 e o outro em 1879, constituíram a maior ameaça ao desenvolvimento de São Carlos. No entanto, ainda em 1874,

o progresso do local foi confirmado pelo recenseamento então realizado. Já contava a Vila de São Carlos com 6.897 habitantes, mais de dois terços da população de Araraquara, de quem fora distrito há menos de duas décadas. Os núcleos mais importantes da região permaneciam os mesmos do recenseamento anterior, feito em 1854: Rio Claro e Limeira apresentavam perto de 15 mil habitantes cada uma e, em seguida, vinha Araraquara, com 9.767 habitantes. Logo depois, porém, ao invés de Jaboticabal ou Descalvado, surgiria São Carlos como quarta Vila da região em contingente populacional. Desses moradores, a grande maioria residia na zona rural e cerca de um quarto do total eram escravos.

O futuro revelava-se promissor e os fazendeiros locais, que já o pressentiam, haviam empreendido as primeiras obras da estrada de ferro, capitaneados pelo futuro Conde do Pinhal. Em 1880, providenciaram o máximo que São Carlos poderia alcançar administrativamente no Império: a elevação da Vila à categoria de cidade e, simultaneamente, a criação da comarca judicial, instalada em 1882.

O orgulho são-carlense mal se continha por todas essas realizações e era inevitável que grande parte desse ufanismo surgisse da prevalência de tantos feitos locais em relação aos da mais próxima vila, Araraquara. Esta somente ascenderia à categoria de cidade nos meses finais do Império. O recenseamento organizado em 1886 era eloquente a esse respeito: São Carlos passara de 6.897 habitantes, em 1874, para 16.104, doze anos depois, enquanto Araraquara vira sua população diminuída em 200 pessoas no mesmo período. Foi com tal espírito que essa próspera cidade do fim do Império entrou, em 1884, na era da ferrovia e, quatro anos depois, assistiu a derrocada do regime escravista.

Ainda que os fazendeiros pudessem ter se convencido da viabilidade do trabalho livre muito antes da abolição, não há dúvida de que a maior parte deles tardou a se manifestar nesse sentido. Contudo, nos meses que antecederam a abolição, o trabalho assalariado já estava implantado e consolidado, e os fazendeiros não tinham mais dúvida de que a adoção da mão de obra imigrante seria capaz de preservar o sistema de grandes lavouras. Há muito os escravos estavam sendo substituídos pela mão de obra imigrante.

Entre ex-escravos marginalizados e as elites de fazendeiros, acomodou-se o grosso da imigração estrangeira. Fortalecida a partir das últimas décadas do século XIX ela se constituiu no fenômeno social que mais influência deixou em uma vasta região do território paulista, na qual se inclui naturalmente o município de São Carlos.

No município de São Carlos, a primeira turma de imigrantes de que se tem conhecimento foi trazida em 1876 por iniciativa particular de Antonio Carlos de Arruda Botelho. O Conde do Pinhal financiou a vinda de 100 famílias alemãs que se instalaram em sua fazenda em uma colônia para esse fim construída, próxima à estação ferroviária Conde do Pinhal, hoje desativada.

A absorção de levas significativas de imigrantes pelo município de São Carlos ocorreu durante os primeiros anos da década de 1880. Em 1881, um memorial histórico-topográfico do município enviado à Biblioteca Nacional assinalava que "ultimamente muitos lavradores tem experimentado com sucesso a applicação do trabalho livre estrangeiro nas suas lavouras". Durante mais de 20 anos, até 1904, os imigrantes chegados em São Carlos, em sua enorme maioria, eram provenientes da Itália. Em 1886, o afluxo de imigrantes para São Carlos somente foi ultrapassado pelo de Campinas. Dos 533 imigrantes chegados ao município neste ano, 458 eram italianos. Nos primeiros dez anos que sucederam a vinda das famílias alemães trazidas pelo Conde do Pinhal em 1876, a importação de imigrantes generalizou-se, a ponto de, já em 1886, cerca de um oitavo (2.051 habitantes) da população total do município

(16.104 habitantes) ser constituído por imigrantes estrangeiros. Entre esses, mais da metade eram italianos (1.050), em seguida viriam os portugueses (464) e somente então os alemães pioneiros (371). A cifra de 2.051 indivíduos europeus representava mais do que qualquer outro município (com exceção da capital) podia contar, o que mostra que São Carlos se constituía em um dos pólos atrativos de imigração mais importantes do Estado de São Paulo no final do século XIX.

São Carlos deve ter ainda recebido contingentes mais ou menos volumosos de migrantes provenientes de outras regiões do Brasil, sobretudo retirantes da grande seca ocorrida nas províncias do Nordeste. No entanto, como não apareciam nos relatórios governamentais, a avaliação numérica do que representavam é difícil, só podendo ser estimada precariamente. Em 1895, no entanto, durante a epidemia de febre amarela, os nordestinos foram notados pelo fato de aparentarem imunidade contra a doença. No mesmo ano, na Fazenda Santa Eudóxia, em São Carlos, turmas volantes de camaradas baianos trabalhavam na derrubada de matas, recebendo por dia (Truzzi, 2007).

Áreas de origem dos cônjuges

A Tabela 1 e o Gráfico 1 ilustram o número de casamentos por quinquênios segundo as áreas de origem dos cônjuges, definidas no mapa 1. Como esperado, observa-se inicialmente uma preponderância de indivíduos nascidos em municípios vizinhos a São Carlos (incluindo-se, portanto, Araraquara, de onde São Carlos foi desmembrado) e também de indivíduos originários da região conhecida como "quadrilátero do açúcar", área delimitada pelos municípios de Jundiaí, Sorocaba, Piracicaba e Mogi-Guaçu, tida então como a mais desenvolvida economicamente. Até 1879, foram estas as regiões que mais forneceram cônjuges, seguidas de áreas que compreendiam municípios situados entre a fronteira leste do estado e o sul de Minas Gerais. No quinquênio 1875-1879, aparecem já a Bahia e o próprio município de São Carlos em terceiro e quarto lugares, respectivamente. A partir dos anos de 1880, já passa a aparecer o próprio município de São Carlos como o principal local de nascimento dos cônjuges, secundado por indivíduos procedentes da vizinhança de São Carlos, do quadrilátero e da Bahia. Finalmente, no último período (1885-1888), cônjuges nascidos no quadrilátero do açúcar, imigrantes europeus, indivíduos nascidos em São Carlos e baianos constituem os contingentes mais significativos.

Um quadro mais preciso das áreas de origem dos cônjuges pode ser traçado ao separarmos os indivíduos por condição social de escravos ou livres. Realizando o mesmo tipo de análise, conclui-se, como informam a Tabela 2 e o Gráfico 2, que entre 1860 e 1879, as áreas vizinhas a São Carlos respondem por no mínimo 30% das naturalidades dos cônjuges, acompanhadas do quadrilátero do açúcar e por municípios ao sul do estado de Minas Gerais. Aos poucos (entre 1875 e 1879), o próprio município de São Carlos começa a aparecer, para assumir, no quinquênio seguinte, a primeira posição. Finalmente, os europeus passam a predominar no último período.

Já em relação aos escravos, a Tabela 3 e o Gráfico 3 evidenciam que os dois primeiros períodos são dominados pelos oriundos da vizinhança de São Carlos, da África e do quadrilátero. A partir da década de 1870, os escravos baianos e do quadrilátero crescem em número, a par do surgimento de alguns oriundos do norte e nordeste do país. Após 1876, os escravos baianos passam a aparecer copiosamente, seguidos por nascidos no quadrilátero e no próprio município de São Carlos, enquanto os originários de municípios vizinhos perdem representatividade.

TABELA 1. Número de casamentos por período segundo áreas de naturalidade dos cônjuges

	Áreas de naturalidade dos cônjuges ordenadas por posição									
Período	1º	2º	3°	4°	5°	6°	7º	8º	9º	
1860-4	VSC	QUAD	SMG	FSPM	RJ	RIB	VP	AFR	OUT	TOT
	58	27	16	8	6	7	5	5	40	172
1865-9	VSC	QUAD	SMG	FSPM	MGD	RIB	AFR	RJ	OUT	TOT
	180	80	63	36	15	15	15	9	103	516
1870-4	VSC	QUAD	FSPM	SMG	MGD	BA	SCL	RIB	OUT	TOT
	176	123	40	29	25	20	19	13	157	602
1875-9	VSC	QUAD	BA	SCL	FSPM	SMG	MGD	VP	OUT	TOT
	243	141	129	121	63	43	38	31	277	1086
1880-4	SCL	VSC	QUAD	BA	EUR	MGD	FSPM	NE/N	OUT	TOT
	196	166	129	93	62	33	30	25	261	995
1885-8	QUAD	EUR	SCL	BA	VSC	NE/N	MGD	FSPM	OUT	TOT
	242	240	232	203	157	90	68	33	361	1626

Fonte: Cúria Diocesana de São Carlos. Livros de Casamento, vários anos.

Legenda: SCL - São Carlos; VSC - Vizinhança de São Carlos; RIB - Ribeirão Preto e norte do estado; QUAD - Quadrilátero do Açúcar; VP - Vale do Paraíba; FSPM – municípios paulistas situados na fronteira leste com Minas Gerais; SMG - municípios situados ao sul de Minas Gerais, próximos a São Paulo; MGD - demais regiões da província de Minas Gerais; RJ – a província do Rio de Janeiro; BA – Bahia; NE/N – outras províncias do Nordeste e do Norte; AFR – África; EUR – Europa; OUT – Outras regiões; TOT – Total.

TABELA 2. Número de casamentos de livres por período segundo áreas de naturalidade dos cônjuges

	Áreas de naturalidade dos cônjuges ordenadas por posição									
Período	1º	2º	3°	4°	5°	6°	7º	8º	9º	
1860-4	VSC	QUAD	SMG	FSPM	RJ	RIB	VP	MGD	OUT	TOT
	50	20	16	8	6	5	4	4	30	143
1865-9	VSC	QUAD	SMG	FSPM	MGD	RIB	EUR	RJ	OUT	TOT
	170	69	55	34	9	9	9	6	68	429
1870-4	VSC	QUAD	FSPM	SMG	SCL	MGD	RIB	VP	OUT	TOT
	161	100	39	25	18	18	11	10	81	463
1875-9	VSC	QUAD	SCL	FSPM	SMG	VP	EUR	MGD	OUT	TOT
	232	111	104	59	28	28	27	18	111	729
1880-4	SCL	VSC	QUAD	EUR	FSPM	MGD	VP	SMG	OUT	TOT
	163	155	103	62	21	21	17	17	113	681
1885-8	EUR	QUAD	SCL	VSC	BA	NE/N	MGD	FSPM	OUT	TOT
	240	194	193	138	100	54	50	31	228	1228

Fonte: Cúria Diocesana de São Carlos. Livros de Casamento, vários anos.

Legenda: SCL - São Carlos; VSC - Vizinhança de São Carlos; RIB - Ribeirão Preto e norte do estado; QUAD - Quadrilátero do Açúcar; VP - Vale do Paraíba; FSPM – municípios paulistas situados na fronteira leste com Minas Gerais; SMG - municípios situados ao sul de Minas Gerais, próximos a São Paulo; MGD - demais regiões da província de Minas Gerais; RJ – a província do Rio de Janeiro; BA – Bahia; NE/N – outras províncias do Nordeste e do Norte; AFR – África; EUR – Europa; OUT – Outras regiões; TOT – Total.

TABELA 3. Número de casamentos de escravos por período segundo áreas de naturalidade dos cônjuges

	Áreas de naturalidade dos cônjuges ordenadas por posição							
Período	1º	2º	3°	4°	5°	6°	7º	
1860-4	VSC	QUAD	AFR	RIB	BA	VP	OUT	TOT
	8	7	5	2	2	1	4	29
1865-9	AFR	QUAD	VSC	SMG	MGD	RIB	OUT	TOT
	15	11	11	8	6	6	30	86
1870-4	VSC	QUAD	AFR	NE/N	BA	MGD	OUT	TOT
	15	23	23	10	19	7	56	139
1875-9	BA	QUAD	MGD	SCL	NE/N	VSC	OUT	TOT
	120	30	30	17	12	11	147	357
1880-4	BA	SCL	QUAD	NE/N	MGD	RJ	OUT	TOT
	82	33	33	21	12	12	128	314
1885-8	BA	QUAD	SCL	NE/N	VP	VSC	OUT	TOT
	51	27	27	11	7	5	45	165

Fonte: Cúria Diocesana de São Carlos. Livros de Casamento, vários anos.

Legenda: SCL - São Carlos; VSC - Vizinhança de São Carlos; RIB - Ribeirão Preto e norte do estado; QUAD - Quadrilátero do Açúcar; VP - Vale do Paraíba; SMG - municípios situados ao sul de Minas Gerais, próximos a São Paulo; MGD - demais regiões da província de Minas Gerais; RJ – a província do Rio de Janeiro; BA – Bahia; NE/N – outras províncias do Nordeste e do Norte; AFR – África; OUT – Outras regiões; TOT – Total.

TABELA 4. Número de casamentos de forros e libertos no período 1885 - 1888, segundo áreas de naturalidade dos cônjuges

	Áreas de naturalidade dos cônjuges ordenadas por posição								
Período	1º	2º	3°	4°	5°	6°	7º	8º	
1885-8	BA	NE/N	QUAD	SCL	MGD	VSC	VP	OUT	TOT
	52	25	21	20	15	14	14	70	231

Fonte: Cúria Diocesana de São Carlos. Livros de Casamento, vários anos.

Legenda: SCL - São Carlos; VSC - Vizinhança de São Carlos; QUAD - Quadrilátero do Açúcar; VP - Vale do Paraíba; MGD - demais regiões da província de Minas Gerais; BA – Bahia; NE/N – outras províncias do Nordeste e do Norte; OUT – Outras regiões; TOT – Total.

A partir de 1885, começam a surgir casamentos envolvendo também forros e libertos. Uma análise da naturalidade destes cônjuges indica que o estado da Bahia, as regiões do Norte e Nordeste do país, o quadrilátero do açúcar e o próprio município de São Carlos respondem pela maioria das origens dos nubentes.

Localizado em uma área cujas terras começaram a ser ocupadas a partir do início do século XIX e valorizadas à medida que as culturas de cana de açúcar e do café foram se viabilizando, São Carlos acompanhou a transição do trabalho escravo ao trabalho livre. Por causa disso, a formação de sua população recebeu a influência de correntes diversas, cuja importância variou ao longo do tempo. A parte as regiões vizinhas, é notável em primeiro lugar a presença de uma população oriunda da região delimitada pelo quadrilátero do açúcar. Também se faz notar a chegada de fluxos populacionais originários de regiões à leste do município, todas na direção de Minas Gerais: municípios situados na fronteira entre São Paulo e Minas e municípios mineiros propriamente ditos, sobretudo os do sul. São estes os grupos mais notáveis. Ao destacarmos as populações livre e de escravos, percebemos que a primeira segue mais ou menos o quadro já descrito para a população geral, com exceção da presença mais marcante de europeus, sobretudo

a partir de 1880. Já no tocante aos escravos, mormente a partir de 1876, ganha presença mais notável os nascidos na Bahia.

Referências

ALMEIDA, Nelson Martins et al. Estudo histórico e geográfico da cidade e município de Araraquara. In: ALMEIDA, Nelson Martins (org.). Álbum de Araraquara – 1948. Araraquara-SP, 1948.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BASSANEZI, M. S. (Org.) São Paulo do passado – dados demográficos. Campinas: NEPO/Unicamp, 2000.

BASSANEZI, M. S. et al. Atlas da Imigração Internacional em São Paulo, 1850-1950. São Paulo: UNESP, 2008.

BRAGA, Cincinato. Contribuição ao estudo da história e geografia da cidade e município de São Carlos do Pinhal. São Carlos: ASSER, 1994.

CAMARGO, Theodorico Leite de Almeida. Breve notícia histórica e geográphica sobre a cidade e município de S. Carlos. In: CASTRO, Franklin (org.). Almanach-Album de São Carlos 1916-1917. São Carlos-SP: Typographia Artística, 1917.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. História social de Araraquara (1817 a 1930). Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: FFCL-USP, 1967.

DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRANÇA, Antônio M. (org.). Álbum de Araraquara. Araraquara: João Silveira – Editor, 1915.

LEMOS, Alberto. História de Araraquara. Araraquara-SP: Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria / Prefeitura Municipal de Araraquara, [1972].

MANO, Marcel. Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000377352&fd=y. Acesso em: 09.08.2011.

NEVES, Ary Pinto das. São Carlos do Pinhal no século XIX. Iguape – SP: Gráfica Soset, 1997.

TELAROLLI, Rodolpho. Para uma história de Araraquara: 1800 a 2000. Araraquara-SP: FCL/UNESP, Laboratório Editorial, 2003.

TRUZZI, O. Café e Indústria: São Carlos, 1850-1950. São Paulo e São Carlos: Imprensa Oficial do Estado e EdUFSCar, 3ª. ed, 2007.

TRUZZI, Oswaldo. Fontes Estatístico-Nominativas da Propriedade Rural em São Carlos, 1873-1940. São Carlos, EdUFSCar, 2004.

_____ e BASSANEZI, M. S. População, grupos étnico-raciais e economia cafeeira: São Carlos, 1907. Revista Brasileira de Estudos da População. v.26, n.2, 2009, pp. 197-218.

QUAL É A SUA FAMÍLIA? ESTUDO SOBRE ORIGEM E MIGRAÇÃO DOS NOIVOS (CAMPINAS, 1774-1874)

Paulo Eduardo Teixeira

A fundação oficial de Campinas ocorreu a partir de 1774, quando a mesma foi elevada à condição de Freguesia, com o nome de N. Sr.ª da Conceição das Campinas, ainda sobre as ordens do Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo. No princípio a região de Campinas era um pouso destinado àqueles que percorriam o caminho que ligava a cidade de São Paulo à região das minas de Goiás. Essa estrada, segundo Saint-Hilaire, se estendia "quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais" [1], passando por Jundiaí, Campinas, Mogi-mirim, Mogi-guaçu, Casa Branca e Franca. Outro viajante, o pastor Kidder, após deixar para trás a capital da Província em 1839, e seguir rumo à Campinas, descreveu a entrada desse caminho da seguinte maneira:

> O caminho desenvolvia-se por entre morros e vales, apenas de raro em raro proporcionando uma visão mais ampla. Cada curva da estrada parecia nos levar mais para o âmago de um vastíssimo labirinto repleto de belezas vegetais, apenas levemente tocado, aqui e acolá, pela mão do agricultor.[2]

Se perto da metade do século XIX o visitante pode contemplar poucas roças ao longo do caminho, imaginemos o que não teria sido isto por volta de 1740 quando foram distribuídas as primeiras datas de sesmarias na região de Campinas. No ano de 1767, o bairro rural era chamado de *Mato Groço,*[3] quando a população era de apenas 268 pessoas. Essa designação representava bem a região, que era coberta por densa floresta de mata tropical, onde a presença de árvores típicas como jatobá, ipê, pau-d'alho, peroba, sucupira e jacarandá, podem nos dar uma idéia de sua vegetação original ainda preservada em alguns pontos da atual cidade.[4] Passadas algumas

[1] SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976, p.83.
[2] KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980, p.233.
[3] Dados baseados no censo de 1767, Arquivo Público do Estado de São Paulo, População Jundiaí, n.º da Ordem 87a.
[4] BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*. s.ed.; Campinas, 1956, v.1, p.66; BARRETTO, Margarita. *Vivendo a História de Campinas*. Campinas: Mercado das Letras - Autores Associados, 1995, p.55.

décadas, a imagem dessa vegetação ainda era muito marcante, pois em 1818 o engenheiro D'Alincourt observou que a Vila estava cercada a curta distância por um "espesso arvoredo". [5]

A mudança para a condição de vila ocorreu por meio da determinação do governador, recém empossado, Manuel de Melo Castro e Mendonça, no ano de 1797. A antiga designação de N. Sr.ª da Conceição das Campinas teve seu nome substituído para Vila de São Carlos, que de acordo com D'Alincourt, esta atribuição foi em "comemoração do Augusto Nome da Rainha, a Senhora D. Carlota Joaquina", no entanto o mesmo se referiu à Vila como "S. Carlos de Campinas", e em diversas menções abandonou o nome do santo.[6]

Assim, durante todo o período da vila que nascera do pouso dos Campinhos, a mesma recebeu a designação oficial de São Carlos. A restauração do nome de Campinas veio apenas em 1842, quando a vila tornou-se uma cidade, entretanto, para este trabalho, utilizarei apenas o nome por que ficou mais conhecida a região, ou seja, Campinas.

Quanto à população que habitava a Freguesia de N. Sr.ª da Conceição das Campinas em 1774 a mesma não passava de 475 pessoas, ao passo que vinte anos mais tarde, em 1794, ou seja, poucos anos antes da elevação da mesma à condição de vila, havia 249 domicílios e 1.866 habitantes, distribuídos entre livres (dentre estes existia a categoria de pessoas agregadas, assim como alforriadas) e escravos.

Em 1818, D'Alincourt estimou em seis mil pessoas o total de habitantes, onde parte dos moradores residia na vila, mais propriamente dita, ou seja, no lugar em que os símbolos da autonomia administrativa se faziam representados por uma cadeia pequena, velha e com grades de pau, a casa da Câmara, que era pouco melhor, e o Pelourinho, que ficava no largo da Matriz. O arruamento era direito e de boa largura, com casas térreas feitas de taipa e cobertas de telhas, porém poucas eram as ruas existentes. Nesse período o açúcar havia se tornado o principal ramo de negócio existente na vila, o que obrigava uma grande importação de escravos. Para Saint-Hilaire, Campinas já era o maior produtor de açúcar de toda a Província, e contava com uma centena de engenhos.[7]

Em 1829, segundo as Listas nominativas de habitantes, existiam 950 domicílios e perto de 8.500 pessoas, sendo que neste momento os cativos eram quase a metade do total da população.[8] A localização geográfica da vila campineira, destacada por Kidder, favoreceu o lugar a tornar-se "o ponto de encontro das tropas que levam açúcar para o litoral", além de atestar que isto tenha dado "mais vida e energia" a vários setores comerciais.[9]

Em 1860 o diplomata suíço J.J. von Tschudi, desembarcava no Brasil, e ao visitar algumas fazendas em Campinas que tinham colonos europeus trabalhando nas mesmas, o ministro teve oportunidade de escrever o seguinte sobre a localidade:

> São Carlos de Campinas, uma trintena de anos atrás, era ainda uma cidade sem importância. Em seus arredores cultivava-se a cana de açúcar, mas sem grande proveito, pois os preços eram baixos e a grande distância do porto de Santos encarecia demasiado o transporte. [...] seguindo o exemplo dos fazendeiros do Rio de Janeiro, os de Campinas começaram também a plantar café, o que fizeram em escala cada vez maior, até que todas as terras entre Jundiaí

[5] D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins Editora, 1976, p.51.
[6] D'ALINCOURT, Luiz. *Ob. Cit.*, p.51,53. Daniel P. Kidder lamenta a substituição feita no nome, considerando Campinas "bonito e adequado". Cf. *Ob.Cit.* p.237. Saint-Hilaire refere-se diversas vezes à Campinas, entretanto o mesmo comete um equívoco quando diz que "o governo provincial de São Paulo deu-lhe o título de cidade, com o nome de São Carlos", pois é exatamente nesse momento que a Vila de São Carlos retomou sua antiga denominação e passou a ser conhecida, inclusive até os nossos dias, como cidade de Campinas. Cf. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Ob. Cit.*, 1976, p.109.
[7] Cf. D'ALINCOURT, Luiz. *Ob. Cit.*, p.51-53; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Ob. Cit.*, 1976, p.110.
[8] Neste estudo iremos utilizar parcialmente a lista nominativa de 1829, uma vez que os dados ainda estão em processo de inclusão no programa SPSS, e isso tanto para a população livre quanto escrava.
[9] KIDDER, Daniel P..*Ob. Cit.*, p.236.

> e São João do Rio Claro ficaram inteiramente cobertas de cafezais. Esta nova cultura teve conseqüências muito benéficas para Campinas, então vila ainda, e que em 1840 foi elevada à categoria de cidade, desenvolvendo-se daí para cá em extensão e importância.[10]

As declarações desse viajante remetem a dois momentos econômicos distintos: o período da lavoura canavieira, e o do café, sendo a condição de cidade um marco desse momento de crescente esplendor, onde o mesmo afirmou que "Campinas está fadada a ser a segunda cidade da Província". O município contava com uma população total de 21 mil habitantes, informou Tschudi, sendo que destes 14 mil eram escravos, e que a cidade abrigava de cinco a seis mil pessoas livres. Esses números registram a vitalidade e a grande importância alcançada por Campinas como centro comercial de várias comarcas, "tanto da Província, como também da de Minas Gerais, que para ela enviam seus produtos, tais como algodão, toucinho, feijão, queijo, etc., recebendo em troca sal, ferramentas, artigos importados da Europa." Entretanto, para que o sucesso da cidade fosse coroado de pleno fulgor, Tschudi apontou para uma questão vital: "a construção da estrada de ferro Santos – São Paulo – Campinas" [11], que foi realizada poucos anos mais tarde.

Fontes, objetivos e metodologia

A mobilidade geográfica ou espacial nas sociedades do século XIX e anteriores podem ser estudadas graças à informação sobre a naturalidade que consta de algumas *Listas Nominativas de Habitantes*, assim como nos *Registros Paroquiais de Casamento*. A vantagem das listas nominativas é o fato destes documentos informarem a naturalidade de todas as pessoas da freguesia/vila/cidade, como também indicar outras variáveis importantes para os estudos migratórios. Assim, a idade dos indivíduos pode ser cruzada com o estado conjugal, a cor, o sexo e a própria naturalidade, permitindo um olhar mais atento sobre a população de uma maneira geral. O obstáculo para o uso dessa fonte de informação reside no fato destes documentos terem sua suspensão a partir dos anos de 1830, razão pela qual os registros da catolicidade tornam-se fundamentais para entendimento do processo de entrada e saída de pessoas numa dada localidade a partir desse momento.

Para Campinas temos várias listas nominativas conservadas e que serviram de fontes para vários estudos e ainda continuarão a ser por muitos anos. Contamos também com uma série histórica dos registros paroquiais de batizados, matrimônios e óbitos quase intacta, há apenas uma grande lacuna ocorrida pela perda do livro 3 de óbitos (1819-1830), mas que não impede o seu uso para os estudos sobre fecundidade, natalidade, mortalidade e migração.

Neste trabalho o objetivo é apresentar alguns dados recolhidos dessas duas fontes, mas ainda de forma amostral, para tecermos algumas considerações acerca do processo migratório ocorrido em Campinas, especialmente durante o século XIX até próximo ao fim do escravismo, ou seja, em 1888, com o auxílio do instrumental da demografia histórica. Para tanto vamos usar as listas nominativas de 1794 e 1829 e os registros paroquiais de casamento de pessoas livres e escravas.

Cabe dizer que dentro dessa proposta de estudo procuraremos dar ênfase a questão da participação dos jovens, embora não de maneira exclusiva, uma vez que ela esteve imersa na população total. Para tanto, uma definição do que se entende por jovem dentro do contexto do século XIX deve ser posta para evitar divergências de interpretação, embora a posição adotada não se coloca como definitiva.

[10] TSCHUDI, J.J. von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Ed. Martins, 1976, p.154.
[11] TSCHUDI, J.J. von. *Ob. Cit.*, p.173.

As Primeiras Constituições do Arcebispado da Bahia entendiam que as mulheres poderiam contrair matrimônio a partir dos 12 anos, enquanto que os rapazes somente poderiam fazer o mesmo aos 14 anos. Assim, entendemos que a possibilidade de entrada de uma pessoa no rol dos "casados" pode indicar o fim da infância e o início da idade jovem. Por sua vez, quando que esta terminaria? Para pensarmos isso, partimos de um estudo sobre velhos escravos, de autoria de José Flávio Motta[12], que assegura que um indivíduo ao atingir a idade de 50 anos ingressava na fase da velhice. Diante disso, adotamos para esta pesquisa a idade de 30 anos como sendo o limite máximo da fase jovem de uma pessoa no século XIX, não fazendo aqui uma distinção mais precisa entre livres e escravos.

O que as listas nominativas nos dizem...

Em 1794 Campinas apresentava uma população com idade média de 20 anos e um equilíbrio entre os sexos que dava sinais da existência de muitas famílias com filhos ainda em idade tenra, pois a idade modal foi de um ano e a idade mediana 15 anos.[13] A representação da população infantil de livres chegou a quase metade desse contingente, conforme podemos observar pela Tabela 1. A população cativa, advinda de um processo migratório caracterizado pelo seu valor econômico para o trabalho no campo e em muitas outras atividades, aparece com o predomínio de pessoas na faixa de 15 a 30 anos de idade, atestando sua importância enquanto mão de obra na fase mais ativa e reprodutiva de suas vidas. Apesar disso, em relação a população livre, a idade média foi superior a esta, com 23 anos, ao passo que a mediana chegou aos 22 anos e a moda aos 30. Isso demonstra que no processo inicial de expansão do povoamento de Campinas temos uma população de povoadores livres e jovens e que optam por uma mão de obra também jovem, porém um pouco mais velha.

TABELA 1. População Livre e Escrava pela faixa de idade: Campinas, 1794 e 1829

Faixa de Idade	LIVRES		ESCRAVOS	
	1794	1829	1794	1829
0-14	673 (49,2)	901 (42)	135 (27,2)	286 (21,2)
15-30	381 (27,8)	615 (28,6)	255 (51,3)	650 (48,1)
31-49	199 (14,5)	425 (19,8)	66 (13,3)	334 (24,7)
50+	116 (8,5)	206 (9,6)	41 (8,2)	81 (6,0)
TOTAL	1.369 (100)	2.147 (100)	497 (100)	1.351 (100)

Fontes: Listas nominativas de habitantes de Campinas, 1794 e 1829 (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP).

A população livre em 1829 parece manter uma forma muito próxima a de 1794 quando comparamos o peso relativo de cada segmento analisado na Tabela 1, ou seja, há um predomínio de crianças menores de 14 anos (42%), seguido pelos jovens (28,6%), adultos (19,8%) e velhos (9,6%). No entanto, notamos um aumento da idade média de 20 para 22 anos, a mediana de 15 para 18 e principalmente uma diferença fundamental no valor modal, que em 1829 foi de 40. Isso demonstra que houve um processo de envelhecimento da população livre assim como um processo de fixação á terra daquelas pessoas com mais idade, configurando um processo de consolidação do espaço físico da vila campineira como grande centro produtor de açúcar.

[12] MOTTA, José Flávio. Velhos no cativeiro: posse e comercialização de escravos idosos. ANAIS do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), realizado em Caxambu (MG), Brasil, de 29 de setembro a 3 de outubro de 2008, pp. 20.
[13] A relação de sexo apontou para um ligeiro predomínio de mulheres (99,3).

Essa análise pode ser percebida ao vermos que a população cativa também sofreu algumas interferências, pois entre 1794 e 1829 houve uma concentração maior de escravos entre os 15 e 49 anos. Se em 1794 a idade modal de um escravo era de 30 anos, em 1829 ela passou para 20 anos, embora a idade média e a mediana tenham se elevado um pouco. Além disso, a razão de sexo de 1794 que era de 144 passou para 251, demonstrando um perfil sócio-econômico diferente dos senhores de escravos os quais estavam assentados sob as bases da economia canavieira.

Em relação a outra variável, a *Lista Nominativa* de Campinas do ano de 1814 apontou 53 diferentes locais de nascimento para os chefes de domicílio, ao passo que em 1829 a relação saltou para 73. Nestas listas encontramos poucas pessoas naturais de regiões mais distantes, como nos casos de Cuiabá, Curitiba, Rio de Janeiro, Minas Gerais, "do continente do Sul", bem como da Europa, sendo os europeus oriundos principalmente de Lisboa. Peso expressivo, no entanto, tiveram as áreas mais próximas, como Atibaia, Itu, Jundiaí, Nazaré, Bragança, Mogi-Mirim e São Paulo. Com relação aos escravos a informação é omitida, podendo apenas inferir pela "cor" (Negro, Pardo ou Criolo) a origem africana ou nacional.

Para finalizar esta sessão, devemos falar um pouco sobre a origem das pessoas que viveram em Campinas em 1829, especialmente os jovens. Pensar a origem dos indivíduos remonta a questão do processo colonizador, onde a participação portuguesa foi posta ao lado das populações indígenas e africanas posteriormente. A lista nominativa de Campinas em 1829 não indicou a "cor" de muita gente, mas daqueles que pudemos analisar notamos que 28,5% eram "jovens" entre 15 e 30 anos. Destes, a maior parte era composta de brancos, sendo 169 homens e 249 mulheres. Os chamados "pardos" apareceram em segundo lugar, com 74 homens e 115 mulheres que podemos dizer eram fruto do processo de miscigenação ocorrido no Brasil desde então. E finalmente apareceram apenas dois "pretos" livres, indicando a dificuldade daqueles que advinham da escravidão conseguirem adentrar noutra classe.

O que nos dizem os matrimônios...

Quanto aos *Registros Paroquiais* de casamentos podemos dizer que são fontes documentais de outra natureza e que muitas informações, como a idade dos noivos ao casar não é informada. Por sua vez, e especialmente em relação aos cativos, podemos obter o conhecimento de suas origens de uma forma mais precisa que as listas nominativas.

Os registros matrimoniais nos informaram que havia 173 diferentes locais de nascimento para os noivos de ambos os sexos, abrangendo o período de 1774 até 1850. O espectro de vilas e cidades se assemelhou ao apontado pelas *Listas Nominativas*, confirmando a importância de localidades vizinhas a Campinas, em seu processo de povoamento, como áreas de dispersão de imigrantes livres. Tal fato pode ser comparado ao caso estudado por Giovani Levi, onde o autor demonstrou que a cidade de Turin, na Itália, durante a primeira metade do século XVIII, cresceu em grande medida pela vinda de imigrantes das dioceses de Mondovi e de Vercelli, chegando à conclusão que:

> Onde uma boa economia, uma boa agricultura se desenvolve, forma-se como uma barreira que modifica as estruturas da área geográfica da imigração. Ao contrário, as zonas em crise deixam escapar muito mais gente.[14]

[14] LEVI, Giovanni. Mobilitá della popolazione e immigrazione a Torino nella prima meta Del settecento. *Quaderni Storici*, 1971, p.544.

Diante destas informações, o que temos é um quadro desenhado onde Campinas se apresenta como lugar de grande atração, e os fatores econômicos de possibilidades para o assentamento de uma população desejosa de enriquecer, certamente fez com que a região tornou-se um pólo de atração como poucos no Brasil. Terras de boa qualidade e em abundância, formas de exploração econômica diversificadas, desde a agricultura mercantil até o pequeno comércio que foi sendo desenvolvido nos primórdios do seu povoamento, até o momento que a cidade começou a ser palco de uma industrialização incipiente em meados do século XIX, e demonstrou que a economia cafeeira permitiu a introdução na cidade de inúmeros símbolos da "modernidade": os trilhos de trem, a iluminação pública, as reformas sanitárias.

Para mapear a influência da população migrante nesse processo de constituição de uma "nova" sociedade, estaremos analisando principalmente os registros paroquiais de matrimônio realizados em Campinas durante o período de 1774 a 1888, cobrindo assim tanto a população dita livre, quanto escrava. Procuraremos pensar nos processos envolvidos, tendo em conta os diferentes motivos de entrada de pessoas, como a escravidão, que trouxe de maneira compulsória uma quantidade enorme de pessoas para os territórios campineiros. Por sua vez, o sistema de colonato introduzido em São Paulo pelo senador Vergueiro nos primórdios do século XIX em sua fazenda de Ibicaba, demonstrava outra proposta de trabalho para os estrangeiros, mas que somente ganhou força depois de meados do XIX. Assim, nosso objetivo maior neste momento é o de dar uma visão geral sobre as diferentes localidades que contribuíram para enviarem pessoas para trabalhar, viver e, talvez, morrer em Campinas.

TABELA 2. Naturalidade dos noivos durante período da Freguesia de Campinas

	População Livre (1774-1799)			
NATURALIDADE	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	7	3,7	16	8,4
Atibaia	32	16,8	14	7,3
Bragança	-	-	2	1,0
Itu	16	8,4	8	4,2
Jundiaí	12	6,3	29	15,2
Nazaré	17	8,9	28	14,7
Subtotal	84	44,1	97	50,8
Outras	107	55,9	94	49,2
TOTAL	191	100	191	100

Fonte: Registros Paroquiais de Casamento (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

A tabela 2 revela algo absolutamente esperado, que foi a pequena presença de noivos nascidos em Campinas no período inicial de seu povoamento e que corresponde ao momento de vinculação com a vila de Jundiaí, da qual Campinas foi bairro rural. Assim, a presença de noivos e noivas, em suma, de jovens, é originária das vilas mais antigas e de áreas sob a influência das mesmas.

A tabela 3 procurou mostrar outro momento, o primeiro quarto do século XIX, que economicamente está relacionado com a expansão da economia açucareira e dos anos que a população de noivos é proveniente da própria vila e com uma expressão significativa no total da mesma. Ainda assim, os jovens, e principalmente as noivas, são oriundos de Jundiaí, Itu, Nazaré, Atibaia e Bragança.

TABELA 3. Naturalidade dos noivos durante período da Vila de Campinas

NATURALIDADE	População Livre (1800-1824)			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	204	16,7	404	33,1
Atibaia	93	7,6	87	7,1
Bragança	80	6,5	61	4,9
Itu	66	5,4	71	5,8
Jundiaí	96	7,8	127	10,4
Nazaré	105	8,6	103	8,4
Subtotal	644	52,6	853	69,7
Outras	578	47,4	369	30,3
TOTAL	1.222	100	1.222	100

FONTE: Registros Paroquiais de Casamento (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

No período em que a produção de açúcar dos engenhos campineiros chega a um dos patamares mais elevados até então, ou seja, o segundo quarto do século XIX, a população de noivos e noivas passam a ter uma participação fundamental na composição familiar dos novos domicílios, sendo que no período de 1825 a 1850 foram casados 525 homens (correspondendo a 38% do total de noivos) e 795 mulheres (57,6%), sendo a grande maioria composta por celibatários, conforme estudo realizado das componentes demográficas das famílias de livres.[15](Cf. Tabela 4) Por sua vez, nota-se um enfraquecimento da participação de jovens provenientes daqueles tradicionais povoados vizinhos e passa a dar lugar para uma gama maior de vilas e cidades, não apenas da Província de São Paulo, mas de muitas outras.

TABELA 4. Naturalidade dos noivos durante período da Vila de Campinas

NATURALIDADE	População Livre (1825-1850)			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	525	38,1	795	57,6
Atibaia	24	1,7	12	0,8
Bragança	50	3,6	49	3,5
Itu	56	4,1	30	2,2
Jundiaí	78	5,6	40	2,9
Nazaré	14	1,1	16	1,2
Subtotal	747	54,2	942	68,2
Outras	632	45,8	437	31,8
TOTAL	1.379	100	1.379	100

FONTE: Registros Paroquiais de Casamento (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

A tabela 5, embora não apresente as informações completas até os anos finais do regime escravista no Brasil, como já assinalamos anteriormente, indica o caminho das transformações que a cidade de Campinas sofreu com o predomínio da economia cafeeira a partir de meados do século XIX. De um lado o número relativo de noivas nascidas em Campinas diminuiu em relação ao período anterior, e mais, as jovens nascidas em outras localidades, pela primeira vez,

[15] TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A formação das famílias e o processo migratório: Campinas, 1774-1850. Tese de Doutorado. FFLCH – USP, 2005.

suplantou as noivas originárias daquelas seis vilas que focamos nestas tabelas, atingindo uma participação de 55,2%.

Em relação aos homens, fenômeno semelhante ocorre, mas com uma participação ainda mais elevada de 59,5%. Essas informações podem ser interpretadas como o momento que a cidade de Campinas passa a se constituir em um local de grande atração, não apenas de paulistas e mineiros, mas também de sulistas, cariocas, e muitos outros, além dos imigrantes europeus que passaram a fazer parte da paisagem rural e urbana.

TABELA 5. Naturalidade dos noivos durante período da cidade de Campinas

NATURALIDADE	População Livre (1851-1879)			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
Campinas	755	36,5	1.058	43
Atibaia	9	0,4	4	0,2
Bragança	2	0,1	5	0,2
Itu	35	1,4	12	0,5
Jundiaí	51	2,1	19	0,8
Nazaré	1	0,0	3	0,1
Subtotal	853	40,5	1.101	44,8
Outras	1.609	59,5	1.361	55,2
TOTAL	2.462	100	2.462	100

FONTE: Registros Paroquiais de Casamento (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

Em relação à população escrava podemos afirmar que houve um processo que não pode ser desvinculado dos fatores econômicos e migratórios da população livre. Assim, a origem africana da maioria dos noivos e noivas cativos que se casaram sob a bênção da Igreja era indicada nos documentos como "Gentio de Guiné", ou seja, dos 3.650 matrimônios, 37,9% dos noivos e 25,3% das noivas receberam tal denominação. A participação de outros grupos, como os oriundos de Angola, Benguela, Congo, Guiné e Moçambique são ínfimos ou inexistem em alguns períodos. Os noivos de "Nação" aparecem com maior vigor no período de 1850 a 1877, enquanto que os nascidos em Campinas, existentes desde o período inicial que estudamos, vão crescendo mais e mais, chegando a compor 6,4% de noivos (235 casos), e 11,6% de noivas (423 casos), entre 1774 e 1888. Essas informações indicam que a reprodução natural da população cativa se fazia mesmo sob condições muito adversas, como a elevada razão de sexo entre eles, e as duras condições do cativeiro.

Diante do trabalho apresentado, os resultados apontam para uma possibilidade de se compreender melhor o impacto do processo migratório em Campinas, não apenas para os períodos iniciais de seu povoamento, como também para os momentos de ampliação da cidade e em um momento de grandes mudanças sociais e econômicas, com o fim do sistema escravista em 1888 e a implantação do colonato com o uso de mão de obra estrangeira, mas sobretudo européia, ao menos até o final do século XIX.

Os dados levantados fazem parte de algumas pesquisas já realizadas e outras em andamento, como a do Observatório das Migrações em São Paulo, onde já indicamos alguns dados que permitem dizer que o processo migratório para Campinas ocorre inicialmente por pessoas jovens, com idade média em torno dos vinte anos de idade, sendo a maior parte deles brancos e oriundos de localidades vizinhas próximas a Campinas, que com o passar do tempo, e

sobretudo com a elevação a condição de "cidade", pessoas de muitas outras localidades passam a buscar em Campinas um lugar para viver, trabalhar, casar.

Quanto a população cativa, notamos um aumento de noivos nascidos no Brasil, os chamados "criolos", e muitos deles filhos de Campinas. A entrada de escravos vindos de várias partes do Brasil, inclusive da Bahia e outras províncias do nordeste que estavam exportando esse tipo de mão de obra, atesta a vigorosa economia que girou em torno do açúcar e posteriormente do café.

Entender como esse processo se desenrolou nos anos próximos ao fim da escravidão no Brasil é um estudo que em breve teremos condições de efetuar e assim dar prosseguimento a este trabalho que busca compreender os processos demográficos, econômicos e sociais em uma cidade que no século XIX se tornou a segunda maior da Província.

Referências

BRITO, Jolumá. História da cidade de Campinas. s.ed.; Campinas, 1956, v.1, p.66; BARRETTO, Margarita. Vivendo a História de Campinas. Campinas: Mercado das Letras - Autores Associados, 1995, p.55.

D'ALINCOURT, Luiz. Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. São Paulo: Martins Editora, 1976, p.51.

KIDDER, Daniel P.. Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980, p.233.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de São Paulo. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976, p.83.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A formação das famílias e o processo migratório: Campinas, 1774-1850. Tese de Doutorado. FFLCH – USP, 2005.

PROCESSOS MIGRATÓRIOS E "ASSIMILAÇÃO": SÃO PAULO E SANTA CATARINA (1920 E 1940)*

Oswaldo Truzzi
Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi

No conjunto dos debates e políticas a respeito da imigração e de suas implicações para o Brasil, a preocupação com a incorporação do imigrante na sociedade brasileira foi uma constante. Promover e facilitar a entrada de imigrantes *assimiláveis*, evitando os de difícil assimilação, e estabelecer medidas outras que levassem à integração da população de origem estrangeira fixada no Brasil e de seus descendentes diretos marcou a experiência imigratória de meados do século XIX a meados do século XX (Truzzi, 2012).

Sobretudo a partir do advento da República, as críticas à chegada indiscriminada e, especialmente, ao estabelecimento, no período anterior, de colônias isoladas de imigrantes europeus nos estados do sul aqueceram o debate sobre a configuração racial e cultural da nação. Imaginava-se que os imigrantes brancos europeus aos poucos redimiriam a nação de uma conformação racial desfavorável, embranquecendo-a progressivamente, à medida em que estes, cada vez mais numerosos, fossem se cruzando com o negro e o índio, em declínio numérico acelerado. A acalentada miscigenação ocorreria então sob o domínio do elemento branco, operada pela assimilação progressiva de quaisquer contingentes de estrangeiros ao elemento nacional em plena conformação. Originalmente, o substrato cultural básico desse novo povo, sob o qual com o tempo todas as culturas étnicas se diluiriam, seria por sua vez fornecido pelo elemento português, já que este havia, ao longo de quase quatro séculos, colonizado o país. Idealizava-se, portanto, uma nação crescentemente branca formada sob uma cultura original de base luso-brasileira.

Nesse contexto, o isolacionismo social e cultural das colônias de imigrantes - e dentre elas, sobretudo as alemãs - nos estados sulinos apresentava-se como um desafio à conformação desse

* Uma versão anterior deste trabalho foi publicado em BOMBASSARO,L.C.; DAL RI JÚNIOR, A.; PAVIANI, J. (orgs).

ideal. A rejeição à miscigenação, a manutenção da língua e de costumes próprios colidiram com o ideal assimilacionista propugnado pelos ideólogos da nascente república. Como e por que esses imigrantes (especialmente os alemães) tornaram-se um incômodo à idealizada configuração étnico-racial da nação?

A partir de meados do século XIX, o Brasil passou a receber um número significativo de imigrantes provenientes da Europa. Essa experiência pioneira foi inaugurada logo após a independência, ainda em 1824, com a fundação da colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, onde o governo imperial, preocupado em ocupar o território, distribuiu terras devolutas a imigrantes alemães recrutados por agenciadores contratados pelo próprio governo. Essas terras, divididas em lotes, conformaram colônias destinadas à exploração agrícola familiar. Ainda que tenham ocorrido experiências semelhantes em outros estados, somente a partir da metade do século, com o término dos conflitos ocasionados pela Revolução Farroupilha, esse processo de colonização agrícola em estados do sul tomou ímpeto.

Ao longo de todo o Império, não há dúvida de que os alemães foram o grupo étnico mais importante: eles foram trazidos não apenas para povoar com suas colônias muitas regiões dos estados sulinos, mas também para inaugurar o regime de parcerias ensaiado nas fazendas de café em São Paulo. Para viabilizar a vinda desses imigrantes, o governo, como já observamos, recrutou agenciadores. A promulgação da Lei de Terras em 1850, entre muitos outros motivos, servia também para regularizar sua posse por estrangeiros. A proibição do tráfico negreiro igualmente incentivava a vinda de imigrantes, ao anunciar para breve o fim do regime escravista.

Embora coincidentes, sob o ponto de vista da origem dos imigrantes trazidos, as experiências paulista e dos estados do sul eram muito diferentes. A primeira inibia o colono de se tornar proprietário, pois visava assegurar ao grande latifúndio cafeeiro a oferta de mão de obra necessária à sua sustentação. Antes que a abolição do regime escravista assumisse contornos definitivos, os fazendeiros paulistas já haviam se organizado para inaugurar uma fase de importação em massa de colonos, agora não apenas de alemães, mas, sobretudo de italianos, e depois, já no século XX, de portugueses e espanhóis. Nos estados do sul, ao contrário, o tipo de colonização empreendida distribuía a imigrantes lotes de terras que conformaram colônias relativamente homogêneas em termos de origem, tradições, língua, cultura e religião.

Nos quadros em que se colocava o debate sobre que elementos étnicos seriam mais convenientes à formação da nação, o apelo étnico diferenciado emprestado pelos alemães em Santa Catarina logo se prestou a comparações. Em São Paulo, o argumento mais recorrente elegia a relativa afinidade cultural, tanto entre os três principais grupos de imigrantes (italianos, portugueses e espanhóis), quanto entre estes e o elemento colonizador português, expressa na origem geográfica de países banhados pelo Mediterrâneo, pela origem latina comum aos idiomas e ao predomínio do catolicismo. Argumentava-se então que, deste ponto de vista, a maior homogeneidade dos contingentes no caso paulista tenha favorecido a assimilação e desencorajado condutas segregativas.

O próprio Sergio Buarque de Holanda, ao analisar as razões da rebelião em Ibicaba (em Limeira, no estado de São Paulo), alerta, com algumas ressalvas, que a "origem germânica e muitas vezes protestante de tais imigrantes, quase os únicos de que podíamos dispor - excluídos os portugueses - antes de se iniciar em larga escala a imigração de italianos, era ainda um empecilho considerável à sua rápida assimilação" (Hollanda, 1941, p.8). Outros autores compartilharão pontos de vista semelhantes, como Diegues Jr. o fez, ao concluir que "de modo geral, pelas condições de sua cultura aproximada ou semelhante ao "ethos" lusitano, e por consequência brasileiro, o italiano não apresentou maior dificuldade em sua integração na

vida brasileira" (Diegues Jr.,1977, p.136). Thales de Azevedo chamará a atenção tanto para a "tradição lusa de miscigenação", quanto para "o sistema católico de valores quanto à pessoa humana, contrários a valores de inspiração calvinista atuantes na África do Sul e nos Estados Unidos" (Azevedo, 1975, p.59). Por sua vez, Willems, analisando o processo de assimilação de imigrantes nos estados sulinos, a certa altura pondera "que diferenças culturais podem se tornar sérios impedimentos à assimilação, uma vez que imigrantes com equipamento 'superior' facilmente desenvolvem atitudes de menosprezo em relação a grupos 'inferiores'" (Willems, 1951, p.215).

Além disso, como já observamos, a maior integração étnica em São Paulo relacionou-se ao tipo de fixação adotada. Quando esta se desenvolveu sob a forma de colônias, como nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, o maior isolamento destas engendrou uma maior resistência ao processo de "assimilação". Em São Paulo, ao contrário, o ambiente das fazendas de café (em que imigrantes de diversas origens acabavam convivendo entre si), a intensa mobilidade espacial da população característica do período e a própria vida nos centros urbanos teriam favorecido uma maior dispersão dos grupos étnicos e consequentemente, uma integração mais rápida.

Em Santa Catarina, ao contrário, desde o final do século XIX, a forte presença de alemães em colônias relativamente isoladas já despertava angústias e temores entre intelectuais de maior ou menor quilate, como Silvio Romero ou Aristides Lobo, como bem mostrou Seyferth em artigo recente. É significativo que nos dois casos relatados, as doutrinas defendidas por tais ideólogos se valham da noção de *latinidade* como argumento. Ao primeiro já incomodava "a população germânica do sul, exemplo maior do desequilíbrio racial ameaçando a unidade territorial e a base cultural lusitana da civilização brasileira (...). O conteúdo do texto de Romero não deixa dúvidas quanto à posição do autor relativa à imigração: os alemães são inconvenientes porque desejam a independência, formam um estado dentro do estado; os italianos oferecem menos perigo porque são 'gente latina', mais assimiláveis; a colonização com imigrantes, especialmente portugueses, deve acontecer em todo o território brasileiro, principalmente no norte (nordeste) atrasado e com baixo percentual de brancos" (Seyferth, 2002, p.267-268).

Já Lobo, também em nome da latinidade, sai em defesa da imigração italiana, em contraste com o *perigo alemão*, afirmando que "o *bom colono* é aquele que se deixa assimilar com facilidade – processo que estaria ocorrendo com os italianos em São Paulo (...), qualificados como 'povo feliz e comunicativo, amante da vida como todos os outros povos de raça latina', num contraste com os alemães 'que têm orgulho da sua pátria e da sua raça', 'prezam sua língua e seus costumes', sendo 'mais difíceis de absorver do que os chineses'" (Seyferth, 2002, 254-255). A propósito, convém observar que a condição latina dos italianos não impediu que também fossem perseguidos mais tarde, durante o Estado Novo.

Na verdade, se seguirmos os dados e argumentos de Seyferth, os alemães não desejavam a miscigenação e tampouco a perda de uma das marcas fundamentais de sua identidade étnico-cultural: a língua praticada entre os conterrâneos. Isso não quer dizer, contudo, que pudessem ser qualificados de modo geral como súditos do Estado alemão em território brasileiro, excetuando-se alguns excessos do pan-germanismo e mais tarde do nazismo, cuja repercussão foi exagerada porque veiculada pela imprensa étnica. Em última instância, portanto, a afirmação da identidade étnica de um grupo chocava-se assim, com o ideário assimilacionista vigente, intrinsecamente contrário ao pluralismo étnico nos quadros do debate da política migratória mais adequada à "boa" formação nacional. E em muitas ocasiões tal intolerância irá apelar para o sentido de (não) latinidade como razão para a suspeição, e mais tarde, para o enquadramento e a intervenção.

Neste trabalho buscamos analisar especificamente, entre tantos outros, dois aspectos que denotam a integração dos imigrantes à sociedade brasileira: naturalização e língua falada. Argumentaremos que, dependendo do grupo étnico em questão e do tipo de colonização empreendida para se atrair imigrantes, diferentes situações de fato ocorreram. O propósito desse artigo é analisar essas variações, tais como foram captadas pelos censos de 1920 e 1940. Procuraremos nos fixar nos dois casos extremos, representados pelos estados de São Paulo e de Santa Catarina.

Naturalização

Nos anos finais do Império, quando os imigrantes europeus em território brasileiro já eram algumas centenas de milhares, discutia-se mais intensamente sobre a necessidade de naturalizar esses imigrantes. Um projeto de lei, de 1883, previa que cada estrangeiro que residisse no Brasil há pelo menos três anos pudesse ser considerado para todos os efeitos brasileiro, a menos que não se declarasse voluntariamente contrário junto ao serviço consular do próprio país no Brasil. Esse projeto não chegou a se concretizar, muito provavelmente em virtude da reação dos países de origem desses imigrantes. (Grosselli, 1991,p.274).

O governo republicano retomou a questão através do decreto de 15 de dezembro de 1889. Segundo esse decreto, eram considerados cidadãos brasileiros os estrangeiros que já residiam no Brasil em 15 de novembro de 1889, salvo declaração em contrário feita perante a respectiva municipalidade no prazo de 6 meses da publicação desse decreto, conhecido como o da "grande naturalização". A constituição brasileira de 1891 incorporou esse decreto, em seu artigo 69, estabelecendo que eram considerados cidadãos brasileiros os nascidos no Brasil, também filhos de pais estrangeiros residentes no Brasil e todos os estrangeiros que, encontrando-se no Brasil em 15 de novembro de 1889 não declarassem, dentro de 6 meses da entrada em vigor da constituição, a intenção de conservar a cidadania de origem e, finalmente, os estrangeiros que possuíam bens imóveis no Brasil, casados com brasileiras e tivessem filhos brasileiros contanto que residentes no Brasil, a menos que não manifestassem o propósito de mudar a nacionalidade. A constituição dilatava também o tempo à disposição daqueles que não pretendiam ser naturalizados brasileiros, em seis meses da data de entrada em vigor dessa nova carta constitucional.

Como sublinhou Rosoli, "o imigrante era objeto de uma dupla e contrastante nacionalização de massa (*jus sanguini versus jus soli*): a do país de origem interessado em manter os liames com aqueles emigrantes há pouco emigrados por motivos de várias ordens: econômico, político, cultural e militar e do país de chegada, no caso do Brasil, agora dotado de instituições republicanas e eletivas mais amplas, necessitando, ao menos tedencialmente, de uma base social nova e mais evoluída no grau de vencer as velhas elites monárquicas e a massa refratária de mão de obra ex-escrava, mas receoso que um processo de assimilação dos imigrantes pudesse começar muito tarde". (Rosoli, 1987, p.183). [tradução dos autores]

A cidadania brasileira oferecida ao imigrante com grande liberalidade, mas de forma quase imposta, de incorporação automática, gerou, na época, um confronto polêmico no nível político-institucional entre o Brasil e os países de origem dos imigrantes, principalmente entre o Brasil e a Itália[1]. "O Brasil, ao impor a sua cidadania aos imigrantes europeus, não só fornecia a eles uma série de direitos, mas tentava também torná-los impotentes e

[1] Uma análise detalhada dos aspectos políticos ideológicos e de outros fatores de natureza jurídica, patrimonial e política que geraram esse confronto é encontrada em Rosoli (1987).

indefensáveis frente a prepotência entregue a uma justiça duvidosa e praticamente gerida pelos mais fortes em termos sociais, econômicos e culturais". (Grosselli, 1991, p. 279). [tradução dos autores]

Enfim, os resultados esperados pelo governo republicano, não foram alcançados na realidade, mesmo com uma maior flexibilização das normas no decorrer do tempo. No conjunto dos imigrados, poucos foram os que aceitaram cidadania brasileira e o volume desses poucos variou no tempo e no espaço, como será visto em seguida.

Censo de 20

Conforme já observamos, São Paulo e Santa Catarina absorveram imigrantes provenientes da Europa de forma muito diferenciada. O censo de 1920 flagrou a composição de estrangeiros nos dois estados. O volume de estrangeiros era muito discrepante entre eles: em 1920, em São Paulo os estrangeiros (incluindo os naturalizados) respondiam por 53% dos estrangeiros do país, enquanto que Santa Catarina colaborava com apenas 2% (tabela 1).

TABELA 1. População estrangeira no Brasil – 1920

Estados	Estrangeiros	Brasileiros naturalizados	Total
Espírito Santo	16.976	1.778	18.754
Minas Gerais	80.061	5.644	85.705
Rio de Janeiro + DF	283.701	6.259	289.960
São Paulo	820.567	9.284	829.851
Paraná	59.119	3.634	62.753
Santa Catarina	23.274	7.969	31.243
Rio Grande do Sul	136.076	14.949	151.025
Outras	93.861	2.809	96.670
Brasil	1.513.635	52.326	1.565.961

Fonte: Recenseamento de 1920.

Também a composição étnica desses dois contingentes é bastante diversa: em São Paulo, os italianos predominavam em 1920 (48,1%) e em conjunto com portugueses e espanhóis, perfaziam quase 90% da população estrangeira lá residente; em Santa Catarina, os alemães eram maioria, ou seja, 34,4% da população estrangeira (os italianos representavam 25,8%), conforme indica a tabela 2.

Embora a questão da incorporação do imigrante na sociedade nacional estivesse presente na discussão sobre a política imigratória e nas ações geradas por essa política, contabilizar os aspectos que denotavam as condições de 'assimilação' desses segmentos, parece não ter sido uma preocupação das autoridades brasileiras ou que as mesmas encontraram dificuldades em colocar em prática essa contabilidade. Pelo menos é o que demonstram os dados censitários publicados até 1940.

Sabemos que os recenseamentos nacionais de 1890 e 1900 tiveram uma série de problemas, mas mesmo o recenseamento de 1920, considerado o melhor executado até então, demonstrou pouca preocupação em levantar dados que pudessem dar um panorama, mesmo que incompleto, do processo de incorporação do imigrante à sociedade brasileira. Na parte "População" desse recenseamento, todas as tabelas, que se referem à nacionalidade, trazem os estrangeiros no seu conjunto, sem desagregá-los em *brasileiros naturalizados* e *estrangeiros*

propriamente ditos. Em algumas poucas delas, no entanto, contabiliza os naturalizados (sem desagregá-los por país de naturalidade), mas de forma não muito aparente, ou seja, coloca logo abaixo do número de estrangeiros (que inclui também os naturalizados) e em números de tipo bem menor os naturalizados, remetendo para nota de rodapé a seguinte informação:

> "Os números em typo menor representam a totalidade dos estrangeiros que adoptaram a nacionalidade brazileira" (Recenseamento de 1920)

TABELA 2. População estrangeira segundo nacionalidade (porcentagem) – 1920

Estados	Alemã %	Espanhola %	Italiana %	Japonesa %	Portuguesa %	Outras %	Total %
Espírito Santo	7,0	5,6	66,9	0,0	9,2	11,3	100,0
Minas Gerais	2,0	7,9	50,1	2,2	21,3	16,5	100,0
Rio de Janeiro + DF	1,3	8,0	11,0	0,1	69,5	10,1	100,0
São Paulo	1,3	20,6	48,1	2,9	20,2	6,9	100,0
Paraná	7,6	2,9	14,4	1,1	2,9	71,1	100,0
Santa Catarina	34,4	2,6	25,8	0,0	1,6	35,6	100,0
Rio Grande do Sul	11,2	3,6	32,5	0,0	6,2	46,5	100,0
Outras	2,6	9,1	6,1	0,6	34,8	46,8	100,0
Brasil	3,4	14,0	35,6	1,8	27,7	17,5	100,0

Fonte: Recenseamento de 1920.

Analisando-se esse tipo de dado relativo a cada estado, conforme apresentado pela tabela 1, observa-se que em Santa Catarina o grau de naturalização, no total dos estrangeiros presentes nesse Estado, é bastante elevado (25,5%), relativamente a outros estados, e em particular a São Paulo (1,1%). Os outros estados apresentados na tabela situavam-se a meio termo entre esses casos extremos, com o Rio Grande do Sul e o Espírito Santo atingindo cifras ao redor de 10% de estrangeiros naturalizados, no total dos mesmos, de cada um destes Estados.

Como o censo de 1920 não desagrega os brasileiros naturalizados por país de origem, não é possível se analisar que grupos aderiram, com maior ou menor ênfase, ao expediente de se naturalizarem. Mas afinal de contas, o que está em jogo nas chamadas naturalizações? Por que elas ocorrem de modo tão mais acentuado em Santa Catarina comparativamente a São Paulo?

Supomos que a motivação do imigrante para se naturalizar guarda pouca relação com seu sentimento de pertencimento étnico. Se um menor "orgulho étnico" fosse determinante na decisão de se naturalizar, um estado como o de Santa Catarina, que apresenta elevadas taxas de imigração alemã, provavelmente apresentaria baixos percentuais de naturalização. Não é o que o censo de 1920 flagrou. Nossa hipótese, ao contrário, é que a decisão do imigrante de se naturalizar, ou não, dependeu de circunstâncias mais pragmáticas, associadas em particular ao interesse e possibilidade do imigrante buscar autonomia para sua comunidade atuando diretamente sobre o processo político local, além de angariar maior segurança na condução sua própria vida econômica.

Naturalizar-se significava, entre outras coisas, poder votar. Nos municípios catarinenses formados a partir de colônias de imigrantes, logo estes perceberam a possibilidade de conduzir autonomamente a arena política local. Tomemos, por exemplo, o caso de Blumenau, a mais típica das colônias alemãs desse estado. A vila emancipou-se politicamente já em 1883. Nessa época, o município abrigava cerca de 18 mil habitantes, 70% dos quais eram alemães, lá nascidos ou de origem (Seyferth, 2002, p.256). Ora, nessas circunstâncias, é muito natural que

os imigrantes pretendessem conduzir, eles próprios, os destinos da política local. Naturalizar-se significava também perder a condição de estrangeiro, o que podia dissipar suspeitas em relação à propriedade da terra. A afirmação como "brasileiros" oferecia maior segurança aos proprietários de origem alemã, sobretudo em um estado como Santa Catarina, no qual o acesso à propriedade da terra era favorecido pelo tipo de colonização empreendida.

Já em São Paulo, a situação era outra. Nos quadros da economia cafeeira prevalecente, o latifúndio prevaleceu e o acesso à propriedade rural foi comparativamente muito mais restrito. Além disso, dificilmente os imigrantes tiveram a oportunidade de tomar as rédeas da política local, seja na capital, seja em municípios do interior, onde vigia plenamente a política dominada pelos grandes cafeicultores. Daí o pouquíssimo interesse desse imigrante em se naturalizar.

Portanto, em última instância, as diferenças na estrutura fundiária, decorrentes do tipo de colonização empreendida (latifúndio cafeicultor em São Paulo e pequenos lotes de propriedade de colonos em Santa Catarina), acopladas às diferentes taxas de urbanização entre esses dois estados explicam as diferenças nos percentuais de naturalização no recenseamento de 1920. Diga-se de passagem que esse processo só não foi mais incisivo em Santa Catarina porque o imigrante naturalizado conquistava o direito de voto, desde que obtivesse o cadastramento eleitoral, motivo de polêmica nesse estado pelo fato de a maioria dos eleitores potenciais não falar o português correntemente.

O censo de 1920 discrimina ainda os naturalizados por sexo (tabela 3). Nesse aspecto, cumpre notar que a naturalização é maior, em todos os estados, entre os homens, seja porque efetivamente o contingente de estrangeiros de sexo masculino é maior (em relação ao de sexo feminino), seja porque na época as mulheres (indiscriminadamente) ainda não tinham direito ao voto, ou ainda porque quem respondia perante às autoridades e à lei era em geral o homem chefe de família. Assim, é provável que as que se naturalizaram, o fizeram em grande parte apenas com o intuito de acompanhar a decisão do chefe da família ou até mesmo para gerir os negócios da família. No conjunto dos estrangeiros 4,1% haviam se naturalizado brasileiros e no conjunto das estrangeiras apenas 2,3% haviam se tornado cidadãs brasileiras, segundo o Recenseamento de 1920. Mesmo levando-se em conta esse padrão geral, persistem diferenças entre São Paulo e Santa Catarina, pois no primeiro apenas 26,5% dos naturalizados eram mulheres, ao passo que no segundo 37,6% o eram (tabela 3). As causas de tais diferenças, no entanto, estão a merecer um maior aprofundamento.

TABELA 3. População estrangeira segundo o sexo – 1920

Estados	Total de Estrangeiros (incluindo os naturalizados)			Brasileiros naturalizados		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Espírito Santo	10.647	8.107	18.754	1.168	610	1.778
Minas Gerais	53.175	32.530	85.705	4.386	1.258	5.644
Rio de Janeiro + DF	189.793	100.167	289.960	5.047	1.212	6.259
São Paulo	462.170	367.681	829.851	6.823	2.461	9.284
Paraná	34.854	27.899	62.753	2.525	1.109	3.634
Santa Catarina	17.322	13.921	31.243	4.969	3.000	7.969
Rio Grande do Sul	87.031	63.944	151.025	10.169	4.780	14.949
Outros	67.966	28.704	96.670	2.045	404	2.809
Brasil	922.958	643.003	1.565.961	37.492	14.834	52.326

Fonte: Recenseamento de 1920.

Censo de 1940

Em 1940, uma conjuntura diversa apresenta-se, reflexo dos acalorados embates dos anos 30. O desemprego crescente decorrente da crise econômica mundial que atingira a economia cafeeira já exigira do governo Vargas, logo em 1930, um controle mais rigoroso da entrada de estrangeiros. Este justificava a intervenção do Estado na política imigratória em função do crescimento do desemprego urbano e diagnosticava a entrada de novos estrangeiros como o problema a ser corrigido. Através de decreto, uma série de restrições foi imposta à imigração, como, por exemplo, a necessidade das *cartas de chamada* e a Lei dos 2/3[2]. Em 1934, a Assembléia Nacional Constituinte tornou público o debate sobre a política imigratória. "Rapidamente passou-se a encarar a homogeneidade étnica como um pré-requisito para a formação da nacionalidade, para a fixação do "tipo médio brasileiro", para a coesão político-ideológica da nação, ao mesmo tempo em que a imigração livre associava-se a cisão, a desintegração e a degenerescência da sociedade brasileira. Em particular, preocupou os constituintes a concentração étnica (sobretudo de alemães e de japoneses) em algumas áreas do território nacional" (Bernasconi e Truzzi, 2002, 123). O resultado foi a implantação do regime de cotas, cujo efeito mais sensível foi a queda drástica da entrada de japoneses no país.

O novo regime autoritário implantado em novembro de 1937 propiciou o enfrentamento definitivo de uma série de preocupações que, como vimos, vinha se arrastando já desde o início do século, concernentes aos grupos estrangeiros fortemente estruturados nas regiões de colonização. "No plano das decisões concernentes à questão migratória, 1937 assiste, na onda de um nacionalismo crescente, a um decreto que força a nacionalização das escolas étnicas, ainda bastante comuns à época. Nesse ponto, as colônias japonesa e alemã constituíram o alvo preferencial, já que os italianos eram tidos como mais "assimiláveis". Recrudesce certa intolerância em relação à afirmação da etnicidade, em um clima onde os grupos etnicamente mais robustos são tratados como *quistos* capazes de desagregar o *espírito nacional*" (Bernasconi e Truzzi, 2002, 127).

O censo então realizado acabará refletindo todo esse rol de preocupações presentes nos anos 30: "a necessidade de assimilação, de caldeamento dos identificáveis como alienígenas ou estrangeiros – categorias que, indistintamente, remetem a indivíduos que não nasceram no país (mesmo quando naturalizados) e aos descendentes de imigrantes portadores de identidades étnicas consideradas incompatíveis como pertencimento à nação –, tornou-se uma questão urgente de segurança nacional na década de 30 (Seyferth, 1999, p.199).

O censo de 1940 vai preocupar-se, em detalhes, com a questão do estrangeiro. No quesito referente à "nacionalidade" desagrega a população em *brasileiros natos*, *brasileiros naturalizados*, *estrangeiros* e *pessoas de nacionalidade ignorada*, e ainda discrimina os

> "estrangeiros segundo as 'nações' de que eram cidadãos ou súditos na data do recenseamento. (...). A classificação segundo as nacionalidades específicas, por seu turno, restringiu-se, em alguns quadros, às discriminações 'alemã', 'espanhola', 'italiana', 'japonesa' e 'portuguesa', que pela sua especial importância dos pontos de vista histórico, social e político, foram selecionadas como *principais nacionalidades*, para efeito de confronto entre as diversas Unidades da Federação. As elaborações segundo a *naturalidade* discriminam, respectivamente, para os *brasileiros natos*, a Unidade da Federação e, para os *brasileiros naturalizados* e *estrangeiros,* o nome do país em que hajam nascido. A lista de países da naturalidade não se ajusta

[2] A Lei dos 2/3 estipulava que os empregadores urbanos deveriam contar com pelo menos 2/3 de trabalhadores nacionais em suas firmas.

> exatamente, como é óbvio, às especificações da lista de nacionalidades, em conseqüência, quer da diversidade entre os dois conceitos, quer das alterações de fronteira ou domínio político acaso ocorridos após o nascimento dos declarantes [é o caso da Áustria]. (...) Em um de tais quadros acham-se os brasileiros natos distribuídos quanto ao fato do nascimento, ou não, no Brasil dos dois ascendentes, combinadas as alternativas possíveis; em outro, encontram-se êles classificados apenas segundo os países da naturalidade paterna, com discriminação dos que não falam habitualmente o Português no lar. (Censo de 1940, tomo I, p. XV e XVI).

O que é possível aí se observar? Em primeiro lugar, os percentuais de naturalização entre estrangeiros aumentaram tanto entre os homens como entre as mulheres, em relação à 1920. Mesmo assim, continuaram relativamente baixos, principalmente, se levarmos em consideração a campanha de nacionalização dos anos 30 (tabelas 4, 5 e 6). O aumento ocorrido deveu-se a vários motivos, como: o enquadramento aos grupos estrangeiros imposto pelo Estado Novo, a maior distância em relação à condição de imigrante recém-chegado, além da própria aculturação dos filhos de imigrantes à nova pátria, que desestimulava um retorno ao país de origem. Nessas circunstâncias, a taxa de naturalização subiu de modo geral (no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo e em São Paulo), enquanto Santa Catarina, embora com um percentual inferior em relação a 1920, permaneceu muito a frente de São Paulo.

Em 1940, houve também uma ampliação da proporção relativa ao segmento feminino no conjunto dos naturalizados em relação a 1920. Para o Brasil, como um todo, o percentual relativo às mulheres passou de 28,3% em 1920 para 31,4% em 1940; em São Paulo aumentou de 26,5% para 32,3 e em Santa Catarina foi de 37,6% para 41,5%. Santa Catarina continuou, em 1940, a apresentar-se como o Estado onde as mulheres alcançavam o maior percentual no conjunto dos naturalizados (tabela 5).

TABELA 4. População estrangeira no Brasil – 1940

Estados	Estrangeiros	Brasileiros naturalizados	Total
Espírito Santo	7.446	3.497	10.943
Minas Gerais	34.993	10.553	45.546
Rio de Janeiro + DF	250.394	16.973	267.367
São Paulo	761.991	52.111	814.102
Paraná	56.816	9.837	66.653
Santa Catarina	21.532	5.669	27.201
Rio Grande do Sul	90.710	18.760	109.470
Outras	59.951	5.355	65.306
Brasil	1.283.833	122.755	1.406.588

Fonte: Recenseamento de 1940.

Ao contrário do recenseamento de 1920, o de 1940 desagregou os brasileiros naturalizados por país de origem. O que se observa, então, para o conjunto do Brasil, é que os homens italianos, tanto em números absolutos quanto em números relativos, eram os que mais se dispuseram a se naturalizar brasileiros; depois vinham os espanhóis seguidos de perto pelos alemães. Entre as mulheres, as italianas, em primeiro e as alemãs, em segundo lugar, foram as que mais se interessaram em se tornar cidadãs brasileiras. É importante observar que nessa época as mulheres já haviam adquirido o direito do voto e é possível que algumas estrangeiras quisessem gozar desse direito, embora se observe que, em nenhum dos grupos, mais de um décimo delas tenha se naturalizado (tabela 7).

TABELA 5. População estrangeira segundo o sexo – 1940

Estados	Total de Estrangeiros (incluindo os naturalizados)			Brasileiros naturalizados		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Espírito Santo	6.091	4.852	10.943	2.280	1.217	3.497
Minas Gerais	27.349	18.197	45.546	7.181	3.372	10.553
Rio de Janeiro + DF	163.233	104.134	267.367	13.755	3.218	16.973
São Paulo	441.566	372.536	814.102	35.289	16.822	52.111
Paraná	36.704	29.949	66.653	6.164	3.673	9.837
Santa Catarina	15.273	11.928	27.201	3.330	2.339	5.669
Rio Grande do Sul	61.261	48.209	109.470	12.205	6.555	18.760
Outros	41.799	23.507	65.306	3.996	1.359	5.355
Brasil	793.276	613.312	1.406.588	84.200	38.555	122.755

Fonte: Recenseamento de 1940.

TABELA 6. População estrangeira – Brasil 1920 – 1940

Ano	Sexo	Total de Estrangeiros (incluindo os naturalizados)	Brasileiros naturalizados	% de brasileiros naturalizados
1920	homem	992.958	37.492	3,8
	mulher	642.003	14.834	2,3
	total	1.565.961	52.326	3,3
1940	homem	793.276	84.200	10,6
	mulher	613.312	38.555	6,3
	total	1.406.588	122.755	8,7

Fonte: Recenseamentos de 1920 e 1940 .

TABELA 7. População estrangeira segundo país de origem e sexo, Brasil - 1940

País de origem	Total de estrangeiros (incluindo os naturalizados)		Brasileiros naturalizados		% de brasileiros naturalizados	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Alemanha	52.914	44.191	5.085	2.982	9,6	6,8
Espanha	85.444	75.113	8.494	4.149	9,9	5,5
Itália	172.952	152.353	26.045	14.136	15,1	9,3
Japão	79.492	65.031	2.292	1.538	2,9	2,4
Portugal	240.138	140.187	21.237	4.746	8,8	3,4
Outros	162.336	136.437	21.047	11.004	13,0	8,1
Total	793.276	613.312	84.200	38.555	10,6	6,3

Fonte: Recenseamento de 1940.

Desagregando as informações censitárias por Unidade da Federação segundo o país de origem, observamos que a tendência dos italianos se naturalizarem mais que os outros grupos se repete nas diferentes unidades e que as diferenças verificadas anteriormente entre São Paulo e Santa Catarina permanecem. Embora tenhamos optado por analisar os casos de São Paulo e Santa Catarina, não podemos deixar de chamar a atenção para os altos percentuais apresentados pelo Estado do Espírito Santo, cuja colonização foi de certa forma semelhante à Santa Catarina. Também podemos notar que esse censo captou uma naturalização muito maior de italianos, portugueses e espanhóis, que de alemães, independentemente do estado em questão (tabela 8).

TABELA 8. Percentual de brasileiros e brasileiras naturalizados no conjunto da população masculina e feminina estrangeira segundo país de origem e unidade da federação – 1940

Estados	Alemanha		Espanha		Itália		Japão(**)		Portugal		Outros	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Espírito Santo	18,7	14,0	33,0	22,1	43,1	28,2			35,1	19,7	30,3	18,9
Minas Gerais	14,0	8,3	28,6	17,6	31,1	22,2			27,7	19,2	20,6	13,9
R. de Janeiro + DF	9,4	4,4	10,4	4,3	9,8	4,7			7,6	1,8	13,0	6,4
São Paulo	4,3	1,9	8,8	5,1	11,5	6,6	2,7	2,2	8,0	3,7	7,5	4,1
Paraná	6,6	5,0	16,6	11,1	22,7	16,2	4,7	4,1	16,2	11,2	22,9	16,8
Santa Catarina	13,5	14,8	*	*	30,5	23,1			31,4	23,9	29,0	24,5
Rio Grande do Sul	17,2	13,6	19,8	11,2	27,9	19,4			16,5	9,0	18,0	11,6
Outras	9,7	7,5	8,2	6,4	12,7	10,5			9,9	4,7	8,2	4,8
Brasil	9,6	6,8	9,9	5,5	15,1	9,3	2,9	2,4	8,8	3,4	13,0	8,1

Fonte: Recenseamento de 1940
* os naturalizados de origem espanhola eram muito poucos em números absolutos no Estado de Santa Catarina.
**aos naturalizados de origem japonesa eram pouco ou nada representativos nos diferentes estados brasileiros, com exceção de São Paulo e Paraná (85% deles encontravam-se em São Paulo e 9,4% no Paraná).

A tabela 8 nos mostra ainda que São Paulo e Rio de Janeiro apresentavam em 1940 um padrão muito diferenciado dos outros estados no tocante à naturalização. Nos estados em que a colonização se deu por pequenas propriedades, como Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, as taxas de naturalização para todos os grupos são mais altas (a ponto de atingir, como evidencia a tabela 8, 43,1% dos italianos no Espírito Santo). Minas Gerais acompanha esse padrão. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, ao contrário, elas se deprimem significativamente (Paraná é um caso intermediário), corroborando, de certa forma o que já havíamos observado em 1920: a influência do tipo de colonização (imigrantes atraídos por pequenas propriedades ou pelo latifúndio cafeeiro) sobre a decisão de se naturalizar.

Língua falada

Por ocasião do recenseamento de 1940, já estamos em plena campanha de nacionalização empreendida pelo Estado Novo. Para os ideólogos do Estado Novo, impunha-se criar o sentimento de brasilidade, afirmar definitivamente a identidade nacional, e para tal seria necessário desenvolver um papel ativo na educação dos jovens, priorizando a língua portuguesa, centralizando e padronizando o ensino (unificando programas e materiais didáticos) e homogeneizando a população das zonas de colonização imigrante em prol de uma identidade nacional, através da nacionalização do ensino (Luna, 2002 e Bomeny, 1999). Muito além das escolas, clubes sociais, associações culturais e a própria imprensa, animados e sustentados por vínculos étnicos, acabaram desaparecendo, ou tiveram que se desfigurar completamente, para poderem sobreviver (Seyferth, 1999, 223-5).

Por causa desse contexto, o recenseamento de 1940 traz também, de forma bastante detalhada, números sobre a língua falada - pelos *brasileiros natos* descendentes diretos de estrangeiros, pelos *brasileiros naturalizados* e pelos *estrangeiros* – numa demonstração clara de obter elementos sobre o processo de assimilação/integração do imigrante.

> "A condição de falar, ou não correntemente o Português, de par com a de usar habitualmente essa língua ou outra, no lar, (...) associa-se, em vários quadros desta publicação, a classificações segundo nacionalidades e países de naturalidade, oferecendo dados bastante expressivos sobre as condições de assimilação da população de origem estrangeira fixada no Brasil e de seus descendentes diretos. Houve, sem dúvida, certa precariedade nas respostas dadas a um dos quesitos em aprêço, confundindo-se a condição de falar, ou não, *correntemente* o Português,

> como a de falar ou não, *corretamente* essa língua, o que levou a declarações negativas em relação a crianças incapazes ainda do uso desembaraçado de qualquer espécie de linguagem. Com destaque da população menor de 5 anos de idade, fornecida concomitantemente, pode-se entretanto, em grande parte, obviar a precariedade resultante da confusão assinalada". (Censo de 1940, tomo I, p. XVI e XVII)[3]

Não deixa de ser curioso que a presença em território nacional de um grupo como o alemão, "que participava ativamente na comunidade com o trabalho, que se destacava pela obediência civil, mas ao mesmo tempo mantinha acesos os laços culturais que o prendiam fielmente à nação de origem, provocava um sentimento ambíguo nas autoridades brasileiras: um misto de admiração e medo. Porque, de fato, era nos alemães, e não nos brasileiros, que se encontrava, de forma marcante, o que Oliveira Viana defendia como ideal a ser atingido no Brasil: 'que (...) esta consciência de grupo nacional, este devotamento ao grupo-Nação se acompanhe de uma *mística nacional*. Quero dizer: de um sentimento de orgulho nacional, de grandeza nacional, de superioridade nacional. Este ideal de grandeza ou de superioridade nacional é o que há de ser a fonte alimentadora do *espírito brasileiro* anêmico, débil, inoperante'" (Bomeny, 1999,152).

Portanto, como bem observou Vainer, "na verdade a problemática da assimilação punha em relevo a *condição de estrangeiro do imigrado*. Se na comparação infinitas vezes repetida, o *imigrante* supera largamente o *nacional* do ponto de vista racial e econômico (eugenia e produtividade), sua condição de *estrangeiro* o torna portador virtual de uma ameaça à constituição/afirmação da nacionalidade." (Vainer, 1995,p.46)

As informações censitárias sobre a língua falada apontam os alemães, assim como seus descendentes, como o segmento europeu que mais conservou a língua materna na comunicação dentro do lar, ou, em outros termos, os que menos falavam o português habitualmente no lar. Os brasileiros natos filhos de alemães, inclusive, mostravam proporções bastante próximas da categoria "estrangeiros" com relação a esse quesito. A população de origem alemã perdia apenas para a de origem japonesa, inclusive, porque a imigração japonesa era mais recente, portadora de cultura bastante diferenciada e, portanto, de mais difícil integração à sociedade brasileira no período. Os italianos e espanhóis apresentavam percentuais bem mais baixos, o que se justifica em função de falarem línguas que tinham a origem latina comum com o português.

A categoria "estrangeiros", como era de se esperar, apresentava as mais altas proporções de pessoas que conservavam a língua materna no lar, qualquer que fosse a origem; enquanto que os brasileiros naturalizados e os brasileiros natos filhos de pai estrangeiro mostravam, respectivamente, percentuais mais baixos de pessoas que não falavam o português habitualmente no lar. Os espanhóis, na categoria "estrangeiros", conservaram um pouco mais que os italianos esse hábito, mas essa situação mostrava-se inversa para os brasileiros natos e brasileiros naturalizados; neste caso, eram os de origem italiana que tinham maiores percentuais de falantes da língua materna (tabela 9).

Analisando as informações sobre os que *não falam o português habitualmente no lar* para o Estado de São Paulo as porcentagens observadas para os japoneses são semelhantes às encontradas para o Brasil, inclusive porque a esmagadora maioria destes encontrava-se em território paulista. Para os alemães, a tendência verificada para o território nacional repete-se, mas com percentuais menores. Em São Paulo, os espanhóis conservaram proporcionalmente mais a língua materna que no conjunto do Brasil e mostraram um pouco mais de dificuldade em

[3] O recenseamento de 1950 segue normas semelhantes e recupera a maioria das tabelas de 1940 sobre nacionalidade, desagregando a população em *brasileiros natos*, *brasileiros naturalizados* e *estrangeiros*; o quesito *língua falada habitualmente no lar* foi coletado como em 1940, mas com algumas alterações na forma. O quesito *falam correntemente o português* foi excluído.

falar o português no lar que os italianos, em qualquer das três categorias arroladas (brasileiros natos filhos de estrangeiros, brasileiros naturalizados e estrangeiros) (tabela 10).

TABELA 9. População de origem estrangeira, com discriminação por sexo, dos que não falam o português habitualmente no lar segundo a país de origem (%)* - Brasil - 1940

País de origem	Brasileiros natos descendentes de pais de origem estrangeira		Brasileiros naturalizados		Estrangeiros	
	homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
Alemanha	51,6	47,4	44,0	54,0	55,4	56,4
Espanha	6,3	6,0	11,0	14,4	19,9	22,8
Itália	9,7	9,1	13,0	16,5	15,2	17,9
Japão	66,2	66,8	72,0	72,2	84,1	90,7
outro	14,7	16,1	19,9	27,7	36,9	36,0

Fonte: Recenseamento de 1940
*percentual sobre o total de homens e sobre o total de mulheres de cada categoria.

TABELA 10. População de origem estrangeira, com discriminação por sexo, dos que não falam o português habitualmente no lar segundo a país de origem (%)* - Estado de São Paulo - 1940

País de origem	Brasileiros natos descendentes de pais de origem estrangeira		Brasileiros naturalizados		Estrangeiros	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Alemanha	12,8	13,1	20,7	16,4	45,0	44,6
Espanha	7,5	7,1	14,2	17,6	23,2	25,5
Itália	1,3	1,3	5,3	7,1	12,1	15,0
Japão	68,5	68,8	74,2	80,6	84,9	86,5
outro	6,3	6,6	12,7	15,7	34,2	36,2

Fonte: Recenseamento de 1940
*percentual sobre o total de homens e sobre o total de mulheres de cada categoria.

Em Santa Catarina, os alemães e italianos, em proporções muito maiores que no conjunto do Brasil e em São Paulo, *não falavam o português habitualmente no lar*. Mais de três quartos das pessoas de origem alemã e mais da metade das de origem italiana não cultivavam esse hábito de falar o português no seu cotidiano. Na categoria "estrangeiros", os percentuais eram ainda bem maiores que os brasileiros natos filhos de pai estrangeiro e brasileiros naturalizados (tabela 11).

TABELA 11. População de origem estrangeira, com discriminação por sexo, dos que não falam o português habitualmente no lar segundo a país de origem (%)* - Estado de Santa Catarina - 1940

País	Brasileiros natos descendentes de pais de origem estrangeira		Brasileiros naturalizados		Estrangeiros	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Alemanha	76,5	77,5	72,9	77,3	84,4	85,2
Espanha **	7,0	9,3	-	-	8,8	19,1
Itália	55,0	59,7	56,2	65,7	66,5	71,8
Japão	-	-	-	-	-	-
outro	43,7	47,8	33,8	47,7	64,1	70,6

Fonte: Recenseamento de 1940
*percentual sobre o total de homens e sobre o total de mulheres de cada categoria.
** os espanhóis em Santa Catarina eram pouco representativos.

A discrepância dos dados relativos aos alemães entre São Paulo e Santa Catarina, no tocante ao emprego da língua, evidencia, mais uma vez, que embora se tratassem de grupos de mesma origem, as condições de recepção e sobrevivência foram muito distintas nos dois estados. Foi comum, por exemplo, em Santa Catarina, a defesa da escola étnica sob o argumento de que os governos (tanto imperial quanto republicano) não haviam provido as respectivas comunidades de escolas públicas de boa qualidade. Provavelmente não foi essa a realidade paulista, em que ao menos o governo republicano, desde seus primórdios, preocupou-se em estabelecer uma rede pública de ensino mais satisfatória.

Ainda no que diz respeito à língua, nota-se, com algumas poucas exceções, que as mulheres, mais que os homens, preservavam o idioma materno no interior do lar. Passavam mais tempo no "mundo da casa", eram responsáveis pela educação dos filhos, pela transmissão da língua, da cultura e, de certo modo, "amenizavam" as rupturas proporcionadas pela imigração. Tais papéis eram mais intensos também em Santa Catarina que em São Paulo em função das circunstâncias históricas já discutidas anteriormente.

No presente texto procuramos apontar como a naturalização e a língua praticada no lar pelos estrangeiros e seus descendentes, duas variáveis tratadas pelos censos nacionais de 1920 e 1940, assumiram manifestações diversas, segundo principalmente dois eixos: a região do Brasil para onde esses imigrantes rumaram e a própria origem desses imigrantes. No tocante ao primeiro eixo, importa ressaltar a discrepância entre o caso paulista frente a outros estados em que predominou a vinda de imigrantes para o tipo de colonização em pequenas propriedades. Enquanto em São Paulo a fazenda cafeeira e a vida urbana exigiram uma rápida integração do imigrante a um meio cultural relativamente diversificado; nos estados em que a colonização se fez por glebas de pequena propriedade, as comunidades de imigrantes tenderam a ser mais homogêneas e foram obrigadas a se organizar por si próprias. Nesse ambiente, é claro que o crivo étnico tendeu a ser mais vigoroso e acreditamos que a tentativa de a comunidade assumir a condução de seu próprio destino acabou impelindo a um maior grau de naturalização, tanto por exigência da legislação que outorgava o voto apenas aos naturalizados, quanto pela maior segurança em relação ao reconhecimento das propriedades rurais que a condição de brasileiros oferecia. Já em São Paulo, nos quadros da economia cafeeira dominante, a entrada de imigrantes em cargos de representação política ocorreu na maior parte dos municípios apenas de modo episódico, até pelo menos o final do Estado Novo (Truzzi et al., 2012).

No segundo eixo, importa observar a maior ou menor disposição dos distintos grupos em aceitar a imposição da miscigenação e de uma cultura de base nacional-lusitana propugnada desde o final do século XIX, cuja implementação plena se deu de modo autoritário e definitivo durante o Estado Novo. Em mais de uma ocasião, curiosamente, tais doutrinas se apoiaram em um mau uso da noção de latinidade para estabelecer os rumos vislumbrados como adequados à política migratória.

Nesse ponto, o exemplo dos alemães em Santa Catarina nos mostra um grupo interessado em valorizar e preservar sua própria identidade e cultura, que rejeitava a miscigenação como condição para a cidadania plena, cuja incorporação ao ideário vigente foi realizada a ferro e fogo, atingindo significativamente suas instituições comunitárias no decorrer da campanha de nacionalização. Isso também ocorreu com diferentes intensidades com italianos e outros grupos étnicos, inclusive independentemente de desejarem de modo muito explícito preservar suas identidades étnicas.

Discutimos aqui, portanto, em última instância, valores que nortearam a política migratória, e em particular aqueles associados aos direitos de cidadania e de preservação de uma cultura própria por parte dos grupos de imigrantes aqui chegados. Nessa medida, a análise contextualizada

dos dados apresentados pelos censos de 1920 e 1940, sobre naturalização e língua falada por estrangeiros, nos mostra variações importantes, sugerindo que: tais direitos, intimamente associados à condição humana, estiveram longe de ser observados no período em questão.

Referências

AZEVEDO, T. de. Democracia racial. São Paulo: Vozes, 1975.

BERNASCONI, A.; TRUZZI, O. Política Imigratória no Brasil e na Argentina nos Anos 30: aproximações e diferenças. In: SALES, T.; SALLES. M. (orgs.). Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Paulo: EdUFSCar: Sumaré, 2002, p.111-138.

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.). Repensando o estado novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BOMBASSARO,L.C.; DAL RI JÚNIOR, A.; PAVIANI, J. (orgs). As interfaces do humanismo latino. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p.445-469.

DIEGUES JR, M. Etnias e culturas no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.

GROSSELLI, R. M. Noi tirolesi, sudditi felici di D. Pedro II. Porto Alegre: EST Edições, 1999.

HOLLANDA, S. B. de. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, T. Memórias de um colono no Brasil (1850). São Paulo: Livraria Martins, 1941.

LUNA, J. M. F. Um capítulo da história recente desses 500 anos de língua portuguesa: as ações do governo brasileiro para educação de imigrantes alemães e o ensino de português no sistema escolar teuto-brasileiro. In: BASTOS, N. (org.). Língua portuguesa: uma visão em mosaico. São Paulo: EDUC, 2002. p. 63-77.

ROSOLI, G. Le relazioni tra Italia e Brasile e le questioni dell'emigraziome (1889-1896). In: ROSOLI, G. (org.). Emigrazioni europee e popolo brasiliano. Roma: Centrro Studi Emigrazione, 1987. p.180-205.

SEYFERTH, G. A singularidade germânica e o nacionalismo brasileiro: ambigüidade e a alotropia na idéia de nação. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V. de; FELDMAN-BIANCO, B. (coord.). Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros. Lisboa: Estudos e Investigações 25/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002. p. 251-288.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (org.). Repensando o estado novo. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 201-228.

TRUZZI, O. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. Dados [online]. 2012, vol.55, n.2 [cited 2013-02-25], pp. 517-553 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000200008&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0011-5258. http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582012000200008.

TRUZZI, O.; KERBAUY, M. Mobilidade e política: considerações sobre a participação de imigrantes e seus descendentes em cidades médias do interior paulista. Teoria & Pesquisa, São Carlos, p. 32-5, jan./dez.2000.

TRUZZI, O. et al. Mudança de fronteiras étnicas e participação política de descendentes de imigrantes em São Paulo. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2012, vol.27, n.80 [cited 2013-02-25], pp. 135-151 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000300008&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-6909. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092012000300008.

VAINER, C. B. Estado e imigração internacional: da imigração à emigração. In: PATARRA, N. (coord.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995.

WILLEMS, E. Immigrants and their assimilation in Brazil. In: SMITH, T. L.; MARCHANT, A. (eds.). Brazil: portrait of half a continent. New York: The Dryden Press, 1951.

CRIANÇAS IMIGRANTES E CRIANÇAS GERADAS DE VENTRES IMIGRANTES EM TERRA BRASILEIRA

Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi

Nas décadas finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, as políticas migratórias adotadas pelo governo brasileiro e principalmente pelo governo paulista - visando solucionar o problema de mão de obra para a cafeicultura em expansão – deram à imigração familiar um destaque muito especial, sobretudo àquela subsidiada. Nesse período, mais de noventa por cento dos imigrantes subsidiados e setenta por cento dos espontâneos chegados ao estado de São Paulo faziam parte de unidades familiares.

Aos milhares, famílias imigrantes - italianas (em maior volume), também espanholas, portuguesas e em menor proporção alemãs, austríacas, japonesas (após 1908), europeias do leste, turcas, sírias, libanesas - passaram a integrar não só o cotidiano das fazendas de café, mas também dos núcleos coloniais e das cidades paulistas que se urbanizavam e se industrializavam. Entre essas, a capital do estado, que acabou por se tornar o maior polo de atração de imigrantes, muito embora a política migratória estivesse empenhada em trazer "braços para o café".

O grande volume e as características dessa imigração tiveram um impacto muito grande sobre a população paulista, provocando além do crescimento populacional, alterações nos padrões demográficos locais. Por sua vez, o processo imigratório como um todo também ocasionou mudanças nas características demográficas da família imigrante em relação aos padrões vigentes na localidade de origem. As crianças, que integravam essas famílias e as que nasceram de ventres estrangeiros em terras paulistas responderam por uma parcela importante dessas mudanças.

São essas crianças que merecem a atenção neste trabalho, que busca agregar novos ingredientes ao seu conhecimento, através de um olhar de caráter mais demográfico. Um olhar ainda preliminar sobre os números e observações encontrados principalmente em documentos oficiais publicados da época, verificando o que deles pode ser extraído sobre a experiência do migrar, nascer, viver e morrer dessas crianças. Ao mesmo tempo, este trabalho está preocupado em mostrar as possibilidades (e também as dificuldades) que fontes de caráter mais quantitativo oferecem à história da criança no estado de São Paulo.

A criança imigrante e suas idades

Os promotores da política migratória paulista, voltada a trazer "braços para a lavoura" (diga-se para o café), consideravam o imigrante a partir de doze anos aptos ao trabalho e aquele abaixo dessa idade um futuro trabalhador em potencial. Na obtenção da viagem subsidiada as normas prescreviam, entre outros critérios bem definidos, que a família deveria possuir pelo menos um membro do sexo masculino entre doze e quarenta e cinco anos de idade. Então, os imigrantes entrados no Brasil, inclusive os espontâneos (os que vinham por conta própria), eram classificados nas estatísticas publicadas anualmente em menores e maiores de doze anos. Em consequência, pode-se definir a criança imigrante como aquela que possuía menos de doze anos de idade. O que não significa, que na prática crianças, com idades abaixo dessa, assumissem a responsabilidade de contribuir com algum trabalho para a sobrevivência da família.

As crianças, os menores de doze anos nas estatísticas da época, eram subdivididas em: três grupos etários - de zero a três anos, de três a sete anos e de sete a doze anos - para efeito: do pagamento de passagens às companhias de navegação encarregadas de trazer imigrantes, do cálculo da ração (e seus custos) distribuída nos navios, na Hospedaria de Imigrantes e do controle das entradas desses estrangeiros no território paulista, como consta nos exemplos que se seguem.

Nos primeiros contratos firmados com as companhias de navegação o Estado pagava passagem inteira para pessoas de doze anos ou mais, meia passagem para crianças de sete a doze e um quarto de passagem para as de três a sete enquanto crianças abaixo de três anos tinham transporte grátis. Posteriormente, esse padrão foi alterado por lei e o Estado passou a subsidiar com uma taxa fixa os imigrantes qualificados, que não estivessem estado anteriormente no Brasil, que fossem lavradores, constituídos em unidades familiares, as quais deveriam ter pelo menos um membro masculino fisicamente capaz com idade entre doze e quarenta e cinco anos, gozassem de boa saúde e tivessem "bom comportamento moral" (HOLLOWAY, 1984).

A alimentação destinada aos imigrantes e seus custos costumavam também ser calculados segundo o grupo etário. Às crianças de sete a doze anos era destinada metade da ração atribuída a um adulto, às de três a sete anos um quarto e menores de três anos apenas 500 gramas de leite fresco (SCARANO, 1974). Em 1898, a Hospedaria dos Imigrantes calculou a média das despesas com alimentação dos imigrantes (que permaneciam em média dois dias e meio no local), em: Rs 2$765 para os maiores de 12 anos; Rs 1$382 para os de 7 a 12 anos e Rs $931, cabendo ao fornecedor alimentar gratuitamente os menores de 3 anos. Incluindo estes últimos a média passou para Rs 2$036 (SÃO PAULO a, 1899, p.55).

As estatísticas publicadas nos relatórios anuais da Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo resumiam segundo aqueles mesmos grupos etários, as informações contidas, sobre cada imigrante, nas listas ou livros de controle das entradas de imigrantes no porto de Santos e na Hospedaria de Imigrantes na cidade de São Paulo. Através dessas informações é possível, então, dimensionar o volume de crianças entrado no estado e a proporção que elas representavam no conjunto dos imigrantes, durante a denominada *imigração de massa*.

Crianças que chegam, crianças que partem

Entre 1886 e 1902, período em que a imigração, principalmente a subsidiada, foi mais volumosa, os menores de doze anos, que entraram no estado de São Paulo pelo porto de Santos, representavam mais de trinta por cento das entradas (cerca de trezentas e cinquenta mil crianças). Essa proporção, no entanto, variou no decorrer do tempo, não era a mesma

entre os imigrantes das diferentes nacionalidades, entre subsidiados e espontâneos. Era maior entre os subsidiados, pois estes imigravam basicamente em unidades familiares, enquanto entre os espontâneos, além das famílias havia muitos adultos que imigravam sós. Na sua maioria, essas famílias eram relativamente jovens, que se deslocavam majoritariamente em um momento específico do seu ciclo de vida familiar quando ainda não tinham encerrado seu ciclo reprodutivo, portanto para gerar novos filhos em terras brasileiras (BASSANEZI, 2003).

No final do século XIX os italianos e espanhóis, mais que os portugueses, traziam uma proporção maior de crianças e entre os italianos predominavam aquelas em idades mais jovens (Tabela 1).

A partir de 1902, o governo italiano passou a dificultar a saída de subsidiados para o estado de São Paulo, o que não significa que os italianos deixassem de vir, mas agora basicamente na categoria de espontâneos. As redes sociais, as oportunidades de trabalho oferecidas, as facilidades para entrar no país e as dificuldades encontradas na terra natal ajudavam na manutenção e ampliação desse fluxo. Embora as famílias vindas espontaneamente tivessem estrutura e composição familiar semelhante às famílias subsidiadas, a proporção de crianças no conjunto dos imigrantes diminuiu.

TABELA 1. Imigrantes subsidiados entrados no estado de São Paulo, segundo as principais nacionalidades por grupo etário (%) 1899

Nacionalidade	1899				
	> 12 anos	7 a 12 anos	3 a 7 anos	< 3 anos	Total < 12 anos
Italiana	64,9	11,4	12,4	11,3	35,1
Portuguesa	68,1	11,8	9,8	10,3	31,9
Espanhola	64,2	13,1	12,2	10,5	35,8

Fonte: São Paulo a (1899).

O volume menor de crianças no conjunto dos imigrantes portugueses devia-se ao fato de que eles, na sua maioria, caracterizavam-se por serem mais urbanos, por imigrarem menos em família e gozarem menos dos subsídios oferecidos. As famílias espanholas, por sua vez, nas primeiras duas décadas do século XX, passaram a chegar em maior número, ocupando o lugar anteriormente dos italianos na imigração subsidiada e trazendo uma elevada proporção de crianças no seu conjunto. De fato, no conjunto dos imigrantes os espanhóis foram os que mais imigraram em unidades familiares no período (KLEIN, 1989).

As estatísticas disponíveis relativas à primeira década do século XX, que desagregam por grupo etário os imigrantes subsidiados e espontâneos, confirmam que entre aqueles que imigravam às suas custas a proporção de crianças de até doze anos era menor (25% a 30%) do que os subsidiados (37% a 43%), devido os motivos apresentados anteriormente. Inclusive, a proporção de crianças menores de três anos também era maior entre esses do que entre aqueles (respectivamente 10% a 13% e 7% a 9%) (SÃO PAULO a, 1901-1910). Esses dados indicam que os subsídios permitiram que famílias mais jovens, com filhos pequenos, com menores recursos buscassem em novas paragens a possibilidade de uma vida melhor (nem sempre alcançada) e atendessem ao perfil demandado para a cafeicultura.

No período de 1908 a 1928 imigrantes espontâneos tornaram-se maioria e os imigrantes de "outras nacionalidades" (que não italiana, portuguesa, espanhola, alemã) ampliaram sua visibilidade no estado de São Paulo. Nesse momento, eram os espanhóis, iugoslavos e romenos que, proporcionalmente, traziam para o estado um maior volume de crianças. Eles também eram os que mais usufruíam dos subsídios à viagem dada pelo governo paulista. De qualquer forma,

o incremento da imigração espontânea em relação à subsidiada fez cair a proporção de crianças no conjunto de todos imigrantes entrados no estado de São Paulo no período. Contudo, elas continuaram chegando e interferindo na dinâmica demográfica paulista. Os números para 1915 e 1928, mostram que no conjunto de subsidiados mais espontâneos a proporção de menores de doze anos de idade, variou segundo a nacionalidade entre 17% e 32% - cifras menores que as observadas em período em predominou a imigração subsidiada (Tabela 2).

TABELA 2. Imigrantes (subsidiados + espontâneos) entrados no estado de São Paulo, segundo nacionalidade por grupo etário (%) - 1908-1928

Nacionalidade	> 12 anos	7 a 12	< 7anos	Total <12 anos
Italiana	77,8	8,3	13,9	22,2
Portuguesa	81,0	7,1	11,9	19,0
Espanhola	68,0	11,9	20,1	32,0
Alemã	82,7	7,1	10,2	17,3
Austríaca	77,5	8,4	14,1	22,5
Japonesa	76,0	7,8	16,2	24,0
Iugoslava	69,0	10,1	20,9	31,0
Romena	68,3	11,2	20,5	31,7
Lituana	75,0	9,0	16,0	25,0
Síria	82,0	7,0	11,0	18,0
Turca	83,5	7,7	8,7	16,5

Fonte: São Pauloa (1929).

Crianças imigrantes e filhas brasileiras de imigrantes nem sempre permaneciam em território paulista e continuavam se deslocando para fora das fronteiras do estado e dentro dele também. Muitas retornavam à sua terra natal (no caso das brasileiras à terra de seus pais); algumas poucas chegavam a ser repatriadas por motivo de doença ou falecimento do seu responsável. Outras migravam com suas famílias para os portos do Rio da Prata (Argentina principalmente), para portos da América ou de outros estados do Brasil. Informações sobre o volume de saídas de crianças do estado são muito poucas. O relatório da Secretaria de Agricultura Comércio e Obras Públicas de 1908 registrou pela primeira vez o número de saídas segundo a nacionalidade por grupo de idade, dimensionando as saídas de crianças no ano, acompanhando seus pais em direção a outros locais, principalmente para a Europa. Como era de se esperar, no conjunto dos imigrantes de diferentes nacionalidades, a proporção dessas crianças era maior entre os italianos e espanhóis, grupos que haviam imigrado em unidades familiares em maior escala (Tabela 3).

TABELA 3 - Imigrantes saídos do estado pelo porto de Santos, segundo as principais nacionalidades por grupo etário (%)

Nacionalidade	> 12 anos	7 a 12 anos	3 a 7 anos	< 3 anos	total <12 anos
Italiana	65,1	9,5	13,6	11,8	34,9
Portuguesa	81,0	4,9	6,7	7,3	19,0
Espanhola	68,3	7,2	12,1	12,4	31,7

Fonte: São Pauloa (1909).

A partir de então, somente em 1917 voltaram a serem publicadas as saídas de imigrantes pelo porto de Santos segundo a nacionalidade por grupo etário. O que se observa então é que entre 1917-1928 os menores de doze anos representavam menos de um quinto do conjunto das saídas e que essa proporção, como acontecia com as entradas, também variava segundo a sua nacionalidade da criança e/ou de seus pais (SÃO PAULO a, 1918-1930). Uma vez que o retorno à terra natal ou a busca de outras paragens exigia recursos financeiros, pois subsídios a essa viagem praticamente inexistiam, a não ser em casos muito especiais, é possível supor que os mais pobres, menos bem sucedidos em terras paulistas e suas crianças dificilmente engrossassem as saídas a não ser que contassem com a ajuda de parentes e amigos.

Os deslocamentos dos imigrantes e suas crianças também se davam com frequência dentro do território paulista. Aliás, a grande mobilidade espacial da população que caracterizou o estado de São Paulo no período, ampliou-se ainda mais com a chegada dos imigrantes. Estes, sempre em busca de melhores condições de vida e trabalho, se mudavam com frequência de fazenda em fazenda[1], da fazenda para áreas de pequena propriedade, da zona rural para as cidades e do interior para a capital.

Crianças brasileiras filhas de imigrantes

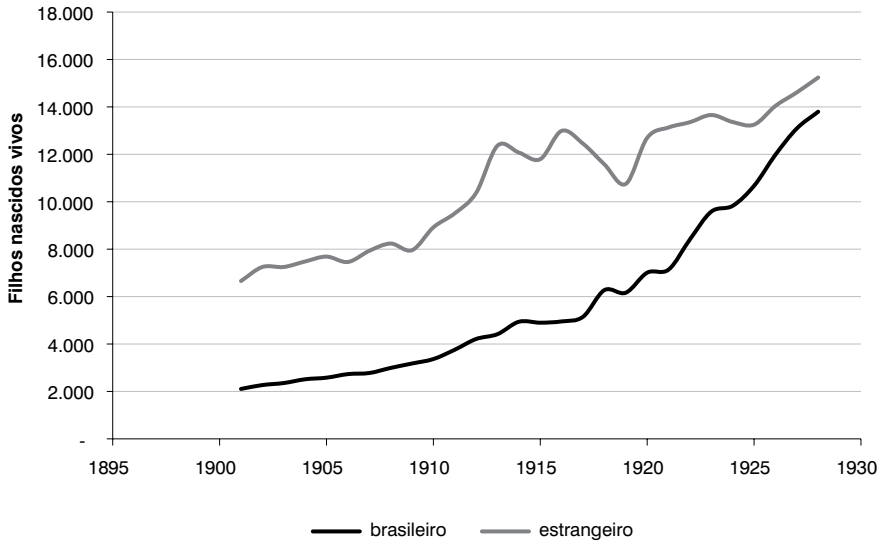
Crianças filhas de imigrante nascidas no Brasil no período da imigração de massa, devido à norma brasileira do ***jus solis***, eram consideradas brasileiras, se não houvesse manifestação em contrário. Embora se saiba que elas se contavam aos milhares, não se conhece ao certo quantas eram, pois, os levantamentos populacionais publicados da época não as diferenciam das filhas de pais nativos no país.

Uma exceção fica por conta das estatísticas demógrafo-sanitárias, que começaram a ser publicadas no final do século XIX, pela Diretoria do Serviço Sanitário do estado de São Paulo. Embora elas apresentem lacunas, para um conjunto de anos é possível conhecer o número de nascimentos de "filhos de pais estrangeiros" e/ou "filhos de mães estrangeiras" (inclusive, algumas vezes a nacionalidade do pai e/ou mãe), de "filhos legítimos" e "filhos ilegítimos" de pais e mães estrangeiras, de filhos cujos pais eram portadores da mesma nacionalidade ou eram de nacionalidades diferentes.

Nos locais onde a presença imigrante foi marcante (na capital e nas áreas cafeeiras do estado), as mulheres estrangeiras até o final da década de 1920 geravam um número bem maior de filhos nascidos vivos que as mulheres nativas. As mulheres imigrantes casadas que aqui chegavam não haviam encerrado seu ciclo reprodutivo e continuavam tendo filhos no Brasil. Por sua vez, a razão de sexo favorecia o casamento para as mulheres solteiras que se casavam em idades mais precoces do que as que casaram no país de origem, portanto, apresentavam maior risco de gerarem filhos em sua idade considerada fértil (15 a 49 anos). Dessa forma, os filhos de mulher estrangeira produziram um impacto forte sobre o crescimento vegetativo da população local. À medida que a entrada de imigrantes em território paulista declinava, os filhos nascidos vivos de mães brasileiras foram atingindo valores mais altos, inclusive porque muitas filhas brasileiras de mães e pais estrangeiros começavam a gerar seus próprios filhos, com forte impacto nesses valores (Gráfico 1 e 2).

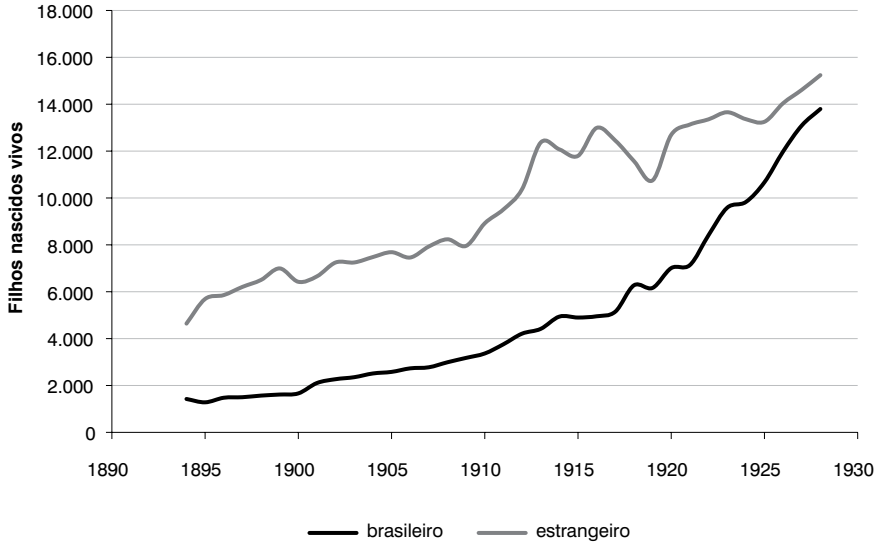
[1] O contrato de trabalho nas fazendas cafeeiras era anual. Assim, no final do ano agrícola, muitas famílias deixavam as fazendas em busca de outras fazendas ou outros locais em que havia melhores condições de trabalho e de remuneração

GRÁFICO 1. Crianças brasileiras filhas de pai imigrante e pai brasileiro, Capital - 1901-1928



Fonte: São Pauloc (1894-1900); São Paulo (1918-1929).

GRÁFICO 2. Crianças brasileiras filhas de mãe imigrante e mãe brasileira, Capital 1901-1928



Fonte: São Pauloc (1894-1900); São Paulo (1918-1929).
Nota: Não há informações para o período de 1901-1916.

Nesses gráficos, inclusive, é possível observar também o forte impacto da gripe espanhola, que assolou a capital paulista em 1918, sobre os nascimentos de brasileiros filhos de pais e mães estrangeiros. Esses pais e mães estariam mais sujeitos ao contágio, porque viviam amontoados nas fábricas onde trabalhavam e nos cortiços onde moravam? Por que a gripe não afetou da mesma forma os pais e mães brasileiros?

No conjunto dos nascimentos de crianças filhas de imigrantes nascidas em território paulista, ocorridos na última década do século XIX, uma pequena minoria era constituída de filhos ilegítimos, ou seja, fruto de uniões não formalizadas, esporádicas ou permanentes. Os filhos ilegítimos de mães estrangeiras eram em número relativamente bem menor que os de mães brasileiras e entre as mães imigrantes, as italianas eram as que apresentavam a mais baixa proporção de filhos ilegítimos. Portuguesas, espanholas, alemãs e mulheres de outras nacionalidades, geravam proporcionalmente o dobro de filhos ilegítimos que as italianas, mas

ainda ficavam muito aquém dos gerados por mães brasileiras. Este padrão de filiação quanto à legitimidade entre as mães estrangeiras acabou também por baixar a ilegitimidade no estado de São Paulo, uma vez que eram essas mães que estavam gerando mais filhos no período.

Na capital paulista a proporção de filhos ilegítimos tanto de mulheres nativas como de estrangeiras era maior do que a observada no interior do estado. Nas cidades maiores, de um modo geral, muitas mulheres encontravam-se mais vulneráveis e acabavam por dar a luz a filhos ilegítimos. Além disso, cidades mais povoadas eram procuradas como refugio por essas mães para dar a luz e viver, onde poderiam passar mais despercebidas, onde o controle social deveria ser menor. De qualquer forma, o que se observa é que nos bairros da capital paulista onde houve maior concentração de imigrantes estrangeiros, como no Brás, por exemplo, a porcentagem de filhos ilegítimos também era menor que em outros bairros onde os imigrantes eram poucos. Essas discrepâncias observadas estão a merecer uma análise mais profunda, mas certamente devem estar associadas a padrões demográficos e culturais trazidos pelos imigrantes, e também ao grau da pressão ou vigilância exercida pela família e comunidade sobre suas mulheres, que eram menores no conjunto da capital que nas áreas rurais do inteiror do estado.

TABELA 4. Filhos ilegítimos nascidos vivos segundo a nacionalidade da mãe, Capital e Interior - 1894-1900

1894-1900	Filiação	Brasileira	Portuguesa	Italiana	Espanhola	Alemã	Outras	Total Estrangeiros
Capital	Legítima	11.402	7.174	27.229	2.739	923	1.290	50.757
	Ilegítima	2.346	425	605	176	82	121	3,755
	Total nasc.	13.748	7.599	27.834	2.915	1.005	1.411	54.512
	% ilegítimos	17,1	5,6	2,2	6,0	8,1	8,6	6,9
Interior do estado	Legítima	215.258	20.090	143.273	14.243	3.632	7.192	188.430
	Ilegítima	23.020	1.044	2.563	601	174	362	4.744
	Total nasc.	238.278	21.134	145.836	14.844	3.806	7.554	193.174
	% ilegítimos	9,6	4,9	1,8	4,1	3,7	4,8	2,5

Fonte: São Pauloc (1895-1902).

Somente a partir de 1916 começaram a ser publicadas estatísticas que cruzavam a nacionalidade do pai com a da mãe. Nesse ano, três quartos dos nascimentos da capital e dois terços dos nascimentos no porto de Santos e nas áreas cafeeiras do interior foram frutos de uniões endogâmicas (pai e mãe portadores da mesma nacionalidade) realizadas fora ou dentro do Brasil. Nos demais nascimentos o pai e a mãe tinham nacionalidades diferentes. No entanto, é preciso lembrar, que entre esses nascimentos, muitos resultaram de uniões de estrangeiros com brasileiros e que este pai ou mãe brasileiro era filho de imigrante, e, portanto, as uniões conjugais continuavam a ocorrer dentro de um mesmo grupo étnico, que as estatísticas acabavam por ocultar como mostram estudos realizados por BASSANEZI (1990a e 2003) e TRUZZI (2012). Em anos anteriores a proporção de casamentos endogâmicos devia ter sido maior e à medida que o movimento imigratório declinava e os casamentos de filhos brasileiros de estrangeiros aumentava a proporção de filhos nascidos de pais estrangeiros também diminuía. Em 1926, as crianças brasileiras filhas de estrangeiros estavam presentes em pouco mais da metade dos nascimentos ocorridos na capital e no porto de Santos e em menos da metade no interior do estado. Entre essas brasileiras filhas de brasileiras, no entanto, contavam-se centenas e centenas de netas de imigrantes (SÃO PAULO b, 1927).

A vinda de crianças estrangeiras e o nascimento de brasileiras filhas de estrangeiras tiveram impacto positivo, direto e indireto, no volume da população, nas taxas de natalidade, fecundidade e nupcialidade do estado de São Paulo, no período analisado e nos anos subsequentes. Este impacto teria sido maior se todas as crianças geradas por mães imigrantes tivessem chegado a nascer vivas ou não tivessem encontrado a morte precocemente. No entanto, é difícil dimensionar mais nitidamente esses óbitos, que nem sempre eram registrados.

Para o período que vai de 1917 a 1928 as estatísticas demógrafos sanitárias contam pouco mais de sete mil nascidos mortos na capital e pouco mais de vinte e cinco mil no interior, gerados por mães estrangeiras. No que diz respeito à mortalidade de nascidos vivos de mãe estrangeira, lamentavelmente, as estatísticas demógrafo-sanitárias publicadas a partir do início do século XX, que contabilizam os óbitos por nacionalidade, não cruzam esses óbitos por grupo de idade e nem informam sobre os óbitos de filhos de pais estrangeiros como acontece em relação aos nascimentos. O que se tem são informações esparsas em relatos de época que deixam entrever que a mortalidade de crianças estrangeiras, de crianças brasileiras filhas de mães estrangeiras, assim como as filhas de brasileiros era alta.

Durante a longa travessia do oceano muitas crianças já deixavam de viver. Os navios apinhados, com péssimas acomodações, servindo alimentos de má qualidade, às vezes trazendo a bordo epidemias (varíola principalmente), impediam que um elevado número de crianças chegasse ao destino (TRENTO, 1988). Na Hospedaria dos Imigrantes, onde os recém-chegados aguardavam o embarque para seu destino, ocorriam novos óbitos. Em mais de três centenas de mortes ocorridas na Hospedaria entre 1900 a 1909 oitenta por cento eram de imigrantes menores de 12 anos (SÃO PAULO a).

Em 1894, na capital paulista haviam falecido quinhentas e setenta e cinco crianças estrangeiras entre zero e cinco anos de idade. Delas, quarenta por cento devido a: diarreia, enterite, "enterocolite" e gastroenterite e vinte por cento por doenças do aparelho respiratório, principalmente bronquite e bronco pneumonia (SÃO PAULO c, 1894).

Essas causas de morte juntamente com o tétano (no período neonatal) e as epidemias (varíola, tifo, febre amarela, sarampo, gripe) que assolaram o estado continuaram ainda nas décadas seguintes ceifando a vida de uma grande parcela das crianças imigrantes, filhas ou não de imigrantes (SCARANO, 1974; BASSANEZI, 1990). A mortalidade dessas crianças não passava despercebida aos membros do Serviço Sanitário, que lamentavam com frequência a falta de cuidados maternos como uma, ou a principal, causa dessa mortalidade.

> O que contribui em S. Paulo para avultar a nossa mortalidade infantil é o grupo das affecções do tubo gastro-intestinal – cuja causa reside de um lado na falta de conhecimentos, de cuidados, na ignorância com que se alimentam aqui as pequeninas creanças e de outro nas alterações súbitas da temperatuta athmospherica que exercem sobre o systema nervoso desse aparelho, influencia decisiva para a facilidade de um accometimento mórbido.(...) É do conhecimento de todos que na nossa colonia italiana que avulta de modo considerável na população dessa cidade, nenhum cuidado merece a alimentação infantil, sendo frequentemente encontradas as pobres criancinhas, muitas vezes menores de um anno e meio a comer fructas indigestas, verdes, alimentos inteiramente impróprios e até nocivos a sua idade . São esses sobretudo as causas da excessiva morbidade da infância em S. Paulo e da natural mortalidade em annos tenros, em que a resistência individual então pouco robustecida (SÃO PAULO b, 909, p.21-22).

Nas muitas áreas cafeeiras do interior paulista a situação não melhor. A alta mortalidade das crianças (imigrantes e filhas brasileiras de imigrantes) chamou a atenção de Adolfo Rossi - encarregado pelo Ministero Degli Affari Esteri (Itália), em 1902, de verificar as condições

dos colonos italianos no estado de São Paulo. No seu relatório, encontram-se uma série de referências sobre a *spaventosa mortalità di bambini.* É preciso destacar que Rossi visitou o estado de São Paulo em um período de crise da cafeicultura o que poderia estar contribuído para aumentar ainda mais a mortalidade das crianças, dada às condições bastante precárias em que se encontravam as fazendas mais atingidas pela crise e os colonos recém-chegados.

As crianças imigrantes não só carregavam *em suas experiências de vida as vivências em diferentes espaços, isto é, em diferentes realidades sócio-econômico-culturais*, que marcaram suas vidas (DEMARTINI, 2006), mas também enfrentaram na nova terra condições ambientais distintas da terra natal e nem sempre com sucesso.

> Ad uma stazione scende uma donna com um bambino moribondo in braccio. Il signor Mortari dice di aver constatato che gli immigranti perdono il 90 per cento dei bambini al disotto dei tre anni. Resistono meglio al clima i bambini nate nel Brasile (Rossi,1902, 16)

> I coloni della fazenda Santa Teresa costituiscono 18 famiglie cos`divise:uomini 35, donne 30; bambini e bambine al disotto dei dodici anni, 25; totale 90. In questa sola fazenda le familglie arrivate da poco dall'Iatlia pedrdetto negli ultime tre mesi 9 bambini (Rossi,1902, 21).

Esses relatos por si só mostram a fragilidade que acompanhavam as crianças no estado de São Paulo no tempo do café e que as fontes privilegiadas nesse trabalho não dão conta de conhecê-la melhor.

O olhar demográfico, sobre os números e observações encontrados principalmente em documentos oficiais publicados da época, apontou para a importância e o papel das crianças imigrantes e das filhas brasileiras de imigrantes na dinâmica populacional paulista. Desvendou em fotografias nem sempre nítidas, aspectos relativos às crianças imigrantes recém-chegadas no porto de Santos ao longo do tempo (o quanto representavam no conjunto dos imigrantes sua idade, nacionalidade, se subsidiada ou espontânea) e às crianças nascidas de ventre imigrante (nascimento e morte). Na medida do possível, buscou seus determinantes e implicações e quando não foi possível deixou questões em aberto. Ao mesmo tempo, demonstrou as possibilidades oferecidas pelas fontes e a fragilidade das mesmas. Mostrou, sobretudo, a necessidade de investir em pesquisa, incorporando outras fontes seriais, como os registros dos eventos vitais, e também as de caráter qualitativo, para tratar com maior profundidade das questões que dizem respeito aos deslocamentos, à natalidade e mortalidade dos imigrantes e seus filhos em terras paulistas, seus condicionantes e implicações e seu impacto na população paulista da época.

Referências

BASSANEZI, M. S. C. B. Imigração internacional e dinâmica demográfica no tempo do café. SOUZA, L. A. F.; MAGALHÃES, B. R.; SABATINE, T. T. (Org.). Migrações: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Cultura Acadêmica de Marília. (Prelo)

_____; SCOTT, A. S. V. Criança e jovem oriundi na terra do café, no final do século XIX e inícío do século XX. In: RADIN, J. C. (Org.). Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens. Joaçaba: UNOESC, 2005.

_____. Family and immigration. In: BAILY, S. L.; MÍGUEZ, E. J. (Ed.). Mass migration to modern Latin America. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003. (Jaguar books on Latin America, n.24).

_____. As escolhas matrimoniais no Velho Oeste Paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda. Anais... Caxambú (MG): ABEP, 1990 a,v.1, p 241-258.

_____. Nascimento, vida e morte na fazenda: alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e seus descendentes. In: DE BOMI, L. A. (Org.) A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990 b, p.337-356.

DEMARTINI, Z. B. F. Infância e imigração: questões para a pesquisa. In: FREITAS, M. C. (Org.). Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

HOLLOWAY, T. Imigrantes para o café. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

KLEIN, H. A integração social e econômica dos imigrantes espanhóis no Brasil. Estudos econômicos, São Paulo, v. 19, n.3, 1989.

ROSSI, A. Condizioni dei coloni italiani nello Stato di S. Paolo del Brasile - Relazione e diari sulla missione compiuta dal. Bolletino Dell'Emigrazione, Roma, Ministero Degli Affari Esteri, n.7, 1902.

SÂO PAULOa. Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Relatórios (apresentados ao governador do estado pelos secretários da pasta). São Paulo: Typographia do "Diário Official",1898-1930.

SÃO PAULOb. Directoria do Serviço Sanitario do Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brasil). Annuario demographico: secção de estatistica demographo-sanitaria. São Paulo: Typographia do Diário Official, 1901-1930.

SÃO PAULOc. Repartição da Estatística e Archivo. Relatorios (apresentados ao secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo), 1894-1902.

SCARANO, J. M. L. O imigrante: trabalho, saúde e morte. 1974. Tese (Livre Docência) - Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

TRENTO, A. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1988.

TRUZZI, O. M. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo 1860-1930. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v.29, n.1, p.169-187, jan./jun.2012.

UMA TRÁGICA PRIMAVERA. A EPIDEMIA DE GRIPE DE 1918 NO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL

Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi

Em meados de setembro de 1918, quando a primavera começara a se anunciar ao sul do Equador, os jornais paulistanos traziam notícias sobre o surgimento no mundo de uma nova epidemia, que ficou mais conhecida como *gripe espanhola*. Dias depois, essa epidemia chegou ao estado de São Paulo, afetando o curso de sua história, assim como a história de outros tantos lugares do Brasil e do mundo por onde ela passou e deixou rastros.

A *gripe espanhola* chegou ao mundo com o fim da Primeira Guerra Mundial. No Estado de São Paulo ela apareceu, em princípios de outubro de 1918, pouco tempo depois que a cafeicultura (ainda a principal atividade econômica do estado) fora atingida por uma forte geada à qual veio se somar uma grande praga de gafanhotos. Ambas dizimaram parte dos cafezais e comprometeram a agricultura paulista em geral. A Guerra de 1914-1918, por sua vez, dificultou a importação de trigo (produto básico na alimentação) e ampliou as exportações de gêneros alimentícios. Tal situação causou o aumento de preços e carestia de alimentos, tornando a população mais vulnerável à proliferação de doenças.

Nesse tempo, uma ampla rede ferroviária colaborava para que brasileiros, imigrantes estrangeiros e seus descendentes se movimentassem intensamente por todo o território paulista em busca de oportunidades de trabalho e, dessa forma, ocupassem novos espaços a oeste ou se dirigissem à cidade de São Paulo (capital do estado) e às cidades do interior que se urbanizavam e industrializavam; cidades que viam sua população aumentar em ritmo intenso, sem que boas condições sanitárias acompanhassem esse crescimento. Esse "ir e vir" fez com que a *gripe espanhola* ao atingir a capital do estado se espalhasse rapidamente por toda ela, castigando violentamente sua população, e contribuísse para que essa gripe se espalhasse pelas terras paulistas, deixando marcas amargas.

A gripe desorganizou a sociedade paulista, *alterou significativamente as rotinas, hábitos e costumes, inclusive tornando impraticáveis muitas das determinações do Código Sanitário vigente* (Duarte, 2009:63). Denunciou *a precariedade da organização do Serviço Sanitário paulista, as*

péssimas conduções de vida da população e, mais, os estreitos limites da Medicina do começo do século (Bertolli Filho, 2003:16).

De um modo geral, os estudos que tratam da *gripe espanhola* no estado de São Paulo da perspectiva da História focalizam, sobretudo, a cidade de São Paulo, onde essa epidemia fez milhares de vítimas e muito pouco, ou quase nada, as demais localidades do estado. Tais estudos que priorizaram como fonte de pesquisa jornais, relatórios de autoridades, relatos diversos, almanaques da época, trouxeram à luz revelações importantes sobre: o desenvolvimento da doença, como se propagaram as informações (por parte da população, da imprensa e do Estado), sobre as atitudes da população e das autoridades locais em relação à epidemia, a crise enfrentada pela medicina oficial durante a mesma, as práticas de intervenção para combatê-la, a oferta de medicamentos, as formas alternativas de cura, o pânico reinante, a xenofobia, discriminação e medo gerados, como a gripe afetou a vida das pessoas e das cidades. Demonstraram que a epidemia não foi tão "democrática" como pensavam muitos, mas atingiu, sobretudo, as camadas mais pobres da população (Bertolli, 2003), chegaram a perguntar, inclusive, o quanto o alerta, representado pela lembrança das epidemias de febre amarela, que assolou alguns municípios paulistas, na década final do século XIX e primeiros anos do século XX, tornou esses municípios mais aptos a enfrentar o flagelo da gripe em 1918 (Bertucci-Martins, 2005).

Na tentativa de agregar novos ingredientes ao conhecimento da epidemia da *gripe espanhola* no estado de São Paulo o presente trabalho prioriza a "leitura dos números", ou seja, resgata as estatísticas de mortalidade produzidas pelo Serviço Sanitário desse estado, em nível de município, procurando ver o que elas "dizem", as possibilidades e as dificuldades que oferecem ao conhecimento desse flagelo que chegou ao Brasil na primavera de 1918.

Especificamente, este trabalho mapeia a presença e a trajetória da *gripe espanhola* em território paulista no ano de 1918; foca, sobretudo as localidades cujo volume populacional e contexto socioeconômico diferem entre si - localidades onde a gripe atingiu mais gente em 1918 e para as quais existem mais informações. Compara os números dos óbitos por gripe, ocorridos nessas localidades durante o último trimestre de 1918 e aqueles acontecidos no decorrer desse ano, com os relativos ao ano anterior (1917) e com os anos subsequentes (1919 e 1920). Mostra que o ritmo e a intensidade da epidemia variaram no tempo e no espaço e que, passada a primavera trágica de 1918, uma nova onda da gripe continuou, em 1919 ceifando muitas vidas no interior do estado e em algumas localidades até mais que no ano anterior. Com o auxílio dos números existentes, traça o perfil demográfico da população atingida pela epidemia e chama a atenção para os efeitos que ela produziu sobre a nupcialidade e a natalidade. Dessa forma, revela que a *gripe espanhola* e a população por ela atingida não mantiveram os mesmos traços em todas as localidades analisadas. Alguns desses traços foram comuns a todas elas e também a outros lugares do Brasil e a outros países, enquanto outros nem tanto, isto porque nesses traços (como mostram este e outros estudos realizados) interferiram o volume e as características da população, as condições naturais, o contexto socioeconômico e sanitário, a forma como as autoridades e a população das localidades reagiram a esse flagelo que moldou com intensidades diferentes as histórias locais.

As estatísticas da gripe

A formulação de uma política de saúde no Estado de São Paulo - destinada a resolver as questões relacionadas à saúde pública, que se agravaram com a chegada de milhares de imigrantes estrangeiros, a partir de 1886 - originou a criação do Serviço Sanitário (1892), cuja

atribuição, entre muitas outras, era organizar as estatísticas demógrafo-sanitárias, a fim de nortear a ação de prevenção e combate às moléstias transmissíveis[1]. Estas estatísticas, então, passaram a ser publicadas ano a ano. As primeiras, referentes aos anos 1893 a 1900 encontram-se incorporadas aos relatórios anuais elaborados pelo Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado. As relativas ao período 1901 a 1928 estão reunidas em anuários publicados pela Diretoria do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo (Bassanezi et al., 2008).

O *Annuario Demographico* de 1918 traz uma série de quadros onde constam cruzamentos de variáveis relativas aos eventos vitais em geral e aos óbitos por gripe para a capital do estado (São Paulo) e para os municípios de Santos, Campinas e Ribeirão Preto. Municípios, que segundo a diretoria do Serviço Sanitário, mereciam *o maior cuidado dos poderes públicos pelo seu crescente progresso, pela sua adiantada população e pelo incremento anual que demonstram* (São Paulo, 1914).

Em São Paulo concentravam-se os serviços de estatística do estado, por isso, e por ser a capital, as suas estatísticas demógrafo-sanitárias são mais completas, abrangem um maior número de informações que as relativas aos demais municípios. Santos, Campinas e Ribeirão Preto abrigavam comissões sanitárias e, assim, suas estatísticas contêm informações não contempladas nas estatísticas referentes aos demais municípios do estado. Para esses, as informações existentes são bem mais parcimoniosas[2]. Por esses motivos essas quatro localidades tornaram-se o espaço de análise privilegiado por este trabalho.

Na época, São Paulo encontrava-se em um intenso processo de urbanização e industrialização. Para esse município convergiam imigrantes recém-chegados, brasileiros de outros estados da federação, imigrantes, seus descendentes e nativos saídos da lavoura cafeeira e de municípios do interior em busca das inúmeras oportunidades de trabalho aí oferecidas. Esse movimento provocou um crescimento populacional rápido e imenso, que transformou São Paulo no município mais populoso do estado (Tabela 1).

TABELA 1. População. Estado de São Paulo 1918 e 1920

Municípios	1918*	1920**
São Paulo	528.295	579.033
Santos	95.365	102.589
Campinas	105.160	115.602
Ribeirão Preto	56.000	68.838
Outros	3.300.000	3.726.126
Estado de São Paulo	4.083.820	4.592.188

Fonte: São Paulo (1920); Directoria Geral de Estatística (1922). *população estimada. **população contabilizada pelo censo de 1920.

Santos, por sua vez, caracterizava-se por abrigar o principal porto de exportação do café, de entrada de imigrantes e de mercadorias importadas e, consequentemente, a maior parcela de sua população (onde predominavam homens), estava alocada nas atividades portuárias ou nas atividades ligadas à exportação e importação. Com uma população cinco vezes menor que a da capital (Tabela 1), por ele ainda transitava uma população flutuante de passagem para a capital, para as áreas cafeeiras, para núcleos coloniais e urbanos do interior ou de saída para outros locais do país e do mundo.

[1] Até então não existia um registro sistemático dos nascimentos, casamentos e óbitos no estado.
[2] Avaliar o grau de confiabilidade e a cobertura dos dados sobre mortalidade não é uma tarefa fácil, os demógrafos sabem disso. Os óbitos são muitas vezes passíveis de subnumeração, sobretudo, quanto mais se avança em direção ao passado, quando seu registro dependia, inclusive, do zelo de quem os declarava e do escrivão encarregado de elaborá-los. Além disso, a imprecisão na classificação da causa morte ocorria inúmeras vezes e muitas localidades estavam sujeitas à invasão ou à evasão de óbitos.

Campinas, mais povoado que Santos, era considerado o mais importante e desenvolvido centro urbano do interior do estado. Ao mesmo tempo, suas áreas rurais concentravam uma produção agrícola importante e diversificada. Ponto de entroncamento ferroviário, por ele passavam os trens vindos do porto de Santos e/ou da capital rumo às diversas regiões interioranas e dessas para a capital e para o porto.

Ribeirão Preto, mais distante e a oeste da capital, era na época um dos maiores produtores de café do estado. Sua população, a menor entre os demais municípios analisados, concentrava-se principalmente nas áreas rurais, mas seu núcleo urbano também se desenvolvia a passos largos, amparado pelas fazendas cafeeiras e pela ferrovia.

Os demais municípios do estado encontravam-se agregados nas estatísticas sob a rubrica "Interior do Estado". Esse conjunto abrigava tanto municípios com núcleos urbanos desenvolvidos, os cafeeiros em pleno desenvolvimento no norte e oeste do estado, municípios decadentes do Vale do Paraíba e outros sem muita expressão econômica. Em número de 200, esses municípios diferiam entre si ainda quanto ao número de habitantes e área territorial. Os municípios mais a oeste comportavam grandes áreas ainda desabitadas, as quais à medida que foram ocupadas transformaram-se em outros municípios.

No anuário de 1918, os óbitos por gripe, ocorridos no período mais crítico da epidemia, ou seja, nos meses de outubro, novembro e dezembro daquele ano encontram-se contabilizados somente para os municípios objeto de análise neste trabalho. Já as estatísticas dos óbitos segundo as variáveis: sexo, idade, estado civil, cor, ocupação e nacionalidade, agregam todos os óbitos *por gripe* no decorrer do ano, somando, portanto, os possíveis casos ocorridos durante a epidemia a outros casos de gripe que aconteceram fora do período considerado epidêmico. Para os demais municípios, as estatísticas trazem para cada um deles somente o total de óbitos por gripe durante todo o ano.

Considerando que naqueles municípios os casos de óbitos por gripe ocorridos nos meses que antecederam ao período crítico da epidemia foram muito poucos é possível inferir, que nos demais municípios do estado, alcançados pela epidemia, esta foi responsável por mais de 95% dos óbitos por gripe ocorridos nesse ano (Tabela 2). Logo, o uso dos números de óbitos por gripe não devem comprometer a análise sobre a *gripe espanhola* no estado de São Paulo.

Todavia, é preciso ter em mente que, apesar do esforço do Serviço Sanitário em contabilizar os óbitos por gripe, imprecisões persistem ainda hoje sobre o real número de óbitos e de pessoas atingidas pela *gripe espanhola*, que não chegaram a falecer, pois nem todos os casos foram notificados ou foram registrados como outras causas de morte, quando a gripe foi a causa determinante e final das mesmas (São Paulo, 1920).

TABELA 2. Óbitos por gripe no ano e no último trimestre. 1918

Municípios	Ano de 1918	Último trimestre 1918
São Paulo	5.372	5.331
Santos	853	847
Campinas	220	209
Ribeirão Preto	211	205

Fonte: São Paulo (1920).

As próprias autoridades sanitárias tinham consciência desse fato[3].

> É possível que dentre os obitos registrados por grippe haja alguns que não tenham sido determinados por essa doença, mas em compensação em muito maior escala o contrário se deu, tendo sido registados [sic] por outras meléstias [sic] obitos que foram causados por essa doença. O grande augmento observado nos algarismos dos grupos das moléstias localisadas não póde deixar de correr por conta da grippe, por não haver outra causa que o justificasse (São Paulo, 1920:146).

O Código Sanitário promulgado em 09 de abril de 1918 não considerava a gripe como moléstia de notificação compulsória. Mas passado o primeiro momento de negação do fenômeno por parte das autoridades sanitárias, clínicos e empregadores, por solicitação do Serviço a Sanitário, passaram a notificar os casos surgidos. Com poucos funcionários, a Repartição de Estatística Demógrafo-Sanitária, chamou o trabalho voluntário de jovens da Associação de Escoteiros do Brasil para colaborar na coleta de dados de morbidade e mortalidade gripal e distribuição de material educativo. Somente em março de 1919, por resolução do Diretor Geral do Serviço Sanitário do estado é que a gripe foi incluída como uma das moléstias de notificação compulsória (Bertucci, 2004; Duarte, 2009).

Outro aspecto a considerar e lamentar, na análise da epidemia de 1918, é a inexistência de recenseamentos entre 1900 e 1920, justamente em um período onde a imigração teve um papel importante no crescimento populacional e na dinâmica demográfica paulista. O que se tem, são estimativas obtidas pelo *processo de M. Block*[4] que subnumeram, tudo indica, a população do estado de São Paulo e impede a obtenção de um cálculo mais aproximado das taxas de mortalidade e outras taxas que poderiam contribuir para um melhor entendimento da epidemia.

Em que se pesem tais deficiências, as informações que se encontram nos anuários são as existentes para os municípios e o conjunto do estado e, grosso modo, elas ajudam a dimensionar a passagem da *gripe espanhola* pelo território paulista na primavera de 1918 e nos meses que se seguiram.

A trajetória e os números da gripe

Em 09 de outubro de 1918 foi registrado no município de Santos, o primeiro óbito causado pela *gripe espanhola,* no estado de São Paulo; *entretanto a moléstia já havia se declarado antes no porto, a bordo dos navios "Carlos Gomes" e "Floriano", cujas guarnições em sua quase totalidade haviam baixado às enfermarias* (São Paulo, 1920:401). Nesse mesmo dia, apareceram casos na capital e quatro dias depois deu entrada no Hospital de Isolamento da cidade de São Paulo o primeiro doente de gripe. A partir de então, a *gripe espanhola* se alastrou com rapidez e letalidade. Nos dez últimos dias de outubro, vários municípios do interior começaram a notificar os primeiros casos ocorridos em seu território.

Dos 204 municípios, segundo os dados apresentados pelo Serviço Sanitário, apenas 36 (17,6%) não registraram nenhum caso de óbito por gripe em 1918[5] (Mapa 1). É possível que em alguns deles realmente não tenha ocorrido nenhum óbito por gripe; que, em outros, tenha

[3] Nos momentos mais críticos da gripe, na capital, em Campinas (provavelmente também em outras localidades), a Repartição de Estatística Demografo-Sanitária, com um número limitado de funcionários precisou contar com o trabalho voluntário dos escoteiros, na coleta de dados de morbidade e mortalidade gripal e na distribuição de material educativo.

[4] "Consiste elle em incorpora-se á população do anno anterior o excedente dos nascimentos sobre os obitos e desta somma deduzir-se ou acrescentar-se o excesso das sahidas ou das entradas de passageiros pelas differentes estradas de ferro situadas no município". (São Paulo, 1920:15).

[5] Pereiras e Itanhaem, dois municípios pequenos, não enviaram ao Serviço Sanitário as informações sobre os eventos vitais ocorridos em 1918.

acontecido evasão de óbitos *por gripe* em direção a locais com maiores recursos, que esses óbitos tenham sido registrados com outra causa de morte, ou ainda que tenha havido negligência dos declarantes e/ou dos cartórios locais.

São Paulo foi de longe o local onde a *gripe espanhola* atingiu mais gente em 1918 (5.331 - número oficial)[6], não só por ser o município mais populoso do estado, mas também porque uma grande parcela de sua população, imigrantes na maioria, vivia aglomerada em cortiços em péssimas condições sanitárias, favorecendo dessa forma a proliferação da epidemia.

Com uma população bem menor que a capital, Santos, cidade portuária, ocupou o segundo lugar em número de óbitos provocados pela epidemia naquele ano. A insalubridade do local (cidade de clima quente e úmido, construída sobre terrenos de antigos mangues, rodeada de áreas pantanosas), as aglomerações no porto, a grande circulação de pessoas vindas de outras paragens, a maioria dos moradores vivendo amontoada em habitações extremamente precárias, sujeitas a frequentes inundações, certamente criaram condições para que a epidemia produzisse centenas de mortes (847).

Em três outros municípios com grande circulação de pessoas – Campinas, Ribeirão Preto e Sorocaba - a *gripe espanhola* ceifou pouco mais de 200 vidas (Mapa 1). Nesses municípios, apesar da comentada salubridade, havia bairros que não possuíam água corrente, em que pessoas habitavam moradias precárias e onde, como em São Paulo e Santos, não se respeitavam qualquer preceito de higiene.

Estimativas dão conta de que a epidemia em 1918 levou a óbito cerca de 1% da população paulistana, por volta de 0,8% e 0,9% da santista e em porcentagem bem menor a campineira (0,2%) e a ribeirão pretana (0,3% a 0,4%). Em São Paulo, foram notificados oficialmente 116.777 casos entre meados de outubro a 15 de dezembro, mas estima-se que cerca de 350 mil pessoas, ou seja, aproximadamente 2/3 da população paulistana, tenha sido atingida pela gripe (Bertolli Filho, 2003; Barata, 2000). Nesse mesmo período, em Campinas foram notificados 7.317 casos (aproximadamente 7% da população) e em Ribeirão Preto 6.037 (por volta de 9% da população). Como aconteceu com São Paulo, é possível também que nesses municípios o número de pessoas atingidas pela gripe fosse maior (a documentação consultada não traz os casos notificados para Santos, só anota que foram muito numerosos).

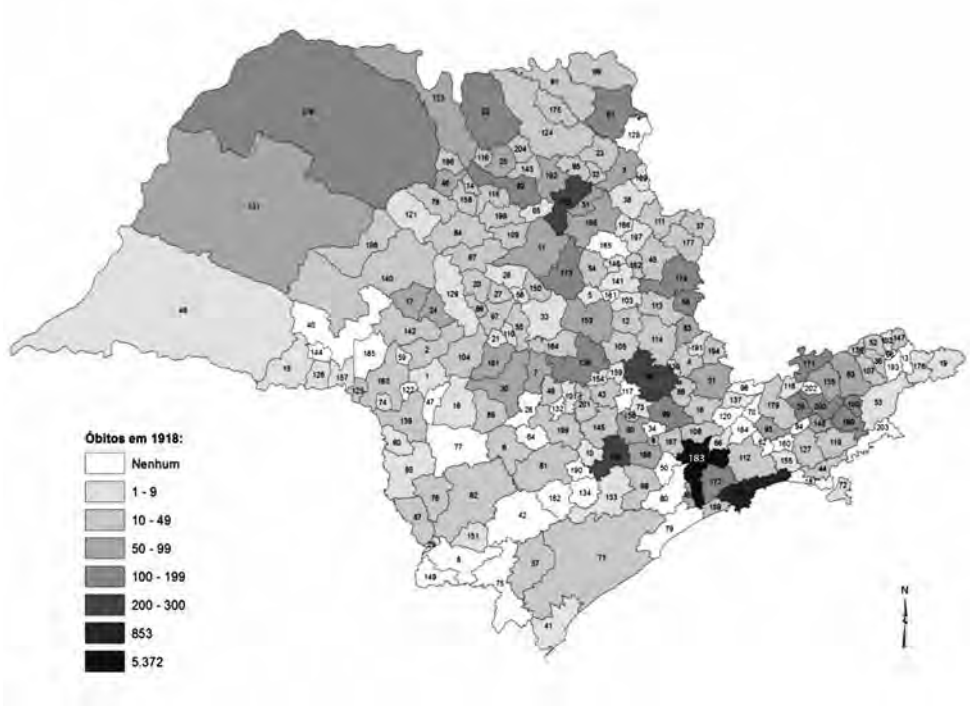
Essas condições e situações desses municípios arroladas anteriormente, juntamente com a demora das autoridades públicas em reagir à chegada da *gripe espanhola* (inclusive minimizando a gravidade da situação), um serviço sanitário precário para administrá-la contribuíram para que a epidemia se intensificasse rapidamente nas primeiras semanas de seu aparecimento.

A não observância das medidas tomadas pelas autoridades também foi um fator importante na disseminação da gripe. O caso de Sorocaba é exemplar. Neste município, conhecido como a *Manchester Brasileira* por seu importante setor têxtil, as autoridades locais, médicos e industriais tomaram iniciativas para impedir o avanço da gripe, entre elas o fechamento das fábricas a fim de evitar o contágio. No entanto, um coproprietário de uma das tecelagens mais importantes do local não acatou essa decisão e a gripe acabou por atingir um número grande de pessoas na vila onde ela se localizava (Dall'Ava, 2001). Dessa forma, Sorocaba, com um volume populacional menor que Campinas e Ribeirão Preto, perdeu para a gripe 229 vidas[7].

[6] Cálculos efetuados por Bertolli Filho, com base em livros de cemitérios e em estudos da mortalidade por causa específica na capital nos dez anos anteriores à epidemia, apontam 5.429 óbitos. Por sua vez, o Serviço Sanitário, concluía que até 6.891 indivíduos poderiam ter morrido de se fosse feita uma comparação com a mortalidade registrada em 1917. (Bertucci, 2004)

[7] O Recenseamento Geral de 1920 anota 43.323 habitantes nesse município.

MAPA 1. Óbitos por gripe. Estado de São Paulo, 1918



Fonte: São Paulo (1920). Nota:Os mapas 1 e 2 ilustram as áreas aproximadas dos 204 municípios existentes em 1918. Muitos deles foram depois desmembrados. Os municípios mais a oeste comportavam grandes áreas desabitadas na época. Os nomes dos municípios em 1918, segundo os números que constam dos mapas, encontram-se no final do texto.

Situação inversa parece ter ocorrido com Campinas e Ribeirão. Estes municípios por terem sofrido muito com epidemias de febre amarela no final do século XIX e primeiros anos do século XX deviam estar mais preparados para enfrentar a violência da *epidemia da gripe espanhola*. A imagem ainda viva daquelas epidemias, como observou Bertucci-Martins (2005) em estudo sobre Campinas, pode ter colaborado para que houvesse grande mobilização das autoridades e da população em geral na tentativa de deter o avanço da moléstia, cuidar dos enfermos e assistir seus familiares evitando que o número de vítimas fosse ainda maior naquela primavera de 1918.

> (...) educados pela memória dos terríveis períodos epidêmicos anteriormente vividos e atentos ao que estava acontecendo em outras cidades, principalmente São Paulo, os moradores de Campinas preparam-se para enfrentar a influenza (Bertucci-Martins, 2005:83).

Contudo, Campinas e região não conseguiu evitar que a gripe continuasse a fazer muitas vítimas nos meses de janeiro e nos de inverno de 1919 (São Paulo, 1921) (Mapa 2 e Tabelas 4 e 5).

Santos, que também havia sofrido muito com as epidemias de febre amarela no final do século XIX[8], por sua vez não estava preparado, para enfrentar de imediato e com eficiência, a voracidade com que chegou a gripe aportou no local. Passado o primeiro momento, em função da importância desse porto, o empenho das autoridades deve ter contribuído, entre outros fatores, para que epidemia nesse município portuário fosse estancada mais rapidamente que em outros locais.

Levando em conta que a gripe se transmite por via aérea por contato direto, de pessoa a pessoa, não resta dúvida de que a mobilidade espacial intensa da população paulista na época, ajudada pela expansão da rede ferroviária, também foi um fator importante para a disseminação

[8] Não se pode esquecer que vários médicos que trabalharam durante a epidemia de febre amarela estavam vivos, continuavam vivos e aproveitando da experiência anterior, atuavam no sentido de amenizar os efeitos da gripe espanhola.

da gripe em quase todo o território no paulista, principalmente nas áreas urbanas mais densamente povoadas, daí irradiando-se para outros centros urbanos menores.

Apesar de grassar principalmente no meio urbano, a gripe provavelmente fez, em menor escala, suas vítimas nas áreas rurais, pois motivos não faltaram: muitas fazendas cafeeiras, com dezenas ou centenas de trabalhadores, fechavam suas porteiras, proibindo a entrada e saída de pessoas, sempre que se identificavam surtos epidêmicos, mas tal proibição nem sempre era observada. Colonos e funcionários administrativos necessitavam ir à cidade para compras, solução de pendências, venda da produção, trazendo na volta a gripe para dentro da fazenda (o mesmo ocorria com moradores de pequenos sítios). Famílias colonas, com medo da separação, escondiam seus doentes do proprietário e das autoridades sanitárias o que aumentava o contágio. Por outro lado, a chegada da gripe coincidiu com o final do ano agrícola quando muitos colonos não renovaram seus contratos e deixaram as fazendas em busca de um novo local de trabalho, caminho por onde podiam levar ou adquirir a gripe. Na época, homens eram recrutados para abrir trilhos, estradas e formar novas fazendas cafeeiras em regiões mais a oeste e norte do estado; os recém chegados, oriundos de regiões afetadas pela gripe, também devem ter contribuído para disseminar a gripe, em lugares mais longínquos e menos povoados.

Portanto, a gripe pelo que tudo indica parece não ter encontrado grandes barreiras na sua escalada pelo território paulista. Ela chegou de navio aos portos do Rio de Janeiro e Santos; pelos trilhos atingiu a cidade de São Paulo e muito rapidamente por eles chegou com vigor às cidades mais movimentadas e povoadas do estado e delas se irradiou para outros locais onde permaneceu por mais ou menos tempo fazendo mais ou menos vítimas.

O tempo da gripe

O ritmo e a intensidade com que ocorreram os óbitos durante a epidemia da gripe não foram os mesmos em todos os lugares, variaram no decorrer do tempo. O mês de novembro contabilizou o maior número de vítimas fatais, mas a proporção relativa de óbitos nesse mês foi diferente entre as localidades assoladas pela gripe. Em Santos, já no primeiro mês da epidemia (outubro) uma parcela grande de pessoas havia falecido (43,6%); terminado novembro os óbitos contabilizavam a quase totalidade do trimestre (97,9%). Em São Paulo 85,9% dos óbitos ocorreram em novembro, enquanto em Campinas e Ribeirão Preto, o mês de dezembro ainda contava com um número razoável de óbitos (Gráfico 1).

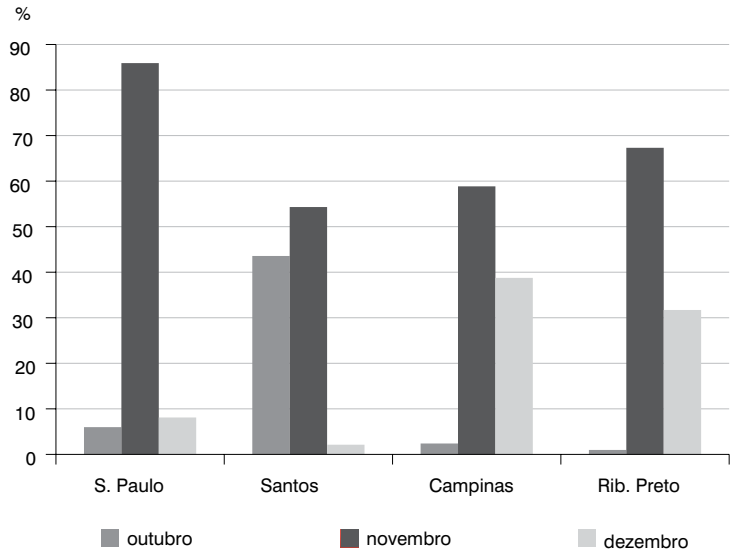
Em dezembro de 1918 a epidemia em Santos dava seus últimos suspiros e em São Paulo os óbitos já haviam caído drasticamente, dando por encerrado o período epidêmico. Mas, no ano seguinte, a gripe continuava ativa e fazendo vítimas, sobretudo, em outras regiões do estado, inclusive nas mais afastadas e menos povoadas, principalmente nos meses de janeiro e junho, julho e agosto esticando sua ação, para além de maio de 1919, considerado o término da terceira onda mundial da *gripe espanhola*.

> A primeira onda mundial epidêmica de gripe espanhola, sem gravidade e de pouca duração, ocorreu entre março e junho de 1918; no Brasil, provavelmente, foi confundida com a gripe de todos os anos. O segundo, e terrível, ciclo da influenza espanhola, começou em agosto e só terminou em janeiro de 1919. A terceira vaga mundial da influenza espanhola, menos letal que a anterior, iniciou-se em finais de fevereiro e durou até maio de 1919 (Bertucci, s/d:2).

Em 1919, inclusive, aumentou o número de municípios paulistas, cujos óbitos por gripe chegaram a mais de 50 casos no ano. Em Bragança Paulista, Campinas, São José do Rio Preto, Tatuí, independente do volume da população local, chegaram a ser registrados entre 200 e 300

casos de óbitos por gripe. Nesses dois últimos, o número desses óbitos ultrapassou a metade do total de óbitos ocorridos nesse ano. A gripe continuava ceifando vidas com mais intensidade em localidades servidas pelas estradas de ferro Sorocabana e Araraquarense, também no norte do estado, em municípios da região de Campinas e próximas a ela e no noroeste do estado (Mapa 2, Tabelas 3 e 4).

GRÁFICO 1. Óbitos por gripe segundo mês de ocorrência 1918



Fonte: São Paulo (1920).

TABELA 3. Total de óbitos e de ó*bitos por gripe*. Estado de São Paulo 1917-1920

Municípios	1917		1918		1919		1920	
	Total	Por gripe	Total	Por gripe	Total	Por gripe	Total	Por gripe
São Paulo	7.908	74	14.811	5.372	9.985	354	10.565	64
Santos	1.553	19	2.607	853	1.473	39	2.344	36
Campinas	2.160	16	2.054	220	1.971	243	2.176	17
Ribeirão Preto	1.104	15	1.126	211	1.043	134	1.101	25
Outros	63.955	385	68.947	6.112	67.466	6.965	64.561	621
Total	**76.680**	**509**	**89.545**	**12.768**	**81.938**	**7.735**	**80.747**	**763**

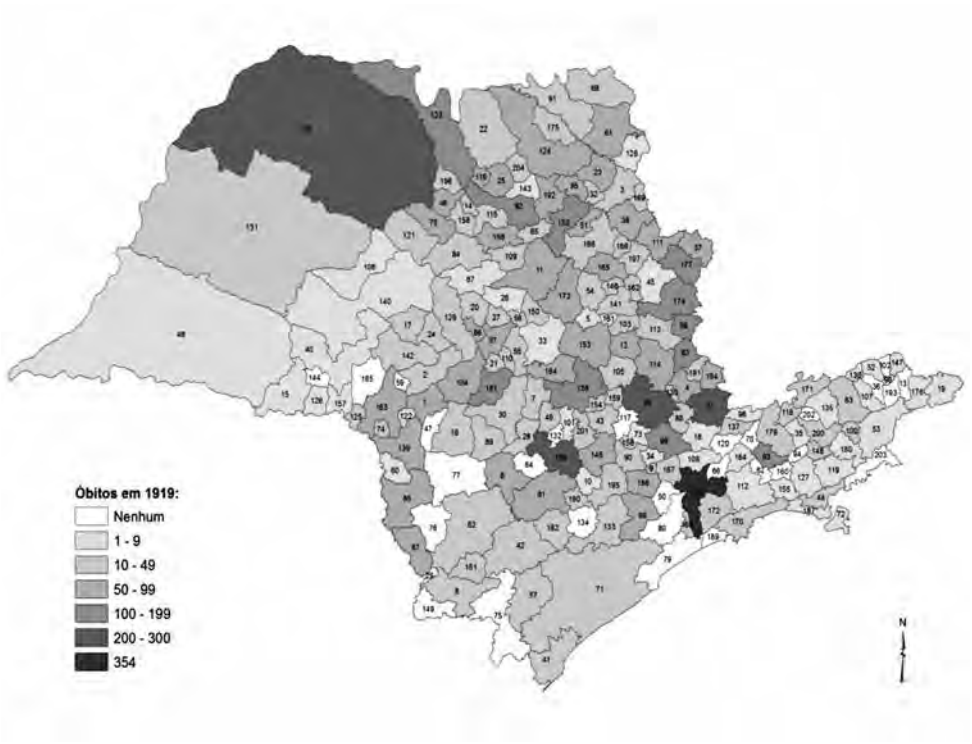
Fonte: São Paulo (1919-1924).

TABELA 4. Óbitos por gripe. "Interior do Estado" - 1918 e 1919

No. de casos de gripe	No. de municípios	
	1918	1919
Nenhum	36	29
1 a 9	45	42
10 a 19	32	22
20 a 29	22	18
30 a 49	24	39
50 a 99	23	36
100 a 199	15	10
200 a 299	1	4
sem informação	2	
Total	**200**	**200**

Fonte: São Paulo (1919-1924).

MAPA 2. Óbitos por gripe. Estado de São Paulo, 1919



Fonte: São Paulo (1921).

Embora em alguns municípios tenham aumentado o número de óbitos por gripe em 1919, não resta dúvida de que o impacto da gripe no estado de São Paulo, assim com em outras localidades do país, foi bem maior em 1918 que em 1919 (Tabela 4 e Mapas 1 e 2). No último trimestre de 1918 a gripe já havia alcançado quase todos os municípios paulistas, de modo especial às áreas urbanas daqueles mais desenvolvidos, localidades que apresentavam inclusive diferentes condições climáticas entre si.

A gripe chegou com violência na primavera de 1918, prolongando-se pelo verão em algumas localidades; retornou em alguns lugares com força no inverno (que não é rigoroso na maioria das cidades atingidas). Pelo fato da gripe ter se propagado em estações do ano, portadoras de condições climáticas distintas, tem sido afirmado que a contribuição das mesmas não teve a mesma ênfase como nas terras argentinas (uma entre as hipóteses levantadas por Carbonetti (2010) em relação à caminhada da gripe no país vizinho). Apesar dessa constatação, é preciso reconhecer que faltam estudos sobre o real papel que fatores de ordem natural tiveram para facilitar ou impedir a propagação da epidemia de ***gripe espanhola***, que respondam, por exemplo, essas e outras perguntas: É possível generalizar esta afirmação para todas as localidades do estado de São Paulo? O que representaram as temperaturas mais baixas na nova etapa da gripe (1919) em Campinas e região, quando ela provocou mais mortes que em 1918, das quais 73% aconteceu no final do outono e meses do inverno? Qual a força dos mangues e pântanos sob os quais foi construída a cidade e o porto de Santos no desenrolar da epidemia nesse local?

De qualquer forma, no tempo e na trajetória da gripe pelo território paulista, parece que, mais que os fatores de ordem natural, os maiores vilões das dimensões assumidas pela epidemia em território paulista foram os de caráter sanitários e os socioeconômicos, amplamente apontados nos trabalhos de Bertolli Filho (2003) e Bertucci (2004) sobre a gripe em São Paulo (também destacados por Carbonetti (2010) no caso argentino): o descaso com que estava relegada a saúde pública, principalmente no litoral e no interior, o despreparo das autoridades e do Serviço

Sanitário do Estado para enfrentar uma epidemia de tais proporções; as péssimas condições socioeconômicas e sanitárias da maioria da população.

Por outro lado, é preciso destacar fatores que foram decisivos para que a gripe não causasse ainda mais estragos, como: a mobilização do pessoal da saúde e da população, a colaboração da sociedade civil, (prestando serviços de socorro, oferecendo atendimento médico-terapêutico, transporte, roupas, alimentos), as medidas tomadas para evitar o contágio (suspensão de aulas nas escolas, de atividades recreativas, do trabalho nas fábricas e no comércio) entre outras (Bertolli Filho, 2003; Bertucci, 2004, Dall'Alva, 2011).

Em 1920 os casos de morte por gripe, em todo estado de São Paulo passaram a números mais próximos aos verificados antes do surto epidêmico (Tabela 4). O flagelo passara...

As vítimas da gripe

No estado de São Paulo a gripe atingiu mais homens que mulheres. Os homens da época, no seu cotidiano, se movimentavam mais, ocupavam espaços públicos com mais frequência e por mais tempo que as mulheres - portanto, estavam mais sujeitos que elas a contrair doenças transmissíveis. Some-se a isso o fato de que na população do estado de São Paulo havia mais homens que mulheres, resultado, inclusive, da imigração de massa que ocorria em terras paulistas, desde o final do século XIX, na qual predominavam os homens.

O município de Santos, em função das atividades portuárias essencialmente masculinas, abrigava um elevado número de homens, o que resultava uma alta razão de sexo na população local. Logo, eles também eram maioria entre as vítimas da *gripe espanhola*. Em São Paulo e Ribeirão Preto, devido à importância da imigração familiar, os homens, mesmo maioria, não tinham o mesmo peso que tiveram os óbitos masculinos em Santos. Segundo estatísticas demógrafo-sanitárias, Campinas aparecia como exceção, pois os óbitos femininos *por gripe* ultrapassaram os masculinos. O porquê desse comportamento é ainda uma questão em aberto (Tabela 5 e Gráficos 2-5).

TABELA 5. Óbitos por gripe segundo sexo. Estado de São Paulo 1918

Municípios	Homens	Mulheres
São Paulo	52,3	47,7
Santos	64,0	36,6
Campinas	41,0	59,0
Ribeirão Preto	53,1	46,9

Fonte: São Paulo (1920).

> Nas primeiras semanas da epidemia no Brasil, os órgãos de saúde pediam maior cuidado com os idosos, mas é perceptível a preocupação dos médicos de então com crianças e doentes crônicos. Entretanto, com a veloz difusão da gripe e sua crescente letalidade a questão dos grupos de risco ficou para um segundo plano (Alvarez et al, 2009:14)

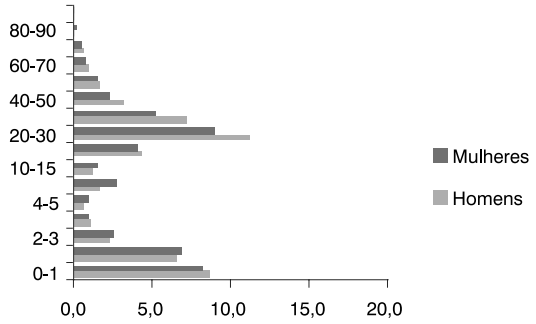
Um olhar atento aos números (representados nos Gráficos 2-5) consegue ver que a distribuição das mortes por idade (e também por sexo) não foi tão homogênea nas localidades analisadas.

Embora considerados grupo de risco, os idosos não foram as maiores vítimas da gripe no estado de São Paulo; eles responderam por 2% a 4% dos óbitos por gripe. Já as crianças sim. Em São Paulo, as mortes de crianças de 0 a 2 anos representaram 30,4% e em Ribeirão Preto 25,1% do total dos óbitos por gripe; nos demais municípios chegaram próximas a 20%.

A surpresa, trazida pela gripe espanhola, foi que ela atingiu em maior proporção pessoas que estavam em sua plena capacidade produtiva e reprodutiva e entre estas as mais jovens, as de 20 a 30 anos de idade (20% a 23%). Em Santos, Campinas e Ribeirão Preto, pouco mais da metade dos óbitos *por gripe* foram de adultos da faixa de 15-49 anos de idade (respectivamente 54,9%, 54,1% e 52,65) e em São Paulo eles chegaram a um pouco menos da metade (46,7%).

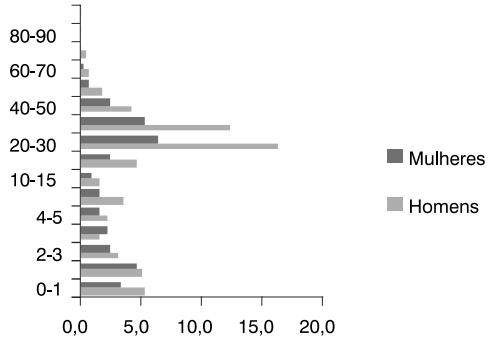
Os números da mortalidade por gripe segundo a idade mantinham, em parte, vínculos com a estrutura etária e a dinâmica da população vigente nas localidades analisadas, que por sua vez trazia as marcas da imigração - esta contribuía para inchar as faixas etárias nas idades produtivas e reprodutivas e também as faixas etárias mais baixas, onde se encaixavam as crianças. Nas primeiras décadas do século XX, além dos filhos que traziam da terra de origem, as mães estrangeiras eram responsáveis por mais da metade dos nascimentos ocorridos no estado de São Paulo. Os números de óbitos por gripe também estavam influenciados pelas condições de vida e trabalho da população atingida. Estimativas realizadas dão conta de que as taxas de mortalidade infantil no estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX eram bastante altas, alcançando em alguns lugares e em muitos momentos a cifra de 200 óbitos por mil. A maioria das mães, em geral analfabetas, ignoravam os princípios de profilaxia e não conseguiam impedir a alta mortalidade de seus filhos. Muito menos conseguiam impedir em tempos de epidemia. (Bassanezi, prelo). Na cidade de São Paulo, nas fábricas, e em Santos, nas atividades portuárias, por exemplo, as pessoas em idades aptas ao trabalho, eram as que saíam mais às ruas, que enfrentavam em condições precárias uma pesada e prolongada jornada de trabalho. Tal situação tornava estas pessoas vulneráveis ao contágio e ao óbito prematuro.

GRÁFICO 2. Óbitos por gripe segundo sexo e idade. Município de São Paulo 1918



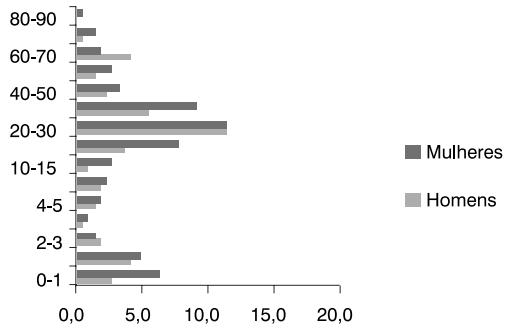
Fonte: São Paulo (1920).

GRÁFICO 3. Óbitos por gripe segundo sexo e idade. Município de Santos 1918



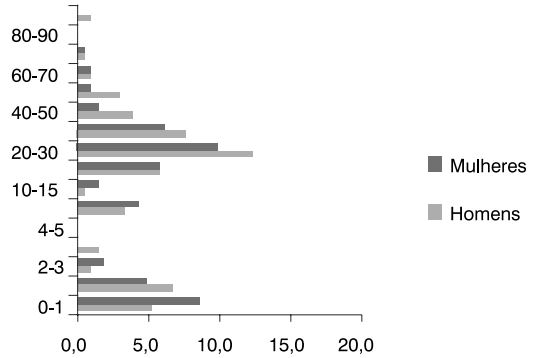
Fonte: São Paulo (1920).

GRÁFICO 4. Óbitos por gripe segundo sexo e idade. Município de Campinas 1918



Fonte: São Paulo (1920).

GRÁFICO 5. Óbitos por gripe segundo sexo e idade. Município de Ribeirão Preto 1918



Fonte: São Paulo (1920).

Entre as pessoas que faleceram devido à gripe com 15 anos e mais de idade, os casados ou os uma vez casados (casados mais viúvos), predominavam em relação aos solteiros em três dos municípios analisados, enquanto em Santos os solteiros chegavam à metade dos óbitos e entre esses solteiros a maioria eram homens (apenas 18% eram mulheres). De um modo geral estas proporções deviam-se à estrutura por sexo, idade e estado conjugal da população desses municípios. Também nesse caso, Campinas aparece em oposição aos demais, 61,% dos óbitos ocorreram com pessoas casadas e dessas 64% eram mulheres (Tabela 6).

TABELA 6. Óbitos por gripe segundo estado conjugal (15 anos e mais). 1918

Municípios	Solteiros	Casados	Viúvos
São Paulo	41,4	51,5	7,1
Santos	49,2	41,5	7,3
Campinas	24,7	61,9	14,4
Ribeirão Preto	31,8	57,4	10,8

Fonte: São Paulo (1920).

Não brancos e estrangeiros também estavam entre os mortos pela gripe em todos os municípios analisados (Tabela 7). Campinas novamente chama a atenção, com uma alta proporção de não brancos entre os que faleceram por gripe (entre esses uma alta proporção de mulheres). Muito provavelmente essas pessoas eram descendentes de escravos que labutaram nas lavouras do município ou de ex-escravos estabelecidos no local após a Abolição da Escravatura

em 1888. O recenseamento de 1872 mostra Campinas como o maior município escravista das terras paulistas, quase metade da sua população total era escrava (43,4%).

TABELA 7. Óbitos por gripe segundo cor e nacionalidade (%) 1918

Municípios	Não brancos	Estrangeiros
São Paulo	9,0	27,9
Santos	10,3	29,0
Campinas	42,7	15,0
Ribeirão Preto	13,7	28,0

Fonte: São Paulo (1920).

Campinas recebeu também muitos imigrantes estrangeiros, mas a proporção desses no conjunto de sua população na segunda década do século XX era menor que nos demais municípios analisados, o que refletiu na menor a proporção de estrangeiros na população vitimada pela gripe. Nas demais localidades analisadas, os estrangeiros responderam por quase 30% dos óbitos *por gripe*. É preciso lembrar que pelas normas brasileiras os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, salvo declaração em contrário, eram considerados brasileiros. Logo, é possível afirmar que a *gripe espanhola* ceifou um número considerável de pessoas de origem estrangeiras.

Os negros, imigrantes e seus descendentes e nativos pobres, incorporados à sociedade paulista sobre tudo como mão de obra na lavoura cafeeira e nas fábricas, viviam em moradias precárias, em locais com péssimas condições sanitárias e higiênicas. De um modo geral, alimentavam-se mal, eram analfabetos ou semi-alfabetizados, tinham difícil acesso às informações e ao sistema de saúde, portanto, parafraseando Carbonetti (2009:164) tinham *menos ferramentas, tanto imunológicas como sanitárias, para sobreviver à enfermidade em relação aos setores mais altos*. Estes últimos, vivendo em boas condições de moradia e alimentação, tinham garantida uma maior resistência à doença; além disso, tinham mais acesso a bons serviços médicos, inclusive, alas exclusivas nos hospitais. Dessa forma, a probabilidade dessas pessoas sobreviverem à gripe era bastante alta. Esses setores mais privilegiados gozavam ainda da oportunidade de poder fugir das áreas infectadas, buscando refugio em locais mais isolados. Foi o que muitos fizeram, assim como já tinham feito por ocasião das epidemias de febre amarela e outras tantas que tomaram conta de muitos municípios paulistas, nas décadas finais do século XX e no início do século XX. Em 1918, há registros de que médicos, farmacêuticos e políticos fugiram da cidade de São Paulo em direção a outras localidades menores, assim que a gripe chegou, alegando ter problemas particulares a resolver (Bertolli Filho, 2003:11).

Os reflexos da gripe na nupcialidade e natalidade

A passagem da gripe pelo estado de São Paulo, de um modo geral, vitimou noivos em potencial ou levou-os a adiarem o casamento, impactando, dessa forma, as taxas de nupcialidade. Com exceção do município de Campinas que apresenta um número ascendente de casamentos no período 1917 a 1920, as demais localidades viram cair o número de casamentos em 1918.

No último trimestre desse ano, como era de se esperar, o número de casamentos diminuiu bastante, inclusive em Campinas, alcançando um mínimo em novembro, o mês mais crítico da epidemia e de pânico na população. Comparando a média de casamentos realizados entre janeiro e setembro com a média de casamentos realizados durante o trimestre epidêmico observa-se

certa relação entre o número de casamentos realizados e a marcha da epidemia nos municípios. Em Santos, onde os óbitos na sua imensa maioria acorreram em outubro e novembro, o número de casamentos caiu pela metade no último trimestre. Em São Paulo, os óbitos concentraram-se basicamente em novembro, os casamentos diminuíram aproximadamente 30% em relação aos meses anteriores; nos demais municípios, onde os óbitos se distribuíram entre novembro e dezembro essa queda foi menor (Tabela 8).

Em alguns municípios o número de casamentos aumentou em 1919 em relação ao do final de 1918. Somente em 1920, passado o temor da gripe e da guerra, esse número aumentou em todo o estado (Tabela 9).

TABELA 8. Casamentos. Estado de São Paulo 1918

Municípios	Média mensal jan.-set.	Média mensal out.-dez.
São Paulo	257	183
Santos	30	15
Campinas	57	45
Ribeirão Preto	31	24
"Interior"	1.668	1.478

Fonte: São Paulo (1920).

TABELA 9. Casamentos. Estado de São Paulo 1917-1918

Municípios	1917	1918	1919	1920
São Paulo	3.564	3.173	3.877	4.585
Santos	399	311	267	475
Campinas	638	652	680	727
Rib. Preto	395	351	350	418
"Interior"	21.917	19.442	21.599	25.066

Fonte: São Paulo (1919-1924).

A gripe espanhola também impactou a natalidade ao adiar casamentos, levar à morte muitas mulheres em pleno período reprodutivo de suas vidas (15 a 49 anos), provocar abortos. Como mostram os dados, os nascimentos declinaram no último trimestre de 1918 e, sobretudo, em 1919 como era de se esperar. Em 1920 o número de nascimentos voltou a crescer em níveis mais elevados que os de antes da epidemia e, pelo que tudo indica, em um ritmo mais intenso, recuperando perdas provocadas pela gripe (Tabelas 10 e 11). Assim, como no caso dos casamentos, o impacto da *gripe espanhola* sobre os nascimentos variou em ritmo e intensidade. Passado o flagelo, a população paulista voltou a crescer.

TABELA 10. Nascimentos por mês. Estado de São Paulo 1918

Municípios	Outubro	Novembro	Dezembro
São Paulo	1.654	1.678	1.191
Santos	307	204	197
Campinas	341	309	312
Ribeirão Preto	194	158	193

Fonte: São Paulo (1920).

TABELA 11. Nascimentos. Estado de São Paulo 1917-1920

Municípios	1917	1918	1919	1920
São Paulo	17.598	17.852	16.916	19.704
Santos	2.843	3.002	2.709	3.221
Campinas	4.084	3.942	3.782	3.989
Rib. Preto	2.449	2.266	2.170	2.389
"Interior"	118.403	121.999	117.166	127.194

Fonte: São Paulo (1919-1924).

A "leitura dos números" de óbitos por *gripe* registrados nos anuários demógrafo-sanitários do estado de São Paulo, além de confirmar semelhanças trouxe à tona diversidades de situações, algumas bastante específicas, vivenciadas por municípios paulistas e sua população durante e após a passagem da epidemia de *gripe espanhola* nesse estado. Diversidades (também semelhanças) que não seriam perceptíveis em análises de caráter mais geral ou apenas de caráter qualitativo.

Várias dúvidas e questões surgiram dessa "leitura dos números" - quanto aos caminhos, aos momentos e etapas da gripe espanhola no estado, à população atingida e aos rastros deixados pela epidemia. Algumas foram resolvidas ou respondidas no decorrer do texto, para outras se buscou hipóteses explicativas. Muitas não puderam ser respondidas devido à ausência de informações mais minuciosas nas estatísticas analisadas, pela falta de um recenseamento populacional em período mais próximo ao surto epidêmico, pela escassez de estudos sobre o tema (para além do município de São Paulo), pela ausência de um conhecimento mais minucioso e sistematizado do contexto sociodemográfico e espacial das localidades onde a gripe fez suas vítimas. Em resumo, a "leitura dos números" mostrou a necessidade de um esforço grande em pesquisa *quali quanti* para dar conta das muitas questões que ficaram em aberto, entre elas uma muito específica: quais os condicionantes que fizeram os números da gripe em Campinas em alguns aspectos tão dissonante dos observados para os demais municípios analisados?

O resultado da "leitura dos números", porém, não deixou dúvidas sobre o amplo e complexo leque de fatores que com maior ou menor intensidade envolveram a passagem da ***gripe espanhola*** pelo estado de São Paulo.

Referências

Alvarez, A. et al. (2009),"A gripe de longe e de perto: comparações entre as pandemias de 1918 e 2009", História, Ciências, Saúde-Manguinhos, V. 16 N°. 4. Debate.

Barata, R.B. (2000), "Cem anos de endemias e epidemias", Ciência & Saúde Coletiva, Vol. 5 N°. 2, pp. 333-45. Available at: www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0901.pdf.

Bassanezi, M.S. et al. (2008), Roteiro de fontes sobre a imigração em São Paulo 1850-1950, São Paulo, Editora UNESP.

Bassanezi, M.S. (Prelo), "Imigração internacional e dinâmica demográfica no tempo do café". Souza, L.A.F. de, Magalhães, B.R. de, Sabatine, T.T. (Org.), Migrações – implicações passadas, presentes e futuras. Marília, Cultura Acadêmica de Marília.

Bertolli Filho, C. (2003), A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade, São Paulo, Paz e Terra. (Coleção São Paulo, 5)

Bertucci, L.M. (2004), Influenza, a medicina enferma: ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo, Campinas, Editora Unicamp.

Bertucci-Martins, L.M. (s.d.), "Educação e higiene no combate à gripe espanhola em São Paulo", Available at: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0718.pdf (accessed 24 fev. 2012)

Bertucci-Martins, L.M. (2005), "Memória que educa. Epidemias do final do século XIX e início do XX", Educar, N°. 25, pp. 75-89.

Bertucci, L.M. (1997), Saúde: arma revolucionária. São Paulo – 1891/1925, Campinas, Centro de Memória – Unicamp. (Coleção Tempo & Memória, 3)

Dall'Ava, J.P. (2011), "A Gripe Espanhola em Sorocaba, 1918: o caso da Fabrica Santa Rosalia", Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo. Available at: www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300648056_ARQUIVO_AGripeEspanholaemSorocaba.pdf (accessed 24 fev. 2012)

Directoria Geral de Estatística (1922), Recenseamento do Brasil – realizado em 1 de Setembro de 1920. Rio de Janeiro, Typ da Estatística.

Duarte, I.G. (2009), "O Código Sanitário Estadual de 1918 e a Epidemia de Gripe Espanhola", Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan, Vol. V N°. 1, pp. 55-73. Available at: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/chci/v5n1/v5n1a04.pdf (accessed 11 mar. 2012)

São Paulo. Directoria de Serviço Sanitario do Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brazil) (1924), Annuario Demographico: secção de estatística demographo-sanitaria. Anno XXVII – 1920, São Paulo, Typographia do Diario Official, 2v.

São Paulo. Directoria de Serviço Sanitario do Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brazil) (1921), Annuario Demographico: secção de estatística demographo-sanitaria. Anno XXVI – 1919, São Paulo, Typographia do Diario Official, 2v.

São Paulo. Directoria de Serviço Sanitario do Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brazil) (1920), Annuario Demographico: secção de estatística demographo-sanitaria. Anno XXV – 1918, São Paulo, Typographia do Diario Official, 2v.

São Paulo. Directoria de Serviço Sanitario do Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brazil) (1919), Annuario Demographico: secção de estatística demographo-sanitaria. Anno XXIV – 1917, São Paulo, Typographia do Diario Official.

São Paulo. Directoria de Serviço Sanitario do Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brazil) (1914), Annuario Demographico: secção de estatística demographo-sanitaria. Anno XX – 1913, São Paulo, Estabelecimento Graphico Universal.

Anexo

Legenda mapa

1. Águas de Santa Bárbara
2. Agudos
3. Altinópolis
4. Amparo
5. Analândia
6. Angatuba
7. Anhembi
8. Apiaí
9. Araçariguama
10. Araçoiaba da Serra
11. Araraquara
12. Araras
13. Areias
14. Ariranha
15. Assis
16. Atibaia
17. Avai
18. Avaré
19. Bananal
20. Bariri
21. Barra Bonita
22. Barretos
23. Batatais
24. Bauru
25. Bebedouro
26. Boa Esperança do Sul
27. Bocaina
28. Bofete
29. Bom Sucesso
30. Botucatu
31. Bragança Paulista
32. Brodósqui
33. Brotas
34. Cabreúva
35. Caçapava
36. Cachoeira Paulista
37. Caconde
38. Cajuru
39. Campinas
40. Campos Novos Paulista
41. Cananéia
42. Capão Bonito
43. Capivari
44. Caraguatatuba
45. Casa Branca
46. Catanduva
47. Cerqueira César
48. Conceição do Monte Alegre
49. Conchas
50. Cotia
51. Cravinhos
52. Cruzeiro
53. Cunha
54. Descalvado
55. Dois Córregos
56. Dourado
57. Eldorado
58. Espírito Santo do Pinhal
59. Espírito Santo do Turvo
60. Fartura
61. Franca
62. Guararema
63. Guaratinguetá
64. Guareí
65. Guariba
66. Guarulhos
67. Ibitinga
68. Ibiúna
69. Igarapava
70. Igaratá
71. Iguape
72. Ilhabela
73. Indaiatuba
74. Ipauçu
75. Iporanga
76. Itaberá
77. Itaí
78. Itajobi
79. Itanhaém
80. Itapecerica da Serra
81. Itapetininga
82. Itapeva
83. Itapira
84. Itápolis
85. Itaporanga
86. Itapuí
87. Itararé
88. Itatiba
89. Itatinga
90. Itu
91. Ituverava
92. Jaboticabal
93. Jacareí
94. Jambeiro
95. Jardinópolis
96. Jatai
97. Jaú
98. Joanópolis
99. Jundiaí
100. Logainha
101. Laranjal
102. Lavrinhas
103. Leme
104. Lençóis Paulista
105. Limeira
106. Lins
107. Lorena
108. Mairiporã
109. Matão
110. Mineiros do Tietê
111. Mococa
112. Mogi das Cruzes
113. Mogi-Guaçu
114. Mogi Mirim
115. Monte Alto
116. Monte Azul Paulista
117. Monte Mor
118. Monteiro Lobato
119. Natividade da Serra
120. Nazaré Paulista
121. Novo Horizonte
122. Óleo
123. Olímpia
124. Orlândia
125. Ourinhos
126. Palmital
127. Paraibuna
128. Patrocínio Paulista
129. Pederneiras
130. Pedreira
131. Penápolis
132. Pereiras
133. Piedade
134. Pilar do Sul
135. Pindamonhangaba
136. Piquete
137. Piracaia
138. Piracicaba
139. Pirajú
140. Pirajuí
141. Pirassununga
142. Piratininga
143. Pitangueiras
144. Platina
145. Porto Feliz
146. Porto Ferreira
147. Queluz
148. Redenção da Serra
149. Ribeira
150. Ribeirão Bonito
151. Ribeirão Branco
152. Ribeirão Preto
153. Rio Claro
154. Rio das Pedras
155. Salesópolis
156. Salto
157. Salto Grande
158. Santa Adélia
159. Santa Bárbara D'Oeste
160. Santa Branca
161. Santa Cruz da Conceição
162. Santa Cruz das Palmeiras
163. Santa Cruz do Rio Pardo
164. Santa Isabel
165. Santa Rita do Passa Quatro
166. Santa Rosa do Viterbo
167. Santana do Parnaíba
168. Santo Amaro
169. Santo Antônio da Alegria
170. Santos
171. São Bento do Sapucaí
172. São Bernardo do Campo
173. São Carlos
174. São João da Boa Vista
175. São Joaquim da Barra
176. São José do Barreiro
177. São José do Rio Pardo
178. São José do Rio Preto
179. São José dos Campos
180. São Luís do Paraitinga
181. São Manuel
182. São Miguel Arcanjo
183. São Paulo
184. São Pedro
185. São Pedro do Turvo
186. São Roque
187. São Sebastião
188. São Simão
189. São Vicente
190. Sarapuí
191. Serra Negra
192. Sertãozinho
193. Silveiras
194. Socorro
195. Sorocaba
196. Tabapuã
197. Tambaú
198. Taquaritinga
199. Tatuí
200. Taubaté
201. Tietê
202. Tremembé
203. Ubatuba
204. Viradouro

IMIGRAÇÃO E GEOPOLÍTICA. FLUXOS MIGRATÓRIOS PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UM OLHAR SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DEPOSITADA NA HOSPEDARIA DE IMIGRANTES – SP*

Odair da Cruz Paiva

A partir de 1947, a organização de campos de refugiados na Alemanha, Áustria e Itália – para a agregação de milhares de pessoas dispersas pelo continente europeu pós a Segunda Guerra Mundial - e a posterior inserção destas em diversos países, demonstrou quão complexas as formas da política internacional tenderiam a se constituir a partir da segunda metade do século XX. A constituição de organismos multilaterais de recolocação de trabalhadores, como a Organização Internacional para Refugiados – O.I.R., de financiamento como o Fundo Monetário Internacional e, obviamente, a própria Organização das Nações Unidas, apontavam para que as formas de gestão de questões nacionais – como política de mão de obra e econômica - perderiam parte de sua autonomia. Ao mesmo tempo, demonstravam a influência (econômica e geopolítica) inequívoca dos EUA frente ao que se constituía como bloco ocidental.

Sucedâneo da O.I.R. o Comitê Intergovernamental para Migrações Européias (C.I.M.E.) criado em 1951 visou o fomento a processos migratórios oriundos de situações variadas: de migrações de perfil marcadamente *econômico* a fluxos produzidos por conflitos étnicos, políticos e religiosos. Suas atividades objetivavam facilitar na recolocação de famílias e indivíduos que fugiam de perseguições políticas, ideológicas, étnicas e culturais e também a migração de camponeses e trabalhadores urbanos; estes últimos constituíram parte significativa da mão de obra em países que iniciavam processos de industrialização mais intensa, como o caso do Brasil.

Por outro lado, europeus residentes fora da Europa e mesmo imigrantes de outras nacionalidades também contaram com o apoio do CIME para a realocação em seus países de origem ou para uma nova imigração. Estes, particularmente, residiam em zonas de conflitos

* Esta reflexão agrega elementos do artigo produzido em co-autoria com a Dra. Célia Sakurai e publicado nos Anais do XXVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambú-MG. 2004 sob o título: "Migrações Internacionais, geopolítica e desenvolvimento econômico (1947-1980)."

produzidos por processos de descolonização (África e Ásia) e guerras, como o caso do conflito árabe-israelense nos anos 1960.

No Brasil, a inserção do país no novo cenário internacional apontou para a necessidade de reestruturação dos mecanismos da política imigratória, que, por outro lado, expressava uma nova geopolítica para o desenvolvimento do então "mundo capitalista". Dessa forma, tanto no plano interno quanto no plano internacional, a dinâmica dos deslocamentos populacionais foi auxiliar na estruturação de vários elementos que hoje compreendemos como "globalização", além de expressarem a influência dos EUA neste processo.

Para essa reflexão, além dos estudos que trataram da questão dos deslocamentos populacionais no período de forma mais direta, foram consultados: documentos[1] produzidos pelo próprio órgão (estatísticas, pareceres, relatórios, boletins) que tipificam, mapeiam, quantificam e localizam as transformações e tendências dos fluxos migratórios durante o período que abrange o pós- guerra até o final da década de 1970; relatórios produzidos pela diplomacia brasileira e parte da bibliografia referente ao tema dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1970.

A Organização Internacional de Refugiados e a problemática dos deslocamentos populacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial

A imigração para São Paulo Pós-Segunda Guerra Mundial e sua relação com o processo de industrialização teve, na década de 1950 e nos acordos firmados entre o governo brasileiro e o C.I.M.E.[2], sua datação e articulações mais precisas[3] . Há, entretanto, um período imediatamente anterior (1947-1951) no qual os objetivos de uma nova política imigratória no país e as estratégias para sua realização, ainda estavam sendo gestadas.

A entrada de imigrantes em São Paulo a partir de 1947, pode ser considerada como reflexo da retomada da política imigratória após um *intermezzo* de quase duas décadas. Desde o final dos anos 1920, o refluxo da imigração para o Brasil foi patente. Na década de 1930 esta tendência se manteve, influenciada no plano interno pela política de nacionalização da mão de obra empreendida pelo governo Getúlio Vargas e, no plano externo, pela ascensão de regimes de direita em países de longa tradição emigrantista como a Alemanha, Itália, Espanha e Portugal além da crise econômica pós a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque que se estendeu, ao menos, até meados dos anos 1930.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, uma nova geo-política do desenvolvimento, gestada pelos países capitalistas centrais criou a possibilidade do estabelecimento de companhias multinacionais (principalmente européias e estadunidenses) em várias regiões do

[1] No acervo do Memorial do Imigrante em São Paulo há um volume significativo de documentos que registram a entrada de imigrantes no Estado após a Segunda Guerra Mundial. Num total aproximado de 60.000 documentos, eles correspondem a tipos e formatos variados como: Fichas de Registro na Hospedaria, Curriculum Vitae, passaportes, avisos de chamada, estatísticas de deslocamentos populacionais para vários países da África, América e Oceania, relatórios da Secretaria da Agricultura e processos administrativos. De forma geral, representam diferentes etapas da imigração de europeus para São Paulo entre os anos 1947 a 1978.

[2] Dentre os organismos multilaterais criados para auxiliar o deslocamento de populações Pós-Segunda Guerra Mundial, destacaram-se a U.N.R.A.A. (Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas) entre 1945 e 1947, O.I.R. (Organização Internacional para Refugiados) entre 1947 e 1951 e posterio rmente o C.I.M.E. (Comitê Intergovernametal para as Migrações Européias), a partir de 1951 até a década de 1980. Para informações mais pontuais sobre o C.I.M.E., ver: FULLER, Warren Graham. *O Comitê Internacional para Migrações Européias (CIME) e a Seleção de Mão de obra Estrangeira*. In: Conferência Promovida em Comemoração ao X Aniversário do SESI pela Conselho Nacional das Indústrias e a Divisão de Coordenação do SESI. S/l, out. 1956; SILVA, Celso A. de Souza. *O Brasil e os Organismos para Migrações*. In: Revista Brasileira de Política Internacional. S/l, 1958.

[3] O recorte temporal aqui evidenciado relaciona-se também com o início e o término da produção documental sobre a imigração no pós-guerra que está depositada no acervo do Memorial do Imigrante e que percorre os anos 1947-1978. Para um detalhamento dos grupos documentais do acervo do Memorial do Imigrante ver: PAIVA, Odair da Cruz. Introdução à História da Hospedaria de Imigrantes em seus aspectos Institucionais e Guia do Acervo. São Paulo: Memorial do Imigrante/Museu da Imigração, 2000 v.1, 20 p. (Série Resumos n.6)

globo e, particularmente, na América Latina [4]. Um novo processo de expansão da economia capitalista teve início após o término do conflito mundial.

Assim, a retomada do processo imigratório Pós-Segunda Guerra – e no período particular entre 1947-1951- esteve compassada com questões mais amplas ligadas a conflitos e processos de exclusão e intolerância produzidos durante o conflito mundial na Europa e as necessidades de distencionamento social naquele continente. Por outro lado, a imigração de deslocados e refugiados de guerra, apontava para a inserção dos movimentos migratórios na nova configuração econômica que marcaria as relações internacionais no pós guerra e da qual fizeram parte os investimentos em regiões *periféricas* do globo e instalação de companhias multinacionais. No plano interno a imigração representava uma expressão do projeto de transnacionalização da economia brasileira.

Imigrantes no Pós-Segunda Guerra Mundial e a questão do desenvolvimento econômico

No início dos anos 1940 e mais especificamente entre os anos 1942/3, um panorama favorável à vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial delineava-se, suscitando análises e projeções sobre necessidades em se realocar grandes contingentes de trabalhadores do velho mundo para outras regiões do planeta[5]

O número de refugiados durante a Segunda Guerra Mundial, tanto na Europa quanto no Oriente é bastante controverso. As cifras geralmente variam entre 8 milhões até 70 milhões, dependendo da fonte consultada[6]. De qualquer forma, houve, durante este conflito, deslocamentos em massa de populações que fugiam do avanço nazista e ao mesmo tempo, um deslocamento forçado, para fazendas e fábricas, que utilizavam pessoas para o trabalho escravo ou sua colocação em campos de concentração.

Após a Segunda Guerra, houve o retorno da grande maioria destas populações para suas regiões de origem; entretanto, dados da O.I.R. apontam que em julho de 1947 havia aproximadamente 700.000 de refugiados na Alemanha e Áustria ocupadas pelas forças aliadas. Destes, a grande maioria não desejava voltar para suas regiões de origem[7]. Os trabalhos de triagem e encaminhamento dos refugiados e deslocados de guerra tiveram início em 1947 sob coordenação da Organização Internacional de Refugiados (O.I.R.)[8]

---

[4] Em São Paulo, este processo incidiu sobre áreas até então ocupadas por pequenas fábricas, chácaras e olarias que produziam gêneros para o abastecimento da cidade de São Paulo. Regiões próximas à capital como Osasco (oeste), São Miguel Paulista (leste) e a região sudeste – que seria conhecida como ABC - sofreram um novo processo de ocupação e de mudança de sua identidade econômica e transformaram-se nos anos 1950/1960 em áreas de grande concentração industrial.

[5] Ainda nos anos 1930, surgiu a preocupação com o crescente número de refugiados na Europa e sobre as possibilidades de sua realocação. Segundo dados da Liga das Nações, em 1935 havia aproximadamente 970.000 refugiados na Europa dos quais, a grande maioria era composta por alemães, russos, judeus alemães e republicanos espanhóis.O avanço dos regimes totalitários na Alemanha, Itália e Áustria e a tomada do poder pela direita na Espanha, foram os fatores responsáveis pelo deslocamento de uma população que, de forma compulsória procurou refúgio em países como a França, Inglaterra e Holanda. Ver: TRAFT, Donald R.A. (1935) A Study of International Movements. New York, The Ronald Press Company, 1936. *Monthly Summary of the League of Nations*. Sept. A eclosão da Segunda Guerra Mundial contribuiu para elevar sobremaneira número de refugiados e tornar mais dramática a situação destas populações.

[6] Ole Just faz menção a cifra de 14 milhões de refugiados. Ver: JUST, Ole. Au dessus des mers et des frontiéres. Le grand mouvement migratoire de notre siècle – bases démographiques et economiques de la féderation occidentale. Rio de Janeiro. Organização Cultural Vida, 1948. Já Estanislau Fischlowitz aponta para a existência entre 60 e 70 milhões de refugiados tanto na Europa quanto na Ásia. Ver: *O Problema Internacional das migrações e a paz futura*. Revista de Imigração e Colonização. Ano IV n. 4, dez. Ministério das Relações Exteriores. Conselho de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro,1943.

[7] Esta questão está apontada em: PAIVA, Odair da Cruz. *Refugiados de Guerra e a Imigração para O Brasil nos anos 1940 e 1950*. Revista Travessia. Ano XIII, n. 37 mai/ago de 2000, p.p. 25-30.

[8] Idem, *ibidem*

> A comissão preparatória da OIR começou a agir em 1 de julho de 1947, dependendo de certas exigências jurídicas para o estabelecimento da agência. Diretamente, passou a cuidar de cerca de 704.000 refugiados e deslocados, a maioria na Alemanha, na Áustria, na Itália e na Europa Oriental e Central, com menores números em outros dos quais 350.000, aproximadamente, se mantinham nas zonas ocupadas e 550.000 – com especialidade os refugiados de antes da guerra – distribuídos por todas as nações da Europa Ocidental[9] .

O novo mapa da Europa e a desorganização econômica após o conflito impediam o retorno integral da população às suas localidades de origem, particularmente aquelas oriundas de regiões que passaram para a *órbita* da U.R.S.S. Dessa forma, num primeiro momento, o fluxo emigratório entre os anos 1947-1951 constitui-se, fundamentalmente, por refugiados e deslocados de guerra que se recusaram a voltar para suas localidades de origem. Eram russos, poloneses, ucranianos, romenos, tchecos, iugoslavos, lituanos e búlgaros. Agências como a U.N.R.A.A. e O.I.R. exerceram papel fundamental no processo de repatriação e, principalmente, recolocação desta população.

> A administração da O.I.R. era composta por um conselho formado de delegados das nações-membros.(...) Com sede em Genebra, Suíça, a O.I.R. possuía um quadro de 2.563 funcionários de 38 nacionalidades, estes trabalham em 31 escritórios das zonas ocupadas da Alemanha e Áustria, na Itália, nos países europeus que recebem imigrantes, nas Américas e no Médio e Extremo Oriente. Este quadro era acrescido por 3.156 funcionários recrutados no local das atividades[10]

A O.I.R. desenvolveu suas atividades num contexto geopolítico bastante delicado no Pós-Segunda Guerra Mundial. A questão que *produziu* milhões de pessoas deslocadas tinha origem nos deslocamentos populacionais forçados promovidos durante o conflito que fizeram com que milhares de pessoas fossem obrigadas a deixar suas regiões de origem. Fugas em massa das forças de ocupação e, por outro lado, trabalhos forçados em fazendas e fábricas e reassentamentos, foram práticas comuns de forças de ocupação (principalmente alemãs) durante a guerra.

Findo o conflito - e a quase imediata redefinição das fronteiras na porção centro-oriental do continente europeu - a reincorporação dos antigos habitantes a suas regiões de origem não foi isenta de novas contendas. A incorporação de grande parte do Leste Europeu na órbita geopolítica da União Soviética foi motivo para a recusa de muitos em retornar a seus países e regiões de origem. Criou-se uma situação política delicada, na medida em que, do lado ocidental não se poderia considerar a presença de poloneses, iugoslavos, húngaros, tchecos, lituanos, russos, ucranianos... como refugiados na medida em que essa categoria melindrava potencialmente as relações com um aliado importante durante o conflito mundial.

A alternativa das forças de ocupação aliadas (britânicas, francesas e estadunidenses) foi a criação de campos de *displaced persons* (deslocados) nos países sob sua administração: Alemanha, Áustria, Itália e Grécia. Nesses campos a alternativa era a imigração. Vários países da América, África, Oceania e Europa, fizeram acordos com a O.I.R e enviaram comissões para seleção dos deslocados. A gestão e coordenação dos trabalhos de administração dos campos e do processo de reassentamento.

Até junho de 1949, 418.271 pessoas permaneciam em campos de refugiados na Alemanha e Áustria. Destes, pouco mais de 104 mil eram judeus de diversas nacionalidades,

[9] O.N.U. O Problema dos Refugiados. Rio de Janeiro: .I.R., 1950, p.p. 5.
[10] FISCHLOWITZ, Estanislau. *O problema internacional das migrações e a paz futura. Revista de Imigração e colonização*. Ano IV, n. 4, dez. 1943. Ministério das Relações Exteriores. Conselho de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro.

113.900 eram poloneses, 93.686 eram oriundos da Letônia, Estônia e Lituânia, 60.342 eram ucranianos e 21.271 eram iugoslavos.

Em 1948 foi formada uma comissão mista Brasil - O.I.R. (decreto 25.796 de 10-11-1948) a partir da qual o governo brasileiro comprometia-se a receber uma quota de refugiados de guerra, embora o país já os recebesse desde 1947. Um artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo na edição de 5-7-1947 intitulado *A tragédia dos deslocados*, encontramos a informação de que o governo brasileiro intencionava receber cerca de 700.000 refugiados de guerra[11]. Dados de 1949 demonstram que chegaram ao país pouco mais de 19.000 imigrantes e as cifras até 1951 não apontam mais do que 25.000 imigrantes classificados como refugiados ou deslocados de guerra.

Mesmo não cumprindo sua "quota", o governo brasileiro deu visibilidade à questão da recepção dos refugiados, seja com a publicação de artigos em revistas e boletins como os do Departamento de Imigração e Colonização, ou com matérias veiculadas em jornais. Num deles, denominado *A Elite Esquecida*, há um capitulo cujo título é*: Vantagens econômicas e práticas ao empregar um DP*[12] *especializado.* A tônica foi a propaganda sobre o perfil especializado de muitos dos refugiados, e, obviamente, seu potencial de trabalho para os países que quisessem recebe-los. Há uma primeira parte que trata das *biografias* de alguns desses refugiados e sua contribuição nas diversas áreas das ciências, artes e economia em seus respectivos países de origem[13].

O fluxo emigratório provocado após o término do conflito e seu potencial econômico já havia sido identificado desde os primeiros anos da década de 1940.

> A presente guerra, como todas as grandes guerras, com o deslocamento dos centros industriais que elas trazem, necessariamente, consigo (...) provocará correntes de migração cujo volume dependerá, em primeiro lugar, mas não exclusivamente, das portas fechadas ou abertas dos países de destino. (...) O centro de gravidade da economia mundial passará, ao que parece, da Europa para a América. (...) Isso não pode ficar sem influência sobre o caráter desse Continente, como, virtualmente, um escoadouro central para a imigração de outros continentes e, em particular, da Europa[14].

Nesta avaliação, a absorção dos contingentes egressos da Europa, seria possível na medida em que houvesse uma nova reorganização econômica em nível mundial, e particularmente, no caso do continente americano, uma mudança na vocação econômica de algumas nações. Do ponto de vista político, essa realocação foi considerada fundamental para o distencionamento social e estabilidade política na Europa do pós guerra, dada a avaliação de que a reconstrução econômica do continente não se realizaria a curto prazo.

As atividades da O.I.R. em São Paulo foram coordenadas pelo Serviço de Imigração e Colonização. Em São Paulo, estes refugiados ficavam alojados na Hospedaria de Campo Limpo, próxima à Capital, para depois serem encaminhados para o seu local de trabalho. Esta Hospedaria ocupava antigos galpões que serviam de depósito de café e funcionou até o início dos anos 1950. A Hospedaria de Imigrantes, situada no bairro do Brás em São Paulo esteve neste período ocupada pela Escola de Aeronáutica, sendo devolvida à Secretaria da Agricultura somente em 1951.

---

[11] Artigo assinado por Paul Vanorden Shaw e também publicado na Revista de Imigração e Colonização. Ano VIII, set. de 1947, n.3. Ministério das Relações Exteriores. Conselho de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, Brasil.
[12] Abreviação de Displaced Person . Fonte: O.N.U. A Elite Esquecida. Rio de Janeiro: O.I.R. s/d.
[13] Dentre as biografias, estão: veterinário, agrônomo, cirurgião, patologista, bacteriologista, farmacêutico, bioquímico, físico, químico, geofísico, astrônomo, arquiteto, engenheiro, agrimensor, professor, etc.
[14] FISCHLOWITZ, Estanislau. *Op. Cit.* Grifos nossos.

A partir de 1951, as atividades da O.I.R. foram paulatinamente reduzidas, como reflexo do fim da recolocação dos deslocados de guerra que viviam nos campos de refugiados na Alemanha e na Áustria. Um acordo entre o governo brasileiro e o Comitê Intergovernamental para Migrações Européias (C.I.M.E.) – que substituiu a O.I.R. - manteve o fluxo para o país de uma imigração voltada para a inserção nas atividades industriais.

Na perspectiva deste estudo, procurava-se equacionar a questão dos refugiados da Segunda Guerra Mundial a partir de quatro perspectivas:

- Em primeiro lugar, a denominação de *Deslocados de Guerra* aos que embora assim fossem considerados em sua origem, eram em realidade, refugiados, dada a negativa que estas pessoas tinham com relação às motivações de caráter político e ideológico com relação a retorno às regiões de origem. Esta foi uma perspectiva para não tencionar ainda mais as relações com a URSS. Considerar estas populações como refugiadas, teria sérias implicações políticas;
- Em segundo lugar, transformar os *Deslocados de Guerra* em agentes de desenvolvimento econômico como forma de sua rápida absorção em outros países do Ocidente que, como o Brasil, desenvolviam esforços de modernização econômica;
- Em terceiro lugar, empreender todos os esforços possível para "esvaziar" os campos de refugiados o mais rápido possível. Neste sentido, firmar acordos bilaterais com os países interessados, facilitar o transporte marítimo dessa população e fomentar mecanismos - mesmo que precários - para sua inserção em novos contextos nacionais;
- Em último lugar, e como decorrência das perspectivas anteriores, desconsiderar ou despolitizar ao máximo acordos internacionais anteriores - inclusive elementos do próprio estatuto da OIR - que definiam a condição dos refugiados e que tinham implicações na questão, já debatida na ONU em anos anteriores sobre os Direitos Humanos.

Foi somente após o equacionamento - o que não implica em sua resolução plena - da questão dos *Deslocados de Guerra* é que houve um ambiente político mais favorável para que se começasse no âmbito da ONU os debates que resultariam na criação do ACNUR e no Estatuto dos Refugiados de 1951.

A partir dos anos 1950 tivemos uma mudança na dinâmica da imigração para São Paulo. Trabalhadores considerados *especializados* foram agregados – durante as décadas de 1950, 1960 e 1970 - como mão de obra para o crescente parque industrial paulista. Oriundos principalmente da Europa e Japão, a entrada desses imigrantes nos aponta para uma nova reorganização da Divisão Internacional do Trabalho, na medida em que, para além do fluxo de trabalhadores houve, igualmente, investimentos significativos de companhias estrangeiras em diversos ramos da economia como os setores automobilístico, químico e farmacêutico, siderúrgico e de transportes.

A influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960

a) O CIME e dos deslocamentos populacionais

Em fevereiro de 1952 o C.I.M.E. iniciou suas atividades. Ele foi caudatário de muitas das atribuições que, anteriormente estavam a cargo da O.I.R. A criação do C.I.M.E. em 1951 se deu basicamente pela iniciativa dos Estados Unidos e da Bélgica. A Resolução de Bruxelas

estabeleceu um Comitê Provisório que começou as suas operações em fevereiro de 1952; este Comitê foi formalizado como CIME em outubro do ano seguinte. Diferentemente da O.I.R, as atividades do CIME procuraram ampliar o espectro dos deslocamentos populacionais para além da questão de *refugiados*. No documento de constituição do CIME, temos:

> Artigo 1o.
> Os fins e funções do Comitê serão:
> (a) tomar medidas para o transporte de emigrantes, para os quais os meios de vida são deficientes e que não poderiam de outra forma ser transportados de países com excesso de população para países ultra-marinos que oferecem oportunidades para uma imigração ordenada; (b) promover o aumento do volume da emigração da Europa, proporcionando, a pedido e em conformidade com os Governos interessados serviços durante o processo, e recebendo, a primeira colocação e estabelecimentos dos emigrantes que outras organizações internacionais não podem proporcionar e outras facilidades mais condizentes com os fins do Comitê[15].

Embora a imigração de *refugiados* tenha constituído parcela significativa dos emigrados sob os auspícios do Comitê, a *migração nacional* teve um peso igualmente significativo em suas atividades. O Comitê desenvolveu programas específicos para as migrações e contou com uma ampla rede de escritórios e funcionários sediados nos países que com ele fizeram acordos. No caso do Brasil, por exemplo, o CIME chegou a ter na década de 1960 escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. Estes escritórios faziam os contatos com os órgãos encarregados dos trâmites de entrada dos imigrantes, bem como davam suporte para alojamento e procura de emprego[16].

Os deslocamentos sob os auspícios do CIME tinham uma relação direta com o novo contexto de desenvolvimento econômico no Pós-Segunda Guerra Mundial, como afirmado anteriormente. O estabelecimento de empresas multinacionais na América Latina, Oceania e África, reincorporou regiões à nova lógica da expansão capitalista. Concomitantemente, à migração de capitais e empresas seguiu- se à migração de trabalhadores oriundos de áreas com desenvolvimento industrial mais pretérito cuja força de trabalho não era necessária dado o processo de reorganização produtiva da Europa Ocidental no pós Guerra. Assim, o velho binômio exclusão/incorporação, presente nos deslocamentos populacionais desde o século XIX, foi reatualizado com o objetivo de fortalecer os laços de (inter)dependência econômica do mundo capitalista.

Ao mesmo tempo, num contexto marcado pela Guerra Fria, os processos de descolonização e os conflitos localizados no Oriente Médio, África e Ásia apotavam para a necessidade de que os fluxos migratórios tivessem uma conotação não apenas econômica. Assim, o CIME coordenou a recolocação de milhares de *refugiados*, majoritariamente europeus, em seu retorno para a Europa ou dela para outras regiões. Esses deslocamentos populacionais eram cobertos por um contrato envolvendo o migrante, os países de emigração e imigração e em certos casos, uma agência voluntária ou tutor individual. No documento de Constituição do CIME, encontramos:

> Capítulo X "Relações com Outras Organizações" Art. 27 § 1
>
> O Comitê cooperará com organizações internacionais,governamentais e não governamentais interessadas na emigração de refugiados[17].

[15] Decreto 42.1222 de 21 de Agosto de 1957. Promulga a Constituição do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME), adotada em Veneza a 19 de Outubro de 1953. (Em vigor a partir de 03 de Novembro de 1954).
[16] No caso do Estado de São Paulo, o Departamento de Imigração e Colonização (órgão ligado à Secretaria de Estado da Agricultura) e após 1968 o Departamento de Amparo e Integração Social (ligado à Secretaria de Estado da Promoção Social).
[17] BOUSCAREN, Anthony T. International Migration since 1945. New York: Frederick A. Praeger, 1963.

Dentre elas: Entr'aide Ouvrière International; International Catholic Migration Commission; Iternational Rescue Committee; International Social Service; Luthern World Federation; Swiss Aid Abroad; Tolstoy Foundation; United HIAS Service; Catholic Relief Services; National Catholic Welfare Conference; United Ukranian American Relief Committee e World Council of Churches.

Segundo Bouscaren[18], os programas do CIME para as migrações internacionais de europeus envolviam cinco formas que correspondem meios de transporte (subsidiados ou não) e programas de inserção: 1. Passagem subsidiada (assisted-passage). Transporte de migrantes selecionados por oficiais dos países de recepção, geralmente sob os termos de acordos bilaterais em que o país de emigração estabelece critérios de aceitação; 2. Mão de obra qualificada. Trabalhadores urbanos ou agricultores selecionados pelos países de imigração baseados na qualificação; 3. Reunião familiar ou de dependentes. Parentes ou dependentes chamados por imigrantes suficientemente bem estabelecidos para dar as garantias necessárias para o sustento; 4. Casos individuais. Cidadãos ou refugiados indicados por agências voluntárias para serem encaminhados sob os termos mandato constitucional do CIME para o transporte dos migrantes sem condições para pagar o transporte; 5. Refugiados. Qualificados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; The United States Escapee Program; The International Refugee Organization; Trust Found e agências voluntárias.

b) A influência dos EUA.

Em linhas gerais, do ponto de vista geopolítico, as atividades do CIME, financiadas em sua maior parte com dinheiro vindo dos Estados Unidos, respondiam ao interesse de reforço e dinamização do desenvolvimento capitalista em várias regiões do globo. Esta atuação estava em consonância com o panorama da guerra fria, cujo ápice se deu entre os anos 1950 e início dos anos 1970. Neste panorama, à Europa coube um papel fundamental, qual seja: o de abastecimento de trabalhadores qualificados.

O CIME deslocou trabalhadores para diversos países, entre eles: Israel, Nova Zelândia, Austrália, África do Sul, Argentina, Brasil, Venezuela, Peru, Canadá, além dos Estados Unidos. Do ponto de vista geográfico, esses deslocamentos criavam um cordão de isolamento cujo alvo foi a URSS. Assim, se avaliarmos a reconstrução do Japão no extremo oriente e seguirmos ao sul rumo à Nova Zelândia, Austrália, África do Sul e Cone Sul da América, podemos traçar uma linha imaginária de reforço não só do capitalismo mas também da influência dos EUA. O caso de Israel – como Estado tampão – é emblemático e muito analisado pela historiografia, não cabendo aqui maiores considerações.

Assim, no âmbito geopolítico, as relações internacionais no Pós-Segunda Guerra, marcadas pela hegemonia dos Estados Unidos e da União Soviética engendraram interdependência político-econômica entre os Estados que compuseram os dois blocos, definindo o campo da contenda durante a "guerra fria". No bloco capitalista, processos de "integração" econômica reforçaram os vínculos de dependência entre as economias centrais e as consideradas em "fase de desenvolvimento". A transnacionalização das economias "em desenvolvimento" consolidou uma hierarquia no processo de integração do bloco ao passo que reforçou sua coesão e identidade política frente ao bloco socialista.

[18] Idem, *ibidem*

No caso específico do CIME, a presença dos interesses dos EUA junto ao Comitê é notada desde as primeiras tratativas diplomáticas para sua criação. Em carta, datada de 03/08/1950, endereçada ao Embaixador Raul Fernandes. Ministro das Relações Exteriores, pelo Sr. Dumon Stansby, Chefe da Missão da OIR no Brasil, há referência de que as atividades da OIR seriam encerradas em 31/03/1951. Nessa mesma carta, há a menção de que estava em estudo a formação de um Comitê de Serviços de Assistência aos Refugiados. Há inclusive um projeto de Estatuto.

Em 12/11/1951, o mesmo signatário da carta acima escreve novamente ao Embaixador João Neves da Fontoura, Ministro de Estado das Relações Exteriores:

> Tenho a honra de submeter a V. Excelência, alguns pormenores relativos a uma "Comissão Intergovernamental Provisória para Migração" que poderá dentro em breve ser formada por governos interessados. (...) Conseqüentemente, espera-se que os Estados Unidos (que já concordaram em contribuir com US$ 10.000.000,00 para as migrações, convoquem em breve uma conferência em Bruxelas destinada a considerar um plano do tino que vai esboçado em anexo (...).[19]

Poucos anos depois, após a estruturação das atividades do Comitê, uma tensão entre os seus signatários já se fazia presente, conforme o excerto abaixo.

> (...) Duas são, destarte, as tendências que cindem, de certa forma, os Governos reunidos no Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias: um primeiro grupo pretende prosseguir exclusivamente com as atividades de transporte; o segundo almeja desenvolver-lhe o campo de ação e fazer com que ele se dedique a todo o complexo migratório por considera-lo uno e indivisível. No primeiro grupo, alinham-se a maioria dos europeus, o Canadá e a Austrália; no segundo, os países latino-americanos. A Itália, a Espanha e a Grécia, tendem de maneira geral, para os pontos de vista sustentados pelo Brasil e demais países da América Latina. Os Estados Unidos da América que constituem na realidade o grande financiador do CIME, favorecem, até hoje, o primeiro ponto de vista (...)[20]

Esta divergência de encaminhamentos com relação à função do CIME expressava, de um lado, uma demanda do "grande financiador" que compreendia os limites da estratégia de reforço do bloco. O governo estadunidense tinha clareza da impossibilidade de que uma vertente – mesmo que empobrecida - do Plano Marshall poderia ser implementada na "periferia" capitalista. Por outro lado, países como o Brasil insistiam na tese na qual as atividades do CIME deveriam irradiar-se no plano interno de cada país receptor de imigrantes. Em outros termos, ao CIME caberia mais do que apenas as atividades de transporte; estruturas de acolhimento aos imigrantes, contatos com empresas e funcionários do Comitê deveriam atuar de e no acordo com os contextos particulares dos países sócios do CIME.

Os desdobramentos dessa tensão não podem ser desenvolvidos neste texto dados os limites de espaço do mesmo. De qualquer forma, as considerações acima são suficientes para marcar a importância dos interesses estadunidenses na gestão multilateral dos processos de deslocamentos populacionais no período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial.

[19] Fonte: Organização Internacional de Refugiados. Ofícios Recebidos. 1950-1952. Vol 12. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro.
[20] Fonte: Delegação Permanente em Genebra. Ofícios Recebidos. Vol 09. Janeiro-Junho 1958. Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro.

O período da guerra fria apontou, dentre outros, dois desafios a serem enfrentados na questão dos deslocamentos populacionais. A hegemonia dos Estados Unidos, a reorganização da economia capitalista em novas bases, uma nova divisão do trabalho e a consequente reestruturação produtiva com a incorporação de novas áreas tanto no circuito da produção de mercadorias quanto para o investimento de capital financeiro, foram fatores importantes para a construção do que viria a ser denominado como "globalização".

As migrações Pós-Segunda Guerra foram resultado de uma ambiguidade: por um lado, compassaram-se aos interesses estadunidenses no período da "guerra fria"; por outro, produziram demandas como: o direito à nacionalidade, ao território, o reconhecimento da cidadania e o amparo do Estado. Mais complexas no âmbito internacional e agravadas por uma lógica de desenvolvimento econômico global cada vez mais desigual que acirra desigualdades entre o regional e o mundial, as migrações Pós-Segunda Guerra foram um prelúdio para os dilemas vividos pelos imigrantes no tempo presente.

POPULAÇÃO E DINÂMICA ECONÔMICA DA CIDADE DE JUNDIAÍ, DAS LAVOURAS DE SUBSISTÊNCIAS A CULTURA DO CAFÉ

Katia Cristina da Silva Izaias

Breves antecedentes históricos da formação de Jundiaí: presença indígena e fundação da cidade

Até início do século XVII, a área que compreendia Jundiaí era habitada exclusivamente por povos indígenas. Parte da cultura indígena foi incorporada pelos brancos colonizadores, entre elas a técnica construtiva e a utilização de queimadas na lavoura. Gonçalves (1998) afirma que o índio em São Paulo não foi totalmente retirado de seu ***habitat*** e os que foram encaminhados à lavoura deixaram na cultura brasileira influência na língua, na alimentação e em outras dimensões da vida social. A distribuição das aldeias na então Jundiaí, estaria nos bairros de Corrupira até o Engordador, onde deveria ter existido uma tribo de silvícolas laboriosa (SOUSA, 1955).

Já o povoado de Nossa Senhora do Desterro de Jundiaí, "Porta do Sertão" do antigo "Mato Grosso de Jundiaí", teve seu início por volta de 1615 (PONTES, 1973). Este povoamento iniciou-se no alto de uma colina à margem esquerda do rio Jundiaí, ligada diretamente ao movimento bandeirante, principal responsável pela ocupação da antiga Capitania de São Vicente. Há controvérsias sobre a data da chegada dos primeiros colonizadores brancos à região e de quem seriam eles e por quais motivos. A tradição oral mantém a versão de crime amoroso do casal Rafael de Oliveira e Petronilha Rodrigues Antunes (GATTOLINE, 1998; CAPANHOLE, SANTOS E GICOVATE, 1994).

Em 1634, a capela de Nossa Senhora do Desterro foi considerada Freguesia, de acordo com a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP, vol. LXIV pág. 245).

Apesar das controvérsias dos historiadores sobre a data da fundação de Jundiaí, todos eles são unanimes quanto à data em que esta comunidade foi elevada à categoria de Vila (14 de dezembro de 1655) haja vista a existência da Provisão do Conde Monsanto, mesmo que o termo de ereção tenha se perdido juntamente com o livro que o continha, informação esta prestada pelo Capitão-Mór Antônio Siqueira de Morais, em ofício datado de 10 de abril de 1805 ao Governador da Capitania.

Essa discussão se torna importante, dentre vários aspectos, pela vastidão do território da Vila de Jundiaí, o qual podemos considerar como célula-mãe de numerosas cidades do interior paulista.

Configuração Territorial de Jundiaí

O município de Jundiaí, no tempo colonial, era bastante vasto, perdendo-se suas fronteiras pelos confins do Mogi Guaçu (SUBCOMISSÃO DO MARCO HISTÓRICO, 1955).

Cabe ressaltar que, desde o final do século XVIII, o então povoado chamado Mato Grosso de Jundiahy passou por reduções de seu território (GATTOLINI, 1998), onde importantes economias emergiam, tais como a de Campinas (BAENINGER,1996).

Os primeiros limites do território sob jurisdição da Vila de Jundiaí, segundo Mazzuia (1979), consistem do Rio Grande, a Vila de Santana do Parnaíba e a Vila de São Paulo , a qual tinha como termo a Freguesia de Juqueri. Esse território corresponde hoje à Região de Governo de Jundiaí, a de Campinas e todo o Nordeste do Estado de São Paulo, até a divisa com Minas Gerais no Rio Grande.

Do antigo território do município de Jundiaí faziam parte os seguintes municípios paulistas: Campinas (1797), Campo Limpo (1953), Itatiba (1857), Itupeva (1964), Mogi Mirim (1769), Várzea Paulista (1964) e Vinhedo (1948). Franco da Rocha (1934) que foi desmembrado de Juqueri e que para tornar-se município tomou parte do território jundiaiense.

Jundiaí representou o primeiro passo no povoamento da parte central e norte do Estado de São Paulo, região onde em meados do século XIX se estenderia a primeira grande expansão cafeeira, que daria origem à estruturação do complexo econômico cafeeiro. Jundiaí, Mogi das Cruzes e Itu constituíram as pontas avançadas dos caminhos de penetração que se desenvolveriam, respectivamente, na direção de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso (GONÇALVES, 1998, p. 71 e 86; ROSSETTO, 2006, p.144).

Desse modo, a conformação espacial do antigo sertão do Mato Grosso de Jundiaí e a então Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiaí, ocorre com a expansão populacional e econômica da antiga Capitania de São Vicente na sua porção nordeste. A constituição de Jundiaí e seus desmembramentos refletiram a ocupação populacional e a sua importância na formação social paulista.

Evolução da População: 1615 a 1830

A primeira notícia que se tem da chegada de migrantes nas terras de Jundiaí é encontrada no livro Jundiaí e sua História (MAZZUIA, 1979). O autor faz menção à população existente na época quando se refere à vinda de Rafael Antunes em 1639. Diz que este veio acompanhado de mulher, filhos, genros, escravos, índios forros e homens de arma, "formavam um aglomerado de mais ou menos trezentas almas" (MAZZUIA, 1979, p.5).

Para se ter uma ideia da população existente na Vila de Jundiaí, também podemos nos valer das Cartas de Data[1] para a concessão de braças de terra (áreas de terra)[2] e para a construção de casas e quintal para os moradores e povoadores de Jundiaí. Estas cartas de concessão de

[1] A este respeito, MEIRELLES, H. L. "Direito Administrativo Brasileiro" 8ª edição, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1981, p.494.

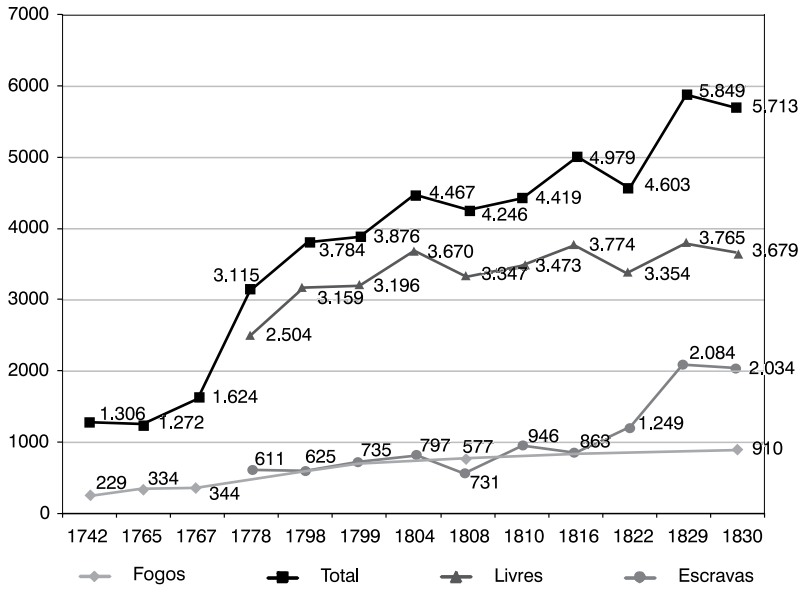
[2] Braça é uma antiga medida (ainda em uso no Brasil), com variações de país para país, equivalente à extensão que vai de um punho ao outro, ou da extremidade de uma mão aberta à outra, ou da ponta de um polegar em abdução ao outro, num adulto com os braços estendidos horizontalmente para os lados (em Portugal e no Brasil, 2,2 metros lineares). Em latim *bracchia*, ou no plural *bracchium* (braço). Braça também é unidade de comprimento do sistema Inglês equivalente a cerca de 1,8 metros (Dicionário Eletrônico Houssiss da língua portuguesa 3.0).

datas eram um título perpétuo, que conferindo ao concessionário o direito à troca, venda, aforamento, arrendamento e doação, sendo também transmissível por herança. O domínio de uso se transmitia do Estado ao concessionário e era mantido mediante o cumprimento de determinadas condições, como a de fazer uso produtivo da terra e de pagamento de um foro.

Estes requerentes e os que os acompanharam constituíram a primeira leva de migrantes em terras de Jundiaí. Holanda (1966, p. 97 e 98) afirma que a migração inicial, anterior possivelmente ao ano de 1620, provinha do estabelecimento de pessoas criminosas que para as novas terras se deslocavam com as suas famílias e apaniguados, fugindo à perseguição da justiça. E que juntamente com eles (os migrantes de origem criminosa, fugitivos da perseguição da justiça), viriam os interessados na fertilidade do solo; devido à escassez de terras utilizáveis nas áreas já conhecidas. O autor relata, ainda, a chegada de população decorrente das rixas que dividiam a Capitania[3] em grupos rivais:

A compilação das informações dispersas nos diferentes documentos nos permite apresentar o Gráfico 1, acerca da população de Jundiaí de 1742 a 1830.

GRÁFICO 1. Evolução da População de Jundiaí de 1742 a 1830



Notas: Para os anos de 1778, 1798, 1804,1810, 1822 e 1829, não informamos o número de fogos por não constar na tabela da qual nos referenciamos LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo, SP: Editora da USP, 2005. Ps. 78 e 79.

Fontes: 1742 - Mazzuia, 1976, Jundiaí Através de Documentos, p. 33; 1765 - Sousa, 1955, A Agricultura em Jundiaí da Sociedade Viti-Vinícola e Rural de Jundiaí, p. 14; 1767 - Marques, 2008 Jundiaí, um impasse regional: o papel do município de Jundiaí entre duas regiões metropolitanas: Campinas e São Paulo. Dissertação de Mestrado USP- FFLCH, p. 54; 1778, 1798, 1804, 1810, 1822 e 1829 - LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo, SP: Editora da USP, 2005. p. 79; 1799, 1808, 1816 e 1830 - REIS, D. O. M., 2010, Maços de População e outras fontes. Cinturão paulistano. Economia e demografia nas vizinhanças da capital de São Paulo (c. 1798 - c. 1830). Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 2012-01-25, de http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-27052011-171045/. (p. 18 a 44).

[3] Neste caso o autor se refere às terras das antigas donatarias que hoje correspondem área do Estado de São Paulo.

No livro Jundiaí Através dos Documentos (MAZZUIA, 1976, p. 34), encontra-se a informação de que no ano de 1742 existia em Jundiaí 229 fogos e 1.306 pessoas; informação esta registrada em folha avulsa do caderno número 2 do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. No livro "A Agricultura em Jundiaí" da Sociedade Viti-Vinicola e Rural de Jundiaí (p. 14), reproduzindo um levantamento geral da Capitania de São Vicente, providenciado por Capitão Geral D. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão[4], temos que a população em 1765 era de 1.272 pessoas, sendo 658 homens e 614 mulheres e existiam 334 fogos. Tal redução da população pode ter adivindo de algum erro de registro, visto que há um aumento de fogos de 229 em 1742 para 334 em 1765.

Notamos que foi acentuado o crescimento da população entre os anos de 1765 e 1767: um acréscimo de 252 pessoas em dois anos e uma taxa de crescimento de 13% ao ano.

De 1767 a 1778 (período de 11 anos) a população de Jundiaí cresce a uma taxa anual de 6,10%, passando de 1.624 pessoas em 1767 para 3.115 em 1778 (um acréscimo de 1.491 pessoas). A população de 1778 era composta por 2504 pessoas livres e 611 escravas.

De 1778 a 1798 a população continua a crescer, porém a um ritmo menos acentuado que o anterior 0,98% ao ano. Passando de 3.115 em 1778 para 3.784 pessoas em 1798, sendo a população livre que apresenta o maior acréscimo no número de indivíduos (passa de 2.504 para 3.159) enquanto que a população escrava permanece praticamente estável (passa de 611 pessoas em para 625). Esta redução do crescimento da população, a nosso ver, certamente ocorreu devido ao início da formação das vilas, uma vez que a política desenvolvida por Morgado de Mateus estimulou o povoamento e desenvolvimento econômico de povoados dispersos ao longo do "Caminho de Goiás", provocando desmembramentos na Vila de Jundiaí (MARQUES, 2008).

Gonçalves (1998) também faz alusão a esta política de Morgado de Mateus afirmando que entre 1765 e 1775 "este revitaliza a capitania fundando ou planejando a criação de dezenas de cidades no sertão virgem, fazendo estradas e consolidando as regiões sul e sudeste da Capitania (cujo território nesta época se prolongava no sul até o rio Pelotas, englobando a área correspondente hoje ao Paraná)" (GONÇALVES, 1977, p. 71).

Citamos como exemplo a Vila de São José de Mogi Mirim (atual município de Mogi Mirim), pois Belloto (1979), no seu livro Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo, nos diz que Mogi Mirim, assim como Mogi Guaçu, haviam se formado desde fins do século XVIII.

Em Leme (2004), Holanda (1966), Luna Klein (2005) e Marques (2008), dentre outros, encontramos que a migração para o interior foi característica do povoamento da Capitania de São Paulo durante os primeiros séculos de colonização, principalmente com a migração de muitos moradores para o interior da Capitania ou para Minas Gerais, Goiás ou Mato Grosso em busca de pedras e metais preciosos.

Em 1799 a população de Jundiaí era composta por 3.876 habitantes, entre livres e escravos, espraiados por 735 fogos. A população livre com um total de 3.196 pessoas era composta por 1.560 (48,8%) homens e 1.636 (51,2%) mulheres; e a escrava com um total de 735 pessoas, sendo 587(79,9%) homens e 148 (20,1%) mulheres. O crescimento anual correspondente ao período de 1798 a 1799 foi de 2,43% ao ano. Verificamos ainda que, de acordo com Reis (2010), havia aproximadamente 141 fogos com cativos, o que correspondia a 19,2% dos 735 fogos arrolados em 1799. A população livre correspondia a 82,5% e a escrava 17,5%.

[4] Governador da Capitania de São Paulo, tendo o título de Morgado de Mateus – 1722 a 1798.

Recorde-se que neste período houve o desmembramento de Mogi Guaçu em 1769 que foi transferida para o município de Mogi Mirim (vide quadro III). Campinas se torna Freguesia em 25 de maio de 1774 e é desmembrada em 04 de novembro de 1797. Contudo a população jundiaiense, conforme vimos anteriormente, continua crescendo.

Para o ano de 1804 a população de Jundiaí já perfaz o total de 4.467 pessoas divida entre 3.670 livres e 797 escravas e um total de 735 fogos. De 1799 a 1804 há um crescimento anual de 2,88%.

Encontramos para o ano de 1808 a população jundiaiense composta por 4.246 pessoas dispersas em 731 fogos, destes fogos 20,9% deles possuíam escravos. A população livre era de 3.347 sendo 1538 (46,0%) homens e 1.809 (54,0%) mulheres. Sendo que a população se constituía por 78,9% de livres e 21,1% de escravos (REIS 2010). A taxa de crescimento anual para o período (1804 a 1808) foi de -1,21%. A de se notar que esta taxa negativa de crescimento se dá mais pela queda do total de pessoas livres (3.670 em 1804 e 3.347 em 1808), já que a população escrava apresenta um aumento de 100 indivíduos, (passando de 797 em 1804 para 897 em 1808).

Nos períodos de 1808 a 1810 e 1810 a 1816, Jundiaí apresenta uma taxa de crescimento anual positiva de 2,02% e 2,01%, respectivamente. No período seguinte - 1816 a 1822 - ocorre uma taxa de crescimento anual negativa de -1,30 %. Em 1810 encontramos 4.419 habitantes em Jundiaí, divididos entre 3.473 livres e 946 escravos. Já em 1816 havia em Jundiaí, 4.979 habitantes, sendo que destes 3.774 (75,8%) eram livres e 1.205 (24,2%) escravos vivendo em 863 fogos. A população livre era dividida em 1.797 (47,6%) homens e 1.977 (52,4%) mulheres. Destes fogos 21,1% com a presença de escravos (REIS, 2010, p. 20, 22 e 29).

Em 1822, o total da população era de 4.603 pessoas, sendo 3.354 (72,87%) livres e 1.249 (27,13%) escravos. Já em 1829 Jundiaí apresenta uma população total composta por 5.849 pessoas, sendo 3.765 (64,37%) livres e 2084 (35,63%) escravas. A taxa de crescimento anual para o período de 1822 a 1829 é de 3,48% ao ano e em números absolutos o crescimento é de 1.246 pessoas. Para o ano de 1830, Jundiaí apresenta uma queda na sua população total, passando de 5.849 em 1829 para 5.713 pessoas em 1830. O total da população de 1830 está divido em 3.670 (64,4%) pessoas livres e 2.034 (35,60%) escravas. A população livre era composta por 1751 (47,7%) homens e 1.919 (52,3%). O número de fogos passa para 910 destes 26,6% com escravos. A taxa de crescimento anual para o período de 1829 a 1830 é negativo e é de -2,33% ao ano um decréscimo em números absolutos de 136 pessoas (sendo 86 livres e 50 escravas).

Notamos que ao longo dos anos apresentados a população de Jundiaí cresceu e o percentual de fogos com escravos foi aumentando, bem como, o percentual de participação da população escrava no cômputo total da população aumentou. Tinha em 1799 uma população escrava de 735 pessoas e em 1830 de 910 pessoas, um aumento de 23,8% em três décadas.

Apesar das oscilações nos volumes de população, a antiga Freguesia de Nossa Senhora do Desterro prosperou desde o início de sua formação em virtude de se constituir como ponto de apoio para as expedições que se dirigiam aos sertões, bem como local de abastecimento de gêneros alimentícios produzidos pelos seus habitantes.

Do milho ao café - das lavouras de subsistências a cultura do café.

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e início do XIX, a economia da cidade se limitou a pequenas lavouras de subsistência, que abasteciam moradores da vila, tropeiros e bandeirantes

(SOUZA, 1970; SAINT HILAIRE, 1976; MAZZUIA, 1979; MAKINO, 1981; LUNA E KLEIN, 2005).

De acordo com Makino (*1981, p. 99*) as propriedades que praticavam a agricultura de subsistência cultivavam milho, feijão, amendoim, arroz e algodão, que serviam para abastecer os tropeiros podendo ser estes proprietários ou empregados:

Sousa (1955) afirma que tanto o povoamento de Jundiaí e, consequentemente, a agricultura local, tiveram a princípio um lento progresso. Na época a região era formada por várias sesmarias pertencentes à Capitania de São Vicente, conhecida como "Portão do Sertão", início do caminho de muitas entradas e bandeiras. Durante longo período (até início do século XVIII), a escravidão indígena foi à base da mão de obra local, embora essa prática fosse proibida por lei.

Luna e Klein (2005, p. 70) analisam que inicialmente, Jundiaí era uma localidade pobre, com unidades agrícolas pequenas movidas pelo trabalho familiar e alguns escravos. Mas o aumento constante nas culturas de gêneros alimentícios, em especial o milho, e o início de uma moderna economia açucareira no último quartel do século XVIII geraram profundas mudanças estruturai. Pois, há um aumento do tamanho das unidades agrícolas e da população escrava residente. Foi essa expansão que levou ao desmembramento da vila em 1797, quando grandes partes das terras açucareiras e da população de Jundiaí serviram de base para a criação da vila de Campinas. Canabrava (2005, p. 220), também faz menção à economia de subsistência de Jundiaí e outras localidades paulistas e para isso faz uso de informações contidas no Diário de uma viagem mineralógica pela Província de São Paulo em 1805 de Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Luna e Klein (2000, p. 70 e 71) ao discorrerem sobre a ascensão da produção comercial de açúcar na capitania de São Paulo, nos dão um quadro da representatividade da agricultura e das características da mão de obra utilizada em Jundiaí em 1778 e em 1836. Destacam que nestes anos metade da população escrava da vila de Jundiaí estava concentrada na atividade açucareira (225 em 1778 e 1.100 em 1836). Enquanto os livres, que eram chefes de domicilio, não se concentravam nesta atividade. A agricultura absorvia entre 60% e 80% dos domicílios, sendo que sobressaiam o cultivo de açúcar e gêneros alimentícios, nos trinta primeiros anos do século dezenove e, a maioria dos domicílios não possuía cativos, funcionando com mão de obra familiar suplementada por agregados e outros trabalhadores livres. Canabrava (2005, p. 220), ao se referir a economia da periferia da Grande São Paulo (Atibaia, Bragança, Jundiaí e Santana do Parnaíba), nos informa sobre a quantidade de engenhos existentes em Jundiaí no ano de 1818 e sua produção, bem como nos fornece informações sobre a produção de toucinho, pecuária e o comércio de muares. Destaca que Jundiaí era o mais importante centro de organização de tropas de carga da capitania, possuindo uma economia diversificada:

Além da produção agrícola, a de se ressaltar a notável atividade tropeira e o comércio de muares que caracterizava Jundiaí (CANABRAVA, 1972, p. 85; BUENO, 2010, p. 86; REIS, 2010, p. 13). Sousa (1955) ainda afirma que a organização de caravanas era uma atividade da mais alta relevância tão importante quanto ser senhor de engenho e, que Jundiaí fornecia mais camaradas (servidores livres) do que Mogi Mirim e de melhor preparo.

Mesmo com as oscilações da população total de Jundiaí, como já comentamos anteriormente, não uma redução da produção com um crescimento do número de proprietários de escravos em terras jundiaienses em 1778 eram 133 e em 1836 passam para 244 um aumento de 83,46% em um pouco mais de meio século (LUNA E KLEIN, 2000, p. 70 a 80).

Quanto ao número de escravos Jundiaí passa de 625 em 1798 para 2.206 em 1836; sendo que destes, em 1798 eram empregados 520 (83,20%) na agricultura e em 1836 passam a ser empregados 2.035 (92,25%) escravos, ou seja, um aumento de nove pontos percentuais.

Marcílio (1973) afirma que regiões com grande concentração de cativos masculinos geralmente apresentam uma grande importância econômica.

De acordo com a grande literatura referente ao cultivo de café no Brasil[5], a partir da segunda metade do século XIX a produção cafeeira, no Estado de São Paulo, ganhou força, primeiro no Vale do Paraíba e, posteriormente, no Oeste Paulista. Algumas áreas de Jundiaí também foram destinadas a este tipo de plantio, inclusive com a utilização da mão de obra negra escrava mão de obra esta utilizada amplamente por todos os latifundiários da época, no primeiro momento da dinâmica econômica cafeeira (Cano, 1977) e isso promoveu o crescimento da cidade (Prefeitura Municipal de Jundiaí, 2008).

Sousa (1955) ressalta que apesar de esta cultura ter sido introduzida na agricultura local desde 1797, não assumiu importância destacada até 1838 e sequer foi mencionada pelos cronistas que a Jundiaí se referiram. O autor afirma que, mesmo após vinte anos da introdução da mencionada cultura, Aires de Casal, Spix e Martius, D'Alincourt, Saint Hilare, não fazem menção alguma sobre tal cultura em seus relatos.

Melo (2009) ao analisar os dados de Daniel Muller, informa que a lavoura cafeeira apenas principiava nessas localidades do Oeste Paulista, visto que em 1836 Jundiaí colheu 1.276 arrobas de café, Mogi Mirim 610, Porto Feliz 990 e Capivari, recém independente, apenas 310. Enquanto na região do Vale do Paraíba a produção por município era superior, o de Areias, já produzia mais de 102.000 arrobas, Bananal mais de 64.000, Pindamonhangaba mais de 62.000, Jacareí mais de 54.000, Lorena mais de 33.000, Taubaté mais de 23.000, Guaratinguetá mais de 22.000, São Luís do Paraitinga mais de 16.000.

Em Melo (2009, p. 68 e 69) encontramos que existiam em Jundiaí, no ano de 1854, 57 fazendas de café com 66 agregados, 235 Colonos, 1.450 escravos, 820 animais de condução; que a produção de café era de 60.000 arrobas e sua importância era de 180 mil-réis.

Com o estímulo da produção de café, no ano de 1860, através do Decreto Lei 2.601 de 06/06/1860, foi criada a primeira ferrovia em solo paulista aberta por ingleses a São Paulo Railway Company; porém ainda no trecho da cidade de Santos em direção a São Paulo. Inaugurada em 16/02/1867 com 139 km que ligava Santos à Jundiaí, mais tarde conhecida como Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. As transformações que a mesma causaria na economia local e na dinâmica populacional são dignos de um trabalho à parte. Ressaltaremos apenas que é por ela e seus entroncamentos (Cia. Paulista de Estradas de Ferro – 1872, Cia. Ituana - 1873, Cia. Itatibense - 1890 e a Cia. Bragantina - 1891) que se escoaria a produção cafeeira do oeste paulista, que chegariam os imigrantes e mais tarde fomentariam o crescimento industrial, sendo de fundamental importância para Jundiaí, para o avanço do café no Oeste Paulista e a urbanização das cidades.

Em 1874 , foi inaugurada a primeira indústria de Jundiaí pertencendo ao ramo têxtil, a Companhia Jundiahyana de Tecidos e Cultura - posteriormente conhecida como Companhia Fiação e Tecidos São Bento, instalada no bairro denominado atualmente de Vila Arens. Este local se tornaria o primeiro bairro operário registrado na história do município.

Jundiaí em 1886 tem uma produção de mais de 130.000 arrobas de café, contudo bem distante da destacada produção de Campinas de 1.500.000 de arrobas (Milliet, 1982, p. 40 a 54). Solucionado o problema de falta de mão-de-obra, há uma crescente evolução das novas plantações de café e o consequente aumento de número de arbustos em produção. Jundiaí

[5] Destacamos dentre elas NEVES, C. - A estória do café. Rio de janeiro, Instituto Brasileiro do Café, 1974. E TAUNAY, A. de E. - História do café no Brasil: no Brasil Imperial 1822-1872. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939.

recebe sua primeira leva de imigrantes exatamente no início da grande imigração, leva esta composta em sua maioria por italianos, conforme veremos mais adiante.

A população europeia foi responsável, também, pela introdução da uva em Jundiaí, produto este que ainda hoje faz com que a cidade seja conhecida e visitada por turistas em suas tradicionais "festas da uva".

Evolução da população: 1836-1890

Ao consultarmos os dados referentes a 1836 no São Paulo do Passado: Dados Demográficos (BASSANEZI, 2002) temos que: a população total de Jundiaí era de 5.885 pessoas, sendo deste total 2.840 homens e 3.045 mulheres, 3.834 livre e 2.051 escrava. Um crescimento anual de 0,95% no período de 1818 a 1836 (Tabelas 1 e 2). Na mesma fonte verificamos que, em 1854, a população total era 8.689 pessoas, sendo que deste total 4.640 homens e 4.049 mulheres, livre 5.787 e a escrava 2.902.

O crescimento anual foi de 2,19% no período de 1836 a 1854; no período seguinte, 1854 a 1872, houve um decréscimo da população (taxa de crescimento anual de – 0,59%). No ano de 1857, através da lei nº 553, era criada a Vila do Belém de Jundiaí atual município de Itatiba, pois contava em 1872 com uma população total de 6.660 pessoas, fato que certamente contribuí para esta taxa de crescimento negativa para o período, pois se somarmos a população de Jundiaí a de Itatiba teremos um total de 14.485 pessoas e um crescimento de 2,87% ao ano.

Apesar da redução da população total no período de 1854 a 1872, a população livre jundiaiense aumenta neste mesmo período, passando de 5.787 em 1854 para 5.953 em 1872, obtendo um acréscimo de 165 pessoas composto por maioria masculina (135 homens e 30 mulheres); o diferencial é de 105 pessoas, ou seja, de 63% a mais de homens. Enquanto a população escrava passou de 2.902, em 1854, para 1.852, em 1872; uma diferença para menor de mais de 1.000 pessoas, ou seja, Jundiaí passou a ter menos 36% de escravos.

A redução da população escrava possui um número mais elevado de homens (594) do que de mulheres (456); a diferença entre os sexos é de 138 pessoas, o que corresponde a 13% mais homens do que mulheres. Este diferencial entre os sexos não é tão acentuado quanto o diferencial encontrado no crescimento da população livre.

Neste mesmo período a Vila Jundiaí é elevada à categoria de cidade. Não nos esqueçamos da implantação das ferrovias São Paulo Railway Company (Santos - Jundiaí) - 1867, São Paulo Cia. Paulista de Estradas de Ferro - 1872, Cia. Ituana - 1873, Cia. Itatibense - 1890 e a Cia. Bragantina – 1890, sendo que a primeira inicia suas obras em 1860. O que provavelmente contribuiu para o aumento do contingente das pessoas livres do sexo masculino neste período.

No período de 1872 a 1886 a população de Jundiaí apresenta um crescimento anual de 1,97% e passa a ter uma população total de 10.254 em 1886. A Província de São Paulo, por sua vez, tem uma população total de 1.209.405 com um crescimento anual de 2,66%.

Em 1890 encontramos Jundiaí com uma população total de 12.051, um crescimento absoluto de 1.797 pessoas em quatro anos, que equivale a um crescimento anual de 4,12%. No ano de 1887 é implantado o Núcleo Colonial Barão de Jundiaí, composto por famílias de origem italiana. A Província de São Paulo cresce neste mesmo período 3,44% ao ano e apresenta um crescimento absoluto de 175.328 pessoas.

Voltando à Tabela 3 notamos que a população escrava no ano de 1836 em Jundiaí é superior, em termos percentuais em relação à população total, do que as da Província de São Paulo e do município de São Paulo. Entre 1778 e 1836, a população total de Jundiaí cresceu

a uma taxa anual de 1,1%, apesar de ter perdido território e população para Campinas. Mas os componentes livres e escravos dessa população cresceram a taxas diferentes. A população escrava aumentou à taxa de 3,4% ao ano, o que levou à população cativa a triplicar de tamanho, em contraste com um aumento de apenas 13% na população livre nesse período (LUNA E KLEIN, 2005, p. 73).

TABELA 1. Evolução Total da População – Província de São Paulo, Capital e Jundiaí - 1836/1890

Ano	Província de SP	São Paulo	Jundiaí	Dist. Relat. Cap/ESP (%)	Dist. Relat. Jund/Cap (%)	Taxas de crescimento (% a.a.)		
						Província de SP	São Paulo	Jundiaí
1836	84.012	21.933	5.885	2,07	26,83			
						2,18	0,79	2,19
1854[1]	418.532	25.254	8.689	2,08	34,41			
						3,93	1,21	-0,59
1872	837.354	31.385	7.805	0,93	24,87			
						2,66	4,05	1,97
1886	1.209.425	54.706	10.254	0,85	18,74			
						3,44	10,08	4,12
1890	1.384.753	80.335	12.051	0,87	15,00			

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.
[1] Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

TABELA 2 . População Total Segundo Sexo – Província de São Paulo, Capital e Jundiaí - 1836/1890

Ano	Província de SP				São Paulo				Jundiaí			
	Total	Homem	Mulher	Razão de Sexo	Total	Homem	Mulher	Razão de Sexo	Total	Homem	Mulher	Razão de Sexo
1836	284.012	145.686	138.326	105,32	21.933	10.902	11.031	98,83	5.885	2.840	3.045	93,27
1854[1]	418.532	217.811	200.721	108,51	25.254	12.287	12.967	94,76	8.689	4.640	4.049	114,60
1872	837.354	436344	401010	108,81	31.385	15.728	15.657	100,45	7.805	4.182	3.623	115,43
1886[2]	760.542	371.844	388.698	95,66	54.706	22.445	25.252	88,88	10.254	**	**	**
1890	1.384.753	708.011	676.742	104,62	80.335	34.236	30.698	111,53	12.051	6.157	5.894	104,46

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.
[1] Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.
[2] Total Parcial devido a falta de informação de alguns municípios.

TABELA 3. População Total Livre e Escrava – Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí - 1836/1886

Ano	Província de SP					São Paulo					Jundiaí				
	Total	Livre	%	Escrava	%	Total	Livre	%	Escrava	%	Total	Livre	%	Escrava	%
1836[1]	284.012	200.129	70,46	83.883	29,54	21.933	16.614	75,75	5.319	24,25	5.885	3.834	65,15	2.051	34,85
1854[1]	418.532	301.541	72,05	116.991	27,95	25.254	19.483	77,15	5.771	22,85	8.689	5.787	66,60	2.902	33,40
1872	837.354	680.742	81,30	156.612	18,70	31.385	27.557	87,80	3.828	12,20	7.805	5.953	76,27	1.852	23,73
1886[2]	1.209.425	1.102.467	91,16	106.958	8,84	54.706	54.213	99,10	493	0,9012	10.254	8.888	86,68	1.366	13,32

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.
[1] Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.
[2] Total Parcial devido a falta de informação de alguns municípios.

Tal crescimento relativamente baixo poderia advir da saída de agricultores pobres em busca de novas oportunidades e escapar da concorrência das fazendas que possuíam escravos, este padrão era bem conhecido nessa região de fronteira, os agricultores pobres não conseguiram tornar-se proprietários de escravos ou comprar as terras que cultivavam e se mudaram para a fronteira para buscar novas oportunidades e escapar da concorrência das fazendas com escravos (LUNA E KLEIN, 2005, p. 73).

A partir de 1836 notamos que há uma redução da população escrava, porém continua sendo superior em termos percentuais do que as da Província e município de São Paulo.

Para o ano de 1872 é fácil notar a significativa redução da população escrava em Jundiaí (1.852) em relação ao dado anterior (2.902); o percentual em relação à população total passa de 33,40% para 23,73%. Esta redução talvez se explique devido à pressão dos Ingleses sobre o Brasil, mesmo antes da sua independência, para que reduzisse o tráfico negreiro.

Estas leis certamente causaram impacto na população jundiaiense contribuindo para sua redução no ano de 1886, onde a população escrava passa a constituir apenas 13,32% (1.366) da população total. Há de se notar também as reduções ocorridas na Província e no município de São Paulo. A população escrava na Província passa de 156.612 em 1872 para 106.958 em 1886, constituindo apenas 8,84% da população total deste último. O município de São Paulo, por sua vez, passa de 3.828 escravos em 1872 para 493 em 1886, representando menos de 1% da população total. Outro fator que pode ter reduzido o número da população escrava nestas localidades é o fato da participação de escravos na Guerra do Paraguai[6]. Em termos percentuais (13,32%) em relação à população total, mesmo em 1886, Jundiaí mantém um numero maior de escravos do que as demais localidades a Província de São Paulo 8,84% e o município de São Paulo 0,90%.

Nas tabelas 4 e 5 apresentam-se informações sobre a população total (livre e escrava) da Província de São Paulo, município de São Paulo e município de Jundiaí, com detalhamento de seu estado civil.

TABELA 4. População Total segundo Estado Civil – Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí - 1836 e 1854

Localidade	1836						
	Total	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%
Província de SP[1]	284.012	181.913	64,05	89.968	31,68	12.131	4,27
São Paulo	21.933	14.527	66,23	6.460	29,45	946	4,31
Jundiaí	5.885	3.454	58,69	2.086	35,45	345	5,86
	1854						
Província de SP[1]	418.532	267.507	63,92	133.750	31,96	12.275	4,13
São Paulo	25.254	18.950	75,04	5.192	20,56	1.112	4,40
Jundiaí	8.689	5.708	65,69	2.572	29,60	409	4,71

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.
Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

[6] Para maiores detalhes consultar: MOURA, C.. Dicionário da escravidão negra no Brasil. São Paulo, SP: EDUSP, 2004.; TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. Estud. av. [online]. 1995, vol.9, n.24, pp. 287-296. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000200015.; CHIAVENATTO, Julio Jose (autor). O negro no Brasil: da senzala a Guerra do Paraguai. 4a ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987. 259p., 21 cm. Bibliografia: p. [257]-259.

TABELA 5. População Total segundo Estado Civil – Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí - 1872 e 1886

Localidade	Total	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%
				1872			
Província de SP[1]	837.354	584.061	69,75	216.385	25,84	36.908	4,41
São Paulo	31.385	22.375	71,29	7.633	24,32	1.377	4,39
Jundiaí	7.805	6.310	80,85	1.368	17,53	127	1,63
				1886			
Província de SP[1]	760.542	477.785	62,82	250.457	32,93	32.300	4,25
São Paulo	47.697	33.952	71,18	11.639	24,40	2.106	4,42
Jundiaí	8.689	*		*		*	

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos
1. Total Parcial para o ano de 1886 devido a falta de informação em alguns municípios.
(*) Município sem informação.

TABELA 6. População Total segundo Estado Civil – Estado de São Paulo, São Paulo e Jundiaí – 1890

Localidade	Total	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%	Divorciados	%
Estado de SP	1.384.753	885.912	63,98	439.827	31,76	57.490	4,15	57.490	4,15
São Paulo	64.934	42.704	65,77	19.571	30,14	2.619	4,03	40	0,06
Jundiaí	12.051	7.340	60,91	4.130	34,27	560	4,65	21	0,17

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.

No ano de 1836, Jundiaí, possui uma proporção menor de pessoas solteiras (58,69%) do que as encontradas na Província (64,05%) e município de São Paulo (66,23%). Por conseguinte, uma maior proporção de pessoas casadas (35,45%) do que para a Província (31,68%) e município (29,45%) de São Paulo. No período seguinte (1854) Jundiaí passa a ter uma proporção maior de pessoas solteira (65,69%), ainda inferior a proporção do município de São Paulo (75,04%), mas já supera a proporção da Província de São Paulo (63,92%). Com relação à população casada Jundiaí passa a ter uma proporção menor do que a Província de São Paulo, mas continua com proporção maior do que o do município de São Paulo.

Encontramos na Tabela 7 os nascimentos segundo o sexo para os anos de 1836 e 1854. Na Tabela 7 percebemos que há um percentual um pouco superior de homens em relação às mulheres, ou seja, que a razão de sexo encontrada está superior aos valores padrões (51,5%) em todas as localidades apresentadas. Numa espécie de mecanismo compensatório, apesar da maior mortalidade de fetos masculinos, a razão de masculinidade é favorável aos homens, ao nascer. Esta vantagem, no entanto, vai desaparecendo com o correr dos anos. Segundo Gibson (2008), o excesso de nascimentos masculinos observado em populações humanas é um processo natural, decorrente da evolução de mecanismos adaptativos da natureza, numa forma de compensar a alta expectativa de vida entre as mulheres e maior mortalidade entre homens. Sendo assim, os fatores atuantes na determinação da proporção de nascimentos entre homens e mulheres assumem diferentes naturezas, a exemplo dos fatores genéticos, da exposição ambiental a poluentes químicos, disfunções do sistema endócrino, bem como fatores no âmbito demográfico e social.

Para o caso de Jundiaí é interessante notar que no ano de 1854 essa diferença (37) equivale a quase 10% dos nascimentos. O que não ocorre nas demais localidades. O que nos

faz pensar: quais seriam os fatores que levaram a estes diferenciais ao nascer? Subnotificação de nascimentos femininos? Alterações no sistema endócrino decorrentes de doenças comuns a época tais como o bócio, podendo causar distúrbios na saúde reprodutiva? Ou ainda fatores de natureza sócio-demográfica? Observamos que para o período seguinte 1883-84, 1884-85, 1885-86, a razão de sexo se inverte, ou seja, a um número maior de nascimentos femininos (187) do que masculinos (165).

Nos anos de 1883-84, 1884-85, 1885-86, nota-se que, em Jundiaí, há uma redução do número de nascimentos (352) em relação ao anterior (379 - 1854), sem redução da população total, o que não ocorre nas demais localidades: a Província de São Paulo passa de 20.403 nascimentos para 36.414 um aumento de mais de 78% e o município de São Paulo passa de 866 nascimentos para 1.636 um aumento de quase 90%. A diferença entre os sexos ao nascimento diminui na Província de São Paulo, em 1854 era 3,3 pontos percentuais e no período de 1883 a 1886 cai para 0,7 pontos percentuais; o município de São Paulo, também apresenta esta redução, pois em 1854 era de 2,37 pontos percentuais e no período de 1883 a 1886 era de 1,46 em Jundiaí há uma elevação dos nascimentos do sexo feminino superando o masculino em 1854 tínhamos 53,85% homens e 46,15 % mulheres uma diferença de 7,7 pontos percentuais a favor dos homens no período de 1883 a 1886 passamos a ter 46,88% de homens e 53,13 % de mulheres a diferença agora passa a ser de 6,25 pontos percentuais a favor das mulheres. Porém, o número de nascimentos é uma média dos anos que vão de 1883 a 1886 o que poderá ocultar oscilações, devendo-se ver com cautela as comparações feitas com o ano de 1854 e entende-las mais como tendências do que como fatos.

TABELA 7. Nascimentos Segundo Sexo – População Total – Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí - 1836 e 1854

Localidade	1836					1854				
	Homem	%	Mulher	%	Total	Homem	%	Mulher	%	Total
Província de SP[1]	7.808	52,33	7.112	47,67	14.920	10.613	52,02	9.790	47,98	20.403
São Paulo[2]	427	52,78	382	47,22	809	454	52,42	412,00	47,58	866
Jundiaí	189	51,22	180	48,78	369	208	54,88	171,00	45,12	379

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.
1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.
2. O dado referente a 1836 não inclui a Freguesia da Sé.

A seguir (Tabelas 8 a 10) veremos a evolução da mortalidade e seus diferenciais por condição social e sexo para os anos de 1836, 1854 e o período 1883-84, 1884-85, 1885-86.

A Tabela 8 nos dá os dados referentes ao número de óbitos ocorridos segundo o sexo para a Província e município de São Paulo e Jundiaí para o ano de 1836.

Observamos que a mortalidade da população masculina é maior que a feminina na Província e município de São Paulo (4.426 homens e 3.852 mulheres, total de 8.278; 250 homens e 230 mulheres, total de 480, respectivamente); em Jundiaí a maior mortalidade é das mulheres com 66 óbitos contra os 55 dos homens, totalizando 121 óbitos. A mortalidade da população livre tem a mesma característica da população total, ou seja, a mortalidade da população masculina livre é maior que a feminina livre na Província e município de São Paulo (3.190 homens e 2.844 mulheres, total de 6.034; 199 homens e 181 mulheres, total de 380 óbitos, respectivamente): em Jundiaí a maior mortalidade é das mulheres com 56 óbitos contra os 41 dos homens, totalizando 97 óbitos.

TABELA 8. Óbitos Segundo Sexo e Condição Social – Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí - 1836

Localidades	Livre					Escrava					Total				
	Homem	%	Mulher	%	Total	Homem	%	Mulher	%	Total	Homem	%	Mulher	%	Total
Província de SP[1]	3.190	52,87	2.844	47,13	6.034	1.236	5,08	1.008	44,92	2.244	4.426	53,47	3.852	46,53	8.278
São Paulo[2]	199	52,37	181	47,63	380	51	51,00	49	49,00	100	250	52,08	230	47,92	480
Jundiaí	41	42,27	56	57,73	97	14	58,33	10	41,67	24	55	45,45	66	54,55	121

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.
1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.
2. Os dados sobre óbitos no Município de São Paulo não incluem os relativos à Freguesia da Sé. Para esta Freguesia existem apenas informações desagregadas segundo Condição Social. O número de óbitos na População Livre é de 210 e na População Escrava de 117, o que totaliza 327 óbitos nessa Freguesia, no ano de 1836.

Em termos percentuais a mortalidade da população livre feminina de Jundiaí (57,73%) é bem superior a da Província (47,13%) e município (47,63%) de São Paulo. Para a população escrava, no entanto, encontramos um maior número de mortes entre os homens para qualquer uma das localidades. A Província de São Paulo com 1.236 óbitos masculinos e 1.008 femininos e um total de 2.244 , o município de São Paulo com 100 óbitos sendo 51 masculinos e 49 femininos, e Jundiaí com 14 masculinos e 10 femininos, total de 24 óbitos. A diferença entre os óbitos de homens e mulheres escravos em termos de pontos percentuais é maior para Jundiaí (16,66) do que o da Província (10,16) e município de São Paulo (2,00).

Para o ano de 1854 (Tabela 9) o número de óbitos masculinos é superior para todas as condições sociais e para todas as localidades apresentadas. A Província de São Paulo com o total de 11.322 óbitos, sendo 6.215 homens e 5.107 mulheres; o município de São Paulo com 357 óbitos masculinos e 314 femininos e o total de 671; Jundiaí com o total de 272 óbitos, divididos em 177 homens e 95 mulheres. Jundiaí, em termos percentuais, é a que tem maior óbito de homens (65,07%) se comparado a Província (54,89%) e município de São Paulo (53,20%).

A população livre da Província de São Paulo tem o total de 6.034 óbitos, 3.190 de homens e 2.844 de mulheres; o município de São Paulo tem 380 óbitos sendo que 199 de homens e 181 de mulheres; e Jundiaí com 41 óbitos de homens e 56 de mulheres totalizando 97 óbitos.

O número de óbitos da população escrava em 1854, na Província de São Paulo, é de 2.931 sendo 1.170 homens e 1.161 mulheres; o município de São Paulo tem neste ano 96 óbitos de homens e 64 de mulheres, totalizando 160 óbitos; e Jundiaí tem um total de 88 óbitos, 65 homens e 23 mulheres. Em termos percentuais Jundiaí tem a porcentagem maior de óbitos de homens escravos (73,86%) do que a Província (60,39%) e município de São Paulo (60,00%).

TABELA 9. Óbitos Segundo Sexo e Condição Social – Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí - 1854

Localidades	Livre					Escrava					Total				
	Homem	%	Mulher	%	Total	Homem	%	Mulher	%	Total	Homem	%	Mulher	%	Total
Provínciade de SP[1]	4.445	52,97	3.946	47,03	8.391	1.770	60,39	1.161	39,61	2.931	6.215	54,89	5.107	45,11	11.322
SãoPaulo[2]	261	51,08	250	48,92	511	96	60,00	64	40,00	160	357	53,20	314	46,80	671
Jundiaí	112	60,87	72	39,13	184	65	73,86	23	26,14	88	177	65,07	95	34,93	272

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.
1. Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.
2. Os dados sobre óbitos no Município de São Paulo não incluem os relativos às Freguesias do Juqueri e de Penha de França, pois estas não enviaram as informações exigidas.

TABELA 10. Óbitos Segundo Sexo e Condição Social – Província de São Paulo, São Paulo e Jundiaí - Média Anual dos anos 1883-84, 1884-85, 1885-86

Localidades	Livre		Escrava		Total				
	Total	%	Total	%	Homem	%	Mulher	%	Total
Província de SP[1]	16.306	92,63	1.398	7,94	9.226	52,41	8.378	47,59	17.604
São Paulo[2]	1.046	98,77	13	1,23	553	52,22	506	47,78	1.059
Jundiaí	190	93,60	13	6,40	111	54,68	92	45,32	203

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.
Nota: a) Total Parcial para Província de São Paulo por não conter informação de alguns municípios.
b) Os valores utilizados foram os que constavam como corrigidos na tabela fonte.

A incipiente chegada de imigrantes europeus: 1854-1872

Nas tabelas deste item encontramos informações mais detalhadas sobre a população deste período (1854-1872), onde a presença do imigrante europeu já é sentida.

As Colônias de parceria[7] sobre as quais temos informações que foram criadas em terras jundiaienses no período são: 1852 - Morro-grande - na Freguesia do Bethlem, pertencente a João Eufrozino d'Oliveira Queiroz. Instalada em 26 de Maio de 1852, com 65 pessoas. Encontramos para o ano de 1855, 38 pessoas (18 homens e 20 mulheres) sendo 34 alemãs e 4 brasileiras, com idade de até 20 anos 23 pessoas; 1853 - São Joaquim de Joaquim Benedicto Queiroz Telles, em sua fazenda em 2 de Setembro de 1853. Composta por com 24 colonos. Em 1855 já contava com 48 pessoas, 41 alemãs e 7 brasileiras, 27 homens e 28 mulheres; 26 com idade de até 20 anos; 1854 - Santo Antonio, fundada pelo comendador Antonio de Queiroz Telles em sua fazenda em julho de 1854. Constituída por 83 pessoas. Em 1855 encontrava-se com 65 pessoas; 63 alemãs e 2 brasileiras; 30 homens e 35 mulheres. Destes 35 com até 20 anos de idade; 1854 - São José da Lagoa, fazenda de mesmo nome de Antonio Joaquim Pereira Guimarães criada em 30 de Julho de 1854 com 7 famílias com 38 pessoas. Em 1855 tinha 46 pessoas, sendo que destas 44 eram alemãs e 2 brasileiras. Destes 27 eram homens e 19 mulheres sendo que a maioria da população encontrava-se com idade acima de 20 anos (27);

É fundada, em 1887, em regime de pequenas propriedades, uma das colônias mais importantes para a cidade de Jundiaí o Núcleo Colonial Barão de Jundiaí. Dividida 83 lotes rurais, 81 urbanos e 9 suburbanos. A população inicial, segundo Gattolini (1998, p. 35), era de 280 pessoas, passando para 768 pessoas em 1892. Pereira (2006, p. 57) diz que segundo Egas (1926), em 24 de setembro de 1887 chegam ao núcleo 22 colonos italianos e em novembro deste mesmo ano já eram 99 habitantes.

Com base nas informações a seguir é possível identificar de forma mais clara a influência destas políticas de migração e dos interesses particulares na população das localidades estudadas.

As Figuras 1 e 2 temos as pirâmides etárias da população livre brasileira e estrangeira. Para o caso de Jundiaí observamos que a população livre brasileira possui uma distribuição etária que nos dá uma pirâmide de base larga e topo estreito (forma clássica), ou seja, denota uma população jovem com fecundidade elevada.

Notamos que nas primeiras faixas há um número levemente superior de homens em relação às mulheres; nas faixas seguintes esta relação se inverte: há um número maior de

[7] Vide: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos , Censo de 1854 - Mapa de Colônias. Boletim de Histórica Demográfica, São Paulo, Ano X, n.º 28, março de 2003. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd28/colonias.xls E os grupos de estudo: http://br.groups.yahoo.com/group/imigracaoalema/?yguid=188086789 e http://www.weber-ruiz.com/imigracao.html.

mulheres do que de homens, evidenciando a maior expectativa de vida. É interessante refletir que nestes tempos o trabalho era pesado e normalmente realizado por braços masculinos; só mais tarde, com a introdução do trabalho industrial, ocupou-se a mão de obra feminina e até mesmo a infantil de forma mais intensa.

Figura 1. Pirâmide Etária, População Livre Brasileira - Jundiaí – 1854

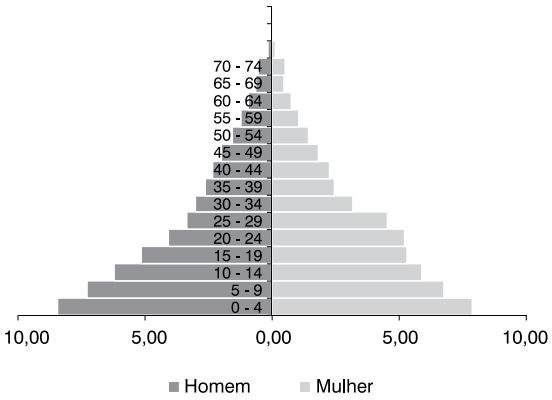
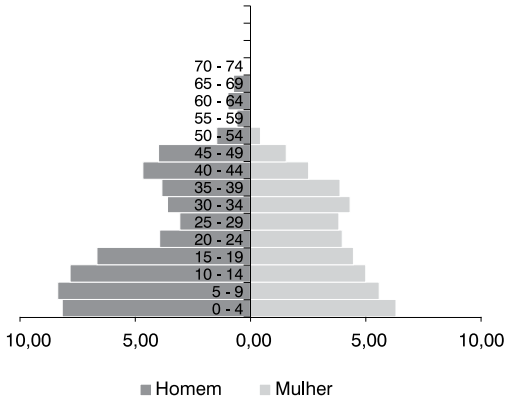


Figura 2. Pirâmide Etária, População Livre Estrangeira - Jundiaí – 1854



Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.
Nota: Para o desdobramento quinquenal dos grupos etários foi utilizado: GRAYBILL, Wilson H. Interpolation coeficients based on the Karup-King fórmula. In: SHRYOCK, Henry, SIEGEL, Jacob S. The methods and materials of demography. New York: Academic Press, 1976. p.554.

Nas tabelas 11 e 12 apresentam-se informações sobre a população total brasileira e estrangeira da Província de São Paulo, município de São Paulo e município de Jundiaí, com detalhamento de seu estado civil.

Pode-se notar que a proporção de pessoas casadas entre a população estrangeira é maior do que a brasileira, tanto em Jundiaí como nas demais localidades (Província e município de São Paulo). Segundo Baeninger (1996); Bassanezi (1999); Brito (2002); Theodoro (2005), característica sempre presente na imigração para o Brasil que priorizava a vinda de famílias e homens adultos.

TABELA 11. População Livre Brasileira e Estrangeira segundo Estado Civil – Jundiaí – 1854

Localidade	Brasileira						
	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%	Total
Província de SP[1]	179.648	60,94	101.992	34,60	13.144	4,46	294.784
São Paulo	13.600	72,65	4.184	22,35	937	5,01	18.721
Jundiaí	3.477	62,71	1.727	31,15	341	6,15	5.545
	Estrangeira						
Província de SP[1]	3.768	55,76	2.696	39,90	293	4,34	6.757
São Paulo	494	64,83	246	32,28	22	2,89	762
Jundiaí	158	65,29	79	32,64	5	2,07	242

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.
Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

TABELA 12. População Livre Brasileira e Estrangeira segundo Estado Civil – Jundiaí - 1872

Localidade	Brasileira						
	Solteira	%	Casada	%	Viúva	%	Total
Província de SP[1]	445.242	67,04	187.540	28,24	31.393	4,73	664.175
São Paulo	17.934	70,75	6.294	24,83	1.120	4,42	25.348
Jundiaí	4.341	76,83	1.200	21,24	109	1,93	5.650
	Estrangeira						
Província de SP[1]	7.828	47,25	7.614	45,96	1.125	6,79	16.567
São Paulo	1.112	50,34	959	43,41	138	6,25	2.209
Jundiaí	117	38,61	168	55,45	18	5,94	303

Fonte: UNICAMP/NEPO 2001 - São Paulo do Passado - Dados demográficos.
Total parcial excluído o território do atual Estado do Paraná.

No censo de 1872 é possível conhecer a nacionalidade da população livre estrangeira para a Província e Município de São Paulo e Jundiaí, com diferencial por sexo, pois este censo é o que apresenta um maior detalhamento da população estrangeria dentro do período que é objeto de nosso estudo. É interessante notar que em 1872 o maior percentual de população livre estrangeira de Jundiaí pertence a nacionalidade alemã (45,18%), seguida da portuguesa (34,22%), africana livre (6,64%) e italiana (4,32%) - estas quatro nacionalidades totalizam 90,36% da população estrangeira livre da época. Enquanto que na Província e município de São Paulo a predominância é da nacionalidade portuguesa (42,02% e 46,29% respectivamente), seguida da alemã (23,32% e 19,46%), africana livre (13,52% e 10,33%) e italiana (7,25% e 7,46%), estas quatro nacionalidades totalizam para a Província de São Paulo 86,11% da população livre estrangeira e para o município de São Paulo 83,54%.

Há de se notar que: para todas as localidades, o número de indivíduos do sexo masculino livre e estrangeiro é muito superior aos do sexo feminino nas mesmas condições (livre e estrangeira), sendo que para Jundiaí as nacionalidades africana livre, espanhola e italiana não apresentam indivíduos do sexo feminino.

A nacionalidade com maior número de mulheres é a alemã, com 54 indivíduos. Na Província de São Paulo a menor participação feminina vem das nacionalidades austríaca - 0,52% da população livre estrangeira feminina - e espanhola representando apenas outros 1,72% da população livre estrangeira feminina. A maior participação é a da nacionalidade alemã seguida da portuguesa com 30,83% e 30,26% da população livre estrangeira feminina, respectivamente. O maior percentual em relação os homens livres estrangeiros, em Jundiaí, é dos indivíduos portugueses (41,70%), seguidos pelos alemães (34,89%) e africanos livres (8,51%), sendo que a somas destes representam 85,10% desta população masculina estrangeira livre.

A Província de São Paulo tem melhor distribuição da população masculina estrangeira livre entre as nacionalidades, pois, com exceção da nacionalidade portuguesa, que tem a maior concentração (45,93%), o restante desta população (54,07%) está mais distribuída do que a de Jundiaí, pelas outras nacionalidades. O município de São Paulo também apresenta esta característica uma concentração na nacionalidade portuguesa (53,01%) e o restante distribuído pelas demais nacionalidades diferente de Jundiaí que tem uma menor concentração de portugueses (41,70%), contudo uma boa soma de alemães 34,89%, sendo que a somatória destas duas nacionalidades é 76,59% da população masculina estrangeira livre.

Infelizmente no recenseamento de 1886, não encontramos para Jundiaí informação sobre a nacionalidade por local de origem da população estrangeira e seu diferencial por sexo e no censo de 1890, esta variável não foi abordada, o que impossibilita uma comparação, desta variável (nacionalidade da população estrangeira livre) nos anos posteriores ao censo de 1872 até o ano de 1890 que é o último ano do período aqui estudado.

Foi possível notar, ao longo do trabalho, que a população que se dirigiu às terras jundiaienses imprimiu sua marca na formação da cidade. A dinâmica econômica, por sua vez, desde o início da formação de Jundiaí contribuiu para o seu povoamento.

Apesar de diferentes versões sobre a data do início do povoado de Jundiaí, há de se notar que os que para ali vieram tinham a intenção de se fixar, pois pediram - assim que possível – a posse de terras através das Cartas de Datas de 1657.

Houve oscilações no volume de população da cidade, contudo, desde o seu início teve uma economia diversificada, servindo de porto seco para as tropas que ali passavam, suprindo-as não só de alimentos, mas de todos os gêneros necessários à continuidade de sua empreitada.

Com a cultura de cana de açúcar chegaram os escravos de origem africana, que também deixam o seu legado para cultura local. Para alavancar a economia através da cultura do café, se faz necessária a introdução de nova força de trabalho, "novos braços" seriam necessários para tonar esta cultura viável; Jundiaí recebeu uma nova leva de imigrantes europeus e com eles novos costumes, uma novas línguas e principalmente novas técnicas produtivas, construtivas, agrícolas, etc.

Não podemos esquecer o importante papel da ferrovia em terras jundiaienses que, além de outros benefícios, é responsável por facilitar a chegada destes novos imigrantes e o escoamento da produção de café, fomentando o seu crescimento e tornando o transporte mais rápido, seguro e barato da produção com destino ao porto de Santos.

Jundiaí também poderá ser visto como a célula mãe de uma vasta e importante área do interior paulista, pois dentre os seus desmembramentos encontramos municípios que hoje têm destaque dentro do contexto nacional e internacional, como por exemplo a cidade de Campinas.

Quanto às características da população, apesar de Jundiaí passar por constantes desmembramentos, manteve um crescimento populacional no período analisado (1615-1890), mesmo que em alguns anos tenha apresentado um ligeiro decréscimo. Apresenta no decorrer deste período, em termos percentuais, algumas vezes número superior de população escrava do que a Província e município de São Paulo. Quanto aos diferenciais por sexo notamos que em alguns anos havia um maior contingente de pessoas do sexo feminino, bem como um maior número de nascimentos deste mesmo sexo em relação aos nascimentos do sexo masculino.

O acompanhamento da formação da cidade, sua população e dinâmica econômica permitiu reconstruir características da evolução da população local, que acompanhou a dinâmica econômica do município.

Referências

BAENINGER, R. A.. Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista. Campinas, SP: Coleção Campineira; v. 5, UNICAMP/CMU, 1996.

BASSANEZI, M. S. C. B. Imigrações internacionais no Brasil, um panorama histórico, in Neide Patarra (org.), Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo, São Paulo, FNUAP/Nesur/NEPO, 1996.

BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.). São Paulo do Passado: Dados Demográficos - 1836 a 1920. Campinas, SP: UNICAMP/NEPO, 2002.

CAMPANHOLE, A.; SANTOS, W. e GICOVATE, M. Aditamento à história da fundação de Jundiaí. Instituto Histórico e Geográfico. Jundiaí / SP. Ed. Literarte. 1994.

CANABRAVA, A. P.. Uma Economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67. Revista Brasileira de Economia 26 (4): 95-123, out.dez., 1972

_____. História econômica : estudos e pesquisas. São Paulo , Editora UNESP : Hucitec-ABPHE, 2005.

CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: T. A. Queiroz, 1977; 2ª ed..

CHIAVENATTO, J. J.. O negro no Brasil: da senzala a Guerra do Paraguai. 4a ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987. 259p., 21 cm. Bibliografia: p. [257]-259.

CIESP. Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Revista Quem é Quem na Economia de Jundiaí. 2008.

EGAS, E., Municípios Paulistas. Secção de Obras do Estado de São Paulo. São Paulo, 1925.

GATTOLINI, G. G. et al. Expo Municipal – História de Jundiaí. Calíope Editora e Propaganda S/C Ltda. 1998.

GONÇALVES, M. F.a (autor); FARIA, Vilmar Evangelista (orient.). As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista. 1998. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP.

GRAYBILL, W. H. Interpolation coeficients based on the Karup-King fórmula. In: SHRYOCK, Henry, SIEGEL, Jacob S. The methods and materials of demography. New York: Academic Press, 1976.

HOLANDA. S. B. Movimentos da População em São Paulo no século XVIII.

JUNDIAÍ (Município). Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Índios e Africanos na Jundiaí Colonial. Série Memórias, Vol. 3. Jundiaí. 2002.

LUNA, F. V. ; KLEIN, H. S. . Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, SP: Editora da USP, 2005.

MAKINO, M. Jundiaí – Povoamento e desenvolvimento 1655-1854. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, FFLCH, USP, São Paulo. 1981.

MARCÍLIO, M. L.. A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850. São Paulo, Ed. Pioneira: EDUSP, 1973.

MARCÍLIO, M. L. Crescimento demografico e evolução agraria paulista: 1700-1836. Prefácio de Stewart Schwartz. São Paulo, SP: Hucitec ; Edusp, 2000.

MARQUES, J. R.. Jundiaí, um impasse regional – O papel de Jundiaí entre duas regiões metropolitanas: Campinas e São Paulo. Dissertação de Mestrado USP- FFLCH , São Paulo; 2008.

MAZZUIA, M.. Jundiaí através de Documentos, Jundiaí, Edição patrocinada pela Prefeitura Municipal de Jundiaí, 1976.

MELO, J. E. V. de. O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11062010-110407/. Acesso em: 2012-02-14.

MILLIET, S.. Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da historia econômica e social do Brasil. São Paulo, SP: Dep. de Cultura, 1939.

MORALES, W.F.; MOI, F.P. Índios e Africanos no interior paulista: um estudo sobre a transição do cativeiro indígena para a escravidão africana na Vila de Jundiaí, SP, no século XVIII. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 18: 115-131, 2008.

PEREIRA, E. C.. Núcleos coloniais e construções rurais. ELETROBRAS, 2006.

PONTES, A. T. Jundiaí - Edição Histórica. São Paulo: Escalibur, 1970.

REIS, D. O. M.. Cinturão paulistano. Economia e demografia nas vizinhanças da capital de São Paulo (c. 1798 - c. 1830). Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo; 2010. Disponivel em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-27052011-171045/.

ROSSETTO, P. F.. Reconstituição do traçado da "estrada dos Goiases" no trecho da atual mancha urbana de Campinas. An. mus. paul. [online]. 2006, vol.14, n.2, pp. 141-191. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142006000200006.

SAINT-HILAIRE, A.. Viagem a província de São Paulo. Belo Horizonte; São Paulo, SP: Itatiaia: USP, 1976.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento – Quadro do desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas / Instituto Geográfico e Cartográfico – São Paulo: IGC, 1995.

SOUSA, J. S. I. DE. A Agricultura em Jundiaí, Sociedade Viti-Vinicola e Rural de Jundiaí, 1955.

_____. A Agricultura em Jundiaí de 1615-1970. Editora S.C.P., Campinas; 1970.

_____. Uvas para o Brasil, Vol. 1, FEALQ, 1996.

SPIX, J. B. von; MARTIUS, K. F. P. von Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Impr. Nacional, 1938. 3v.

OS BAIRROS IMIGRANTES DA CIDADE DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1930

Sênia Regina Bastos

As pesquisas sobre a cidade de São Paulo nos anos 1930

Na década de 1930 a cidade de São Paulo apresentava alta taxa de crescimento populacional. Segundo Pinto (1994, p. 35), em 1900, a cidade contava com 239.820 habitantes que se elevaram a 579.033 em 1920 (141%) e 1.326.261 em 1940 (129%). Essa taxa de crescimento preocupava o poder público municipal e durante a gestão de Fábio Prado, foram iniciados estudos destinados a conhecer a situação econômica social da cidade para viabilizar as ações do governo municipal, subsidiando o direcionamento dos investimentos de forma racional. Valeram-se do conhecimento e da experiência de pesquisa dos docentes das recém criadas instituições de ensino superior: a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e a Universidade de São Paulo (1934).

No âmbito da Prefeitura Municipal coube ao Departamento de Cultura e de Recreação de São Paulo (DC), criado na referida gestão por meio do Ato n. 768, de 10/10/1935, estimular as pesquisas.[1] Ligado inicialmente ao Gabinete do Prefeito e tendo como diretor Mário de Andrade, por ocasião de sua criação o Departamento era formado pelas divisões de Documentação Histórica e Social, de Educação e Recreio, de Expansão Cultural e de Bibliotecas.

Dirigida por Sergio Milliet, a Divisão de Documentação Histórica e Social do DC passou a apoiar as pesquisas urbanas sobre cidade de São Paulo, respaldadas em métodos científicos e explicitação dos critérios de investigação, visto que eram realizadas por pesquisadores e alunos vinculados às duas instituições de ensino. Debruçaram-se sobre temáticas tais como o padrão de vida, o nível social, a nacionalidade, densidade e distribuição da população, o cotidiano de vida e de trabalho dos operários.

[1] No ano seguinte, por meio do Ato n. 1146 de 04/07/1936, passou a se chamar Departamento de Cultura.

Parte dos resultados dessas pesquisas foi publicada na Revista do Arquivo Municipal (RAM)[2], cujos artigos contemplam discussões teóricas e metodológicas, reúnem procedimentos e os instrumentos de pesquisa, bem como problematizam os dados auferidos, sistematizam resultados etc.

> [...] a explicitação científica serviu, principalmente, para dar sustentação e validar as conclusões e sugestão de encaminhamentos apresentadas para os problemas identificados pelas pesquisas (PEREIRA, 2005, p. 83).

Criada em 1934, a RAM constituiu o principal veículo de publicação dessas pesquisas e divulgação das ações da equipe do DC. Para esse estudo importa assinalar as pesquisas acadêmicas que contemplaram os artigos da RAM como fonte de pesquisa, dada a pluralidade de temas, conteúdos e autores. Destacam-se os que objetivaram analisar a atuação de Mário de Andrade, a concepção de cultura do Departamento de Cultura e a atuação de seus intelectuais (BARBATO JÚNIOR, 2004; RAFFAINI, 1999; OLIVEIRA, 1995); a abordagem de Rubino (1995) sobre a formação da Sociedade de Sociologia e a Sociedade de Etnografia e Folclore; a criação dos Parques Infantis em São Paulo (FILIZZOLA, 2002; FARIA, 1993); o estudo de Claro (2008, p. 1) sobre o "processo de profissionalização dos campos de conhecimento em São Paulo"; o de Gomes (2008) que estudou a política de criação de bibliotecas; e o de Nogueira (2002) que se dedicou a analisar os antecedentes da criação do IPHAN e a concepção de inventário do patrimônio proposto por Mário de Andrade entre outros.

Pesquisas demandadas pelo Departamento de Documentação Social encontraram ressonância no meio intelectual segundo Claro (2008, p. 107):

> [...] vários intelectuais se propuseram a realizar levantamento científico das questões que implicavam problemas sociais e, consequentemente econômicos, e sugeriram procedimentos, atitudes aos governantes do município de São Paulo.

A discussão que ora se encaminha apoia-se na análise dos artigos publicados por pesquisadores do Laboratório de Psicologia Aplicada do Instituto de Educação (USP), e pelo professor Lowrie da ELSP, cujas temáticas centram-se na presença imigrante.

O primeiro artigo (ENSAIO, 1936) veiculado na RAM que se preocupa com a localização dos imigrantes na cidade foi realizado por pesquisadores da Subdivisão de Documentação Social em colaboração com o Instituto de Educação. Sem precisar o responsável pelo estudo, objetivaram definir um método para identificar a distribuição da profissão e a nacionalidade dos pais dos alunos dos grupos escolares públicos da cidade e a obter "algumas indicações sobre o ambiente cultural em que vivem as crianças das várias zonas da cidade" (ENSAIO, 1936, p. 197).

As fontes de pesquisa do ensaio referem-se às matrículas dos alunos de 76 escolas públicas, aos registros de 214.863 nascimentos relativos ao período 1920 a 1928 e o recenseamento de 1934. Acessaram dados relativos a 67.325 crianças matriculadas nas escolas públicas, e concluíram que em 48 escolas verificava-se o predomínio de progenitores estrangeiros (63%), o que correspondeu a 43.851 alunos. Ao que se refere à análise da nacionalidade das mães, receberam apenas dados relativos a 75 escolas, o que totalizava 65.855 crianças, sendo que em 40 escolas, 34.791 das crianças eram filhas de mães estrangeiras (53%).

[2] A RAM reúne 204 números desde a sua criação até 2005.

Contextualizando tal resultado, problematizam os dados destacando tanto a presença de escolas das próprias colônias, bem como crianças que se encontravam fora do sistema de ensino, em virtude do "desinteresse" dos progenitores:

> [...] não se ignora que os varios nucleos estrangeiros fundam escolas para as suas crianças, e há muitas razões para crer que algumas dessas nacionalidades enviem a maior parte dos filhos a essas escolas de preferência a outras [...] há boas razões para crer que as varias colônias estrangeiras de São Paulo não nutram igual interesse pela educação: anseiam umas por ver seus filhos na escola, encaram outras o problema com indiferença (ENSAIO, 1936, p. 199).

Raffaini (2001), todavia, alerta para a ausência de vagas suficientes no sistema educacional nesse período. Postula que essa argumentação destinava-se a minimizar a responsabilidade do Estado, atribuindo-a ao desinteresse dos progenitores em matricular os seus filhos nas escolas públicas ou à sua preferência por encaminhá-los às escolas das colônias a que pertenciam.

> [...] provavelmente muitos filhos de operários não freqüentavam a escola, já que não havia vagas no ensino primário para todas as crianças. Dessa forma, devemos considerar com cautela os resultados da pesquisa (RAFFAINI, 2001, p. 51).

Conscientes de que não tinham atingido a totalidade de crianças da capital, os autores concluíram que a influência do elemento estrangeiro na amostra selecionada era significativa: cerca de 50 a 60% das crianças eram filhas de pai ou mãe estrangeiros.

> Em mais da metade dos lares de que saem as crianças para as escolas públicas é determinado pela existência de, pelo menos, um dos pais, de nacionalidade estrangeira (ENSAIO, 1936, p. 201).

À evidência revelada por tais dados, os pesquisadores valeram-se de outras modalidades de registro para cotejá-los e perseguir os objetivos anunciados: os nascimentos relativos ao período 1920 a 1928 e aos dados do recenseamento de 1934.

Para os registros de nascimentos, totalizaram 41% de crianças filhas de pai e mãe estrangeiros (88.044), 19% filhos de pelo menos um dos pais estrangeiros (38.858), 37% filhos de pai e mãe brasileiros (80.366) e 3% filho de pelo menos um dos pais de nacionalidade ignorada (7.595). Ao que se refere ao recenseamento, apresentaram as seguintes evidências: "41% das crianças em idade escolar eram de pais brasileiros e 59% de pais estrangeiros" (ENSAIO, 1936, p. 202).

Retomando o objetivo perseguido, revelaram as áreas da cidade onde se concentravam os estrangeiros, tendo elaborado mapas acerca de sua distribuição com base nos dados da pesquisa. Ressaltaram a pequena porcentagem de sírios, alemães,japoneses e russos, registrados nos distritos escolares analisados. Os sírios localizavam- se na área Central, nos bairros do Ipiranga e do Tatuapé:

> Em proporção ao número de sírios da população em geral, a percentagem de pais sírios de crianças das escolas públicas nessas áreas é extraordinariamente alta, revelando aparentemente um elevado grau de concentração dessa nacionalidade na aludidas áreas. Mas é provável que tal porcentagem não se deva exclusivamente á concentração, mas em parte, ao forte desejo dos sírios de terem seus filhos nas escolas (ENSAIO, 1936, p. 231).

Os italianos, por sua vez, encontravam-se disseminados pela cidade:

> Seu grande centro de concentração se forma em torno da Moóca, Braz e áreas vizinhas. Há outros centros na Lapa, Bom Retiro e Itaim. Uma tal distribuição, com altos pontos de concentração nos centros industriais coincide com a concepção de serem os italianos da capital operários industriais, com uma considerável proporção suficientemente favorecida pela fortuna para se ter infiltrado nos bairros residenciais mais próximos (ENSAIO, 1936, p. 202).

Já os portugueses revelavam preferência por áreas menos densamente ocupadas, em virtude de sua atividade econômica preferencial nas chácaras urbanas:

> No centro e na parte industrial da cidade a sua porcentagem é baixa. Ao longo das estradas de ferro, localização mais procurada pelos estabelecimentos industriais, os portugueses são menos numerosos. Afastando-nos das vias de comunicação e aproximando-nos da zona semi-rural tanto ao norte, como ao sul, vemos seu número aumentar. Sua proporção é mais elevada nas partes periféricas da cidade, nos subúrbios, onde a densidade da população é mais fraca. É de se notar que, nos lugares de maior concentração, a percentagem de portugueses é consideravelmente mais elevada que a dos italianos. O resultado surpreende, em vista da observação corrente de que os portugueses não estabelecem colônia, ao passo que o fazem os italianos. A explicação está, provavelmente, por um lado na natureza de suas ocupações e, por outro, na insuficiência dos dados de que dispomos. Com preferência marcada para o trabalho agrícola em chácaras, eles se estabelecem nas partes do município mais adaptáveis a semelhante atividade, tornando-se, assim, freqüentemente, a nacionalidade dominante em tais áreas, não pela vontade de permanecerem com os patrícios, pois se encontram muitas vezes a distancia considerável uns dos outros, mas antes por não se adaptarem os brasileiros, que normalmente cultivam a terra, á profissão de chacareiros, que é a de melhores rendimentos nos subúrbios. Não indicam os nossos dados até que ponto a concentração portuguesa está sendo afetada pelo único competição com eles – os japoneses (ENSAIO, 1936, p. 222).

Os espanhóis concentravam-se nos bairros próximos ao Centro, no Bráz e na Móoca:

> [...] e concentração menos intensiva, a Leste, Oeste e Sul da cidade. Os espanhóis parecem, como os italianos, concentrar-se voluntariamente nas áreas industriais; mas em contraste vivo com os italianos, não estão largamente espalhados pela cidade. Com efeito, parecem ser raros numa parte considerável de São Paulo, principalmente nos distritos residenciais mais prósperos. Não tendo obtido o mesmo êxito financeiro que uma parte dos italianos e mostrando visível preferência para a vida em grupos de sua nacionalidade, revelam a distribuição que era de esperar. ENSAIO,1936, p. 231).

A importância da escola na nacionalização dos filhos de imigrantes foi destacada na conclusão do Ensaio, prerrogativa para que se tornassem cidadãos brasileiros:

> Para as escolas o fato significa que a tarefa presente é a de ensinar e guiar os alunos, filhos de pais estrangeiros, de modo a tornarem-se cidadãos brasileiros, úteis e leaes. Significa também que tal tarefa se torna ainda mais difícil, dado o fato de uma porcentagem considerável de crianças viver em meios estrangeiros ou semi-estrangeiros desfavoráveis à cidadania eficiente. Quer dizer ainda isto que um número muito grande de crianças se acha em conflito serio com os seus lares e vizinhança, conflito que se estabelece entre a cultura de pais e companheiros, parcialmente assimilados ou não assimilados, e a cultura da escola e da comunidade em geral. São exatamente condições desta ordem que levam os conflitos psicológicos, ao desenvolvimento de hábitos antisociais, ao ajustamento social inadequado, a baixos padrões morais e ao crime (ENSAIO, 1936, p.234).

Para esse período a ameaça imigrante constituía um risco à cidadania brasileira, ou seja, para corrigi-lo fazia-se mister a nacionalização do filho do imigrante, lembrando que cerca de 50 a 60% das crianças matriculadas nas escolas eram filhas de estrangeiros.

Os Parques Infantis

Visando a organicidade da iniciativa do DC, a Divisão de Educação e Recreio por meio da Seção de Parques Infantis, oferecia serviço médico, desenvolvia ação cultural, constituindo-se como "espaços de recreação e, principalmente, como espaços para ação educacional e social, isto é, como educandário ao ar livre (PEREIRA, 2005, p.77)".

> [...] pretendia-se educar o corpo, a mente e o coração das crianças através de uma série de atividades físicas, lúdicas, dramáticas, literárias, musicais, bem como de dança e artes (PEREIRA, 2005, p.77).

Os parques também buscavam desenvolver valores sociais e morais:

> "solidariedade, lealdade, companheirismo, justiça e dever social (PEREIRA, 2005, p. 77)". Abertos a qualquer criança, destinavam-se, sobretudo, àquelas oriundas de baixo nível social, de famílias pobres e filhos dos operários. Neles constituíram-se em objeto de investigação:

> [...] nos diversos aspectos de seu desenvolvimento físico, intelectual, psicológico e moral; ao mesmo tempo, seriam estabelecidas múltiplas relações existentes entre o seu crescimento físico e suas funções mentais. Também os seus hábitos e costumes, como os de seus pais e familiares, não escapariam ao olhar atento dos técnicos e responsáveis pelos parques infantis (PEREIRA, 2005, p. 79).

Por meio da criança matriculada no Parque Infantil os pesquisadores, sob a liderança de Lowrie, tiveram acesso a informações de diferentes gerações da família, por meio da realização de inquéritos com o responsável pela matrícula da criança no Parque Infantil. Registre-se que essa pesquisa apresenta a mesma preocupação do Ensaio, ao que se refere à ascendência da criança (pai, mãe, primeira e segunda geração) e avança no sentido de caracterizar o grupo, refletir sobre o tamanho das famílias e a renda mensal dos pais e das mães de acordo com a nacionalidade.

Lowrie sistematizou os dados relativos à ascendência das crianças matriculadas nos parques infantis em dois artigos. No primeiro (LOWRIE, 1937a) restringiu-se às crianças matriculadas no Parque Dom Pedro II em 1936, buscando identificar a nacionalidade e ascendência de 453 crianças; no segundo artigo (LOWRIE, 1937b) ampliou o universo da abordagem: famílias das 1.651 crianças matriculadas nos três parques infantis municipais: Lapa, Dom Pedro II (Centro) e Ipiranga.

A título de exemplificação os resultados da análise de Lowrie para os portugueses foram sistematizados a seguir. Localizou 106 crianças cuja família possuía essa ascendência, sendo 106 de pai português e 60 de mãe portuguesa. Ao que se refere aos avós paternos, 152 homens e 150 mulheres de origem portuguesa. Já os avós maternos revelam 108 homens e 96 mulheres de origem portuguesa. O número médio de filhos identificado foi 4,25 filhos nas famílias de pais portugueses e de 3,77 nas famílias de pais brasileiros cujos ancestrais (pai) eram portugueses.

Nota-se o equilíbrio do número de homens e mulheres portugueses nas uniões dos avós paternos, enquanto os avós maternos já apresentam ligeira predominância de homens portugueses (89%) em relação às mulheres. Ao que se refere aos pais das crianças, essa tendência se intensifica, visto que apenas 56% dos portugueses tiveram filhos com mulheres de mesma origem. Tais dados sugerem que os ancestrais imigraram casados, dados que podem ser cotejados com a legislação imigratória que privilegiava a imigração de famílias.

Os dados relativos à ascendência das crianças que frequentavam os três parques infantis foram sistematizados para cada uma das localidades em que eles se localizavam no segundo artigo. Sobre a Lapa afirmou: "a população é mais fortemente brasileira, para isto contribuindo em grande parte os filhos de italianos" (LOWRIE, 1937b, p. 274). No centro, nas imediações do Parque Infantil Dom Pedro II, "o elemento espanhol é elevado e o sírio considerável", enquanto no Ipiranga "os sírios avultam consideravelmente" (LOWRIE, 1937b, p. 274). Observa ainda que a porcentagem de estrangeiros é mais elevada quando se considera a origem dos avós, principalmente ao que se refere ao italiano:

> Assim, a porcentagem de estrangeiros para os três parques juntos, vai de 46% para os pais a 78% para os avós, o que significa ser a importância do elemento brasileiro na geração dos avós decididamente secundária e dominante a do estrangeiro [...] (LOWRIE, 1937b, p.276).

Precisa a nacionalidade dos avós maternos e paternos, e ao analisar a origem dos pais das crianças observa-se a redução dessa diversidade (LOWRIE, 1937b). Nos três parques localizaram 42 avôs, 36 avós, 12 pais e 3 mães alemães; 7 avôs, 9 avós, 1 pai e 6 mães austríacos; 10 avôs, 9 avós, 4 pais e 5 mães húngaros; 12 avôs, 12 avós, 5 pais e 5 mães russos e outras nacionalidades não identificadas. Aponta a importância da imigração portuguesa, italiana e espanhola nessas regiões:

> 1) – a ascendência desta parte da população urbana é acentuada e distintamente estrangeira; 2) – as três nacionalidades latinas – portuguesa, espanhola e italiana – contribuem para o aumento da importância de estrangeiros, de pais a avós; e 3) – os italianos ocupam, na geração dos avós, quer relativa quer absolutamente, uma posição de destaque (LOWRIE, 1937b, p. 277).

Encerra seu artigo afirmando ser a imigração italiana a mais influente nas regiões analisadas:

> [...] nas veias destas crianças corre, antes de mais nada, o sangue italiano, sendo que dois quintos delas são dessa origem. Os brasileiros ocupam o segundo lugar com uma porcentagem bem menor, pouco mais de metade da italiana. A contribuição espanhola está bem próxima da brasileira. Juntas, essas três nacionalidades concorrem com 78% para a geração de avós. Si adicionarmos o elemento português veremos que a parte distintamente latina da população sobe a 86%. Dos avós restantes os sírios fornecem a maior parte (LOWRIE, 1937b, p. 278).

Por meio dessas pesquisas os pesquisadores tiveram acesso a informações de diferentes gerações da família, alimentando os estudos científicos que embasaram as decisões municipais do governo Fábio Prado. As preocupações veiculadas nos documentos do Departamento expressam, também, caráter cientificista, visto que se preocupavam "em respaldar as afirmações em estudos, em dados científicos (nacionais ou estrangeiros)" (PEREIRA, 2005, p. 81).

As dificuldades de adaptação do imigrante, sua concentração em determinadas regiões da cidade, motivou pesquisas acerca da origem étnica desses grupos, a identificar a sua assimilação na sociedade paulistana (LOWRIE, 1938). Para tanto se utilizaram de diferentes modalidades de fontes a que tinham acesso, contando comapoio metodológico dos docentes e a participação direta dos alunos das instituições de ensino presentes.

O estudo de Lowrie (1938) sobre a origem da população da cidade de São Paulo e a diferenciação das classes sociais tiveram como fonte a pesquisa as crianças matriculadas nos parques infantis, o estudo de Souza (1937) sobre os ascendentes dos estudantes da USP e o de Silva e Guimarães (1937) sobre 600 crianças nascidas nas seções gratuitas das maternidades da cidade de São Paulo. Perseguiu como objetivo analisar e descrever "a contínua diferenciação da população entre as estirpes brasileira e estrangeira sob condições ordinariamente apontadas como favoráveis a fusão (LOWRIE, 1938, p. 210)". A divulgação do Censo de 1934 oportunizará abordagens mais objetivas para esses estudos, visto que a metodologia de coleta dos dados demográficos desse recenseamento pautou-se por uma estratégia diferenciada, visto que foi realizado:

> [...] por quarteirões e faces de quarteirão, unidades menores, naturais, quase imutáveis e de grande homogeneidade. Um tal manancial de informações assim ordenadas fornece, a quem deseje estudar intensamente os fenômenos sociais, uma base segura para a descrição das condições exatas da população, em confronto com a distribuição ecológica de outros fenômenos (SILVA, 1937, p. 214).

Referências

BARBATO JÚNIOR, Roberto. Missionários de uma utopia nacional-popular. Os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.

CLARO, Silene Ferreira. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Um espaço de construção da nova identidade paulista após 1932. Anais do XVIII Encontro Regional de História – ANPUH, 2006.

ENSAIO de um método de investigação no nível social de S.Paulo pela distribuição da profissão dos pais dos alunos das escolas primárias públicas. Revista do Arquivo Municipal, v. XXIII, p. 189-206, maio 1936.

ENSAIO de um método de estudo da distribuição da nacionalidade dos pais dos alunos dos grupos escolares da cidade de S.Paulo. Revista do Arquivo Municipal, v. XXV, julho 1936.

FARIA, Ana Lucia Goulart. Direito à infância: Mário de Andrade e os parques infantis para crianças de famílias operárias na cidade de São Paulo (1935-1938). Tese (doutorado em Esducação), Universidade de São Paulo, 1993.

FILIZZOLA, Ana Carolina Bonjardim. Na rua a "troça" no Parque a troca: os parques infantis da cidade de São Paulo na década de 1930. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, 2002.

GOMES, Denise Pedroso. O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas na Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice/IDESP, v. 1, 1989, p. 111-187.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, Sergio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice/IDESP, v. 1, 1989, p. 217-233.

LOWRIE, Samuel Harman. Ascendência das crianças registradas no Parque D. Pedro II. Revista do Arquivo Municipal, v. XXXIX, out. 1937a.

LOWRIE, Samuel Harman. Ascendência das crianças registradas nos parques infantis de São Paulo. Revista do Arquivo Municipal, v. XLI, nov. 1937b.

LOWRIE, Samuel Harman. A origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais. Revista do Arquivo Municipal, v. XLIII, jan. 1938.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de inventário. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves. Colonizadores do futuro – cultura, Estado e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo (1935-1938). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995

PEREIRA, Mirna Busse. Cultura e cidade: prática e política cultural na São Paulo do século XX. São Paulo, Tese (doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cotidiano e sobrevivência. São Paulo: Edusp, 1995.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e "Coleções Brasiliana" nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sergio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice/IDESP, v. 1, 1989, p. 359-409.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, 1999.

RUBINO, Silvana. Clube de pesquisadores: a Sociedade de Etnografia e Folclore e a Sociedade de Sociologia. In: MICELI, Sérgio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, Editora Sumaré/ FAPESP, v.2, 1995, p. 479-521.

SILVA, Sergio Milliet Costa e. As representações dos fenômenos demográficos. Comunicação do Departamento de Cultura ao Congresso de População de Paris. Revista do Arquivo Municipal, v. XLIII, jan. 1938.

SOUZA, Geraldo Horacio de Paula; CINTRA, Antonio de Ulhôa; CARVALHO, Pedro Egydio de. Inquérito sobre a alimentação popular em um bairro de S. Paulo. Revista do Arquivo Municipal, v. XVII, out. 1935.

PROFISSÃO E DESTINO DOS IMIGRANTES ITALIANOS ENTRADOS EM SÃO PAULO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Maria do Rosario Rolfsen Salles
Odair da Cruz Paiva
Sênia Regina Bastos

No contexto da reconstrução europeia no Pós-Segunda Guerra Mundial, como se sabe, criaram-se, ao lado da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, organismos multilaterais de gestão global que, do ponto de vista das migrações e deslocamentos populacionais intensificados no período, resultaram na criação do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) em 1951, que hoje constitui a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Na verdade, o CIME atendeu às necessidades dos países vencedores da guerra em alojar o grande contingente populacional deslocado por motivos políticos diversos, organizando-se a partir da união entre os interesses dos Estados Unidos, países europeus e latino-americanos.

Do ponto de vista dos países latino-americanos incluindo-se o Brasil, tratava-se de uma nova divisão do trabalho que transformava as tradicionais relações entre países exportadores de matéria prima e produtos industriais, inaugurando-se uma fase de transformação urbano-industrial que demandaria uma mão de obra mais técnica e qualificada que acabaria dirigindo em grande parte, os rumos da política imigratória do período.

Assim, do ponto de vista imigratório brasileiro, o período do Pós-Segunda Guerra Mundial caracteriza-se como a retomada da política imigratória com o Decreto Lei n. 7.967 de 18/09/1945, embora tenha se mantido o sistema de cotas que restringiu a imigração estrangeira na "Era Vargas" desde 1934, quando se limitou o fluxo de imigrantes a 2% do total de entradas de cada nacionalidade entre janeiro de 1884 e dezembro de 1933. Segundo o Artigo n. 38 desse Decreto, entendia-se a imigração dirigida como a ação do poder público, empresa ou particular promovendo a introdução de imigrantes, hospedando-os e localizando- os. Esse decreto apontava no primeiro parágrafo, a preferência por famílias que contassem pelo menos com oito pessoas aptas para o trabalho, entre 15 e 50 anos (DIC, 1952, p. 121-124). Revogado esse Decreto com a Resolução do Conselho de Imigração e Colonização n. 1.676, de 18/10/1950, suprimi-se o regime das quotas para imigrantes das nacionalidades portuguesa,

espanhola, francesa e italiana. A partir de então inúmeros acordos se firmaram entre o Brasil e os países europeus e também o Japão.

Passam a vigorar basicamente os seguintes tipos de imigração: uma, espontânea, que se dá através das "cartas de chamada" de parentes e oferta de empregos; outra, que se caracterizava por grupos e cooperativas com vistas, sobretudo à colonização agrícola; e a imigração dirigida, orientada pelos convênios entre o governo brasileiro e os organismos internacionais.

O objetivo deste trabalho é focalizar as entradas de imigrantes de nacionalidade italiana no período do Pós-Segunda Guerra Mundial, traçando um perfil desse grupo que representou, ao lado de portugueses, espanhóis e japoneses, um dos maiores contingentes de imigrantes entrados no período. Pela importância da imigração italiana para São Paulo no período da grande imigração das décadas finais do século XIX e primeiras do século XX, e pelo seu peso relativo entre os chamados imigrantes latinos em todo o período, entende-se que, embora numericamente inferior aos números do período anterior, a imigração italiana no pós guerra representa uma experiência bastante exemplar do papel desempenhado pela mão de obra imigrante no processo de industrialização paulista.

O texto se organiza em quatro partes. Na primeira parte busca-se apresentar as fontes a partir das quais se organizou o banco de dados que constituiu o ponto de partida para a caracterização do grupo. Na segunda parte, apresentam-se os Acordos firmados entre o Brasil e a Itália, na terceira parte descreve-se o perfil do grupo e na última parte, problematiza-se a cidade de São Paulo e os bairros onde esses imigrantes italianos se instalaram.

As fontes de pesquisa

As fontes do *corpus* documental encontram-se sistematizadas em um banco de dados (*Access)*, que reúne informações relativas a 99.666 imigrantes que ingressaram no Brasil em virtude dos acordos do governo brasileiro com os organismos multilaterais, como por exemplo, a Organização Internacional Refugiados (OIR/IRO), o Comitê Intergovernamental para Migrações Européias (CIME) e a *Japan Imigration and Colonization* (JAMIC).

Desenvolvido entre 2003 e 2008 no âmbito do projeto "Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial 1947-80", o banco de dados foi construído a partir da documentação presente no Memorial do Imigrante/SP, com apoio da FAPESP, numa parceria institucional entre o Memorial e o Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP). A proposta então, era analisar a dinâmica dos "novos" fluxos migratórios para São Paulo no período Pós-Segunda Guerra Mundial, particularmente, a inserção de trabalhadores qualificados oriundos da Europa e do Japão, em resposta ao crescimento da demanda por esse tipo de mão de obra para a indústria e a agricultura que se mecanizavam, especialmente no Estado e na Cidade de São Paulo.

Do conjunto documental, cujas informações foram inseridas no banco de dados, destacam-se as fichas de identificação (40.035), os avisos de colocação e embarque/chegada (6.892), as fichas do candidato (3.433), as fichas de entrevista para colocação (3.606), os *Curriculla Vitae* (1.148), processos administrativos (3.296), os pedidos de mão de obra qualificada estrangeira (155) e os cancelamentos de mão de obra pré-colocada (76).

O banco de dados contempla 45 campos criados para inserção das informações provenientes das séries documentais e para o presente artigo foram trabalhados os seguintes campos: nacionalidade, sexo, idade, estado civil, destino, modalidade de transporte, posição familiar, localização da empresa empregadora, residência e data da chegada.

A imigração no Pós-Segunda Guerra, os italianos e os acordos bilaterais

A política imigratória brasileira do Pós-Segunda Guerra caracterizou-se pela inserção de trabalhadores com perfil majoritariamente voltado para as atividades urbanas e industriais e em São Paulo, pela modernização do parque industrial, tanto na capital como em diversas regiões do estado. Evidenciam esse processo o crescimento de novos ramos da indústria automobilística, eletroeletrônica, química, farmacêutica etc., além de investimentos em projetos agrícolas.

Assim, o Acordo de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado no Rio de Janeiro, a 05/07/1950, previa a emigração de italianos para o Brasil, acompanhados ou não de suas famílias, quer sob a forma de migração espontânea baseada na carta de chamada familiar ou em oferta de trabalho, quer sob a forma de transferência de sociedades, de cooperativas ou de grupos de trabalho condicionada à aprovação pelas autoridades brasileiras e italianas. Previa-se também, recrutamento e seleção para núcleos coloniais. As atividades profissionais eram agrupadas em três categorias: 1) regime de trabalho agropecuário; 2) regime de trabalho por conta própria (artesanato ou outro regime de trabalho); e 3) regime de trabalho assalariado, ou sob outras formas de remuneração, para trabalhadores agrícolas, industriais e operários sob a proteção e assistência da Legislação Trabalhista. Novo Acordo assinado em 1960 pelos dois países, embora oferecesse maiores vantagens aos imigrantes do que o de 1950, não teve o efeito de assegurar um fluxo continuado de imigrantes italianos (ACORDO, 1952; ACORDO, 1967; ACORDO, 1950).

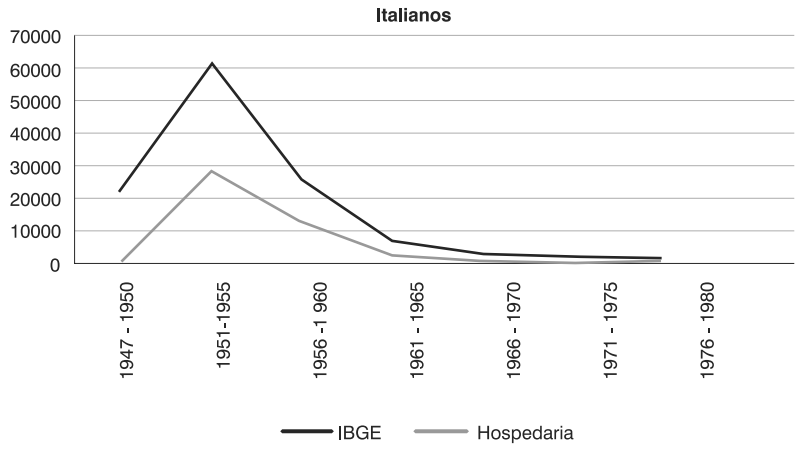
A atuação do CIME depois de 1951 se manifesta no recrutamento e seleção dos emigrantes dentro da Itália, além de promover cursos profissionalizantes dentro e fora da Itália, o que concorreu em muito para as entradas durante esse período. A emigração para o Brasil podia ser dirigida ou espontânea, valendo-se ambas, da colaboração e assistência do CIME ou de outros organismos previamente acordados.

A emigração dirigida compreendia, entre outras, as seguintes categorias: a) técnicos, artesãos, operários especializados e profissionais qualificados e semi-qualificados; b) unidades de produção ou empresas de caráter industrial ou técnico de interesse do Brasil; c) agricultores, técnicos especializados em indústrias rurais e atividades acessórias, operários agropecuários, lavradores, criadores e camponeses em geral, desejosos de se estabelecer como proprietário ou não; associações e cooperativas de agricultores; familiares que acompanhassem os emigrantes ou que fossem chamados pelos já aqui residentes. Além disso, o referido Acordo de 1950 previa a autorização de exportação de uma série de bens pertencentes aos imigrantes, como instrumentos de trabalho, bicicletas, máquinas de malharia, equipamentos agrícolas, inclusive tratores e maquinas de beneficiamento, etc., além da isenção de impostos.

Apesar das diversas clausulas do Acordo, prevendo as condições de recrutamento e seleção pelas autoridades italianas e brasileiras, embarque e transporte, a cargo do Governo italiano, com auxilio do CIME, recepção, encaminhamento e colocação pelo Governo brasileiro, além da concessão de facilidades na organização de associações assistenciais etc., as entradas de imigrantes italianos tendem a decrescer, em decorrência da retomada da economia italiana[1], por um lado, e de outro a aceleração das migrações internas no Brasil, com a tendência a proteger o trabalhador nacional. La Cava (apud FACCHINETTI, 2004, p. 159), por sua vez, aponta a suspensão da imigração de trabalhadores qualificados em virtude do grande número de repatriações, elemento revelador da "falta de oportunidades e salário" na sociedade de destino.

[1] Facchinetti (2004) evidencia que esse fenômeno se justifica, entre outros motivos, pelo crescimento da economia italiana a partir de 1955, o que resultou no regresso à pátria e também no desestímulo à emigração ao Brasil.

GRÁFICO 1. Imigrantes italianos entrados no Brasil e na Hospedaria do Imigrante: 1947 a 1980



Fontes: IBGE (1973; 1982) e Banco de dados.

No gráfico 1 observa-se que o aumento das entradas de imigrantes italianos se intensifica a partir do Acordo Brasil Itália de 1950. Entre 1947 e 1970, entraram no Brasil, 117.892 italianos, sendo o período de 1947 a 1960, o mais expressivo, com 108.552 ingressos. A década seguinte, de 1961 a 1970, indica a queda das entradas novamente, em razão do fim do Acordo de migração em 1963 (IBGE, 1973; 1982).

Cotejado aos ingressos verificados na Hospedaria do Imigrante, o maior número registrado ocorre nos anos 1951 a 1960, sendo o período 1951 a 1955 o mais intenso. Conclui-se, portanto, que o movimento segue a tendência nacional identificada pelos dados gerais relativos aos ingressos no Brasil.

Perfil dos imigrantes entrados no Pós-Segunda Guerra e os italianos

O banco de dados *Access* consolida diferentes tipos de documentos. Convém ressaltar as dificuldades no tratamento dessas informações, advindas de discrepâncias presentes na documentação original, tais como datas, gênero, idade, nomes de localidades, dados incompletos, ausência de identificação do ano de ingresso ou registros anteriores a 1947 ou posteriores a 1980 (o que foi considerado como erro de preenchimento do documento ou da digitação). A partir da seleção dos imigrantes que declararam nacionalidade italiana durante o período 1947 a 1980, foi criada uma planilha (*excell)* para a contabilização das ocorrências dos campos já mencionados.

No caso dos italianos, objeto desse estudo, para o período, relacionam-se 43.502 ingressos, o que corresponde a 98,5% do número total[2]. As maiores entradas registraram-se nos anos 1951 a 1960, com 39.889 italianos, o que corresponde a 90,3% do total, cujo auge ocorre no ano de 1954, com 8.792 entradas. A redução dos ingressos se acentua na década de 1960: 813 em 1962, 230 em 1963 e 36 em 1964, após esse período o ano de maior registro corre em 1967, com 163 italianos.

[2] Foram consolidados apenas os dados que apresentam ano de ingresso, visto que há situações e m que houve apenas o envio de documentos, sem que o imigrante tenha realmente emigrado. Também desprezaram-se aqueles cujo ano de ingresso é anterior a 1947 ou posterior a 1980

Verifica-se que se dirigiram ao Brasil predominantemente por transporte marítimo, 25.020 homens e 18.392 mulheres, cujo ano de maior ingresso corresponde a 1954, totalizando 20% das entradas[3].

Das 10.699 mulheres que acompanharam o viajante principal, 2.682 são esposas, 6.341 filhas, 594 irmãs, 207 cunhadas, 181 mães, 138 noras, 116 sobrinhas, 95 netas, 45 primas, 22 sogras, 17 agregadas, 9 enteadas, 8 tias, 3 madrastas, 1 filha adotiva, 1 avó, 1 afilhada e 238 que não identificaram o vínculo. Das 7.453 registradas como imigrante principal, 3.697 mulheres declararam-se chefe de família, 2 filhas, 1 esposa e as demais 3.753 nada identificaram.

Destaque-se que muitas famílias se recompuseram posteriormente, segundo Trento (1989), em virtude da ausência de vagas nas embarcações para os acompanhantes. Mesmo mulheres e filhos viriam se reunir com o restante da família na medida em que conseguiam a autorização de suas solicitações junto ao CIME. Nesse sentido, identificaram-se 1.169 casos: 250 esposas chamadas por seus maridos, 8 maridos demandados pelas esposas, 81 pais chamados pelos filhos, 9 filhos requeridos pela mãe, 151 por seus cunhados, 20 por parte dos sogros, 8 por parte dos genros, 247 pelos irmãos, 154 por primos, 8 por sobrinhos, 145 pelos tios, 1 pelo avô, 6 por parentes e 81 filhos chamados pelos pais.

Ressalta-se, no entanto, que nem todos os acompanhantes se dirigiram à Hospedaria, pois o familiar ou amigo que demandara aquele que vinha por ato de chamada, custeava a passagem e se encaminhava ao porto para buscá-lo. O ato de chamada era realizado por parente ou amigo que se responsabilizava pelo imigrante, e consistia da oferta de emprego e/ou de endereço de moradia. Quando vinham por conta do CIME "este se encarregava de arranjar- lhe um emprego e os abrigava nas hospedarias de imigrantes (FACCHINETTI, 2004, p. 112).

Trento (1989, p. 416) aponta o incentivo à emigração de homens desacompanhados, com idade variando entre 25 a 40 anos:

> Para evitar previsíveis decepções e conseqüentes problemas *in loco,* o CIME estabeleceu só admitir trabalhadores com uma qualificação para a qual era prevista, no Brasil, uma remuneração mensal de 2.500 cruzeiros, nos centros urbanos maiores, e de 2.300 nas cidades menores. Em todo caso, os que pertencessem a categorias profissionais cujo salário variava dos 2.300 aos 4.000 cruzeiros só podiam partir se fossem solteiros; só os emigrantes para os quais eram previstas remunerações superiores a 4.000 cruzeiros eram aceitos, se casados e com filhos.

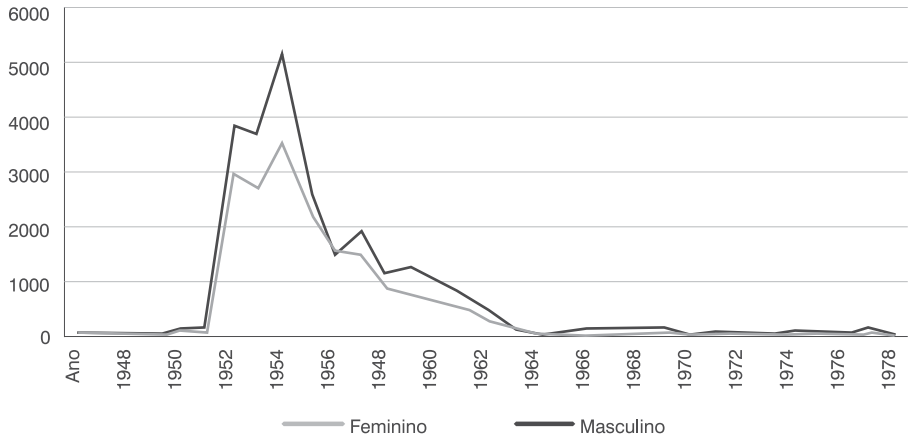
O gráfico de ingresso anual revela esse predomínio masculino (25.020 – 58%) e apenas em 1956 o número de mulheres (1.582) é superior ao de homens (1.483).

Destaque-se o equilíbrio no número de homens e mulheres, se considerados no conjunto, de 0 a 14 anos e a partir dos 40 anos. A faixa etária 20 a 24 anos é a mais numerosa no gênero masculino (4.088), enquanto para as mulheres, corresponde dos 10 aos 14 anos (2.432). Os dados relativos à faixa etária referem-se à idade declarada no documento. Salienta-se, no entanto, que contempla erros e omissões, pois foram transcritos e contabilizados tal como se apresentavam mas, segundo Facchinetti (2004, p. 115), "eram em sua maioria, jovens de ambos os sexos, solteiros visto que a grande demanda era pelo imigrante jovem, com habilidades técnicas" mas os dados revelam certo equilíbrio no estado conjugal.

Apoiados pelo CIME ingressaram 43.212 italianos, durante o período 1952 a 1978, e com os recursos do IRO foram introduzidos 20 italianos durante os anos 1947 a 1949. Com recursos do HIAS quantificam-se 10, oriundos predominantemente do Egito (7).

[3] Como já destacado, a inexistência de informações dificultam a sistematização dos dados, nesse sentido, convém destacar que não é possível precisar o sexo de todos os imigrantes, em virtude da inexistência da informação

GRÁFICO 2. Ingresso anual no Brasil e composição dos imigrantes de nacionalidade italiana de acordo com o sexo



Fonte: Banco de Dados.

Ingressaram 5.103 mulheres e 6.752 homens casados, o que permite inferir que as mulheres ou estavam acompanhadas pelos maridos ou vinham encontrá-los, recompondo os laços familiares. Nota-se a preponderância de homens solteiros (39%) e, ao que se refere aos viúvos, o número de mulheres (472) supera o de homens (98).

A maioria dos italianos (57%) embarcou acompanhada por uma (21%), duas (15%), três (9%), quatro (5%), cinco (3%) e seis (2%) pessoas, com incidência de 1% para aquelas compostas por sete e oito integrantes. A título de exemplificação, destaca-se a família do agricultor Giovanni Boaretto (60 anos), de Rovigo que veio acompanhado por sua esposa, Erminia Masiero (60 anos), os três filhos casados Giuseppe (32 anos), Pietro (29 anos), Umberto (26 anos) e respectivas esposas, Ginetta (28 anos), Gugliemina (24 anos) e Elsa (30 anos), e nove netos, todos com idades inferiores a 9 anos, e duas filhas: Maria (22 anos) e Teresa (20 anos). Desembarcados em Santos, o destino dessa família foi a Fazenda Santo Antonio, de Custodio Caldeira, localizada em Pirajuí, no interior de São Paulo.

A análise do campo posição na família do imigrante ficou comprometida em virtude da grande incidência de não identificados (41% dos italianos). Observam-se 30% registrados como filhos, 6% como esposas, 4% como irmãos e 17% como chefes de família.

Procedência

Os campos província e região de origem foram contabilizados apenas com relação ao imigrante principal, sendo possível precisar a de 18.712 imigrantes, ou seja, 25% dos registros não dispunham dessa informação. Uma vez sistematizadas revelaram a origem meridional da maioria desses imigrantes: Campania (4.480), Calabria (2.632), Sicilia (1.680), Lazio (1.451), Abruzzo (1.280), Puglia (1.150), Veneto (1.133), Molise (1.046), Basilicata (793), Lombardia (670), Toscana (648), Emilia-Romagna (532), Friuli-Venezia Giulia (247), Umbria (205), Marche (198), Piemonte (192), Liguria (165), Sardegna (132), Trentino Alto Adige (72) e Valle D'aosta (6).

Por sua vez, a trajetória no Brasil foi revelada pela declaração da localização do destino de 6.746 imigrantes (27%) por meio da localização da empresa contratante. Nesse sentido o

Estado de São Paulo concentrou 6.618 ocorrências, o Rio Grande do Sul 61, Paraná 35, Minas Gerais 17, Goiás 11, Santa Catarina 2 e Bahia uma única referência.

Dos 2.880 italianos que se declararam agricultores não foram identificados os destinos de 1.476 pessoas, os demais dirigiram-se para 89 destinos, concentrando-se, sobretudo, na Região Sudeste (São Paulo – 1.364 e Minas Gerais – 12) embora encontrem-se ainda referências ao Sul (Paraná – 14 e Rio Grande do Sul – 10) e ao Centro Oeste (Goiás – 4) do país. Dos 1.364 imigrantes reunidos no Estado de São Paulo, constam-se os destinos de 1.338 pessoas, concentradas, sobretudo na Região Metropolitana de São Paulo (772).

A distribuição dos destinos dos imigrantes no Estado de São Paulo revela que a Região Metropolitana de São Paulo concentra as empresas contratadoras paulistas, com 5.688 repetições, dada a concentração industrial que ali se verificava, além de áreas produção agrícola. No interior ocorreu a contratação de 294 imigrantes na Região Administrativa de Marília, 198 na Região Administrativa de Campinas, 119 na Região Administrativa de Bauru, 116 na Região Administrativa de Sorocaba, 44 na Região Administrativa de São José do Rio Preto, 37 na Região Administrativa de São José dos Campos e 28 na Região Administrativa Central[4].

Os dados revelam a diversificação do parque industrial brasileiro, com 929 indústrias declaradas, e indicam a contratação tanto de trabalhadores com curso superior quanto para a linha de produção. Há que se destacar também a área de construção civil (191 diferentes contratadores), que empregou grande número de trabalhadores para o setor. Ressalte-se que as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S/A contrataram 1.017 italianos, constituindo a maior contratadora desse contexto, além de empresas de origem italianas aqui instaladas, tal como Pirelli S.A, responsável pela vinda de 37 italianos.

O perfil profissional

Para a elaboração do perfil profissional foram sistematizados os dados contemplados na profissão declarada para ingresso no Brasil. Seguiu-se a conversão das profissões de acordo com a Classificação Brasileiras de Ocupações vigente. A tabela 1 reúne as totalizações, o que permite evidenciar predomínio de Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais (60%), seguido dos Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca (18%), dos Trabalhadores de Reparação e Manutenção (9%) e dos Profissionais das Ciências e das Artes (6%). Observa-se que nessa primeira analise não houve sistematização por gênero ou data de ingresso, o que se revela uma potencialidade para futuras análises da documentação.

Do universo de ocupações declaradas, acrescentam-se estudantes (375), aposentados (117), prendas domésticas (6.448) e 909 pessoas que não identificaram a modalidade de sua ocupação. Aponta-se as dificuldades de classificação das profissões em virtude da falta de precisão dos registros, como por exemplo, encarregado e empregado, bem como a diversidade de especializações, visto que existem diversas especialidades para uma mesma ocupação, como por exemplo: operário – 32 especialidades, mecânico – 50, ajustador – 20, torneiro – 7, carpinteiro – 10, eletricista – 14, soldador – 4, desenhista – 24 e técnico – 77.

[4] Destacam-se ainda registros nas regiões Administrativa de Registro (6), Metropolitana da Baixada Santista (5), Administrativa de Araçatuba (3), Administrativa de Franca (2) e Administrativa de Presidente Prudente (2)

TABELA 1. Classificação das profissões de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações

Classificação Brasileira de Ocupações	Total
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	3
Dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	7
Profissionais das ciências e das artes	949
Técnicos de nível médio	546
Trabalhadores de serviços administrativos	83
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	623
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	3.022
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	10226
Trabalhadores de manutenção e reparação	1.448
Sem informação específica	119
Total	17.026

Fonte: Banco de dados.

TABELA 2. Classificação dos Profissionais das Ciências e das Artes de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações

Profissionais das Ciências e das Artes	Total
Pesquisadores e profissionais policientíficos	12
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	692
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	30
Profissionais do ensino	39
Profissionais das ciências jurídicas	2
Profissionais das ciências sociais e humanas	45
Comunicadores, artistas e religiosos	129
Total	949

Fonte: Banco de dados.

Dos dados reunidos na tabela 2, 16 profissões exigiram a realização de curso superior, ao que se sobressai o número de engenheiros (612) e químicos (24); em menor número, físicos (8), agrônomos (5), geólogos (3) e médicos (2) e com apenas um registro, biólogo, ciências agrárias, ciências biológicas, hidrólogo-geólogo, jornalista, letras, ortopedista, repórter e veterinário. Acrescentam-se 10 italianos que apresentaram titulação como doutor em Química (5), Física (2), Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Letras Clássicas.

A atuação dos engenheiros revela 40 diferentes especialidades: agrônomo (2), civil (4), fabricação (1), de minas e metalurgia (1), eletricista (12), eletromecânico (1), eletrônico (12), eletrônico nuclear (1), eletrotécnico (16), especialista em cálculos de grandes estruturas (1), hidráulico (6), industrial (1), industrial mecânico (2), mecânico (48), mecânico hidráulico (1), nuclear (1), químico (10), têxtil (1) e técnicos (479).

O ingresso de engenheiros se intensifica no período 1966 a 1970, com 364 ocorrências, e nos anos 1973 a 1977 verificam-se 101 entradas, de acordo com o banco de dados. Do conjunto apenas dois encontravam-se no exterior: um na Alemanha e outro na França. A titulação foi obtida majoritariamente na própria Itália, nas Universidades de Milão (24), Nápoles (17), Roma (13), Turim (9), Gênova (7), Bolonha (7), Pádua (6), Pisa (5), Bari (3), Palermo (2), Florença (2) e Trieste (2) bem como uma única ocorrência no exterior, na Universidade Nacional de Buenos Aires, na Argentina. Destaque-se que predominam cursos realizados nos institutos (351) ou escolas (34) técnicas industriais dos estados.

TABELA 3. Classificação dos técnicos de nível médio de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações

Técnicos de Nível Médio	Total
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharias e afins	453
Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins	29
Professores leigos e de nível médio	3
Técnicos de nível médio em serviços de transportes	1
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	15
Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos	16
Outros técnicos de nível médio	27
Total	544

Fonte: Banco de dados.

Observa-se na Tabela 2 a grande concentração nas ocupações da Física e Engenharia, o que, se somado ao número de técnicos de nível médio dessas áreas, que encontram-se na tabela 3, totalizam 1.145 profissionais. Acrescendo-se os 30 profissionais de nível superior das ciências biológicas e afins e os 29 de nível médio, o número aumenta para 1.204 profissionais de nível médio e superior dedicados às áreas mais diretamente ligadas à indústria de transformação.

Apontam-se, todavia, as dificuldades de atuação profissional decorrente da necessidade de legitimação da qualificação profissional e/ou validação do diploma de nível superior, em virtude do controle que o Estado e as instituições profissionais já detinham sobre determinados campos, como por exemplo, na arquitetura. Para o imigrante significava ingressar em uma especificação técnica para, num segundo momento, requerer a equiparação, de acordo com a legislação vigente no Brasil.

Tais evidências promovem questionamentos acerca dos títulos reconhecidos pelo Estado, ou seja, qual profissional ingressou com seu respectivo ***status*** acadêmico? Imigrantes com qualificações semelhantes atuaram em segmentos equivalentes? As remunerações ofertadas pelos contratadores eram correlatas para a mesma qualificação exigida? Qual a natureza da empresa demandante de sua contratação? Trata-se de uma migração permanente ou temporária? Atuaram em profissões correspondentes ao seu nível de formação ou vivenciaram situações de subaproveitamento de suas qualificações acadêmicas e profissionais? É possível estabelecer fases da imigração qualificada em São Paulo?

A tabela 4 incorpora os trabalhadores diretamente vinculados à produção de bens e serviços industriais, provavelmente operários da indústria extrativa, metais e eletroeletrônica, indústria têxtil, gráfica, vestuário e curtumes, além da indústria de madeira, mobiliário, celulose, alimentos e produção e tratamento de água e energia. Reúne carpinteiros, eletricistas, frezadores, torneiros, maquinistas, ferreiros, soldadores, caldeireiros, ajustadores, peritos, montadores, costureiros, modistas, gráficos, forneiros etc. Diferentes especialidades de mecânicos e de técnicos foram sistematizadas na tabela 5, que se refere aos trabalhadores em serviços de reparação e manutenção

A tabela 6 evidencia um número significativo de atividades agropecuárias desempenhadas pelos imigrantes italianos que, confrontadas com as regiões de maior concentração no estado, podem indicar a maior concentração em atividades industriais na Região Metropolitana, além das regiões administrativas de Marília, Campinas, Bauru e Sorocaba. Podemos inferir que a explicação encontra-se, de um lado na concentração anterior de imigrantes italianos nessas regiões, mas também pela expansão da economia cafeeira para Oeste do estado, ressalta-se a Região Administrativa de Marília, onde se localiza o empreendimento da Companhia Brasileira

de Colonização e Imigração Italiana, em Pedrinhas, com 111 imigrantes que para lá se dirigiram (essa quantificação exclui os acompanhantes). Pereira (2002) aponta que esse núcleo colonial, formado por imigrantes italianos do Pós-Segunda Guerra, teve, no seu primeiro ano de funcionamento, a instalação de 41 famílias em uma área de 3.565ha. Planejado por especialistas em colonização agrícola, sua implantação foi precedida por análises do clima, das condições econômicas e agrárias, civis e sociais. Durante o período 1963 a 1977, Pedrinhas recebeu 236 grupos familiares, desses, 129 ali permaneceram e 109 deixaram a colônia.

TABELA 4. Classificação dos trabalhadores da produção de bens e serviços industriais de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações

Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	Total
Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	1.964
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	2.158
Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica	85
Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musical	22
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins	48
Trabalhadores nas indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	1.179
Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário	688
Trabalhadores de funções transversais	193
Trabalhadores em indústrias de processos contínuos e outras	14
Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção	43
Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel	6
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	153
Operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energia, água e utilidades)	14
Outros	3.659
Total	10.226

Fonte: Banco de dados.

TABELA 5. Classificação dos trabalhadores em serviços de reparação e manutenção de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações

Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	Total
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção mecânica	1.320
Polimantenedores	115
Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação	13
Total	1.448

Fonte: Banco de dados.

TABELA 6. Classificação dos trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca o de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações

Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	Total
Produtores na exploração agropecuária	2.884
Trabalhadores na exploração agropecuária	47
Trabalhadores na pecuária	38
Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal	49
Total	3.018

Fonte: Banco de dados.

A cidade de São Paulo e a localização inicial dos imigrantes italianos

A cidade que os imigrantes encontrariam no final da década de 1940 é bastante diferente da metrópole de hoje. Como se sabe, São Paulo se desenvolveu muito rapidamente a partir do seu núcleo inicial, desde finais do século XIX. Embora em 1890, já apareçam arruados os Bairros da Bela Vista, Vila Buarque e Santa Cecília, a área entre a Luz e o Brás e parte do Bom Retiro, e já existisse um "surto industrial" significativo, a característica da evolução urbana da cidade até 1900 se dá de maneira pouco compacta. A cidade que em 1890 conta com 64.939 habitantes, passa para 239.820 em 1900, quase quadruplicando. Esse período se caracteriza por arruamentos isolados, completamente separados da cidade propriamente dita. Caracteriza-se também pela absorção quase total do cinturão das chácaras. A parte arruada vai da Várzea do Tietê, Barra Funda Belenzinho, até a Quarta Parada, Mooca, Vila Deodoro, Aclimação, Paraíso, Santa Cecília, Vila América e Higienópolis. Vila Mariana, Clementino, Perdizes são então, apêndices desse bloco mais compacto. Pinheiros, antigo aldeamento indígena e a antiga Freguesia do Ó, aparecem como loteamentos com arruamentos bastante amplos, o que denota a expansão da cidade e a tendência do desdobramento do espaço urbano. O transporte urbano já relativamente desenvolvido desde finais do século, primeiro com os bondes "à tração animal" (cuja primeira linha inaugura-se em 1872 ligando o Centro à Estação da Luz), depois com o bonde elétrico (depois de 1900), interligava o espaço urbano com o auxilio da malha ferroviária do estado que em parte penetrava na cidade interligando a atividade cafeeira e o desenvolvimento urbano da cidade.

O bonde elétrico facilita a expansão difusa do espaço urbano, estendendo suas linhas aos bairros mais afastados e a regiões ainda não urbanizadas. Os bairros são relativamente isolados mesmo no período posterior a 1900, o que se acentua com a implantação dos núcleos coloniais nos arredores da cidade. As ferrovias continuam a desempenhar importante papel como polarizadoras da industrialização e de formação de bairros e conferem às faixas servidas por elas, uma "vocação suburbana" que se manteria posteriormente. A título de exemplo, evidencia-se a Ferrovia Santos - Jundiaí, notadamente o trecho da Mooca - Barra Funda e a Sorocabana entre a Estação Central e a Barra Funda onde as indústrias se adensam. Os núcleos coloniais auxiliam na reorganização espacial que se traduzia numa maior valorização do cinturão caipira. Depois de 1900 dá-se o crescimento das áreas afastadas das ferrovias, como é o caso de Itapecerica e Embu[5].

De 1915 a 1940 se verifica a expansão propriamente urbana de São Paulo, o início da metropolização. Se no período de 1900 a 1920 houve um crescimento de 141% na população, entre 1920 e 1940, há um crescimento de 124% que, embora relativamente menor, é maior em termos absolutos. Em 1920 a cidade contava com 579.033 habitantes e em 1940, com 1.294.223. Embora continue a tendência anterior de um certo isolamento dos bairros, já há um esboço de arruamento entre vários deles: Pinheiros e Consolação, entre Perdizes e Lapa, nasce a Vila Pompéia e a Vila Romana; o espaço entre a Lapa e a Vila Leopoldina é ocupado por novos loteamentos, algumas áreas vizinhas ao bloco central são também arruadas: Pacaembu, Jardim América, Jardim Europa, Jardim Paulista, Alto da Mooca. Todos são mais ou menos desprovidos de edificações, permanecendo uma tendência do período anterior que é a especulação imobiliária.

[5] Este retrospecto se baseia em Langenbuch (1976).

Entretanto esboçam-se novas tendências, entre as quais, a ocupação de trechos de várzea com loteamentos residenciais. A isto se chama "surgimento do cinturão de loteamentos residenciais suburbanos". Despontam os "Bairros Jardins", destinados às classes abastadas, há uma valorização do Setor Oeste da cidade, o ônibus surge como novo veículo de transporte coletivo, com 35 linhas municipais em 1935; persiste, em 1940, a pequena densidade de ocupação urbana da porção mais externa da cidade, o que denota a especulação imobiliária desenfreada em que os terrenos se vêem artificialmente valorizados. Há um grande impulso gerador de subúrbios residenciais que se originou da ampliação do parque industrial na faixa de várzeas e terrenos fluviais (LANGENBUCH, 1976).

Essa implantação, segundo Langenbuch (1976), convidava os operários a se estabelecerem em torno das estações ferroviárias fora da cidade, onde os terrenos e os aluguéis eram mais baixos. Essa função residencial dos subúrbios também se caracterizou pela implantação de populações estrangeiras em terrenos campestres da zona suburbana, como é o caso dos anglosaxônicos e alemães que se instalaram no Brooklyn e no Tremembé, atraindo posteriormente outros imigrantes nórdicos.

No conjunto, a dinâmica da maioria dos bairros foi comandada pela ferrovia e pela implantação industrial e operária, que determinou a expansão suburbana. Neste processo aparecem: São Bernardo, Santo André, São Caetano, como "zona industrial paulistana".

Há uma outra tendência do período que é o desenvolvimento do meio rural circundante, e que de certa forma também tem a ver com os imigrantes, qualifica-se ainda como equipamento hidráulico e hidroelétrico da cidade e possibilita a recreação campestre e a agricultura comercial visando a cidade, com a produção de frutas e hortaliças num cinturão verde realizado inicialmente pelos portugueses e, posteriormente, pelos japoneses. Os japoneses formam o terceiro grupo estrangeiro a se fixar em São Paulo visando o meio rural, como haviam feito os italianos e os alemães. Com a implantação de Cotia em 1913, eles desenvolveram a agricultura de tipo suburbano que abastecia a cidade, fenômeno que acompanhou a crescente industrialização e urbanização da metrópole paulista e o desenvolvimento de suas cidades satélites e o consequente aumento da demanda de abastecimento que a expansão exigia.

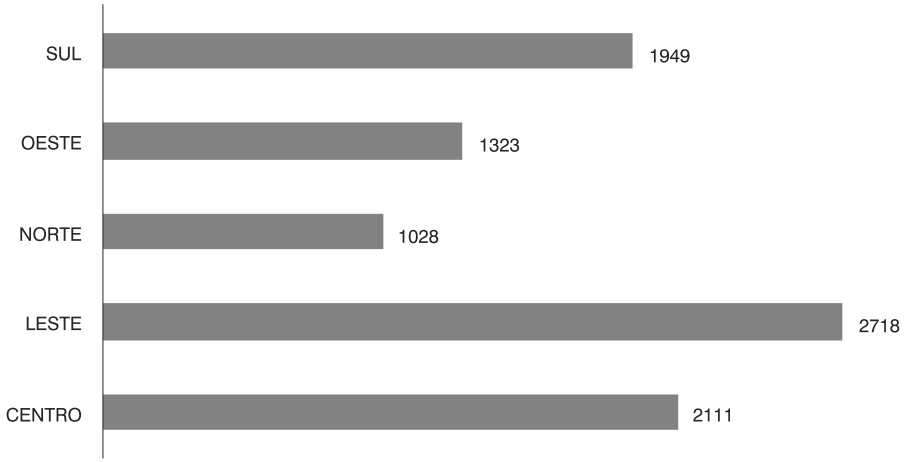
A década de 1940, desta maneira, é um marco no processo da grande metropolização que se desenvolveria a partir daí. A cidade de São Paulo que os imigrantes desembarcados na Hospedaria encontraram era ao mesmo tempo, bastante complexa, mas também cheia de oportunidades. Ela já era uma cidade tradicionalmente receptora de imigrantes e esses, de maneiras diferentes, encontravam identidades e se mesclavam à vida da cidade na sua tendência há muito esboçada à industrialização. Participavam da formação dos bairros, não no sentido da formação de quistos, mas se aglutinavam, de certa forma.

O gráfico 3 reúne o endereço inicial de 9.129 imigrantes que ingressaram na qualidade de principal, estabelecendo-se na cidade de São Paulo. Nota-se a tendência de ocupação da região Leste (30%), seguida da região central (23%), Sul (21%), Oeste (14%) e Norte (11%).

Na Região Metropolitana de São Paulo os municípios de São Caetano do Sul (478), Santo André (746) e São Bernardo do Campo (170), próximos à Capital paulista, também receberam expressivos contingentes em razão da intensificação do parque industrial ali existente. Na direção Oeste, o município de Osasco (173) também se revela importante destino, em virtude de sua aproximação a uma nova região industrial, o Centro Industrial do Jaguaré (PISANI, 2011).

Embora seja um fato mais ou menos aceite, que não há formação de quistos ou bairros étnicos em São Paulo como é o caso de Nova York por exemplo, podemos dizer que há concentrações mais ou menos nítidas.

GRÁFICO 3. Destino do imigrante italiano ingressante no período 1947 a 1980



Fonte: Banco de dados.

A concentração/dispersão dos imigrantes pelos bairros na cidade de São Paulo apontam caminhos percorridos nas primeiras fases, em que a busca de empregos era determinante. Há diferenças entre a concentração das empresas e das residências, que talvez se devam ao processo descrito anteriormente em que à tendência de concentração industrial se soma a busca dos locais em que os aluguéis ou os terrenos eram mais baratos.

De uma maneira geral, as profissões declaradas no momento da chegada a São Paulo, se determinaram as oportunidades de trabalho ao chegar, indicam, num confronto com os primeiros empregos, uma discrepância significativa. É um dos aspectos importantes a ser trabalhado, como o confronto entre os operários qualificados, técnicos e profissionais de nível médio e superior, as ocupações definidas como serviços e ocupações não qualificadas, os empregos efetivamente conseguidos nos primeiros contratos em São Paulo etc. Esse dado é significativo, na medida em que indica um primeiro ajuste das qualificações ao mercado de trabalho e salários ao chegar, de acordo com as condições paulistas.

Uma análise das ocupações que compõem cada uma dessas categorias profissionais, ajuda também a compreender o leque de opções que eram oferecidas aos imigrantes. Os operários qualificados referem-se a ocupações especializadas na indústria metal-mecânica como auto-mecânicos, eletricistas, ferramenteiros, ajustadores, montadores, serralheiros, torneiros mecânicos etc., assim como soldadores, vidreiros, ferreiros, encanadores, carpinteiros, marceneiros etc., que refletiam o estágio de desenvolvimento da indústria paulista na época, ou seja, uma indústria a caminho da industrialização pesada que caracterizaria o desenvolvimentismo da época JK com a implantação da indústria automobilística na década seguinte.

A análise dos dados que compõem o banco organizado por Salles, Sakurai e Paiva (2008), focalizando as entradas de imigrantes italianos no Pós- Segunda Guerra Mundial (1947 a 1980), a partir dos Acordos Brasil-Itália, de 1950 e 1960, permitiu a visualização de um perfil do grupo, além de evidenciar algumas características próprias à imigração do período, que recebeu uma mão de obra mais qualificada, em resposta às demandas do mercado de trabalho paulista (capital e interior).

No caso dos italianos, os dados apontaram numa clara direção à cidade de São Paulo, e uma tendência de concentração nas regiões que já reuniam italianos imigrados anteriormente.

O estudo do ingresso de mão de obra qualificada no Pós-Segunda Guerra Mundial revela importantes aspectos acerca do processo de industrialização em curso no Brasil. As fontes

revelam potencialidades ainda não exploradas acerca da qualificação dos imigrantes, sobretudo os italianos, tendo em vista o caráter dirigido dessa imigração, o que legou importantes documentos custodiados pelo Memorial do Imigrante de São Paulo. Manipulados com precisão por meio do banco de dados, as informações podem ser sistematizadas de forma a estabelecer análises comparativas das nacionalidades que ingressaram no país nesse contexto.

Referências

ACORDO de Imigração entre a Itália e o Brasil In: Boletim do Departamento de Imigração e Colonização. n. 5, 1950.

ACORDO de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália. Assinado no Rio de Janeiro a 05/07/1950. Aprovado pelo Decreto Legislativo n. 28, de 22/08/1951, publicado no Diário Oficial de 08/09/1951. Ratificações a 28/04/1952. Promulgado pelo Decreto n. 30.824, de 07/05/1952, publicado no Diário Oficial de 16/05/1952. Ministério das Relações Exteriores. Coleção de Atos Internacionais n. 299. Serviço de Publicação.

ACORDO Brasil Itália. Coleção de Atos Internacionais n. 499. Firmado em Roma a 09/12/1960. ACORDO Brasil Espanha. Coleção de Atos Internacionais n. 511. Assinado em Madri a 27/02/1960. Ministério das Relações Exteriores. Seção de Publicações, 1967.

DIC. Legislação Imigratória. Boletim do Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, n. 7, dez. 1952, p. 121-124.

FACCHINETTI, Luciana. O imigrante italiano o Segundo pós-guerra e seus relatos. São Paulo: Editora Angellara, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do Brasil 1973. Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, 1973.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do Brasil 1981. Rio de Janeiro: IBGE, v. 42, 1982.

LACAVA, Glória. As origens da emigração italiana para a América Latina após a Segunda Guerra Mundial. Novos Cadernos II, São Paulo: Instituto Italiano de Cultura, p. 49-77, 1988.

LANGENBUCH,Juergen Richard. A estruturaçaõ da Grande São Paulo. Estudo de Geografia urbana. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1976.

MEMORIAL do Imigrante. Banco de dados. Projeto: Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial- 1947-1980. Apoio FAPESP, Coordenação: Maria do Carmo C. Campello de Souza e Maria do Rosário R. Salles. CD Rom, 2008.

PEREIRA, João Baptista Borges. Italianos no mundo rural paulista. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

PISANI , Maria Augusta Justi. Indústria e favela no Jaguaré: o palimpsesto das políticas públicas de habitação social. Arquitextos, São Paulo, 11.131, Vitruvius, abr 2011 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.131/3838>.

SAKURAI, Celia; SALLES, Maria do Rosário R., PAIVA, Odair. Guia do Banco de Dados. Relatório Cientifico, São Paulo: FAPESP, 2008.

TRENTO, A. Do outro lado do Atlântivco. Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

O IMIGRANTE ITALIANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL PAULISTANO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Maria do Rosario Rolfsen Salles
Odair da Cruz Paiva
Sênia Regina Bastos

O patrimônio cultural de São Paulo caracteriza-se pela multiplicidade cultural e sua identidade cultural deve ser compreendida por sua pluralidade, dadas as particularidades de sua formação étnica. Tais peculiaridades podem ser percebidas nas edificações, mobiliários, culinária, religiosidades e tradições, cujo conhecimento se transmite por repetição, no cotidiano. Os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas compartilhadas pelas comunidades, grupos e indivíduos também integram esse patrimônio. Recriado constantemente, esses saberes são transmitidos de geração em geração, principalmente, de forma oral e permitem que seus integrantes compartilhem um sentimento de identidade.

A noção de patrimônio está ligada à memória. Sua origem está em monumentos, pessoas, festas e comidas que apresentam a propriedade de estabelecer o marco físico de uma memória, permanecendo no tempo e transmitindo às gerações seguintes seu testemunho e sua simbologia. O presente artigo trata da contribuição italiana para o patrimônio cultural paulistano, visto que é inegável sua influência nas edificações e na produção artística, ambientes que "expressam as marcas de sua presença" (PAIVA, 2011, p. 687).

Artistas, engenheiros e arquitetos italianos, em diferentes períodos históricos, participaram de projetos e da construção de edificações que conferem à paisagem paulistana caráter singular. Introduziram estilos arquitetônicos, técnicas construtivas e soluções decorativas, como por exemplo, na pintura e na escultura, contemporâneas às existentes na Itália. Como salienta Paiva (2011, p. 693):

> Os territórios materializam necessidades múltiplas que vão desde a tentativa de recriação de paisagens assemelhadas às das sociedades de origem até a manutenção de vínculos e elos de pertencimento entre os migrantes – elementos de suporte fundamental para sobreviver enquanto se considera estar no território de outrem.

Cabe salientar que essas modificações não se resumem à cidade de São Paulo, tendo se manifestado em outras cidades brasileiras, quer pela presença desses profissionais, quer pela circulação de suas ideias, interlocuções e influências no processo de urbanização[1].

Nas primeiras décadas do século XX muitos foram os concursos para realização de monumentos e edificações, públicas e privadas, atraindo para a cidade de São Paulo esses profissionais, dos quais os artistas e arquitetos italianos saíram vitoriosos.

A título de exemplificação, destacam-se as esculturas instaladas na área central por ocasião das comemorações do Centenário da Independência na década de 1920. Por iniciativa da comunidade italiana, sob a direção do pianista Luigi Chiafarelli, na Esplanada do Teatro Municipal, ergueu-se o conjunto de 12 esculturas de Luigi Brizzolara, que vencera o concurso para homenagear Carlos Gomes (1921). Próximo a esse conjunto, a escultura Eva (1922)[2], do ítalo brasileiro Victor Brecheret, também adornava o Parque Anhangabaú, com seus traços modernistas, bem como a homenagem a Giuseppe Verdi (1921), do italiano Amadeo Zani, também doada pela comunidade italiana.

O escultor Galileo Emendabili também influenciou a paisagem, quer por meio da vitória nos concursos públicos realizados nesse período, cujos monumentos a *Pereira Barreto* (1928), a *Ramos de Azevedo* (1934) e aos *Heróis Constitucionalistas de 1932* constituem referências, quer por sua atuação no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, ou ainda no campo da arte funerária ou dos seus trabalhos em desenho, aquarela e cerâmica.

Convém observar que outros artistas também atuaram no campo da arte funerária, legando-nos acervo artístico que transforma os cemitérios da Consolação, do Araçá e São Paulo em espécie de museu aberto de escultura, como por exemplo a escultura de Brecheret, *Mise au Tombeau*, localizada no túmulo da família Guedes Penteado, premiada no *Salon d'Automne* de 1923, mas onde também se evidenciam obras de anônimos artistas artesãos das marmorarias italianas.

Importantes manifestações artísticas encontram-se expressas nas igrejas, reveladoras da fé, solidariedade e formas de acolhimento próprias ao imigrante italiano, erguidas às expensas da comunidade italiana. Elementos reunidos na Igreja Nossa Senhora da Paz, projetada por Leopoldo Pettini e Fulvio Pennacchi, este último responsável pelos aspectos arquitetônico e decorativo, complementadas pelas esculturas de Galileo Emendabili, erguida às expensas da comunidade italiana. Os afrescos de Penacchi, que também podem ser visitados em outras edificações religiosas, como por exemplo, na Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, no Bom Retiro, remetem ao Cristo Crucificado, Natividade bem como ao trabalho nas fazendas de café, que convivem em perfeita harmonia com a edificação, trabalhada para valorizá-las.

Ao que se refere às edificações, no início do século destacam-se a contribuição de Giulio Micheli, que finalizou a capela da Santa Casa, iniciada por Pucci, e a de Giovanini Battista Bianchi que construiu uma das edificações do Hospital Humberto Primo (DEBENEDETTI, 1981). Ressalta-se a ornamentação arquitetônica, os trabalhos de decoração mural ou de fachada, ou de fundição, como por exemplo as realizadas pelo pintor decorador Oreste Sercelli (decorador da capela do Liceu Sagrado Coração de Jesus), presentes nas edificações ecléticas.

Inspirado na Ópera de Paris, do arquiteto Charles Garnier, o projeto do monumental Teatro Municipal é de autoria de Claudio Rossi e Domiziano Rossi. Executado pelo Escritório

[1] Ao que se refere aos arquitetos italianos que atuaram no Brasil, destacam-se Marcello Piacentini, Antonio Jannuzzi, Antonio Virzi, Lina Bo Bardi, Daniele Calabi, Giacomo Palumbo, Gian Carlo Gasperni, Carlos Milaneses, Michele Marzo, Domenico Citti, entre outros.

[2] Encontra-se atualmente no saguão principal do Centro Cultural São Paulo.

Ramos de Azevedo, a edificação inaugurada em 1911 evidencia o rico trabalho de ornamentação dos artistas e artífices italianos, dentre os quais Alfredo Sassi, Lorenzo Massa, Sebastiano Sparapani e outros. Esse tipo de ornamentação também se apresenta em outros edifícios desse período na região central, como por exemplo a fachada do Mercado Municipal Paulistano (1933), de Felisberto Ranzini.

Por sua vez o Edifício Conde Matarazzo (1939) revela a arquitetura de Marcelo Piacenttini. De caráter monumental, a edificação é revestida em mármore travertino romano e abriga relevante produção decorativa e ornamental. Principal arquiteto italiano do entre guerras, Piacentini redefiniu o projeto vencedor do concurso privado para a sede das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, no Vale do Anhangabau. O estilo arquitetônico adotado representa a modernização da tradição clássica e se presta à verticalização: ocorre a eliminação dos tradicionais elementos decorativos e adota-se o uso de materiais modernos, como por exemplo o concreto. Esse novo padrão arquitetônico influencia outros edifícios na cidade, como o Saldanha Marinho, Pirapitingui entre outros.

Contribuição expressiva, mas talvez a mais comprometida em termos preservacionistas, são as antigas construções destinadas à moradia dos operários, como as realizadas pelos ***capomastri*** (mestres de obras) no Bexiga[3], Bom Retiro, Brás e Mooca, bem como as edificações industriais existentes nas proximidades da linha férrea nos bairros da Barra Funda, Lapa, Ipiranga e em direção Leste.

A presente pesquisa busca identificar os artistas, arquitetos e engenheiros italianos que ingressaram no Brasil no Pós- Segunda Guerra Mundial, e que atuaram nos escritórios de arquitetura/engenharia, nas marmorarias e ateliês que contribuíram para a constituição desse patrimônio paulistano. As fontes de estudo encontram-se sistematizadas em um banco de dados, que reúne informações relativas a 99.666 imigrantes que ingressaram no Brasil durante o período 1947 a 1980, dos quais 44% de nacionalidade italiana (MEMORIAL, 2008).

O artigo se organiza em três partes. Na primeira parte ocorre a caracterização da imigração italiana para o Brasil. Na segunda parte, busca-se apresentar as fontes a partir das quais se organizou o banco de dados que constitui o ponto de partida da identificação dos profissionais italianos. Na terceira parte, apresentam-se os dados relativos aos profissionais que ingressaram para a área de construção e marmorarias paulistas, bem como empresas contratadoras desses trabalhadores.

A imigração italiana no Brasil

O ingresso de italianos no Brasil aglutina o período 1880 a 1980. No período 1880 a 1929, revela-se a imigração em larga escala, resultante, entre outros fatores, do crescimento da economia cafeeira, bem como de importantes reformas institucionais e políticas, como salienta Bassanezi (1995). Cumpre enfatizar, todavia, que se trata também de um contexto de grande número de retornados e da reeimigração para outros destinos na América, como por exemplo a Argentina, o que restringiu o número de imigrantes que se fixaram definitivamente no Brasil.[4]

[3] O Bexiga evidencia diversidade de formas de morar: de cortiços de casinhas em séries aos sobrados individuais com requintes burgueses cuja pluralidade de arranjos revelam a coexistência de diversos extratos sociais, onde o trabalho se desenvolve no mesmo espaço da moradia. (LANNA, 2011, p. 246).

[4] Rocha (2007) destaca as ações adotadas para evitar a reemigração e o retorno, bem como as medidas para evitar a saída da área rural, em direção às cidades e à capital paulista, pois o objetivo principal era a fixação do imigrante no destino, ou seja, nas colônias e fazendas de café do interior do estado

Em virtude da política imigratória do governo Vargas, que instituiu o sistema de cotas, restringindo a imigração estrangeira a partir de 1934, ocorre a redução do ingresso de italianos. Essa política limita o fluxo de imigrantes a 2% do total de entradas de cada nacionalidade entre janeiro de 1884 e dezembro de 1933. Assim, aliado ao contexto da Segunda Guerra Mundial e a redução dos deslocamentos de imigrantes em larga escala como se observara no período anterior, verifica-se expressiva diminuição do ingresso de italianos no Brasil até os anos 1950, quando o Brasil assina acordo com o Itália para estimular novamente os ingressos.

A política imigratória brasileira do Pós-Segunda Guerra caracterizou-se pela inserção de trabalhadores com perfil majoritariamente voltado para as atividades urbanas e industriais e em São Paulo, pela modernização do parque industrial, tanto na capital como em diversas regiões do estado. Evidenciam esse processo o crescimento de novos ramos da indústria automobilística, eletroeletrônica, química, farmacêutica etc., além de investimentos em projetos agrícolas (SAKURAI, SALLES, PAIVA, 2008).

O período do Pós-Segunda Guerra Mundial caracteriza-se como a retomada da política imigratória com o Decreto Lei n. 7.967 de 18/09/1945, embora tenha se mantido o sistema de cotas que restringiu a imigração estrangeira na "Era Vargas" desde 1934.

O Acordo de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado no Rio de Janeiro, a 05/07/1950, previa a emigração de italianos para o Brasil, acompanhados ou não de suas famílias, quer sob a forma de migração espontânea baseada na carta de chamada familiar ou em oferta de trabalho, quer sob a forma de transferência de sociedades, de cooperativas ou de grupos de trabalho condicionada à aprovação pelas autoridades brasileiras e italianas.

Os dois países assinaram novo Acordo em 1960, que embora oferecesse maiores vantagens aos imigrantes do que o de 1950, não teve o efeito de assegurar um fluxo continuado de imigrantes italianos.

A emigração dirigida compreendia, entre outras, as seguintes categorias: a) técnicos, artesãos, operários especializados e profissionais qualificados e semi-qualificados; b)unidades de produção ou empresas de caráter industrial ou técnico de interesse do Brasil; c) agricultores, técnicos especializados em indústrias rurais e atividades acessórias, operários agropecuários, lavradores, criadores e camponeses em geral, desejosos de se estabelecer como proprietário ou não; associações e cooperativas de agricultores; familiares que acompanhassem os emigrantes ou que fossem chamados pelos já aqui residentes.

O aumento das entradas de imigrantes italianos se intensifica a partir do Acordo Brasil Itália de 1950. Entre 1947 e 1970, entraram no Brasil, 117.892 italianos, sendo o período de 1947 a 1960, o mais expressivo, com 108.552 ingressos. A década seguinte, de 1961 a 1970, indica a queda das entradas novamente, em razão do fim do Acordo de migração em 1963.

O conjunto documental

As fontes do ***corpus*** documental encontram-se sistematizadas em um banco de dados (*Access)*, que reúne informações relativas a 99.666 imigrantes que ingressaram no Brasil em virtude dos acordos do governo brasileiro com os organismos multilaterais, como por exemplo, a Organização Internacional Refugiados (OIR/IRO), o Comitê Intergovernamental para Migrações Européias (CIME) e a *Japan Imigration and Colonization* (JAMIC).

Desenvolvido entre 2003 e 2008 no âmbito do projeto "Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial 1947-80", o banco de dados foi construído a partir da documentação presente no Memorial do Imigrante/SP,

com apoio da FAPESP, numa parceria institucional entre o Memorial e o Núcleo de Estudos de População (NEPO, UNICAMP). A proposta então, era analisar a dinâmica dos "novos" fluxos migratórios para São Paulo no período Pós-Segunda Guerra Mundial, particularmente, a inserção de trabalhadores considerados como mão de obra qualificada oriundos da Europa e do Japão, em resposta ao crescimento da demanda por esse tipo de mão de obra para a indústria e a agricultura que se mecanizavam, especialmente no Estado e na Cidade de São Paulo.

Do conjunto documental, cujas informações foram inseridas no banco de dados, destacam-se as fichas de identificação (40.035), os avisos de colocação e embarque/chegada (6.892), as fichas do candidato (3.433), as fichas de entrevista para colocação (3.606), os *Curriculla Vitae* (1.148), processos administrativos (3.296), os pedidos de mão de obra qualificada estrangeira (155) e os cancelamentos de mão de obra pré-colocada (76).

O banco de dados contempla 45 campos criados para inserção das informações provenientes das séries documentais e para o presente artigo foram trabalhados os seguintes campos: nacionalidade, sexo, idade, estado civil, destino, modalidade de transporte, posição familiar, localização da empresa empregadora, residência e data da chegada.

No caso dos italianos, objeto desse estudo, para o período do Pós-Segunda Guerra Mundial (1947 a 1980), relacionam-se 43.502 ingressos, o que corresponde a 98,5% do número total de imigrantes.[5] As maiores entradas registraram-se nos anos 1951 a 1960, com 39.889 italianos, o que corresponde a 90,3% do total, cujo auge ocorre no ano de 1954, com 8.792 entradas. A redução dos ingressos se acentua na década de 1960: 813 em 1962, 230 em 1963 e 36 em 1964, após esse período o ano de maior registro corre em 1967, com 163 italianos.

Os engenheiros e profissionais das áreas de marmoaria e de construção civil

A distribuição dos destinos dos imigrantes no Estado de São Paulo revela que a Região Metropolitana de São Paulo concentra as empresas contratadoras paulistas, com 5.688 repetições, dada a concentração industrial que ali se verificava, além de áreas produção agrícola.

Os dados revelam a diversificação do parque industrial brasileiro, com 929 indústrias declaradas, e indicam a contratação tanto de trabalhadores com curso superior quanto para a linha de produção. Há que se destacar também a área de construção civil (191 diferentes contratadores), que empregou grande número de trabalhadores para o setor.

Para a elaboração do perfil profissional foram sistematizados os dados contemplados na profissão declarada para ingresso no Brasil. Seguiu-se a conversão das profissões de acordo com a Classificação Brasileiras de Ocupações vigente, no que resultou predomínio de Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais (60%), seguido dos Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca (18%), dos Trabalhadores de Reparação e Manutenção (9%) e dos Profissionais das Ciências e das Artes (6%). Observa-se que nessa primeira analise não houve sistematização por gênero ou data de ingresso, o que se revela uma potencialidade para futuras análises da documentação.

Dos dados coligidos, sobressai o número de engenheiros (612), cuja atuação revela 40 diferentes especialidades: agrônomo (2), civil (4), fabricação (1), de minas e metalurgia (1), eletricista (12), eletromecânico (1), eletrônico (12), eletrônico nuclear (1), eletrotécnico (16), especialista em cálculos de grandes estruturas (1), hidráulico (6), industrial (1), industrial

[5] Foram consolidados apenas os dados que apresentam ano de ingresso, visto que há situações em que houve apenas o envio de documentos, sem que o imigrante tenha emigrado. Também desprezara-se aqueles cujo ano de ingresso é anterior a 1947 ou posterior a 1980

mecânico (2), mecânico (48), mecânico hidráulico (1), nuclear (1), químico (10), têxtil (1) e técnicos (479).

O ingresso de engenheiros se intensifica no período 1966 a 1970, com 364 ocorrências, e nos anos 1973 a 1977 verificam-se 101 entradas, de acordo com o banco de dados. Do conjunto apenas dois encontravam-se no exterior: um na Alemanha e outro na França. A titulação foi obtida majoritariamente na própria Itália, nas Universidades de Milão (24), Nápoles (17), Roma (13), Turim (9), Gênova (7), Bolonha (7), Pádua (6), Pisa (5), Bari (3), Palermo (2), Florença (2) e Trieste (2) bem como uma única ocorrência no exterior, na Universidade Nacional de Buenos Aires, na Argentina. Destaque-se que predominam cursos realizados nos institutos (351) ou escolas (34) técnicas industriais dos estados.

Além de engenheiros, cuja titulação fora equiparada, também ingressaram técnicos de nível médio (453) dessas áreas. Há que se registrar as dificuldades de atuação profissional decorrente da necessidade de legitimação da qualificação profissional e/ou validação do diploma de nível superior, em virtude do controle que o Estado e as instituições profissionais já detinham sobre determinados campos, como por exemplo, na arquitetura. Para o imigrante significava ingressar em uma especificação técnica para, num segundo momento, requerer a equiparação profissional de nível superior, de acordo com a legislação vigente no Brasil. Salienta-se a ausência de profissionais da área de arquitetura no banco de dados, ao que se infere a criação tardia de faculdades de arquitetura autônomas no país, o que só ocorre em 1945, ou seja, após a promulgação do Decreto, bem como a necessidade de registro para a atuação profissional, pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), o que exigia documentação que comprovasse a formação e o pagamento de taxas. Segundo Silva (2011, p. 246):

> Se até 1933 qualquer arquiteto estrangeiro podia exercer a profissão sem dificuldade a partir desse ano, com a promulgação do Decreto Federal n. 23.569, essa prática sofreu sérias restrições dificultando a aquisição do registro definitivo pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea). O registro garantia o exercício legal da profissão e, seus deveres e direitos, um deles especialmente dramáticos para os arquitetos estrangeiros que era o da autoria de suas obras, uma vez que sem o referido registro eles não podiam assinar nem se responsabilizar tecnicamente por seus projetos.

Diferentemente do período anterior, o referido Decreto de 1933 e a Constituição de 1937 impediam a participação desses profissionais em concursos públicos de projetos ou sua atuação no serviço público. A documentação reunida no banco de dados indica a inserção desses profissionais como funcionários em empresas construtoras ou escritórios de construção, enquanto Silva (2011) aponta sua atuação no mercado imobiliário.

Segundo Silva (2011), a maioria das empresas de arquitetura atuava como "escritórios técnicos, construtoras e imobiliárias", inexistindo a especialização na "produção, compra e a venda de materiais, até a execução do projeto e da obra, incluindo a sua adminsitração ou comercialização", até o final da década de 1940. A sistematização dos trabalhadores diretamente vinculados à produção de bens e serviços industriais revela a atuação de operários da construção civil, bem como dos trabalhadores em serviços de reparação e manutenção[6].

Para exemplificar essa inserção, foram identificadas as empresas contratadoras desses profissionais. As empresas Construções Moderna Ltda, Hedeager Boswortk do Brasil S/A,

[6] Apesar da ausência de arquitetos de nacionalidade italiana, o banco comporta esses profissionais de nacionalidades búlgara (1) e húngara (1), 1 desenhista arquiteto iugoslavo, 1 desenhista de arquitetura apátrida, 2 projetistas arquitetônicos japoneses, dois técnicos em arquitetura, de nacionalidades polonesa e ucraniana. Exceto os japoneses que ingressaram em 1975, os demais entraram no Brasil entre 1948 e 1951, o que os caracteriza como refugiados de guerra, o que deve ser analisado de forma específica, o que não cabe ao escopo desse artigo.

Imobiliária Vizioli Ltda e o Dr Engenheiro Adriano Arcani contrataram desenhistas, ao passo que o Engenheiro Luciano Boranga contratou um desenhista mecânico de construções, Snam projetos Engenharia S/A, um técnico projetista e Luciano e Nino Ltda., um desenhista decorador.

Do conjunto de contratadores de pintores evidencia-se a especialização do setor, com empresas atuando em nichos específicos, como é o caso Indústria de Imagens Nossa Senhora Aparecida Ltda., Pinturas Carmona, Pinturas em Geral para Construções, Pinturas Granel embora também a presença dos escritórios técnicos, construtoras e imobiliárias como afirma Silva: Escritório Técnico Natalina de Luca, Gai Imóveis Gerais, Primo Fiorini Empreiteiro e Construtora Badini & Cia.

Dentre as empresas que contrataram marmoristas, destacam-se Benucci & Sandreschi Ltda., Marmoraria Russo, Serraria Nacional de Mármores e Granitos S/A, Sivam, Tasso & Cia Ltda. O marmorista Luigi Prati, natural de Verona, 35 anos, ao ingressar em 1953 com a esposa Dian Ferrari, 37 anos, prendas domésticas, a filha Alba Adriana, de 5 anos, o cunhado Gino Ferrari, 34 anos, mecânico desempregado, e a cunhada Giovanna Ferrari, 29 anos, prendas domésticas declarou-se escultor e foram residir nas proximidades do cemitério São Paulo, no bairro de Pinheiros, na Rua Teodoro Sampaio, 1.327, estabelecendo-se oportunamente na Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 1402.

Os dados cotejados na presente análise são indicativos das dificuldades de atuação profissional dos italianos, bem como de sua interferência na paisagem, diferentemente da que se manifestara nas primeiras décadas do século XX, nas edificações e obras de arte presentes nos logradouros públicos da área central. A partir de 1937 arquitetos e engenheiros estrangeiros ficaram proibidos de participar de concursos públicos de projetos, o que na década anterior revelara-se um promissor mercado de trabalho, atraindo muitos italianos à cidade de São Paulo.

A atuação em vários segmentos e em diversificadas empresas é indicativo do grau de especialização desse segmento. Enfrentaram dificuldades e adversidades para atuar profissionalmente em virtude da legislação profissional em vigor, que a partir de 1933 passou a exigir o registro do Crea, o que os impeliu a trabalhos em escritórios técnicos, construtoras e imobiliárias como funcionários, ou a associar-se a brasileiros ou ainda, a abrir uma empresa e contratar um profissional brasileiro como responsável técnico, abrindo mão da autoria de suas obras. Remetem ainda ao futuro da presente pesquisa, que deverá contemplar outra modalidade de fontes, como por exemplo, os livros de registros do Crea, para a identificação dos arquitetos estrangeiros em atividade em São Paulo no período 1947 a 1980.

Referências

ACORDO de Imigração entre a Itália e o Brasil In: Boletim do Departamento de Imigração e Colonização. n. 5, 1950.

ACORDO de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália. Assinado no Rio de Janeiro a 05/07/1950. Aprovado pelo Decreto Legislativo n. 28, de 22/08/1951, publicado no Diário Oficial de 08/09/1951. Ratificações a 28/04/1952. Promulgado pelo Decreto n. 30.824, de 07/05/1952, publicado no Diário Oficial de 16/05/1952. Ministério das Relações Exteriores. Coleção de Atos Internacionais n. 299. Serviço de Publicação.

ACORDO Brasil Itália. Coleção de Atos Internacionais n. 499. Firmado em Roma a 09/12/1960.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. 2 ed. São Paulo: FNUAP, 1995.

DEBENEDETTI, Emma; SALMONI, Anita. Arquitetura italiana em São Paulo. São Paulo: perspectiva, 1981.

DIC. Legislação Imigratória. Boletim do Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, n. 7, dez. 1952, p. 121-124.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do Brasil 1973. Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, 1973.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do Brasil 1981. Rio de Janeiro: IBGE, v. 42, 1982.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. O Bexiga e os italianos em são Paulo, 1890/1920. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte; PEIXOTO, Fernanda Arêas; LIRA, José Tavares Correia de; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011, p. 246.

MEMORIAL do Imigrante. Banco de dados. Projeto: Fluxos Migratórios e Industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial- 1947-1980. Apoio FAPESP, Coordenação: Maria do Carmo C. Campello de Souza e Maria do Rosário R. Salles. CD Rom, 2008.

PAIVA, Odair da Cruz. Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos. RIME, n. 6, p. 687-704, giugno 2011.

ROCHA, Ilana Peliciari. Imigração internacional em São Paulo: retorno e reemigração, 1890- 1920. São Paulo, dissertação (mestrado em História), FFLCH/USP, 2007.

SAKURAI, Celia; SALLES, Maria do Rosário R., PAIVA, Odair. Guia do Banco de Dados. Relatório Cientifico, São Paulo: FAPESP, 2008.

SILVA, Joana Mello de Carvalho. Os arquitetos estrangeiros e o mercado imobiliário através da experiência de Jacques Pilon. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte; PEIXOTO, Fernanda Arêas; LIRA, José Tavares Correia de; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011,

IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: PERFIL DAS ENTRADAS E TRAJETÓRIAS

Maria do Rosário Rolfsen Salles
Sênia Regina Bastos

O objetivo do estudo é apresentar, no contexto das transformações que caracterizaram o Pós-Segunda Guerra Mundial, um perfil e um balanço das entradas dos imigrantes italianos que ingressaram no Brasil em decorrência dos Acordos firmados em 1950 e 60, entre Brasil e Itália. As fontes documentais encontram-se sistematizadas em um banco de dados *Access*, que reúne informações relativas a 99.666 imigrantes que ingressaram no Brasil em virtude dos acordos do governo brasileiro com os organismos multilaterais, Organização Internacional Refugiados (OIR/IRO), Comitê Intergovernamental para Migrações Européias (CIME) e *Japan Imigration and Colonization* (JAMIC). O banco de dados compreende as seguintes séries documentais:

- Pedidos de mão-de-obra qualificada (PMOQ).
- Avisos de chegada de imigrantes pelo CIME, com colocação definida no mercado de trabalho em São Paulo (AVC).
- Avisos de chegada de imigrantes pela JAMIC.
- Ficha de registros de refugiados e deslocados de guerra. Fichas de registros de imigrantes.
- *Curriculla Vitae* de imigrantes interessados em emigrar para o Brasil. Fichas de colocação em empresas.
- Documentos pessoais.

Desenvolvido entre 2003 e 2008 no âmbito do projeto "Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial 1947-80", o banco de dados foi construído a partir da documentação presente no Memorial do Imigrante/SP, com apoio da FAPESP, numa parceria institucional entre o Memorial e o Núcleo de Estudos de População (NEPO, UNICAMP). A proposta então, era analisar a dinâmica dos "novos" fluxos migratórios para São Paulo no período Pós-Segunda Guerra Mundial, particularmente, a inserção de trabalhadores considerados como mão de obra qualificada oriundos da Europa e do

Japão, em resposta ao crescimento da demanda por esse tipo de mão de obra para a indústria e a agricultura que se mecanizavam, especialmente no Estado e na Cidade de São Paulo.

O banco de dados contempla 45 campos criados para inserção das informações provenientes das séries documentais e para o presente artigo foram trabalhados os seguintes campos: nacionalidade, naturalidade, origem, sexo, idade, estado civil, procedência, meio de transporte, destino, posição familiar, profissão, empresa empregadora, residência e data da chegada. Trata também do tipo de documento referente ao imigrante, ou seja, a abordagem dos campos: grupo, série, sub-série e grupo-série.

No que se refere à documentação, cujas informações foram inseridas no banco de dados, destacam-se as fichas de identificação (40.035), os avisos de colocação e embarque/chegada (6.892), as fichas do candidato (3.433), as fichas de entrevista para colocação (3.606), os *Curriculla Vitae* (1.148), processos administrativos (3.296), os pedidos de mão de obra qualificada estrangeira (155) e os cancelamentos de mão de obra pré-colocada (76).

Do ponto de vista cronológico, este conjunto documental divide-se em duas fases: 1947-1951, quando as entradas são majoritariamente de refugiados de guerra que se encontravam em campos de refugiados na Alemanha e na Áustria e que constituem um grupo formado por imigrantes provenientes do Leste europeu. Entram basicamente pelos organismos internacionais encarregados do repatriamento e colocação em países europeus e não-europeus, no caso, a Organização Internacional dos Refugiados (OIR/IRO) e *Hebrew International Assistance* (HIAS).

A partir de 1952, após a extinção da IRO e criação do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (CIME) as entradas ficam organizadas pelo CIME e pelos acordos bilaterais entre os países, até o final dos anos 1970. Nesse período, modifica-se o perfil dos imigrantes, com entradas de diversas nacionalidades (italianos, espanhóis, alemães, suíços, japoneses etc.), cuja característica básica é sua inserção urbana e industrial, sobretudo em São Paulo.[1]

Do ponto de vista imigratório, o período do Pós-Segunda Guerra Mundial caracteriza- se como a retomada da política imigratória com o Decreto Lei n. 7.967 de 18/09/1945, embora mantendo o sistema de cotas que restringiu a imigração estrangeira na "Era Vargas" desde 1934, quando se limita o fluxo de imigrantes a 2% do total de entradas de cada nacionalidade entre janeiro de 1884 e dezembro de 1933. Segundo o Artigo n. 38 desse Decreto, a imigração dirigida ocorre quando o poder público, empresa ou particular promove a introdução de imigrantes, hospedando-os e localizando-os. E, no primeiro parágrafo, aponta a preferência por famílias que contem pelo menos com oito pessoas aptas para o trabalho, entre 15 e 50 anos[2]. Revogado esse Decreto com a Resolução do Conselho de Imigração e Colonização n. 1.676, de 18/10/1950, suprimi-se o regime das quotas para imigrantes das nacionalidades portuguesa, espanhola, francesa e italiana. A partir de então inúmeros acordos se firmaram entre o Brasil e os países europeus e o Japão.

Desta forma, o período do Pós-Segunda Guerra é o quarto e último período na entrada de imigrantes, se considerarmos os períodos anteriores – primeiro período: da imigração subsidiada até 1906; segundo período: de 1906 às vésperas da Primeira Guerra Mundial; terceiro período: do final da Primeira Guerra Mundial até o fim do Estado Novo, em que se encerra a política subsidiada e se inicia a política restritiva à imigração (BASSANEZI, 1995). Passam a vigorar basicamente os seguintes tipos de imigração: uma, espontânea, que se dá

[1] SAKURAI, Celia; SALLES, Maria do Rosário R., PAIVA, Odair. Guia do Banco de Dados. Relatório Cientifico, São Paulo: FAPESP, 2008.
[2] DIC. Legislação Imigratória. Boletim do Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, n. 7, dez. 1952, p. 121-124.

através das "cartas de chamada" de parentes e oferta de empregos; outra, que se caracterizava por grupos e cooperativas com vistas, sobretudo à colonização agrícola; e a imigração dirigida, orientada pelos convênios entre o governo brasileiro e os organismos internacionais. A partir dos anos 1960 viu-se declinar novamente o movimento imigratório que se limitou a técnicos e profissionais especializados.

A imigração no Pós-Segunda Guerra, os italianos e os acordos bilaterais

A política imigratória brasileira do Pós-Segunda Guerra caracterizou-se pela inserção de trabalhadores com perfil majoritariamente voltado para as atividades urbanas e industriais e em São Paulo, pela modernização do parque industrial, tanto na capital como em diversas regiões do estado. Evidenciam esse processo o crescimento de novos ramos da indústria automobilística, eletroeletrônica, química, farmacêutica etc., além de investimentos em projetos agrícolas.

É bastante conhecido o fato de que após a Segunda Guerra Mundial o mundo foi politicamente "redesenhado", em função da ascensão de potências internacionais dentro de uma inusitada expansão do capitalismo nos EUA, Europa e Japão e da perspectiva de uma polarização entre as duas potencias hegemônicas: EUA e União Soviética num período conhecido como "guerra fria"[3]. Nesse contexto, o ano de 1947, que sob diversos aspectos caracteriza-se por ações internacionais visando enfrentar os problemas decorrentes do final do conflito, especialmente a repatriação e recolocação da população que se encontrava fora de seus países e o problema da emigração como forma de minimizar os problemas econômicos e sociais dos países envolvidos, é marcante também, em função da proclamação da doutrina Truman, que anunciava a disposição norteamericana de combater a expansão comunista, e a aprovação do Plano Marshall.

O Plano Marshall foi concebido para recuperar a economia européia do Pós-Segunda Guerra, dentro do espírito liberal e de multilateralismo de reconstrução, que animou o governo norteamericano desde 1941, e visava também a consolidação da hegemonia americana. Assim, "O Plano Marshall deu à Europa devastada pela guerra os meios econômicos necessários para estimular o arranque da sua reconstrução. Os meios humanos foram fornecidos numa primeira fase pelos deslocados, refugiados e emigrantes do Leste e Sul europeu"[4], e no mesmo sentido, criaram-se os organismos internacionais encarregados do direcionamento das populações deslocadas e dos assuntos gerais e decisões sobre as migrações e recrutamento, seleção e colocação de mão de obra[5].

Os países europeus, com exceção da Espanha, receberam empréstimos e donativos para sua recuperação entre 1948 e 1952, através de acordos bilaterais que favoreciam os EUA e permitiam o controle da política econômica e industrial dos países em questão, além de interferir nas relações do Leste com o Oeste europeu, impondo restrições de exportações de produtos "estratégicos" ao Leste e aprofundando a dependência econômica ocidental em relação aos EUA.

O Pós-Segunda Guerra dessa forma, significou um período de extrema confiança na recuperação econômica e na intervenção do planejamento nessa recuperação. É neste contexto que aparece um fato novo com relação ao planejamento dos movimentos migratórios

[3] HOBSBAWN, E. A era dos extremos: o breve século XX- 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
[4] BAGANHA, Maria I. B., Principais características e tendências da emigração portuguesa. In: Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Associação Portuguesa de Sociologia, Fragmentos, 1993, p. 820.
[5] AMBROSI, Eugenio. Geopolítica e economia mundial no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: SAKURAI, Celia; SALLES, Maria do Rosario; PAIVA, Odair (org.). Migrações Pós-Segunda Guerra Mundial. Série Reflexões, São Paulo: Memorial do Imigrante/Fapesp. Editora DL D´Livros, 2009.

internacionais: a criação de órgãos técnico-administrativos destinados a intervir na prática, num amplo processo de cooperação internacional[6]. Do ponto de vista dos assuntos das migrações, os mais importantes desses organismos são a OIR e o CIME, entre outras, como o Comitê Intergovernamental Católico para as Migrações (CICM).

Segundo La Cava[7]:

> [...] a intervenção pública na questão imigratória remonta aos inícios das republicas independentes [...] Tratava-se de um tipo de intervenção estatal que subvencionava, dirigia e até certo ponto selecionava os fluxos...

Ainda essa autora lembra que:

> [...] a política imigratória era fruto de um projeto nacional e racial mais amplo do que o de uma geração ou elite regional. Para Skidmore, o projeto imigratório brasileiro se baseara entre 1889 e 1914, na tese do "branqueamento" ou da miscigenação da população de cor que, até o momento da grande imigração, dominava o quadro demográfico do país[8].

De certa forma, essa orientação continuará presente nos momentos posteriores e é nesse contexto que se deve discutir a inserção das nacionalidades entradas no Pós-Segunda Guerra. A mesma autora, referindo-se à imigração italiana nesse período, afirma que:

> Na primeira fase, de 1945 a 1952, marcada pelo assim chamado sistema triangular, os Estados Unidos providenciaram os capitais privados na América Latina, a Europa, a mão de obra e a América Latina, os recursos naturais (terras, etc.) Nesse período, [...] teria sido resolvido tanto o problema do excesso populacional europeu, como o da "carência' da mão de obra necessária para o desenvolvimento da América Latina.
>
> [...] ao contrario do que sugeria a literatura pró- imigratória, o êxodo europeu para a América Latina no pós-guerra não foi determinado exclusivamente pelos mecanismos de demanda e oferta, característicos do mercado internacional de trabalho na era do liberalismo (1870-1920). A tensão entre o projeto de reconstrução da Europa e a realidade social e política, por um lado, e por outro, a impossibilidade de canalizar altos contingentes de imigrantes italianos para a América Latina através de simples mecanismos de livre mercado, configuraram uma tipologia única na história das migrações transoceânicas. [...] Assim como outros problemas sociais do pós- guerra, a questão imigratória foi abordada com estratégias dirigistas que transcendiam as iniciativas privadas e nacionais[9].

Além do Decreto Lei n. 7.967, os demais acordos firmados no período são: o Brasil é signatário do Acordo relativo às disposições provisórias sobre os refugiados e deslocados da OIR (15/09/1946); Acordo de Migração entre o Brasil e a Itália (5/07/1950); legislação para criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC, 1945; Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (concluída em Genebra em 1951 e assinada pelo Brasil em 1952); Acordo de Migração entre o Brasil e a Espanha (1960); Acordo de Imigração e Colonização entre o Brasil e os Países Baixos (15/12/1950); e a constituição do CIME (19/10/1953).

Os italianos e os acordos Brasil-Itália

Observe-se que, como diz Trento[10], as comunidades estrangeiras no Brasil e em São Paulo em particular, eram em grande parte, formadas por pessoas que residiam há muito tempo

[6] SILVA, Celso A de Souza. O Brasil e os organismos internacionais para as migrações. Revista Brasileira de Política Internacional RBPI, n. 2, 1997.
[7] LA CAVA, Glória. As origens da emigração italiana para a América Latina após a Segunda Guerra Mundial.Novos Cadernos II. São Paulo, Instituto Italiano de Cultura, p. 49-77, 1988, p. 53.
[8] SKIDMORE, 1976 apud LA CAVA, Glória. Op. Cit., p. 54.
[9] LA CAVA, Glória. Op. Cit., p. 57-58.
[10] TRENTO, A. Do outro lado do Atlântivco. Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel,1989.

no Brasil. Nas décadas de 1910 e 1920, 60% dos estrangeiros e 80% dos italianos, haviam chegado antes de 1905. No caso italiano, com a proibição da emigração subsidiada por parte do Governo italiano em 1902, pelo decreto Prinetti, e com o redirecionamento das correntes em direção a outros países como EUA e Argentina, caem drasticamente as entradas no entreguerras e o fato do país não exercer mais a atração que antes havia exercido, nem mesmo entre as regiões mais pobres que, tradicionalmente forneciam os maiores contingentes de mão de obra. Assim, entre 1921 e 1937, entraram no Brasil 32.411 italianos provenientes das regiões setentrionais da Itália (38,1%); 11.106, da Itália Central (13%) e 41.693 da Itália Meridional e Ilhas (48,9%)[11]. Segundo o autor, os dados sobre a presença italiana no Brasil são bastante dispares, o Censo de 1940 indica a presença de 285.029 italianos, dos quais 212.996 no estado de São Paulo, enquanto Mortara[12], aponta um número maior, de 325.000 para o Brasil, dos quais 235.000 aproximadamente em São Paulo.

Em 1945 o numero havia caído para 277.000 em todo o Brasil. Os fatores para a diminuição dos fluxos italianos apontados por Trento[13] são os seguintes: piora dos salários agrícolas, maior controle do trabalhador nas indústrias, dificuldade maior para as culturas intercalares, com a primazia ao cultivo do café, além da concorrência da imigração japonesa, amparada que foi, pelas companhias japonesas e representantes diplomáticos.

No entreguerras houve várias tentativas de acordo entre o Brasil e a Itália, como em 1923, pela pressão do próprio Matarazzo, que empregaria grande parte da mão de obra entrada após 1950, como se verificará adiante. Em 1924 o Estado de São Paulo retoma as negociações com o Estado italiano, mas Mussolini se nega a assinar alegando más condições de trabalho e o horror à situação do tracoma que afetava, sobretudo, imigrantes italianos. De fato eram exigências comerciais que não se cumpriam de parte a parte[14].

A partir de 1928-29, com a queda das cotações internacionais do café, reduziram-se ainda mais as possibilidades de atração de mão de obra italiana, além de provocar a diversificação da agricultura paulista, aprofundando uma tendência já observada anteriormente, de aumento das pequenas propriedades nas áreas de fronteira como Araraquarense, Noroeste, Alta Paulista, Alta Sorocabana e favorecendo antigos colonos que haviam se dedicado à cultura alimentar e que resistiram melhor à crise do que os grandes produtores de café. Nesse sentido, diz Trento[15], há a reestruturação parcial dos modos de produção, em que o colonato, se não desaparece, perde sua exclusividade como forma de trabalho livre na lavoura cafeeira, explicando em parte a demanda posterior nas discussões sobre a retomada da imigração, por mão de obra mais qualificada para a agricultura que se modernizava. Assim, a queda da imigração italiana devia-se a vários fatores.

> Esse fenômeno não se devia decerto, às cotas de imigração que entraram em vigor com a Constituição de 1934 e foram confirmadas pela de 1937, pois ficou-se muito aquém delas. Sua causa estava ao contrario, na situação interna brasileira e na diminuição geral do fluxo imigratório, devido às dificuldades no mercado internacional do trabalho, depois da crise de 29. A isso correspondem, na Itália, restrições à liberdade de imigração, aplicadas pelo fascismo[16].

[11] TRENTO, A. op. Cit.
[12] MORTARA, 1989 apud TRENTO, A., op. cit.
[13] TRENTO, A. op. cit.
[14] TRENTO, A. op. cit.
[15] TRENTO, A. op. Cit.
[16] TRENTO, A. op. cit., p.289.

É preciso considerar toda a conjuntura nacional e internacional e suas repercussões na economia brasileira nas décadas de 1920 e 30 e sobretudo o impacto da "grande depressão" sobre a economia mundial e sobre a brasileira em particular. Países que dependiam enormemente do seu setor externo como o Brasil, e de suas exportações, do café, principalmente, no caso brasileiro, tiveram um encarecimento relativo muito alto das importações das quais dependiam, o que os fez se "voltarem para dentro", como se sabe, com o crescimento da economia dependendo então, de fatores internos. Esses fatores interferiram basicamente não apenas na política econômica dos períodos 1930 a 1934, 1934 a 1937, período de um certo "*boom*" econômico mas posteriormente no período do Estado Novo, de 1937 a 1945, da chamada "economia de guerra" e do fortalecimento do poder central, como na política visando o abastecimento do mercado de mão de obra que passou a depender diretamente das diretrizes traçadas pelo poder central. Toda a retórica em torno da proteção ao trabalhador nacional e os apelos nacionalistas do período, se explicam no fundo pelas injunções da economia de "substituição de importações" e pelas necessidades de um mercado carente de mão de obra qualificada que caracterizaria o Pós-Segunda Guerra[17].

É preciso considerar que a partir de 1927, os subsídios à imigração são suspensos pelo Estado de São Paulo:

> Depois de representar 56,9% entre 1886 e 1900, reduziu-se a 23,8% entre 1901 e 1920 e a 10,6% entre 1921 e 1940 [...], uma vez que as correntes italianas continuaram a privilegiar os países que antes do conflito já haviam se destacado como os mais importantes receptores de mão-de-obra italiana, (como EUA e Argentina). Ou seja, o Brasil deixa de exercer atração da mão-de-obra italiana a partir dos anos 20[18].

Desta forma, o aumento das entradas de imigrantes italianos, que se observa a partir do Acordo Brasil Itália de 1950, é bastante significativo, dado todo o quadro descrito anteriormente. Entre 1950 e 1972, entraram no Brasil, 105.149 italianos, sendo o período de 1950 a 1959, o mais expressivo, com 91.931 ingressos. Na década anterior havia se registrado a entrada de 15.819 italianos[19]. A razão para esse crescimento como dissemos, foi o Acordo Brasil Itália de 1950. A década seguinte, de 1960 a 1969, indica a queda das entradas novamente, em razão do fim do Acordo de migração em 1963.

La Cava[20] aponta a suspensão da imigração de trabalhadores qualificados em virtude do grande número de "repatriações excessivas pois sugeriam a falta de oportunidades e salário". Para a Facchinetti[21] o grande número de repatriados se justifica, entre outros motivos, pelo crescimento da economia italiana a partir de 1955.

Do ponto de vista brasileiro, a demanda por mão de obra qualificada, após o final do Estado Novo e com o final do conflito internacional, cresce com o desenvolvimento do parque industrial paulista. Do ponto de vista dos países diretamente envolvidos com a guerra, especialmente a Itália e os EUA, criaram-se mecanismos para aliviar as tensões sociais causadas pelo desemprego e as catastróficas condições de vida das populações, com o consequente incentivo à emigração apoiado pela Igreja Católica. A criação de organismos dedicados a esse

[17] ABREU, Marcelo P. (org.). A ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana: 1889-1989. 10a Ed., Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
[18] TRENTO, A. op. cit., p. 247.
[19] LEVY, Maria Stela. O papel da migração interncaional na evolução da população brasileira 1872-1972. Revista de Saúde Pública, São Paulo, n.8, 1974.
[20] LA CAVA, 1999 apud FACCHINETTI, Luciana. O imigrante italiano o Segundo pós-guerra e seus relatos. São Paulo: Editora Angellara, 2004, p. 159.
[21] FACCHINETTI, Luciana. op. cit.

fim, assim como os Acordos bilaterais entre países foram soluções utilizadas e que vieram ao encontro das necessidades de mão de obra qualificada por parte do Brasil.

Assim, o Acordo de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado no Rio de Janeiro, a 05/07/1950, previa a emigração de italianos para o Brasil, acompanhados ou não de suas famílias, quer sob a forma de migração espontânea baseada na carta de chamada familiar ou em oferta de trabalho, quer sob a forma de transferência de sociedades, de cooperativas ou de grupos de trabalho condicionada à aprovação pelas autoridades brasileiras e italianas. Previa-se também, recrutamento e seleção para núcleos coloniais. As atividades profissionais eram agrupadas em três categorias: 1) regime de trabalho agropecuário; 2) regime de trabalho por conta própria (artesanato ou outro regime de trabalho); e 3) regime de trabalho assalariado, ou sob outras formas de remuneração, para trabalhadores agrícolas, industriais e operários sob a proteção e assistência da Legislação Trabalhista. Foram também aprovadas as remessas para a Itália, mas havia aspectos bastante problemáticos na execução plena desse acordo. Segundo La Cava[22] o acordo voltava-se para a imigração rural, numa época em que o setor agrícola brasileiro passava por forte competição dos produtos asiáticos e africanos.

Assim, os dois países assinam novo Acordo em 1960, que embora oferecesse maiores vantagens aos imigrantes do que o de 1950, não teve o efeito de assegurar um fluxo continuado de imigrantes italianos. Essas oscilações e a melhora da economia italiana, explicam os índices de entrada que se verificaram acima, concentrados entre os anos de 1952 e 1962. Além disso, a atuação do CIME depois de 1951 recrutando e selecionando emigrantes dentro da Itália, além de promover cursos profissionalizantes dentro e fora da Itália, concorreu em muito para as entradas durante esse período. A emigração para o Brasil podia ser dirigida ou espontânea, valendo-se ambas, da colaboração e assistência do CIME ou de outros organismos previamente acordados.

A emigração dirigida compreendia, entre outras, as seguintes categorias:

a) técnicos, artesãos, operários especializados e profissionais qualificados e semi-qualificados;
b) unidades de produção ou empresas de caráter industrial ou técnico de interesse do Brasil;
c) agricultores, técnicos especializados em indústrias rurais e atividades acessórias, operários agro-pecuários, lavradores, criadores e camponeses em geral, desejosos de se estabelecer como proprietário ou não; associações e cooperativas de agricultores; familiares que acompanhassem os emigrantes ou que fossem chamados pelos já aqui residentes.

Além disso, o Acordo previa a autorização de exportação de uma série de bens pertencentes aos imigrantes, como instrumentos de trabalho, bicicletas, máquinas de malharia, equipamentos agrícolas, inclusive tratores e maquinas de beneficiamento, etc., além da isenção de impostos.

Apesar das diversas clausulas do Acordo, prevendo as condições de recrutamento e seleção pelas autoridades italianas e brasileiras, embarque e transporte, a cargo do Governo italiano, com auxilio do CIME, recepção, encaminhamento e colocação pelo Governo brasileiro, além da concessão de facilidades na organização de associações assistenciais etc., as entradas de imigrantes italianos tendem a decrescer, em decorrência da retomada da economia italiana, por um lado, e de outro a aceleração das migrações internas no Brasil, com a tendência a proteger o trabalhador nacional.

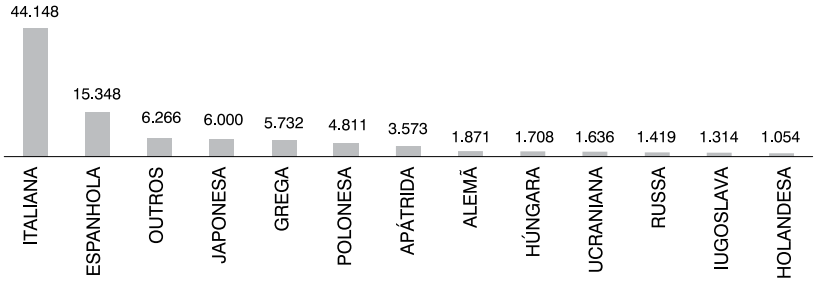
[22] LA CAVA, 1999 apud FACCHINETTI, Luciana. op. cit.

Perfil dos imigrantes entrados no Pós-Segunda Guerra

O presente artigo pauta-se pela análise de 99.659 registros de ingressos de imigrantes inseridos em um banco de dados *Access*, que consolida campos de diferentes tipos de documentos de um mesmo imigrante. Convém ressaltar as dificuldades no tratamento dessas informações, advindas de discrepâncias presentes na documentação original, tais como datas, gênero, idade, nomes de localidades, dados incompletos, ausência de identificação do ano de ingresso ou registros anteriores a 1947 ou posteriores a 1980 (o que foi considerado como erro de preenchimento do documento ou da digitação).

A abordagem do campo nacionalidade resultou na identificação de 74 diferentes nacionalidades, com precisão do ano de ingresso de 97.058 imigrantes (97,4%), dado que se reduz a 52.393 (52,57%) se não forem considerados os parentes e demais acompanhantes (como agregados, primos de parentes etc.). Veja-se a seguir o gráfico com as principais nacionalidades entradas entre 1946 a 1980.

GRÁFICO 1. Principais nacionalidades



Fonte: Banco de dados.

No gráfico 1 foram contempladas apenas as que apresentaram pelo menos 1% de repetição, verifica-se o predomínio da nacionalidade italiana (44%) e da espanhola (15%); a grega e a japonesa (6% cada) apresentam cifras aproximadas; seguem-se a polonesa (5%), a alemã e a húngara (2% cada), a russa, iugoslava e holandesa (1% cada). Como outros (6%), registram-se 66 nacionalidades e como apátridas (4%), contam-se, sobretudo, aquelas referentes a imigrantes entrados como refugiados, no período de 1947 a 1949. Observa-se a seguir o movimento das principais nacionalidades desse período na tabela 1.

No caso dos italianos, objeto desse estudo, para o período, relacionam-se 43.502 ingressos (98,5%) e as maiores entradas registraram-se nos anos 1951 a 1960, com 39.889 italianos, o que corresponde a 90,3% do total, cujo auge ocorre no ano de 1954, com 8.792 entradas. Trento[23] afirma ser 1961 o de maior movimento, todavia, isso não se verifica com relação aos ingressos na Hospedaria, visto que existem apenas 1.262 registros nesse ano. A redução dos ingressos se acentua nos anos subsequentes, 813 em 1962, 230 em 1963 e 36 em 1964, após esse período o ano de maior registro corre em 1967, com 163 italianos.

[23] TRENTO, A. op. cit., p. 414.

TABELA 1. Principais nacionalidades ingressantes no Brasil de 1946 a 1980

Período	Italiana	Espanhola	Japonesa	Grega	Polonesa	Sem ident.	Apátrida
1947 - 1950	269	17	11	47	4 716	3 399	1 538
1951 - 1955	27 592	175	1 239	1 870	2	80	1 361
1956 - 1960	12 297	5 487	1 184	2 547	14	172	405
1961 - 1965	2 400	8 335	1 062	1 158	14	174	202
1966 - 1970	656	646	714	3	0	173	2
1971 - 1975	171	303	967	1	1	456	1
1976 - 1980	117	75	665	0	1	176	0
Sem identificação	646	310	158	106	63	149	64
Identificado	43 502	15 038	5 842	5 626	4 748	4 630	3 509
Total	44 148	15 348	6 000	5 732	4 811	4 779	3 573

Fonte: Banco de dados.

Trento[24] estima o ingresso de 112 mil imigrantes europeus no Brasil com recursos do CIME. De um universo de 71.711 apontamentos identificados na Hospedaria com recursos advindos do Comitê, durante o período 1952 a 1978 constatam-se 69.380 imigrantes, desses 43.212 eram italianos, 14.897 espanhóis, 5.696 gregos, 1.148 alemães entre outros.

Constatam-se 16.764 imigrantes que contaram com recursos do IRO durante o período 1947 a 1949[25]. Considerando-se o seu agrupamento por nacionalidade temos: polonesa (28%), ucraniana (10%), apátrida (9%), húngara e iugoslava (7% cada), russa (6%), letã (4%), lituana (3%), checoslovena e romena (2% cada), estoniana e armênia (1% cada), ao que se ressalva que 20% dos registros encontram-se sem identificação da nacionalidade. Trata-se do reassentamento de famílias inteiras, cujos chefes de família foram selecionados para trabalhar no Brasil.

Andrade[26] estima o ingresso de 29 mil refugiados ou deslocados de guerra de 1947 a 1952 (ano do fechamento do escritório da IRO no Rio de Janeiro), se considerarmos o total de registros (17.066) presentes no banco de dados, temos que a Hospedaria recebeu 59% dos que se dirigiram ao Brasil. Paiva (2000), por sua vez, aponta um total de 19.685 entradas de refugiados no Brasil até 1949.

Espanhóis

Verifica-se que 13.822 espanhóis ingressaram no Brasil durante o período 1956 a 1965, o que corresponde a 90% do total de entradas dessa nacionalidade, mas percebe-se um movimento distinto ao italiano, pois o ano de maior ingresso ocorre em 1961 (em razão, provavelmente, do Acordo Brasil Espanha, assinado em 1960). A partir de 1965 ocorre redução para 101 espanhóis, e um pequeno crescimento em 1970, com 187 imigrantes, o que pode ser relacionado à tardia retomada do crescimento da economia espanhola no Pós-Segunda Guerra, visto que ficou prejudicada pela exclusão da Espanha do Plano Marshall.

[24] TRENTO, A. op. cit., p. 414.
[25] Andrade (2005) destaca que o governo do Estado de São Paulo tentou estabelecer um acordo com a OIR em 1947 para receber cerca de 5 mil famílias, o que corresponderia a 25 mil pessoas, o que não se efetivou.
[26] ANDRADE, J. H. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). Política Internacional , ano 48, n.1, p. 60-96, 2005.

Japoneses

Ao longo do período analisado (1947 a 1980) percebe-se a constância do movimento, com ingressos significativos em 1954 (568), e em 1971 (10) e em 1979 (12) observam-se quedas significativas. O caso japonês é um dos mais significativos no que se refere à entrada de técnicos para as indústrias paulistas e imigrantes para a agricultura, 5.999 pessoas contaram com o apoio da JAMIC, cujas famílias absorveram 32% dos recursos.

Gregos

O movimento imigratório da nacionalidade grega se assemelha ao da italiana ao que se refere ao período de maior ingresso, cujo auge corresponde ao ano de 1954, com 727 entradas. Ocorre um pequeno decréscimo e novo incremento em 1957, com 660 gregos, totalizando, durante o período 1951 a 1960, 4.417 gregos (77%). Os cinco anos subsequentes (1961 a 1965) também apresentam movimento significativo, com 1.158 entradas (20,2%), findo o qual tende a zero.

Poloneses e apátridas

O ingresso de 4.811 poloneses ocorre, sobretudo, durante os anos 1947 a 1950, quando 4.694 imigrantes contaram com patrocínio da OIR (28%), que repatriou ou colocou 16.764 refugiados de guerra no Brasil provenientes, sobretudo, dos países do Leste Europeu.

Do total de 3.573 apátridas que ingressaram no país, 2.899 referem-se ao período 1947 a 1955, o que corresponde a 81% do total. Durante os anos 1947 a 1949, ocorrem 1.525 entradas com recursos da OIR e a partir de 1952 o CIME auxiliou a imigração de 618 apátridas (17,3%), ressaltando-se que se desconhece a origem dos recursos que custeou a vinda de 1.391 pessoas (39%).

Alemães, húngaros e ucranianos

Com relação aos grupos que registraram 2% no conjunto, destacam-se os alemães (1.636), húngaros (1.871) e ucranianos (1.707). A entrada dos alemães se intensifica nos anos 1966 a 1975, o que corresponde a 762 imigrantes e a 46,6% do total de entradas dessa nacionalidade. Para a nacionalidade húngara registram-se três ingressos significativos, em 1948 (304), 1949 (848) e 1957 (414), o que corresponde a 83,7% do total; contaram com apoio do IRO (1.157) e do CIME (325). Por sua vez, os ucranianos ingressaram apenas no período 1947 a 1949, o que totaliza 95% dos registros, sendo que 1.619 com recursos do IRO.

Trajetórias migratórias

As principais organizações internacionais a promoverem a assistência aos desejosos de emigrar para o Brasil identificadas no banco foram o CIME (54%), a OIR (18%) e a JAMIC (3%). A documentação também aponta que para 18.890 imigrantes (19%) não há registros do fomento e que 2% vieram com seus próprios recursos. Facchinetti[27] destaca que além dos subsídios internacionais, a empresa contratadora também custeava a passagem

[27] FACCHINETTI, Luciana. op. cit

Uma vez no Brasil, foram atendidos, sobretudo, pelo Escritório Oficial de Imigração e Colonização - EOIC (86%), pelo Departamento de Amparo e Integração Social - DAIS (7%), Diretoria de Terras, Minas e Colonização - DTCM (1%) e o Departamento de Imigração e Colonização - DIC (6%). Foram declarados ainda a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração – DTCI (12) e o Serviço de Imigração e Colonização – SIC (3).

Perfil e composição do grupo italiano

Como foi observado acima, a partir da seleção dos 44.148 imigrantes que declararam nacionalidade italiana foi criada uma planilha em ***excell*** para a contabilização das ocorrências dos campos já mencionados.

Verifica-se que se dirigiram ao Brasil predominantemente por transporte marítimo, 25.428 homens e 18.564 mulheres, cujo ano de maior ingresso corresponde a 1954, totalizando 8.787 entradas (20,2%).

Segundo Facchinetti[28], nessa época as embarcações possuíam compartimentos separados com camas, banheiros, chuveiros, para garantir a higiene e evitar epidemias". A viagem demorava cerca de 20 a 30 dias e os "navios traziam imigrantes de diversas nacionalidades"[29] .

Das 10.756 mulheres que acompanharam o viajante principal, 2.714 são esposas, 6.411 filhas, 598 irmãs, 208 cunhadas, 187 mães, 139 noras, 116 sobrinhas, 95 netas, 45 primas, 23 sogras, 17 agregadas, 9 enteadas, 8 tias, 3 madrastas, 1 filha adotiva, 1 avó, 1 afilhada e 241 que não identificaram o vínculo. Das 7.680 registradas como imigrante principal, 3.722 mulheres declararam-se chefe de família, 2 filhas, 1 esposa e as demais 4.014 nada identificaram. Segundo Facchinetti[30] "os homens vinham sozinhos, mas as mulheres não viajavam desacompanhadas".

Destaque-se que muitas famílias se recompuseram posteriormente, segundo Trento[31], em virtude da ausência de vagas nas embarcações para os acompanhantes. Mesmo mulheres e filhos viriam se reunir com o restante da família na medida em que conseguiam a autorização de suas solicitações junto ao CIME. Nesse sentido, identificaram-se 1.169 casos: 250 esposas chamadas por seus maridos, 8 maridos demandados pelas esposas, 81 pais chamados pelos filhos, 9 filhos requeridos pela mãe, 151 por seus cunhados, 20 por parte dos sogros, 8 por parte dos genros, 247 pelos irmãos, 154 por primos, 8 por sobrinhos, 145 pelos tios, 1 pelo avô, 6 por parentes e 81 filhos chamados pelos pais.

Ressalta-se, no entanto, que nem todos os acompanhantes se dirigiram à Hospedaria, pois o familiar ou amigo que demandara aquele que vinha por ato de chamada, custeava a passagem e se encaminhava ao porto para buscá-lo. O ato de chamada era realizado por parente ou amigo que se responsabilizava pelo imigrante, e consistia da oferta de emprego e/ou de endereço de moradia. Quando vinham por conta do CIME "este se encarregava de arranjar-lhe um emprego e os abrigava nas hospedarias de imigrantes[32].

Trento[33] aponta o incentivo à emigração de homens desacompanhados, com idade variando entre 25 a 40 anos.

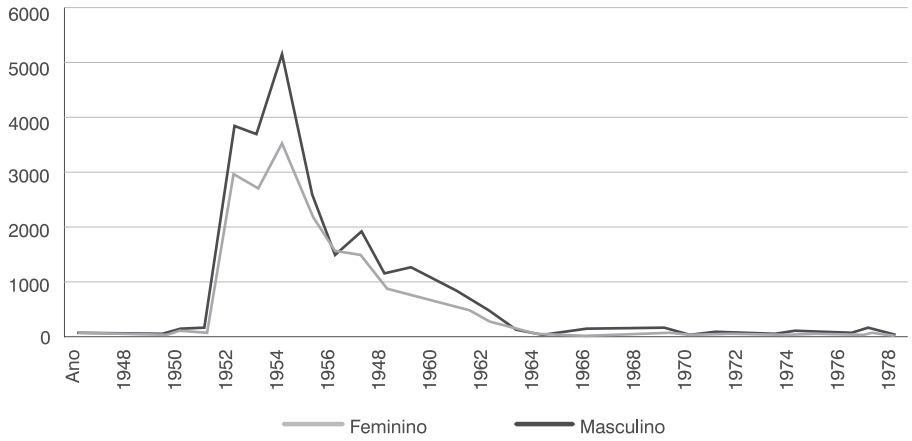
> Para evitar previsíveis decepções e conseqüentes problemas *in loco,* o CIME estabeleceu só admitir trabalhadores com uma qualificação para a qual era prevista, no Brasil, uma

[28] FACCHINETTI, Luciana. op. cit., p. 108.
[29] FACCHINETTI, Luciana. op. cit., p. 109.
[30] FACCHINETTI, Luciana. op. cit., p. 110.
[31] TRENTO, A. op. cit.
[32] FACCHINETTI, Luciana. op. cit., p. 112.
[33] TRENTO, A. op. cit., p. 416.

remuneração mensal de 2.500 cruzeiros, nos centros urbanos maiores, e de 2.300 nas cidades menores. Em todo caso, os que pertencessem a categorias profissionais cujo salário variava dos 2.300 aos 4.000 cruzeiros só podiam partir se fossem solteiros; só os emigrantes para os quais eram previstas remunerações superiores a 4.000 cruzeiros eram aceitos, se casados e com filhos.

O gráfico de ingresso anual revela esse predomínio masculino (25.005 – 57,6%), e apenas em 1956 o número de mulheres (1.582) é superior ao de homens (1.483).

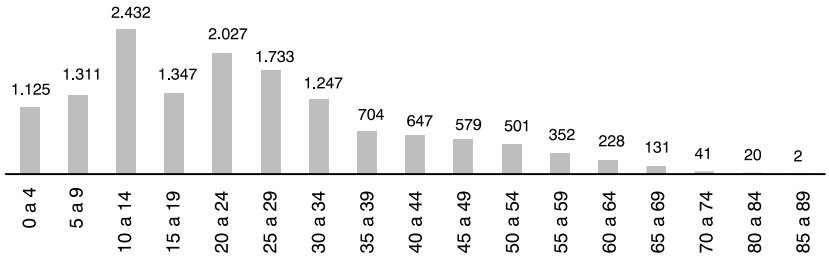
GRÁFICO 2. Composição da nacionalidade italiana por sexo: ingresso anual



Fonte: Banco de dados.

Destaque-se o equilíbrio no número de homens e mulheres, se considerados no conjunto, de 0 a 14 anos e a partir dos 40 anos. A faixa etária 20 a 24 anos é a mais numerosa no gênero masculino (4.088), enquanto para as mulheres, corresponde dos 10 aos 14 anos (2.432).

GRÁFICO 3. Sexo feminino: faixa etária

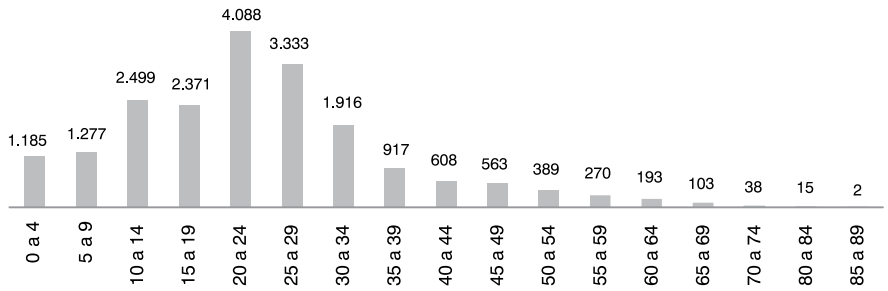


Fonte: Banco de dados.

Os dados reunidos nos gráficos 3 e 4 referem-se à idade declarada no documento. Salienta-se, no entanto, que contempla erros e omissões, pois foram transcritos e contabilizados tal como se apresentavam. Segundo Facchinetti[34], "eram em sua maioria, jovens de ambos os sexos, solteiros visto que a grande demanda era pelo imigrante jovem, com habilidades técnicas" mas os dados revelam certo equilíbrio do estado conjugal.

[34] FACCHINETTI, Luciana. op. cit., p. 115.

GRÁFICO 4. Sexo masculino: faixa etária



Fonte: Banco de dados.

Ingressaram 43.212 italianos com o apoio do CIME, durante o período 1952 a 1978 e com os recursos do IRO foram introduzidos 20 italianos durante os anos 1947 a 1949. Com recursos do HIAS quantificam-se 10, oriundos predominantemente do Egito (7).

A tabela 2 revela o número de mulheres (5.147) e homens casados (6.914), o que permite inferir que as mulheres ou estavam acompanhadas pelos maridos ou vinham encontrá- los, recompondo os laços familiares. Nota-se a preponderância de homens solteiros (38,28%) e, ao que se refere aos viúvos, o número de mulheres (472) supera o de homens (98).

TABELA 2. Estado conjugal

Estado conjugal	Masculino	%	Feminino	%
Casado	6.914	28	5.147	21
Desquitado	14		1	
Divorciado	3		1	
Sem identificação	563	2	58	
Solteiro	9.522	38	2.080	8
Viúvo	98		472	2
Total	17.114	69	7.759	31

Fonte: Banco de dados.

A maioria dos italianos (57%) embarcou acompanhada por uma (21%), duas (15%), três (9%), quatro (5%), cinco (3%) e seis (2%) pessoas, com incidência de 1% para aquelas compostas por sete e oito integrantes. A título de exemplificação, destaca-se a família do agricultor Giovanni Boaretto (60 anos), de Rovigo que veio acompanhado por sua esposa, Erminia Masiero (60 anos), os três filhos casados Giuseppe (32 anos), Pietro (29 anos), Umberto (26 anos) e respectivas esposas, Ginetta (28 anos), Gugliemina (24 anos) e Elsa (30 anos), e nove netos, todos com idades inferiores a 9 anos, e duas filhas: Maria (22 anos) e Teresa (20 anos). Desembarcados em Santos, o destino dessa família foi a Fazenda Santo Antonio, de Custodio Caldeira, localizada em Pirajuí, no interior de São Paulo.

TABELA 3. Composição das famílias

Número de acompanhantes	Total de famílias	Número de acompanhantes	Total de famílias
0	5.598	9	62
1	2.756	10	25
2	1.944	11	11
3	1.189	12	10
4	650	13	7
5	361	14	5
6	256	15	2
7	152	17	1
8	98	18	1

Fonte: Banco de dados.

A análise do campo posição na família do imigrante ficou comprometida em virtude da grande incidência de não identificados (41% dos italianos). Observam-se 30% registrados como filhos, 6% como esposas, 4% como irmãos e 17% como chefes de família.

TABELA 4. Caracterização das famílias

Posição na família	Número	Posição na família	Número
Afilhada	1	Madrasta	3
Agregado (A)	53	Mãe	187
Avó	1	Marido	8
Chefe	7.469	Não definido	17.881
Cunhada	209	Neto (a)	192
Cunhado	117	Nora	139
Enteada	9	Padrasto	1
Enteado	14	Pai	38
Esposa	2.719	Primo (a)	187
Esposo	11	Primo do enteado	1
Filho(a) Adotivo(a)	2	Sobrinho(a)	310
Filho(a)	13.318	Sogro(a)	25
Genro	22	Tia	8
Irmão(ã)	1.221	Tutelado	1

Fonte: Banco de dados.

Procedência

Os campos província e região de origem indicaram 18.712 imigrantes, 25% dos quais não tinham registro. Tais informações foram sistematizadas revelando a seguinte concentração por região: Campania (4.480), Calabria (2.632), Sicilia (1.680), Lazio (1.451), Abruzzo (1.280), Puglia (1.150), Veneto (1.133), Molise (1.046), Basilicata (793), Lombardia (670), Toscana (648), Emilia-Romagna (532), Friuli-Venezia Giulia (247), Umbria (205), Marche (198), Piemonte (192), Liguria (165), Sardegna (132), Trentino Alto Adige (72) e Valle D'aosta (6).

Seguiu-se a elaboração do mapa com o programa *ArcGIS 9.0* e cada conjunto de 5 indivíduos foi convertido em um ponto. Os pontos foram inseridos sobre uma base cartográfica[35] digital da Itália e revelam que a principal origem desses emigrantes são, sobretudo, as regiões meridionais da Itália.

Por sua vez, a trajetória no Brasil foi revelada pela declaração da localização do destino de 6.746 imigrantes (27%) por meio da localização da empresa contratante. Nesse sentido o Estado de São Paulo concentrou 6.618 ocorrências, o Rio Grande do Sul 61, Paraná 35, Minas Gerais 17, Goiás 11, Santa Catarina 2 e Bahia uma única referência.

A título de exemplificação a tabela 5 reúne a localização das empresas contratadoras paulistas por região e se observa que 99% das empresas desse Estado foram identificadas. A Região Metropolitana de São Paulo constitui a maior ocorrência, com 5.688 repetições.

[35] ESRI, 2004; Itália: VDS Technologies, 2009.

MAPA 1. Emigrantes italianos por região (1940 a 1980)

Bases Cartográficas: Word: ESRI, 2004. Italia: VDS Technologies, 2009. Organização: Gilberto Back e Sênia Regina Bastos, 2010.

TABELA 5. Municípios paulistas das empresas contratadoras

Região	Total
Metropolitana de São Paulo	5.688
Administrativa de Marília	294
Administrativa de Campinas	198
Administrativa de Bauru	119
Administrativa de Sorocaba	116
Administrativa de São José Do Rio Preto	44
Administrativa de São José Dos Campos	37
Administrativa Central	28
Administrativa de Ribeirão Preto	28
Administrativa de Registro	6
Metropolitana da Baixada Santista	5
Administrativa de Araçatuba	3
Administrativa de Franca	2
Administrativa de Presidente Prudente	2
Total	6.570

Fonte: Banco de dados.

Dos 2.880 italianos que se declararam agricultores não foram identificados os destinos de 1.476 pessoas, os demais dirigiram-se para 89 destinos, concentrando-se, sobretudo, na Região Sudeste (São Paulo – 1.364 e Minas Gerais – 12) embora encontrem-se ainda referências ao Sul (Paraná – 14 e Rio Grande do Sul – 10) e ao Centro Oeste (Goiás – 4) do país. Dos 1.364 imigrantes reunidos no Estado de São Paulo, constam-se os destinos de 1.338 pessoas, concentradas, sobretudo na Região Metropolitana de São Paulo (772) como se observa na tabela 7.

TABELA 6. Municípios paulistas dos contratadores de agricultores

Região	Total
Metropolitana de São Paulo	772
Administrativa de Marília	243
Administrativa de Bauru	111
Administrativa de Campinas	77
Administrativa de Sorocaba	59
Administrativa de São José Do Rio Preto	36
Administrativa Central	22
Administrativa de Ribeirão Preto	13
Administrativa de Araçatuba	3
Administrativa de São José Dos Campos	2
Total	1.338

Fonte: Banco de dados.

Ressalta-se a Região Administrativa de Marília (tabela 6) onde se localiza o empreendimento da Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana, em Pedrinhas, com 111 imigrantes que para lá se dirigiram (essa quantificação exclui os acompanhantes).

Pereira[36] aponta que esse núcleo colonial formado por imigrantes italianos do Pós-Segunda Guerra, teve no seu primeiro ano de funcionamento a instalação de 41 famílias em uma área de 3.565 ha. Planejado por especialistas em colonização agrícola, sua implantação foi precedida por análises do clima, das condições econômicas e agrárias, civis e sociais. Durante o período 1963 a 1977 Pedrinhas recebeu 236 grupos familiares, desses 129 ali permaneceram e 109 deixaram a colônia.

A natureza da mão de obra

Observa-se que das 318 diferentes ocupações declaradas, acrescentam-se estudantes (375), aposentados (117), prendas domésticas (6.448), e 909 pessoas que não identificaram a modalidade de sua ocupação. A tabela 7 comporta as profissões declaradas e revela as dificuldades de tratamento desse campo, dada a diversidade de especializações: operário – 32 especialidades, mecânico – 50, ajustador – 20, torneiro – 7, carpinteiro – 10, eletricista – 14, aprendiz – 39, soldador – 4, desenhista – 24 e técnico – 77.

Estima-se que 16 profissões exigiram a realização de curso superior, ao que se sobressai o número de engenheiros (612) e químicos (24); em menor número, físicos (8), agrônomos (5), geólogos (3) e médicos (2) e com apenas um registro, biólogo, ciências agrárias, ciências biológicas, hidrólogo-geólogo, jornalista, letras, ortopedista, repórter e veterinário. Acrescentam-

[36] PEREIRA, João Baptista Borges. Italianos no mundo rural paulista. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2002

se 10 italianos que apresentaram titulação como doutor em Química (5), Física (2), Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Letras Clássicas.

TABELA 7. Principais profissões

Profissão	Total	Profissão	Total
Operário	3.663	Eletricista	349
Agricultor	2.880	Sapateiro	347
Mecânico	1.117	Aprendiz	302
Pedreiro	827	Soldador	277
Engenheiro	612	Alfaiate	262
Ajustador	610	Desenhista	252
Marceneiro	587	Técnico	243
Torneiro	475	Costureiro	235
Carpinteiro	364		

Fonte: Banco de dados.

A atuação dos engenheiros revela 40 diferentes especialidades: agrônomo (2), civil (4), fabricação (1), de minas e metalurgia (1), eletricista (12), eletromecânico (1), eletrônico (12), eletrônico nuclear (1), eletrotécnico (16), especialista em cálculos de grandes estruturas (1), hidráulico (6), industrial (1), industrial mecânico (2), mecânico (48), mecânico hidráulico (1), nuclear (1), químico (10), têxtil (1) e técnicos (479).

Tais dados revelam a diversificação do parque industrial brasileiro, com 929 indústrias declaradas, e indicam a contratação tanto de trabalhadores com curso superior quanto para a linha de produção. Há que se destacar também a área de construção civil (191 diferentes contratadores), que empregou grande número de trabalhadores para o setor. Ressalte-se que as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo S/A contratou 1.017 italianos, constituindo a maior contratadora desse contexto, além de empresas de origem italianas aqui instaladas, tal como Pirelli S.A, responsável pela vinda de 37 italianos.

Este estudo, consistiu num esforço inicial de análise dos dados que compõem o banco organizado por Salles, Sakurai e Paiva[37], e disponível junto ao Memorial do Imigrante/SP, focalizando as entradas de imigrantes italianos no Pós Segunda Guerra Mundial, a partir dos Acordos Brasil-Itália, de 1950 e 1960, este último, cancelado em 1963, a partir do que, as entradas tendem a cair sensivelmente.

A análise permitiu a visualização de um perfil do grupo, composto por 44.148 imigrantes de nacionalidade italiana, além de evidenciar algumas características próprias à imigração do período, que recebeu uma mão de obra mais qualificada, em resposta às demandas do mercado de trabalho paulista (capital e interior). Evidentemente, essa análise poderá ser enriquecida na medida em que outros grupos forem focalizados, permitindo assim, abordagens comparativas, sobretudo com as outras nacionalidades mais representativas do período. Ressalte-se, além disso, a importância em se destacar alguns subperíodos, dentro desse mais longo, constituído pelos anos de 1947-1980. O curto período, por exemplo, de 1947 a 1949, que marca a maior concentração de entradas de refugiados de guerra, provenientes dos campos da Alemanha e da Áustria, é extremamente rico para a história da imigração e da história urbana da cidade de São

[37] SAKURAI, Celia; SALLES, Maria do Rosário R., PAIVA, Odair. Guia do Banco de Dados. Relatório Cientifico, São Paulo: FAPESP, 2008

Paulo, além dos períodos posteriores cujas entradas se deveram ao CIME e aos Acordos entre o Brasil e países europeus e o Japão.

No caso dos italianos, os dados apontaram numa clara direção à cidade de São Paulo, além de uma concentração em determinadas profissões que indicam especialidades técnicas. Outro dado importante, é revelado pela origem, das regiões meridionais da Itália, em virtude, sobretudo, das condições da economia italiana no Pós-Segunda Guerra. Há também, quanto ao destino no Brasil, além da concentração na Região Metropolitana, uma concentração significativa em algumas regiões no interior do estado, em função das demandas das empresas empregadoras. Observou-se que as grandes empresas recrutavam trabalhadores diretamente na Itália, e que um dos maiores empregadores de imigrantes italianos foi a IRFM, da família Matarazzo.

Referências

ABREU, Marcelo P. (org.). A ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana: 1889-1989. 10a Ed., Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

Acordo de Imigração entre a Itália e o Brasil In: Boletim do Departamento de Imigração e Colonização. n. 5, 1950.

ANDRADE, J. H. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). Política Internacional , ano 48, n.1, p. 60-96, 2005.

AMBROSI, Eugenio. Geopolítica e economia mundial no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: SAKURAI, Celia; SALLES, Maria do Rosario; PAIVA, Odair (org.). Migrações Pós Segunda Guerra Mundial. Série Reflexões, São Paulo: Memorial do Imigrante/Fapesp. Editora DL D´Livros, 2009.

BAGANHA, Maria I. B., Principais características e tendências da emigração portuguesa. In:Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Associação Portuguesa de Sociologia, Fragmentos, 1993.

BASSANEZI, M. Sílvia B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico". In:PATARRA, Neide (coord.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. 2a. Ed., São Paulo, FNUAP, v. 1, 1995.

DIC. Legislação Imigratória. Boletim do Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, n. 7, dez. 1952.

CICM. Fourth International Catholic Migration Congress, Information Center of the International Catholic Migration Comission, Genève, Suisse, Otawa, Canada, 1960. FACCHINETTI, L. O imigrante italiano o Segundo pós-guerra e seus relatos. São Paulo: Editora Angellara, 2004.

HOBSBAWN, E. A era dos extremos: o breve século XX- 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LA CAVA, Glória. As origens da emigração italiana para a América Latina após a Segunda Guerra Mundial. Novos Cadernos II. São Paulo, Instituto Italiano de Cultura, p. 49-77, 1988. LEVY, Maria Stela. O papel da migração interncaional na evolução da população brasileira 1872-1972. Revista de Saúde Pública, São Paulo, n.8, 1974.

PEREIRA, João Baptista Borges. Italianos no mundo rural paulista. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SAKURAI, Celia; SALLES, Maria do Rosário R., PAIVA, Odair. Guia do Banco de Dados. Relatório Cientifico, São Paulo: FAPESP, 2008.

PAIVA, Odair. Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950. Apontamentos. Revista Travessia. Ano XIII, no. 37, maio-agosto, 2000.

SILVA, Celso A de Souza. O Brasil e os organismos internacionais para as migrações.Revista Brasileira de Política internacional RBPI, n. 2, 1997.

TRENTO, A. Do outro lado do Atlântivco. Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

Acordos

Acordo de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália. Assinado no Rio de Janeiro a 05/07/1950. Aprovado pelo Decreto Legislativo n. 28, de 22/08/1951, publicado no Diário Oficial de 08/09/1951. Ratificações a 28/04/1952. Promulgado pelo Decreto n. 30.824, de 07/05/1952, publicado no Diário Oficial de 16/05/1952. Ministério das Relações Exteriores. Coleção de Atos Internacionais n. 299. Serviço de Publicação.

Acordo Brasil Itália. Coleção de Atos Internacionais n. 499. Firmado em Roma a 09/12/1960. Acordo Brasil Espanha. Coleção de Atos Internacionais n. 511. Assinado em Madri a 27/02/1960. Ministério das Relações Exteriores. Seção de Publicações, 1967.

Convenção relativa ao estatuto dos refugiados. **Coleção de Atos Internacionais**, n. 472, Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

Decreto Lei n. 7.967 de 18/09/1945. Coleção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil. Atos do Poder Executivo v. 7, outubro/dezembro de 1945, p.378-390. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Boletim do Departamento de Imigração e Colonização n.7. Brasil. São Paulo, DIC, 1952. Senado Federal. Lei n. 2.163, de 05/01/1954. Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providencias. Disponível em <http://wwwt.senado.gov.br> acesso em 04/09/03.

MUSEUS E MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO: EMBATES ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Odair da Cruz Paiva

> A memória está em voga não só como tema de estudo entre especialistas. Também a memória como suporte dos processos de identidade e reivindicações respectivas está na ordem do dia. Estado (principalmente por intermédio de organismos documentais e de proteção ao patrimônio cultural), entidades privadas, empresas, imprensa, partidos políticos, movimentos sociais, de minorias e marginalizados, associações de bairros, escolas e assim por diante, todos tem procurado destilar sua auto-imagem – mas raramente e com dificuldade a da sociedade como um todo. Palavras chave são *resgate, recuperação e preservação* – todas pressupondo uma essência frágil que necessita de cuidados especiais para não se deteriorar e não ou perder uma substância preexistente. (MENESES 1999:12)

A relação dos Museus com o tempo presente tem sido motivo para um sem número de preocupações, problemas e desafios; estes implicam reflexão e proposição de alternativas, mudanças de posturas e criação de práticas para a manutenção, renovação e vitalidade destas instituições. Os Museus emergem como territórios de preservação da memória e sempre em conexão com o seu tempo produtor. Isto implica numa dinâmica que é, ao mesmo tempo, positiva e negativa.

Em seu sentido positivo, os Museus são territórios de preservação da memória, cultura material e formas intangíveis do patrimônio cultural, cuja dinâmica do tempo tende, por um lado, a subsumir da paisagem e do vivido social; por outro lado, os Museus também são ***sujeitos*** que podem atribuir valor e importância a estes mesmos elementos, independentemente de sua condição de fragilidade – ou não – no contexto social.

Em seu sentido negativo, os Museus são territórios que *envelhecem*. Passadas algumas décadas ou mesmo alguns anos de sua fundação/formação, podem se tornar objetos de estranhamento por preservarem uma memória-história não mais reconhecida no presente. Originários de um passado *distante* estes territórios da memória tendem a expressar concepções e perspectivas que, potencialmente, podem ser desvalorizadas pelas novas gerações implicando

numa série de desafios aos Museus. Apenas como proposição para materializar um destes desafios: Como manter ***viva*** – quase um século depois - a representação de nosso passado *bandeirante* criada por Taunay no Museu Paulista?

O objetivo deste artigo é discutir alguns elementos atinentes à produção da memória sobre a imigração tendo como foco a criação do Museu da Imigração em São Paulo. Esta experiência – ainda em curso – coloca em discussão duas outras questões que lhe são constitutivas: os condicionantes da produção da memória coletiva e o percurso histórico da criação de uma memória sobre a imigração no país e em São Paulo.

Memória Coletiva e patrimonialização

Em estudo que se tornou referência sobre o tema da memória coletiva, (HALBWACHS, 2006) discute a relação entre a necessidade da estabilidade da paisagem para a manutenção de *instituintes* de memória partilhados por uma sociedade ou por um coletivo particular. Estes *instituintes* garantiriam a identidade (histórica, social, política, étnica, cultural) do grupo ao passo em que engendrariam a possibilidade de uma estabilidade do *corpo* social. Isto nos coloca frente a duas questões.

A primeira dela é compreendermos como – do ponto de vista da escola *durkhemiana* – a busca do equilíbrio social, a constituição de laços comuns dentro de uma comunidade e a tentativa de extirpar eventuais *anomias*, encontra na relação entre a memória e a preservação da paisagem seu elemento estruturante. Nessa perspectiva, as iniciativas de preservação guardam uma conotação conservadora e, portanto, positividades e negatividades. Em seu sentido positivo, a relação entre a memória e a estabilidade da paisagem revela a necessidade que temos de preservar remanescentes materiais do passado; eles nos informam sobre nossas origens e, potencialmente, nos permitem traçar linhas mais definidas entre o passado e o presente; sua existência nos conforta diante da efemeridade da vida.

A paisagem seria portadora de uma memória *em si* que se conecta com as memórias individuais auxiliando-as na compreensão de seu lugar na história da coletividade. Em seu sentido negativo, a estabilidade da paisagem mascara a existência de construtos de memória que se sobrepõem a outros vividos sociais. A memória *em si* da paisagem se conecta com as memórias individuais transformando o passado numa herança comum da qual todos partilhamos. Neste caso oculta-se outras memórias. Em ambos os casos a memória *em si* da paisagem é sempre uma construção e algo que não pode ser naturalizado, mesmo quando se trata da manutenção/ preservação de memórias subalternizadas.

Para Joel Candau,

> (...) a memória é acima de tudo uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição do mesmo "a memória é de fato mais um enquadramentos do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um estar aqui que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele (Pierre Nora). A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda sua integridade parece insustentável (Suzanne Kuchler) (CANDAU 2012:09).

A memória coletiva constituiu-se a partir de um ambiente pleno de positividades, negatividades e contradições. Segundo LE GOFF (1994:476)

> "(...) a memória coletiva não é só uma conquista, é também um instrumento de poder". Vários autores, dentre eles Joel Candau, discutem se de fato existe algo que podemos intitular como "memória coletiva"; para ele, a existência de "atos de memória coletiva" como

> "comemorações, construções de museus, narrativas, passeios dominicais em um cemitério(...) não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva". (CANDAU 2012: 35)

No cerne da discussão estão questões um tanto óbvias mas importantes. Le Goff nos alerta para uma dimensão da memória coletiva que a inscreve no quadro das contendas sociais. Neste ambiente, a memória coletiva perde sua aura de neutralidade já que inscrita no contexto da sociedade de classes. Na mesma perspectiva, Candau nos remete para a impossibilidade da sua universalidade e que sua inscrição na memória dos sujeitos é obra dos constantes atos de memória. Embora um tanto *desqualificadores* da memória coletiva, os elementos acima não negam sua necessidade nos contextos sociais.

Assim como não há verdades absolutas, mas sim, verdades parciais, provisórias e em construção (ou desconstrução) penso que a discussão sobre a memória coletiva possa trilhar o mesmo caminho. O binômio que compõe a noção de *memória coletiva* deve ser constantemente repensado, particularmente a ideia de *coletiva*. Quanto maior os coletivos, menor a possibilidade a aceitação e aderência de seus elementos constituintes nos corações e mentes dos sujeitos.

O fato da manutenção e construção constante de memórias partilhadas por grupos sociais de dimensões variadas não nega a existência de memórias coletivas. Para Dominique Poulot, "Um passado compartilhado em comum existe, mas grupos diferentes podem reivindicar uma parte dele, ou acentuarem um ou outro aspecto em particular, entre um tempo ritual, sem duração, e o tempo do mundo dominado pelo presente que passa" (POULOT, 2011:480).

As questões sobre a memória coletiva se conectam no presente às relacionadas à *patrimonialização*. Há um intenso debate em curso e este nos remete, à construção de *instituintes* de memória que procuram sua aceitação por conjuntos sociais mais amplos.

> O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva. Ao "dever" da memória, com sua recente tradução pública, o remorso, se teria acrescentado alguma coisa como a "ardente obrigação" do patrimônio, com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração. (HARTOG, 2006:266)

Para Hartog, há uma vaga patrimonial que entrou em sintonia com a memória ganhando em amplitude "(....) até tender para este limite que seria o "tudo patrimônio". Assim como se anuncia ou se reclama memórias de tudo, assim tudo seria patrimônio ou suscetível de tornar-se" (HARTOG, 2006:268).

Essa *vaga patrimonial* para Hartog, ou *vertigem patrimonial*, segundo Candau, revela mais sobre os dilemas do presente do que sobre o passado que se procura preservar. Ações quase obsessivas de preservação do passado escondem atitudes de recusa sobre o presente, suas transformações e suas potencialidades de futuro. Na recusa do vivido presente, inscrevem-se os desafios que nós temos que enfrentar para a construção/definição/revisão de nossas identidades e utopias.

Apegar-se obsessivamente à preservação do passado nos exime da reflexão sobre nossa atualidade, colocando-a num *continuum* que representa o que Hartog denomina como *presentismo*; a nossa utopia de futuro está na manutenção do presente e este marcado pela preservação do passado. Esta perspectiva, obviamente, entra em contradição com a dinâmica produtora da memória que, centrada nas questões do presente, atualiza-se a cada momento.

A relação entre a memória e os processos de *patrimonialização* gera uma tensão na medida em que a dinâmica do presente não pode ser moldada em sua plenitude pelo *campo da experiência*[1]; em outros termos, a tradição e os costumes que regraram as vidas das gerações

[1] Sobre esta expressão, ver: REIS, José Carlos. Tempo, História e Evasão. Campinas: Papuris, 1994.

pretéritas, mas também as memórias cristalizadas tem o potencial relativo em moldar o presente. Isto implica dizer que o novo sempre emerge na história, rivalizando com o passado e buscando sua inserção/inscrição na história.

Tratar esta tensão de maneira genérica é abrir o campo para muitas controvérsias. Penso que uma análise mais circunscrita sobre o caso do Memorial do Imigrante/Museu da Imigração na cidade de São Paulo pode ser um caminho possível para compreendermos como o complexo de questões que envolvem a memória coletiva e a *patrimolialização* estão presente naquele espaço; sua análise pressupõe, entretanto, uma breve digressão acerca de como a memória sobre a imigração foi sendo construída nas décadas que precederam a criação de um espaço dedicado à memória da imigração na cidade de São Paulo.

Historiografia da Imigração: apontamentos[2]

A partir dos anos 1940 e durante as décadas seguintes, os fluxos de entradas de estrangeiros no país apresentaram volumes bem abaixo daqueles que marcaram o período da Grande Imigração no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Um primeiro elemento para a reflexão acerca da construção de uma memória sobre a imigração pela historiografia reside no fato de que os estudos sobre o tema tiveram impulso justamente no período de refluxo da imigração para o país. Este descompasso entre o ***vivido*** da imigração e o seu ***concebido*** abriu um campo muito amplo de análises sobre os processos imigratórios no qual, várias dimensões destes foram exploradas por memorialistas, historiadores, antropólogos, economistas, sociólogos, demógrafos, etc.

A conferência de Giorgio Mortara no Instituto Ítalo Brasileiro em abril de 1946 é um bom exemplo para compreendermos o impacto que o refluxo da imigração provocou naquele presente. O diagnóstico de Mortara apontava para uma eminente extinção do grupo italiano em todo o país. Com base em estatísticas populacionais do IBGE, o autor chega a seguinte conclusão:

> Mais de 550.000 italianos emigraram para países estrangeiros no quadriênio 1946-49 e apenas 16.372 deles vieram para o Brasil, como consta dos seguintes dados do "Istituto Centrale di Statística" (...) Entretanto, o grupo italiano de São Paulo está condenado a uma rápida extinção, se não sobrevier uma enérgica afluência de novos imigrantes que lhe traga elementos em idade moça (...) a diminuição a ser esperada, aplicando-se as tábuas de sobrevivência para a Capital e Interior (...) (MORTARA, 1950: 331,326).

O refluxo da imigração para o Brasil produziu outras leituras; estudos realizados por (WILLEMS, 1946) nos anos 1940 e (SCHADEM, 1956) nos anos 1950 tiveram como centralidade o tema da aculturação dos imigrantes tanto no contexto rural quanto no contexto urbano. Estes trabalhos procuram marcar uma *história/memória* sobre um fenômeno social que tendia, para muitos, ao desaparecimento e apontavam para a necessidade da recuperação dos elementos *identitários*, culturais ou singulares destes antes de sua inexorável integração à comunidade nacional.

Percebe-se a partir dos anos 1940 a necessidade do resgate de um passado/história/memória da imigração que rapidamente era transformado naquele presente. Ao mesmo tempo,

[2] Vários dos apontamentos inscritos neste item fazem parte da pesquisa pós-doutorado intitulada: Migrações Internacionais para o Brasil. Representações (1947-1978), desenvolvida em 2010 no Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - sob a supervisão da Profa. Dra. Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi. Foram analisados 101 livros publicados no período 1947-1978 e privilegiadas obras cuja abordagem da imigração fosse o elemento central da análise.

a tentativa de compreender o papel e a inserção dos imigrantes e seus descendentes numa nova conjuntura marcada pela ausência da retroalimentação dos fluxos imigratórios.

Na década de 1950 houve um aumento do número de estudos sobre a imigração para o país. Começa a se definir com maior clareza algumas tendências. Em primeiro lugar, os trabalhos sobre a imigração alemã, italiana e japonesa concentram a maior parte das reflexões. Em segundo lugar – como previsível - as regiões meridionais do país surgem como espacialidade privilegiada. A cronologia destes estudos reflete, por sua vez, uma propensão ao resgate desses fluxos imigratórios a partir do início e meados do século XX. Trata-se de estudos de longa duração, já que em sua maioria percorrem um século ou mais de trajetórias de imigração.

Algumas obras buscam analisar o vivido de comunidades de imigrantes (GARDOLINSKI, 1959), seus processos de adaptação e mudança, ao mesmo tempo em que os estudos voltados para a compreensão da aculturação dos imigrantes são mais presentes. (D`AMARAL, 1950; MARTINS, 1955; SHADEN, 1956) A imigração passa a ser um fenômeno histórico – como apontado pela cronologia dos estudos - dado o seu declínio naquele tempo presente. Tanto em trabalhos mais centrados em nacionalidades específicas quanto em abordagens mais amplas (CORTES, 1958; DIEGUES JR, 1955), considerava-se a necessidade em se analisar um mundo em transformação; passados quase cem anos de imigração, é necessário um resgate de elementos primitivos e originais da inserção destes sujeitos e ao mesmo tempo suas transformações e mudanças.

Nesta década é expressiva a quantidade de trabalhos que abordam contextos rurais; algo como uma necessidade em se compreender a perda de elementos identitários da imigração dado o deslocamento dos sujeitos para contextos citadinos (AULICH, 1953). Também nesta década, os trabalhos sobre imigração apontavam para um duplo desafio: o resgate da memória e de elementos originais da inserção dos imigrantes e a compreensão sobre as transformações no vivido das gerações que lhe sucederam.

Nos anos 1960 nota-se um pequeno refluxo nos trabalhos sobre imigração nos estados do sul do Brasil e um aumento daqueles focados no estado de São Paulo. Surgem estudos que posteriormente tornar-se-ão referência, dentre eles, (BEIGUELMAN, 1969; FRANCO, 1968) De qualquer forma, o Brasil meridional permanece como espacialidade privilegiada.

Do ponto de vista cronológico, os estudos atualizam a questão da imigração para o tempo presente. É expressiva a quantidade de trabalhos cuja abordagem incorpora os anos 1940 a 1960. São onze trabalhos; estes representam 55% do total. Vale ressaltar que o período da grande imigração (final do século XIX aos anos 1920) está contemplado na maioria dos estudos, algo que também ocorreu na década anterior.

Na década 1970, os estudos sobre a imigração italiana para o Brasil ganharam relevância tendo em vista as comemorações de seu centenário em 1975 (ZAGONEL, 1975; MARQUES, 1978; FOCHESATTO, 1977; MANFROI , 1975); eles representam pouco mais de 30% das obras pesquisadas. Os temas e/ou abordagens são bastante variados. Encontramos trabalhos sobre a fonética da língua (BONATTI, 1974); escolas e integração social (BONILHA, 1970); igreja (BUSATTA , 1975); antropologia visual (COSTA, 1976); biografias (LORENZONI, 1975); culto aos mortos (FOCHESATTO, 1977), etc. Embora o centenário da imigração polonesa tenha ocorrido no mesmo período não encontramos obras que seguissem – em volume - a tendência do centenário da imigração italiana (STAWINSKI, 1977).

Os trabalhos sobre a imigração japonesa também foram expressivos. De certo modo, alguns ecos das comemorações dos 60 anos da imigração (1968) e da efeméride dos 70 anos incentivaram estudos sobre essa corrente imigratória. Percebe-se uma preocupação com sua

inserção no campo em detrimento de outros contextos espaciais como o meio urbano – ao contrário do que ocorreu na década anterior. Com menor expressão, a imigração alemã ocupa – no conjunto pesquisado – o terceiro lugar em volume dentre os estudos. Há nos anos 70 uma pequena redução do *universo* de nacionalidades se compararmos com a década anterior.

Durante quatro décadas, os estudos sobre a imigração para o Brasil produziram um panorama compreensivo importante para este processo. Estes trabalhos colocaram a imigração no plano dos processos pretéritos constitutivos de nossa história ao passo em que registraram uma variedade de elementos do vivido daqueles que imigraram para o país. Relação da imigração com a escravidão, cafeicultura e industrialização; os processos de fixação de imigrantes em pequenas comunidades rurais ou urbanas; religião; aspectos linguísticos; educação; festas; análises de correntes imigratórias específicas; memórias; vida de personalidades... As análises sobre a imigração foram produzidas num período de intensas transformações da sociedade brasileira, marcado pela urbanização, industrialização, migrações internas, transformações no panorama político e cultural.

A história da imigração foi erigida a partir de um presente cuja dinâmica distanciava-se rapidamente do contexto produtor da mesma. Este distanciamento induziu a construção de uma história/memória que marcaria as percepções sobre a imigração das gerações seguintes. O fato é que essa história/memória possuía uma disseminação difusa, na medida em que hibridou-se com outras memórias deste mesmo processo presentes – especialmente - no vivido dos imigrantes e seus descendentes.

Em outros termos, a *memória da imigração* estava (e ainda está) presente em vários espaços, ao sabor das percepções de vários agentes e informada a uma gama variada de condicionantes. Até os anos 1970, os agentes de memória eram plurais e a memória coletiva sobre a imigração ainda difusa, parcial, diversa.... Mas adiante, apontarei como a criação do Memorial do Imigrante em São Paulo foi um marco importante para a *materialização* da memória sobre a

imigração. Ao erigir-se como tal, o Memorial foi um auxiliar importante para fixar e difundir certos aspectos da memória sobre o processo imigratório enquanto que outros ficaram foram daquele *espaço de memória*.

O Museu da Imigração em São Paulo

> Nossa sociedade não teme mais submergir no passado, mas perdê-lo" Antoine Proust. Desembaraçar-nos dele se torna impossível, Destruí-lo, mais ainda. Encontramos aqui a função essencial exercida pelo Museu, que é salvaguardar o patrimônio de sua degradação física e do esquecimento, torná-lo imortal. É preciso então tudo "conservar", correndo o risco de desnaturalizar aquilo que pretendemos salvar (CANDAU, 2012:190)

Os Museus são veículos importantes para a inscrição de memórias na paisagem. Tradicionalmente, cabe a estes espaços a reunião, classificação e ordenamento de elementos materiais e intangíveis acerca da ação de sujeitos, comunidades, acontecimentos, e instituições. Os Museus de História cumprem a função de manter e preservar *instituintes* de memória cuja dinâmica do tempo presente relega, constantemente, ao passado ou ao esquecimento.

Não cabe aos Museus a proposição de reviver o passado; em seus discursos expositivos, o que temos é sempre a percepção do presente sobre o passado. Este dado coloca em questão as constantes releituras que fazemos da história, informadas pelas mudanças operadas no e pelo presente. No caso dos Museus, esta questão é bastante sensível já que implica no ***envelhecimento*** dos discursos expositivos e a necessidade de sua atualização.

A antiga Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, desativada de suas funções originais em 1978 depois de 90 anos de funcionamento, abrigou a partir de 1982 o Centro Histórico do Imigrante; alguns anos depois, foi sede do Memorial do Imigrante – inaugurado em 1998 e no presente momento está prestes a ser o edifício sede do novo Museu da Imigração. Este espaço é um bom exemplo das transformações pelas quais os espaços *musealizados* sofrem no transcurso de sua existência. A cada nova etapa, um novo discurso expositivo, uma nova perspectiva sobre um dado processo histórico e uma nova seleção da cultura material, da iconografia e outros elementos que buscam *materializar* o passado.

Há um paralelo importante entre a constituição da memória da imigração pela historiografia – como vimos no item anterior – e a Hospedaria de Imigrantes, transformada a partir dos anos 1980 como um espaço de memória. Foi sua desativação enquanto local de hospedagem de imigrantes que propiciou que o antigo edifício fosse transformado num museu de história centrado na memória da imigração para São Paulo. Tal qual a historiografia da imigração, a constituição de um ***locus*** de materialização da memória da imigração também ocorre quando do fim do *vivido* da imigração naquele espaço; a partir daí o *concebido* sobre ela assume seu lugar.

A constituição do Centro Histórico do Imigrante e posteriormente do Memorial do Imigrante produziu espaços expositivos que concretizavam várias das dimensões da memória da imigração produzidas pela historiografia e em menor grau, pelo vivido dos imigrantes e seus descendentes. Os determinantes econômicos (cafeicultura, industrialização) o movimento operário, as políticas de colonização de terras, representações sobre as diversas correntes imigratórias, o cotidiano no campo e nas cidades, memórias e história institucional da Hospedaria, foram alguns deles. Entre as décadas de 1980 e 2000, o Memorial tornou-se uma referência e espaço de visita quase obrigatória a todos que se interessassem sobre o tema da imigração.

O Memorial do Imigrante (mais do que o Centro Histórico do Imigrante) erigiu-se enquanto um espaço de memória no qual escolhas e descartes sobre elementos da imigração lhe foram constitutivos. Assim, é preciso qualificar qual memória da imigração esteve presente naquele espaço. Sua conexão com a memória produzida pela historiografia materializou uma representação sobre a imigração para São Paulo informada sobretudo pela memória da imigração europeia do final do século XIX e início do século XX. A função Memorial daquele espaço pode ser compreendida por um exemplo a contrapelo que é o

> (...) contramonumento (ou monumento invisível) de Sarrembruck: após ter arrancado setenta pedras do calçamento da praça que conduzia à antiga residência da Gestapo na cidade, Jochen Gerz gravou em cada uma delas, com a ajuda de estudantes, os nomes de antigos cemitérios judeus na Alemanha (mais de 2000) e em seguida recolocou-as com a face gravada contra o solo, o que tornava invisível o memorial.Essa ação comemorativa subterrânea, uma vez tornada pública, causou uma viva controvérsia na Alemanha, e numerosos visitantes foram ao local do monumento invisível. Evidentemente eles nada viram, mas responderam assim, as expectativas de Gerz: ele esperava que, buscando a memória ao redor deles, os visitantes descobrissem a memória que já existia dentro deles. (CANDAU, 2012:150)

O Memorial do Imigrante constituiu-se enquanto um monumento/museu cuja função era revelar, ordenar, dar sentido ao processo imigratório para São Paulo e, por decorrência, instituir uma *memória de alto nível* (CANDAU, 2012: 22) na pretensa memória difusa que os visitantes tinham sobre o processo imigratório. A preponderância da imigração europeia– em detrimento de outras correntes imigratórias e mesmo migratórias – foi sempre um elemento considerado pelo corpo técnico da instituição. No entanto, o contexto histórico no qual a

Hospedaria de Imigrantes foi erigida – o da Grande Imigração –, o volume predominante das entradas de europeus, se comparado com outras correntes, e o concebido sobre a imigração pela historiografia criaram um ambiente de grande densidade para que uma expressão da história/memória do processo imigratório fosse instituída e consolidada na primazia da imigração europeia.

Vale ressaltar que a presença dos migrantes naquele espaço foi, durante a maior parte do tempo, ocultada. A passagem de mais de um milhão de pessoas oriundas de diversas regiões do país – notadamente do nordeste – teve pouca visibilidade naquele espaço embora seus arquivos sejam, ainda hoje, de imenso potencial de pesquisa para a história das migrações internas para São Paulo, como demonstrado no estudo de (PAIVA, 2004). No sentido oposto do *antimonumento* de Gerz, o Memorial do Imigrante erigiu *instituintes* de memória seletivos; tornou-se uma referência ***em si*** sobre a imigração para São Paulo. Isto foi possível dada a densidade da cultura material ali presente e a articulação dos discursos expositivos em seus diferentes espaços.

No entanto, sua conexão com o passado dos fluxos imigratórios produziu o exílio com relação a seu próprio tempo. Vale lembrar que a partir dos anos 1980 novas levas de imigrantes estiveram presentes no cenário urbano em São Paulo. Este exílio com relação ao presente não provocou tensões imediatas entre os *novos imigrantes* e a representação sobre a imigração presente no Memorial. Entretanto, bastaram dois novos elementos para que estas surgissem no cenário. Um deles foi o transcurso do tempo; trinta anos após os primeiros ingressos de chineses, coreanos, bolivianos e oriundos de África, foram suficientes para a criação de um estranhamento entre a nova percepção social da imigração e as representações presentes no Memorial.

Outro elemento foi a desativação do próprio Memorial do Imigrante em 2010 – a propósito da restauração do edifício da antiga Hospedaria de Imigrantes – e a iniciativa de criação de um Museu da Imigração em sua substituição. Este segundo elemento colocou em questão a necessidade de se repensar as representações sobre a imigração até então vigentes no Memorial do Imigrante em razão da presença de novos sujeitos. O Museu da Imigração, em sua nova fase, erige-se num contexto de disputa pela memória da imigração em São Paulo.

Assim, as transformações sociais e culturais provocadas pelos novos fluxos imigratórios na cidade de São Paulo a partir dos anos 1980 e 2000 produziram outra perspectiva sobre a noção de imigração. A presença de imigrantes latino-americanos, asiáticos e africanos passou a contrastar com a ideia de imigração expressa naquele território que se intitulava Memorial do Imigrante.

Em certa medida a contenda presente naquele espaço é parte da história da cidade de São Paulo. Esta, tanto no presente quanto no passado foi um território disputado pelos imigrantes.

> A percepção de que determinadas porções da cidade guardam características arquitetônicas, culturais, humanas e econômicas singulares é abertura para um olhar mais atento a seus elementos históricos estruturantes e sua transformação no tempo. O bairro da Liberdade em São Paulo é um bom exemplo. No contexto paulistano, ele é rememorado como um bairro japonês muito embora, atualmente, a presença de chineses e coreanos seja cada vez mais intensa. O adensamento de fluxos migratórios alterou a dinâmica do vivido naquele espaço e tornou mais complexa sua dinâmica social, econômica e cultural. Bairros como o Bom Retiro, Brás, Mooca ou Pari, são também exemplos de territórios migrantes que sofreram transformações significativas na sua paisagem no transcurso do século XX. A sobreposição de correntes migratórias num mesmo espaço transformou o Bom Retiro. De bairro judeu a

> partir da primeira metade do século XX, a presença de coreanos e bolivianos é predominante nos dias de hoje. Processo semelhante ocorreu com o Brás e a Mooca; redutos de italianos, espanhóis e portugueses, estes foram paulatinamente transformados pela presença de migrantes nacionais oriundos do nordeste) (PAIVA, 2011: 687)

A necessidade de incorporação e reconhecimento de sentidos e representações mais contemporâneas sobre a noção de imigração fez com que aquele território passasse a ser um objeto de disputas. Dentre elas:

a) A noção de que os processos migratórios no tempo presente são marcados por uma *pluridirecionalidade*; em outros termos, a nova dinâmica dos deslocamentos populacionais subverte um antigo padrão no qual o continente americano foi o receptor privilegiado dos imigrantes oriundos da Europa, Ásia ou Oriente Médio. Isto implica em pensar que os novos fluxos dos deslocamentos fazem com que, por exemplo, os chineses estejam presentes tanto na Europa, na África, Oceania e América;
b) Derivado da noção acima, a perspectiva na qual muitos países são, ao mesmo tempo, produtores de imigrantes quanto receptores destes. O caso brasileiro é exemplar. Desde o final dos anos 1970, temos os *brasiguaios* e a partir dos anos 1980 os *dekasseguis*. Esta nova dinâmica faz com que o tão decantado *push and pull* explicativo dos deslocamentos populacionais no passado seja revisto;
c) A noção de que a imigração manteve-se presente no contexto brasileiro apesar do encerramento das atividades da Hospedaria de Imigrantes em 1978 e o fato de que a *nova* memória da imigração a ser erigida naquele espaço deve considerar também os que não passaram por suas dependências;
d) Os dilemas enfrentados pelos imigrantes no contexto contemporâneo; as restrições de entrada de imigrantes na Europa ou Estados Unidos; as intolerâncias e xenofobias de todos os matizes; a exploração de mão de obra daqueles que são *indocumentados*, etc.;
e) A atualização cenográfica dos espaços de exposição, a utilização de novas tecnologias mais adequadas às percepções sensoriais das atuais gerações; a inserção da Instituição nos programas oficiais de visitação escolar; a concepção de restauro da antiga edificação e os novos projetos que serão implementados;

Estes elementos – dentre muitos outros que poderiam ser explicitados – incidem sobre a *atualização* deste território da memória sobre a imigração. Não se trata apenas em agregar as novas percepções sobre a imigração àquelas antigas, mas como manter certos elementos originários - que deram identidade àquele espaço - ao mesmo tempo em que um novo presente produz novos sentidos para a memória. A atualização que produzirá o novo Museu da Imigração na cidade de São Paulo será um bom exemplo e um excelente laboratório para que possamos compreender os dilemas entre a preservação do passado e os desafios do presente. Nessa contenda, a memória coletiva sobre o processo imigratório reaparece enquanto uma questão candente.

MENESES (2005) apontou que um dos dilemas dos museus reside na necessidade de superarem sua condição de *templos* e transformarem-se em ***fóruns***. Em outros termos, *do templo ao fórum* trata da constituição de espaços de memória cuja dinâmica permita a constante crítica e reelaboração da memória de maneira a impedir a produção de memórias cristalizadas. Na trajetória histórica dos museus desde o século XVIII, a perspectiva de *templo* foi predominante, derivando da mesma o sentido *aurático* atribuído aos mesmos.

Do templo ao fórum aponta dúvidas com relação a se é suficiente a agregação dos novos sentidos e perspectivas da imigração no novo Museu da Imigração, mesmo antes de sua inauguração. Isto por que a inserção de novas camadas de tempo naquele espaço podem não ser suficiente para que sejam superados sentidos e representações que, no tempo, tenderão a *envelhecer* e *cristalizarem-se*. A constituição de um *Museu-Fórum* mantém-se no horizonte utópico deste tipo de instituição e também nas necessidades de todos aqueles que procuram formas outras de conexão entre o passado e o presente.

Um espaço no qual, memórias *cristalizadas* possam dar lugar a novas percepções e releituras sobre o passado de maneira dinâmica, plural e contínua; lugares de memória que induzam os sujeitos à experiência do antimonumento de Gerz ou seja: a encontrarem em si próprios os elos de pertencimento pretéritos de sua identidade e vivido; espaços que discutam o passado de maneira a tornar o presente mais vivo e liberto; lugares que apontem também para o sentido positivo da reelaboração constante da memória e quiçá seu esquecimento. São estas as potencialidades positivas do *Fórum*.

Referências

AULICH, Werner. O Parana e os alemães : estudo caracterologico sobre os imigrantes germanicos Curitiba: Grupo Etnico Germânico do Parana, 1953.

BEIGUELMAN, Paula. Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo : Pioneira,1968.

BONATTI, Mario. Aculturação linguística numa colônia de imigrantes italianos de S. Catarina, Brasil [1875-1974] São Paulo : Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras de Lorena, SP, 1974.

BONILHA, Jose Fernando Martins. Organização social e educação escolarizada numa comunidade de imigrantes italianos. (Estudo Sociológico de Caráter Monográfico da Escola e suas Relações com a Comunidade) Presidente Prudente : Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1970.

BUSATTA, Felix Fortunato. Parai no centenário da imigração italiana. Porto Alegre: EST: Sulina [distribuidora], 1975.

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2012

CÔRTES, Geraldo de Menezes. Migração e Colonização no Brasil. Rio de Janeiro : Livraria J. Olympio Editôra, 1958; DIEGUES JÚNIOR, Manuel. Estudos de Relações de Cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1955.

COSTA, Rovilio, Antropologia visual da imigração italiana. Caxias do Sul, RS : Universidade de Caxias do Sul ; Porto Alegre, RS : Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, c1976.

D`AMARAL, Max Tavares . Contribuição à História da Colonização Alemã no Vale do Itajaí. São Paulo : Instituto Hans Staden, 1950.

FOCHESATTO, Iloni. Descrição do Culto aos Mortos Entre Descendentes Italianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977. MANFROI, Olívio. A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre : Grafosul, 1975. FOCHESATTO, Iloni. Descrição do Culto aos Mortos Entre Descendentes Italianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977.

FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo: Publicação do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, 1969.

GARDOLINSKI. Edmundo. Imigração e colonização polonesa. São Paulo: Universidade de São Paulo. C.1959.

HALBWACHS, Maurice. Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio . In: Vária História, vol. 22, nº 36: Jul/Dez 2006

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

LORENZONI, Júlio. Memórias de um Imigrante Italiano. Tradução de Armida Lorenzoni Parreira; prefácio. e notas de Itálico Marcon . Porto Alegre : Livraria Sulina Editora, 1975.

MARQUES, Agenor Neves, PE. Imigração Italiana. Criciuma : S.N., 1978.

MARTINS, Wilson. Um Brasil Diferente : ensaio sôbre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo : Editôra Anhembi, 1955.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A Exposição Museológica e o Conhecimento Histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.) Museus. Dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna. Belo Horizonte: Argvmetvm: Brasília Cnpq,2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezzerra de Menezes. "A crise da memória , história e documento: reflexões para um tempo de transformações", IN: SILVA, Zélia L. (org.), Arquivos, Patrimônio e Memória; trajetórias e perspectivas, SP; Ed. UNESP, 1999.

MORTARA, Giorgio. A Imigração Italiana no Brasil e Algumas Características Demográficas do Grupo Italiano de São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

PAIVA, Odair da Cruz. Caminhos Cruzados. Migração e construção do Brasil moderno. (1930-1950). Bauru: Edusc, 2004.

PAIVA, Odair da Cruz. Territórios da Migração na Cidade de São Paulo; afirmação, negação e ocultamentos. In: RIME. Rivista dell´Istituto di Storia dell´Europa Mediterranea, n.6, giugno, 2011, p.p. 687-704.

POLOUT, Dominique. Cultura, História, Valores Patrimoniais e Museus. In: Vária História, vol. 27, no. 46. Belo Horizonte, Jul/Dez 2011

SCHADEN, Egon. Aculturação de Alemães e Japoneses no Brasil. In: Revista Brasileira de Antropologia. São Paulo, FFLCH, vol 4, n.1, junho de 1956.

STAWINSKI, Alberto Victor, Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul : (1875 - 1975)- Caxias do Sul : Universidade de Caxias do Sul, 1976.

WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil : estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1946.

ZAGONEL, Carlos Albino. Igreja e imigração italiana : capuchinhos de Saboia, um contributo para a igreja no Rio Grande do Sul : (1895-1915). Porto Alegre : Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1975.

¿POR QUÉ HABLAR DE LOS INMIGRANTES ESPAÑOLES DESPUÉS DE LA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EN BRASIL?

Juliana Arantes Dominguez

Os movimentos migratórios apresentam determinadas características em cada uma de suas etapas dependendo da duração, da intensidade de seus fluxos, das nacionalidades de origem que as envolve, do volume e dos principais motivos de expulsão e atração de determinados contingentes (Patarra, 2000). Dessa forma, torna-se necessário identificar as etapas da imigração internacional para o Brasil, retomando as condições históricas que possibilitaram a chegada desses imigrantes ao Brasil, bem como o contexto em que o Brasil passou a exercer tamanha atração.

É possível identificar para fins históricos e metodológicos a divisão em etapas da imigração internacional para o Brasil. A primeira etapa, compreendida entre 1880-1929, período comumente citado como da Grande Imigração, trouxe o maior número de chegadas de imigrantes espanhóis. Isso foi possível sobretudo graças aos subsídios de passagens oferecidas às famílias que viesse para trabalhar nas lavouras de café do Oeste Paulista (Bassanezi, 1995).

A partir dos anos 1930 até o término da II Guerra Mundial (1930-1945) foi um período marcado pela diminuição significativa do fluxo de imigrantes, coincidindo com o período da Guerra Civil Espanhola e às políticas restritivas do governo ao recebimento de mão de obra estrangeira, como por exemplo, o regime de quotas adotado em 1934. (Bassanezi, 1995)

A conjuntura econômica, social e política internacional marcou uma nova etapa das migrações internacionais para o Brasil a partir dos anos 1946, do final da II Guerra Mundial, até o início da década de 1970 quando é possível observar a entrada de um novo perfil de imigrantes nessa etapa. (Bassanezi, 1995).

Dada a necessidade de mão de obra técnica e especializada para suprir as necessidades do mercado interno[1], muito embora os países de origem não dispusessem de excedentes populacionais para atingir um alto grau de mobilização, como nas etapas anteriores, chegou ao país uma significativa leva de imigrantes estrangeiros no período. Dentre eles destaca-se o contingente espanhol, que chegou a ser a segunda nacionalidade de maior importância no período, através apenas dos portugueses e superando os italianos. (Dominguez, 2004).

A imigração do Pós-Segunda Guerra Mundial no Estado de São Paulo

Ainda é pequeno o conhecimento científico que se tem sobre a imigração do período pós II Guerra para o Brasil[2]. A maioria dos trabalhos sobre imigração internacional esteve voltada ou para as imigrações do período conhecido como da Grande Imigração, ou para as migrações contemporâneas, sobretudo dos movimentos da emigração de brasileiros para o exterior[3].

Considerando o período entre o final da II Guerra até o início da década de 1970, estima-se que cerca de 800.000 imigrantes europeus tenham chegado ao Brasil, dos quais aproximadamente 16% do total são imigrantes espanhóis.

TABELA 1. Principales nacionalidades de los inmigrantes en Brasil, 1872-1972

Período	Portugal	Italia	España	Japón	Alemania	Otros	Total
1872-1879	55.027	45.467	3.392	-	14.325	58.126	176.337
1880-1889	104.690	277.124	30.066	-	18.901	17.841	448.622
1890-1899	219.353	690.365	164.293	-	17.084	107.232	1.198.327
1900-1909	195.586	221.394	113.232	861	13.848	77.486	622.407
1910-1919	318.481	138.168	181.651	27.432	25.902	123.819	815.453
1920-1929	301.915	106.835	81.931	58.284	75.801	221.881	846.647
1930-1939	102.743	22.170	12.746	99.222	27.497	68.390	332.768
1940-1949	45.604	15.819	4.702	2.828	6.807	38.325	114.085
1950-1959	241.579	91.931	94.693	33.593	16.643	104.629	583.587
1960-1969	74.129	12.414	28.397	25.092	5.659	51.896	197.587
1970-1972	3.073	804	949	695	1.050	9.017	15.558
1872-1972	1.662.180	1.622.491	716.052	248.007	223.517	878.642	5.350.889

Fonte: Levy, 1974: 74.

O contexto nacional do pós II Guerra traz uma nova orientação econômica: a diversificação do sistema produtivo nacional através da criação de indústrias de base e da modernização do parque industrial já instalado; o intuito da vinda de imigrantes europeus era suprir as demandas das indústrias instaladas (Tavares, 1998) no Brasil e, em menores proporções, a colonização agrícola. Ao receber imigrantes tornava-se possível preencher a demanda de mão de obra

[1] O Decreto-lei 7697 estabelece ainda em seu Capítulo I do Título III a realização da imigração dirigida, "quando o poder público, empresas ou particular promoverem a introdução de imigrantes, hospedando-os, localizando-os". Foram criados diversos organismos, no período, responsáveis pela colocação dessa mão- de-obra, sendo que dois deles destacam-se no traslado de imigrantes espanhóis o CICM (Comissão Internacional Católica das Migrações) e o CIME (Comissão Intergovernamental para as Migrações Européias). Este último foi criado em Bruxelas na Conferência sobre as Migrações, em 05 de dezembro de 1951, a fim de "incrementar o fluxo emigratório oriundo da Europa. Dele faziam parte, 29 países, dentre os quais 15 repúblicas latino-americanas, que, graças ao Comitê receberam entre 1952 e 1971 339 mil europeus" (Trento, 1989: 414).

[2] Porém torna-se importante destacar o projeto "Novos Imigrantes- fluxos migratórios e industrialização em São Paulo (1947-1980) apoiado pela Fapesp, em realização no NEPO/UNICAMP.

[3] Veja-se Patarra (1996) entre outros.

especializada e assim se adaptar ao novo cenário econômico e político que se configurou no pós guerra. (Aguiar, 1991)

> A diversificação do sistema produtivo nacional, todavia, só seria um projeto de Governo após os anos iniciais do processo revolucionário iniciado em 1930. Neste sentido, em 1943, já no final da longa ditadura de Getúlio Vargas, durante o primeiro Congresso Brasileiro de Economia, realizado em Petrópolis, foi votada um recomendação para que o Governo adotasse uma política que possibilitasse a criação de indústrias de base, de proteção e incentivo às médias e pequenas indústrias, além de defender a modernização do parque industrial já instalado. (Aguiar, 1991:175)

No Brasil, o Decreto-lei n º 7967 de 18 de setembro de 1945 passou a regulamentar a entrada de estrangeiros[4] e deslocados de guerra. Cessado o conflito mundial, o Decreto- lei 7697 consistia em tentar imprimir à política imigratória do Brasil uma orientação racional e definitiva, buscando atender uma dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e de desenvolver a imigração que fosse fator de progresso ao país (Vainer, 1996). Na verdade, o Decreto-lei tratava de regulamentar a entrada de estrangeiros, estipulando regras para a seleção de imigrantes desejáveis.

Fica claro não se tratar mais de uma imigração livre e novas regras foram estabelecidas para admissão desses contingentes, através de uma imigração selecionada e que atendesse aos interesses impostos pelo país. No artigo 2º encontra-se:

> "Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional".[5]

Ao tratar da imigração espontânea, o artigo 3º apresenta que:

> "A corrente imigratória espontânea de cada país não ultrapassará anualmente a cota de dois por cento sobre o número dos respectivos nacionais que entraram no Brasil desde 1 de janeiro de 1884 até 31 de dezembro de 1933. O órgão competente poderá elevar a três mil pessoas a cota de uma nacionalidade e promover o aproveitamento dos saldos anteriores"

Por se tratar de uma imigração selecionada, à primeira vista é possível notar o reduzido volume da imigração para o Brasil em relação a primeira etapa e há uma significativa mudança na dinâmica da imigração para o Brasil, principalmente para o Estado de São Paulo, considerando especialmente o contexto mundial no pós II Guerra.

As primeiras ondas da imigração européia destinavam-se para as lavouras de café do Oeste Paulista, sobretudo para o exercício de funções ligadas ao setor primário da economia. Já a imigração no pós II Guerra, sobretudo no que diz respeito a mão de obra espanhola, entre 1946 e 1972, está espacialmente localizada no setor urbano e industrial, tendo como destino principal a capital paulista (Aguiar, 1991).

Pode-se afirmar que a imigração no pós II Guerra caracterizou-se, por um lado, por ser dirigida[6] pelo Estado e por organismos internacionais; por outro lado, por uma imigração espontânea (sem nenhum tipo de auxílio governamental), porém tratava-se mesmo assim de

[4] Revista de Imigração e Colonização, vol 4, dezembro de 1945, pp.445-455. Consultar também anexo III. O Decreto-lei também pode ser consultado na íntegra disponível em: http://www.senado.gov.br

[5] Para consultar sobre a discussão da questão da eugenia no país ver: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci O Anti-Semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945). São Paulo: Brasiliense, 1995. E ANAIS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

[6] De acordo com Decreto-lei 7697, por imigração dirigida entende-se como o imigrante selecionado, orientado e transportado por organismos internacionais, como o CIME, em convênio com autoridades brasileiras.

uma imigração selecionada, ou seja, o país receptor impunha algumas restrições profissionais para receber os imigrantes. (Jordão Neto e Bosco, 1963)

Entre 1946 e 1972 vieram para o Brasil principalmente portugueses, italianos e espanhóis. O grupo espanhol aparece como o segundo elemento mais importante entre os imigrantes europeus no período pós II Guerra, perdendo apenas para os portugueses e superando inclusive os imigrantes italianos. Eles diferenciam-se daqueles grupos que os antecederam, pois em parte são trabalhadores qualificados destinados a se incorporar como mão de obra para o crescente parque industrial paulista e também em outros setores urbanos.

Essa fase aponta para uma nova reorganização da Divisão Internacional do Trabalho e os países periféricos, entre eles o Brasil, se inserem num padrão de industrialização restrito e dependente (Hobsbawn, 1985).

De um lado, o Brasil, que necessitava dar continuidade ao processo recém iniciado de desenvolvimento econômico e, de outro, a Espanha, enfraquecida no imediato pós- guerra, podia fornecer mão de obra técnica e especializada capaz de fomentá-lo (Aguiar, 1991).

Acordo bilateral Brasil e Espanha

A questão migratória nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial foi tratada pelos estados de forma estratégica (Skidmore, 1976) haja vista os acordos bilaterais firmados entre os países de origem e recepção desses contingentes populacionais, bem como a criação de organismos internacionais que gerenciavam os transportes. O Brasil é signatário de diversos acordos no período[7].

A partir da assinatura do Acordo de Migração entre Brasil e Espanha é possível avaliar melhor a seletividade desses imigrantes, visto que, a partir do Acordo, novas exigências foram aplicadas para a seleção do imigrante, os imigrantes que desejassem vir para o Brasil deviam comprovar uma das profissões consideradas úteis ao Brasil e assim a seletividade de mão de obra passou a ser o tom básico de todos os incentivos então estruturados ou definidos como ponto de partida para os planos de colaboração mútua entre o CIME e os países interessados (Aguiar, 1991). Os imigrantes, com exceção dos que participavam do Plano de Reunião Familiar, deveriam ser técnicos especializados, que satisfizessem as exigências brasileiras.

Mais especificamente no Acordo entre Brasil-Espanha, os artigos 6 a 11 referem-se à migração dirigida, destacando-se entre eles o artigo 7º o qual prevê que a seletividade da mão de obra espanhola para o Brasil:

> "Compreenderá, entre outras, as seguintes categorias: a) técnicos, artesãos, operários especializados e profissionais qualificados, semi-qualificados ou com experiência de sua profissão, consoante com as necessidades do mercado de trabalho e as exigências da legislação específica no Brasil; b) unidades de produção ou empresas de caráter industrial ou técnicos que sejam do interesse do desenvolvimento econômico do Brasil, conforme o pronunciamento prévio dos órgãos brasileiros competentes; c) agricultores, técnicos especializados em indústrias rurais e atividade acessórias, operários agropecuários, lavradores, criadores e camponeses em geral, que migrem com a intenção de se estabelecerem imediatamente, como proprietários ou não; d) associações ou cooperativas de agricultores, lavradores ou operários agro-pecuários que migrem coletivamente com o fito de se estabelecerem como proprietários,

[7] Acordo relativo às disposições provisórias sobre os refugiados e deslocados da OIR (15/09/1946); Acordo de Migração entre o Brasil e a Itália (5/07/1950); legislação para criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC, 1945; Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (concluída em Genebra em 1951 e assinada pelo Brasil em 1952); Acordo de Migração entre o Brasil e a Espanha (1960); Acordo de Imigração e Colonização entre o Brasil e os Países Baixos (15/12/1950); e a constituição do CIME (19/10/1953).

ou não, em fazendas, em empresas agro-pecuárias ou núcleos de colonização já existentes no Brasil ou a serem criados; e) os familiares, que acompanharem os migrantes dirigidos ou que forem chamados pelos espanhóis migrados e domiciliados no Brasil" (Acordo de Migração Brasil-Espanha, 1960)

Fonte de dados e características sociodemográficas dos imigrantes andaluzes em São Paulo

O conjunto documental utilizado como fonte primária são registros que trazem as passagens de imigrantes espanhóis, bem como de inúmeras outras nacionalidades, disponibilizado pelo Projeto FAPESP Banco de dados "Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial 1947-80".

São documentos de 11 tipos diferentes pertencentes à antiga Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, um local que funcionava como ponto de chegada para muitos imigrantes e também como um banco de empregos das principais indústrias paulistas da época. Ainda é difícil especificar os motivos dos preenchimentos de todos os documentos transcritos no banco de dados e em que circunstancias os mesmos eram preenchidos. Outra dificuldade que o banco de dados apresenta é que nem todos os documentos trazem as exatas informações, como também apresentam lacunas em seu preenchimento, mas não deixa de ser um rico material para análise e auxílio para a compreensão da chegada de imigrantes no período.

Entre os anos de 1947 e 1980 é possível identificar no total do banco de dados 9.753 imigrantes espanhóis, contando apenas os registros individuais e esse número aumenta para 15.348 quando são considerados os demais membros das famílias e seus agregados. (Tabela 2).

TABELA 2. Principais nacionalidades representadas nos documentos do Memorial do Imigrante de 1947 a 1980

Período	Italiana	Espanhola	Japonesa	Grega	Polonesa	Sem ident.	Apátrida
1947 – 1950	269	17	11	47	4 716	3 399	1 538
1951 – 1955	27 592	175	1 239	1 870	2	80	1 361
1956 – 1960	12 297	5 487	1 184	2 547	14	172	405
1961 – 1965	2 400	8 335	1 062	1 158	14	174	202
1966 – 1970	656	646	714	3	0	173	2
1971 – 1975	171	303	967	1	1	456	1
1976 – 1980	117	75	665	0	1	176	0
Não ident. identificado	646	310	158	106	63	149	64
Identificado	43.502	15.038	5.842	5.626	4.748	4.630	3.509
Total	**44.148**	**15.348**	**6.000**	**5.732**	**4.811**	**4.779**	**3.573**

Nota: Os imigrantes portugueses historicamente apresentam as maiores entradas no país, vide Levy, 1974, porém há raros registros de passagem de imigrantes portugueses pela antiga Hospedaria dos Imigrantes no período de 1947 a 1980, provavelmente porque a imigração de portugueses no período não foi gerida por organismos internacionais.

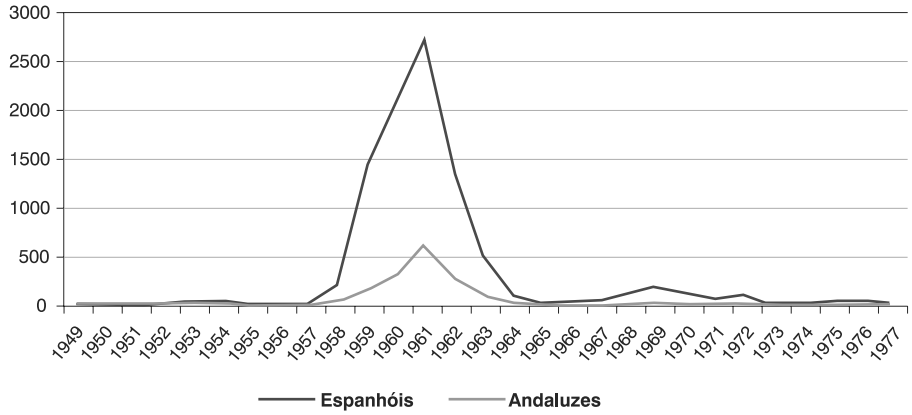
Fonte: Banco de dados "Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial 1947-80.

Através desses registros históricos é possível traçar um perfil dos imigrantes de todas as nacionalidades representadas e o recorte aqui apresentado busca caracterizar a entrada de espanhóis de origem andaluza que entre os anos de 1949 e 1977 onde foram identificados e selecionados 1761 imigrantes, sem contar parentes e agregados, representando aproximadamente

18% do total de imigrantes espanhóis, provenientes das 8 províncias: Almería (6,64%), Cádiz (13,06%), Córdoba (9,14%), Granada (11,41%), Huelva (2,78%), Jaén (7,5%), Málaga (25,5%) e Sevilla (23,96%).

Os anos de entrada seguem o padrão de entrada dos demais imigrantes espanhóis, sendo observada uma entrada pouco significativa nos anos imediatamente posteriores ao conflito, aumentando nos anos 1858, 59 e 60, atingindo o ápice no ano de 1961 e voltando a declinar nos anos de 1962, 63 e registrando entradas bastante reduzidas até o ano de 1977 (Gráfico 01).

GRÁFICO 1. Imigrantes Andaluzes por ano de entrada no Brasil (1949 – 1977)



Fonte: Banco de dados "Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial 1947-80.

O porto de Santos, cidade do litoral sul do estado de São Paulo, continuou sendo a principal entrada dos imigrantes no Brasil, assim como foi nas etapas anteriores do conhecido período da "grande imigração". O total de andaluzes que chegaram ao estado de São Paulo apenas 3,8% chegou por avião e os navios foram responsáveis pelo desembarque de 96,2% desse grupo de espanhóis. Os navios Cabo San Roque, Cabo San Vicente e Provence foram os navios que mais transportaram imigrantes provenientes da Andaluzia. Um pequeno grupo, 4,4%, chegou primeiramente ao Rio de Janeiro para posteriormente se dirigir à capital paulista.

A seletividade migratória e seu expresso caráter dirigido ficam evidenciados ao constatar que o CIME foi a instituição promotora responsável pela vinda de 75% dos imigrantes andaluzes para São Paulo no período, seguido pela NCWC responsável por 18,6% e o restante de 6,4% veio ou por outros organismos ou por conta própria[8].

Como é sabido, a cidade de São Paulo foi a grande receptora de mão de obra no período e a direção dos imigrantes andaluzes seguiu esse mesmo destino. O município de São Paulo acolheu 54,2% do total e se for contabilizada todo o entorno paulistano, ou seja, as principais cidades com plantas de indústrias automobilísticas, siderúrgicas e têxteis do período esse percentual sobe para 77,7%, com destaques para as cidades de São Caetano do Sul, Santo André, Osasco e São Bernardo do Campo. Contrariamente ao geral dos imigrantes espanhóis das demais regiões autônomas espanholas os andaluzes o município de Santos não aparece como um destino atrativo para esse contingente, sendo destino apenas de pouquíssimos andaluzes. Apenas 2 cidades do interior de São Paulo aparecem na lista dos 10 principais destinos e são Campinas e Taubaté.

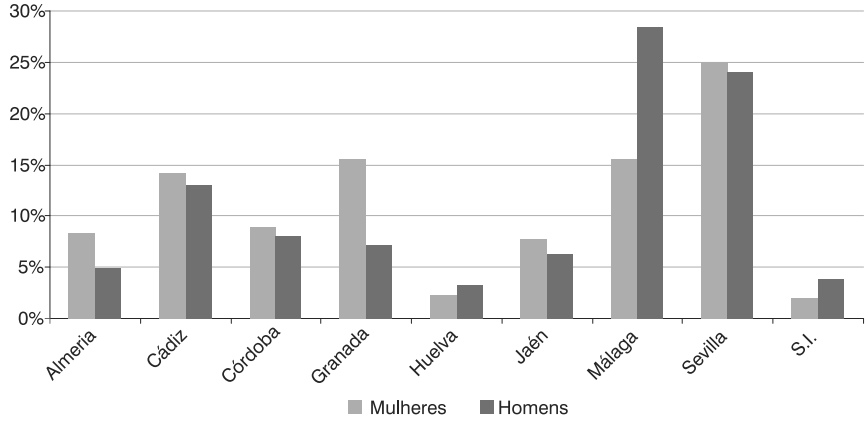
[8] Destaque para 0,6% vindos através do IRO – organismo responsável por refugiados

A concentração na cidade de São Paulo esteve localizada nos principais bairros de outras comunidades estrangeiras na cidade, com destaque para os bairros Brás, Mooca, Santo Amaro, Penha, Ipiranga e Cambuci, marcadamente conhecidos como bairros operários na época.

A idade média ao chegar foi de 26 anos para as mulheres e 25 anos para os homens. A partir do cruzamento das variáveis sexo e estado civil é possível identificar que 69,64% das mulheres chegavam casadas, e para os homens esse condição civil atingia apenas 43,96%.

O diferencial migratório por sexo fica evidente ao observarmos esses imigrantes a partir das províncias de origem (Gráfico 02), enquanto as mulheres vinham principalmente das províncias de Sevilla (24,74%), Málaga e Granada (ambas com 15,56%), ao passo que os homens eram originários de Málaga (28,38%) e Sevilla (23,77%), para ambos sexos a província de Huelva foi a que enviou menor número de pessoas.

GRÁFICO 2. Imigrantes Andaluzes por província de origem (1949 – 1977)



Fonte: Banco de dados "Novos imigrantes: fluxos migratórios e industrialização em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial 1947-80.

Por um lado, no momento da chegada, a partir dos registros consultados, as imigrantes do sexo feminino raramente aparecem como candidatas a vagas no mercado de trabalho, sendo majoritariamente compostas por donas de casa.

Por outro lado, composta em sua maioria por homens solteiros, esses trabalhadores exerciam, em grande parte, as profissões requeridas para suprir as necessidades do mercado industrial paulista em expansão: mecânicos industriais, ajustadores, engenheiros, torneiro mecânico e ferramenteiro, soldadores, desenhistas, peritos industriais e caldeireiros foram as principais atividades desempenhadas. É importante ressaltar que embora fosse uma mão de obra técnica, tinham pouca experiência profissional, pois eram, em sua maioria, ainda bastante jovens. Também há destaque para outros setores da economia uma vez que a legislação da época mantinha aberta a possibilidade para imigração agrícola. O setor de serviços também foi ocupado por um grande número de imigrantes andaluzes que exerciam atividades como marceneiros, pedreiros, comerciantes, alfaiates, padeiros e artesãos.

A fim de observar melhor a permanência desses imigrantes no Brasil através dos registros nos documentos é possível acompanhar algumas trajetórias desses imigrantes dependendo do vínculo que os mesmos ainda mantinham com a Hospedaria.

Trajetórias dos imigrantes espanhóis em São Paulo

Muitos são os arranjos familiares observados nos documentos, como ficou evidenciado pelas cifras apresentadas anteriormente há uma maioria de homens solteiros que chegaram

sozinhos e outros que vieram acompanhados de suas famílias ou deixaram esposa e filhos na Espanha. Ao longo dos anos as famílias numerosas ou famílias expandidas foram ficando cada vez mais raros. Nos primeiros anos, a mão de obra imigrante qualificada e técnica não foram as características predominantes até o inicio os primeiros anos da década de 1950.

O primeiro registro de uma família de imigrantes advindos da Andaluzia no dia 17/04/1949 e com chegada à hospedaria dos imigrantes no dia 26/04/1949 tendo desembarcado no porto da cidade do Rio de Janeiro vindo no navio Kuergulen. O chefe da família é um homem de 51 anos, proveniente de Jaén, mais especificamente de Linares, sem uma profissão definida e foi reclassificado por algum funcionário da hospedaria como operário. Veio acompanhado de outras 6 pessoas, sendo a esposa de 47 anos, 1 filha de 23 anos e seu marido de 35 anos e outros 3 filhos solteiros, dois homens de 19 e 14 anos e uma filha de 18 anos. Não há registros de empregador, trajetórias ocupacionais ou atualizações em seu registro consta que essa família veio através da IRO – International Refugees Organization.

Três famílias de agricultores chegaram de Málaga com o mesmo destino final, uma fazenda na região oeste do estado de São Paulo na cidade de Birigui, distante 518 quilômetros da capital, de propriedade de um senhor denominado Francisco Simão, nos dias 27/11/1954 e 06/05/1955, todas vindas em viagem no vapor Cabo Hornos e sob a responsabilidade da IRO. Não há o registro de outras informações que possam explicar o fenômeno, mas provavelmente trazia condicionantes presentes em etapas anteriores a essa fase da imigração para o Brasil. Uma outra família composta por 4 pessoas, chefe, esposa e 2 filhos, que chegou de Sevilla em 08/01/64 para trabalhar em uma fazenda no estado de Goiás sob responsabilidade do CIME acabou voltando depois de 3 meses para a hospedaria e em 10/04/64 lê-se a seguinte observação: "Voltaram todos magros e sem dinheiro. Nunca receberam salário nenhum. Foram repatriados em 29/07/64".

No ano de 1956 é criado na Espanha o Instituto Español de Emigración que suas funções estava a assinatura e execução de convênios bilaterais de emigração e seguridades social, bem como a proteção dos emigrantes espanhol nas diferentes fases do processo migratório. (Babiano & Fernandez Asperilla, 2002: 7)

A partir de 1958 o CIME passa a ser a instituição promotora responsável pela viagem da maioria dos andaluzes e a assinatura do Acordo Bilateral entre Brasil e Espanha em 1960 provavelmente repercutiu de alguma maneira no fluxo migratório, pois muito embora a partir da década de 1960, com a entrada da Espanha no Mercado Europeus, países como França, Alemanha e Suíça exerciam maior atração principalmente pela possibilidade de altos salários e menor distancia, o Brasil experimentou ainda novas entradas consideráveis de imigrantes espanhóis nos anos de 1960, 1961, e 1962.

Faz-se também necessária a consideração do estabelecimento de redes sociais entre os locais de origem e destino uma vez que não são raros os registros de observações a respeito de cartas de chamadas encontradas nos documentos originais. Aparentemente os familiares no Brasil exerciam um papel de intermediação junto ao CIME e as empresas onde o imigrante já exercia sua profissão para chamar seus parentes que estavam na Espanha.

Foi possível identificar alguns padrões nessa chamada de parentes: o tempo médio de estada no Brasil para a chamada de um parente foi de aproximadamente 2 anos e os laços de parentescos mais comuns são chamadas de irmãos, cunhados, filhos e pais. Interessante notar também que devido à carta de chamada o imigrante no Brasil entra em contato novamente com a Hospedaria do Imigrante e é possível encontrar algumas atualizações nos registros como informações de trabalho - onde está trabalhando, qual o seu salário e cargos que ocupou e ocupa e também mudanças de endereços como segue um exemplo abaixo.

Rafael, casado, 27 anos, proveniente de Málaga chegou a São Paulo em 17 de março de 1960 e se apresentou na Hospedaria no mesmo dia da chegada. Veio acompanhado de sua esposa e de seu filho menor e sua profissão estava classificada como pedreiro. Em 31/03 começou a trabalhar como lavador de autos, logo depois começou a trabalhar como mecânico de motos e depois como pedreiro. Na ocasião da chamada de seu irmão Manuel, solteiro, de 19 anos, que chegou em janeiro de 1962, estava trabalhando como mecânico de manutenção na empresa Brinquedos Bandeirantes e recebendo um salário de CR$200.000,00, enquanto um salário mínimo na época era de Cr$13.440,00[9], ou seja, aproximadamente o valor de 15 salários mínimos. Da mesma família, um mês após a chegada de Rafael, chegou seu irmão, Joaquin, de 21 anos, solteiro, para trabalhar como esmaltador. Tais trajetórias demonstram um pouco das possibilidades do mercado de trabalho na época para os imigrantes, além dos prováveis vínculos de amizade e os laços de solidariedade que determinaram redes de acolhimento aos novos que chegavam. Algumas empresas como General Motors, Mecânica Pesada S/A contavam com mais trabalhadores de origem andaluza, além de patrícios espanhóis em outras empresas como Fundição Sofunge e IRFM Rayon que podiam ajudar numa melhor colocação.

A partir da segunda metade dos anos 60 certa quantidade de documentos traz as seguintes inscrições: "Repatriado", "Repatriou-se", "Foi ao consulado solicitar repatriação", ou simplesmente deixam de procurar a hospedaria e não há mais atualização dos registros. Além do retorno ou saída do Brasil rumo a outros países como Suíça, Franca e até África do Sul, também é observada uma nítida tendência de decrescimento do fluxo de chegada tanto de espanhóis de uma maneira generalizada, quanto de imigrantes de origem andaluza e vários são os fatores que explicam: a estabilidade econômica na Europa e o crescimento econômico experimentado por alguns países como França e Alemanha, a própria situação econômica da Espanha, a competitividade no mercado de trabalho brasileiro com a mão de obra nacional, bem como a instabilidade política no país.

Referências

ACORDO DE MIGRAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A ESPANHA de 19 de dezembro de 1960 e ratificado em 10 de junho de 1964. Proceedings online...Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br> Acessado em 23 de março de 2004.

AGUIAR, Cláudio. Os espanhóis no Brasil – contribuição para o estudo da imigração espanhola no Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1991.

BASSANEZI, M. Sílvia B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico". In: PATARRA, Neide (coord.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. 2a. Ed., São Paulo, FNUAP, v. 1, 1995.

DECRETO-LEI N. 7.967 DE 18 DE SETEMBRO DE 1945. Proceedings online...Senado Federal, Subsecretaria de informações. Disponível em: <http://www.senado.gov.br> Acessado em: 05 de março de 2004.

DOMINGUEZ, Juliana Arantes. A imigração espanhola para São Paulo no pos segunda guerra: registros da hospedaria dos imigrantes. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000333860>

GARCÍA DELGADO, José Luis. "La industrialización y el desarrollo económico de España durante el franquismo". In: NADAL, Jordi (et alli) La economía española en el siglo XX. – Una perspectiva histórica. Barcelona: Ediciones Ariel, 1994.

[9] http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm

GARCIA FERNANDEZ, Jesús. La inmigración exterior de España – 1946 – 1964. Barcelona: Ediciones Ariel, 1965.

HOBSBAWN, E. A era dos extremos: o breve século XX- 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JORDÃO NETTO, Antônio e BOSCO, Santa Helena O imigrante espanhol em São Paulo: Estudo sociológico sobre problemas de colocação de mão de obra, adaptação ao trabalho e acomodação social de um grupo de imigrantes espanhóis. Setor de Estudos e Pesquisas Sociológicas. Departamento de Imigração e Colonização. São Paulo-SP, 1963.

JOVER ZAMORA, José Maria (et alli). España: Sociedad, Política y Civilización (siglos XIX-XX). Madrid: Editorial Debate, 2001.

KLEIN, Hebert. A Imigração Espanhola no Brasil, São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1994.

_____. "A integração social e econômica dos imigrantes espanhóis no Brasil" IN: Estudos Econômicos, 19 (3), 1989, pp.467-476.

LEVY, Maria Stela. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972. Revista de Saúde Pública, São Paulo, n.8, 1974.

PATARRA, Neide Lopes. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós 30. IN: Fausto, Boris (Org. do Período Republicano). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III: O Brasil Republicano. 4º vol: Economia e Cultura (1930-1964). Cap V. São Paulo: Difusão Editorial (DIFEL), 1984. pp.249-268.

SALES, Teresa. BAENINGER, Rosana. Migrações internas e internacionais no Brasil panorama deste século. Travessia. Ano XIII, nº 36, jan/abr 2000, pp 33-43.

SALLES, Maria do Rosário R. Imigração e Política Imigratória Brasileira no Pós-Segunda Guerra Mundial. IN: Caderno CERU (Centro de Estudos Rurais e Urbanos- FFLCH/USP) série 2 nº 13 (pp99-124).

SKIDMORE, Thomas Brasil: de Getúlio a Castelo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. TAVARES, Maria da Conceição Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP. IE., 1998 (30 anos de Economia – Unicamp, 4).

_____. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro- Ensaios sobre a economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VAINER, Carlos B. Estado e Migração no Brasil: da imigração à emigração. IN: PATARRA, Neide (coord). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo, São Paulo: 2ª ed., FNUAP, 1995. V.1 (p. 39-52).

_____. Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. Travessia. Ano XIII, nº 36, jan/abr 2000, pp15-32.

MIGRAÇÕES INTERNAS NO BRASIL NO SÉCULO 21: ENTRE O LOCAL E O GLOBAL

Rosana Baeninger

Ao se considerar os grandes tipos migratórios rurais-urbanos (de 1930-1970) e urbanos-urbanos (anos 1980 e 1990) vinculados aos processos de industrialização nacional, o que ocorrerá com as migrações internas no contexto da reestruturação produtiva transnacional, com as alterações nos setores da produção brasileira?

Os anos 2000 denunciam que a mobilidade espacial da população no território nacional insere-se num contexto mais amplo de transformações da sociedade global em seu conjunto. Os distintos contextos históricos, econômicos, sociais, demográficos e políticos serão as heranças para as diferentes manifestações, explicações e interpretações das migrações internas no Brasil no século 21.

Desse modo, o entendimento dos processos migratórios nacionais contemporâneos tem suas raízes históricas assentadas na passagem para uma sociedade urbana-industrial, a partir da qual é possível compreender tipos migratórios em etapas específicas da dinâmica econômica do país (Baeninger, 2012). A preocupação com a reconstrução histórica permite observar tipos e características dos movimentos migratórios relacionados a etapas da economia; é possível apreender a contribuição da migração como "população necessária" em determinados momentos e como "população excedente" em outros. Embora não se possa estabelecer uma relação linear entre tipos de movimentos migratórios e etapas da economia, até os anos 1970 há simultaneidade nesses processos; a partir de então, há uma defasagem entre os processos, indicando uma maior complexidade do fenômeno migratório, em particular a relação migração/industrialização. A separação analítica entre essas ordens de fenômenos, no entanto, permite vislumbrar reciprocidades da dinâmica econômica sobre os processos migratórios e, por outro lado, dos movimentos migratórios com relação ao evolver da economia.

Os movimentos migratórios apresentaram características distintas em cada uma das etapas econômicas, uma vez que, embora a migração seja sempre definida como uma mudança de residência, envolve sentidos, direções, causas, consequências bastante variadas; determinado

tipo de movimento migratório teve sua expressão num momento e pode ter significado diferente noutra etapa e em outro espaço. Essa perspectiva de reconstrução teórico-metodológica do fenômeno migratório possibilita apreender suas dimensões teórico-explicativas em cada situação histórica concreta, incluindo-se a dimensão espacial.

A reconstrução histórica das migrações internas no Brasil e seus aportes teóricos estiveram até o final do século 20 alicerçado nos processos internos vinculados à dinâmica econômica e penetração do capitalismo em âmbito nacional; as migrações rurais-urbanas, a industrialização, a desconcentração econômica, a reestruturação produtiva, o processo de urbanização. Todos esses fenômenos compuseram e podem explicar os processos migratórios até o final dos anos 1990. A inserção do Brasil no cenário da economia internacional, com destaque para os anos 2000, aponta especificidades nas complementaridades regionais via migração no país; entendo que os movimentos migratórios internos refletem também a nova ordem econômica internacional.

Ao entrarmos no século 21, o cenário para o entendimento das migrações internas se amplia; além do contexto nacional é preciso incorporar as transformações advindas da nova ordem internacional na divisão social do trabalho no mundo (Harvey, 1992; Sassen 1988). Tornam-se, por vezes, limitadas as explicações das migrações internas no país apenas pelos movimentos estruturais ou conjunturais da dinâmica da economia brasileira. A inserção periférica de espaços nacionais na âmbito da atual globalização passa a incluir dinâmicas locais ao sistema-mundo (Wallestein, 1974); a penetração e expansão do capitalismo expressa novos arranjos das migrações internas que respondem a uma lógica externa redesenhada pela divisão internacional e territorial do trabalho.

É nesse contexto, que este estudo procura incorporar às explicações dos processos migratórios nos anos 2000 um olhar para fora das fronteiras nacionais; a defasagem entre as dinâmicas econômica e migratória que se redesenhou a partir dos anos 1990 reflete os processos de reestruturação econômica em uma nova sociedade global. A dinâmica econômica do local/nacional se estabelece como o pano-de-fundo das migrações, mas não como a única determinante – diferentemente de quando estávamos em busca do tipo/etapa; emergem indícios de formas sociais globais nos processos migratórios, onde a rotatividade migratória (Baeninger, 2008) permite captar a fluidez da força de trabalho.

No olhar das análises desse estudo, as configurações atuais das migrações internas no Brasil explicita o enfraquecimento das forças centrípetas como absorvedoras de contingentes migrantes que acomodaram a redistribuição das migrações no país por quase um século. Os processos transnacionais da economia habitam de modo simultâneo os espaços nacionais (Sassen, 2010), trazendo desafios para a interpretação dos movimentos migratórios em diferentes escalas (Brandão, 2007; Vainer, 2002) e para suas metodologias de análise.

Migração e hierarquia urbana internacional

Tendo como pano de fundo o intenso processo de urbanização e sua importância para a inserção dos espaços nas diferentes escalas locais, regionais, nacionais e globais, quais processos migratórios estariam reservados para o Brasil no cenário da globalização nos primeiros anos do século 21?

O olhar para as inter-relações sociais e demográficas atuais permitem afirmar que as migrações urbanas reconfiguram os processos migratórios no novo século, mesmo em diferentes conjunturas econômicas; o patamar da urbanização brasileira, nos anos 2000, aprofunda a inserção do Brasil nos processos globais de reestruturação produtiva, gerando impactos na,

consequente, reestruturação urbana. A diversidade de situações migratórias locais, regionais, estaduais recodifica a complexidade do fenômeno, não sendo possível nos pautarmos apenas no dinamismo econômico das áreas; afinal assistimos a permanência do maior fluxo de emigração no Brasil tendo como origem seu centro financeiro, São Paulo.

Para o período 1989-2003, Cano (2011) indica os seguintes fatores que contribuíram para a continuidade da desconcentração produtiva regional no país: as políticas de incentivo às exportações, notadamente de commodities agropecuárias, agroindustriais e minerais; a guerra fiscal, principalmente em termos da indústria de transformação; a execução de infraestrutura descentralizados; e os efeitos da desconcentração industrial. No âmbito da questão regional, o autor enfatiza que, já em 1995, o governo abandou a política de desenvolvimento regional em favor das políticas dos grandes eixos (Galvão e Brandão, 2003), "os quais seriam vetores ligando zonas produtivas a portos de exportação, e receberiam grandes investimentos para aumentar a eficiência e competitividade exportadora. Contudo, eles apenas ligariam pontos de origem-destino, e pouco ou nada fariam em prol dos maiores espaços regionais em que estivessem inseridos"(Cano, 2011:16). Para o autor o debate acerca do dinamismo regional contemplou no final dos anos 1990 e início dos 2000, imersos no contexto da reestruturação produtiva internacional, questões relativas à região competitiva, arranjos produtivos locais e poder local; acrescente-se as 'ilhas de prosperidade' (Pacheco, 1998).

Para 2003-2010, Cano (2011) aponta, dentre as determinações para a questão regional e urbana no Brasil, o aumento do poder político e econômico de grandes grupos privados nacionais e internacionais sobre alguns importantes espaços do território nacional, particularmente Norte, partes do Nordeste e Centro-Oeste, acrescentando "é evidente que a desconcentração produtiva continuou em todos os grandes setores: é a consolidação da fronteira agropecuária do NO e do CO-DF e do aumento da ocupação dos cerrados da BA, PI e MA pelas commodities exportáveis, da consolidação da província mineral de Carajás, da grande expansão do petróleo no RJ, ES e RN [...] a expansão da periferia estará atrelada,em grande medida, à de São Paulo [...] a exceção a esse processo reside na 'autonomia' regional ganha por algumas áreas do país, com a expansão de produção destinada a exportações (notadamente de commodities) e à produção energética, como o álcool de cana, o petróleo e a hidroeletricidade" (Cano, 2011 p. 26)

Nesse cenário, procuro apontar que a análise dos movimentos migratórios nos anos 2000, reforça a tendência de configuração de novos espaços da migração, com a necessidade de diferentes olhares para as escalas aonde esses fluxos se processam, seus sentidos e repercussões em diferentes níveis; entendo que não basta apenas indicar que se tratam de "novas" modalidades migratórias ou "novos" rumos da migração interna é preciso buscar incluir as dimensões espaciais em que o fenômeno migratório opera em suas diferentes escalas territoriais (Vainer, 2002; Brandão, 2007).

Vainer (2002 p.25) afirma "o entendimetno de que os processos econômicos, políticos, sociais culturais têm dimensões escalares não podem conduzir à reificação das escalas, como se estas antecedessem e contivessem (como um receptáculo) os processo. O que temos são processos com suas dimensões escalares, quase sempre transescalares (haverá ainda hoje algum processo social relevante cuja compreensão e modificação seja possível através de uma análise ou intervenção uniescalar?). Para Brandão (2007 p.210) "muitas vezes, independentemente de qual é o sítio em que ocorre um evento, seus efeitos são sentidos em diferentes níveis escalares", acrescento ainda a relação da construção social desse evento – no nosso caso a migração interna - e sua articulação escalar transnacional.

Considero ser este um caminho desafiador para o estudo das migrações internas no Brasil no século 21: incorporar a perspectiva da produção social de escalas que permite "captar a complexidade desse heterogêneo e continental país" (Brandão, 2007 p.211). Assim como Kornin e Moura (2002 p.15) perguntam em relação ao planejamento urbano "há uma escala espacial que abarque o processo de metropolização e de configuração de aglomerações urbanas, ou espacialidades estariam afetas a uma dimensão transescalar não capturável por mecanismos e instrumentos convencionais de planejamento e gestão? (apud Brandão, 2007 p. 211), coloco a hipótese de que a redefinição das migrações internas no Brasil, em particular a histórica migração do fluxo Nordeste-Sudeste-Nordeste apresenta uma dimensão transescalar e transnacional. Em uma concepção abstrata, à medida em que os espaços nacionais se conectam aos espaços globais – via mobilidade do capital – as migrações internas redefinem seus significados no contexto nacional e nas demais escalas regionais e locais, que desembocarão em modalidades e deslocamentos populacionais específicos dessas escalas. Nesse entendimento, poder-se-ia explicar as evidências dos anos 1990 do descolamento na relação entre migração/emprego, migração/industrialização (Baeninger, 1999) e migração/mobilidade social (Brito, 1995); relações construídas para a interpretação das migrações em uma dimensão uniescalar: a escala nacional.

A complexidade e a diversidade do processo de redistribuição da população têm apontado a necessidade de se recuperar e incorporar aos estudos de população, sobretudo para o entendimento do fenômeno migratório, o debate atual acerca das novas configurações e tendências dos impactos territoriais dos processos de reestruturação produtiva. É nesse contexto, portanto, que se torna importante inserir o debate a respeito das novas configurações urbanas para o entendimento dos processos de redistribuição espacial da população, de urbanização e das migrações no âmbito da reestruturação urbana. Essa reestruturação urbana traduz as recentes transformações do capitalismo em âmbito internacional (Harvey, 1992), com mudanças no cenário urbano mundial (Sassen,1988), em especial nas grandes concentrações metropolitanas (Benko e Lipietz, 1994). O processo de reestruturação produtiva em âmbito internacional tem contribuído, em nível nacional, regional e local, para a configuração de espaços urbanos selecionados (Sassen, 1988). Tais espaços têm apresentado transformações significativas em termos econômicos, políticos e sociais em um esforço de inserção nessa dinâmica global. Modificaram-se as formas e os processos urbanos até então vigentes nas cidades; intensificou-se a velocidade das transformações tecnológicas; as cidades pequenas e de porte médio passaram a constituir uma importante fatia do dinamismo regional; mudaram a direção e o sentido dos fluxos migratórios nacionais e internacionais.

Esse cenário traz novos contornos às cidades, onde a compreensão dos fenômenos locais pressupõe o entendimento dos fenômenos regionais, metropolitanos e até aqueles em âmbito mundial (Castells, 1999; Sassen,1988; Harvey, 1992) e, portanto, diversificados movimentos migratórios e suas interpretações no âmbito local, regional, nacional e global. O surgimento de rearranjos nas funções urbanas das cidades, em termos de atividades econômicas e de redistribuição espacial da população, constitui um elemento fundamental no fortalecimento de economias regionais que se articulam em diferentes níveis escalares (Brandão, 2007). A reestruturação urbana articula-se à reorganização econômica mundial, refletindo os impactos territoriais do processo de reestruturação produtiva; é nesse sentido, que quero enfatizar nesse ensaio que a configuração das migrações, em particular nos anos 2000, constituem também um dos elementos e produção desses impactos territoriais, revelando nexos transescalares. Isto porque a reestruturação produtiva não se limita à dimensão econômica (Castells,1999);

ao mesmo tempo transformam-se as dimensões sociais, políticas, culturais e espaciais (Harvey, 1992). Assim, as novas formas do espaço denunciam a dinâmica econômica atual e representam redes de lugares (Santos, 1997), espaço de fluxos (Castells, 1999), cidades globais (Sassen, 1988) ou rede de distritos (Benko, 1996) no contexto da dinâmica econômico-urbana em nível global.

A contextualização e o entendimento do processo de reestruturação urbana atual remete, por sua vez, às transformações recentes da economia em âmbito internacional e a nova divisão social do trabalho (Gottdiener, 1993). "Desde os anos 80 observam-se os primeiros sinais do advento de um novo período de desenvolvimento do capitalismo, fundado numa flexibilidade crescente tanto no nível econômico como no social" (Benko, 1996:28). Desse modo, o elemento central da reestruturação econômica está calcado sob as novas formas de flexibilização da produção e sob a transformação vigorosa nos serviços de coordenação financeira, permitindo flexibilizar a forma fordista de acumulação e a dinâmica espacial desse sistema (Harvey, 1992).

A nova divisão internacional do trabalho oferece o eixo da reestruturação econômica, com articulações em nível internacional, nacional e local, o que requer o surgimento de novas espacialidades e o redesenho de fenômenos sociais que historicamente foram construídos no âmbito nacional (Sassen, 2010). O sistema de cidades em nível nacional e suas conexões com a uma hierarquia urbana internacional traz reflexos para a escala nacional no que se referente às migrações internacionais como aponta Sassen (1988); o que procuro acrescentar é que - em se considerando os diferentes níveis escalares – parte das migrações internas no Brasil se vinculam às transformações em âmbito global.

No atual processo de reestruturação econômica, a dispersão espacial da produção tornou-se elemento central (Sassen, 1990); a nova fase da acumulação capitalista pressupõe uma intensa mobilidade do capital e da força de trabalho (Sassen 1988), onde, dentre outros aspectos, a tecnologia da informação (telecomunicações, microeletrônica etc.) confere enorme dinâmica à produção e aos lugares. Castells (1989) enfatiza que a economia internacional, as novas tecnologias de informação e de comunicação e a constituição de poderosas organizações transnacionais ligadas por redes subordinadas e descentralizadas são fatores decisivos no processo que dá sentido estrutural a cada território em um contexto mais amplo.

Assim, a dimensão territorial constitui elemento fundamental do desenvolvimento atual[1]. Como enfatiza Gottdiener (1990:59) "apesar das diferenças, as perspectivas sobre a reestruturação compartilham uma característica comum: a afirmação de que as recentes mudanças no capitalismo, provocadas pela crise, especialmente a partir de 1970, são responsáveis pela reorganização das estruturas espaciais urbanas e das relações entre as cidades no sistema urbano. Apesar das divergências teóricas, a vinculação do capital, nas atuais condições de crise, às mudanças socioespaciais que reestruturam o ambiente urbano continua sendo o traço comum das obras recentes".

O processo global de reestruturação das atividades econômicas implica em transformações significativas para países centrais e periféricos, representando enormes alterações nas estruturas sociais, urbanas, políticas e culturais no âmbito nacional e internacional (Sassen, 1988). É nesse sentido, que procuro inserir as migrações internas no Brasil como elemento que reflete e compõe esse movimento de reestruturação nos contextos urbanos, com a configuração de espaços marcados como o lugar da produção (Sassen, 1980, 1990) e da consequente expansão da produção

[1] Veja-se, dentre outros autores: Castells, 1989; Gottdiener, 1993; Benko, 1996; Santos, 1997; Scott (1994); Storper e Harrison (1994).

terceirizada em diferentes espaços locais (Sassen, 2010). É importante reter aqui para as análises das migrações internas no século 21 no Brasil, que são a partir desses lugares inseridos na lógica da produção global que se desencadeia a nova configuração migratória nacional: alta rotatividade, oscilação entre as condições da migração (retenção, perda e rotatividade migratória) e a utilização dos espaços como recurso para outros deslocamentos populacionais.

Enfatizo que a diversidade crescente de situações mogratórias dentro do processo de reestruturação urbana tem diferentes interpretações em função das articulações escalares. As mudanças advindas do processo de reestruturação produtiva alteraram significativamente a relação das cidades na economia internacional (Sassen,1990) e, portanto, a necessidade/demanda por força-de-trabalho para essa etapa da dinâmica econômica dependerá da ligação dos espaços da produção na economia globalizada. De acordo com Harvey (1992:266) "a produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações". Isto faz diferença para os processos migratórios atuais no Brasil e suas direções, significados, permanências.

Sassen (1990) analisa que a estrutura ocupacional do crescimento industrial da reestruturação da produção é caracterizada pela concentração locacional dos principais setores da indústria juntamente com a polarização ocupacional, o que contribui para o crescimento de um estrato de alta renda e um estrato, bastante grande, de trabalhadores de baixa renda. Os efeitos sociais dessa nova forma econômica, voltada para o mercado mundial, destaca a autora, refletem-se no aumento da pobreza nessas cidades, no subemprego, no crescimento de trabalhos feito em casa e em indústrias domésticas; esses efeitos compõem o crescimento do complexo industrial orientado para a economia global, onde as necessidades internas da cidade e das condições de vida de seus cidadãos estão longe de ser contemplados. Considero que esse novo contexto social incide fortemente nos contingentes migrantes da metrópole de São Paulo, com intensas idas-e-vindas sem a capacidade de absorção dessa população; no século 21 essa mobilidade da força-de-trabalho interna – via histórica migração Nordeste-Sudeste – corresponde também à mobilidade do capital em nível global.

Espaços da migração e espaços do capital

Os efeitos sociais da reestruturação produtiva alcançam cada vez mais espaços nacionais. À medida em que diferentes espaços e suas produções locais passam a responder à uma demanda internacional, indicando seus mecanismos de desencaixe (Giddens, 1992), os movimentos migratórios mudarão suas interpretações nos diferentes níveis escalares. Por exemplo, a migração de mão de obra qualificada tenderá ser absorvida pelos centros de excelência em ciência e tecnologia e nos grandes centros industriais-financeiros, em especial o "trabalhador do conhecimento" (Castells,1999), ao mesmo tempo, em que se processará a continuidade das entradas e saídas de fluxos migratórios de menor qualificação que possívelmente terão menor permanência em destinos voltados para uma economia global, com a confluência da entrada de imigrantes estrangeiros nesses mesmos espaços (Baeninger, 2011). Meu argumento aqui é o de que à medida em que as localidades se inserem na lógica global, as migrações tenderão a ser mais "fluidas", correspondendo à mesma velocidade da mobilidade do capital na contemporaneidade, com a consequente redefinição no papel da migração no desenvolvimento e constituição do mercado de trabalho no país.

Destaca-se que no processo de reestruturação produtiva as metrópoles, nas diferentes abordagens, são contempladas como as 'regiões ganhadoras´(Benko e Lipietz, 1994) dos

fluxos de capitais no âmbito da economia global. Contudo, do ponto de vista das migrações internas no Brasil tratam-se dos espaços que vem sendo marcado como regiões perdedoras de população, em particular São Paulo. De fato, é essa concentração territorial hegemônica que se volta para o mundo globalizado, contudo permanece o papel redesenahdo dessas localidades no contexto nacional. Este é o palco dos grandes fluxos migratórios nacionais no Brasil: as regiões metropolitanas, que (re)configuram seus processos migratórios justamente pela articulação que passam a estabelecer em outra escala, a escala global.

Faz sentido, portanto, ter entendido que as grandes transformações na rede urbana brasileira e na redistribuição da população e das migrações tivessem se iniciado justamente pelas concentrações metropolitanas (Baeninger e Brito, 2005). "As cidades representam lugares específicos, espaços da estrutura social, da dinâmica interna e da nova ordem global [...] as estruturas-chaves da economia mundial estão necessariamente situadas nas cidades" (Sassen, 1990: 4). As dinâmicas nacionais e globais não são excludentes, afirma Sassen (2010); a autora completa analisando que as relações entre o local e o global podem ocorrer de múltiplas formas, sem que haja uma hierarquia entre os níveis.

A experiência brasileira, e particularmente do Estado de São Paulo (Baeninger, 2006) e do Rio de Janeiro (Oliveira, 2010), indica possíveis arranjos regionais e locais no processo de urbanização e suas migrações, refletindo possíveis impactos territoriais do processo de reestruturação produtiva.

Gottdiener (1990) afirma que processos socioeconômicos experimentados em décadas anteriores contribuíram para uma nova forma de espaço, mesmo antes da reestruturação pós-fordista. O eixo explicativo para a configuração das novas espacialidades é a desconcentração. O autor enfatiza que a reestruturação urbana está baseada na problemática da desconcentração, entendida como o aumento absoluto de população e o adensamento de atividades sociais em áreas fora das tradicionais regiões urbanas e dos maiores centros populacionais. "Nessa visão, o processo de desconcentração implica tanto um movimento socioeconômico que sai das cidades centrais mais antigas para áreas afastadas – ou descentralização – quanto o surgimento de aglomeração tipo cidade e a formação de densidade social em áreas afastadas – ou concentração [...] em resumo, escolho o termo desconcentração para descrever os padrões atuais de crescimento polinucleado porque ele apreende a dispersão regional maciça de pessoas, comércio, indústria e administração pública, juntamente com a reestruturação contemporânea de tais regiões em domínios multicentrados – esparramados por vários quilômetros e localizados em todo lugar do país, especialmente naquelas áreas consideradas antigamente imunes ao desenvolvimento urbano" (Gottdiener, 1993:19).

As análises de Gottdiener suscitam que se mencione a discussão acerca dos processos de reestruturação urbana vis-a-vis os processos de urbanização, de redistribuição espacial da população e das atividades econômicas. No movimento de desconcentração, apontado por Gottdinier, é importante resgatar que o próprio fenômeno pode ter contribuído para a formação e surgimento de espaços urbanos selecionados, os quais se fortalecem e se recriam diante do atual processo de reestruturação econômica. Nesse sentido, as novas espacialidades resultariam, em parte, de processos socioeconômicos-espaciais derivados de uma etapa prévia à reestruturação produtiva, preparando e abrindo espaço para os espaços da globalização.

De fato, a dinâmica interna das cidades e regiões constitui elemento fundamental para a configuração das migrações, onde a dimensão territorial do processo de reestruturação produtiva é marcado pelas migrações interestaduais de longa distância, sendo as migrações intra-regionais,

intrametropolitanas e intra-estaduais expressões locais dos processos sociais que podem ter elementos do global (Sassen, 2010).

Assim, o tema das migrações internas no Brasil adquire importância crescente nos estudos de população no século 21. De um lado, as migrações de longa distância redesenham seus trajetos e seus significados; de outro lado, as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbanas-urbanas. Analiso, portanto, que o deslanchar dos processos migratórios recentes tem suas raízes de transformações desde os anos 1980, quando as clássicas interpretações da migração ancorada somente no desempenho econômico das áreas alcançaram seus limites. Os processos migratórios nacionais, imersos em um novo contexto socioeconômico e urbano nacionais e globais, imprimem espaços da migração marcados por diferentes "condição migratória": áreas de retenção de população, áreas de perdas migratórias e áreas de rotatividade migratória.

Quando se considera os movimentos migratórios interestaduais e suas trocas migratórias pode-se verificar entre 1995 e 2009, a manutenção no número de Estados ganhadores de população: 17 Estados entre 1995-2000 e entre 1999- 2004. Entre 2001-2006 e 2004-2009, no entanto, foram, respectivamente, 12 e 13 os Estados com ganhos migratórios, refletindo a situação de trocas migratórias negativas dos Estados da Região Norte, as oscilações nas tendências da migração de alguns Estados da Região Nordeste e a nova posição de São Paulo e Rio de Janeiro no cenário de perdas migratórias no contexto das migrações internas no Brasil (Tabela 1).

Ainda que a PNAD 2009 aponte para o decréscimo do saldo migratório negativo do Estado de São Paulo e trocas positivas para o Estado do Rio de Janeiro, no início do século 21, as migrações internas tornaram-se ainda mais complexas, sem a definição – que anteriormente poderia se visualizar – dos rumos da migração no país, considerando o comportamento verificado em décadas ou quinquênios anteriores.

Os anos 2000 indicam a necessidade de revisão da relação migração- industrialização, migração-desconcentração industrial, migração-emprego no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva. Na minha interpretação, embora se deslocando da clássica relação entre dinâmica econômica e migração, é essa nova configuração produtiva em âmbito nacional e internacional que constitui o pano-de- fundo do dinamismo atual das migrações internas no Brasil. Nesses espaços os fluxos mais volumosos e de longo distância são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas. Nesse sentido, as migrações assumem um caráter mais reversível (Domenach e Picouet, 1990) em comparação com décadas anteriores, nas quais as explicações da migração estavam pautadas na capacidade de atração do destino migratório, mesmo que em uma leitura histórico-estrutural (Singer, 1973). O fenômeno da reversibilidade das migrações internas diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno.

É nesse contexto, que a migração interestadual, para o conjunto do país, continuou exibindo decréscimos em seus volumes: passou de 5,2 milhões, entre 1995-2000, para 4,6 milhões, entre 1999-2004, e de 4,4 milhões, de 2001-2006, para 3,2 milhões entre 2004-2009. Esse decréscimo, contudo, não implica em uma tendência à estagnação das migrações; ao contrário, denota outros arranjos da própria migração interna, bem como seus atuais desdobramentos, com novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais.

Para o entendimento deste novo cenário das migrações no país é necessário que se observe as tendências atuais da Região Nordeste. Com uma tendência que se delineia desde os últimos vinte anos, a Região Nordeste continuou o decréscimo em seus saldos migratórios negativos, de

763 mil pessoas, entre 1995-2000, para 86 mil pessoas, entre 1999-2004, alcançando 53 mil e 168 mil pessoas, respectivamente, entre 2001-2006 e 2003-2008.

Entre 2004-2009 o saldo negativo migratório para a região Nordeste manteve-se em 187 mil pessoas, o que indica a força da migração de retorno na composição de sua imigração. Esta nova face e nova fase da imigração para o Nordeste estão relacionadas ao contexto atual da Região Metropolitana de São Paulo, em especial, e do Rio de Janeiro, e a reorganização da indústria no território nacional (Coutinho, 1998) e internacional (Sassen, 1988).

TABELA 1. Volumes de Imigração, Emigração e Trocas Migratórias. Unidades da Federação, 2001-2009

Regiões/UFs	2001/2006			2003/2008			2004/2009		
	Imigração	Emigração	Trocas	Imigração	Emigração	Trocas	Imigração	Emigração	Trocas
Rondônia	36.000	56.801	-20.801	40.772	47.555	-6.783	34.249	32.206	2.043
Acre	17.762	13.154	4.608	12.112	8.552	3.560	13.059	13.026	33
Amazonas	51.792	54.600	-2.808	48.307	40.282	8.025	63.102	35.594	27.508
Roraima	36.602	7.071	29.531	17.782	8.441	9.341	15.351	14.675	676
Pará	198.158	174.718	23.440	156.954	154.535	2.419	118.292	160.200	-41.908
Amapá	17.823	19.769	-1.946	13.804	29.121	-15.317	19.987	11.073	8.914
Tocantins	67.730	90.055	-22.325	63.545	69.262	-5.717	50.491	82.316	-31.825
NORTE	425.867	416.168	9.699	353.276	357.748	-4.472	314.531	349.090	-34.559
Maranhão	154.041	220.748	-66.707	102.757	155.762	-53.005	125.387	154.859	-29.472
Piauí	99.490	110.842	-11.352	59.821	63.869	-4.048	74.798	104.822	-30.024
Ceará	174.343	136.014	38.329	111.564	98.968	12.596	93.740	98.073	-4.333
Rio G. Norte	85.063	54.640	30.423	54.220	41.653	12.567	60.182	37.047	23.135
Paraíba	112.330	137.991	-25.661	56.340	86.270	-29.930	74.291	70.917	3.374
Pernambuco	194.317	204.361	-10.044	123.499	133.613	-10.114	100.769	107.334	-6.565
Alagoas	70.769	105.894	-35.125	30.839	66.038	-35.199	43.936	80.757	-36.821
Sergipe	38.472	44.775	-6.303	50.366	36.889	13.477	37.736	36.573	1.163
Bahia	339.133	306.116	33.017	221.228	296.299	-75.071	203.885	312.211	-108.326
NORDESTE	1.267.958	1.321.381	-53.423	810.634	979.361	168.727	814.724	1.002.593	-187.869
Minas Gerais	417.502	378.067	39.435	319.885	263.585	56.300	288.373	276.196	12.177
Espírito Santo	137.501	82.150	55.351	83.903	8.104	25.799	107.421	54.674	52.747
Rio de Janeiro	210.038	251.634	-41.596	193.793	181.624	12.169	141.459	165.522	-24.063
São Paulo	765.469	972.567	-207.098	621.058	640.710	-19.652	535.376	588.652	-53.276
SUDESTE	1.350.510	1.684.418	-153.908	1.218.639	1.144.023	74.616	1.072.629	1.085.044	-12.415
Paraná	262.629	274.548	-11.919	213.816	202.567	11.249	203.613	171.868	31.745
Santa Catarina	217.714	127.768	89.946	153.209	83.366	69.843	194.033	113.545	80.488
Rio G. do Sul	93.457	130.950	-37.493	67.083	107.893	-40.810	90.036	104.016	-13.980
SUL	573.800	533.266	40.534	434.108	393.826	40.282	487.682	389.429	98.253
Mato G. do Sul	120.126	80.308	39.818	70.358	75.524	-5.166	57.900	50.205	7.695
Mato Grosso	142.130	85.618	56.512	93.458	109.856	-16.398	78.627	90.654	-12.027
Goiás	245.943	172.383	73.560	246.078	146.775	99.303	264.087	135.031	129.056
Distrit Federal	157.092	169.876	-12.784	101.190	120.628	-19.438	149.903	138.037	11.866
C. OESTE	665.291	508.185	157.106	511.084	452.783	58.301	550.301	413.927	136.590
TOTAL		4.463.418			3.327.741			3.240.083	

Fonte: FIBGE (PNAD 2006, 2008, 2009).

No período 1995-2000 apenas Rio Grande do Norte registrava saldo positivo nas trocas migratórias interestaduais, tendência que havia se ampliado para Piauí, Ceará, Paraíba e Sergipe, no período 1999-2004. Entretanto, para o período 2001-2006 e 2003-2008/2004-2009, somente Rio Grande do Norte e Ceará continuam apresentando trocas migratórias interestaduais positivas, com a Bahia registrando saldo positivo entre 2001-2006, mas saldo negativo para o período 2003-2008 e entre 2004-2009 (108.326 pessoas); ressalte-se, contudo, que as oscilação nessas perdas migratórias do Estado da Bahia dizem respeito muito mais aos Estados de Goiás, Pará, Mato Grosso, do que com os estados da Região Sudeste.

As dinâmicas migratórias dos Estados do Nordeste são profundamente marcadas por oscilações em temos de recuperação, absorção e expulsão de suas populações que refletem tanto os processos intra-regionais, como a instabilidade das tendências dos movimentos migratórios de retorno. De um lado, o Rio Grande do Norte e o Ceará vêm conseguindo manter trocas migratórias positivas com as demais UFs, do outro lado, o Estado da Bahia é um dos melhores exemplos; com uma trajetória de perdas migratórias por mais de cinquenta anos – apesar do decréscimo em seu volume como um todo – a PNAD 2006 revelou maior contingente de imigrantes (339.133 pessoas) do que de emigrantes (306.116), com um saldo migratório positivo de 33.017 pessoas para esse Estado. No entanto, a PNAD 2008 e 2009 apontam perdas migratórias de 75 mil pessoas e de 108.326, respectivamente, para a Bahia. Nesse contexto, torna-se pertinente, mais uma vez destacar, as análises a respeito da reversibilidade das migrações, como aponta Domenach e Picouet (1990).

A compreensão das migrações no Nordeste passa, necessariamente pela nova realidade da Região Sudeste. Os movimentos migratórios, do início do século XXI, transformaram os grandes Estados de atração populacional dos anos 70 - São Paulo e Rio de Janeiro - em áreas de perdas migratórias. Nas PNADs 2006, 2008 e 2009 é possível identificar que a imigração para São Paulo diminuiu para 765.469 em 2001-2006 para 621.058 entre 2003-2008, chegando a 535.376 migrantes nacionais para o período 2004-2009 – quando, no período 1995-2000, esta imigração ainda havia sido de 1.223.809 migrantes interestaduais.

Com isso, nas trocas migratórias, o Estado de São Paulo passou de um ganho de migrantes (339.688), no período 1995-2000, para uma perda de -207.098 pessoas, entre 2001-2006, diminuindo esta perda -19.652 pessoas entre 2003-2008 e -53.276 entre 2004-2009. Deve-se ressaltar que estas perdas podem estar relacionadas, muito mais, às saídas de população da Região Metropolitana de São Paulo, com histórico consolidado de migrações interestaduais – em especial nordestina-, do que ao cenário do interior paulista, que vem expandindo suas áreas de migração com o Nordeste mais recentemente (Baeninger, 2002).

O Rio de Janeiro teve seu volume de imigrantes diminuído (de 319.749, entre 1995-2000, para 210.038, entre 2001-2006, com declínio mais intenso, no período 2003-2008, para 193.793 imigrantes e 141.459 no período 2004-2009, embora com menor força que o decréscimo para São Paulo. O saldo migratório negativo foi de -41.596 migrantes, entre 2001-2003, positivo de 12.169 pessoas, no período 2003-2008, voltando a ser negativo entre 2004-2009 (-24.063).

Para as antigas áreas de fronteiras agrícolas, as mudanças nos movimentos migratórios também foram expressivas. Na Região Norte, o início dos anos 2000 aponta a inversão dos processos migratórios em Rondônia. Ainda no período 1995-2000, o Estado registrava trocas migratórias interestaduais positivas (10.591 pessoas), passando para um saldo migratório negativo entre 1999-2004 (-6.193), indicando no período 2001-2006 aumentos em suas perdas migratórias (-20.801 migrantes). Porém, o redesenho dessas áreas com a expansão da "nova

fronteira agrícola" (Cano, 2011) já se fez sentir nos movimento migratórios do período 2003-2008 com declínio das perdas migratórias, para -6.783 , voltando a ter ganhos populacionais entre 2004-2009, em especial Rondônia e Amapá.

Na Região Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul que apresentava tendência de perda de população em 1995-2000 (com saldo negativo de 11.029 migrantes), diminuiu sua emigração, passando a um saldo positivo de 39.818 migrantes, entre 2001-2006. Todavia, no período 2003-2008, esse Estado volta a apresentar trocas migratórias negativa de -5.166 pessoas e oscilando para saldo migratório positivo entre 2004-2009 (7.695 pessoas). Outra tendência inversa no Centro-Oeste é registrada pelo Distrito Federal que de ganhos migratórios, ainda em 1995-2000 (27.649 pessoas), passou para uma perda de população em 2001-2006 de 12.784 pessoas, com maiores volumes (-19.438) negativos no período 2003-2008, mas também voltando a ganhos migratórios entre 2004-2009 (11.866 pessoas). O Estado do Mato Grosso nos três períodos (1995-2000, 1999-2004 e 2001-2006), apresentou saldo positivo em suas trocas migratórias, porém, no período recente (2003-2008), passou a ter saldo negativo de -16.398 pessoas, com perdas migratórias entre 2004-2009 (-12.027 pessoas). Nota-se, portanto, as tênues fronteiras entre as "condições migratórias" mesmo dos atuais pólos migratórios no país.

O importante a reter aqui são os níveis escalares em que se operam tais fenômenos migratórios e sua manifestação local/regional e nacional.

Cabe ainda destacar que, a Região Sul passou a ter saldo positivo no âmbito nacional, de um para outro período: de -19.200, no período 1995-2000, para 40.534 migrantes, entre 2001-2006, com manutenção do saldo de 40.282 pessoas, no período 2003-2008 e de 98.253 migrantes, em função principalmente pelos ganhos migratórios de Santa Catarina.

Considerando-se o Índice de Eficácia Migratória[2] interestadual, nos períodos 1995-2000, 1999-2004, 2001-2006, 2003-2008 e 2004-2009, nota-se que o país vivencia uma intensa mobilidade da população, com o aumento das áreas de rotatividade migratória, onde o índice de eficácia migratório, tanto positivo quanto negativo, são bastante próximo de zero (Tabela 2). Ou seja, já não há mais áreas de grande retenção migratória e nem de elevada perda migratória. Isto já fica evidente quando observado o comportamento em termos de grandes regiões brasileiras; da Região Norte a Região Sul os índices de eficácia migratória se situam na faixa entre -0,05 e 0,14, ou seja, muito distante dos extremos do indicador (-1 como área de evasão e +1 como área de retenção migratória), há sim um intenso movimento de rotatividade migratória no Brasil, com o indicador situando-se próximo de zero (entra migrantes e saem migrantes).

Assim, os Estados com índice de eficácia próximo ao de rotatividade migratória – mesmo com valores negativos (entre –0,12 e 0,12) – são, no período 2004-2009: Rondônia, Acre, Amazonas, Maranhão, Ceará,Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso,Rio Grande do Sul e Distrito Federal, compreendendo dezessete estados brasileiros.

Os Estados com capacidade de retenção migratória (IEM acima de 0,12, com valor superior de 0,30), no período 2004-2009 totalizam apenas 5 estados: Amazonas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás.

Já as áreas de perdas migratórias (IEM entre -0,12 e –0,30) são apenas: Pará, Tocantins, Piauí, Alagoas, Bahia. Destaca-se que essas áreas têm apresentado também oscilações em suas "condições migratórias" como demonstra a evolução do IEM.

[2] Este índice varia de 0-1; quanto mais próximo de 1 será uma área de forte retenção migratória.

O entendimento das migrações internas atuais, a partir desse novo olhar para os processos migratórios, conduz à substituição de conceitos historicamente datados, tais como: a) áreas de evasão por áreas de perdas migratórias; b) áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória; c) áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória.

Duas dimensões estão particularmente presentes na re-definição desses processos: em primeiro lugar, a própria reversibilidade (Domenach e Picouet, 1990) dos diferentes fluxos migratórios, em especial as oscilações nos volumes de emigração e imigração e suas novas modalidades; em segundo lugar, a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas.

TABELA 2. Índice de eficácia migratória por Regiões e Unidades da Federação. Brasil, 1995-2009

UFs	1995/2000	1999/2004	2001/2006	2003/2008	2004/2009
Rondônia	0,07	-0,06	-0,22	-0,08	0,03
Acre	-0,08	0,06	0,15	0,17	0,01
Amazonas	0,21	0,09	-0,03	0,09	0,28
Roraima	0,54	0,48	0,68	0,36	0,02
Pará	-0,13	0,11	0,06	0,01	-0,15
Amapá	0,49	0,28	-0,05	-0,36	0,29
Tocantins	0,07	-0,15	-0,14	-0,04	-0,24
NORTE	0,06	0,07	0,01	-0,01	-0,05
Maranhão	-0,46	-0,18	-0,18	-0,21	-0,11
Piauí	-0,23	0,02	-0,05	-0,03	-0,17
Ceará	-0,07	0,08	0,12	0,06	-0,02
Rio G. Norte	0,04	0,33	0,22	0,13	0,24
Paraíba	-0,23	0,18	-0,1	-0,21	0,02
Pernambuco	-0,26	-0,06	-0,03	-0,04	-0,03
Alagoas	-0,39	-0,03	-0,2	-0,36	-0,30
Sergipe	-0,04	0,03	-0,08	0,15	0,02
Bahia	-0,35	-0,13	0,05	-0,15	-0,21
NORDESTE	-0,27	-0,03	-0,02	-0,09	-0,10
Minas Gerais	0,05	0,04	0,05	0,1	0,02
Espírito Santo	0,15	-0,01	0,25	0,18	0,33
Rio de Janeiro	0,08	-0,21	-0,09	0,03	-0,08
São Paulo	0,16	-0,09	-0,12	-0,02	-0,05
SUDESTE	0,12	-0,07	-0,05	0,03	-0,01
Paraná	-0,06	-0,02	-0,02	0,03	0,08
Santa Catarina	0,18	0,21	0,26	0,3	0,26
Rio Grande Sul	-0,15	-0,11	-0,17	-0,23	-0,07
SUL	-0,02	0,03	0,04	0,05	0,11
Mato Grosso do Sul	-0,05	-0,04	0,2	-0,04	0,07
Mato Grosso	0,15	0,41	0,25	-0,08	-0,07
Goiás	0,37	0,3	0,18	0,25	0,32
Distrito Federal	0,07	-0,14	-0,04	-0,09	0,04
Centro-Oeste	0,18	0,16	0,13	0,06	0,14
TOTAL	5.196.142	4.635.641	4.463.418	3.327.741	3.240.083

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000, e PNAD 2004, 2006 , 2008 e 2009.

O caso de Estado de São Paulo é indicativo de tais alterações. Considerado o pólo nacional das migrações no Brasil por mais de 50 anos caracteriza-se por distintas "condições migratórias". Nas principais trocas migratórias ocorridas entre 2004-2009, dentre os estados brasileiros, São Paulo apresentou-se como área de forte perda migratória para os estados da região Sul e Centro-Oeste - com destaque para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso – e também para o Estado do Amazonas. Com os estados do Pará (na Região Norte) e Rio de Janeiro (na Região Sudeste) constitui área de retenção da migração. Já com os restantes 20 estados brasileiros caracteriza-se como área de rotatividade migratória.

Como se poderia visualizar essa configuração migratória para São Paulo dez anos atrás? Como mantermos a hipótese de que esta tendência atual de rotatividade migratória permanecerá? A passagem de uma "condição migratória" de retenção, perda ou rotatividade migratória para as áreas requer o entendimento da complexidade que o fenômeno migratório assumiu no século 21, tanto pela generalização do processo de urbanização, quanto pelas modalidades migratórias advindas de deslocamentos de curta distância.

As informações sobre migração da PNAD 2009 indicam os maiores volumes nos fluxos migratórios internos, para o período 2004-2009, entre os seguintes estados:

- Do Maranhão (Região Nordeste) para o Pará (Região Norte) e do Pará para o Maranhão, constituindo o maior fluxo migratório fora da Região Sudeste
- De São Paulo para a Bahia, Minas Gerais e Paraná: com saldos negativos para São Paulo
- Do Distrito Federal para Goiás
- Do Paraná para Santa Catarina
- Do Rio de Janeiro para Minas Gerais e São Paulo
- Da Bahia para Goiás

Nesse contexto de redefinição de áreas de retenção e perdas migratórias, redesenha-se a mobilidade espacial da população no Brasil, com processos migratórios que resultam na expansão dos espaços de rotatividade migratória. A tendência de perda migratória do Sudeste, evidenciada já entre 1999-2004 (Cunha, 2006; Hakkert e Martine, 2006; Brito e Carvalho, 2006), revela a consolidação dos espaços da migração no país, onde a complementaridade migratória - historicamente existente entre Nordeste-Sudeste – se redefine num cenário de rotatividade migratória. Não se trata apenas das "duplas migratórias", como definie Wendin (2001) para as migrações internacionais, herdadas do desenvolvimento do capitalismo no país.

Pode-se caracterizar os espaços da migração no Brasil na última década da seguinte maneira:

i) área de retenção migratória nacional e regional, ou seja, o novo pólo das migrações, o Estado de Goiás, situado na região Centro-Oeste e área de expansão da fronteira agropecuária
ii) áreas de retenção migratória regional, estados do Mato Grosso (Região Centro-Oeste), Pará (Região Norte), Rio Grande do Norte (Região Nordeste), Espírito Santo (Região Sudeste) e Santa Catarina (Região Sul);
iii) área de rotatividade migratória nacional: São Paulo e Rio de Janeiro, em especial suas metrópoles

É nesse sentido, que se pode observar nas migrações internas do Brasil, na primeira década do século 21, uma faixa que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí até o Pará (áreas dos commodities exportáveis, fronteira mineral e agropecuária), caracterizada pelas as maiores áreas de retenção migratória. Já o outro corredor

da migração nacional é historicamente conformado pelos fluxos Nordeste-Sudeste, e agora pelos seus refluxos Sudeste-Nordeste, onde transitam os volumes mais elevados da migração do país, com intensas áreas de rotatividade migratória; reconfiguram-se espacialidades migratórias em âmbito sub-regional, como são os casos de Minas Gerais, Bahia e São Paulo. Essas espacialidades sub-regionais também são observadas na Região Sul, com o Estado de Santa Catarina. Já no Norte/Nordeste do país, as novas áreas de expansão da fronteira agrícola, ganham importância na recepção dos fluxos migratórios do Pará e da atual retenção migratória de Roraima.

Para o entendimento da migração na escala nacional/regional é importante voltar as análises à clássica relação migração e emprego, embora não seja suficiente para explicar sozinha as migrações em seu conjunto. Considerando o estoque de emprego formais em 2000 e 2010 (Tabela 3), poder-se-ia concluir que o menor incremento dos empregos no Sudeste na década (em torno de 60%) em relação às demais regiões, em especial Norte (120%) e Nordeste (83%) explicam em grande medida, a diminuição nos volumes de emigrantes dessas regiões, bem como a migração de retorno; contudo, permanece expressiva a emigração para o Sudeste, possivelmente, articulada com os empregos não formais. Considero, assim, que a reprodução desses fluxos migratórios estão vinculados com processos da reestruturação produtiva internacional, sendo necessários estudos que capte a especificidade dos fluxos e os lugares que os compõem.

TABELA 3. Estoque de Empregos Formais. Grandes Regiões - Brasil, 2000/2010

Grandes regiões			Participação relativa (%)		Variação 2010/2000	
	2000	2010	2000	2010	Absoluta	Relativa (%)
Norte	1.094.347	2.408.182	4,17	5,46	1.313.835	120,06
Nordeste	4.374.693	8.010.839	16,68	18,18	3.636.146	83,12
Sudeste	14.042.219	22.460.999	53,54	50,97	8.418.780	59,95
Sul	4.624.950	7.557.531	17,63	17,15	2.932.581	63,41
Centro- Oeste	2.090.693	3.630.804	7,97	8,24	1.540.111	73,67
Brasil	**26.226.902**	**44.068.355**	**100**	**100**	**17.841.453**	**68,03**

Fonte: RAIS/MTE – 2000/2010. Queiróz (2011).

Os dados são contundentes, entre 2000 e 2010 diminui a participação relativa do Sudeste e Sul no estoque de empregos formais no Brasil, enquanto as demais regiões veem ampliadas suas capacidades de geração de empregos.aumentam, com destaque para o Nordeste e Norte. A análise desagregada por UFs selecionadas mostra que todos os estados do Nordeste, entre 2000/2010, tiveram aumento relativo no estoque de empregos formais – chegando a Bahia a ter um aumento absoluto de mais de um milhão (Tabela 4). Em termos relativos, no entanto, nota-se que o estado de São Paulo ficou abaixo da média nacional, que foi de 68%. Entre 2000 e 2010, somente o estado de São Paulo diminui a sua participação relativa no estoque de empregos formais de 65% em 2000 para 61% em 2010. Essa mesma tendência se pode observar para as regiões metropolitanas do Sudeste (Tabela 5). Todas as metrópoles fora do Sudeste alcançaram um estoque de empregos acima de um milhão; a RM de Fortaleza foi o grande destaque (com incremento relativode 84,7% no período), seguido de Recife e Curitiba. Por outro lado, as metrópoles do Sudeste e Sul tiveram menores incrementos, com destaque para a RM de São Paulo, com 55% de aumento nos seus empregos formais e RM do Rio de Janeiro, com 42%; essas áreas estão fortemente vinculadas aos processos da economia global e, portanto, ainda lideram em números absolutos a geração de empregos formais, ao

mesmo tempo que devem reproduzir um estrato muito elevado de empregos não formais, característicos da reetruturação produtiva atual (Sassen, 2010).

TABELA 4. Estoque de Empregos Formais

UFs Selecionadas	2000	2010	Variação 2000-2010	
			Absoluta	Relativa
Maranhão	284.792	636.625	351.833	123,54
Piauí	205.729	377.463	171.734	83,48
Ceará	691.090	1.325.792	634.702	91,84
Rio Grande do Norte	315.488	575.026	259.538	82,27
Paraíba	339.126	579.504	240.378	70,88
Pernambuco	882.896	1.536.626	653.730	74,04
Alagoas	272.183	470.992	198.809	73,04
Sergipe	206.054	369.579	163.525	79,36
Bahia	1.177.335	2.139.232	961.897	81,7
São Paulo	8.049.213	12.873.605	4.824.392	59,94
Total	12.423.906	20.884.444	8.460.538	68,1

Fonte: RAIS/MTE – 2000/2010. Queiróz (2011).

TABELA 5. Estoque de Empregos Formais. Regiões Metropolitanas MTE, 2000/2010

RM	2000	2010	Variação 2000/2010	
			Absoluta	Relativa(%)
Fortaleza	495.381	914.949	419.568	84,7
Recife	620.939	1.016.074	395.135	63,64
Salvador	702.165	1.067.566	365.401	52,04
Belo Horizonte	1.192.030	1.907.583	715.553	60,03
Rio de Janeiro	2.176.864	3.106.731	929.867	42,72
São Paulo	4.630.539	7.166.407	2.535.868	54,76
Curitiba	730.766	1.180.289	449.523	61,51
Porto Alegre	952.988	1.327.552	374.564	39,3
Total	11.501.672	17.687.151	6.185.479	53,78

Fonte: RAIS/MTE – 2000/2010. Queiróz (2011).

Dedecca (2011:1) analisa a participação da migração nos anos 2000 no conjunto da população e no mercado de trabalho com os dados das PNADs; conclui que "os resultados apontam uma menor densidade do processo de migração atualmente, sendo que sua relação com o mercado de trabalho apresenta características mais positivas. Ademais, não sinaliza o recrudescimento da migração frente ao crescimento da economia [...] Ao contrário, sugerem que o padrão de crescimento menos concentrado espacialmente, as políticas sociais e o crescimento populacional mais lento podem estar contribuindo para uma maior retenção da população em suas regiões de origem" (p. 8). Embora concorde com o autor, ressalte-se, contudo, que tais informações não captam as constantes idas e vindas, outras temporalidades e espaços constituintes das migrações internas no Brasil hoje, reforçando cada vez mais o papel de uma força de trabalho móvel.

Concluo, que o cenário migratório do século 21 apresenta dois grandes vetores redistributivos nacionais. O primeiro é caracterizado pela "dispersão migratória metropolitana", que em nível nacional é marcado pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais que partem do Sudeste em direção ao Nordeste. De maneira complementar, no âmbito intra-estadual, esta tendência se evidencia com a conformação de importantes fluxos migratórios metrópole-interior. Nesse sentido, o segundo vetor refere-se a "interiorização

migratória", com trajetórias migratórias de mais curtas distâncias, envolvendo aglomerações urbanas e espaços não-metropolitanos, expressos na maior retenção de população migrante nos estados e nas regiões demográficas. A reversibilidade dos processos migratórios adquire significado distinto quando se contempla dinâmicas urbano-regionais especifícas.

Esses dois vetores, a meu ver, expressam relações diferenciadas no entendimento das migrações internas no Brasil e seus niveis de escalonamento na inserção da economia global. No vetor da dispersão migratória – notadamente marcado pelos maiores volumes de imigrantes/emigrantes e pela alta rotatividade entre o Nordeste-Sudeste – a penetração da economia global é catalisadora da intensa mobilidade, constituindo uma força de trabalho móvel; assim, como o é para as migrações internacionais (Sassen, 1988; Massey,1998). As características dessa economia global se manifestam nas grandes concentrações urbanas – para Sassen (1988) nas cidades globais na escala nacional que é articulada com a dinâmica e circuitos do global: diferentes fluxos de capital, as cadeias produtivas, a dispersão geográfica da produção industrial, os mercados financeiros (Sassen, 2010) e da estrutura política da economia global (Massey, 1998). "As conexões criadas pela internacionalização econômica vão desde offshoring da produção e o estabelecimento de uma agricultura orientada para exportação por meio de investimentos estrangeiros [...] o desenvolvimento da agricultura comercial e da manufatura padronizada orientada para a exportação deslocou economias tradicionais [...] contribuiu para a mobilização de pequenos produtores e produtos artesanais deslocados no sentido de migrações laborais, que inicialmente podem ser internas, mas que se tornam internacionais" (Sassen, 2010 p. 122).

Já o vetor da interiorização das migrações é a expressão da escala local (mesmo com vínculos com o global) e seus nexos com os processos que se operam concretamente naquele território, inclusive com um forte componente positivo da relação migração/emprego; é o lugar da diversificação das modalidades migratórias e dos deslocamentos de população em suas espacialidades. De fato, enquanto as migrações urbana-urbana no Brasil, no período 1995-2000, correspondeu a 75% do total das migrações interestaduais, no âmbito intra-estadual ela corresponde a 67%, com importantes participações dos fluxos rurais-urbanos e rurais-rurais dependo dos estados em que se processas.

Rotatividade migratória ou circulação?

O fenômeno migratório atual apresenta especificidades que indicam tanto sua complexidade, advinda do processo de reestruturação urbana e econômica, quanto seu importante papel na conformação de espaços regionais e locais. O entendimento do fenômeno como processo histórico-social, como já indicava Singer (1973), constitui a raiz do entendimento também para os processos migratórios urbanos atuais. As localidades de partida e chegada, contudo, não se configuram mais como as antigas áreas de origem e destino conforme pensadas para a migração rural-urbana desde suas formulações clássicas (Lee, 1960, Singer, 1973). O expressivo retorno migratório revela configurações da migração e de trajetórias urbanas-urbanas não contempladas nos conceitos datados em seu tempo histórico.

Poder-se-ia, então, recorrer ao conceito de circulação para as análises dos processos migratórios atuais?

Zelinsk (1971) define circulação como uma etapa de transição para movimentos migratórios permanentes, diferenciando circulação de migração, uma vez que a primeira não implica em mudança de residência e com restrita temporalidade. O autor define circulação como "a great variety of movements, usually short-term, repetitive, or cyclic in nature, but all having in commom

the lack of any declared intention of a permanent or long-lasting change in residence" (p.226). Nesta mesma direção, Chapman, Muray e Prothero (1985) denominam circulação como um conceito que substitui migração, quando não há mudança permanente de residência. Skeldon (1990: 293) destaca "(…) the process of wage labor circulation must refer to many interrelated macro factors – land inequality, pauperization, uprooting, rural exodus, conditions maintaining both rural and urban poverty, disarticulation of links between village and town, spatial- economic disorganization, urban polarization of resources, the parasitic character of urban areas and possibly many more. Collectively these may be called the working of a syndrome of poverty and mobility. Wage labour circulation is just one manifestation of this syndrome" .

Essas interpretações conceituais, portanto, ainda estão baseadas em um excedente populacional na origem rural que circula por trabalhos sazonais ou temporários no lugar de destino. Ainda na perspectiva das migrações rurais-urbanas, a circulação traduziria a complementaridade dos deslocamentos de população; tais conceitos partem de uma sociedade em transição para o mundo urbano, onde as mudanças na estrutura agrária geram também um contingente de força de trabalho móvel (Spaan, 1999).

A circulação, em sua formulação clássica, traduz a força de trabalho disponível em meio às transformações geradas pelo urbano e pela industrialização. Na minha proposta de análise, considero, contudo, que este conceito de circularidade, na etapa atual da sociedade urbanizada encontra limites para contemplar a complexidade do fenômeno migratório, uma vez que se baseia em áreas de origem menos dinâmicas para áreas de destino com dinâmicas produtivas e capacidade em emprego, mesmo que temporários ou sazonais. Proponho utilizar o conceito de rotatividade migratória para o entendimento das migrações urbanas (Baeninger, 2011).

Como primeiro pressuposto, considero que a rotatividade migratória refere-se a um fenômeno migratório eminentemente urbano e que - também no âmbito das migrações internas – constitui um fato social total (Sayad, 1990). Ou seja, a imigração e a emigração fazem parte de um mesmo processo social, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social, na dimensão econômica e cultural no local de partida e de chegada; Sayad (1999) se refere ao conceito de *double absence* para o entendimento das migrações internacionais nessa perspectiva.

Incluo como segunda premissa do conceito de rotatividade migratória que este se vincula à expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional. No contexto atual, esse é um excedente populacional urbano gerado tanto na área de origem como na área de destino, que será rotativo dependendo das necessidades do capital e da inserção dessas localidades na divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional. A rotatividade da mão de obra nos processos migratórios – via migrações – contribuirá para atender as demandas e custo da força de trabalho nos locais de chegada e de partida. Quanto mais as regiões vão se inserindo seus segmentos na economia internacional, mais propensas se tornam essas áreas para experimentarem a rotatividade de suas populações, com a fluidez da mão de obra nos setores dessa produção. Oscilará tanto na origem quanto no destino; haverá mão de obra excedente vinculada a este processo global de reestruturação da produção e de circulação de capital. Sassen (2010 p. 100) aponta que "a globalização econômica, desse modo, deve ser entendida em suas diversas localizações e não apenas em termos dos processos amplos, abrangentes e de nível macro que dominam a noção vigente. Além disso, devemos enxergar que certas localizações geralmente não são codificadas como parte da economia global. [...] Essas cidades estão assistindo a uma expansão dos empregos mal- remunerados que não se encaixam nas imagens superiores da globalização, mas fazem parte dela".

É nessa maneira de entender as causas das migrações que conseguiremos avançar na importância que as migrações internas – nos dois vetores redistributivos nacionais – detém em parte como expressão do global; estudos já têm avançado no caso da migração internacional, como já demonstram os estudos de Sassen (1993) e Harvey (1992), dentre outros.

No caso do Nordeste é revelador a inserção de segmentos econômicos na competitividade global. De acordo com estudo do CGEE (2011) estes são: energia e petróleo/gás (no Rio Grande do Norte e Bahia), saúde/fármacos (Recife-PE), metalurgia (São Luis-MA), petroquímica (pólo de Camaçari/BA), software e tecnologiade informação (Salvador, Recife, João Pessoa, Natal e Fortaleza), papel e celulose (Ilhéus- Porto seguro, BA), grãos (BA, MA), equipamentos médico-hospitalares (Caruaru, cariri, Fortaleza, Mossoró e Picos), fruticultura (Ilhéus-Porto Segurto, Petrolina, Juazeiro, Jaguaribe e Mossoró; em menor escala oeste Bahiano, Uruçuí/Gurguéia, Baixo Jaguaribe, Alto Piranhas e sul de Sergipe), eletrônicos (Salvador, Aracaju, Recife e Fortaleza). Destaca-se que no segmento de petróleo e gás "a participação da Petrobrás é destacadamente importante na região [...] sua demanda por serviços técnicos [...] vem impactando a oferta de CT&I e a qualificação de competências profissionais na região" (CGEE, 2011:79). É nesse contexto, portanto, que se pode apreender um fluxo migratório expressivo de doutores que saem do Sudeste em direção Nordeste em anos recentes (Baeninger, 2010 apud CGEE, 2010).

Acrescente-se ainda os segmentos emergentes e com alto conteúdo tecnológico em desenvolvimento no Nordeste, tais como: optoeletrônica, nanotecnologia, biotecnologia e equipamentos médico-hospitalares. As cidades estratégicas no Nordeste locus de CT&I para o desenvolvimento são: macro pólo consolidado (Salvador, recife, Forataleza, João Pessoa e Aracaju), novo macro-polo (São Luis-MA), aglomeraçãio sub-regionais (Barreiras, Vitória da Conquista, Imperatriz, Crato e Juazeiro do Norte), aglomerações locais (Teresina, Sobral, Mossoró, Campina Grande, Caruaru, Petrolina, Arapiraca, Maceió, Feira de Santana, Ilhéus-Porto Seguro). Portanto, circuitos vinculados à lógica global da produção.

No caso dos segmentos do mercado nacional/regional do Nordeste, o estudo do CGEE aponta o dinamismo dos seguintes setores: têxtil e confecção (Fortaleza, Natal, Caruaru, Seridó e João Pessoa), couros e calçados (Jaguaribe, Carira, Cariri, Campina Grande, Vitória da Conquista, Sobral e Fortaleza), biocombustíveis (Balsas, Teresina), artefatos de plástico (Campina Grande, Caruaru, Feira de Santana e Salvador), mineração (Petrolina/Juazeiro, Feira de Santana, Mossoró, Vitória da Conquista e Aracaju), Informática (Ilhéus/porto Seguro), madeira e móveis (Imperatriz/Santa Luzia, Ilhéus/Porto seguro), vinicultura (Petrolina/Juazeiro).

A releitura do conceito de força de trabalho móvel pode ser contemplada como uma dimensão das migrações internas urbanas da atualidade no âmbito do conceito de rotatividade migratória. No contexto atual da reestruturação da economia em nível internacional e seus rebatimentos em âmbitos locais (Harvey, 1992) a força de trabalho móvel urbana tende a crescer, em especial em uma economia baseada nos serviços (Sassen, 2010) com a fluidez também dos movimentos migratórios no atual processo de urbanização no Brasil. Os saldos migratórios para a Região Metropolitana de São Paulo para o período 2000-2010 possibilitam visualizar a dificuldade das informações apreenderem a dinâmica do fenômeno migratório na atualidade, podendo gerar interpretações de uma menor importância desses processos na constituição atual da sociedade brasileira. Se mantivermos apenas o olhar para o destino migratório, como nos anos 1970, poderíamos dizer que o século 21 traria o esvaziamento da migração na maior metrópole brasileira, pois o saldo migratório da RMSP que já era baixa entre 1991-2000, de 24.399 pessoas, passou a ser negativo no período 2000-2010 (-29.968); para o Estado de São Paulo esses saldos foram de 147.443 para

47.265 de uma para outra década (FSEADE, 2011) e para a cidade de São Paulo, mantendo suas perdas migratórias, de -50 mil para -32 mil (Tabela 6).

TABELA 6. Saldos Migratórios. Estado de São Paulo, RMSP e Município de São Paulo, 1991-2000 e 2000-2010

Áreas	População		Taxasde Crescimento População (% ao ano)		Saldos Migratórios	
	2000	2010	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010
Estado de São Paulo	36.974.378	41.213.683	1,82	1,09	147.443	47.265
RMSP	17.852.637	19.667.558	1,68	0,97	24.399	-29.968
Município de São Paulo	10.426.384	11.245.983	0,91	0,76	50.824	32.132

Fonte: FSEADE (2011).

O conceito de rotatividade migratória pressupõe ainda a dimensão espacial para o entendimento dos processos migratórios (Villa e Rodriguez, 1994) e, mais que isto, seus espaços de vida (Courgeau, 1988), com idas-e-vindas, retornos, temporalidades limitadas, incluindo-se a dimensão multiescalar entre áreas urbanas (Vainer, 2002; Brandão, 2007). É no espaço de vida de Courgeau (1988) e no campo social Bourdieu, (1997) onde agentes "ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (...) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos".

A partir da definição teórico-conceitual de considerar as migrações internas no Brasil no século 21 de maneira transescalar, adotando a proposta de Brandão (2007) para a compreensão de território e desenvolvimento, a reversibilidade migratória (Domenach e Picouet, 1990) pode ser também reescalonada a depender dos espaços urbanos em que se processa: desde espaços migratórios internos que transcende as migrações interestaduais – embora essas sejam as expressões nacionais/regionais do que faz parte do global - até espaços locais/nacionais, que em outro grau ou indiretamente se tornam expressões sociais do global em diferentes escalas. "A escala é central e decisiva, material e politicamente, para estruturar processos" (Brandão, 2007 p. 210).

Ao buscar entender o que são os processos migratórios como configuração da migração, considero que a perspectiva de Tarrius (1996) pode nos aportar elementos acerca de territórios circulatórios; isto porque tais espaços são usados como recursos no percurso migratório seja ele interno ou internacional. Os percursos dos migrantes e os novos espaços da migração em sua complexidade demandam a formulação e revisão de conceitos (Simon, 2002). Considero, por um lado, que a análise de fluxos e estoques de migrantes internos podem desconsiderar a multiplicidade e formas das dinâmicas de deslocamentos de população, mas este é o desafio que teremos que enfrentar. Por outro lado, a dificuldade em classificar as migrações como temporárias ou permanentes e, mais que isto, a dificuldade em definir o lugar de residência de um indivíduo, pois este depende de sua percepção subjetiva, do sentimento de pertencimento e de apropriação espacial, que nem sempre coincide com o lugar de residência. Contudo, como analisa Cougeau (1988), dada a dificuldade de se estabelecer a fronteira clara entre o que é uma mobilidade temporária do que é uma migração de longa permanência é recomendável compreendê-las simultaneamente, definindo a porção do espaço onde os indivíduos realizam suas atividades. Segundo o autor, o espaço de vida engloba não apenas lugares de passagem e de permanência mas igualmente todos os outros lugares com os quais o indivíduo se relaciona, mesmo de forma não presencial. Acredito que este seja um caminho teórico-conceitual importante para as explicações da migração no âmbito da construção social de seus espaços no

século 21, tanto como entendimento dos processos mais amplos que ocorrem no âmbito global (Sassen, 2010), como para as manifestações do local que se definem nesses espaços da migração interna e suas vinculações com demais processos internos e internacionais.

Nesse sentido, tenho avançado para explicações acerca das dinâmicas migratórias internas no país que têm se aproximado cada vez mais de aportes teóricos das migrações internacionais, quer seja na vertente do tema das redes sociais (Massey et al, 1998), na vertente da demanda por trabalhadores, como indicado por Krissman (2005), quer seja no contexto das cidades globais (Sassen, 1988, 2010). As noções de campo migratório, por exemplo, para as migrações internacionais (Schaeffer, 2009) serve para comportar uma análise sobre o espaço transnacional estruturado pelos fluxos de migrantes de uma mesma origem, contemplando tanto lugares de partida, como de passagem e de instalação dos migrantes. Além disso, a indefinição na temporalidade dos movimentos migratórios – revelados pela rotatividade migratória - conduz a nos aproximarmos de conceitos antes estabelecidos para as migrações sazonais, articulada a uma circularidade que se diferencia da migração em si pela ausência de uma mudança permanente e por apresentar limite temporal determinado (Zelinsky, 1971; Skeldon, 1990).

As evidências empíricas acerca das migrações internas no Brasil conduzem a novos olhares para a interpretação dos movimentos migratórios e sua descrição, bem como impõe enorme desafios conceituais.

Em termos empíricos, o elemento que mais chama a atenção se refere à complementaridade migratória - como transferências de população do Nordeste para o Sudeste -, que parecia ter diminuído nos anos 80, volta a ser retomada nos 90, porém se redesenha nos 2000. O Nordeste registrava um total de 1,3 milhão de emigrantes para outras regiões, em 1986-1991, elevando-se para 1,8 milhão em 1995-2000; a partir dos anos 2000 diminui para o patamar de 1,3 mil emigrantes no período 2001-2006, e para 980 mil emigrantes entre 2003-2008, mas voltando a um milhão entre 2004-2009. Essas oscilações nos volumes da imigração e emigração entre o Nordeste e Sudeste parecem confirmar as enormes idas-e-vindas, o caráter reversibilidade dos movimentos migratórios internos de longa distância no Brasil.

As migrações no século 21 redefinem seus pólos, configurando mais áreas de retenção da migração do que áreas com uma tendência polarizadora de longa permanência, como foi o caso do Sudeste nos últimos cinquenta anos. Essas modificações são resultados de inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trouxeram efeitos em termos políticos e econômicos. Tais mudanças exercem efeitos sobre a decisão de migrar, e num contexto mais atual, sobre a decisão de permanecer ou não na Região/Estado para a qual migrou em tempos passado.

Entretanto, os volumes de imigração e emigração entre Nordeste-São Paulo não deverão ser muito menores. Em um contexto de enorme transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel – quer seja nas metrópoles do Sudeste ou do Nordeste - e o emprego na indústria oscila conforme o mercado internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais evidente a complexidade do entendimento das migrações internas na sociedade brasileira do século 21. Encontrar caminhos teórico-metodológicos para a nova leitura das migrações internas no Brasil, requer considerar que para a conceitualização de rotatividade migratória torna-se importante destacar que estamos diante de uma nova sociedade: reflexiva (Giddens, 1991), de risco (Beck, 1992), da tecnologia da informação (Castells, 1999). Assim, no caso da compreensão de espaços de "partida e chegada"

tão difusos é imprescindível considerar a articulação de processos locais ao âmbito regional e global, que promovem "mecanismos de desencaixe" como efeito das relações entre o local e o global (Giddens, 1991), com reflexos nos processos de urbanização e nas migrações nos variados contextos regionais.

Por sua vez, as novas territorialidades e os espaços da migração aceleram seu processo de emergência na sociedade de riscos. Nesta, os riscos são compartilhados (Ojima, 2003) e, portanto, a rotatividade migratória – marcada por entradas e saídas - está imersa em um conjunto de "sistemas peritos" da sociedade (Giddens, 1991): desde a facilidade de transportes até a conformação de novos espaços da migração no âmbito local e regional. A intensificação de áreas com rotatividade migratória no país indica a fluidez da força de trabalho em espaços compartilhados da sociedade de risco.Esse parecer ser um caminho promissor para o aprofundamento das interpretações acerca do fenômeno migratório na contemporaneidade e os seus processos de configuração de espaços regionais.

Referências

BECK, U. Autodissolução e auto-risco da sociedade industrial: o que isso siginifica? In: GIDDENS, A.; LASH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. As regiões ganhadoras - distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BILSBORROW, R. E. (Org.). Migration, urbanization and development: new directions and issues. New York: UNFPA/Kluwer, 1996.

BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRIGGS JR, V. R.; The "albatross" of immigration reform: temporary worker policy in the United States. International Migration Review, v. 20, n. 4 (Special Issue: Temporary Worker Programs: Mechanisms, Conditions and Consequences), p. 995-1019, 1986

BRITO, Fausto. As migrações internas na segunda metade do século XX.In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004,Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2004

BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. Parcerias Estratégicas, Brasília, CGEE, n.22, jun.2006.

BRANDÃO, C. A. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

CAIADO, A. S. C. Globalização, reestruturação e desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial – o caso de São Paulo. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, v.10, n.2, 1996.

CANO, W. Novas Determinações sobre a Questão Regional e Urbana após 1980. Texto para Discussão n. 193. Instituto de Economia/UNICAMP, julho de 2011.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 1999.

CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. Themes on circulation in the Third World. Circulation in Third World countries. Londres: Routledge & Kegan Paul, p. 1–26, 1985. COURGEAU, D. Migrants et migrations. Population, New York, n.1, 1973.

COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.50, 1990.

CUNHA, J. M. Migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. Parcerias Estratégicas, Brasília, CGEE, n.22, jun.2006.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. Las migraciones. Tradução de Eduardo Bologna. Córdoba: Republica Argentina, 1996.

_____. El carácter de reversibilidad en el estúdio de la migracion. Nota de Población, Santiago doChile, Ano XVIII, n.49, abr.1990.

EBANKS, E. G. Determinantes socioeconómicos de la migración interna. Santiago de Chile: CELADE, 1993.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. Novos Estudos CEBRAP 29, São Paulo, mar.1991.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

KATZ, E.; STARK, O. Labor migration and risk aversion in Less Developed countries. Journal of Labor Economics, v. 4, n. 1, p. 134–149, 1986

KRISSMAN, F. Sin coyote ni patrón: why the "Migrant Network" fails to explain International Migration. International Migration Review, v. 39, n. 1, pp. 4-44, 2005.

LEE, E. S. Uma teoria sobre migrações. In: MOURA, H. M. (Coord.). Migrações internas: textos selecionados. Fortaleza: BNB-ETENE, 1980.

LIMA, E.; BRAGA, F. Da rotatividade migratória a baixa migração: uma tipologia dos padrões da mobilidade populacional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2010, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2010.

MATOS, C. Capital, población y territorio. In: SEMINÁRIO DISTRIBUCIÓN Y MOVILIDAD

TERRITORIAL DE LA POBLACIÓN Y DESARROLLO HUMANO, 1994, Bariloche, Argentina. Anais... Bariloche: Fundación Bariloche/CENEP/PROLAP, maio/1994.

MATOS, R. E. S. Distribuição espacial da população de Minas Gerais e tendências de desconcentração nas áreas de influência de Belo Horizonte. 1994. Tese (Doutorado) - CEDEPLAR/FACE/UFMG, Belo Horizonte.

MASSEY, Douglas; ARANGO, J.; HUGO, G. KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. Worlds in motion: understanding International Migration at the end of the millennium. Oxford: Oxford University Press, 1998

OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; SIMÕES, André Geraldo. Deslocamentos populacionais no Brasil: uma análise dos censos demográficos de 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2004

PACHECO, C. A. e PATARRA, N. L. Movimentos Migratórios nos Anos 80: novos padrões? In: Encontro Nacional sobre Migração. Anais..., Curitiba, 1997.

RIGOTTI, J. I. R. . Geografia dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 20, p. 237-254, 2006.

SASSEN, S. The global city. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

_____. The mobility of labor and capital. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____.Sociologia da Globalização, Editora Artmed, 2010.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SAYAD, A. La Double absence: dês ilusions de l´emigré aux soufrances de l´immigré. Paris: Seul, 1999. SKELDON, R. Population Mobility in Developing Countries. London; New York: Bedhaven Press, 1990.

SPAAN, E. Labour circulation and socioeconomic transformation. The case of East Java, Indonesia. Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute - Report n. 56, The Hague, 1999.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. Demography, v. 26, n. 1, p. 1-14, 1989.

TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants". Annales de la Recherche Urbana. no,59-60, 1996

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. Geographical Review, v. 61, n.2, p. 219 – 249, 1971.

A RETOMADA DO CRESCIMENTO E A MIGRAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO

Claudio Salvadori Dedecca

A migração é parte indissociável do processo de desenvolvimento econômico do país desde seu descobrimento. Ao longo dos mais de 500 anos de sua história, ele exerceu papel relevante no modo de equacionamento das necessidades de força de trabalho nos ciclos de crescimento econômico. A tríade crescimento, migração e trabalho encontra-se no centro do processo de conformação da sociedade brasileira. Este ensaio analisa a relação entre a retomada do crescimento econômico e a evolução da migração interna no país na década passada.

Ele está organizado em seis sessões. Inicialmente se apresenta uma breve síntese das abordagens teórico-analíticas sobre migração, visando pontuar sobre as interpretações existentes sobre seus determinantes no processo de desenvolvimento socioeconômico. Em seguida, aborda-se o tema da migração na experiência brasileira, indicando-se o papel que ela cumpriu nas diversas fases de desenvolvimento nacional. A terceira sessão explora a retomada do crescimento na década passada e seus efeitos sociais e sobre as regiões geográficas brasileiras. A próxima sessão analisa as características básicas do processo migratório em um contexto de retomada do crescimento, sob a vigência de uma dinâmica demográfica marcada por um baixo crescimento populacional. A última sessão foca a relação entre crescimento, mercado de trabalho e migração.

O resultado da análise aponta uma relação mais favorável entre crescimento e migração, em razão dela não apresentar indícios de discriminação social dos migrantes em termos de oportunidades ocupacionais e de renda propiciadas pela expansão. Ademais, ela aponta novas características da dinâmica migratória, marcada crescente crescentemente pela mobilidade intra-regional e, particularmente, por aquela de natureza intra-estadual. Tais resultados devem ser associados ao padrão de crescimento recente, que apresentou menores desequilíbrios regionais e que favoreceu significativamente a Região Nordeste, que historicamente alimentou o processo de migração interna ao longo do Século XX.

Abordagens teórico-analíticas da migração

Como apresenta Hass (2008), as abordagens teórico-analíticas sobre migração podem ser organizadas segundo três perspectivas: i. neoclássica, ii. histórica-estruturalista, e iii. Push-pull.

A abordagem neoclássica tem nos diferenciais de renda o elemento determinante do processo de migração. Isto é, considera que as regiões ou países de menor renda tendem liberar contingentes populacionais para aquelas ou aqueles de maior renda. De acordo com este pressuposto, o processo de migração se estancaria quando não mais houvesse diferencial de renda entre regiões ou países, o que caracterizaria uma situação de equilíbrio.

Esta perspectiva teve grande influência nos anos de 1950 e 1960 na América Latina, quando vários países da região conheceram uma rápida urbanização. A migração campo-cidade intensa caracterizou o processo, dando lastro à interpretação sobre excedente de força de trabalho no mercado urbano de trabalho, que se expressava tanto nos baixos salários como na reprodução de um setor informal extenso. Os principais autores desta vertente foram Lewis (1954), Todaro (1969) e Harris et al (1970).

Adotada nos primeiros estudos produzidos pela Cepal, a abordagem foi criticada a partir de meados dos anos 60 (Cardoso, 1971; Nun, 1969; Pinto, 1976; Quijano,1978; Souza, 1980; e Tokman. 1987), que incorporaram a abordagem histórico-estruturalista à reflexão sobre os desafios do desenvolvimento latinoamericano.

A abordagem histórico-estruturalista relacionou o processo de migração às transformações do desenvolvimento capitalista, tendo Hobson (1894), Myrdal, 1957; Agarwala et al, 1969; Clarck (1971) e Durand (1975) como autores de referência. Ela considerava que a transformação socioeconômica do desenvolvimento capitalista, centrada no avanço da economia urbana-industrial, produzia a reorganização da atividade agrícola, determinando o processo de migração campo-cidade de natureza estrutural, que não estava relacionado aos diferenciais de salário, mas à maior restrição à realização do trabalho no meio rural. Com o objetivo de atenuar a intensidade deste processo, considerava ser inevitável a realização da reforma agrária de modo a impedir a concentração da propriedade da terra, determinada diretamente pelo desenvolvimento capitalista. Os argumentos se justificavam nas experiências dos países que haviam participado das duas revoluções industriais. Segundo esta perspectiva, a transformações ou ausência delas nos locais de origem eram decisivas para explicar o processo migratório.

Elementos presentes nas duas abordagens foram incorporados à perspectiva teórico-analítica denominada de push-pull. Isto é, de determinação do processo migratório associada tanto a fatores indutores (origem) como a fatores de atração (destino). A literatura produzida a partir dos anos 70 teve maior aderência à esta matriz teórico-analítica. A perspectiva representativa foi consolidada nas diversas vertentes das teorias da segmentação ou dos mercados internos de trabalho (Doeringer, 1971; Portes et, 1987; e Borjas, 1989).

Desenvolvimento e migração, a experiência brasileira

As diversas vertentes influenciaram o debate brasileiro sobre o desenvolvimento e migração no após 1930. Afinal o país conheceu uma inversão rápida e brutal da distribuição campo-cidade de sua população em 50 anos. Em 1930, 3 de cada 4 brasileiros estavam no campo, sendo que esta relação se encontrava na situação exatamente inversa em 1980.

Considerando-se uma linha do tempo, o processo migratório no Brasil conheceu quatro momentos representativos. O primeiro, trilhado entre 1500 e 1800, foi marcado pela chegada

de brancos europeus e de negros africanos que permitiram a montagem, consolidação e funcionamento do complexo colonial.

A chegada da família real portuguesa e o processo de independência deram origem a um novo movimento, caracterizado pela interrupção da imigração de africanos e da diversificação daquela de origem europeia. A expansão cafeeira, na segunda metade do Século XIX, permitiu a consolidação deste movimento, fazendo secundária a migração interna que havia sido iniciada na primeira metade do período.

Ambos os movimentos foram lastreados na imigração de população estrangeira, sendo o segundo sido estimulado pelas transformações do capitalismo nos países europeus, que produziram elevado excedente de força de trabalho tanto no meio rural como urbano (Hobsbawn, 1968). A partir de 1930, um novo movimento migratório é estabelecido no país, porém caracterizado pela dominância do fluxo interno. A montagem de uma economia nacional progressivamente baseada no mercado local com crescentes relações inter-regionais foi acompanhada da mobilização de população para o processo de desenvolvimento (Furtado, 1959; Oliveira, 1976; Singer, 1977; e Cano, 1985). A configuração predominantemente agrária foi aceleradamente transformada em outra de natureza urbana, marcada por graves desequilíbrios regionais, expressa na elevada heterogeneidade econômica e social. A máquina de crescimento do período 1930-1980 manteve uma elevada concentração produtiva na região Sudeste, alimentando um intenso movimento migratório em sua direção, em especial para o Estado de São Paulo e sua Região Metropolitana (Martine et al., 1978, 1984; Cano, 1985; e Paiva, 1986).

O longo período de crise conhecido pelo país a partir de 1981 impôs uma desaceleração do carro chefe da economia nacional, atingindo fortemente o mercado de trabalho mais dinâmico do país ao longo das oito primeiras décadas do Século. A deterioração do mercado de trabalho metropolitano de São Paulo se plasmou no território nacional, afetando os fluxos migratórios, em especial aquela que se orientava em sua direção. De um lado, a imigração para a Região Metropolitana de São Paulo conheceu uma desaceleração, apesar dela ter continuado a ser expressiva nas décadas de 1980 e 1990. Porém foi sendo observado uma crescente migração de retorno. Isto é, continuou chegando um contingente expressivo de população na metrópole paulista, ocorrendo entretanto o retorno de parte dele. De outro, foi se observando uma maior retenção de população nas metrópoles dos estados do Nordeste e um aumento dos fluxos migratórios em direção às regiões Centro-Oeste e Norte (Cunha et al., 2007; Brito, 2009; CGEE, 2009; Dedecca et al., 2010).

Pode-se dizer que um novo movimento do processo migratório passa a ser observado a partir da década de 1980, marcado por novos vetores orientados para outras regiões do país, bem como por alterações da sua natureza quando dirigido para a principal metrópole nacional. Além disso, o período foi acompanhado por uma desaceleração importante do crescimento populacional (Brito, 2008), inclusive nas regiões menos desenvolvidos, que deve ter atenuado os fatores de indução do processo migratório na origem. Como pode ser observado na Tabela 1, apesar de continuar da emigração da região Nordeste continuar sendo a principal fonte do processo migratório interno, nota-se uma desaceleração do contingente observado ao longo dos períodos.

Como parte destas alterações, cabe mencionar a mobilidade (pendularidade) populacional, em especial, no interior das regiões metropolitanas associada ao trabalho ou ao estudo, mas também vinculados a certos complexos agroindustriais, como a cana de açúcar no Estado de São Paulo e a soja no Centro-Oeste.

TABELA 1. Saldos migratórios segundo Unidades da Federação (1). Brasil, 1970-2010

	Saldos Migratórios			
	1970-1980	1981-1991	1992-2000	2001-2010
Rondônia	245.998	253.845	44.722	16.695
Acre	-2440	-1.305	5.077	-755
Amazonas	18.202	16.617	70.250	39.957
Roraima	14.178	49.053	64.692	32.597
Pará	229.605	168.123	24.072	-21.363
Amapá	12.077	29.146	69.736	45.441
Tocantins		14.313	67.772	11.448
NORTE	517.570	529.790	346.321	124.021
Maranhão	-146.232	-261.192	-311.252	-333.333
Piauí	-134.547	-126.332	-123.457	-131.252
Ceará	-314.347	-226.798	-45.687	-116.873
R.G. do Norte	-67.520	-6.199	22.684	17.407
Paraíba	-239.132	-147.775	-118.529	-69.420
Pernambuco	-374.212	-287.245	-244.346	-172.484
Alagoas	-93.626	-78.515	-132.138	-124.849
Sergipe	-30.011	28.006	8.518	7.421
Bahia	-377.344	-421.731	-514.625	-402.526
Nordeste	-1.776.971	-1.527.782	-1.458.814	-1.324.908
Minas Gerais	-605.225	-218.241	22.714	-79.634
Espírito Santo	-3.829	71.929	115.766	95.828
Rio deJaneiro	323.870	-47.340	225.934	91.132
São Paulo	1.963.141	1.184.239	1.464.845	467.793
Sudeste	1.677.957	990.588	1.829.259	575.119
Paraná	-805.618	-493.447	-44.087	-77.591
St Catarina	2.751	58.474	173.530	268.881
R.G. do Sul	-158.612	-62.172	30.525	-117.691
Sul	-961.479	-497.145	168.968	73.599
M.G. do Sul	67.936	25.188	29.927	32.639
Mato Grosso	175.055	297.304	170.873	105.767
Goiás	-24.762	172.966	417.007	355.988
Distr. Federal	324.694	9.091	41.209	57.774
Centro-Oeste	542.923	504.548	659.016	552.169

Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2001. Elaboração: autor, 1970-2000, 2000-2010, Nepo/Unicamp.

Quando analisada a última década, constata-se que o processo migratório interno rompeu com uma característica importante que marcou os anteriores: a elevada concentração em uma região de destino envolvendo contingentes populacionais elevados. É brutal a queda da participação da Região Sudeste enquanto destino da migração, particularmente do Estado de São Paulo, que recebeu 467 mil pessoas, quando nas décadas anteriores a cifra era, ao menos, de 2 milhão de pessoas.

A retomada do crescimento, seus efeitos sociais e as regiões

Como apontado, a economia brasileira perdeu dinamismo a partir do início dos anos 80, estabelecendo um crescimento do Produto Interno Bruto em patamares inferiores ao observados nas décadas anteriores. Em termos per capita, a desaceleração não foi tão acentuada em razão da redução do ritmo de crescimento da população. No final do Século, a população brasileira expandia a uma taxa anual correspondente à metade daquela observa em 1960. A perda de dinamismo da economia foi acompanhada da diminuição do fluxo migratório interno ao longo

dos últimos trinta anos do século passado, percebida pela emigração da Região Nordeste, sendo que este movimento deve ter sido também influenciado pela menor dinâmica populacional.

Na primeira década do século, nota-se uma elevação, mesmo que limitada, do Produto Interno Bruto em níveis superiores aos observados para os anos de 1980 e 1990. Ademais, constata-se uma elevação da renda per capita somente inferior à encontrada durante a década de 1970, quando o país conheceu um movimento acelerado de crescimento. Este último resultado está intimamente relacionado ao baixo incremento populacional ocorrido na década passada, que se plasmou de modo homogêneo em todas as regiões brasileiras. Nas regiões com maior aumento populacional, a Norte e a Centro-Oeste, a taxa observada foi de 2,1% a.a., contra taxas próximas a 1% a.a. nas demais regiões.

TABELA 2. Crescimento anual do produto interno bruto e da população. Brasil, 1962-2010

	Produto Interno Bruto		População
	Total	Per capita	
1962-1970	5,8	2,1	2,9
1971-1980	8,6	6	2,5
1981-1990	1,6	-0,4	1,9
1991-2000	2,5	1,1	1,5
2001-2010	3,6	2,4	1,2
Norte	5	2,4	2,1
Nordeste	4	3,8	1,1
Sudeste	3,4	3,2	1
Sul	3,1	3,6	0,9
Centro-Oeste	4,9	2,6	1,9

Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE. Elaboração própria.

A maior homogeneidade das taxas de crescimento do produto entre regiões articuladas com uma menor expansão da população possibilitou um efeito renda positivo em todas elas, merecendo destaque o movimento ocorrido para a Região Nordeste, que conheceu um incremento de 3,8% a.a. ou de 45% de seu rendimento per capita ao longo dos dez anos.

Pela primeira vez o país conhece uma expansão da renda per capita na Região Nordeste superior à estabelecida nas demais regiões. O desempenho do Nordeste foi caracterizado tanto pela dinamização de suas regiões metropolitanas, como de várias de regiões do interior de vários de seus estados, como, por exemplo, a zona oeste da Bahia. Foi parte deste desempenho a geração descentralizada do emprego formal no vários estados (Paula Martin, 2012). Sendo historicamente a principal fonte da dinâmica migratória interna, é plausível considerar que a dinâmica de renda vivida pela Região Nordeste se constituiu em um elemento de retenção populacional, que, como veremos, contribuiu também para modificar as características do processo.

Ao desempenho econômico com geração de emprego formal cabe agregar dois outros elementos que podem ter contido a emigração da região. O primeiro refere-se aos programas sociais, em particular a transferência de renda do Bolsa Família, que teve papel importante as condições de vida das populações pobres, que tendem ser mais pressionadas a emigrarem por razão econômica. O segundo foi a ocorrência localizada da seca em dois anos (2007/2008) da primeira década, flagelo social que foi enfrentado pelo Governo Federal através de ações diretas da política social.

Mesmo considerando a complexidade dos determinantes da dinâmica migratória, é ampla a convergência da literatura, independentemente da vertente analítica, sobre a importância do desempenho econômico para a retenção populacional. Deve-se também incorporar a contribuição da política social. Pode se sustentar que condições econômicas e sociais conhecidas pelo país, na década passada, não alimentaram a dinâmica migratória, podendo ter rompido a relação direta entre crescimento e mobilidade populacional que caracterizou fases anteriores do desenvolvimento brasileiro.

Tendo começado a primeira década do século em uma situação marca por um profundo pessimismo, o país conheceu uma alteração significativa em sua perspectiva econômica e social ao longo do período. A retomada do crescimento com geração de empregos formais, manutenção de uma baixa inflação e superação do endividamento externo reabriu a possibilidade de uma expansão de longo prazo. Como parte deste movimento, foi se estabelecendo a possibilidade de auto-suficiência energética amparada no potencial oriundo de diversas fontes, incluso a petrolífera.

Em termos gerais, se observou um recuo acentuado da taxa de desemprego urbano com a progressiva formalização do mercado de trabalho, que, em conjunto com a transferência de renda e o salário mínimo, resultou em ganhos relativos importantes de renda para as famílias mais pobres. Ao longo da década, a desigualdade de renda corrente individual e familiar trilhou uma trajetória descendente. Pela primeira vez, o país conviveu com uma situação de crescimento, distribuição de renda corrente e baixa inflação. De forma inédita, o movimento contaminou todas as regiões, tendo, como já apontado, a Região Nordeste com maiores benefícios.

O crescimento e a migração no início do Século

A dinamização recente da economia recoloca a questão sobre uma possível reativação do processo migratório interno, seja pela performance dos mercados regionais de trabalho, seja pela retomada dos grandes investimentos, que historicamente explicaram parte do processo no passado.

Ao menos, três aspectos diferenciam a retomada econômica atual em relação às experiências pregressas, sendo que ambos podem ter impactos positivos em termos de atenuação dos indutores do processo de migração. O primeiro diz repeito à difusão regional do crescimento, que inclusive rompeu os limites metropolitanos, em especial o histórico protagonismo da Região Metropolitana de São Paulo. O segundo refere-se às políticas de renda que tiveram impactos relativamente maiores nas regiões de menor desenvolvimento, especialmente no Nordeste. E o último se relaciona com a descentralização dos grandes projetos de investimento, que também apresentam ponderável difusão para o Norte e o Nordeste.

A reativação econômica atual se diferencia das experiências anteriores por não reproduzir, ao menos na intensidade, os desequilíbrios regionais em termos de geração de produto, de emprego e de renda, sendo que, mesmo que ela ainda seja próxima de 30 milhões de pessoas, a mobilidade da população rural em direção ao urbano também apresenta menor expressão (Cano, 2011). Isto é, a configuração econômica e social do crescimento presente pode não estar sendo acompanhada de uma aceleração da dinâmica migratória, sinalizando a possibilidade de um processo expansivo socialmente mais equilibrado.

Os dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 confirmam a hipótese. Analisando a estrutura da população brasileira segundo condição de migração por tempo de residência nos dois anos, nota-se uma perda de participação da população com residência de 1 a 9 anos na

unidade da federação. A retração deste estrato de população foi observada para todas as regiões geográficas. Em termos relativos, a população com residência de 1 a 9 anos na unidade da federação em 2010 correspondia a 83% do contingente encontrado no ano 2000.

TABELA 3. Distribuição da população segundo condição de migração (1) (2). Brasil, 2000/2010

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
				2000		
Natural	64,5	71,4	60,3	58,5	48,2	62,5
Menos de 2 anos	4,6	3,3	3,8	4,6	6,9	4
de 2 a 4 anos	6,6	4,4	5,7	6,1	8,8	5,7
De 5 a 9 anos	6,7	4,5	5,8	6,2	8,8	5,8
10 anos e mais	17,7	16,4	24,4	24,6	27,3	22,0
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
				2010		
Natural	64,5	72,3	63,4	58,9	50,1	64,3
Menos de 2 anos	3,6	2,4	2,9	3,8	5,9	3,2
de 2 a 4 anos	4,5	3,0	3,8	4,7	6,5	4,0
De 5 a 9 anos	5,1	3,3	4,0	4,9	7,1	4,3
10 anos e mais	22,3	18,9	25,9	27,7	30,3	24,3
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010. IBGE, Microdados. Elaboração própria.
(1) Critério adotado de condição de migração: data fixa.
(2) Em razão do objetivo do estudo, os dados tabulados referem-se aos domicílios com renda maior que zero.

Adotando-se o critério da data fixa, verifica-se que a população com residência anterior em unidade da federação distinta da atual, mas na mesma região geográfica, aumento sua participação de 77,6% para 80,7% entre 2000 e 2010. Isto é, a população migrante perdeu participação na população total, bem como aumentou a importância dos deslocamentos realizado na própria região geográfica, sinalizando trajetórias migratórias de menor distância.

Este resultado mostra, em primeiro lugar, uma maior retenção de população pelas regiões geográficas. Em segundo, indica que maior retenção se fez em um contexto de crescimento econômico e ativação de políticas sociais, que, como apontado, tenderam a atenuar os desequilíbrios econômicos e sociais, devendo explicar tal resultado. Neste sentido, os resultados reforçam a hipótese de uma nova relação entre crescimento e migração no país.

O argumento torna-se ainda mais sustentável quando se analisa o perfil da população migrante, adotando-se o critério da data fixa e o município atual e o anterior de residência. Para a análise se considerou o tipo de mudança espacial e renda familiar per capita do migrante.

Quando adotado a referência municipal constata-se que o peso da população migrante na população total era de 9% tanto em 2000 como em 2010. Entretanto, ao se analisar o perfil da população migrante segundo tipo de mudança espacial, nota-se um adensamento da migração na própria unidade da federação. Em 2000, a migração intra-estadual representava 65% do fluxo total, sendo que em 2010 a cifra era de 72,2%. É importante observar que a migração intra-estadual cresceu especialmente dentre a população dos estratos inferiores de renda. A migração intra e inter-regional apresenta maior expressão nos estratos superiores. Ademais, nota-se a elevação da participação da imigração estrangeira, apesar dela continuar ainda relativamente baixa.

Este resultado propicia um novo argumento para a hipótese de alteração da relação entre crescimento e migração, ao apontar que a mobilidade espacial das pessoas no próprio estado tem ganhado expressão, devendo haver, portanto, fatores locais relevantes que justificam a retenção, especialmente para a parcela da população de menor renda.

TABELA 4. Distribuição da população migrante segundo região de residência atual e anterior (1) (2). Brasil, 2000/2010

Região de Residência Atual	Região de Residência Anterior						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Estrangeiro	Total
				2000			
Norte	5,4	1,1	0,3	0,1	0,4	0,0	7,4
Nordeste	0,5	18,2	3,0	0,2	0,5	0,1	22,5
Sudeste	0,4	6,4	32	1,4	1,2	0,4	41,8
Sul	0,1	0,2	1,4	14,7	0,5	0,3	17,2
Centro-Oeste	0,6	1,5	1,3	0,6	6,9	0,1	11,0
Total	7,0	27,4	38	16,9	9,5	0,9	100,00
				2010			
Norte	6,2	0,8	0,3	0,1	1,4	0,1	9,0
Nordeste	0,4	19,6	2,2	0,2	0,5	0,1	23,0
Sudeste	0,3	4,7	32	0,9	0,8	0,7	39,3
Sul	0,1	0,3	1,2	15	0,4	0,4	17,3
Centro-Oeste	0,5	1,4	1,1	0,4	7,9	0,2	11,4
Total	7,5	26,8	36,8	16,5	10,9	1,5	100,00

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010. IBGE, Microdados. Elaboração própria.
(1) Critério adotado de condição de migração: data fixa.
(2) Em razão do objetivo do estudo, os dados tabulados referem-se aos domicílios com renda maior que zero.

TABELA 5. Distribuição da população migrante segundo tipo de migração e renda familiar per capita (1) (2). Brasil, 2000 e 2010

Décimos	Intra-estadual	Intra-regional	Inter-regional	estrangeiros	Total	PM/PT
			2000			
1	70,5	11,6	16,9	0,6	100,0	6,8
2	68,0	11,3	19,7	0,6	100,0	8,4
3	66,4	11,4	21,2	0,5	100,0	8,8
4	65,2	11,5	22,3	0,6	100,0	9,2
5	65,4	11,7	22,0	0,5	100,0	9,1
6	64,1	11,9	23,0	0,6	100,0	9,6
7	64,2	11,8	23,0	0,7	100,0	9,4
8	63,5	12,2	23,1	0,8	100,0	9,7
9	64,1	12,6	21,8	1,3	100,0	9,7
10	59,0	13,9	23,8	3,1	100,0	10,7
Total	65,1	12,0	21,7	0,9	100,0	9,0
			2010			
1	78,1	8,4	13,0	0,6	100,0	7,1
2	75,3	8,7	15,3	0,8	100,0	8,5
3	73,3	8,7	17,2	0,8	100,0	9,0
4	72,5	8,8	17,7	1,1	100,0	8,9
5	71,8	9,3	17,7	1,2	100,0	9,0
6	72,6	9,3	16,8	1,2	100,0	8,7
7	70,5	9,7	18,4	1,5	100,0	9,6
8	70,7	10,1	17,5	1,7	100,0	9,9
9	70,8	10,6	16,4	2,3	100,0	10,6
10	65,1	11,6	19,6	3,7	100,0	12,7
Total	72,2	9,5	16,9	1,5	100,0	9,2

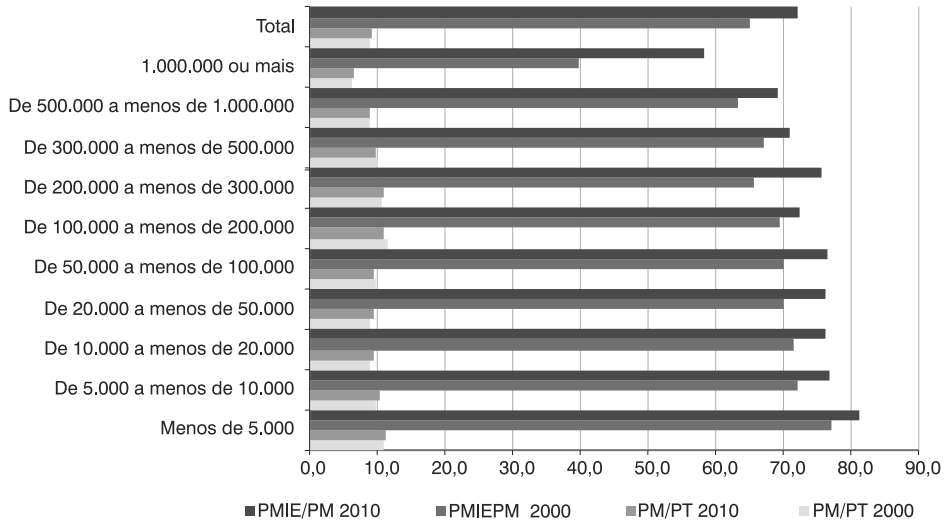
Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010. IBGE, Microdados. Elaboração própria.
(1) Critério adotado de condição de migração: data fixa.
(2) Em razão do objetivo do estudo, os dados tabulados referem-se aos domicílios com renda maior que zero.

É interessante completar a análise com informações sobre a densidade da população migrante segundo classes de tamanho de cidades. De um lado, entre 2000 e 2010, não existem alterações no peso da população migrante na população total em todas as classes de tamanho. Por outro, nota-se um aumento da participação da mobilidade intra-estadual na população migrante em todas as classes, porém o movimento é mais acentuado nos municípios com mais de 1milhão de habitantes.

Esta tendência é observada para a maioria das regiões geográficas, exceto a Norte por não possuir cidade com população de milhão e mais habitantes. Sendo justamente destino relevante da migação inter-regional, estes municípios, e suas regiões metropolitanas, vem conhecendo alteração do perfil da migração que recebem. O aumento recente dos custos de moradia nas regiões metropolitanas e capitais pode estar restringindo a migração intra e inter regional, bem como o crescimento descentralizado deve estar dando sua contribuição.

Em suma, pode-se dizer que estes resultados gerais indicam uma relação mais favorável entre crescimento e migração, por não tender gerar pressões elevadas sobre os mercados de trabalho de destino, como ocorrido em fases anteriores de expansão econômica. Para avançar este argumento, cabe analisar o vinculo entre migração e mercado de trabalho no período recente.

GRÁFICO 1. Participação da população migrante na população total segundo condição de migração e tamanho de cidades (1) (2), Brasil, 2000/2010



Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010. IBGE, Microdados. Elaboração própria.
(1) Critério adotado de condição de migração: data fixa.
(2) Em razão do objetivo do estudo, os dados tabulados referem-se aos domicílios com renda maior que zero.

Migração e mercado de trabalho

Os indicadores globais de condição de atividade apresentam uma maior homogeneidade em 2010, comparativamente a 2000. A participação da população em idade ativa na população total em 2010 independe da condição de migração. Ao redor de 85% da população tinha de 10 anos e mais de idade.

Em relação à condição de atividade, diferenças são observadas. A população migrante apresentava, em 2010, uma taxa de 64%, contra uma de 58% para os naturais e migrantes com mais de 10 anos de residência no município. A situação encontrada em 2010 não se diferencia daquela de 2000. Em suma, a população migrante tende pressionar mais o mercado de trabalho.

Em relação ao desemprego, a situação em 2010 também não de altera relativamente à 2000, quando considerada a condição de migração. O migrante não possui uma taxa de

desemprego que se diferencia do não migrante, sendo que ambos foram beneficiados com igual intensidade em termos da redução da taxa ao longo do período. Em 2010, a taxa de desemprego para os dois grupos era 50% da encontrada em 2000, sinalizando que ambos foram favorecidos pela dinâmica de crescimento com geração de emprego.

TABELA 6. Indicadores de participação econômica segundo condições de migração. Brasil, 2000/2010

	População em Idade Ativa/ População Total	População Economicamente Ativa /População em Idade Ativa /População em Idade	População Desempregada/ População Economicamente Ativa
		2000	
Natural ou 10 anos e mais	78,1	57,5	13,9
Migrante	84,3	62,4	14
Total	79,1	58,4	13,9
		2010	
Natural ou 10 anos e mais	84,9	57,8	7,1
Migrante	85,6	63,9	7,3
Total	84,9	58,5	7,1

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010. IBGE, Microdados. Elaboração própria.
(1) Critério adotado de condição de migração: data fixa.
(2) Em razão do objetivo do estudo, os dados tabulados referem-se aos domicílios com renda maior que zero.

Este resultado, em termos globais, mostra que o crescimento não discriminou a população migrante, lhe beneficiando em intensidade suficiente para garantir que ela passasse a conviver com um desemprego relativamente baixo em 2010. Ele é reiterado quando se analisa a importância da ocupação remunerada e aquela com contribuição para a previdência social segundo tipos de migração.

TABELA 7. Indicadores de remuneração da ocupação e de contribuição para a previdência social segundo condição de migração (1) (2). Brasil, 2000/2010

	População Ocupada Remunerada/população ocupada						População Ocupada Remuneradacom contribuição para a Previdência/população ocupada remunerada					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
						2000						
Natural	88,4	86,0	97,3	91,5	96,6	92,9	32,2	36,5	61,5	61,6	47,9	53,2
Intra-estadual	92,0	91,8	97,4	94,2	95,5	95,0	28,4	35,8	59,4	61,3	42,0	51,7
Intra-regional	94,8	91,6	97,0	95,8	96,3	95,4	32,1	36,5	55,0	63,0	47,3	49,9
Inter-regional	94,5	91,9	98,7	96,3	97,6	96,8	36,2	34,8	58,2	57,3	50,0	51,0
Estrangeiro	96,1	97,9	97,2	93,5	90,4	95,2	30,7	49,4	58,0	44,4	38,2	49,8
Total	89,0	86,5	97,4	91,9	96,6	93,2	32,1	36,5	61,2	61,5	47,6	53,0
						2010						
Natural	90,4	88,5	97,7	95,4	96,7	94,5	48,6	49,6	71,2	71,4	63,3	64,1
Intra-estadual	93,0	93,1	98,0	96,7	96,5	96,1	47,8	50,6	70,9	72,4	62,7	64,5
Intra-regional	95,0	94,9	97,8	98,0	97,6	97,0	50,4	53,4	70,2	74,2	63,8	65,5
Inter-regional	96,3	93,2	98,8	98,3	98,4	97,5	58,8	50,4	73,6	74,1	70,4	68,1
Estrangeiro	95,6	98,0	97,9	96,7	96,9	97,4	40,6	58,4	56,4	59,1	52,8	55,9
Total	90,8	88,9	97,8	95,6	96,8	94,7	48,8	49,8	71,2	71,6	63,6	64,2

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010. IBGE, Microdados. Elaboração própria.
(1) Critério adotado de condição de migração: data fixa.
(2) Em razão do objetivo do estudo, os dados tabulados referem-se aos domicílios com renda maior que zero.

Em 2010, mais de 90% da população ocupada era remunerada independentemente da condição de migração, tendo este indicador conhecido uma elevação ao longo da década. Essa situação era observada em todas as regiões geográficas, constituindo mais uma evidência do caráter descentralizado do crescimento com geração de empregos.

Quanto a ocupação com contribuição para a previdência, ela se eleva também para todos os grupos populacionais. Em 2010, 2 de cada 3 brasileiros, independentemente da condição de migração, estavam em ocupações com proteção social, contra um patamar um pouco superior a 50% em 2000. Este aumento da proteção social ocorreu em todas as regiões geográficas, atingindo tanto migrantes como não migrantes.

Do ponto de vista da ocupação, o crescimento teve efeitos favoráveis em geração e maior formalização dos postos de trabalho, movimento que não discriminou a população quando se considera a condição de migração. Resta saber se tais características também se reproduziram em termos dos rendimentos no mercado de trabalho.

Analisando a estrutura de rendimentos segundo condição de migração, percebe-se que esses apresentavam, em 2010, níveis de rendimentos superiores aos dos naturais nos estratos inferiores. Os dados revelam ainda que os ganhos de renda dos migrantes destes estratos foram semelhantes aos auferidos pelos naturais, no período de 2000 a 2010.

A performance dos rendimentos dos estratos inferiores foi mais expressiva que a observada para os demais estratos, independentemente da condição de migração. Este resultado encontra-se relacionado com a política de salário mínimo, que induziu ganhos mais expressivos de renda nos estratos inferiores, bem como institucionalmente enquadrou as remunerações de base do mercado de trabalho, diretamente no segmento formal e indiretamente no informal.

TABELA 8. Rendimento médio no trabalho principal segundo condição de migração e renda familiar per capita. Brasil, 2010

Décimos	Natural	Intra-estadual	Intra-regional	Inter-regional	estrangeiros	Total
	Rendimento do Trabalho					
1	283	302	310	330	314	285
2	460	483	492	513	520	463
3	554	577	591	599	593	557
4	631	656	669	666	725	634
5	729	749	770	750	803	731
6	742	741	757	731	799	742
7	931	939	943	899	1.041	932
8	1.173	1.190	1.187	1.161	1.327	1.175
9	1.731	1.740	1.819	1.829	1.971	1.735
10	4.742	4.429	5.095	5.442	6.890	4.749
Total	1.271	1.367	1.671	1.620	2.918	1.292
	Índice de Rendimento no Trabalho Principal (2000=100)					
1	140	142	145	149	148	141
2	147	145	145	144	146	147
3	140	139	142	138	133	140
4	133	133	134	129	131	133
5	131	133	136	130	133	131
6	111	109	114	110	105	111
7	119	120	123	119	108	119
8	112	114	116	118	109	112
9	107	110	114	117	97	108
10	100	101	109	117	91	101
Total	103	113	121	121	76	104

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010. IBGE, Microdados. Elaboração própria.
(1) Critério adotado de condição de migração: data fixa.
(2) Em razão do objetivo do estudo, os dados tabulados referem-se aos domicílios com renda maior que zero.

A retomada do crescimento econômico na década passada reabriu as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para o país. É reconhecido que problemas econômicos e sociais estabelecidos durante as longas fases de crescimento vivido no Século passado, exigem um grande esforço da nação, bem como um período considerável para seu adequado enfrentamento.

A conjunção de um crescimento, com geração de empregos formais, e de políticas públicas de trabalho, renda e sociais permitiu recompor o mercado de trabalho, com elevação da formalidade e redução acentuada do desemprego, e atenuar a desigualdade e a pobreza prevalecentes no país. Como apontado, tal processo atingiu as diversas regiões do país, tendo seus resultados sido favorecidos pelo menor crescimento da população.

Os dados para o período 2000-2010 mostram que a evolução econômica e social do país não foi acompanhada da reativação da migração interna. Ao contrário, os resultados apresentam uma desaceleração do processo, sendo que nele ganha expressão a migração intra-regional e especialmente a intra-estadual. Observa-se uma alteração dos vetores migratórios, aparecendo como expressão mais candente da mudança a perda de importância do Estado de São Paulo como destino relevante. Em resumo, nota-se um adensamento da migração de menor distância, que pode estar influenciada pela mobilidade intra-metropolitana, hipótese que não pôde ser trabalhada neste ensaio.

Analisando o processo recomposição do mercado de trabalho, não se constatam diferenças em termos de absorção da força de trabalho migrante e não-migrante. Os resultados não sugerem uma discriminação dos migrantes nos mercados de trabalho de destino. A conclusão é respaldada pelos indicadores de geração de oportunidades ocupacionais, de desemprego, formalidade e renda. O trabalho mostrou ainda que as desvantagens no mercado de trabalho decorrem da condição socioeconômica da pessoa, independentemente dela ser migrante ou não migrante.

O estudo apresenta evidência, portanto, que a migração não mais exerce o papel de fonte geradora de excedente de força de trabalho nos mercados mais dinâmicos, como ocorrido entre 1930-1980. Tal situação continua a ocorrer de modo localizado, como apontam estudos sobre o trabalho nos complexos canavieiro e da soja,e nos grandes projetos de investimento em infraestrutura e as apreensões de trabalho escravo feitas pelo Governo Federal. Isto é, a migração como fonte de excedente de mão de obra deve ter deixado de ser uma característica do mercado de trabalho nacional, passando a ser associada a segmentos produtivos específicos, situação que exige ação das políticas públicas do trabalho e sociais.

Concluindo, pode-se afirmar que uma articulação positiva entre crescimento e migração encontra-se estabelecida, condição que deve favorecer o processo de desenvolvimento do país, se este for consolidado. Abre-se, portanto, a perspectiva de rompimento da visão estigmatizada e negativa sobre o migrante, esperando-se que uma adequada seja construída como parte de um desenvolvimento socioeconômico com justiça social.

Referências

Agarwala, A. N. e Singh, S.P.| (orgs.) (1969). A Economia do Subdesenvolvimento, Foresense, RJ.

Borjas, G. J. (1989) Economic Theory and International Migration. International MigrationReview 23:457-85.

Brito, F. (2009) As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes, mimeo, Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG.

Brito, J A transição demográfica e as políticas sociais no Brasil.; Carvalho, J.A.M; Turra, C.M; Queiróz, B.L. (2008) A transição demográfica e as políticas sociais no Brasil, In CGEE (2008).

Cano, W. (1985) Deseuilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, São Paulo: Hucitec.

Cano, W. (2011) Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980, Texto para Discussão 193, Campinas: Instituto de Economia.

Cardoso, F.H. (1971) - Sobre Población Relativa y Marginalidad, Revista Latino-americana de Ciencias Sociales, Santiago de Chile.

CGEE (2008) Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais, Brasília: CGEE.

Cunha, J.M.P.; Baeninger, R. (2007), Las migraciones internas en el Brasil contemporâneo, Notas de Poblacion 82, Santiago de Chile: CEPAL.

Clark, C. (1971) Las Condiciones del Progresso Económico, Alianza Universidad, Madrid.

Doeringer, P. & Piore, M., 1971 - Internal Labour Markets and Manpower Analisys, Lexington Books, Massachusetts.

Dedecca, C.S.; Baeninger, R. (2010) Notas sobre migração, trabalho e desenvolvimento no Brasil, mimeo, Projeto Fapesp Observatório das Migrações, Campinas: NEPO.

Furtado, C. (1959), Formação Econômica do Brasil, São Paulo: Editora Nacional. Edição de 2009.

Durand, J. D. (1975) The labor force in economic development: un comparison of international census data – 1946-1966, Princeton: Princeton University Press.

Harris, J.R., Todaro, M.P. (1970) Migration, unemployment and development: A two-sectoranalysis. American Economic Review 60:126-42.

Hass, Hein de (2008) Migration and development, a theoretical perspective, Working Papers, 9, International Migration Institute, Oxford: University of Oxford.

Hobsbawn, E. J. (1969) La marginalidad social en la historia de la industrializacion europea, Revista Latinoamericana de Sociologias, 2, Buenos Aires.

Hobson, J. (1894) A evolução do Capitalismo Moderno, Caps. 5, 7 e 8, São Paulo: Abril Cultural. Edição de 1975.

Lewis, W. A. (1954) Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. Manchester School of Economic and Social Studies 22:139-91.

Martine, George; Camargo, L. (1984) Crescimento e Distribuição da População Brasileira: Tendências Recentes, Revista Brasileira de Estudos de População 1(1), São Paulo: ABEP.

Martine, G., Peliano, J.C.P (1978) Migrantes no mercado de trabalho metropolitan, Brasilia: IPEA.

Myrdal G. 1957. Rich Lands and Poor. New York: Harper and Row

Nun, J. (1969) Superpoblación Relativa, Ejército Industrial de Reserva y Masa Marginal, Revista Latino-americana de Sociologia, 2, Buenos Aires.

Paula Martins, H.E. de; Severino, L.S.M.; Cotrim de Ávia, Alex (2012) Dinamismo econômico e especialização setorial no nordeste, Anais do XVII Encontro Regional de Economia, Fortaleza: Banco do Nordeste Brasileiro.

Oliveira, F. (1976). Economia Brasileira: crítica à razão dualista. Seleções Cebrap, São Paulo.

Paiva, P.T. (1986) Cinquenta anos de crescimento populacional e absorção de mão de obra no Brasil, Revista de Estudos Populacionais, 3(1), São Paulo: ABEP.

Pinto, A. (1976) Heterogeneidade Estrutural e Modelo de Desenvolvimento Recente, in J.Serra, América Latina - Ensaios de Interpretação Econômica, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Portes, A.; Böröcz, J. (1987) Contemporary immigration: Theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation. International Migration Review 23:606-30.

Quijano, A. (1978) Notas sobre o Conceito de Marginalidade Social, in L.PEREIRA, Populações ¨Marginais¨, Duas Cidades, São Paulo.

Singer, P. (1977) Força de Trabalho e Emprego no Brasil (1920 - 1969), Estudos Cebrap, 3, São Paulo: Cebrap.

Souza, P.R. (1980) A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas, Campinas: IFCH/UNICAMP.

Todaro, M.P. (1969) A model of labor migration and urban unemployment in less-developed countries. American Economic Review 59:138-48.

Tokman, V. (1987) El Sector Informal: quince años después, El Trimestre Economico, 3(215), Julio-Septiembre, México.

URBANIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E METRÓPOLES

Rosana Baeninger
Roberta Guimarães Peres

O atual processo de urbanização apresenta especificidades regionais, contribuindo para que os aglomerados urbanos, quer sejam de caráter metropolitano ou não-metropolitano, se conformem, se expandam e se consolidem; nesse contexto, as migrações passam a ter papel fundamental.

Nesse cenário, as antigas regiões metropolitanas continuam como as maiores concentrações socioespaciais e urbanas do país, distinguindo-se dos aglomerados metropolitanos recentes, bem como dos aglomerados urbanos não-metropolitanos.

Concentração/desconcentração metropolitana e as migrações nacionais

Os processos migratórios e de redistribuição da população, ao longo dos últimos cem anos, marcaram também a conformação da rede urbana brasileira, com expressivas conformações metropolitanas, mas também propiciando o adensamento no sistema de cidades no país (Faria, 1980).

A vertente interpretativa da concentração da urbanização predominou para o entendimento da dinâmica econômica, da mewtropolização e das migrações nos anos 70, 80 e parte dos 90. O padrão concentrador nas metrópoles – expressão espacial desenhada pelo fordismo (Harvey, 1993) - confluiu para o olhar apenas em relação ao destino migratório, conduzindo à vertente da concentração/explosão urbano- metropolitana associado a um crescente processo de chegada de volumosos contingentes migratórios.

Contudo, processos de distribuição da população e de desconcentração populacional já estavam em curso nas últimas duas décadas do século 20 em importantes regiões metropolitanas. Destacam-se três eixos importantes para esse processo. O primeiro eixo se refere ao contexto da formação das próprias metrópoles, onde processos de periferização da população transferiram desde os anos 70 enormes contingentes populacionais para a periferia metropolitana (Martine,

1994). No século 21, contudo, esses espaços da migração intrametropolitana marcam as áreas periféricas como espaços de forte absorção migratória metropolitana em contraposição ao núcleo, os quais, por vezes, se caracterizam como áreas expulsoras de população em direção à periferia.

O segundo eixo da desconcentração populacional teve sua origem na política de desconcentração das atividades econômicas, a partir dos anos 70, e com menor intensidade a outros estados, nos anos 80 e 90 (Pacheco, 1998; Matos, 2000). O terceiro movimento de desconcentração metropolitana foi marcado pelos enormes volumes de migração de retorno, a partir dos anos 80, em particular da RMSP em direção aos estados do Nordeste, do Paraná e de Minas Gerais. Mesmo que a Região Metropolitana de São Paulo tenha continuado como o principal destino das migrações oriundas de outros estados, é dela também que partem os maiores volumes de emigração.

No caso da desconcentração relativa da população da RMSP, caracterizada pela emigração, esta é indicada pelo processo de reestruturação espacial urbana, cuja especificidade é dada pelo processo de desconcentração do centro metropolitano (e não de sua periferia) para fora de suas fronteiras metropolitanas. O núcleo metropolitano que, num primeiro momento, transferiu população para o entorno imediato, anunciando o maciço crescimento regional (com expressivos movimentos migratórios intrametropolitanos), num segundo momento passou a perder população para o interior de São Paulo e suas regiões cada vez mais distantes. Atualmente, é a sede dos maiores volumes de emigração do país em direção aos estados nordestinos (Baeninger, 2011).

A concomitância desse processo de desconcentração populacional na direção desses eixos espaciais tem contribuído para "expandir as fronteiras da dispersão populacional" (Gottdiener, 1993:14) no contexto nacional, com a configuração de espaços migratórios em metrópoles fora do Sudeste e no interior dos estados. Nesse contexto, vai se redefinindo a organização social do espaço, com mudanças na diferenciação interna das metrópoles e na sua posição no contexto econômico- demográfico estadual e do país. A atual forma de crescimento socioespacial metropolitana assiste à rápida expansão de outras áreas que não o município-sede da metrópole.

Essa relativa desconcentração metropolitana, contudo, não se traduz em uma megalópole ou macrometrópole, no sentido de uma expansão metropolitana que "engole" cada vez mais espaços longíquos, aonde o *urban sprawl* define territórios periféricos (Ojima e Hogan, 2009). No caso do Estado de São Paulo, as dinâmicas econômica, regional e populacional de suas regiões tiveram em seus processos históricos, baseados na consolidação do complexo cafeeiro, forças endógenas que (re) definem, consolidam e fortalecem suas regiões (Cano, 1988), desenhando novas metrópoles e pólos regionais no Interior do Estado, onde a migração é um dos elementos constituintes desses novos espaços urbanos (Baeninger, 2008).

Assim, a relação migração-industrialização, migração-emprego, áreas de origem e destino, que anteriormente tinham a imigração como expressão das áreas de maior dinamismo econômico, em especial as regiões metropolitanas, revestem-se de novos conceitos e significados.

No entendimento das migrações internas e do crescimento metropolitano nos anos 2000 estão também presentes menores volumes migratórios; isto, portanto, conduz à substituição de conceitos historicamente datados, tais como áreas de evasão por áreas de perdas migratórias; áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória; áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória (Baeninger, 2008). Duas dimensões estão particularmente presentes na redefinição desses processos: em primeiro lugar, a própria reversibilidade dos diferentes fluxos migratórios (Domenach e Picouet, 1990), em especial as oscilações nos volumes de emigração e

imigração e suas novas modalidades; em segundo lugar, a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas.

O caso de Estado de São Paulo e de sua Região Metropolitana de São Paulo é indicativo de tais alterações; nas principais trocas migratórias ocorridas entre 2004-2009, dentre os estados brasileiros, São Paulo apresentou-se como área de forte perda migratória para os estados da região Sul e Centro-Oeste, com destaque para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e Amazonas; caracterizou-se como área de retenção da migração com nas trocas com os estados do Pará e Rio de Janeiro; e, área de rotatividade migratória com os restantes dos vinte estados brasileiros.

O papel da Região Metropolitana de São Paulo no cenário das migrações internas no Brasil imprimi novos contornos ao entendimento dos processos vigentes em âmbito nacional, com rebatimentos nas demais metrópoles brasileiras. A novidade da PNAD 2004 foi confirmada na PNAD 2006, 2007, 2008 e 2009, qual seja: saldo migratório negativo para o Estado de São Paulo, refletindo a atual configuração da Região Metropolitana de São Paulo no cenário migratório nacional e tornando-se uma área de rotatividade migratória (Baeninger, 2008). Entretanto, os volumes de imigração e emigração entre Nordeste-São Paulo não serão muito menores; isto por que em um contexto de enorme transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel – quer seja nas metrópoles do Sudeste ou no Nordeste - e o emprego na indústria oscila conforme o mercado nacional e internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira.

Evolução da população urbana no Brasil: 1940-2010

O processo histórico de formação da sociedade brasileira, incluindo a transição demográfica, se interliga com as fases e faces da urbanização no País. A intensidade e a forma como se processaram a urbanização e a redistribuição espacial da população brasileira acentuou, ao longo de cinquenta anos, enormes transformações econômicas, sociais, demográficas e políticas; nesse contexto, presenciou-se do ponto de vista da urbanização, a dinâmica concentradora de determinadas áreas. A dinâmica das cidades e o processo de urbanização modificaram-se ao longo do tempo, acompanhando as transformações da sociedade em seu conjunto.

Desde os anos 40, tem-se observado no Brasil aumento significativo de sua população urbana. Em 1940, 12,8 milhões de pessoas residiam no meio urbano, sendo que a população rural ainda representava 69% do total nacional; em 1991, mais de 110 milhões de habitantes residiam em áreas urbanas, passando para 137,9 milhões em 2000 e alcançando 160,9 milhões em 2010 (Tabela 1). Ou seja, em 2000, apenas 18,7% da população nacional viviam em áreas rurais - cerca de 31,8 milhões de pessoas, diminuindo para 29,8 milhões em 2010, correspondendo a 15,6%.

Até os anos 70, os fenômenos da urbanização e da redistribuição espacial da população, marcados por intensos fluxos migratórios, apontavam para o crescimento progressivo das grandes cidades. Esse afluxo crescente de pessoas para o meio urbano, particularmente na década de 70, fez com que tal período fosse marcado pela "explosão do crescimento urbano", com o processo de concentração da população em cidades cada vez maiores (Martine, 1987). Esse panorama concentrador de redistribuição interna da população foi se montando ao longo de quase meio século, indicando a rapidez das transformações urbanas no Brasil. Estima-se que cerca de 50 milhões de pessoas deixaram a área rural em busca de áreas urbanas entre 1950-2000 (Rigotti et al 2001).

Por outro lado, o processo de urbanização no Brasil gerou a criação de significativa rede urbana, diferentemente de outros países latino-americanos que se caracterizam por uma primazia urbana (Faria, 1983; Villa e Rodríguez, 1994). O dinamismo e a complexidade desse processo se expressou na multiplicação do número de cidades no País. Entre 1950 e 2010 passou-se de 1.889 cidades, no início do período, para 5.565, ao seu final.

TABELA 1. População Total, Urbana e Rural e Taxas de Crescimento (% ao ano). Brasil, 1940-2010

Ano	População (em milhares)			Taxas de crescimento (% a.a.)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1940	41.236	12.880	28.356			
				2,33	3,84	1,58
1950	51.994	18.783	33.162			
				3,05	5,32	1,54
1960	70.191	31.534	38.657			
				2,87	5,15	0,60
1970	93.139	52.084	41.054			
				2,48	4,44	-0,62
1980	119.002	80.436	38.566			
				1,93	2,96	-0,66
1991	146.917	110.876	36.042			
				1,63	2,44	-1,30
2000	169.799	137.953	31.845			
				1,17	1,55	-0,65
2010	190.755	160.925	29.830			

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2010.

De fato, o enorme esvaziamento do campo que se operou, a partir dos anos 50, levou a aceleração do processo de urbanização; a taxa de crescimento da população urbana passou de 3,8% a.a., no período 1940-50, para 5,32% a.a. entre 1950-60. O impacto da transferência de população rural para o meio urbano se fez sentir de maneira mais acentuada nos anos 50, uma vez que a base demográfica não era tão extensa; à medida que essa base foi se alargando, o impacto dessa população foi diminuindo e apresentando, portanto, taxas menores de crescimento urbano: 5,15% a.a., no período 1960/70; 4,44% a.a. entre 1970/80; 2,96%a.a, no período 1980-91, chegando a 2,44% entre 1991-2000 e a 1,55% a.a. em 2000-2010.

Embora tanto a taxa anual de crescimento da população brasileira quanto a taxa de crescimento urbano tenham registrado decréscimos ao longo desses setenta anos, o acelerado processo de urbanização pode ser evidenciado através da elevação da participação da população urbana no total populacional: 45%, em 1960; 56%, em 1970; 67%, em 1980; 75%, em 1991, 81%, em 2000 e 84,3% em 2010. Esse incremento da população urbana foi consequência, basicamente, de três fatores: do próprio crescimento vegetativo das áreas urbanas, da migração com destino urbano e da expansão do perímetro urbano de muitas localidades, antigamente consideradas rurais. Em contrapartida, a população rural vem apresentando participação cada vez menor no conjunto da população brasileira; os anos 50 marcaram uma mudança expressiva na distribuição da população no País: a taxa de crescimento da população rural passara de 1,54% a.a., entre 1950-60, para 0,60% a.a., no período 1960-70, alcançando taxas negativas, em torno de 0,60% a.a., nos anos 70 e nos 80. Em 1980, aliás, a população rural brasileira registrou pela primeira vez na história deste século diminuição em números absolutos; em 2000, sua taxa de crescimento alcançou -1,3% a.a. Em 2010, a taxa de crescimento da população rural foi de -0,65% ao ano, essa diminuição em suas perdas refletiu muito mais o crescimento de áreas rurais de expansão urbana.

No que se refere ao crescimento metropolitano, já com os resultados do Censo Demográfico de 1991 pode-se observar que a mudança no processo de urbanização brasileiro iniciou-se justamente com o menor crescimento das áreas metropolitanas (Martine, 1994; Baeninger, 1999) e com enormes transformações no processo de redistribuição espacial da população. Os anos 90 e 2000 consolidam esta tendência, deixando as regiões metropolitanas, em especial suas sedes, perderem posições no ranking das taxas de crescimento do país.

Crescimento populacional das antigas metrópoles brasileiras

Apesar das regiões metropolitanas terem se configurado como receptoras de grandes contingentes populacionais há várias décadas, no período 1970-1980 já se podia evidenciar um arrefecimento no ritmo de crescimento da população residente nessas áreas: a taxa média de crescimento populacional metropolitano passou de 4,7% a.a., em 1960-1970, para 3,8%, em 1970-1980. Mesmo assim, o volume migratório que havia se dirigido para essas metrópoles justificava apontar um padrão crescente de concentração populacional: 5.705.021 pessoas[1] se destinaram às regiões metropolitanas no período 1970-1980, correspondendo a 22,5% da migração intermunicipal nacional.

Nos anos 80 e 90, no entanto, a taxa de crescimento da população metropolitana nacional apresentou um decréscimo considerável, registrando 1,99% a.a., entre 1980-1991, (contra 3,8% a.a. da década anterior) e mantendo-se nesse patamar (2,00% a.a.). entre 1991-2000 e chegando a 0,99% ao aano entre 2000-2010 (Tabela 2).

Para todas as regiões metropolitanas antigas as taxas de crescimento vêm registrando ritmos decrescentes. Nos anos 70, apenas as regiões metropolitanas de Recife (2,7% a.a.) e Rio de Janeiro (2,5% a.a.) registraram taxas de crescimento metropolitano inferior à média do período (que foi de 3,8% a.a.), sendo elevadíssimas as taxas para a Região Metropolitana de Curitiba (5,8% a.a.), Região Metropolitana de Belo Horizonte (4,7% a.a.), Região Metropolitana de São Paulo (4,5% a.a.), Região Metropolitana de Salvador (4,4% a.a.), Região Metropolitana de Belém (4,3% a.a.) e Região Metropolitana de Fortaleza (4,3% a.a.).

No período 1980-1991, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (com taxa de crescimento de 1,3% a.a.), a de Recife (1,2% a.a.), e a de São Paulo (que registrou uma taxa de 1,9% a.a.) tiveram um ritmo de crescimento que se situou abaixo da média metropolitana do período (2,0% a.a.). Para os anos 90, nota-se uma manutenção nos níveis das taxas de crescimento verificados nos anos 80, com algumas áreas metropolitanas elevando ligeiramente suas taxas de crescimento, mas próximas a década anterior (como são os casos de Recife, Rio de Janeiro e Curitiba), sendo que apenas a Região Metropolitana de Salvador apresentou declínio pronunciado na taxa de crescimento (de 3,0% a.a., entre 1980-1991, para 2,4% a.a., entre 1991-2000). Esta tendência reflete, de um lado, a continuidade do declínio da fecundidade, e por outro lado, a diminuição da participação da migração vinda de fora para essas áreas metropolitanas.

Assim, no período de 1991-2000, as regiões metropolitanas com maiores taxas de crescimento foram Curitiba (3,5% a.a.), Belém (3,4% a.a.), Fortaleza (2,6% a.a.), Belo Horizonte (2,5 % a.a.), Recife (2,3% a.a.).Para os anos 2000-2010, a RM Fortaleza, com uma taxa de 2,15% a.a., foi a única que cresceu acima da média do Brasil Urbano (1,55% a.a.); as RMs de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife exibiram uma taxa de crescimento inferior a 1% ao ano. Das metrópoles do Sudeste, somente Belo Horizonte (1,34% a.a.) acima da média dessas áreas

[1] Refere-se às pessoas que mudaram de município, pelo menos uma vez, na década; não inclui a migração intrametropolitana.

metropolitanas.Curitiba, com um ritmo de crescimento de 1,57% a.a., e Belém, com 1,59% a.a., acompanharam a média do crescimento urbano do país.

TABELA 2. População Total e Taxas de Crescimento. Regiões Metropolitanas (Antigas) - Brasil, 1970-2010

Regiões Metropolitanas (antigas)	População Total					Taxas de Crescimento (% a.a.)			
	1970	1980	1991	2000	2010	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
TOTAL	23.730.895	34.411.659	42.798.162	51.088.169	56.364.421	3,79	1,99	2,00	0,99
São Paulo	8.139.730	12.588.725	15.444.941	17.970.634	19.683.975	4,46	1,88	1,7	0,91
Rio de Janeiro	6.891.521	8.772.265	9.814.574	11.257.944	11.703.788	2,45	1,26	1,54	0,39
Recife	1.791.322	2.347.146	2.858.147	3.512.208	3.690.547	2,74	1,22	2,32	0,50
Belo Horizonte	1.658.482	2.609.583	3.436.060	4.277.157	4.883.970	4,7	2,42	2,46	1,34
Porto Alegre	1.574.239	2.285.140	3.038.792	3.544.789	3.978.470	3,84	2,16	1,73	1,16
Salvador	1.147.821	1.766.614	2.496.521	3.090.196	3.531.820	4,43	3,04	2,4	1,34
Fortaleza	1.036.779	1.580.074	2.307.017	2.923.417	3.615.767	4,29	2,67	2,67	2,15
Curitiba	821.233	1.440.626	2.000.805	2.716.288	3.174.201	5,8	3,03	3,46	1,57
Belém	669.768	1.021.486	1.401.305	1.795.536	2.101.883	4,3	3,43	3,37	1,59
BRASIL URBANO	52.087.092	80.436.409	110.990.990	137.953.959	160.925.792	4,44	2,97	2,44	1,55

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Quanto às metrópoles do Sudeste, a Região Metropolitana de São Paulo passou de uma taxa de crescimento populacional de 4,5% a.a., no período 1970-1980, para 1,9% a.a., nos anos 80, e 1,7%, no período 1991-2000 e 0,91% a.a. entre 2000-2010. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro que havia registrado taxa de 2,4% a.a., nos 70, baixou para 1,3% a.a., no período 1980-1991, elevando-se ligeiramente para 1,5% a.a., no de 1991-2000 e baixando para 0,39% a.a. entre 2000-2010.

A expansão metropolitana, delineado até os anos 1980/90 por um marcante processo de periferização da população residentes nas metrópoles, redesenhou seu ritmo de crescimento no século 21. A maioria das regiões havia apresentado no período 1970-1980 taxas de crescimento mais elevadas em seus municípios periféricos. Nos anos 80, o processo de periferização intensificou-se, no qual as periferias das áreas metropolitanas continuaram exibindo taxas elevadas e superiores às de seu núcleo. Os anos 90 consolidaram esse processo, com os núcleos metropolitanos de Belém, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre registrando taxas de crescimento de suas populações inferiores a 1% a.a. e permanecendo a tendência de taxas superiores nas periferias metropolitanas. Destacaram-se os crescimentos elevados dos municípios periféricos das regiões metropolitanas de Curitiba (5,0% a.a., entre 1991-2000), Belo Horizonte (4,3% a.a.), Salvador, São Paulo e Belém (em torno de 3,0% a.a.), demonstrando o vigor dos processos internos de redistribuição espacial das populações metropolitanas, em especial os deslocamentos intrametropolitanos que partem dos núcleos para as periferias das regiões metropolitanas.

Para o período 2000-2010, o ritmo de crescimento dos núcleos metropolitanos foi extremamente pequeno, porém, com expressivo crescimento periférico apenas para as metrópoles do Nordeste (Tabela 3).

Os diferentes ritmos de crescimento da população entre núcleo e periferia evidenciam deslocamentos populacionais internos em nível metropolitano, os quais imprimem novas características ao processo de redistribuição da população: consolidam-se espaços urbanos na periferia nacional, antes incapazes de reter e atrair sua população. No entanto, as "especializações

do território" (Santos, 1994) traduzem- se em metrópoles diferenciadas e fragmentadas, cujo processo de periferização é antes de tudo a expressão do empobrecimento da população[2]. Os resultados do Censo de 2010 sugerem a continuidade do processo de desaceleração do ritmo de crescimento das antigas metrópoles brasileiras, especialmente a Região Metropolitana de São Paulo (com uma taxa de 1,7% a.a), Rio de Janeiro (1,54% a.a.) e Porto Alegre (1,7% a.a.); taxas menores que a verificada para o conjunto da população urbana do país (2,44% a.a.) e para as áreas metropolitanas (2,00% a.a.).

TABELA 3. População Metropolitana – Núcleo e Periferia e Taxas de Crescimento (% a.a.), 2000-2010

Municípios	População		Taxa de Crescimento
	2000	2010	(% a.a.)
RM Belém	1.838.763	2.101.883	1,35
Belém	1.280.614	1.393.399	0,85
Outros municípios	558.149	708.484	2,41
RM Fortazeza	3.056.769	3.615.767	1,69
Fortazeza	2.141.402	2.452.185	1,36
Outros municípios	915.367	1.163.582	2,43
RM Recife	3.337.565	3.690.547	1,01
Recife	1.422.905	1.537.704	0,78
Outros municípios	1.914.660	2.152.843	1,18
RM Salvador	3.080.343	3.531.820	1,38
Salvador	2.443.107	2.675.656	0,91
Outros municípios	637.236	856.164	3,01
RM Belo Horizonte	4.357.942	4.883.970	1,15
Belo Horizonte	2.238.526	2.375.151	0,59
Outros municípios	2.119.416	2.508.819	1,7
RM Rio de Janeiro	10.894.156	11.703.788	0,72
Rio de Janeiro	5.857.904	6.320.446	0,76
Outros municípios	5.036.252	5.383.342	0,67
RM São Paulo	17.878.703	19.683.975	0,97
São Paulo	10.434.252	11.253.503	0,76
Outros municípios	7.444.451	8.430.472	1,25
RM Curitiba	2.768.394	3.174.201	1,38
Curitiba	1.587.315	1.751.907	0,99
Outros municípios	1.181.079	1.422.294	1,88
RM Porto Alegre	3.736.629	3.978.470	0,63
Porto Alegre	1.360.590	1.409.351	0,35
Outros municípios	2.376.039	2.569.119	0,78

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

O Brasil das nove regiões metropolitanas manteve entre 2000-2010 menor ritmo de sua população em comparação com o conjunto da população urbana do País. A importância desse processo de desaceleração metropolitana é revelada pela expressiva perda de participação relativa das populações dessas metropóles no total da população urbana do País: em 1970,

[2] A pesquisa "Características e Tendências da Rede Urbana no Brasil" (NESUR- IE/UNCAMP/IPEA, 1998) aponta menor renda para os chefes de domicílios nas áreas periféricas que nos núcleos metropolitanos.

a população das nove regiões metropolitanas respondia por 45,56% da população urbana brasileira, passando para 37,03%, em 2000 e 35,0% em 2010.

Na verdade, o entendimento do atual processo de urbanização e desaceleração das grandes concentrações metropolitanas está relacionado com a distribuição da população em diferentes espacialidades do sistema urbano brasileiro; característica do processo de urbanização, na virada do século XX para o XXI, tem sido o intenso processo de interiorização das aglomerações urbanas.

Novas espacialidades no processo de urbanização brasileira: aglomerados metropolitanos recentes

As tendências recentes do processo de urbanização e de distribuição espacial da população reforçam o processo de reorganização populacional, com a importância crescente de formação de novas territorialidades e dos processos internos de realocação espacial da população.

Considerando as novas formas de organização do território, com a possibilidade de criação de novas áreas metropolitanas a partir das Constituições Estaduais, verifica- se o crescente número de regiões metropolitanas no Brasil (Tabela 4); estas chegaram a concentrar mais de 67 milhões de brasileiros no ano 2000, correspondendo a 48,9% da população urbana nacional.

Essas configurações urbano-metropolitanas recentes distinguem-se das antigas metrópoles, tanto por seu papel no contexto do desenvolvimento econômico do país quanto pelo menor poder de sua área de influência, abrangendo espaços regionais bastante restritos. Na verdade, poucas são as áreas que podem ser consideradas como "nova metrópole"; o estudo do IPEA/NESUR-IE/UNICAMP/IBGE (2003) identificou 13 metrópoles nacionais, ou seja, as nove regiões antigas e as regiões metropolitanas de Vitória, Florianópolis, Entorno de Brasília e Natal[3]. Desse modo, a maior parte dessas novas aglomerações urbanas, já institucionalizadas como metrópoles, pode ser denominadas 'aglomerados metropolitanos recentes' (ao invés de novas regiões metropolitanas) para que se distingam dos espaços de caráter eminentemente metropolitano. Essa distinção faz-se necessária, uma vez que a definição sociológica de área metropolitana inclui, dentre outros elementos, a complexidade da interação entre os espaços que compõem essa região, com intensa circulação de capital e de população[4] situação nem sempre presente nesses aglomerados.

As taxas de crescimento da população dos aglomerados metropolitanos, no entanto, assemelham-se à dinâmica de crescimento das antigas metrópoles em décadas passadas. No período 1980-1991 a taxa média de crescimento dos aglomerados metropolitanos recentes chegou a 3,3% a.a. e, mesmo diminuindo esse ritmo na década seguinte, situou-se em 2,79% a.a. No período 2000-2010, esse crescimento passa a ser de 0,74% ao ano, abaixo do ritmo de crescimento das metrópoles antigas (0,99% a.a.), indicando a estabilidade dos crescimentos dessas áreas. Essas taxas ficaram bem acima da taxa média de crescimento nacional nas duas décadas anteriores, bem como de crescimento urbano, indicando o impulso do processo de concentração de população nessas localidades no período.

[3] Outras áreas metropolitanas foram incluídas em categorias como metrópoles regionais, como é o caso de Campinas. Veja-se IPEA/NESUR-IE-UNICAMP/IBGE (2000).
[4] Veja-se, dentre outros, Villaça (2001).

TABELA 4. População Total, Taxas de Crescimento e Incremento Absoluto. Regiões Metropolitanas Antigas e Aglomerados Metropolitanos Recentes, 1980, 1991, 2000 e 2010

Áreas Metropolitanas	População Total				Taxas de Crescimento			Incremento Absoluto		
	1980	1991	2000	2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
RM Antigas	**34.411.656**	**42.798.162**	**51.088.169**	**56.364.421**	**2,00**	**1,99**	**0,99**	**8.386.506**	**8.290.007**	**5.276.252**
Belém	1.021.483	1.401.305	1.795.536	2.101.883	2,92	2,79	1,59	379.822	394.231	306.347
Fortaleza	1.580.074	2.307.017	2.923.417	3.615.767	3,5	2,67	2,15	726.943	616.400	692.350
Salvador	1.766.614	2.496.521	3.090.196	3.531.820	3,19	2,4	1,34	729.907	593.675	441.624
Recife	2.347.146	2.858.147	3.512.208	3.690.547	1,81	2,32	0,50	511.001	654.061	178.339
São Paulo	12.588.725	15.444.941	17.970.634	19.683.975	1,88	1,7	0,91	2.856.216	2.525.693	1.713.341
Rio de Janeiro	8.772.265	9.814.574	11.257.944	11.703.788	1,03	1,54	0,39	1.042.309	1.443.370	445.844
Belo Horizonte	2.609.583	3.436.060	4.277.157	4.883.970	2,53	2,46	1,34	826.477	841.097	606.813
Curitiba	1.440.626	2.000.805	2.716.288	3.174.201	3,03	3,46	1,57	560.179	715.483	457.913
Porto Alegre	2.285.140	3.038.792	3.544.789	3.978.470	2,63	1,73	1,16	753.652	505.997	433.681
Aglomerados Metropolitanos Recentes	**9.141.654**	**13.083.551**	**16.759.231**	**18.048.160**	**3,31**	**2,79**	**0,74**	**3.941.897**	**3.675.680**	**1.288.929**
Natal	554.223	826.208	1.043.321	1.351.004	3,7	2,63	2,62	271.985	217.113	307.683
Baixada Santista	961.243	1.220.249	1.476.820	1.664.136	2,19	2,14	1,20	259.006	256.571	187.316
Vale do Aço	276.620	325.806	399.580	451.670	1,5	2,29	1,23	49.186	73.774	52.090
Vitoria	753.959	1.136.842	1.438.596	1.687.704	3,8	2,65	1,61	382.883	301.754	249.108
Florianópolis	364.334	530.621	709.407	1.012.233	3,48	3,28	3,62	166.287	178.786	302.826
Norte/ Nordeste Catarinense	245.477	363.149	453.249	1.094.412	3,62	2,49	9,22	117.672	90.100	641.163
São Luís	498.958	820.137	1.070.688	1.331.181	4,62	3,01	2,20	321.179	250.551	260.493
Tubarão	83.326	103.334	117.830	356.721	1,98	1,47	11,71	20.008	14.496	238.891
Foz do Rio Itajaí	145.841	222.515	319.389	532.771	3,92	4,1	5,25	76.674	96.874	213.382
Entorno de Brasília	1.520.026	2.161.709	2.952.276	3.651.203	3,25	3,52	2,14	641.683	790.567	698.927
Campinas	1.276.801	1.866.025	2.338.148	2.797.137	3,51	2,54	1,81	589.224	472.123	458.989
Goiânia	827.446	1.230.445	1.639.516	2.173.141	3,67	3,24	2,86	402.999	409.071	533.625
Londrina	434.177	553.314	647.854	801.817	2,23	1,77	2,16	119.137	94.540	153.963
Maceió	522.173	786.643	989.182	1.156.364	3,8	2,58	1,57	264.470	202.539	167.182
Maringá	267.587	381.569	474.202	578.740	3,28	2,44	2,01	113.982	92.633	104.538
Regiao Carbonífera	165.715	234.611	289.272	369.398	3,21	2,35	2,48	68.896	54.661	80.126
Vale do Itajaí	243.748	320.374	399.901	689.731	2,52	2,49	5,60	76.626	79.527	289.830
TOTAL RMs	43.553.310	55.881.713	67.847.400	74.412.581	2,29	2,18	0,93	12.328.403	11.965.687	6.565.181
BRASIL	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799	1,93	1,63	1,17	27.814.423	22.973.695	20.956.629
BRASIL URBANO	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.792	2,97	2,45	1,55	30.553.663	26.962.969	22.971.833

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 a 2010.

De fato, esses aglomerados concentravam 9.141.654 habitantes, em 1980, passando para 16.759.231, em 2000, e chegando a 18.048.160 pessoas e respondendo por 11% da população urbana do Brasil. Nos anos 90 e 2000-2010 várias foram os aglomerados

metropolitanos recentes que registraram elevadas taxas de crescimento, dentre eles aqueles que são sediados por capitais estaduais – Entorno de Brasília , Goiânia , Florianópolis e São Luis, bem como outras no interior, tais como Foz do Rio Itajaí, Maringá, Campinas, Norte/Nordeste Catarinense e Região Carbonífera. No decorrer do período 2000-2010 outras aglomerações urbanas foram oficializadas como metropolitanas: Região Metropolitana de Manaus – Amazonas; Região Metropolitana de João Pessoa – Paraíba; Região Metropolitana de Maceió - Alagoas; Região Metropolitana de Aracaju – Sergipe; Região Metropolitana de Campina Grande – Paraíba; Região Metropolitana do Cariri – Ceará; Região Metropolitana do Agreste – Alagoas; Região Metropolitana de Macapá – Amapá; Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense – Maranhão; Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá - Mato Grosso; Região Metropolitana de Chapecó - Santa Catarina; Região Metropolitana de Lages - Santa Catarina.

Considerando o total da população residindo nessas regiões metropolitanas e aglomerados metropolitanos chega-se em 2010 a 83.968.324 brasileiros, ou seja, cerca de 52,1% da população urbana do país. Assiste-se, desse modo, a intensificação do processo de desconcentração polarizada da urbanização, cuja rede urbana vai se redefinindo a partir de novos recortes espaciais regionais, ao mesmo tempo em que ocorre o espraiamento da população dentre essas configurações urbanas.

O sistema urbano brasileiro tende, portanto, a se redesenhar em configurações metropolitanas e aglomerados urbanos. Essas espacialidades, por sua vez, ao mesmo tempo que concentra a população no conjunto da urbanização, apresenta especificidades intrametropolitanas e intra-aglomerações sobretudo no que se refere ao processo de redistribuição interna de suas populações, gerando espaços formados por sedes e entornos regionais, centros e periferias. São nessas novas configurações urbanas, portanto, pó onde as populações se movimentam, se deslocam e circulam diariamente, trazendo novas demandas às políticas sociais, quer seja em termos de transporte e moradia, como de saúde e educação.Está-se , portanto, diante de um processo de reestruturação espacial urbana, cuja especificidade é dada pelo processo de espraimento da população, tanto em direção à novas configurações urbanas quanto no interior de cada uma delas. A concomitância desse processo de desconcentração populacional tem contribuído para "expandir as fronteiras da dispersão populacional" (Gottdiener, 1993:14).

Nesse contexto, vai se redefinindo a organização social do espaço, com mudanças na diferenciação interna da metrópole e com a realocação de população em aglomerados urbanos de diferentes tamanhos.

A atual forma de crescimento socioespacial assiste à rápida expansão de outras áreas que não o município-sede das metrópoles ou dos aglomerados, contribuindo para a menor pressão demográfica em determinadas áreas. Se de um lado, a desconcentração polarizada do processo de urbanização contribuiu para frear o caos urbano das antigas metrópoles nacionais, por outro lado, essas novas espacialidades anunciam fortes demandas sociais que têm que ser supridas, para que essas localidades não venham a repetir os problemas que as grandes concentrações metropolitanas experimentam há várias décadas.

No que se refere à migração, no cenário nacional a metrópole de São Paulo (re) define os espaços migratórios, caracterizando-se como "espaço perdedor" das migrações internas no Brasil no século 21. As alterações no ritmo de crescimento de sua população, ao longo dos últimos cinquenta anos, esteveram estreitamente vinculada aos novos destinos e sentidos migratórios, hoje num constante ir-e-vir de contingentes migrantes nordestinos; por outro lado, a atração que exerceu sobre o interior paulista na primeira metade do século 20, já não se vislumbra, com perdas líquidas de população para todos os municípios desse interior. O cenário das

migrações no período 2005-2010, quando da disponibilização dessas informações no censo demográfico de 2010, trará luzes para o avanço do entendimento dos processos migratórios atuais na configuração urbana brasileira.

Assim, as transformações em curso nos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população brasileira marcam novas características, dimensões e trajetórias dos deslocamentos populacionais. O aspecto mais significativo dessa tendência parece ser o menor ritmo de crescimento demográfico das grandes concentrações metropolitanas. A emergência de novas regiões, capazes de atrair e de absorver populações, garantiu o início do processo de desconcentração populacional.

Referências

ANDRADE T. A. e SERRA R. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. Texto para Discussão 554, Brasília, IPEA, mar./1998.

BAENINGER, R. Urbanisation Process and Spatial Redistribution of Population in Brazil: recente changes and trends. In: Geyer, Manie. International Handook of Urban Systems- Studies of urbanization and migration in advanced and developing countries.University of Potchefstroom, Africa do Sul, 2002.

BAENINGER, R.. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no Século 21. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG, 2008.

CANO, W. coord, A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo: Fundação SEADE, v.1. a v. 3 (Coleção Economia Paulista), 1988.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE DEMOGRAFIA "Dinâmica de la Población de las Grandes Ciudades en América Latina y el Caribe". IN: Grandes Ciudades de América Latina: Dos Capítulos. Documentos Docentes, Serie B, n. 98, Santiago de Chile, 1994

CUNHA, J. M. P (Des) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1990/1991: qual o efeito da crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. Anais ... Caxambu : ABEP,1998.

CUNHA, J.M. Aspectos Demográficos da Estruturação das Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: Hogan et all (org). Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas. NEPO/PRONEX-UNICAMP, 2001.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El caráter de reversibilidad en el estudio de la. migración. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990

EBANKS, E.G. Determinantes Socioeconómicos de la Migración Interna. CELADE, Santiago de Chile, 1993.

FARIA, V. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP,1978.

FARIA, V. Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

FARIA,V. Mudanças na Composição do Emprego e na Estrutura de Ocupação.A Transição Incompleta: Brasil desde 1945.Paz e Terra,v.1, Rio de Janeiro, 1986. GOTTDIENER, M. A Produção Social do Espaço. Edusp, São Paulo, 1993.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo : Editora Loyola, 1992.

MARQUES, E. C. ; TORRES, H. G. . Pobreza e distribuição espacial de grupos sociais na metrópole de São Paulo. Cadernos Adenauer, São Paulo, v. 1, p. 35-50, 2004. MARTINE, G. A Redistribuição Espacial da População Brasileira durante a Década de 80. Texto para Discussão n. 329, IPEA, Brasília, 1994.

MARTINE, G. "Migração e Metropolização". IN: Revista São Paulo em Perspectiva,São Paulo, Fundação SEADE 1(2)7, 1987.

MATOS, R. e BAENINGER, R. Migração e Urbanização no Brasil: Processos de Concentração e Desconcentração Espacial e o Debate Recente. Anais do XXIII Conferência Nacional da IUSSP, Salvador, Brasil, 2001.

NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

OJIMA, R. e Hogan, D.J. . The demographic composition of urban sprawl: local and regional challenges concerning global environmental change in Brazilian metropolitan areas. In: XXVI IUSSP International Population Conference, 2009, Marrakech. PACHECO, C.A. (1998). Fragmentação da Nação. Campinas: IE/UNICAMP.

RIGOTTI, J.I.R. Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte - década de 70. Dissertação de Mestrado. CEDEPLAR/FACE/UFMG, Minas Gerais, 1994.

SANTOS, M. et al. Território, Globalização e Fragmentação. Hucitec: São Paulo, 1994. SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo : Ed. Studio Nobel, 1998.

SINGER, P.. Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre seu Estudo. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

TORRES, H. G. . Demografia urbana e políticas sociais. Revista Brasileira de Estudos da População, v. 23, p. 27-42, 2006

VÉRAS, M. P. Entre o local e o global: políticas urbanas, espaços e sujeitos da cidade mundial. Caxambu, 1996. (Trabalho apresentado na XX Encontro Anual da ANPOCS)

VILLA, M. Urbanización y Transición Demográfica en América Latina: una reseña del período 1930-1990. IN: El Poblamiento de las Américas, Anais, IUSSP, vol 2, 1992.VILLAÇA, F. Brasil Intra-Urbano. Nobel, 2001.

REGIÕES METROPOLITANAS E POPULAÇÃO NO PARANÁ: UMA CONTRIBUIÇÃO NEO-INSTITUCIONALISTA AO DEBATE

Cláudia Siqueira Baltar

Este estudo inaugura uma vertente de pesquisa prevista no Observatório das Migrações em SãoPaulo, cujo objetivo volta-se para o conhecimento e entendimento das inter-relações migratórias entre o estado de São Paulo e o Norte paranaense.

Assim, como um primeiro trabalho neste contexto de pesquisa, este texto foi construído de forma a atender dois objetivos: em primeiro lugar, a partir da análise das regiões metropolitanas paranaenses, apontar elementos para uma ampliação do debate sobre a institucionalização e gestão das regiões metropolitanas brasileiras e, como decorrência disso, busca-se favorecer uma primeira aproximação à realidade metropolitana paranaense, mais especificamente da região de Londrina, constituindo-se, com isso, o segundo objetivo do presente estudo.

O ponto de partida para a análise empreendida aqui constitui-se numa contraposição aos estudos que privilegiam um conceito limitado de "região metropolitana", cuja definição contemplaria as regiões metropolitanas instituídas, na década de 1970, deixando de fora a maioria das regiões metropolitanas instituídas posteriormente, sob legislação estadual.

Dentre estes estudos, aqueles empreendidos em Moura et al. (2006a), Moura et al. (2003) e IPEA (2001) são os selecionados para desenvolver as reflexões a respeito de tema no presente trabalho.

De forma geral, estes estudos realizam uma classificação e hierarquização dos diferentes sistemas urbanos brasileiros, nas quais a categoria "região metropolitana" acaba se referindo exclusivamente àquelas redes de municípios que motivaram a institucionalização das regiões metropolitanas, na década de 70 – ou seja, as redes formadas por algumas capitais estaduais e os municípios do seu entorno, entre as quais estão São Paulo, Belo Horizonte Curitiba e Porto Alegre.

Em contrapartida, uma diversidade de rede de municípios localizada no interior dos diferentes estados, incluindo as regiões metropolitanas interioranas oficializadas, acabam

sendo distribuídas numa classificação que inclui categorias como aglomerações urbanas não-metropolitanas, centros regionais e centros sub-regionais.

A razão da elaboração de tal classificação reside na constatação, por um lado, de uma diversidade entre as redes de municípios em termos de densidade e circulação populacionais, densidade e circulação de capitais, do predomínio de atividades urbanas (indústria, comércio e serviços) e, por outro, da existência de problemas urbanos comuns aos municípios e que extrapolam as fronteiras administrativas, o que justificaria a uma ação conjunta na busca de soluções.

É como se fosse estabelecido um gradiente de complexidade de situações e problemas urbanos, que caminharia do mais complexo para o menos complexo, no qual fosse estabelecida a posição das diferentes redes de municípios do país, sendo que quanto mais próximo do nível alto de complexidade encontra-se uma rede de municípios, mais merecedora essa rede é de ser classificada como uma realidade metropolitana. No sentido oposto, quanto mais posicionado em níveis baixos de complexidade, menos essa rede de municípios merecerá ser identificada como um espaço metropolitano.

Reconhece-se a importância desse tipo de estudos, pois a partir deles é possível identificar e classificar os diferentes tipos de rede de municípios no país e com isso subsidiar novos esforços no sentido de enriquecer essa mesma classificação urbana. O ponto do qual se diverge reside na utilização desses estudos para negar o status de "metropolitano" a uma parcela significativa de rede de municípios.

Embora a noção de "região metropolitana" tenha surgido durante os anos 70, referindo-se a uma realidade caracterizada, por um lado, por um elevado crescimento populacional nos grandes centros urbanos, um processo de urbanização precário, um agravamento das condições de vida das populações residentes nas cidades e, por outro lado, pela valorização das funções e atividades urbanas, ela não pode, hoje em dia, continuar referindo-se somente a essas características, pois, com isso, deixa-se de considerar aspectos importantes da realidade, no contexto atual.

É nesse ponto da reflexão que se decidiu pela inserção de uma perspectiva neo-institucionalista como uma contribuição ao debate a respeito do processo de institucionalização e da gestão das regiões metropolitanas.

Neste sentido, destaca-se a importância da análise empreendida em Siqueira (2009) no sentido de relacionar processos político-institucionais, populacionais e urbanos numa

perspectiva analítica que alia o neo-institucionalismo histórico e as teorias explicativas da demografia. Este trabalho, em alguns aspectos, representa uma continuação e desdobramento das reflexões iniciadas naquele momento.

Assim, o que se pretende acrescentar com este estudo é a consideração de que decisões político-institucionais tomadas em determinados contextos podem influenciar processos populacionais, urbanos e econômicos. Isso não significa dizer que a dimensão político-institucional substitua outras dimensões explicativas de processos em curso na sociedade. Pelo contrário. Constitui-se em mais uma dimensão que deve ser levada em conta na compreensão de fenômenos demográficos.

Considera-se que o que está sendo deixado de fora das reflexões sobre a institucionalização e gestão de regiões metropolitanas é o fato de que, embora tenham sido previstas outras formas de organização regional, como a "aglomeração urbana" ou a "microrregião", tanto na Constituição Federal de 1988 como na Constituição do Estado do Paraná, somente a forma metropolitana foi regulamentada por legislação estadual.

Assim, quando os municípios buscam formas de oficializar sua integração regional, é mais provável eles optarem por um formato sobre o qual já possuem um conhecimento sobre sua

existência e funcionamento e o que não se pode negar é que o formato de "região metropolitana" é o único com acúmulo de conhecimento suficiente, no mínimo desde a década de 1970, sobre o qual se pode tomar algum tipo de decisão.

Além disso, não se deve continuar mantendo como parâmetros para a definição de uma região metropolitana os fenômenos que animaram a sua institucionalização nos anos 70, uma vez que não se pode esperar que aqueles fenômenos se repitam em momentos e em lugares diferentes.

O texto está estruturado de forma a apresentar na primeira parte uma análise das regiões metropolitanas paranaenses com objetivo de mostrar que elas representam uma heterogeneidade no conceito de "metropolitano", fornecendo novos elementos para se pensar a questão metropolitana, entre elas a importância das atividades agropecuárias e agroindustriais na configuração desses espaços – o que estava ausente na definição original de região metropolitana.

Na segunda parte, será apresentada a análise de alguns aspectos do desenvolvimento econômico, da dinâmica demográfica e da dinâmica urbana da região metropolitana de Londrina, com o objetivo de destacar que uma redefinição da noção de região metropolitana deve-se levar em conta que o dinamismo econômico e o dinamismo demográfico são considerados em diferentes escalas e que uma vez instituída uma região metropolitana, essa existência institucional passa a influenciar processos populacionais, urbanos e econômicos.

Heterogeneidade de um conceito: As Regiões Metropolitanas Paranaenses

O Estado do Paraná possui três regiões metropolitanas, instituídas em momentos diferentes e, portanto, em diferentes contextos políticos e sociais: a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), a Região Metropolitana de Londrina (RML) e a Região Metropolitana de Maringá (RMM) [1].

Assim se, por um lado, tem-se a criação da região metropolitana de Curitiba, na década de 1970, através da Lei Complementar 14/1973[2], num contexto, segundo Moura et al. (2006), de importante processo de concentração populacional, atividades e renda nas áreas de influência das capitais dos Estados, por outro, as regiões metropolitanas de Londrina e Maringá[3] foram criadas através de legislação estadual, na década de 1990 – momento em que, de acordo com o mesmo estudo, foi inaugurado um processo de surgimento de diversas associações supramunicipais, com o objetivo de buscar soluções de problemas urbanos que extrapolam as fronteiras dos municípios[4].

De acordo com o mapa 1, as três regiões metropolitanas paranaenses situam-se em duas mesorregiões bastante diversas, tanto em termos populacionais e do histórico de ocupação territorial, quanto em termos de atividades econômicas (IPARDES, 2004)[5].

[1] De acordo com levantamento feito na legislação da Assembleia Legislativa do Paraná, no período de 2000 a 2011, foram encaminhados 20 projetos de lei complementar visando a criação de novas regiões metropolitanas em diversas regiões do estado, sendo que todos foram arquivados, sem resultar na criação de nenhuma outra região metropolitana (disponível em: http://www.alep.pr.gov.br/atividade_parlamentar/pesquisa_legislativa; acessado em:17/08/2011). Para uma discussão sobre o tema ver MOURA et al., 2006a.

[2] Através dessa lei foram criadas também as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belém e Fortaleza.

[3] A região metropolitana de Londrina foi criada através da Lei Complementar Estadual 81/1998 e a região metropolitana de Maringá, através da Lei Complementar Estadual 83/1998.

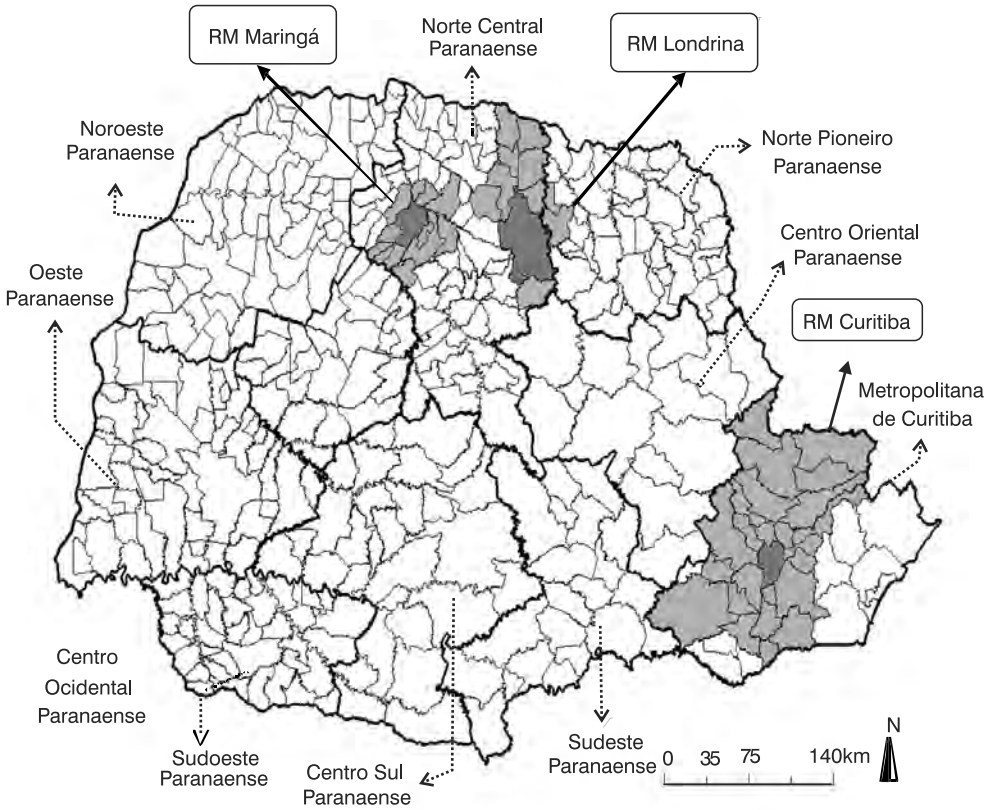
[4] Neste artigo, os autores dividem o processo de instituição das regiões metropolitanas, no Brasil, em três fases: a primeira fase corresponderia à década de 1970, quando a União instituiu as regiões metropolitanas junto às capitais de alguns Estados da federação; a segunda fase se iniciaria com a Constituição de 1988, quando é facultada aos Estados a competência para criação de regiões metropolitanas, e a terceira fase corresponderia à instituição das regiões metropolitanas ao longo da década de 1990. Para maiores detalhes, ver MOURA et al., 2006, pg.130-132.

[5] Nas publicações do IPARDES, há uma série de estudos que destacam a diversidade socioeconômica, demográfica e de forma de ocupação territorial entre as mesorregiões que compõem o estado do Paraná. Nesse sentido, ver IPARDES, 2005; IPARDES, 2006; MOURA et al., 2006b.

Nesse sentido, destaca-se que a Região Metropolitana de Curitiba localiza-se na mesorregião Metropolitana, que corresponde à porção de ocupação mais antiga do território paranaense, nela situando-se os municípios mais antigos do estado (Paranaguá, criado em 1648, e Curitiba, criado em 1693), a partir dos quais se originaram os demais municípios da mesorregião. Além disso, a mesorregião Metropolitana, a partir da década de 1970, passou a concentrar crescentemente a população e as atividades industriais do estado (IPARDES, 2004).

Já as Regiões Metropolitanas de Londrina e de Maringá localizam-se na mesorregião Norte Central, cuja ocupação territorial está associada à colonização empreendida pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), a partir da década de 1920, baseada na venda de terras através de pequenos lotes agrícolas para a expansão da cultura cafeeira, proveniente do extremo oeste do estado de São Paulo (BALHANA et al., 1969).

MAPA 1. Regiões Metropolitanas Paranaenses. Estado do Paraná, por Mesorregiões



Fonte: Elaborado a partir da base cartográfica do IBGE.

Essa forma de colonização garantiu à mesorregião Norte Central distinguir-se pelo pioneirismo em termos de ocupação populacional e pelo estabelecimento de atividades produtivas dinâmicas em áreas de expansão de fronteira. Com isso, essa mesorregião liderou até os primeiros anos da década de 1970 o crescimento da economia paranaense, constituindo-se, no início da década, na mesorregião mais populosa do estado, principalmente a rural, concentrando quase ¼ da população estadual (IPARDES, 2004, pg.16).

Trata-se do que Martine e Camargo (1984) denominaram por "área de fronteira consolidada". Ou seja, segundo esses autores, o Paraná está entre aqueles estados que experimentaram, a partir das décadas de 1940 e 1950, uma expansão acelerada de sua população rural e de sua

produção agrícola[6], mantendo-se num ritmo crescente até a década de 1970, quando, com a modernização agrícola, o Norte Central passa a registrar decréscimos significativos da sua população agrícola.

Para complementar esse panorama, em seu estudo sobre as migrações intra-regionais do Paraná, nas décadas de 1970 a 1990, Magalhães (2003) destaca, primeiramente, o impacto que a modernização da agricultura e o surto industrial causaram na população paranaense, ao longo da década de 1970.

Nesse sentido, a autora destaca três processos simultâneos de redistribuição da população no espaço: 1) as saídas de população do meio rural para o urbano contribuíram para o crescimento da urbanização em todo o território paranaense; 2) o processo migratório privilegiou o crescimento do número de centros urbanos maiores (com mais de 50 mil habitantes); 3) uma concentração espacial da urbanização, a partir da formação de eixos de aglomeração urbana em pontos específicos do território – esses eixos são representados por Londrina e Maringá (no Norte Central); por Cascavel, Toledo e Foz de Iguaçu (Oeste paranaense) e pela Região Metropolitana de Curitiba que, nesse momento, passa por um crescimento populacional extraordinário, recebendo fluxos de migrantes de todas as regiões do estado.

Na década de 1980, por sua vez, Magalhães (2003) destaca a continuidade dos processos iniciados na década anterior, como o esvaziamento das áreas rurais que, agora, engloba novas regiões, e a crescente urbanização em todo o território paranaense.

No contexto inter-estadual, parcelas significativas desse processo de esvaziamento populacional do meio rural, nos anos 70 e 80, dirigiram-se para outras unidades da federação, tendo o estado de São Paulo como o principal destino desses fluxos emigratórios, seguido dos estados de Mato Grosso do Sul, Rondônia, Mato Grosso e Santa Catarina. A intensidade da emigração, nessas duas décadas, foi extraordinária, sendo que, segundo a autora, em cada decênio, saíram do Paraná mais de um milhão de pessoas (MAGALHÃES, 2003, p.49).

Já na década de 1990, o Paraná começa a recuperar sua taxa de crescimento populacional, que se manteve bastante baixa nas décadas anteriores. De acordo com o mesmo estudo, dois processos contribuem para essa recuperação populacional: o decréscimo da emigração, ao longo dos anos 90, e os significativos movimentos imigratórios de retorno.

No contexto intra-estadual, observa-se, por um lado, a continuidade da saída da população do meio rural, porém em ritmo bem mais lento e, por outro, o recrudescimento do processo de urbanização e da concentração urbana em eixos de aglomeração urbana já definidos nas décadas anteriores. Essa dinâmica populacional, por sua vez, acompanhou a distribuição das atividades econômicas do estado caracterizada pela concentração da indústria moderna na região metropolitana de Curitiba e pela forte presença da agroindústria, com participação crescente das grandes cooperativas, em diversas regiões do interior paranaense, com destaque para Londrina, Maringá, o Oeste e o Centro-Oriental (MAGALHÃES, 2003).

Esse panorama da dinâmica da população e do desenvolvimento econômico do estado do Paraná, no período recente, foi apresentado para destacar que, tanto a institucionalização da região metropolitana de Curitiba, na década de 1970, como a institucionalização das regiões metropolitanas de Londrina e Maringá, nos anos 90, ocorreu em contextos de importantes mudanças demográficas e de atividade econômica para a configuração do atual perfil do estado.

[6] Além do Paraná, destacam-se também como "área de fronteira consolidada" os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão (MARTINE e CAMARGO, 1984, pg.139).

Argumenta-se que esse é um dos aspectos que as regiões metropolitanas paranaenses possuem em comum. Elas se distinguiriam em outros aspectos: no volume e no conteúdo dos processos envolvidos. Os dados da tabela 1 podem ser utilizados para subsidiar esse argumento.

Nesse sentido, observa-se que, embora as taxas de crescimento anual da população, de um modo geral, tenham decrescido entre os períodos 1991-2000 e 2000-2010, as três regiões metropolitanas paranaenses[7] apresentaram um crescimento populacional superior ao crescimento estadual, nos dois períodos.

TABELA 1. População Total, Taxa de crescimento anual (%a.a.) e Participação na população estadual (%) Regiões Metropolitanas – Estado do Paraná, 1991-2010

Regiões Metropolitanas	População Total			Taxa crescimento anual		Participação na População estadual		
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010	1991	2000	2010
Curitiba	2.101.681	2.768.394	3.174.201	3,11	1,38	24,9	28,9	30,4
Londrina	624.623	716.058	801.817	1,53	1,14	7,4	7,5	7,7
Maringá	499.949	591.387	690.303	1,88	1,56	5,9	6,2	6,6
Paraná	8.448.713	9.563.458	10.444.526	1,39	0,89			

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (Dados disponibilizados no IPARDES).

Vale destacar que, enquanto a população estadual, nos anos 90, cresceu a uma taxa anual de 1,39%, a região metropolitana de Curitiba cresceu a uma taxa anual mais de duas vezes superior à estadual (3,11%). Por sua vez, no decênio seguinte, é a região metropolitana de Maringá que acaba registrando a maior taxa de crescimento populacional entre as regiões, 1,56%a.a. – 0,7 pontos percentuais acima da média estadual, de 0,89%a.a.

Esse ritmo de crescimento populacional, nas duas últimas décadas, contribuiu para que as regiões metropolitanas aumentassem sua participação no total da população paranaense. Assim, se observa que a RM de Curitiba, que concentrava 25% da população do estado, 1991, passa a concentrar 30%, em 2010. Por sua vez, a RM de Londrina, de 7,4%, em 1991, passa a concentrar 7,7%, em 2010. Por fim, a RM de Maringá sai de 6,0%, em 1991, para 6,6%, em 2010.

Com isso, as regiões metropolitanas do estado do Paraná, que detinham, conjuntamente, 38% da população paranaense, no início dos anos 90, passaram a concentrar 45%, a partir do último censo demográfico realizado no país – o que é indicativo da atratividade populacional dessas áreas que, por sua vez, reflete o dinamismo de suas respectivas atividades econômicas.

No entanto, se as regiões metropolitanas paranaenses convergem na tendência e direção da dinâmica populacional mais geral, elas divergem entre si quanto ao volume de população e quanto ao conteúdo socioeconômico desses mesmos processos, considerando, de forma contrastante, de um lado, as regiões metropolitanas de Londrina e Maringá e, de outro, a região metropolitana de Curitiba.

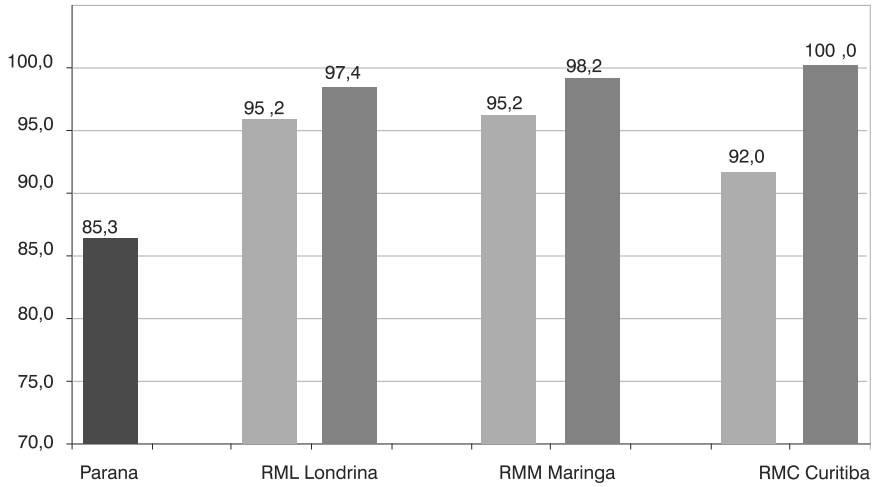
Nesse sentido, observa-se que os dados populacionais do censo demográfico de 2010 mostram que a RM de Curitiba passou a concentrar cerca de 30% da população paranaense – montante bem superior à soma da participação na população do estado registrada pelas RM de Londrina e RM de Maringá, que foi de 7,7% e de 6,6%, respectivamente. Esse foi o padrão também apresentado pelas três regiões metropolitanas nos censos demográficos anteriores.

[7] Para levantamento dos dados utilizados em todo esse trabalho, foram considerados todos os municípios que passaram a compor as regiões metropolitanas, até o ano de 2010. Assim, a RM de Curitiba compreende 26 municípios, a RM de Londrina compreende 11 municípios e a RM de Maringá, 25 municípios.

Embora seja grande a diferença entre a região metropolitana da capital do estado e as regiões metropolitanas interioranas, vale destacar que os seus respectivos município-sede são os três municípios paranaenses de maior população, em 2010: 1.751.907 habitantes em Curitiba, 506.701 habitantes em Londrina e 357.077 habitantes em Maringá[8].

Além disso, dando uma continuidade ao avanço no processo de urbanização, iniciado na década de 1970, como consequência do grande êxodo rural que se intensificava naquele momento no estado, com impacto direto nos centros urbanos médios do Norte Central paranaense, conforme destacado por Magalhães (2003), esses municípios, e sua respectiva região metropolitana, apresentam alto grau de urbanização, em 2010.

GRÁFICO 1. Grau de urbanização. Paraná, Regiões Metropolitanas e Municípios-Sede, 2010



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2010 (Dados disponibilizados no IPARDES).

Conforme o gráfico 1, observa-se que as três regiões metropolitanas apresentam grau de urbanização bastante acima da urbanização do estado, que é de 85%. Nesse sentido, vale destacar o desempenho registrado pelas regiões de Londrina e Maringá, que concentram 95% da sua população em áreas urbanas – acima, inclusive, da RM de Curitiba, cuja população urbana representa 92% do total da população metropolitana.

Considerando os municípios-sede, destaca-se o peso da sua população urbana no âmbito metropolitano. Assim, como áreas com potencial para uma maior densidade populacional e uma diversidade de funções e oferta de serviços, os núcleos metropolitanos[9] apresentam a totalidade ou a quase totalidade de sua população – 97% em Londrina, 98% em Maringá e 100% em Curitiba – residindo em áreas urbanas.

Por sua vez, contrastando os números registrados pelas regiões metropolitanas e seus respectivos núcleos, podemos afirmar que essas áreas são compostas por outros municípios – que formam o "entorno metropolitano" – que apresentam uma diversidade com relação ao grau de urbanização o que, por consequência, pode estar relacionado a uma diversidade no perfil da população e das atividades econômicas desses municípios.

[8] Dados do censo demográfico de 2010, levantados no site do IPARDES.

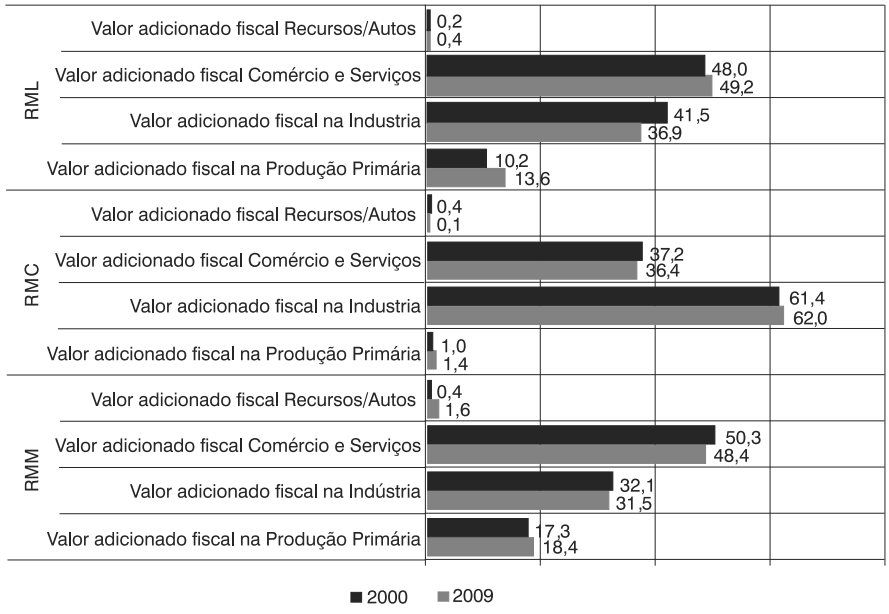
[9] Reconhece-se a importância de estudos voltados para a identificação da heterogeneidade e classificação das regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e outras formas de organização de municípios e cidades, entre os quais se destacam IPEA (2001), Moura et al. (2003) e Moura et al. (2006a), porém não se pretende, nesse momento, aprofundar nesse debate. Em razão disso, optou-se por utilizar o termo "núcleo metropolitano" para se referir ao município-sede, a cidade principal da região, de forma mais operacional, desacompanhada de uma discussão conceitual necessária, mas de difícil realização nos limites desse trabalho.

Com isso, destaca-se que a utilização do grau de urbanização como indicador de análise de regiões metropolitanas coloca a necessidade de se considerar os processos – seja de natureza demográfica, econômica ou social – que estão subjacentes a ele.

Nesse sentido, para complementar essa análise das regiões metropolitanas paranaenses serão considerados os dados sobre valor adicionado fiscal por tipo de atividade econômica como um indicador do perfil econômico dessas regiões.

O gráfico 2 ilustra a evolução da participação dos tipos de atividade econômica na composição do valor adicionado total, nas três regiões metropolitanas do estado, nos anos de 2000 e 2009.

GRÁFICO 2. Participação do valor adicionado fiscal por tipo de atividade no VA total. Regiões Metropolitanas do Paraná – 2000 e 2009



Nota: Por definição, no valor adicionado fiscal em recursos/autos, recursos referem-se ao valor proveniente de decisões judiciais incorporadas ao valor adicionado dos municípios; autos referem-se ao valor pago em autos de infração – embora esse tipo de valor adicionado faça parte do valor adicionado total, ele não será considerado na presente análise. Por sua vez, produção primária refere-se às atividades agropecuárias e de extração mineral.

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA (Dados disponibilizados no IPARDES).

Analisando as informações referentes às regiões metropolitanas de Londrina e Maringá, observa-se que, tanto em 2000 como em 2009, nas duas regiões, comércio e serviços são as atividades mais importantes, pois são as com maior participação na composição do valor adicionado total, porém, tendo cada RM apresentado um desempenho diferente, nos anos considerados: em Londrina, comércio e serviços aumentaram sua participação, passando de 48,0 para 49,2%, entre 2000 e 2009 e, em Maringá, essas atividades passaram por uma redução na sua participação no valor adicionado total, caindo de 50,3 para 48,4%, no período considerado.

Por sua vez, as atividades industriais reduziram sua participação no valor adicionado total, entre 2000 e 2009, nas regiões metropolitanas interioranas, ficando em 37% em londrina, e em torno de 31%, em Maringá, no final do período.

Paralelamente, assiste-se à evolução crescente das atividades primárias nas regiões de Londrina e Maringá, indicando a importância que essas atividades, principalmente as agropecuárias assumem nessas áreas.

Assim, embora elas apresentem a menor participação, entre as três atividades principais, em 2009 – 13,6% em Londrina e 18,4% em Maringá – elas apresentaram o maior crescimento na composição do valor adicionado total, entre os anos considerados: enquanto em Londrina, a participação das atividades primárias cresceu cerca de 33%, em Maringá, essa participação cresceu em torno de 6%, entre 2000 e 2009.

Por fim, voltando-se para a região metropolitana de Curitiba, observa-se o crescimento do peso das atividades industriais, correspondendo ao grande peso da indústria moderna do estado alocada nesta região. Além disso, chama a atenção a preponderância desse setor, em detrimento das outras atividades, principalmente a de comércio e serviços que vem perdendo participação no contexto regional.

O que se pretende destacar aqui é que, ao se tratar de qualquer questão – de cunho social, econômico, político ou de gestão – relativa aos espaços metropolitanos do Paraná, deve-se considerar que as diferenças de tamanho populacional entre as regiões metropolitanas favorecerão a ocorrência de conteúdos e significados heterogêneos em processos sociais, econômicos e políticos em curso nessas três regiões.

Isso não significa afirmar que um menor volume populacional implique uma menor complexidade dos processos a serem analisados ou uma menor importância da região metropolitana. Pelo contrário. A diversidade metropolitana presente no Paraná aponta para uma variedade de questões, de diferentes naturezas, que merecem ser bem pautadas numa agenda de investigação sobre o tema.

Além disso, no que se refere especificamente ao desenvolvimento econômico do estado, deve-se ter em conta a importância das atividades de agropecuária e agroindústria, presentes em todas as mesorregiões do estado do Paraná. Assim, para pensar as questões relativas às formas de gestão do território, entre elas a metropolitanas, tem que se considerar o perfil rural do Paraná.

Uma nova escala metropolitana: o caso da região metropolitana de Londrina

Nesta seção, pretende-se analisar as características específicas da região metropolitana de Londrina. Embora seja uma região Metropolitana criada por legislação estadual, portanto fora do enquadramento que inicialmente contemplava a realidade daquelas regiões criadas na década de 1970[10] por lei federal, suas características populacionais e socioeconômicas permitem discutir, sob uma nova perspectiva, a relevância da questão metropolitana para o desenvolvimento regional.

Assim, começaremos abordando a dinâmica populacional recente dos municípios que compõem a região metropolitana de Londrina, a partir dos dados contidos na tabela 2.

Primeiramente, o que chama a atenção é a distribuição por porte populacional dos municípios metropolitanos: com o censo demográfico de 2010, observa-se que, dos onze municípios da região, sete possuem população inferior a 20 mil habitantes e três possuem população entre 40 mil e 100 mil habitantes, contrastando com a população de Londrina – a sede metropolitana – que ultrapassou os 500 mil habitantes.

[10] Ver discussão feita em Moura et al.(2006a) e Moura et al. (2003)

Com isso, a RML caracteriza-se como um espaço metropolitano constituído por municípios de pequeno e médio-baixo portes, situados em torno por um grande município, que possui uma diversidade de funções e serviços, cujo raio de influência extrapola as fronteiras metropolitanas, se estendendo, inclusive, para além das fronteiras estaduais de São Paulo e Mato Grosso do Sul (IPARDES, 2006; IPARDES, 2004).

TABELA 2. População Total, Taxa de crescimento anual (%a.a.) e Grau de urbanização. Região Metropolitana de Londrina, por municípios, 2000-2010

Municípios	População Total		Tx crescimento (%a.a.)	Grau de urbanização	
	2000	2010	2000-2010	2000	2010
Londrina	447.065	506.701	1,26	96,9	97,4
Cambé	88.186	96.733	0,93	92,9	96,1
Rolândia	49.410	57.862	1,59	90,4	94,6
Ibiporã	42.153	48.198	1,35	92,9	95,2
Assaí	18.045	16.354	-0,98	74,9	83,1
Sertanópolis	15.147	15.638	0,32	83,2	87,7
Bela Vista do Paraíso	15.031	15.079	0,03	92,2	94,1
Tamarana	9.713	12.262	2,36	48,6	47,8
Jataizinho	11.327	11.875	0,47	91,1	93,1
Primeiro de Maio	10.728	10.832	0,10	90,7	93,1
Alvorada do Sul	9.253	10.283	1,06	75,8	71,4
RM LONDRINA	716.058	801.817	1,14	93,7	95,2

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 2000 e 2010 (Dados disponibilizados no IPARDES).

Considerando, por sua vez, as taxas de crescimento anual da população, na última década, observa-se que apenas um município registrou decréscimo populacional no período – Assaí, que apresentou uma taxa de crescimento negativa de 0,9%a.a. – enquanto todos os demais municípios cresceram positivamente no entre 2000 e 2010.

Entre esses municípios, destacam-se aqueles que cresceram a uma taxa superior a média regional: por um lado, tem-se três dos maiores municípios da região – Londrina, Rolândia e Ibiporã – os quais formam, juntamente com Cambé, a porção conurbada do espaço metropolitano e concentram as atividades econômicas ligadas à indústria e a serviços e comércio.

Por outro lado, destaca-se Tamarana, um dos municípios de pequeno porte da região, que registrou a maior taxa de crescimento populacional no período – 2,4 %a.a. – e ainda registrou uma redução na participação da sua população urbana, passando de 49 para 48%, entre 2000 e 2010, constituindo-se no único município da região metropolitana com população rural superior a 50%.

Os demais municípios metropolitanos apresentam uma grande amplitude no grau de urbanização, nos dois períodos considerados, sendo que no ano de 2010, a urbanização variou entre 71,4%, no município menos urbanizado, e 97,4%, no município mais urbanizado. Ou seja, uma variação de 26 pontos percentuais no nível de urbanização da região, apontando uma diversidade no perfil dos municípios no contexto metropolitano.

Uma outra dimensão da dinâmica demográfica destes municípios pode-se avaliada a partir da consideração dos componentes do crescimento populacional e a taxa líquida de migração.

Assim, com os dados da tabela 3, é possível observar que, no período 2000-2010, a região metropolitana de Londrina apresentou um saldo migratório positivo de mais de 20 mil pessoas e uma taxa líquida de migração de 27 pessoas por mil habitantes, indicando que mais pessoas chegaram à região e aí permaneceram, até o final do período, do que saíram dela, o que pode ser considerado como um indicador da significativa atratividade da região metropolitana.

TABELA 3. Componentes do crescimento populacional e Taxa Líquida de Migração (1) (TLM por mil habitantes) Região Metropolitana de Londrina, por municípios, 2000-2010

Municípios	2000-2010			
	Crescimento absoluto	Crescimento vegetativo	Saldo migratório	TLM (por mil habitantes)
Londrina	59.636	42.490	17.146	36,0
Cambé	8.547	7.796	751	8,1
Rolândia	8.452	4.559	3.893	72,6
Ibiporã	6.045	3.910	2.135	47,3
Assaí	-1.691	1.276	-2.967	-172,5
Sertanópolis	491	1.051	-560	-36,4
Bela Vista Paraíso	48	852	-804	-53,4
Tamarana	2.549	1.333	1.216	110,7
Jataizinho	548	1.030	-482	-41,5
Primeiro de Maio	104	588	-484	-44,9
Alvorada do Sul	1.030	472	558	57,1
RML	85.759	65.357	20.402	26,9

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2010 (Dados disponibilizados no site do IPARDES); Datasus. Estatísticas Vitais (período de 2000-2010).
(1) Taxa líquida de migração é o quociente entre o saldo migratório e a população no meio do período, conforme calculado pela Fundação Seade (www.seade.gov.br).
O saldo migratório foi obtido de forma indireta através da equação: Popfinal = Popinicial+Crescimento vegetativo+Saldo migratório, conforme calculado pela Fundação Seade (www.seade.gov.br).

Voltando o olhar para os componentes do crescimento populacional dos quatro maiores municípios da região metropolitana, observa-se que, enquanto nos municípios de Londrina e Cambé o crescimento vegetativo teve maior participação no crescimento absoluto da população, nos municípios de Rolândia e Ibiporã, a migração desempenhou um papel mais importante no crescimento da população municipal, se aproximando mais do crescimento vegetativo, com destaque para Rolândia, cuja taxa de migração líquida foi de 72,6 por mil – ou seja, de cada mil habitantes do município, 73 habitantes são migrantes.

Em contraste, destacam-se Tamarana e Alvorada do Sul que apresentam um desempenho da migração no crescimento absoluto da população bastante peculiar considerando-se que se tratam de dois municípios de pequeno porte.

Neste sentido, observa-se que, enquanto em Tamarana a migração e o crescimento vegetativo praticamente se equiparam, em Alvorada do Sul, a migração possui uma participação maior no crescimento absoluto da população do que o crescimento vegetativo. Além disso, a taxa líquida de migração desses municípios também corrobora a importância desempenhada pela migração no seu crescimento populacional: assim, de cada mil habitantes em Alvorada do Sul, 57 são migrantes e, em Tamarana, de cada mil habitantes, 111 são migrantes.

Esses últimos números chamam maior atenção quando se considera que Tamarana e Alvorada do Sul são os dois únicos municípios da região metropolitana que registraram aumento da população rural, evidenciado pela redução do grau de urbanização nos dois municípios, entre os anos de 2000 e 2010, conforme os dados da tabela 2, apresentada anteriormente.

Embora haja limitações na apreciação do saldo migratório, obtido através do cálculo indireto, para avaliar o papel desempenhado pela migração no crescimento populacional dos municípios metropolitanos, este saldo dá uma indicação das tendências migratórias, fornecendo subsídios para considerações mais gerais a respeito da dinâmica migratória no período mais recente.

Com isso, pretende-se destacar que os saldos migratórios dos municípios da região metropolitana de Londrina, apresentados acima, apontam para a existência de uma complexidade

de situações relativas à redistribuição populacional neste espaço metropolitanos que deverão ser melhor investigadas e qualificadas com estudos complementares, a partir da análise dos dados sobre migração, constantes nos censos demográficos de 2000 e 2010.

Essa complexidade de situações envolvendo a população metropolitana também pode ser captada observando os deslocamentos populacionais diários para outros municípios, com objetivo de trabalho e estudo – a mobilidade pendular –, no contexto intra-regional.

É claro que para uma melhor avaliação do papel desempenhado pela mobilidade pendular na redistribuição e reorganização da população metropolitana seria necessário considerar um segundo ano censitário, para se ter ideia da sua evolução no tempo, e uma análise das características da população que realizam esse deslocamento, para se ter ideia do seu significado no contexto metropolitano.

Porém, para os propósitos deste trabalho, que se constitui numa primeira aproximação à realidade metropolitana em questão, serão considerados somente os dados sobre pendularidade do censo demográfico de 2000, organizados na tabela 4, apresentada abaixo.

A primeira observação relativa a esses dados refere-se ao fato de que, em todos os municípios metropolitanos, do total de pessoas que trabalham ou estudam, uma proporção superior a ¾ declarou que realizava essas atividades no próprio município de residência – o que nos permitiria afirmar que, em 2000, pouco tempo após a institucionalização da região metropolitana de Londrina, embora já existente, ainda era bastante tímido o deslocamento diário da população com o objetivo de trabalhar e estudar em outros municípios.

TABELA 4. População que trabalha ou estuda (1), segundo município de residência e município de não-residência. Pendularidade intra-regional - Região Metropolitana de Londrina, por municípios, 2000

Municípios	Total de pessoas que trabalham ou estudam	Município de residência		Município de não-residência		Município de não-residência			
						RML		Outra Região/UF	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Londrina	309.721	301.904	97,5	7.817	2,5	1.345	17,2	6.472	82,8
Cambé	59.458	44.814	75,4	14.644	24,6	13.509	92,2	1.135	7,8
Rolândia	33.963	31.778	93,6	2.185	6,4	1.175	53,8	1.010	46,2
Ibiporã	27.636	22.966	83,1	4.670	16,9	4.098	87,8	572	12,2
Assaí	11.050	10.369	93,8	681	6,2	363	53,3	318	46,7
Sertanópolis	10.441	9.988	95,7	453	4,3	290	64,0	163	36,0
Bela Vista Paraíso	9.881	8.893	90,0	988	10,0	584	59,1	404	40,9
Tamarana	5.857	5.588	95,4	269	4,6	193	71,7	76	28,3
Jataizinho	7.150	5.847	81,8	1.303	18,2	1.213	93,1	90	6,9
Primeiro de Maio	6.846	6.466	94,4	380	5,6	202	53,2	178	46,8
Alvorada do Sul	6.250	5.750	92,0	500	8,0	210	42,0	290	58,0
RML	488.253	454.363	93,1	33.890	6,9	23.182	68,4	10.708	31,6

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000 (Tabulação a partir dos microdados do censo demográfico).
(1) Inclui aqueles que responderam positivamente que trabalham ou estudam, no quesito 4276, do questionário da Amostra do Censo demográfico de 2000.

Uma das expectativas do presente trabalho, a ser avaliada em estudos complementares, é que, com o crescimento das atividades econômicas na região metropolitana[11], juntamente com mais de uma década de existência da região metropolitana, mesmo diante dos problemas

[11] Conforme dados constantes no gráfico 2

de gestão e de definição e implementação de políticas metropolitanas, inerentes à grande maioria das regiões metropolitanas brasileiras, os dados censitários de 2010 revelem uma intensificação dos deslocamentos pendulares realizados pela população dos municípios metropolitanos em análise.

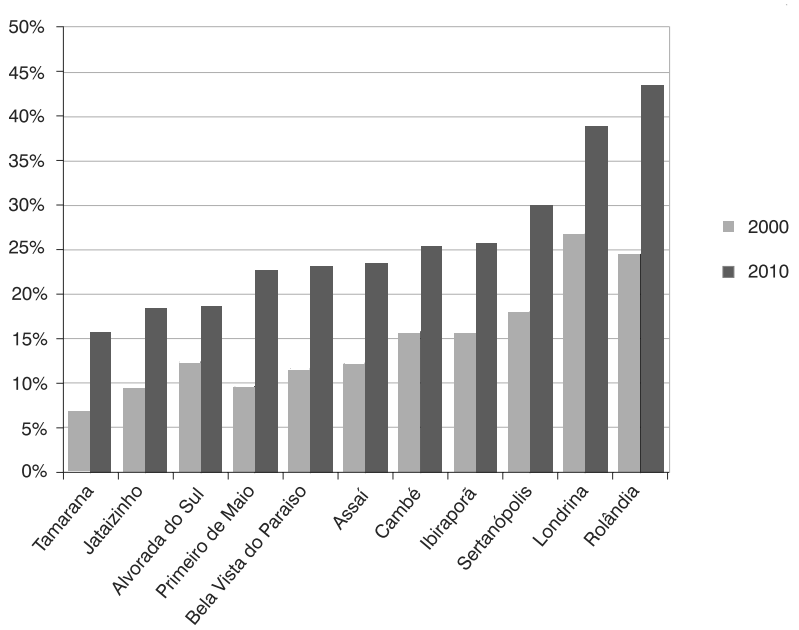
Por sua vez, considerando os números referentes à mobilidade pendular – ou seja, a proporção da população que trabalha e estuda em outro município (município de não- residência) – destaca-se que os municípios que apresentaram as maiores proporções de mobilidade pendular (Cambé, Jataizinho, Ibiporã e Bela Vista do Paraíso) já faziam parte da região metropolitana, em 2000[12]. Além disso, esses municípios são os mesmos que apresentaram as maiores proporções de movimento pendular entre os municípios da região metropolitana de Londrina.

Os números referentes à pendularidade intra-regional permitem afirmar que, já no final da década de 1990 e início da de 2000, embora envolvendo uma população em torno de 23 mil habitantes, a circulação de pessoas entre os municípios metropolitanos já era significativa o suficiente para justificar a institucionalização da região metropolitana de Londrina, naquele momento.

Uma última informação, utilizada neste trabalho com o objetivo de apontar para uma maior complexidade da dinâmica demográfica, particularmente a que se refere à migração e à mobilidade pendular no espaço metropolitano de Londrina, refere-se à relação entre a informação sobre empregos totais, disponibilizada pela RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, e a informação censitária sobre a população em idade ativa (PIA), no período recente.

Antes de abordamos os números relativos a esta relação entre empregos e PIA, faz-se necessária uma observação a respeito dos dados utilizados para essa sua elaboração. Nesse sentido, deve-se ter em conta que a informação utilizada – empregos totais (ou postos de trabalho totais) – corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos, o que é diferente de número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência.

GRÁFICO 3. Variação da relação Emprego Total/PIA. Municípios da Região Metropolitana de Londrina – 2000 e 2010



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010 (PIA – população em idade ativa, 15 anos ou mais); Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. RAIS, Empregos Totais (Dados disponibilizados no site do IPARDES).

[12] Além da sede metropolitana, Rolândia e Tamarana também compunham a RML, em 2000. Em 2002, Sertanópolis ingressou na região metropolitana e, 2010, foram incluídos os municípios de Assaí, Alvorada do Sul e Primeiro de Maio.

Passando para a apreciação das informações contidas no gráfico 3, a observação mais evidente é de que, no período de 2000 a 2010, todos os municípios da região metropolitana de Londrina registraram um aumento na relação emprego/PIA, o que pode ser considerado como algo positivo, pois quanto maior essa relação, maior será o número de vínculos empregatícios por pessoa em idade ativa.

Considerando, por sua vez, os dados brutos que compõem essa relação, destaca-se que três situações podem contribuir para a evolução dessa relação no tempo: em primeiro lugar, pode ocorrer um crescimento simultâneo no número de empregos e no número absoluto de população em idade ativa; em segundo lugar, pode ocorrer um crescimento no número de empregos, acompanhado de uma diminuição da PIA; e, em terceiro lugar, uma redução simultânea no número de empregos e no tamanho da PIA também poderia levar a um aumento na relação emprego/PIA.

No caso dos municípios em análise, as duas primeiras situações foram responsáveis pelo crescimento da relação emprego/PIA, entre os anos 2000 e 2010. Assim, dos onze municípios metropolitanos, sete registraram um aumento na relação emprego/PIA em função de um crescimento simultâneo do número de empregos e da população em idade ativa – trata- se dos municípios de Londrina, Cambé, Ibiporã, Rolândia, Alvorada do Sul, Tamarana e Primeiro de Maio.

Nos outros quatro municípios – Assaí, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho e Sertanópolis – a relação emprego/PIA cresceu devido ao aumento no número de emprego acompanhado da redução da população em idade ativa.

Subjacente a esta relação entre criação de novos empregos e a população em idade ativa, entre os anos de 2000 e 2010, encontra-se uma complexidade na interrelação entre os fatores econômicos, sociais e populacionais que, somente com análise complementares, considerando outras informações tanto dos censos demográficos como do Ministério do Trabalho e Emprego, será possível ter um maior conhecimento sobre o tipo de emprego criado, o perfil da população empregada e da não empregada, a dinâmica populacional e a dinâmica migratória de cada município da região metropolitana.

Para os propósitos deste trabalho, o que se pretendeu destacar com o crescimento da relação entre emprego e PIA, entre 2000 e 2010, principalmente o crescimento do emprego total, é o dinamismo econômico da região metropolitana de Londrina, em curso no período recente.

Ou seja, trata-se de um espaço de integração composto por municípios com uma diversidade de características econômicas e populacionais, o qual vem assistindo, nos últimos anos, a um desenvolvimento crescente de suas atividades econômicas, em todos os ramos, com destaque para a importância das atividades primárias neste contexto, assumindo formas distintas em cada município individualmente.

Por consequência, esse desenvolvimento econômico recente causa impactos na redistribuição da população regional, influenciando tanto as migrações e os deslocamentos pendulares como a dinâmica demográfica de cada município, os quais aguardam a realização de estudos mais aprofundados para uma melhor compreensão dos processos sociais que lhe dão vida.

Nesse sentido, destaca-se que o formato "região metropolitana" acaba por se constituir na opção mais racional feita pelos municípios quando buscam uma forma de organização e planejamento regional, uma vez que esse formato apresenta um acúmulo de conhecimento e existência institucional, por um período relativamente longo de tempo, o que não acontece com outras formas de organização municipal prevista, como a aglomeração e a mesorregião.

Por sua vez, a análise das três regiões metropolitanas paranaenses contribuiu para evidenciar que um maior entendimento da realidade metropolitana deve levar em conta as atividades

agropecuárias e agroindustriais, e todos os processos demográficos e sociais relacionados a elas. Pensar região metropolitana no Paraná deve levar em conta a ruralidade do estado.

Já na análise da região metropolitana de Londrina, o que se procurou evidenciar é que o dinamismo econômico e o dinamismo populacional, inerentes a uma realidade metropolitana, devem ser pensados em termos de novas escalas espaciais e temporais.

Ou seja, embora a região metropolitana de Londrina não apresente a mesma intensidade de processos econômicos, urbanos e populacionais que os grandes centros urbanos, na década de 1970, ela apresenta uma complexidade de processos relacionados ao seu desenvolvimento econômico, urbano e demográfico, que justifica assumir o status de metropolitano, além de representar uma contribuição importante para o enriquecimento conceitual desse formato de organização territorial

Além disso, o que se procurou destacar é que, se as redes de municípios interioranos apresentam um certo nível de dinamismo econômico e populacional que legitimam a sua organização no formato metropolitano, uma vez instituída uma região metropolitana, ela passa a constituir um fator adicional que influenciará processos econômicos, populacionais e urbano no território a que se refere – e isso deve ser levado em conta na análise dessa realidade metropolitana. Com isso, pretende-se contribuir para uma ampliação a respeito da institucionalização e gestão metropolitanas e abrir novas frentes para estudos posteriores o tema.

Referências

BALHANA, A.P.; MACHADO, B.P.; WESTPHALEN, C.M. História do Paraná. Curitiba : Paraná Cultural, 1969.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Os vários Paranás: identificação de espacialidades socioeconômico- institucionais como subsídios a políticas de desenvolvimento regional. Curitiba : IPARDES, 2006.

_____. Os vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídios aos planos de desenvolvimento regional. Curitiba : IPARDES, 2005.

_____. Leituras Regionais: Mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba : IPARDES, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana. IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília : IPEA, 2001.

AGALHÃES, M.V. O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: As migrações que também migram. Belo Horizonte, 2003. 216f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. Revista Brasileira de Estudos de População. Vol.1, n.1/2, p.99-143, 1984.

MOURA, R.; LIBARDI, D.; BARION, M.I. Institucionalização de Regiões Metropolitanas: qual o sentido? Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.111, p.129-143, jul/dez.2006a.

MOURA, R.; LIBARDI, D.; SILVA, S.T.; BARION, M.I. Notas de Pesquisa. Os vários Paranás: diversidade, desigualdade e inserção diferenciada na divisão social do trabalho. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.111, p.145-150, jul/dez.2006b.

MOURA, R.; DELGADO, P.R.; DESCHAMPS, M.V.; CARDOSO, N.A. Brasil metropolitano: uma configuração heterogênea. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.105, p.33-56, jul/dez.2003.

SIQUEIRA, C.G. Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: diferenciações político- territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2000). Textos NEPO 59, Campinas, 2009.

GÊNERO, MERCADO DE TRABALHO E OCUPAÇÃO NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS – 2001/2008

Luís Abel da Silva Filho
Silvana Nunes de Queiroz
Maria do Livramento Miranda Clementino

As transformações econômicas, sociais, culturais e políticas vivenciadas pela sociedade ao longo dos anos vêm determinando novas configurações no meio social. A busca por direito de igualdade, orientada pela elevação da participação da mulher nas decisões sociais e na conquista do movimento feminista tem configurado novo cenário para as mulheres do século XXI. A inserção no mercado de trabalho, sobretudo em cargos de maior projeção social orientam a jornada feminina na busca e na consolidação do seu papel quanto agente de transformação político-social.

Há registros concretos da participação feminina no perfil de uma nova época de "igualdade" em todos os centros de decisões pelo mundo. Contudo, há também informações concretas de que esse processo vem se perpetuando de forma lenta e com elevado grau de desigualdade de direitos dentro do espaço em questão. Além disso, a entronização da força feminina no mercado de trabalho ainda estar pautada por delimitações socioculturais que interferem na performance delas no seu meio.

Muitos são os estudos empíricos que relatam o ganho de participação feminina no mercado de trabalho em muitos dos campos de atuação determinado pela ação masculina como agente onipotente do segmento. Elas têm elevado sua participação, mesmo diante das evidências de existência de dupla jornada de trabalho, quando se considera que muitas ainda desempenham suas atividades quanto mães e donas de casa e em algumas situações os lares são espaços de trabalho e de convívio familiar, simultaneamente, principalmente, diante do avanço da flexibilidade do trabalho (NEVES e PEDROSA, 2007; SILVA FILHO, 2010).

Diante dessa conjuntura, vê-se que há forte consolidação do papel da mulher assumindo sua função mais clássica dentro da sociedade: mãe e dona de casa, sem, contudo, destituí-la das novas conquistas assistidas na nova ordem social estabelecida - profissionais de alto padrão de qualidade no mercado de trabalho, e em todos os países. Com avanço das conquistas femininas

no mercado de trabalho, principalmente diante de um contexto de forte ruptura cultural que a assegurava tão somente atividades laborais em âmbito doméstico, têm- se constantes observações acerca das condições por elas conquistadas.

Por um lado, destacam-se a elevação da participação feminina no mercado de trabalho em proporções crescentes. Várias são as atividades anteriormente segmentadas pela atuação masculina que já dispõem de elevado número de postos ocupados por mulheres. Por outro, tem-se registros empíricos da discriminação, sobretudo salarial delas quando concorrentes no mercado de trabalho, sendo ainda evidenciadas tais diferenças nos mesmos segmentos de atuação, senão nas mesmas profissões assumidas por trabalhadores de "colarinho e gravata".

No Brasil, há estudos empíricos que comprovam a elevação da participação feminina no mercado de trabalho, destacando-se em profissões de forte segmentação masculina e com elevado grau de projeção social (BRUSCHINI, 2006, 2007). Além disso, tem-se ainda um quadro de relativa melhora nos indicadores de desempenho no mercado de trabalho, com redução continua nas taxas de desemprego aberto nos últimos anos, mesmo que ainda persistam taxas mais elevadas em relação aquelas experimentadas pelos homens (SILVA FILHO, 2011).

Diante disso, este artigo tem como foco central de análise o mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras, destacando-se questões referentes ao gênero e a performance feminina no contexto metropolitano. Para tanto, tem-se ainda a classificação de ocupação a partir de categorias sócio-ocupacionais estabelecidas para observar a mulher e sua participação dentro das categorias propostas. Adicionalmente, recorre-se ao método de classificação implementado pelo Observatório das Metrópoles com a finalidade de definir tamanha participação dos ocupados por segmento.

Para atingir os objetivos propostos pelo estudo o artigo está assim estruturado: além dessas considerações iniciais; na segunda seção, abordam-se algumas considerações acerca da atuação das mulheres no mercado de trabalho ao longo dos anos; na terceira seção, tem-se as notas metodológicas implementadas para classificar as ocupações e a participação feminina em cada uma delas no Brasil metropolitano; na quarta seção, têm-se algumas considerações acerca do mercado de trabalho e da participação feminina em anos recentes; na quinta seção, apresentam-se a população ocupada nas regiões metropolitanas brasileiras, com distinção de sexo por cada uma das categorias sócio-ocupacionais; e, por último, são feitas as considerações finais.

Participação feminina no mercado de trabalho: avanços e retrocessos

As transformações sociais assistidas ainda nos anos de 1970 permitiram à mulher várias confirmações no seu papel quanto agente social e político. A maior participação dos movimentos feministas nas decisões e em escala pública orientou as novas configurações do papel da mulher no cenário mundial. Várias conquistas foram vislumbradas em um contexto de interação entre família e trabalho. Ainda nesses anos a maior participação das mulheres nos cursos universitários (BRUSCHINI, 2007) sinalizava o que representaria doravante a figura feminina na vida social.

Adicionalmente, transformações demográficas na sociedade postularam novas perspectivas de existência da mulher e traçaram padrões de participação feminina na sociedade com mais afinco. A expectativa de vida ao nascer das mulheres se elevou, o número médio de filhos reduziu-se ao longo dos anos e a elevação de domicílios chefiados por elas ganharam participação significativa na sociedade brasileira (BRUSCHINI, 2007).

Tais incidências registradas na sociedade brasileira dos anos de 1980 ao dias atuais foram responsáveis pela nova conjuntura que delegou à participação da mulher como sujeitos sociais e destituiu a figura feminina da determinação cultural instituída em tempos pretéritos. A mulher deixa de dedicar-se apenas ao trabalho doméstico e passa a ganhar projeção social na vida econômica com maior participação no mercado de trabalho, na vida política e nas decisões sociais debatidas em vários segmentos autárquicos como saúde, educação, segurança, dentre outros.

A confirmação da participação feminina em vários segmentos sociais e a presença delas em autarquias segmentadas pela ação masculina traça um novo escopo para os padrões de profissão e atua como um pacto de ruptura com a estrutura definida secularmente. Bruschini e Puppin (2004) mostram elevar a participação feminina ocupadas em atividades econômicas de segmentação do trabalho anteriormente dominada pela presença masculina. Essa inserção feminina nessas atividades perpassa os limites da "seleção natural" às ocupações e modificam a conjuntura social anteriormente vigente.

Vários são os estudos que relatam a maior participação feminina no mercado de trabalho como resultado de uma série de fatores conjunturais que possibilitaram tal inserção. Dentre eles destacam-se a necessidade de elevação da renda familiar per capita, modificação do papel da mulher no contexto social, com maiores interferências na vida política e social do país, e o surgimento de profissões com elevado nível de convergência às aptidões femininas (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000; WAJNMAN e PERPÉTUO, 1997, LEONE, 2003; BRUSCHINI, 2006; 2007).

O que se deve, portanto, considerar é que, segundo Bruschini e Puppin (2004) elas trabalham nas mesmas profissões que os homens e tem rendimentos inferiores aos deles. Essas notificações foram ratificadas por Bruschini (2007) e mostram ser persistente no mercado de trabalho brasileiro em anos recentes. Isso permite observar a estrutura segmentada nas ocupações dando espaço para a ruptura da velha conjuntura ocupacional, sem, contudo introduzir o direito de igualdade dos ocupados, haja vista que a discrepância, sobretudo salarial persiste ao longo do tempo.

A essa estrutura assistida da maior participação das mulheres nas ocupações profissionais está relacionada à maior participação delas no mercado de trabalho. Associado a isto, tem-se assistido a elevação significativa da taxa de participação feminina na população economicamente ativa, que estar relacionada tanto as transformações demográficas vivenciadas nos últimos anos quanto à necessidade de inserção delas no mercado de trabalho, por, em muitos casos, constituírem-se chefes de famílias. Adicionalmente, têm-se as configurações culturais que já está determinando a maior inserção da mulher no mercado de trabalho. Conforme o trabalho de Bruschini (2007), a inserção das mulheres em cursos superiores já denota o desejo profissional e as perspectivas futuras de serem profissionais e não apenas donas de casa e mães.

Para uma grande quantidade de mulheres, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho podem estar associadas ao forte papel instituído de donas de casa e o trabalho para reprodução ainda ser fortemente inerente à vida feminina em sociedade. Elas foram determinadas secularmente aos afazeres domésticos e as atividades remuneradas ainda são desafios enfrentados no modelo social vigente. Em muitos casos, o mercado de trabalho e a existência de uma ocupação remunerada acabam sendo uma atividade adicional para a mulher e se constitui na dupla jornada desenvolvida por elas no Brasil (DEDECCA, 2009).

As taxas de crescimento da população femininas economicamente ativas elevam-se ao longo dos anos na economia brasileira. Mais além dos condicionantes ao duplo trabalho como as atividades domésticas, que, por muitas são também executadas, tem-se ainda a forte

resistência ao desenvolvimento de atividades de segmentação masculina ou em muitas delas em que a força física seja determinante para atuarem.

Deve-se ainda destacar que eles são mais vulneráveis ao desemprego e a ocupação de postos de trabalho na informalidade. Conforme Silva Filho (2011) nos dados da PNAD para série compreendida entre os anos de 2001 a 2008, elas são maioria na informalidade, bem como no desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras. Adicionalmente, nas regiões metropolitanas de menor dinamismo econômico essas diferenças acentuam-se sobremaneira.

O que deduz maior vulnerabilidade para elas, já que estão mais expostas ao desemprego e a ocupação de postos de trabalho sem proteção social.

A partir das considerações expostas, a seção que se segue apresenta algumas notas metodológicas utilizadas para analisar a participação feminina no mercado de trabalho metropolitano brasileiro e sua classificação entre as ocupações aqui estabelecidas.

Construção das categorias sócio-ocupacionais

Para definir as ocupações utilizadas neste estudo, fizeram-se necessárias algumas adaptações metodológicas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em relação às ocupações definidas pela pesquisa, consoante com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. A construção das categorias sócio-ocupacionais foi desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles a partir da aglomeração de ocupações que apresentassem relativa semelhança e pudessem aglomerar-se sem prejuízos relevantes para análise. Diante disso, fizeram-se necessárias algumas adaptações nas categorias, para que se pudessem classificar os ocupados nas regiões metropolitanas brasileiras e se permitisse uma análise comparativa entre elas. As regiões metropolitanas pesquisadas neste estudo referem-se aquelas definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescentando-se o Distrito Federal.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

Inicialmente, tomaram-se algumas providências metodológicas a partir de adaptações feitas na classificação ocupacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2001, à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), de 2002 a 2008. Com isso, tornou-se compatível os dados, permitindo-se construir as categorias sócio-ocupacionais e compará-las entre os anos selecionados.

Além disso, fizeram-se necessárias algumas adaptações, por ocasião de mudanças de códigos da atividade principal no ano de 2001 para adequá-la aos demais anos. Nesse sentido, o Observatório das Metrópoles utilizou algumas variáveis fundamentais para a construção das categorias sócio-ocupacionais, tornando-se indispensáveis reformulações necessárias à possível comparação entre elas no período definido.

Durante os procedimentos tomados para a construção das Categorias Sócio- ocupacionais, a partir dos dados da PNAD, (2001 a 2008), foi fundamental a utilização de algumas variáveis-chave. O Observatório das Metrópoles destacou: setor de atividade econômica em que as pessoas estão ocupadas, atividade econômica principal exercida na semana de referência; posição das pessoas na ocupação; idade da pessoa ocupada, sexo do ocupado; escolaridade, em anos de estudo; renda e área censitária. Nesse caso, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Fortaleza, Recife e Salvador.

Além disso, fizeram-se necessárias algumas modificações nas variáveis, haja vista que elas apresentavam diferenças tanto referentes aos aspectos conceituais, quanto em relação à codificação. Diante disso, registrou-se uma padronização dessas variáveis desenvolvidas pelo Observatório das Metrópoles, para que se pudesse fazer uma análise comparativa ao longo dos anos, sem se comprometer os resultados.A partir disso, as categorias foram classificadas pelas ocupações a partir das observações seguintes.

Construções das categorias sócio-ocupacionais

Diante das ocupações identificadas pela PNAD, tomaram-se os 24 grupos e ordenaram as categorias sócio-ocupacionais contemplando todas as ocupações. Para fins desta investigação, utilizou-se a definição do Observatório das Metrópoles a partir do reagrupamento dessas 24 categorias em 8 grupos sócio-ocupacionais, seguindo o critério de semelhança entre as profissões exercidas nas categorias. A partir do exposto, o Observatório das Metrópoles assim as discriminou:

- Dirigentes: classificam-se como os empregadores (acima de 10 trabalhadores ocupados); dirigentes do setor público e do setor privado. Nesse caso, os dirigentes do setor público, a denominação seguiu como critério àqueles que possuíam remuneração igual ou superior a 20 salários mínimos e, além disso, exerciam suas atividades laborais em ocupações de direção. Denominação semelhante foi atribuída para designar os dirigentes do setor privado, sendo o filtro principal a renda e classificando a partir da remuneração, que, como no caso anterior, deveria ser igual ou superior a 20 salários mínimos.
- Pequenos empregadores: essa categoria foi composta apenas pelos empresários que declararam empregar, em suas atividades laborais, até 10 pessoas, independentemente do setor de atividade econômica.
- Profissionais de Nível Superior: compõe-se de Profissionais Autônomos de Nível Superior, Profissionais Empregados de Nível Superior, Profissionais Estatutários de Nível Superior e Professores de Nível Superior. Adicionalmente, o Observatório das Metrópoles acrescentou alguns recortes na sua classificação, propondo que, os profissionais autônomos de nível superior, devem exercer sua profissão em atividade que exija nível superior de formação, além disso, exercer sua profissão por conta própria. Em relação aos empregados de nível superior, além das exigências mencionadas, ficaram definidos que o ocupado deve exercer sua atividade laboral seja com carteira de trabalho assinada, seja sem carteira. No que pertine aos estatutários de nível superior classificaram-se aqueles que desenvolvem sua atividade na forma de funcionário público, mas com rendimentos inferiores a 20 salários mínimos. Em relação aos Professores de Nível Superior classificaram-se apenas aqueles que exercem suas atividades como docentes e possuem nível superior de formação.
- Ocupações Médias: compõem-se as profissões que se segue: Ocupações em Escritórios – atividades desenvolvidas em escritórios, sem que o ocupado possua função de gerência; Ocupações de Supervisão – composta por ocupados que no exercício de sua profissão exercem função de supervisor e de administrador e que não aufiram rendimento igual ou superior a 20 salários mínimos, mesmo que seja formal ou informal; Ocupações Técnicas – exercida por quem possua o curso técnico como

formação; Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios – atividades públicas exercidas sem que haja necessidade de habilitação superior para o exercício. O Observatório das Metrópoles utilizou ainda como filtro o exercício em atividades militares apenas se, e somente se, o profissional dessa categoria não tiver nível superior de formação; Ocupações Artísticas e Similares – classificam-se apenas aqueles que se relaciona profissionalmente com as artes, os esportes e a religião. O Observatório acrescenta que, em alguns casos, fez-se ainda filtro em relação à ocupação para os que trabalham por conta-própria.

- Trabalhadores do Terciário: classificam-se aqueles que trabalham no comércio, de modo formal ou informal, ou ainda, aqueles prestadores de serviços especializados. Em relação aos serviços especializados, destaca-se ainda a exigência de qualificação específica para a execução da atividade. Não houve filtro referente aos anos de estudo para esta classificação.
- Trabalhadores do Secundário: compõem-se daqueles que cumprem suas atividades laborais na indústria, seja moderna, seja tradicional, operários de serviços auxiliares e trabalhadores da construção civil.
- Terciário Não-Especializado: constitui-se essa categoria por trabalhadores no setor de serviços não especializados, tais como: domésticos, ambulantes e biscateiros. Não se propõe aqui exigência de qualificação específica, tampouco, anos de estudo. Acrescentou-se apenas como filtro a inexistência de vínculo de proteção social no trabalho dos ambulantes e biscateiros.
- Agricultores: compõe-se apenas daqueles que declararam exercer manualmente suas atividades na agricultura.

Graças à descrição, os dados foram tabulados para a análise do contexto sócio- ocupacional metropolitano das regiões em estudo.

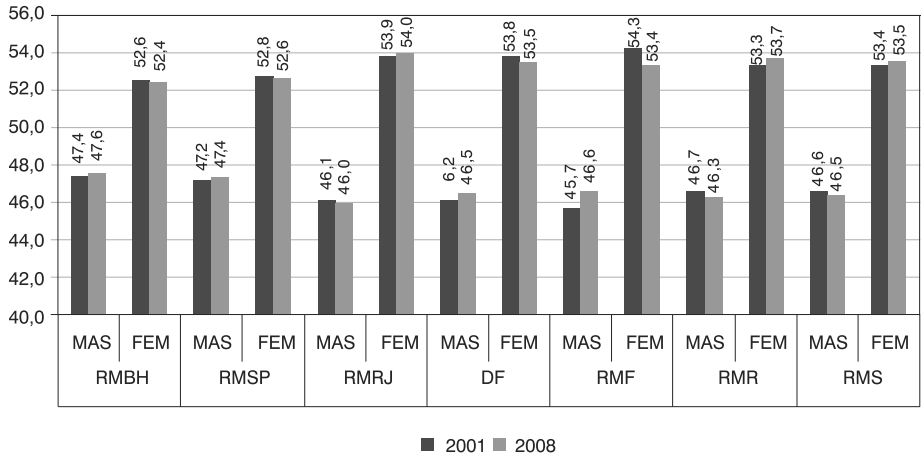
A partir da exposição dos procedimentos metodológicos, a seção que se segue aborda algumas informações acerca das diferenças de gênero no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.

Gênero, mercado de trabalho e participação feminina no Brasil metropolitano

É evidentemente constatado que no Brasil a população feminina tem se tornado superior a masculina nos anos mais recentes. Alguns fatores de ordem social, como a violência urbana responsável pelas elevadas taxas de óbitos de jovens do sexo masculino pode ser responsável pela disparidade existente entre os sexos, sobretudo para a população em idade ativa (10 ou mais anos). Esses resultados díspares acentuam-se mais nas regiões metropolitanas brasileiras. A persistência ao longo dos anos pode ser evidência da continuidade das ações violentas nessas áreas e dos elevados registros de óbitos por acidentes incidires mais na população masculina do país.

Os resultados apresentados no gráfico 1 mostram que a diferenças entre os sexos nas regiões metropolitanas estudadas são menos acentuadas apenas nas áreas metropolitanas de Belo Horizonte e de São Paulo. Porém, as diferenças mesmo nessas regiões de menores disparidades ainda são superiores a 2 pontos percentuais tanto no ano de 2001 quanto em 2008. Na região metropolitana de Fortaleza têm-se os maiores registros de disparidades entre os sexos da PIA registrada no ano de 2001, com somente 45,7% da população do sexo masculino contra 54,3% do sexo feminino.

GRÁFICO1. Pessoas de 10 anos e mais de idade por sexo nas regiões metropolitanas brasileiras – 2001/2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

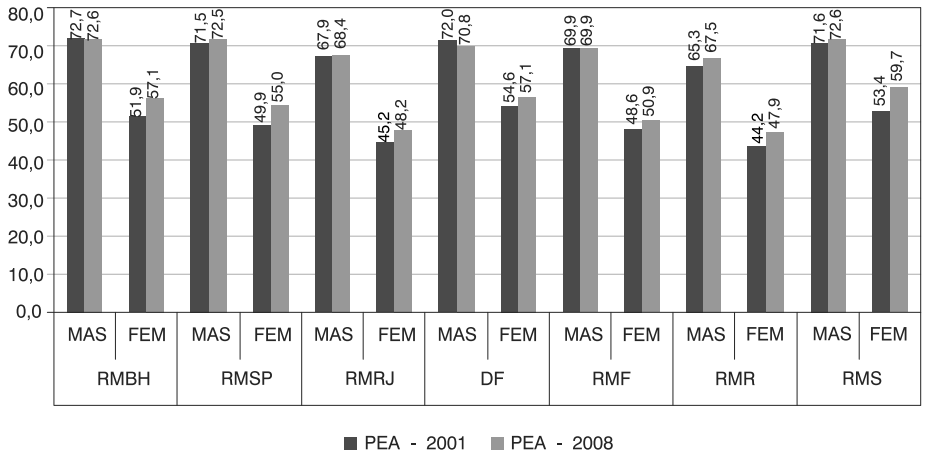
No ano de 2008, os registros mostram inversão da condição de disparidades entre os sexos no tecido metropolitano brasileiro, concedendo à região metropolitana do Rio de Janeiro a maior diferença entre os sexos da PIA, com 46,0% de homens contra 54,0% de mulheres no mesmo ano. Além disso, é pertinente destacar que nas áreas de maior violência urbana no país essas diferenças também se acentuam, sendo, portanto, um fenômeno de ordem social e não necessariamente natural que ocasiona tal discrepância.

Ainda no gráfico 1 é possível perceber que na região metropolitana de Recife, no ano de 2008, 46,3% da população em idade ativa eram do sexo masculino, com forte presença da participação feminina na densidade demográfica dessa área. As principais evidências empíricas mostram que, fenômenos como a violência urbana, acidentes de trânsitos, dentre outros, tem forte impacto na população jovem e do sexo masculino, em detrimento da população feminina. Além disso, as disparidades tornam-se mais acentuadas nos grandes complexos urbanos brasileiros.

No que concerne ao desempenho do mercado de trabalho, os dados do gráfico 2 fornecem informações acerca da participação feminina na população economicamente ativa nas regiões metropolitanas brasileiras. Em relação a esse desempenho, apenas a região metropolitana do Rio de Janeiro e de Recife apresentam registros da PEA masculina inferior a 70,0% da PIA em ambos os anos selecionados para análise. As maiores taxas de participação da população masculina economicamente ativa foram registradas na região metropolitana de Belo Horizonte em 2001 (72,7) e nas metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador em 2008 (72,6%).

Além disso, o pior desempenho experimentado foi para a região metropolitana de Recife em 2001, que registrou apenas 65,3% da PIA masculina que estavam economicamente ativas no mesmo ano. As baixas taxas de participação de economicamente ativos em uma região podem estar relacionadas ao desempenho do mercado de trabalho, dado pela performance econômica da região no período, bem como as condições socioeconômicas locais que pode influenciar na elevação da idade da população ao estado de economicamente ativos. Desta feita, podem-se ter pessoas postergando o ingresso na PEA por estarem em processo de formação profissional, com dedicação exclusiva à formação, ou pode estar associados às condições de oferta de trabalho na economia.

GRÁFICO 2. População economicamente ativa segundo o sexo nas regiões metropolitanas brasileiras – 2001/2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

No que se refere ao ingresso de mulheres economicamente ativas nas regiões metropolitanas brasileiras, acrescentam-se ainda os fatores de ordem cultural que vem influenciando positivamente de forma a não delimitar o papel da mulher apenas ao estado de mãe e donas de casa. Destarte, ver-se que elas têm elevado sua participação na população economicamente ativa ao longo dos anos. Observa-se que, conforme os dados do gráfico 2, em todas as regiões metropolitanas brasileiras observadas, elevaram-se a participação delas na PEA quando se compara o ano de 2001 ao de 2008.

No ano de 2001, teve-se que nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Distrito Federal e na de Salvador, registraram-se as maiores taxas de participação femininas economicamente ativas, com 51,9, 54,6 e 53,4%, respectivamente. Por outro lado, as menores taxas de participação feminina na PEA foram constatadas nas regiões metropolitanas de Recife (44,2%) e Rio de Janeiro (54,2%) no mesmo ano em destaque.

Em 2008, em todas as regiões metropolitanas elevaram-se as taxas de participação feminina economicamente ativa em relação a 2001. As regiões metropolitanas de Belo Horizonte e do Distrito Federal mostraram bons desempenhos com 57,1% das mulheres em idade ativa ocupada ou procurando emprego, mas foi na região metropolitana de Salvador que foi assistido a maior taxa de participação feminina economicamente ativa no ano de 2008. Nessa, aproximadamente 60,0% da PIA feminina estavam ocupadas ou a procura de trabalho.

Esses resultados observados confirmam que há maior inserção da mulher brasileira no mercado de trabalho. Seja pela necessidade de complementar a renda familiar, seja pelo desejo explicito de se tornarem independentes, além de questões culturais e de conquistas de direitos, o fato é que elas estão cada vez mais emprenhadas em conquistar espaços antes dominados pela população masculina e, no mercado de trabalho, o desempenho da participação feminina é crescente ao longo dos anos observados em vários estudos empíricos (LEONE, 2003; ARRAES et al 2008; SILVA FILHO e QUEIROZ, 2009; SILVA FILHO e QUEIROZ, 2010; LEONE e BALTAR, 2010). Diante disso, mesmo quando ainda se tenha a dupla jornada de trabalho das mulheres[1], em sua grande maioria, como mulheres ativas, mães e donas de casa, elas ainda assim, buscam

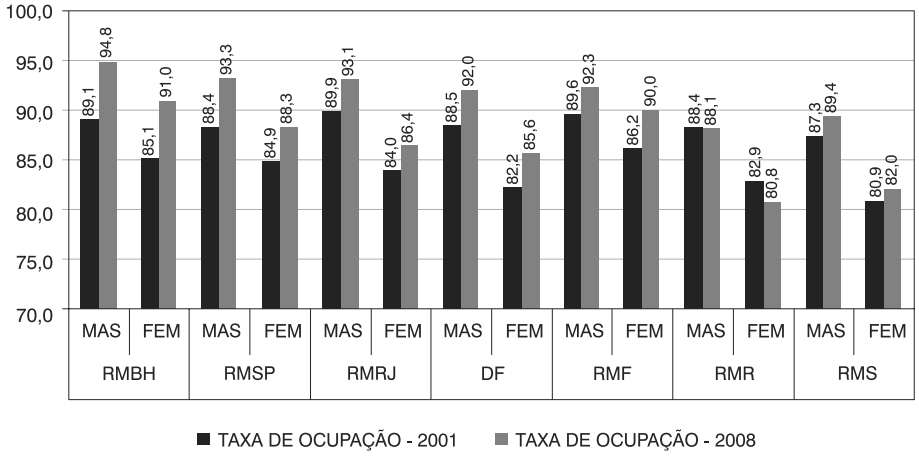
[1] Para mais detalhes sobre a dupla jornada de trabalho, ver Dedecca (2009), dentre outros

a inserção no mercado de trabalho e estão conquistando profissões anteriormente dominadas pela população masculina (BRUSCHINI, 2007; HIRANTA, 2009).

Quando se recorre à taxa de ocupação das mulheres nas áreas metropolitanas delimitadas para o estudo, os dados do gráfico 3 mostram que elas experimentam maiores taxas de desemprego quando comparadas à população do sexo oposto. Para a população masculina, os dados mostram que em 2001, as maiores taxas de ocupação foram registradas nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro (89,9%) e de Fortaleza (89,6%). Nessa última, registraram-se ainda a melhor performance feminina em relação à taxa de ocupação, com 86,2% das mulheres economicamente ativas ocupadas no mesmo ano. Adicionalmente, o pior desempenho assistido foi para a região metropolitana de Salvador com registro de apenas 80,9% das mulheres ocupadas. Com isso, o desemprego atingiu 19,1% delas em 2001, sendo esse o maior registro constatado entre as regiões metropolitanas em tela, seguido do Distrito Federal com taxa de ocupação de 82,2%.

Ainda em 2001, destacam-se o bom desempenho para o mercado de trabalho feminino nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, São Paulo, e Rio de Janeiro com 85,1, 84,9 e 84,0% das mulheres economicamente ativas ocupadas, respectivamente. Porém, o que merece destaque é que o desemprego feminino ainda é sobremaneira acentuado em relação ao masculino no Brasil metropolitano. Essas diferenças persistem ao longo dos anos, mesmo em um contexto de relativa melhora para o mercado de trabalho nacional, com o bom desempenho da economia brasileira, assistido a partir de 2004 (CINTRA, 2005; REMY et al, 2012).

GRÁFICO 3. Taxa de ocupação segundo o sexo nas regiões metropolitanas brasileiras – 2001/2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

As influências do crescimento econômico brasileiro são visíveis para o desempenho do mercado de trabalho tanto masculino quanto feminino. Para a população masculina, assim como à feminina, apenas na região metropolitana de Recife assistiu-se acentuar o desemprego quando se compara o ano de 2001 ao de 2008. Nessa RM, a taxa de ocupação masculina saiu de 88,4 para 88,1 e a feminina de 82,9 para 80,8% em 2001 e em 2008, respectivamente. Com isso, teve-se que a maior taxa de desemprego aberto constatada tanto para eles quanto para elas foram registrada na grande Recife no último ano observado.

No ano de 2008, a maior taxa de ocupação para a população masculina metropolitana foi registrada na grande Belo Horizonte (94,8%) seguido das regiões metropolitanas de São Paulo

(93,3%), Rio de Janeiro (93,1) e Fortaleza (92,3%). Consequentemente foram nessas regiões metropolitanas que se assistiram as menores taxas de desemprego aberto para a população masculina no mesmo ano.

Já para a população economicamente ativa feminina, no ano de 2008, os resultados acerca da taxa de ocupação foram melhores em relação a 2001, com exceção apenas da região metropolitana de Recife. As mulheres da grande Belo Horizonte lograram a maior taxa de ocupação entre as regiões em estudo (91,0%), com isso, obtiveram a menor taxa de desemprego aberto (9,0%). Na região metropolitana de Fortaleza, os resultados mostram a segunda maior taxa de ocupação feminina (90,0%) em escala nacional e a melhor taxa de ocupação quando se refere às metrópoles do Nordeste. Além dessas, as regiões metropolitanas de São Paulo (88,3%) e Rio de Janeiro (86,4%) apresentaram boa performance em relação às taxas de ocupação feminina no ano de 2008.

Mesmo diante da redução acentuada do desemprego feminino ao longo dos anos, percebe-se que elas estão no mercado de trabalho com baixos registros de formalidade sendo sobremaneira inferiores aqueles logrados aos postos de trabalhos masculinos. No gráfico 4, é possível visualizar que a formalidade no mercado de trabalho é dispare entre homens e mulheres, sendo menor essa diferenças em poucas das regiões metropolitanas analisadas. Além disso, a formalidade no mercado de trabalho é menor nas três regiões metropolitanas do Nordeste, sobressaindo-se apenas a região metropolitana de Salvador, e sendo ainda inferior o seu grau de formalidade às regiões metropolitanas do Sudeste e no Distrito Federal.

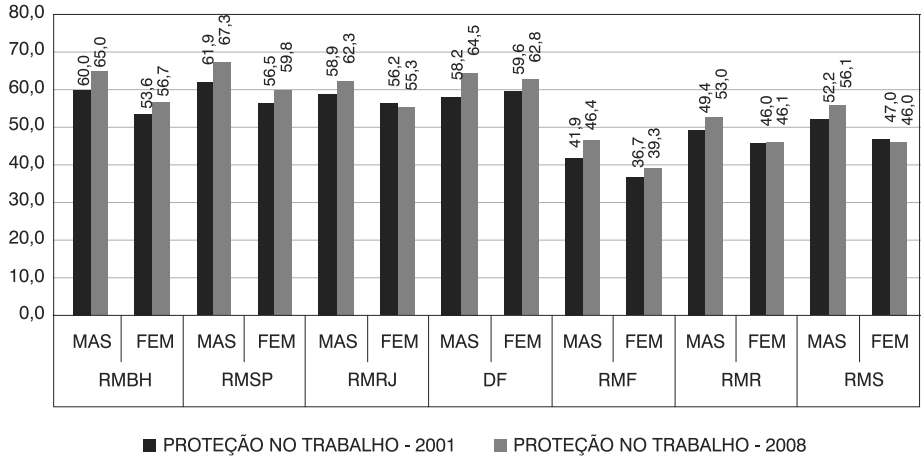
Em relação à formalidade dos postos de trabalho brasileiro, os dados do gráfico 4 mostram que ainda são elevados os registros de informalidade nas regiões metropolitanas brasileiras, mesmo diante da relativa melhora. A dinâmica econômica nacional no Brasil assistida a partir de meados dos anos 2000 vem sendo responsável pelo desempenho do mercado de trabalho nacional que assegura maiores índices de formalidade no mercado de trabalho. Estudos empíricos têm mostrado que a performance macroeconômica dos anos 2000 corroborou bons resultados para os indicadores nacionais com desempenho favorável à elevação de novos postos de trabalhos sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (CINTRA, 2005; DEDECCA e ROSANDISKI, 2006; SILVA FILHO e QUEIROZ, 2010; LEONE e BALTAR, 2010; REMY et al, 2010).

Nas regiões metropolitanas foco dessa análise os resultado mostram que entre 2001 e 2008, elas experimentaram elevar a taxa de formalidade para a população do sexo masculino. Com exceção das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e Salvador, o mesmo desempenho assistido para eles também foi registrado para a população do sexo feminino. Na região metropolitana de São Paulo, a população masculina ocupada em 2001 com proteção no trabalho foram de 61,9% assumindo o primeiro lugar no ranking nesse ano. Além disso, a posição se repete em 2008 quando se registra 67,3% dos ocupados com proteção social. Já o pior desempenho para a população masculina, tanto em 2001 quanto em 2008 foi registrado na região metropolitana de Fortaleza, com 41,9 e 46,4%, respectivamente.

Faz-se importante destacar que ainda são elevados os índices de informalidade no Brasil. Nenhuma das regiões metropolitanas observadas conseguiu reduzir a informalidade no mercado de trabalho a 30,0%, se quer. Tem-se ainda forte participação feminina na informalidade, sendo essa sobremaneira acentuada em relação à masculina. Em nenhum dos anos a formalidade das mulheres ocupadas foi superior a masculina na mesma área de observação. Essa discrepância assegura as referências apresentadas, no que se refere à maior participação feminina no mercado informal em países em desenvolvimento (FUNKHOUSER, 1996; e MARCOULLIER et al, 1997),

destacando-se ainda o mercado de trabalho brasileiro e nordestino, sobremaneira (SILVA FILHO e CLEMENTINO, 2011).

GRÁFICO 4. Taxa de proteção no trabalho segundo o sexo nas regiões metropolitanas brasileiras – 2001/2008



Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

As maiores taxas de formalidade para as mulheres foram registradas no Distrito Federal em ambos os anos. No primeiro ano, tinha-se que, 59,8% das mulheres ocupadas tinham proteção social no trabalho. Em 2008, elevam-se os índices de formalidade e registra- se 62,8% delas com proteção. Esses resultados observados nessa região metropolitana asseguram desempenho para as mulheres superior aquele observado para os homens nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife e Salvador. Decerto, a forte participação de ocupadas em empregos públicos corrobora o resultado.

O pior desempenho registrado na região metropolitana de Fortaleza conferiu as mulheres ocupadas participação percentual inferior a 40,0% nos anos em tela. Com isso, tinha-se que, mais de 60,0% das mulheres ocupadas trabalhavam sem o alcance do regime CLT. Além dessa região metropolitana, todas as nordestinas obtiveram os mais elevados registros de informalidade nas ocupações feminina em todos os anos. Em nenhuma delas registraram-se 50,0% de ocupadas com proteção social no trabalho em nenhum dos anos. Isso ratifica a forte disparidade entre as regiões metropolitanas brasileiras, no que se refere à dinâmica do mercado de trabalho e das condições de ocupação da população.

População ocupada por categoria sócio-ocupacional nas regiões metropolitanas brasileiras

A classificação de categorias sócio-ocupacionais adotadas pelo Observatório das Metrópoles sugere, na tabela 1, forte concentração de ocupados no Brasil metropolitano, em segmentos ocupacionais que permitem menor projeção social para os ocupados. Os dados mostram que na categoria de Dirigentes a participação relativa é bastante ínfima em todas as regiões metropolitanas brasileiras. Além disso, na categoria de Profissionais de Nível Superior os resultados ainda são tímidos nas mesmas áreas. Há forte concentração de ocupados em segmentos de menor possibilidade de ascensão social, dado pela baixa remuneração média instituída nessas categorias (SILVA FILHO e CLEMENTINO, 2011) e pela forte abrangência da PEA ocupada nas áreas em análise.

Na categoria de Dirigentes, no ano de 2001, a região metropolitana de São Paulo e o Distrito Federal lograram as maiores taxas de participação de ocupados (1,4%). No ano de 2008, eleva-se a participação relativa no Distrito federal (1,5%) e esse assume a maior participação na categoria entre as regiões analisadas. Já as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife e Salvador reduz a participação relativa de ocupados na categoria supracitada e apenas a região metropolitana de Belo Horizonte mantém a mesma participação relativa de um ano para o outro.

Na categoria de Profissionais de Nível Superior, registraram-se elevação da participação de ocupadas em todas as regiões metropolitanas em tela. Contudo, os melhores resultado logrados entre elas foi constatado no Distrito Federal, tanto em 2001 (9,0%) quanto em 2008 (12,1%). Contrariamente, teve-se que a região metropolitana de Salvador registrou a menor participação relativa em 2001 (4,7%) e na grande Fortaleza em 2008 (5,9%). Além disso, foram nas regiões metropolitanas nordestinas registradas as menores taxas de ocupados nessa categoria no ano de 2008, quando comparadas as demais áreas de abrangência da pesquisa.

A categoria denominada de Pequenos Empregadores apresentou tendência contrária à anteriormente apresentada, dado que apenas na região metropolitana de Recife assistiram-se elevar a participação de ocupados de um ano para o outro, contrariamente às demais áreas que a reduziram. Em 2001, a maior participação foi registrada na região metropolitana de Belo Horizonte (3,1%) e a menor na grande Recife (2,2%). No ano de 2008, teve-se que, a maior taxa de ocupação foi registrada no Distrito Federal (2,7%) e a menor na grande Salvador (1,6%).

Nas Ocupações Médias os resultados mostram que há elevada participação de ocupados no Distrito Federal e na região Metropolitana de São Paulo, tanto em 2001 quanto em 2008. Mais foi no Distrito Federal que se registrou mais de 33,0% no primeiro e 34,0% no segundo ano, dos ocupados atuando nessa categoria. Na região metropolitana de São Paulo a participação foi a mesma em ambos os anos (30,2%). Nessa categoria, a região metropolitana de Fortaleza logrou a menor taxa de participação. Nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife e Salvador registraram-se a elevação da taxa de participação de ocupados nos anos expostos.

Além das Ocupações Médias anteriormente apresentadas, os dados mostram forte concentração de ocupados no Terciário em todas as regiões metropolitanas brasileiras. Porém, foi na grande Recife que se registraram os maiores percentuais de ocupados nesse segmento. Em 2001, tinha-se 20,4% de ocupados elevando-se, em 2008, para 22,2%. No ano de 2001 as menores participações percentuais de ocupados foram registradas na grande Belo Horizonte e no Distrito Federal com 17,7 e 17,9%, respectivamente.

Na categoria de Trabalhadores do Secundário os registros mostram forte concentração de ocupados nas regiões metropolitanas em análise. As menores participações foram constatadas no Distrito Federal, tanto em 2001, (13,8%) quanto em 2008, (11,7%). Nessa área não há predomínio do segmento industrial como gerador de empregos, sendo, portanto justificado a baixa participação que se distancia sobremaneira das demais. Já a região metropolitana de Fortaleza, com forte concentração de industrial têxtil e calçadista, segmentos intensivos em mão de obra, logrou a maior participação de ocupados no segmento tanto em 2001 (23,7%) quanto em 2008 (25,3%). Alem dessa, as regiões metropolitanas de São Paulo e de Belo Horizonte, também apresentaram elevados percentuais de ocupados nessa categoria, distanciando-se das demais.

No Terciário Não-Especializado os dados mostram que houve redução da participação relativa de ocupados nessa categoria em todas as regiões metropolitanas brasileiras. Todavia, as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, (todas no Nordeste) lograram mais de 20,0% de sua PEA ocupada nesse segmento nos anos em estudo. A dinâmica econômica regional,

sem duvida alguma, contribui para os resultados e mostra que as áreas mais vulneráveis aos piores postos de trabalhos são aquelas com menores índices de desenvolvimento econômico. Além desses, destacam-se ainda os baixos percentuais registrados no segmento agropecuário e com redução da participação relativa em todas as regiões metropolitanas em tela.

TABELA 1. População ocupada nas regiões metropolitanas selecionadas segundo os grupos sócio-ocupacionais 2001/2008

Categoria Sócio-ocupacional	RMBH		RMSP		RMRJ		DF		RMF		RMR		RMS	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008
Dirigentes	0,6	0,6	1,4	0,9	0,9	0,5	1,4	1,5	0,7	0,6	0,7	0,5	0,7	0,4
Profissionais de nível superior	5,5	7,8	6,8	8,1	7,2	10,3	9,0	12,1	5,0	5,9	6,0	6,5	4,7	6,3
Pequenos empregadores	3,1	2,6	2,7	2,3	2,9	2,2	2,9	2,7	2,6	2,4	2,2	2,3	2,7	1,6
Ocupações médias	27,1	28,1	30,2	30,2	28,8	28,6	33,2	34,0	21,4	21,5	26,1	27,2	26,8	27,2
Trabalhadores do terciário	17,7	19,0	18,6	21,0	18,9	21,0	17,9	19,0	19,6	21,0	20,4	22,2	19,7	20,9
Trabalhadores do secundário	22,7	22,3	22,5	22,2	19,3	19,3	13,8	11,7	23,7	25,3	18,5	17,8	20,2	19,6
Trabalhadores do terciário não-especializado	19,4	16,9	17,2	14,7	21,3	17,4	20,5	17,7	21,9	20,4	23,1	21,8	23,4	22,9
Agricultores	3,8	2,7	0,7	0,6	0,8	0,7	1,4	1,2	5,0	2,9	3,0	1,8	1,7	1,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Em relação ao sexo dos ocupados por cada uma das categorias sócio-ocupacionais definidas e em cada uma das regiões metropolitanas, os dados da tabela 2 mostram resultados convergentes às discussões apresentadas em seções anteriores. Em relação à categoria de Dirigentes, os resultados encontrados em 2001 comprovam que há maioria absoluta de ocupados do sexo masculino. A menor discrepância observada foi no Distrito Federal, onde 67,2% dos ocupados eram do sexo masculino contra 32,8% do sexo feminino. Já a grande Salvador apresentou a maior distinção de ocupados na categoria, com 86,4% de ocupados masculinos contra 13,6% femininos no mesmo ano, isso mostra que, mesmo diante dos resultados constatados por Bruschini e Pupin, (2004), ainda há forte incidência de profissionais do sexo masculino liderando as ocupações com melhores condições de trabalho.

Em 2008 a menor diferença entre os sexos dos ocupados foi assumida pela região metropolitana de Recife (67,7% de ocupados masculinos e 32,3% de ocupados femininos) -mesmo tendo elevado a participação de homens ocupados nessa categoria de 2001 para 2008 - e o Distrito Federal eleva a diferenças anteriormente constatadas registrando a segunda maior discrepância observada (23,7% de homens contra 26,3% de mulheres ocupadas como Dirigentes), ficando atrás apenas da grande Belo Horizonte que obteve 74,3% de ocupados masculinos contra 25,7% do sexo feminino. Mesmo que se tenha observado maior participação relativa de mulheres ocupadas como Dirigentes nas regiões metropolitanas brasileiras (exceção do Distrito Federal e da grande Recife que se reduziram), os dados revelam que ainda há forte

concentração de ocupados masculinos nessa categoria, sendo ela a de melhor projeção social aqui estabelecida.

Na categoria de Profissionais de Nível Superior as mulheres foram maioria em todas as regiões metropolitanas observadas, tanto em 2001 quanto em 2008. Deve-se destacar que foi na região metropolitana de Fortaleza que se registraram a maior disparidade entre ocupados segundo o sexo. Nessa, em 2001, apenas 39,2% dos ocupados na categoria supracitada eram do sexo masculino. A menor diferença de sexo dos ocupados foi constatada na região metropolitana do Rio de Janeiro no mesmo ano (46,4% de ocupados masculinos contra 53,6% de femininos). Em 2008, elevam-se a participação masculina de ocupados nessa categoria nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, São Paulo, Distrito Federal e Salvador. Já nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Fortaleza e Recife acentuam-se ainda mais as diferenças já registradas em 2001 e elevam-se a participação de mulheres ocupadas na categoria.

Em relação aos Pequenos Empregadores percebe-se que ocorreram variações significativas em algumas das regiões metropolitanas analisadas. Porém, cabe destacar que em todos os anos e em todas as regiões metropolitanas os homens foram maioria, ocupados na categoria. O que se observou foi a redução significativa da participação masculina ocupada nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Fortaleza e Salvador que eram de 70,2, 75,0 e 71,0%, em 2001, reduzindo-se para 58,8, 59,2 e 57,0%, em 2008, respectivamente. Já na região metropolitana de Recife a dinâmica foi contrária quando a participação masculina ocupada na categoria sai de 59,5%, em 2001, para 70,0%, em 2008. Diante disso, tem-se que, foi nessa categoria sócio-ocupacional que se registraram as maiores oscilações de um ano para o outro.

No terciário registraram-se as menores disparidades no que se refere ao sexo dos ocupados. Nessa categoria as mulheres foram maiorias ocupadas nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Distrito Federal, Fortaleza, Recife e Salvador, sendo que a maior diferença registrada foi na grande Salvador com 43,7% de homens contra 56,3% de mulheres ocupadas no ano de 2001. Na grande São Paulo e Rio de Janeiro os homens foram maioria ocupados no mesmo ano. Já em 2008, as mulheres forma maioria em todas as regiões metropolitanas sendo que a menor discrepância registrada foi na grande Fortaleza, com 51,0% de mulheres ocupadas contra 49,0% de homens.

Já na categoria de trabalhadores do secundário, tanto em 2001 quanto em 2008, os homens ocupados foram maioria absoluta em todas as regiões metropolitanas analisadas. As maiores diferenças constatadas foram registradas nas regiões metropolitanas do Distrito Federal, Fortaleza e Recife, com 90,0, 88,2 e 87,8% de ocupados masculinos, respectivamente. Em 2008, eleva-se a participação de ocupados masculinos em todas as regiões metropolitanas, com exceção da grande Recife que apresentou leve redução percentual. Diante disso, tem-se que na indústria os homens ainda são maioria na ocupação de postos de trabalho e com forte participação relativa em todos os anos observados.

No Terciário Não-Especializado sobressaem as ocupadas do sexo feminino em todas as regiões metropolitanas - tanto em 2001 quanto em 2008. A maior participação masculina na categoria ocupacional foi registrada, no ano de 2001, na grande Recife (44,4%). Já em 2008, a os homens ocuparam 46,5% nas regiões metropolitanas de Fortaleza e Recife, sendo essas as maiores taxas de ocupação masculina nessa categoria no ano citado. Cabe ainda destacar que, elevaram-se a participação feminina na categoria nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Salvador, e reduziram-se na grande São Paulo, Fortaleza e Recife, mantendo-se constante a participação feminina no Distrito Federal.

TABELA 2. População ocupada segundo o sexo nas Regiões Metropolitanas selecionadas segundo Grupos Sócio-ocupacionais 2001/2008

Categoria Sócio-ocupacional	RMBH		RMSP		RMRJ		DF		RMF		RMR		RMS	
2001	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Dirigentes	81,8	18,2	79,7	20,3	73,8	26,2	67,2	32,8	76,2	23,8	62,8	37,2	86,4	13,6
Profissionais de nível superior	41,0	59,0	42,2	57,8	46,4	53,6	46,0	54,0	39,2	60,8	44,4	55,6	45,4	54,6
Pequenos empregadores	71,5	28,5	69,4	30,6	70,2	29,8	69,5	30,5	75,0	25,0	59,5	40,5	71,0	29,0
Ocupações médias	55,7	44,3	53,9	46,1	58,4	41,6	54,2	45,8	54,7	45,3	57,7	42,3	55,0	45,0
Trabalhadores do terciário	47,9	52,1	53,3	46,7	50,4	49,6	49,7	50,3	48,1	51,9	47,4	52,6	43,7	56,3
Trabalhadores do secundário	86,6	13,4	81,1	18,9	85,0	15,0	90,0	10,0	69,2	30,8	88,2	11,8	87,8	12,2
Trabalhadores do terciário não-especializado	35,9	64,1	35,4	64,6	39,1	60,9	36,1	63,9	42,7	57,3	44,4	55,6	38,0	62,0
Agricultores	43,7	56,3	58,1	41,9	80,4	19,6	76,3	23,7	73,1	26,9	69,7	30,3	63,1	36,9
2008	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Dirigentes	74,3	25,7	71,8	28,2	69,0	31,0	73,7	26,3	71,1	28,9	67,7	32,3	69,0	31,0
Profissionais de nível superior	43,9	56,1	45,8	54,2	44,7	55,3	47,5	52,5	38,9	61,1	37,4	62,6	46,3	53,7
Pequenos empregadores	68,5	31,5	67,4	32,6	58,8	41,2	62,9	37,1	59,2	40,8	70,0	30,0	57,0	43,0
Ocupações médias	52,0	48,0	54,0	46,0	56,5	43,5	54,3	45,7	52,4	47,6	55,0	45,0	50,6	49,4
Trabalhadores do terciário	41,3	58,7	43,9	56,1	47,0	53,0	45,2	54,8	49,0	51,0	44,9	55,1	42,9	57,1
Trabalhadores do secundário	88,3	11,7	82,3	17,7	87,4	12,6	90,6	9,4	70,0	30,0	88,0	12,0	88,9	11,1
Trabalhadores do terciário não-especializado	30,1	69,9	35,9	64,1	37,9	62,1	36,1	63,9	46,5	53,5	46,5	53,5	35,9	64,1
Agricultores	43,1	56,9	64,8	35,2	71,7	28,3	64,1	35,9	63,9	36,1	80,7	19,3	51,2	48,8

Fonte: PNAD, 2001 - 2008 / IBGE.

Na condição de agricultores os dados mostram que apenas na região metropolitana de Belo Horizonte as mulheres foram maioria ocupadas tanto em 2001 quanto em 2008. Nas demais regiões metropolitanas os homens assumiram a maior participação, sendo que na metropolitana do Rio de Janeiro em 2001 (80,4%) e em Recife em 2008 (80,7%) a participação masculina foi superior a 80,0% dos postos de trabalhos do segmento supracitado.

O estudo artigo teve como objetivo analisar o mercado de trabalho metropolitano brasileiro e sua interação entre o gênero e as ocupações aqui definidas. Os principais resultado mostram que as mulheres são maiorias em idade ativa em todas as áreas de análise. Fatores de ordem social podem corroborar a maior participação feminina em detrimento da masculina no

Brasil metropolitano. Com isso, pode se destacar a maior vulnerabilidade ao risco do jovem homem em detrimento da jovem mulher.

Em relação à população economicamente ativa, os dados mostram elevar relativamente à participação feminina em todos os anos observados. Fatores como maior desejo de independência financeira, complementação da renda familiar, além da busca pela igualdade almejada entre homens e mulheres fazem delas sujeitos sociais de grande compromisso com as ações de interação entre trabalho e sociedade ao longo dos anos. A busca por trabalho, ou a efetivação do desejo de independência mostra que a PEA feminina cresce no Brasil metropolitano recente.

Contudo, faz-se pertinente destacar que elas experimentam as maiores taxas de desemprego aberto quando comparada aos homens. Isso foi constatado em todas as regiões metropolitanas, mesmo diante de uma performance que notificou relativa redução das taxas de desemprego feminino quando comparado o ano de 2001 ao de 2008. O desemprego feminino é mais acentuado nas regiões metropolitanas do Nordeste onde há forte resistência cultural ao papel da mulher no mercado de trabalho em segmentos em que atuam a mão de obra masculina com maior facilidade.

Destaque-se ainda que as mulheres ocupadas nas regiões metropolitanas brasileiras experimentam maiores taxas de informalidade no mercado de trabalho quando comparadas aos homens. Esse fenômeno também se acentua nas regiões metropolitanas nordestinas, em detrimento das demais, haja vista que elas são ocupadas em profissões que contratam mais na informalidade, sendo assim, ausentes da proteção social no trabalho. Nas regiões metropolitanas nordestinas, conforme os dados analisados, mais de 50,0% das mulheres ocupadas trabalham sem a proteção social oferecida pela CLT. Porém, cabe destacar ainda que a informalidade é elevada para ambos os sexos e em todas as áreas aqui estudadas, sendo apenas mais acentuado para as mulheres e nordestinas.

No que se refere à ocupação, percebe-se que há baixa participação de ocupados nas categorias sócio-ocupacionais que permitem maior projeção social e essa ainda mostrou tendência de redução ao longo dos anos e em quase todas as regiões metropolitanas observadas. Já as profissões de menor projeção mostraram elevar a participação de ocupados quando comparado o ano de 2001 ao de 2008.

Quando se analisa as ocupações conforme o sexo, tem-se maior participação masculina nas ocupações de melhores oportunidades ao ocupado, e maior participação feminina em ocupações tradicionalmente reconhecida como de baixa qualidade de postos de trabalho, sobretudo em segmentos de serviços. Além disso, mesmo diante de um contexto de relativa elevação da participação feminina em ocupações de maior respaldo social, elas ainda são minorias significativas nessas categorias e ocupam sobremaneira as categorias de base.

Diante do exposto, pode-se propor que ainda há muito a se fazer pelo direito de igualdade entre os sexos, sobretudo no mercado de trabalho brasileiro. Necessitam-se mais de políticas públicas com ênfase à promoção de empregos com aptidões femininas e de relevância social. Propõem-se ainda melhores oportunidades de trabalho em áreas de segmentação masculina, para que elas possam gozar dos benefícios do trabalho com maior reconhecimento social e mais possibilidades de viver a redução da desigualdade culturalmente implementada entre homens e mulheres.

O quadro de relativa melhora da participação feminina no mercado de trabalho metropolitano brasileiro ainda não é suficiente para assegurar ruptura de um sistema solidificado que definem os papeis entre homens e mulheres e mantém-as sob a égide de um

trabalho fragmentado. Diante disso, pensar ações coletivas no mercado de trabalho e propor maior participação feminina em ocupações de maior projeção social é assegurar o direito de igualdade tanto almejado pela sociedade brasileira e que se constitui, no mais das vezes, em apenas trechos da redação da carta magna de 1988.

Referências

ARRAES, A. K. M.; QUEIROZ, S. N.; ALVES, C. L. B.. Mercado de trabalho formal na indústria: comparativo entre as regiões Nordeste e Sudeste nos anos de 1994 e 2004. II Encontro Internacional Trabalho e Formação de Trabalhadores. Anais... Fortaleza: LABOR/UFC, 2008.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa, n.110, p.67-104, jul. 2000.

BRUSCHINI, C.; PUPPIN, A. B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. Cadernos de Pesquisa, v.34, n.121, p.105-138, jan./abr. 2004.

BRUSCHINI, M. C. A.. Trabalho e gênero no Brasil nos último dez anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, nº 132, p. 537-572. Set/dez, 2007.

BRUSCHINI, M. C. A..Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? Revista Brasileira de Estudos de População, v.24, n. esp., 2006.

CINTRA, M. A. M.. Suave Fracasso – a política macroeconômica brasileira entre 1999 e 2005. Revista Novos Estudos, novembro de 2005.

DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N.. Recuperação econômica e geração de empregos formais. Revista Parcerias Estratégicas – Número 22- Junho 2006.

DEDECCA, C. S.. Regime de Trabalho uso de Tempo e Desigualdade entre Homens e Mulheres. In: http//www.fcc.org.br/seminario/DEDECCA.pdf. Acesso em outubro de 2009.

FUNKHOUSER, E.. The urban informal-sector in Central America: Household survey evidence. World Development, v. 24, nº 11, p. 1.737-1.751, 1996.

GONÇALVES, M. E.; PEREZ, E. R.; WAJNMAN, S. taxas de participação (formal e informal) feminina no mercado de trabalho das regiões Sudeste e Nordeste: uma análise a partir das PNAD's, 1992-2002. XIV Encontro nacional de Estudos Populacionais – ABEP. Anais... Caxambú-MG, setembro de 2004.

HIRATA, H.. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41.

LEONE, E.T. 2003. O trabalho da mulher em Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: M.W. PRONI; W. HENRIQUE (orgs.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo, Editora UNESP; Campinas, SP, Instituto de Economia da UNICAMP, p. 199-230.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. E. de A.. População ativa, mercado de trabalho e gênero na retomada do crescimento econômico. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 17., 2010, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2010.

MARCOULLIER, D.; RUIZ de CASTILLA, V.; WOODRUFF, C.. Formal measures of the informal-sector wage gap in Mexico, El Salvador and Peru. Economic development and cultural change, v. 45, nº 2, p. 367-392, 1997.

NEVES, M. de A.; PEDROSA, C. M.. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicilio na indústria de confecções. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, Nº 1, p. 11-34, Jan/ABR, 2007.

REMY, M. A. P. de A.; QUEIROZ, S. N. de; SILVA FILHO, L. A.. Evolução Recente do Emprego Formal no Brasil – 2000-2008. Revista da ABET...

SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, S. N. de.. A trajetória da Indústria e do Emprego formal no Ceará 1996/2006. XI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET). Anais... Campinas – SP, 2009.

SILVA FILHO, L. A.. Reestruturação produtiva e desestruturação no mercado de trabalho: análise empírica da indústria têxtil da grande Natal. Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. Anais... Caxambú – MG, setembro, 2010.

SILVA FILHO, L. A.; QUEIROZ, S. N. de.. Recuperação econômica e emprego formal: avaliação empírica para o Nordeste brasileiro – 2000/2008. Revista Perspectiva Econômica, vol. 7, N.1, p. 42-54, jan/jun 2011.

SILVA FILHO, L. A. Mercado de Trabalho e Estrutura Sócio-ocupacional: estudo comparativo entre as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador – 2001-2008. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011,131 p.

SILVA FILHO, L. A.; CLEMENTINO, M do L. M.. Considerações sobre o perfil sócio- ocupacional nas regiões metropolitanas do Nordeste – 2001/2008. XII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho (ABET). Anais... João Pessoa – PB, 2011.

WAJNMAN, S. PERPÉTUO, I.H. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1, 1997.

MIGRAÇÕES E MERCADO DE TRABALHO NAS REGIÕES METROPOLITANAS NA DÉCADA DE 2000 EM PANORAMAS DISTINTOS

Lilia Montali
Maria de Fátima Guedes Chaves
Marcelo Tavares de Lima

A relevância da investigação do período selecionado é a possibilidade de se conhecer nas conjunturas distintas do início e do final da década de 2000, as características dos migrantes e do tipo de migração nas duas regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo (RMSP) e Recife (RMR).

A década de 2000 se inicia com baixo crescimento econômico, desemprego elevado e grandes proporções de ocupados inseridos através de vinculações precárias. A partir de 2004, ocorre retomada do crescimento econômico, aumento do emprego e do trabalho assalariado regulamentado. Na segunda metade da década, a associação do processo de recuperação econômica com as políticas de elevação do salário mínimo e de transferência de renda promoveram as tendências de redução da desigualdade de renda e de redução da pobreza no país.

Por outro lado, é relevante conhecer as especificidades da migração na década de 2000 em distintos contextos metropolitanos, pois as regiões metropolitanas brasileiras constituem espaços urbanos de grande dinamismo econômico, responsáveis por importante parcela do PIB nacional, porém bastante heterogêneas entre si. As áreas metropolitanas selecionadas refletem de certa forma essa heterogeneidade por integrarem regiões distintas em relação ao dinamismo econômico e sua importância na economia nacional. A Região Sudeste concentra as principais atividades econômicas e, ao lado da Região Sul e do Distrito Federal, destaca-se também por apresentar níveis mais elevados de rendimento per capita. Por outro lado, as Regiões Nordeste e Norte, apesar da descentralização do desenvolvimento econômico das últimas décadas, ainda apresentam os tradicionalmente menores valores de renda domiciliar per capita média e elevada proporção de população em condição de pobreza. No que diz respeito aos deslocamentos populacionais, a Região Sudeste e a Região Metropolitana de São Paulo, que nas décadas anteriores, constituíram-se como importantes polos de atração de migrantes, passam a experimentar arrefecimento desse processo a partir dos anos 1980 (Cunha, 2001). A Região Nordeste, por outro lado, se constituía nesses mesmos períodos, como importante região

de emigração sendo que, a partir dos anos 1990 configura-se um movimento de retorno de migrantes para esta Região (Baeninger, 2008).

Nesse contexto, o presente estudo indaga sobre a migração que caracteriza estas regiões metropolitanas na primeira década dos anos 2000 e quais as características dos migrantes que chegam aessas regiões. Para isso considera a inserção e correspondente qualificação dos migrantes no mercado de trabalho, levando em conta as diferenciações por grupos de idade (jovens e adultos) e por sexo, comparando essas características em relação às dos não migrantes. Esta análise utiliza como referência empírica microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos 2001 e 2009[1].

A primeira parte do artigo analisa os principais movimentos observados entre 2001 e 2009, considerando-se a migração inter-estadual e a migração intra-estadual e as características de sexo e idade dos migrantes que compõem a população em idade ativa, acima de 15 anos; apresenta ainda as características dos migrantes e não migrantes segundo nível de escolaridade e sexo. A segunda parte identifica as características e possíveis especificidades dos migrantes e dos não migrantes, considerando-se a condição com relação à inserção no mercado de trabalho, visando identificar mudanças no perfil dos migrantes nos anos 2000, nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Recife.

Regiões metropolitanas e as características da migração

As características do processo migratório no Brasil sofreram alterações a partir das últimas décadas do século passado. A partir dos anos 1970 a maioria da população brasileira já vivia em áreas urbanas e os deslocamentos que caracterizaram a migração interna no país dos anos 1950 até então – intensos fluxos populacionais sentido nordeste-sudeste e também para as fronteiras arrefeceram e deram lugar aos movimentos urbano-urbanos que reforçaram as vertentes da metropolização e da concentração populacional em cidades de grande porte (Dedecca e Baeninger, 2012). Desde os anos 80 se verifica uma redução no ritmo de crescimento da migração: mesmo envolvendo um contingente de mais de 10 milhões de pessoas, sua taxa de crescimento nessa década foi apenas de 1% a.a. frente aos 4% relativos à década anterior.

No período 1990-2000, os deslocamentos intra-estaduais e intra-regionais ganham maior significância uma vez que, na migração inter-estadual, as trocas migratórias passaram a ser mais intensas dentro das próprias regiões (Baeninger, 2008). Nestes anos que compõem o início de século, os movimentos migratórios mostram uma dinâmica diversificada em que cabem, dentre outras, a continuidade da redução dos volumes nas migrações interestaduais, onde são relevantes os fluxos que retornam do Sudeste para o Nordeste, e movimentos de curta distância intra-estaduais e intra-regionais que apontam para processos de mobilidade que não se caracterizam por longas permanências (Baeninger, 2011).

Esta análise tem por objeto, por um lado, a principal região metropolitana do país, que fica na Região Sudeste, a Região Metropolitana de São Paulo e, por outro, uma das principais regiões metropolitanas do Nordeste, a Região Metropolitana de Recife. Tomando como um dos parâmetros de diferenciação entre estas o indicador rendimento domiciliar per capita médio, verifica-se que, em 2009, na Região Metropolitana de São Paulo este era da ordem de R$ 1.008,00 e na Região metropolitana de Recife era de R$ 665,00 (Tabela 1). Outro indicador,

[1] Esta fonte de dados (PNAD) tem sido considerada relevante para a análise de tendências dos processos migratórios (Cunha e Jakob, 2011),

o valor mediano domiciliar per capita, que indica um corte abaixo do qual estão 50% dos domicílios de uma região, aponta para a região metropolitana de São Paulo que este era de R$ 600,00, equivalendo a 1,3 salários mínimos, enquanto na região metropolitana de Recife era de R$ 335,00, equivalendo a 0,8 salários mínimos.

TABELA 1. Rendimento domiciliar per capita mediano e médio – Brasil e Regiões Metropolitanas, 2001 e 2009

	Valor mediano		Valor médio	
	2001	2009	2001	2009
Brasil	310,0	465,0	638,4	766,1
Total Metropolitano	**430,6**	**531,0**	**881,0**	**995,7**
RM Belém	258,4	351,7	531,0	599,7
RM Fortaleza	240,4	336,6	551,4	635,0
RM Recife	256,2	355,0	574,1	664,7
RM Salvador	284,2	423,8	663,2	814,2
RM Belo Horizonte	370,3	539,2	730,8	1.003,9
RM Rio de Janeiro	473,7	572,0	938,7	1.105,1
RM São Paulo	513,8	600,0	981,1	1.007,9
RM Curitiba	461,6	663,0	918,2	1.102,1
RM Porto Alegre	516,7	619,0	1.002,7	1.040,1
Distrito Federal	516,7	666,7	1.222,4	1.678,8
Total não Metropolitano	**287,1**	**430,0**	**523,0**	**661,1**

Fonte IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Apud. Montali (coord), 2012. P. 15. Elaboração: NEPP/UNICAMP. Em valores de 2009.

Ainda contextualizando as regiões sob análise, é importante ter presente o tamanho da população das mesmas. Com base nos dados da PNAD para o ano de 2009, a população da Região Metropolitana de São Paulo era de 19.608.850 mil habitantes e a da Região Metropolitana de Recife era 3.756.300 habitantes, caracterizando-se, ambas, por pouco menos que a metade da população das unidades da federação nas quais se inserem (Tabela 2).

Nestes dois contextos distintos investigam-se indicações de como se comporta o movimento migratório por meio das características dos migrantes que estas receberam, considerando como migrante a população que lá chegou nos últimos 10 anos.

O arrefecimento da migração com destino às regiões metropolitanas pode ser percebido na redução do peso da população migrante na população de ambas as regiões metropolitanas, para cerca de 11% do total em 2009, contrapondo-se aos 17,4% da população da Região Metropolitana de São Paulo em 2001 e cerca de 16% da população da Região Metropolitana de Recife no mesmo ano (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição da população por condição migratória – Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo, 2001 e 2009

Condição migratória	São Paulo		Recife	
	2001	2009	2001	2009
Migrante	17,4	11,2	15,9	10,6
Migrante intra-estadual	7,8	5,4	10,4	7,3
Migrante inter-estadual	9,5	5,8	5,4	3,2
Não migrante	82,6	88,8	84,1	89,4
Total	**18.278.734**	**19.608.850**	**3.423.789**	**3.756.299**

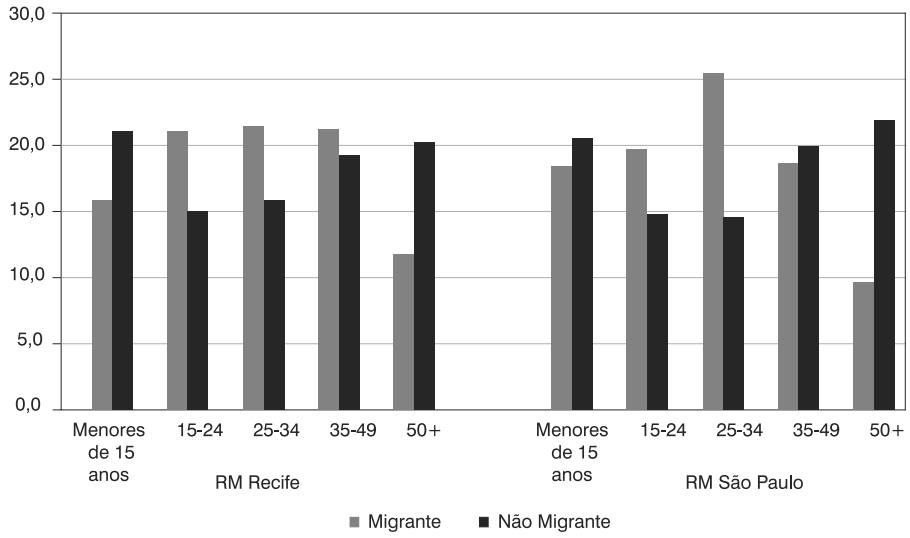
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Outro aspecto da migração que a tabela evidencia é a importância dos deslocamentos intra-estaduais e intra-regionais que ganham força no período analisado. Observa-se, por um lado, a distinção das características da origem dos migrantes que chegam às duas regiões: na Região Metropolitana de São Paulo, que integra a região Sudeste do país, é maior o peso da migração inter-estadual, enquanto que para a Região Metropolitana de Recife acorrem, principalmente, os migrantes do próprio estado. Entretanto, a Região Metropolitana de São Paulo chega a 2009 apresentando para o componente inter-estadual valores similares aos da migração intra-estadual, situação explicada em parte pela redução de migrantes nordestinos para os quais era destino preferencial (Baeninger, 2011). Já para a Região Metropolitana do Recife, o diferencial entre os pesos da migração inter e intra-estadual se mantém nos anos mais recentes, ainda que em níveis menores.

As diferenças na estrutura etária refletem a composição das duas populações por condição migratória, bem com seu progressivo envelhecimento.

De forma geral, e como é de se esperar dado o estreito vínculo entre migração e trabalho, para ambas as regiões e para ambos os períodos, os migrantes se concentram mais nas idades produtivas que os não migrantes. Da mesma maneira, essa concentração não se alterou no tempo, mantendo-se em torno de 70% para os migrantes e 55% para os não migrantes; os efeitos do envelhecimento populacional ainda não se fizeram sentir ao se tomar os dados tão agregados. O que se percebe, entretanto, são as alterações sofridas na estrutura etária em seus pontos extremos.

GRÁFICO 1. Estrutura etária da população segundo condição migratória – Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo, 2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

À redução da participação da população jovem na composição da estrutura etária nem sempre corresponde um aumento proporcional na população acima de 50 anos, já que há um rearranjo na distribuição da população nas idades produtivas. Entretanto, a estrutura etária das duas populações migrante e não migrante são agora distintas, não pela participação dos mais jovens na primeira, mas pela concentração de mais velhos na segunda. No que diz respeito às diferenças de idade quanto às modalidades migratórias, percebe-se em 2009, para a Região Metropolitana de Recife, uma estrutura etária um pouco mais envelhecida para os migrantes interestaduais, devido, ao menos parcialmente, ao peso da migração de retorno, já

que esta implica na realização anterior – e portanto mais jovem - de pelo menos um movimento emigratório (Rigotti e Carvalho, 2000).

Buscando conhecer as características de escolaridade dos migrantes, deve-se ressaltar que nessa primeira década, sobressaem-se no país as tendências de aumento no nível de escolaridade da população brasileira. Entretanto, essa tendência de elevação da escolaridade, perceptível em ambas as regiões, mostra perfis distintos em cada uma delas a depender da condição migratória. Dessa forma, tem-se uma população migrante mais escolarizada que a não migrante na Região Metropolitana de Recife. Em 2001, metade dos migrantes tinha uma escolarização que ia até o nível fundamental; dentre os não migrantes, esse mesmo nível de escolaridade atingia cerca de 2/3 dos indivíduos de 15 anos e mais. No final da década essas proporções se reduziram para 1/3 e 47% respectivamente. No subconjunto que trata das modalidades migratórias vê-se que o perfil desses migrantes é diferenciado a depender de sua origem: contribuem para a escolaridade mais elevada aqueles que vêm de outros estados: em 2009, cerca de 1/3 deles possuía nível superior. Desagregando por sexo, constata-se que o maior peso dessa contribuição advém das mulheres: 35,5% delas apresentam nível superior contra 29,3% dos homens migrantes dessa mesma modalidade migratória. Na população não migrante, esse diferencial por sexo também se verifica, mas a níveis bem menores.

Uma aparente inversão nesse perfil acontece quando dirigimos o olhar para a Região Metropolitana de São Paulo. É a população não migrante que apresenta patamares de escolaridade mais baixos, onde cerca de 50% tem até o nível fundamental em 2001, caindo para 43% em 2009. Por sua vez, esse mesmo nível de escolaridade na população migrante, cai de 60% em 2001 para 42% em 2009, igualando-se aos perfis de escolaridade da população não migrante.

No contexto de elevação da escolarização, em 2009, na RM Recife são maiores as proporções de indivíduos alcançando o ensino médio – esta passa de 30% para 39% nesse nível - e, o ensino superior, passando de 11% para 15% em relação a 2001. Na consideração da condição migratória, o comportamento se repete para as duas modalidades; além disso, destaca-se o fato de os migrantes apresentarem-se em maiores proporções nas escolaridades superiores em relação aos não migrantes, nível em que se encontram 25% dos migrantes e 14% dos não migrantes. Merece destaque ainda a elevada proporção de migrantes interestaduais com ensino superior (Tabela 3). Supõe-se que esta escolarização mais elevada dos migrantes interestaduais, possa ser atribuída à migração por motivo de trabalho. Outra suposição é que os migrantes de retorno sejam mais escolarizados.

As características de escolaridade dos migrantes são distintas entre as duas regiões metropolitanas analisadas (Tabela 3). Entretanto, a tendência da elevação da escolaridade é comum às duas e segue a tendência observada para o país correspondendo ao período analisado.

A Região Metropolitana de São Paulo, da mesma forma como observado na Região Metropolitana de Recife, apresenta crescimento da proporção de pessoas que atingem os níveis de ensino médio e superior, passando de 30,6% para 36,8% com relação ao ensino médio entre 2001 e 2009, e, no caso de ensino superior, passando de 16% para 21% entre 2001 e 2009. Em 2009 são iguais as proporções de migrantes e não migrantes com nível de ensino superior, cerca de 21%, alterando as diferenças observadas no ano de 2001 (Tabela 4). Uma diferença a ser notada entre as duas regiões metropolitanas refere-se à origem dos migrantes em relação à educação. No caso da região metropolitana de São Paulo, em 2009, os migrantes intra-estaduais apresentam maior escolarização em relação aos migrantes interestaduais, tanto em relação à educação superior - 23,3% e 19,4%, respectivamente -, como em relação ao nível médio – 37,8% e 35,8%, correspondendo a 2001 e a 2009.

TABELA 3. Distribuição das pessoas maiores de 15 anos segundo condição migratória, escolaridade e sexo – Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo, 2001 e 2009

			2001			2009		
			Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
RM Recife	Migrante	Nunca frequentou escola	4,8	5,3	5,0	2,7	2,1	2,4
		Ensino fundamental	46,9	46,3	46,6	33,7	29,4	31,4
		Ensino médio	32,6	33,4	33,0	39,7	42,7	41,3
		Ensino superior	15,7	15,0	15,4	23,9	25,9	25,0
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Migrante intra-estadual	Nunca frequentou escola	5,8	6,5	6,1	1,9	2,0	2,0
		Ensino fundamental	47,9	46,7	47,3	36,0	31,0	33,3
		Ensino médio	33,7	34,0	33,9	40,7	45,5	43,3
		Ensino superior	12,7	12,7	12,7	21,3	21,6	21,5
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Migrante interestadual	Nunca frequentou escola	3,0	2,7	2,9	4,5	2,2	3,3
		Ensino fundamental	45,0	45,4	45,2	28,7	25,9	27,2
		Ensino médio	30,7	32,1	31,4	37,4	36,4	36,9
		Ensino superior	21,3	19,9	20,6	29,3	35,5	32,6
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Não migrante	Nunca frequentou escola	6,3	7,6	7,0	4,9	5,9	5,5
		Ensino fundamental	56,2	51,0	53,4	43,1	40,7	41,7
		Ensino médio	27,8	30,8	29,4	38,2	39,1	38,7
		Ensino superior	9,7	10,7	10,3	13,8	14,3	14,1
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total	Nunca frequentou escola	6,0	7,2	6,6	4,6	5,5	5,1
		Ensino fundamental	54,6	50,2	52,2	42,0	39,4	40,5
		Ensino médio	28,6	31,2	30,0	38,4	39,5	39,0
		Ensino superior	10,8	11,4	11,1	14,9	15,6	15,3
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
RM São Paulo	Migrante	Nunca frequentou escola	3,8	4,3	4,1	2,6	2,5	2,5
		Ensino fundamental	56,7	54,0	55,3	40,3	38,8	39,5
		Ensino médio	25,4	29,7	27,7	36,1	37,3	36,8
		Ensino superior	14,1	11,9	12,9	21,0	21,3	21,2
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Migrante intra-estadual	Nunca frequentou escola	2,2	3,0	2,6	1,0	2,0	1,5
		Ensino fundamental	47,9	48,8	48,4	37,6	37,3	37,4
		Ensino médio	30,1	31,0	30,5	39,8	36,0	37,8
		Ensino superior	19,9	17,1	18,4	21,6	24,8	23,3
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Migrante interestadual	Nunca frequentou escola	5,1	5,2	5,2	4,0	2,9	3,4
		Ensino fundamental	63,6	57,6	60,3	42,7	40,3	41,4
		Ensino médio	21,6	28,8	25,6	32,9	38,5	35,8
		Ensino superior	9,6	8,2	8,8	20,5	18,3	19,3
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Não migrante	Nunca frequentou escola	3,3	5,5	4,5	2,9	4,2	3,6
		Ensino fundamental	48,3	47,8	48,0	38,7	38,5	38,6
		Ensino médio	31,9	30,7	31,2	37,5	36,1	36,7
		Ensino superior	16,6	16,1	16,3	20,9	21,2	21,1
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total	Nunca frequentou escola	3,4	5,3	4,4	2,8	4,0	3,5
		Ensino fundamental	49,7	49,0	49,3	38,9	38,5	38,7
		Ensino médio	30,7	30,5	30,6	37,4	36,2	36,8
		Ensino superior	16,2	15,3	15,8	20,9	21,3	21,1
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Migrantes e não migrantes no mercado de trabalho metropolitano

No contexto das mudanças no mercado de trabalho que ocorreram entre 2001 e 2009, destacam–se o crescimento do emprego e o aumento do emprego regulamentado, ou seja, através de assalariamento com direitos trabalhistas. Esse momento mais favorável sucedeu a década de 90 e os primeiros anos da década de 2000, que experimentaram, ao mesmo tempo, elevadas taxas de desemprego e a redução dos postos de trabalho assalariado regulamentado, ao passo que cresciam outras formas não protegidas de vinculação ao mercado de trabalho, tais como o assalariamento sem carteira de trabalho e autônomos sem proteção trabalhista.

Dessa forma, a análise dos migrantes que se dirigem às Regiões Metropolitanas de Recife e de São Paulo entre 2001 e 2009 deve levar em conta tais movimentos do mercado de trabalho e da dinâmica da economia, além das oportunidades distintas oferecidas pelo mercado de trabalho das mesmas.

São apresentados alguns indicadores que possibilitam acompanhar a inserção de migrantes e de não migrantes no mercado de trabalho nestas duas regiões metropolitanas, quais sejam, as taxas de participação e de desemprego e as formas de inserção não precária (assalariados regulamentados e empregadores) e precária (assalariados sem registro, autônomo, empregado doméstico, trabalhador familiar, trabalhador não remunerado).

A hipótese do estudo, considerando-se o tipo de migração e o momento analisado, é que se espera encontrar distinções no perfil dos migrantes que se dirigem às duas regiões metropolitanas e segundo modalidades migratórias. Supõe-se também que sejam encontradas especificidades no perfil do emprego das migrantes femininas quando consideradas as modalidades de migração intra-estadual e interestadual, com diferenciações entre as duas regiões metropolitanas.

Iniciando pelas tendências das taxas de participação e de desemprego, é possível perceber, por um lado, que comparando-se as duas regiões metropolitanas, é mais acentuada no período a queda do desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, que passa de 12,9% em 2001, para 11% em 2009 (Tabela 4). Na metrópole paulista onde o desemprego já havia alcançado patamar elevado em 2001 e continuou a crescer até 2003, a recuperação de emprego foi mais acentuada comparativamente a que ocorreu na Região Metropolitana de Recife (Montali (coord.), 2012). Esta última experimenta crescimento do desemprego acentuado até 2005, quando atinge 18% e queda a partir daí;permanecendo contudo com desemprego elevado em 2009, com taxa de 16%. Esta é a taxa de desemprego mais elevada experimentada em 2009 quando comparandas as taxas das nove regiões metropolitanas brasileiras investigadas pela PNAD e do Distrito Federal (Montali (coord.), 2012).

Corroborando as relações entre inserção no mercado de trabalho e migração, é maior a taxa de participação do total de migrantes nos dois espaços metropolitanos em ambos os momentos analisados, comparativamente aos não migrantes, ainda que mantidas as diferenciações entre estas regiões metropolitanas, ou seja, taxas mais elevadas para a Região Metropolitana de São Paulo. Essa característica das taxas de participação dos migrantes comparativamente mais elevadas que dos não migrantes é observada tanto para os homens como para as mulheres em idade ativa (PIA), em ambas as regiões metropolitanas (Tabela 4).

Na Região Metropolitana de São Paulo é maior a queda do desemprego no período para a população migrante em comparação com a não migrante, pois aquela partia de um patamar de 14,4% em 2001 e passa a ser de 11,9% em 2009, enquanto o desemprego da população não migrante passou de 12,6% em 2001, para 11% em 2009. Dentre os migrantes, destaca-se com queda mais acentuada o desemprego dos migrantes intra-estaduais, que passa de 14,6% em

2001, para 11% em 2009, se igualando à taxa de desemprego da população não migrante neste último ano. O desemprego dos migrantes interestaduais se apresenta comparativamente mais elevado na RMSP, em 2009, da ordem de 13% (Tabela 4).

TABELA 4. Taxas de participação, ocupação, desemprego e inatividade da população em idade ativa – Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo, 2001 e 2009

			2001			2009		
			Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
RM Recife	Migrante	Participação	80,1	51,0	64,6	80,6	55,6	67,1
		Ocupação	71,3	41,5	55,4	72,4	44,1	57,2
		Desemprego	11,0	18,7	14,2	10,2	20,6	14,8
		Inatividade	19,9	49,0	35,4	19,4	44,4	32,9
	Migrante intra-estadual	Participação	79,7	50,7	63,9	83,4	56,1	68,7
		Ocupação	71,2	42,5	55,6	74,6	44,9	58,5
		Desemprego	10,6	16,1	13,0	10,5	20,1	14,7
		Inatividade	20,3	49,3	36,1	16,6	43,9	31,3
	Migrante interestadual	Participação	80,8	51,6	66,1	74,7	54,4	63,8
		Ocupação	71,4	39,2	55,1	67,7	42,5	54,2
		Desemprego	11,7	24,1	16,6	9,5	21,8	15,1
		Inatividade	19,2	48,4	33,9	25,3	45,6	36,2
	Não migrante	Participação	73,0	48,6	59,8	73,8	50,2	60,7
		Ocupação	64,4	40,4	51,4	65,2	39,4	50,9
		Desemprego	11,8	16,8	14,0	11,6	21,5	16,2
		Inatividade	27,0	51,4	40,2	26,2	49,8	39,3
	Total	Participação	74,2	49,0	60,6	74,6	50,8	61,4
		Ocupação	65,6	40,6	52,1	66,1	39,9	51,6
		Desemprego	11,6	17,2	14,0	11,5	21,4	16,0
		Inatividade	25,8	51,0	39,4	25,4	49,2	38,6
RM São Paulo	Migrante	Participação	88,0	57,4	71,6	86,1	66,0	75,4
		Ocupação	78,1	46,8	61,3	79,1	55,3	66,5
		Desemprego	11,2	18,6	14,4	8,1	16,2	11,9
		Inatividade	12,0	42,6	28,4	13,9	34,0	24,6
	Migrante intra-estadual	Participação	85,4	54,1	69,2	84,8	63,8	73,7
		Ocupação	75,0	44,3	59,1	78,6	53,9	65,6
		Desemprego	12,1	18,2	14,6	7,2	15,5	11,0
		Inatividade	14,6	45,9	30,8	15,2	36,2	26,3
	Migrante interestadual	Participação	90,0	59,8	73,4	87,2	67,9	76,9
		Ocupação	80,5	48,5	63,0	79,5	56,5	67,2
		Desemprego	10,5	18,8	14,2	8,8	16,8	12,6
		Inatividade	10,0	40,2	26,6	12,8	32,1	23,1
	Não migrante	Participação	78,1	54,2	65,4	78,8	60,1	68,9
		Ocupação	69,2	46,6	57,1	71,9	52,1	61,4
		Desemprego	11,4	14,1	12,6	8,8	13,4	10,9
		Inatividade	21,9	45,8	34,6	21,2	39,9	31,1
	Total	Participação	79,8	54,8	66,5	79,6	60,8	69,7
		Ocupação	70,8	46,6	57,9	72,7	52,5	62,0
		Desemprego	11,4	14,9	12,9	8,7	13,8	11,0
		Inatividade	20,2	45,2	33,5	20,4	39,2	30,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Com as mais elevadas as taxas de desemprego estão as mulheres migrantes, da ordem de 16% no ano de 2009, tanto em relação às mulheres não migrantes, com taxa cerca de 13% nesse ano, como em relação à dos homens migrantes (8%) e à dos homens não migrantes (8,8%).

A análise da taxa de desemprego da Região Metropolitana de Recife retrata a distinta dinâmica do mercado de trabalho entre as duas regiões analisadas, pois esta permanece com taxas elevadas de desemprego ainda em 2009, como mencionado acima. Assim, a análise das taxas dos migrantes, revela a praticamente manutenção da taxa de desemprego - cerca de 14%- nos dois anos extremos do período, considerando-se o total dos migrantes, com destaque para a redução da taxa de desemprego dos migrantes interestaduais, que passa de 16,6%, a mais elevada em 2001, para a ainda elevada taxa de 15% em 2009. Interessante notar que em 2009, os nãos migrantes, por sua vez, apresentam taxa de desemprego superior àquela do total de migrantes, cerca de 16%, enquanto os migrantes apresentaram taxa de desemprego de 14,8% (Tabela 4).

A análise da diferenciação das taxas desemprego por sexo evidencia que na Região Metropolitana de Recife são também comparativamente mais elevadas as taxas de desemprego das mulheres não migrantes, da ordem de 21,5% no ano de 2009, tanto em relação às mulheres migrantes, com taxa de 20,6% nesse ano, como em relação à dos homens não migrantes (11,6%) e à dos homens migrantes (10,2%).

A análise das características do mercado de trabalho e da inserção ocupacional segundo vinculação contratual mostra para a Região Metropolitana de São Paulo, em 2009 - para migrantes e não migrantes ocupados - a redução das ocupações precárias e o crescimento das vinculações não precárias, acompanhando as tendências nacionais. Considerando-se o total dos ocupados, aqueles com vinculações não precárias passaram de 55% dos ocupados em 2001, para 60% em 2009 – as mesma proporções apresentadas pelos ocupados não migrantes. Entre os migrantes ocupados as vinculações não precárias passaram de 52% para 57% destes; e a situação mais favorável em 2009, é encontrada para os migrantes intra-estaduais, da ordem de 60% em ocupações não precárias, semelhantes às dos não migrantes da região metropolitana. Entre os migrantes interestaduais a tendência é também de aumento da proporção de ocupações não precárias, no entanto, com valores menos elevados (51% em 2001 e 54% em 2009, Tabela 5).

A análise considerando o sexo aponta que a situação mais desfavorável de inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo é identificada, em 2009, para as mulheres migrantes, e especialmente para as migrantes interestaduais, das quais, respectivamente 51% e 57,3% estão inseridas em ocupações caracterizadas por vinculações precárias. Em contraposição, mais que a metade das mulheres não migrantes (55%) apresenta ocupações com vinculações regulamentadas. Proporção semelhante é observada para as mulheres migrantes oriundas do próprio estado (migrantes intra-estaduais), dentre as quais 56% têm ocupações regulamentadas. Lembre-se que estudos sobre mercado de trabalho que incluem o gênero em suas análises têm apontado para a melhora da qualidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, ressaltando que apesar disso ainda ocorre a persistência de características de maior precariedade da inserção e do maior desemprego (Leone, 2009), em detrimento da maior escolarização destas. No caso dos homens, tanto os migrantes (63,6%) como os não migrantes (64,2%) apresentam proporções mais elevadas de ocupações com vinculações não precárias (Tabela 5). Estudos sobre regiões metropolitanas brasileiras relacionam a persistência da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, de forma desfavorável para a mulher, à valores sociais que são explicados pela divisão sexual do trabalho que perpassa as relações familiares e as relações no mercado de trabalho (Montali, 2012b).

TABELA 5. Distribuição das pessoas ocupadas segundo vínculo contratual e condição de precariedade – Regiões Metropolitanas de Recife e São Paulo, 2001 e 2009

		RM Recife					
		2001			2009		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Migrante	Assalariado	46,5	36,9	42,8	57,2	46,5	52,8
	Empregador	5,1	2,9	4,2	3,3	2,9	3,2
	Ocupados não-precários	51,6	39,8	47,0	60,6	49,4	56,0
	Assalariado sem registro	23,3	13,8	19,6	17,1	17,1	17,1
	Autônomo	21,9	20,4	21,3	20,5	12,9	17,4
	Empregado doméstico	1,1	22,1	9,2	0,4	17,1	7,2
	Trabalhador familiar	1,8	3,6	2,5	1,1	1,9	1,5
	Trabalhador não remunerado	0,3	0,2	0,3	0,2	1,6	0,8
	Ocupados precários	48,4	60,2	53,0	39,4	50,6	44,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Migrante intra-estadual	Assalariado	48,6	36,1	43,5	58,4	49,3	54,7
	Empregador	3,8	2,1	3,1	3,2	1,4	2,5
	Ocupados não-precários	52,4	38,2	46,6	61,6	50,7	57,2
	Assalariado sem registro	22,4	12,2	18,2	17,5	17,7	17,5
	Autônomo	21,9	20,1	21,2	19,4	12,1	16,4
	Empregado doméstico	1,0	25,0	10,8	0,6	17,2	7,4
	Trabalhador familiar	2,2	4,5	3,1	0,6	1,9	1,1
	Trabalhador não remunerado	0,2	0,0	0,1	0,3	0,5	0,4
	Ocupados precários	47,6	61,8	53,4	38,4	49,3	42,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Migrante interestadual	Assalariado	42,9	38,7	41,5	54,5	40,0	48,5
	Empregador	7,3	4,8	6,4	3,7	6,3	4,8
	Ocupados não-precários	50,2	43,5	47,9	58,2	46,3	53,3
	Assalariado sem registro	24,9	17,7	22,4	16,4	15,8	16,1
	Autônomo	21,9	21,0	21,6	23,1	14,7	19,6
	Empregado doméstico	1,3	15,3	6,2	0,0	16,8	7,0
	Trabalhador familiar	1,3	1,6	1,4	2,2	2,1	2,2
	Trabalhador não remunerado	0,4	0,8	0,6	0,0	4,2	1,7
	Ocupados precários	49,8	56,5	52,1	41,8	53,7	46,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não migrante	Assalariado	45,5	35,6	41,3	51,4	42,5	47,6
	Empregador	3,1	3,0	3,1	5,0	3,0	4,2
	Ocupados não-precários	48,6	38,6	44,3	56,4	45,4	51,7
	Assalariado sem registro	22,5	15,8	19,6	14,6	12,7	13,8
	Autônomo	26,0	23,1	24,7	26,5	20,2	23,8
	Empregado doméstico	1,2	18,3	8,5	1,6	19,6	9,3
	Trabalhador familiar	1,6	3,8	2,5	0,7	1,6	1,1
	Trabalhador não remunerado	0,1	0,4	0,3	0,3	0,4	0,3
	Ocupados precários	51,4	61,4	55,7	43,6	54,6	48,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	Assalariado	45,7	35,8	41,5	52,1	43,0	48,2
	Empregador	3,5	3,0	3,3	4,8	2,9	4,0
	Ocupados não-precários	49,2	38,8	44,8	56,9	45,9	52,2
	Assalariado sem registro	22,6	15,5	19,6	14,9	13,2	14,2
	Autônomo	25,2	22,6	24,1	25,7	19,4	23,0
	Empregado doméstico	1,2	18,9	8,6	1,4	19,3	9,0
	Trabalhador familiar	1,6	3,8	2,5	0,8	1,6	1,1
	Trabalhador não remunerado	0,2	0,4	0,3	0,3	0,6	0,4
	Ocupados precários	50,8	61,2	55,2	43,1	54,1	47,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(continua)

(continuação)

		RM São Paulo					
		2001			2009		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Migrante	Assalariado	58,0	39,0	50,4	60,0	47,4	54,4
	Empregador	2,6	0,7	1,9	3,6	1,3	2,6
	Ocupados não-precários	60,6	39,7	52,3	63,6	48,7	57,0
	Assalariado sem registro	20,7	16,7	19,1	18,6	13,3	16,3
	Autônomo	16,5	13,6	15,4	15,6	15,2	15,4
	Empregado doméstico	1,1	27,3	11,5	1,3	20,1	9,7
	Trabalhador familiar	0,8	1,8	1,2	0,6	1,9	1,2
	Trabalhador não remunerado	0,3	0,9	0,5	0,3	0,8	0,5
	Ocupados precários	39,4	60,3	47,7	36,4	51,3	43,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Migrante intra-estadual	Assalariado	54,8	44,8	51,0	59,9	54,5	57,5
	Empregador	3,4	1,5	2,7	3,4	1,2	2,5
	Ocupados não-precários	58,2	46,3	53,7	63,3	55,7	60,0
	Assalariado sem registro	20,7	16,3	19,0	18,5	11,1	15,3
	Autônomo	18,9	15,9	17,7	16,0	18,0	16,9
	Empregado doméstico	1,6	20,0	8,6	1,6	13,9	6,9
	Trabalhador familiar	0,5	0,4	0,4	0,6	1,2	0,9
	Trabalhador não remunerado	0,2	1,1	0,6	0,0	0,0	0,0
	Ocupados precários	41,8	53,7	46,3	36,7	44,3	40,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Migrante interestadual	Assalariado	60,4	35,0	50,0	60,1	41,3	51,6
	Empregador	2,1	0,2	1,3	3,7	1,4	2,7
	Ocupados não-precários	62,4	35,2	51,4	63,8	42,7	54,2
	Assalariado sem registro	20,8	17,0	19,2	18,7	15,3	17,1
	Autônomo	14,8	12,0	13,6	15,2	12,8	14,2
	Empregado doméstico	0,7	32,3	13,5	1,1	25,3	12,1
	Trabalhador familiar	1,0	2,8	1,7	0,6	2,4	1,4
	Trabalhador não remunerado	0,3	0,8	0,5	0,6	1,4	0,9
	Ocupados precários	37,6	64,8	48,6	36,2	57,3	45,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não migrante	Assalariado	52,7	48,0	50,7	59,4	52,1	56,1
	Empregador	5,6	3,1	4,5	4,9	2,9	4,0
	Ocupados não-precários	58,3	51,1	55,2	64,2	55,0	60,1
	Assalariado sem registro	17,0	16,8	16,9	14,7	12,6	13,7
	Autônomo	22,5	14,7	19,1	19,7	14,6	17,4
	Empregado doméstico	0,5	14,5	6,5	0,6	16,1	7,6
	Trabalhador familiar	1,5	2,6	1,9	0,5	1,0	0,7
	Trabalhador não remunerado	0,2	0,4	0,3	0,3	0,6	0,5
	Ocupados precários	41,7	48,9	44,8	35,8	45,0	39,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	Assalariado	53,8	46,4	50,6	59,4	51,5	55,9
	Empregador	5,0	2,7	4,0	4,7	2,7	3,8
	Ocupados não-precários	58,8	49,1	54,7	64,1	54,3	59,7
	Assalariado sem registro	17,7	16,8	17,3	15,2	12,7	14,0
	Autônomo	21,4	14,5	18,4	19,2	14,7	17,2
	Empregado doméstico	0,6	16,7	7,5	0,7	16,6	7,8
	Trabalhador familiar	1,3	2,4	1,8	0,5	1,1	0,8
	Trabalhador não remunerado	0,2	0,5	0,3	0,3	0,7	0,5
	Ocupados precários	41,2	50,9	45,3	35,9	45,7	40,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Na Região Metropolitana de Recife embora com tendência de melhora na inserção ocupacional, são menores as proporções de ocupados regulamentados. Para o total de ocupados, aqueles em ocupações não precárias representam 44%, em 2001, e 52%, em 2009. Ainda que a tendência seja de aumento da proporção de ocupados não precários entre os ocupados da região, são os migrantes que se destacam com as maiores proporções em 2009, da ordem de 56% em ocupações regulamentas por leis trabalhistas, enquanto cerca de 52% dos ocupados não migrantes estão inseridos em ocupações não precárias. São os migrantes intra-estaduais que apresentam as maiores proporções de ocupados não precários, cerca de 57% destes. Estas características mas favoráveis apresentadas pelos migrantes intra-estaduais é comum a ambos os sexos, pois 63,8% dos homens e 55,7% das mulheres estão inseridos em ocupações não precárias, sugerindo a atração de força de trabalho qualificada para o mercado de trabalho da RM de Recife.

A análise dos ocupados tendo por referência a qualificação também delineia perfis distintos entre as duas regiões metropolitanas considerando-se os migrantes e os não migrantes. Para esta análise foram definidas categorias com base na Classificação Brasileira de Ocupações 2002 (MTB, 2002) e analisados os dados referentes ao ano de 2009.

Na Região Metropolitana de São Paulo as maiores proporções de ocupados inseridos em ocupações que exigem maior qualificação são encontradas para os não migrantes, representando cerca de 42% deles. Entre os migrantes, cerca de 37% se inseriam em ocupações de maior qualificação, com destaque para os migrantes intraestaduais, 43%. Dentre aqueles em ocupações com menor qualificação estão 63% dos migrantes, em oposição aos 56% não migrantes; merece destaque a proporção elevada de migrantes interestaduais dos quais 69% se encontram com inserções menos qualificadas no ano de 2009 (Tabela 6).

Perfís bastante distintos são encontrados na Região Metropolitana de Recife, onde os migrantes se inserem em maior proporção em ocupações com maior qualificação, cerca de 47% destes; em oposição aos não migrantes, cerca de 35%. Dentre estes, destacam-se os migrantes interestaduais ocupados, com 52% inseridos em ocupações de maior qualificação.

Dessa forma, os migrantes com destino a Região Metropolitana de São Paulo, apresentam: escolaridade semelhante à população não migrante, existindo porém marcada diferenciação entre o migrante intra-estadual e interestadual. Enquanto os migrantes intra-estaduais apresentam melhores indicadores que os não migrantes: 23% educação nível superior e 43% ocupações com maior qualificação, os migrantes interestaduais apresentam indicadores piores que os não migrantes: 19% com educação nível superior e 31% em ocupações com maior qualificação.

Por sua vez, os migrantes com destino a Região Metropolitana de Recife apresentam escolaridade mais elevada que a população não migrante e qualificação mais elevada no mercado de trabalho. Destaque é feito para o migrante interestadual que se mostra bastante diferenciado, com 33% deles com educação de nível superior e 52% em ocupações com maior qualificação.

Deve-se observar que as características dos migrantes adultos de ambas as regiões metropolitanas são afetadas pela seletividade propiciada pelo mercado de trabalho de cada uma delas e pelas oportunidades educacionais oferecidas pelas mesmas em um contexto de crescimento econômico.

Este ensaio visou conhecer as características dos migrantes, seus diferenciais e suas similaridades frente à população não migrante em duas regiões metropolitanas de contextos geograficamente distintos, em momentos de início e final de década de 2000, que retratam diferentes conjunturas. Ainda apresenta resultados gerais que sinalizam aspectos a serem aprofundados nos estudos com base nos dados recentemente disponibilizados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE.

TABELA 6. Ocupados migrantes e não migrantes segundo qualificação da ocupação – Região Metropolitana de Recife, 2009

RM Recife	Migrante			Não Migrante
	Total	Intra-estadual	Interestadual	
Maior qualificação	47,2	45,0	52,5	35,2
Dirigentes em geral	6,9	5,4	10,4	5,6
Profissionais das ciências e das artes	12,9	11,7	15,6	8,0
Técnicos de nível médio	10,5	9,7	12,6	8,8
Serviços administrativos	16,9	18,2	13,9	12,8
Menor qualificação	53,0	55,0	47,5	64,8
Trabalhadores dos serviços	21,3	23,8	15,6	27,4
Serviços do comércio	12,5	11,5	14,7	14,0
Produção industrial, reparação e manutenção	15,5	16,0	14,3	20,8
Membros das forças armadas e auxiliares	2,2	2,2	2,2	1,4
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0
RM São Paulo				
Maior qualificação	36,8	43,1	31,2	42,1
Dirigentes em geral	6,2	6,9	5,5	5,7
Profissionais das ciências e das artes	12,5	13,6	11,5	11,8
Técnicos de nível médio	8,1	11,5	5,2	9,6
Serviços administrativos	10,0	11,1	9,0	15,0
Menor qualificação	63,2	56,9	68,8	57,9
Trabalhadores dos serviços	27,7	23,5	31,4	23,2
Serviços do comércio	11,2	10,2	11,9	9,5
Produção industrial, reparação e manutenção	23,5	21,9	24,8	24,4
Membros das forças armadas e auxiliares	0,3	0,4	0,3	0,5
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0

(1) O Total inclui trabalhadores agrícolas e ocupações mal definidas.
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

Um deles é a constatação do arrefecimento dos fluxos migratórios em ambas as regiões metropolitanas analisadas, indicado pela redução do peso da população migrante na população de ambas as regiões metropolitanas no período analisado. Entre 2001 e 2009, na Região Metropolitana de São Paulo a proporção de migrantes na população passa de 17% para 11%; na Região Metropolitana de Recife os migrantes passam de 16% para 11% no referido período.

Como especificidade da Região Metropolitana de São Paulo constatou-se a redução na diferenciação no que diz respeito à origem dos fluxos migratórios. Em 2009, diferentemente do observado em períodos anteriores, se reduz a importância dos fluxos interestaduais que passam a dividir espaço com a migração intra-estadual.

No caso da Região Metropolitana de Recife observou-se a manutenção do maior peso da migração intra-estadual em relação à interestadual, embora ambas as modalidades apresentem proporções menores em relação à população total. Em relação à estrutura etária, mostra o envelhecimento populacional que sofrem as populações migrante e não migrante, mas com maior intensidade esta última. Os migrantes apresentam maior concentração de pessoas nas idades produtivas em relação aos não migrantes, no período, com especificidades diferentes para as duas regiões metropolitanas. Na Região Metropolitana de Recife os migrantes interestaduais têm estrutura etária mais envelhecida que os intra-estaduais, ao contrário do que acontece

na Região Metropolitana de São Paulo. Em ambas as regiões metropolitanas os não migrantes apresentam maiores proporções de pessoas nas faixas de idade superiores.

Com respeito à educação, houve aumento do nível de escolaridade da população de ambas as regiões metropolitanas, acompanhando as tendências observadas para o país como um todo. Entretanto, associado ao comportamento específico das modalidades migratórias recebidas pelos dois contextos distintos, observou-se que, no caso da Região Metropolitana de Recife, os migrantes interestaduais tinham a maior escolaridade, ao passo que na região metropolitana paulista, os migrantes originários do próprio Estado é que possuíam maior escolaridade.

A análise da proporção de ocupados mostra para a Região Metropolitana de São Paulo em 2009, para migrantes e não migrantes a redução das ocupações precárias e o crescimento das vinculações não precárias ao mercado de trabalho com a situação mais favorável, em 2009, encontrada para os migrantes intra-estaduais, com 60% em ocupações não precárias, mesma proporção observada pelos não migrantes da região metropolitana. Entretanto, na Região Metropolitana de Recife, apesar da tendência de melhora na inserção ocupacional, são menores as proporções de ocupados regulamentados. A tendência é de aumento da proporção de ocupados não precários entre os ocupados da região, com destaque positivo para os migrantes com proporções de ocupações com vinculo regulamentado em 2009 da ordem de 56% frente cerca de 52% dos ocupados não migrantes. As maiores proporções de ocupados não precários são encontradas entre os migrantes intra-estaduais, cerca de 57% destes.

Vale ainda relacionar a qualidade do emprego dos migrantes que se encontravam na Região Metropolitana de Recife no ano de 2009 com a escolaridade mais elevada dos mesmos. Como já visto, 32,6% dos migrantes interestaduais e 21,5% dos intra-estaduais tinham nível de escolaridade superior, diferenciando-os dos não migrantes, com apenas 14% nesse nível de escolaridade, e 15% na população total. As hipóteses para essa seletividade dos migrantes com destino à Região Metropolitana do Recife estão associadas à ampliação do mercado de trabalho na construção civil, de grandes empreendimentos de infraestrutura (Porto Suape, Refinaria Abreu e Lima) e industriais (FIAT) em andamento no Estado de Pernambuco e da expansão do emprego no setor de serviços. Ainda favorecendo essa maior qualificação dos migrantes há a ampliação do emprego público nesse período, conforme apontado por Dedecca, 2012, que favoreceu o migrante inter-regional; para estes, o emprego público passou de 8,8% da ocupação total, em 2001, para 18% em 2009. Estes postos de trabalho preenchidos através de concursos públicos realizados em âmbito nacional, para diversas áreas de atividades, têm privilegiado em sua seleção candidatos com nível superior. Os selecionados assumem seus cargos em distintas localidades, seja nas unidades da federação em que residem, ou em outras, podendo explicar as características ocupacionais e educacionais dos migrantes recebidos na Região Metropolitana de Recife.

No caso da Região Metropolitana de São Paulo, os melhores indicadores apresentados pelos migrantes intra-estaduais também podem ser explicados pela seletividade do mercado de trabalho nessa região, bem como pela ampliação dos serviços públicos. A Região Metropolitana de São Paulo mantém sua atratividade para profissionais qualificados e de nível superior concentrando as sedes das principais empresas de serviços financeiros e administrativos, que ao lado dos serviços de saúde e educacionais atraem profissionais qualificados e estudantes.

Como referido acima, pretendeu-se detalhar algumas características dos migrantes recebidos nas duas regiões metropolitanas selecionadas. As indicações apresentadas suscitam o aprofundamento das análises na continuidade da investigação das tendências da migração e de sua relação com o mercado de trabalho considerando-se a diversidade regional.

Referências

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21; evidências empíricas e desafios conceituais. In: Cunha, J.M.P. (Org.). Mobilidade espacial da população: desafios teóricos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de estudos de população-Nepo/Unicamp, 2011.

_____Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI, Anais do Encontro Nacional de População, Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 2008.

BÓGUS, L. e Pasternak, S. Migração na Metrópole. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, vol19. n.04. 2002

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. R. Análise demográfica da Região Centro-Leste. In: PACHECO, C. A.; PATARRA, N. (Org.). Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil. Campinas: IE/UNICAMP, 2000.

CUNHA, J.M. P. Aspectos demográficos da estruturação das Regiões Metropolitanas brasileiras. In: Hogan, D. J. et al (Orgs.). Migração e ambiente nas aglomerações urbanas . Campinas: Núcleo de estudos de população-Nepo/Unicamp, 2001.

CUNHA, J.M. P. JAKOB, A.A. E. O uso das PNAD´s na análise do fenômeno migratório: possibilidades e desafios metodológicos. In: Cunha, J.M.P. (Org.). Mobilidade espacial da população: desafios teóricos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2011.

DEDECCA, C.S. Crescimento, migração interna e trabalho no início do século. Ensaio elaborado no âmbito do projeto temático Fapesp "Observatório das Migrações em São Paulo". 2012.

DEDECCA, C.S. Baeninger, R. Notas sobre migração, trabalho e desenvolvimento no Brasil. Ensaio elaborado no âmbito do projeto temático Fapesp "Observatório das Migrações em São Paulo". 2012.

LEONE, E. O Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Economia Informal. Seminário Tripartite - OIT: A economia informal no Brasil: Políticas para facilitar a transição para a formalidade. Brasília, maio de 2009.MONTALI, L. (coord.) Relatório Final do Projeto Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: diagnóstico e recomendações para a redução das desigualdades. CNPq. Edital MCT/CNPq/MDS-SAGI n º 36/2010 - Processo 563760/2010-9. NEPP / UNICAMP. 2012.

MONTALI, L.. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho e as políticas sociais. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais-ABEP. Águas de Lindóia-SP, novembro de 2012 (2012b).

OS DESAFIOS PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA ENTRE OS DOMICÍLIOS METROPOLITANOS[1]

Lilia Montali
Marcelo Tavares de Lima

Este ensaio se propõe a examinar, da ótica das famílias, os efeitos das tendências de recuperação do emprego e da renda domiciliar per capita, observadas a partir da segunda metade da década de 2000, e investiga a permanência da desigualdade de renda considerando os arranjos domiciliares. Apresenta resultados de pesquisa[2] que identifica arranjos domiciliares com maiores fragilidades para garantir a sobrevivência relacionadas à sua composição e às possibilidades de inserção de seus componentes no mercado de trabalho, bem como indica políticas sociais que possibilitam a redução destas. Além da composição destes domicílios que abrigam crianças e adolescentes, evidenciando composição desfavorável à inserção no mercado de trabalho e à geração de renda, evidenciam-se padrões de inserção da mulher no mercado de trabalho que se articulam ao padrão vigente de divisão sexual do trabalho e que resultam em vínculos precários e em remunerações de menor valor (Montali, 2010).

Dessa maneira, procura-se através da análise da desigualdade de renda entre os domicílios, evidenciar que, além dos limites colocados pela diferenciação no acesso à educação e ao emprego de qualidade, também a configuração familiar e as atribuições de seus componentes associados à divisão sexual do trabalho constituem fatores que limitam as possibilidades de redução das desigualdades entre os domicílios.

[1] Versão anterior deste ensaio foi apresentada no XXVIII Congresso Internacional da ALAS – Associação Latino Americana de Sociologia. 6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE. Grupo de Trabalho: Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social.
[2] Projeto de Produtividade de Pesquisa desenvolvido com apoio do CNPq junto ao NEPP/UNICAMP.

Um dos objetivos do artigo é mostrar que embora não seja um determinante, o fato de uma família se encontrar nas etapas iniciais de ciclo vital familiar onde é mais frequente a presença de crianças e adolescentes, levando a uma proporção maior de dependentes em relação à pessoa que aufere rendimento, pode resultar em uma renda domiciliar per capita mais baixa. Outro aspecto a ressaltar é que, nos domicílios com as configurações apontadas, quando nucleadas pelo casal, mesmo que seja elevada a taxa de ocupação do componente feminino, sua inserção profissional é afetada pelas atribuições a este designadas pela divisão sexual do trabalho vigente na sociedade, no caso a brasileira. Nos domicílios com a configuração da chefe feminina sem cônjuge com a presença de filhos e parentes, embora seu encargo como provedora na maior parte dos casos, sua inserção no mercado é também afetada pela atribuição familiar relacionada ao gênero. Para realizar a conciliação entre estas atribuições domésticas e o trabalho remunerado é frequente – mesmo na etapa de recuperação do emprego regulamentado - a proporção elevada de cônjuges e chefes femininas em trabalhos precários (Montali, 2010). Verificou-se, em 2009, que cerca de metade das cônjuges e chefes femininas ocupadas se inseria em trabalhos precários e que cerca de 40% da PIA de ambas as componentes permanecia na inatividade, ou seja, sem participação em atividade no mercado de trabalho.

Esta pesquisa que analisa processos quem vêm afetando a relação família-trabalho assume o conceito de divisão sexual do trabalho e as relações sociais de gênero enquanto categorias de análise. Tem por suposto que a divisão sexual do trabalho atua conjuntamente nas atividades produtivas e no interior da família, definindo os lugares de homens e mulheres nessas duas instâncias (Barrère-Maurisson, 1992). Outra referência importante nas interpretações desta pesquisa é que a diferenciação interna à família com base nas relações de gênero e nas atribuições dos papéis familiares impõe barreiras e motivações distintas, que mobilizam ou restringem os diferentes componentes da família para o trabalho (Hirata e Humphrey,1994; Montali, 2011). Ambas constituem referências para as análises do presente artigo que é composto por esta introdução e de mais duas sessões, além das considerações finais. A primeira sessão apresenta as tendências de redução da desigualdade de renda nas regiões metropolitanas. A segunda sessão apresenta os arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento, suas características, as tendências observadas no período de recuperação da economia e os desafios para a redução da desigualdade de renda entre estes e os demais.

Desigualdade de renda nas metrópoles brasileiras

O período sob análise (2004-2009) evidencia para as regiões metropolitanas brasileiras (RMs) as mesmas tendências apontadas para o Brasil na literatura com relação às tendências de redução da desigualdade de renda que resultam da elevação da renda domiciliar per capita, bem como de crescimento mais acentuado do rendimento médio dos domicílios nos decís inferiores de renda.

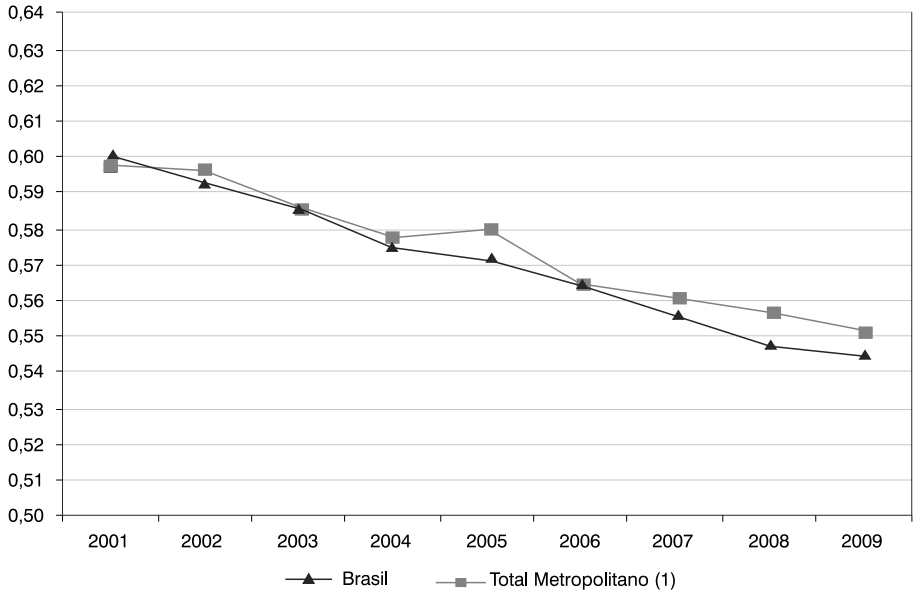
As regiões metropolitanas brasileiras se apresentam como espaços importantes para o estudo da problemática envolvida no comportamento da pobreza e da desigualdade de renda. Por um lado por agregar as principais aglomerações urbanas do país e serem também responsáveis por cerca de 40% do PIB nacional. Por outro lado, pela permanência da elevada proporção de pobres nessas regiões (Rocha, 2003; 2010) e pela desigualdade de renda que, embora em queda, é superior à nacional.

No período sob análise 2004-2009 o Índice de Gini aponta para níveis mais elevados de desigualdade de renda para as regiões metropolitanas quando comparados aos do país

(Gráfico 1 e Tabela 1). Considerando-se um período mais longo, entre 2001 e 2009, a queda da desigualdade de renda foi da ordem de 9% para o país, enquanto para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras a queda foi de 7,6%.

Com relação à proporção de pobres na população das regiões metropolitanas Rocha mostra que entre 2004 e 2008 a proporção de pobres cai de forma sustentada em todas as áreas de residência por ela analisadas, quais sejam, metropolitana, urbana e rural. Entretanto, é menor a queda no estrato metropolitano, que se mantém apresentando a maior proporção de pobres em sua população, ou seja, passa de 38,8% em 2004 para cerca de 27% em 2008, enquanto na população brasileira essa proporção cai de de 33,3% para 22,8% (Rocha, 2010)[3]. Entretanto a autora alerta para a heterogeneidade das regiões metropolitanas brasileiras e para seu comportamento na recente retomada do crescimento econômico.

GRÁFICO 1. Índice de Gini – Rendimento Domiciliar per capita – Brasil e total das regiões metropolitanas, 2001-2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001-2009. Microdados reponderados até 2007. Elaboração dos autores. NEPP/UNICAMP. (1) O Total Metropolitano inclui as nove regiões metropolitanas.

TABELA 1. Índice de Gini – Rendimento Domiciliar per capita – Brasil e Regiões Metropolitanas, 2001-2009

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Regiões Metropolitanas (1)	0,598	0,596	0,586	0,578	0,580	0,566	0,561	0,557	0,552
Brasil	0,600	0,594	0,586	0,576	0,572	0,564	0,557	0,548	0,545

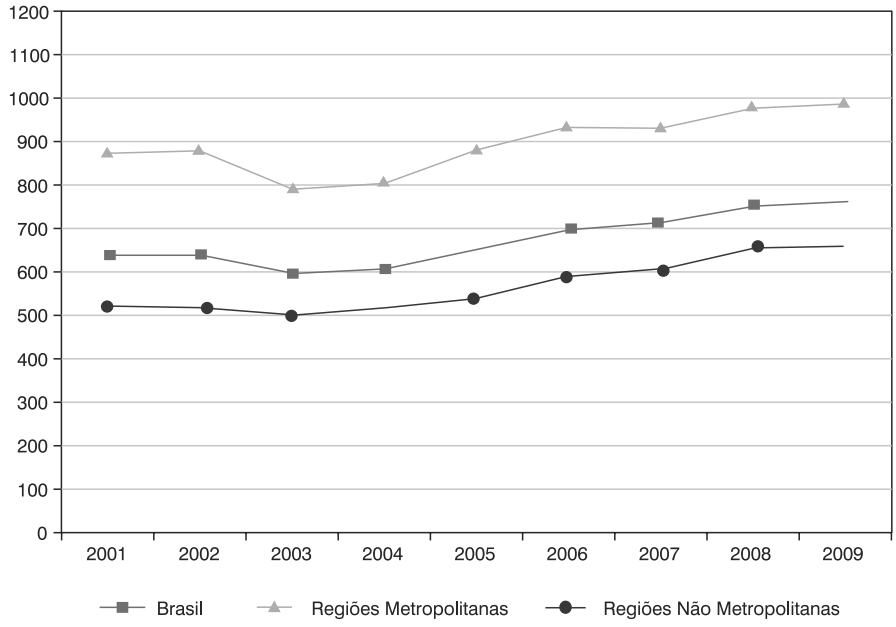
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001-2009. Microdados reponderados até 2007. Elaboração dos autores. NEPP/UNICAMP. (1) O Total Metropolitano inclui as nove regiões metropolitanas.

Outra especificidade das regiões metropolitanas que ainda merece destaque é a renda per capita domiciliar mais elevada em comparação com a de outras regiões não metropolitanas e à do país (Gráfico 2). Além de ser mais elevada do que aquela das áreas não metropolitanas, a evolução da renda domiciliar per capita metropolitana revela as oscilações mais acentuadas de queda durante o período de baixo crescimento da economia e de empobrecimento experimentadas a partir dos anos 90 acentuadas pela reestruturação produtiva, apresentando os menores valores em 2003; bem como de elevação mais rápida nos anos recentes de recuperação,

[3] Segundo Rocha (2010), a evolução da proporção de pobres entre 2004 e 2008 para a população brasileira é de 33,3 para 22,8; para as áreas metropolitanas cai de 38,8% para 27,1%; para as urbanas: de 29,6% para 19,9%; para as rurais cai de 35,4% para 24,3% (Tabela 1.).

a partir de 2004. Deve-se lembrar que as áreas metropolitanas brasileiras foram afetadas com mais intensidade pelo processo de reestruturação produtiva e organizacional do que as áreas urbanas não metropolitanas e áreas rurais. Esse processo que se intensifica a partir de 1990 no país, atuou de forma diferenciada entre as regiões metropolitanas, relacionada à organização das atividades econômicas em cada uma delas. Associada ao baixo ritmo de crescimento da economia, a reestruturação produtiva elevou o patamar de desemprego e implicou em crescente precarização das relações de trabalho com redução do assalariamento regulamentado e aumento de vinculações menos protegidas, como trabalho autônomo e assalariamento sem registro, dentre outras formas. Nesse período se acentuou o empobrecimento nessas regiões. A partir de 2004 inicia-se a recuperação econômica, ampliam-se o emprego e as contratações regulamentadas, embora não correspondam a esse movimento acréscimos equivalentes nos rendimentos dos ocupados e nos rendimentos familiares (Montali, 2008).

GRÁFICO 2. Rendimento domiciliar per capita médio – Brasil, Regiões Metropolitanas e Não Metropolitanas, 2001-2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001-2009. Microdados reponderados até 2007. Elaboração dos autores. NEPP/UNICAMP. Valores atualizados para 2009 (INPC). (1) O Total Metropolitano inclui as nove regiões metropolitanas.

Os arranjos domiciliares com maiores fragilidades para a sobrevivência e a desigualdade de renda

Nesse contexto de redução das desigualdades de renda, a análise segundo os arranjos domiciliares indica pequena alteração e mesmo manutenção da desigualdade de rendimentos entre aqueles indicados como os mais suscetíveis ao empobrecimento e os demais. Dessa forma, não se confirmou a hipótese de pesquisa de que no contexto de retomada do emprego, de elevação do salário mínimo e da ampliação do acesso aos programas de transferência de renda verificados entre 2004 e 2009 que, em conjunto, possibilitaram a redução da desigualdade no país, poderiam promover redução da desigualdade de rendimentos para os grupos de arranjos domiciliares identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento (Montali e Tavares 2010; Montali, 2011).

Os resultados do projeto já referido (Montali, 2011) mostraram semelhanças nas características e tendências de mudanças na estruturação das famílias e na relação família-trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras. Possibilitaram também identificar os arranjos familiares mais fragilizados e perceber que, embora possam ocorrer algumas especificidades, estes se repetem nas diferentes espacialidades. Caracterizam-se pela concentração nos decís inferiores de renda per capita familiar e pela presença de crianças e adolescentes e, em especial, por se encontrarem em etapas específicas do ciclo de vida familiar, independentemente de serem nucleados por casais ou por chefes femininos sem a presença de cônjuge.

Outro resultado importante é o acesso dos distintos arranjos familiares aos programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas, quando associados ao momento do ciclo vital da família. Além do acesso diferenciado foram encontradas, correspondendo às etapas do ciclo de vida familiar, indicações do peso distinto da renda destes programas sociais sobre a renda per capita domiciliar (Montali, 2008).

Os arranjos familiares que apresentam maiores fragilidades para garantir a sobrevivência, sendo mais suscetíveis ao empobrecimento, apresentam características semelhantes nessas regiões. Quanto à composição os arranjos mais frágeis são identificados entre os arranjos domiciliares nucleados pelo casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes (que correspondem à etapa de constituição no ciclo vital da família); aqueles em que o casal tem idades entre 35 e 49 anos, também com a presença de filhos e/ou parentes (etapa de expansão do ciclo vital familiar); e as famílias chefiadas por mulher com a presença de filhos e/ou parentes. Estes arranjos domiciliares apresentam composições distintas, vivenciam momentos distintos do ciclo de vida familiar, mas têm em comum composição desfavorável para a inserção de seus componentes no mercado de trabalho ou em atividades de geração de renda, por abrigarem crianças e adolescentes ou idosos. São identificados também por apresentarem rendimentos familiares per capita mais baixos que os demais arranjos domiciliares e abaixo da média regional (Tabela 2 e Gráficos 3 e 4); por apresentarem as mais elevadas concentrações entre os decís inferiores de renda familiar per capita (Tabela 4). A situação desfavorável destes arranjos mais vulneráveis é expressa também nas taxas de geração de renda comparativamente mais baixas (Gráfico 5).

Verificou-se importante crescimento do rendimento familiar per capita entre 2004 e 2009 para todos os tipos de arranjos familiares, sendo distinto entre estes e tendo beneficiado os três tipos de família identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento, como indicado na Tabela 2. Entretanto, essa tendência não foi capaz de reduzir a profunda desigualdade de renda entre os domicílios com arranjos distintos. Uma análise dos valores do rendimento familiar per capita segundo os arranjos familiares, comparando-os ao valor médio metropolitano, evidencia que não se reduz a distância entre os rendimentos dos três arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento e a média metropolitana nos anos 2004 e 2009.

É interessante notar na análise do rendimento domiciliar per capita na década e periodizando conforme o comportamento da conjuntura de baixo crescimento (2001-2003) ou de expansão da economia (2004-2009), que se repete o padrão que identifica os três tipos de arranjos familiares mais suscetíveis ao empobrecimento tanto no âmbito nacional como nas regiões metropolitanas brasileiras (Gráficos 3 e 4).

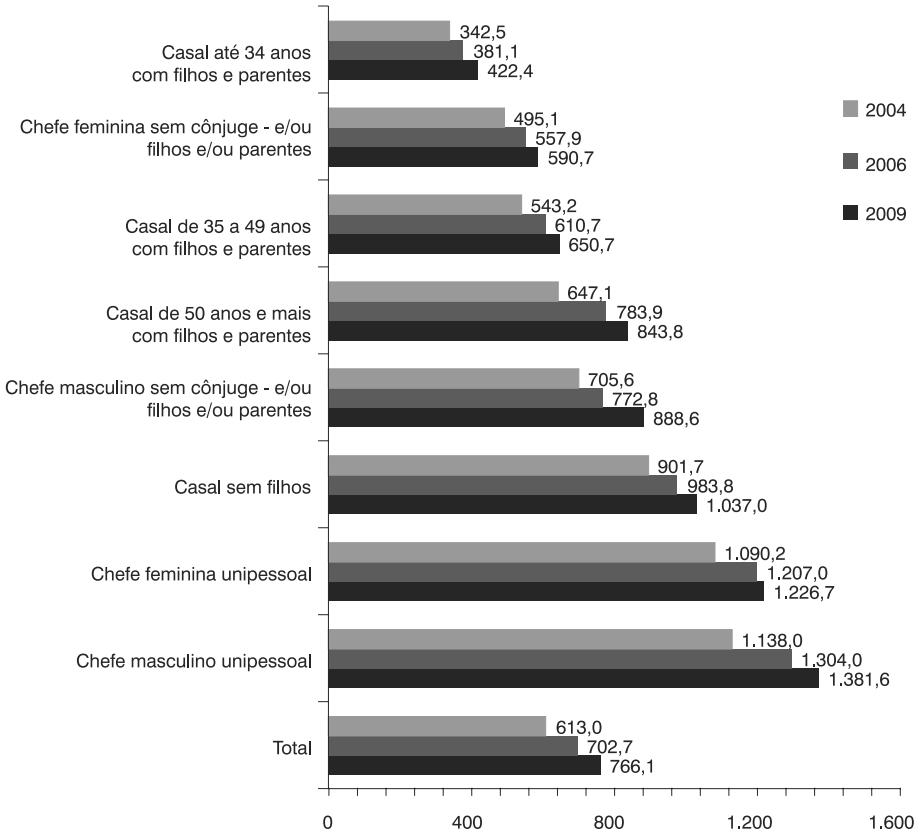
Observa-se ainda a especificidade das regiões metropolitanas que evidenciam com maior clareza o empobrecimento ocorrido nos anos iniciais da década, ao apresentar os menores valores de rendimento domiciliar per capita no ano de 2003. Esse comportamento não é observado para o Brasil.

TABELA 2. Rendimento domiciliar per capita médio segundo tipos de arranjos domiciliares – Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009

Arranjos domiciliares	Ano			Crescimento percentual 2009/2004
	2004	2006	2009	
Casais	738,1	859,4	917,1	24,3
Casal sem filhos	1.215,1	1.340,4	1.334,1	9,8
Casal com filhos e parentes	616,8	725,2	781,0	26,6
Casal até 34 anos com filhos e parentes	421,8	465,3	531,0	25,9
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	670,4	765,2	803,4	19,8
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	912,8	1.092,4	1.145,8	25,5
Chefe feminina sem cônjuge	811,7	888,4	950,3	17,1
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	626,7	698,8	739,9	18,1
Chefe feminina unipessoal	1.413,5	1.482,7	1.547,0	9,4
Chefe masculino sem cônjuge	1.315,5	1.505,7	1.623,0	23,4
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	963,3	996,4	1.104,3	14,6
Chefe masculino unipessoal	1.550,1	1.853,2	1.957,1	26,3
Total	**811,5**	**930,2**	**995,7**	**22,7**

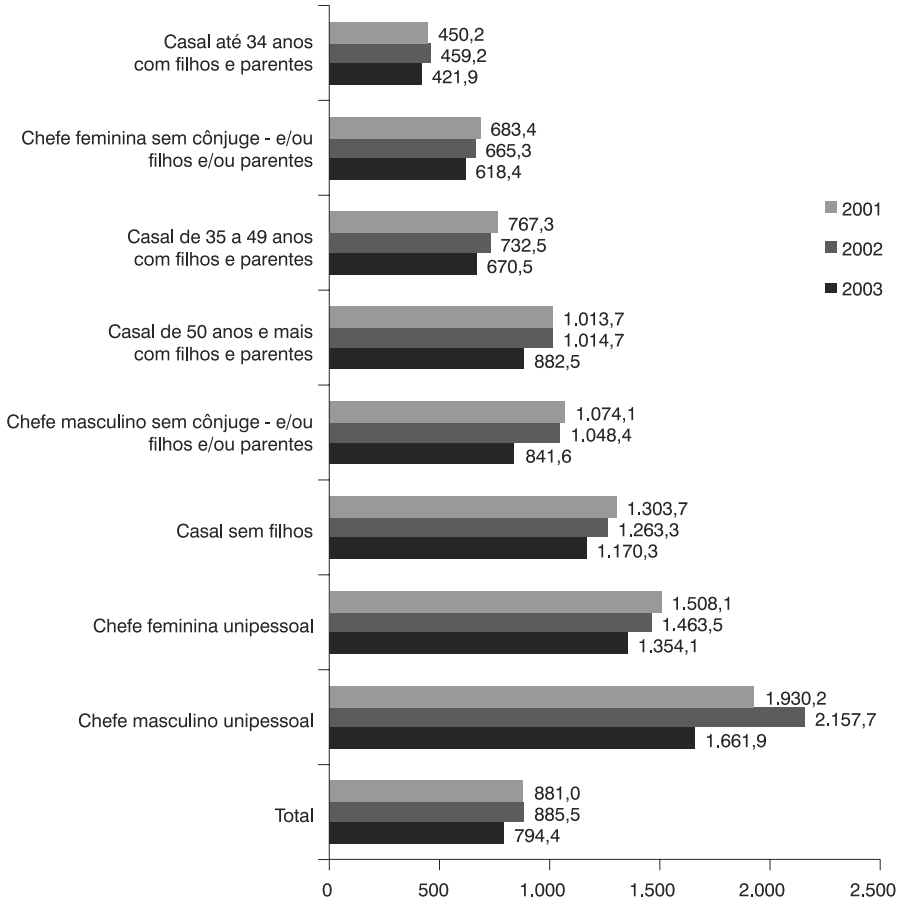
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Microdados. Valores inflacionados para 2009.

GRÁFICO 3. Rendimento domiciliar per capita segundo tipos de arranjos domiciliares (R$) – Brasil, 2001-2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Microdados reponderados até 2007.
Elaboração dos autores.
Valores atualizados para 2009 (INPC).

GRÁFICO 4. Rendimento domiciliar per capita segundo tipos de arranjos domiciliares (R$) – Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2001-2009



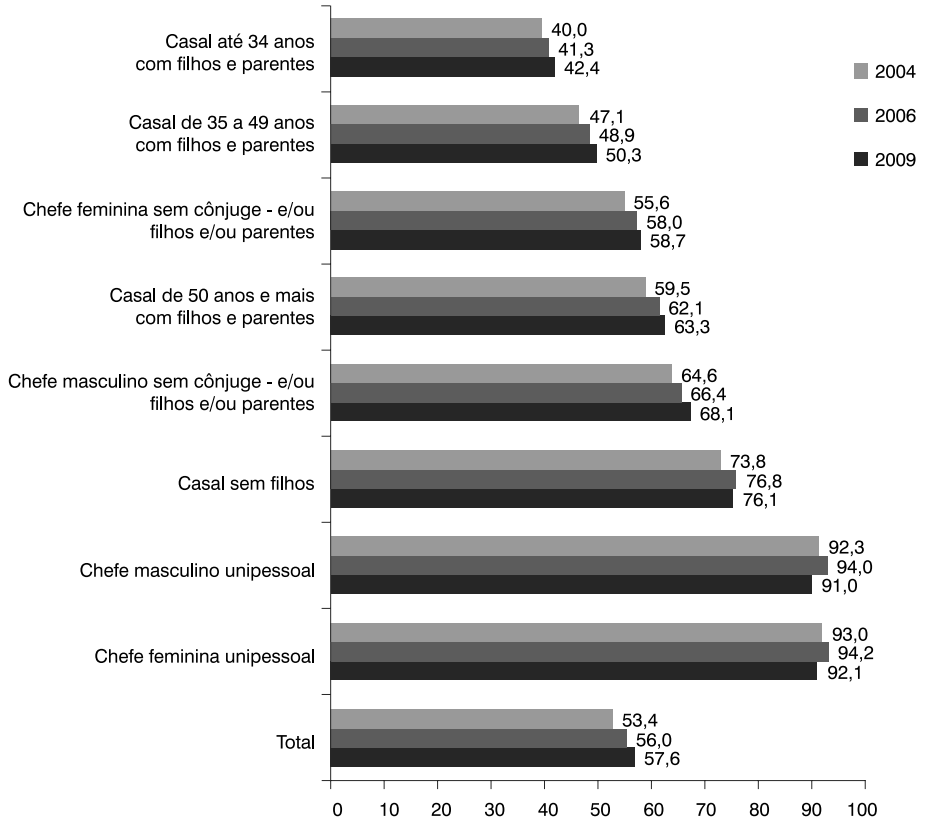
Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Microdados reponderados até 2007. Elaboração dos autores. Valores atualizados para 2009 (INPC). (1) O Total Metropolitano inclui as nove regiões metropolitanas e o Distrito Federal.

A taxa de geração de renda é um dos indicadores que explicitam a participação dos componentes familiares na provisão familiar. Essa taxa leva em conta todas as rendas e a tendência nesse período de expansão do emprego e de acesso às transferências de renda foi de aumento da taxa para todos os arranjos domiciliares. A taxa de geração de renda comparativamente menos elevada para os arranjos identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento evidencia condições mais desfavoráveis para a inserção de seus componentes no mercado de trabalho (Gráfico 5).

As mudanças nos arranjos domiciliares respondem a mudanças mais complexas que envolvem um conjunto de fatores dentre os quais podem ser destacados: as mudanças demográficas, tais como alterações nos padrões de reprodução (redução da fecundidade e mudanças nas idades de ter filhos), nos padrões de nupcialidade e o envelhecimento da população; e as mudanças nos valores sociais, especialmente os relativos ao papel da mulher na sociedade, que também impulsionam as mudanças na família. Tais mudanças sociais provocaram, nas últimas décadas, alterações nas configurações familiares, destacando-se enquanto tendências: a redução do tipo de organização familiar predominante constituído pelas famílias conjugais e casais com filhos, o crescimento da proporção de famílias monoparentais, tanto chefiadas por mulheres como por homens e o crescimento dos domicílios unipessoais. Merece destacar que, sob estas mudanças, o conjunto de domicílios metropolitanos caracterizados pelos arranjos familiares com maiores dificuldades para suprir a sobrevivência - casal mais jovem, de até 34

anos, com filhos, arranjos compostos pelo casal com idades entre 35 e 49 anos com filhos e/ou parentes e arranjos chefiados por mulher com a presença de filhos e/ou parentes e pelos - tende a se reduzir na década; estes eram 60,6% dos domicílios metropolitanos em 2001; 58,0 % em 2004; 56,6% em 2006; 54,0% em 2009. Isso significa que fatores sócio-demográficos devem ser considerados nas investigações da redução da pobreza (Tabela 3).

GRÁFICO 5. Taxa específica de geração de renda por tipo de arranjos domiciliares (%) (1) – Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Microdados reponderados até 2007. Elaboração dos autores. NEPP/UNICAMP.
(1) Taxa de Geração de renda: pessoas de 10 anos ou mais com rendimento/ total de pessoas com 10 anos ou mais.
(*) Em valores de 2009 (INPC).

TABELA 3. Distribuição dos domicílios segundo arranjo domiciliar – Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2001-2009

Tipos de Arranjos	Distribuição Tipologia			
	2001	2004	2006	2009
Casais	66,2	63,9	62,9	62,4
Casal sem filhos	12,3	13,1	13,8	15,3
Casal com filhos e parentes	53,9	50,8	49,2	47,1
Casal até 34 anos com filhos e parentes	19,3	17,0	15,8	14,4
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	21,7	20,5	20,0	19,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	9,6	9,8	10,2	10,5
Chefe feminina sem cônjuge	25,4	26,9	27,4	27,9
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	19,6	20,5	20,8	20,6
Chefe feminina unipessoal	5,8	6,4	6,7	7,3
Chefe masculino sem cônjuge	8,4	9,2	9,7	9,8
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	3,8	3,7	4,0	3,9
Chefe masculino unipessoal	4,7	5,5	5,7	5,9
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Censo Demográfico.
Elaboração dos autores. NEPP/UNICAMP.
(1) O Total Metropolitano inclui as nove regiões metropolitanas.

TABELA 4. Distribuição dos domicílios segundo decis inferiores da renda domiciliar per capita – Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009

Tipos de arranjos	50% mais pobres (*)					
	% Coluna			% Linha		
	2004	2008	2009	2004	2008	2009
Casais	66,2	64,2	64,2	61,6	53,7	51,6
Casal sem filhos	9,2	10,5	10,3	42,4	35,9	33,7
Casal com filhos e parentes	57,0	53,7	53,8	66,5	59,5	57,4
Casal até 34 anos com filhos e parentes	23,6	20,8	21,6	79,7	73,4	73,6
Casal de 35 a 49 anos com filhos e parentes	21,2	21,0	20,5	61,8	56,8	54,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e parentes	7,8	7,9	7,6	49,2	42,5	38,0
Chefe feminina sem cônjuge	27,2	29,2	29,4	59,6	54,6	52,6
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	23,1	23,8	24,4	66,0	61,1	58,9
Chefe feminina unipessoal	4,2	5,4	5,1	38,9	37,2	34,8
Chefe masculino sem cônjuge	6,6	6,6	6,4	42,2	35,3	32,6
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	3,1	3,1	3,2	49,0	43,1	41,1
Chefe masculino unipessoal	3,5	3,5	3,2	37,7	30,3	27,2
Total (1)	100,0	100,0	100,0	59,3	52,2	50,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Microdados reponderados até 2007.
Elaboração dos autores. NEPP/UNICAMP.
(1) O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).
(2) O Total Metropolitano inclui as nove regiões metropolitanas.
(*) Em valores de 2009 (INPC).

Estudo sobre as famílias urbanas latino-americanas de dezesseis paises, de forma similar, também evidencia a maior incidência da pobreza nos lares monoparentais com chefia feminina e entre as famílias nucleares com filhos nas etapas do ciclo de vida familiar relacionadas à expansão e consolidação (Arriagada, 2007) e em sua análise relaciona estruturas familiares e etapas do ciclo de vida familiar com a incidência da pobreza e de bem-estar.

De forma coincidente, embora não detalhe por idades, Lavinas e Nicoll, 2006, apontam como vulneráveis os arranjos de casais com filhos de até 16 anos de idade e os arranjos da mulher-chefe sem a presença de cônjuge com filhos até essa idade, em análise dos dados referentes ao Brasil em 2003 (PNAD) e apontam para a importância de políticas sociais que atuem no atendimento desses segmentos.

Analisando os desafios da transição demográfica para as políticas sociais no Brasil, Brito, Magno de Carvalho, Turra e Queiroz (2008), mostram a situação de desigualdade social tendo por referência dados do Censo Demográfico de 2000 e a distribuição da população por faixas de renda familiar per capita em salários mínimos, destacando também o fato de que os mais jovens (0 a 14 anos) estão concentrados entre os mais pobres, cerca de 42% na faixa de até um salário mínimo, enquanto essa proporção é de 29,5% para a população total.

Estes dois últimos estudos referidos destacam a situação dos idosos como mais favorável que a dos jovens, pelo fato de os primeiros serem favorecidos pelas políticas de transferência de renda Beneficio de Prestação Continuada (BPC) e aposentadoria rural e ressaltam a necessidade de políticas públicas para o segmento crianças e adolescentes. Deve-se ressaltar que ambos os estudos retratam tais situações em momentos anteriores à instituição do programa Bolsa Família, embora já existissem outros programas de transferência de renda, como os dois mencionados acima e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), além de outros de caráter municipal, quase todos de garantia de renda mínima.

Considerando os atuais programas de transferência de renda foram investigadas as tendências de acesso aos mesmos pelos distintos arranjos domiciliares (Montali e Tavares, 2008, Montali, 2008 e) e são relatados aqui alguns aspectos identificados com base nos últimos dados disponíveis para essa análise - PNAD-IBGE 2006-, que trazem elementos para a discussão dos desafios para a redução da desigualdade de renda. A atualização dessa análise só poderá ser feita com os dados do Censo Demográfico de 2010, ainda que de forma limitada, frente aos constantes aperfeiçoamentos da política social.

Retomando aquelas análises observa-se que o acesso a programas se distribui de forma distinta segundo os arranjos domiciliares associados a ciclos vitais da família (Tabela 5). O Beneficio de Prestação Continuada, que atende deficientes e principalmente idosos em situação de risco, apresenta peso maior entre as famílias unipessoais masculinas e femininas - caracterizadas por idosos -, entre os arranjos nucleados pelos casais de 50 anos e mais, com filhos e/ou parentes, bem como entre os casais sem filhos residentes, dentre os quais uma parcela importante é composta por idosos. Representa ainda cerca de 13% dos benefícios a que têm acesso os domicílios com chefia feminina sem a presença de cônjuge, lembrando que 55% das chefes nesses arranjos têm 50 anos e mais. Nos demais arranjos familiares é pouco expressiva sua participação (Tabela 6).

Os programas Bolsa-Família e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), por sua vez apresentam peso importante entre os programas de transferência de renda a que têm acesso os três tipos de arranjos já mencionados como mais vulneráveis ao empobrecimento por contarem em sua composição familiar com parcela importante de crianças, adolescentes e jovens, ou seja, os tipos de arranjo domiciliar: casal de até 34 anos, com filhos e/ou parentes, casal entre 34 e 49 anos com filhos e/ou parentes, e chefe feminina sem cônjuge, com filhos e parentes (Tabela 5).

TABELA 5. Distribuição dos domicílios com acesso a programas de transferência de renda por arranjos domiciliares, segundo distribuição por programa – Regiões Metropolitanas Brasileiras – 2006

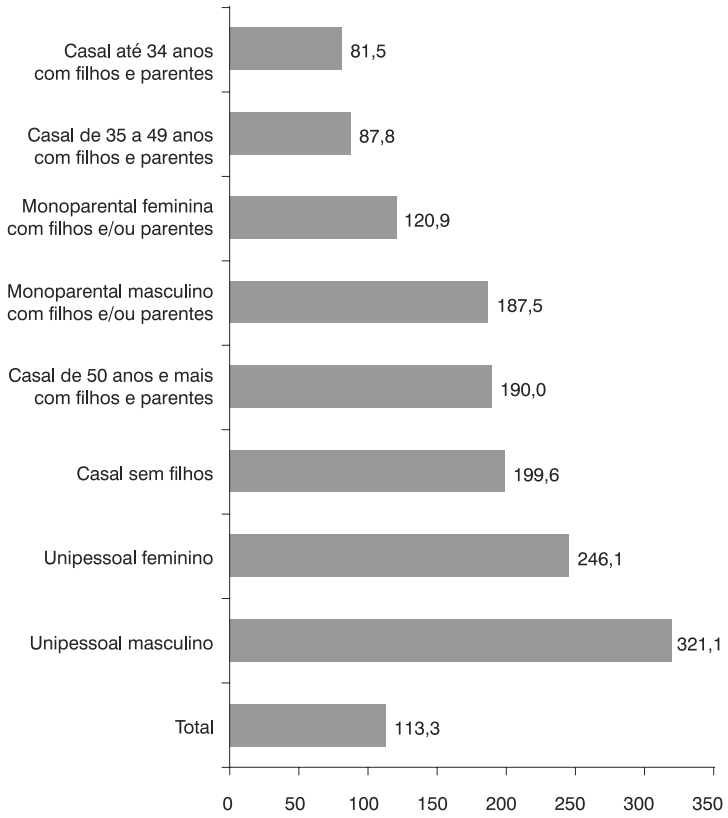
Tipos de arranjos domiciliares	BOLSA FAMÍLIA	BPC-LOAS	PETI	OUTRO PROGRAMA (2)	TOTAL (1)
Casais					
Casal sem filhos e/ou parentes	49,9	35,2	1,1	13,8	100,0
Casal com filhos e/ou parentes	77,6	7,5	1,1	13,7	100,0
Casal até 34 anos com filhos e/ou parentes	82,9	3,4	1,1	12,7	100,0
Casal de 35 a 49 anos com filhos e/ou parentes	79,1	5,0	1,2	14,8	100,0
Casal de 50 anos e mais com filhos e/ou parentes	55,8	30,1	0,7	13,4	100,0
Chefe feminina sem cônjuge					
Chefe feminina sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	72,4	13,2	0,8	13,6	100,0
Chefe feminina unipessoal	32,4	62,7	0,0	4,9	100,0
Chefe masculino sem cônjuge					
Chefe masculino sem cônjuge - e/ou filhos e/ou parentes	48,0	31,7	0,0	20,3	100,0
Chefe masculino unipessoal	6,1	84,7	0,0	9,1	100,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. Elaboração dos autores.
(1) O Total inclui outros tipos de arranjos domiciliares (residual).
(2) Federal, Estadual ou Municipal.

Observou-se, por outro lado, que exatamente estes arranjos identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento (nucleados por casais de até 34 anos com filhos; casais entre 35 e 49 anos com filhos; e chefe feminino sem cônjuge e com filhos) apresentam acesso ao Programa Bolsa Família, que transfere benefícios com valores mais baixos, com pequeno acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), cujo valor é de um salário mínimo (Tabela 5).

Dessa forma, embora não sejam elevados os valores médios das transferências de renda por domicílio com acesso, fica evidente a disparidade do valor entre os domicílios caracterizados por arranjos associados às etapas inicial e de consolidação do ciclo de vida familiar e aqueles associados à etapa do envelhecimento da família (Gráfico 6).

GRÁFICO 6. Valor médio das transferências de renda para os arranjos domiciliares até o 8° decil com acesso a transferências por arranjo domiciliar – Regiões Metropolitanas Brasileiras – 2006



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração dos autores.

Uma das conclusões (Montali, 2008) "(...) é que a desigualdade entre os domicílios mais vulneráveis ao empobrecimento e os demais, menos vulneráveis, será reproduzida, e não reduzida, se mantidas as condições atuais. Por um lado em decorrência das disparidades de rendimentos no mercado de trabalho associadas à qualificação, mas também ao gênero e à idade, que limitam a inserção no mercado e a remuneração dos componentes desses tipos de arranjos domiciliares, como visto. Por outro lado, em decorrência da disparidade muito grande no valor das transferências de renda para domicílios em diferentes etapas do ciclo vital familiar."

Em investigação sobre os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho foram identificadas características e mudanças que contribuem para o entendimento da permanência da desigualdade de renda entre os domicílios, analisando-a sob a abordagem da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero. Foram identificadas no período de acentuação da reestruturação produtiva e de baixo crescimento econômico com continuidade até o ao de

2003, mudanças que afetaram de maneira distinta os componentes das famílias considerando-se as posições familiares e gênero, tendo abalado o emprego e a qualidade do emprego dos principais provedores da família (Montali, 2004 e 2006). Observou-se nessa análise sobre a Região Metropolitana de São Paulo, a tendência a partir dos anos 90, de alterações nos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho propiciados tanto por mudanças no padrão de incorporação no mercado de trabalho, como também pelo gradual processo de mudança dos valores em relação ao papel da mulher na sociedade. As principais mudanças observadas foram a maior participação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho e também a maior participação das mulheres cônjuges e das chefes femininas sem cônjuge como provedoras ou como co-provedoras em seus domicílios (Montali, 2006). Padrões semelhantes de inserção familiar no mercado foram encontrados nos estudos sobre regiões metropolitanas brasileiras (Montali e Tavares, 2009).

Estas tendências permanecem nas regiões metropolitanas brasileiras no período recente de recuperação econômica, a partir de 2004. Ou seja, há continuidade do aumento das mulheres no mercado de trabalho com destaque para as cônjuges (Montali, 2010) e também continuidade das tendências observadas no período anterior no que se refere aos arranjos familiares de inserção no mercado, com acentuação do partilhamento da responsabilidade pela manutenção da família entre os componentes em todos os tipos de arranjos familiares.

Tomando-se como referência os domicílios nucleados pelo casal, verifica-se como tendências a redução na participação dos chefes entre os ocupados da família (46% em 2004 e 43% em 2009), elevação da participação do cônjuge (30% em 2004 e 33% em 2009) e participação dos filhos cerca de 21%, com leve declínio, e de parentes, cerca 3%. Nestes arranjos familiares se evidencia o partilhamento da responsabilidade pela manutenção da família entre os componentes do domicílio, destacando-se o casal com maior peso. Nos arranjos familiares de inserção no mercado nos domicílios nucleados pelo casal observa-se composição específica quando considerado o momento correspondente ao ciclo vital familiar: etapa da constituição, representada pelos casais jovens (até 34 anos) com filhos; etapa da consolidação, representada pelos casais com idades entre 35 e 49 anos com filhos; etapa do envelhecimento, representada pelos casais com idades a partir de 50 anos, com filhos (Gráfico 7).

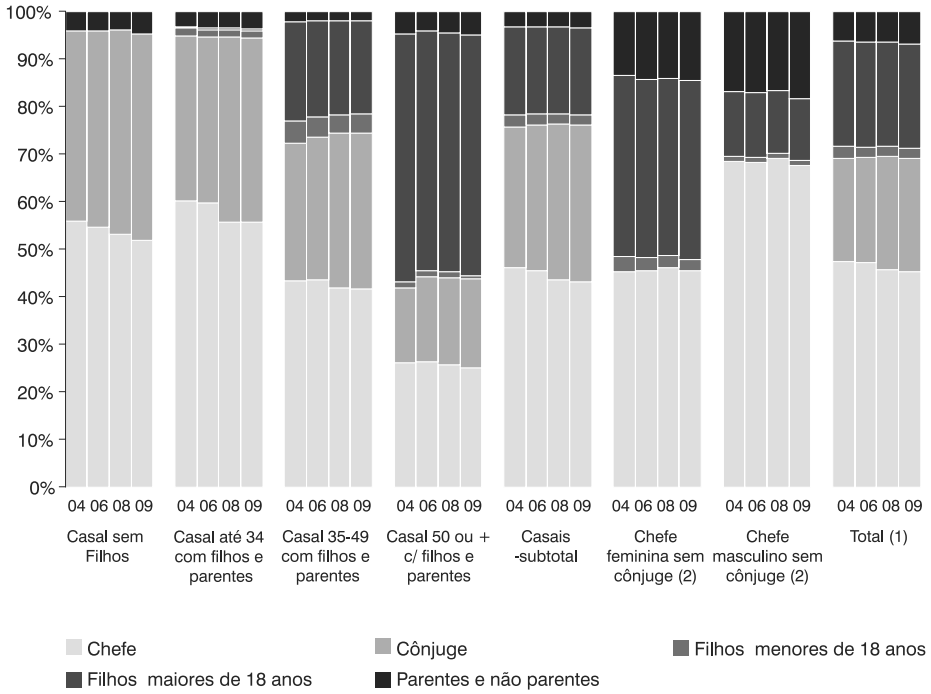
Destaca-se nos dois primeiros, que caracterizam-se como mais vulneráveis ao empobrecimento, elevadas proporções dos cônjuges entre os ocupados, respectivamente, 39% e 33% em 2009. Ressalte-se que a maior proporção de cônjuges entre os ocupados da família, com tendência de aumento de sua presença entre estes no período (40% em 2004 e 43% em 2009) é encontrada no arranjo dos casais sem filhos.

As principais tendências nos arranjos domiciliares nucleados pela chefe feminina sem a presença de cônjuge, terceiro tipo de arranjo mais vulnerável ao empobrecimento, foram de pequenas mudanças. Em 2009, a chefe feminina sem cônjuge representava 45,4% dos ocupados da família, os filhos 40% e os parentes e não parentes 14,6%; os dados mencionados referem-se ao total das famílias chefiadas por mulher sem a exclusão dos domicílios unipessoais femininos.

A análise da participação dos componentes familiares na composição da renda familiar (Gráfico 8) evidencia como uma tendência comum a todos os tipos de arranjos nucleados pelo casal o aumento proporcional da participação do cônjuge feminino na renda familiar. As cônjuges que, no período, vêm participando crescentemente de atividades no mercado de trabalho aumentaram também sua participação relativa na renda da família (23,8% em 2004; 30% em 2009), ao mesmo tempo em que a participação dos chefes masculinos – que permanece como a mais elevada - apresenta tendência de redução na renda domiciliar no mesmo período (62,5%

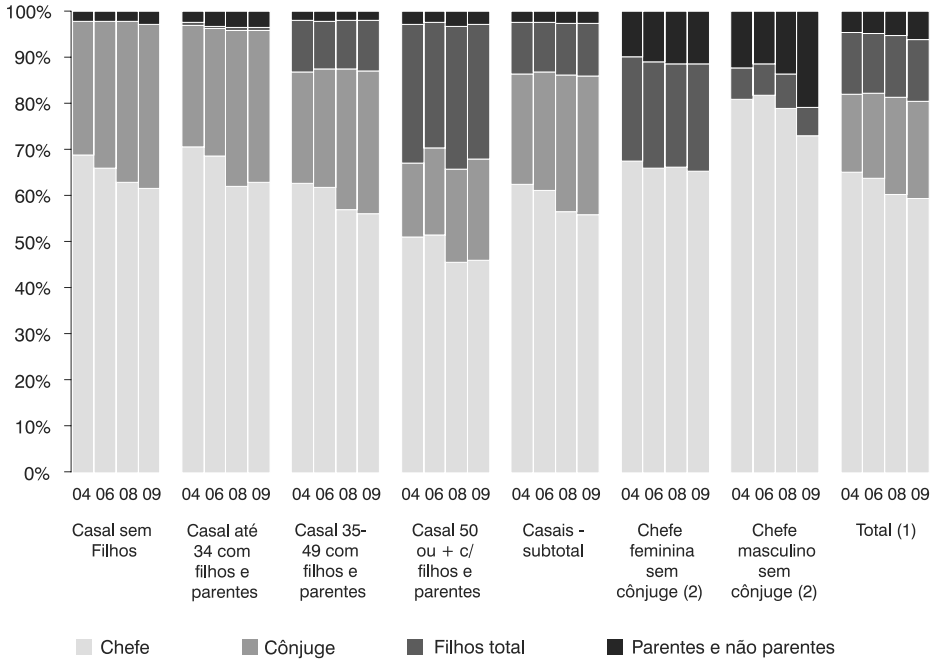
em 2004; 56% em 2009). A participação dos filhos oscila cerca de 11% e dos parentes cerca de 2,5%. São observadas as especificidades desse indicador nos arranjos nucleados pelo casal nos diferentes momentos do ciclo vital familiar (Gráfico 7). Não ocorrem alterações importantes no período nos arranjos nucleados pela chefe feminina sem cônjuge: as chefes que são as principais responsáveis renda domiciliar respondem, em 2009, por 66% da provisão domiciliar, os filhos por cerca de 23% da renda e os parentes por cerca de 11% (Gráfico 8).

GRÁFICO 7. Distribuição dos ocupados segundo posição na família por tipologia de arranjos domiciliares – Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004-2009. Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP. (1) O Total inclui outros arranjos domiciliares; (2) Inclui chefes unipessoais e chefes com filhos e/ou parentes.

GRÁFICO 8. Participação na massa da renda domiciliar segundo posição na família por tipologia de arranjos domiciliares – Regiões Metropolitanas Brasileiras, 2004-2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2004-2009. Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP. (1) O Total inclui outros arranjos domiciliares; (2) Inclui chefes unipessoais e chefes com filhos e/ou parentes.

Este conjunto de informações evidencia a desfavorável inserção da mulher no mercado de trabalho na medida em que, nos arranjos domiciliares nucleados pelo casal, as proporções da participação das cônjuges na composição da renda familiar são mais baixas do que de sua participação entre os ocupados da família (Gráficos 6 e 7). A predominância de inserções precárias desse componente é uma das explicações para essa disparidade (Montali, 2010), pois considerando-se o total das famílias metropolitanas brasileiras, mais que a metade das cônjuges ocupadas apresenta inserção sob vínculos contratuais precários. Situação distinta é encontrada entre os chefes masculinos ocupados dos quais cerca de um terço apresenta-se sob vinculações não precárias. Expressando a bipolaridade entre as mulheres ocupadas (Bruschini, 2007 e Lombardi, 2009), também no caso das chefes femininas sem cônjuge, cerca da metade destas se vinculam ao mercado de trabalho através de inserções precárias (Montali, 2010).

No caso das chefes femininas sem cônjuge e considerando-se sua maior responsabilidade na provisão familiar (Gráfico 7), as inserções precárias refletem-se nos rendimentos mais baixos verificados nos arranjos domiciliares nucleados pela chefe feminina sem a presença de cônjuge. No caso dos arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento nucleados por casal, entre os mais jovens (até 34 anos) embora seja elevada e crescente a participação da cônjuge entre os ocupados: 34,5% em 2004 e 38,7% em 2009, e crescente sua participação na renda domiciliar, constata-se, porém, que é bastante menor que o seu peso entre os ocupados da família, representando 26,4% em 2004 e 32,9% em 2009 da renda domiciliar. Nos arranjos caracterizados pelos casais de 35 a 49 anos com filhos, a participação da cônjuge entre os ocupados é da ordem de 29% em 2004 e de 32,6% em 2009; por sua vez a participação na renda domiciliar, também crescente é de 24,2% em 2004 e de 30,9% em 2009, indicando menor distância entre sua participação entre os ocupados na família e na composição da renda domiciliar. Observe-se que este arranjo domiciliar, embora entre os mais suscetíveis ao empobrecimento, apresenta valores de rendimento per capita próximos á média metropolitana em todo o período.

A vinculação precária das mulheres cônjuges e chefes ao mercado de trabalho está em grande parte associada à divisão sexual do trabalho vigente e às atribuições destas pelo cuidado dos filhos, levando-as a aceitar vinculações não formalizadas, jornadas menores e ocupações intermitentes. Este fato tem peso importante na situação mais desfavorável dos arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento sob análise, todos eles com a presença de filhos, evidenciando que embora haja mobilização das cônjuges femininas e das chefes femininas, estas por constrangimentos que limitam o acesso a empregos de qualidade, obtêm menores rendimentos no mercado de trabalho. Dessa forma, um dos desafios a serem enfrentados para a redução da desigualdade dos rendimentos entre os arranjos domiciliares passa pela divisão sexual do trabalho vigente e nas relações de gênero, que embora se modifiquem em alguns aspectos, ainda não chegam a alterar de forma significativa as atribuições domésticas associadas aos papeis familiares.

A análise desse período constata que o importante crescimento do rendimento familiar per capita nas regiões metropolitanas brasileiras também beneficiou os três tipos de família identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento. No entanto, a análise dos valores do rendimento familiar per capita segundo os tipos de arranjos familiares, comparando-os ao valor médio metropolitano, evidencia que não se reduz a distância entre os rendimentos dos três arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento e a média regional metropolitana.

Dois desafios devem ser enfrentados pelas políticas sociais visando a redução desta desigualdade de renda entre os arranjos domiciliares com configurações distintas que se associam aos momentos do ciclo de vida familiar: medidas que promovam maior equidade de gênero no mercado de trabalho e revisão das políticas de transferência de renda.

Com relação ao primeiro aspecto, no caso dos arranjos domiciliares nos momentos inicial e de consolidação do ciclo de vida familiar, bem como em parcela significativa dos arranjos domiciliares nucleados pela mulher sem cônjuge, é relevante a presença de crianças e de adolescentes. Sob a divisão sexual do trabalho vigente, as mulheres cônjuge e chefe que integram os referidos arranjos estão sujeitas a restrições para sua inserção no mercado em empregos de qualidade, levando-as a aceitar vinculações não formalizadas, jornadas menores e ocupações intermitentes.

Considerando que as mudanças nas relações de gênero e na divisão sexual do trabalho dependem de um processo mais longo de desenvolvimento social no qual se insere a educação, acredita-se que determinadas políticas sociais poderiam de forma mais imediata atenuar os encargos femininos com a prole e possibilitar a essas mulheres a inserção em trabalhos com vínculos contratuais regulamentados, com mais horas de trabalho e, portanto, com melhor remuneração.Trata-se de políticas sociais que garantam a oferta de serviços públicos de qualidade e o acesso no caso da educação infantil e de creches, bem como de escola em tempo integral para o ensino fundamental e que proporcionariam ganhos para as mulheres e para a educação das crianças brasileiras. Resultados de pesquisa em andamento (Montali, 2012), já evidenciam relação positiva entre acesso ao trabalho e qualidade da ocupação da mulher com encargo por filhos e o acesso à creches para crianças de 0 a 3 anos e também o acesso à educação infantil por crianças de 4 a 6 anos.

Políticas dessa natureza, que viabilizariam a melhora nas possibilidades de inserção e de remuneração das mulheres com encargos pelos filhos poderão resultar na redução da pobreza e da desigualdade do país.

Com relação às políticas sociais de transferência de renda alguns encaminhamentos mais recentes podem estar contribuindo para a elevação de renda dos domicílios mais vulneráveis ao empobrecimento. Refere-se aqui a mudanças prévias, bem como aquelas implementadas no bojo do Brasil Sem Miséria - instituidas a partir de 2012 -, tais como a ampliação do benefício do Bolsa Família para jovens com até 18 anos incompletos, elevação do valor para famílias com crianças até 15 anos e ampliação para o número de beneficiários por família. No entanto outras medidas deverão ser desenvolvidas para as famílias com crianças e adolescentes visando a redução das possibilidades desiguais de obtenção de rendimentos.

Referências

ARRIAGADA, I. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina, In: ARAUJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi (Org) – Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: EDUSC, 2007.

BARRÈRE-MAURISSON. Marie-Agnés. La division familiale du travail: La vie en double. Paris, Presses Universitaires 1992.

BRITO, Fausto; MAGNO DE CARVALHO, José Alberto; TURRA, Cássio Maldonato; QUEIRÓZ, Bernardo Lanza. A transição demográfica e as políticas sociais no Brasil. In: CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. (Org.). População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília, DF. p. 19-62. 2008a.

_____. Transição da estrutura etária e políticas sociais. In: CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. (Org.). População e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília, DF. p. 122 - 146. 2008b.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina IPEA. In: Texto para Discussão nº 878. Rio de Janeiro. Brasil. 2007.

FONSECA, A. M. M. da. Família e Política de Renda Mínima. São Paulo, Ed Cortez. 2001.

HEINEN, J.; HIRATA, H.; PFEFFERKORN, R. (Org.). État / Travail / Famille: "conciliation" ou conflit?. Cahiers du genre. Paris, L'Harmattan, 2009.

HIRATA, H. e HUMPHEY, J. Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, USP, v. 4, ns. 1/2, 1994, p. 111-131.

IPEA. Desigualdade e pobreza no Brasil metropolitano durante a crise internacional: primeiros resultados. Comunicado da Presidência n.25. IPEA, 04 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br [Acesso: 05 agosto de 2011].

IPEA. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Comunicados IPEA n.58,13 julho de 2010a. Disponível em: http://www.ipea.gov.br [Acesso: junho de 2010].

IPEA. Previdência e Assistência Social: efeitos no rendimento familiar e sua dimensão nos Estados. Comunicados IPEA n.59, 22 julho de 2010b. Disponível em: http://www.ipea.gov.br [Acesso: junho de 2010].

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. Atividade e vulnerabilidade. Quais os arranjos familiares em risco? DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 49, nº 1. p. 67 – 97. 2006.

LEONE, E T. O Perfil dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Economia Informal. Seminário Tripartite - OIT: A economia informal no Brasil: Políticas para facilitar a transição para a formalidade. Brasília, maio de 2009.

MONTAGNER, P. O desenvolvimento econômico e estrutura das ocupações – A situação brasileira entre 2003-2007. In: Baltar, P.; Klein.J.; Sallas. C. (Org.). Economia e trabalho: Brasil e México. São Paulo: LTr, 2009, v. 7, p. 82- 97.

MONTALI, L. Rearranjos Familiares de Inserção, Precarização do Trabalho e Empobrecimento In: ABEP Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 21, n. 2, jul/dez. 2004.

_____. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. In: ABEP Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 23, n. 2, jul/dez. 2006.

_____. "Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: redução ou reprodução?" In: SANCHES, Eramis B., ALVES, José Eustaquio D. (Orgs.): Serie Investigaciones Nº 3 - Pobreza y Vulnerabilidad Social: Enfoques y Perspectivas. ALAP Editor. Córdoba, Argentina, 2008. Disponível em: http://www.alapop.org.

_____. Padrões familiares de inserção no período de recuperação da economia nos anos 2000: homens e mulheres no mercado de trabalho. Trabalho apresentado no XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP. Caxambú-MG, de 20 a 24 de setembro de 2010.

_____. Regiões metropolitanas paulistas e brasileiras: efeitos da precarização do trabalho e da ampliação das políticas de transferência de renda sobre as famílias nos anos 2000. Relatório Final de Pesquisa apresentado ao CNPq. Campinas: NEPP/UNICAMP, abril, 2011.

_____. Desigualdades de gênero no mercado de trabalho e as políticas sociais. Trabalho apresentado na Sessão Temática " Desigualdade no mercado de trabalho" no XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 20 a 24 de novembro de 2012. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/.

MONTALI, L. e TAVARES, M. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 25, n. 2, Dec. 2008.

MONTALI, L. e TAVARES, M. Famílias metropolitanas e arranjos familiares de inserção sob a precarização do trabalho. In: MENEZES, José E. X. de; CASTRO, Mary Garcia. (Org.). Família, população, sexo e poder - Entre saberes e polêmicas (Coleção Família na Sociedade Contemporânea). São Paulo: Ed. Paulinas, v. 1, p. 175-221. 2009.

MONTALI, L. e TAVARES, M. Tendências dos arranjos familiares e da redução das desigualdades entre as famílias metropolitanas brasileiras entre 2004 e 2008. Trabalho apresentado no SEMINÁRIO NACIONAL GOVERNANÇA URBANA E DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, Natal, RN, Brasil, de 01 a 03 de setembro de 2010.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

_____. Crescimento, renda e pobreza. Como ficam os pobres? XXII Fórum Nacional 2009 – Na Crise, Brasil, Desenvolvimento de uma Sociedade Ativa e Moderna (Sociedade do Diálogo, da Tolerância, da Negociação), "Programa Nacional de Direitos Humanos". E Novos Temas. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas n.349, 2010. Disponível em: http://forumnacional.org.br

SEADE , Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. 2008. Diponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/ped/index.php (Acesso em 07/08/2011)

ENTRE O PIAUÍ E SÃO PAULO: *DÁDIVA, SER PARENTE* E RECIPROCIDADE ENTRE MIGRANTES DO SUDOESTE PIAUIENSE, BRASIL

Antonio Braga

A partir de pesquisa etnográfica junto a migrantes da microrregião de São Raimundo Nonato (PI) - que se deslocam em seguidos movimentos de ida e volta entre o sudoeste piauiense e a cidade de São Paulo (SP), neste texto pretende-se discutir e analisar como esses migrantes acionam e operam seus vínculos, suas relações de parentesco e seus pertencimentos aos grupos e redes sociais presentes nos contextos supracitados e nos fluxos migratórios que ali ocorrem.

Subsequentemente busca-se refletir sobre até que ponto algumas noções apresentadas por Marcel Mauss em seu *Ensaio sobre a Dádiva* (2003) – como as de reciprocidade e *dom* e *contra-dom* - nos ajudam a compreender melhor as dinâmicas sociais ali presentes.

José[1] nasceu no sudoeste piauiense, na área rural do município de Fartura do Piauí, na microrregião de São Raimundo Nonato[2]. José define como seu local de residência a casa e a pequena propriedade rural onde mora com sua família, naquele município de 5.074 habitantes, onde aproximadamente 73,7 % da população vivem na zona rural. Contudo, em parte do ano José mora na cidade de São Paulo (SP), onde passa de três a seis meses. Em São Paulo – uma das maiores cidades do mundo, cuja população é de 11.253.503 habitantes e cuja taxa de urbanização é de 99,1% (Fonte: IBGE, Censo 2010) – trabalha vendendo loterias em São

[1] Optou-se por mudar o nome das pessoas citadas no relato, mantendo-se os fatos e nomes das localidades envolvidas. As pessoas entrevistadas foram informadas do intuito das entrevistas e da pesquisa, e neste texto há a preocupação de não incluir nada que por ventura possa implicar em algum tipo de exposição indevida dos migrantes e dos contextos pesquisados.

[2] A microrregião de São Raimundo Nonato (PI) compreende os 17 municípios localizados no sudoeste piauiense (mesorregião), que compõem uma população total de aproximadamente 125.000 habitantes. Na maioria dos municípios da microrregião a população rural dos municípios tende a ser maior que a urbana. Apenas alguns municípios destoam dessa tendência rural, destacando-se neste caso o próprio município de São Raimundo Nonato. Este município tem uma população total de 32.327 habitantes, sendo que a população urbana corresponde a aproximadamente 65,78 % do número total de habitantes. A título de comparação, nos dois municípios onde realizamos pesquisa de campo – Dirceu Arcoverde e Fartura do Piauí, respectivamente – temos uma população de 6.675 habitantes (com 35,49 % de taxa de urbanização) e de 5.074 habitantes (com 26,33% de taxa de urbanização). Em suma, trata-se de uma microrregião onde uma parte expressiva da população vive na zona rural, notadamente em pequenos povoados. (IBGE, Censo 2010).

Bernardo do Campo (SP)[3], para caminhoneiros que prestam serviços para a indústria automotiva. Na capital paulista, reside com seus filhos mais velhos em uma casa alugada no Bairro de São Miguel Paulista. São cinco os filhos que moram em São Paulo e que, como ele, passam alguns períodos ali e outros no Piauí.

José reveza o trabalho e o ponto de venda de bilhetes de loteria com um cunhado. O revezamento evita que eles percam o ponto e garante a manutenção da clientela. O dinheiro ganho em São Paulo ajuda José a manter-se no Piauí quando há adversidades econômicas e ainda lhe possibilita comprar alguns bens e aumentar seu pequeno capital. No Piauí ele trabalha na roça e em um pequeno comércio ao lado de sua casa.

José realiza este ir e vir entre o Piauí e São Paulo há cerca de dez anos. Inicialmente, ficava na casa de seu irmão Dinho. Conforme os filhos foram ficando mais velhos e demonstrando interesse em acompanhá-lo, surgiu a possibilidade de alugar uma casa também na grande cidade, um lugar próprio para ele e para os filhos.

José conta que com o dinheiro ganho nas viagens a São Paulo pode ajudar seus pais, uma irmã e um irmão. Comprou "uma terrinha" no Piauí, onde começou uma criação de cabras, um carro e uma moto. Ele percebe que aos poucos, neste ir e vir, sua vida e a de sua família foi melhorando.

Conta também – e foi possível presenciar isso durante a pesquisa – que o seu retorno ao Piauí é quase sempre uma festa. É comum um almoço em família para comemorar seu retorno e ele não deixa a capital sem levar presentes para os familiares e amigos. Na cidade de Dirceu Arcoverde (vizinha de Fartura do Piauí) José desembarca do ônibus que o trouxe e alguém de sua família já o espera com uma camionete, onde cabem ele, mais algum companheiro de viagem e a grande bagagem que traz consigo. Geralmente este retorno, que vem se repetindo ano após ano, obedece a esta mesma forma de chegada.

Antes de seguir em direção aos Algodões – povoado onde ele tem residência - é comum José parar no sítio Porrotó, que fica no meio do caminho e onde residem seus pais, assim como seus outros irmãos e irmãs. Daqueles que moram no Piauí, José é o único dos irmãos que mora em outra localidade, noutro povoado. Fora ele e Dinho (que mora em São Paulo), todos da sua família moram muito próximos uns dos outros- se para próximo considerarmos as noções de distância dos moradores na zonal rural daquela região. Passar pelo Porrotó é importante para José, pois ali ele deve pedir logo a "benção" de seus pais.

Observando as casas e propriedades rurais da família de José ali no Porrotó a impressão que fica é a de que a casa e a pequena roça do seu pai localizam-se numa posição central (no meio do caminho) em relação às casas e às terras dos filhos que ali habitam. Relativamente equidistantes entre si, as propriedades rurais e as casas dão a impressão de que os pais de José estão no centro daquelas famílias distribuídas em pequenas propriedades rurais contiguas[4].

[3] População de 765.463 habitantes, com taxa de urbanização de 98,33 % (IBGE, Censo 2010). Este município é conurbado com São Paulo e faz parte da Região Metropolitana de São Paulo (Grande São Paulo).

[4] Na obra *O trabalho da Memória – cotidiano e história no sertão do Piauí* (Godói 1999), Emilia Pietrafesa de Godói analisa a questão da ocupação e posse da terra em alguns povoados da região de São Raimundo Nonato (PI). A partir de pesquisa etnográfica e do uso de documentos e das narrativas dos moradores locais, Pietrafesa de Godói mostra que naquela região – no final dos anos oitenta - havia uma situação próxima ao que determinada literatura denomina de terras de parente ou terras de herança, onde o que legitima o direito à terra é a descendência somada à residência (Godói 1999:53). No que se refere às terras que hoje pertencem a José e aos seus parentes, estas – pelo que nos foi possível verificar – foram compradas, e não herdadas. Foram compradas de antigos proprietários, que outrora haviam herdado as terras. No caso de José, parte do dinheiro ganho em São Paulo foi usado para a compra dessas terras. Durante a pesquisa encontramos outras situações semelhantes ao caso de José (onde terra foi comprada), assim como casos semelhantes ao de terras de parente analisados por Pietrafesa de Godói. Igualmente há na região pesquisada o Quilombo Lagoas, que segundo a Superintendência Regional do Incra no Piauí é composto de 1498 famílias, numa área com território identificado e delimitado com mais de 62 mil hectares.

Observando os depoimentos e a forma como os membros dessa família se relacionam entre si, é possível perceber que essa proximidade espacial entre pais e filhos é acompanhada de uma proximidade afetiva e de princípios de ajuda mútua. Isso é perceptível, por exemplo, nos auxílios que José e seus irmãos Dinho e Miro dão eventualmente a suas irmãs e ao irmão mais novo, que nunca trabalhou em São Paulo e vive principalmente do que produz em sua pequena propriedade.

Segundo os depoentes, ali é costume que os filhos, quando conseguem dinheiro nas suas empreitadas em São Paulo, deem uma parte do que é ganho aos seus pais. José comenta que esse costume vem diminuindo nos últimos anos em virtude da aposentadoria rural que vem beneficiando os mais velhos nas duas últimas décadas. Agora os mais idosos precisam menos da ajuda dos filhos e eventualmente até ajudam um filho ou uma filha em alguma necessidade inesperada.

O primeiro dos irmãos de José a ir morar definitivamente em São Paulo foi Dinho, no ano de 1986. Depois de algumas idas e voltas, apenas para trabalhos temporários, ele resolveu mudar-se com a família para a capital paulista.

Quem acolheu Dinho em São Paulo foi Seu Elias e Dona Iraci[5], seus padrinhos de batismo. A família de Dona Iraci é da mesma localidade da família de Dinho, a Fazenda Barrinhas, em Fartura do Piauí. Assim como fizeram com muitos outros ***conterrâneos*** [6], Elias e Iraci ajudaram Dinho e sua família em muitas de suas necessidades e demandas quando chegaram a São Paulo.

Migrante que chegou a São Paulo nos anos setenta (e que contou inicialmente com a ajuda de um irmão mais velho) Seu Elias hoje é dono da empresa Elias Turismo e Transporte Ltda., localizada no Bairro de São Miguel Paulista. A Elias Turismo e Transporte Ltda. é uma empresa que oferece serviço de transporte de passageiros e de mercadorias entre a microrregião de São Raimundo Nonato, no Piauí, e a capital paulista. A clientela da empresa é formada, sobretudo, por migrantes de povoados da microrregião de São Raimundo Nonato.

Todas as semanas partem da agência em São Paulo dois ou mais ônibus com destino ao Piauí. E, no movimento inverso, saem do Piauí dois ou mais ônibus com destino a São Paulo. Nesse contínuo ir e vir de pessoas e mercadoria saem também dois a três caminhões com encomendas destinadas ao Piauí.

Esse tipo de transporte alternativo entre São Paulo e o Nordeste vem se desenvolvendo desde os anos noventa do século XX. Seu Elias, entretanto, começou sua empresa de turismo apenas no inicio do século XXI, quando foi convidado pelo dono de outra empresa a vender passagens para São Raimundo e região. O negócio de venda de passagens em transporte alternativo prosperou, tornando-se um dos mais importantes meios de deslocamento para os migrantes dessa região. Hoje é possível constatar inclusive uma expressiva concorrência entre empresas que oferecem este tipo serviço.

Antes de ter essa empresa, Seu Elias já havia se tornado uma importante referência para algumas pessoas que, morando na região dos municípios de Fartura do Piauí, Dirceu Arcoverde e São Raimundo Nonato, desejavam tentar a sorte em São Paulo.

Como o próprio Seu Elias comentou em algumas entrevistas para esta pesquisa, desde os anos oitenta ele vem ajudando seus "*conterrâneos* a se ajeitar em São Paulo". Quer seja arrumando um lugar para o migrante ficar, quer seja ajudando-o a encontrar um emprego. Em

[5] Seu Elias e Dona Iraci são nomes verdadeiros. Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre processos migratórios. A pesquisa tem também um caráter etnográfico. Seu Elias, Dona Iraci e a empresa de turismo deles ocupa uma posição extremamente relevante tanto dentro desta pesquisa, quanto do universo pesquisado.

[6] O termo *conterrâneo* é um termo comum neste universo pesquisado. Pode ser uma referência a alguém da mesma região ou, de forma mais ampla, oriunda do Piauí.

torno dele desenvolveu-se toda uma rede de solidariedade e ajuda mútua entre os migrantes seus *conterrâneos*.

Em torno da sede de sua agência de turismo, no bairro de São Miguel Paulista, não é muito difícil encontrar alguém que ao chegar a São Paulo pela primeira vez contou com alguma "ajuda de Seu Elias". Foi em torno dessa prática de "ajudar o conterrâneo" e a partir dela que ele terminou por construir seu negócio, a Agência de Turismo e Transporte.

Dinho, irmão de José, é um daqueles que Seu Elias ajudou a se estabelecer em São Paulo. Dinho, por sua vez – já estabelecido - ajudou José nas suas primeiras empreitadas na metrópole. José, por sua vez, ajudou e ajuda seus filhos e seu irmão, Miro, dentro de suas possibilidades. E assim, sucessivamente – neste movimento de ajuda entre Seu Elias, Dinho, José, os filhos de José e Miro -, observa-se um movimento muito comum entre migrantes piauienses que vem e voltam para São Paulo: quem chega e se estabelece (com a ajuda daquele que veio antes) ajuda o próximo. Quem vai para São Paulo sabe que provavelmente vai ser ajudado. Quem se estabeleceu em São Paulo sabe que provavelmente vai ter algum tipo de ajuda requerida. Vai ter de ajudar um conterrâneo, um parente que virá depois dele. E nessa dinâmica muitos que vêm terminam por voltar, e voltando retornam, e vem e voltam. Forma-se assim um ir e vir marcado por fortes princípios de ajuda mútua e que assumem a forma de um movimento espiral: que se por um lado é cíclico, por outro está sempre se transformando, incorporando novos migrantes, novas formas ou conexões de rede, novas modalidades de ajuda, novas formas de deslocamentos e de comunicação.

Neste cenário, ajuda mútua, família, parentesco, solidariedade, compadrio, são, ao mesmo tempo, valores e formas concretas de relacionamento migrante que estão presentes na Agência de Turismo de Seu Elias e em torno dela. E quanto mais o pesquisador se aproxima dessas dinâmicas e dessas formas de relacionamentos sociais ali presentes, mais evidentes se torna o fato de que o que está ocorrendo não é simplesmente um negócio de venda de passagens e de serviço de transporte de pessoas e mercadorias entre o interior do Piauí e a cidade de São Paulo.

Num primeiro momento, pode-se considerar que a busca por recursos econômicos é um dos motivos principais que levam aqueles vários migrantes piauienses a estarem ali - em meio a cidade de São Paulo, chegando e saindo de São Paulo – e que este é, em boa medida, o "espírito do negócio". Porém, uma observação mais atenta do que ocorre naquela agência de turismo revela uma complexa rede de solidariedade e de fluxo de pessoas e de mercadorias, cujos vértices, os "nós", são principalmente concepções de vínculos de parentesco onde um amplo conjunto de valores morais se fazem presentes. Relações e valores que mobilizam não só passageiros e os mais diferentes tipos de mercadorias, mas também afetos, vínculos familiares, de compradio, alianças, sentimentos de pertencimentos, sinais diacríticos referentes a identidades locais e regionais, princípios morais, dinâmicas econômicas, vínculos religiosos e políticos.

Em *O trabalho da Memória* (Godói 1999), Emilia Pietrafresa de Godói, ao pesquisar alguns povoados do município de São Raimundo Nonato[7] no final dos anos oitenta, mostra como ali existe, entre os grupos locais, uma ideologia do parentesco dentro da qual vigora o princípio moral de que *ser parente* implica em ser solidário. Pietrafesa de Godói igualmente descreve e analisa um ritual de contração de compadrio, o *passar-a-compadre* (Godói 1999:120 a 126), que realizado ao redor de uma fogueira, converte compadres e comadres em parentes, "afinizando"

[7] Peitrafesa de Godói realizou sua pesquisa nos povoados de Rua Velha, Barreiro Grande, Barreirinho e Zabelê, que então pertenciam ao município de São Raimundo (Godói 1999). Ao longo as últimas décadas do século XX ocorreram uma série de desmembramentos desse município. No caso da região pesquisada por Godói, hoje esses povoados pertencem ao município de Coronel José Dias (desmembrado em 1992). No caso de nossa pesquisa, nossos focos foram os municípios de Fartura do Piauí (desmembrado em 1992) e Dirceu Arcoverde (desmembrado em 1979).

todos os camponeses do povoado na condição de parentes. Segundo a autora, a busca da continuidade do grupo é algo fundamental para o próprio grupo e busca ser reificado por eles através de rituais como o *passar-a-compadre*, do compartilhamento de narrativas a cerca de uma história comum (que giram em torno da fundação do povoado e da origem da grande família) e do paradigma de que "todos são parentes".

A recorrência à pesquisa de Pietrafesa de Godói se dá não só pelo fato de que ela também pesquisou na microrregião de São Raimundo Nonato, mas principalmente porque a pesquisa que sustenta este artigo dá indicativos de que essa ideologia do parentesco (todos são parentes; parente é, antes de tudo, ser solidário) também existe dentro dos deslocamentos e redes sociais que aqui estão sendo analisadas. Mesmo assumindo novas configurações relativas às especificidades dos contextos migratórios e de deslocamento, deve-se considerar que essa ideologia do parentesco é parte fundamental dos mecanismos e dinâmicas que constituem, alimentam, reproduzem e mantém esses fluxos entre o interior do Piauí e São Paulo e São Paulo e o interior do Piauí.

Foi em decorrência da constatação da existência desta ideologia do parentesco e da observação de que ali ocorre um amplo conjunto de relações e movimentos de trocas, que foi construído o principal argumento deste artigo: *noções tratadas por Marcel Mauss no seu Ensaio sobre a Dávida* (Mauss 2003) - como a reciprocidade, o *dom* e a obrigatoriedade do retribuir- o *contra-dom* – podem ser úteis para se compreender melhor alguns aspectos e dinâmicas deste contexto migratório e de deslocamentos. Neste sentido, esses fluxos e contrafluxos de pessoas e mercadorias, o ir e vir de coisas, não estaria só mobilizando, mas também constituindo formas de viabilizar e alimentar os laços sociais desses migrantes. E se assim for, entre esses migrantes piauienses, a partir da Agência de Turismo de Seu Elias, no fluxo e contrafluxo de pessoas e mercadorias, operam-se dinâmicas que tanto são econômicas quanto são sociais, que tanto são utilitárias quanto são afetivas e morais.

Igualmente, na medida em que esses deslocamentos, esses fluxos e contrafluxos de migrantes, são fenômenos que vem se repetindo a um bom número de anos, ano após ano[8], eles também assumem, em certa medida, formas quase que ritualísticas[9] (Van Gennep 2011) dado o caráter repetitivo e as implicações e significados que eles têm para aqueles neles envolvidos.

Dentre aquilo que se repete, anos após ano, nesse ir e vir pode-se apontar, como exemplo, as encomendas e presentes que vem e vão nesses fluxos e contrafluxos, que tanto estabelecem quanto alimentam e fortificam os laços sociais entre os migrantes, entre aqueles que estão no Piauí e aqueles que estão em São Paulo. Presentes e encomendas que geram um compromisso moral entre quem manda e quem leva, quem leva e quem trás, quem dá e quem recebe.

Porém, não são só presentes e encomendas que vem e vão. Há muito mais. A ideologia do parentesco se evidencia, tanto nas coisas materiais, quanto nas coisas não tangíveis materialmente, como afabilidades, notícias, sentimentos comuns que são trocados. Trocados tanto nos movimentos de ir e vir das coisas e pessoas, quanto através de visitas, festas, notícias, configurando algo que tem proximidade daquilo que a perspectiva maussiana tende a definir

[8] Ainda que a Agência de Seu Elias seja do inicio do século XXI (ou seja, com pouco mais de dez anos), a presença migrante piauiense em São Miguel Paulista remonta a meados do século XX (segundo nossos informantes) e se acentuou nos anos setenta daquele século. Já naqueles períodos existia os ir e vir de encomendas e presentes. Mesmo que com intensidade e formas distintas das mais comuns hoje em dia.

[9] Dentre os pontos que nos levam a pensar em aspectos que assumem formas *quase ritualísticas* dentro desse contexto pesquisado estão por exemplo, o fato de que muitos jovens, do sexo masculino, colocam como parte de suas expectativas completar dezoito anos para realizar sua primeira viagem para São Paulo em busca de uma oportunidade de trabalho. Ou seja, para esses jovens do sexo masculino a primeira viagem para o mercado de trabalho em São Paulo pode, em certa medida, ser encarada como uma forma de *rito de passagem* para a vida adulta (Van Gennep 2011).

como 'prestações'. 'Prestações' que, portanto, "incluem não só presentes como também visitas, festas, comunhões, esmolas, heranças, um sem número de 'prestações', enfim - prestações que podem ser 'totais' ou 'agonísticas'" (Lanna 2000: 175).

Mas o que vem a ser 'prestações'?

Maurice Godelier, em *O Enigma do Dom* (Godelier 2001), interpreta do seguinte modo a noção *maussiana* do termo 'prestação':

> "Prestação" provém, como Mauss indica em seu **Manuel** (d'ethnographie [1947]), de **prestare**, "por a mão", e designa "um contrato para prestar uma coisa ou um serviço". Ele distingue entre os "contratos" de prestação total e os "contratos" em que a prestação é apenas parcial. (pág. 61)
>
> O fenômeno social da troca de dons é total porque nele combinam-se muitos aspectos da prática social e numerosas instituições que caracterizam uma sociedade. É esse sentido que Mauss empresta o termo "total". Mas há um outro sentido nesta palavra. Pode-se, com efeito, considerar que fenômenos sociais são "totais" não porque combinam em si múltiplos aspectos da sociedade, mas porque de certo modo permitem que a sociedade se represente e se reproduza como um todo. (pág. 64).

Considera-se neste artigo que esta observação de Godelier é algo que – de diferentes formas e em diferentes momentos – est***á*** presente no contexto migratório onde esta pesquisa ocorre. Percebe-se um claro esforço desses migrantes piauienses se '*representarem*', se auto-representarem, '*como um todo*', notadamente quando estão no contexto paulistano. Sendo assim, neste contexto, ao se auto-identificarem como *piauienses*, eles estão, inúmeras vezes, se remetendo a uma condição comum (ser *piauiense*) e ao fato de que isso se remete a uma totalidade (a uma coletividade) de migrantes que compartilham esta condição comum e a ela estão socialmente vinculados. Principalmente pela condição de serem ***parentes***.

Neste sentido, o uso que fazem dos termos *piauiense, parente, conterrâneo,* também se remete ao profundo valor que dão ao que vem a ser o que eles consideram uma origem social comum (como as várias recorrências aos vínculos familiares diretos, de compadrio, vicinais, de parentesco).

Isto fica perceptível nas referencias aos locais de origem (isto é, a qual povoado eles pertencem)e aos aspectos e autodenominações através dos quais eles buscam se perceberem, se sentirem e se constituírem como uma totalidade específica (e cada um deles como parte dessa totalidade de '*piauienses*') dentro do contexto da metrópole paulistana. Ou seja, as recorrências às suas origens sociais convertem-se – entre eles - em formas pelas quais o ser '*piauiense*' (o migrante como parte de um todo) é imaginariamente construído, reconhecido, percebido.

Se considerarmos que esses migrantes estão inseridos e vivendo suas vidas (pelo menos uma parte do ano) numa das maiores cidades do mundo (que é significativamente diferente dos pequenos povoados piauienses de onde eles vêm), teremos um indicativo de algo relevante dentro das suas experiências de ser migrante em São Paulo: eles estão vivendo num contexto mais amplo e mais complexo em termos de relações e interações sociais, quando comparado com aquele dos pequenos povoados de onde eles vêm. Em parte do ano eles estão vivendo numa metrópole onde as experiências individuais e as dinâmicas societárias (significativamente centradas no indivíduo) são as mais diferentes, múltiplas e intensas possíveis. Um viver na metrópole que em certos momentos e até certo ponto, a partir de experiências muito concretas, pode ser muito difícil e gerar certos tipos de sofrimentos que são distintos das habituais dificuldades e sofrimentos que eles normalmente encontram nos contextos rurais dos pequenos povoados do interior do Piauí.

É preciso deixar bem claro que não se está propondo aqui uma visão romântica e ingênua do pobre homem do mundo rural frente a impiedosa metrópole. Não se trata disso. O contato empírico com esses migrantes piauienses mostrou algo que vai numa direção contrária: mesmo tendo de enfrentar (em diferentes momentos) as mais variadas adversidades, posto que a metrópole paulistana, *a priori*, mostra-se pouco amistosa a esse tipo de migrante, não raro eles demonstravam que sabiam lidar ao seu modo e com relativo sucesso, tendo em vista seus próprios interesses e objetivos, com a monumental São Paulo. E essas formas de lidar, interagir e fazer parte possibilitam a seguinte consideração: a partir de suas formas, de suas maneiras, de seus lugares, eles converteram-se e são parte dessa metrópole, têm o seu lugar e suas formas próprias de ser e estar nela, dentro dela, interagindo com ela e com outros indivíduos, grupos e coletividades que também fazem parte do universo paulistano.

Portanto, o que se quer por em evidência é justamente que esses migrantes piauienses têm suas próprias estratégias, formas e possibilidades de realizarem esse *estar e ser parte de São Paulo*. E que - eis aqui um ponto central do argumento deste artigo - o buscar não perder seus vínculos com seus locais de origens, o manter-se '*parente*', o não perder seus referencias de parentesco que existem no e a partir do Piauí, tudo isso é parte fundamental das maneiras e formas pelas quais eles realizam – com relativo sucesso – esse *estar e ser parte de São Paulo*.

Outro objetivo do artigo é chamar a atenção para o fato de que, se esses vínculos não se rompem, ***é porque ess***as pessoas e coisas estão em movimento, se deslocando, em fluxos e contrafluxos. Indo e voltando. E que esses fluxos e contrafluxos de pessoas e coisas são parte fundamental do processo que permite que esses migrantes não percam seu referencial de origem. Referencial de origem que eles procuram não abrir mão, posto que os ajudam a construir uma auto-percepção sobre quem eles são (quem sou eu, quem somos nós) frente a contextos e possibilidades de constituições identitárias *tão fluidas, voláteis* e conflituosas como são as que eles encontram no contexto metropolitano paulistano. Nesse sentido pode-se considerar que o esforço desses migrantes em valorizarem e alimentarem os vínculos deles entre si (como o ***ser parente***), passa justamente pela intenção de não perderem esse referencial de origem.

Esses vínculos e sua constituição e sua manutenção são de diferentes tipos e podem ser operados de diferentes formas: podem ser de compadrio, matrimoniais, políticos (locais), religiosos, econômicos, jurídicos (consuetudinário), afetivos. E são nesses diferentes tipos e formas de vínculos que podem ser identificadas a presença de uma dinâmica da *dádiva*, do principio da reciprocidade, do *dom* e *contra-dom*. Isto porque, nessas formas efetivas de se estabelecerem vínculos sociais é possível identificar a presença de movimentos de dar-receber-retribuir que são característicos das dinâmicas marcadas pelo princípio da *dádiva*. Dinâmicas em que uma das características é possibilitar que as pessoas possam assumir compromissos mútuos e se comprometem uns com os outros E essas dinâmicas do dar-receber-retribuir são precisamente formas de configuração de obrigações mútuas entre as partes envolvidas. Subsequentemente, há uma profunda relação de troca em jogo que, como coloca Marcos Lanna (ainda em referencia à *dádiva* em Mauss), não é só

> "material, mas também uma troca espiritual, uma comunicação entre almas. (...) Pois toda troca pressupõe, em maior ou menor grau, certa alienabilidade. Ao dar, dou sempre algo de mim mesmo. Ao aceitar, o recebedor aceita algo do doador" (Lanna 2000: 176).

Noutros termos, esse tipo de troca – marcada pelo principio maussiano da *dádiva* - gera compromisso. Pois o doador, ao dar algo de si para o outro, fará que aquilo que ele separou de

si e foi dado (foi alienado) para o outro contenha algo de si contido naquilo que foi dado. Logo, aquilo que foi dado sempre terá algo do doador que remete aquele que recebeu a um sentimento de compromisso moral para com o doador. Em contrapartida, se aquele que recebeu retribui com algo que contem algo dele, o vinculo é recíproco, a obrigação torna-se mutua, no sentido de que o compromisso moral desloca-se nas duas direções, gerando interdependência.

Em o *Ensaio sobre a Dádiva* Marcel Mauss desenvolve estas questões supracitadas recorrendo à teoria maori do *hau* (Mauss 2003). Parte controversa do *Ensaio Sobre a Dádiva,* a teoria do *hau* (que trata do *"espírito da coisa dada"*) faz muito sentido dentro do contexto migratório analisado neste artigo.

Tendo por referência o contexto pesquisado pode-se constatar, por exemplo, que parte fundamental daquilo que alimenta as redes sociais e os vínculos que esses migrantes estabelecem, uns em relação aos outros, passa de forma significativa por determinados compromissos morais mútuos. Compromissos morais estes que são construídos e realimentados em boa medida por dinâmicas onde há um movimento de coisas e favores marcados pelo princípio moral da obrigatoriedade de dar-receber-retribuir características das dinâmicas de *dom* e *contra-dom* (que tem relação direta com a ideologia do parentesco apontada por Pietrafesa de Godói, onde um dos pilares é o de que *ser parente* é antes de tudo ser solidário).

Neste sentido salienta-se que nesses processos as dinâmicas de troca resultam em compromissos morais. E que deve ser dada atenção a dois argumentos centrais da teoria *maussiana* sobre a Dádiva: (1) a reciprocidade é essencial para o caráter universal da tríplice obrigação de "dar, receber e retribuir" (como salienta Sabourim 2008: 131); (2) a *dádiva* não é o mesmo que a troca mercantil, ainda que possamos reconhecer nesta forma de troca sustentada pelo princípio da reciprocidade algo que está na origem da troca propriamente mercantil.

No que refere a esta questão da *dádiva* não ser o mesmo que troca mercantil,

> é relevante considerar que Marcel Mauss, ao desenvolver essa sua teoria, não está partindo de sistemas de troca de bens, riquezas e de produtos num mercado estabelecido entre indivíduos. Tendo como principal referencial etnográfico as trocas e escambos entre sociedades tribais tais como as da Polinésia, Melanésia e noroeste norte-americano, ele deixa claro no seu ensaio que está tratando de "coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam", de tal forma que "as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos, famílias, que se enfrentam e se opõem seja em grupos (...), seja por intermédios de seus chefes" (Mauss2003: 190).

O universo empírico de *Ensaio sobre a Dádiva* é, portanto, aquele que Mauss vai denominar de formas arcaicas de contrato. E fazia parte de seu escopo questionar a tese então em vigor no inicio de século XX de que as sociedades então ditas primitivas seriam regidas exclusivamente por uma economia natural.

Este artigo trata, evidentemente, de um contexto e referencial etnográfico muito diferente daquele utilizado por Marcel Mauss nessa sua análise etnológica. O caso etnográfico tratado – relativo a migrantes piauienses na cidade de São Paulo - está inserido dentro de um contexto que é aquele das sociedades complexas, contemporâneas. O da sociedade brasileira do início do século XXI, tendo em vista fluxos e contra-fluxos migratórios do interior do Piauí para uma das maiores metrópoles do mundo contemporâneo. Contudo, mesmo levando em conta essas ponderações, muito do que Mauss apresenta em *Ensaio sobre a Dádiva* pode ser útil para se compreender melhor esse contexto migratório pesquisado.

Trata-se do fato, por exemplo, de que ao mesmo tempo em que as motivações econômicas mercantis – tais como a inserção, ainda que temporária, no mercado de trabalho paulistano e

a obtenção de dinheiro - estão entre as principais motivações que levam esses piauienses a se deslocarem do interior do Piauí para São Paulo (para depois retornarem ao interior do Piauí), igualmente se mantém fortes os vínculos entre os migrantes piauienses que se estabeleceram em São Paulo com aqueles que ficaram no Piauí e com aqueles que continuamente estão indo e voltando entre a cidade de São Paulo e a microrregião de São Raimundo Nonato. E que, em boa medida, as bases de sustentação e alimentação desses vínculos são os laços de consanguinidade, de alianças (matrimônio, compadrio), afetivas, vicinais e morais. Laços esses que, de diferentes formas, são mobilizados através de coisas, afetos e favores que vem e vão entre o interior de Piauí e a cidade de São Paulo através dos migrantes.

Nesta perspectiva pode-se identificar nesse movimento das pessoas, coisas e favores uma dinâmica que tem proximidade com o princípio da *dádiva* maussiana. Justamente porque, nas pessoas e coisas que vem e vão, nos favores aqui e lá, são gerados vínculos entre os piauienses que estão no Piauí e em São Paulo. E igualmente nesse movimento é possível perceber algo relativo ao princípio da *dádiva* (do dar-receber-retribuir), posto não são apenas as coisas e as pessoas que se movem, mas há também um aparentemente ambíguo, mas pertinente e fundamental, movimento recíproco de altruísmo e obrigatoriedade que gera fortes laços sociais e compromissos morais entre esses migrantes.

Isto fica perceptível num princípio moral que é muito evidente no tipo de relação que tende a ocorrer entre esses migrantes: aquele que já se estabeleceu na cidade de São Paulo, que tem uma condição socioeconômica um pouco melhor tem, por princípio, a obrigação de ajudar aquele migrante que vier depois e que, por ventura, pedir sua ajuda. Desde que haja um vinculo social pré-existente (ser um familiar, ser um parente, afilhado, vizinho com laços de amizade), a lógica é o migrante estabelecido ajudar aquele que está chegando e precisando de ajuda. É evidente que isso não ocorre em todos os casos e que há pontos de tensão nas formas concretas de como isso ocorre. Mas, por princípio, a expectativa dos envolvidos é que isso ocorra, existindo uma predisposição moral para isso.

Essa lógica não é necessariamente algo exclusivo do contexto empírico pesquisado. Nem mesmo algo recente. Para tanto basta recorrer a um dos estudos pioneiros do fenômeno do fluxo migratório do campo para a cidade no Brasil, para constatar algo semelhante. Trata-se do trabalho de Eunice Durham, *A Caminho da Cidade* (Durham 1978), um estudo sobre migrações para a cidade de São Paulo entre os anos 50 e 60. Dentre as conclusões apontadas por Durham, uma é justamente a de que o migrante que se estabelecia por primeiro e de forma relativamente bem sucedida na cidade tendia a oferecer ajuda a seus familiares e parentes num momento posterior, a fim de que eles também pudessem realizar o empreendimento migratório.

Este estudo de Durham desvenda um mecanismo muito importante, relativo à forma como se deu migração interna e a inserção migrante no contexto paulistano: novos migrantes, ao se estabelecerem, tendem ajudar aos próximos, assim sucessivamente, ampliando o leque daqueles ajudados (familiares, parentes, vizinhos, amigos) e estabelecendo redes sociais de ajuda mútua.

No caso do trabalho de Eunice Durham, como o título de sua obra indica, o movimento migratório tem uma direção específica: do campo para a cidade. O contexto tratado neste artigo, em contrapartida, é uma via de mão dupla: o do deslocamento de migrantes, em fluxos e contra-fluxos, indo e voltando entre um contexto rural (o interior do Piauí) e urbano (a cidade de São Paulo).

Considerando que os dados empíricos de Durham remetem-se aos anos 50 e 60 do século XX, e o dessa pesquisa aos da primeira década do século XXI, um aspecto diferencial é que aqui está sendo tratado de um contexto com várias redes e fluxos migratórios já estabelecidos.

Ou seja, nesta pesquisa está sendo tratado de migrantes *aqui e lá*, vivendo e deslocando-se entre o Piauí e São Paulo, entre *lá e cá*. Dito isto, deve-se considerar o fato de que muitos fluxos migratórios para São Paulo nos dias de hoje se dão a partir e dentro de redes sociais já estabelecidas, sendo que essas redes são fundamentais para manter os laços que unem os *de lá e de cá*. A manutenção desses laços, por sua vez, é importante tanto para a viabilidade dos fluxos migratórios, quanto para as formas pelas quais esses migrantes se relacionam com a cidade de São Paulo.

O ponto é que o que mantém os laços dos que estão *lá e cá* não são exclusivamente as redes em si, mas o que se move dentro delas. Daí a importância das pessoas e das coisas que vem e que vão. São nelas e através delas que os vínculos são efetivamente estabelecidos e se mantém.

Um exemplo de como esses laços são mantidos é a troca de presentes, que é bastante reveladora sobre o que é mobilizado nessas redes sociais que se estendem entre *lá e cá* (Lobo 2010). Isto porque os presentes enviados e recebidos revelam bastante dos laços afetivos, sociais e morais que ligam *os daqui com os de lá*", ajudando a compreender melhor as posições afetivas, sociais e morais entre aqueles que se movem dentro dessas redes.

Neste caso é possível observar, por exemplo, que pais, esposa e filhos fazem parte daqueles que tendem a receber maior atenção na escolha do tipo de presente que se leva de São Paulo para o Piauí, posto que a maior proximidade familiar e afetiva tende a ser considerada. Este exemplo é colocado aqui para ilustrar o quanto também é importante neste contexto pesquisado o valor dado aos vínculos familiares. E para apontar para o fato de que o núcleo familiar ainda se mantém como uma parte relevante da organização social nesses povoados do interior rural piauiense. Em suma, a família (que são relações de parentesco mais estreitas) é parte fundamental e central na organização dos laços sociais, exercendo influência nas definições de ações coletivas e individuais, assim como num amplo conjunto de valores e ações e decisões tomadas por esses migrantes.

Outro aspecto importante para se compreender o contexto analisado é que o empreendimento migratório sempre tem algum custo. Seja para o próprio migrante, seja para seus familiares. Ao migrar para São Paulo o migrante jovem, por exemplo, deixará de fazer aquelas tarefas que lhe eram atribuídas dentro dos afazeres familiares[10]. Da parte dos seus pais (principalmente para a mãe) há quase sempre um sentimento de separação que gera sofrimento e preocupação com o filho que está longe de casa. Dentre os migrantes adultos, por sua vez, esses costumam deixar filhos pequenos e suas respectivas esposas. Essas, por sua vez, passam uma boa parte do ano longe de seus maridos, tendo de administrar sozinhas a casa e os filhos. Expectativas, distâncias afetivas, saudade. Essas são algumas das adversidades enfrentadas pelo migrante e sua família. Adversidades essas que também são vivenciadas a partir da expectativa se o empreendimento migratório será ou não bem sucedido, se valerá a pena, principalmente em termos financeiros.

Nesta perspectiva, o retorno ao Piauí sempre termina sendo um momento de avaliar se o empreendimento migratório temporário foi ou não bem sucedido. Avaliar se as expectativas, as adversidades e sofrimentos valeram ou não a pena. E a tendência é que o retorno seja um momento de triunfo, ou que seja encarado como tal. E ainda que os migrantes possam relatar as adversidades de cá e lá. De uma maneira geral, a tendência é que o migrante vivencie o

[10] Esta é uma questão que não temos a intenção de aprofundar aqui, dado que não é o objetivo deste artigo. Vale sinalizar, contudo, que em nossa pesquisa de campo no Piauí constatamos que em alguns povoados é cada vez menos comum entre os mais jovens do sexo masculino o envolvimento com o trabalho rural. Para muitas famílias o dinheiro que esses jovens ganham em São Paulo- normalmente na construção civil - é muito mais vantajoso que aquele ganho com o trabalho na roça. Subsequentemente, nesses casos, os jovens passam a se envolver menos com o trabalho rural.

retorno, juntos com seus familiares, como um momento de alegria, buscando reafirmar que o empreendimento valeu à pena.

É neste contexto – onde o empreendimento migratório tem de ser mostrado como bem sucedido – que se insere aquilo que se traz de São Paulo. Além dos bens que trazem para si (trazer uma moto, ou mesmo um carro, é um grande indicativo de sucesso), também existem os presentes a serem dados aos parentes mais próximos, os familiares. Presentes esses que também podem simbolizar o sucesso dos meses passados na capital paulista: roupas ou sapatos da moda ou de grife, eventualmente TVs, aparelhos de som, eletrodomésticos. Bens de consumo esses que – frisa-se – contém em si a possibilidade de materializar os esforços despendidos no empreendimento migratório.

Pode-se também identificar um sentido ***agonístico*** em certos usos que se faz do dinheiro ganho em São Paulo. E durante a pesquisa esse sentido ***agonístico*** foi percebido principalmente entre os mais jovens. E aqui vale salientar que no contexto pesquisado uma boa parte dos migrantes que se deslocam entre o Piauí e São Paulo é do sexo masculino, jovens solteiros e adultos casados[11]. E entre esses jovens uma forma muito comum de celebrar o sucesso do empreendimento migratório é usar o dinheiro ganho em São Paulo para dar uma ou mais festas ("fazer churrasco") quando do seu retorno ao Piauí. Neste caso as festas se sucedem e um procura dar uma festa melhor do que outro (boa quantidade de carne, cerveja, eventualmente a moto ou o carro comprado com o dinheiro ganho em São Paulo estacionado ao lado para corroborar o sucesso do empreendimento migratório). Entre esses jovens migrantes percebe-se, ao mesmo tempo, um clima de grande camaradagem, amizade e de disputa latente, ***agonística*** (posto que disputam entre si quem dá o melhor churrasco, a melhor festa), através de um consumo que para quem vê de fora parece inclusive ser um tanto quanto conspícuo.

O caráter ***agonístico*** dessas festas faz recordar a descrição maussiana do "***potlatch***" (Mauss2008), posto que ali se observa um consumo ao mesmo tempo muito grande, ***agonístico*** e ao mesmo tempo conspícuo e auspicioso de uma boa parte do dinheiro que aqueles jovens migrantes obtém em São Paulo. Festas que parecem ser ao mesmo tempo de confraternização, troca e disputa, como alertou um dos informantes dessa pesquisa[12], referindo-se aos jovens migrantes que vão trabalhar em São Paulo na construção civil: "Quando eles voltam é churrasco todos os dias. Segunda, terça-feira, todo dia parece sábado, é dia de festa. Um dá uma festa, depois outro dá outra. Gastam quase tudo na festa, na diversão!".

É necessário frisar que estas festas são dadas, sobretudo, pelos jovens e realizadas entre os jovens. Assim como as festas, é também comum entre esses jovens trazer bens ou comprar bens que simbolizam o sucesso do empreendimento migratório. O símbolo mais comum são as motocicletas, sendo que mais recentemente alguns migrantes estão comprando automóveis com parte do dinheiro ganho em São Paulo. Já entre os adultos, que têm família e filhos, o dinheiro é gasto com esses últimos, sendo comum o envio de dinheiro para a família, desde São Paulo.

---

[11] A pesquisa vem constatando que nessas primeiras décadas do século XXI o deslocamento migratório entre o interior do Piauí e a cidade de São Paulo e vice versa vem sendo bem variado em termos de gênero e de idade. Isso se deve principalmente às facilidades de transporte e ao fato de que muitas famílias piauienses já estão estabelecidas em São Paulo, o que facilita a estadia nesta última. Contudo, o volume maior dos que realizam o intenso fluxo migratório entre o Piauí e São Paulo - em intervalos que envolvem um período ***lá e cá*** - são os de migrantes do sexo masculino, jovens e adultos, que trabalham na área da construção civil. Um dos motivos para esse maior número de migrantes homens dentro desse fluxo migratório é que desde meados da primeira década do século XXI vem ocorrendo uma grande expansão da construção civil em São Paulo, com ótimas remunerações, dada a demanda por mão de obra qualificada. Desde então tem sido o desejo e projeto de muitos jovens a inserção nesse mercado de trabalho, a aquisição de um ofício na construção civil e a incorporação nas redes sociais e de empregos voltados para este mercado.

[12] Este tipo de colocação escutamos tanto no Piauí quanto em São Paulo. Em relação ao local desta fala em específico, ela foi coletada em fevereiro de 2012, no povoado da Lagoa do Buraco, município de Dirceu Arcoverde, Piauí, referindo-se o informante aos jovens migrantes locais.

Retomando alguns dos argumentos centrais deste artigo, o objetivo é demonstrar que entre o interior do Piauí (microrregião de São Raimundo Nonato) e a cidade de São Paulo existe um amplo conjunto de redes sociais constituídas e em contínua movimentação migratória. E que as relações e as ações de reciprocidade (ajudas mútuas, trocas de presentes e festas) são fundamentais para a manutenção e vitalidade dessas redes e dos deslocamentos realizados por esses migrantes. Igualmente chama a atenção o fato de que nessas ações e relações de reciprocidade há a presença de uma lógica moral com proximidade com o princípio ***maussiano*** da *dádiva*, marcada por relações de *dom* e *contra-dom*.

A questão dos presentes dados ilustra isso, apontando para o valor que se dá ao maior nível de proximidade familiar entre parentes: partindo da ideologia do parentesco, quanto mais próximo o parente, quanto maior o vínculo familiar, mais significativo ou vistoso pode vir a ser o presente. Daí porque para os migrantes jovens e solteiros, os melhores presentes tendem a ser para os pais, para irmãs ou irmãos mais jovens. O ato de dar o presente assume justamente uma forma de aproximar e solidificar os laços familiares, apontando para o papel central que a família (enquanto instituição, enquanto valores, enquanto laços afetivos e enquanto ordenadora da vida social) tende a ocupar dentro deste universo social migrante de origem rural.

Não só o *ser parente*, mas também a família ainda é um importante ordenador da vida social neste contexto pesquisado. As relações pais e filhos, esposo e esposa, irmãos e irmãs são de significativa relevância e tem prioridade na definição dos laços sociais e de conduta. E a partir daí vão se ampliando os laços de parentesco e aliança (padrinho, madrinha, tios, tias, primos, primas, até outras formas mais simbólicas). Essas redes não são, portanto, redes constituídas a partir da noção de indivíduo. Ou seja, os migrantes se inserem nelas não a partir de suas condições individuais, mas a partir do pertencimento, do vínculo com essa ou aquela família, a partir desse ou daquele vínculo de parentesco com alguém que já está inserido numa dada rede de relações sociais.

Retomando a questão das mercadorias e do dinheiro mandado ou trazido de São Paulo pelos migrantes e comparando com aquilo que se manda do Piauí para São Paulo, percebe-se que esses últimos refletem as limitações econômicas do contexto produtivo das zonas rurais do sudoeste piauiense. Há pouco valor monetário agregado ao que se manda do Piauí para São Paulo, percebendo-se – em contrapartida - forte valor simbólico (afetivo e moral) agregado. O exemplo mais significativo é a carne de bode, pois para um piauiense da microrregião de São Raimundo Nonato poucas coisas têm tanta capacidade de remeter o migrante a sua origem do que a carne de bode. E, neste contexto piauiense, remeter-se às origens significa assumir o compromisso moral e afetivo que vincula uns aos outros a partir da família, dos laços familiares, para em seguida ir incorporando outros nesses laços e compromissos com os outros parentes, vizinhos, amigos.

Neste sentido as coisas passam a significar não apenas suas finalidades econômicas mais imediatas, mas também os valores e uma série de outros significados que elas podem carregar e acionar. Daí porque a carne de bode significa para esses migrantes não só uma das principais dietas de sua terra de origem, mas também pode significar um pedaço de terra que foi ou é seu ou de seus antepassados, as lembranças da infância, da família, da vida na roça, o ritmo de um tempo próprio do sertanejo e, principalmente, um *espaço de encontro* com uma condição comum: ser piauiense, ser de São Raimundo Nonato, ser da Fartura, ser da Barrinha, ser do Porrotó, ser um Silva, ser um Dias, ser um Braga, ser um Neves, Januário, Campos, Passos ou Fernandes.

Os presentes e as encomendas que chegam do Piauí – mesmo significativamente muito simples (do ponto de vista econômico) quando comparados com o que chega de São Paulo– tem

um significado extremamente forte, pois ele não só simboliza a família, o ***ser parente***, o vinculo social e afetivo, como tem uma profunda capacidade de fazer os envolvidos nessa relação de troca se reconhecerem como parte de uma mesma coisa, numa espécie de "comunhão de almas" entre indivíduos que se reconhecem como pertencentes a um mesmo grupo social.

Esses vínculos vão além de questões exclusivamente econômicas, tácitas, mas se abrem para uma dimensão percebida muitas vezes como quase mítica por aqueles que estão envolvidos: celebra-se um *ser piauiense*, alimenta-se a crença de que todos estão dispostos a ajudar a todos que fazem parte das redes de parentesco, que por sua vez se cruzam e formam uma grande rede de *conterrâneos*, formada por aqueles envolvidos no grande movimento de dar-receber-retribuir no qual eles estão inseridos pela condição comum de serem piauienses, migrantes, de São Raimundo.

Outro momento para celebrar esses vínculos é quando do retorno do migrante ao Piauí, que muitas vezes é comemorado numa refeição marcada pela "fartura" e pela presença de um amplo número de familiares. Nessas situações de comensalidade (Maciel 2001) é possível observar, por exemplo, que quando o migrante volta de São Paulo e chega ao Piauí, é muitas vezes comum avisar sua família sobre quando será sua chegada. Assim, é provável que se tenha uma refeição diferente da usual. Farta. Conforme as posses da família, a mesa costuma ser posta com diferentes tipos de pratos, em quantidade que pode superar as necessidades gastronômicas daqueles que estarão presentes na referida refeição. É o que pode ser chamado de fartura. Fartura, neste caso, não significa excesso. Entre aqueles que ali estão presentes, o que está em questão não é aquilo que excede, mas aquilo que se celebra e aquilo que não falta. E o que se celebra é a "volta daquele nosso que foi, mas voltou".

Este tipo de refeição ganha, portanto, como que um caráter de celebração da união familiar, que é percebida como a aliança primeira, que existe entre aqueles que por primeiro nunca devem faltar uns aos outros: pais, irmãos, filhos, netos e, subsequentemente, padrinhos e compadres. É, em suma, uma refeição da qual participam aqueles que são compreendidos como os parentes mais próximos.

A fartura também traz outro significado embutido, que se remete aos valores compartilhados: se chegar mais um, um convidado imprevisto, sempre haverá o suficiente para acolhê-lo na mesa. Também ele pode tornar-se um comensal, sentar-se à mesa, compartilhar com o grupo.

Isto ocorre porque a fartura projeta-se em direção ao sentimento de abundância (de tal forma que sempre cabe mais um) e sustenta-se num sentimento de solidariedade que se dá – ainda que não exclusivamente, mas principalmente - entre aqueles que têm pouco (o que envolve uma noção e sentimento de fraternidade[13] entre aqueles que são pobres). E, somando-se a isso, há a obrigatoriedade latente de se orientar tanto pelo principio moral de que "***ser parente*** é, antes de tudo, ser solidário", quanto no principio de que um sertanejo que é pobre tem de estar sempre pronto a servir o outro que precisa de ajuda. Afinal, se há a expectativa de que aquele que é ajudado hoje ajude amanhã, igualmente pode ocorrer que quem ajuda hoje pode ser aquele que será ajudado amanhã.

O tipo de situação acima descrita é, portanto, uma dinâmica típica daquelas situações onde encontramos os movimentos de *dons* e *contra-dons*. Movimentos esses onde tanto se opera o princípio da reciprocidade (onde ao ato de dar deve corresponder os atos de receber e de retribuir), quanto se faz presente a ideologia da generosidade e do altruísmo, quanto se

[13] É preciso explicitar que aqui o termo fraternidade está sendo usado de forma muito proposital. Isto porque não se está pensando apenas em relações de solidariedade. Aqui estão sendo pensadas e relações de solidariedade que são atravessadas e amalgamadas por vínculos familiares, de parentes, alianças, de amizade e de compadrio. Daí porque o uso do termo fraternidade.

apresenta a obrigatoriedade da retribuição. Obrigatoriedade esta que decorre do fato de que não existe *dádiva* sem a expectativa da retribuição, dado que a dádiva é um ato simultaneamente espontâneo e obrigatório (Lanna 2000:176).

A adoção da perspectiva colocada acima se aproxima, portanto, do argumento de Marcel Mauss de que um ato pode ser ao mesmo tempo espontâneo e obrigatório, altruísta e interessado. Como observa Marcos Lanna no texto a pouco referido, a *dádiva,* os *sistemas de prestações totais* ou *agonísticos* analisados por Mauss (e desenvolvido por outros que o sucederam) mostram justamente essa dualidade. Mauss mostra que nas dinâmicas sociais marcadas pelo princípio da *dádiva*, onde se estabelecem alianças, não existe o dar e o receber sem a obrigatoriedade do retribuir. Sendo assim, a retribuição deve compulsoriamente ocorrer, mesmo que seja sob outra forma[14], de outra maneira. Mas sempre conservando algo que mantenham certos vínculos e obrigações entre as pessoas envolvidas nessas dinâmicas de reciprocidade, inseridas nos *sistemas de prestações*.

Se no contexto piauiense a fartura presente em certas situações de comensalidade pode ser reveladora de dinâmicas de reciprocidade, de *dom* e *contra-dom*, no contexto paulistano outros aspectos são revelados. E, neste caso, pode-se colocar a noção de abundância como contraponto da noção de fartura. Neste sentido, as situações de fartura se remetem muito mais ao contexto piauiense[15], enquanto que a abundância é algo mais perceptível no contexto paulistano. Isto considerando que a abundância é algo que se remete a uma situação onde há riquezas e estas se apresentam, mesmo que nem sempre de forma acessível, em profusão, em quantidade que excede o necessário. E se há uma percepção comum a esses migrantes a cerca de São Paulo é a de que São Paulo é o lugar da riqueza, o lugar de "se ganhar dinheiro", é "onde está o dinheiro".

Deve-se considerar, portanto, que a noção de fartura não se fundamenta numa lógica de uma economia de mercado, pecuniária. A abundância, ao contrário, remete-se à noção de que as coisas estão sendo apropriadas, trocadas e – sobretudo – compartilhadas por dinâmicas de trocas mercantis, a partir de uma lógica econômica. Na fartura - e nas situações sociais em que ela se apresenta (como os almoços de chegada e festas) - as coisas, enquanto aquilo que pode ser dado, recebido, retribuído e compartilhado tem sua relevância fundada principalmente naquilo que traz em si a possibilidade de estabelecer os vínculos sociais, revelar quais são esses vínculos, afirmar que eles existem e o quanto são importantes seja para a pessoa, seja para os parentes, a família, a comunidade. Portanto, o que é fundamental para os envolvidos não se revela em algo que é mensurável (como na maior ou menor quantidade de alimentos e bebidas), mas naquilo que é ao mesmo tempo subjacente e vital: as relações, os vínculos, os compromissos mútuos entre si e para com a coletividade. Podendo ser essas relações e vínculos de diferentes tipos, tais como as afetivas, de parentela, parentais, fraternais, morais, religiosas, jurídicas (consuetudinárias).

Foi colocado acima que a fartura é algo muito mais evidente no contexto piauiense (no Piauí). O que não quer dizer que isso não possa ocorrer em São Paulo, na medida em que as comunidades piauienses possam ali se encontrar enquanto comunidade. Entretanto, no contexto paulistano, o que tende a se evidenciar é muito mais um valor moral e prático de ajuda mútua. O dar, receber e retribuir assume uma forma muito prática, onde aquele que acolhe (o

[14] Marcel Mauss ilustra isso através da teoria maori do ***hau*** -o espírito da coisa dada- (Mauss 2003).

[15] Quando estamos falando em contexto piauiense estamos nos remetendo principalmente àquilo que ocorre no Piauí. Porém devemos considerar que dentro das comunidades piauienses em São Paulo podem ser realizadas experiências de fartura. É o caso de certas festas onde a comunidade se encontra e onde os migrantes se reconhecem como pertencentes a uma mesma comunidade (de *piauienses*). A análise deste contexto paulistano tornaria o presente artigo muito longo. Por isso não vamos nos dedicamos a isso no presente texto.

anfitrião) tende a dar toda ajuda que aquele que chega do Piauí precisa. Pode primeiramente dar um lugar para comer e dormir, depois o ajudar a procurar um emprego, ou o auxilia no acesso ao sistema de saúde, quando o motivo da ida para São Paulo assim o exige.

Para o migrante que chega a São Paulo, o que ele espera é que o parente já estabelecido tenha condições e efetivamente o ajude. Na medida em que se está falando de redes de migrantes já estabelecidas em São Paulo[16], há uma dinâmica em jogo, sustentada por princípios morais: o migrante estabelecido que ajuda o que está chegando porque ele também já foi ajudado pelo migrante que chegou antes dele. Em suma, ali se move uma rede de ajuda mútua (baseada na ideologia do parentesco) onde se espera que todos tenham o seu momento de dar, seu momento de receber, seu momento de retribuir.

Essa lógica de ajuda parece obedecer a uma ordem hierárquica: se o migrante tem irmãos em São Paulo, estes tendem a ser os primeiros a serem procurados, assim como filhos mais velhos e já bem estabelecidos em São Paulo. Nos casos já observados é possível perceber que irmãs casadas (e cunhados) podem ser procuradas quando há ausência de irmãos e filhos já estabelecidos na metrópole. Ou, na ausência desses, um padrinho ou madrinha. No caso dos pais idosos que residem no Piauí, é comum que esporadicamente venham visitar um filho ou filha já estabelecido. Em suma, é desse primeiro círculo constituído por irmãos, filhos, irmãs (cunhados), padrinhos – que por primeiro se espera a ajuda em São Paulo. E isto vai se ampliando para outros tipos de parentes e cruzando com outras redes de parentesco, formando o que se denomina aqui da grande rede de "piauienses". Que no caso específico que está sendo analisado se circunscreve a migrantes piauienses oriundos da microrregião de São Raimundo Nonato.

Concluí-se este artigo retomando o já citado trabalho pioneiro de Eunice Durham (Durham 1978) sobre fluxos migratórios para a cidade de São Paulo. Trabalho onde essa antropóloga detectou - entre os anos cinquenta e sessenta - determinados elementos estruturais extremamente relevantes para as dinâmicas sócio-relacionais e culturais que envolvem os processos migratórios entre o contexto rural e a metrópole paulistana em seu processo de emergência e desenvolvimento. Segundo essa autora, já ali as relações familiares desempenhavam importantes modalidades de processos, relações, interações sociais e mecanismos através das quais esses migrantes relacionavam-se entre si, e a partir daí, com o contexto urbano.

Como o trabalho de Durham teve por objeto as primeiras gerações de imigrantes rurais dentro do contexto urbano paulistano (ou seja, migrantes ainda não plenamente estabelecidos), é possível que isso explique em parte porque o fenômeno da família tenha vindo mais em evidencia, sem que tenham sido colocados em relevo os vínculos, laços e alianças sociais mais amplos. Como os laços de parentesco gerados e amalgamados pela ideologia do parentesco.

Em suma, além dos primordiais laços familiares, igualmente são importantes os laços mais amplos de parentesco, tecidos pela ideologia do parentesco. E esses laços são relevantes tanto para viabilizar os deslocamentos aqui analisados, quanto para manter os vínculos dos migrantes com seus locais de origem. Vínculos com os locais de origem que, por sua vez, também são importantes para as possibilidades e formas através das quais estes migrantes se inserem e fazem parte da cidade de São Paulo. Estabelecendo ali seus lugares, suas relações e viabilizando seus interesses.

[16] Pelas entrevistas foi possível detectar que os primeiros migrantes chegaram na década de cinquenta do século passado, sendo que as primeiras redes mais sólidas começaram a se configurar a partir dos fluxos migratórios dos anos setenta. Tendo muitos desses migrantes se estabelecido em São Paulo sem perder os vínculos com o Piauí.

Neste caso, o voltar-se para a origem não é tão somente um voltar-se para as raízes – mesmo porque raiz tende a dar a idéia de algo que está preso a um determinado lugar - mas é utilizar um lugar e vínculos de referência (a origem) como algo que abre e viabiliza muitas formas de deslocar-se, mover-se, recriar-se, projetar-se para a frente de forma mais segura, minimizando o risco de se perder, ou o risco de num determinado momento já não se saber mais quem é. E se assim for, no movimento que o migrante realiza para frente (pois todo o primeiro movimento migratório ou de deslocamento é um deslocar-se para um lugar que, de certa maneira, está à frente) ele pode olhar para trás e para os lados, e empreender-se e realizar-se como migrante com menor risco de deixar perceber quem efetivamente ele é: "sou piauiense", "sou de São Raimundo", "da Fartura", "dos Algodões", "sou da família Silva".

Referências

DURHAM, Eunice R. 1978. A caminho da cidade. São Paulo: Editora Perspectiva.

GODELIER, Maurice. 2001.O Enigma do Dom. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira .

LANNA, Marcos. 2000. "Nota sobre Marcel Mauss e O Ensaio sobre a Dádiva." Revista de Sociologia e Política 14: 173-194.

LOBO, Andréia de Souza. 2010. "Mantendo Relações à Distância. O papel do fluxo de objetos e informações na configuração de relações familiares transnacionais em Cabo verde." In TRAJANO FILHO, Wilson: Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. PP 29-46. Brasília: Athalaia.

MACIEL, Maria Eunice. 2001. "Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin?." ***Revista*** Horizontes Antropológicos,7:145-156.

MAUSS, Marcel. 2003. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac e Naify.

PIETRAFESA DE GODOI, Emília . 1999. Trabalho da Memória: Cotidiano e História no Sertão do Piauí. Campinas: Editora Unicamp.

SABOURIN, Eric. 2008. "Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade." Revista Brasileira de Ciências Sociais: Vol. 23, n. 66, 131-138.

VAN GENNEP, Charles-arnold Kurr. 2011. Ritos de Passagem. Petropolis: Editora Vozes.

EM BUSCA DE UM EMPREGO... MAS NÃO EM QUALQUER LUGAR. OPORTUNIDADES DE EMPREGO COMO UM DOS CONDICIONANTES DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA RM DE CAMPINAS

Tiago Augusto da Cunha
Silvana Nunes de Queiroz

A partir de uma perspectiva histórico-estrutural das migrações, Singer (1980) destaca que as desigualdades econômicas entre áreas de origem e de destino podem direcionar fluxos migratórios de regiões estagnadas economicamente para áreas mais prósperas. Nessa perspectiva, o diferencial entre demanda e oferta de trabalho estimularia as migrações, notadamente do campo para a cidade.

Nesse contexto, a metrópole configura-se como importante recorte/delimitação territorial, dado o expressivo incremento no grau de urbanização das cidades brasileiras entre 1950-1980, processo este de modo algum cristalizado.

Conforme Martine (1994), durante a crise econômica dos anos 1980, os seus impactos em termos populacionais foi no sentido de diminuírem os movimentos migratórios, inclusive o êxodo rural. Como as cidades industrializadas passaram a crescer em um ritmo lento e, a demanda por mão-de-obra diminuiu consideravelmente, verificando com isso, crescente taxa de desemprego até então nunca vista no país, isto teria desestimulado os fluxos migratórios de longa distância, em detrimento dos movimentos de menor distância, como é o caso das migrações intra-estadual e urbano-urbano.

Cano (1997) ratifica tal hipótese, ao apontar que, entre 1975 e 1985, observa-se a interiorização do desenvolvimento econômico da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) para o interior paulista. Tal desconcentração das atividades econômicas caracterizou-se por ser bastante diversificada, pois ocorreu tanto no setor agro-industrial, industrial, como no terciário, impactando na grande saída de fluxo migratório para o interior de São Paulo.

No caso específico da Região Metropolitana de Campinas, ela (metrópole) passa a ser não somente destino de fluxos de longa distância, como também origem de uma série de outros tantos.

Ainda tomando a dimensão macrosocial dos fluxos migratórios, Cunha (1994) aponta dois motivos principais que estão fortemente associados a decisão sobre o ato de migrar ou não migrar. O primeiro seria o mercado habitacional e o segundo motivo o mercado de trabalho.

Nesse sentido, o principal objetivo deste artigo é mapear, ao longo dos anos 1990, nos dezenove municípios da RMC, a direção dos fluxos migratórios e da geração de empregos, procurando verificar se há uma possível relação/direção entre estes.

Para apreender a dinâmica migratória, a base de dados utilizada foi os Censos Demográficos de 1991 e 2000, e para captar as tendências do mercado de trabalho nos municípios da RMC, as informações foram coletadas junto a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). O software gratuito de Sistema de Informações Geográficas (SIG) TerraView foi utilizado para mapear tanto os fluxos migratórios quanto a localização dos empregos na RMC, e o pacote estatístico "SPSS" 17.0 para tabular os dados.

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho encontra-se estruturado em quatro seções. A primeira seção trata de descrever a evolução no estoque de empregos no mercado de trabalho brasileiro, no Estado de São Paulo e na RMC, ao longo da década de 1990. A segunda seção procura apontar os caminhos do emprego (estoque) e dos fluxos migratórios intrametropolitanos na RMC e a possível associação entre estes. Na terceira seção, faz-se outro exercício, ou seja, trabalha-se com o saldo do emprego e o saldo dos fluxos migratórios, com o intuito de averiguar a associação ou não entre eles. A quarta parte,procura analisar o estoque de empregos nos municípios da RMC, a partir dos setores de atividades econômicas, ou melhor, através de suas potencialidades e dinâmica recente.

Onde estão os empregos metropolitanos?

Estoques segundo Localidades

Cunha et al. (2011) ao estudar a rede de migração intrametropolitana da Região Metropolitana de Campinas (RMC), a partir da perspectiva da Análise de Redes Sociais (ARS), atestam que o incremento da densidade da rede para o decênio compreendido entre 1991-2000, está fortemente correlacionado a maior interação entre seus municípios periféricos, ou seja, aqueles que até então eram considerados de menor expressão populacional e econômica (por exemplo, Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Holambra, etc.).

Sugerem também que este incremento está em maior ou menor medida correlacionado com processos e fenômenos contextuais/estruturais – mais amplos, gerais e situacionais – que o fomentam e permeiam. Para os autores a maior interação entre os pequenos municípios e os seus impactos na rede intrametropolitana de migração estão associados a dispersão de oportunidades no território metropolitano.

Tais oportunidades, por sua vez, fazem menção a duas distintas dimensões recorrentemente citadas pela literatura sobre o tema, no qual incentivos ou constrangimentos condicionam o processo migratório intrametropolitano, são elas: a) o mercado de terras/fundiário e habitacional e b) o mercado de trabalho/empregos (CUNHA, 1994; RIGOTTI; RODRIGUES, 1994). É sobre este último item que aqui nos debruçaremos.

Cabe, no entanto, ressaltar que os mecanismos de dispersão de empregos na RMC podem ser problematizados. Na verdade, ela [dispersão] – como processo que é – também é reflexo de processos ainda mais gerais. Por exemplo, a desconcentração da indústria, mas também de comércios e serviços de caráter regional ao longo do território metropolitano.

Um dos primeiros pressupostos aqui assumidos é que a disseminação dessas oportunidades de emprego no território poderiam repercutir em alterações/transformações nos fluxos

populacionais da região (intrametropolitanos) e para a região (externos). Nesse sentido, maiores e melhores oportunidades de emprego podem direcionar fluxos migratórios para estes e não para aqueles municípios. Dessa forma, um primeiro exercício é o de contextualizar/situar o mercado de trabalho da referida RM (Tabela 1).

TABELA 1. Evolução do Estoque de Empregados – Brasil, Estado de São Paulo e Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

Ano	Brasil	São Paulo	RM de Campinas	BR variação(%)	SP variação(%)	RMC variação(%)
1991	23.010.793	7.627.906	440.368	0.00	0.00	0.00
1992	22.272.843	7.462.331	423.837	-3.21	-2.17	-3.75
1993	23.165.027	7.620.064	439.807	4.01	2.11	3.77
1994	23.667.241	7.837.396	454.869	2.17	2.85	3.42
1995	23.755.736	7.708.277	446.324	0.37	-1.65	-1.88
1996	23.830.312	7.658.270	450.096	0.31	-0.65	0.85
1997	24.104.428	7.638.561	466.206	1.15	-0.26	3.58
1998	24.491.635	7.518.914	457.459	1.61	-1.57	-1.88
1999	24.993.265	7.635.406	484.006	2.05	1.55	5.80
2000	26.228.629	8.049.532	520.269	4.94	5.42	7.49

Fonte: RAIS/ MTE. Elaboração própria.

É interessante atentar para o dinamismo da RMC, principalmente, quando este é comparado, por exemplo, ao do mercado de trabalho paulista. Entre 2000/1991, a mesma apresentou um crescimento de aproximadamente 18% no estoque de trabalhadores, ao passo que o Estado de São Paulo para esse mesmo período teve variação relativa módica de 5,5%. Afora esta comparação mais geral, os dados sugerem que a RMC apresenta um certo dinamismo próprio, haja vista que em diversos momentos, mais especificamente em 1996 e 1997, a variação do estoque de empregos para o Estado é negativa, entretanto, para a região se mantém positiva.

No entanto, mesmo compreendendo que a RMC apresenta atributos e dinâmicas face ao mercado de trabalho e emprego que lhe são próprias, a primeira inquietação do presente artigo persiste: quais são os municípios/localidades que podem ter gerado mais oportunidades de emprego ao longo do período intercesitário em questão? Há uma possível correlação entre áreas de expansão do mercado de trabalho e fluxos migratórios, fossem eles intrametropolitanos ou externos?

Como realizado anteriormente para a região, o cômputo do estoque de empregados e sua evolução para os seus municípios integrantes (ou seja, uma leitura mais detalhada e pormenorizada daqueles que mais criaram e conseguiram manter seus postos de trabalho) pode dar os primeiros indícios de áreas mais ou menos efervescentes/aquecidas (Tabela 2).

Os dados dão mostras que determinados municípios incrementam consideravelmente seu montante de postos de trabalho (independentemente do tipo de emprego em questão). Estão nesse grupo os municípios de Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Santo Antonio de Posse e Vinhedo. Há outro grupo de municípios em situação oposta a do primeiro, que vêem a quantidade de seus postos de trabalho diminuir ao longo do período, são eles: Artur Nogueira e Sumaré. No caso desses dois municípios, uma possível explicação para a diminuição no seu estoque de empregos, deve-se ao desmembramento dos municípios de Engenheiro Coelho e Hortolândia, que pertenciam, respectivamente a Artur Nogueira e Sumaré.

Ademais se faz notar a inegável relevância de Campinas para a região. Em 1991, a sede era responsável por 53,3% das oportunidades de trabalho formal da RMC. Todavia, em 2000, mesmo a participação de Campinas no contexto metropolitano sendo relativamente menor (46,6%), ela ainda desempenha papel central. Nesse sentido, outros municípios estão aumentando a sua participação no mercado de trabalho, mas quais seriam eles?

TABELA 2. Evolução do Estoque de Empregados – Municípios da Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

Municípios RMC	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Americana	50.191	46.159	48.152	49.729	46.564	47.297	44.224	44.478	47.925	51.508
Artur Nogueira	4.779	5.278	5.262	5.064	4.272	4.060	4.341	4.825	5.313	4.638
Campinas	225.798	224.519	225.432	231.769	228.174	226.699	225.794	223.368	231.172	242.592
Cosmópolis	6.306	5.937	6.673	6.109	7.326	6.470	7.752	6.122	6.384	6.618
Engenheiro Coelho	0	0	43	561	1.083	1.092	845	1.156	1.417	1.432
Holambra	0	0	451	2.843	4.121	4.447	4.555	4.631	4.970	5.308
Hortolandia	0	0	1.685	2.472	10.339	9.978	10.333	9.932	12.829	13.714
Indaiatuba	20.032	19.368	20.650	21.806	22.271	23.046	22.530	24.398	25.435	28.476
Itatiba	14.403	14.383	14.650	15.399	15.496	15.649	16.775	19.847	21.244	22.246
Jaguariúna	6.682	7.555	8.046	7.785	6.557	7.569	8.462	8.733	9.969	13.406
Monte Mor	2.619	2.802	3.259	3.465	3.491	3.649	4.193	4.206	4.334	5.027
Nova Odessa	9.500	9.299	9.651	10.513	7.595	9.146	9.441	8.717	9.576	10.782
Paulínia	17.210	13.693	15.134	16.089	17.557	16.418	18.197	18.073	17.031	21.209
Pedreira	6.813	6.708	6.836	6.632	6.166	6.879	7.226	7.658	8.125	9.015
Santa Barbara D´Oeste	20.172	19.094	20.004	19.591	17.937	17.661	19.092	18.538	20.357	22.210
Santo Antonio de Posse	1.258	1.329	2.003	1.857	1.973	2.324	2.864	3.379	4.067	5.291
Sumaré	25.322	20.438	22.443	23.102	15.180	16.863	19.030	18.620	20.133	21.562
Valinhos	20.273	18.505	20.292	20.421	20.578	20.428	21.763	20.118	20.495	21.381
Vinhedo	9.010	8.770	9.141	9.662	9.644	10.421	18.789	10.660	13.230	13.854
TOTAL	440.368	423.837	439.807	454.869	446.324	450.096	466.206	457.459	484.006	520.269

Fonte: RAIS/ MTE. Elaboração própria.

Uma espécie de "ranking" foi criado com aqueles municípios que mais aumentaram sua participação no total de empregos da região entre 1991 e 2000. Vale frisar que os valores do estoque de trabalhadores das três municipalidades criadas[1] no intervalo compreendido entre 1991 e 2000 foram excluídos unicamente para fins comparativos (Tabela 3).

Notadamente, são os municípios do entorno da sede metropolitana aqueles que mais incrementam seus estoques de empregos. Os dados sugerem que novas oportunidades foram criadas nestes, diferentemente do ocorrido com os municípios que em 1991 eram considerados de maior expressão (Campinas, Sumaré e Americana). É bem verdade que Sumaré, Americana e Campinas continuam a desempenhar papel fundamental, contudo, parece que aos poucos outros municípios vão assumindo posições mais centrais, como é o caso de Itatiba, Jaguariúna, Indaiatuba e Santo Antônio de Posse. É preciso destacar que o volume de empregados no mercado de trabalho formal, nos dezenove municípios que formam a RMC, é bastante distinto. Desse modo, a análise centra-se na evolução da variação relativa no estoque de trabalhadores entre 1991 e 2000.

[1] Engenheiro Coelho pertencia ao município de Artur Nogueira; Holambra a sede municipal de Jaguariúna e Hortolândia ao município de Sumaré.

TABELA 3. Ranking segundo Participação Relativa e Variação Percentual no Estoque de Empregos Formais – Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

Municípios RMC	Período				Variação 20001991 %	Posição
	1991		2000			
	Estoque	%	Estoque	%		
Itatiba	14.403	3.3	22.246	4.5	1.2	1
Jaguariúna	6.682	1.5	13.406	2.7	1.2	2
Indaiatuba	20.032	4.5	28.476	5.7	1.1	3
Santo Antonio de Posse	1.258	0.3	5.291	1.1	0.8	4
Vinhedo	9.010	2.0	13.854	2.8	0.7	5
Monte Mor	2.619	0.6	5.027	1.0	0.4	6
Paulínia	17.210	3.9	21.209	4.2	0.3	8
Pedreira	6.813	1.5	9.015	1.8	0.3	7
Nova Odessa	9.500	2.2	10.782	2.2	0.0	9
Cosmópolis	6.306	1.4	6.618	1.3	-0.1	10
Santa Barbara D´Oeste	20.172	4.6	22.210	4.4	-0.1	12
Artur Nogueira	4.779	1.1	4.638	0.9	-0.2	11
Valinhos	20.273	4.6	21.381	4.3	-0.3	13
Americana	50.191	11,4	51.508	10,3	-1.1	14
Sumaré	25.322	5,8	21.562	4,3	-1.4	15
Campinas	225.798	51,3	242.592	48,5	-2.7	16
Total	440.368	100,00	499.815	100,00		

Fonte: RAIS/ MTE. Elaboração própria.

Uma outra forma de aquilatar a importância dos "pequenos" é por meio da taxa de crescimento do estoque de empregos (Tabela 4). Os dados apenas corroboram o anteriormente afirmado, ou seja, são de fato os municípios do entorno aqueles que mais crescem em termos relativos. No período 2000/1991, a variação absoluta também chama atenção nos municípios de pequeno porte populacional: Indaiatuba (8.444), Itatiba (7.843) e Jaguariúna (6.724) juntos tiveram variação absoluta no número de trabalhadores superior ao município de Campinas (16.794), Americana (1.317) e Sumaré (-3.760).

É preciso ponderar o fato que alguns dos municípios que apresentam taxas expressivas de crescimento do estoque de empregos, em 1991, possuíam, na verdade, valores absolutos incipientes, como é o caso, por exemplo, do município de Santo Antonio de Posse. O estoque deste em 1991 era de 1.258 trabalhadores no mercado de trabalho formal, já em 2000 passa para 5.291 empregados. Ou seja, mesmo se tratando de um aumento relativo expressivo, com taxa de crescimento de 320% entre 2000/1991, em termos absolutos Santo Antonio de Posse não representava mais do que 1% do estoque de empregos da RMC em 2000.

Contexto distinto do observado em Indaiatuba, Itatiba ou mesmo Jaguariúna. Juntos estes municípios correspondem em 2000 por cerca de 13% do estoque de empregos da RMC[2]. Tanto em 1991 como em 2000, seus valores absolutos também não são inexpressivos e mesmo assim suas taxas de crescimento são substanciais. Jaguariúna, por exemplo, para o período em questão apresentou taxa de crescimento de 100%.

Fica claro, portanto, que há um processo de criação de empregos e oportunidades se disseminando no território metropolitano, principalmente, nos municípios limítrofes à sede. Cidades médias como Indaiatuba, Itatiba e Jaguariúna passam a ocupar posições e desempenham

[2] Em 1991 o percentual de participação destes mesmos municípios era de 9% aproximadamente.

papéis cada vez mais notáveis neste cenário. Algumas delas (Indaiatuba e Itatiba), na verdade, se articulam com outras regiões de governo/administrativas do Estado de São Paulo, ou seja, extrapolam e tecem novas conexões que não se atém unicamente aos limites da RMC. Este pode ser, portanto, um dos motivos pelos quais são estas mesmas municipalidades aquelas que mais emergem no cenário migratório intrametropolitano.

TABELA 4. Variação Absoluta e Relativa no Estoque de Empregados – Região Metropolitana de Campinas, 2000/1991

Municípios RMC	Período 2000/1991	
	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Santo Antonio de Posse	4.033	320.6
Jaguariúna	6.724	100.6
Monte Mor	2.408	91.9
Itatiba	7.843	54.5
Vinhedo	4.844	53.8
Indaiatuba	8.444	42.2
Pedreira	2.202	32.3
Paulínia	3.999	23.2
Nova Odessa	1.282	13.5
Santa Barbara D´Oeste	2.038	10.1
Campinas	16.794	7.4
Valinhos	1.108	5.5
Cosmópolis	312	4.9
Americana	1.317	2.6
Artur Nogueira	-141	-3.0
Sumaré	-3.760	-14.8

Fonte: RAIS/ MTE. Elaboração própria.

Caminhos traçados

Possíveis correlações entre oportunidades de emprego e fluxos migratórios intrametropolitanos

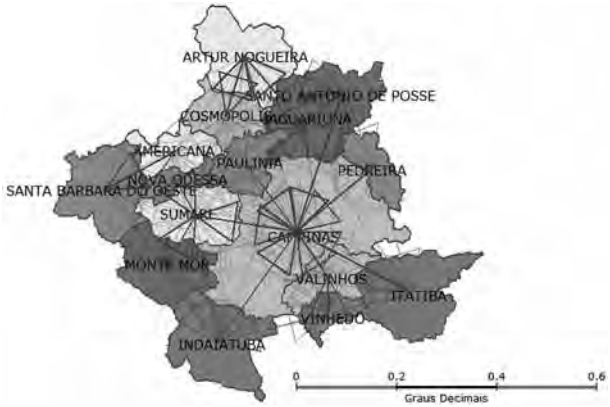
Na presente seção o estoque de empregos em 2000 de Engenheiro Coelho, Holambra e Hortolândia foi reincorporado as suas ex-sedes municipais. Logo, as taxas de crescimento do estoque de Artur Nogueira, Jaguariúna e Sumaré estão sendo influenciadas, respectivamente, pelos municípios anteriormente citados. Tal artifício se deve ao fato de que estes mesmos municípios não se encontravam ainda criados no Censo Demográfico de 1991, o que inviabilizaria uma análise mais precisa do crescimento ou do seu oposto, decréscimo, do estoque de empregos ao longo dos dois anos analisados: 1991 e 2000.

Como demonstrado na seção anterior, sabemos que Campinas, Americana e Sumaré[3] foram os municípios que apresentaram decremento na participação relativa do estoque de empregos da RMC para o período intercensitário compreendido entre 1991-2000 (Tabela 2). Por seu turno, uma série de outros "pequenos" municípios apresentou, para o mesmo período, aumento expressivo na sua participação relativa de vagas de trabalho. Contudo, será que foi esse proeminente conjunto de municipalidades que mais recebeu fluxos populacionais?

[3] Nesse caso, sem a influência dos valores de estoque de empregos de Hortolândia.

A espacialização[4] (Figura 1) e sobreposição de todos os fluxos migratórios intrametropolitanos[5] (linhas mais finas em vermelho mais claro), bem como dos principais fluxos populacionais de cada um dos municípios da RMC (linhas mais espessas em vermelho mais escuro) ao "pano de fundo" coroplético composto pelas taxas de crescimento do estoque de postos de trabalho segundo quantis[6], pode evidenciar se são de fato eles os principais receptores de população.

FIGURA 1. Fluxos Migratórios Intrametropolitanos e Taxas de Crescimento do Estoque de Empregos Formais – Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Elaboração própria.

Ao analisarmos somente as taxas de crescimento do estoque de vagas é interessante notar a partir da Figura 1 que a sede da região está cercada por um conjunto de municípios cujo estoque está em franca expansão, exceção feita ao município de Valinhos cuja taxa se equipara a de Campinas. Desse modo, toda a franja Sul da RMC (Itatiba, Vinhedo, Indaiatuba e Monte Mor) e o conjunto ao Norte-Nordeste (Jaguariúna e Santo Antonio de Posse) configuram-se como suas principais áreas de expansão do emprego e da população.

Com menor intensidade, mas ainda assim com taxas de crescimento expressivas o vetor Norte (Paulínia e Cosmópolis), Oeste (Nova Odessa e Santa Bárbara D´Oeste) e mais o município de Pedreira a Leste terminam por "fechar o cerco" entorno da sede.

Contudo, ao analisarmos, mesmo que de modo estritamente visual, os principais fluxos migratórios intrametropolitanos, o município de Campinas continua a desempenhar papel central e fundamental.

Vale chamar atenção para dinâmicas internas que lhe são muito particulares. É o caso de alguns pares de municípios que são "alinhavados" por certa reciprocidade face seus fluxos migratórios; por exemplo, Americana <=> Santa Bárbara D'Oeste.

Há também alguns pontos nodais - espécie de centralidade - como é o caso do agrupamento que tem como centro o município de Sumaré/Hortolândia. Nova Odessa, Monte Mor e nada menos do que a própria sede têm como destino de seus principais fluxos populacionais esta sub-região.

Desse modo, Campinas continua sendo o "Eldorado" ou ao menos a primeira terra das oportunidades. Porém, outras oportunidades de emprego estão sendo criadas em municípios

[4] Através do software público de Sistema de Informação Geográfica "TerraView".
[5] Por meio da variável "V4250 – Código do município de residência no dia 31/07/1995" – critério data fixa.
[6] Os tons mais escuros do mapa ilustram os municípios com taxas de crescimento mais intensas, enquanto que tons mais claros, o seu oposto.

espacialmente lindeiros. Assim, quais são, portanto, as possíveis explicações para essa espécie de "descompasso" entre fluxos populacionais intrametropolitanos e oportunidades?

Entradas e Saídas

Saldos: de emprego e migratório – A importância dos externos

Os dados componentes das figuras anteriores se referem tão somente a uma modalidade, mais espacialmente localizada, da migração, no caso, a migração intrametropolitana. Nesse sentido, eles permitem que vislumbremos parte da dinâmica migratória (através da espacialização de seus fluxos populacionais), ou seja, mesmo que de forma geral e aproximada, quais são suas possíveis áreas de origem e de destino face sua dinâmica migratória interna.

Todavia, tendo, agora, em vista possíveis articulações entre a RMC com escalas mais amplas do território (para além dos seus limites administrativos) é interessante nesse momento tomarmos em conta outras modalidades migratórias a fim de aquilatar a relevância de cada uma delas e seus possíveis reflexos sobre o mercado de trabalho metropolitano. Parece que movimentos externos à região impactam de forma mais ou menos intensa sobre alguns municípios (Tabela 5) e este fato pode reiterar o já afirmado sobre a efervescência do mercado de trabalho formal deles.

Tabela 5. Saldo Migratório segundo modalidades migratórias – Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

Municípios RMC	Saldos Migratórios			
	Total dos Migrantes		Migrantes Intrametropolitanos	
	1991	2000	1991	2000
Americana	63	1.149	-9.362	-1.616
ArturNogueira	795	1.123	857	1.841
Campinas	2.802	3.169	-19.986	-18.486
Cosmópolis	696	545	607	-431
Engenheiro Coelho	*	224	*	-27
Holambra	*	60	*	-268
Hortolândia	*	5.558	*	10.140
Indaiatuba	2.671	3.341	395	1.085
Itatiba	889	1.307	-368	56
Jaguariúna	546	319	226	210
Monte Mor	648	781	1.167	633
Nova Odessa	591	401	868	1.118
Paulínia	924	948	877	894
Pedreira	204	516	-90	279
Santa Bárbara d'Oeste	4.415	956	7.573	61
Santo Antônio de Posse	76	327	-37	-53
Sumaré	8.703	3.797	17.032	3.131
Valinhos	801	895	-33	1.990
Vinhedo	579	1.017	274	-557

(*) Não há dados para o período em questão, uma vez que os municípios inexistiam. Fonte: SEADE e IBGE. Elaboração própria.

Os dados exprimem de forma clara a relevância tanto da migração oriunda de municípios externos à região (mesmo que indiretamente), como também movimentos migratórios mais circunscritos aos seus limites, no caso, movimentos migratórios intrametropolitanos.

Tomemos como exemplo o município de Hortolândia (Figura 4 e 5). O saldo migratório (positivo) deste é de aproximadamente 10.000 migrantes intrametropolitanos em 2000; todavia, para o mesmo censo o mesmo município teve saldo migratório, agora considerando o total de migrantes (intra mais externos à região), de aproximadamente 5.000 migrantes. Há, portanto, em Hortolândia dois processos concomitantes. O peso da migração intrametropolitana neste caso é inequívoco, mas há também um intenso processo de emigração a partir desta municipalidade para fora da RMC (talvez composta por migrantes que retornam aos seus estados e municípios de origem).

FIGURA 2. Saldo Migratório segundo Migrantes Intrametropolitanos – Valores Absolutos – Região Metropolitana de Campinas, 1991

FIGURA 3. Saldo Migratório segundo Migrantes Externos – Valores Absolutos – Região Metropolitana de Campinas, 1991

FIGURA 4. Saldo Migratório segundo Migrantes Intrametropolitanos – Valores Absolutos – Região Metropolitana de Campinas, 2000

FIGURA 5. Saldo Migratório segundo Migrantes Externos – Valores Absolutos – Região Metropolitana de Campinas, 2000

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Ainda tomando em conta o censo 2000, os fluxos intrametropolitanos são também notáveis para Valinhos. Enquanto Valinhos recebe cerca de 2.000 migrantes intrametropolitanos, ele também "perde" cerca de metade deste valor para municípios externos à RMC.

Situação diametralmente oposta é a de Indaiatuba (mesmo considerando que se trata de fluxos com intensidades distintas). Para ambos os censos (havendo, no entanto, um considerável

incremento em 2000) tanto a migração intrametropolitana quanto aquela composta por migrantes externos impactam seu saldo migratório.

Vinhedo, por sua vez, perde população em 2000 para outros municípios da RMC, mas possui saldo migratório positivo quando os migrantes externos da RMC são computados.

Outro exemplo com características semelhantes aos dois últimos municípios comentados é o de Americana. Os estoques de Americana são compostos por fluxos provenientes de fora da RMC.

Por fim, o exemplo máximo de município que recebe grandes contingentes de migrantes oriundos de fora da RMC e que libera/fornece grandes volumes de migrantes intrametropolitanos é o município sede da região, Campinas. Os dados não são conclusivos, mas talvez Campinas seja o primeiro ponto de chegada e outros condicionantes com o passar do tempo (aquisição de moradia em localidades onde o valor da mesma é mais acessível, por exemplo) forçaria os migrantes a deixarem a sede e se dirigirem para os municípios do entorno, principalmente Hortolândia. Campinas, nesse sentido, é uma (e talvez a primeira) etapa do processo migratório.

É interessante notar que os municípios que apresentaram taxas expressivas de crescimento do estoque de emprego são também aqueles que apresentaram saldo migratório total (aquele que leva em conta migrantes externos e internos à região), notadamente positivos. Fica evidente que fluxos populacionais intrametropolitanos e externos à região estão mais imbricadamente associados aos mesmos municípios cujo estoque se incrementa de forma mais intensa. Dessa forma, os dados dão mostras que há ao menos nesse caso uma possível correlação entre migração, independente da modalidade migratória em questão, e crescimento do estoque de empregos formais.

Portanto, há dois processos pari passu. O primeiro é o de redistribuição de mão-de-obra no interior da metrópole a partir do estabelecimento de uma série de fluxos populacionais entre pequenos e médios municípios e entre alguns pares específicos de localidades. Já o segundo processo, trata-se de uma espécie de "importação" de mão-de- obra externa à região, mas que é direcionada para certas (e não outras localidades) no seu interior.

Geograficamente são municípios que por se situarem em regiões periféricas da RMC e limítrofes a sede podem, na verdade, costurar relações entre esta e outras regiões de governo ou administrativas do Estado de São Paulo, transmutando-se em centralidades emergentes justamente por estarem "no meio do caminho" entre cidades expressivas no contexto paulista. Tomemos como exemplo o município de Itatiba. Este mantém forte relação tanto com o município de Campinas e a região administrativa da qual de fato pertence, mas também estabelece fortes vínculos com o município de Jundiaí e seu aglomerado. Situação semelhante pode estar ocorrendo com os municípios de Indaiatuba ou Santo Antonio de Posse.

Já os dados da Tabela 6, abaixo, de certa forma corroboram a capacidade destes mesmos municípios em criarem mais oportunidades de emprego formal do que eliminá-los.

Vale salientar que no quinquênio (1995-2000), o saldo acumulado de empregos foi negativo para Campinas, Valinhos e Sumaré, que em certa medida acompanham a dinâmica do mercado de trabalho do país e do Estado de São Paulo. A explicação para esse movimento decorre do processo de abertura comercial e financeira ao longo dos anos 1990, além da reestruturação das empresas, que adotaram novas formas de organização do trabalho e da produção, culminando com elevada taxa de desemprego no período em questão. Por sua vez, para a grande maioria dos municípios da RMC, a dinâmica é oposta, apresentando saldo positivo na criação de postos de trabalho, com destaque para Jaguariúna, Paulínia, Indaiatuba, Vinhedo entre outros.

TABELA 6. Movimentação do Emprego Formal – Brasil, Estado de São Paulo e Região Metropolitana de Campinas, 1996-2000

Áreas Geográficas	1996	1997	1998	1999	2000	1996-2000
Brasil	-269.254	-27.252	-580.632	-196.472	652.032	-421.578
Estado de São Paulo	-136.283	-41.827	-296.841	-110.707	239.336	-346.322
RM de Campinas	-5.638	1.441	-11.101	2.893	22.382	9.977
Americana	224	-2.655	-1.425	1.893	2.378	415
Artur Nogueira	-157	-209	69	342	208	253
Campinas	-6.054	-669	-5.220	-2.180	7.462	-6.661
Cosmópolis	172	1.125	-539	-637	-182	-61
Engenheiro Coelho	198	-164	-15	15	142	176
Holambra	59	264	-120	119	257	579
Hortolândia	0	472	1	720	326	1.519
Indaiatuba	276	-370	-33	237	1.789	1.899
Itatiba	-391	79	-514	310	729	213
Jaguariúna	63	1.087	99	363	1.420	3.032
Monte Mor	119	398	-256	156	181	598
Nova Odessa	-253	65	108	573	805	1.298
Paulínia	1.198	51	-191	-181	1.314	2.191
Pedreira	289	236	179	348	646	1.698
Santa Barbara D´Oeste	-413	-969	-1.065	865	1.508	-74
Santo Antonio de Posse	202	533	186	82	711	1.714
Sumaré	-947	915	-496	-851	2.044	665
Valinhos	-913	1.167	-1.208	-937	599	-1.292
Vinhedo	690	85	-661	1.656	45	1.815

Nota: Os dados disponibilizados pelos Ministério do Trabalho e Emprego não abarcam o recorte territorial originalmente proposto pelo presente estudo. Assim, é uma pena, mas a análise é prejudicada, haja vista que o os dados se limitam ao período 1996-2000.
Fonte: CAGED/MTE. Elaboração própria.

Afora o ano de 2000 (último da série) o município de Campinas mais eliminou empregos do que criou, numa espécie de "enxugamento" das oportunidades na sede. Por sua vez, os mesmos municípios anteriormente elencados – exceção feita a alguns casos pontuais – mantiveram saldos positivos para a grande maioria do período. Tal fato atesta que ano a ano os municípios do entorno da sede foram incrementando suas oportunidades, direção oposta ao que ocorria em Campinas. Entretanto, qual o perfil das oportunidades que deixaram de existir nestes municípios? E, qual o perfil das vagas criadas nos arrabaldes deste? Será que há certa complementariedade, ou seja, trata-se de um mesmo processo ("duas faces da mesma moeda")?

Das atividades

Perfil das oportunidades segundo setores de atividades

As perguntas esboçadas na seção anterior dão um norte para o que aqui será tratado mais pormenorizadamente. Um dos pressupostos é que Campinas perde espaço em determinados setores de atividades, enquanto que, em um processo relacional e bi- direcional, seus municípios do entorno ganham importância justamente nos mesmos filões/nichos.

Assim, os dados da Tabela 7 podem ser elucidativos ao comparar, em distintos momentos, a participação dos setores de atividades face ao total de estoque de empregos formais da região. Dessa forma, a primeira vista parece que uma forte vocação da RMC é para a indústria, principalmente a de transformação, no qual tem uma participação superior a do Brasil e a do Estado de São Paulo em ambos os anos analisados.

Enquanto que esse setor para o país não representava mais do que 24,6% do total de estoque de empregos formais e para o Estado não mais do que 33,5%; para Campinas ele correspondia a 44,7% das atividades em 1991 – percentagem essa sem dúvida muito expressiva.

Já em 2000, a participação da indústria de transformação diminui nos três distintos recortes territoriais definidos no parágrafo acima: 18,6% do estoque brasileiro e 23% do estoque estadual. Todavia, mesmo havendo um decréscimo do estoque da RMC (32,3%), ele [estoque] ainda estava fortemente associado a este setor de atividade. Ou seja, mesmo em um período de baixo crescimento econômico, a RMC ainda concentrava oportunidades de emprego na indústria de transformação.

Se por um lado, esta indústria continua a desempenhar papel fundamental, mesmo perdendo parte de sua importância relativa, tendência observada para o país; por outro lado, as atividades ligadas aos setores de comércio e prestação de serviços incrementam sua participação no cenário mais recente (2000). Todavia, em uma escala mais aproximada estas mesmas tendências se repetem nos municípios da RMC?

Parece que sim. De modo geral, a indústria de transformação perde parte de sua importância relativa em todos os municípios da RMC, exceção feita ao município de Jaguariúna que vê a participação da mesma aumentar aproximadamente 5,6% entre 1991 e 2000.

O setor de comércio, por sua vez, se incrementa consideravelmente, com maior ou menor intensidade de acordo com as localidades, em praticamente todos os municípios da RMC. Os dois únicos municípios que não seguem essa tendência são: 1) Jaguariúna com uma queda de aproximadamente -15,3% e 2) Santo Antonio de Posse com um decréscimo de -15,1%.

O mesmo ocorre com o setor de prestação de serviços. Afora alguns casos pontuais (Artur Nogueira, Cosmópolis, Santa Bárbara D´Oeste e Pedreira) em todos os municípios este é um dos setores que mais crescem sua importância relativa.

Interessantemente parece que os municípios que apresentaram taxas mais expressivas de incremento do estoque de empregos formais – como discutido em seções anteriores – são também aqueles onde os setores de comércio e serviço se fizeram sentir de forma intensa (Figura 5 e 6).

Em suma, mais oportunidades estão sendo criadas em municípios acercados a sede, todavia, possivelmente são oportunidades que requerem menor qualificação do trabalhador e, consequentemente, podem se desdobrar em menores salários.

É bem verdade que há um "enxugamento" de oportunidades de trabalho em Campinas, mas os dados apontam principalmente para desigualdades e concentrações de determinados tipos de ocupação formal no território.

Ao espacializarmos os fluxos migratórios intrametropolitanos é inequívoca a centralidade da sede já que todos os caminhos parecem levar a Campinas. Surpreendentemente, mesmo que seu mercado de trabalho não esteja tão aquecido quanto fora outrora, ela possivelmente continua sendo vista como "A" terra de oportunidades da região.

Se os principais fluxos intrametropolitanos (em valores absolutos) de cada localidade apontam na direção oposta as áreas de expansão do estoque de empregos é também verdade que, ao analisarmos o saldo migratório, estas mesmas áreas estão sendo fortemente impactadas

TABELA 7. Participação no Total de Estoque de Emprego Formal, segundo Setores de Atividade Econômica – Brasil, Estado de São Paulo e Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

	Áreas Geográficas	Setores de Atividade Econômica (%)								
		Extr mineral	Ind transf	Serv ind up	Constr civil	Comercio	Servicos	Adm publica	Agropecuaria	Total
1991	Brasil	0.59	24.61	1.54	4.70	13.56	30.71	22.53	1.76	100.00
	Estado SP	0.22	33.54	1.04	4.55	13.40	30.52	14.87	1.85	100.00
	RMC	0.15	44.69	1.60	5.34	14.53	24.71	7.58	1.40	100.00
	Americana	0.08	58.29	1.07	2.01	12.55	20.66	5.17	0.17	100.00
	Artur Nogueira	0.00	58.04	0.00	1.86	9.22	12.98	10.73	7.17	100.00
	Campinas	0.10	29.60	2.50	7.82	17.61	34.29	7.46	0.62	100.00
	Cosmópolis	0.00	43.55	0.10	0.21	7.44	16.99	14.84	16.88	100.00
	Indaiatuba	0.05	63.77	0.39	1.62	13.18	12.79	7.10	1.07	100.00
	Itatiba	0.40	56.62	0.60	4.86	10.84	16.53	6.34	3.81	100.00
	Jaguariúna	0.37	45.19	0.00	1.87	25.20	12.29	7.89	7.20	100.00
	Monte Mor	0.16	60.03	1.30	1.34	7.95	12.79	15.18	1.26	100.00
	Nova Odessa	0.00	79.22	4.71	0.80	4.62	6.82	3.15	0.68	100.00
	Paulínia	0.74	42.67	0.25	16.53	15.24	13.10	10.69	0.77	100.00
	Pedreira	0.02	79.77	0.23	0.25	8.52	10.39	0.00	0.82	100.00
	Santa B. D´Oeste	0.00	66.98	1.00	0.94	9.26	12.57	7.78	1.47	100.00
	Santo A. de Posse	0.00	19.49	0.00	1.84	33.27	14.40	20.54	10.45	100.00
	Sumaré	0.01	61.04	0.47	0.77	12.24	11.38	10.85	3.23	100.00
	Valinhos	0.57	56.72	0.13	2.15	8.21	22.56	8.07	1.59	100.00
	Vinhedo	0.10	60.90	0.00	2.75	10.77	16.34	9.06	0.07	100.00
2000	Brasil	0.42	18.63	1.11	4.17	16.21	32.95	22.43	4.09	100.00
	Estado SP	0.17	22.97	0.89	3.84	16.40	35.58	16.26	3.89	100.00
	RMC	0.12	32.25	0.91	3.70	18.28	33.66	8.89	2.19	100.00
	Americana	0.07								
	Artur Nogueira	0.02	46.50	0.82	2.20	16.25	27.30	6.61	0.83	100.00
	Campinas	0.07	40.34	0.00	0.73	18.41	12.92	16.24	10.31	100.00
	Cosmópolis	0.02	19.30	1.26	4.93	20.69	44.86	8.04	9.92	100.00
	Engenheiro Coelho	0.00	35.72	0.00	5.29	16.30	16.14	16.23	54.71	100.00
	Holambra	0.08	42.04	0.00	0.00	14.53	21.23	12.29	0.76	100.00
	Hortolândia	0.02	4.37	0.00	0.32	13.09	20.03	7.40	2.22	100.00
	Indaiatuba	0.15	47.89	0.77	4.38	19.77	9.48	16.94	3.13	100.00
	Itatiba	0.31	44.62	0.72	2.15	16.55	23.36	10.23	4.17	100.00
	Jaguariúna	0.47	35.54	0.41	3.69	17.84	33.87	5.21	10.92	100.00
	Monte Mor	0.02	50.78	0.13	2.92	9.93	26.43	5.17	1.21	100.00
	Nova Odessa	0.26	39.37	0.62	0.92	12.93	22.66	12.57	1.40	100.00
	Paulínia	0.34	68.21	0.98	1.40	9.41	9.22	9.31	1.71	100.00
	Pedreira	0.00	30.87	0.81	4.57	17.63	27.45	16.92	1.02	100.00
	Santa B. D´Oeste	0.28	69.43	0.45	0.42	13.11	7.79	7.09	14.67	100.00
	Santo A. de Posse	0.00	46.91	0.10	4.21	19.04	17.69	10.76	1.90	100.00
	Sumaré	0.00	7.37	1.06	1.17	18.20	48.95	8.58	1.63	100.00
	Valinhos	0.32	41.98	1.24	2.40	20.30	21.81	10.37	0.87	100.00

Fonte: RAIS/ MTE. Elaboração própria.

tanto por fluxos populacionais oriundos de regiões e municípios externos a RMC quanto por dinâmicas migratórias que nascem em seu próprio bojo. Possivelmente, tal fato ocorra devido a maior interação entre municípios de pequeno e médio porte (em termos econômicos e populacionais), onde o mercado de trabalho parece desempenhar papel central de articulador destas localidades.

FIGURA 6. Diferenciais de Participação no Total de Empregos Formais segundo Setores de Atividade Econômica – Setor de Comércio – Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

FIGURA 7. Diferenciais de Participação no Total de Empregos Formais segundo Setores de Atividade Econômica – Setor de Serviços – Região Metropolitana de Campinas, 1991-2000

Fonte: RAIS/ MTE. Elaboração própria.

Assim, os municípios que se configuram como áreas de expansão do mercado de trabalho são os mesmos onde a migração, independentemente da modalidade migratória (movimentos intra e/ou externos à região), possui inequívoco impacto.

Dessa forma, os dados apontam para dois processos que operam de forma simultânea. O primeiro trata-se de um processo de incorporação e "importação" de mão-de-obra proveniente de fora da região, possivelmente pouco qualificada e mal remunerada, uma vez que os setores que mais crescem são aqueles que menos requerem esse tipo de atributo. Já o segundo processo é o de redistribuição interna de sua mão-de-obra, haja vista que os municípios que apresentam saldos migratórios positivos segundo esta modalidade migratória são aqueles cujas oportunidades de emprego formal se encontram em franca expansão.

Nesse sentido, parece que o momento, ao menos face ao mercado de trabalho, é encabeçado pela periferia metropolitana e não por sua sede, em uma inversão pouco comum. Por se tratarem de municípios geograficamente situados entre a sede e outras expressivas cidades do contexto paulista, a periferia parece que consegue "costurar" relações entre estes distintos recortes territoriais, transmutando-se em centralidades emergentes justamente por estarem "no meio do caminho" e por possuírem atributos, características e propriedades que não se faziam presentes em 1991.

De uma forma ou de outra, parece que há reais correlações entre migração e maiores ou menores oportunidade de emprego. Ou seja, a dispersão destas oportunidades no território metropolitano segue os mesmos vetores de expansão delineados por seus fluxos migratórios.

Contudo, não se trata tão somente de aspectos quantitativos, mas também a qualidade (melhores ou piores) das oportunidades de emprego que em muito diferem na RMC. Os municípios limítrofes a sede são aqueles que mais incrementam suas taxas de crescimento

do estoque de emprego, mas são também neles onde as oportunidades parecem estar mais umbilicalmente associadas a menores qualificações e, consequentemente, salários.

Como possível agenda e desdobramento da atual pesquisa, variáveis que tentam de alguma forma descrever os migrantes por meio de seu nível educacional/escolaridade, renda, sexo, raça/cor e ocupação por setor de atividade, etc. podem elucidar quem são de fato aqueles que para aí se destinam.

Referências

BAENINGER, R. Homogeneização de tendências populacionais em São Paulo: o papel dos pólos regionais no processo de urbanização e de redistribuição espacial da população. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, 1994, Caxambu, MG. Anais... ABEP, 1994.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. In: Economia e Sociedade. Campinas, IE/UNICAMP, n. 8, jun, 1997.

CAIADO, M. C. S.; PIRES, M. C. S. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). Novas Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006. p. 275-304.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- UNICAMP, Campinas, 1994.

_____.; BAENINGER, R. Las migraciones internas en el Brasil Contemporáneo. Notas de Población, CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82, 2007.

CUNHA, T. A. da; FREY, H.; JAKOB, A. A. E. Tecendo Redes - A utilização de conceitos e ferramentas de Análises de Redes Sociais para os estudos de Redes Intrametropolitanas de Migração: a Região Metropolitana de Campinas como estudo de caso. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14, 2011, Rio de Janeiro, RJ. Anais… ENANPUR, 2011.

MARTINE, George. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, texto para discussão n.329, jan, 1994.

RIGOTTI, J.I. e RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, 1994, Caxambu. Anais... ABEP, 1994.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). Migrações internas: textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980, Tomo 1, p. 211-244.

A MIGRAÇÃO NO CENÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Aparecido Soares da Cunha

A distribuição espacial da população brasileira no início do século XXI passa, de forma significativa, pelas explicações e respostas dadas, ao longo do tempo, no contexto da migração na Região Metropolitana de São Paulo[1] - RMSP e dos 39 municípios que a compõe.

Durante muitas décadas a Região Metropolitana de São Paulo foi a área de maior atração no território brasileiro, apresentando os maiores saldos migratórios positivos e um ir e vir constantes de migrantes. Na década de 1980 a RMSP registra perdas populacionais neste balanço, mas reverte esta condição de área perdedora na última década do século passado com saldos migratórios positivos significativos e para a primeira década do século XXI teve novamente intensificada a perda de população para o restante do Brasil, notadamente para os novos pólos de atração que vinham se consolidando nos últimos anos. Essas últimas alternâncias, nos últimos 30 anos, na dinâmica da distribuição espacial da população da região mostram a complexidade que é estudar a migração no contexto metropolitano e quão difícil é traçar perspectivas futuras a partir de dados observados mesmo em três censos seguidos (1991-2000-2010).

Apresentar esse novo cenário, suas transformações e esta nova dinâmica populacional, envolvendo a Região Metropolitana de São Paulo, onde vivem aproximadamente 20 milhões de habitantes – quase metade da população do Estado de São Paulo (IBGE, Censo Demográfico 2010), e os principais fluxos migratórios é o que este artigo se propõe, à luz da nova dinâmica econômica e social que o país atravessa em período recente. A principal fonte de dados empregada neste artigo é o Censo Demográfico 2010 e os respectivos microdados do questionário da amostra.

Essa inflexão e mudanças nos fluxos migratórios desta metrópole, longe de deixar de ser a maior área de atração e de evasão populacional, mostram a importância do fenômeno no cenário da migração brasileira, notadamente para a primeira década deste século, onde não

[1] A Região Metropolitana de São Paulo – RMSP foi criada em 8 de junho de 1973, juntamente com outras sete Regiões, pela Lei Complementar número 14, pelo Congresso Nacional. A denominação anterior da RMSP era Região da Grande São Paulo

só a Capital e a RMSP como um todo, mas também muitos outros municípios da metrópole registraram perdas populacionais significativas no balanço migratório com outras localidades, além de um arrefecimento ainda mais acentuado no crescimento populacional da região, apesar dos vários e diferentes processos demográficos concomitantes que ocorrem nesses municípios metropolitanos.

Os resultados aqui apresentados, utilizando como base os quesitos de data fixa do Censo Demográfico 2010 (31 de julho de 2005/2010), evidenciam novas zonas ganhadoras nos espaços migratórios nacionais e o aumento consistente da capacidade de retenção populacional, principalmente da Região Nordeste e do Interior paulista, ao mesmo tempo em que os migrantes, que se dirigem e permanecem na Região Metropolitana de São Paulo, registram um perfil educacional e profissional mais qualificado, em relação aos emigrantes da mesma região no período analisado.

Os dados mostram que a migração está contribuindo cada vez menos com o crescimento da população metropolitana, refletindo de certa forma, apesar do dinamismo econômico da metrópole, as mudanças econômicas da região, notadamente com a contínua diminuição da participação da indústria e manutenção dos patamares do setor de serviços, decorrentes da reestruturação produtiva.

Compreender e comparar as características socioeconômicas e demográficas desses migrantes, tanto dos que lá permaneceram, quanto dos que emigraram, bem como apontar os volumes envolvidos, principais fluxos e as mudanças decorrentes na distribuição espacial da população no território metropolitano leva a um melhor entendimento das mudanças na dinâmica populacional no restante do país.

Visando dar um entendimento mais amplo da migração na RMSP, para o mesmo período analisado, também são apresentados os volumes, características e fluxos intrametropolitanos, comparativamente aos outros fluxos da RMSP.

A Região Metropolitana de São Paulo

Estudar os movimentos, processos e cenários migratórios oriundos da Região Metropolitana de São Paulo em período recente, suas características, tendências, condicionantes e consequências, é de grande importância para o entendimento das mudanças num contexto metropolitano amplamente urbanizado.

Já não se pode dizer que a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP é o grande pólo de atração migratória no Estado de São Paulo, considerando que os grandes volumes de imigrantes, no Estado, tanto interestaduais, quanto intra-estaduais com destino ao interior do Estado de São Paulo se sobrepõem ao que a metrópole recebeu no segundo quinquênio da primeira década deste século XXI.

Se nas décadas de 1960 e 1970 os saldos migratórios na RMSP eram positivos e superiores a 2 milhões de pessoas em cada período, ou seja, com aumentos anuais superiores a 200 mil pessoas durante 20 anos, já no período 2000-2010 o saldo migratório foi negativo em aproximadamente 300 mil pessoas, registrando uma situação se não nova, pois já tinha ocorrido de forma inédita na década de 1980, mas de confirmação de mudanças nos processos migratórios metropolitanos, com perdas migratórias anuais de aproximadamente 30 mil pessoas, conforme observa-se na Tabela 1.

Apesar dessas mudanças oscilantes no quadro demográfico, em relação à sua economia e desenvolvimento, a RMSP continua concentrando mais da metade do PIB estadual e

aproximadamente um quinto do PIB nacional (IBGE, 2008), sendo também grande centro econômico, financeiro e de serviços do país.

TABELA 1. Crescimento demográfico absoluto e taxa geométrica anual por tipo de componente – Região Metropolitana de São Paulo – 1940/2010

Período	Crescimento					Taxa Geométrica Anual de Crescimento da População (%)		
	Total	Vegetativo	(%)	Migratório	(%)	Total	Vegetativo	Migratório
1940-1950	1.094.741	293.437	26,8	801.304	73,2	5,53	1,48	4,05
1950-1960	2.076.290	840.583	40,5	1.235.707	59,5	5,83	2,36	3,47
1960-1970	3.400.834	1.369.950	40,3	2.030.884	59,7	5,56	2,24	3,32
1970-1980	4.448.815	2.153.238	48,4	2.295.577	51,6	4,46	2,16	2,30
1980-1991	2.856.216	3.130.908	109,6	-274.692	-9,6	1,88	2,06	-0,18
1991-2000	2.431.771	2.212.180	91,0	219.591	9,0	1,64	1,49	0,15
2000-2010	1.805.272	2.104.952	116,6	-299.680	-16,6	0,97	1,13	-0,16

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2010; Fundação SEADE, 1993, 1998 e 2011 e Autor, 2012.
Nota: Cálculos utilizando o Método das Estatísticas Vitais.

Segundo Araújo (2001), a RMSP passa de uma área predominantemente industrial na década de 1970, para um lócus de intensas transformações estruturais econômicas nas décadas seguintes e, mais precisamente na década de 1990, se consolida como uma metrópole de serviços – de serviços produtivos e de tecnologia, produzindo impactos e implicações na vida da metrópole e do Brasil.

Para Cunha (1994) a década de 1970 foi marcada pelo crescimento populacional maior do entorno da Região Metropolitana de São Paulo e das cidades chamadas "dormitórios". Este fenômeno de crescimento populacional dos municípios do entorno recebeu o nome de "periferização".

A dinâmica socioeconômica de outros pólos e regiões têm ligação direta com as transformações e reversões que estão ainda ocorrendo com a Região Metropolitana de São Paulo. Conforme apontando por Dedecca, et al. (2009), ocorreram grandes mudanças e transformações sociais e econômicas no interior do Estado, que estão contribuindo para esse novo arranjo. São esses novos processos históricos, sociais e econômicos na RMSP, potencializados pelos processos de crescimento econômico e social pulverizados do interior do Estado e de outras regiões nacionais que estão condicionando as migrações na esfera metropolitana e do próprio interior paulista.

Pensando o que ocorre em termos de fluxos migratórios na esfera estadual paulista, podemos colocar que há uma forte onda de atração-expulsão na Região Metropolitana de São Paulo e uma onda crescente e forte de atração do interior do Estado.

Os dados do Censo Demográfico 2010 marcam a ruptura definitiva na trajetória migratória da RMSP, com a diminuição dos volumes envolvidos, reversão dos saldos migratórios e estabilização do crescimento populacional. Nessa mesma Tabela 1 são registrados os volumes e taxas de crescimento populacional da Região Metropolitana de São Paulo e constata-se que, apesar das taxas de crescimento populacionais em patamares diminutos, o volume do crescimento vegetativo, ainda é considerado alto, pois ainda é fruto da inércia da fecundidade da região, conforme já registrado por Jannuzzi (2004), que observou uma quantidade muito grande de mulheres em idades reprodutivas.

A continuar com as insistentes quedas nos indicadores demográficos de crescimento, a RMSP irá estabilizar o seu volume populacional muito brevemente, pois não só o núcleo da RMSP

está se arrefecendo a muito tempo, como também a área do entorno se mostra parcialmente esgotada em termos de absorção migratória, levando a crer que os processos de mudanças e ajustes que a Capital sofreu estão se processando, nos outros municípios da RMSP, de forma diferenciada e em numa velocidade muito mais rápida que no município sede da RMSP.

Contudo, uma das primeiras informações importantes para a análise da população migrante é ter em mãos o total da população envolvida na área de investigação, na data de referência do Censo Demográfico. De posse desta informação é possível avaliar os impactos da migração na área .

Na Tabela 2 constam os números de habitantes da RMSP, por sexo e condição de naturalidade do município de residência na data de referência do Censo Demográfico.

TABELA 2. População por sexo, percentual e total, segundo a condição de naturalidade - Região Metropolitana de São Paulo - 2010

Condição de naturalidade (Nasceu neste município?)	Sexo				Total	(%)
	Masculino	(%)	Feminino	(%)		
1- Sim e sempre morou	5.309.762	27	5.525.148	28	10.878.925	55
2- Sim mas morou em outro município ou país estrangeiro	421.249	2	502.831	3	1.142.973	6
3- Não	3.702.594	19	4.222.391	21	7.662.077	39
Total	**9.433.605**	**48**	**10.250.370**	**52**	**19.683.975**	**100**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor 2012.

Observa-se que os não-naturais da RMSP representam 39% do total de moradores da região. O total de mulheres superou em 4% o total de homens, representando um volume superior em mais de 800.000 mulheres na metrópole paulistana. A população total da Região Metropolitana em 2010 é de 19.683.975 pessoas.

Ao se comparar os volumes do Censo 2010 com os dados do Censo Demográfico 2000, conforme Tabela 3, observa-se que realmente o número de naturais vivendo na RMSP aumentou de 54% (Tabela 3) para 61% (Tabela 2) e que há um aumento na migração de retorno dos naturais de 2% para 6%.

TABELA 3. População por sexo, percentual e total, segundo a condição de naturalidade - Região Metropolitana de São Paulo - 2000

Condição de naturalidade (Nasceu neste município?)	Sexo				Total	(%)
	Masculino	(%)	Feminino	(%)		
1- Sim e sempre morou	4.949.589	26	5.073.830	26	10.023.419	52
2- Sim mas morou em outro município ou país estrangeiro	144.505	1	163.700	1	308.205	2
3- Não	4.171.400	22	4.695.248	24	8.866.648	46
Total	**9.265.494**	**48**	**9.932.778**	**52**	**19.198.272**	**100**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 - Tabulações do Autor 2012.

O crescimento na metrópole foi muito pequeno na última década e não chegou a 500 mil habitantes no período, mostrando a realidade na queda das taxas de crescimento dos municípios que a compõe.

Quando observamos esses mesmos números, de naturais e não naturais do local de residência, segundo os municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo, observamos que, entre os 39 municípios da RMSP, o município de São Paulo é o que registra o

maior volume de naturais em termos absolutos e relativos, isto é, o município de São Paulo é o que tem a menor proporção de migrantes da RMSP (31%), considerando o local de nascimento, conforme registrado pelo último censo. Do outro lado, na mesma região metropolitana, encontramos o município de Santana de Parnaíba, com a maior proporção de migrantes na sua população, ou seja, 69%, conforme pode ser observado na Tabela 4.

TABELA 4. População e percentual, segundo a condição de naturalidade para os municípios de São Paulo e Santana de Parnaíba - 2010

CONDIÇÃO DE NATURALIDADE (Nasceu neste município?)	Municípios Selecionados			
	São Paulo	(%)	Santana de Parnaíba	(%)
1- Sim e sempre morou	7.203.858	64	28.259	26
2- Sim mas morou em outro município ou país estrangeiro	560.761	5	5.467	5
3- Não	3.488.885	31	75.087	69
Total	11.253.504	100	108.813	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor 2012.

Avaliando preliminarmente os números apresentados na Tabela 4 e um pouco do histórico recente dos dois municípios é possível sinalizar um forte arrefecimento da imigração no município sede da RMSP e aumentos contínuos dos fluxos e expansão da imigração no município de Santana de Parnaíba nas últimas décadas.

Em relação aos imigrantes de data-fixa do Censo Demográfico 2010, da RMSP, conforme demonstrado na Tabela 5, têm-se um elevado número de imigrantes oriundos do próprio estado de São Paulo, que se dirigiram ou se mantiveram na Região Metropolitana de São Paulo, chegando a compor mais de 66% do total registrado no período 2005-2010. Este número aponta que há uma grande intensidade de fluxos intra-estaduais e, certamente, intrametropolitanos prevalecendo no contexto metropolitano, apesar de fluxos históricos e clássicos se manterem com percentuais altos, tais como os fluxos de baianos e mineiros, respectivamente 9,29% e 3,91%.

Nesta mesma tabela é possível observar que prevalece um maior número de mulheres neste tipo de migração e que a migração de longa distância, exceto nordestina, tem pouco significado no contexto metropolitano paulista.

Neste total apontado para o Estado de São Paulo, como área de origem, cinco anos antes da data de referência do Censo Demográfico 2010, num total de 987.791 migrantes, constam todas as modalidades de migração, isto é, intrametropolitana, intramunicipal e intra-estadual. Mais à frente os volumes de cada modalidade serão destrinchados e abertos para uma melhor avaliação das características dos migrantes.

A migração no contexto metropolitano

A migração analisada no presente trabalho é a migração de data-fixa (2005/2010), oriunda dos registros do Censo Demográficos 2010, dados da amostra, para o conjunto dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Conforme tratado por Cunha (2005), com os dados de data-fixa cinco anos antes do censo têm-se a vantagem de combinar espaço (município e UF) e tempo (cinco anos atrás), determinando a residência em uma data fixa no passado - o que especifica um período exato e local inequívoco para a migração. Ainda segundo o autor, a "data fixa" determina sem ambiguidade o local onde o indivíduo residia, seja qual for o recorte espacial utilizado.

TABELA 5. População imigrante por sexo, percentual e total, segundo a Unidade da Federação de residência em 31/07/2005 - Região Metropolitana de São Paulo - 2010

Unidade da Federação de residência em 31/07/2005	Sexo				Total	(%)
	Masculino	(%)	Feminino	(%)		
ACRE	87	0,01	194	0,01	281	0,02
ALAGOAS	11.939	0,80	11.554	0,78	23.493	1,58
AMAPÁ	151	0,01	152	0,01	303	0,02
AMAZONAS	1.017	0,07	1.185	0,08	2.202	0,15
BAHIA	68.307	4,60	69.588	4,69	137.895	9,29
CEARÁ	19.594	1,32	19.694	1,33	39.288	2,65
DISTRITO FEDERAL	2.805	0,19	3.308	0,22	6.113	0,41
ESPÍRITO SANTO	1.637	0,11	2.041	0,14	3.678	0,25
GOIÁS	2.107	0,14	2.550	0,17	4.657	0,31
MARANHÃO	7.822	0,53	8.558	0,58	16.380	1,10
MATO GROSSO	1.528	0,10	1.603	0,11	3.131	0,21
MATO GROSSO DO SUL	1.862	0,13	2.089	0,14	3.951	0,27
MINAS GERAIS	26.799	1,81	31.269	2,11	58.068	3,91
PARÁ	2.992	0,20	2.836	0,19	5.828	0,39
PARAÍBA	11.978	0,81	11.453	0,77	23.431	1,58
PARANÁ	9.000	0,61	10.754	0,72	19.754	1,33
PERNAMBUCO	27.613	1,86	27.616	1,86	55.229	3,72
PIAUÍ	16.990	1,14	16.104	1,08	33.094	2,23
RIO DE JANEIRO	12.658	0,85	12.802	0,86	25.460	1,71
RIO GRANDE DO NORTE	3.748	0,25	4.249	0,29	7.997	0,54
RIO GRANDE DO SUL	4.330	0,29	4.515	0,30	8.845	0,60
RÔNDONIA	475	0,03	687	0,05	1.162	0,08
RORAIMA	30	0,00	50	0,00	80	0,01
SANTA CATARINA	3.837	0,26	4.592	0,31	8.429	0,57
SÃO PAULO	481.760	32,45	506.031	34,08	987.791	66,53
SERGIPE	3.540	0,24	3.787	0,26	7.327	0,49
TOCANTINS	268	0,02	543	0,04	811	0,05
Total	724.874	48,82	759.804	51,18	1.484.678	100,00%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor 2012.

Neste estudo foram computados como emigrantes todos aqueles que em 31 de julho de 2005 residiam em algum município da Região Metropolitana de São Paulo e que, na data de referência do Censo Demográfico 2010, foram recenseados em município fora dessa mesma Região Metropolitana. Como imigrantes foram computados todos aqueles que na data de referência do Censo Demográfico 2010 foram recenseados na Região Metropolitana de São Paulo e que em 31 de julho de 2005 apontaram que residiam em algum município fora da Região Metropolitana de São Paulo.

Diante desta perspectiva e conceito de migrante será possível tratar os migrantes de data-fixa, analisando-os, quando possível, sob a ótica interestadual (fluxos entre a RMSP e as outras Unidades da Federação) e intra-estadual (fluxos entre a RMSP e os municípios do interior do Estado de São Paulo), conforme Quadro 1.

As migrações intrametropolitana (fluxos entre os próprios municípios da RMSP) e intramunicipal da RMSP (fluxos dentro dos próprios municípios da RMSP), apesar de possível observação no quesito de data-fixa, serão apenas mensuradas e comparadas com as outras

modalidades em destaque neste trabalho. A migração internacional não será objeto deste trabalho, tão somente a migração interna.

QUADRO 1. Volume de migrantes por modalidade da migração, segundo o fluxo migratório - RMSP - 2005/2010

Fluxo Migratório e Migração Líquida	Modalidade da Migração			
	Intrametropolitana	Intramunicipal	Intra-estadual (1)	Interestadual (2)
Imigrantes (I)	470.595	391.103	119.828	496.884
Emigrantes (E)	470.595	391.103	356.383	418.159
Migração Líquida (I-E)	-	-	(236.555)	78.725

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor 2012. Nota: (1) e (2) são as modalidades que serão analisadas no presente artigo.

Ao avaliarmos no quadro resumo acima, as potencialidades de análises e poder explicativo dos movimentos migratórios na área metropolitana, verificamos que o volume de migrantes interestaduais envolvidos continua ganhando destaque pela grandeza dos números e saldo migratório positivo de mais de 78 mil pessoas.

Os estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará são os destaques em termos de volume e participação nesse fluxo de migrantes que a região metropolitana recebeu. Trata-se de um fluxo tradicional e recorrente. Em relação à emigração interestadual, os fluxos que se dirigiram da Região Metropolitana de São Paulo para os Estados da Região Nordeste correspondem a mais de 50% do total dos fluxos da emigração. Cabe destacar, também, os fluxos que se dirigiram para os estados de Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, com migração líquida negativa e desfavorável à metrópole paulista.

Segue-se a este, o volume da migração intra-estadual, que por sua vez requer explicações para o acentuado saldo líquido negativo. Conforme apontado por Baeninger (1999), o Interior paulista se tornou um espaço ganhador de população e se manteve neste período analisado.

As modalidades de migrações intrametropolitana e intramunicipal, apesar dos volumes significativos, da importância dentro do contexto metropolitano e dos movimentos de população que geram dentro do ambiente metropolitano não serão aprofundadas neste artigo.

No Quadro 2 é possível observar os dados sobre o volume interestadual de imigrantes, emigrantes e migração líquida para o Estado de São Paulo, considerando o quesito de data fixa, além da redistribuição dos volumes vistos no Quadro 1 para a RMSP, mas separados por Sede e Entorno.

QUADRO 2. Volume interestadual de imigrantes, emigrantes e migração líquida, segundo algumas áreas territoriais, 2005/2010

Áreas Territoriais	Imigrantes	Emigrantes	Migração Líquida
Estado de São Paulo	991.315	735.518	255.797
Região Metropolitana de São Paulo	496.884	418.159	78.725
Região Metropolitana de São Paulo - Sede	296.423	285.125	11.298
Região Metropolitana de São Paulo - Entorno	200.461	133.034	67.427

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor 2012.

O maior volume de migração líquida é decorrente dos saldos gerados nos municípios do Entorno da RMSP, ou seja, saldo de 67.427 pessoas. Em termos relativos representa 86% do saldo migratório de toda a RMSP no período, sob a ótica interestadual.

Pelo Quadro 2 também é possível notar que a Sede da RMSP, o município de São Paulo, ainda atraí mais migrantes interestaduais que o Entorno, 60% contra 40%, ao passo que a Sede expulsa mais migrantes que os municípios do Entorno, ou seja, 68% contra 32%.

Os imigrantes interestaduais da RMSP representam 50% do total de imigrantes da mesma modalidade para o Estado de São Paulo, Isto é, metade da migração interestadual acontece no espaço territorial da RMSP, ao passo que os emigrantes da RMSP representam 57% da corrente emigratória do Estado. Conclui-se que a área que está retendo mais migrantes interestaduais, sem dúvida, é a do interior do Estado de São Paulo, seguida pela área que congrega os municípios do Entorno da RMSP.

Os espaços ganhadores e perdedores da migração na Região Metropolitana de São Paulo[2]

A Tabela 6 apresenta os espaços ganhadores e perdedores de população em relação à migração na Região Metropolitana de São Paulo para o período de data-fixa 2005/2010. Pode-se observar que o grande espaço ganhador das migrações metropolitanas é o Interior do Estado de São Paulo, com saldo migratório de 236.556 pessoas. Nesse quinquênio analisado emigraram 356.384 pessoas da RMSP para o Interior paulista e imigraram 119.828 pessoas do interior do Estado de São Paulo, cujo destino era a RMSP. A RMSP perde anualmente para o Interior paulista 50 mil pessoas.

Outros destaques são os estados do Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina, que registram saldos favoráveis em relação à metrópole paulista e são estados de preferência dos paulistas que migraram no período analisado. São os novos espaços da emigração interestadual no contexto metropolitano paulista. Todos os estados da Região Centro-Oeste revelaram-se ganhadores em relação ao saldo migratório contra a RMSP.

Sob a ótica das perdas, o destaque é a Região Nordeste como um todo. A Região Nordeste foi a única das Grandes Regiões, com volumes significativos, a contribuir positivamente com os saldos da RMSP. Esses registros dos movimentos migratórios entre o Nordeste e a RMSP são históricos, permanentes e contribuíram de forma decisiva na formação da sociedade local, desde a década de 1950. No período em foco o saldo migratório positivo registrado para a RMSP foi de 144.344 pessoas. Os destaques, históricos, são os estados da Bahia, Pernambuco e Piauí, com as maiores contribuições.

Outro ponto a observar na Tabela 6 é que há uma perda significativa populacional do sexo masculino nesse contexto migratório, principalmente para a Região Sudeste e interior do Estado de São Paulo. Esta migração de curta distância talvez seja de migrantes mais escolarizados e de melhor qualificação profissional.

Um destaque isolado é o Rio Grande do Norte, que aparece como área ganhadora da Região Nordeste em relação à Região Metropolitana de São Paulo. As condições socioeconômicas e de manutenção da população naquela localidade melhoraram muito e isto está refletindo na capacidade de retenção de sua população e atração de novos migrantes paulistas.

Refletindo sobre a Tabela 6 podemos concluir que a RMSP, no conjunto, figura entre os espaços perdedores de população para o resto do Brasil, com perdas médias anuais da ordem

[2] O Índice de Eficácia Migratória (IEM) é a razão entre o saldo migratório e o volume total de migrantes (imigrantes mais emigrantes), variando entre -1 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a capacidade de absorção de população. Ao contrário, quando o indicador for próximo de menos 1, significa maior evasão populacional, e em torno de zero há um indicativo de rotatividade migratória, o que aponta para um equilíbrio entre imigrantes e emigrantes.

TABELA 6. Volume de Imigrantes e Emigrantes, Saldo Migratório, Migração Bruta e Índice de Eficácia Migratória do período 2005/2010 - Região Metropolitana de São Paulo

SIGLA UF	Região e Unidade da Federação	Imigrantes			Emigrantes			Saldo Migratório			Migração Bruta	Índice de Eficácia Migratória
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total		
	Norte	5.020	5.647	10.667	5.902	4.494	10.396	-882	1.153	271	21.063	0,01
RO	Rondônia	475	687	1.162	1.115	961	2.076	-640	-274	-914	3.238	-0,28
AC	Acre	87	194	281	169	130	299	-82	64	-18	580	-0,03
AM	Amazonas	1.017	1.185	2.202	901	499	1.400	116	686	802	3.602	0,22
RR	Roraíma	30	50	80	285	142	427	-255	-92	-347	507	-0,68
PA	Pará	2.992	2.836	5.828	2.233	1.733	3.966	759	1.103	1.862	9.794	0,19
AP	Amapá	151	152	303	209	185	394	-58	-33	-91	697	-0,13
TO	Tocantins	268	543	811	990	844	1.834	-722	-301	-1.023	2.645	-0,39
	Nordeste	171.531	172.603	344.134	100.529	99.261	199.790	71.002	73.342	144.344	543.924	0,27
MA	Maranhão	7.822	8.558	16.380	3.719	3.713	7.432	4.103	4.845	8.948	23.812	0,38
PI	Piauí	16.990	16.104	33.094	7.098	6.481	13.579	9.892	9.623	19.515	46.673	0,42
CE	Ceará	19.594	19.694	39.288	13.418	12.939	26.357	6.176	6.755	12.931	65.645	0,20
RN	Rio Grande do Norte	3.748	4.249	7.997	5.133	4.761	9.894	-1.385	-512	-1.897	17.891	-0,11
PB	Paraíba	11.978	11.453	23.431	9.491	9.107	18.598	2.487	2.346	4.833	42.029	0,11
PE	Pernambuco	27.613	27.616	55.229	18.069	18.263	36.332	9.544	9.353	18.897	91.561	0,21
AL	Alagoas	11.939	11.554	23.493	5.992	5.850	11.842	5.947	5.704	11.651	35.335	0,33
SE	Sergipe	3.540	3.787	7.327	2.865	2.936	5.801	675	851	1.526	13.128	0,12
BA	Bahia	68.307	69.588	137.895	34.744	35.211	69.955	33.563	34.377	67.940	207.850	0,33
	Sudeste	98.123	108.911	207.034	235.973	224.040	460.013	-137.850	-115.129	-252.979	667.047	-0,38
MG	Minas Gerais	26.799	31.269	58.068	37.646	36.001	73.647	-10.847	-4.732	-15.579	131.715	-0,12
ES	Espírito Santo	1.637	2.041	3.678	3.300	3.200	6.500	-1.663	-1.159	-2.822	10.178	-0,28
RJ	Rio de Janeiro	12.658	12.802	25.460	12.159	11.323	23.482	499	1.479	1.978	48.942	0,04
SP	São Paulo - Interior (1)	57.029	62.799	119.828	182.868	173.516	356.384	-125.839	-110.717	-236.556	476.212	-0,50
	Sul	17.167	19.861	37.028	37.323	35.097	72.420	-20.156	-15.236	-35.392	109.448	-0,32
PR	Paraná	9.000	10.754	19.754	23.774	22.403	46.177	-14.774	-11.649	-26.423	65.931	-0,40
SC	Santa Catarina	3.837	4.592	8.429	9.123	8.918	18.041	-5.286	-4.326	-9.612	26.470	-0,36
RS	Rio Grande do Sul	4.330	4.515	8.845	4.426	3.776	8.202	-96	739	643	17.047	0,04
	Centro-Oeste	8.302	9.550	17.852	16.415	15.511	31.926	-8.113	-5.961	-14.074	49.778	-0,28
MS	Mato Grosso do Sul	1.862	2.089	3.951	4.293	4.593	8.886	-2.431	-2.504	-4.935	12.837	-0,38
MT	Mato Grosso	1.528	1.603	3.131	2.873	2.508	5.381	-1.345	-905	-2.250	8.512	-0,26
GO	Goiás	2.107	2.550	4.657	5.615	4.938	10.553	-3.508	-2.388	-5.896	15.210	-0,39
DF	Distrito Federal	2.805	3.308	6.113	3.634	3.472	7.106	-829	-164	-993	13.219	-0,08
	Total	**300.143**	**316.572**	**616.715**	**396.142**	**378.403**	**774.545**	**-95.999**	**-61.831**	**-157.830**	**1.391.260**	**-0,11**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010, Tabulações Especiais do Autor, 2012.

Nota: (1) Referem-se a todos municípios do Estado de São Paulo, exceto os 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Vide Anexo I.

de 31.556 pessoas no quinquênio 2005/2010. No confronto com a RMSP, o interior do Estado de São Paulo é o grande espaço ganhador, recebendo da RMSP um significativo fluxo anual da ordem de 47.000 pessoas. Nesse mesmo período a Região Nordeste é o grande espaço perdedor, contribuindo com o saldo migratório paulista na ordem de 29.000 pessoas por ano.

Quem entra e quem saí na Região Metropolitana de São Paulo

De Onde Migram ?

O total de municípios envolvidos na contribuição da imigração na Região Metropolitana de São Paulo foi de 2.889 (sendo 2460 municípios de outros estados), ou seja, dos 5565 municípios existentes no Brasil na data de referência do Censo Demográfico 2010, 52% contribuíram com o volume total de imigrantes na RMSP, que chegou a 616.715 pessoas no período 2005/2010.

Os 10 municípios que mais se destacaram em termos de volume estão registrados na Tabela 7. Dos dez municípios, sete são capitais estaduais e duas são cidades e sedes metropolitanas paulistas, Santos e Campinas. Há uma pulverização na distribuição dos quantitativos por município em função do grande número de municípios envolvidos nestes fluxos. Os destaques são Rio de Janeiro e Salvador, com fluxos superiores a 10 mil pessoas.

TABELA 7. Volume de imigrantes da RMSP segundo os dez principais municípios de origem - 2005/2010

Municípios de Origem	Unidade da Federação	Total de Imigrantes	(%) do Total de Imigrantes
RIO DE JANEIRO	RJ	16.127	2,6
SALVADOR	BA	12.817	2,1
RECIFE	PE	9.117	1,5
BELO HORIZONTE	MG	7.966	1,3
SANTOS	SP	6.955	1,1
CAMPINAS	SP	6.879	1,1
FORTALEZA	CE	6.189	1,0
BRASÍLIA	DF	6.113	1,0
VITÓRIA DA CONQUISTA	BA	5.702	0,9
MACEIÓ	AL	5.498	0,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor 2012.

Em relação aos emigrantes o quadro das cidades com os maiores volumes de emigrantes se caracterizam por elevado contingente populacional e mudanças econômicas nas últimas décadas, com transformações na produção, principalmente nos municípios da região do ABC e D, excluindo-se São Caetano do Sul, onde os espaços para a migração são diminutos. O município de São Paulo é o grande destaque como município expulsor da metrópole, registrando 68% do volume total de emigrantes no período analisado, conforme pode-se observar na Tabela 8.

Esses dez municípios são responsáveis por 90% dos emigrantes da Região Metropolitana de São Paulo. São municípios com características semelhantes e com pólos industriais e de serviços avançados, cujas transformações nas últimas décadas leva a diminuir a capacidade de absorção de migrantes.

TABELA 8. Volume de emigrantes da RMSP segundo os dez principais municípios de origem - 2005/2010

Municípios de Origem	Unidade da Federação	Total de Emigrantes	(%) do Total de Emigrantes
SÃO PAULO	SP	529.125	68,3
GUARULHOS	SP	35.553	4,6
SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP	30.590	3,9
SANTO ANDRÉ	SP	26.298	3,4
OSASCO	SP	24.114	3,1
DIADEMA	SP	13.664	1,8
MAUÁ	SP	12.591	1,6
CARAPICUIBA	SP	9.109	1,2
MOGI DAS CRUZES	SP	7.865	1,0
BARUERI	SP	7.578	1,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor 2012.

Quem Migra ?

A estrutura etária[3] da população emigrante da RMSP é mais jovem que a de imigrantes, aparentando uma migração familiar e laboral, com forte concentração de migrantes nos grupos de 15 a 34 anos de idade. A idade média do emigrante é de 33 anos.

GRÁFICO 1. Pirâmide etária dos imigrantes e emigrantes da Região Metropolitana de São Paulo - 2005/2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor 2012.

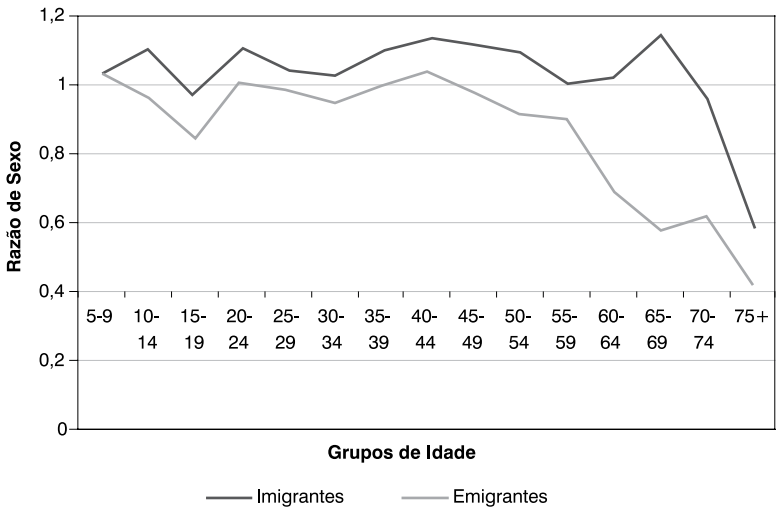
Por outro lado quem chega na metrópole tem um perfil mais envelhecido, com uma base da pirâmide mais larga. Como o volume de emigrantes é maior, uma das primeiras consequências é o rejuvenescimento, mesmo que pequeno, da população residente da metrópole. Para os imigrantes o valor modal fica no grupo etário de 30 a 34 anos de idade, para ambos os sexos, enquanto que para os emigrantes o valor modal é observado no grupo etário de 20 a 24 anos. A idade média do imigrante é de 29 anos.

[3] O Censo Demográfico capta a idade do migrante na data de referência do censo e não no momento da migração, que pode ter ocorrido, nesta modalidade de data-fixa 2005/2010, num intervalo de até 5 anos - desde o momento da migração até o momento do levantamento da pesquisa.

Há uma concentração relativa maior de adultos e idosos no grupo dos imigrantes, mostrando que esse grupo passa por processos diferenciados e distintos no ciclo vital em relação aos emigrantes.

O grupo de imigrantes tem predomínio masculino em quase todos os grupos etários, ao contrário dos emigrantes, em que o predomínio é feminino, conforme pode ser visto em razão de sexos no Gráfico 2.

GRÁFICO 2. Razão de sexos dos imigrantes e emigrantes da RMSP, segundo os grupos de idade, 2005/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor 2012.

Em relação à bagagem educacional há grandes diferenciais significativos no perfil educacional nos dois grupos, pois o grupo de emigrantes é muito mais escolarizado que o grupo de imigrantes. Na Tabela 9 constam as proporções de migrantes – imigrantes e emigrantes, por sexo, com 20 anos ou mais de idade, segundo o curso mais elevado que cursou. O corte aos 20 anos de idade objetiva padronizar a análise, isolando os efeitos da estrutura etária da população.

Vê-se que os emigrantes têm uma parcela bem menor de pessoas sem escolaridade e apresentam, por outro lado, uma maior proporção de pessoas com ensino médio, superior, mestrado e doutorado. Esses diferenciais na educação estão presentes também quando a análise é por sexo, pois as mulheres emigrantes também registram, na média, uma melhor escolaridade.

O rendimento mensal total médio dos imigrantes, apontado na Tabela 10, é de 2,73 salários mínimos e o rendimento dos emigrantes, no local de destino, corresponde a 92% desse valor. É importante observar que os dados aqui apresentados correspondem aos valores nominais apurados, sem contudo ter ocorrido uma padronização, visando retirar os efeitos da estrutura etária ou outra variável dependente, tal como raça ou cor ou o próprio local de destino, por exemplo.

Apesar disto, verifica-se que existem diferenciais em relação ao sexo, nível de instrução e condição migratória. Os homens, independentemente da condição migratória, têm um rendimento mensal total bem superior aos das mulheres. As mulheres recebem entre 50 e 60% do que recebem os homens.

Em relação à condição migratória, prevalece que os imigrantes recebem valores superiores, mas não tão discrepantes como os resultados com diferenciais por sexo. `

À medida que aumenta o nível de instrução, tantos os imigrantes, quanto os emigrantes têm aumentos consideráveis nos rendimentos mensais. Os migrantes com nível superior

apresentam os maiores rendimentos, mas na média este contingente corresponde a apenas 15% do total de migrantes com 10 anos ou mais de idade.

TABELA 9. Proporção de imigrantes e emigrantes de data-fixa da RMSP, com 20 anos ou mais de idade, segundo o curso mais elevado que frequentou – 2010

Curso mais elevado que frequentou	Imigrantes		Emigrantes	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
00- Sem escolaridade	19,3%	20,7%	10,6%	12,3%
01- Creche, pré-escolar (maternal e jardim de infância), classe de alfabetização - CA	0,4%	0,3%	0,5%	0,4%
02- Alfabetização de jovens e adultos	1,1%	0,9%	0,5%	0,6%
03- Antigo primário (elementar)	2,0%	2,8%	4,9%	5,3%
04- Antigo ginásio (médio 1º ciclo)	0,5%	0,7%	1,3%	1,6%
05- Ensino fundamental ou 1º grau (da 1ª a 3ª série/ do 1º ao 4º ano)	10,2%	7,6%	8,2%	7,0%
06- Ensino fundamental ou 1º grau (4ª série/ 5º ano)	6,3%	4,7%	6,1%	5,3%
07- Ensino fundamental ou 1º grau (da 5ª a 8ª série/ 6º ao 9º ano)	18,1%	14,9%	18,3%	16,1%
08- Supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	3,0%	2,5%	2,6%	2,0%
09- Antigo científico, clássico, etc.....(médio 2º ciclo)	0,3%	0,4%	1,0%	1,3%
10- Regular ou supletivo do ensino médio ou do 2º grau	23,1%	26,9%	27,0%	29,2%
11- Superior de graduação	11,5%	13,3%	14,9%	15,1%
12- Especialização de nível superior (mínimo de 360 horas)	2,8%	3,2%	2,7%	2,7%
13- Mestrado	0,9%	0,8%	1,0%	0,8%
14- Doutorado	0,4%	0,3%	0,5%	0,3%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor 2012.

TABELA 10. Rendimento mensal total em número de salários mínimos e diferencial, por sexo, segundo a condição migratória e nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade - Região Metropolitana de São Paulo - Julho/2010

Condição Migratória	Nível de Instrução	Sexo			Diferencial por Sexo (Mulheres/Homens)
		Total	Homens	Mulheres	
Imigrantes	1- Sem instrução e fundamental incompleto	1,18	1,29	1,06	82%
	2- Fundamental completo e médio incompleto	1,28	1,75	0,84	48%
	3- Médio completo e superior incompleto	2,14	2,94	1,51	51%
	4- Superior completo	10,30	14,05	7,21	51%
	5- Não determinado	1,37	1,72	1,03	60%
	Total	2,73	3,43	2,06	60%
Emigrantes	1- Sem instrução e fundamental incompleto	0,90	1,16	0,59	50%
	2- Fundamental completo e médio incompleto	1,31	1,68	0,94	56%
	3- Médio completo e superior incompleto	2,41	3,42	1,46	43%
	4- Superior completo	9,26	12,28	6,17	50%
	5- Não determinado	0,96	1,25	0,67	54%
	Total	2,51	3,32	1,66	50%
Diferencial Total por Condição Migratória (Emigrantes/Imigrantes)		92%	97%	81%	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor 2012.

Quando o rendimento mensal total é observado pela ótica da raça ou cor, os diferenciais aparecem, prevalecendo os melhores ganhos para a raça ou cor amarela, seguido pela branca. Os demais diferenciais são os mesmos que apresentados para o nível de instrução e só é notável os ganhos superiores das mulheres indígenas.

TABELA 11. Rendimento mensal total em número de salários mínimos e diferencial, por sexo, segundo a condição migratória e raça ou cor, das pessoas de 10 anos ou mais de idade - Região Metropolitana de São Paulo - Julho/2010

Condição Migratória	Raça ou Cor	Sexo			Diferencial por Sexo (Mulheres/Homens)
		Total	Homens	Mulheres	
Imigrantes	1- Branca	3,94	5,05	2,96	59%
	2- Preta	1,68	2,09	1,20	57%
	3- Amarela	5,20	6,68	4,04	61%
	4- Parda	1,28	1,66	0,89	54%
	5- Indígena	1,55	1,62	1,49	92%
Emigrantes	1- Branca	3,27	4,38	2,17	50%
	2- Preta	1,50	1,89	0,98	52%
	3- Amarela	4,21	6,18	2,25	36%
	4- Parda	1,34	1,79	0,83	46%
	5- Indígena	1,40	1,27	1,54	121%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor 2012.

O rendimento médio obtido por raça ou cor, também está muito influenciado pelo nível de instrução médio, especialmente dos amarelos na sociedade como um todo, em função de certa homogeneidade neste grupo.

Mais da metade dos imigrantes da Região Metropolitana de São Paulo são mulheres, ao passo que em relação aos emigrantes a maioria é de homens. Estes mesmos diferenciais por sexo e condição migratória também são observados em todas as Grandes Regiões, tanto de origem, quanto de destino.

A imigração acontece a partir de um grande número de municípios brasileiros para a Região Metropolitana de São Paulo, ao passo que a emigração é ainda muito concentrada a partir do município sede da Região Metropolitana de São Paulo.

O rendimento médio mensal do imigrante de 10 anos ou mais de idade foi de 2,7 salários mínimos –SM, enquanto que para os emigrantes foi registrado o valor de 2,5 SM. Os ganhos estão influenciados pelo perfil do migrante, sua educação e local de destino, prevalecendo ganhos baixos em ambos os casos, apesar dos pequenos diferenciais observados.

Parte da emigração metropolitana paulista se dirige ao interior paulista, com fluxo considerável de migração intra-estadual. Permanece o ir e vir da corrente nordestina, mas em menor volume e com algumas mudanças, como a encontrada nos fluxos do Rio Grande do Norte.

Conforme dito anteriormente, os dados mostram que a migração está contribuindo cada vez menos com o crescimento da população metropolitana, refletindo de certa forma, apesar do dinamismo econômico da metrópole, as mudanças econômicas da região, notadamente com a contínua diminuição da participação da indústria e manutenção dos patamares do setor de serviços, decorrentes da reestruturação produtiva.

A Região Metropolitana de São Paulo não perde totalmente o seu poder de atração, mas também não consegue reter como em décadas passadas. Passadas três décadas de baixíssimo crescimento migratório ela está totalmente dependente da fecundidade inercial para crescer.

Mas isto não significa que isto é pior para a metrópole, mas apenas uma nova condição de desenvolvimento e crescimento populacional.

A migração de longa distância e sem histórico anterior perde significado neste contexto metropolitano paulista nos dias atuais. Toma muito mais importância a migração intrametropolitana conjugada com a migração intramunicipal, além da migração intra-estadual, tendo como foco o Estado de São Paulo. Ganha também importância a migração interestadual para os estados vizinhos ao Estado de São Paulo, com crescentes volumes. Algumas destas modalidades migratórias merecem ser melhor avaliadas, pois são complementares à migração avaliada neste texto.

Referências

ARAUJO, M. de F.I. "Os cem últimos anos na história da cidade e a formação da Grande São Paulo". In: CANO, W. (coord.). São Paulo no Limiar do Século XXI: cenários da urbanização paulista. A região administrativa da Grande São Paulo. São Paulo, Fundação Seade, v.6, 1992a.

ARAUJO, M. de F.I. Impactos da reestruturação produtiva sobre a Região Metropolitana de São Paulo no final do século XX. Tese de Doutorado. Campinas, IE/Unicamp, maio 2001.

BAENINGER, Rosana. Crescimento das cidades: metrópole interior do Brasil; em Populações e Cidades, subsídios para o planejamento e para as políticas sociais / Rosana BAeninger (Org.). Campinas NEPO/ UNICAMP, Brasília. p. 209-222, 2010.

BAENINGER, Rosana. Regionalização e migração em São Paulo: características dos anos 80; em Anais do 7 Encontro Nacional da ANPUR, vol. 2, p. 995, 1997.

BAENINGER, R. Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes - Brasil, 1980-1996. 1999. 234 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BAENINGER, Rosana; BRITO, Fausto. Crescimento das Cidades, das Metrópoles e do Interior do Brasil Contemporâneo. In: Anais. XII Encontro Nacional da ANPUR, Sessão temática ST2 – Rede Urbana e Estrutura Territorial. Belém, Pará. 2007.

CUNHA, J.M.P.; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. Caderno do CRH, Salvador, v. 18 n. 43, 2005.

CUNHA, José M. P. da - A mobilidade intra-regional no contexto das mudanças no padrão migratório nacional: o caso da Região Metropolitana de São Paulo ; publicado em Anais do 7 Encontro Nacional da ANPUR, vol. 1, p. 21, 1997.

CUNHA, José M. P. da Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo ; Tese de Doutorado apresentada ao IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CUNHA, José M. P. da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise, São Paulo Perspec. vol.19 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2005.

DEDECCA, Claudio. MONTALI, Lilia. BAENINGER, Rosana. Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais, Estudos Regionais, Região Metropolitana de São Paulo, , FINEP/NEPP/NEPO/IE - UNICAMP, Março/2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE: População brasileira envelhece em ritmo acelerado. IBGE; Comunicação Social, 27 nov. 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1272 Acesso em: 7 julho 2012.

IBGE. Censos Demográficos 1940-2010 – Resultados da Amostra e Universo, Rio de Janeiro.

JANNUZZI, Paulo de Martino. São Paulo, século XXI; a maior metrópole e das Américas. Revista Ciência e Cultura, v. 56, n. 2, p. 30-32, abril/jun. 2004.

MARTINE, George. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80; publicado em Textos para discussão 329, IPEA, Brasília, 1994.

MARTINE, George. McGranaham, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades lições aprendidas, em Populações e Cidades, subsídios para o planejamento e para as políticas sociais / Rosana Baeninger (Org.). Campinas NEPO/UNICAMP, Brasília. p. 11-24, 2010.

PACHECO, C. A. Fragmentação da nação. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

Anexo

ANEXO I. Municípios da Região Metropolitana de São Paulo

1 - Arujá
2 - Barueri
3 - Biritiba-Mirim
4 - Caieiras
5 - Cajamar
6 - Carapicuíba
7 - Cotia
8 - Diadema
9 - Embu
10 - Embu-Guaçu
11 - Ferraz de Vasconcelos
12 - Francisco Morato
13 - Franco da Rocha
14 - Guararema
15 - Guarulhos
16 - Itapecerica da Serra
17 - Itapevi
18 - Itaquaquecetuba
19 - Jandira
20 - Juquitiba
21 - Mairiporã
22 - Mauá
23 - Mogi das Cruzes
24 - Osasco
25 - Pirapora do Bom Jesus
26 - Poá
27 - Ribeirão Pires
28 - Rio Grande da Serra
29 - Salesópolis
30 - Santa Isabel
31 - Santana de Parnaíba
32 - Santo André
33 - São Bernardo do Campo
34 - São Caetano do Sul
35 - São Lourenço da Serra
36 - São Paulo
37 - Suzano
38 - Taboão da Serra
39 - Vargem Grande Paulista

PERFIL DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO PAULISTA E SUAS CONEXÕES COM A MOBILIDADE ESPACIAL NA DÉCADA DE 2000: AS POTENCIALIDADES DE TRÊS FONTES DE DADOS

Ricardo Antunes Dantas de Oliveira

O cultivo de cana-de-açúcar é uma das atividades econômicas mais antigas no Brasil, com suas origens no período colonial, especialmente na costa do Nordeste, analisada por autores como Celso Furtado (1959) e Caio Prado Jr (1945). Como destaca Gonçalves (1998), no atual estado de São Paulo a ocupação das regiões de Itu, Campinas e Piracicaba entre meados do século XVIII e a segunda metade do século XIX foi estabelecida com base na produção açucareira. Tal atividade foi bastante relevante até a produção de café passar a ser predominante não apenas na economia paulista, mas também na economia nacional.

Após a crise internacional de 1929 e a consequente quebra da economia cafeeira (Cano, 1988), a cana-de-açúcar foi uma das produções agrícolas que entraram em seu lugar no estado de São Paulo, ao lado da cotonicultura e da pecuária. Como destaca Ramos (1999) a economia canavieira paulista registrou grande crescimento em decorrência de sua proximidade as mais importantes áreas consumidoras do país, num período de intensa urbanização na região Sudeste. A região ultrapassou a produção nordestina nos anos 1950, passando a ser a mais importante área de produção, reforçando tal característica após a implantação do PROALCOOL em 1975 (Ramos, *op cit*.).

Os trabalhadores desta agricultura em transformação, na metade do século XX, eram predominantemente pequenos proprietários agrícolas (Durham, 1973), que perderam suas terras no processo de concentração fundiária ocorrido durante o processo de expansão capitalista na agricultura paulista e sua consequente subordinação à economia urbana. Mello (1976) e Saint (1980) apontam que este processo resultou na criação de uma força de trabalho que apesar de trabalhar em ocupações temporárias na agricultura, vivia nas periferias das cidades.

A cultura canavieira era um dos cultivos que utilizava esta força de trabalho, que de acordo com Durham (1973) migrou para as cidades e para ocupações urbanas com a expansão de uma economia urbano-industrial no Sudeste a partir da década de 1950. Tal processo aumentou a necessidade de se buscar trabalhadores agrícolas entre pessoas com características semelhantes

em outras partes do país, especialmente a partir dos anos 1970 (Alves, 2007). Isto permite apontar que historicamente o trabalho dos migrantes tem sido uma das, senão a principal, fonte de trabalhadores agrícolas no estado de São Paulo, com destaque para as atividades ligadas à cana-de-açúcar.

Silva (1999) e os diversos trabalhos em Novaes e Alves (2007) estão entre os que analisaram tal importância, relacionada à falta de trabalhadores nas regiões produtoras, devido aos baixos salários e às más condições de trabalho, marcas do Complexo Agroindustrial (CAI) canavieiro. Especialmente após a greve dos cortadores de cana em 1984 (Alves, 2007), a busca por migrantes sazonais oriundos das regiões mais pobres do país aumentou devido à menor organização dos mesmos em comparação com os trabalhadores rurais das regiões produtoras. Atualmente a importância desses trabalhadores vem passando por uma relevante mudança, pois se no início da década de 2000 houve um aumento do número de pessoas contratadas em decorrência da recente expansão do CAI, verifica-se na principal região produtora, o estado de São Paulo, a tendência de finalização das atividades manuais no corte da cana em função do processo de mecanização (Silva, 2004; Ramos, 2007)

Este trabalho descreve os elementos essenciais e as transformações recentes nas características do trabalho e dos trabalhadores do CAI canavieiro no estado de São Paulo durante a década de 2000, considerando que o perfil necessário se articula à demanda por migrantes. O objetivo é o estabelecimento de um perfil dos trabalhadores e das condições de trabalho nas atividades agrícolas do CAI canavieiro, destacando como este se relaciona à questão dos migrantes provenientes das regiões mais pobres do país.

A expansão do CAI significou o aumento do número de postos de trabalho e consequentemente do número de migrantes, porém o processo de mecanização da colheita da cana-de-açúcar vem reduzindo a demanda por trabalhadores. A abordagem de tais questões envolve inicialmente registrar os dados secundários utilizados e a metodologia do presente capítulo.

Dados e metodologia

O desenvolvimento deste trabalho envolve fundamentalmente duas atividades: a análise do referencial bibliográfico e sistematização de informações estatísticas secundárias. A primeira delas embasa a abordagem da segunda, ressaltando os materiais que tratam das dinâmicas do mercado de trabalho do CAI canavieiro.

O trabalho com dados secundários abrange o uso de três fontes de dados: RAIS, PNAD e Censo Demográfico 2000[1]. A mais importante limitação dos dados é causada pelo fato de que tanto a PNAD quanto os Censos Demográficos não coletam informações que especifiquem migrantes temporários. A única forma de obter informações sobre esses trabalhadores é utilizando a RAIS, porém esta não tem uma caracterização de um perfil migratório já que não há questões sobre lugar de residência atual e anterior, entre outras.

A solução para esses problemas é explorar as possibilidades de cada uma das fontes com o intuito de estabelecer uma caracterização do mercado de trabalho do CAI canavieiro e de sua expressão espacial. Combinar as possibilidades das fontes permite o melhor perfil com propósitos analíticos.

[1] No período considerado nesta análise foi realizado o Censo Agropecuário 2006, porém considerou-se que as informações desta fonte não aprofundariam as análises efetuadas, já que apenas aumentariam o volume das informações sem expressar informações muito distintas das três fontes já destacadas em nenhuma das dimensões relevantes: População ocupada nas atividades do CAI canavieiro; características destas e mobilidade espacial dos trabalhadores. No capítulo seguinte se utilizam informações do Censo Agropecuário em função de serem específicas a este, caso dos dados sobre Estrutura Fundiária.

Uma consideração inicial sobre as características dos dados diz respeito ao fato de que a PNAD e o Censo Demográfico se referem ao lugar de residência dos entrevistados, mas os dados da RAIS são obtidos através das informações que os empregadores têm de enviar ao Governo. Isso significa que a partir da RAIS é possível saber se uma pessoa está trabalhando para uma empresa situada em um determinado município, mas não se tal pessoa vive na mesma localidade.

As proposições desenvolvidas no estudo mais amplo no qual este artigo está inserido[2], destacam que a compreensão das articulações entre o mercado de trabalho do CAI canavieiro e a mobilidade espacial tem as conexões entre processos ocorridos em distintas escalas espaciais como uma de suas premissas fundamentais. Por este motivo, privilegia-se a abordagem das características do estado de São Paulo, comparado com o país como um todo no caso das informações do Censo Demográfico 2000 e das PNADs da década, com o intuito de destacar sua relevância e as características específicas. Por permitirem uma abordagem mais aprofundada das dinâmicas do trabalho no CAI canavieiro, os dados da RAIS são registrados apenas para o estado de São Paulo. Para evitar trabalhar com um conjunto muito extenso de informações e considerando que a dinâmica dos processos não varia tão rapidamente, as informações da RAIS foram registradas para os anos de 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008, já aquelas das PNADs para os anos de 2002, 2004, 2006 e 2008.

O primeiro passo em qualquer das escalas consideradas é a identificação da população que está sendo estudada, efetuada a partir de todas as fontes será realizada usando a variável Atividade do Trabalho Principal. Esta permite caracterizar os trabalhadores das atividades do CAI canavieiro: Cultivo, Fabricação de Açúcar e Fabricação de Álcool. A maior especificação é dada pela variável Ocupação no Trabalho Principal, que possibilita a separação entre os trabalhadores agrícolas, foco deste estudo, e as outras do setor de atividade, que podem incluir motoristas, agrônomos, gerentes, vigilantes e outros. Estes tipos de informação estão disponíveis em todas as fontes de dados e para todas as escalas.

O passo seguinte inclui as características sociodemográficas desses trabalhadores (Idade, Sexo e Níveis Educacionais), também disponíveis nas três fontes. Tais informações são relevantes para o estabelecimento das especificidades dos mesmos. A última informação disponível em todas as fontes se refere aos rendimentos mensais. Faz-se relevante comparar as informações considerando as diferenças entre fontes, enfatizando sua evolução no período e integrada à análise das características de trabalho e emprego. Cabe destacar que quando há informações disponíveis nas três fontes, caso das características sócio-demográficos, a RAIS é privilegiada por fornecer informações sobre a totalidade dos trabalhadores formais do CAI canavieiro. Apenas a definição da população estudada (próxima sessão) destaca as três fontes, já que ao longo do trabalho os totais específicos são registrados.

Com base na identificação dos trabalhadores em seu setor de atividade e tipo de ocupação, são analisadas as características de trabalho e emprego. Considerando as diferentes fontes de dados, duas séries temporais distintas vão ser estruturadas com relação a essas características. O Censo Demográfico 2000 e as PNADs (2002, 2004, 2006 e 2008) propiciam um perfil e tendências das mudanças durante a década de 2000, com informações mais detalhadas nestas últimas, especialmente com relação ao nível estadual. As duas fontes registram limitações: os Censos não têm informações tão específicas sobre trabalho e as PNADs não podem ser desagregadas além de estados e regiões metropolitanas. A evolução temporal

[2] A tese "Mobilidade Circular de Cortadores de Cana e Divisão Espacial do Trabalho: expressões regionais na década de 2000", defendida em 29/02/2012 sob orientação da Profa. Dra. Rosana Baeninger (NEPO/UNICAMP), no programa de Pós-Graduação em Demografia da UNICAMP.

das características de trabalho também será analisada através das informações da RAIS, com ênfase nas informações que não existem nas outras duas fontes, baseadas em questões referentes à: se a pessoa está empregada no último dia do ano; o mês em que o contrato foi terminado (o que indica o período do corte da cana) e o tipo de vínculos contratuais. Outra vantagem da RAIS é a possibilidade de atingir os níveis locais, comparáveis apenas com os dados censitários, que têm intervalos maiores entre os períodos de coleta de informações.

A apresentação das informações acima destacadas é feita na maioria dos casos através dos percentuais de cada categoria em relação ao total absoluto de trabalhadores do CAI canavieiro e principalmente dos agrícolas, que compõem o objeto do estudo, enfatizando as mudanças relativas entre os anos considerados. Apenas as informações relativas aos números de trabalhadores nas atividades e ocupações são registradas através de seus valores absolutos. No caso das tabelas com dados provenientes das PNADs as unidades espaciais consideradas são o Brasil e o estado de São Paulo, enquanto aquelas com dados da RAIS destacam principalmente o estado de São Paulo.

Uma indicação dos números de trabalhadores sazonais e sua avaliação são realizadas através de cruzamentos das variáveis: a) Emprego em 31/12 (que indica o número de pessoas empregadas e não empregadas no último dia de cada ano considerado) e b) Mês do desligamento (mês do ano considerado em que os vínculos empregatícios foram finalizados). Tais informações compõem um indicador relativo à circulação do trabalho no CAI.

Através dos passos acima é possível desenvolver a análise da informação disponível nas três fontes, elaborando séries históricas da evolução de cada tipo de informação e comparando-as. Para atender a essas tarefas é utilizada estatística descritiva para compor séries temporais, cruzar informações sobre trabalho e relativas às características demográficas.

A População em Estudo

A recente expansão do CAI canavieiro teve importantes repercussões sobre o mercado de trabalho, com significativo crescimento do número de postos de trabalho em todas as atividades. O trabalho com diversas fontes implica na necessidade de destacar suas características enquanto registramos suas informações. A fonte mais completa de dados é composta pelos registros da RAIS, porém como as questões mais relevantes são aquelas vinculadas às dinâmicas migratórias se faz necessário incorporar as informações do Censo Demográfico 2000 e das PNADs de 2002, 2004 2006 e 2008. Por isto, desde os esclarecimentos sobre a população em estudo é importante destacar dados das três fontes (Tabela 1).

A atividade de Cultivo é aquela com mais postos de trabalho no CAI canavieiro, tanto em nível nacional, quanto em nível estadual. As duas escalas se diferenciam pela maior concentração existente para o país como um todo. A importância deste estado no contexto do CAI canavieiro pode ser verificada pela concentração de trabalhadores, já mais de dois terços dos ocupados foram registrados no mesmo. Tal concentração é ainda mais destacada quando são tomados apenas os ocupados na Fabricação de Açúcar. Na atividade de Cultivo foi verificada uma menor concentração, ainda que bastante relevante.

Os dados das PNADs são relevantes em função de sua maior frequência, permitindo acompanhar a evolução temporal das dimensões abordadas. Porém, cabe recordar seu caráter distinto das informações censitárias, uma vez que são exclusivamente amostrais, o que não permite análises para escalas mais restritas e é problemático para abordar populações de menor tamanho (Tabela 2).

A partir das informações se destacam diversas dimensões do mercado de trabalho no CAI canavieiro durante a década de 2000: o importante crescimento do número de trabalhadores em todas as atividades; a concentração nas atividades de Cultivo, que pouco foi reduzida no período; e um ligeiro aumento da concentração de trabalhadores no estado de São Paulo.

TABELA 1. Trabalhadores das Atividades do CAI canavieiro, Brasil e Estado de São Paulo, 2000

	Cultivo	Fabr. Açúcar	Fabr. Álcool	Total
Brasil	282.593	141.592	28.111	452.296
Brasil -%	62,5	31,3	6,2	100
São Paulo	97.159	68.632	10.433	176.224
São Paulo -%	55,1	38,9	5,9	100
% - São Paulo[1]	34,4	48,5	37,1	39

Observações: Atividades: 01105 – Cultivo de Cana-de-Açúcar; 15041 – Fabricação e Refino de Açúcar;e 23400 – Produção de Álcool. Tanto para o Censo Demográfico 2000, quanto para as PNADs, a referência da classificação de atividades é dada pela Classificação Nacional de Atividade Econômicas – CNAE em sua versão para pesquisa domiciliares.
Fonte: FIBGE – Censo Demográfico 2000 (microdados)

TABELA 2. Trabalhadores das Atividades do CAI canavieiro, Brasil e Estado de São Paulo, 2002, 2004, 2006 e 2008

	Brasil				São Paulo			
	Cultivo	F. Açúcar	F. Álcool	Total	Cultivo	F. Açúcar	F. Álcool	Total
2002	516.964	91.906	65.184	674.054	151.024	36.917	34.402	222.343
2004	586.913	111.443	87.525	785.881	182.585	55.717	45.428	283.730
2006	625.763	165.391	71.987	863.141	176.472	82.530	41.262	300.264
2008	713.972	164.282	104.817	983.071	233.286	74.265	65.140	372.691
TCG anual (%)	5,53	10,16	8,24	6,49	7,52	12,36	11,23	8,99

Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008.

O número de trabalhadores aumentou de maneira importante entre os anos considerados tanto em nível nacional, quanto no principal estado produtor (São Paulo). Entre 2002 e 2008, no primeiro ano anterior à introdução dos veículos *flex fuel* – dimensão fundamental da expansão para Szmrecsányi et al. (2008) -, e no último ano da série considerada, foram verificadas variações positivas em todas as atividades. Embora haja uma grande concentração de trabalhadores nas atividades de Cultivo em relação aos totais da força de trabalho, o maior crescimento foi registrado nas atividades industriais do complexo. Através das mesmas informações para o estado de São Paulo, se verifica o papel do crescimento das atividades industriais do complexo no contexto expansivo recente, ambas com taxas de crescimento anual superiores a 10%.

A concentração de trabalhadores na atividade de Cultivo é muito relevante: 76,7% da mão de obra do complexo para o país e 67,9% para o estado de São Paulo no ano de 2002. Apesar da expansão das atividades industriais, a redução da concentração no Cultivo foi bem pouco significativa, já que em 2008 foram registrados os valores de 72,6% e 62,6% respectivamente para o país e o estado abordado. Este aspecto é bastante relevante em termos das perspectivas do complexo e mais especificamente do trabalho nas suas atividades, já que a mecanização do corte, processo importante no estado de São Paulo, vai eliminar grande parte dos postos de trabalho no Cultivo (Silva, 2004 e Moraes, 2009) e as ações de requalificação não atingem a absoluta maioria dos trabalhadores. Autores como Ramos (2007) e Alves (2009) tratam de tais questões, apontando a necessidade de se investir em ações e políticas que possam ampliar as possibilidades de trabalho daqueles que irão perder esses postos.

A última questão relevante quanto à perspectiva temporal possibilitada pelos dados das PNADs se refere à concentração em São Paulo. Mesmo com a expansão das atividades em outros estados, houve um pequeno incremento da concentração dos trabalhadores no estado. No ano 2002, 33% dos trabalhadores foram registrados em São Paulo, já no ano de 2008 esse valor atingiu 37,9%, reiterando a sua relevância regional no mercado de trabalho do CAI canavieiro.

Os dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) são bastante relevantes, por serem referentes ao universo de trabalhadores formais nas mais diversas atividades econômicas, ao contrário dos dados censitários[3] e das PNADs Ainda que não tragam informações diretamente referentes a trabalhadores migrantes, permitem apontar dimensões de tal mobilidade, além de caracterizar de maneira mais precisa as dinâmicas do trabalho no CAI canavieiro. Apesar de se referir apenas aos trabalhadores formais, Deddeca e Mendes (2009) ressaltam a possibilidade de trabalhar com tais informações para o estado de São Paulo devido ao alto grau de formalização do trabalho no CAI canavieiro paulista.

As informações das PNADs e do Censo Demográfico 2000 permitiram destacar o CAI canavieiro do estado de São Paulo como o mais expressivo no contexto brasileiro. Com os dados da RAIS, concentra-se o foco no referido estado com o intuito de aprofundar a análise de suas características. Diferentemente dos dados censitários e das PNADs, as informações sobre atividades econômicas na RAIS não são baseadas na variante para pesquisas domiciliares da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), mas em suas versões originais, assim os códigos se diferenciam entre a CNAE 1.0 e a 2.0[4].

A partir das informações sobre os trabalhadores das atividades do CAI canavieiro paulista registradas a seguir podem ser destacadas diversas dimensões, sendo que algumas já foram registradas na análise das informações censitárias e das PNADs, porém o caráter distinto dos dados da RAIS, registrados na tabela 3, permite o aprofundamento da avaliação das questões.

TABELA 3. Trabalhadores do CAI canavieiro, Estado de São Paulo, 2000 a 2008

Atividades	2000		2002		2004		2006		2008		TCG anual
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	%
Cultivo	180.718	73,3	195.206	66,7	190.967	56,9	247.211	53,1	255.851	49,7	4,4
F. Açúcar	50.515	20,5	77.490	26,5	117.027	34,9	160.078	34,4	192.866	37,5	18,2
F. Álcool	15.344	6,2	19.857	6,8	27.556	8,2	58.177	12,5	65.983	12,8	20
Total	246.577	100	292.553	100	335.550	100	465.466	100	514.700	100	9,6

Observações: 1) para fins analíticos, na classe Fabricação de Açúcar foram somados os totais de trabalhadores nas duas classes referentes à produção de Açúcar: Fabricação de Açúcar Bruto e Fabricação de Açúcar Refinado.
Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) – Ministério do Trabalho e Emprego.

[3] As informações a respeito da atividade econômica do entrevistado fazem parte do questionário da Amostra nos Censos, não se referindo ao universo dos trabalhadores.
[4] CNAE 1.0 – utilizada para os anos de 2000 a 2005: Classe 01139 – Cultivo de cana-de-açúcar; Classe 15610 – Fabricação de Açúcar Bruto; Classe 15628 – Fabricação de Açúcar Refinado; Classe 23400 – Fabricação de Álcool. CNAE 2.0 – utilizada para os anos de 2005 a 2008: Classe 01130 – Cultivo de cana-de-açúcar; Classe 10716 – Fabricação de Açúcar Bruto; Classe 10724 – Fabricação de Açúcar Refinado; Classe 19314 – Fabricação de Álcool.

O total de trabalhadores em cada uma das atividades do CAI canavieiro aumentou de forma relevante no estado de São Paulo no período considerado, o que se destaca a partir dos valores absolutos em cada um dos anos. Ainda que a atividade que mais emprega, Cultivo, tenha passado por algumas flutuações, verificou-se que o total geral de trabalhadores mais do que dobrou entre 2000 e 2008, crescendo 9,6% ao ano.

Os setores de Fabricação de Açúcar e Álcool registraram as taxas médias de crescimento anual mais significativas (18,2% e 20% ao ano respectivamente), tendo ambos registrado valores superiores à média (9,6% ao ano), expressando o ganho de importância dessas atividades para o emprego no complexo. Por sua vez, a atividade de Cultivo registrou flutuações relevantes, diminuindo o número de empregados entre 2002 e 2004 em 4.239 postos os outros setores apresentaram diminuição apenas entre os dois últimos anos considerados, o que impactou também o total geral de trabalhadores.

Embora as mudanças relativas tenham sido apontadas acima, é relevante retomar tal questão pois ela permite destacar as especificidades do momento atual. Enquanto a atividade de Cultivo teve sua participação relativa no total de trabalhadores diminuída no período (73,3% em 2000, 56,9% em 2004 e 49,7% em 2008), as outras registraram aumentos mesmo que tenha havido pequenas variações, bastando destacar que em 2000 a Fabricação de Açúcar registrava 20,5% dos trabalhadores, enquanto a de Álcool representava 6,2%, atingindo no último ano considerado 37,5% e 12,8% respectivamente.

As mudanças quanto ao peso relativo de cada uma das atividades expressam por um lado o ganho de importância das atividades industriais do CAI canavieiro, já que a produção de açúcar e de álcool vem aumentando consideravelmente conforme destacado no Anuário Estatístico da Bioenergia (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2011), mas também pelo processo de mecanização da colheita que vem se tornando cada vez mais relevante em São Paulo de acordo com autores como Ramos (2007) e Szmrecsányi et al. (2008). O impacto dessa transformação decorre da provável extinção do corte manual, já que este depende da queimada da cana e a legislação estadual prevê o fim destas até 2021[5].

Há que se fazer uma ressalva quanto ao ganho de importância das indústrias no CAI canavieiro quando abordada apenas através dos tipos de atividade dos empreendimentos. Logicamente a expansão do processamento é característica fundamental da recente expansão como destacado por autores como Ramos (2007), Szmrecsányi et al. (2008) e no estudo conjunto BNDES/CGEE (2008), porém não se pode negligenciar a integração vertical predominante no complexo (Veiga Filho e Ramos, 2006; Baccarin et al., 2009).

Integração vertical é a produção da matéria-prima pela própria empresa que realiza o processamento. Veiga Filho e Ramos (2006) e Szmrecsányi et al. (2008) destacam que tal atributo é marcante no CAI canavieiro, tendo ocorrido inclusive um recrudescimento nos últimos anos em função da entrada de grupos econômicos largamente capitalizados. Portanto, avaliar as diferentes ocupações é fundamental para se compreender as transformações no complexo.

A abordagem da dinâmica recente das ocupações agrícolas no CAI canavieiro também é marcada por diferenças entre as fontes de dados utilizadas. Tanto o Censo Demográfico 2000 quanto as PNADs têm como base a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em sua versão domiciliar, enquanto a RAIS considera a CBO em sua versão mais completa e detalhada. Por outro lado o Censo Demográfico destaca ocupações agrícolas apenas em Atividades de Cultivo,

[5] Lei nº 11.241, de 19 de setembro de 2002 – disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/licitacoessustentaveis/Lei%20Estadual%2011241%2019-09-2002.pdf

já as PNADs e RAIS registram trabalhadores agrícolas nas diversas Atividades, representando um maior detalhamento da informação, pois a integração vertical, anteriormente ressaltada, explica a verificação de trabalhadores agrícolas em estabelecimentos industriais que produzem a própria matéria-prima; fato bastante comum no complexo. Considerando tais distinções é que são registradas as informações das ocupações dos trabalhadores.

Em relação às informações do Censo Demográfico 2000[6], quatro ocupações[7] compõem os trabalhadores agrícolas assalariados do CAI canavieiro. Não são considerados os produtores de cana-de-açúcar, assim como os supervisores do trabalho agrícola. As quatro ocupações concentravam 232.378 pessoas para o país como um todo (91,34% na ocupação 6229), representando 51,38% do total de trabalhadores do complexo.

O estado de São Paulo registrou 86.236 trabalhadores nestas quatro ocupações (89,1% na ocupação 6229), representando 48,93% do total estadual. O valor registrado é constituído por 78.254 que foram entrevistados em São Paulo e declararam trabalhar no estado e 7.982 que foram entrevistados em outros estados e declararam trabalhar em municípios paulistas[8]. A principal questão que se destaca com relação às ocupações enfocadas é a concentração da mão de obra em São Paulo, já que 37,1% dos ocupados trabalhavam no estado, dimensão articulada à importância do seu CAI canavieiro no contexto brasileiro.

Os dados das PNADs permitem acompanhar as tendências das ocupações agrícolas do CAI canavieiro ao longo da década de 2000. Assim como no caso do Censo Demográfico 2000 são consideradas quatro ocupações agrícolas, porém estas foram registradas de maneira agregada para as três atividades econômicas vinculadas à cana-de-açúcar (Tabela 4). Cabe ressaltar uma questão referente à distribuição entre as atividade e ocupações: para o país como um todo, nos quatro anos considerados, sempre em torno de 97% dos trabalhadores estavam em Atividades de Cultivo e acima de 70% na ocupação 6229. Para o estado de São Paulo os mesmos valores estiveram respectivamente em torno a 97% e acima de 75%.

TABELA 4. Total de trabalhadores em ocupações agrícolas, Brasil e Estado de São Paulo, 2002, 2004, 2006 e 2008

	2002	2004	2006	2008	TCG anual (%)
Brasil	463.505	503.160	553.947	607.702	4,6
Brasil -%	68,8	64	64,2	61,8	
São Paulo	139.276	152.579	152.769	190.251	5,3
São Paulo -%	62,6	53,8	50,9	51	
% - São Paulo	30,0	30,3	27,6	31,3	

Observações: Brasil -% e São Paulo -% se referem à participação dos ocupados agrícolas em relações aos totais nacional e estadual de trabalhadores do CAI canavieiro. % - São Paulo se refere à participação dos ocupados agrícolas em São Paulo com relação aos totais destes em escala nacional.
Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008.

Através das informações é possível verificar um importante aumento do número de trabalhadores assalariados em ocupações agrícolas tanto no Brasil, quanto no estado de São Paulo. Entre 2002 e 2008 o total nacional cresceu 4,6% ao ano, enquanto o total paulista registrou

[6] Como destacado anteriormente, as informações da Amostra do Censo Demográfico 2010 só serão disponibilizadas no 1º trimestre de 2012, não havendo tempo hábil para sua utilização.
[7] São elas: 6210 – Trabalhadores na Exploração Agropecuária em Geral; 6229 – Trabalhadores Agrícolas; 6239 – Trabalhadores na Pecuária; 6410 – Trabalhadores da Mecanização Agropecuária.
[8] A partir da variável Município de Trabalho ou Estudo.

crescimento ligeiramente maior: 5,3% ao ano. Tais informações demonstram que no momento de expansão do CAI canavieiro, há uma reiteração da relevância de São Paulo, ressaltada também através da manutenção de uma concentração em torno a 30% do total nacional. Merece destaque o fato de que os dados indicam um aumento entre 2004 e 2006 muito pouco significativo para o estado de São Paulo, especialmente quando comparado ao total nacional. Isto possivelmente está vinculado a problemas amostrais da própria fonte das informações, já que as informações da RAIS, registradas adiante, não demonstram uma variação tão restrita.

Outra informação interessante que se pode verificar através das PNADs é o peso relativo das quatro ocupações agrícolas em relação ao total de trabalhadores nas atividades do CAI canavieiro (disponível na Tabela 2). Para o país como um todo, representavam 68,8% em 2002, atingindo 61,8% em 2008, indicando uma tendência de redução de sua importância ainda que tenham mantido altos percentuais, superiores a 60%. No caso da principal área produtora, o estado de São Paulo, também foi verificada uma redução: de 62,6% em 2002 para 51,0 em 2008, ainda que a partir de uma menor concentração no ano inicial da série.

A diminuição da participação das ocupações agrícolas no total de trabalhadores, mesmo com o acréscimo dos seus valores absolutos está relacionado com a expansão das atividades industriais do CAI canavieiro e a mecanização das atividades agrícolas. O estado de São Paulo registrou menor concentração nessas ocupações em decorrência da maior complexidade das atividades em escala regional, assim como pelo papel mais significativo da mecanização, como apontado por Silva (2004) e Ramos (2007).

As informações mais relevantes nesse contexto são aquelas da RAIS, especialmente por não terem um caráter amostral como no caso das informações censitárias sobre trabalho e das PNADs. Dessa maneira, constituem uma base que expressa de forma mais "real" a dinâmica e as transformações no mercado de trabalho do CAI canavieiro, especialmente no caso de São Paulo, marcado pelo elevado grau de formalização dos trabalhadores, mais amplo do que em outras regiões.

Os dados sobre ocupações da RAIS são distintos daqueles do Censo Demográfico 2000 e das PNADs por serem baseados na Classificação Brasileira de Ocupações em sua versão mais ampla e detalhada. Logo, as ocupações agrícolas do CAI canavieiro são mais heterogêneas, demandando que sejam abordados grupos de ocupações ao invés de apenas algumas delas. São considerados então dois subgrupos entre 2000 e 2002 e os correspondentes para o período seguinte, entre 2003 e 2008: Sub Grupo 62 - Trabalhadores agropecuários polivalentes e trabalhadores assemelhados e Sub Grupo 63 - Trabalhadores agrícolas especializados; 2003 a 2008: Sub Grupo 621 - Trabalhadores na exploração agropecuária em geral e Sub Grupo 622 - Trabalhadores agrícolas.

Cabe ressaltar também que a maioria dos trabalhadores em todos os anos era ocupada em atividades de Cultivo e nos subgrupos 63 para 2000 a 2002 e 622 para 2003 a 2008. Os subgrupos de produtores e o de administradores, capatazes ou supervisores das atividades agrícolas não são contabilizados. Na Tabela 5 são registrados apenas os ocupados em São Paulo porque as especificidades do mesmo em relação ao país como um todo foram abordadas a partir dos dados do Censo Demográfico 2000 e das Penais.

Verifica-se um relevante crescimento do número de trabalhadores ocupados em tarefas agrícolas do CAI canavieiro, apesar da importante redução do ritmo de crescimento entre 2006 e 2008. De 2000 a 2008, o número de empregados agrícolas cresceu 9,6% ao ano, mais do que duplicando o tamanho dessa população, sendo idêntico ao crescimento registrado para o total de trabalhadores: também 9,6% ao ano no mesmo período.. Este aumento pode ser explicado através da expansão do CAI canavieiro paulista na década de 2000, abordada por Szmrecsányi

et al. (2008), entre outros. Abordar a redução do ritmo registrada entre 2006 e 2008 significa considerar, por um lado, a redução dos investimentos devido à crise financeira ocorrida em 2008 (Torquato e Bini, 2009), por outro lado, os reflexos da mecanização das atividades agrícolas, processo expressivo nas dinâmicas da principal área produtora do CAI canavieiro, o estado de São Paulo (Balsadi, 2007 e 2010; Ramos, 2007; Szmrecsányi et al., 2008).

Os percentuais das ocupações agrícolas em relação ao total de trabalhadores do CAI também trazem questões relevantes. Sua importância é destacada pelo fato de manterem em torno a 60% dos ocupados no CAI canavieiro em toda a série histórica, ainda que tenha havido uma importante expansão do emprego nas atividades industriais. No final do período se verifica uma pequena redução da participação relativa dos trabalhadores agrícolas, com destaque ao diferencial entre 2006 e 2008, representando possivelmente o início da redução de postos de trabalho em decorrência da mecanização do corte, principal atividade realizada por esses trabalhadores.

TABELA 5. Total de ocupados agrícolas e Percentual em relação ao total de trabalhadores do CAI canavieiro, São Paulo, 2000 a 2008

	2000	2002	2004	2006	2008
Empregados Agrícolas	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816
Total de trabalhadores	246.577	292.553	335.550	465.466	514.700
% Agrícola	59,5	61,8	61,7	63,8	59,2
TCG anual (%)		11,0	7,0	19,7	1,3
TCG (%) anual – 2000 a 2008					9,6

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego.

O último aspecto que merece destaque a partir das informações da RAIS é a distinção com relação às tendências verificadas através das informações das PNADs. Acompanhando a série histórica das PNADs durante a década de 2000 foi registrado um processo mais intenso de redução da participação dos trabalhadores agrícola nos totais do CAI canavieiro: 62,6% em 2002 e 51% em 2008. A RAIS demonstrou uma redução de 61,8% em 2002 para 59,2% em 2008. Estas diferenças podem ser decorrentes do caráter amostral das PNADs ao contrário da RAIS, que registra o conjunto das informações absolutas fornecidas pelos empregadores.

Os números de trabalhadores agrícolas obtidos nas três fontes de dados compõem a população abordada nas partes seguintes deste capítulo. A natureza diferenciada das formas de coleta dos dados implica em valores distintos, porém em função das possibilidades e limites existentes em cada uma das fontes é necessário utilizar as três. A RAIS é a fonte com as informações mais relevantes por possibilitar uma abordagem das características e dinâmicas do mercado de trabalho do CAI canavieiro, especialmente no estado de São Paulo, em função do seu relevante grau de formalização dos trabalhadores (Dedecca e Mendes, 2009). Porém, a ausência de informações sobre a mobilidade espacial dos trabalhadores traz a necessidade de utilizar as informações das outras fontes. As características sociodemográficas, de trabalho e renda e aquelas da mobilidade espacial constituem as próximas partes desse trabalho, no qual são destacados seus elementos fundamentais e a dinâmica registrada na década de 2000.

Perfil sociodemográfico

A compreensão da mobilidade espacial de trabalhadores para o corte da cana no estado de São Paulo envolve o destaque ao perfil sociodemográfico desta população, através da abordagem

de suas características de sexo, idade e nível de escolaridade. Logicamente, outras características poderiam ser consideradas, mas estas três são aquelas mais relevantes em termos das dinâmicas do mercado de trabalho do CAI canavieiro.

O estabelecimento desse perfil permite ressaltar dimensões sobre quem busca trabalho e quem são as pessoas demandadas nas atividades agrícolas do complexo, questão vinculada à mobilidade de trabalhadores originários das regiões mais pobres do país (Silva, 1999; Alves, 2007; Novaes, 2007). Após destacar a importância e as especificidades do estado de São Paulo em termos da concentração das atividades e por consequência, dos trabalhadores do CAI canavieiro no Brasil, a análise se concentra nas características da população empregada nas atividades agrícolas localizadas no referido estado, foco deste estudo.

As três fontes de dados consideradas trazem informações sobre estas dimensões, porém como apontado anteriormente privilegia-se as informações da RAIS por se referirem ao total de trabalhadores com vínculos formais no CAI canavieiro.

a) Participação de homens na atividade canavieira

As informações censitárias, ainda que restritas ao ano 2000, apontam a característica fundamental da distribuição por sexos dos empregados agrícolas do CAI canavieiro: a predominância marcante da população masculina. Entre os 86.236 empregados em São Paulo, 85,8% eram homens. Esta característica também se verifica nas séries históricas disponíveis para a década de 2000 nas PNADs e na RAIS. Ainda que compostas por informações de distintas naturezas em ambas se pode verificar a concentração de homens entre os trabalhadores (tabela 6).

TABELA 6. Participação relativa (%) de homens no total de empregados agrícolas no CAI canavieiro, Estado de São Paulo, 2000 a 2008

Informações	2000	2002	2004	2006	2008
% Homens	87	88,6	88,8	87,5	86,4
Total de Emp. Agríc.	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) – Ministério do Trabalho e Emprego.

A predominância de homens entre a população agrícola do CAI canavieiro paulista, decorre das árduas condições de trabalho e da alta produtividade demandada (Silva, 2004), expressa principalmente através da extenuante rotina e do pagamento pela quantidade cortada. Fundamentalmente são os empregadores que concentram sua demanda na população de homens, porém não se pode ignorar que a busca por emprego em tais atividades também se concentra entre estes.

b) Estrutura etária

A distribuição etária da população empregada nas atividades agrícolas do CAI canavieiro paulista também reflete a demanda por trabalhadores em boas condições físicas em função da extenuante rotina de trabalho e do pagamento por produtividade (Menezes e Saturnino, 2007; Novaes, 2009). Para as informações disponíveis em todas as fontes de dados consideradas é possível verificar a concentração em trabalhadores com mais de 20 e menos de 40 anos, com destaque aos grupos etários de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos (Tabela 7).

As características registradas para a distribuição etária dos empregados agrícolas no CAI canavieiro durante a década de 2000 permitem destacar a importância daqueles entre 20 e

39 anos. Verifica-se através dos registros das idades uma combinação entre a demanda por trabalhadores com maior resistência física à árdua rotina do trabalho agrícola no CAI canavieiro (Silva, 2004; Alves, 2007) e a disponibilidade de tais pessoas em função das dificuldades de se obter outras ocupações (Carneiro et al., 2007) e do valor que os mesmos conferem ao trabalho físico pago de acordo com a quantidade produzida (Novaes, 2007) . Nesse contexto cabe ressaltar outra dimensão das informações registradas, especialmente pela RAIS, que é a concentração nos grupos etários mais jovens, entre 20 e 29 anos, sempre acima de 40% dos empregados agrícolas, registrada tanto na tabela quanto na pirâmide etária.

TABELA 7. Percentuais dos grupos etários predominantes, Total de empregados agrícolas no CAI canavieiro, Estado de São Paulo, 2000 a 2008

Grupos Etários	2000	2002	2004	2006	2008
20 a 24 anos -%	22,3	22,8	22,9	23,6	23,0
25 a 29 anos -%	18,9	19,6	19,7	19,7	19,8
30 a 34 anos -%	15,3	15,3	15,1	15,0	15,2
35 a 39 anos -%	12,5	12,4	12,4	11,9	11,6
20 a 39 anos -%	69,0	70,1	70,2	70,3	69,6
Total de Emp. Agríc.	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Fontes: PNADs 2002, 2004, 2006 e 2008 e Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego

c) Níveis educacionais

As informações da RAIS (Tabela 8) permitem uma interpretação acurada das transformações dos níveis educacionais dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista ao registraram o grau de instrução dos mesmos.

TABELA 8. Grau de instrução dos empregados agrícolas do CAI canavieiro, estado de São Paulo, 2000 a 2008

Grau de Instrução	2000	2002	2004	2006	2008
Analfabeto	5,6	4,8	4,3	4,1	3,4
4a série incompleta	43,1	40,6	37,2	32,4	28,5
4a série completa	30,8	30,4	28,7	25,8	27,7
Fundamental incompleto	14,0	15,1	15,6	18,2	19,3
Fundamental Completo	3,5	4,6	7,8	10,2	11,3
Médio incompleto	1,8	2,4	3,1	4,1	3,9
Médio completo	1,1	1,9	3,2	4,9	5,7
Superior incompleto	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Superior completo	0,1	0,0	0,0	0,2	0,1
Total de Emp. Agrícolas	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Observação: As informações para 2008 têm como referência nove anos no ensino fundamental, ou seja, os ciclos se dividem entre 1ª a 5ª séries e de 6ª a 9ª séries. Para o registro nesta tabela foram compatibilizadas às informações dos anos anteriores. Assim sendo, no caso de 2008, 4ª série completa ou incompleta se refere à 5ª série completa ou incompleta.
Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

Observa-se a melhoria dos níveis de escolaridade através da diminuição dos analfabetos e daqueles que concluíram a 4ª série, mesmo num contexto de aumento do número de trabalhadores. Tal aumento reflete a melhoria do acesso a educação no país, porém não se pode negligenciar o fato de que a absoluta maioria dos trabalhadores não tinha o Fundamental

completo mesmo com a distribuição etária concentrada entre os 20 e os 39 anos e a idade média em 2008, de acordo com os dados da RAIS, ser de 33,7 anos.

A baixa qualificação desses trabalhadores registra, por um lado, dimensões anteriores a obtenção do trabalho no corte da cana em São Paulo, já que este se apresenta como uma possibilidade importante para estas pessoas (Novaes, 2007). Também se destaca enquanto desafio em função da mecanização do corte presente no horizonte próximo da principal área produtora do país, o estado de São Paulo (Silva, 2004). Os desdobramentos de suas trajetórias e as estratégias para a obtenção de outras ocupações se colocam como questões bastante relevantes para os próximos anos.

Resumindo, o perfil sociodemográfico dos empregados agrícolas do CAI canavieiro paulista a partir da sua distribuição por sexo, grupos de idade e nível de escolaridade indica: predominam os homens, entre 20 e 39 anos, com nível de escolaridade inferior à finalização do Ensino Fundamental ou seja, com baixa qualificação. Semelhante às características dos trabalhadores apontadas por autores como Moraes (2007), Ramos (2007) e Balsadi (2007 e 2010), tal perfil se vincula tanto a oferta, quanto à demanda de mão de obra para o CAI canavieiro.

As características desses trabalhadores, especialmente em termos de seus níveis educacionais, demonstram sua baixa qualificação. O processo de mecanização do corte da cana no estado de São Paulo representa considerável desafio nesse sentido, já que nas palavras de um trabalhador captadas por Silva (2004, p. 26): "um cortador de cana não passa de um cortador de cana, ele não é outra coisa".

Faz-se importante ressaltar a questão da demanda por trabalhadores com o perfil acima destacado. A extenuante rotina aliada ao pagamento por produtividade (Silva, *op cit*.) implica na necessidade de trabalhadores em boas condições físicas, por isso a predileção por homens com idade entre 20 e 39 anos. Em geral, são as pessoas com menores níveis de escolaridade e consequentemente baixa qualificação, que se dispõe a trabalhar nessas atividades (Silva, 1999; Novaes, 2007), sendo assim demandados pelos empresários do complexo. Buscar trabalhadores, estimulando a mobilidade através de estratégias variadas marca as ações das empresas e empresários do CAI canavieiro (Alves, 2007). Compreender condições, características e tendências de trabalho, emprego e renda constitui o passo seguinte.

Características do trabalho, emprego e renda

A compreensão das articulações entre trabalho no CAI canavieiro e mobilidade espacial envolve a necessidade de entendimento a respeito de características do trabalho e do emprego. Não se apresenta uma análise exaustiva de múltiplos indicadores sobre tais dimensões, apenas são registrados aqueles considerados relevantes no contexto do presente estudo. Assim, são destacadas as seguintes dimensões: Formalização; Faixas de renda mensal; e, Características do vínculo empregatício. As três fontes utilizadas permitem abordagens das características e dinâmicas do trabalho do CAI canavieiro, destacando obviamente aquele localizado no estado de São Paulo.

a) Formalização

As tendências de formalização dos trabalhadores são verificáveis nas informações das PNADs da década de 2000 (Tabela 9). A relevância do estado de São Paulo nesse contexto é demonstrada também no Censo Demográfico 2000 e ambas as informações permitem destacar

a RAIS como fonte valiosa de informações para a compreensão do mercado de trabalho do CAI canavieiro paulista.

Dois pontos se destacam: o ganho de relevância do trabalho formal, especialmente para o país como um todo, destacado principalmente a partir do crescimento de 62% em 2006 para 79,7% em 2008; e maior importância da formalização no contexto paulista, sempre acima de 85%, valor superior ao máximo atingido pela média nacional. Verificou-se uma tendência de crescimento da formalização dos trabalhadores no país como um todo. Mesmo com as oscilações registradas entre 2002 e 2006, o último ano da série registrou uma importante expansão das ocupações formais no complexo, com 93,8% na principal área produtora.

TABELA 9. Formalização dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, Brasil e Estado de São Paulo, 2002 a 2008

	Formalização	2002	2004	2006	2008
Brasil	Sim – (%)	68,2	67,4	62	79,7
	Não – (%)	31,8	32,6	38	20,3
	Total de Empregados	423.433	444.767	454.656	558.204
São Paulo	Sim – (%)	95,6	85,4	91,1	93,8
	Não – (%)	4,4	14,6	8,93	6,2
	Total de Empregados	133.403	148.294	147.501	185.743

Observação: Os totais divergem daqueles de trabalhadores agrícolas em função da existência de outras posições ocupacionais distintas de empregados. Fonte: FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002, 2004, 2006 e 2008.

As características do estado de São Paulo demonstram a maior importância da formalização dos trabalhadores, já que fora a oscilação verificada em 2004: queda de 95,6% em 2002 para 85,4%; os percentuais de trabalhadores com carteira assinada sempre estiveram acima de 90%. Tal característica é destacada por autores como Ramos (2007) e Dedecca e Mendes (2009) enquanto distinção fundamental do mercado de trabalho no estado de São Paulo em relação às outras regiões produtoras do país.

A oscilação verificada tanto no contexto paulista, quanto no país como um todo, demonstrada através da redução da participação dos empregados com contratos formais a partir de 2002, estaria relacionada à grande expansão da produção logo após a implantação dos veículos *flex-fuel*, que em função da expansão de investimentos implicou na demanda por um aumento da quantidade de trabalhadores sem garantir a formalização. A defasagem temporal entre o estado de São Paulo e o país expressa o maior ímpeto da expansão recente na área mais consolidada, que posteriormente se espalhou para as outras áreas.

Ainda que não permita uma avaliação temporal, os dados do Censo Demográfico 2000 também expressam a importância do trabalho formal no CAI canavieiro em São Paulo em comparação com o país como um todo (Tabela 10).

TABELA 10. Formalização do trabalho agrícola no CAI canavieiro, Brasil e Estado de São Paulo, 2000

	Brasil	São Paulo
Empregado Formal – (%)	66,8	86,8
Empregado Informal – (%)	27,0	12,2
Outros – (%)	6,2	1
Total	232.379	86.236

Fonte: FIBGE - Censo Demográfico 2000 (microdados).

As características e tendências destacadas a partir do Censo Demográfico 2000 e das PNADs da década de 2000 demonstram a relevância de se trabalhar com as informações da RAIS, para a abordagem do mercado de trabalho do CAI canavieiro no contexto paulista. Por outro lado, é importante destacar as mudanças observadas, pois ainda que São Paulo venha registrando um maior grau de formalização, o país como um todo também apresentou tais características, o que demonstra alguma melhoria nas condições de trabalho das ocupações agrícolas do CAI canavieiro (Dedecca e Mendes, 2009).

b) Faixas de renda mensal

As faixas de renda mensal dos trabalhadores do CAI canavieiro são importantes para a compreensão das características e tendências recentes do trabalho do complexo, ao permitirem destacar dimensões fundamentais, como a concentração entre baixas remunerações. Além disto, permitem verificar se a recente expansão tem refletido em melhores rendimentos para os trabalhadores.

As três fontes de dados aqui consideradas trazem informações sobre a renda dos trabalhadores, por isto a abordagem dessa dimensão é colocada antes de questões que se articulam àquelas que vinham sendo tratadas acima (Posição na ocupação e Formalização), porém só estão disponíveis na RAIS (Características do vínculo empregatício). Assim mesmo, é importante destacar que novamente apenas as informações da RAIS são registradas, já que compõem a totalidade dos trabalhadores do CAI canavieiro. Cabe destacar que as informações foram classificadas nas faixas considerando os valores do salário mínimo vigentes em cada um dos anos registrados[9] (Tabela 11).

TABELA 11. Faixas de renda média mensal dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%), estado de São Paulo, 2000 a 2008

Faixas (Salário Mínimo)	2000	2002	2004	2006	2008
Sem renda	1,8	2,5	1,3	2,7	3,0
Até 1	2,1	3,8	4,2	5,9	4,8
Entre 1 e 2	31,4	41,7	41,2	48,4	48,8
Entre 2 e 5	59,8	50,7	52,5	42,0	42,5
Entre 5 e 10	3,8	1,0	0,7	0,9	0,7
Acima de 10	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1
Não informado	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego.

Os dados da RAIS para o mesmo período indicam poucas mudanças no perfil de renda dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista. Porém, ao contrário daquela série, verifica-se uma diminuição do percentual daqueles com rendimentos entre dois e cinco salários mínimos, de 59,8% em 2000 para 42,5% em 2008 e o aumento da faixa entre 1 e 2 salários mínimos: de 31,4% para a 48,8% entre os mesmos anos. Destaca-se assim, um achatamento do perfil dos rendimentos, concentrando-os nos valores até 2 salários mínimos.

A baixa remuneração é mais uma dimensão das más condições de trabalho, já que há uma concentração dos trabalhadores nas faixas salariais inferiores a dois salários mínimos (mais

[9] Valores do Salário Mínimo: 2000 – R$ 151; 2002 – R$ 200; 2004 – R$ 260; 2008: R$ 350; e, 2008 – R$ 415.

de 50% em 2008). Destaca-se que embora tenha havido um aumento do valor médio dos rendimentos quando se consideram os valores do salário mínimo na década de 2000, houve também um importante incremento da produtividade exigida para a manutenção do emprego (Silva, 2004 e 2007). Segundo a autora, entre a década de 1990 e o final da década de 2000 a produtividade demandada aumentou de 10 para entre 12 e 15 toneladas diárias, o que permite questionar a relevância da melhoria dos valores recebidos.

Estas condições salariais se relacionam por um lado, a um perfil específico de trabalhadores, especialmente em termos educacionais, por outro a demanda por pessoas que supram a necessidade de mão de obra mesmo com as más condições características (Novaes, 2007; Moraes et al, 2009). A mobilidade espacial de trabalhadores para o corte da cana em São Paulo tem como uma de suas dimensões as más condições de trabalho, assim como de remuneração, que implica na dificuldade de obter número suficiente de pessoas na própria região produtora (Alves, 2007).

Características do vínculo empregatício

As informações sobre características do vínculo empregatício dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro estão disponíveis na RAIS. Três variáveis são relevantes nesse sentido: Tipo do Vínculo, Emprego em 31 de dezembro (se o vínculo se manteve de um para o outro) e Mês do Desligamento (no caso de não empregados em 31 de dezembro)[10]. Questões relativas à sazonalidade do trabalho são verificáveis nesse contexto.

A primeira informação registrada diz respeito ao tipo de vínculo empregatício, que não permite explorações mais diretas, porém quando articulados às outras duas variáveis consideradas permitem abordar pontos importantes. A quase totalidade dos vínculos no estado São Paulo é regida pelas regras da Consolidação das Leis do Trabalho, assim outras classes não registram relevância (Tabela 12).

TABELA 12. Participação dos tipos de vínculo empregatício (%)– trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro - Estado de São Paulo, 2000 a 2008

Tipos de Vínculo	2000	2002	2004	2006	2008
CLT R/PJ IND	29,4	46,6	27,8	31,2	35,8
CLT R/PF IND	19,6	31,8	23,6	22,4	23,8
CLT R/PJ DET	25,8	0,0	19,2	17,3	11,7
CLT U/PJ IND	12,1	12,2	10,8	12,4	11,7
CLT R/PF DET	11,3	0,0	9,7	8,3	5,3
CLT U/PJ DET	0,5	2,6	3,3	2,5	4
CLT U/PF IND	1,0	3	4,4	4,1	3,2
CLT U/PF DET	0,1	0,9	0,7	1,3	0,5
Outros	0,0	2,9	0,1	0,3	0,1
Total de Empregados	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Observações: CLT – Consolidação das Leis do Trabalho; U ou R: Urbano ou Rural; PJ ou PF: Pessoa Jurídica e Pessoa Física; e, IND ou DET: Tempo Indeterminado ou Tempo Determinado. A categoria Outros inclui contratos de tempo ou prazo determinado e temporários não regidos pela CLT.
Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego.

[10] Não foi possível obter estas informações para o total nacional de trabalhadores, apenas para o estado de São Paulo. Futuramente, sujeito às possibilidades de acesso aos dados, poderão ser efetuadas comparações relevantes com as características do país como um todo.

Verifica-se a predominância de trabalhadores vinculados como rurais por tempo indeterminado, que eram 62,2 em 2000, atingindo 74,6% em 2008. Poucas variações são significativas, com a concentração sempre mantida nos dois primeiros tipos, que inclusive aumentou (de 49% em 2000 para 59,6 em 2008). Apenas a diminuição dos trabalhadores com vínculos por tempo determinado se destaca: eram 37,8% em 2000, passando a 21,5 em 2008. A atuação do Ministério Público com o intuito de melhorar as condições de trabalho teve como um de seus efeitos a redução dos contratos por tempo determinado, porém isso não significa que eles durem para além do período da safra, o que é ressaltado a partir das informações registradas na Tabela 13.

TABELA 13. Emprego em 31 de Dezembro do Ano (%), Trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, Estado de São Paulo, 2000 a 2008

	2000	2002	2004	2006	2008
Não	70,5	74,0	68,9	67,9	69,6
Sim	29,5	26,0	31,1	32,1	30,3
Total de Emp. Agrícolas	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego.

Destaca-se a predominância dos vínculos que terminam antes do final do ano, com percentuais estabilizados em torno a 70% dos empregados. Quando comparados aos trabalhadores não agrícolas, é possível ressaltar ainda mais essa dimensão: em 2000, 60% mantinha o vínculo em 31 de dezembro, enquanto em 2008 eram 65,2%. O término do vínculo antes do final do ano não é característico de todo CAI canavieiro paulista, se concentrando entre os agrícolas, o que compõe outra dimensão da instabilidade ou fragilidade de seus empregos.

O caráter de instabilidade é reforçado pelo fato de que aqueles contratados por tempo indeterminado (74,6% em 2008 como pode ser verificado na tabela 13) também estarem concentrados entre aqueles cujo vínculo termina ao final de cada ano. Para exemplificar basta destacar que em 2008 dos 227.292 trabalhadores com vínculo por tempo indeterminado, 145.051, ou 63,8%, não tinham mais o emprego ao final do ano. Logicamente os mesmos percentuais para aqueles contratados por tempo determinado são ainda maiores: 86,8% em 2008.

Contratar trabalhadores por tempo indeterminado responde às pressões do Ministério Público, mas não necessariamente implica em melhores condições para os trabalhadores como pode ser verificado acima. A grande diferença diz respeito aos encargos maiores que os empregadores têm que pagar no caso de vínculos por tempo indeterminado.

Dimensão fundamental dos vínculos empregatícios diz respeito à sazonalidade do trabalho, já que a finalização dos vínculos não se distribui uniformemente ao longo dos anos. O término da safra é a questão fundamental nesse âmbito, como pode ser observado na tabela 14.

Aspectos essenciais destas informações dizem respeito: às mudanças na finalização da safra, aos desligados no início da safra e aos percentuais daqueles não desligados durante o ano. No período considerado houve uma extensão do período de safra, devido ao aumento da produção, assim como às mudanças genéticas na própria planta que permitiram aumentar o período para a colheita (Silva, 1999; Szmrecsányi et al., 2008). Nesse sentido, verifica-se que entre 2002 e 2004 o mês predominante passou a ser dezembro. Ainda que muitas vezes respondendo a dimensões climáticas, extensão da safra em anos chuvosos e diminuição em anos mais secos, o mês de dezembro passou a ser aquele em que ocorrem mais desligamentos (Moraes, 2007).

TABELA 14. Meses do desligamento dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro (%), estado de São Paulo, 2000 a 2008

Meses	2000	2002	2004	2006	2008
Dezembro	8,9	12,7	34,4	21,6	21,6
Novembro	21,4	22,3	8,2	16,6	16,6
Outubro	14,3	11,2	1,8	4,0	4,0
Setembro	3,1	2,0	1,9	2,5	2,5
Agosto	1,8	2,0	2,4	2,5	2,5
Julho	3,4	2,4	3,8	2,9	2,9
Junho	3,4	4,4	2,4	4,0	4,0
Maio	4,1	5,8	2,9	4,0	4,0
Abril	5,8	6,4	6,5	4,6	4,6
Março	1,3	2,3	2,1	2,5	3,3
Fevereiro	1,5	1,2	1,9	1,3	1,7
Janeiro	1,7	1,5	0,7	1,4	2,1
Não desligado	29,5	26,0	31,1	32,1	30,4
Total	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego.

A concentração do término dos contratos se expande quando se agrega o mês de novembro, já que houve um ligeiro incremento nos percentuais do conjunto (30,3% em 2000 e 38,2% em 2008). A redução dos desligados no mês de outubro também é indicativa da concentração em novembro e dezembro, já que em 2000 seus percentuais eram mais elevados do que aqueles de dezembro e em 2008 são semelhantes àqueles do início da safra. Os percentuais dos meses de março, abril e maio estão vinculados aos trabalhadores descartados (Silva, 1999) em função de não atingiram as metas de produtividade nos primeiros meses da safra.

Cabe destacar aqueles trabalhadores não desligados durante o ano, para os quais se registrou um aumento em termos absolutos, mas mantendo seus percentuais em torno a 30%. Verifica-se que os empregadores mantêm de um ano para outro apenas um total inferior a um terço da mão de obra utilizada para a safra, que durante a entressafra atua em outras atividades do complexo, como a limpeza e o plantio (Moraes, 2007; Ramos, 2007). Destaca-se a predominância, assim como a preferência por uma mão de obra que possa ser descartada ao final da safra e como apontam autores como Silva (1999 e 2004), Alves (2007), Moraes et al. (2009), Ramos (2007), Szmrecsányi et al. (2008) e Novaes (2009), composta eminentemente por trabalhadores migrantes provenientes das regiões mais pobres do país, como o interior nordestino e o nordeste de Minas Gerais (Vale do Jequitinhonha).

Com o número de trabalhadores desligados ao longo do ano, especialmente entre os meses da safra, de março/abril até os últimos meses de cada ano, construiu-se o grau de circulação do trabalhador no complexo. Além de registrar aspecto relevante da precariedade do emprego, este indicador tem caráter fundamental ao destacar uma característica bastante relacionada aos trabalhadores migrantes (Tabela 15).

Logicamente não é possível afirmar que todos os trabalhadores desligados ao longo dos anos são migrantes, porém usar estas informações como uma forma de indicação do tamanho dessa população é relevante dada à importância dos mesmos no contexto do mercado de trabalho do CAI canavieiro. Isto decorre, por um lado, do fato de que o emprego no corte da cana é acessível a trabalhadores pouco escolarizados, com dificuldades de obter ocupações mais valorizadas e de garantir a reprodução familiar ou mesmo individual através de atividades da

agricultura familiar. Por outro lado, os empregadores buscam trabalhadores dispostos a uma atividade de intenso desgaste físico, precariedade em termos de condições e baixa remuneração. Trabalhadores originários das regiões mais pobres do país preenchem os requisitos dessa demanda e por isso mesmo são requeridos pelos empresários (Silva, 2004; Alves, 2007).

Há que se ressaltar que a utilização do grau de circulação do trabalhador enquanto expressão do significado da mão de obra migrante no CAI canavieiro diz respeito a estes trabalhadores enquanto grupo social mais do que aos indivíduos. Muitos trabalhadores são recontratados anualmente, porém é marcante a rotatividade dos trabalhadores ao longo do tempo, em função da exigência de alta produtividade e do decorrente desgaste físico da mão de obra, característica que autores como Silva (2004) e Novaes (2009) relacionam diretamente à mobilidade espacial dos trabalhadores, já que sua "utilidade" diminui com o avanço da idade, o que implica na necessidade de reposição constante da mão de obra, principalmente nas regiões onde a produção é mais capitalizada.

TABELA 15. Grau de circulação do trabalhador (%), Número de desligados durante período de safra, Crescimento geométrico médio anual (%), Total de trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro, estado de São Paulo, 2000 a 2008

	2000	2002	2004	2006	2008
Grau de circulação do trabalhador	67,4	71,3	66,2	65,2	65,8
Crescimento Geométrico Médio Anual -%		14,2	3,1	18,7	1,8
Número de desligados durante a safra	98.956	129.044	137.230	193.480	200.656
Total de trabalhadores	146.789	180.935	207.145	296.776	304.816

Observações: Grau de circulação do trabalhador: Percentual da População desligada entre os meses de safra (março a dezembro) e o Total dos trabalhadores agrícolas do complexo. O crescimento médio foi calculado entre o ano considerado e o ano anterior registrado.
Fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego.

O grau de circulação do trabalhador passou por pequenas variações no período considerado, mantendo certa estabilidade em torno a dois terços da mão de obra agrícola: seu valor foi de 67,4% em 2000, chegando a 65,8% em 2008; mesmo com o incremento do número de trabalhadores e daquele de trabalhadores desligados durante a safra, de 98.956 em 2000 para 304.816 em 2008. Verifica-se então, que a expansão das atividades do CAI canavieiro teve como uma de suas dimensões a contratação de mais trabalhadores pelo período de safra, compondo a absoluta maioria da força de trabalho utilizada nas atividades agrícolas, além da alta circulação de trabalhadores.

As flutuações do ritmo de crescimento anual dos trabalhadores desligados (máximo de 18,7% ao ano entre 2004 e 2006 e mínimo de 1,8% ao ano entre 2006 e 2008), estão relacionadas às diferenças ocorridas entre os anos em termos da contratação de trabalhadores, devido ao tamanho da safra em função das características climáticas anuais e a novos ou reiterados investimentos realizados, guardando vinculações com as variações do ritmo de crescimento do total de trabalhadores agrícolas[11]. Por outro lado, a redução do ritmo de crescimento, especialmente ao final da série, é um indicativo da redução dos postos de trabalho no corte da cana em função da mecanização, referida por autores como Silva (2004), Moraes et al. (2007), Ramos (2007) e Alves (2009), que afeta sobretudo os trabalhadores migrantes.

[11] Crescimento Geométrico Médio Anual do total de trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro: 2000 a 2002: 11,02%; 2002 a 2004: 7%; 2004 a 2006: 19,7%; e, 2006 a 2008: 1,35%.

O recente processo expansivo do CAI canavieiro significou o crescimento do número de trabalhadores em todas as suas atividades, agrícolas e industriais. Neste contexto se destacam os empregados nas atividades agrícolas, vinculadas especialmente ao corte da cana. Estes, compõem o maior número de empregados assalariados agrícolas no país (Balsadi, 2007; Szmrecsányi et al., 2008), porém são afetados diretamente pelo processo de mecanização da atividade, que vem implicando redução dos postos de trabalho (Silva, 2004; Moraes, 2007; Novaes, 2007).

O estado de São Paulo se apresenta como a principal área produtora do CAI canavieiro, em decorrência dos capitais investidos, das quantidades produzidas, da estrutura existente, assim como pelo maior número de empregos em nível nacional, porém sendo caracterizado pelo grau mais avançado de mecanização. Dado aos múltiplos significados do conjunto dinâmico das transformações recentes, destaca-se o caráter essencial do mercado de trabalho paulista no sentido da compreensão das articulações entre características do trabalho no CAI canavieiro e o perfil dos que são demandados e/ou oferecem sua força de trabalho.

O trabalho no corte manual da cana é marcado pela exigência de alta produtividade, especialmente nas áreas de maior capitalização, como é o caso do estado de São Paulo, nas quais se estabelece uma média de cana cortada/dia para a manutenção do emprego (Silva, 2007). A mesma autora relata que: "(...) durante a década de 1980, a média exigida era de cinco a seis toneladas diárias; esses números passam para dez, durante os anos de 1990, e atualmente giram em torno de 12 a 15 (p. 76)[12]." Em geral, o pagamento é feito de acordo com a quantidade cortada por dia e com a qualidade da mesma, o que implica no aumento do ritmo de trabalho, se relacionando ao intenso desgaste físico dos trabalhadores e à consequente necessidade de reposição da força de trabalho, além dos casos extremos de óbitos dos mesmos em virtude de questões ocupacionais.

A precariedade dos vínculos é dimensão fundamental nesse contexto, já que mesmo entre os trabalhadores contratados por tempo indeterminado predomina o desligamento ao final ou durante o período de safra, como demonstrado através do grau de circulação do trabalho. Os rendimentos dos trabalhadores expressam outra dimensão dessa precariedade, já que mesmo num contexto de expansão do CAI canavieiro, os salários aumentaram sua concentração nas faixas inferiores, inclusive reduzindo a razão relativa aos salários mínimos. Também importante nesse contexto são as condições de moradia e alimentação daqueles que são alojados pelas empresas ou por empreiteiros de mão de obra, ressaltadas por autores como Novaes (2007) e Silva (2007).

Respondendo a essas características se define um perfil de trabalhadores, requerido por um lado, mas que se disponha por outro. Requerido pois precisa manter alta produtividade e ter boas condições físicas (Silva, 2004; Alves, 2007). Deve se dispor a vínculos precários, rendimentos médios inferiores a dois salários mínimos, rotina extenuante e em muitos casos, más condições de moradia e alimentação (Novaes, 2007; Silva, 2007). A articulação das duas dimensões revela a importância da mobilidade espacial de trabalhadores originários de regiões pobres do país.

A importância da reflexão que articule características do trabalho e perfis dos trabalhadores se expressa em três dimensões: no tamanho da população empregada no corte da cana em escala nacional e mais ainda estadual; na importância da mobilidade espacial de trabalhadores para tais atividades em suas áreas de maior capitalização, como o caso do estado de São Paulo; e, em

[12] Grifo da autora.

relação ao possível fim de tais ocupações em função da prevista mecanização total do corte, o que implica na necessidade de trabalhadores pouco qualificados buscarem outras ocupações.

Referências

ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. Será este um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In: Novaes, J. R.; Alves, F. (Org.). Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCAR, p. 21 – 54, 2007.

BACCARIN, J. G. ; GEBARA, J. J. ; FACTORE, C.O . Concentração e integração vertical do setor sucroalcooleiro no Centro-Sul do Brasil, entre 2000 e 2007. Informações Econômicas, v. 39, p. 17-28, 2009.

BALSADI, O. V. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no período 1992 – 2006. Revista de Economia Agrícola, v. 57, n. 1, p. 91 – 110, 2010.

_____. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no Brasil no período 1992-2004. Informações Econômicas, v. 37, p. 38-54, 2007.

DEDECCA, C. S.; MENDES, M. M. B. O sistema de justiça, a regulação pública e a formalização do trabalho no complexo sucroalcooleiro. Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região. Belo Horizonte, v. 50, n. 80, p. 207 – 225, 2009.

DURHAM, E. A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: FIBGE, 2002.

FURTADO, C. (1959). Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENEZES, M. A.; SATURNINO, M. As migrações sazonais do sertão paraibano para as usina canavieiras de São Paulo. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCAR, p. 233 – 256, 2007.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Anuário Estatístico da Bioenergia 2010. Brasília, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2011.

MORAES, M. A. F. D. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. Economia Aplicada, v. 11, n. 4, p. 605 – 619, 2007.

_____. A desregulamentação da agroindústria canavieira: novas formas de atuação do Estado e desafios do setor privado. In: MORAES, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. (Org.). Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, p. 21 – 42, 2002.

MORAES, M. A. F. D.; FIGUEIREDO, M. G.; OLIVEIRA, F. C. B. Migração de trabalhadores na lavoura canavieira paulista: uma investigação dos impactos sócio-econômicos nas cidades de Pedra Branca, Estado do Ceará, e de Leme, Estado de São Paulo. Revista de Economia Agrícola, v. 56, n. 2, p. 21–35, 2009.

NOVAES, J. R. P. Trabalho nos canaviais. Os jovens entre a enxada e o facão. RURIS, v.3, n. 1, p. 105 – 127, 2009.

_____. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCAR, p. 87 - 117, 2007.

PRADO Jr., C. (1945). História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RAMOS, P. O futuro da ocupação na agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimação. Informações Econômicas, v.37. Instituto de Economia Agrícola, 2007.

_____. Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do "mar de cana e do rio de álcool". In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). Migrantes. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCAR, p. 55 - 86, 2007.

_____. (2004). Se eu pudesse, quebraria todas as máquinas. ANTUNES, R; SILVA, M. A. M. O Avesso do Trabalho –São Paulo: Expressão Popular, p. 25 – 65, 2010.

_____. Errantes do Fim do Século. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SZMRECSÁMYI, T.; RAMOS, P. RAMOS FILHO, L. O. VEIGA FILHO, A. A. Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira. Texto para Discussão 32. EMBRAPA – Brasília/DF, 2008.

TORQUATO, S. A.; BINI, D. L. C. Crise na cana? Análise e Indicadores do Agronegócio, v. 4, n. 2, 2009.

VEIGA FILHO, A. A.; RAMOS, P. Próalcool e evidências de concentração na produção e processamento de cana-de-açúcar. Informações Econômicas, v.36, nº 7, p. 48-61, 2006.

O SENTIDO DE "MELHORAR DE VIDA" ENTRE TRALHADORES RURAIS MIGRANTES EM SÃO CARLOS-SP

Lidiane Maciel

Este trabalho dedicou-se ao estudo da dinâmica das migrações entre trabalhadores rurais de vários estados brasileiros para o município de São Carlos e que atualmente atuam no mercado de trabalho rural das cidades vizinhas desse município. A questão inicial da pesquisa era entender como os agentes sociais da migração, os migrantes, significavam esse processo e a noção generalizada de que "melhoraram de vida".

A noção de "melhorar de vida" trabalhada na literatura sobre migração, como a encontrada no trabalho de Durham (1973), relaciona-se com a concepção de ascensão social. Essa noção considerava que a mudança de status social das famílias ou indivíduos por meio do trabalho da migração era sempre positiva. Ascender socialmente significava a mudança no status profissional e a melhora nos padrões de vida. A migração, nesse contexto, era o meio de ascensão social vivido pela maior parte da população rural que se deslocava para os centros urbanos. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 a migração era fator estruturante da ascensão social.

No entanto, paralelamente ao processo de reestruturação produtiva e crise econômica do final da década de 1980, o conceito de ascensão social fora sendo substituído pelos estudiosos da questão pelo conceito de mobilidade social. Esse paradigma analítico trabalhava com duas dimensões a da mobilidade ascendente e a mobilidade descendente. (PASTORE 1979; SCALON, 1999; JANNUZZI, 2001, 2004). Segundo Scalon (1999), a idéia geral de mobilidade social é importante, pois traz ao debate a discussão da desigualdade social no país. E mostra ainda a maneira como a distribuição dos bens sociais é realizada no espaço social. As análises de mobilidade social estão calcadas no movimento interclasses; segundo a autora o conceito de classe social é encontrado nos estudos de mobilidade por meio de duas discussões clássica que opõem o conceito de classe social de Karl Marx e Max Weber.

Jannuzzi (2004), considerando a tese de Pastore (1979), lembra que a formação da sociedade urbano-industrial brasileira teria sido acompanhada de um intenso processo de

mobilidade social ascendente, cuja expansão dos serviços educacionais públicos teria sido um mecanismo importante para garantir a ascensão social. A mobilidade social é caracterizada nessa abordagem pela posição que os indivíduos ocupam na pirâmide social, entendida por meio da posição que eles desempenham no mercado de trabalho.

Assim, a mobilidade social "designaria, pois o movimento dos indivíduos ou famílias no interior do sistema de categorias socioprofissionais e por extensão do sistema de classe" (JANNUZZI, 2004, p.4). A ocupação é posta nessa abordagem como construto operacional para medir a mobilidade social das famílias e indivíduos.

Nos últimos 50 anos a pirâmide social brasileira teria experimentado uma intensa modificação, com a diminuição da parcela de famílias na base e o aumento das parcelas situadas na classe média (PASTORE, 1979). Especialmente os filhos de trabalhadores rurais migrantes teriam efetuado mobilidade intergeracional ao ocuparem carreiras diferentes de seus pais ligadas ao mercado de trabalho urbano.

Baltar e Dedeca (1997) se posicionam de maneira crítica aos encantamentos dos números positivos da mobilidade social no Brasil, ao considerarem que "o volume de mobilidade social não teria significado melhora efetiva nas condições de vida de uma massa considerável de trabalhadores vindos do campo" (BALTAR; DEDECA, 1997, apud, JANNUZZI, 2002, p.8), visto que como posto por Bianchi (1983), a mudança do campo para cidade implicou a elevação dos custos de vida da família e expôs os migrantes ao mercado de trabalho informal.

Já na década de 1990, segundo Jannuzzi (2004), a migração e a industrialização perderam a força transformadora das décadas passadas, e a mobilidade que outrora era desigual e restrita, porém ascendente, tendeu a apresentar-se de maneira descendente dada "as condições gerais do mercado de trabalho urbano [...], com baixa expansão do emprego formal, aumento da parcela dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados sem contrato de trabalho formalizado e fortes oscilações do nível de desemprego e rendimento médio." (JANNUZZI, 2004, p.3)

Nesse contexto, a percepção de "melhorar de vida", encontrada nas falas dos migrantes e em diversos trabalhos sobre migração, é deslocada e não mais se relaciona estritamente com os ganhos econômicos conseguidos com a migração. Há, portanto, outras dimensões e motivações no que tocam os condicionantes do processo migratório que serão consideradas. Assim sendo, não devemos tão somente relacionar a ideia geral de "melhorar de vida" com mobilidade social, cujo caráter economicista é estruturador.

Caracterização do campo de pesquisa

O município de São Carlos está localizado na Região Administrativa Central e conta atualmente com uma população de 221.950 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011). Possui uma economia diversificada e fundamentada nas atividades industriais e do setor de comércio e serviços.

São Carlos está localizado a 232 km da capital, São Paulo, cujo acesso rodoviário entre as duas cidades se faz pela rodovia Washington Luiz. Como boa parte das cidades do Oeste Paulista, o município é resultado do ciclo do café, e sua industrialização derivou-se do processo técnico alavancado pela antiga lavoura (TRUZZY, 2000).

A partir dos anos 1970, seu dinamismo econômico foi consequência de uma série de incentivos estaduais e federais e da vinda de duas grandes Instituições de Ensino Superior (IES), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade de São Paulo (USP), cujas áreas de ciências exatas em ambas IES conferiram à cidade o caráter tecnológico que possui hoje. Foi

também por volta da década de 1970 que atingido por diversos fluxos migratórios o município consolidou sua expansão demográfica.

São Carlos: a formação dos bairros da Cidade Aracy

O novo caráter econômico assumido pós a década de 1970 atraiu população de diversos estados brasileiros para o município de São Carlos. O beneficiamento desse município pelas políticas do Programa de Médias Cidades do governo federal, em relação a sua infra-estrutura, bem como a chegada de novas indústrias a cidades recolocou o município nos horizontes das populações rurais que migravam nesse período. A chegada dessas populações por meio de várias redes familiares e de amizade e o deslocamento massivo de população rural do município para a periferia da cidade confirmava o caráter urbano do município. A partir do censo de 1960 já é possível verificar a inversão do número de habitantes da área rural para a urbana no município. Assim, abriu-se um lento e gradual processo de expansão do perímetro urbano derivado do processo de esgarçamento do terreno urbano central.

A partir dos anos 1980, Lima (2007) verifica um verdadeiro descontrole da expansão urbana com a aprovação da lei n. 7821/77 de zoneamento urbano. Essa lei possibilitava à alteração do perímetro urbano em qualquer circunstância, o que propiciou um aprofundamento do processo de especulação imobiliária em determinadas áreas do município. Segundo esta autora, a partir deste momento, houve um descontrole no processo ocupação do espaço. Ao sudoeste do município a prova mais fiel desse processo foi a formação do loteamento Cidade Aracy.

O espaço ao sudoeste, onde derivou loteamento Cidade Aracy, era uma antiga fazenda da Família de Ernesto Pereira Lopes – médico e emergente industriário imigrante italiano. Na década de 1980, essa região de terreno arenoso e topograficamente desfavorável para habitação e de difícil acesso dado a disposição de seu relevo marcado por um "morro" ou "serrinha" na categoria local, tornou-se uma das áreas de expansão urbanas mais expressivas do município de São Carlos (FAZANO, 2001). Atualmente a "serrinha" denomina-se Avenida Integração.

O loteamento Cidade Aracy I[1], foi organizado a partir da venda de terrenos pela imobiliária Faixa Azul. A propaganda agressiva somada aos baixos valores dos lotes atraiu a população recém-chegada à cidade para essa região e supostamente criou novos fluxos migratórios para o município na medida em que as redes de informação dos migrantes e de suas famílias eram ativadas.

Nos anos 1990, este bairro contava com uma fraca infraestrutura urbana, as ruas eram sem asfaltamento devido, a cobertura de água e esgoto era precária[2], e o abastecimento de energia elétrica não atendia todas as residências. Até meados dessa década, o atendimento em sistema de saúde era realizado no Posto de Saúde do bairro mais próximo, Cruzeiro do Sul. Ainda em 1995, era inexistente a presença de escolas de Ensino Fundamental e Médio; então, algumas salas de aula eram improvisadas, na única estrutura institucional pública, hoje privada, presente no bairro: o Cemitério Jardim da Paz, fundado em 1984 que atendia uma inexpressível clientela.

Nessa década, também os bairros Presidente Collor, Cidade Aracy II e Antenor Garcia surgiram na esteira do desenvolvimento do bairro de Cidade Aracy I, loteados pela mesma imobiliária. Nesse momento, a tática comercial de promoção de venda fora a doação de 125 metros quadrados de um terreno de 250 metros. O loteador nutria a expectativa da compra do lote ao lado pela parte beneficiada.

[1] Agradeço a paciência de alguns entrevistados na narrativa sobre a formação dos bairros pesquisados.
[2] Na falta de uma rede de esgoto, a população abria fossas sépticas para o armazenamento dos dejetos.

A centralidade da construção da casa própria para o projeto de melhorar de vida para a população migrante alocada nesta região tornava os aspectos topográficos e a infraestrutura local irrelevantes. A maior parte do primeiro grupo de migrantes chegados ao bairro, como demonstrado por Silva (2007), realizou uma migração do tipo Rural – Urbana. Esse processo migratório era maciçamente formado por paranaenses e mineiros, o que nos leva a supor que estes aspectos supracitados coerentes com a vida urbana não faziam parte do universo das necessidades imediatas destes migrantes.

A casa, o terreno, a horta e o precário acesso aos benefícios da cidade tornavam-se significativos no projeto de melhorar de vida. Apesar das condições precárias existentes, os migrantes estavam na "Cidade", e o valor atribuído a esta era demasiadamente grande.

Em termos locais, há pouca diferenciação quanto à nomeação dos bairros – Aracy I, Aracy II e Presidente Collor –; os mesmos são conhecidos apenas como "Aracy". Já nos fins dos anos 1990, estes bairros, juntamente com o bairro de Antenor Garcia, passaram a receber pesados investimentos em infraestrutura do governo municipal. Hoje, a região conta com escolas de Ensino Fundamental e Médio, dois postos de saúde, as ruas são asfaltadas e há o devido abastecimento de água e luz bem como rede de esgoto.

Segundo o Censo de 2010, na região dos bairros que compõem a Cidade Aracy, como é popularmente conhecida, soma-se uma população de 19.079 habitantes, distribuídos em quinze setores censitários. Essa população formou-se durante os anos 1990 e 2000 e emprega-se em diversos setores da economia local – dentre eles, no assalariamento rural oferecido na região.

A maior parte da população é composta por pretos e pardos, como Ávila (2006) e Silva (2007) já chamavam a atenção, e seguindo dados sistematizados por Oliveira (2001) e Mancuso (2004), nos anos de 1991, 1996 e 2000. E é a área que mais concentra chefes de família com menos anos de escolaridade no município de São Carlos. Os estudos de Oliveira (2001) e Mancuso (2004) apontam que a maior parte dos chefes de família dessa região ganha até dois salários mínimos, o que reforça a vulnerabilidade social da área em questão. Por muitos anos, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990, como mostra o texto do Plano Municipal de Assistência Social de São Carlos (2003, p.6) a Região Sudoeste do município de São Carlos foi considerada um bolsão de pobreza.

Outra característica apontada por Ávila (2006) e Silva (2007) é a trajetória migratória das famílias que compõem os bairros da Cidade Aracy. Essa população é composta majoritariamente por nordestinos, mineiros e paranaenses. Na década de 1980, segundo Baeninger (1995), entraram no município de São Carlos aproximadamente 60.681 migrantes vindos de vários estados brasileiros.

Assalariamento rural de moradores dos bairros da Cidade Aracy

Diferentemente do que ocorre em outras cidades da Região de Governo de São Carlos, o assalariamento rural que atinge a população desses bairros é marcado pelo trabalho nas roças de cítrico e café. Esses trabalhadores atuam principalmente nas safras da laranja e são arregimentados por "Turmeiros", antigos safristas e moradores desse bairro para o trabalho nas fazendas da região, destacam-se as colheitas nas cidades de Brotas, Bebedouro, Ribeirão Bonito e no distrito de Água Vermelha do município de São Carlos.

Os trabalhadores possuem em média o Ensino Fundamental Completo, estão na faixa entre 30 e 50 anos, obtém em média dois salários mínimos por mês na safra e são em grande maioria registrados pelas empresas que os contratam. Na região são pelos menos duas empresas

as que mais contratam trabalhadores dessa região a Citrosuco do Grupo Fisher, com sede em Matão e Brotas e a americana Louis Dreyfus, com sede em Bebedouro.

Mesmo os trabalhadores rurais relatando o quão "duro" e precário é a atuação no mercado de trabalho rural da região há pelo menos três motivações para essa população se empregue nesse tipo de trabalho: Por conta de certa "falta de oportunidade" no que toca a inserção nos trabalhos urbanos, em segundo pelo trabalho na roça quando comparado com os trabalhos oferecidos a eles no mercado urbano serem tão precário quando o da safra, e por último, pela possibilidade de gestão da própria instabilidade que esse setor gera em seu favor, alguns entrevistado da pesquisa realizada confirmam que mesmo os contratos dos trabalhadores sendo firmados como de prazo "indeterminado", sabe-se que a safra ocorre de um determinado período e que, entre os meses de dezembro a maio, serão dispensados para serem recontratados no mês de junho, quando a safra inicia-se novamente.

Durante cerca de cinco meses, esses trabalhadores realizam "bicos" na cidade, geralmente aqueles relacionados à construção civil, no caso dos homens, e aqueles relacionados ao trabalho doméstico como as diaristas, no caso das mulheres, ou ainda atuam em outras culturas como da goiaba, do café e do eucalipto. Esses trabalhos permitem a manutenção do núcleo familiar na entressafra.

Mas, a cada dois anos, estando submetidos ao contrato por tempo indeterminado e recolhendo o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), podem usufruir de três a quatro meses em seus lugares de origem. Uma das participantes dessa pesquisa coloca-nos que, caso os trabalhadores estejam vinculados a outros tipos de trabalhos formalizados pelo contrato por tempo indeterminado e que realmente não se sabe quando será mandado embora, os mesmos só poderiam voltar para seus locais de origem nas "curtas férias", que vão de 20 dias a um mês, tornando a volta muito custosa. Assim, é preferível "voltar" a cada dois anos usufruindo do seguro desemprego.

Nesse sentido, para que os trabalhadores rurais migrantes do Paraná, Paraíba, Bahia e de tantos outros estados possam realizar o retorno, tão essencial no curso de suas vidas, o trabalho rural aparece como alternativa na medida em que libera o trabalhador migrante das amarras do trabalho permanente, possibilitando idas mais constantes – mesmo que sejam a cada dois anos, ou ano "sim" e ano "não" como dizem – a seus locais de origem, com os quais ainda mantêm contato.

Esses trabalhadores migrantes estão sempre na encruzilhada entre o trabalho formal rural, com registro e sem registro, entre o trabalho urbano que, como no caso das diaristas e trabalhadores da construção civil, pode ser com ou sem registro também. Para além dos determinantes macroestruturais que colocam essa população nesses trabalhos, deduzimos a partir dessa pesquisa que a ação desses indivíduos na negociação de suas trajetórias de vida deve ser sempre considerada nas análises das migrações.

Aspectos gerais da relação entre migração e a expressão "melhorar de vida"

Na investigação dos significados da expressão "melhorar de vida", foi possível mapear e categorizar, a partir da pesquisa qualitativa, quatro aspectos que expressam para os migrantes pesquisados a noção "melhorar de vida". A primeira delas se relaciona com o acesso ao consumo de bens, sejam eles duráveis e não duráveis. O segundo aspecto vai de encontro com o acesso aos serviços sociais e / ou direitos sociais. Em terceiro, podemos citar a noção de libertar-se de esquemas de dominação – no caso das mulheres, essa máxima significa construir autonomia frente a seus maridos e, nos caso dos homens, distanciarem de seus pais. E por fim, a própria

circulação no espaço social de vida significava "melhorar de vida" para alguns dos entrevistados. Lembramos ainda que essa categorização é meramente formal, pois é possível perceber que, muitas vezes, esses quatro aspectos são ressaltados nos discursos, entretanto, em alguns casos, um ou outro toma maior relevância.

"Melhorar de vida" como expressão de acesso ao consumo

A precariedade das condições de vida foi relatada por muitos dos entrevistados desta pesquisa e a impossibilidade de reprodução social nos espaços de origem ainda constituem, como em Singer (1976), um dos motores da migração. Para trabalhar esse aspecto, selecionamos dois fragmentos de história de vida de dois casais: a de Regis e Karla, migrantes de Aurora-CE e de Paraíba e Marlene, migrantes da Paraíba.

Regis, 34 anos, é ex-trabalhador rural da laranja, e, há cinco anos, mora no bairro de Presidente Collor em uma das poucas ruas sem asfalto. É casado com Karla, 29 anos, com quem tem dois filhos. A casa em que moram possui somente um cômodo, subdividindo-se em quarto e cozinha. Em muitos momentos da entrevista, Karla diz que esse cômodo será a sala da futura casa ainda em construção, cujo alicerce pudemos observar aos fundos. Regis acredita que "*se lá estivesse bom, ninguém viria pra cá*". Seu relato é permeado por descrédito ao homem do campo, a qual o considera ignorante, por não conseguir potencializar os recursos a ele destinados pelo governo estadual ou federal via empréstimos em prol do desenvolvimento local.

O entrevistado visualiza que o problema não está na seca, nem na terra, mas na falta de capacidade de o homem do campo partir para novos empreendimentos. O indivíduo aparece em seu discurso com único responsável por sua trajetória de vida; os fatores estruturais são menosprezados ou quase não são lembrados em sua narrativa.

Regis ainda nos conta que em Aurora-CE, sua cidade de origem, a criação de ovelha garante sustentabilidade às famílias de pequenos agricultores e constitui uma alternativa frente à seca, mas o enorme preconceito com sua carne e derivados inviabiliza a criação. Segundo nos conta, seu rebanho de 37 ovelhas teve que ser vendido para outros locais. A decisão de migrar parte da seguinte condição: da inviabilidade da agricultura, por não gerar excedente, ou renda que possibilite o consumo elementar para sua família.

No que toca à situação de pobreza dos municípios considerados pelo entrevistado, a ausência de um de mercado consumo dinâmico é um dos grandes problemas regionais que forçam a migração; Regis lembra que a economia local de seu município de origem é precariamente dinamizada pelos programas de redistribuição de renda, como bolsa família, e pelos benefícios recebidos pelos aposentados – renda essa que considera insuficiente para manter os mínimos necessários de existência:

> *Nem para viver do comércio lá dá, pois quem movimenta o comércio são os aposentados e a bolsa família. Se você tem um comercio são os aposentados que vão comprar tudo que produzimos. Só são os aposentados que vão comprar e ainda é muito pouco.*

Karla (29 anos, ex-trabalhadora rural da laranja, hoje diarista), esposa de Regis, conta-nos que a maioria das pessoas de Aurora – CE hoje só anda de moto e ostenta celulares caros:

> *Coisa que não existia quando eu morava lá, hoje pessoas como meu cunhado, vem para cá e fazem a safra da cana ou laranja e voltam ostentando coisas de São Paulo.*

O significado do acesso a "*coisas de São Paulo*" estão para além do seu valor de uso. O status gerado pode reorganizar relações nos locais de origem quando os migrantes voltam, seja

para visitar seus familiares que lá ficaram, ou quando voltam com a expectativa de reconstituírem suas vidas nestes espaços. O ***habitus***, como esclarece Bourdieu (1994), gera e opera distinções que remetem a um estilo de vida socialmente valorizado.

Nesse sentido, Bourdieu (1996) está de acordo com Veblen (1899) e Douglas (1978), pois, de alguma maneira, descarta a ideia meramente utilitária e economicista sobre o fenômeno do consumo. Os autores acima citados estão preocupados em interpretar o consumo como um fato social classificatório, dotado de significados. Trata-se de uma linguagem que aproxima ou afasta grupos sociais, ancorada a um sistema classificatório hierárquico que cria distinções. Há, portanto, um significado cultural embutido no consumo das *"coisas de São Paulo"*. Voltar ostentando essas "coisas" insere os indivíduos numa teia de relações de comparabilidade, de consumo ideal, como nos lembra Veblen (1889).

João Carlos, (54 anos, morador do bairro Cruzeiro do Sul, turmeiro da laranja), tem sua história de vida marcada pelos trinta anos em que trabalha "na laranja" no interior de São Paulo. Ele nos conta enfaticamente que trabalhou dois anos nas indústrias da família Pereira Lopes em São Carlos e que encontrou "na laranja" a possibilidade de "melhorar de vida" pois foi, através da roça, que conseguiu se estabelecer na cidade, educar seus filhos, comprar o terreno, no qual construiu sua casa, e o ônibus que utiliza para transportar a turma até os locais de trabalho. Houve uma alteração substantiva em seu padrão de consumo e no de sua família:

> Vim para São Paulo, para comer carne e hoje nem acho carne tão bom assim, o trabalho na roça aqui me deu muito mais, e meus parentes de lá me admiram por ter conseguido sobreviver de roça aqui.

Paralelamente ao processo de alteração dos padrões de consumo desses migrantes, outros desejos foram criados pela lógica da cidade. A possibilidade de ter uma casa própria mesmo que, em uma área de topografia desfavorável, construída pelo próprio morador, também faz parte da trajetória dos migrantes estudados. Há também a absorção de valores e princípios consumistas, estimulados por uma política de crédito, como posto por Faria (1991).

No campo desta pesquisa, até mesmo os bens de consumo considerados de primeira ordem estão inseridos dentro da lógica do Consumo Conspícuo (VEBLEN, 1899), ou seja, até mesmo esses produtos podem sugerir distinção. O caso de Edneide, 35 anos, migrante de Alagoas, mãe de oito filhos, moradora do bairro de Cidade Aracy II, é representativo dessa abordagem.

> Entrevistadora: Muitas pessoas quando vem dizem que vieram para melhorar de vida. Como as outras pessoas, você acha que melhorou de vida?
>
> Edneide: É eu acho, por exemplo, lá não era todos os dias que dava para comer mistura com feijão e farinha, nós nunca comíamos pão. Aqui é diferente. Abre a geladeira tem Danone para ela (apontando para filha de 4 anos), tem bolacha.
>
> Entrevistadora: vocês têm a bolsa família, aqui?
>
> Edneide: Sim, tenho e é importante, o meu dá 134 reais. Com esse dinheiro eu comprava pão, o Danone dela, mas era de mês em mês, não era sempre, de manhã eles comiam cuscuz, feito de fubá solto. Ali ainda tem, a gente tinha umas vacas de leite, meu marido ia tirar leite de manhã e era isso que eles comiam. Aí à noite, para variar, também fazia cuscuz com feijão, às vezes, eles comiam com leite de novo. Eles tinham muita força.

Quando avaliamos o valor nutricional dos alimentos citados por Edneide, concluímos que o feijão e o cuscuz possuem até mesmo maiores porções de proteínas e carboidratos. No entanto, o que faz o "Danone" e o "pão" serem melhores é uma conjunto de padrões ideais de consumo disseminados pelos veículos de comunicação de massa. A própria entrevistada

chega à conclusão, no final da fala, que os filhos "tinham muita força" mas mesmo assim, há sobreposição valorativa de um alimento sobre o outro. Para Faria (1991), os padrões de classe média consumidora são, a todo o momento, disseminados pela televisão, por exemplo, e assim influenciam diretamente o universo cultural dos indivíduos.

No caso da família de Edneide e de muitas outras, há uma pressão por determinados padrões de consumo, ainda mais se considerando a extensa família de Edneide que é justificada por um "planejamento familiar" negociado entre ela e o marido. A decisão de migrar está atrelada também à insuficiência da terra arrendada e ao precário acesso aos serviços de saúde, educação, consumo, entre outros.

> Precisava ter muitos filhos para roça. Ele sempre me falava isso, mas o que aconteceu foi que a terra não dá mais; hoje a renda da terra dá muito pouco. O ano passado nós não passamos fome porque tinha feijão e farinha, mas, não teve como vender o feijão, o pouco que vendeu compramos roupa pras crianças, pagamos uma conta, porque todo mundo tem conta, né? e aí? mais nada; tenho o bolsa família que ajuda, mas ainda falta.

Nesse caso, o uso da força de trabalho familiar para a roça de subsistência estruturou o planejamento familiar e possibilitava o "não passar fome". A família de Edneide morava em uma "terra" de Pilar – PB, e o contato com a vida urbana da própria cidade de outras regiões, bem como com os parentes em São Paulo, reorganizou definitivamente suas expectativas de vida.

"Melhorar de vida" como expressão de acesso a direitos sociais

A melhora nas condições de vida aparece, nos discursos dos entrevistados, como acesso aos direitos sociais[3] que se apresentam como aspecto positivo dos ganhos com a migração. São dois os direitos ou "serviços" principais: aqueles relacionados à saúde e à educação. A grande maioria dos entrevistados desta pesquisa lembra-se do quão custoso era ter acesso à escola ou aos serviços de saúde em seus municípios de origem. Mesmo que o país, nas últimas décadas, tenha expandido sua rede de atendimento nesses serviços, ela ainda se apresenta como precária em muitos municípios, como comprovam Nogueira et al. (2007).

A possibilidade de acessar direitos sociais já estava presente nos discursos dos migrantes rurais de Durham (1973), porém de maneira pouco definida; pois mesmo no período estudado pela autora, as noções de direitos sociais já sendo ratificadas, desde a Era Vargas, somente a partir da Constituição de 1988 que eles tomam o caráter de inalienáveis que hoje possuem.

A Constituição de 1988 marca, segundo Castro e Delgado (2004), a organização de uma estrutura política que permitiu o alargamento dos serviços sociais que por meio dessa Constituição assumiram de fato o status de direito.

Garcia (1988) verifica que o acesso aos direitos sociais – principalmente os que tocam às questões do trabalho – apresentava ao migrante, na década de 1970, a possibilidade de retirar-se de um esquema de dominação tradicional a qual estavam submetidos em seus locais de origem. Em seu estudo, a maior parte das necessidades dos moradores era suprida pelas trocas de favores entre os mesmos e os senhores de engenho. Nas cidades, a lógica dos dons

[3] Nos termos definidos por Marshall.T. H (1968) em *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar; os direitos sociais, diferentemente dos direitos políticos e civis, abrangem os direitos ao trabalho, à seguridade social, à educação, à saúde, à habitação etc. No Brasil, como explicita José Murilo de Carvalho (2005) a conquista dos direitos não seguiu os moldes dos países europeus, nas quais a conquista de um direito favoreceu o desenvolvimento de outros. No caso brasileiro os direitos não foram conquistados e sim transmitidos por uma elite de governantes cujos interesses eram próprios. A timidez no exercício da cidadania por meio dos direitos é devida a inversão da pirâmide dos direitos produzida por Marshall, no Brasil, os direitos civis – aqueles que tocam a propriedade, liberdade e igualdade – foram dados após os direitos sociais. A doação desses direitos por parte dos governantes, e não a conquista dos mesmos por parte da população interessada, estimulou a lógica dos favores.

transvestidos em favores é parcialmente substituída pela lógica dos direitos; os migrantes, como lembrado por Garcia (1988), inserem-se em outros esquemas de dominação, nas quais a forma, mais acabada, é a dominação legal burocrática, definida nos termos weberianos.

A questão colocada pelo discurso do acesso aos direitos sociais – principalmente educação e saúde – revela uma dimensão importante da problemática social em que estes migrantes se inserem. Os assalariados do corte da cana e da colheita da laranja, no interior paulista, fazem parte do movimento global de precarização do trabalho e, mesmo quando são contratados formalmente, esse é temporário até o fim da safra. Estes trabalhadores transitam entre as situações de desemprego, emprego e trabalho informal. Telles (2001), ao discutir os dilemas da constituição da cidadania brasileira, considera que esses – trabalhadores – "fora ou no limiar da trama de representatividade que constrói identidades reconhecíveis, ficam, a rigor, sem lugar na sociedade: não se constituem plenamente como trabalhadores, não são cidadãos e não se singularizam como sujeitos de direitos" (p.106).

Mesmos os migrantes considerando que o acesso aos direitos sociais como um ganho, na migração, a leitura de Telles (2001) é bastante pessimista sobre a expansão ou a consolidação desses direitos no Brasil. Se olharmos o problema sob a luz do estudo dessa autora, podemos considerar que os migrantes inserem-se na problemática, com a totalidade da população, do esfacelamento dos direitos sociais nesse país.

Esse acesso aos direitos sociais reconhecidos na fala dos migrantes trabalhadores "temporários" da colheita da laranja ou do corte da cana não deixa de ser também precário, já que, sem terem a mediação pública de seus direitos via representatividade, esses se perdem na invisibilidade social que os corteja. Como citado por Telles (1999) a esses trabalhadores sobra o espaço da assistência social, o lugar do "não-direito" e da "não cidadania". Em nosso campo de estudo, são muitos os migrantes que reproduzem as falas de Regis (34 anos, migrante do Ceará, ex-trabalhador rural) que, mesmo considerando que São Carlos "*sendo ruim de emprego*", o acesso ao serviço público de saúde e à educação é bom, quando comparado aos seus locais de origem, onde as crianças ainda vão para escola de caminhão ou a pé, encarando uma caminhada de sete a oito quilômetros diariamente.

Esse aspecto também é lembrado por Edneide (35 anos, dona de casa, moradora há cinco meses no bairro de Cidade Aracy II, migrante de Alagoas) que reconhece a importância de morar, mesmo afastada do centro, a 10 minutos do posto de saúde e da escola dos filhos.

Edneide, Regis e tantos outros entrevistados demonstram certo anseio por uma inclusão social menos marginal. Essa ambição conduz esses migrantes a apostarem na educação dos filhos como forma de mobilidade social geracional. A realização do Ensino Fundamental e Médio pelos filhos é tomada como um valor e representa aos migrantes a possibilidade deles atuarem em outros trabalhos que não os oferecidos pelo agronegócio. Assim, representa a possibilidade real de afastarem os filhos da colheita da laranja, considerado "pesado", porém não menos digno.

"Melhorar de vida" como libertar-se de esquemas de dominação

Desvincular-se de esquemas de dominação tradicionais também é um aspecto levantado, quando os entrevistados são questionados sobre o significado da expressão "melhorar de vida". Nesse caso, o campo tem mostrado que as mulheres, quando migram pós-casamento, buscam tornar-se livres da dominação masculina seja do pai ou do ex-esposo. Os homens relatam o desejo da construção da autonomia frente à roça do pai e a possibilidade de gestão autônoma

dos ganhos. Na tentativa de modificarem suas histórias de vida, ambos encontram, no processo migratório, a resolução dos conflitos da vida particular. Essa expressão do "melhorar de vida" – libertar-se de esquemas de dominação – constituiu, entre os aspectos por nós categorizados, o mais importante no que toca a criação de novos arranjos familiares.

Em outra dimensão, Garcia (1985) já chamava a atenção para esse aspecto ao analisar a posição que os trabalhadores rurais passavam a ocupar após a migração, mostrando como o processo migratório alterou definitivamente a posição desses trabalhadores.

A dominação é entendia, sob a luz da teoria weberiana, como a probabilidade de encontrar obediência ou aceitação a um determinado mando; esse se transforma na máxima da conduta sem levar em consideração a opinião própria sobre o valor ou desvalor do mando, procurando assim despertar a crença de sua legitimidade.

Ainda segundo o autor, existem três tipos puros de dominação. O fundamento da legitimidade pode estar centrado em três condições básicas ou tipos puros. 1) Dominação racional, que toma como característica a crença na legalidade da ordem instituída; 2) Dominação tradicional, fundada na crença cotidiana das tradições passadas de geração para geração; 3) Dominação carismática, firmada em características relacionadas à santidade, ao heroísmos ou à exemplaridade de uma pessoa.

Para a dominação tradicional, foco de nosso interesse, Weber (1987) ainda pontua que os mandos são legítimos porque, "em parte, pela força da tradição que assinala inequivocamente o conteúdo das ordenações, e cuja comoção por causa de uma transgressão dos limites tradicionais poderia ser perigosa para a própria situação tradicional do individuo dominante" (p.143).

Assim, para Weber (1987), teremos pelo menos dois tipos de dominação tradicional: a que se vincula a gerontocracia, autoridade exercida pelos mais velhos, conhecedores da tradição sagrada, e pelo patriarcado, cuja dimensão do espaço privado é ressaltada. "Chama-se patriarcalismo à situação em que dentro de uma associação, na maioria das vezes primeiramente econômica e familiar, uma só pessoa exerce a dominação de acordo com regras hereditárias fixas" (WEBER, 1987, p.145).

Não é raro a dominação tradicional estar ligada à figura masculina. Bourdieu (1998) demonstra como as mulheres inseridas numa economia de bens simbólicos foram historicamente submetidas a esquemas de dominação masculina, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial. Na ordem social, "as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos em poder dos homens." (BOURDIEU, 1998, p.55)

Edneide (35 anos, migrante do Alagoas), citada no tópico anterior, mesmo possuindo uma família nuclear típica, possui uma trajetória migratória marcada por arranjos familiares diversos. Em entrevista, conta-nos que a primeira migração ocorreu ainda adolescente quando acompanhou a mãe, que "fugia" de um namorado. Essa vendia amendoim na cidade de origem e plantava roça de mandioca em uma terra cedida.

> Minha mãe tinha um namorado que não queria somente ela. Mas queria muitas. Aí ela não quis, era assim: se ela comprava uma casa em outra rua ele ia atrás. Então, a gente saiu sem dizer para ele, para onde ia.

Muitas trajetórias de migrantes mulheres mostram essa tentativa de desvincular-se de padrões de dominação masculina e de situações que as contrariam. Nesse caso, um padrão de masculinidade não consentido é central para o início do processo migratório. Na trajetória da mãe de Edneide, a tensão de posições identitárias de gênero caracterizam suas motivações para

a migração. Mais uma vez Edneide relata esta situação quando, ao passo de seu casamento, a mãe migrou, pois nas palavras da entrevistada:

> Quando eu casei ela veio também, vendeu a casa lá (Pilar – PB) e comprou uma terra em Olivença – PB, porque assim, ela gostava muito de mim, e tinha medo de eu sofrer, porque falavam que eu não era carne nem peixe, e meu marido ia bater em mim. Mas Graças a Deus, olha já tem 13 anos, e ele nunca bateu em mim, e depois disso viemos para cá, e ela ficou, ela não quer vir para cá.

A proteção à filha, considerada frágil, e a recusa a certos padrões de masculinidade influenciaram na trajetória migratória da mãe de Edneide e, consequentemente, na da filha, que só pode migrar com o marido após a mãe certificar-se através da convivência no mesmo povoado com o genro que ele era digno de confiança.

O Caso de Cilene (38 anos, trabalhadora rural) também se torna exemplar nesse aspecto. Sobre sua trajetória migratória, ela contribui com a seguinte intervenção:

Entrevistadora: E como foi que você decidiu migrar? vir para cá?

Cilene: Eu vim passear. Eu tinha meu irmão que já morava aqui há um ano. Aí esse meu irmão me disse para vim para cá, pois o pai das meninas estava enchendo o saco para mim voltar para ele, ai eu peguei e vim escondida, quando ele soubesse eu já estaria aqui em São Paulo, eu fiquei com medo da família dele roubar as meninas de mim.

Mesmo o significado de "melhorar de vida" sendo um projeto familiar e se realizando na família, as percepções para homens e mulheres podem ser diversas. Nesse sentido, as disposições de gênero e geracionais são relevantes para o entendimento deste significado. Cilene migra "escondida" do marido, que estava parcialmente separada, já que ele e a família exerciam forte pressão sobre ela.

O campo da pesquisa apontou que muitas mulheres, quando partem sozinhas, passaram por situações traumáticas que envolviam separação de suas famílias ou de seus esposos. Para dar início ao processo migratório, elas dependem de recursos emprestados de algum parente, geralmente irmão, como no caso de Cilene (38 anos, trabalhadora rural, moradora do Bairro de Cidade Aracy II), Marlene (40 anos, trabalhadora rural, moradora do bairro de Cidade Aracy II) e Alice (50 anos, trabalhadora rural, moradora do Bairro de Cidade Aracy I).

No caso dos homens, como Paraíba (55anos), Regis (34 anos), lançaram-se no projeto migratório com algum recurso economizado do trabalho na roça dos pais e, diferentemente das mulheres, geralmente migram sozinho, buscando mulher e filhos somente quando há condições propícias para esse objetivo. Há uma preocupação geral com o padrão de consumo da família; desvincular-se de padrões de dominação paterna é importante em suas trajetórias, mas não aparece tão evidente como nos discursos das mulheres.

Portanto, essas foram as primeiras constatações: a alteração nos padrões de consumo, acesso a direitos sociais, a possibilidade de acumular recursos, seja para comprar motos, eletrodomésticos e propriedades, bem como a substituição de determinados padrões de comportamento e dominação para outros, aparecem como as expressões do "melhorar de vida" entre os migrantes estudados. Essa noção é construída no jogo entre indivíduo e família podendo ser modificada na dinâmica dos arranjos pós-migração.

Quando se analisa a família, o caso da segunda geração ou dos filhos pequenos que acompanharam os pais no processo migratório é bastante revelador sobre os projetos e as noções do que seja "melhorar de vida". Nos casos que selecionamos – e trataremos no tópico sobre família –, o conflito entre Cilene e as filhas é exemplar. Melhorar de vida para as filhas não mais condiz com as expectativas da mãe, que parece ter cumprido uma etapa do processo migratório.

"Melhorar de vida" e movimentação nos espaços sociais de vida

A noção geral de "melhorar de vida" ainda pode ser representada pela possibilidade de movimentação e de criação de novos "espaços de vida". As três representações de "melhorar de vida" anteriormente citadas podem também ser incluídas nessa noção, pois articulam a produção social do espaço. Romper com um determinado espaço de relações sociais ou reproduzi-lo, como os trabalhos de Menezes (2002, 2010) e Woortaman (1990) atestam, também representa a noção geral de "melhorar de vida" na medida em que os migrantes reelaboram suas vidas pelas perspectivas gestadas no próprio processo migratório.

A trajetória migratória de Paulo (33 anos, nascido em Brumado-BA, morador do bairro de Cidade Aracy II), por exemplo, é marcada por diversos deslocamentos, a partir de 1986, quando seu pai "sumiu no sertão" deixando sua mãe com sete filhos pequenos.

> Antes de trabalhar em comércio, eu trabalhei em vários estados, como Minas Gerais, donde herdei o sotaque "mineiro", pois acho o mais bonito de todos que conheci, nas minhas andanças.

A valorização de aspectos da cultura de outras localidades é presente na trajetória dos migrantes que chegaram aos bairros que compõem a Cidade Aracy na década de 1980, 1990 e 2000. Os diversos deslocamentos ora os distanciam dos seus locais de origem ora os aproximam. Paulo, ao mesmo tempo em que agrega elementos da identidade mineira, possui uma casa de comércio, denominada "Do norte", onde reconstitui o espaço cultural outrora deixado.

> Aqui vendo de tudo um pouco, e o que não vendemos nós comemos e compramos outras coisas para vender; trabalho com a demanda, mas prefiro ter um pouco de tudo: doce de buriti, cana, pingas diversas, inclusive a Pitu, a mais vendida, tempero, farinha grossa e fina, feijão de fava, corda e andu. Ainda tenho a parte do sacolão com fruta, abóbora, batata, tomate. Gosto de coisas de diversas localidades do Piauí, Bahia, Sergipe, Pernambuco entre outros.

A identidade desse e de outros migrantes constrói-se na dinâmica de seus deslocamentos no acúmulo de referências que o faz, enquanto baiano de sotaque mineiro, dono de uma "Casa do Norte" e Sacolão – denominação paulista interiorana de mercado de frutas. É esse acúmulo de referências que ele chama de "melhorar de vida".

Cilene (38 anos, migrante do Pernambuco, colhedora de laranja) define-se como pernambucana trabalhadora rural ***em*** São Carlos. A vida em Palmares-PE é positivada pelas festas e por sua gente. O retorno para visitar a família é também o reencontro com a vida anterior que a definia enquanto trabalhadora rural da cana. Voltar depois dos "lucros" auferidos na cidade modifica as relações sociais em torno dela e de sua família.

Já Marcinho (23 anos, paraibano, trabalha na laranja há cinco anos) viu no assalariamento rural-urbano a possibilidade de modificar sua condição de vida no local de origem. A migração representou para esse trabalhador rural o ritual de passagem da adolescência para a vida adulta, marcando a construção de sua própria masculinidade. A renda auferida pela colheita da laranja em São Carlos possibilitou-lhe sustentar um núcleo familiar recém-formado e ajudar a sua família extensa.

Esse aspecto fora amplamente trabalhado por Woortmann (1990) quando discute a família camponesa e sua reprodução. Para esse autor, a migração, ainda pré-casamento, marcava a construção da autonomia individual masculina frente ao pai na medida em que os ganhos com a migração possibilitavam aos sitiantes "fracos" o acúmulo de recursos a serem empregados na volta do filho migrado, para o sítio. No entanto, não somente os filhos dos sitiantes considerados "fracos" migravam; os filhos dos sitiantes conhecidos como "fortes" também eram atingidos pela

condição de migrante. Migrar, para essa população, significava tomar contato com o "mundo" com o desconhecido, e a superação dos desafios impostos pela socialização desse mundo, operava a modificação no status social dos sujeitos.

> A migração tem um sentido simbólico-ritual, para além de sua dimensão prática. Ela é parte de um processo ritual que reintegrará a pessoa na sociedade com o status transformado de rapaz para o de homem. A comparação entre fracos e fortes é útil justamente porque ela nos permite perceber essa dimensão simbólica, que poderia ficar oculta por traz das necessidades práticas do fraco. (WOORTMANN, 1990, p. 36, *grifos nossos*).

Assim, essa dimensão simbólica gerada pela movimentação nos espaços sociais pode marcar positivamente a trajetória individual ou familiar. Os deslocamentos múltiplos são somados às experiências de vida.

Silva (2006), ao estudar redes migrantes nos bairros que compõem a Cidade Aracy, considerou que a noção da própria origem indicava múltiplos deslocamentos e pertencimentos. Portanto, conceituar origem como local de nascimento tornava problemático.

Os migrantes quando questionados sobre seus locais de origem levavam em consideração um conjunto de fatores que não necessariamente se encontram atrelados ao local de nascimento, mas a um ou a múltiplos "espaços de vida", ou seja, aqueles espaços nos quais os indivíduos se ligam ou se relacionam, como posto por Courgeau (1988). Isto é, por aqueles lugares nas quais os indivíduos constroem identidades e/ou representações sociais.

Segundo Silva (2006), na investigação realizada nos bairros que compõem a Cidade Aracy, as representações de nordestinos, mineiros e paranaenses eram diversas e deveriam ser também consideradas no jogo das identidades. Os nordestinos eram reconhecidos como ***mal-sucedidos***, pois atuavam nos trabalhos rurais da região e moravam nas piores ruas, já os paranaenses, por exemplo, estavam envolvidos em trabalhos urbanos e a identidade destes relacionava-se ao uma trajetória de sucesso migratório.

Para Silva (2006), *ser paranaense* ou *ser nordestino* era uma categoria social de classificação que envolvia representações presentes no bairro que estavam para além do local de nascimento. O que Silva (2006) não percebeu foi que este critério de classificação dependia da situação na qual se desenrolava a relação social no bairro; nordestinos, paranaenses, mineiros e paulistas encontram-se distribuídos nos bairros conforme ordem de chegada e dada à própria expansão do bairro e o esgotamento de algumas áreas. Portanto, os migrantes não estavam concentrados em "guetos" como o trabalho de Silva (2006) parece indicar.

O argumento de Silva (2006), para quem o bairro se divide entre *os bem-sucedidos* e os *mal-sucedidos,* desqualifica a própria trajetória social e de desenvolvimento das áreas das quais estes sujeitos foram expulsos. Nesse caso, como já citado, estar na *"roça"* (e não nos *empregos urbanos)* não é sinônimo de sucesso ou fracasso.

Ao iniciarmos essa pesquisa, tínhamos como objetivo estudar as migrações de origem rural-urbana para o município de São Carlos. Assim sendo, recortamos como objeto de pesquisa os trabalhadores rurais dessa cidade, moradores da região que popularmente é chamada de Cidade Aracy. O interesse maior era entender o que esses migrantes empobrecidos – moradores de uma região que, por anos, foi reconhecida com um dos maiores bolsões de pobreza da cidade de São Carlos – chamam de "melhorar de vida". Perguntávamos então qual era o sentido ou o significado dessa expressão para os migrantes e suas famílias. O desafio era visualizar o que estava por de trás dessa máxima interpretada de maneira economicista e encontrar os elementos que poderiam ser considerados como "melhorar de vida" entre esses trabalhadores rurais.

Assim sendo partiu para um verdadeiro deslocamento na análise de mobilidade social, considerando para além do caráter objetivo e econômico de sua mensuração o caráter subjetivo do que os migrantes chamam de "melhorar de vida", o mapeamento das quatro disposições apresentada no tópico anterior avança na análise sociológica do processo na medida em que traz novos elementos para a discussão, e articula a esfera das macro relações econômica com da micro relação social de existência dessa população.

Referências

ÁVILA, M. P. Periferia é periferia em qualquer lugar? Antenor Garcia um estudo de uma periferia interiorana. 2006. 114 p. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, SP, 2006.

BAENINGER, R. A. Região Administrativa Central: Região de Governo de São Carlos e Região de Governo de Araraquara. Textos Nepo (31). Campinas, SP, 1995.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: Usos & abusos da história oral. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (Coord.) Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-191.

_____. A Economia das trocas simbólicas. MICELI, S. (Org.) São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. Razões Práticas. In: Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

COURGEAU, D. Méthodes de mesure de la mobilité spatiale. Migration internes, mobilité temporaire, navette. Paris: Éditions de l'institut national d'études démografhiques, 1988.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El caráter de reversibilidad en el estudio de la. migración. Notas de Población, Santiago de Chile: CELADE, n. 49, 1990.

DURHAM, E. R. A caminho da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FARIA V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 3, 1991, p. 98-119.

GARCIA, A. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.3, n.7, 1988.

JANNUZZI, P. M. Migração e Mobilidade Social: Migrantes no mercado de trabalho paulista. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. Mobilidade social no Brasil no contexto da reestruturação produtiva. In: I CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO - ALAP, 1, 2004. Caxambu-MG. Anais... Caxambu-MG, 2004.

LIMA, R. P. O Processo e o (des)controle da expansão urbana de São Carlos (1857-1977). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, USP.

MANCUSO. M. I. R.; OLIVEIRA, A. E; LAISNER. R, C e GRANJA, H, R. Cadastramento Único: Subsídio para Implantação de Programas Sociais de Famílias Abaixo do Limiar de Pobreza em São Carlos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, 2004, Belo Horizonte. Anais.... Belo Horizonte: 2004.

SILVA, V. F. Migração e redes sociais: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo. – Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006.

SILVA, M. A. de M. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SCALON, M. C. Mobilidade Social no Brasil: Padrões e Tendências. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999.

PASTORE, J. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. Edusp. São Paulo, 1979.

TELLES, V. Pobreza e cidadania. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. Direitos sociais: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

TRUZZY, O. Café e Indústria: São Carlos 1850 -1950. Editora da UFSCar. São Carlos, SP. 2000.

VEBLEN, T. [1889] A Teoria da Classe Ociosa: Um estudo econômico das instituições. São Paulo: Ática, 1974.

WEBER, M. Os tipos puros de dominação. In: CASTRO, A. M. & *DIAS*, *E.* F. (org.). Introdução ao Pensamento sociológico. São Paulo: Mors, l988.

"IDAS-E-VINDAS" DE FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS NA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: OS CASOS DE MATÃO E SÃO CARLOS

Lidiane M. Maciel
Giovana Gonçalves Pereira

Esse estudo analisa sob a luz da sociologia e demografia a condição migratória de famílias de trabalhadores rurais ligadas à colheita de laranja e corte de cana-de-açúcar nas cidades de Matão e São Carlos nas décadas recentes.

O objetivo é fazer uma problematização sobre os conceitos utilizados por nós pesquisadores para tratar acerca dessa população migrante, delineando possíveis comparações entre duas pesquisas de campo realizadas na Região Central do Estado de São Paulo nos últimos dois anos, compassadas com as análises dos dados socioeconômicos dessa região. Os indivíduos envolvidos no processo migratório, em questão, realizaram, de forma majoritária, no decorrer das décadas de 1990 e 2000 migrações de longas distâncias partindo de estados nordestinos (Piauí e Maranhão) e, inclusive, do sul (Paraná) e sudeste (Minas Gerais) do país, para o interior de São Paulo. Ao possuírem trajetórias migratórias diversas, podemos ora conceituá-los como migrantes "permanentemente temporários" como no caso dos piauienses em Matão, e ora como migrantes "permanentes", no exemplo dos paranaenses e mineiros em São Carlos.

Dentre as possibilidades comparativas entre tais migrantes o fato que mais nos chama atenção em nossas pesquisas é a condição de mobilidade pendular que vivenciam cotidianamente ao atuar em trabalhos rurais nas cidades vizinhas a São Carlos e Matão. Neste sentido, os conceitos de *Espaço de vida* de D. Courgeau, de *Migração Permanentemente Temporária* de M.A.M. Silva e *Rotatividade Migratória* de R. Baeninger afinados, as pesquisas de campo realizadas nos municípios considerados nos permitem refletir sobre a condição migratória dessas famílias apontando-nos a diversidade de questões que afetam as migrações contemporâneas, na qual o antigo modelo explicativo Rural-urbano de direção única não esclarece as problemáticas surgidas nas idas e vindas e permanência dessa população nos diversos espaços sociais de vida que constituem a circularidade da migratória.

Metodologia

A pesquisa foi realizada através da modalidade metodológica "quanti-quali", ao reunir a criação de um Banco de Dados Próprio, parcerias institucionais e idas a campo.

Durante os anos de 2010, 2011, 2012 efetivou-se uma série de entrevistas qualitativas entre os trabalhadores rurais- urbanos (MACIEL, 2011) dos bairros que compõe a Cidade Aracy em São Carlos e com os trabalhadores rurais-urbanos (Idem, ibidem) dos bairros do Jardim Popular, Jardim do Bosque e Vila Cardim, em Matão. As entrevistas qualitativas foram equiparadas aos dados quantitativos obtidos em diferente bases de dados, entre elas: a RAIS- Caged, da Fundação SEADE, Censo Demográfico 2010, e CadÚnico (2011), no caso de Matão.

O campo da cidade matonense foi complementado – além da pesquisa qualitativa em desenvolvimento – com a colaboração dos registros institucionais (CadÚnico) fornecido pela Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social (SABES). Para a formulação desta base de dados foram utilizadas três cidades nordestinas como parâmetros de origem, seguindo as indicações institucionais (SABES, e Serviço Pastoral do Migrante de Matão/SP): Jaícos/PI; Picos/PI e Igaci/AL. A escolha pela abordagem institucional, a priori, visa a contribuição de "apresentação formal" dessa população através de suas características mais gerais como, por exemplo: pirâmides etárias – que viabilizam a apreensão das fases do fenômeno migratório nos bairros –, estruturas familiares, condições de domicílios, trajetórias "potenciais" – por meio do local de nascimento dos filhos e/ou transferência do beneficio (Bolsa Família) –, concentração da população no espaço urbano, entre outros. Ademais, foi estritamente enriquecedor a contraposição entre os discursos institucionais e os discursos dos indivíduos estudados.

O campo de pesquisa: Os municípios de São Carlos e Matão

Os municípios paulistas estão localizados na Região Administrativa Central do estado de São Paulo que conta com mais de 26 municípios, divididos em duas Regiões de Governo: Araraquara e São Carlos. Ambas as regiões contam com uma economia diversificada e dinamizada pela produção industrial, setor de serviços, bem como agropecuária.

Na agropecuária a região se destaca na produção de cítricos e cana-de-açúcar, atividades que demandam grande força de trabalho, por possuírem etapas estritamente manuais, conforme constatado em outros trabalhos (SILVA, 1999; NOVAES & ALVES, 2007; NEVES et ali, 2010; etc). A concentração da força de trabalho nestes municípios é derivada dos fluxos migratórios que atingiram a região nas últimas décadas. E é deste aspecto que parte nossa pesquisa, sendo o interesse maior é nos assalariados rurais migrantes dessa região.

São Carlos e Matão possuem uma dinâmica diferenciada no que toca os trabalhadores rurais, enquanto que na primeira a população que se assalaria nas roças das cidades da região é considerada "moradora" das periferias urbanas da mesma, na segunda os assalariados caracterizam-se como uma população flutuante, ou seja, a estada no município se restringe ao período da safra de cítricos.

Nas três últimas décadas a população tanto de São Carlos quanto de Matão, seguiu a dinâmica regional a qual estão inseridas e tendeu a "ganhar" população derivada de diversos fluxos migratórios (BAENINGER, 1995). O incremento populacional consolidou a expansão territorial já em curso nesses municípios. O surgimento de novos bairros foi ocasionado pelo esgotamento das áreas mais centrais que sofreram grande especulação imobiliária. Esses novos

bairros nem sempre estiveram servidos de infraestrutura básica. Atualmente, os municípios apresentam a seguinte disposição populacional:

TABELA 1. Número de habitante dos municípios de São Carlos e Matão de 1980-2010

Município	1980	1990	2000	2010
São Carlos	119.012	153.762	192.639	221.692
Matão	37.822	60.347	71.669	76.743

Fonte: Fundação SEADE.

Os municípios da Região Administrativa Central possuem uma historia econômica e social marcada pelo desenvolvimento obtido nas últimas décadas. São Carlos desenvolveu-se na história recente em decorrência de cadeia de incentivos econômicos governamentais obtidos em obras de infraestrutura e saneamento básico, bem como a vinda de duas grandes universidades, a Universidade Federal de São Carlos (1968) e um campus da Universidade de São Paulo (1953). Hoje a cidade é reconhecida nacionalmente como *Tecnopólo*.

Atualmente o município de São Carlos possui uma população de cerca de 221 mil habitantes (CENSO, 2010), um PIB *per capita* de 20.519, e um pirâmide etária de base um pouco mais estreita, o que sugere uma população em gradativo envelhecimento. A produção industrial e o dinâmico setor de serviços marcam os aspectos econômicos imediatos da cidade.

Já Matão é responsável por um dos maiores índices de *PIB per capita* da Região de Governo de Araraquara – R$ 66.315,42 –, tendo cerca de quase 50% de participação na composição do PIB do Estado (SEADE, 2009). Um dos principais motivos do alto nível de concentração e riqueza do município é sua economia pautada no setor agroindustrial, pois este possui em seu território grandes empresas, com destaque para o setor citrícola, em especial, o Grupo Fischer S/A[1].

A concentração do Setor Citrícola no município de Matão e em Araraquara/SP é produto da denominada "cartelização da economia" (NASSIF, 2012), já que ambas as cidades possuem, historicamente, os dois maiores grupos – Grupo Fischer S/A e Cutrale S/A – exportadores de suco de laranja no mundo. Ademais, o processo produtivo da laranja é também centralizado, ou seja, as atividades relacionadas ao plantio dos pomares, cultivo da safra, colheita das frutas e o transporte da laranja até o ponto de compra são de responsabilidade dos produtores agrícolas (NEVES et al.,2010), que em geral, são os donos das industrias, fato que reflete na intensa concentração fundiária do país (Porto-Gonçalves & Santos, 2012).

Ora, o próprio dinamismo econômico brasileiro é decorrente do modelo agro- exportador[2], em especial, neste último ano que apresentou um déficit de 92 bilhões de dólares na exportação de produtos industrializados e, em contrapartida os produtos primários que passaram por uma queda significativa em trinta anos (1970 – 2000), voltaram a crescer em meados da década chegando a atingir 60,9% do total de exportações em 2009 (Porto-Gonçalves & Santos, 2012: 73).

No município de São Carlos a investigação sociodemografia foi realizada em quatro bairros que somam uma população de 19 mil habitantes, do quais cerca de 3 mil assalariam anualmente na colheita da laranja. Os bairros de Cidade Aracy I e II, Antenor Garcia, e Presidente Collor,

[1] Abarcando desde 2011, a Citrosuco e a Citrovita constituindo assim uma concentração no setor de suco de laranja. (In: http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/12/cade-aprova-fusao-da-citrovita-e-citrosuco-criando-gigante-do-suco.html). Contudo, a fábrica da Citrovita no município anunciou seu fechamento em fevereiro deste ano, ocasionando a demissão de 111 funcionários (In: http://g1.globo.com/sp/araraquara-regiao/noticia/2012/02/fabrica-de-suco-de-laranja-demite-111-e-anunciafechamento-em-matao-sp.html)

[2] O Brasil detém atualmente 50% da produção mundial de suco de laranja (ver mais In NEVES et ali, 2010).

representaram durante muitos anos uma área de vunerabilidade social, o que levou a serem reconhecidos como um dos maiores bolsões de pobreza da cidade.

Em Matão, a denominada "Zona Alta" da cidade que compreende os bairros do Jardim Popular, Vila Cardim e Jardim Bosque, é reconhecida por sua população como reduto de trabalhadores rurais migrantes. Diferentemente dos casos dos bairros supracitados pertencentes a cidade de São Carlos, não há um "morro" ligado por uma longa avenida, os bairros parecem mais integrados ao núcleo comercial da cidade de menor dimensão que São Carlos. Essa região trata-se de uma área de expansão recente do núcleo urbano. Ainda é possível encontrar os primeiros moradores do bairro que até hoje ali vivem. Como sistematizado por Pereira & Pereira (2011) esses bairros receberam ao longo dos últimos anos centenas de famílias advindas do Estado do Piauí, que vem anualmente a fim de se empregarem na safra da laranja.

O trabalho rural no interior de São Paulo: entre os canaviais e laranjais

Nos anos de 1970, a partir de investimentos governamentais a agropecuária no estado de São Paulo tendeu a modernizar-se. O plantio de cana-de-açúcar recebeu subsídios do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), os agricultores assim acabaram por substituir as plantações tradicionais pela cana-de-açúcar, sendo que nas décadas seguintes a produção fora integrada a um sistema agroindustrial e tecnológico. A Região Administrativa Central do Estado de São Paulo, e principalmente a Região Administrativa de Ribeirão Preto passou a se destacar na produção de cana-de-açúcar destinada a produção de etanol.

A dinâmica econômica dessas regiões esteve ligada ao fortalecimento da rede urbana e social. Os fluxos migratórios que atingiram o interior de São Paulo a partir dos anos de 1970 relacionaram-se com uma redistribuição da população no território brasileiro, em decorrência da desconcentração industrial de determinadas áreas em conjunto a estagnação dos espaços da agricultura tradicionais. A força de trabalho expulsa do campo, de regiões como do Vale do Jequitinhonha – MG, como mostrado por Silva (1998), movimentou por anos o complexo agroindustrial do interior de São Paulo.

Paralelamente ao desenvolvimento do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar, no Brasil, a citricultura também é inserida num sistema no movimento global de criação de novos postos de trabalhos rurais. A citricultura, que se desenvolveu no interior de São Paulo, já nasce completamente comprometida com a dinâmica internacional. A produção em grande escala de suco de laranja sempre esteve ligada a exportação, seja para os Estados Unidos ou para Europa (NEVES et ali, 2010).

O complexo da citricultura também utiliza largamente mão de obra migrante, e, diferentemente da cana-de-açúcar, em algumas regiões a atuação de famílias inteiras na colheita do fruto é bastante comum. Essas famílias eram reconhecidas popularmente como Bóias-Frias, por morarem nas periferias urbanas e trabalharem na zona rural das cidades. Essa categoria é amplamente recusada por esses trabalhadores que entendem o preconceito embutido nessa simples sentença.

A partir de pesquisas de campo realizadas nos municípios de São Carlos e Matão é possível afirmar que há uma circulação entre os trabalhos no corte de cana-de-açúcar e na colheita da laranja. A preferência dos trabalhadores rurais por um ou outra atividade varia conforme a disponibilidade de uma e outra em determinados períodos do ano, pela possibilidade de ganhos maiores, pelas condições de trabalho em ambas as culturas, bem como devido a redes de contratação consolidadas nas cidades citadas.

A produção de cana-de-açúcar e laranja nos municípios de São Carlos e Matão, tem se consolidado nas últimas décadas como mostra a tabela 2. Ambas estão sujeitas as variações dos mercados externos, principalmente a laranja tem como principal concorrente os Estados Unidos, grande produto e consumidor do suco produzido nessas regiões. Sugere-se que a laranja perdeu nos últimos anos espaço físico para a produção de cana-de-açúcar, porém os rendimentos reais da laranja vêm crescendo, nos últimos anos, como apontam os dados da Fundação SEADE. No entanto o que nos interessa é que ambas constituem campos de atuação para os trabalhadores migrantes.

TABELA 2: Produção de cana-de-açúcar e laranja em toneladas nos municípios de Matão e São Carlos (1990 – 2010)

Municípios		1990	2000	2010
Matão	Cana-de-açúcar	1.320.000	1.078.000	1.717.360
	Laranja	135.060	335.839	322.750
São Carlos	Cana-de-açúcar	600.000	1.500.000	2.998.650
	Laranja	34.000	144.760	85.180

Fonte: Fundação SEADE.

Diferentemente do município de Matão, a qual se localiza grandes empresas no setor de processamento do suco da laranja, o trabalho nas roças de laranja, bem com os rendimentos da produção agrícola, são poucos considerados na estrutura econômica do município, já que São Carlos se destaca na produção industrial e de alta tecnologia. Muitos trabalhadores desse município como mapeado em pesquisa anterior se assalariam nos laranjais e canaviais das cidades do entorno (MACIEL, 2012).

Perfil dos trabalhadores rurais: Matão e São Carlos

O trabalho, principalmente na colheita de cítricos, envolve ao menos três profissionais: O "Colhedor" ou "Catador", o "Turmeiro" e o "Fiscal". Nas carteiras de trabalho dos dois primeiros, ambos são registrados como "Trabalhadores rurais" seguido da função que exercem. É comum que entre os Turmeiros e Fiscais, encontremos relatos que a entrada na atividade foi marcada pela atuação na colheita, e que passar de uma categoria para outra é sinônimo de mobilidade social.

Os turmeiros são responsáveis por arregimentar e transportar os trabalhadores da colheita, contudo, de forma simultânea, muitos também atuam como fiscais da produção. Essa categoria utiliza de vários métodos para a arregimentação. Na cidade São Carlos é comum à propaganda que anunciam em carros de som e cartazes a contratação, bem como o ato de "bater de porta em porta" a fim de conseguir os melhores "catadores". Em Matão, muitos trabalhadores, principalmente os "migrantes permanentemente temporários" são contratados assim que descem dos ônibus que os trazem o Piauí para essa cidade. Alguns já vêm com a promessa de contratação, ou já deixam "acertado" com o turmeiro que trabalhou anteriormente a atuação na próxima safra.

A partir dos dados RAIS - MTE inferimos que a maior parte dos trabalhadores registrados moradores ou não dessas cidades de Matão e São Carlos são homens, têm entre 30 e 49 anos e majoritariamente possuem Ensino Fundamental Incompleto; ainda cerca da metade desses trabalhadores ganha, em média, de um salário mínimo e meio a trabalho.

Por intermédio da comparação dos dados da RAIS, com os dados obtidos com o trabalho de campo realizado, observamos que os trabalhadores moradores dos bairros que compõem a Cidade Aracy em São Carlos, quando não estão na safra da laranja, encontram-se em muitos trabalhos urbanos que, em média, pagam a mesma faixa salarial. E os trabalhadores rurais da cidade de Matão, encontra-se, a maior parte em suas cidades de origem no período da entressafra. Esse aspecto se relaciona com a condição migratória dessa população que trabalharemos nos tópicos seguintes já que a primeira de alguma forma apresenta-se com "sobrevivente" a seletividade migratória e fixam residência nessa cidade. Enquanto a segunda deriva-se de um processo diferenciado daqueles que almejam sobreviver no "lá", nos locais de origem.

A condição migratória das famílias de trabalhadores rurais

Na década de 2000 os espaços sociais foram contemplados por novas dinâmicas migratórias, como as descritas por Baeninger (2011), segundo a autora no contexto da nova configuração produtiva, "os fluxos mais volumosos e de longa distancia são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas" (p.76). Havendo neste contexto um aumento das áreas de *rotatividade migratória* na qual as idas-e- vindas são mais constantes, como nos contextos da mobilidade circular de trabalhadores rurais sazonais estudados por Oliveira (2012).

A "acumulação dos capitais" derivada da atual fase do agronegócio ocasionou o redirecionamento dos focos produtivos e da própria seletividade do processo migratório na Região Central do Estado de São Paulo. Nos anos finais da década de noventa assistimos a mudança da *"cartográfica migratória"* (SILVA, 2008), com a inserção de novas origens como Maranhão e Piauí. Neste sentido, trabalharemos com duas "modalidades" migratórias: a denominada "permanente" – São Carlos/SP – e, a "permanentemente temporária" – Matão/SP.

A problemática desenhada nos anos 90 impôs a construção de novos aportes teóricos para o estudo das migrações. A abordagem teórica utilizada até então passou a não dar conta do processo social em curso. Assim, a "compreensão dos fenômenos urbanos, em especial as novas formas de mobilidade espacial da população passam por dimensões que, mesmo como reflexos de reestruturações na economia, compõem um novo mosaico das interações sociais" (BAENINGER, 2005, p.86).

As trajetórias migratórias encontradas no campo de estudo deste trabalho não conjugam apenas um tipo e uma modalidade migratória. Muitas das famílias migrantes desse campo, antes de se estabelecerem na Região Central (especialmente na cidade de Matão, Dobrada, ou São Carlos), realizaram migrações das propriedades rurais de seus pais ou de outros para outras cidades vizinhas ou distantes dos municípios onde nasceram.

Assim, inspirados por essa discussão e provocados por Sayad (1998), nos perguntamos, como esse autor, o que é um "migrante" em nosso contexto. Para Sayad (1998) a imigração de Argelianos para França colocava os migrantes frente em uma dupla contradição: "Oscilando, segundo as circunstâncias, entre o estado provisório que a define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato" (p.45)

Para este autor, o que soma a essa provisoriedade e que os define enquanto migrantes, é o fato de serem essencialmente uma força de trabalho temporária e em trânsito. Noção bastante similar à encontrada por Silva (2005), quando esta discute as ***migrações permanentemente temporárias*** realizadas por pequenos proprietários do norte e nordeste do Brasil para a Região de Ribeirão Preto e Central do estado de São Paulo. Esses trabalhadores se assalariam temporariamente na safra de cana-de-açúcar do complexo agroindustrial paulista ou na colheita de cítricos.

Em nosso campo de estudo, alguns desses trabalhadores que realizavam migrações temporárias tenderam, nos últimos anos, a se fixar nas cidades vizinhas aos canaviais e laranjais como é o caso de São Carlos. Atualmente possuem casa própria auto construídas e pela classificação oficial do IBGE são considerados população permanente "não natural". Porém, ainda insistimos em sua condição migrante seguindo o seguinte raciocínio: consideramos migrantes indivíduos que nos últimos anos participaram ativamente ou não de um processo de reprodução das condições de vida familiar ou individual que necessariamente previa o deslocamento de locais os quais consideravam "espaços de vida" e que trazem consigo marcas desses espaços que os possa definir enquanto paraibanos, piauienses, pernambucanos, mineiros, baianos, paranaenses, alagoanos ***em*** São Carlos, Matão ou Dobrada.

A noção de "espaço de vida" utilizada é derivada dos estudos de Courgeau (1977) e operacionada por Domenach & Picouet (1987) pelo conceito de "residência base". Espaço de vida corresponderia para os autores à formação de rede de relações e eventos relacionados à vida familiar, econômica, política, cultural etc. Assim a saída de uma residência para outra nem sempre implica a mudança no espaço de vida. As migrações sempre partirão de uma "Residência Base" e a reversibilidade migratória é relacionada a esse espaço. Esse conceito nos ajuda a pensar as identidades individuais de famílias que iniciaram ao longo de suas trajetórias vários deslocamentos, e as quais, quando questionadas sobre seu local de origem, levam em consideração o conjunto de sentimentos e construções simbólicas que fizeram em espaços diferentes daqueles em que nasceram.

Os espaços de origem[3] ajudam os indivíduos a construírem identidades regionais ou locais. As identidades dos trabalhadores rurais nem sempre estão vinculas a região de nascimento, mas a outros "espaços de vida" formandos no bojo do processo migratório de suas famílias durante suas trajetórias. Não é o tempo de residência, nem o local de nascimento, que determinam a identidade desses indivíduos, mas a capacidade da construção de espaços de vida nesses locais. Os espaços de vida serão sempre mapeados pelas possibilidades de retornos, sejam eles definitivos ou não.

A migração "permanentemente temporária" se relaciona aos migrantes piauienses de Matão/SP que possuem seus projetos migratórios, em geral, "familiares" vinculados à safra da laranja. Essas pessoas possuem suas vidas "divididas" entre o tempo e o espaço, uma vez que ao virem para o município com o objetivo laboral mantêm em seu local de origem suas principais projeções. Não é raro ouvirmos relatos daqueles que aqui estão com o intuito de "melhorarem a situação de vida lá", ou seja, "arrumar" a casa que já possuem ou "construírem uma" em seu sítio, ou como eles próprios denominam "no interior". Ademais, o grande incentivo destes é retratado pelo aumento do poder de compra – uma espécie de "empoderamento" – dos 'retornados' que ao chegarem à origem adquirem *motos,* que aparentemente é dado com o um dos ápices do poder de consumo, ou, reformam suas moradias.

Esses trabalhadores estão inseridos numa lógica de Consumo Conspícuo (Veblen, 1899), ou seja, um consumo que leva a distinção. O que para muitos trabalhadores como mapeado em pesquisa anterior torna-se indicativo de que "melhoraram de vida". O significado do acesso a "*coisas de São Paulo*" estão para além do seu valor de uso. O status gerado pode reorganizar relações nos locais de origem quando os migrantes voltam, seja para visitar seus familiares que lá ficaram, ou quando voltam com a expectativa de reconstituírem suas vidas nestes espaços. O *habitus*, como esclarece Bourdieu (1996), gera e opera distinções que remetem a um estilo

[3] Que podem ser ou não os locais de nascimento.

de vida socialmente valorizado. O consumo pode ser entendido como uma linguagem que aproxima ou afasta grupos sociais, ancorada a um sistema classificatório hierárquico que cria distinções. Há, portanto, um significado cultural embutido no consumo das "*coisas de São Paulo*". Voltar ostentando essas "coisas" insere os indivíduos numa teia de relações de comparabilidade, de consumo ideal, como nos lembra Veblen (1889).

A questão família também é outro aspecto importante na dinâmica migratória. A divisão de filhos é comum e, apresenta-se como estratégia de reprodução familiar (MENEZES, 2009), pois além da "economia" com o transporte destes, a presença de um filho ou parente no sítio é tido como "marcador" de propriedade e da *presença social* daquela família em suas terras a fim de evitar roubos e expropriações. Temos então, que a migração "permanentemente" temporária representa-se pela divisão dos espaços de vida, sendo, em tese, o espaço do trabalho – assalariado – nos pomares e da vida social, religiosa e doméstica na origem. Todavia, é notória a presença de espaços de sociabilidade dos migrantes em Matão/SP, como os tradicionais ***forrós*** que ocorrem na cidade, os bares e mercearias como nomes que evocam a terra natal desses indivíduos.

O permanente dialogo entre o "lá" e "cá" configuram também a apreensão e significação do espaço por meio dessa população, assim como, a negação inicial da origem – por aqueles que estão no município há mais de anos – e da afirmação do desejo de retornar como o de se estabelecer daqueles que ainda estão envolvidos no processo constante do ir e vir.

Quando nos deparamos com os discursos empregados por esses indivíduos e os questionamos sobre seus desejos e motivações, encontramos as mais diversas razões para justificar o "querer permanecer em Matão", ou em São Carlos, como a saúde, educação, as pessoas "boas", a facilidade de emprego como o de "retornar para casa" onde possuem suas famílias, seus "pertences" e o primordial sua ligação com a terra.

Ser permanente e permanentemente temporário: casa, famílias e trabalho rural

A provisoriedade que marca a estada do migrante permanentemente temporário em Matão – SP é vista por vários aspectos de suas vidas sociais, esse migrante na maior parte das vezes estão alocados de maneira precária em casas alugadas por moradores estabelecidos nos bairros que recebem essa população, alguns desses moradores também possuem trajetórias migratórias anteriores e utilizam essa estratégia como forma de complementar suas rendas.

A noção geral de trabalhador permanentemente temporário é derivada dos estudos de Silva (2008), que mostram um fluxo intenso de trabalhadores rurais do interior do Maranhão e Piauí para o corte de cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Essa noção considera a circularidade da migração dessa população e inclui a dinâmica das regiões de origem e destino na análise das migrações. Uma porção significativa dos trabalhadores rurais dos complexos agroindústrias do estado de São Paulo estão sujeitos idas e vindas constantes pautadas pelo inicio e termino das safras de laranja e cana-de- açúcar.

Esses migrantes estão entre duas formas de existência: a de trabalhador rural-urbano, e a de pequenos agricultores familiares em seus estados de origem. São trabalhadores permanentemente temporários, e há nesse sentido uma estabilidade no processo de idas e vindas.

A cidade de Matão recebe anualmente cerca de 3 mil trabalhadores do município de Jaícos –PI para a atuação na safra da laranja. Como citado por alguns em entrevistas qualitativas, realizadas tanto em Jaícos-PI, quanto em Matão – SP, são trabalhadores e trabalhadoras que dificilmente pretendem estabelecerem definitivamente na cidade citadas. As idas e vindas se condicionam

a noção geral de melhorar de vida nos locais de origem, seja através da abertura de um poço em suas terras, para que consigam produzir nas épocas em que não há "inverno"[4], seja para "ajuntar" dinheiro e comprar uma moto para si ou para os filhos deslocarem do "interior"[5] para a cidade. O transporte entre o "interior" e a cidade é feita em carros, motos, mas essencialmente através de caminhões. Na praça central da Igreja de Nossa Senhora das Mercês é comum a chegada e a partidas de caminhões e caminhonetes abarrotadas de pessoas.

A transformação de migrante permanentemente temporário em migrante permanente, ou seja, aquele que para nós se transforma em morador do município, conseguindo adquirir uma casa, por exemplo, é também encontrado entre os jaicoenses em Matão, têm-se relatos de migrantes de Jaicós que são moradores nessa cidade já há 30 anos. Porém esse aspecto é mais perceptível quando analisamos a situação dos trabalhadores rurais da laranja na cidade de São Carlos – SP.

Diferentemente de Matão – SP, São Carlos-SP, pouco recebeu migrantes que se encaixem na noção "permanentemente temporários". As famílias moradoras de Regiões com o da Cidade Aracy, que se assalariam na safra da laranja, fazem parte de outras modalidades migratórias, e são em sua maioria migrantes da etapa urbanos-urbanos, possuem uma trajetória migratória marcada pela saída dos roçados no nordeste brasileiro ou dos sítios mineiros e paranaenses para a Região Metropolitana de São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980 e nos anos 1990 e 2000 realizaram novas migrações em direção ao interior de São Paulo. Mas que, porém trazem consigo marcas da quais os definem como migrantes, recusando a idéia de serem São-carlenses.

A permanência nesse caso está sujeita a criação de novos espaços de vida que serão considerando como ponto de referencia para essa população. Diferentemente da migração permanentemente temporária, o vinculo criado pelos migrantes trabalhadores rurais em São Carlos é maior, pois foram completamente expropriados de suas condições – físicas e/ou simbólica – de vida nos lugares de origem.

Origem e destino tornam-se para esses migrantes de tantos Estados brasileiros um circuito não fechado. Não conseguimos determinar até que ponto a "permanência" constitui-se uma constância, uma fixação estável e durável de indivíduos a determinados territórios, e também não conseguimos prever ou afirmar quando o permanentemente temporário tornar-se-iam um morador "definitivo" das cidades de destino. É dada essa perspectiva que só é possível o estudo das migrações em diversos contextos se considerar-mos-ás enquanto processo social, dotado de um dinamismo estruturador.

O que uni esses agentes sociais, o migrante "temporário" ao "permanente", é a capacidade que possuem de articularem e darem sentido aos territórios as quais circulam. E por fim, como citado por Tarrius (1993) de serem *daqui* e de *lá* ao mesmo tempo e a luta por um reconhecimento desse status social.

Nessa abordagem as territorialidades na migração são necessariamente mais fluidas e instáveis e são postas enquanto condição e expressão espacial de vinculo social que se estabelece por meio de uma memória coletiva negociada e compartilhada pelos migrantes.

A abordagem quanti-quali aqui empregada viabilizou a compreensão do processo migratório, sendo a partir da junção de diversos Banco de Dados (como o gerado em Matão por

[4] Os trabalhadores rurais de Jaícos, migrantes, chamam o período de chuvas de inverno. No período que engloba o final de 2011 e inicio de 2012 "ainda não teve inverno" como expresso em muitas fala o período foi de seca constante.

[5] A noção de interior engloba para os jaícoenses do semi-árido piauiense as áreas rurais do município. Jaícos – PI, possui 18.035 habitantes distribuídos em uma área territorial de 865,140 Km^2 cuja densidade demográfica é de apenas 20,85 hab/km^2 , já a cidade vizinha, Picos, a terceira maior cidade em população do Estado do Piauí – com 73.414 habitantes – possui um área total de 534,713 Km^2 e uma densidade demográfica de 137,30 hab/ Km^2.

meio do CadÚnico da SABES, da RAIS – CATED, e do próprio Censo 2010), e da modalidade da pesquisa de campo que tornaram-se possíveis as percepções e reflexões acerca da dinâmica entre o *local* de origem e destino dessas populações.

Ademais, a utilização de tais recursos metodológicos nos permitiu realizar indagações sobre as concepções teóricas empregadas atualmente nos estudos migratórios, em outras palavras, ao considerar a *agência* do individuo migrante, ou seja, ao inseri-lo em um contexto histórico permeado de valores, práticas sociais, afinidades e contingências temos que as definições de "permanentemente temporário" e "permanentes" são condicionadas ao próprio individuo e sua história de vida. Por exemplo, a figura da *casa* na cidade jaicoense é, de forma geral, equiparada ao individuo, que ao migrar para outro local sai "fechado" em si, tendo somente no retorno a liberdade readquirida, tal fato corresponde ao fenômeno das "casas fechadas" no *interior* – zona rural – da cidade piauiense.

Percebemos, então que o fenômeno migratório responsável pela redefinição dos papeis sociais – daqueles que vão e daqueles que ficam –, reorganização dos espaços de vida (COURGEAU, 1988) e pelos rearranjos familiares. Com isso podemos concluir que a migração possui uma inseparável influencia na dinâmica familiar e na construção da identidade das populações envolvidas no processo migratório, tanto no que se refere ao projeto individual ou familiar.

Referências

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil no século 21: evidencias empíricas e desafios conceituais. In: Mobilidade espacial da população. Desafios teóricos e metodológicos para seu estudo. CUNHA, J. M. (org.) – Campinas: NEPO/Unicamp. 2011.

_____. São Paulo e suas migrações no final do século 20. In. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 3, p. 84-96, jul./set., 2005.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas. In: Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

COURGEAU, Daniel. Méthodes de mesure de la mobilité spatiale. Migration internes, mobilité temporaire, navette. Paris. Éditions de l'institut national d'études démografhiques. 1988.

DOMENACH, Hervé.; PICOUET, Michel. El caráter de reversibilidad en el estudio de la. migración. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990.

MACIEL, Lidiane. Migração e Identidade entre Trabalhadores "Rurais-Urbanos" no Interior de São Paulo. In Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e Des(Igualdades). UFBA. Salvador (BA). 2011.

_____. O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP. 164 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – IFCH/Unicamp, Campinas-SP. 2012.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações: Uma Experiência Histórica do Campesinato do Nordeste. In Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias. Vol.II: Estratégias de Reprodução Social. Org: Emilia Piestrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes & Rosa Acevedo Marin. UNESP. São Paulo. 2009.

NASSIF, Luis. O Cartel Invencível da laranja. Coluna Econômica. São Paulo (SP). 2012. (Disponível em: http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-cartel-invencível-da- laranja - Acesso em Maio de 2012)

NEVES, Marcos Fava (coord.) et al. O Retrato da Citricultura Brasileira. CitrusBR. Ribeirão Preto (SP). 2010.

PEREIRA, Giovana Gonçalves e PEREIRA, Osmar. Migração "Permanentemente" Temporária em Matão/SP: Famílias e Casas dos Trabalhadores Rurais. In: X Graduação em Campo - Seminários de Antropologia

Urbana, 2011, São Paulo. Anais do X Graduação em Campo - Seminários de Antropologia Urbana. , 2011. p.284-293.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter & SANTOS, Luís Henrique Ribeiro. A Violência que se esconde atrás de êxito do modelo agro-exportador. In Conflitos no Campo Brasil 2011. Orgs: Antônio Canuto, Cássia Regina Luz, Isolete Wichinieski. CPT Nacional Brasil. Goiânia (GO). 2012.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do Fim do Século. Ed.UNESP. São Paulo (SP). 1999.

_____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. Cadernos CERU (versão online). vol. 19, no. 1, p. 165-180. 2008. (Disponível em:< http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ceru/v19n1/12.pdf > - Acesso em Maio/2011)

SILVA, Maria Aparecida de Moraes, MELO, Beatriz Medeiros & VERÇOSA, Lúcio Vasconcellos de. Os (não direitos) dos trabalhadores rurais: 'A Permanência do Intolerável'. In: Conflitos no Campo Brasil 2011. Orgs: Antônio Canuto, Cássia Regina Luz, Isolete Wichinieski. CPT Nacional Brasil. Goiânia (GO). 2012.

TARRIUS, Alain. "Territoires circulatoires et espaces urbains: diférenciation des groupes migrants". Les Annales de la Recherche Urbaine, nº 59/60, 1993: 50-59, 1993.

VEBLEN, Thortstein. A Teoria da Classe Ociosa – Um estudo econômico das instituições. Trad. Olívia Krähenbühl. São Paulo: Atica, 1974. (Os pensadores)

MIGRAÇÃO E PENDULARIDADE ENTRE FAMÍLIAS DE TRABALHADORES RURAIS NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Lidiane M. Maciel
Thaís Mesquita Favoretto

Este estudo tem como objetivo investigar a relação entre migrações de longa distancia e a pendularidade entre as famílias do interior de São Paulo para os trabalhos rurais dessa região. A mobilidade pendular na busca de trabalho tem sido amplamente estudada por pesquisadores que voltam suas análises para as grandes cidades brasileiras (CUNHA, 1993; ARANHA, 2005; OJIMA, OLIVEIRA, PEREIRA 2006). O vai e vem rítmico, similar a um pêndulo, modificar e solidifica espaços sociais de vida.

O trabalho toma como campo de estudo as famílias de trabalhadores rurais do município de São Carlos - SP e de Barrinha – SP. Usamos dados da Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS-MTE) e dos Censos Demográficos que avaliam a população desses municípios – e a metodologia qualitativa, utilizando entrevistas semi-estruturadas com famílias de trabalhadores rurais tanto no município de São Carlos quanto no de Barrinha realizadas entre os anos de 2010 e 211.

Em ambos os municípios foi possível observar que grande parte das famílias de trabalhadores rurais entrevistadas era originária do meio rural de outros estados. São raros o deslocamento direto do município de origem aos municípios estudados, sendo a maioria das trajetórias marcadas por constantes movimentos migratórios. Em São Carlos e Barrinha, a colheita da laranja e os trabalhos relacionados a agroindústria da cana passam a ordenar o movimento e organização interna dessas famílias migrantes, localizadas nas periferias dos municípios.

As redes familiares atuam tanto para a contratação desses trabalhadores pelas usinas ou empresas, quanto na divisão das tarefas nas roças de laranja, por exemplo. Nos laranjais e canaviais, trabalhadores e trabalhadoras sofrem com condições ainda irregulares de trabalho e com a exigência de alta produtividade nas colheitas. Em situação marcada pela precariedade, essas famílias buscam conciliar diferentes atividades, formais e informais, rurais e urbanas, em busca de sua reprodução social. Enquanto resultado, observa-se comparativamente que ambas as cidades, mesmo tendo dinâmicas econômicas diferenciadas, vivenciam situações similares no que toca ao assalariamento rural: parte de sua população realiza diariamente deslocamentos pendulares

na busca de trabalhos rurais ou urbanos nas cidades vizinhas. O deslocamento no espaço social na procura de emprego faz parte da trajetória migratória dos sujeitos estudados e soma-se a uma estratégia familiar de mobilidade social por meio do mercado de trabalho rural e urbano.

Segundo Aranha (2005), os movimentos são ocasionados por diversas motivações, entre as quais se lista trabalho, lazer, estudo, saúde, negócio entre outros, refletindo para esse autor as desigualdades sociais e espaciais entre a metrópole e seu entorno. Assim, "mensurar volume, sentido e direção desses deslocamentos é indicativo não apenas das trajetórias que as pessoas realizam no espaço, mas também das oportunidades e/ou dos obstáculos existentes nessas cidades" (p.96).

Esses deslocamentos diários caracterizaram a formação das chamadas "Cidades Dormitórios" (OJIMA et al., 2006), nas quais sua população somente toma a mesma como local de residência, pois as outras atividades, principalmente econômicas e culturais, são realizadas em outras cidades.

No contexto da Região Administrativa Central e de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, ao longo dos anos, foi possível observar tal dinâmica. Silva (1998), ao estudar as migrações para essa região, demonstrou que a população migrante, que vem para o corte de cana dessas regiões, tendia a concentrar-se nas chamadas periferias urbanas ou cidades dormitórios como Guariba, Serrana e Dobrada. Nas duas cidades escolhidas, São Carlos e Barrinha, a mobilidade pendular ocorre através do trabalho rural desenvolvido pela população local em cidades diferentes das quais são moradores.

Nesse artigo consideramos como migração deslocamentos que favorecem a mudança no espaço social de vida dos indivíduos envolvidos no processo de alteração de suas trajetórias pessoais ou familiares. Com pendularidade estamos considerando a mobilidade cotidiana – de famílias e indivíduos – derivada por diversas motivações, que não incluí a mudança "definitiva" dos espaços sociais de vida. Tomamos com parâmetro na observação desse processo a fixação ou não de residência nas localidades em questão.

Trabalho rural entre família de migrantes interestaduais dos municípios de São Carlos e Barrinha

A partir dos 1960, o Estado de São Paulo passou a reorganizar e modernizar sua economia agrícola. Os incentivos governamentais, nos anos 1980, foram essenciais para que um novo complexo produtivo fosse estabelecido. Se atualmente, seguindo os dados do SEADE de 2008, nesta região a produção de cana-de-açúcar e laranja destaca-se com certa preponderância ao lado da carne de frango, sabe-se que nem sempre foi deste modo. Está perspectiva agrícola é fruto de um conjunto de iniciativas governamentais que, a partir dos anos 1970, priorizaram esse tipo de plantação dado a uma série de incentivos oferecidos à produção de álcool pelo Programa Nacional de Álcool (Pró- álcool). (STOLCKE, 1985; ALVES, 1993; NEGRI, 1996).

Em grande medida, as lavouras de laranja e, principalmente, de cana-de-açúcar substituíram, parcialmente, as antigas lavouras de café e ocuparam novos espaços para uma produção compassada com o desenvolvimento industrial.

Negri (1996) considera que o Pró-álcool impactou positivamente na indústria do interior paulista por causa de dois aspectos relevante:

> O primeiro, porque a indústria brasileira produtora de equipamentos para o parque sucro-alcooleiro tinha condições de atender a toda a demanda nacional sem precisar recorrer às importações e, mais do que isso, localiza-se no interior de São Paulo mais precisamente, nas

> regiões açucareiras de Piracicaba e Ribeirão Preto, e segundo porque a dinâmica agricultura paulista respondeu mais prontamente que os demais estados ao Programa Nacional do Álcool. (NEGRI, 1996, p.187).

Na década de 1990, no Brasil, foram aprimoradas as políticas que, desde 1970, priorizavam o desenvolvimento agrícola via incrementos tecnológicos no campo, o que, consequentemente, acarretou um aumento da produtividade e um novo posicionamento frente ao mercado internacional. Nos anos 2000, o agronegócio foi tomado como símbolo do desenvolvimento nacional.

Assim, colocam Martins e Silva (2006):

> Neste período, a política agrícola nacional orientou-se para o setor externo estimulada por uma política cambial agressiva, levando com isso grandes produtores a transferir recursos alocados na produção doméstica para o investimento em produtos exportáveis (SAYAD, 1982). Muito do estímulo governamental encontrou reverberação nos produtores paulistas, que passaram a dedicar-se às culturas mais "protegidas" pelo governo – como foi o caso da monocultura canavieira, fortemente amparada pelo Pró-álcool (p.91).

O novo modelo produtivo realiza-se pela utilização intensiva de fertilizantes e agrotóxicos, pela busca por sementes selecionadas para algumas plantações como a soja, na mecanização de etapas da produção e controle excessivo de pragas. O que impacta diretamente na sustentabilidade do meio-ambiente. Para Martins e Silva (2006), o impacto ambiental produzido é resultado do uso indevido de fertilizantes que acarretam a contaminação dos recursos hídricos e da remoção vegetal que ocasiona o assoreamento de rios e eutrofização das águas.

O município de São Carlos está localizado na porção central do Estado de São Paulo, possui 221 mil habitantes e é considerado uma das cidades mais dinâmicas no que toca a produção industrial e tecnológica. Teve um desenvolvimento urbano e social marcado pela chegada de mais de 60 mil migrantes interestaduais entre os anos de 1980-1990, como atesta Baeninger (1995). Entre esses anos operou-se na cidade modificações legais em relação ao perímetro urbano, que somado a especulação imobiliária propiciou a formação de novos bairros, como o loteamento Cidade Aracy, este atualmente conta com uma população de cerca de 19 mil habitantes que se assalariam em diversos trabalhos oferecidos no município, dentre eles no assalariamento rural da região.

TABELA 1. Evolução da população da Região de Governo de São Carlos 1940/2010

Ano	População		
	Total	Urbana	Rural
1940	106.41	64.899	41.242
1950	98.586	47.958	50.628
1960	128.442	45.001	83.421
1970	151.873	31.678	120.195
1980	215.119	32.776	182.343
1991	283.360	28.930	254.430
2000	341.202	23.232	317.970
2010	382.003	18.797	363.260

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2010 (FUNDAÇÃO SEADE).

O assalariamento rural nessa cidade é realizado em grande parte por trabalhadores migrantes interestaduais (MACIEL, 2012), esses são contratados nos bairros por uma rede bem definida de arregimentadores para as colheitas de café, goiaba e essencialmente laranja nos municípios da região. Como relatado em uma pesquisa de campo, realizadas entre os anos de 2009-2011 nesse município e através dos dados do Censo agropecuário de 2007, em São Carlos é pouca a concentração de terras utilizadas no plantio de laranja. Assim sendo esses trabalhadores contratados por grandes empresas da região realizam diariamente um deslocamento pendular para os municípios para a colheita da laranja. São transportados por ônibus de denominação "Rurais" que nem sempre estão em boas condições de trafego. A maior parte dos trabalhadores rurais são acompanhados por mulheres e por filhos mais velhos.

O setor de cítricos, principalmente a laranja, é bastante representativo no setor agroindustrial do estado de São Paulo. O complexo agroindustrial, nesse caso, é formado pelo plantio, colheita, estocagem e processamento do produto, para a exportação. Atuando em vários municípios desse estado, com destaque para região de Limeira e Araraquara.

São muitas as famílias migrantes que se assalariam na colheita da laranja, goiaba e café. Encontramos casais, filhos e mães, famílias inteiras, incluindo avós e netos. Esse dado nos lembrou Solcke (1986) e Silva (1998) que, em seus estudos, defenderam que, na passagem do trabalho rural do colonato para o trabalho oferecido pelo agronegócio aos trabalhadores rurais migrantes ou volantes, ocorreu a dissolução do trabalho familiar em prol do trabalho individualizado.

Nessa passagem, todos os membros eram contratados por valores diferentes e não interessava ao grande capital o trabalho familiar, o que rompeu com a dominação masculina do "pai-patrão" e, de algum modo, promoveu novos arranjos familiares na medida em que emergiam novos conflitos. Para Silva (1998), ao capital "interessa-lhe, sim, o trabalho individualizado, cooperativo, hierarquizado e controlado por outros que não mais o chefe de família" (p.101). No colonato, seguindo o argumento de Stolcke (1986), a autoridade do marido/pai sobre a família surgia da imposição e da coordenação do trabalho que impunha aos filhos e à esposa.

Consolidada essa passagem do trabalho rural familiar para o trabalho individualizado do agronegócio, concordamos que muitas assimetrias de gênero e geracionais foram rompidas, porém, devemos ainda considerar que essa individualização da qual fala as autoras deve ser relativizada. As famílias de trabalhadores rurais da colheita da laranja dos bairros da região da Cidade Aracy, por exemplo, vivenciaram esse processo. Mas, o fato de o trabalho agora ser formalmente individualizado não significou que os ganhos e a autonomia do uso dos mesmos passem por essa clivagem sempre. Bem como a divisão das tarefas na colheita, ainda que esses familiares se encontrem trabalhando na mesma roça.

O trabalho é controlado por duas figuras, o fiscal de turma e o fiscal de produção. Contudo, na dimensão micro do trabalho, o que esses trabalhadores mais relataram nas entrevistas foi a cooperação entre os familiares e os conflitos gerados quando há resistência de uma das partes. A presença do pai, da mãe ou dos avós ainda exerce certa autoridade sobre a gestão do trabalho.

Seguindo o raciocínio de Josi (22 anos, ex-trabalhadora rural), de Cilene (39 anos, trabalhadora rural) e de tantas outras mulheres, se todos os ganhos vão para o mesmo lar, não faz sentido trabalhar individualmente no mesmo espaço. O projeto familiar de melhora qualitativa de vida parece ser central nessa decisão.

O trabalho em parceria na laranja é bem conhecido; muitos homens vão acompanhados de suas esposas, e algumas mulheres chegam a levar seus filhos adolescentes que, geralmente, estudam à noite, como é o caso de Irene (38 anos, paranaense, moradora do bairro de Antenor Garcia).

> Meu marido não trabalha na laranja e ele não liga de ir e levar o menino. Levo ele porque percebia que ele ficava muito desanimado em casa, pelo menos lá vejo ele animado, ganhando um dinheirinho, gosto de ir ganhar meu dinheiro ter mais autonomia, não depender somente do dinheiro do marido, que é pouco também. (Irene).

Irene tem três filhos, duas meninas e um menino, o fato de querer ganhar seu dinheiro e não depender tanto do marido está relacionado à perspectiva de vida, que como nos conta, em outro momento da entrevista, começou a desenvolver após a migração. Antes de se mudar, trabalhava como o marido na terra do pai, no Paraná. Sua trajetória ocupacional oscila entre o trabalho doméstico e o rural, antes como pequenos agricultores e hoje como diarista nas diversas colheitas da região. Irene considera que a vida no sítio é muito cooperativa e, então, não tem como ter renda separada. Isso para ela muda na cidade. Ainda que todos os ganhos sejam direcionados para casa, a divisão é clara, pois ela e o marido estão envolvidos em atividades em espaços diferenciados.

O trabalho com o filho, Fábio de 19 anos, é cooperativo, e os ganhos são divididos entre eles. Esses ganhos não são somente usufruídos individualmente: a dimensão da casa sempre é levada em consideração por ambos. A gestão individual do trabalho e dos ganhos parece ser somente realizada na medida em que há a quebra do arranjo familiar anterior e o estabelecimento de nova residência.

Não somente entre os colhedores de laranja, encontramos esse padrão de trabalho familiar ou entre casais; entre os turmeiros, este tipo de trabalho também se faz presente. Tanto João Carlos quanto Izabel são acompanhados por mulheres e filhos. João Carlos não dirige, e é o filho encarregado de transportar a turma para as fazendas; o pai, por sua vez, almeja a continuidade do trabalho na roça através do filho. A esposa, ex-doméstica, é responsável pelo registro mais preciso da quantidade de caixas de laranja colhida por sua turma e fiscalização.

Já os filhos homens de Izabel trabalham com ela na safra da laranja: um dirige o ônibus e o outro a ajuda registrando e controlando o trabalho na roça. As duas filhas, uma de 24 e a outra de 18, ficam em casa e atuam no mercado urbano de serviços.

Assim verificamos que a solidariedade familiar da casa ou dos antigos tempos reproduz-se na roça; a competição entre familiares do mesmo núcleo é pouco valorizada. Muitos trabalhadores concordam que o trabalho em parceria é melhor, pois diminui a quantidade de tarefas a ser realizadas, o que cansa menos. Porém, como lembrado por Dona Luzia (64 anos, ex-trabalhadora rural da laranja, migrante do Mato Grosso do Sul), muitas vezes o trabalho cooperativo não deixa de ser conflituoso:

> Olha menina, quando comecei a ir para roça ia eu, meu marido, e meu filho-neto, trabalhávamos todos juntos, depois que meu velho quebrou a clavícula e não voltou mais, comecei a colher com esse meu neto, mas ai ele começou a folgar de mais, oh bicho preguiçoso, aí mandei ele ir colher sozinho. (Dona Luzia)

No momento da entrevista, o neto de Dona Luzia chegara em casa, e, ambos dando risadas sobre a situação, explicam-me o processo que na época fora conflituoso, mas não o suficiente para promover a quebra das relações familiares. A autoridade da avó frente ao neto, por ela criado, baseada na reciprocidade hierárquica, é bastante significativa.

Diferentemente de São Carlos, Barrinha é um município cuja sua população equivale um pouco mais da população do bairro estudado em São Carlos. Barrinha possui 145,643 km² e limita-se com os municípios de Sertãozinho, Ribeirão Preto, Dumont, Pradópolis e Jaboticabal. Sua história na condição de cidade é recente, uma vez que pertenceu durante décadas ao município de Sertãozinho. Foi a partir do estabelecimento de um povoado em torno da Estação

Barrinha, pertencente a Cia. Paulista de Estrada de Ferro – hoje FEPASA SA – que teve início sua história. O surgimento desse povoado foi possível a partir da divisão em diversas glebas da grande extensão de terras da Fazenda São Martinho, que sofria com as variadas crises do café.

É importante destacar, na dinâmica regional, o papel do município. Enquanto Ribeirão Preto se apresenta como loco da administração e serviços relacionados ao agronegócio, Sertãozinho se destaca pelas atividades industriais relacionadas ao complexo agroindustrial canavieiro. Barrinha, por sua vez, se apresenta como fornecedora de trabalhadores para as atividades nos canaviais do entorno, uma vez que a cidade não apresenta expressivo desenvolvimento da indústria ou serviços.

Atualmente, conta com uma população de 28.457, segundo os dados do último Censo Demográfico. É possível notar o crescimento de sua população ao longo das últimas décadas, conforme a tabela a baixo:

TABELA 2. Evolução da População de Barrinha de 1980 a 2010

Ano	População
1980	12.483
1991	18.079
2000	24.150
2010	28.457

Fonte: Fundação SEADE.

Nas últimas décadas, nota-se pouca diferença do número de pessoas segundo o sexo. Em 2010 a população de homens e mulheres era quase equivalente: 14.303 homens para 14.154 mulheres.

Quanto ao crescimento da população, pode-se inferir, a partir da pesquisa qualitativa, que esse crescimento populacional da cidade esteve atrelado ao deslocamento de famílias de municípios do entorno e de outros Estados da Federação em direção à Barrinha. Foi possível encontrar diferentes situações de migração, tanto migrantes permanentes, que passaram a ter residência fixa na cidade, quando migrantes temporários, que passam uma safra ou alguns anos, voltando depois ao seu local de origem. Entre os migrantes permanentes, é possível encontrar muitas pessoas vindas de Minas Gerais e de cidades ao redor, como Guariba. Entre os que migram de forma temporária, a maioria possui residência fixa em estados da região Nordeste, com destaque para o Maranhão.

Desde 1980 a população de Barrinha apresenta um perfil com predominância de trabalhadores vivendo na área urbana do município. Segundo os dados do SEADE – IMP. Nessa década, enquanto 11.497 pessoas habitavam o meio urbano, apenas 986 encontravam-se no meio rural. Na seguinte década, o número de trabalhadores do meio urbano aumentou para 17.495, ao passo que a população rural era constituída de cerca de 584 habitantes. Em 2000, a proporção já era de 23.888 para 262. Já em 2010, 28.141 pessoas habitavam a área urbana e 316 a área rural.

O vazio demográfico crescente na área rural está relacionado ao histórico de concentração da terra na região, que se intendificou diante do crescimento das unidades agroindutriais do setor sucroalcoleiro (ALVES, 1991). As pequenas propriedades foram em grande número compradas a preços baixos por grandes proprietários, ou passaram a ser arrendadas para o cultivo da cana.

Considerando a População em Idade Ativa (PIA), que está entre 15 e 59 anos, segundo dado do MTE, Barrinha apresentava, em 2010, 16.484 pessoas. Dentre estas é possível verificar empregados formais, informais e mesmo desempregados. Por meio da pesquisa qualitativa, foi possível observar que a maior parte dessas pessoas que residem em Barrinha se empregam, fomral ou informalmente, em atividades em outros municípios, seja na área urbana ou rural, principalmente nas atividades da agroindústria canavieira, realizando o movimento pendular.

A maior parte dos trabalhadores empregados em atividades na agroindústria canavieira da região são migrantes interestaduais, jovens e pertencentes ao sexo masculino (NOVAES, 2009). São trabalhadores rurais, vindos principalmente da região do Vale do Jequitinhonha e do interior de estados do Nordeste. O que os faz enfrentar essas duras condições de vida e trabalho nos canaviais paulistas são as restritas possibilidades de venda da força de trabalho somadas à insuficiência da cultura de subsistência para o sustento de suas famílias nessas regiões. Essa insuficiência é agravada por processos expropriatórios impulsionados pelo Estado, sendo essa outra face da modernização da agricultura[1]. É diante desses processos que se intensifica a migração, tanto permanente quanto temporária, de trabalhadores rurais aos canaviais paulistas.

O processo de migração e contratação desses trabalhadores depende da inserção dos mesmos em consolidadas redes sociais (MENEZES, 2002), envolvendo amigos, parentes, agenciadores de mão de obra e inclusive representantes da agroindústria canavieira paulista. Popularmente conhecidos como "gatos" ou "turmeiros", os agenciadores são responsáveis pela mediação entre trabalhadores e representantes da agroindústria canavieira, efetuando a terceirização das relações de trabalho (SILVA, 1998). A contratação desses trabalhadores para o corte da cana mostra-se vantajosa aos usineiros e empresários da agroindústria canavieira, uma vez que possibilita maior exploração, com o pagamento de salários mais baixos que aos trabalhadores locais (MARTINS, 1986). As condições de transporte são precárias, principamente dos trabalhadores que migram de forma temporária, vivendo até mesmo em condições análogas à escravidão (NOVAIS, 2007). Essas condições melhoraram relativamente nos últimos anos, principalmente mediante a organização dos trabalhadores, denúncias e à ação da Justiça. No entanto, diversos autores relatam o expressivo aumento da produtividade exigida nos últimos anos, baseada no pagamento por produção e decorrente da inteisificação da mecanização do corte da cana (ALVES, 2006; NOVAIS, 2007). A exploração decorrente dessa produtividade é responsável por sérios danos à saúde dos trabalhadores, podendo inclusive levá-los à morte.

Dessa forma, a intensificação da mecanização do corte da cana, ao mesmo tempo em que intensifica a exploração do corte manual, com aumento da produtividade exigida, reduz drasticamente o número de trabalhadores empregados nessa atividade. Esse movimento acaba por transformas as relações de trabalho e emprego no município de Barrinha. Portanto, é fundamental compreender os significados da intensificação do corte da cana, não apenas para o setor patronal, mas principalmente para os milhares de trabalhadores da agroindústria canavieira.

Mecanização do corte da cana e estratégias de trabalhadores

O processo de mecanização do corte da cana, cuja intensificação é recente, deve ser compreendido no contexto das relações contraditórias entre trabalho e capital no interior do Complexo Agroindutrial canavieiro. Alves (1991, 2009) fornece subsídios fundamentais

[1] Esse processo é marcado pela desarticulação das relações tradicionais e expropriação dos trabalhadores da cultura de subsistência. Ver, por exemplo: MARTINS, José de Sousa. Expropriação e violência. São Paulo: Hucitec, 1980

para essa análise. Segundo o autor, a mecanização do corte da cana em São Paulo tem início na década de 1970, com a utilização das colheitadeiras em escala comercial, sendo que seu avanço esteve relacionado à falta ou abundância de trabalhadores nos canaviais, assim como à organização política destes.

Nos anos 1970, as colheitadeiras eram utilizadas apenas no início da safra como forma de ameaça ao emprego, para que os trabalhadores aceitassem menores salários[2]. Na década seguinte, se verifica a viabilidade econômica do corte mecanizado, sendo que seu avanço significava uma resposta patronal às greves, realizadas pelos trabalhadores do corte em resistência à imposição de mudanças no processo produtivo. Já nos anos 1990, a mecanização se coloca como prioridade diante não apenas da nova dinâmica do complexo agroindustrial canavieiro como também da reivindicação pelo fim da queima da palha da cana (BERTOLI, 2001, RIBEIRO; FICARELLI, 2010).

Na última década, essa reivindicação se concretizou em medidas legais. Em 19 de setembro de 2002 foi promulgada a Lei nº 11.241, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana no estado de São Paulo. Segundo esta, o prazo para eliminação total da queima nas áreas mecanizáveis vai até 2021 e nas ditas não mecanizáveis até 2031. No entanto, em julho de 2007 foi assinado o Protocolo Agroambiental por representantes de produtores de cana e usineiros, estabelecendo o compromisso com o governo do estado de São Paulo de antecipar o fim da queima da palha da cana para 2014, em áreas mecanizáveis e 2017, em áreas não mecanizáveis.

Esses prazos fazem avançar a mecanização dessa atividade, uma vez que o corte manual da cana crua é muito menos rentável aos produtores, sendo vantajoso substituir os trabalhadores por máquinas (RAMOS, 2007). Além da reivindicação pelo fim da queima da palha da cana, os países potenciais importadores de álcool brasileiro estão condicionando suas compras a que o complexo agroindustrial canavieiro demonstre a realização de boas práticas não apenas ambientais, como também sociais e trabalhistas (Alves, 2009). A mecanização do corte se torna desejável, então, ao resolver essas três questões de uma só vez. Sem a necessidade de queimadas, mitiga os prejuízos ao meio ambiente e, com a eliminação do corte manual, "resolve" a questão social e trabalhista.

Além dessa questão política, a mecanização tem apresentado vantagens econômicas, principalmente com o desenvolvimento de novas máquinas, adaptáveis a diferentes declives e também mais acessíveis financeiramente, MAFD (2005). O uso do bagaço junto à palha da cana na cogeração de energia elétrica é também um elemento apresentados em diferentes estudos como influência na adoção da mecanização.

Nesse contexto, verifica-se o avanço considerável da mecanização em São Paulo, alcançando 70% das usinas e 20% dos fornecedores do Estado na safra 2010/11, segundo balanço da Secretaria de Meio Ambiente. Isso representa uma área de 2,62 milhões de hectares mecanizados - ou 55,6% da cana plantada no Estado. Diante desse cenário, se coloca uma questão: de que forma essa mecanização vem afetando o emprego dos trabalhadores que atuam no corte manual?

Baccarin (2011)[3] vem estudando essa questão há algum tempo e apresenta dados interessantes para se pensar a mecanização e o emprego de trabalhadores chamados "canavieiros", que atuam no corte cana. Segundo o autor, intensificação da mecanização resulta

[2] São as chamadas "máquinas de vitrine" (GRAZIANO DA SILVA, 1981).
[3] O autor se baseia em dados da RAIS, CAGED e MTE. Ver: BACCARIN et al. Boletim – ocupação formal sucroalcooleira em São Paulo. Jaboticabal (SP), Número 10, março de 2010. Ver: http://www.fcav.unesp.br/baccarin/.

em uma dispensa massiva de trabalhadores do corte manual da cana: redução de 40 mil postos de trabalho no corte manual da cana em São Paulo nos últimos quatro anos. Ao mesmo tempo, seus estudos apontam a intensificação do corte manual da cana.

Esses dados sobre a ocupação de trabalhadores no corte da cana geram controvérsias entre pesquisadores quanto à possibilidade da mecanização total do corte, com a extinção do corte manual nas áreas mecanizáveis. Ramos (2007) prevê para 2015 a possibilidade de uma redução drástica de postos de trabalho no corte manual da cana. Afirma o autor: "é muito provável que no futuro próximo a maior parte, se não a totalidade, da penosa e danosa tarefa de cortar cana queimada seja extinta" (p. 70).

Novaes (2009), de outro modo, afirma que não haverá extinção do trabalho manual no corte enquanto este, por meio de intensa exploração, for uma possibilidade rentável. Além disso, a produtividade crescente do trabalho manual em função do avanço da mecanização também é responsável pela redução de postos de trabalho no corte da cana. O autor argumenta que a convivência entre o corte mecanizado e o corte manual acaba por impor uma redução dos postos de trabalho em virtude das novas formas de seleção, gestão, organização e controle do trabalho manual.

Apesar das divergências em relação à intensidade do processo e dos impactos da mecanização do corte da cana, a eliminação de milhares de cargos no corte manual da cana em função da mecanização se apresenta como fato irreversível, motivo pelo qual tem sido tema de reflexão de diversos autores, inclusive na proposição de políticas públicas[4].

Por meio de pesquisa qualitativa, foi possível perceber que o recente processo de mecanização, além de reduzir a necessidade de trabalhadores empregados no corte manual, não apenas passou a exigir maior produtividade dos que permanecem neste, como piorou as condições de trabalho. Para as máquinas são reservadas as melhores áreas, com menos declive, mais secas, terreno mais limpo, e também as melhores canas, sem ser deitadas ou "de rolo", que são mais difíceis para o corte. Além disso, os trabalhadores entrevistados observaram que houve um significativa redução do ganho obtido com o corte manual da cana.

Diante dessas percepções dos trabalhadores, e da Região de Ribeirão Preto ser economicamente desenvolvida, com grande ofertas de empregos (Baeninger, 2010), verificou-se que a maioria dos trabalhadores deixou a cana e passou a procurar outras atividades. Nesse sentido, os trabalhadores não foram meras vítimas do processo, mas se colocaram enquanto sujeitos de suas histórias buscando estratégias de sobrevivência e reprodução social frente a esse avanço técnico do agroindútria canavieira que piorou suas condições de trabalho.

Dentre as estratégias dos trabalhadores entrevistados, principalmente os trabalhadores mais jovens buscam trabalho em cargos criados pela mecanização no setor, como de motoristas, tratoristas e operadores de colheitadeiras, ou seja, atividades rurais não-agrícolas – no termo de José Graziano da Silva, assim como na construção civil, que vem apresentando expressivo crescimento na região. Entre as mulheres, foram encontradas estratégias ocupacionais tais quais o trabalho em casa de família nas cidades do entorno e em atividades da agroindústria canavieira tais quais catar bituca e limpar o terreno. Atividades informais, como venda de roupas na feira, ou de badulaques em automóveis, também foram verificados, principalmente entre os trabalhadores mais velhos.

Enfim, o grande medo do desemprego em massa, propagado por pesquisadores e pela mídia, não foi verificado na região de Ribeirão Preto diante da possibilidade existente de venda

[4] Ver, por exemplo: ALVES, Francisco. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte da cana crua: indo direto ao ponto. Ruris. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.

da força de trabalho em outras atividades. Isso não significa que a saída do corte manual da cana sempre se deu de forma voluntária, de outro modo, constitui-se em um tipo de expulsão indireta dos trabalhadores. Em geral, eles percebem que a saída do corte da cana possibilitou o emprego da força de trabalho em atividades menos exaustivas, mas nem sempre isso significa uma melhora de vida, pois muitos caíram na informalidade ou encontraram condições tão precárias quanto o trabalho manual no corte da cana em atividades como a construção civil.

Reflexões iniciais sobre a problemática da mobilidade pendular de trabalhadores rurais no interior de São Paulo

Estudadas a dinâmica econômica nos municípios selecionados, nos deparamos com o aspecto da mobilidade pendular dessa população. No caso de São Carlos destaca- se a colheita realizada nos municípios de Itirapina, Brotas, Bebedouro, Matão, Araraquara, Ribeirão Bonito e nos distritos de Água Vermelha e Santa Eudóxia. No município de Barrinha destaca-se o corte de cana-de-açúcar na cidade de Sertãozinho e Ribeirão Preto.

Nos mapas 1 e 2 demonstramos a Região Administrativa de Ribeirão Preto e Central, destacamos nos mapas, em laranja, as cidades as quais há intensa mobilidade pendular entre os trabalhadores rurais das cidade de São Carlos e Barrinha. Esse aspecto relativo à expressiva mobilidade tornou-se uma dificuldade em quantificar o número de trabalhadores rurais nesse município, pois ao utilizarmos os dados Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS, 2010), tivemos que considerar, o registro legal desses trabalhadores que é feito nas cidades as quais são contratados.

No entanto, diferentemente dos trabalhadores da Região Metropolitana de São Paulo, podemos sugerir, a partir de dados de campo, que os trabalhadores rurais da laranja e outras culturas não possuem relações diretas ou estreitas com o ambiente cultural da cidade na qual se localiza a plantação, pois somente circulam entre a periferia de São Carlos ou "Da Barrinha", como dizem localmente, e as plantações seja de cana ou laranja, assim sendo, não possuem claramente a dimensão espacial pela qual circulam diariamente.

A situação pendular somente é percebida pelos trabalhadores quando o trajeto da casa à plantação é demasiadamente longo. Quando eles vivenciam a situação de *"Pegar estrada"*. Algumas vezes, os trabalhadores, não possuem a dimensão definida de espaço, ou seja, não sabem se ainda aquela área rural pertence a São Carlos ou não, no caso dos trabalhadores da laranja.

Assim, a mobilidade em busca de trabalho é pendular. Porém, as vivências cotidianas ou os espaços de vida para além do trabalho, são realizados entre o centro dos municípios de São Carlos e Barrinha – especialmente a área comercial – e os bairros que compõem a cidade. São nesses espaços que estão a igreja, o campo de futebol, as poucas praças, o bar, a família, os vizinhos, os amigos e os mercados em que mais circulam.

Segundo o senhor João, (54 anos, turmeiro em São Carlos), é o fiscal da empresa que decide para onde vão. Os trajetos geralmente não passam de uma hora e meia. Durante a safra, os trabalhadores chegam a colher laranja em muitos municípios, a circularidade depende do tamanho da fazenda e da disponibilidade das turmas que lá colhem. Numa mesma fazenda, existem muitas turmas, moradores ou não dos bairros da Região da Cidade Aracy.

Atualmente, a Secretaria de Agricultura e abastecimento mantém uma base do restaurante popular da cidade nos bairros da Cidade Aracy I, por onde passam diariamente cerca de 560 trabalhadores rurais cadastrados para tomarem o café da manhã, oferecido gratuitamente por

esta secretaria. Das 05h50min da manhã às 07h00min, é possível observar grande movimentação de ônibus, com a denominação "Rurais", e vans que transportam estes trabalhadores para as fazendas, majoritariamente de laranja, cana-de-açúcar e café.

No tempo de deslocamento, entre as plantações de cana e laranja, alguns trabalhadores vão jogando, outros conversando e muitos dormindo. Porém, são muitas as mulheres que nesse tempo se dedicam a fazer artesanato para vender e assim complementar a renda ou simplesmente por distração. A atividade favorita é a realização de toalhas de crochês. Uma das participantes da pesquisa, em São Carlos, mostra-me várias bonecas que faz durante o trajeto da casa à roça; a saia da boneca é feita de crochê, a armação, ou o corpo é feito de garrafa PET, e a cabeça é comprada pela cunhada, *sacoleira*, na Rua 25 de Março em São Paulo. Essas bonecas são vendidas às colegas de trabalho e às vizinhas. O ato de fazer boneca parece ativar a subjetividade feminina em meio ao duro ambiente de trabalho, caracterizado pela roupa, utensílios e pela própria atividade.

Há sem dúvida alguma impactos negativos nos deslocamentos cotidianos dessas populações, aspecto também apontado pelos autores Hogan (1993) e Ojima et. al (2006).

Esses deslocamentos diários e gestão do tempo gasto neles fazem parte do cotidiano desses trabalhadores rurais que, por uma série de motivações, são lançados a nesse mercado de trabalho. É interessante observar que a circulação desses é entre os bairros periféricos – urbanos e as áreas rurais de outros municípios. A mobilidade dessa população é marcada por dois espaços e tempo, em que se inserem no trabalho rural e na vida familiar ou social urbana. Num rural homogeneizado pela expansão dos canaviais e laranjais que seguem padrões internacionalizados.

Marandola (2006) entende que os deslocamentos pendulares são elementos importantes na construção dos espaços de vida na medida em que há o estabelecimento de relações socioespaciais nas atividades cotidianas em diferente ambientes. A dificuldade no caso dos trabalhadores rurais da cana ou laranja é entender se há ou não possibilidades de relações, considerando que os espaços de vida rural, não são nesse caso diferenciados. Tanto importa a colheita ou corte de cana no município de Matão ou Sertãozinho.

De alguma maneira a migração de longa distancia como percebida entre os trabalhadores da cana e da laranja, e a relação direta com a mobilidade pendular desses municípios nos revela um aspecto importante do processo social em curso. Tanto Barrinha quando São Carlos apresentaram nos últimos 30 anos alterações significavas no que toca a sua formação populacional e social, essas cidades não são capazes de criarem mercados de trabalhos dinâmicos que absorvam sua população e idade ativa chegada pelos fluxos migratórios que atingiram essas regiões nos últimos anos.

A mobilidade pendular oferecida pelos trabalhos rurais no interior de São Paulo, pode num primeiro momento desestimular novas migrações de longas de famílias na procurar de trabalho, promovendo certa retenção de população em determinadas localidades, que é gerada como observado nos dois casos descritos por certa "integração" regional.

Este estudo parte de um conjunto de reflexões surgidas no bojo de pelos menos duas pesquisas realizadas nos municípios de Barrinha e São Carlos. Nessas pesquisas observou-se a mobilidade pendular de parte de sua população para o corte de cana-de- açúcar e para a colheita da laranja.O texto é um exercício teórico-metodológico na medida em que tenta cruzar e comparar dados dessas duas pesquisas. A partir desse trabalho tentou-se alertar sobre o aspecto da mobilidade pendular nas cidades do interior paulista, fenômeno ainda pouco estudado e que compõe o mosaico das interações regionais no Estado de São Paulo.

Nos últimos quarentas anos as ruralidades que se estabeleceram no interior de São Paulo foram responsáveis pela criação de novos postos de trabalho, porém, inseridas em dinâmicas globais passaram a explorar de maneira irrestrita a mão de obra de centenas de migrantes que chegavam a esse interior. Dentro do quadro de consequência para a vida desses trabalhadores podemos citar então o descolamento dos espaços de vida desses indivíduos já que moram no perímetro urbano das cidades trabalhadas e assalariam-se na zona rural de seus municípios ou de outros municípios, estes migrantes estão, portanto, entre o rural e o urbano.

Referências

ARANHA, V. Mobilidade pendular na metrópole paulista. Revista São Paulo em Perspectiva, v.19, n.4, p.96-109, out./dez.2005.

ABREU, D. et all. Impacto social da mecanização da colheita de cana-de-açúcar. Rev Bras Med Trab. São Paulo, Vols. 4, 5 e 6, Número Especial, Julho de 2009.

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana. Saúde e Sociedade, v. 15, nº 3, set.- dez. 2006.

_____. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto. Ruris/UNICAMP/IFCH, v.3, n.1. 2009.

BAENINGER, R. Região Administrativa Central: Região de Governo de São Carlos e Região de Governo de Araraquara. Textos Nepo (31). Campinas, SP, 1995.

BACCARINI, J. G. Intensificação do Ritmo e Redução de Postos de Trabalho dos Trabalhadores Canavieiros no Estado de São Paulo, Brasil. 2010.

BASALDI, O. V.. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no período 1992-2006. Rev. de Economia Agrícola, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 91-110, jan./jun. 2010.

CUNHA, J. M. P. Migração pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitanos: o caso do Município de São Paulo. Conjuntura Demográfica, São Paulo: Fundação Seade, n. 22, jan. / mar., 1993.

COURGEAU, D. Méthodes de mesure de la mobilité spatiale. Migration internes, mobilité temporaire, navette. Paris: Éditions de l'institut national d'études démografhiques, 1988.

GARCIA, A. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.3, n.7, 1988

GONÇALVES, D. B. A regulamentação das queimadas e a mudança nos canaviais paulistas. Dissertação de Mestrado. IE/UNICAMP. Campinas: 2001. RIBEIRO, Helena e FICARELLI, Thomas Ribeiro de Aquino. Queimadas nos Canaviais e Perspectivas dos Cortadores de Cana-de-açúcar em Macatuba, São Paulo. Saúde Soc. São Paulo, v.19, n.1, p.48-63, 2010.

GONÇALVES, D. B. Mar de cana, deserto verde? Dilemas do desenvolvimento sustentável na produção canavieira paulista. Tese. São Carlos, UFSCAR: 2005.

MACIEL, L. M. O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP. 2012. 164.f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – IFCH/ Unicamp, Campinas- SP, 2012.

MENEZES, M. A. Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses – migrantes. RJ: Relume Dumará, JP: Ed. UFPB, 2002.

MARANDOLA JR, E. Mobilidade e vulnerabilidade nos espaços de vida de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. 2006, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2006.

_____ ; HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. Revista Brasileira de Estudos da População, São Paulo, v.22, n.1, jan./jun.2005.

MORAES, MAFD. Indicadores do mercado de trabalho do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar do Brasil no período 1992-2005. Est Econ.2007;37:875-902.

NOVAES, J. R. P. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. Estudos Avançados [online]. 2007, vol.21, n.59, pp. 167-177.

_____. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. Ruris. v.3 n. 1. Campinas: Unicamp/ IFCH, 2009.

NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996.

RAMOS, P. O futuro da ocupação da agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimação. Informações Econômicas, SP, v.37, n.11, nov. 2007.

PEREIRA,R.H.M. Processos socioespaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na Região metropolitana de Campinas. 2008. 179.f. Dissertação (Mestrado em demografia), Programa de Pós-graduação em demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – IFCH/Unicamp, Campinas-SP, 2008.

STOLCKE, V. Cafeicultura. Homens, mulheres e capital. (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVA, M. A. de M. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. THOMAZ, JR., A. Por trás dos canaviais, os "nós" da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/Fapesp; 2002

VEIGA, J. A Insustentabilidade do Corte Manual da Cana-de-açúcar: algumas considerações. Textos para discussão, IEA, n.4/2010.

WOORTMANN, K. "Com parente não se negocia": o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, p. 11-73, 1990.

O IR E VIR (VER): A MIGRAÇÃO "PERMANENTEMENTE" TEMPORÁRIA[1] EM MATÃO/SP

Giovana Gonçalves Pereira

O presente estudo apresenta os resultados iniciais de pesquisa, que objetiva elucidar as modificações urbanas ocorridas na cidade de Matão/SP em consequência da dinâmica estabelecida entre o segmento agroindustrial e trabalhadores do nordeste brasileiro com seus projetos migratórios individuais ou familiares.

Foram utilizadas três cidades nordestinas como "parâmetros" de locais de origem[2]: Jaicós/PI; Picos/PI e Igaci/AL. Além disso, os resultados iniciais apontam para uma concentração característica da população migrante em três bairros – Jardim do Bosque, Jardim Popular e Vila Cardim – reforçando a existência de redes potenciais que perpassam a dinâmica local de origem e local de destino.

Lugares

No Brasil, os movimentos migratórios, não raramente, se iniciam a partir das dinâmicas estabelecidas entre a migração e o desenvolvimento social e regional. Com as transformações ocorridas a partir dos anos 80[3], o espaço brasileiro passa por uma redistribuição populacional: novas frentes migratórias se constituem, tais como: intensificação da migração intra-estadual e intra-regional; alternância de situações em relação as áreas de expulsão e atração demográfica;

[1] Conceituação proposta por Silva (2008) decorrente dos anuais deslocamentos de pessoas que possuem suas vidas divididas no tempo e espaço.

[2] Cabe ressaltar que a migração interna é direcionada, à exemplo de Codó/MA e Timbíras/MA se direcionam para Guariba/SP e Pradopólis/SP para o corte de cana-de-açúcar (ver SILVA, A. E. R. . Redes do Processo Migratório de Trabalhadores Rurais do Município de Timbiras (MA) para os Canaviais do Nordeste Paulista. In: I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente, 2011, São Carlos. Ruralidades I Seminário Internacional Ruralidades,Trabalho e Meio Ambiente. São Carlos, 2011. p. 1-15.

[3] Em especial, a interiorização das indústrias no território paulista (DEDECCA, MONTALI & BAENINGER, 2009) e a intensificação da expropriação das terras no nordeste (SILVA, 2008)

redução dos processos de ocupação das fronteiras; advento das migrações de retorno e alteração do padrão tradicional da migração do tipo rural-urbana (Cunha, 2007)[4].

Os contrastes de formação histórica das regiões brasileiras, em especial nordeste e sudeste, se pronunciam como determinantes quando retomados através da temática da terra, enunciada por Celso Furtado (apud Cano, 2003). As disparidades se iniciam com o "problema da agricultura itinerante" – datada do século XVI – pautada na demanda do mercado externo, a interiorização da agricultura mostrou-se facilmente exequível graças ao fácil acesso a terra e a mão de obra barata e abundante. Já nos séculos XIX e XX, as expropriações começam a se relacionar à agropecuária[5] no nordeste (Menezes, 2009) e à modernização da agricultura paulista (Silva, 2008) e atualmente ao advento da acumulação de capital nomeado: agronegócio. A dinâmica migratória regional configura-se, dessa forma, em razão de um plano de fundo específico: o *Capital*, apresentado como responsável pela viabilização da ocupação dos meios de produção e consequentemente da circulação de mercadorias e pessoas. Ora, a influência do mercado no fenômeno migratório é presente desde que o país se caracterizava como receptor de imigrantes (Bassanezi, 1995).

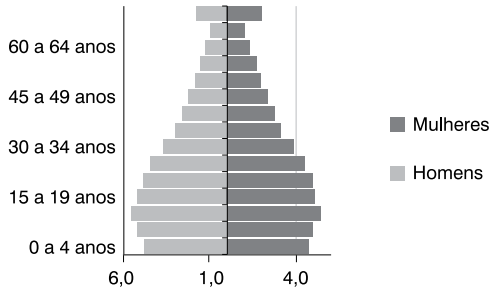
No que tange a região interiorana do Estado de São Paulo[6], temos que com a modernização do processo produtivo e o surgimento das grandes usinas, em especial de açúcar e álcool, patrocinados pelo Estado Brasileiro através do *Próalcool*[7] (1975) juntamente com o ideário da centralização[8] do território nacional, por meio da concentração de terras ocasionada pela expropriação em todo o país, deu-se a presença maciça de trabalhadores migrantes [9] na região desde o século XX. No atual sistema de regulação da vida social, econômica e política, denominado "Acumulação Flexível" que ocasiona mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual entre setores e regiões geográficas resultando na ascensão do setor de serviços; e a mudança da concepção de "*espaço-tempo*", em outras palavras, da flexibilidade e da mobilidade, o pólo receptor de *Ribeirão Preto* se caracteriza pela migração permanentemente temporária, por tratar de vidas dividas entre espaço e tempo[10].

Nos anos finais da década de 1990, ocorre a mudança da *"cartográfica migratória"* (Silva, 2008), com a inserção de novas origens como Maranhão e Piauí, em razão da intensificação[11] do ritmo de trabalho nos canaviais e laranjais. Sendo clara a relação entre a a capacidade física 'esperada' e a faixa etária requerida, ilustrando novamente o caráter de seletividade da migração (ver Cunha, 2007; Menezes, 2009; Silva, 2008).

Analisando as pirâmides etárias[12] dos Estados envolvidos no estudo podemos notar o estreitamento da base de ambas as pirâmides etárias, significativa participação da população jovem nos Estados do Maranhão e Piauí (Gráfico 1 e 2) O fator idade é determinante para o fundamento da seletividade migratória, na questão da faixa etária e potencial disposição física.

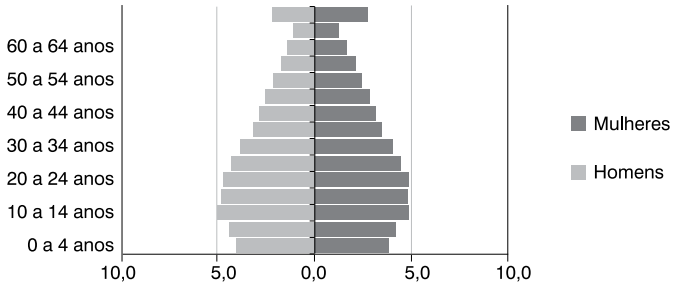
[4] Ver também PATARRA, 1991.
[5] Fator fundamental do povoamento do sertão (MENEZES, 2009)
[6] Aqui nos referimos à Região de Ribeirão Preto/SP (ver SILVA, 1996 e 2008)
[7] Cabe ressaltar que a iniciativa do Próalcool ocasionou uma modificação do "rural" brasileiro, em especial no interior paulista.
[8] Em destaque com a Ditadura Militar (ver CANO, 2003, p.296)
[9] Vale recordar a presença dos migrantes rurais. (Ver SILVA, 2008, p. 166)
[10] Há também de se considerar a estratégia migratória como forma de reprodução familiar, inclusive pelo fato de que a vinda para o estado de São Paulo viabiliza a vida dos que ficam. (ver MENEZES, 2009)
[11] Quando a proporção salarial começou a ser estipulada através da tonelada.
[12] Em especial, nas faixas etárias de 14 à 24 anos. Visto que a "aposentadoria" do trabalho de colheita da cana-de-açúcar e laranja é muitas vezes por volta dos trinta anos, em conseqüência das condições sub-humanas que os trabalhadores enfrentam no dia-a-dia. (Ver Vozes do Eito. Org. Irmã Inês Facioli, mscs...[et AL.] Ed. Eco das Letras. Guariba. 2009.)

GRÁFICO 1. Estrutura Etária da População do Maranhão – 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

GRÁFICO 2 . Estrutura Etária da População do Piauí – 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

A seletividade não é meramente relacionada aos atributos físicos e biológicos, as características das estruturas de dominação que a população está inserida são também fundamentais para a compreensão desse processo. Em suma, a preferência no momento da contratação se dará por meio:

> (...) os mais jovens, *dotados de força física e aqueles que não são encrenqueiros (grifos meus)* , isto é, os que não abusam de bebidas alcoólicas, os mais obedientes, que, seguramente, não protestarão contra as condições de trabalho e não participarão de movimentos reivindicatórios. Ademais da força física, esses atributos comportamentais são importantes nessa seleção, pautada por critérios políticos e ideológicos. Esse fato é importante para as empresas à medida que continuarão com a prática do sistema de superexploração, responsável pelos gigantes lucros. (Silva, 2008; 174)

Apreendemos, deste modo, a presença de indícios da natureza econômica – supressão de mão de obra – demográfica – notável população jovem que pode vir a oferecer a mão de obra necessária – e social – em forma de processos sociais e culturais (Singer apud Renner e Patarra, 1980) – dos fluxos migratórios.

Do Café à Laranja: A formação histórica da Terra da Saudade

Localizada no centro-leste do Estado de São Paulo a *Terra da Saudade*[13] possui atualmente uma população de 76.786 habitantes (CENSO, 2010). Sua fundação deu-se por intermédio

[13] A analogia de *Terra da Saudade* é referencia à valsa que deu origem ao hino da cidade. Segundo a tradição a música foi composta na ocasião da visita de francanos à Matão, ou vice-versa, de matonenses à Franca, em relação à sua autoria para Aguiar (1990), "de concreto e verídico fica apenas a polêmica" decorrente do surgimento ano a ano de novos compositores. (Ver "Polêmica A Valsa "Saudades de Matão". In Introdução para uma História de Matão, org. Azor Silveira Leite, 1990)

das compras de terras por fazendeiros provindos das cidades paulistas de Tietê, Itu, Piracicaba, Capivari e Porto Feliz por via de Araraquara e São Carlos que passaram a cultivar o café, um dos símbolos da bandeira municipal. Em 1892, foi fundado o Arraial Senhor Bom Jesus através do consenso estabelecido entre os fazendeiros do presente "município" e de Araraquara/SP, sequencialmente em 1895 é realizada a primeira missa na capela recém-construída ("Bom Jesus"), assim como, os primeiros casamentos e batizados. Em 1897 é promulgada a lei n° 499, de 7 de maio que cria o Distrito de Paz de Matão e delimita suas divisas. Em 1898 é aprovado pela Assembléia do Estado o projeto de lei, do Deputado Toledo Malta, que cria o Município de Matão e em 1908 a Vila de Matão recebe a nomeação de cidade (AGUIAR, 1990).

O motivacional à migração para a cidade se estabelece a principio pela ótica do café[14] e posteriormente à laranja e cana-de-açúcar. Tanto rápido desenvolvimento da cidade, quanto sua intima relação com a agricultura são ilustrados pelo tradicional jornal local *A Comarca* que em seu anuário de 1938 publica:

> Mattão, creado districto policial em 19 de Setembro de 1895, foi elevado a districto de paz a 7 de Maio de 1897, pela Lei n° 499. Tal foi o seu desenvolvimento, que decorridos apenas 1 anno e 4 mezes, pela Lei Estadual n° 567, de 27 de Agosto de 1898 passou a Município. "(....) as terras do Município são fertilíssimas, prestando-se admiravelmente para a cultura de todas as espécies de cereaes; produzem café de optima qualidade, considerado um dos melhores de toda a zona servida pela Estrada de Ferro de Araraquara.

As heranças do cultivo e produção de alimentos ilustram, em suma, uma economia alicerçada na agroindústria – setor responsável pelo maior número de admissões e demissões no biênio 2010-2011[15] representadas, majoritariamente, pela mão-de-obra migrante (Silva, 1999) –. O setor agroindustrial transformou-se em uma possível explicação da cidade possuir um dos maiores PIB[16] per capita da Região Administrativa Central – Região de Governo de Araraquara (SEADE, 2008). O município paulista é também referência histórica internacional[17] na produção de laranja, juntamente com Bebedouro/SP e Araraquara/SP (Neves, 2010). Ademais, apesar de 98% (Censo, 2010) da população se localizar atualmente na zona urbana, o trabalho no meio rural – a exemplo os apanhadores de laranja e cortadores de cana-de-açúcar – se revela ainda como base da economia matonense.

O viver acompanhado: a formação e manutenção das redes

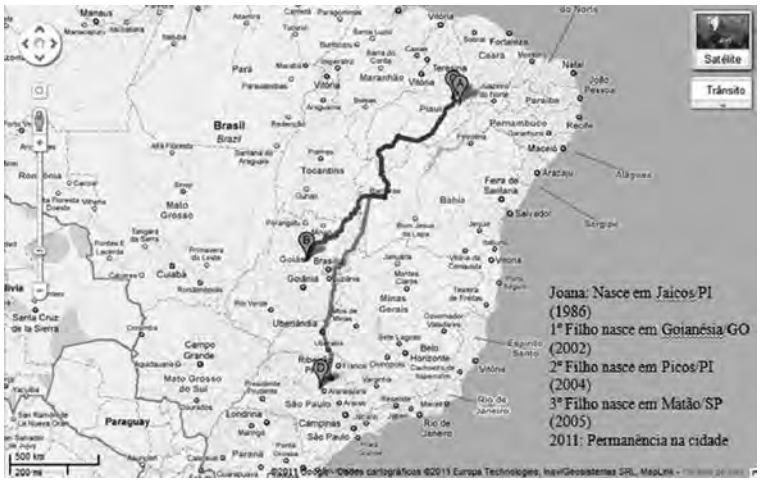
Segundo Menezes (2009, p. 270), "o fluxo de pessoas entre espaços diferenciados é tecido por redes de familiares e de amizade, aproximando, de maneira simbólica, espaços geograficamente distantes", além disso, a formação das redes sociais – consanguíneas e de afinidade (Marcelin, 1999) –, é essencial para a manutenção do processo contínuo do ir e vir de pessoas. Tomaremos, então, por redes sociais "o movimento pelo qual, migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas relações sociais primárias com emigrantes anteriores" (Macdonald e Macdonald apud Truzzi, 2008:202).

[14] Sobre a migração para o café (ver BASSANEZI, 1995).
[15] Segundo o Ministério do Trabalho, foram 17.011 admissões ligadas de forma direta ou indireta e 20.635 demissões, ilustrando a alta rotatividade existente no setor em questão.
[16] No valor de R$66.483,67.
[17] A Citrosuco, uma das principais indústrias citrícolas do país, iniciou suas atividades através do Grupo Fischer S/A, em 1964 na cidade de Matão/SP e aqui permanece em conjunto ao Grupo Louis Dreyfus.

A existência física e social[18] desta pode ser representada através: das proximidades espaciais das casas na região de destino, ilustradas pelos endereços similares; origens semelhantes; indícios de parentesco e filiação próximos, dados através dos nomes das mães dos pais ou responsáveis pelo núcleo familiar; participação em eventos religiosos e realização de festas típicas; profissões ou vínculos empregatícios semelhantes e característicos a cada bairro observado[19]; e pelo "seguro" de casa, cuja funcionalidade é a garantia de mesma moradia no pós-retorno a Matão/SP na safra seguinte. Neste contexto, "a casa é ponto de referencia e, ao mesmo tempo passagem, de modo a ensejar a impressão de que se pode sempre retornar." (Duarte e Gomes, 2008: 167).

Em decorrência do projeto de migração familiar[20], contamos com a presença de um número amplo de destinos, o que Truzzi (2008), denomina "multipolaridade". Portanto, migração é, geralmente, realizada por "etapas"; sua rota é possivelmente traçada pelas datas de nascimento; cidade natal dos filhos; registros civis dos integrantes da família[21]; e pela dubiedade de cadastros de membros da família em outros municípios. Vamos aqui ilustrar a história de Joana [22], sua trajetória é descrita através do mapa 1r, juntamente com algumas características de seu cadastro junto ao sistema do CadÚnico: Joana nasce em Jaicós/PI no ano de 1986, seu primeiro filho nasceu em Goianésia/GO em 2002 – indicando que Joana possivelmente morou na cidade –, seu segundo filho nasceu em Picos/PI em 2004 – o que indica potencial retorno à origem visto que Picos/PI dista 50 km de Jaicós/PI –. Já em 2005 seu terceiro filho nasce em Matão/SP, e o cadastrado atualizado em 2011 indica permanência na cidade.

MAPA 1. Trajetória de Joana



O companheiro de Joana nasceu em Jaicós/PI em 1966 e possui sua alocação no mercado de trabalho é classificada no CadÚnico como "Trabalhador Agrícola Polivalente". Tal classificação não nos permite distinguir a qual setor do agronegócio – citrícola ou sucroalcooleiro – o companheiro de Joana está vinculado. O que nos levará a iniciar uma interessante – ainda que

[18] Com o foco na "família brasileira", o Programa Bolsa Família, elemento chave na constituição do Banco de Dados graças ao CadÚnico e instituído pelo Governo Federal em 09 de Janeiro de 2004 com a Lei nº 10.836, tem grande influencia na constituição e fortificação das redes familiares (ver mais em FERREIRA, p. 715, 2007)

[19] Em relação aos três principais "bairros-destino", temos que a Vila Cardim abriga, em sua maioria, contratados pela Cambuhy Agrícola, enquanto que os bairros do Jardim do Bosque e Jardim Popular abrigam majoritariamente os contratados pela Fischer S/A.

[20] Em razão de tratarmos da migração específica para a colheita da laranja, esta tende a ser familiar. Fato decorrente do próprio processo produtivo.

[21] Referindo-se as "famílias" compostas por parentescos consangüíneos, de afinidade ou consideração. (MARCELIN, 1999),

[22] Nome fictício.

modesta – discussão: é perceptível a diferenciação da modalidade migratória entre os trabalhos rurais. No caso da cana-de-açúcar aferimos uma massiva migração "individual masculina", como sinalizam os trabalhos de Silva (1999 e 2008) e Menezes (2009), esta característica se condicionada também à existência de alojamentos e em razão da dinâmica no cultivo e colheita mais individualizada[23], na laranja, contrariamente encontramos alguns casos de estabelecimento de parcerias no momento da colheita.

Com a contraposição da realidade Rural/Urbano[24], os migrantes que vem para o canavial estão inseridos no campo de forma quase excludente, em razão da existência de alojamentos, o individuo vê-se em um círculo fechado de relações, cujas ligações com o "mundo externo" à cana são efetivadas pela figura do *"gato"*[25], aquele que agencia a viagem e o emprego dos novos migrantes, e é responsável pela criação de novas redes no local de destino assim como a manutenção das antigas redes no local de origem, têm-se, em conjunto, a importância da Pastoral do Migrante [26] cuja presença pode se efetivar como uma espécie de "válvula de escape" no cotidiano, ao promover missas, festas religiosas, e a troca de experiências entre a população. A relação com as cidades próximas ao alojamento é, majoritariamente, funcional. O espaço urbano, nas cidades que possuem alojamentos em suas proximidades, é utilizado nos dias de pagamento, para emergências médicas, etc.

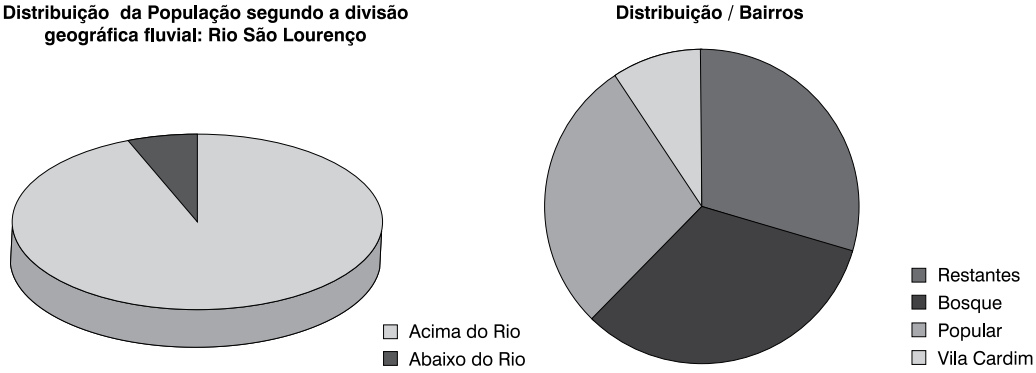
Em relação ao trabalho nos laranjais[27], a vida do migrante divide-se. O dia laboral é passado em quase sempre sua integra no campo, e o "dia de folga" nas cidades em suas moradias ou centro comercial. Neste momento o padrão de consumo é modificado, pelas mais diversas lojas de varejo. Ao estabelecerem moradia na cidade, ainda que temporária, percebemos a pré-meditada configuração do espaço entre "lugares de migrantes" e "lugares de moradores" (SILVA, 1999) é ainda complementada pela divisão entre os segmentos sociais e econômicos já existentes. A população migrante assim se apresenta em 21 bairros do município, que conta atualmente com cerca de 30 bairros, sendo de fácil percepção a ausência desta em bairros nobres da cidade.

A área circulada, no Mapa 2, refere-se aos bairros de maior concentração da população migrante na cidade, enquanto a área quadriculada menciona os bairros que não possuem um número significativo de migrantes ou ausência destes[28]. A concentração de migrantes nas zonas "altas", ou seja, acima do Rio São Lourenço – principal rio da cidade – e "baixas" abaixo do rio são potencialmente associáveis às zonas ricas, "baixas" e mais pobres, "altas" (Gráfico 3). A legitimação das diferenças entre "ricos" e "pobres" é, em alguns casos, realizada sob a ótica de alguns proprietários que trocam suas antigas moradias por casas em bairros mais privilegiados e elitizados da cidade, graças ao "lucro" que obtém dos alugueis.[29]

[23] Inclusive pela média de toneladas a ser atingida, que atualmente está em 12 – 15 toneladas.
[24] Explanações sobre o trabalho rural paulista ver GRAZIANO et alli, 1996.
[25] Os "gatos" são os "mercadores", antigos trabalhadores e são pertencentes a uma figura contraditória que ora corresponde aos interesses dos trabalhadores, seus conterrâneos; ora aos interesses da empresa.
[26] Temos as atividades realizadas pela Pastoral do Migrante de Matão/SP: Missa do Migrante, Festas Típicas, orientações, doações, etc. Além disso, o Padre Garcia que é o coordenador nacional da Pastoral do Migrante entre suas funções, viajar o país inteiro para acompanhamento das atividades desenvolvidas. Com isso, ele iniciou um trabalho de manutenção das redes sociais dos migrantes ao anotar endereços dos parentes destes e levar consigo fotografias e notícias.
[27] BAPTISTELLA et al. (1996) observaram que as turmas de colheita têm, em média, 29 pessoas, distribuídas pelo pomar logo pela manhã, com rendimento dos colhedores variando entre 60 e 101 caixas de 27 kg por dia (oito horas)
[28] À saber: Nova Matão, Jardim Cambuí, Parque Imperador, Jardim Aeroporto, Nova Cidade, entre outros.
[29] Como já exemplificado o contrato de locação é estabelecido de forma "combinada" entre o proprietário do imóvel e a família(s) ou individuo migrante(s). O valor dos aluguéis é estabelecido muito acima dos valores do mercado imobiliário matoneses e referem-se ao aluguel de cômodos ou "por cabeça". Há ainda a existência de barracões, retalhados em "cômodos".

MAPA 2. Bairros com presença migrante, Matão/SP

GRÁFICO 3. Distribuição da população segundo a divisão geográfica fluvial: Rio São Lourenço



Fonte: CadÚnico.

A notável proximidade das "unidades domésticas" comporta-se como fator relevante na constituição das redes migratórias. Consideraremos aqui como "unidade doméstica" a família e compartilhamos da visão de Moraes Silva[30], a qual explana sobre a existência de diversos tipos de família, assim sendo, não podemos construir sequer um *modelo base*, para comparação. Propomos, então, que a família constitui em si, uma *unidade doméstica*, fundamentada pelas materialidades e dinâmicas desenvolvidas na casa. Ora, há muito, foi comprovado por Evans-Pritchard, em seu estudo sobre os ***Nuer***, a importância da casa para constituição de possíveis grupos parentais (Carsten, 2000). As concepções de moradia, por sua vez, são influenciadas pela constituição do *espaço,* logo existem configurações distintas entre casas rurais, e urbanas, como nos exemplifica os estudos de Silva sobre a casa dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto (1999, p.225-28).

Em somatória, a leitura dos espaços (rural e urbano) é decorrente de processos sociais, econômicos e políticos, neste contexto, o *espaço* é provedor de pessoas, histórias e lembranças (Carsten, 2000) – *"O passado dos lugares, das casas, os objetos é condição básica do enraizamento."* (Silva, 1999, p.224). Em relação as casas, observaram-se ocorrências de coabitação de espaços por diversas *unidades domésticas*, a exemplo temos o caso de oito unidades domésticas que habitam o mesmo logadouro no Jardim do Bosque – Rua Acre:

[30] Ver SILVA, 1999, p. 245.

MAPA 3. Distribuição das Unidades Domésticas dos Migrantes

Fonte: CadÚnico.

As unidades domésticas possuem alguns traços que permitem o estabelecimento das relações entre as unidades. A *Casa A* é residência de Aparecida[31] "da Silva" que está desempregada e nasceu em Picos/PI; seu companheiro é servente de obras e nasceu em Jaicós/PI; a casa é alugada; possui quatro integrantes; a alteração do cadastro deu-se em 2009. Na *Casa B,* reside Lúcia "da Silva", desempregada, anteriormente era vinculada à Fischer S/A na função de "Trabalhador Agrícola Polivalente", nasceu em Igaci/AL; seus filhos chegaram à cidade em "etapas", dois nasceram em Igaci/AL e um em Matão/SP; casa alugada; quatro integrantes; alteração do cadastro em 2011. Já na ***Casa C***, reside Sandra "de Souza Carvalho", desempregada, anteriormente era vinculada à Fischer S/A na função de "Trabalhador Agrícola Polivalente", nasceu em Paulistana/PI; seu companheiro é de Jaicós/PI, desempregado, era vinculado à Fischer S/A na função de "Trabalhador Agrícola Polivalente"; casa alugada; três integrantes; alterado em 2010. Enquanto que na *Casa D*, reside Adriana "da Conceição Silva", nasceu em Jaicós/PI, desempregada; possui dois filhos um nasceu em Jaicós/PI e outro em Matão/SP; três integrantes; nasceu em Jaicós/PI; casa alugada; cadastro alterado em 2008. A *Casa E*[32] "alugada", por sua vez abriga três unidades domésticas: 1. Reside Júlia "Conceição", nascida em Jaicós/PI assim como seu companheiro; ambos trabalham na Fischer S/A na função de "Trabalhador Agrícola Polivalente"; três integrantes[33]; cadastro alterado em 2011; 2. Reside nos fundos, Oscar "de Figueiredo"; sua esposa e filhos residem em Jaicós/PI; cadastro alterado em 2009; 3. Reside Gisele "da Conceição Santos Figueiredo"; três integrantes, todos de Jaicós/PI; desempregada, possuía vinculo empregatício com a Fischer S/A na função de "Trabalhador Agrícola Polivalente"; seu marido é tido como "Assalariado Sem Registro"; cadastro alterado em 2009. Por fim, na *Casa F*, reside Dirce "de Souza"; trabalha na Fischer S/A na função de "Trabalhador Agrícola Polivalente" igualmente a seu companheiro; casa alugada; possui três integrantes, todos de Jaicós/PI; cadastro alterado em 2007.

[31] Todos os nomes relacionados às casas são fictícios, com exceção do sobrenome.
[32] Residem nessa casa, nos referenciais 1 e 3, há parentesco consangüíneo em decorrência das responsáveis pela unidade doméstica – segundo o Programa Bolsa Família – possuírem a mesma mãe.
[33] Por integrantes que se apresentam ausentes são referencia aos filhos.

As similaridades entre as unidades domésticas são notórias: cidades de origem; vínculos empregatícios; sobrenomes; organizações familiares semelhantes. Aquém de tais semelhanças o que potencialmente 'equivale' as unidades domésticas é seu interior. Ora, a casa abriga, em si, o *eu individual*, oposto do *eu coletivo* – anulado pelo processo produtivo – , presente tanto no espaço da fábrica (Tacca, 1990), quanto da usina, e da lavoura (Silva, 1999). – "(...) é no espaço da casa, que o "eu" encontra o tempo, da imagem/ação, de se afirmar como pessoa (...)" (Tacca, 1990: 126). A *anulação* do eu pelos processos produtivos urbanos e rurais, tem sua origem devido ao advento da desapropriação de terras, impulsionada pelo "patrocínio" do Estado ao instituir o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e posteriormente o Estatuto da Terra (1964). Tão logo, iniciou-se o processo de urbanização do país, e por consequência é instaurada a relação de *dominação-exploração* – "(...) O processo de desapropriação de terras no Brasil obedeceu a um critério quase cientifico, a um tempo apropriado ao paulatino desenraizamento do camponês, a sua gradativa proletarização, ou melhor, lumpenproletarização." (SCHIFFIOTI, 1998, p.6)[34].

Em contraposição no universo doméstico, o *eu* é potencialmente exaltado. Neste o individuo,em geral, se reconhece com ser provedor de ações, como agente. A casa representaria, portanto, "(...) um lugar no qual e pelo qual ele – o agente – se define e a partir do qual ele sustenta sua existência social como pessoa." (Marcelin, 1999, p.42). Pois,

> (...) a idéia de casa refere-se (...) não somente à constituição física, mas também às relações estruturais dentro das casas e entre elas, às pessoas que as habitam e aos mitos que as fundam. Ela se refere ao universo familiar em perpétua transformação, a um lugar ontológico socioespacial que se define em termos identitários ou em termos de ligações afetivas, familiares ou domésticas.[35]

Dado que a identidade do agente / sujeito é baseada em três organizações sociais: classe – construída no âmbito socioeconômico, cuja presença é dada no processo produtivo –, gênero, e raça/ etnia (Silva, 1999: 236). Podemos inferir que existe algo muito além do *eu coletivo* e é presente no universo do trabalho, pois a identidade é multifacetada, constituída graças ao dialogo entre o singular e o genérico, o individual e o coletivo. Além disso, a identidade do *migrante* é construída a partir do imaginário deste com sua terra natal, a exemplo dos comércios que levam os nomes: "Borracharia do Mineiro", "Mercearia do Paraína", ou então, dos apelidos nos locais de trabalhos, nas escolas, nas ruas.

O constante diálogo do ***ir e vir*** os tornam invisíveis para grande parte da população matonense. *Eles não são eles, são um.* São classificados muitas vezes como *"bóias-frias", "nordestinos", "cabeça chata", "Piauí",* entre outras nomeações que raras às vezes condizem com o real. A certeza de estarem aqui, de existirem como ***pessoas*** são as redes de relações sociais que possuem e suas *casas*, pequenos espaços físicos constituídos, em geral, por 2 ou 3 cômodos. É a forma que eles, que nós, nos damos como "gentes", "seres humanos", é nossa ligação com a *terra* ainda que temporária.

Referências

BAPTISTELLA, C.S.L.; PNO, F.A.; AMARO, A.A. & FRANCISCO, V.L.F.S. Perfil do colhedor de citros no Estado de São Paulo. Informações Econômicas, São Paulo, v.26, n.5, p.11-17, 1996.

[34] Ver Prefácio, SILVA, 1999.
[35] Ver NOTAS, MARCELIN, 1999, p.52.

BASSANEZI, Maria Silvia. Imigrações Internacionais no Brasil: Um Panorama Histórico. PATARRA, N (coord.) In Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. FNUAP. São Paulo. 1995.

CANO, Wilson. "Da Crise ao Caos Urbano". In GONÇALVES, M.F. et AL (orgs.) Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: O Desafio Urbano Regional. UNESP/ANPUR. São Paulo. 2003.

CARSTEN, Janet. "Houses of memory and kinship" In: After Kinship. New York, Cambridge Univ. Press, 2000.

CUNHA, J.M.P. "A Migração no Brasil no começo do Século 21: Continuidades e Novidades trazidas pelo PNAD 2004. Encontro Nacional sobre Migração Interna e Desenvolvimento no Brasil: diagnóstico, perspectivas e políticas. CEPAL/CELADE/BID. Brasília. 2007.

DEDECCA, Claudio, MONTALI, Lilia & BAENINGER, Rosana (orgs). Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais. Estudos Regionais: Pólo Econômico de Ribeirão Preto. FINEP – FNDTC/NEPP/Regiões Metropolitanas. Março/2009.

DUARTE, Luis Fernando Dias e GOMES, Edlaine de Campos. "Casa e família nas classes populares" In Três Famílias: Identidade e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro. Ed. FGC,2008.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. Programa Bolsa Família e Sistema de Proteção Social no País. In Bahia Análise & Dados. Salvador, v.17, n. 1. Salvador. Abr/Jun. 2007

GIANNOTI, Juliana Di Giorgio; CASER, Denise Viani & FRANCISCO, Vera Lúcia Ferraz dos Santos. "Laranja: Agrupamento dos Municípios Produtores no Estado de São Paulo." Instituto de Economia Agrícola. 2004. (Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=3644> Acesso Julho/2011)

GRAZIANO, J. et alli. "O Rural Paulista: Muito além do Agrícola e do Agrário." In São Paulo em Perspectiva, 10: p. 60-73. São Paulo. 1996.

HARVEY, D. "Do Fordismo à Acumulação Flexível". In A Condição Pós-Moderana. São Paulo. 1993.

LEITE, Azoir Silveira (org.). Introdução para uma História de Matão. Associação Cultural "Novos Autores" de Matão, Matão. 1991.

MARCELIN, Louis. "A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano", Mana. Estudos de Antropologia Social, vol.5, n.2. 1999

MENEZES, Marilda Aparecida de. "Migrações: Uma Experiência Histórica do Campesinato do Nordeste". In Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias. Vol.II: Estratégias de Reprodução Social. Org: Emilia Piestrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes & Rosa Acevedo Marin. UNESP. São Paulo. 2009.

NEVES, Marcos Fava & JANK, Marcos Sawaya (coord.). "Perspectivas da Cadeia Produtiva da Laranja no Brasil: Agenda 2015". São Paulo. 2006. (Dísponível em <http://www.fundace.org.br/arquivos_diversos/agenda_estrategica/Agenda_Citrus_2015_PENSAICONE.pdf> - Acesso Julho/2011)

RENNER, C. et PATARRA, N. "Migrações". In SANTOS, J.L.F. et alli. Dinâmica da População: Teoria, Métodos e Técnica de Análise. T.A. Queiróz. São Paulo. 1980.

PATARRA, Neide et al. "População e Espaço: Movimentos Migratórios, Urbanização e Regionalização". In: FUNDAP. Políticas Sociais no Brasil: Avaliação e Propostas para os anos 90. Documento de Trabalho, DT/Qs 11. São Paulo: FUNDAP, 1991.

SILVA, André E. R. . Redes do Processo Migratório de Trabalhadores Rurais do Município de Timbiras (MA) para os Canaviais do Nordeste Paulista. In: I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente, 2011, São Carlos. Ruralidades I Seminário Internacional Ruralidades,Trabalho e Meio Ambiente. São Carlos, 2011. p. 1-15

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do Fim do Século. Ed.UNESP. São Paulo. 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. Cadernos CERU (versão online). vol. 19, no. 1, p. 165-180. 2008. (Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ceru/v19n1/12.pdf> - Acesso em Maio/2011)

TACCA, Fernando de. Sapateiro, o retrato da casa: a representação da casa operário sapateiro francano através de seu próprio olhar fotográfico. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. 1990. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000083954>. Acesso em Agosto de 2010.

TRUZZI, Oswaldo. "Redes em Processo Migratório". In Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 1, n. 20. p. 199 – 218. São Paulo. 2008.

A DINÂMICA MIGRATÓRIA E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM MATÃO/SP

Giovana Gonçalves Pereira

Os motivos de migração no Brasil são raramente constituídos como objeto de estudo nas pesquisas amostrais no país (OLIVEIRA & JANUZZI, 2005). A construção do migrante como *ator social* consciente de sua própria condição e não mero figurante dos desequilíbrios socioeconômicos que o cerca é primordial neste sentido. A migração é simultaneamente, como define Menezes (2009: 269): 1. Estratégia de reprodução familiar; 2. Influência na própria dinâmica familiar (ciclos de vida, gênero e idade dos filhos) e 3. Experiência Intergeracional. Além disso, a migração mostra-se como possibilidade de mobilidade social, sendo, todavia, condicionada ao mercado de trabalho do destino (DE PAULA et al, 2005) que se fundamenta na concepção da população migrante como

> "(...) um exército industrial de reserva, com grande mobilidade, que permite uma permanente renovação da mão de obra e a manutenção dos baixos salários." (ANDRADE, 1998: 122 apud DE PAULA et al, 2005).

O uso de políticas sociais por intermédio dos governos estaduais e federais visando a diminuição gradativa das disparidades regionais ganha força nos anos noventa, com a política de combate à fome, culminando com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2004. Neste contexto, com o foco na promoção social, temos que as políticas de combate à pobreza possuem como objetivo "(...) não somente, de erradicar a pobreza, mas também de reduzir as desigualdades sociais e regionais" (QUEIROZ et al, 2010: 2).

No entanto, acreditamos que a transferência de renda não pode ser vista como aditivo à permanência dos beneficiários em seu local de origem. Apesar da redução da pobreza no Brasil, inclusive no Nordeste, temos que considerar o fato de 50% dos beneficiários do programa se localizarem, em 2009 (QUEIROZ et al, 2010), na região ainda é um fator alarmante acerca das disparidades de acesso às condições básicas de saúde, educação e consumo. Fatos que serão exemplificados, no presente estudo que apresenta como atores os migrantes nordestinos no município de Matão/SP.

Dos pomares à indústria: a terra da saudade e a concentração no setor citrícola

A cidade de Matão/SP, conhecida popularmente como "Terra da Saudade" devido ao hino municipal "Saudades de Matão"[1], possui atualmente 77.270 habitantes (CENSO, 2010). Localizada no centro-leste do Estado de São Paulo e com uma história perpassada pela lógica agroindustrial – café, laranja e cana-de-açúcar respectivamente e de forma não excludente –, a cidade é responsável por um dos maiores índices de *PIB per capita* da Região de Governo de Araraquara – R$ 66.315,42 –, tendo cerca de quase 50% de participação na composição do PIB do Estado (SEADE, 2009). Uma das possíveis razões do alto nível de concentração e riqueza do município é sua economia pautada no setor agroindustrial, tendo em seu território grandes empresas, com destaque para o setor citrícola: Grupo Fischer S/A[2] – desde 1964 –; Louis Dreyfus Commodities; Nutri Suco S/A Industria e Comércio Ltda; Citrolife – Produção e Comércio de Bebidas Ltda, etc; entre outras empresas subordinadas ao agronegócio na produção de implementos agrícolas, tais como: Albaricci Industria Metalúrgica; Baldan Máquinas Agrícolas e Implementos Agrícolas; Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas "TATU" S/A e, Cadioli Implementos Agrícolas.

A concentração do Setor Citrícola no município e em Araraquara/SP – dista 35 km de Matão/SP – é produto da "cartelização da economia" (NASSIF, 2012), já que ambas as cidades possuem os dois maiores grupos – Grupo Fischer S/A e Cutrale S/A – exportadores de suco de laranja no mundo. Ademais, o processo produtivo da laranja é também centralizado, ou seja, as atividades relacionadas ao plantio dos pomares, cultivo da safra, colheita das frutas e o transporte da laranja até o ponto de compra são de responsabilidade dos produtores agrícolas (NEVES et al.,2010), que em geral, são os donos das industrias, fato que reflete na intensa concentração fundiária do país (Porto-Gonçalves & Santos, 2012).

O próprio dinamismo econômico brasileiro é decorrente do modelo agroexportador[3], em especial, neste último ano que apresentou um déficit de 92 bilhões de dólares na exportação de produtos industrializados e, em contrapartida os produtos primários que passaram por uma queda significativa em trinta anos (1970 – 2000), voltaram a crescer em meados da década chegando a atingir 60,9% do total de exportações em 2009 (Porto- Gonçalves e Santos, 2012: 73).

No que tange o universo do trabalho, a utilização de mão de obra de forma intensa, particularmente na etapa da colheita da laranja ainda realizada majoritariamente de forma manual ocasiona uma alta absorção de trabalhadores temporários:

> Nenhuma outra cultura absorve tamanha quantidade de trabalhadores temporários por hectare no estado de São Paulo como a citricultura. Nas plantações de cana, por exemplo, a razão é de um emprego temporário para cada 41 hectares cultivados, ao passo que no caso da laranja a razão é de um emprego para cada 9 hectares. Este dado mostra a importância do setor na geração de empregos no campo. (NEVES et al., 2010: 67)

Tais trabalhadores correspondem, não raramente, aos camponeses provindos de diversas regiões brasileiras. Estes se constituem historicamente através: de processos de diferenciação

[1] Aquém da polêmica ocasionada pelo hino matonense que segundo a tradição a música foi composta na ocasião da visita de francanos à Matão, ou vice-versa, de matonenses à Franca (ver "Polêmica A Valsa "Saudades de Matão". In Introdução para uma História de Matão, org. Azor Silveira Leite, 1990). Temos que atualmente a palavra "saudade" na denominação da cidade poderia surtir outro sentido na vida daqueles que lá estão de forma temporária.

[2] Abarcando desde 2011, a Citrosuco e a Citrovita constituindo assim uma concentração no setor de suco de laranja. (In: http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/12/cade-aprova-fusao-da-citrovita-e-citrosuco-criando-gigante-do-suco.html). Contudo, a fábrica da Citrovita no município anunciou seu fechamento em fevereiro deste ano, ocasionando a demissão de 111 funcionários (In: http://g1.globo.com/sp/araraquara- regiao/noticia/2012/02/fabrica-de-suco-de-laranja-demite-111-e-anuncia fechamento-em-matao-sp.html).

[3] O Brasil detém atualmente 50% da produção mundial de suco de laranja (ver mais In NEVES ET AL.,2010 et ali, 2010).

social; de uma produção familiar voltada a principio ao autoconsumo; e, a presença do trabalho assalariado como complementação da renda a fim de viabilizar a estratégia de reprodução familiar (MENEZES, 2009: 270). A necessidade do trabalho assalariado na manutenção da unidade familiar é resultante geralmente da expropriação de terras nas regiões de origem, e condiciona a vida do migrante a uma divisão entre o tempo e o espaço, caracterizando esse tipo de fenômeno como "migração permanentemente temporária" (SILVA, 2008), transformando-os em "(...) vidas transitórias, marcadas pelo eterno partir e chegar" (SILVA, 2008: 174).

Do campo à cidade, da cidade ao campo: *"Os 'Piauí' tão chegando..."*

Primeiras Impressões

A compreensão e a concepção do fenômeno migratório cidade de Matão/SP tornaram-se possíveis graças aos apoios institucionais firmados entre 2010 e 2011 com a Pastoral do Migrante e Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social do município. Sendo viabilizado, desta forma, a criação de um Banco de Dados Próprios pautados nos registros do CadÚnico instituído pela lei N° 3.877 e que possui como função retratar a situação socioeconômica de todas as famílias de baixa renda para inserção destas nos programas sociais (QUEIROZ et al, 2010: 6).

Para tanto, se fez necessário uma seleção prévia da origem da população migrante, dando-se ênfase a três locais segundo as indicações institucionais: Jaicós/PI, Picos/PI e Igaci/AL. Todavia nos focalizaremos, neste artigo, no município de Jaicós/PI por representar majoritariamente a população migrante de Matão/SP[4].

De acordo com estimativas institucionais – confirmadas posteriormente nas visitas à campo[5] –, aproximadamente três mil jaicoenses vem à cidade todos os anos. Neste ano, devido à seca que assola a região há mais de sete meses, é esperada a migração inicial de duas mil pessoas[6]. A cidade de Jaicós/PI possui atualmente 18.035 habitantes (CENSO, 2010), temos então que potencialmente um a cada seis moradores do município piauiense está envolvido no processo migratório para a cidade paulista. O reconhecimento de Matão/SP como fonte de renda da população é presente nos discursos tanto daqueles que "para cá vieram" e quanto dos que "pra lá ficaram". Todavia, nossa proposta é, no momento, posterior e ao mesmo tempo complementar ao debate acerca desta população e as condicionantes de sua trajetória migratória, pois objetivamos uma caracterização destes indivíduos.

O Banco de Dados conta com uma amostra de 619 pessoas "envolvidas" no processo migratório que se dividem entre vinte e dois bairros localizados em sua maioria na Zona "Alta" (93%) do município, ou seja, acima do Rio São Lourenço – principal rio da cidade – enquanto que a Zona "Baixa", abaixo do rio – relacionado aos bairros mais elitizados – concentra somente 7% da população. Tem-se que a concentração da população migrante é decorrente da divisão espacial pré-meditada do espaço urbano em "lugares de migrantes" e "lugares de moradores" (SILVA, 1998) sendo ainda complementada pela divisão entre os segmentos sociais e econômicos já existentes.

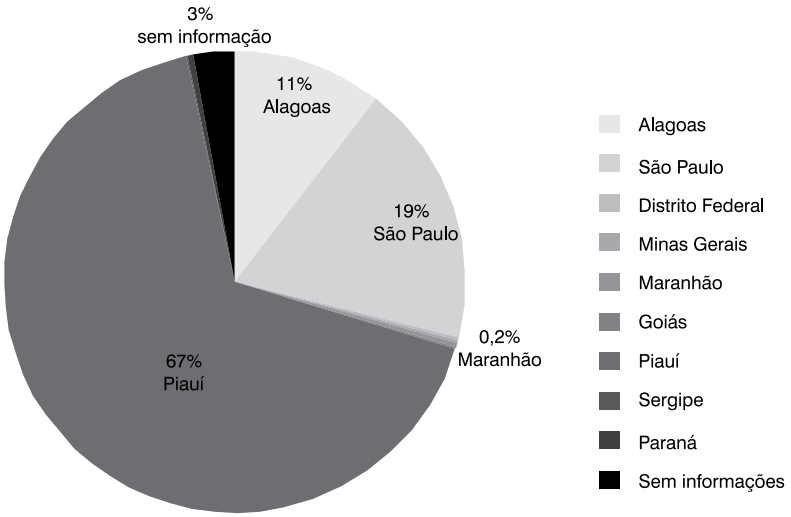
[4] Contudo, as tabelas apresentadas envolvem todo o Banco de Dados, ou seja, as duas cidades piauienses e a cidade alagoana. Nossa focalização em Jaicós/PI se dá em decorrência do processo migratório que está ocorrendo atualmente.
[5] As visitas a campo, ou seja, aos tradicionais bairros da cidade – Jardim do Bosque, Jardim Popular, Jardim Paraíso, etc – ocorrem desde 2010, tendo se intensificado no presente ano e contam com a participação dos pesquisadores: Osmar G. Pereira (FCLAr/UNESP) e Lidiane M. Maciel (IFCH/UNICAMP).
[6] Mais informações (http://raimundofelixportalnews.blogspot.com.br/2012/05/familias-jaicoenses-fogem-da- seca-rumo.html).

É válido lembrar que os migrantes que vem à Matão/SP trazem consigo a "cultura migratória" (SILVA, 2008) que envolve a busca de trabalho e do "melhorar de vida" (SILVA, 2008 & MACIEL, 2011). E, são trabalhadores rurais da colheita da laranja e, não cortadores de cana-de-açúcar o que já pressupõe diferenças substanciais em sua organização no espaço urbano. Devido à ausência de alojamento para os colhedores de laranja, estes se organizam em casas alugadas (86,4%) em bairros específicos da cidade – Jardim do Bosque, Jardim Popular e Vila Cardim –. Suas moradias se constituem, em geral, com três ou quatro cômodos e abrigam comumente famílias nucleares[7] (93,78%) – de três a quatro pessoas. A cobrança pelos alugueis é feito por meio de "contratos verbais" com o dono da casa e podem ser cobradas taxas: "por cabeça", "por família" ou "por cômodo" (PEREIRA, 2011). Outra diferença substancial é a modalidade de "projeto migratório", enquanto que o trabalho nos canaviais possui uma seletividade migratória essencialmente masculina e jovem, o trabalho nos pomares permite um projeto de migração familiar, visto que as mulheres compuseram 35% das equipes de colhedores na safra 2009/10 (NEVES ET AL.,2010) e que a manutenção de duas unidades familiares quando não se tem onde morar torna-se inviável. A migração aparece, dessa forma, como estratégia de sobrevivência das famílias.

Características gerais da população cadastrada

Apesar do recorte metodológico de três cidades nordestinas ao compor o Banco de Dados, nos deparamos com mais três regiões do país: Sudeste, Sul e Centro-Oeste que abrangem juntas sete Estados de origem (Gráfico 1).

GRÁFICO 1. Unidade da Federação de Nascimento. População Cadastrada no Município de Matão -SP



Fonte: CadÚnico. Banco de Dados 2011. Observatório das Migrações em São Paulo- NEPO/ UNICAMP-FAPESP/CNPq.

A informação sobre a origem dos membros das unidades familiares[8] nos permite explanar sobre as potenciais trajetórias, em especial, ao que tange a primeira geração e ao local de nascimento de seus filhos (ver PEREIRA, 2011: 7-8).

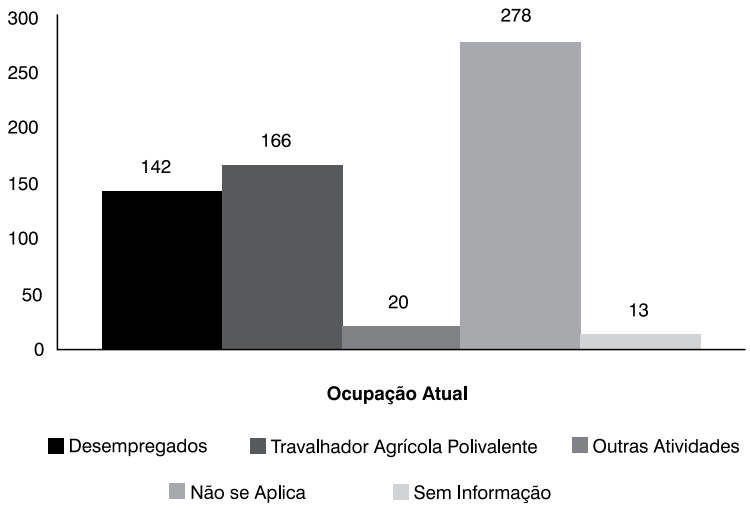
[7] Existem alguns "donos de casas" que preferem alugar somente para homens, contudo até mesmo nestes casos, são os próprios migrantes que escolhem quem dividirá a unidade domestica. Ocorrendo, não raramente, de uma mesma família – tio, irmão e ego – dividirem o mesmo espaço. As famílias estendidas compõem 6,2% da amostra

[8] A definição de unidade familiar aqui empregada se refere à concepção de família do Programa Bolsa Família: "(...) a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros" (SILVA, 2009

Além disso, a presença de diversas origens vem a nos mostrar a "multipolaridade" de destinos (TRUZZI, 2008), característica da *migração familiar*, que perpassa a trajetória migratória dessas pessoas.

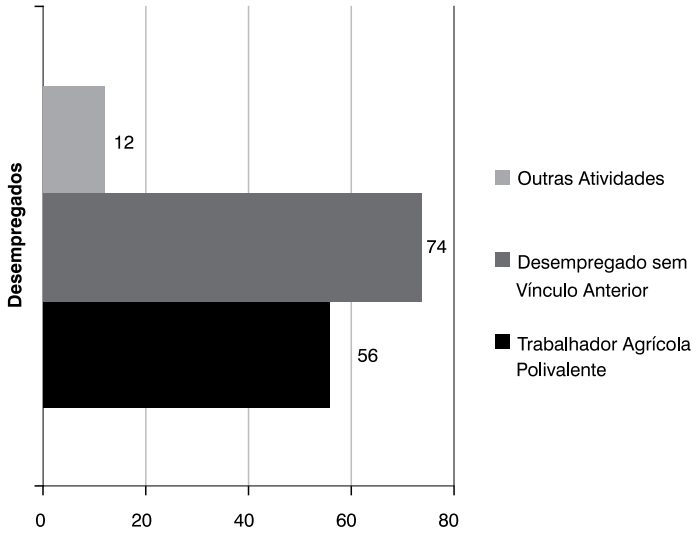
Outro fator característico da população migrante do município, em relação ao âmbito do trabalho, é a ocupação atual ou anterior, majoritária na função de *Trabalhador Agrícola Polivalente* definido pelo Ministério do Trabalho e Emprego como aquele que "executa diversos trabalhos próprios da cultura agrícola, como preparo da terra, plantio, tratos culturais, colheita, limpeza, classificação, processamento primário e outros, empregando técnicas e equipamentos manuais e mecânicos e valendo-se de métodos específicos, para obter diferentes espécies agrícolas, como cereais, frutas, hortaliças e outras", pertencente ao Grupo de Base "Trabalhadores Agropecuários Polivalentes e Trabalhadores Assemelhados" (Gráfico 2 e 3).

GRÁFICO 2. Ocupação Atual



Nota:Na variável "Outras Atividades" estão incluídas as profissões não relacionadas ao meio rural, a saber: Empregado do Comércio, Lixeiro; Faxineiro; Tratorista; Aposentado; Motorista de Caminhão; Assalariado sem e com Registro; Servente de Obras; Auxiliar de Almoxarifado e Outra. Enquanto que a variável "Não se aplica" abrange os jovens de 0 à 17 anos que estariam impossibilitados de trabalhar, contudo, ainda geram renda às famílias com a inclusão da categoria 15 à 17 anos, em 2008, no PBF.
Fonte: CadÚnico. Banco de Dados 2011.Observatório das Migrações em São Paulo- NEPO/UNICAMP-FAPESP/CNPq.

GRÁFICO 3. Desempregados e Última Ocupação



Fonte: CadÚnico. Banco de Dados 2011. Observatório das Migrações em São Paulo- NEPO/ UNICAMP-FAPESP/CNPq.

Há de se considerar a preponderância da categoria "Trabalhador Agrícola Polivalente" (TAP), quase 50% da população apta ao trabalho encontra-se empregada nesta função[9], enquanto que dos desempregados aproximadamente 40% trabalharam anteriormente vinculados à categoria, como indicativo da existência das "redes migratórias". Do mais, a baixa escolaridade é característica dos trabalhadores alocados no campo, assim como, seus baixos salários (NEVES ET AL.,2010: 66-67). Dos atualmente empregados no campo, quase 80% possuem o Ensino Fundamental Incompleto, dos restantes 18% são Analfabetos, 2% possuem o Ensino Fundamental Completo e, somente 2% chegaram o Ensino Médio. Já em relação, aos que possuem a última ocupação na categoria 75% possuem o Ensino Fundamental Incompleto, 14% são analfabetos, 5% têm o Ensino Fundamental Completo e 6% chegaram ao Ensino Médio, sendo que destes, 4% concluíram o último grau. Com a maior seletividade do mercado de trabalho, as baixas escolaridades transformam-se em empecilho para o ingresso e permanência no mercado de trabalho formal (DE PAULA et al, 2005).

A figura do empreiteiro é central na manutenção da dinâmica das "redes migratórias" é ele o responsável pelas indicações de trabalhadores à empresa, comportando-se de uma maneira semelhante ao "gato" da cana-de-açúcar que compõe um personagem contraditório, pois é ao mesmo tempo "parte" dos trabalhadores e "parte" da empresa (SILVA, 2008). A centralidade do empreiteiro é demonstrada pelo fato da maioria dos migrantes classificados na categoria de "Trabalhador Agrícola Polivalente" foram contratados pela Fischer S/A – 64,24% dos empregados atualmente; e, 66,70% dos que possuem vínculo anterior na função. A presença maciça desses trabalhadores temporários, em particular, na etapa da colheita da laranja (NEVES ET AL.,2010) ilustra a codependência entre as regiões Nordeste e Sudeste, de forma que, enquanto a primeira "exporta" mão de obra abundante e barata para a segunda, esta última viabiliza as estratégias de reprodução familiar (MENEZES, 2009).

Ademais, visto que os contrastes de formação histórica dessas regiões se pronunciam como determinantes ao retomá-los através da temática da *terra*, enunciada por Furtado (apud CANO, 2003). As disparidades iniciam-se com o "problema da agricultura itinerante" – datada do século XVI – baseadas em demandas do mercado externo, a interiorização da agricultura mostrou-se facilmente exequível graças ao fácil acesso a terra e a mão de obra barata e abundante. Já nos séculos XIX e XX, as expropriações começam a se relacionar à agropecuária no nordeste (MENEZES, 2009), simultaneamente, à modernização da agricultura paulista (SILVA, 2008) e atualmente ao advento da acumulação de capital nomeado: *agronegócio*. A dinâmica migratória regional configura-se, dessa forma, em razão de um plano de fundo específico: o *Capital,* apresentado como responsável pela viabilização da ocupação dos meios de produção e consequentemente da circulação de mercadorias e pessoas.

O "êxito econômico" do país é deste modo, pautado no modelo agrário/agrícola que se fundamenta na concentração fundiária histórica responsável pelo cenário de violência e devastação que se reproduz no campo ano após ano (PORTO-GONÇALVES e SANTOS,

2012). A concentração fundiária está presente do país desde o tempo da escravidão, período cujo pensamento social brasileiro tenta se formar através dos prenúncios liberais – de origens europeias e norte-americanas – ao escravismo (LOURENÇO, 2011 apud SILVA, MELO e VERÇOSA, 2012), uma união contraditória que permanece, apesar de consideráveis avanços na legislação trabalhista acerca dos trabalhadores rurais, até os dias atuais. Contudo, o descumprimento da legislação e, por consequência, a negação dos direitos dos trabalhadores,

[9] À época da alteração do cadastro que abrange de 2005 à 2011, fato que discutiremos posteriormente

ocorre em todo o território nacional, atingindo principalmente a população migrante (SILVA, MELO e VERÇOSA, 2012).

O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa de transferência direta de renda no Brasil impulsionado pelos debates internacionais em torno da renda básica (SILVA, 2011). Seu surgimento deu-se em outubro de 2003 pela medida provisória N° 132, de forma simultânea à seu lançamento oficial na cidade de Guariba/PI. É com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em janeiro de 2004, acompanhado pela transformação da medida provisória em lei – N° 10.836 – que o programa se institucionaliza. Segundo esta lei, o programa além de ser destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades resulta na unificação de diversos outros programas com o intuito de abranger as famílias anteriormente atendidas pelo: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio-Gás (SILVA, 2011 & QUEIROZ et al, 2011). Uma das principais justificativas para criação do PBF é que a unificação dos programas impediria a sobreposição destes, de forma, à viabilizar a ampliação do número de beneficiados e do valor de beneficio pago por família (QUEIROZ et al, 2011:6).

O objetivo central da Bolsa Família é a "(...) minimização dos efeitos da pobreza e risco social da população considerada miserável ou em extrema pobreza" (QUEIROZ et al, 2011:5). Para tanto, se faz necessária à definição acerca dos tipos de beneficio: 1. *Básico* – relacionado às unidades familiares que se encontram em situação de *extrema pobreza* – e, 2. *Variável* – direcionado às unidades familiares que se encontram em *situação de pobreza* e *extrema pobreza* e que tenham em sua composição: gestantes, nutrizes (mães que estão alimentando seus filhos até os seis meses) e, menores entre zero e dezessete anos (SILVA, 2011: 45).

A configuração da *pobreza* por meio da renda per capita – Pobres (R$140) e Extremamente Pobres (R$70) – é problemática, no sentido que esta não se representa somente pela insuficiência de renda, ou seja, pelo não alcance do individuo de um padrão de vida socialmente adequado, mas também, pelo desprovimento das necessidades básicas, em outras palavras, ao não acesso às necessidades humanas fisiológicas e culturais (roupas, alimentação, saúde, etc). Neste sentido, Queiroz et al (2011), nos propõe a introdução dos conceitos de *pobreza absoluta e relativa*, a primeira condiz à incapacidade de um consumo mínimo sem atendimento das necessidades básicas, enquanto a segunda relaciona-se aos padrões de uma dada sociedade sendo por definição culturais. Ademais cabe ressaltar que "o estabelecimento de uma linha para definir pobreza indica também subgrupos populacionais como aqueles que sequer atingem a quantidade de calorias necessárias para a sobrevivência" (Idem, ibidem : 4)

Visualizando a superação das condições e transmissão de pobreza ou pobreza extrema, as famílias atendidas assumem compromissos nas áreas da educação, saúde e assistência social. As "condicionalidades" são, no campo da educação, referentes a matricula e frequência escolar mínima para as crianças e adolescentes, enquanto que na área da saúde é necessário o acompanhamento do calendário vacinal das crianças até sete anos e o pré-natal de gestantes. Por fim, na assistência social existem contrapartidas socioeducativas para as crianças e adolescentes de até quinze anos em situação de trabalho infantil (FERREIRA, 2007 e QUEIROZ et al. 2011).

Concebe-se, deste modo, o Bolsa Família como medida paliativa (SOARES et al.,2007 apud QUEIROZ, 2011: 16), cuja porta de saída dada pelos próprios formuladores do programa

é a possibilidade do beneficiário adquirir sua própria renda através do ingresso no mercado de trabalho assalariado ou pela geração de renda por meio de pequenos negócios. Segundo Josué Pereira da Silva (2011: 49), em suma, a ideia de emancipação cidadã só se torna possível quando o beneficiário sai do programa e ingressa no mercado de trabalho ou quando este se torna um "pequeno empresário" entendido aqui em um sentido amplo que abarca inclusive vendedores ambulantes e coletores autônomos de lixo reciclável. Todavia, a emancipação cidadã deve ser tomada tanto como autonomia individual, no sentido de desenvolvimento pleno das capacidades do individuo, quanto como autodeterminação de uma coletividade para se organizar de forma autônoma e cooperativa condizendo com a condição humana. Em outras palavras, podemos falar simultaneamente na emancipação do individuo de uma determinada família, comunidade e sociedade; e, na emancipação da sociedade não só de forma externa, ou seja, em relação as outras sociedades bem como internamente, quando o autogoverno dela resulta (ver mais em SILVA, 2009).

A preocupação dos formuladores do programa deve ir, deste modo, além das preocupações econômicas e políticas incorporando esse grupo de indivíduos que apesar do crescimento econômico, encontram-se e ainda permanecem marginalizados (QUEIROZ et al., 2011). Contudo, ao seguir a tradição latino-americana de focalização nas famílias (GARCIA e OLIVEIRA, 2010) e dado que "(...) a família desponta como grupo fundamental no processo da socialização e de proteção dos sujeitos.

Mioto (2004) a define como um 'pilar na organização social', pois nela se estabelecem as divisões de tarefas e responsabilidades entre gêneros e gerações" (FERREIRA, 2007: 715), além disso, esta se relaciona com as outras esferas da sociedade – Estado, mercado e trabalho –. Logo, é a família que intermedeia seus integrantes e a sociedade, geralmente, introduzindo-os no coletivo e vice-versa, auxiliando na construção de diversas redes sociais, o PBF acaba, então, por melhorar as condições da própria rede de apoio do individuo. Do mais, como pontua Queiroz et al. (2011: 16), em conjunto a estabilização da economia, o aumento real do salário mínimo e a queda de juros desde 2004, temos uma redução expressiva da pobreza no Brasil.

Os dados do CadÚnico

Em nosso caso, é a partir da instrumentalização da base de dados do CadÚnico que tornou-se possível a coleta de informações quantitativas – renda per capita, local de nascimento, vínculo empregatício, escolaridade, etnia, faixa etária, local de moradia e suas condições – e qualitativas – trajetórias migratórias, descendência, rearranjos familiares, percepção de potenciais redes de apoio –. Tais informações viabilizariam nosso "primeiro contato" com a população migrante assim como de sua distribuição espacial no município paulista, ao mesmo tempo, que institucionalizava sua presença na cidade e história itinerária ao constatarmos casos de cadastros em outras localidades do país.

Através da discussão anterior sobre o Programa Bolsa Família, levantaremos algumas questões pertinentes acerca da população migrante beneficiaria do programa em Matão/SP. À principio é notória a não adequação da variável *renda per capita* com a realidade de acesso às necessidades básicas, tomemos como exemplo, que quase 50% das unidades domésticas do Banco de Dados estão classificadas, segundo critérios do PBF, como "*pobres*" e as "*extremamente pobres*" não passam de 20%, existindo, inclusive algumas famílias que estariam "acima da linha da pobreza" explicitada por esses parâmetros. Contudo, não é raro encontrarmos nas visitas

à campo ou nos discursos institucionais a *vulnerabilidade* dessas pessoas acerca do acesso à moradia (geralmente precárias e coletivas), à saúde (por falta de informação) e à educação (majoritariamente possuem somente o ensino fundamental incompleto, havendo somente um caso de retorno aos estudos). Em somatória, a situação transitória dessa população vinculada ao universo laboral, visto que "(...) a permanência na cidade está condicionada a "conseguir logo um jeito de ganhar a vida" (DE PAULA, 2005: 12), corrobora para a visão de "demanda temporária" para ambas as prefeituras envolvidas em questões relacionadas à saúde, assistência social e em especial, à educação.

Cabe-nos também questionar a equivalência condicional entre *renda/emprego/ emancipação*. Dado o caráter temporário de emprego e geração de renda dessa população, poderíamos afirmar que estes possuem emancipação ou autonomia? A vida itinerante que configura seu "ir e vir" está atrelada à ausência de recursos e oportunidades "reais" de trabalho[10] em seu local de origem e, simultaneamente, ao acesso facilitado de empregos temporários por meio de empreiteiros. O cenário de dependência entre a mão de obra da população migrante e a demanda das empresas citrícolas é inversamente reconhecido por esta última, que apesar de manter a etapa de colheita de forma manual insiste em tratar o "capital humano" como mera "mercadoria" com prazos de validade que duram uma safra. Conquanto, há que se considerar seus suspiros de existência, sejam estes nas suas casas ou nos pomares com seus sonhos e projetos de "melhorar de vida".

Referências

CANO, Wilson. "Da Crise ao Caos Urbano". In GONÇALVES, M.F. et AL (orgs.) Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: O Desafio Urbano Regional. UNESP/ANPUR. São Paulo (SP). 2003.

DE PAULA, Andrea M. N. Rocha, CUNHA, M. Graças C., CLEPS JUNIOR, J. & HERLES S. Rodrigo. "Itinerários Sertanejos: Travessias nas Partidas e Chegadas do Homem no Sertão do Gerais" . XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto-SP. In Anais do: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. SOBER. Brasília (DF). 2005. v. Único.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. "Programa Bolsa Família e Sistema de Proteção Social no País". In Bahia Análise & Dados. Salvador, v.17, n. 1. Salvador. Abr/Jun. 2007

GARCÍA Brígida & OLIVEIRA Orlandina de. "Cambios Familiares y Políticas Públicas en América Latina". In IV Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población. La Habana (CU). 2010.

LEITE, Azoir Silveira (org.). Introdução para uma História de Matão. Associação Cultural "Novos Autores" de Matão, Matão (SP). 1991.

MACIEL, Lidiane Maria. "Migração e Identidade entre Trabalhadores "Rurais-Urbanos" no Interior de São Paulo". In Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e Des(Igualdades). UFBA. Salvador (BA). 2011.

MENEZES, Marilda Aparecida de. "Migrações: Uma Experiência Histórica do Campesinato do Nordeste". In Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias. Vol.II: Estratégias de Reprodução Social. Org: Emilia Piestrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes & Rosa Acevedo Marin. UNESP. São Paulo. 2009.

NASSIF, Luis. O Cartel Invencível da laranja. Coluna Econômica. São Paulo (SP). 2012. (Disponível em: http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/o-cartel-invencível-da-laranja - Acesso em Maio de 2012)

[10] Referimo-nos à "oportunidades reais" no sentido que essa população, em especial de Jaicós/PI, é sitiante, com baixas escolaridades e não possuem acessos à recursos naturais e sociais que viabilizem sua produção no roçado para auto sustento, bem como, da entrada efetiva no mercado de trabalho em empregos públicos, por exemplo.

NEVES, Marcos Fava (cord.) et al. O Retrato da Citricultura Brasileira. CitrusBR. Ribeirão Preto (SP). 2010.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de & JANUZZI, Paulo de Martino. "Motivos para Migração no Brasil e Retorno ao Nordeste: Padrões Etários, por Sexo e Origem/Destino." In São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 4. São Paulo (SP). Out/Dez. 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter & SANTOS, Luís Henrique Ribeiro. "A Violência que se esconde atrás de êxito do modelo agro-exportador". In Conflitos no Campo Brasil 2011. Orgs: Antônio Canuto, Cássia Regina Luz, Isolete Wichinieski. CPT Nacional Brasil. Goiânia (GO). 2012.

QUEIROZ, Silvana Nunes de et al., "Análise da Evolução dos Programas Federais de Transferência de Renda (PBF e PBC) no Brasil e Estados do Nordeste – 2004 – 2009." In Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos de População. ABEP. Caxambu (MG). 2010.

SILVA, Josué Pereira da. "Da Bolsa-Família à Renda Básica: Limites e Possibilidades de uma Transição". In Revista Idéias. Nova Série. n.3. Campinas (SP) 2º Semestre/ 2011.

SILVA, Josué Pereira da. "Reconhecimento, Redistribuição e as Ambivalências do Discurso sobre o Bolsa Família". In Ciências Sociais Unisinos. Unisinos. V. 45. N. 3. São Leopoldo (RS). Set/Dez 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do Fim do Século. Ed.UNESP. São Paulo (SP). 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. Cadernos CERU (versão online). vol. 19, no. 1, p. 165-180. 2008. Disponível em:< http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ceru/v19n1/12.pdf >. Acesso em Maio/2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes, MELO, Beatriz Medeiros & VERÇOSA, Lúcio Vasconcellos de. "Os (não direitos) dos trabalhadores rurais: 'A Permanência do Intolerável'". In In Conflitos no Campo Brasil 2011. Orgs: Antônio Canuto, Cássia Regina Luz, Isolete Wichinieski. CPT Nacional Brasil. Goiânia (GO). 2012.

TRUZZI, Oswaldo. "Redes em Processo Migratório". In Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 1, n. 20. p. 199-218. São Paulo. 2008.

MOBILIDADE ESPACIAL GUARANI: DISCUSSÃO CONCEITUAL E PROPOSTAS METODOLÓGICAS DE PESQUISA

Juracilda Veiga
Rosa S. Colman
Marta M. do Amaral Azevedo
Claudeni Fabiana Pereira

Invisíveis no estado de São Paulo durante a primeira metade do século XX os Guarani (Nhandeva, Mbyá e os autodenominados Tupi-Guarani) possuem, atualmente, 45 aldeias ou assentamentos populacionais.

Estudos atuais de demografia mostram que mais da metade de sua população possui menos de 15 anos e que a população tem crescido a uma taxa entre 3,75% ao ano, em média, recuperando-se das perdas populacionais que sofreram no processo de ocupação dos seus territórios pela colonização. A maioria dessas comunidades é Mbyá e Nhandeva. Os Nhandeva foram os primeiros a migrarem rumo ao oceano Atlântico e esses deslocamentos têm sido conhecidos como a busca da Terra Sem Mal. Estudos recentes dão conta que para além da busca da Terra Sem Mal a mobilidade faz parte do modo de ser Guarani.

O projeto Oguata Porã, desenvolvido no NEPO/UNICAMP em parceria com UCDB / NEPPI e o projeto A presença Guarani no estado de São Paulo, sub-projeto do Observatório das Migrações em São Paulo, investiga a mobilidade espacial guarani na fronteira, Brasil, Paraguai e Argentina estudando algumas das características dessa mobilidade espacial, suas dimensões e temporalidades, os itinerários realizados e os impactos desses deslocamentos espaciais no que se refere ao acesso efetivo às políticas públicas a que esses povos têm direito. Famílias guarani residentes no MS frequentemente vão ao Paraguai ou Argentina para visitar parentes, em busca de trabalho, tratamentos de saúde e outros benefícios, ou ainda, em decorrência de desentendimentos com a comunidade. E o mesmo se dá no sentido inverso: famílias que vêm do Paraguai ou Argentina em direção ao Brasil.

Da mesma maneira, famílias e indivíduos guarani de São Paulo se deslocam para outras comunidades do Paraná, Rio de Janeiro e outros estados, para visitas, em busca de trabalhos ou outros recursos; portanto, deslocamentos espaciais acontecem dentro do território brasileiro e fora, com trocas populacionais com o Paraguai e Argentina.

Os Guarani e seu território

O território Guarani se estende pelos países Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. Esta ampla territorialidade guarani foi descrita por Pierre Clastres:

> Seja, pois, da população Guarani que desejamos calcular a importância. Trata-se inicialmente de estabelecer a superfície do território ocupado por esses índios. [...] A região guarani era na maior parte limitada a oeste pelo rio Paraguai, pelo menos pela parte do seu curso situada entre o paralelo 22, a montante, e o paralelo 28, a jusante. A fronteira meridional encontrava-se um pouco ao sul da confluência do Paraguai e do Paraná. As margens do Atlântico constituíam o limite oriental, mais ou menos do porto brasileiro de Paranaguá, ao norte (paralelo 26). Até a fronteira do Uruguay atual, outrora pátria dos índios Charrua (paralelo 33). Temos assim duas linhas paralelas (o curso do Paraguai, o litoral marinho), das quais basta ligar as extremidades para conhecer os limites setentrional e meridional do território Guarani. Esses limites correspondem quase exatamente à área de expansão dos Guarani. Esse quadrilátero de aproximadamente 500.000 km2, não era integralmente ocupado pelos guaranis, uma vez que outras tribos residiam nessa região principalmente, os caingangue. Pode-se avaliar em 350.000 Km2 a superfície do território guarani (CLASTRES, 1988, p. 64)

Os Guarani são classificados na literatura em três grandes grupos: Guarani Kaiowá ou Paĩ Tavyterã como são denominados no Paraguai, Guarani Ñandeva[1], também, chamados de Chiripá ou Avá Guarani e Guarani Mbyá (cf. SCHADEN, 1974). A partir do ano 2000 encontramos no litoral paulista os auto-identificados Tupi- Guarani. Trata-se dos habitantes Ñandeva da Aldeia Bananal, e comunidades aparentadas àquela aldeia, que passam a assumir que quando os primeiros grupos Guarani chegaram ao litoral paulista, na segunda metade do século XIX, encontraram uma população tupi morando nessa região, e, casando-se com essa população, consideram-se, portanto, herdeiros dessa cultura.

Essas diferentes denominações marcam a identidade de cada grupo, sendo que cada grupo se reconhece através de marcadores étnicos como variantes linguísticas e especificidades na organização social e territorial. Porém, todos os grupos falam a língua Guarani, que pode ser entendida entre eles, e se reconhecem como parentes ou parte de um grupo maior que constitui o povo Guarani (PEREIRA, 2009, p.4). Além disto, os grupos Guarani apontam para o *Ñanderekó* – jeito de viver, de ser, sistema de vida Guarani, modo de vida próprio da cultura Guarani – como o ponto central de sua percepção de ser e estar no mundo (MELLO, 2007).

Os Guarani estão assim distribuídos: os Kaiowá estão localizados apenas no estado do Mato Grosso do Sul e na região leste do Paraguai, departamento de Amambai; os Ñandeva estão localizados tanto no Mato Grosso do Sul quando nas regiões leste do Paraguai, nas regiões litorâneas dos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo e em algumas áreas do interior de Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

O território onde viviam os Guarani compreendia as bacias dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai e o sopé da cordilheira andina. Em meados do século XIX, grandes grupos Guarani teriam saído da região de Iguatemi no MS e chegado ao litoral sul e sudeste em busca da "Terra sem Mal" – local sagrado, situado a leste, (para alguns além do atlântico) no qual se pode viver plenamente o *modo de vida* Guarani, e onde se pode encontrar a salvação diante de uma iminente destruição desse mundo - associada a um crescimento demográfico e escassez de recursos naturais e a expansão e as pressões decorrentes do processo de colonização (cf. NIMUENDAJÚ, CLASTRES).

[1] Usa-se também as grafias Ñandeva, Nhandeva ou Nhandewa.

Conforme Ladeira (2001), apesar dos grupos Guarani viverem em pequenos territórios cercados pela sociedade não- indígena, entre essas aldeias ou terras indígenas estabeleceu-se uma rede e sistemas de relações sociais, econômicas, políticas e religiosas que supera a intermitência de seus territórios constituindo-se a territorialidade guarani (LADEIRA, 2001). Corroborando com essa concepção, nossas pesquisas recentes indicam que o território Guarani é constituído por "terras de parentes". Há um intenso fluxo de pessoas entre as aldeias, que é propiciado principalmente pelas relações de parentesco. Neste processo de sucessivos deslocamentos espaciais, os diferentes grupos guarani enfrentam dificuldades provocadas pelo contato com outros povos indígenas e a sociedade não indígena.

Os Guarani que sobreviveram ao contato com colonizadores continuaram transitando em seu território de maneira quase imperceptível para a sociedade envolvente, apesar do surgimento das fronteiras entre os Estados Nacionais (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai) (BRIGHENTI, 2004). O processo de estabelecimento dessas delimitações demonstra que esses Estados nacionais negligenciavam ou desconheciam a existência do território e da própria presença Guarani.

No Brasil a partir da Constituição de 1988 passa-se a reconhecer a existência dos povos indígenas e os direitos aos seus territórios tradicionalmente ocupados. Na América Latina os processos de redemocratização a partir dos anos 80, também, reconhecem a diversidade cultural dos povos nos territórios nacionais.

Os Guarani no Estado de São Paulo – história e atualidade

Atualmente, no estado de São Paulo os Guarani são 3.335 pessoas dos grupos Ñandeva/ TupiGuarani e Mbyá (FUNAI, 2010) e estão distribuídos em 45 aldeias ou assentamentos populacionais, contando como regularizadas 9 Terras Indígenas: Serra do Itatins ou Itariri (com duas Aldeias Rio do Azeite e Capoeirão), Rio Branco de Itanhaém (duas aldeias), Aguapeu (duas aldeias), Boa Vista , Ribeirão Silveira (quatro aldeias), Bananal, Jaraguá, Morro da Saudade ou Barragem, Araribá/Nimuendaju. Delimitada Piaçaguera (com 3 aldeias). Em estudos de identificação e delimitação de Terras Indígenas estão 12 núcleos e demandam por identificação outros 5 núcleos. Para essa população deslocamentos espaciais significam encontrar um lugar adequado para se viver, segundo os preceitos Guarani, se constitui uma forma de estar presente no mundo.

Os Tupi-Guarani localizam-se nas terras indígenas Bananal, Piaçaguera e Nimuendajú. Nas demais TIs existem grupos que casaram-se entre si, entre Mbyá e Ñandeva e não se pode afirmar, com certeza, que tal grupo é composto apenas por uma ou outro grupo. Quando perguntados diretamente, alguns negam que Mbyá e Ñandeva sejam etnias diferentes. Afirmam que esses termos são apenas "uma forma de falar", um "nome". O termo ***mby***á significa "gente" e Ñ***andeva***, "nós avá", "aqueles que somos nós". Como relatou[2] um Ñandeva do Rio Grande do Sul "Quando você está olhando de longe algum vulto e pergunta: quem são aqueles lá longe? A resposta é: são Mbyá, isto é, pessoas, gente, não é um animal[3]."

Sobre a história desses grupos, Ladeira e Azanha (1988, p.13), baseando-se nos trabalhos de Nimuendajú, anotam:

[2] Relato feito à pesquisadora Juracilda Veiga.
[3] No *Vocabulario de La Lengua Guaraní*, do Padre Montoya ([1640] 2002), encontramos: *Gente: Mby'a* (p.207); Persona: Ava (p. 318).

> Os **Ñandeva** começaram a migrar para o leste, desde o seu habitat original no baixo rio Iguatemi, afluente da margem direita do Paraná, provavelmente no início do século passado [séc. XIX]. Curt Nimuendajú (que com eles conviveu de 1905 a 1910) historiou, na sua obra clássica[4], a migração dos **Ñandeva** para o planalto e litoral paulistas.

Segundo registrou Nimuendajú, uma das primeiras, ou possivelmente mesmo a primeira leva de Guarani vindos do Paraguai para o litoral brasileiro apareceu no município de Iguape no ano de 1835:

> Los antiguos habitantes de la zona costera, los Karijó (Kariió) habían desaparecido hacía mucho tiempo y en cuanto se difundió la noticia de la llegada de nuevos indios en las poblaciones de la zona del Ribeira, ya se preparó la expedición contra ellos. Pero los Tañyguá, dirigidos por su mejor guerrero, Aravusú, estaban en guardia y organizaron la resistencia cerca de la embocadura del Rio do Peixe en el Itaryrý, rechazando a sus perseguidores con pérdidas que les hicieron desistir de la persecución. Al fin se consiguió de buena manera lo que no se había alcanzado con violencia: por mediación de un indio conocido bajo el nombre de Capitão Guasú, los brasileños establecieron relaciones amistosas con los Tañyguá y éstos obtuvieron en 1837 una legua cuadrada de tierra que el gobierno les concedió en el Rio do Peixe y en el Itaryrý. (NIMUENDAJÚ [1914] 1978, p.32-33).[5]

Benedito Calixto, tratando dos "primitivos aldeamentos indígenas e índios mansos de Itanhaém" defende uma união muito antiga de índios Tupi (*Itanhaéns*)[6] e Carijós na formação do antigo aldeamento de São João Batista.[7] Descrevendo a população remanescente daquele aldeamento, nos primeiros anos do século XX, Calixto os refere como "pobres índios e mestiços", registrando:

> Aí, sem pastor espiritual, agrupados em torno de sua igreja arruinada[8], têm, os descentes desses índios, vivido até os nossos dias nesse estado de abatimento e desânimo, em que os vemos cultivando as suas terras, que não são hoje mais do que uma pequena parte do seu extenso patrimônio de outrora [...].Quem conviveu sempre com os descendentes dos índios aldeados e sonda ainda a tradição, latente na memória desses íncolas, há de notar que eles ainda têm reminiscências saudosas dos tempos primitivos e dos seus chefes espirituais" (CALIXTO 1905, p.498).

Quanto às atuais aldeias de Itariri e Bananal, Benedito Calixto sintetizou:

> A tribo indígena que habita o município de Itanhaém está dividida hoje em dois pequenos aldeamentos: um no rio Itariri, nos sertões de Peruíbe, há dois dias de viagem desta povoação, e o outro no Bananal, dois dias de viagem da vila de Itanhaém. (1905, p.500).

Segundo o mesmo autor,

> Todo esse sertão quase inculto e desabitado que se estende desde o imenso vale da Ribeira do Iguape e grande parte do município de Itanhaém, até às margens do Rio Verde e Itararé, abrangendo os municipios de Faxina, Apiaí, Piedade, Una, Itapecirica, etc., é ainda hoje

[4] *1944, capítulo I*. Nota: referência à primeira versão castelhana da obra de 1912, publicada por Juan Francisco Recalde sob o título *Leyenda de la creación y juicio final del mundo como fundamento de la religión de los Apapokuva-Guarani*.

[5] O episódio está registrado em trabalhos sobre a história de Iguape, um dos quais é referido por Nimuendajú (Ernesto Young 1904). Ladeira & Azanha (1988), além de citarem Nimuendajú, sobre o episódio, referem também informações de Ricardo Krone (1909). Nenhum deles, porém, cita outra fonte igualmente importante: Nicolau Dreys (1839). Dreys, entre vários detalhes importantes, diz que aqueles índios, depois de realizadas as pazes com os brancos e depois de dominarem um pouco de português, informaram que "chamavam-se *jaguanãs*" (Dreys [1839] 1990, p.120).

[6] Anchieta é quem já anotou que os índios do litoral da Capitania de São Vicente (fundamentalmente, a região entre Santos e Peruíbe) eram os "Tupis" (Anchieta 1595, 1v.).

[7] Calixto o refere como "aldeia de S. João Baptista de Itanhaém" (p. 497), que em outros documentos, mais recentes, aparece referido como São João Batista de Peruíbe.

[8] Calixto refere-se às ruínas, em Peruíbe, hoje conhecidas como "Ruínas do Abaré-bebe".

> constantemente percorrido por essa tribo de Guaianá, nas suas idas e vindas para o litoral. Essa zona pouco povoada de nosso próspero Estado, incontestavelmente uma das mais incultas, foi sempre a mais preferida pelos índios (CALIXTO, 1905, p.502).

Em 1927, Herbert Baldus visitou uma daquelas aldeias nomeadas por Calixto, do Bananal, e registrou, sobre ela, o seguinte:

> Os guaranys que visitei, a comissão de proteção aos índios [refere-se ao SPI] os colheu em nome do governo em diferentes regiões e os reuniu num aldeamento chamado Bananal. Alguns vinham do noroeste do Rio Grande do Sul. Outros haviam sido expulsos da sua aldeia no Rio do Peixe (na região de Iguape) (BALDUS, 1929, p.85).

Segundo Baldus, a expoliação das terras do Rio do Peixe, em Iguape, teria ocorrido exatamente um ano antes de sua visita ao Bananal. É interessante notar que Baldus identifica o aldeamento como uma composição de migrações antigas (aquela do século XIX, registrada por Nimuendajú, e que estacionara por quase um século no Rio do Peixe) com migrações mais recentes, oriundas do Rio Grande do Sul.

De fato, a população Guarani, estabelecida na região litorânea desde o século XIX, recebeu, no século XX, novas migrações, estas vindas do Sul.

> A partir das primeiras décadas deste século [séc. XX], os núcleos **Ñandeva** do litoral passam a receber o reforço de outros grupos, também Guarani e classificados na literatura etnográfica como **Mbyá**. Este grupo, a partir das décadas de 50 e 60, passa a constituir a população dominante no litoral. Distinguem-se dos moradores mais antigos – a quem chamam de Tupi-Guarani ou Xiripá – dizendo-se **Guarani** (LADEIRA & AZANHA, 1988, p.15).

Novas migrações Mbyá, vindas do Sul do Brasil, intensificaram-se a partir das duas décadas finais do século XX. Somando-se a isso outros movimentos internos produzidos nas aldeias já estabelecidas anteriormente no litoral (como ocorreu com Bananal), gerou-se um número grande de novas localizações guarani, sobretudo, ao longo da mata atlântica próxima à costa paulista.

Em meados da década de 1980, registravam-se 4 aldeias na Grande São Paulo (Morro da Saudade ou Barragem, Crucutu, Mboi-Mirim e Jaraguá) e 5 aldeias na faixa litorânea (Itariri, Bananal, Rio Branco, Rio Silveira e Boa Vista), segundo Ladeira (1984, p.125). Quinze anos depois, na virada do século, registravam-se 16 núcleos Guarani na faixa litorânea paulista (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 1999), a saber (de Sul para o Norte): Aldeia Caú (Ilha do Cardoso), Rio Branco II e Santa Cruz (Cananéia), Pindó Ty (Pariquera-Açú), Jacupiranga (Jacupiranga), Pakuri Ty e Guapy (Iguape), Capoeirão e Rio do Azeite (Itariri), Biguá, Bananal (Peruíbe), Rio Branco (Itanhaém), Aguapeú e Itaóca (Mongaguá), Ribeirão Silveira (Bertioga), Boa Vista (Ubatuba). Menos de 10 anos depois, em 2008, são conhecidas 26 aldeias Guarani entre o Vale do Ribeira e o Litoral paulista (*A Tribuna*. Santos, 20.04.2008, p. A-12).

> Com relação à localização dos Guarani na Serra do Mar, Ladeira (2007, p. 15) afirma que "mesmo participando das transformações e das novas tecnologias, os Guarani buscam preservar a configuração própria do seu mundo, em que aldeias situadas junto a Serra do Mar são suportes essenciais para sua permanência e equilíbrio." A especulação imobiliária mudou a configuração das populações locais e sua relação com o meio ambiente (LADEIRA, 2007). Nas avaliações de Ladeira "essa nova cara da região litorânea certamente interferiu na paisagem e nos caminhos percorridos pelos Guarani em busca do que eles dizem ser "seus verdadeiros lugares". (2007, p. 16).

Nesse sentido, o fator que impacta os Guarani é, segundo Ladeira (2001), a crescente urbanização, acelerada a partir da década de 1990, afeta as Terras Indígenas demarcadas e também as áreas de mata preservadas utilizadas pelas comunidades indígenas para suas atividades tradicionais. Segundo a antropóloga, a urbanização é a maior responsável pelo aumento da pressão sobre os territórios ocupados pelos Guarani do interior e do litoral de São Paulo, o que os leva a reivindicar a demarcação de outras terras indígenas. No início da década de 1980 no Estado de São Paulo, os Guarani se distribuíam em oito Tekoha localizados em postos indígenas, mas atualmente contam com vinte e quatro áreas. Nesse processo, fica evidente não apenas uma migração contínua da população Guarani para outras localidades, mas também um importante crescimento vegetativo desta população Ladeira (2007), a partir de sua atuação junto aos Guarani assim se expressa:

> A questão para mim mais intrigante desde os primeiros tempos dos trabalhos junto aos Guarani era a de encontrar formas de justapor a extrema necessidade de terra e a urgência de garantir o que restou do território Mbya (ou de seu mundo invadido) com um pensamento peculiar que abomina qualquer tipo de disputa pela terra, que, por sua vez determina uma atitude desprendida, côrtes e generosa até com seus evidente "inimigos". Manifestam, muitas vezes, uma atitude contrária a demarcação, que, para eles, além de uma limitação do espaço, significa a própria deformação de um mundo (LADEIRA, 2007, p. 24).

Territorialidade e mobilidade espacial Guarani

A territorialidade Guarani é compreendida aqui a partir da perspectiva de B. Melià, F. Grünberg e G. Grünberg (1976):

> Para os Kaiowá e Guarani terra/território é **Tekoha, lugar onde seja possível viver bem**. De forma ideal esse território deve possuir espaço para agricultura, criação de animais, espaço para caça e coleta e que seja preferencialmente próximo de matas e córregos. Além destes aspectos físicos existem os aspectos socioculturais- econômicos como a existência de grupos de famílias extensas – **Te'ýi** – que se relacionam e que mantêm sua forma própria de organização política e religiosa. Sendo assim, além de uma certa quantidade de terras suficientes para a sua reprodução física e cultural, os Kaiowa e Guarani necessitam de uma boa terra, e não qualquer terra. São as terras de ocupação tradicional, onde seus antepassados foram enterrados, que contêm diferentes significados culturais para as paisagens que são as demandadas pelas diferentes comunidades guarani do MS hoje em dia (Apud, COLMAN, AZEVEDO e BRAND, 2011, p. 5).

Nesse sentido:

> O povo Guarani possui uma concepção de territorialidade que engloba toda a região leste do Paraguay; nordeste da Argentina; e no Brasil todo o estado do MS e os estados do sul e sudeste; essa região é denominada pelos Guarani de **"Ñane Retã"**, que poderia ser traduzido por **"Nosso Território"**; é neste espaço que os Guarani vivem e estabelecem as suas comunidades. O "Ñane Retã" possui significados culturais/religiosos em suas diferentes paisagens, por exemplo, no Paraguay situa-se uma localidade com nome de "Mba" e Marangatu", local da origem da humanidade, onde existe um morro que seria o "Umbigo do Mundo"; e no litoral do Brasil, a Serra do Mar é considerada a "Coluna Vertebral" do universo (MELIÀ, F. GRÜNBERG e G. GRÜNBERG, 1976, Apud COLMAN, AZEVEDO e BRAND, 2011, p. 5).

Nesta mesma perspectiva outro conceito importante no que diz respeito ao território dos Guarani é:

> o "Oguata" ou "Ojeguata", que quer dizer genericamente "caminhar". Esse conceito envolve inúmeros tipos de "Ojeguata", sejam caminhadas para atividades produtivas, tipo coletar alguma erva ou produto que existia somente num determinado lugar, dentro do "Ñane Reta", porém, fora do Tekoha de uma determinada comunidade; ou caminhadas para participar de atividades rituais, como era o Mitã Pepy, a iniciação masculina, ou como é ainda hoje o Avatikyry, ou batismo do milho verde, realizado por muitos Tekoha em conjunto. "Ojeguata" pode significar ainda uma visita a um parente, que pode durar de uma semana até 1 ou mais anos; ou uma caminhada em busca de trabalho e conhecimento, característica principalmente das caminhadas dos jovens. Enfim, o caminhar, o andar, faz parte do universo cultural desses povos, para inúmeras atividades tradicionais históricas e da atualidade (COLMAN, AZEVEDO e BRAND, 2011, p. 17 e 18).

Apresentamos no Mapa 1[9] a abrangência territorial dos Guarani, é neste espaço mais ou menos delimitado que os Guarani se deslocam e estabelecem suas relações sociais.

MAPA 1. Abrangência territorial dos Guarani

Nesse sentido, os Guarani para Ladeira (2007, p. 38) "Incluem na sua definição de povo a mensagem divina a eles revelada e por eles cumprida, de que devem procurar "seus verdadeiros lugares", por meio de caminhadas (-guata), o que faz deles essencialmente passageiros, com um destino comum."

Atualmente, há uma profunda ligação da caminhada desses povos rumo ao leste com a formação das Terras Indígenas já existentes e com as que estão em formação. Assim como indica o relato de um ancião guarani, colhido por Ladeira (2001, p.112):

> sempre, sempre foi assim, caminhando e encontrando as aldeias e os parentes e parando e trabalhando e formando outra aldeia. E antigamente, é como hoje, existia muitas aldeias, até muito mais, que a gente ia andando e encontrando. E tem aldeia que não existe mais e agora tem outras. Mas, antes, tinha mais gente, mais aldeias e parentes nos caminhos.

Nesta mesma perspectiva, Ladeira (2001, p.113) afirma:

> A questão da mobilidade Guarani permeia todas as discussões que envolvem a regularização das terras e atividades de subsistência. Também para os Guarani, mas a partir de outros critérios, os movimentos fazem parte de sua noção de mundo, estando presentes desde a sua construção. Considero que os deslocamentos (movimentos) dos Guarani podem ser de

[9] Mapa da ocupação dos Guarani na América do Sul (AZEVEDO, et al., 2008). Na área rachurada, região de fronteira foi produzido um mapa Guarani Retã, em 2008. Pretende-se agora ampliar e mapear toda a área de abrangência dos Guarani, incluir o litoral brasileiro, região ocidental do Paraguai, norte da Argentina e Bolívia.

> naturezas e motivos diversos mas não são antagonicos, podem ser complementares e suas causas podem estar interligadas.

No caso dos Mbyá isto é mais evidente, pois a dinâmica das relações sociais está estruturada na prática do Oguata. Assim como relata um xamã mbya: "A gente está aqui na terra não para ficar quieto, mas para se movimentar" (Mário Brissuela, in CICCARONE, 2004, p.04).

Ciccarone (2004) afirma que para os Guarani:

> A forma de sua historicidade, e a rede dos significados da vida coletiva, são construídas na mobilidade, de maneira que os Mbyá mudam na persistência de seu estar em movimento. O movimento e sua produção no tempo/espaço mítico podem ser considerados um princípio regulador e propriedade constitutiva da concepção do seu universo, dos mundos e do desenvolvimento da existência humana, permeando a trama das narrativas inaugurais, assim como é, em suas formas históricas de dinamismo, que a sociedade Mbyá e seus indivíduos se reconhecem e constroem sua presença no mundo (CICCARONE, 2004, p.04).

O tema da mobilidade Mbyá não consiste em achar um modo tradicional de vida, mas de buscar esse modo melhor em espaço e tempo diferente do atual. A tradição estaria na procura em si. A autora sugere ainda, que se relativize o tekoa enquanto uma categoria espacial e que se entenda a realização do teko enquanto algo que envolva certo grau de "diferenciação e individualização na vivência do próprio „costume e alterações constantes sobre o modo de vida" (PISSOLATO, 2007, p.122).

A autora nesse ponto introduz a questão das relações entre mobilidade e pessoa, passando a entender mobilidade não só como a "movimentação efetiva de grupos de parentes que se deslocam sucessivamente por lugares onde estabelecem residência, mas antes como uma capacidade pessoal que se conquista ao longo da vida" (PISSOLATO, 2007, p.123) e que de alguma forma acabam por configurar situações coletivas em tempos e lugares variados. Para a autora, "os deslocamentos são sempre resultado entre interesses pessoais e contextos que se colocam como possibilidade de vida para o indivíduo em questão, contextos que se podem ou não „deixar ou buscar." (PISSOLATO, 2007, p. 123) É através da mudança frequente de lugar e de perspectiva que os "Mbyá apostariam na conquista de condições renovadas de continuar existindo nesta terra" (PISSOLATO, 2007, p.124).

Outro dado importante com relação aos Guarani é que eles, assim como outros povos indígenas, também tem vivenciado, um alto crescimento populacional, como vemos na Tabela 1. Em 25 anos, de 1981 a 2005, a população guarani mais que dobrou de número. Esse aumento da população pode ter duas causas: O chamado crescimento vegetativo, que no caso Guarani como no de outras populações indígenas, é alto, mas também pode ser devido à migração de pessoas dos outros países onde residem comunidades pertencentes a esse povo (CORRÊA; OLIVEIRA; FERREIRA; AZEVEDO, 2009, p. 26).

TABELA 1. Estimativas de população Guarani nos três países

	1981/1985	1996/2000	2001/2005
Brasil	20.000	38.000	45.787
Paraguay	17.000	25.000	42.870
Argentina	1.000	3.000	6.000
Total	**38.000**	**66.000**	**94.657**

Fonte: Brasil - Instituto Socioambiental; Argentina - Universidad Nacional de Misiones; Paraguay: Censos Indígenas Nacionales.

Mobilidade espacial Guarani - Experiência de Caarapó

Este relato está baseado no artigo apresentado na XVII ABEP[10] em que foi exposto os primeiros resultados da pesquisa **"Ojeguata Porã"[11]** (que significa "boa caminhada" em guarani) sobre Mobilidade Espacial Guarani1 e Kaiowá na Terra Indígena Te'ýi Kue, localizada no município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, implementada em 2008 e 2009.

Os objetivos da pesquisa foram: a) compreender melhor a mobilidade espacial dos Guarani nas regiões fronteiriças entre Brasil, Paraguai e Argentina, do lado brasileiro, nos estados do RS, SC, PR e MS; b) aprimorar os dados disponíveis sobre demografia guarani; c) construir uma tipologia de deslocamentos espaciais, incluindo aspectos temporais e inter-geracionais: d) produzir, em parceria com os professores indígenas e pesquisadores participantes, apostilas em português e em guarani, que possam ser de utilidade para as comunidades guarani e kaiowá do lado brasileiro; e) constituir um banco de dados inicial sobre população que possa ser de utilidade para pesquisadores em geral e para as comunidades guarani e kaiowá especificamente (COLMAN; BRAND; AZEVEDO; SKOWRONSKI, 2010).

Para Colman; Brand; Azevedo; Skowronski (2010, p.4) essa etapa de trabalho em Caarapó:

> visou construir uma metodologia de pesquisa e constituir uma equipe de pesquisadores indígenas e não indígenas que possa replicar essa investigação em outras terras indígenas na região das fronteiras. Para a implementação das políticas públicas de saúde, educação, alternativas econômicas, entre outras, são relevantes os dados sobre população guarani e kaiowá por Terra Indígena ou por aldeia, bem como o conhecimento de suas trajetórias migratórias nessa região, apesar das políticas nacionais que interferem nesses deslocamentos. De outra parte, é cada vez mais importante, e é demanda claramente formulada, que a própria população indígena, em especial as suas lideranças, professores e agentes de saúde conheçam e saibam manejar essas informações, condição para melhor fiscalizarem e participarem na implementação e controle social das políticas públicas as eles destinadas. Por isto, a idéia de fazer um trabalho de pesquisa participativa, incluindo na mesma equipe professores e pesquisadores do NEPPI/UCDB e do NEPO/Unicamp, professores e lideranças guarani e kaiowá da Escola Ñandejára Pólo da TI Caarapó, para um primeiro levantamento dos diferentes tipos de mobilidade espacial de indivíduos e/ou famílias, incluindo pais e avós, filhos e filhas e netos e netas.

Segundo os autores:

> Os princípios que orientam essas iniciativas são investigar e, ao mesmo tempo, com os resultados concretos que vão sendo gerados, incorporar outras e novas questões a serem investigadas, sempre tendo como referência a participação do conjunto da comunidade. Nesse sentido, o processo de investigação constitui-se, também, em importante processo de tomada de posição da própria comunidade local frente aos problemas em questão (COLMAN; BRAND; AZEVEDO; SKOWRONSKI, 2010, p. 4).

De acordo com Colman; Brand; Azevedo; Skowronski (2010, p.4) "a preocupação com a mobilidade espacial na região das fronteiras partiu da equipe de não indígenas, do NEPPI e do NEPO e demais parceiros do projeto sobre as políticas públicas."

Com relação à metodologia, assim relatam os autores:

[10] XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – Caxambu, Setembro de 2010.

[11] A proposta dessa pesquisa partiu das discussões envolvendo um projeto maior, intitulado "Apoio ao Fortalecimento das Políticas Públicas entre os Guarani na Região Transfronteiriça: Brasil, Paraguai e Argentina", desenvolvido, no Brasil, através de parceria entre o Ministério Público Federal (6º Câmara/Brasília); o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas, NEPPI/UCDB, o Núcleo de Estudos de População, NEPO, da Universidade de Campinas, UNICAMP e o Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais, NIT, da UFRGS.

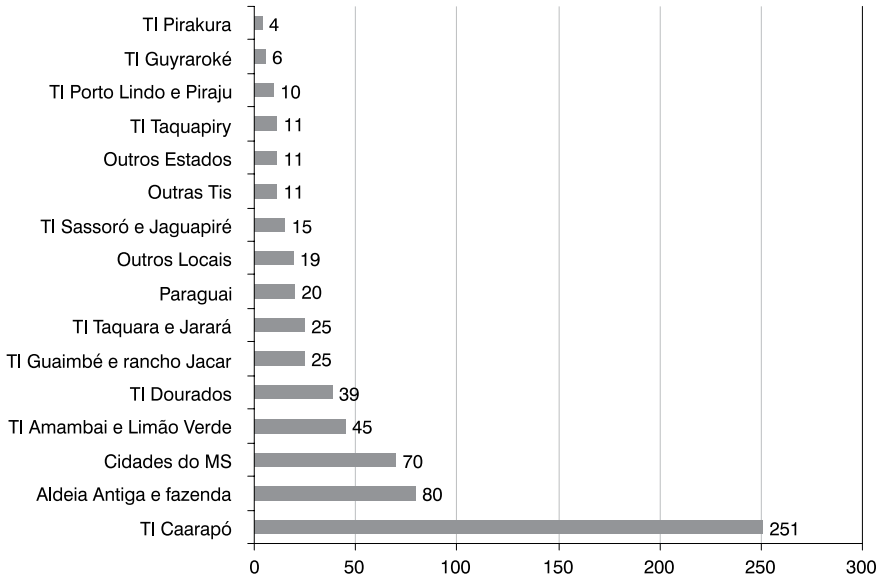
> O tema foi discutido numa primeira oficina de trabalho com professores, coordenadores e lideranças indígenas de Caarapó, no segundo semestre de 2008. Nesta primeira oficina o tema genérico "mobilidade espacial" foi recortado para pensar no questionário e nas preocupações mais diretas da comunidade local. Partimos de alguns questionários já elaborados no âmbito de outras pesquisas participativas, incluindo questionários sobre pesquisas de trajetórias migratórias. Dessa forma foi-se constituindo um questionário próprio para essa investigação. Após essa primeira oficina, os professores e lideranças locais conversaram e animaram alunos indígenas do Ensino Médio a participarem como pesquisadores deste trabalho. Foram realizados alguns ajustes no questionário e discutida a possibilidade das entrevistas abrangerem todos os domicílios da Terra Indígena ou restringirem-se a uma amostragem. Nessa fase do trabalho sabíamos que seria muito difícil conseguirmos visitar os cerca de 1.000 domicílios/casas existentes no âmbito de toda a terra indígena de Caarapó.

E seguem os autores:

> Uma segunda oficina, realizada em março de 2009, permitiu a realização de pré-testes por parte de cada entrevistador, visitando pelo menos um domicílio. Nessa etapa do pré-teste, formamos uma pequena equipe que ficou responsável pela revisão e correção dos questionários, cuidados durante o trabalho de campo e que pudesse coordenar o recebimento dos questionários, acompanhando o número de casas/domicílios cobertas por região. Durante o pré-teste, fizemos muitos ajustes no questionário e resolvemos fazer as entrevistas por amostragem de domicílios, tentando cobrir pelo menos 40% das casas/domicílios de cada região da TI. Foi importante, ainda, discutir os principais conceitos presentes na pesquisa de domicílio, família, entre outros, que foram escritos e acordados entre todos.

A seguir apresentamos alguns dos resultados da pesquisa de Caarapó. Inicialmente, um gráfico que apresenta a quantidade de deslocamentos dos entrevistados por local de destino. Observa-se que o lugar que apresenta mais números de deslocamentos é Caarapó mesmo que indica as idas e vindas dos Guarani.

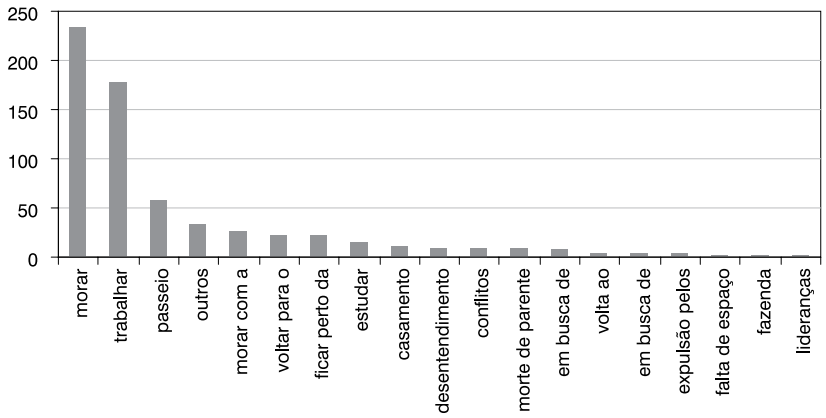
GRÁFICO 1. Quantidade de deslocamentos dos entrevistados por local de destino



Fonte: POPMEGK2009.

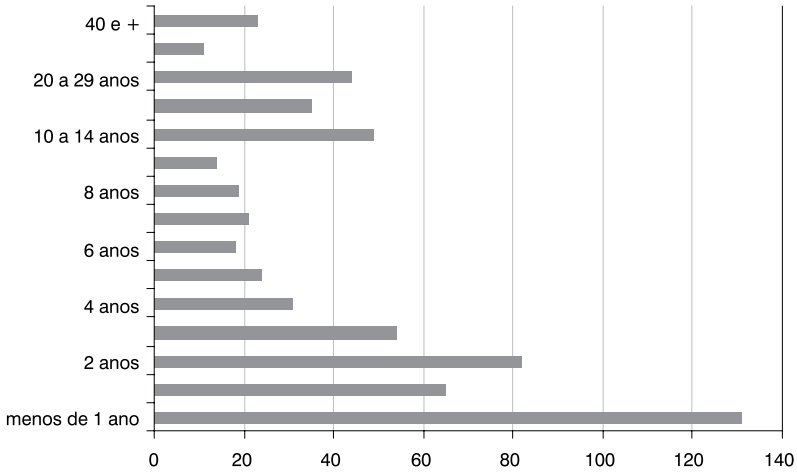
O Gráfico 2 apresenta os motivos de deslocamentos por entrevistados. O principal motivo que aparece é para morar que revela a intenção da mobilidade guarani que além de passear acabam por estabelecer residência nos locais para onde se deslocam, mesmo que seja por pouco tempo. Este tema do tempo de permanência se observa logo em seguida no Gráfico 3.

GRÁFICO 2. Motivos de deslocamentos por entrevistados



Fonte: POPMEGK2009.

GRÁFICO 3. Tempo de permanência em anos dos entrevistados



Fonte: POPMEGK2009.

Os Guarani permanecem em contínuos deslocamentos e consiste num fluxo de pessoas em seu território originário, denominado por eles como Ñane Retã. Existe uma ligação da caminhada desses povos rumo ao leste com a formação das Terras Indígenas existentes em São Paulo e aquelas que estão em formação. Os locais de destinos preferenciais são aldeias onde há algum parente ou que já viveu algum tempo.

Os Guarani têm uma maneira própria de viver, se deslocar e dar sentido a saúde, educação, economia e cultura, já que todos esses elementos são partes do seu *modo de ser*. A impossibilidade de realização desse modo de viver motivou e ainda motiva esses indígenas a buscarem um local com condições adequadas. Essa busca pode se concretizar com um

deslocamento para um tekoha onde vive um parente, onde há recursos naturais ou serviços públicos que garantem saúde, paz, educação e acesso a recursos naturais.

A realização de genealogias foram fundamentais para a compreensão da mobilidade Guarani, pois revelaram que a busca de um local com condições adequadas para viver, envolve de alguma maneira os parentes, seja na indicação ou para buscar de recursos naturais para artesanatos, para casar, para tratamento de saúde tradicional, etc. O georeferenciamento dessas trajetórias de vida e ligação entre as aldeias, permitiu uma visualização da circulação dos Guarani no território tradicional (PEREIRA, 2009).

A metodologia seguida na pesquisa de Caarapó, em especial, o instrumento utilizado e as dificuldades encontradas na execução da pesquisa, foram amplamentediscutidas na aldeia. Iniciou-se, efetivamente, um processo de formação de pesquisadores e gestores indígenas de projetos.

Essa participação indígena deve ser entendida como um dos resultados mais importantes, embora não previsto, inicialmente, no projeto, pois, mudanças nas políticas públicas relacionadas aos povos indígenas, dependem, fundamentalmente, do seu protagonismo. Esse comprometimento dos pesquisadores indígenas é um dos fatores que remetem para a continuidade do trabalho, em especial a sua extensão a outras aldeias. Os jovens que participaram, diretamente, do trabalho mostraram grande interesse e entusiasmo com a realização da pesquisa (COLMAN; BRAND; AZEVEDO; SKOWRONSKI, 2010, p.20).

Os projetos "A presença guarani no estado de SP" e "Oguata Porã" através de seus pesquisadores têm como objetivos: reunir a bibliografia sobre os Guarani, bem como dados das histórias de vida que permita traçar as rotas das suas migrações; construir um Atlas das aldeias Guarani em São Paulo e seus antigos caminhos; e estruturar um banco de dados de população. A investigação está sendo conduzida aliando uma revisão bibliográfica cuidadosa a viagens de pesquisa de campo especificamente dirigidas à questão das relações intra e inter povos Guarani.

Referências

ANCHIETA, Pe. José de. Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.

AZEVEDO, M.; BRAND, A.; HECK, E. ; PEREIRA, L. ; MELIÀ, B. Guarani Retã. Povos Guarani na Fronteira, Argentina, Paraguai, Brasil. Centro de Trabalho Indigenista, Brasil, 2008.

BALDUS, Herbert. Ligeiras notas sobre os índios Guaranys do littoral paulista. Revista do Museu Paulista, tomo XVI. São Paulo, p. 83-95, 1929.

BRIGHENTI, Clóvis Antonio. A territorialidade guarani e a ação do estado – estudo comparado entre Brasil e Argentina. Revista Tellus, Campo Grande, v. 6, n. 4, 2004, p. 111-135.

CADOGAN, León. Diccionario Mbya-Guarani Castellano. Asunción: Fundación Leon Cadogan / CEADUC / CEPAG, 1992.

CALIXTO, Benedito, Os primitivos aldeiamentos indígenas e índios mansos de Itanhaem. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. X. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, p. 488-505, 1905.

CORRÊA, Ana Maria Segall; OLIVEIRA, Bernadete Carvalho de; FERREIRA, Maria Beatriz R.; AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. Guarani: segurança alimentar e nutricional. Estudo dos conceitos, conhecimentos e percepções sobre segurança, insegurança alimentar e fome em quatro grupos de etnia Guarani no Estado de SP - Relatório Técnico Final III. Campinas, SP: UNICAMP (Faculdade de Ciências Médicas - Departamento de Medicina Preventiva e Social; Faculdade de Educação Física - Núcleo de Estudos de Populações), 2009.

COLMAN, Rosa S.;AZEVEDO, Marta M.;BRAND, Antonio. Mobilidade espacial e políticas públicas junto aos Guarani na região fronteiriça brasileira. IX Reunião de Antropologia do MERCOSUL 10 a 13 de julho de 2011 - Curitiba, PR. Disponível em: http://www.sistemasmart.com.br/ram/arquivos/9_6_2011_15_19_51.pdf

COLMAN, Rosa Sebastiana; BRAND, Antonio; AZEVEDO, Marta M. do Amaral; SKOWRONSKI, Leandro. Mobilidade Espacial Guarani e Kaiowá. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – Caxambu, Setembro de 2010. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_11/abep2010_2478.pdf

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. Trad. Theo Santiago. (4ª. Ed.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CICCARONE, Celeste. Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres mbyá. Revista de Índias, Espírito Santo, vol. LXIV, n 230, p. 81-96, 2004.

LADEIRA, Maria Inês e AZANHA, Gilberto. Os índios da Serra do Mar: a presença dos Guarani em São Paulo. Lorena, SP, Nova Stella Editorial, 1998.

_____. "O caminhar sob a Luz"- O território Mbyá à beira do oceano. São Paulo: Editora Unesp, 2007. 200p.

MELLO, Flávia. Mbyá e Chiripá: Identidades étnicas etnônimos e autodenominações entre os Guarani do Sul do Brasil. Revista Tellus, Campo Grande, ano 7, n.12, abr. 2007.

MELIÀ, Bartomeu, GRÜNBERG, Georg, GRÜNBERG, Friedl. Los Pãi-Tavyterã- Etnografia Guarani del Paraguay contemporáneo. Asunción: Centro de Estudios Antropologicos, Universidad Catolica "N.S. de la Asunción", l976.

PEREIRA, Claudeni Fabiana Alves. Tekoha Guarani no estado de SP: história e dinâmica populacional-TCC Ciências Sociais/NEPO/Unicamp, 2009.

NIMUENDAJÚ, Kurt Unkel. Mapa Etno-Histórico. Brasília: IBGE, 1981.

_____. "Apontamentos sôbre os Guarani. (Tradução e notas de Egon Schaden)",Revista do Museu Paulista, N.S. VIII: 9-57. São Paulo, 1954.

_____. Textos indigenistas: relatórios monografias, cartas. São Paulo, editora Loyola, 1982.

_____. As Lendas da Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocúva-Guarani. HUCITEC & EDUSP, São Paulo, 1987.

PISSOLATO, Elizabeth de Paula. A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya (Guarani). São Paulo: Editora da UNESP, 2007. 446p.

SCHADEN, Egon. Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani. São Paulo, Edusp, 1974.

VEIGA, Juracilda. Movimento e permanência Guarani no Estado de São Paulo. Projeto de Pós Doutorado – maio de 2011 – NEPO- Unicamp.

A PRESENÇA DOS GUARANI NO ESTADO DE SÃO PAULO – FINAL DO SÉCULO XIX ATÉ HOJE

Rosa Colman

O povo Guarani encontra-se atualmente distribuído pela Bolívia, Paraguai, Uruguai, Brasil e Argentina e o seu idioma, em suas diversas variedades, é único e falado por todos esses grupos nesses países. Por essa razão, a língua guarani pode ser considerada como "língua histórica" do MERCOSUL. No Brasil, a população guarani é de aproximadamente 52 mil pessoas, subdivididas em três grupos sócio-linguísticos: Ñandeva, Kaiowá e Mbyá; vivem em centenas de aldeias espalhadas por mais de 100 municípios brasileiros, localizados em sete estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul.

Apesar de já estar bastante consolidada na literatura antropológica e histórica sobre os Guarani algumas de suas características sobre mobilidade espacial, não se tem conhecimento sobre a dimensão desse processo e os tipos de trajetórias realizadas, nem sobre os impactos desses deslocamentos espaciais no que se refere ao acesso efetivo às políticas públicas a que esses povos têm direito. Famílias guarani (tanto Kaiowá, quanto Ñandeva) frequentemente vão ao Paraguai ou Argentina para visitar parentes, em busca de trabalho, tratamentos de saúde ou outros benefícios ou, ainda, em decorrência de desentendimentos com a comunidade, o mesmo se dá no sentido contrário, famílias que veem do Paraguai ou Argentina em direção ao Brasil pelos mesmos motivos.

As políticas públicas de saúde e educação, especialmente, têm tido dificuldades em terem dados exatos da população Guarani por Terra Indígena ou por aldeia, justamente devido a essa mobilidade (que pode ser interna ao país, estado – departamento ou província, e até mesmo interna dentro de uma mesma terra indígena, ou de um país para outro).

Os Guarani localizam-se na região das fronteiras entre três países nos diferentes estados do Brasil, MS, PR, SC e RS. São mais de 30 comunidades assentadas em pequenas terras indígenas demarcadas ou não. Não há uma visualização cartográfica mais abrangente sobre os Guarani na tríplice fronteira e, no que se refere aos dados sobre demografia, é importante salientar que, exceto o Paraguai, que já realizou censo oficial sobre sua população indígena, em 2002, no Brasil e

Argentina os dados populacionais são parciais e encontram-se dispersos e fracionados. De outra parte, apesar de já estar bastante consolidado na literatura antropológica e histórica sobre os Guarani as suas características de mobilidade espacial transfronteiriça, não se tem conhecimento de nenhuma pesquisa sobre a dimensão desse processo na região das fronteiras. Sabe-se que as famílias guarani (tanto Kaiowá, quanto Ñandeva) frequentemente vão ao Paraguai ou Argentina para diferentes motivos: a) visita a parentes, quando ficam por meses, às vezes, anos; b) buscar trabalho, quando ouvem falar que existe uma oportunidade específica de trabalho ou de terra/ território; c) buscar tratamentos de saúde; d) buscar estudos ou ainda devido a brigas ou acidentes com parentes. Porém, não se conhecem trabalhos que tenham feito uma caracterização mais detalhada desse tipo de movimentos espaciais dos Guarani nos dias atuais.

As políticas públicas de saúde, especificamente, e de educação têm tido algumas dificuldades em terem dados exatos da população guarani por TI ou por aldeia, justamente devido a essa mobilidade (que pode também ser interna ao país). A melhor explicitação desses dados, além de eventuais atualizações, são importantes para fundamentação das discussões sobre políticas públicas.

O conhecido mapa etno-histórico de Kurt Nimuendajú (1981) mostra a grande mancha de cor amarela que identifica, graficamente, o território dos Guarani ao sul do paralelo 22, em terras não limitadas pelas atuais fronteiras do Brasil, Paraguai, Bolívia e outros países.

Os Guarani contatados desde 1504 (MELIÀ, 2008), constituíam, no período colonial, diversos grupos dialetais e culturais, que formavam, contudo, uma grande unidade a ponto dos primeiros conquistadores os denominarem a todos de Guarani. Relatos de cronistas e conquistadores como Rui Diaz de Guzmán, Cabeza de Vaca e Poma de Ayala, no entanto, esclarecem que havia falantes de Guarani desde o estuário do Prata até a região da Cordilheira dos Andes, na região acima de Santa Cruz de La Sierra, atual Bolívia. A região do Prata, no período colonial e pós-colonial, sempre foi um espaço de fortes conflitos territoriais, tendo de um lado, primeiramente, entre as Coroas Portuguesa e Espanhola. E a partir de 1810, os países resultantes dos processos de autonomia e constituição dos Estados Nacionais na América aumentou a interferência sobre a dinâmica cultural das populações nativas implicando, inclusive em dificuldades de mobilidade.

O território Guarani no lado do Paraguai

Em 1810, vem a independência do Paraguai. Os Caaguá, ou Caayguá ou ainda Cainguá, certamente não tomaram conhecimento deste acontecimento, assim como muitos outros povos indígenas. Mas, a relação dos crioulos com os índios se modifica[1].

Em 1848, Carlos Antonio López, presidente do Paraguai, após a morte do Dr. Francia, decidiu dissolver os 21 povos (antigos "pueblos de índios"), que ainda restavam do período colonial, transferindo para o Estado a propriedade de todos os bens: chácaras, casas, estâncias com o gado. Aos índios, deixou algumas reses e emprestou ferramentas. Pequenos pedaços de terra ficaram de aluguel para os índios, isentos de dízimo por três anos. No mais tinham as mesmas obrigações dos demais paraguaios (LINHARES, 1969, p. 47).

Destaca Linhares que a preocupação real do governo era se apossar do gado dos índios. É a definitiva descomunalização (SUSNIK, 1965, p. 172). Foi a ruína final do que ainda restava das antigas reduções. E, segundo Vásquez (1981, p. 100), significou incorporar uma grande

[1] Crioulo é termo espanhol para designar a nova elite política pós-independência nas Américas. São os descendentes de espanhol nascidos na América.

massa da população na categoria de gente sem terra, "precisamente al sector de La población que mas dificuldades tuvo para llegar a ser proprietária: El nativo". Mas isto pouco afeta os índios Caaguá-Monteses, localizados "en los montes inpenetrables", praticamente até o séc. XX.

Segundo Melià e outros (1976), pouca coisa se altera na relação com os Caaguá, entre os quais estão os Paĩ e os Ñandeva ou Avá, nos primeiros anos de formação dos Estados Nacionais, fora alguns elementos novos que emergem no cenário do seu território. Em 1864 ocorre a Guerra do Paraguai, que terá como palco parte importante do território indígena.

A venda massiva de terras públicas é implementada pelo Estado paraguaio como solução para a caótica situação financeira do tesouro no pós-guerra. Vásquez esclarece que as condições estabelecidas pelas leis de 1883-1885 para a venda destas terras públicas (até a extensão de uma légua e pagas à vista) privilegiaram claramente o capital estrangeiro. "Fue así como se transfirieron grandes extensiones de tierras y yerbales sin consideración alguna hacia los indígenas SUS ocupantes milenários, verdadeiros dueños de La tierra" (VÁSQUEZ, 1981, p. 101).

Grande parte do território Paĩ foi parar em mãos de compradores estrangeiros[2]. Segundo Vásquez (1981), as populações nativas se constituíram nos maiores centros de recrutamento de braços para as madeireiras e empresas de erva-mate estrangeiras, que, ao contrário do Brasil, são proprietárias de grandes extensões de terra[3].

Em 1886 é fundada La Industrial Paraguaya S.A., empresa anglo-argentina (Nickson, 1981, p. 3) que se adona de 2.647.727 ha, ou seja, 13,4% da superfície de toda a região Oriental (LAINO, 1976, p. 157), incluindo parte da região de Amambai. Segundo Nickson, no já citado documento sobre a colonização brasileira na região oriental do Paraguai (1981, p. 3), La Industrial Paraguaya se converteu no maior empregador do Paraguai, com até 5.000 pessoas, trabalhando na extração da erva.

A empresa impunha condições de trabalho extremamente duras aos coletores de erva. Um decreto de 1º de janeiro de 1871, do governo do Paraguai, explicita o problema dos peões que buscavam "fugir" do trabalho nos ervais, pois estabelece uma série de disposições para coibir tais "abandonos" de trabalho, incluindo a prisão sumária (LAÍNO, 1976, p. 31).

Outras empresas de exploração de erva e madeira se instalaram na região dos índios Paĩ. O francês Domingo Barthe adquiriu no Alto Paraná 1.875.000 ha de mata, chegando a empregar até 3.000 ervateiros (documento Colonización brasileña em La region fronteriza oriental Del Paraguay, 1981, p. 4). Também a Cia. Matte Larangeira adquiriu, em 1902, 800.000 ha de terra em Salto de Guayrá (Idem, p. 4). Segundo o relatório "La Traición de Papa Rei" (1986, p. 2), até 1950, o território Paĩ era ocupado por imensos latifúndios ociosos e por terras fiscais.

Porém, para Melià, G. Grünberg, F. Grünberg (1976), essas empresas, por não terem um projeto civilizador ou de colonização, mas apenas de exploração dos recursos naturais, não desalojam os Guarani e Paĩ, do seu habitat, ou seja, não os tiram de seu território. Os Guarani continuam com a posse das terras e continuam com sua agricultura de auto- subsistência (Relatório La Traición de Papa Rei, 1986, p. 4 e LEHNER, 1989, p. 100). Puderam manter suas relações econômicas, baseadas na cooperação e na reciprocidade, tendo como fundamento as relações de parentesco. A produção continua voltada basicamente para atender às obrigações familiares[4]. Segundo Melià (1976, p. 181), as terras da Industrial Paraguaia convertem-se "em

[2] Documento Colonización brasileña en La region fronteriza oriental Del Paraguay, 1981
[3] No Brasil, a Cia Matte Larangeira não tem a propriedade da terra, mas apenas o direito de exploração dos ervais nativos.
[4] Essa observação é importante, pois o mesmo fato vai se verificar no Brasil, onde empresas semelhantes vão se instalar exercer o mesmo tipo de influência sobre o território Kaiowá.

uma espécie de reserva indígena", a exemplo do que se verifica no Brasil, com as terras da Cia. Matte Larangeira no período de 1882 até praticamente 1943.

Ocupação do território guarani no lado do Brasil

Com a independência do Brasil, em 1822, constituiu-se a Província de Mato Grosso, incluindo os atuais Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Segundo Campestrini e Guimarães (1991), é na década de 1830 que se inicia de fato o povoamento das terras que hoje constituem o Estado de Mato Grosso do Sul. Evidentemente que havia já as incipientes povoações em várias partes, especialmente ao redor dos fortes.

A ocupação se dá pelos campos de Miranda, Serra de Maracaju e entrando pelo rio Paranaíba, rio Sucuriju e Taquarussú (1835). Chegam, também, aos campos do rio Brilhante (1839) e rio Vacaria (CAMPESTRINI, GUIMARÃES, 1991). Mas, segundo Gressler e Swensson (1988, p. 20), "apesar do surto colonizador do ciclo do gado, o estado de Mato Grosso do Sul permanecia quase despovoado" até a Guerra do Paraguai.

Em maio de 1861 é instalada nas margens do Rio Dourados, próximo à atual cidade de Ponta Porã, a Colônia Militar de Dourados, criada pelo Decreto-lei n. 1754, de 1856. Oficialmente destinada a auxiliar a navegação interior e a defesa dos moradores contra os índios, até a fronteira do rio Iguatemi e do rio Apa, e a "chamar estes (índios) por meio da catequese à civilização" (GRESSLER, SWENSSON, 1988, p. 39), esta colônia era, no entanto, muito mais voltada para a já difícil situação com o Paraguai.

A Guerra do Paraguai, iniciada por Solano López, em 1864, vai alterar o relativo isolamento de parte importante da atual região da Grande Dourados. Campestrini e Guimarães (1991) calculam que um total de 1.200 soldados paraguaios estariam pelo Mato Grosso do Sul em 1866. Terminada a guerra, grande parte de ex-combatentes, especialmente paraguaios, ficam pela região. Retornam, também, os pecuaristas que haviam fugido durante o conflito.

Mas, segundo Campestrini e Guimarães (1991, p. 92), em 1870, permaneciam como território dos índios: "as matas ao longo do Ivinhema, do Brilhante, do Dourados, do Pardo [...] vistas apenas como território de índios, e as terras ao Sul do Ivinhema, matas de ervais nativos, em mãos de Tomás Laranjeiras". Nimuendaju (1954, p. 20) relata a demarcação de uma colônia para os Guarani à margem direita do rio Dourados, na sua barra, sob a direção do Frei Salvino. Isso ocorre entre os anos de 1890-1892. Terminada a Guerra do Paraguai, uma comissão de limites percorre a região situada entre o rio Apa e o Salto de Sete Quedas, em Guairá, Paraná. Terminam os trabalhos em 26.03.1874, e um membro da comissão, Tomás Larangeira percebe a grande riqueza em ervais nativos existentes naquela região. Percebe, também, a abundante mão de obra de origem paraguaia, disponível, fruto do caos pós-guerra.

Em 1882, o Governo Federal arrendou, através do Decreto n. 8799, de 9 de setembro, as terras públicas ao longo da fronteira com o Paraguai a Tomás Larangeira, para a exploração da erva-mate. Um ano após funda a Cia. Mate Larangeira. As concessões feitas à Cia. Mate Larangeira atingem em cheio o território Kaiowá. É importante registrar que estes Kaiowá são os Paĩ e os Caagua do lado paraguaio.

Assim como verificado no lado paraguaio, a vida do trabalhador, especialmente indígena, nos ervais da Cia. Mate Larangeira era de extrema dureza, sendo que muitos perderam a vida, como atesta o livro de Hernani Donato (1959), falando no "Brasil desconhecido, uma realidade teimosamente oculta ao público, forjando imensas fortunas sobre as ossadas de milhares de homens sacrificados metodicamente". Da mesma forma, o monopólio da Cia. Mate Larangeira

foi, também, um grande empecilho para a penetração de outros contingentes de colonizadores. Foweraker (1982) registra que a Companhia mantinha suma polícia própria para evitar a entrada de colonizadores brasileiros, que pudessem pôr em risco seu monopólio.

Já em 1912, Ponta Porã torna-se município, desmembrando-se de Bela Vista. Consta que até 1924 teriam sido vendidos cerca de 356 títulos de lotes, num total de 620.700 ha., no município de Ponta Porã. Na época haveria em torno de 20 mil migrantes em Ponta Porã (CORREA FILHO, 1957, p. 52). Em 1935, Dourados foi elevada à categoria de município. Com o apoio do então governador, a companhia logra novamente conter a entrada de colonizadores.

De 1905 a 1947 é construída a Ferrovia Noroeste, que integra Campo Grande e Ponta Porã a São Paulo. Chega, em 1914, a Campo Grande e em 1944 inaugura-se o primeiro trecho Campo Grande-Ponta Porã, com 154 km em direção a Dourados. Os objetivos da estrada de ferro são claramente de ocupação e defesa das fronteiras e para isto permitir a entrada de migrantes e a exportação dos produtos.

O domínio da Companhia vai continuar até 1943, quando o então presidente da República, Getúlio Vargas, cria o Território Federal de Ponta Porã e anula os direitos da Companhia Mate Larangeira. O território Federal de Ponta Porã incluía os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito. Uma lei de 7 de julho de 1924 autoriza o governo do Estado do Mato Grosso a arrendar, em concorrência pública, a área de um milhão de hectares de terras ervateiras, de propriedade do Estado.

Ainda sob o domínio da Cia. Mate Larangeira, entre os anos de 1915 e 1928, o governo federal demarca oito reservas de terra para o aldeamento dos índios ñandeva e kaiowá, na região da Grande Dourados, sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

No ano de 1943 a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, através do Decreto-Lei n. 5.941, de 28 de outubro de 1943, do então presidente da República, Getúlio Vargas, com uma área a ser retirada das terras da União, no então território Federal de Ponta Porã, não inferior a 300.000 ha. Somente após treze anos foram concluídos os trabalhos de demarcação e medição da área, sendo encontrada uma área total de 409.000 ha. Portanto, com um excedente de 109.000 ha referente à área do Decreto (Relatório do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Histórico do projeto fundiário de Dourados, *apud* GRESSLER, SWENSSON, 1988, p. 82). Ainda de acordo com este mesmo relatório, O Estado de Mato Grosso reduziu posteriormente a área da Colônia para 267.000 ha.

A criação desta e de outras colônias agrícolas neste período situa-se dentro da política de "marcha para o Oeste", buscando incorporar novas terras e aumentar a produção de alimentos e produtos primários necessários à industrialização, a preços baixos (FOWERAKER, 1982). No final da década de 1950, do território original restavam, legalmente, aos Kaiowá e Guarani apenas um total de 18.297 ha, divididos em 8 reservas distintas. O SPI firmou entendimento de que os índios fora das reservas eram "índios desaldeados", atribuindo-se a si a tarefa de aldeá-los, ou seja, transferi-los para dentro das reservas demarcadas. O deslocamento para dentro das Reservas de famílias e aldeias indígenas ainda residentes em fazendas da região seguiu constante durante as décadas de 1970 e 1980, como atestam os informes e relatórios dos diversos funcionários da FUNAI[5].

Apoiado nessa compreensão e na legislação em vigor, os Kaiowá e Guarani iniciam, a partir da década de 1980, um amplo processo de recuperação de terras perdidas. De 1980 até a presente data, os Kaiowá e Guarani recuperaram 11 novas terras indígenas, que juntas somam

[5] O SPI é extinto, em 1967, sendo substituído pela Fundação Nacional do Índio, FUNAI.

um total de 22.450 ha, hoje já devidamente demarcadas e de posse dos índios. E, de outra parte, outras 10 áreas seguem em processo de reocupação, sendo que os índios, em alguns casos, ocupam pequenas parcelas da terra pretendida. O território kaiowá e guarani sofre forte impacto a partir da década de 1970, com a chegada da soja e a consequente mecanização da atividade agrícola e, a partir de 1980, com a implantação de um crescente número de indústrias sucroalcooleiras.

As Fronteiras Indígenas e Fronteiras Nacionais

São, certamente, inúmeros os povos que se encontram em situação idêntica a dos Guarani, ao longo de toda a fronteira do Brasil. Podíamos citar aqui os Tikuna, Tukano e diversos outros povos no Estado do Amazonas, os Makuxi, Wapixana eYanomami, em Roraima, e tantos outros. São povos que em diversos momentos de nossa história desempenharam papel relevante na garantia das fronteiras nacionais, como vem bem documentado.

É relevante destacar que a maior parte dos deslocamentos transfronteiriços, envolvendo povos indígenas, referem-se a deslocamentos ou à mobilidade dentro de um mesmo território ancestral, fenômeno, aliás, muito anterior às próprias fronteiras nacionais e coloniais. Esse é diretamente decorrente do fato de que as fronteiras impostas pelos Estados Nacionais ignoraram, completamente, as fronteiras territoriais indígenas, cortando e fragmentando o território de um mesmo povo. Esse é um ponto de maior relevância para as discussões sobre políticas públicas no âmbito do MERCOSUL, porque, como veremos, é esse exatamente o caso dos Guarani. Por isso, ainda segundo dados da CEPAL[6] (2006, p. 205), trata-se de uma migração fronteiriça, sendo que nove de cada dez migrantes indígenas são de um país vizinho.

Já vimos, acima, a abrangência do território guarani antes da implantação dos Estados Nacionais. Cada povo indígena tinha suas fronteiras, definidas e redefinidas através de um complexo processo, tendo como base suas concepções de território. Segundo Melià (2007)[7] – os territórios indígenas são, acima de tudo, "territórios de comunicação". Para esse autor, referindo-se às fronteiras guarani, entende que são parte da sua identidade, remetendo para o seu modo de ser, tendo presente que o território guarani é um "território de comunicação", prenhe de memória e de história, que podem ser visualizadas por marcas, como caminhos, casas, recursos naturais específicos, acontecimentos específicos, outros. Os Guarani trabalham com noções e conceitos próprios de fronteira, um conceito sociológico e étnico, que inclui e exclui quem pertence e quem não pertence à coletividade, sendo que seus limites são dados a partir de onde eles "não se sentem a gosto". A prática guarani de fronteira tem relação com a questão ecológica, o parentesco e a economia.

É importante ter presente que a discussão sobre identidade guarani remete, diretamente para a idéia de pertencimento, para as relações de parentesco – atualizadas por filiação e descendência, memória, comunicação. São Guarani aqueles que se assumem como descendentes e que são reconhecidos como tais, sendo que a idéia de cidadania guarani específica está associada ao conceito de pertencimento. Daí a importância da concepção de território como espaço de comunicação, com as suas marcas referidas e atualizadas pela memória.

As fronteiras guarani, num passado relativamente muito recente, passaram a confrontar-se com as fronteiras dos estados nacionais e, também, com frentes econômicas de expansão

[6] Estudo da CEPAL, in Panorama social da América Latina, 2006.
[7] Apresentação oral no Seminário, realizado em Foz do Iguaçu, PR, em novembro de 2007, a pedido do Ministério Público Federal do Brasil.

territorial, alterando essas fronteiras e desfigurando o território, mediante a imposição de novas marcas.

Constituem-se, historicamente, referenciais importantes no processo de definição e redefinição das fronteiras os acidentes geográficos – as fronteiras ecológicas – e, de maneira especial, as relações de parentesco e as complexas redes de reciprocidade e/ou disputas internas daí decorrentes. Essas redes seguem no presente plenamente em vigor, constituindo e desconstituindo fronteiras, sempre vistas como algo dinâmico e nunca fixo. – o conceito de fronteiras fixas, rígidas, fronteira enquanto limite, parecer ser uma concepção ocidental. Sob a ótica indígena essas fronteiras podiam ser relativizadas em determinados casos, como em caso de casamentos ou pelas dinâmicas de alianças.

Na medida em que as regiões fronteiriças dos Estados Nacionais vão sendo ocupadas – transformando-se em fronteiras vivas - crescem as interferências na vida dos povos transfronteiriços, através da imposição de modelos linguísticos e educacionais distintos, bem como sistemas de atendimento da saúde, políticas de garantia de territórios e sua exploração.

Não existem políticas de línguas comuns nos diferentes Estados Nacionais em relação ao Guarani, ao seu uso na escola como língua de instrução ou como segunda língua, ao registro das variedades dialetais e à coleta de literatura oral. Políticas, eventualmente em prática, não foram suficientemente estudadas, acompanhadas e avaliadas, nem houve, tão pouco, um intercâmbio de experiências entre as instâncias interessadas. Sequer se conhece com precisão os dados demográficos sobre os falantes do Guarani, sendo que diferentes fontes apresentem dados, às vezes, contraditórios.

No entanto, apesar dessa imposição dos Estados nacionais existe consenso entre os pesquisadores que os Guarani seguem com suas dinâmicas internas e próprias de definição e redefinição das fronteiras culturais. Percebe-se, claramente, a persistência transfronteiriça das redes de relacionamento, através das quais os Guarani do litoral e de outras regiões do Brasil, seguem mantendo intensas e variadas trocas com seus parentes que residem na Argentina e no Paraguai. O mesmo se verifica entre os Kaiowá e Ñandeva, de Mato Grosso do Sul, onde persistem, também, os deslocamentos transfronteiriços. Trata-se, claramente, da persistência de deslocamentos dentro do mesmo território guarani.

Ao analisar o fenômeno desses deslocamentos transfronteiriços, segundo dados da CEPAL (2006, p. 203), verifica-se, desde 1990, clara tendência de aumento na "migração internacional indígena" e que esse fenômeno está relacionado diretamente à situação dos territórios e dos seus recursos naturais, em especial à situação de ocupação das terras indígenas por terceiros, os não-índios, gerando um clima de muita violência. Esses são apontados como fatores que impulsionam deslocamentos temporários e/ou definitivos[8].

É lógico que políticas anti-indígenas mais agressivas, verificadas em determinado país, podem motivar deslocamentos maiores para o outro lado da fronteira nacional, em busca de melhores condições de vida, ou seja, melhores condições para a vivência de sua cultura, sempre dentro do mesmo território. Por isso, em muitos casos, mesmo em se tratando de deslocamentos dentro do mesmo território tradicional, esses podem ser caracterizados, segundo a CEPAL (2006, p. 200), como mobilidade forçada porque decorrentes da total falta de condições de vida em determinado país (violência generalizada). Seguramente essa é a causa de alguns deslocamentos verificados entre os Guarani hoje.

[8] Ver Estudo da CEPAL, in Panorama Social da América Latina, 2006.

O estudo da CEPAL destaca com propriedade que a especial vinculação aos territórios por parte dos povos indígenas representa um fator que, ao mesmo tempo, em que facilita deslocamentos transfronteiriços dentro do mesmo território indígena, dificulta deslocamentos para fora do território ancestral. Um segundo fator a explicar a "menor intensidad dela inmigración internacional indígena", ou "una menor propensión a migrar que las no indígenas" (2006, p. 214), seria o fato dos povos indígenas, em decorrência de sua condição de pobreza e discriminação, apresentarem extrema vulnerabilidade.

Há, no entanto, um outro aspecto, referente às fronteiras no MERCOSUL, que é importante trazer para as discussões aqui em curso. Analisando a história da ocupação regional, especialmente das regiões fronteiriças entre o Brasil e Paraguai, percebe-se que essas fronteiras foram, historicamente, e ainda são completamente permeáveis e até ignoradas quando se trata de interesses das grandes empresas transnacionais, especialmente brasileiras, na exploração dos recursos naturais.

É o que verificamos no período pós-guerra do Paraguai – no tempo da exploração dos ervais - destacando-se a aquisição pela mesma Companhia Matte Larangeira, em 1902, de uma área de 80 mil hectares de terra, na zona do Salto Del Guairá, Paraguai. Em períodos mais recentes temos, ainda, um importante deslocamento de colonos e e grandes empresários brasileiros, especialmente entre 1962-1972, processo amplamente conhecido no Brasil. Segundo Nickson (1976, p. 15)[9], em 1972, no Departamento de Canindeyu, os brasileiros constituíam cerca de 43% da população total. Segundo esse mesmo autor, com a proibição de exportação de madeira não cerrada, em 1972, por parte do Paraguai, "un floreciente comercio de contrabando de troncos se desarrolló", na região, beneficiando os Estados brasileiros, gerando a rápida destruição das matas em toda a região, que constitui o território tradicional dos Paĩ Tavyterã.

Aliás, o mesmo Nickson (1976, p. 26) destaca com ênfase a participação dos grandes proprietários brasileiros no processo de desalojamento de camponeses e comunidades indígenas, ocupantes tradicionais daquelas terras, processo que se agrava com a transferência da soja para essa mesma região.

Como resultado, verificamos, de forma cada vez mais clara, os mesmos problemas enfrentados pelos Guarani, independente do lado da fronteira em que estejam: fome, desnutrição, violência, decorrências da perda sistemática dos territórios tradicionais e o total confinamento em espaços insuficientes para a sua vida. Verificamos, entre os Guarani e Kaiowá, do Brasil, um aumento assustador da violência, incluindo elevados índices de suicídio e desnutrição, outras formas de manifestação de violência. Rapidamente, os mesmos problemas vêm atingindo os Guarani residentes nos outros países do Mercosul.

Dinâmica Demográfica

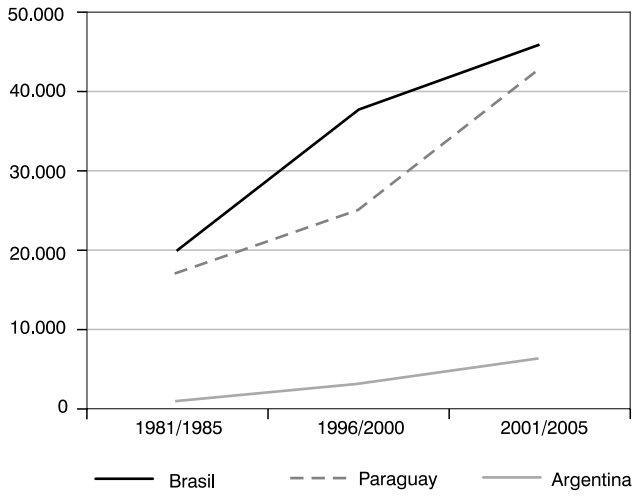
Os povos indígenas da América Latina estão apresentando uma dinâmica demográfica que resulta num crescimento acelerado nos últimos 20 anos, os níveis de mortalidade infantil (TMI – Taxa de mortalidade infantil) vem caindo e as taxas de fecundidade total ou o número médio de filhos por mulher se mantém altas – em torno de 5 ou 6 filhos por mulher em média. Este crescimento pode ser considerado como uma fase de recuperação populacional provocada pela reação às grandes perdas que esses povos sofreram nas diferentes épocas do contato nos séculos passados. Apesar dessa situação ser a mais frequente, existem ainda casos em que povos indígenas

[9] Estudo de A Nickson, apresentado na Conferência sobre Desarrollo Del Amazonas em Sete Países, organizada pelo Centre of Latin American Studies, Universidad de Cambridge, nos dias 23 a 26 de setembro de 1976.

tem uma população de pequeno porte cuja dinâmica tem se mostrado distinta, apresentando, inclusive situações de perigos de extinção, p. e. os Ava Canoeiro, os Zuruahã e outros.

Os Guarani também têm experimentado um alto crescimento populacional nos últimos anos, como vemos no Gráfico 1, devido ao alto crescimento vegetativo.

GRÁFICO 1. População Guarani: crescimento nos últimos 25 anos



Fonte: Brasil - Instituto Socioambiental; Argentina - Universidad Nacional de Misiones; Paraguay: Censos Indígenas Nacionales.

No Brasil os Guarani mais do que dobraram a população nos últimos 25 anos, como é possível observar na tabela abaixo, mas este crescimento não se deve a um deslocamento populacional dos Guarani de outros países em direção ao Brasil, pois tanto na Argentina como no Paraguay a população guarani apresenta essa mesma dinâmica: dobrou (Tabela 1).

TABELA 1. Aumento da população Guarani mo Brasil nos últimos 30 anos*

Período	População
1981-1985	20.000
1996-2000	38.000
2001-2005	45.787
2007-2008	51.000

Fonte: Instituto Socioambiental e FUNASA.
* As estimativas elaboradas nessa tabela foram feitas pelo Instituto Socioambiental para suas publicações "Povos Indígenas no Brasil", utilizando fontes diversas para estruturar sua base de dados, e não incluem os Guarani residentes em áreas urbanas. As estimativas para 2007/2008 foram feitas com base em dados da Funasa e com base nas informações da pesquisa Projeto Mapa Guarani Retã, em 2008.

Os Guarani dividem-se em grupos que são denominados no Brasil Mbya, Kaiowá e Ñandeva. O grupo que tem a maior população é o Kaiowá, também denominado Paĩ Tavyterã no Paraguay, seguido pelos Ñandeva, também chamados Ava Guarani, e depois pelos Mbyá, que no Brasil são os únicos que não estão presentes no Mato Grosso do Sul. Os Kaiowá encontram-se somente nesse estado e no Paraguay, e os Ñandeva estão presentes nos três países. A tabela 2 diz respeito às estimativas populacionais de cada um desses grupos no Brasil, no período recente, entre 2007 e 2008[10].

[10] Os dados da FUNASA utilizados para esse trabalho trazem uma atribuição de sub-grupo guarani para cada pessoa, porém, essa informação tem alguns problemas nos arquivos recebidos, possivelmente decorrente justamente da dificuldade de sabermos a auto-atribuição étnica de cada família e as sub-divisões que estão em constante mudança, característica tradicional desse grupo. Os dados aqui utilizados foram produzidos pelo Projeto Mapa Guarani Retã, uma parceria entre inúmeras instituições não governamentais e universidades nos três países, Paraguay, Argentina e Brasil.

TABELA 2. População total dos diferentes grupos Guarani no Brasil em 2007/2008*

	População
Mbya	7.000
Ava Guarani Ñandeva	13.000
Paï Tavyterã Kaiowá	31.000

Fonte: Funasa e Funai.
* as estimativas dessa tabela foram feitas com base em dados da FUNASA.

Estrutura Etária

Quando pensamos em projeções populacionais é com o objetivo de estimar o tamanho da população nos próximos anos. Como não temos informações históricas sobre a dinâmica demográfica dos Guarani, é muito difícil prever o que deve acontecer com essa população. Porém, podemos elaborar algumas estimativas e criar alguns cenários, a partir dos quais, e, em diálogo constante com as próprias comunidades guarani, é possível planejar melhor as políticas públicas para esses grupos.

Nas Tabelas 3 e 4 vemos a distribuição etária da população guarani dividida por grandes grupos de idade e sexo. Esse cálculo permite pensar numa dinâmica demográfica futura que será a duplicação da população em um período de 15 a 20 anos.

TABELA 3. População total Guarani no Brasil por grandes grupos etários e sexo e proporção da população por esses grupos etários

Grupo etário	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-14	13.097	50,79	12.730	49,58	25.827	50,19
15-49	10.581	41,03	10.710	41,71	21.291	41,37
50 e +	2.108	8,17	2.237	8,71	4.345	8,44
Total	25.786	100	25.677	100	51.463	100

Fonte: Funasa/2008.

TABELA 4. População Guarani residente no Mato Grosso do Sul, por grandes grupos etários e sexo, e proporção da população por esses grupos etários, em 2008

Grupo etário	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
0-14	10.700	51,27	10.513	49,89	21.213	50,58
15-49	8.501	40,74	8.734	41,44	17.235	41,09
50 e +	1.667	7,99	1.827	8,67	3.494	8,33
Total	20.868	100	21.074	100	41.942	100

Fonte: Funasa/2008.

Quanto às estimativas de população futura dos Guarani pode-se já adiantar que a população nos próximos 20 anos irá duplicar, ou pelo menos aumentar bastante. A existência de coortes mais jovens em proporção igual a mais da metade da população total nos indica essa situação: 50,19% do total da população guarani no Brasil tem de 0 a 14 anos, ou seja, menos de 15 anos, 41,37% tem de 15 a 49 anos, podemos dizer que são os adultos desse povo; e 8,44% são os idosos, de 50 e + anos. A característica principal desse tipo de estrutura etária numa população são os altos níveis de natalidade e altos níveis de mortalidade. Sabemos ainda que a mortalidade infantil e geral vem caindo, mas a fecundidade ainda se mantém alta. Podemos

afirmar, portanto, que com essa estrutura etária e pressupondo a continuidade no decréscimo dos níveis de mortalidade, a população guarani no Brasil provavelmente tenderá a confirmar tais estimativas.

A questão da demarcação das terras para os Guarani nos últimos 15 anos, pelo menos, permanece como um problema e já foi tratado em inúmeros documentos oficiais e não oficiais. A mobilidade espacial voluntária das famílias fica prejudicada, seja pelo clima de violência que permanece, seja pelo enorme preconceito, que cada vez aumenta mais visto a deterioração cada vez maior das relações interétnicas entre os Guarani e os não índios das cidades vizinhas. E as migrações forçadas, os acampamentos de beira de estrada seguem aumentando em número e em violência. Tudo isso caracteriza uma situação de desrespeito aos direitos humanos e aos direitos específicos dos povos indígenas.

Referências

BRAND, Antonio Jacó. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra. Porto Alegre, 1997. Tese PUC RS p. 382.

_____.O confinamento e seu impacto sobre os Pai/Kaiowá. 1993. 276 f. Dissertação (Mestre em História Ibero-Americana) – PUCRS, Rio Grande do Sul.

BRIGHENTI, Clóvis Antonio. A territorialidade guarani e a ação do estado – estudo comparado entre Brasil e Argentina. Revista Tellus, Campo Grande, v. 6, n. 4, p. 111-135, 2004.

CAMPESTRINI, Hildebrando, GUIMARÃES, Acyr V. História de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/ Brasília, 1991.

COLMAN, Rosa S.; AZEVEDO, Marta M.; BRAND, Antonio. Mobilidade espacial e políticas públicas junto aos Guarani na região fronteiriça brasileira. In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL 10 a 13 de julho de 2011. Anais Curitiba, PR. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/ram/arquivos/9_6_2011_15_19_51.pdf>. Acesso em: 05.10.2011

COLMAN, Rosa Sebastiana, AZEVEDO, Marta M.; BRAND, Antonio, Skowronski, Leandro. Mobilidade Espacial Guarani e Kaiowá. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais Caxambu, Setembro de 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_11/abep2010_2478.pdf>. Acesso em 5.10.2011.

CORREA FILHO, Virgilio. Ervais do Brasil e ervateiros. Documento da vida rural, Rio de Janeiro: serviço de informação agrícola - Ministério da Agricultura, n. 12, 1957.

DONATO, Hernani. Selva trágica: A gestão ervateira no sulestematogrossense. Aracatu: Autores Reunidos, 241p. 1959.

FOWERAKER, Joe. A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRESSLER, Lori A.; SWENSSON, Lauro J. Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul. Dourados: Dag. 1988.

LAINO, Domingo. Paraguay: de La independência a La dependência, Asunción: Cerro Corá, 1976.

LEHNER, Beate. El Território de Che'iroy y los Mennonitas. Asunción, SPSAJ, 1989. LIMA, Antonio Carlos Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LINHARES, Temístocles. História econômica da mate. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969 (Coleção Documentos Brasileiros).

MARTIN, André Roberto. Fronteiras e Nações. São Paulo: Contexto, 1992.

MELIÀ, Bartomeu, GRÜNBERG, Georg, GRÜNBERG, Friedl. Los Pãi-Tavyterã- Etnografia Guarani del Paraguay contemporáneo. Asunción: Centro de Estudios Antropologicos, Universidad Catolica "N.S. de la Asunción", l976.

MELIÀ, Bartomeu. El pueblo guaraní: unidad y fragmentos, Mímeo, Assunción. 12 p.2008.

MELLO, Flávia. Mbyá e Chiripá: Identidades étnicas etnônimos e autodenominações entre os Guarani do Sul do Brasil. Revista Tellus, Campo Grande, Ano 7, n.12, abr. 2007.

MONTEIRO, John M. Os Índios na História do Brasil: informações, estudos e imagens. Disponível em www.ifich.unicamp.br/ihb Acesso em 17/11/2007.

_____. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Os Guarani e a história do Brasil meridional séculos XVI-XVII. In: História dos Índios no Brasil. Manuela Carneiro (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NICKSON, Andrew. Colonizacion Brasileña en La Region Fronteriza Oriental del Paraguay, texto apresentado na Conferência sobre Desarrollo del Amazonas em Sete Países, organizada pelo Centre of Latin American Studies, Universidad de Cambridge, nos dias 23 a 26 de setembro de 1976.

NIMUENDAJÚ, Kurt Unkel. Mapa Etno-Histórico. Brasília: IBGE, 1981.

_____. "Apontamentos sôbre os Guarani. (Tradução e notas de Egon Schaden)", Revista do Museu Paulista, N.S. VIII: 9-57. São Paulo, 1954.

NORDENSKIOLD, Baron Erland. The Guarani Invasion of the Inca Empire in the Sixteenth Century: An Historical Indian Migration. In Geographical Review, Vol. 4, No. 2. (Aug.,1917), pp. 104.

PEREIRA, Levi Marques – Mobilidade e Processos de Territorialização entre os kaiowá Atuais. Revista eletrônica - Revista História em Reflexão: Vol. 1 n. 1 – UFGD - Dourados Jan/Jun 2007.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUCHAUD, Sylvain e CARMO, Roberto Luiz. – Migração e Mobilidade no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguay. trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Políticas Populacionais da ABEP, Caxambu – 2006.

SOUSA, Neimar Machado de. A Redução de Nossa Senhora da Fé no Itatim: entre a cruz e a espada. Campo Grande: UCDB, 2003.

SUSNIK, Branislava. El indio colonial del Paraguay, In: El Guaraní colonial. II: Los trece Pueblos guaraníes de las Misiones (1767-1803). Asunción: Museo Etnográfico "Andrés Barbero", 1965-1966.

VÁSQUEZ, Mirna. Historia de la legislación indigenista paraguaya. Suplemento antropologico, Asunción, Universidad Catolica, v. XVI, n. 2, 1981.

VOLPATO, Luiza. Entradas e bandeiras. São Paulo: Global, 1985.

AS "CAUSAS" E OS "MOTIVOS" NA EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA A FRANÇA

Gisele Maria Ribeiro de Almeida
Rosana Baeninger

Esse texto busca trazer à tona as discussões referentes às "causas" e "motivos" da migração, considerando o fluxo específico de brasileiros para a França.

As causas da migração, para Singer (1973), devem primeiramente ser buscadas na origem, nos fatores de expulsão, que tornam outras localidades atrativas. Estes fatores são gerados pelas transformações erigidas pelo desenvolvimento das forças produtivas que exigem, como contrapartida necessária, novas relações sociais de produção. O processo de industrialização é, nesta perspectiva, catalisador de fluxos migratórios em função da concentração produtiva e do desenvolvimento de atividades correlatas que retro-alimentam a própria aglomeração espacial e o crescimento demográfico:

> Nesse contexto, as migrações internas (sem falar das internacionais, que poderiam, em boa parte, ser explicadas do mesmo modo) não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômica (SINGER, 1973: p. 33).

O progressivo desenvolvimento tecnológico tende a definir áreas de expansão econômica e áreas de estagnação. Desta forma, um processo iniciado em determinada localidade afeta e transforma outras áreas, pois a dinamização econômica reestrutura o mercado de trabalho ao (re)definir "lugares" mais atrativos, com mais e melhores oportunidades de inserção ocupacional e remuneração, e "lugares" que expulsam, na medida em que a ruptura da dinâmica econômica tradicional leva às crises e estagnação de certas atividades (SINGER, 1973).

Esta abordagem valoriza, portanto, a dimensão econômica como agente propulsor das mudanças que transformam o espaço e as relações sociais e repercutem na migração. No entanto, não se pode reduzir tal análise a um materialismo simplificador, pois Singer também incorpora a "seletividade dos fatores de expulsão (...) que pode ser assimilada a uma diversidade de motivos individuais que leva alguns a migrar e a outros não. Adiciona-se a esta seletividade objetiva

motivações subjetivas" (SINGER, 1973: p. 52). É neste ponto que Singer (1973) distingue: "os motivos (individuais) para migrar das causas (estruturais) da migração (p. 52).

A noção de seletividade migratória foi trabalhada em Lee (1980), ao discutir como os fatores envolvidos na decisão de migrar estão na origem, no destino, nos obstáculos intervenientes e em fatores pessoais. Ao considerar as causas na origem, é possível identificar um grupo social constituído por migrantes em potenciais; no entanto deve-se ter em vista que nem todos estes indivíduos respondem de forma unívoca a essas "causas" (LEE, 1980). É pelo destino que se incorpora a seletividade migratória, ao revelar a maior dispersão no "comportamento típico do grupo", na medida em se colocam neste universo empírico, fatores como conhecimento sobre a área de destino, etapa do ciclo vital, distância, entre outros:

> A sensibilidade pessoal, a inteligência e o conhecimento das condições que imperam em outros lugares entram na avaliação da situação no local de origem; o conhecimento da situação no local de destino depende dos contatos pessoais ou das fontes de informações, ao que nem todos têm acesso. Ademais, existem personalidades que resistem a mudanças – à mudança de residência como também a outras mudanças – e existem personalidades a quem agrada mudar por mudar. Certos indivíduos necessitam de razões poderosas para migrar, enquanto que a outros basta uma pequena provocação ou promessa (LEE, 1980: p. 103).

Em outras palavras, essa interposição entre as "causas" e os "motivos" relacionados a um determinado fluxo migratório permite uma compreensão mais elaborada da migração, entendida como um processo social. Considerar as "causas" e os "motivos" de um determinado fluxo é uma forma de tentar realizar uma síntese entre os condicionantes macro-estruturais, como as transformações no processo de reprodução do capital, e as inclinações micro-estruturais, mais relativas ao indivíduo e as suas possibilidades (como idade, inserção em redes sociais, etc.).

O intuito principal deste artigo é refletir sobre a **seletividade** que atua no processo migratório, tendo como foco principal a emigração contemporânea de brasileiros, destinada em particular à França. Ainda que não seja possível desenvolver aqui considerações conclusivas sobre tal fluxo, dado que estas reflexões partem de uma pesquisa ainda em fase inicial, espera-se que estas "notas de pesquisa" possam contribuir ao debate científico sobre o tema.

Orientações para uma teoria sobre a migração

Há uma aceitação generalizada por parte do campo científico, como aponta Sayad (1998), no que se refere à compreensão da migração como um objeto sociológico, constituindo-se em um "fato social completo" por resultar de uma combinação de fatores, múltiplos e superpostos, com interferências diversas:

> (...) a imigração é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico; (...) ele [o espaço] é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (...). Cada uma dessas especificações e cada uma das variações dessas mesmas especificações podem ser objeto de uma ciência particular (SAYAD, 1998, p. 15).

Essas múltiplas causalidades e implicações fazem da migração um objeto compartilhado entre várias disciplinas científicas, o que implica em certas dificuldades, dado que essas causalidades cruzadas não podem ser totalmente ignoradas numa investigação aprofundada sobre o tema. Quando se considera a perspectiva teórica, capaz de permitir uma compreensão adequada do processo migratório, há muitas vezes um confronto entre as diversas disciplinas que se dedicam ao tema. Essas diferentes perspectivas disciplinares geram, via de regra,

análises e reflexões fragmentadas pela distância entre os referenciais adotados (BRETTELL e HOLLIFIELD, 2000).

Essa fragmentação pode também ser favorecida quando o estudo tende a uma polarização exacerbada, ao valorizar em demasia o peso das dimensões estruturais. Soares (2004) realizou um levantamento e sistematização das principais teorias sobre migrações internacionais contemporâneas e constatou que a maior parte delas tem um enfoque estruturalista: a) a teoria da atração e expulsão, b) os referenciais neoclássicos, c) as análises teóricas históricas-estruturais, d) a tese da mobilidade da força de trabalho, e) a teoria do mercado dual de trabalho e, f) a teoria dos sistemas mundiais. A proposta deste autor é incorporar o caráter seletivo da dinâmica migratória à pesquisa, através do delineamento das causas que fazem uma pessoa migrar e ao mesmo tempo encontrar vestígios que ajudem a responder porque outras pessoas sujeitas aos mesmos condicionantes sistêmicos não o fizeram (SOARES, 2004).

Mesmo aceitando que o conhecimento científico sobre a realidade social, seja inerente aos limites de apreensão desta mesma realidade em termos de sua totalidade (WEBER, 1986), isso não significa que o desafio do fazer científico seja minimizado. A tentativa de viabilizar uma reflexão, que seja ao menos possivelmente tão complexa quanto o é a realidade social, se mantém. É neste sentido, que se torna mais instigante, uma análise comprometida a contemplar os fatores e as condições que dão início e que mantêm os fluxos migratórios. No âmbito da teoria sociológica, a incorporação desta complexidade exige a análise da situação de origem e de destino, bem como as interseções entre elas, para com isso seja possível reconhecer a seletividade presente no fluxo em questão:

> Para entender o que provoca um fluxo em questão é preciso investigar as condições que o promoveram no país de origem e a formação dos laços subjetivos com o país de destino que viabilizaram a migração. Já para entender a continuidade do fluxo é necessário analisar as condições no país receptor (BÓGUS, 1995a: p. 112).

Essa tarefa de mapeamento da situação de origem e destino (e dos elos de ligação objetivos e subjetivos entre estes locais) exige, diante dos referenciais sociológicos, uma abordagem que busque aliar a dimensão micro com a perspectiva macro-estrutural dado que "a unilateralidade gerou contradições tanto na tradição micro como na macro [...] a micro e a macro teoria são igualmente insatisfatórias; ação e estrutura precisam ser agora articuladas" (ALEXANDER, 1987: p. 1)

No que se refere a uma teoria sobre a migração, essa "síntese" precisaria se ocupar, apenas para citar alguns aspectos relevantes, da dinâmica econômica na origem e no destino, bem como da possível unidade destes processos; das condições e das políticas nacionais; dos impactos no processo de estratificação e mobilidade social; das idéias e estilos de vida difundidos; das condições e situações individuais e familiares (que vão desde a etapa do clico vital até a inserção destes em redes sociais).

Os limites das chamadas abordagens estruturalistas, principalmente orientadas por referenciais econômicos para explicar os fluxos revelados pela realidade empírica, foram apontados por Massey et al (1987), que incorporou o conceito de rede social como ferramenta heurística capaz de ampliar a compreensão dos deslocamentos populacionais, por permitir a consideração das transformações que ocorrem nos locais de origem e destino dos migrantes.

Explicar os fluxos migratórios a partir das transformações que ocorrem na origem e no destino constitui-se, na perspectiva conciliatória entre macro-micro, um avanço teórico. Sassen (1993) reforça essa recomendação, ao demonstrar o equívoco das análises, voltadas à compreensão do fenômeno migratório, que se mantêm limitadas aos condicionantes da origem

(como superpopulação, pobreza e estagnação econômica) e, desta forma, pensam o fenômeno das migrações internacionais por uma ótica nacional. A proposta da autora é que a compreensão deste passe a contemplar fatores internacionais: "Em su versión más extrema, la fase actual de la inmigración norteamericana podría representar, además de las demás dimensiones que representa, uma consecuencia nacional de las actividades de los Estados Unidos en el extranjero" (SASSEN, 1993: p. 25).

Sassen (1993) questiona a primazia destas condições originárias que classicamente são apresentadas como causas da migração, porque o confronto destas abordagens com dados empíricos aponta para suas deficiências explicativas. Por exemplo, as relações entre pobreza e migração são mais complexas do que podem parecer, pois segundo a autora, os países mais pobres não são necessariamente países de emigração[1]. Isso não significa desconsiderar que superpopulação, pobreza e estagnação econômica possam gerar pressões migratórias, mas a migração em larga escala dependeria de processos adicionais, que se cruzam e transformam estas condições originárias em uma situação propicia para a migração (SASSEN, 1993).

A autora não utiliza explicitamente a noção de seletividade migratória, mas propõe, em uma linha semelhante de raciocínio, o reconhecimento de processos chamados "mediadores", que vinculam os países e contribuem para as novas correntes migratórias. O argumento da autora é que os investimentos estrangeiros e a penetração de empresas multinacionais transformam a base econômica dos países, rompendo com suas economias "tradicionais" (atividades de subsistência e industriais adaptadas ao mercado local) e, consequentemente, as formas de trabalho adaptadas aquele contexto se desorganizam[2]. No entanto, apenas essas mudanças não originariam necessariamente um desenvolvimento da agricultura e da indústria para exportação; assim como, essa ruptura não conduz a migração em todos os casos. Como explicar então a seletividade presente no fenômeno migratório contemporâneo? Para Sassen (1993) a resposta está nos vínculos objetivos e ideológicos que se criam entre países de origem e destino dos migrantes: "Ahí es donde la inversión extranjera y la occidentalización cultural general adquieren importância, al igual que uma política de inmigración liberal y uma tradición de inmigración" (SASSEN, 1993: p. 25).

Portes (1999) também entende que a pobreza e as diferenças salariais entre os países não podem ser tomados em si como aspectos elucidativos do fenômeno migratório:

> Os mais pobres raramente emigram; fazem-no aqueles sectores de certos recursos mais afetados pela disparidade *dentro do país de partida* entre expectativas de vida modernas e os meios económicos para as alcançar. As correntes migratórias em geral dirigem-se de países periféricos para aqueles países centrais com os quais possuem maiores vínculos históricos e que são normalmente responsáveis pela difusão de novos desejos e aspirações (PORTES, 1999: p. 3).

Ao considerar as condições na origem e no destino, bem como os vínculos que se estabelecem entre os espaços que desenham o fluxo, tem-se que os fatores explicativos para as migrações internacionais contemporâneas deixam de estar limitados às fronteiras nacionais e passam a se vincular cada vez mais a uma dimensão transnacional. Como mostra Chesnais (1996), a reprodução do capital foi mundializada, em função disso, há processos que ocorrem simultaneamente e imprimem uma mesma lógica em lugares diversos do globo. No entanto, não

[1] Em relação à estagnação econômica, também não é possível tirar conclusões universais. Nas migrações contemporâneas não se confirma a hipótese de que a estagnação gera a migração, como exemplifica o caso da Coréia do Sul; que a despeito de apresentar elevados índices de crescimento e emprego, registrou um forte fluxo emigratório para os EUA. A argumentação da autora está mais detalhadamente fundamentada. Ver Sassen (1993) pp. 21-24.

[2] Neste sentido, é visível o diálogo entre os argumentos de Sassen (1993) com a abordagem histórica e materialista de Singer (1973).

é possível afirmar a partir disso, que os processos e seus efeitos sobre a mobilidade populacional são idênticos e universais; pois o tipo de inserção de cada país nesta economia mundial não é a mesma, assim como a história que a precede. Também não são todas as pessoas quem migram, apenas uma parcela. A orientação passa a ser, então, buscar e reconhecer quais são as interpelações de fatores e condições – macro e micro estruturais - que engendram determinados fluxos. Aí estariam os elementos capazes de lançar luzes sobre o tipo da seletividade migratória que atua na promoção da migração e na definição do destino.

As migrações internacionais contemporâneas

A consolidação da sociedade capitalista promoveu a mobilidade populacional, em função das transformações nos processos produtivos que engendraram migrações internas, com destino principalmente para as áreas mais urbanizadas, e também migrações para além das fronteiras nacionais[3] (BRITO, 1995).

Mais hodiernamente, o crescimento econômico que se seguiu à 2ª Guerra Mundial repercutiu num maior incentivo para a mobilidade espacial da população, inclusive como uma conveniência, em função da carência da Europa e dos Estados Unidos de trabalhadores que gerou tanto fluxos espontâneos como aqueles estimulados e dirigidos pelos governos como os *Guest Work* Programs, implementados na Alemanha, França e Suíça, e o *Bracero Program* dos EUA (SALES, 1992).

Somam-se a isso, os avanços nos sistemas de comunicação e de transportes, que incrementaram o processo de internacionalização de reprodução do capital, com a interligação mundial dos mercados (CHESNAIS, 1996). Estas transformações tecnológicas e produtivas geraram condições que estimularam as migrações internacionais: "a mundialização dos mercados de produção, ou forças produtivas, tanto provoca a busca de força de trabalho barata em todos os cantos do mundo como promove as migrações em todas as direções" (IANNI, 1995: p. 7).

Nesta mesma perspectiva, Sassen (1993) sustenta que o processo migratório está vinculado à fase atual da economia mundial, o que envolve processos de reestruturação econômica nas áreas de origem e de destino:

> La especificidad de las condiciones laborales en el período histórico actual no reside en estas condiciones generales ni en las motivaciones individuales sino en su relación con la internacionalización de la producción, una dinámica que assume unas formas concretas en localidades determinadas (SASSEN, 1993: p. 37).

Associar as migrações internacionais contemporâneas à lógica da reprodução mundializada do capital, não é o mesmo que dizer que a mobilidade de trabalhadores está subordina à dinâmica capitalista e por isso, sofre irredutivelmente seus efeitos. Significa muito mais a necessidade de refletir sobre a divisão internacional do trabalho bem como pensar sobre as implicações sócio-culturais envolvidas neste processo. Ainda que se corrobore a idéia de que apenas a pobreza por si mesma não leva a migração, é inegável que os mecanismos de inclusão e inserção na economia de mercado global podem engendrar efeitos deletérios sobre as condições de vida da população e, desta forma, estimular à mobilidade:

> (...) os padrões da migração internacional refletem tanto as desigualdades entre países como as mudanças econômicas e sociais que ocorrem em diferentes países. No atual momento

[3] Segundo Brito (1995), da segunda metade do século XIX, cerca de 30 milhões de europeus emigraram para a América em função dos impactos gerados pela Segunda Revolução Industrial.

> histórico, exceto no caso dos conflitos armados e dos desastres naturais, a globalização é o principal fator que ativa os movimentos migratórios entre países e determina seus contornos (MARTINE, 2005: p. 8).

A globalização foi definida por Giddens (1991) como "a intensificação das relações sociais em escala mundial" (p. 69). Mas, para Ortiz (1996) há que se distinguir a globalização (que se liga aos processos econômicos e tecnológicos) da mundialização, sendo a última referente ao domínio da cultura, uma combinação entre globalização e uma certa "visão de mundo", que constitui o universo simbólico específico da civilização atual. Nesta dinâmica, local e global se reinventam, e categorias como espaço e tempo são redefinidas[4].

"Estar lá ou aqui" tornam-se relativos, assim como a própria construção identitária da nação e da nacionalidade se complexificam (FELDMAN-BIANCO, 1992). Neste contexto, a mobilidade populacional pelo mundo anda a passos largos: em 1970, 82 milhões de pessoas viviam fora de seu país de origem, em 2000 eram 175 milhões, e em 2006, quase 200 milhões (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2008).

O crescimento destes fluxos se fez estimulado por interesses econômicos e financeiros, mas trouxe também consequências indesejáveis nos países receptores, principalmente as partir dos anos 1970, em função dos choques econômicos e da crise econômica que os seguiram (HOBSBAWM, 1995). O contexto econômico foi tornando a imigração mais indesejada, pois o mercado de trabalho ficava cada vez mais competitivo (CARDOSO, 2002). As populações "nativas" têm visto os estrangeiros como "estranhos" – responsáveis pelo desemprego e pelo agravamento nas condições de vida - e atitudes agressivas como discriminação, racismo e xenofobia encontram solo fértil neste contexto (PERALVA, 1994 e CASTRO, 2005).

Na contracorrente deste movimento, o deslocamento de pessoas, oriundas de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento tendo como destino países centrais não pára. E as políticas migratórias têm refletido essa visão da migração como problema social e cada vez mais explicitamente vinculam a idéia de uma "migração escolhida" e não "sofrida" (REIS, 1999).

Como aumenta o controle dos governos quanto à entrada e saída de pessoas, o deslocamento populacional pelo globo torna-se cada vez menos conciliado aos procedimentos legais, levando ao crescimento da migração não-documentada. A situação clandestina, no país ou no trabalho, aumenta a fragilidade do imigrante, já que sua proteção legal fica comprometida por não ter o estatuto de cidadão na jurisdição onde vive. Se a situação de migrante por si só significa uma maior vulnerabilidade (por não ter todos os direitos que os cidadãos têm e/ou por desconhecimento dos costumes, práticas e língua local), a situação do migrante não-documentado reforça ainda mais a insegurança de sua condição (HUGO, 1998).

As "causas" da emigração de brasileiros

Historicamente, o Brasil foi um país de imigração. Patarra e Baeninger (1995) fornecem uma análise dos diversos fluxos imigratórios que se associam à formação socioeconômica do país. Esse caráter de nação receptora teria sido aos poucos abandonado: "com a imigração estrangeira diminuindo progressivamente a partir de 1930, as próximas etapas da economia brasileira contariam com a participação das migrações internas para suprir as necessidades de mão de obra" (PATARRA e BAENINGER, 1995: p. 80). Foi a partir da década de 1980, que

[4] Para Giddens (1991) ocorre um "desencaixe", para Ortiz (1996) é o processo de "desterritorialização". Ambos autores estão reconhecendo um processo da modernidade que gera um "reajuste radical do sentido do tempo e espaço na vida econômica, política e cultural" (HARVEY, 1992: p. 237).

as migrações internacionais voltam a ter relevância na dinâmica demográfica brasileira e, os primeiros indícios desta mudança vieram pelo aumento dos fluxos de emigração com destino aos Estados Unidos, à Europa e ao Japão[5]. Como apontou Salles (1995), "estamos fugindo da década perdida pelos portões de embarque dos aeroportos internacionais" (p. 94).

As estatísticas disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, em setembro de 2009, registraram que há mais de 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior[6]. A maior comunidade está nos Estados Unidos, que recebem mais de 40% deste contingente. Em segundo lugar, Paraguai e Japão concentram respectivamente 10% e 9% dos brasileiros emigrantes. Os dados agrupados para a Europa indicam a participação expressiva do velho continente como residência de 27% dos brasileiros que estão no exterior[7].

Como entender a emigração de brasileiros que se inicia nas últimas do século XX? Para uma perspectiva conciliatória entre as dimensões macro e micro estruturais, faz-se necessário contemplar o contexto histórico-econômico internacional, a situação da economia brasileira diante desta realidade, os impactos no mercado de trabalho e para a mobilidade social, bem como os processos mediadores (SASSEN, 1993), os vínculos históricos e culturais (PORTES, 1995), e as redes sociais (MASSEY et al, 1987). Os limites deste artigo inviabilizam que todos estes aspectos sejam adequadamente contemplados, seja de forma empírica, seja argumentativamente. No entanto, estes "condicionantes" devem ser vistos como uma agenda de pesquisa quando a questão é compreender a emigração de brasileiros em anos recentes.

Em relação à perspectiva macro, assume importância, nesta temática, desde o processo de industrialização brasileiro levado a cabo pelo governo Kubitschek que teve como grande protagonista o capital externo[8] (IANNI, 1991) até o "colapso da era de ouro" (HOBSBAWM, 1995) iniciado com o choque do petróleo em 1973, e que vai repercutir no chamado Consenso de Washington e todas as suas diretrizes liberalizantes que serão extremamente impactantes para a economia brasileira (REGO e MARQUES, 2002). No entanto, desde o sucesso com a estabilização econômica e o predomínio de elevadas taxas de juros, no final do século XX, o Brasil foi ganhando cada vez a "confiança do mercado" e, portanto, atraindo capitais estrangeiros; o que permitiu ao país ocupar um lugar de relativo destaque (enquanto "país em desenvolvimento") no âmbito do sistema econômico-financeiro internacional (O'NEILL, 2007).

Por outro lado, não se pode ignorar os prejuízos da década de 1980, com as altas taxas de inflação e a piora nas condições de vida da população dado os custos gerados com crise de dívida externa e a crise fiscal-financeira do setor público brasileiro (REGO e MARQUES, 2002). Nos anos 1990, os principais efeitos foram sentidos pela reestruturação produtiva e pelas reengenharias administrativas que implicaram em repercussões negativas para a oferta de trabalho: "numa amostra de 55 empresas transnacionais das 100 maiores indústrias de transformação [foi constatado], que aproximadamente 80% demitiram mais de 10% dos seus empregados em 1990-1991, sendo que a média esteve em torno de 20%" (REGO e MARQUES, 2002: p. 193). Ou seja, as possibilidades de inserção no mercado de trabalho tornam-se críticas, assim como a possibilidade de mobilidade social. Estas são condições propícias (que influem

[5] Além de um fluxo mais específico destinado ao Paraguai nos anos 1970.

[6] Sales (1991) cita dados divulgados pelo Jornal Folha de São Paulo em 18/07/1991 que indicavam a saída sem retorno de 1,25 milhão de brasileiros entre 1985 a 1987.

[7] As estimativas, quanto ao número de brasileiros na Europa, indicam uma população em torno de 815 mil. Com base nestes números, tem-se que as maiores comunidades estão: no Reino Unido, Portugal, Espanha, Alemanha, Itália, França e Suíça (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2009).

[8] Para Sassen (1993), os investimentos estrangeiros diretos, particularmente a instalação de filiais de empresas multinacionais são fatores que estabelecem vínculos entre origem e destino: "En un país 'aislado', que es aquel que no pose una inversión extranjera directa extensa, no es muy probable que la emigración surja como una misma opción" (SASSEN, 1993: p. 4).

na dimensão micro) para estimular a emigração para o exterior, principalmente para os jovens e de classe média. Ainda mais, porque há processos mediadores – como os investimentos diretos estrangeiros – e vínculos históricos e culturais com países que sinalizam melhores oportunidades.

A referência aos processos mediadores que vinculam origem e destino feita por Sassen (1993) ou mesmo à existência dos vínculos históricos e culturais defendidos por Portes (1995) – atravessados pelo contexto econômico (globalização) e ideológico-cultural (mundialização) mais amplos - geram, sem dúvida, as condições essenciais para a explicação do início do fluxo e, podem também, ser iluminadores para a compreensão dos processos que os mantêm (como o fortalecimento e expansão das redes sociais).

Alguns destinos brasileiros podem ser compreendidos a partir das relações e afinidades entre os países envolvidos como, por exemplo, o Japão que é o país de origem de muitos imigrantes que vieram e se estabeleceram no Brasil, reforçando vínculos e intercâmbios culturais entre estes países. O fluxo Japão-Brasil do início do século XX gerou descendentes no país, que hoje constituem o movimento de refluxo Brasil-Japão (KAWAMURA, 1999; SASAKI, 1998 e ROSSINI, 2004).

Desconsiderando as particularidades, esse "vínculo histórico" também se manifesta no caso da Itália. Bógus e Bassanesi (1996) apontam que o Brasil recebeu 1,5 milhão de imigrantes italianos entre 1872 e 1972, e no contexto de emigração brasileira, deve-se considerar a influência destas relações pretéritas na formação das redes entre origem e destino.

Os dados sobre a população estrangeira residente em Portugal[9], disponibilizados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), mostram que a maior parte desta possui nacionalidade brasileira, representando quase um quarto dos estrangeiros que vivem no país[10]. O fluxo Brasil-Portugal retoma a questão de relações históricas e, neste sentido, Bógus (1995b) reforça a idéia de Portes (1999) mencionada anteriormente por tomar as conexões históricas entre Brasil e Portugal como aspectos fundamentais para explicar a imigração de brasileiros neste país.

Outros destinos na Europa como Espanha, Alemanha e França exigem estudos mais aprofundados para serem compreendidos, ao se considerar que as relações entre o Brasil e estes países são mais difusas e menos estudadas; o que transforma tais fluxos em problemas de pesquisa mais obscuros em função da necessidade de estabelecer as hipóteses capazes de explicar a seletividade migratória, seja pela causa da saída do país de origem, seja pela "eleição" do país destino.

A seletividade no fluxo Brasil-França

Os estudos sobre o fluxo Brasil-França são escassos. Xavier de Brito (2000) analisou as características sociais dos estudantes brasileiros na França comparando dois momentos distintos. Uma primeira pesquisa, realizada nos anos 1980, teve como público-alvo, os estudante brasileiros que foram à França para fazer o doutorado integralmente, com quatro anos de permanência no mínimo. A análise do material quanto ao perfil destes, revelou que tinham entre 36 e 40 anos, e eram professores universitários no Brasil que viam nesta experiência uma retomada de seus estudos; sendo na avaliação da autora "em sua maioria, [...] produto de uma

[9] A situação de estrangeiro residente envolve os titulares de autorização de residência ou de cartão de residência. Nesta cifra não estão inclusos, portanto, os cidadãos estrangeiros que permanecem regularmente em Portugal, com vistos de trabalho, estudo e estada temporária, bem como aqueles que se encontram em situação irregular. No entanto, estes dados servem para indicar a presença significativa de brasileiros no país. Dados disponíveis em <www.sef.pt>. Acesso em: 25/10/2009.

[10] Depois dos brasileiros, destaca-se a presença de cabo-verdianos (11,6%) e angolanos (6,2%); ou seja, as origens dos maiores grupos de estrangeiros são constituídas por ex-colônias do país.

estratégia de manutenção do status ou de ascensão social pela via escolar" (XAVIER DE BRITO, 2000: p. 146). Posteriormente, foi feita uma segunda pesquisa, nos anos 1990, com 24 bolsistas num contexto de instituição das "bolsas sanduíche", assim o tempo de permanência na França diminui, alterando-se também o perfil do estudante: eram mais jovens, a presença de mulheres se acentuou e, neste caso, o estudo no exterior faz parte do início da vida profissional (XAVIER DE BRITO, 2000).

Uma reportagem realizada em 2005, também se refere a um perfil histórico dos brasileiros que viviam na França como sendo quase exclusivamente pessoas de estratos médios intelectualizados, que buscavam estudar nas universidades francesas (VALENTE, 2005). No entanto, mais recentemente a França teria se tornado o destino de brasileiros que migram por motivações econômicas (VALENTE, 2005). Celso Libânio, do Serviço Consular da Embaixada do Brasil em Paris, declarou que a França seria uma "porta de entrada" para a Europa, em função das restrições para entrar em destinos alvos – como Inglaterra ou Espanha – e, isso estaria repercutindo no aumento do número de brasileiros no país[11].

Os dados fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores (2009) apontam que há cerca de 60 mil brasileiros vivendo no território francês[12]. Ao que parece, os brasileiros não constituem ainda um motivo de grande preocupação para as autoridades francesas. Contudo, a relativa facilidade com que o brasileiro consegue entrar no país pode promover um aumento do fluxo Brasil-França, e mudar a relação relativamente amistosa entre os dois países[13].

Ainda que a França possa ser atualmente apenas um destino provisório para alguns brasileiros, a seletividade desta migração continua sendo um questionamento válido. Para compreender o fluxo Brasil-França torna-se imprescindível decifrar as afinidades entre brasileiros e a França; ou investigar os vínculos entre os países como sugere Sassen (1993) e Portes (1999). Neste sentido, as relações econômicas e culturais, as representações sociais sobre a França que se difundem e se instituem no Brasil, em certos grupos sociais, podem ser tomadas como um ponto de partida para o estabelecimento das relações entre estes dois países.

A influência cultural francesa no Brasil não pode, nesta perspectiva, ser subestimada. Conforme demonstra Bivar (2007), a imigração de franceses para o Brasil, e particularmente para São Paulo, no século XIX não foi muito volumosa, mas tem sua expressividade:

> (...) na São Paulo oitocentista, a influência cultural [francesa] era patente. Não só no que concerne ao âmbito das letras, mas na maneira de vestir, comportar, pentear, falar, divertir e até mesmo comer. No paulatino cosmopolitismo em que a cidade se inseria, as lojas estavam repletas de produtos importados da França. Vestidos, roupas feitas, calçados, bibelôs, perfumarias, tranças para cabelos, tecidos, dentre outros componentes que acabavam por adquirir uma aura de luxo e requinte, verdadeiros diferenciadores de status social porque vindos da França. (BIVAR, 2007: p. 364).

Na disputa por mercado consumidor, entre os países industrializados do século XIX, o Brasil era um alvo dos interesses comerciais da França do século XIX e sobre este terreno,

[11] O artigo jornalístico de Valente (2005) está disponível em endereço eletrônico (www.rfi.fr/actubr/articles/067/article_102.asp), assim como o áudio, que reproduz declarações dadas por Celso Libânio, do Serviço Consular da Embaixada do Brasil em Paris.

[12] Segundo Bógus (1995a) os registros oficiais do Ministério das Relações Exteriores indicaram a presença de 7 mil residentes brasileiros na França em 1994. Para 2008, os dados estimavam uma população de 20 a 30 mil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2008).

[13] A crise econômica de setembro de 2008, e por consequência a retração do PIB e o aumento do desemprego, repercutiu num reforço de medidas anti-imigratórias na França e, em função disso, o número de brasileiros impedidos de adentrar no território francês aumentou significativamente, assim como a cifra de deportados (BERGAMASCO, Daniel. "Em crise, França barra mais brasileiros". In: Folha de São Paulo, 09/03/2009).

somou-se a presença de franceses no país, o que acabou por disseminar uma influência cultural conforme registra Bivar (2007).

Estas relações podem ser o início da formação das redes sociais entre Brasil e França e, que se intensificaram ao longo dos tempos. Segundo Chesnais (1996) "os poucos países fora da área da OCDE onde há uma presença significativa do IED francês são o Marrocos, o Brasil e a Tunísia" (p. 126). Como foi discutido anteriormente, estes são exemplos de processos mediadores (SASSEN, 1993) e da existência de vínculos históricos e culturais (PORTES, 1995). Uma pesquisa sobre o fluxo Brasil-França poderá então enriquecer o conhecimento sobre as especificidades desta emigração brasileira quando estes aspectos forem combinados ao referencial analíticos das redes sociais (MASSEY et al, 1987).

O entendimento das redes sociais, como fenômeno que se alia ao projeto migratório, tem incorporado o conceito de capital social, entendido como "a capacidade dos indivíduos para mobilizar recursos escassos em virtude da sua pertença a redes ou a estruturas sociais mais amplas" (PORTES, 1999, p. 17). A problematização teórica da questão migratória tem recorrido à noção de capital social para entender e pensar o papel do acesso a determinados bens e oportunidades para a compreensão do êxito da experiência migratória e, desta forma, da consolidação e fortalecimento da rede (que engendra e é engendrada pelo fluxo).

No entanto, essa conceituação de capital social não considera que as relações de poder (e a consequente estratificação social) são essenciais na constituição das possibilidades de inserção nestas redes, resultando em - pelos condicionantes pretéritos e estruturais - limitações distintas e desiguais. A abordagem de Bourdieu (1989), por outro lado, reconhece que a posição ocupada na hierarquia social e, portanto da quantidade de capital (econômico, cultural e social) que o indivíduo possui, é vital para a compreensão de sua posição no espaço social e o acesso deste às vantagens e às oportunidades disponíveis neste espaço:

> O capital – que pode existir no estado objectivado, em formas de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido – representa um poder sobre um campo [...], logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos. As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (BOURDIEU, 1989: p. 134).

Neste sentido, a pesquisa que se pretende realizar deverá analisar de que forma certas competências, habilidades e saberes (capital cultural) são importantes na compreensão do processo de emigração de brasileiros para a França e na inserção destes brasileiros na sociedade francesa (capital social), a partir do delineamento dos elementos teóricos que configuram a forte seletividade migratória neste fluxo. Não desconsiderando, evidentemente, o caráter intrínseco do capital econômico para a determinação do capital cultural e social. Para Bourdieu (1998), o conceito de capital cultural se contrapõe à concepção de capital humano - como "aptidões", resultantes de uma "natureza" - por ser uma ferramenta heurística mais adequada para revelar como estas "aptidões" são engendradas pela dedicação, subordinada ao tempo disponível e aos recursos capazes de viabilizá-la, constituindo-se desta forma num processo que indica o acesso e/ou a posse de capital cultural, processo este determinado por estruturas sociais e por práticas internalizadas.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey. C. "O novo movimento teórico". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 4, vol. 2, 1987.

BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. Vivre à St. Paul: os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BÓGUS, Lucia Maria. "Migrantes brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar". In: PATARRA, Neide (org) Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995. (a)

_____. "Brasileiros em Portugal: novos movimentos migratórios ou volta às origens?" In: Revista Travessia. São Paulo: CEM, n. 21, 1995. (b)

BÓGUS, Lucia Maria e BASSANESI, Maria Sílvia. "Do Brasil para a Europa - imigrantes brasileiros na península itálica neste final de século". In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População, 10, Caxambu. Anais...Caxambu: ABEP, 1996.

BOURDIEU, Pierre. "Os três estados do capital cultural". In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. "Espaço social e gênese das classes". In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil & Lisboa: Difel, 1989.

BRETTELL, Caroline B. e HOLLIFIELD, James F. "Migration theory". In: BRETTELL, Caroline B. e HOLLIFIELD, James F. (orgs.) Migration theory: talking across disciplines. New York: Routledge, 2000. p. 1-26.

BRITO, Fausto. "Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo". In: Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v.12, n.1-2, jan./dez, 1995.

CARDOSO, Arnaldo Francisco. "Migrações internacionais: os blocos regionais e a mobilidade de mão de obra". In: São Paulo em Perspectiva, v. 16, n 2, 2002.

CASTRO, Mary Garcia. "Estranhamentos e identidades: direitos humanos, cidadania e o sujeito migrante – representações em textos diversos". In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 22, n. 1, jan/jun, 2005.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção. Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. Fundação Calouste Gulbenkian, outubro de 2005. Disponível em: <http://www.gcim.org/mm/File/Port.pdf> Acesso em 16/10/2008.

FELDMAN-BIANCO, Bela. "Saudade, imigração e a construção de uma nação (portuguesa) desterritorializada. In: Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v. 9, n. 1, jan/jul, 1992.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.

HARVEY, D. "A compressão do tempo-espaço e a ascenção do modernismo como força cultural" e "A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna". In: A condição pós-moderna. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUGO, Graeme. "Migrações internacionais não documentadas: uma tendência global crescente". Revista Travessia nº 30. São Paulo: CEM, 1998.

IANNI, Octavio. "Globalização e diversidade". In: PATARRA, Neide (org) Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI. São Paulo: FNUAP, 1995.

_____. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KAWAMURA, Lili. Para onde vão os brasileiros. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

LEE, Everet S. "Uma teoria sobre a migração". In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). Migrações internas: textos escolhidos. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

MASSEY, D. et al. Return to Aztlan: the social process of international migration from western Mexico. Los Angeles: University of California Press, 1987.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 19, n. 3, set. 2005.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Brasileiros no Mundo: Estimativas. Brasília, julho de 2008. Disponível em: <www.abe.mre.gov.br/avisos/brasileiros-no-mundo>. Acesso em 15/10/2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Brasileiros no Mundo: Estimativas. Brasília, setembro de 2009. Disponível em: <www.brasileirosnomundo.mre.gov.br>. Acesso em 08/12/2009.

O'NEILL, Jim (org). "The 'B' in BRICs: Unlocking Brazil's Growth Potential". In: BRICs and beyond. The Goldman Sachs Group, 2007. Disponível em <www2.goldmansachs.com>, acesso em 10/03/2009.

ORTIZ, Renato. Mundialização e cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

PATARRA, Neide e BAENINGER, Rosana. "Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil". In: PATARRA, Neide (org) Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995.

PERALVA, Angelina. "França: imigrantes, estrangeiros, estranhos". In: Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 33, p. 59-76, 1994.

PORTES, Alejandro. Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação. Oeiras: Celta, 1999.

REGO, José Márcio e MARQUES, Rosa Maria. (orgs) Economia Brasileira. São Paulo: Editora Saraiva, 2002

REIS, Rossana Rocha. "Políticas de nacionalidade e políticas de imigração na França". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 32, fev, 1999.

ROSSINI, Rosa Ester. "O Brasil no Japão: a conquista do espaço dos nikkeis do Brasil no Japão". In: Encontro Nacional de Estudos de População, 14, Caxambu. Anais.... Belo Horizonte: ABEP, 2004.

SALES, Teresa. "O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais". In: PATARRA, Neide (org) Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995.

_____. "Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações de pesquisa". In: Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v. 9, n. 1, jan/jul, 1992.

_____. "Novos fluxos migratórios da população brasileira". In: Revista Brasileira de Estudos de População. Campinas, v. 8, n. 1/2, jan/dez, 1991.

SASAKI, Elisa Massae. O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento dekassegui. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

SASSEN, Saskia. La movilidad del trabajo y del capital. Madri: Ministério de Trabajo y Seguridad Social, 1993.

SAYAD, Abdelmalek. A imigração: ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SINGER, Paul. "Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo". In: Economia política da urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOARES, Weber. "Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional". In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 21, n. 1, jan/jun, 2004.

VALENTE, Pamela. "Os brasileiros na França". In: Rádio França Internacional, 07/07/2005. Disponível em <www.rfi.fr/actubr/articles/067/article_102.asp>. Acesso em: 05/08/2008.

WEBER, Max. "A 'objetividade' do conhecimento nas Ciências Sociais". In: COHN, Gabriel. (org) Max Weber. São Paulo: Ed. Ática, 1986

XAVIER DE BRITO, Angela. "Transformações institucionais e características sociais dos estudantes brasileiros na França" In: BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, nº 50, 2000.

IMIGRAÇÃO BRASILEIRA NA FRANÇA PÓS-1980: NOTAS DE PESQUISA

Gisele Maria Ribeiro de Almeida

Durante o século XIX e início do século XX, os latino-americanos que iam para a França faziam parte de uma elite (grandes proprietários de terras ou cientistas), devido às glamorosas representações da *belle époque* e a valorização da cultura francesa por determinados estratos sociais. Na segunda metade do século XX, diversos países latino-americanos experimentaram períodos de instabilidade política, com implantação de governos ditatoriais e forte repressão, fato que criou um fluxo de refugiados políticos da região para a França. Desde 1980, com os efeitos do colapso da "era de ouro" e a intensificação da internacionalização da economia, começou uma terceira "onda" de imigração latino-americana na França, um fluxo constituído por trabalhadores que buscam melhores oportunidades de trabalho e de salário (ROLLAND, 2008b).

Apesar do número de latino-americanos em geral, e de brasileiros em particular, ser pouco expressivo, as estimativas apontam para uma ampliação da presença destes grupos em território francês. Segundo os dados disponíveis no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos (INSEE) sobre estrangeiros e imigrantes[1] portadores de nacionalidades latino-americanas, o número destes imigrantes quase triplicou entre 1982 e 2008 (de 38 mil para 143 mil) e o de estrangeiros também cresceu (29 mil em 1982 e 78 mil em 2008).

O fluxo Brasil-França acompanha esse histórico regional. Ainda que a influência comercial inglesa tenha sido sempre superior no Brasil do século XIX, a cultura francesa teve seus mecanismos próprios de difusão pelo país. Estudos históricos sobre a presença de franceses no Brasil no século XIX em São Paulo (BIVAR, 2007) e no Rio de Janeiro (MENEZES, 2004) registraram que a França era tomada como um "modelo de civilização" e sinônimo de "luxo".

[1] Cabe mencionar que o INSEE define como imigrante aquele que reside na França, mas que nasceu no exterior e é portador de uma nacionalidade estrangeira. Por outro lado, o estrangeiro é qualquer residente na França que não tem a nacionalidade francesa. A qualidade de imigrante depende então de dois aspectos, o lugar de nascimento e a nacionalidade. Nem todo imigrante é estrangeiro, pois ele deixa de ser estrangeiro se adquire a nacionalidade francesa. Por outro lado, nem todo estrangeiro é migrante, há aqueles que nasceram na França e são considerados estrangeiros porque não possuem a nacionalidade francesa.

No movimento inverso, Pereira (2009) aponta que as elites brasileiras do século XIX iam para França para estudar ou passear. A nação francesa também recebeu algumas dezenas de brasileiros que fugiam da ditadura militar instituída com o golpe de 1964 (ROLLAND, 2008a). E desde que os brasileiros começaram a sair do país em função de motivações econômicas, na década de 1980, a França tornou-se um destino possível para aqueles que migram em busca de melhores oportunidades - de vida, trabalho ou estudo (ABUD, 2010; AMORIM, 2009; BÓGUS, 1995; CHAMOZZI; 2009).

Esta pesquisa sobre brasileiros na França tem o foco nessa "nova onda migratória", ou seja, interessa-se pelos fluxos migratórios que começaram a partir dos anos 1980. Deve-se registrar que foi a partir daí que se iniciou um processo de emigração de brasileiros[2], dado que o Brasil foi historicamente um país de imigração (PATARRA e BAENINGER, 1995). Essa emigração mais massiva resultou em grande medida da grave crise econômica que assolou o país na década de 1980, e que comprometeu as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de mobilidade social, inclusive inviabilizando a manutenção do status social das classes médias (SALES, 1995).

Dirigindo-se aos Estados Unidos, à Europa e ao Japão[3], estes brasileiros deslocam-se num contexto fortemente marcado pela lógica de mobilidade e circulação (CORTÈS e FARET, 2009). A França, como um país central, passa a atrair aqueles que buscam uma formação educacional no exterior (no caso de estudantes), uma experiência profissional diferenciada (no caso de profissionais qualificados), ou ainda uma melhor remuneração salarial em certos nichos do mercado de trabalho secundário (trabalhadores com baixa ou pouca qualificação). Ao mesmo tempo, com a formação do espaço de livre circulação europeu, a França potencialmente torna-se um território de passagem, trânsito e instalação para os brasileiros que foram, estão ou vão para a Europa.

A recente imigração brasileira na França em dados

A mensuração dos fluxos migratórios internacionais contemporâneos é sempre um desafio, seja para as autoridades dos países envolvidos, seja para os pesquisadores interessados. Mesmo nos casos em que há dados disponíveis, quase sempre, são parciais em função do número crescente de migrantes indocumentados ou em situação irregular nas sociedades de destino.

No caso dos brasileiros na França, isto é particularmente importante em função da não exigência de visto para deslocamentos de curta duração (estada inferior a 90 dias) em função de um acordo assinado entre o Brasil e a França, e que vigora desde 27/06/1996. Assim, desde meados dos anos 1990, a França tornou-se, ao menos em termos potencial, uma "porta de entrada" para o brasileiro na Europa. Isso é particularmente importante em função da presença expressiva de brasileiros na Inglaterra e das maiores restrições que a política inglesa vem impondo para a entrada e a permanência de estrangeiros[4].

Apesar dos limites que as estatísticas encontradas assumem diante do aumento de fluxos irregulares e instáveis, não é o caso de desconsiderá-las. Ainda que as possibilidades analíticas

[2] Segundo dados da Política Marítima e de Fronteiras, divulgados por Sales (1994), entre 1986 e 1990, 1,4 milhão de brasileiros saiu do Brasil e não retornou. Os registros consulares do Ministério das Relações Exteriores (MRE) apontaram 1,9 milhão de brasileiros vivendo no exterior em 2000 (PATARRA, 2005). As estatísticas mais recentes disponibilizadas pelo MRE, de 2010, calculavam que havia mais de 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior.

[3] Os Estados Unidos acolhem cerca de 40% dos brasileiros emigrados. O Japão concentra 7,4% deste contingente. A Europa abarca quase um terço desta população e os países com as maiores "comunidades" brasileiras são: Reino Unido, Espanha, Portugal, Alemanha e França.

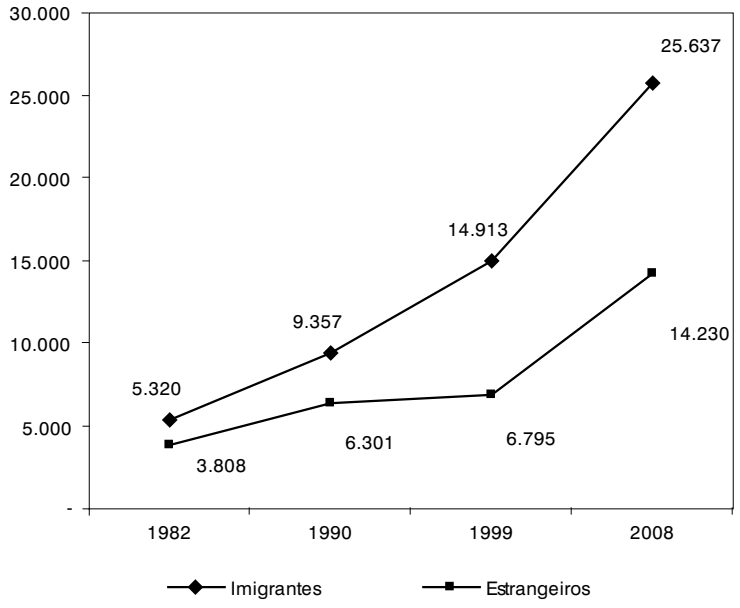
[4] As estimativas do MRE apontam a existência de 180 mil brasileiros vivendo no Reino Unido, o que representa 20% do contingente de emigrados.

que oferecem sejam reduzidas, estes números servem para uma caracterização geral do fluxo, revelando a evolução e o perfil da referida população pesquisada. Outra informação relevante é a indicação do crescimento da presença de brasileiros em território francês nas últimas décadas, ainda que a pesquisa não procure justificar-se quantitativamente[5].

Os dados do INSEE apontam que os brasileiros são a segunda nacionalidade mais representativa dos latino-americanos, depois da haitiana, para todos os anos em que há dados deste tipo divulgados, a saber: 1982, 1990, 1999 e 2008. Em 2008, os brasileiros eram um quinto da população latino-americana na condição de estrangeiros e imigrantes na França.

Os imigrantes brasileiros eram 5.300 em 1982 e 25.000 em 2008. Os estrangeiros também apresentaram crescimento: 3.800 em 1982 e 14.000 em 2008. Obviamente, estes números referem-se apenas aos brasileiros em situação regular no país. Os imigrantes, conforme a definição do INSEE, são os brasileiros que vivem na França e nasceram no Brasil, e que obtiveram a nacionalidade francesa. Os estrangeiros são os brasileiros que moram na França (Gráfico 1).

GRÁFICO 1. Número de imigrantes brasileiros (brasileiros com nacionalidade francesa) e estrangeiros brasileiros (brasileiros que moram na França) – França, 1982, 1990, 1999 e 2008

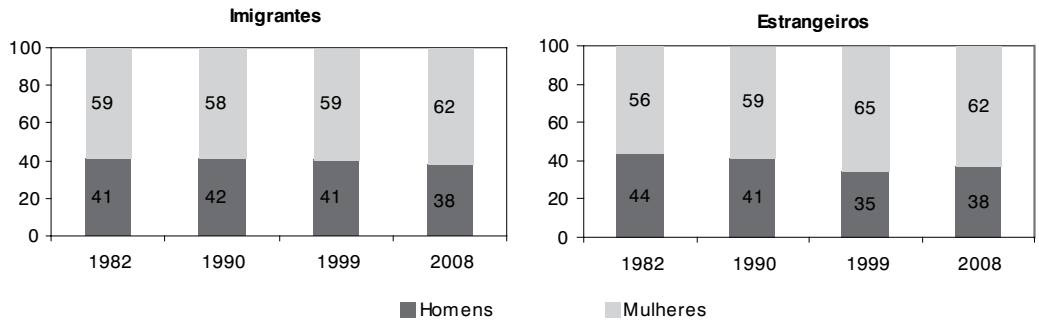


Fonte: INSEE, Recenseamento da População 1982, 1990, 1999 e 2008.

Em termos de sexo, os dados disponibilizados pelo INSEE apontam para a predominância das mulheres na composição do fluxo, a feminização da migração internacional é um fato que vem sendo reconhecido por diversos estudos contemporâneos. As mulheres representavam 59% dos imigrantes brasileiros na França em 1982 e 62% em 2008. Entre os estrangeiros, as mulheres brasileiras são também a maioria: eram 56% em 1982 e 62% em 2008 (Gráfico 2).

[5] Parece-nos relevante esclarecer que o objeto de estudo em questão, a imigração brasileira na França, é um fenômeno sociológico marginal. Segundo o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população brasileira foi contabilizada em cerca de 190 milhões de pessoas. Se aceitarmos as estimativas do MRE de que havia um pouco mais de 3 milhões do brasileiros vivendo no exterior em 2010, tem-se que apenas 1,6% da população brasileira é emigrante. Deste reduzido grupo, os brasileiros na França não representam mais do que 3%. Do ponto de vista da sociedade de acolhimento, a participação dos brasileiros no que se refere ao total de estrangeiros e imigrantes na França é também irrisória (menos que 1%). A insignificância estatística do fenômeno pode ser usada como um argumento a favor de sua insignificância sociológica. No entanto, seguindo a trilha deixada por Laurens (1992), apostamos nos ganhos teóricos que uma pesquisa sobre uma exceção social pode trazer ao conhecimento sociológico, particularmente no caso do tema das migrações internacionais contemporâneas. Neste sentido, a pouca expressividade numérica do fluxo, o coloca como um problema de pesquisa particular.

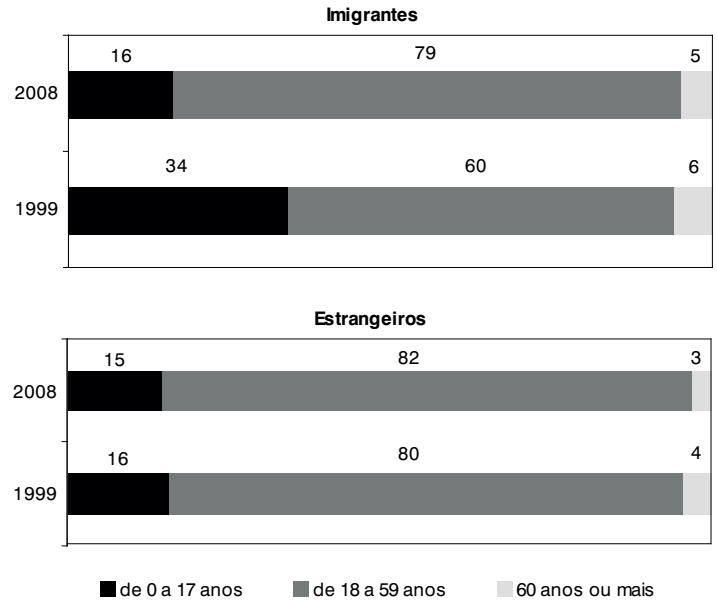
GRÁFICO 2. Imigrantes (brasileiros com nacionalidade francesa) e estrangeiros brasileiros (brasileiros que moram na França) segundo sexo – França, 1982, 1990, 1999 e 2008



Fonte: INSEE, Recenseamento da População 1982, 1990 1999 e 2008.

O INSEE divulgou dados mais detalhados para os anos de 1999 e 2008, que permitem a classificação dos imigrantes e estrangeiros brasileiros por faixas etárias. Estes números revelam que os brasileiros que vivem na França são principalmente adultos entre 18 e 59 anos. Aqueles com 60 anos ou mais constituem a faixa menos representada no grupo. Pode-se notar ainda que 34% dos imigrantes brasileiros que viviam na França em 1999 tinham menos de 18 anos. Em 2008, este valor diminuiu, e apenas 16% deles eram menores de 18 anos (Gráfico 3).

GRÁFICO 3. Imigrantes (brasileiros com nacionalidade francesa) e estrangeiros brasileiros (brasileiros que moram na França) grupo etário – França, 1999 e 2008



Fonte: INSEE, Recenseamento da População 1999 e 2008.

Outro aspecto importante na imigração brasileira na França é a questão dos casamentos mistos. De acordo com estatísticas de estado civil divulgadas pelo INSEE, em 2010 foram registrados 498 casamentos mistos entre franceses e brasileiros, o que representa 1,6% de todos os casamentos entre franceses e estrangeiros (excetuando o número de casamentos entre estrangeiros). Entre os casamentos franco-brasileiros, 78% dos casos eram situações nas quais a cônjuge era brasileira e o marido francês.

Os dados disponibilizados pelo INSEE não permitem um reconhecimento mais qualitativo sobre os brasileiros que vivem na França. Não há, por exemplo, informações sobre o nível de

instrução, a inserção ocupacional, a renda per capita, etc. Além disso, há uma lacuna bibliográfica sobre essa recente imigração brasileira na França[6]. Os estudos encontrados versam sobre temas correlatos, mas escapam essencialmente da discussão contemporânea sobre migrações internacionais[7].

A bibliografia sobre as relações entre a França e o Brasil insiste na especificidade da influência cultural francesa no país (CARELLI, 1994). Instituições brasileiras foram criadas com ajuda de franceses ou inspiradas em suas ideias, alimentando imaginários que associavam a França à riqueza intelectual e à sofisticação. Mesmo com a forte influência ideológica norte-americana no Brasil, crescentemente hegemônica após a segunda guerra mundial, a admiração pela França continuou preservada ou ainda mais fortalecida em determinados grupos sociais. Estes vínculos históricos e estes imaginários sociais sem dúvida influenciam ao menos uma parcela dos brasileiros que vivem na França, e de certa forma dão algum sentido a um suposto estereótipo de "elite intelectual" que era associado à "comunidade brasileira na França" (VALENTE, 2005). Contudo, a relativa facilidade que o brasileiro encontra para entrar na França, o aumento do rigor das autoridades inglesas quanto à imigração irregular e as crises econômicas dos últimos anos que afetaram sobremaneira a Espanha e Portugal parecem ser elementos que dinamizaram o fluxo de brasileiros para a França, impactando seu crescimento e sua diversificação. Os primeiros resultados de uma pesquisa de campo empreendida na França de maio a outubro de 2012[8] trazem elementos que aprofundam estas considerações.

Primeiros resultados da pesquisa de campo

Há várias técnicas de pesquisa em Ciências Sociais que podem ser usadas para investigação empírica. Neste caso, foi delimitada desde o projeto inicial da pesquisa a escolha pelo uso de entrevistas semi-estruturadas por acreditar que seria o método mais adequado às especificidades do objeto pesquisado. A pesquisa empírica tinha como objetivo buscar a reconstrução das trajetórias migratórias dos imigrantes brasileiros na França, de forma a recuperar o processo decisório associado à emigração do Brasil e a ida para a França. Busquei, neste sentido, através das entrevistas e da observação participante em espaços estratégicos apreender tanto as percepções subjetivas dos envolvidos quanto as oportunidades objetivas que viabilizaram ou justificaram seus deslocamentos. A escolha pela técnica da entrevista semi-estruturada foi feita em função de ser uma população-alvo singular (grupo relativamente pequeno e território

[6] González (2007) faz uma discussão sobre a produção bibliográfica, de 1973 a 2007, relativa à migração de latino-americanos para a França, e enfatiza que são poucos os trabalhos que refletem sobre esse fluxo. No caso dos estudos particularmente sobre brasileiros, foram mencionados apenas dois artigos sobre o exílio de brasileiros na França. Chamozzi (2009) também destacou a falta de estudos sobre a imigração brasileira na França.

[7] Brito (1991) investigou trajetórias de brasileiros na França motivada por estudos, centrando sua análise no conceito de carreira moral de Goffman. A tese de Amorim (2009) explora o imaginário de franceses sobre o Brasil e o imaginário de brasileiros sobre a França tendo como base entrevistas realizadas com imigrantes brasileiros na França, especificamente em Rennes, e com imigrantes franceses em Belo Horizonte. Abud (2010) analisou as representações sobre o Brasil e os brasileiros na cidade de Lyon através de entrevistas realizadas como brasileiros que viviam na cidade e da análise sobre as manifestações da cultura brasileira naquela cidade. Vale (2009) apresenta uma reflexão sobre a presença de travestis e transgêneros brasileiros que atuam na prostituição em Paris. Um dos capítulos da tese de doutorado de Aceti (2011), sobre a prática da capoeira na Europa, analisou a presença desta atividade na França. Por último, o trabalho de Silva (2012) analisa a dinâmica cultural de casamentos mistos franco-brasileiros, exclusivamente nos casos em que as mulheres são brasileiras e os homens franceses e que o casal vive na França.

[8] A pesquisa de campo de 6 meses na França foi viabilizada pela concessão de uma Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior da Fapesp. Durante este período além de atividades acadêmicas, foram realizadas mais de 80 entrevistas com brasileiros vivendo na França, 11 entrevistas com brasileiros ligados à instituições orientadas aos brasileiros na França, além da observação participante em espaços privilegiados como casa de brasileiros, bares e restaurantes brasileiros, eventos culturais associados ao Brasil, igrejas, etc.

amplo) e pelos objetivos específicos da pesquisa (ligados à uma abordagem sociológica das migrações internacionais contemporâneas[9]).

As entrevistas tiveram como propósito investigar o perfil socioeconômico, a trajetória migratória antes e após emigração do Brasil, as dificuldades/facilidades envolvidas na execução do projeto migratório, o porquê da França, o motivo declarado para o deslocamento, a questão do retorno ao Brasil e a inserção na sociedade francesa.

Para a investigação funcionar, o pesquisador precisa negociar seu "lugar" junto ao campo, ou seja, é necessário buscar caminhos para sua inserção. Uma forma usual é recorrer às instituições/associações e aos "informantes bem informados" - tal como denominou Margolis (1994) para referir-se as pessoas que ocupam posições importantes junto ao universo de pesquisa - em função de suas atividades, experiência e/ou conhecimento. Esses contatos foram importantes para chegar em entrevistados e também para identificação do histórico do processo. Isso significou buscar os brasileiros que vivem no país e que de alguma forma atuam junto aos brasileiros na França, institucionalmente ou não. Abaixo um quadro resume estes "informantes" com os quais travei contato.

QUADRO 1. Lista de Informantes entrevistados para a pesquisa

Entrevistado/a	Atividade	Cidade/Local	Tipo de Relação com a "comunidade" brasileira na França
P. P.	Pastor	Escritório da Igreja em Paris	Pastor de Igreja Evagélica e membro do Conselho de Residentes junto ao Consulado Brasileiro em Paris
E.R.	Advogado	Café em Paris	Advogado presta Assistência a Brasileiros via Espaço Voluntariado do Consulado Brasileiro em Paris
J. B.	Padre	Paróquia Notre Dame du Rosaire, Saint Ouen	Padre da Comunidade Católica de Paris e membro do Conselho de Residentes junto ao Consulado Brasileiro em Paris
C.C.	Diretora Associação LGBTT	PASTT – Paris	Diretora da PASTT e Membro do Conselho de Residentes junto ao Consulado Brasileiro em Paris
R.A.	Professor	Université Saint-Denis	Membro do Conselho de Residentes junto ao Consulado Brasileiro em Paris
C. S.	Historiadora	Por telefone	Ativista da ONG Réseaux Sans Frontière e Membro do Conselho de Residentes junto ao Consulado Brasileiro em Paris
M.I.	Advogada	Escritório de Advocacia - Paris	Membro do Conselho de Residentes junto ao Consulado Brasileiro em Paris
M.G.	Cônsul-Adjunta	Consulado Brasileiro em Paris	Cônsul-adjunta / Primeira Secretaria – Consulado Brasileiro em Paris
C.L.	Assistente Consular	Consulado Brasileiro em Paris	Assistência a Brasileiros – Consulado Brasileiro em Paris

Estes "entrevistados-informantes" foram fundamentais em função de suas memórias e percepções. A maioria vive na França há cerca de 10 anos e vivenciou de alguma forma o que eles próprios denominam de "mudança no perfil do brasileiro na França" e o crescimento da "comunidade" no país.

Segundo as informações que recebi, a presença de brasileiros na França teria começado a aumentar a partir dos anos 2000, principalmente após 2005. Num primeiro momento, explicada por fatores "acidentais", já que a França tornou-se rota de passagem para brasileiros irem para

[9] Diversos autores estão refletindo sobre os desafios teóricos e conceituais relacionados ao estudo das migrações internacionais contemporâneas. Inclusive, no âmbito da execução deste projeto, o tema está contemplado em um outro texto cf Almeida e Baeninger (2011).

a Inglaterra em função do trem Paris-Londres. Na medida em que não conseguiam entrar na Inglaterra, ficavam em Paris ou arredores; de forma que com a permanência destes "pioneiros", foram consolidando-se embriões de redes migratórias e atualmente há brasileiros que partem do Brasil decididos a ficar na França.

Esse aspecto se explica em função de uma estratégia dos emigrantes brasileiros em não "perder a viagem". Isso porque se são impedidos de entrar na Inglaterra, quando vem diretamente do Brasil, o procedimento é a deportação para o Brasil. Se entram em outro país, como por exemplo, Portugal ou França, e destes países tentam ir para a Inglaterra, o máximo que as autoridades inglesas podem fazer é "devolvê-los" ao país de saída. Quando vão de trem via Paris, o procedimento dá-se ainda em território francês na própria *Gare Du Nord*, de onde partem os trens para Londres. Diversos entrevistados me narraram que esta é explicação para a origem dos estoques de imigrantes trabalhadores brasileiros, particularmente dos goianos. Esse tipo de atualização do projeto migratório (com redefinição do destino inicialmente previsto) apareceu em três entrevistas realizadas, casos nos quais o objetivo inicial destes era ir para Londres e, não conseguindo passar na imigração, ficaram na França. Inclusive, destes referidos casos, dois foram marcados por violência e maus-tratos no que se refere ao tratamento que receberam das autoridades inglesas.

A questão de haver atualmente casos de brasileiros que emigram com o objetivo de ir para a França, em função de amigos e parentes estabelecidos no país foi ressaltada pelos entrevistados-informantes. Tal aspecto foi confirmado em outras três entrevistas, pessoas que declararam um direcionamento ou redirecionamento migratório em função de ter parentes ou amigos na França (caso de dois homens trabalhadores da construção civil e uma mulher que trabalhava como faxineira e manicure).

Os estados de origem da maioria dos imigrantes trabalhadores brasileiros na França segundo estes informantes são: Goiás, Minas Gerais e Paraná. O maior peso de Goiás estaria ligado a um fluxo mais antigo de goianos para trabalhar nos frigoríficos na região de Dublin, em função da especialização destes trabalhadores - dada a inserção de frigoríficos exportadores neste estado. Entre as entrevistas realizadas com imigrantes brasileiros na França, três nasceram em Goiás e dois deles residiam neste Estado antes da emigração para a França.

Um destes, D.I., de 27 anos, é um dos casos de atualização do projeto migratório mencionado acima. Ele morava na Inglaterra e um dia foi interpelado em barreiras de controle de identidade. Como estava em condição irregular, foi deportado para o Brasil. Ficou alguns meses apenas, e logo reemigrou com a intenção de retornar a Londres via Paris. Chegou em 2011, e a primeira tentativa foi ir de trem via *Gare du Nord*. Nem entrou no trem, foi "barrado" ainda em território francês. Tentou ainda uma segunda vez, de avião, partindo da Holanda. Na chegada em Londres, foi detido, revistado e sob a alegação de suspeita de transportar substâncias ilícitas foi obrigado a tomar medicação para "eliminá-las". Não permitiram sua entrada no Reino Unido e o reenviaram para a Holanda. Ele voltou para Paris, onde tinha um contato e arrumou um trabalho. Desistiu de Londres e de voltar ao Brasil, acabou ficando em Paris.

Voltando aos "informantes bem informados", outro aspecto destacado é que alguns brasileiros teriam deixado a Espanha e Portugal, após as crises econômicas de 2008 e 2010, e ido para a França. Considerando as entrevistas realizadas, identifiquei dois casos de migração da Espanha para o Brasil. Um deles, E.R. de 28 anos, cozinheiro, que vivia há 7 anos na Espanha, se viu "constrangido" a migrar novamente, pois o restaurante que ele trabalhava fechou no começo de 2009. Segundo me contou, ficou desempregado e os trabalhos que apareceram eram muito mal remunerados. Em 2012, decidiu voltar para a França por causa da "Legião

Estrangeira" (esse é um exército mercenário francês e que foi o projeto inicial dele quando deixou o Brasil em 2004). O segundo caso de trajetória Espanha-França é de R.O., 47 anos, que trabalha com revestimento de interiores. Ele foi para a Espanha em 2006 porque era "caminho para a Inglaterra", mas acabou se estabelecendo em Madri mesmo. No entanto, veio a crise, ficou ruim para trabalhar. Como ele não queria "voltar para trás", aceitou o convite de um amigo e foi para a França (ele, a mulher e dois filhos – todos com cidadania italiana obtida por parentesco da mulher brasileira).

A questão do retorno destes emigrados para o Brasil no contexto do crescimento do Brasil e da crise na Europa também foi mencionado por alguns destes informantes. No Consulado isso aparece como percepção, mas também em função de um documento de "saída definitiva e retorno ao país". Ao longe de 2010 foram 123 documentos deste tipo. Em 2011, 233 e até outubro de 2012 havia sido feitas 193 declarações[10]. Fiz duas entrevistas com brasileiros em vias de retornar ao Brasil e mais três brasileiros estavam com problemas para renovar e/ou regularizar sua documentação e aguardavam respostas das autoridades francesas. Por outro lado, seis entrevistados foram para a França em 2011 e três haviam recém-chegado ao país quando me concederam as entrevistas em 2012.

Grande parte dos brasileiros que vivem na França, particularmente trabalhadores, não possui a documentação exigida para permanecer e para trabalhar na França. Os segmentos do mercado de trabalho que mais emprega estes brasileiros é a construção civil, renovação de imóveis, setor de limpeza e baby-sitting. Tanto à inserção no ramo da construção civil quanto ao da limpeza é viabilizada pela maciça presença de portugueses[11] nestes nichos. É bastante comum que brasileiros em situação irregular recorram ao uso de uma identidade falsa portuguesa. Entrevistei pessoas que têm e usam a identidade falsa, mas também entrevistei pessoas que desistiram de ter empregos formais em função do risco de ter documento falso e, desta forma, trabalham clandestinamente.

Dois aspectos importantes informados pela Assistência Consular referem-se ao número de brasileiros retidos e os casos de crises de doenças mentais. O aparecimento de casos de doenças mentais, tais como crises psicóticas, estaria ligado às dificuldades com o idioma, a falta de habilidade com os códigos culturais e com o modo de vida das grandes metrópoles.

Em relação à retenção de brasileiros, apesar de ser a terceira nacionalidade de turista que mais gasta na França (depois dos chineses e russos), os brasileiros também estão no topo das nacionalidades encontradas nos Centros de Retenção Administrativa. Ocupando a 4ª posição, os brasileiros representam 4,5% desta população. Um dos entrevistados que vive na França sem documentos, foi preso e detido em um destes centros, mas conseguiu entrar com pedido de regularização e acabou sendo solto sem ser deportado ao Brasil.

Para a pesquisa foram realizadas 86 entrevistas, sendo que apenas 83 atendem aos requisitos necessários em função de recorte ou de informações mínimas[12] e serão consideradas.

[10] Este documento é pedido pelo brasileiro que retorna ao Brasil após uma estada de no mínimo 1 ano na França para permitir maior volume de bagagem despachada junto a companhia aérea sem ônus adicional. Pelo tempo, estudantes bolsistas sanduíche podem pedir essa declaração para embarcar uma mala adicional sem custo no momento de retornar ao Brasil. De forma que o dado deve ser interpretado com cautela, e visto apenas como uma referência.

[11] Há uma grande presença numérica de portugueses na França, um fluxo antigo, que também é conhecido pela sua capacidade de integração à sociedade francesa *cf* Cordeiro (1999).

[12] Há um caso de entrevista realizada em que o entrevistado chegou na França nos anos 1970, em busca de refúgio em função da ditadura militar no Brasil. Como nosso recorte é a imigração pós 1980, este depoimento não será considerado. Outra entrevista realizada também não poderá ser incorporada porque não foi possível localizar o entrevistado uma segunda vez e seu depoimento não contempla a maior parte das informações necessárias. A terceira entrevista descartada é com uma mulher franco-brasileira, em função de a sua nacionalidade francesa ter sido obtida desde o nascimento por origem paterna, penso que é muito discutível considerá-la uma imigrante.

Em relação ao tempo de permanência na França, considerando o universo dos entrevistados, a maioria chegou na primeira década do século XXI: 55 ocorrências. Apenas dois casos de ida nos anos 1980 e 17 nos anos 1990. Importante destacar que a despeito da crise na Europa e do crescimento no Brasil, 9 entrevistados foram para a França depois de 2010. Aspecto que reforça o argumento de que modelos como "push and pull" são insuficientes para o entendimento dos fluxos contemporâneos, exigindo a incorporação de motivações não-econômicas na explicação dos deslocamentos (MASSEY et al, 1998 e SASSEN, 2010).

As entrevistas foram sempre semi-dirigidas e realizadas pessoalmente. Como se trata de uma população pequena e dispersa, os entrevistados foram localizados pelo que se convencionou chamar "bola de neve"[13]. Elas foram realizadas em Aix-en-Provence, Lille, Lyon, Marseille, Montpellier, Paris, Rennes, Strasbourg e Toulon e outras pequenas cidades próximas a estas. O procedimento utilizado foi o estabelecimento do contato (correio eletrônico ou telefone) com explicitação do pedido de colaboração, seguido pelo agendamento do encontro. A hora e o local de realização da entrevista ficaram sempre a critério do entrevistado, bem como a opção de registro da entrevista, se seria através de gravação ou registro por notas. Todos os entrevistados foram informados sobre a pesquisa em curso, e sabiam que seus depoimentos seriam utilizados em um estudo, mas assumi o compromisso de preservar suas identidades, por isso quando há referência aos entrevistados, estes aparecem identificados apenas por iniciais.

Em relação ao sexo destes entrevistados, 37 são homens e 46 são mulheres (destas 2 casos de transexuais/transgênero). Em relação à idade, o mais jovem entrevistado tem 23 anos e o mais velho 60. A maior parte deles, 55 respondentes, tem entre 31 e 50 anos de idade. Os jovens entre 23 e 30 anos somam 19 casos. Os que possuem mais de 51 anos são minoria, apenas 8 pessoas (há um caso de recusa em informar a idade).

Dentre os imigrantes entrevistados, a UF de nascimento com maior frequência foi São Paulo com 15 casos. Depois Minas Gerais (11 casos) e Rio de Janeiro (10 casos). Em quarta posição, tem-se a Bahia (8).

Considerando a UF do Brasil anterior a emigração, São Paulo foi última residência de 26 entrevistados. Em segundo lugar, a Bahia (10), seguida por Rio de Janeiro (8) e Minas Gerais (7). Pernambuco e Distrito Federal ocupam igualmente a quinta posição (5 casos cada).

Houve 14 entrevistados que chegaram na França vindos de outros países: Suíça (3 casos), Espanha (2 casos), Guiana Francesa (2) e Irlanda (2). Houve um caso de vinda da Alemanha, Estados Unidos, Itália, Inglaterra e Portugal.

Apesar dos limites em termos de generalização, tais trajetórias migratórias múltiplas reforçam a ideia de que o espaço de livre circulação europeu tende a reconfigurar os sistemas migratórios dos brasileiros na Europa (ROSENFELD et al, 2009). Outro fator que remete a uma possível transnacionalidade da imigração brasileira na Europa refere-se à presença de brasileiros na França viabilizada pela posse de outras nacionalidades europeias: cinco casos de cidadania italiana e um caso de cidadania portuguesa. Há os casos em que a ida para a França configurou uma nova emigração para Europa, após um retorno ao Brasil. Isso sem falar de casos de "retorno" à França, cerca de seis, nos quais houve pelo menos uma estada anterior na França desde a "última" vinda. Um caso notadamente aproxima-se de um movimento circulatório: E.S. é um profissional qualificado que no momento da entrevista estava na sua 7ª experiência de expatriação na França, desde 1986, são "idas e vindas" frequentes.

[13] Expressão usada nas Ciências Sociais para indicar o método de seleção de amostragem não probabilística, no qual alguém indica uma ou mais pessoas, que por sua vez podem sugerir outros nomes.

Em relação ao perfil, as entrevistas revelaram uma diversidade de tipos de migrantes, pessoas com diferentes motivações para o deslocamento. Apesar de serem todos "brasileiros imigrantes na França" possuem estilos de vida completamente distintos e exercem atividades variadas. Em relação às ocupações[14] tem-se que:

- 23 entrevistados/as são trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados (manicure, faxineira, profissional do sexo, tradutor, cozinheiro, garçom, motorista, vendedor, etc.);
- 24 entrevistados/as são profissionais das ciências e das artes (músicos, mestres de capoeira, produtor cultural, cientista, professor universitário, etc.);
- 9 entrevistados/as são trabalhadores de manutenção e reparação (atividades ligadas à construção civil e à reforma imobiliária tais como: pintor, azulejista, pedreiro, etc.);
- 7 entrevistados/as são estudantes mas trabalham com a prestação de serviços (baby-sitting, limpeza, agente de turismo, etc.);
- 6 entrevistados/as são trabalhadores de serviços administrativos (secretária, auxiliar de biblioteca, atendentes, etc.);
- 6 entrevistados/as estavam desempregados/as ou não trabalhavam;
- 5 entrevistados/as são estudantes e não trabalham, vivem de economias, ajuda da família ou do cônjuge;
- 3 são dirigentes ou gerentes de empresas privadas.

Em relação às motivações, algumas considerações gerais podem ser feitas. As entrevistas realizadas apontaram que o casamento é um motivo frequente da imigração para a França: há 9 entrevistados que se casaram com franceses e que o encontro com o futuro cônjuge e o início do relacionamento deu-se no Brasil. Nestes casos, a migração é em grande medida explicada em termos afetivos-pessoais. Há 19 eventos de uniões franco-brasileiras realizadas na França. Aqui cabe dizer que o casamento é muitas vezes "antecipado" como estratégia para viabilizar a permanência regularizada do/a brasileiro/a na França. Há três casos em que o casal franco-brasileiro se formou em outro país, um na Inglaterra, outro na Irlanda e o terceiro na Guiana Francesa. Uma das entrevistadas declarou ter um "casamento branco", uma união estável com um amigo, apenas de "fachada" para viabilizar sua estadia regular no país.

Uma segunda motivação importante, em termos de frequência, é o estudo. Cerca de 20 entrevistados alegaram o aprendizado de francês ou ter parte da formação acadêmica na França como motivação fundamental para a partida. Em muitos casos, o projeto migratório acaba sendo alterado, e após a realização dos estudos, a permanência na França justifica-se por outros fatores.

A chamada migração clássica laboral (aqui entendida como o deslocamento temporário com vistas a obter maiores ganhos salários) também apareceu no universo dos entrevistados. Entretanto, verifiquei em mais de um caso que a vivência no exterior levou a uma atualização do projeto inicial, culminando na mudança da expectativa temporal inicial destes migrantes trabalhadores, inclusive com práticas e posturas que indicam menor probabilidade de reversibilidade do deslocamento (DOMENACH e PICOUET, 1990).

Concluindo, o primeiro aspecto a ser mencionado refere-se à importância do Estado de São Paulo, UF que teve a maior frequência tanto como local de nascimento dos/as entrevistados/

[14] Agrupei as ocupações declaradas pelos entrevistados de acordo com os grandes grupos da Classificação Brasileira das Ocupações de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil.

as, como UF de residência anterior a emigração. Enquanto 15 entrevistados/as são paulistas, 28 viviam ou passaram pelo Estado por São Paulo antes da partida.

Para efeito ilustrativo, serão comentados a seguir quatro casos destas trajetórias migratórias que tiveram passagem por São Paulo.

Trajetória 1. Nascido em Jequié, Bahia, R.E. foi para São Paulo ainda criança com a mãe, funcionária do banco Caixa Econômica. Deixou o Brasil com 20 anos, em 2004 para entrar na Legião Estrangeira - exército mercenário francês. Depois de viver alguns anos na Espanha, com uma esposa brasileira que tem cidadania espanhola, teve que partir novamente em função da crise naquele país e acabou "voltando" para a França. Quando perguntei por que não retornava ao Brasil, respondeu-me que "não se pode andar para trás".

Trajetória 2. S.F. é uma mulher, transexual de 35 anos. Deixou Fortaleza aos 17 anos, "expulsa" de casa pelo pai. Foi para São Paulo e lá conheceu as pessoas que a ajudaram a ficar na França, apesar de ter a Itália como destino migratório no projeto inicial. Vive na França desde 2002. No início vivia basicamente da prostituição, hoje S.F. faz "acompanhamento" e trabalha como atriz. Comprou terra para a família no interior do Ceará, e uma casa em Fortaleza. Seus planos para o médio prazo é fazer um curso profissionalizante e voltar para o Brasil para abrir um Salão de Beleza.

Trajetória 3. G.F. tem atualmente 46 anos. Nasceu no interior baiano e foi para São Paulo com 22 anos no final da década de 1980. Segundo seu depoimento, foi uma "aventura" muito maior sair da Bahia para São Paulo, do que desembarcar na Europa em 2002. A vida em São Paulo foi um "sucesso" segundo ela, pois conseguiu trazer as irmãs e a mãe da Bahia sem que "ninguém precisasse morar de aluguel". A decisão de sair do Brasil veio com a perda do emprego. Ficou 3 meses em Portugal antes de ir para a França, onde tinha uma irmã. G.F. casou-se com um português e tem filhos. Manda dinheiro para a família no Brasil, mas não pensa em voltar.

Trajetória 4. A.C. é um mineiro que foi para Paris encontrar um amigo que "arrumou" um trabalho para ele, em 2004. Inclusive, seu futuro patrão na França foi quem pagou a passagem aérea, pois ele não tinha condições na época. Mas antes de ir, passou 4 meses em Campinas, interior de São Paulo, para "juntar um pouco de dinheiro" para levar. Inicialmente, seu plano era "ficar um tempo, ganhar dinheiro e voltar". Conheceu uma brasileira lá em Paris, na Igreja que frequenta ainda hoje. Decidiram que não queriam viver entre "lá e cá" como muito fazem e investiram na vida conjunta na França. Casaram-se, tiveram um filho e no momento o retorno é uma possibilidade remota para o casal. De acordo com ele, mesmo que ele possa hoje "ganhar a mesma coisa no Brasil", não há comparação em termos do custo de vida e da qualidade de vida que a família tem morando em Paris, por isso prefere viver na França.

Em relação aos estudos, São Paulo também foi passagem de duas brasileiras entrevistadas, que nasceram no Pará e foram para São Paulo estudar na UNESP e na USP. Partiram de lá para irem estudar na França. Uma delas, J.F., 39 anos, conheceu o atual marido enquanto fazia seu estágio de doutorado "sanduíche". Voltou para o Brasil, terminou a tese e retornou a França para casar-se. Está tentando se inserir como pesquisadora numa Universidade no sul do país. Mas tem planos de voltar para o Brasil, após a aposentadoria do marido.

Um aspecto notável se refere às nuances que a escolha do "destino" pode assumir. De um lado, a França como um destino circunstancial porque é o país de moradia do companheiro/a, ou porque foi lá que "deu mais certo". Aqui é importante mencionar que muitas vezes o "destino-

França" foi pensado como local de passagem, mas em função "do percurso e dos percalços", deixa de ser lugar de trânsito, para ser lugar de assentamento. Se a origem do fluxo em parte se explica pela proximidade com a Inglaterra e as barreiras para ultrapassar essa fronteira, sua continuidade engendra novas dinâmicas. Atualmente, há aqueles que deixam o Brasil tendo como destino a França. Um dos entrevistados, R.M., mineiro da Região de Governador Valadares foi parar na França através de um "coiote". Quando decidiu emigrar, foi fazer o passaporte e na cidade foi abordado pelo tal sujeito vendendo "serviços de recepção" para brasileiro na região de Paris. Ele pagou dois mil reais, em 2007, para alguém ir buscá-lo no aeroporto, e leva-lo até um "apartamento de brasileiros", tudo associado a uma rede de trabalho na construção civil.

Estes breves relatos apontam para a riqueza do material que teremos para analisar. Esperamos que as entrevistas sirvam para alimentar uma discussão sociológica sobre as migrações internacionais contemporâneas e nosso intuito de encontrar um nível intermediário de análise, capaz de articular o migrante ao processo migratório (PEIXOTO, 2011).

Thomas Faist é um sociólogo alemão bastante preocupado com a busca de um nível intermediário de análise do fenômeno migratório, pois se o ato migratório não é tomado de forma isolada, a decisão individual não pode ser uma variável independente. Entendido como processo social, a ação de migrar se realiza por um indivíduo que ocupa posição dentro de um espaço social construído por estruturas políticas, econômicas e culturais que estão além de suas competências. A recomendação de Faist (2010) é que os estudos migratórios lidem então com três níveis de análise: 1. Estrutural (estruturas política, econômica e cultural); 2. Relacional (capital social e vínculos sociais entre migrantes e sedentários tanto na origem como no destino) e; 3. Individual (grau de liberdade ou autonomia de tomada de decisão pelo potencial migrante).

Assim do ponto de vista estrutural, tem-se uma séria de diferenças e desigualdades entre os países: graus variados de estabilidade política dos Estados-Nações, diferentes políticas de admissão e integração dos imigrantes, distintos padrões de vida, diferenciais nos níveis salariais, normas internacionais, expectativas normativas, etc. Na outra ponta, da perspectiva da autonomia do indivíduo, há aqueles que em última instância migram "sem escolha" (escravos, certos casos de refugiados, entre outros) e outros que o fazem com amplo espectro de liberdade porque possuem recursos econômicos, informações e contatos. Entre estes dois extremos, encontra-se a grande maioria dos migrantes, indivíduos cujos espaços de "autonomia decisória" estão circunscritas pelos contextos nos quais se inserem e que influenciam a sua decisão de partir ou ficar. Estes aspectos envolvidos são, por exemplo, outros indivíduos no lugar de origem, coletivos e redes sociais dos potenciais e atuais migrantes, existência de atores coletivos de interesse (FAIST, 2010).

A pesquisa de campo mostrou que os brasileiros na França não constituem um grupo homogêneo, e que o atual fluxo de brasileiros para a França é composto por uma diversidade de perfis, isto é, são diferentes formas de mobilidade (WENDEN, 2011) tais como circulação estudantil, fuga de cérebros, mobilidade de trabalhadores qualificados, migração econômica, indocumentados, entre outros. A expectativa é que essa diversidade seja útil para a elaboração de uma análise sobre a recente imigração brasileira na França capaz de reconhecer e articular as perspectivas estruturais, relacionais e individuais.

Referências

ABUD, Tatiana Diniz. Brazil in France: representation of brazilian culture, the image of the country and the conservation of stereotypes. Mestrado (Master Europeo en Antropología Social y Cultural) - Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2010. 128 p.

ACETI, Monica. "La capoeira: de hier à aujourd'hui". In: Devenir et rester capoeiriste en europe. Transmissions interculturelles et mondialite de la capoeira afro-brésilienne. Thèse - titre de docteur en Sociologie. Besançon: ED LETS/Université de Franche-Comté, 2011. p. 67-139

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de e BAENINGER, Rosana. "Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais". In: Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 28, Recife. Anais... Recife: Alas, 2011. 19 p. Disponível em: <alas-sociologia.org/anais>.

AMORIM, Mariana Alves. Para além de partidas e de chegadas: migração e imaginário entre o Brasil e a França, na contemporaneidade. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. 296 p.

BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. Vivre à St. Paul: os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. 405 p.

BÓGUS, Lucia Maria. "Migrantes brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar". In: PATARRA, Neide (org) Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 111-121.

BRITO, Ângela Xavier de. Construction de l'espace de formation brésilien et études à l'étranger: stratégies et carrière morale des étudiants brésiliens dans l'Université française, 1960-1986. Thèse de doctorat en sociologie, Université René Descartes-Paris, 1991. Volume I. 277 p.

CARELLI, Mario. Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil. Campinas: Papirus, 1994. 272 p.

CHAMOZZI, Françoise. "Les brésiliens qualifiés immigrés en France: risques de l'immigration et déclassement professionnel". Hommes & Migrations, nº 1281, 2009.

CORDEIRO, Albano. "Les portugais, une population 'invisible?'". In: DEWITTE Philippe (dir). Immigration et intégration: l'état des savoirs. Paris: La Découverte, 1999, pp. 106-111.

CORTÈS, Geneviève. e FARET, Laurent. "La circulation migratoire dans l'ordre des mobilités". In: CORTÈS, Geneviève. e FARET, Laurent (orgs) Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Armand Colin, 2009, p. 7-19.

DOMENACH, Hervé. e PICOUET, Michel. "El caracter de reversibilidad en el estudio de la migracion." Notas de población, nº 49, 1990. p. 49-69

FAIST, Thomas. "The crucial mesolevel". MARTINIELLO, Marco and RATH, Jan (edits). Selected studies in international migration and immigrant incorporation. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. p. 59-90. Disponível em: <books.google.com.br>. Acesso em: 19/02/2013.

GONZÁLEZ, Olga L. ¿Qué sabemos sobre los migrantes latinoamericanos en Francia? Revisión bibliográfica comentada. CASTILLO, Isabel Yépez del e HERRERA, Gioconda (eds). Nuevas migraciones latinoamericanas a Europa: balances y desafíos. Quito: FLACSO, OBREAL, Universidad Católica de Lovaina, Universitat de Barcelona, 2007. p. 139-165. Disponível em: <www.flacsoandes.org>. Acesso em: 23/01/2010.

LAURENS, Jean-Paul. "Introduction: l'exception et la règle". In: 1 sur 500: la réussite scolaire en milieu populaire. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 1992. p. 11.21.

MARGOLIS, Maxine. Little Brazil: imigrantes Brasileiros em Nova York. Campinas: Papirus, 1994. 452 p.

MASSEY, Douglas. et al "New migrations, new theories" In: Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium. New York: Oxford University Press, 1998.

MENEZES, Lená Medeiros de. "Francesas no Rio de Janeiro: modernização e trabalho segundo o Almanak Laemmert (1844-1861)". Revista do IHGB. Ano 165, nº 423, abril-junho 2004. 30 p. Disponível em: <www.labimi.uerj.br/artigos/1306519921.pdf>. Acesso em: 24/01/2013.

PATARRA, Neide. "Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volume, fluxos, significados e políticas". São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 3, jul/set 2005. p. 7-24.

PATARRA, Neide e BAENINGER, Rosana. "Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil". In: PATARRA, Neide (org) Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995. p.78-88.

PEIXOTO, João. "As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas". SOCIUS Working Papers, nº 11, 2004. 36 p. Disponível em: <www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2037> Acesso em: 19/05/2011.

PEREIRA, Marcio Rodrigues. "Presença cultural francesa no Brasil". Revista Travessia, nº 65. São Paulo: CEM, setembro-dezembro 2009. p. 89-100.

ROLLAND, Denis. "L'etat Français et les exils brésiliens : prudence d'etat, guerre froide et propagandes". In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos e ROLLAND, Denis. L'exil brésilien en France: histoire et imaginaire. Paris: L'Harmattan, 2008a. p. 49-124.

ROLLAND, Denis. "L'exil des disctatures: impact conjoncturiel dans la présence latino-américaine en France?". In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos e ROLLAND, Denis. L'exil brésilien en France: histoire et imaginaire. Paris: L'Harmattan, 2008b. p. 185-205.

ROSENFELD, Martin et al. "Immigration brésilienne en Europe: dimension transnationale". Hommes & Migrations, nº 1281, 2009. p. 54-63.

SALES, Teresa. "O Brasil no contexto das novas migrações internacionais". Revista Travessia nº 21. São Paulo: CEM, 1995. p. 5-9.

SALES, Teresa. "Brasil migrante, Brasil clandestino". São Paulo em Perspectiva. v. 8, n. 1, 1994. p. 107-115.

SASSEN, Saskia. "A criação de migrações internacionais". In: Sociologia da globalização. Porto Alegre. Editora Artmed. 2010. p. 113-138.

SILVA, Marta dos Santos. "Casamento franco-brasileiro: mulheres brasileiras casadas com franceses e morando na França". In: PADILLA, Beatriz et al (org). Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa. Atas do 2º seminário de estudos sobre a imigração brasileira na Europa. Lisboa: ISCTE, 2012. p. 363-375. Disponível em: < repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/3874>. Acesso em: 03/12/2012.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. "Migração, sexualidade e prostituição: travesti e transgêneros no Bois de Boulogne". In: Encontro Anual da ANPOCS, 33, 2009, Caxambu. Anais...São Paulo: ANPOCS, 2009, 28 p. Disponível em: <www.anpocs.org>. Acesso em: 10/02/2013.

VALENTE, Pamela. "Os brasileiros na França". In: Rádio França Internacional, 07/07/2005. Disponível em <www.rfi.fr/actubr/articles/067/article_102.asp>. Acesso em: 05/08/2008.

WENDEN, Catherine Wihtol de. "Un essai de typologie des nouvelles mobilités". Hommes & migration, nº 1233, 2001. p. 5-12.

MUDANÇAS NA RECENTE MIGRAÇÃO BRASIL-JAPÃO: NÚCLEOS E REDES MIGRATÓRIAS

Lili Kawamura

Em um mundo cada vez mais conectado por migrações internacionais, com alta visibilidade de latino-americanos nos países do Norte como Estados Unidos, Japão, Inglaterra, França, Alemanha, Espanha e em alguns países do Sul, como o Brasil, Argentina, México e Chile, chamam a atenção as complexas redes de migrantes que surgem e desaparecem continuamente, no contexto mundial interconectado por redes as mais variadas.[1] Os países do Sul se caracterizam, ao mesmo tempo, como fornecedores e recebedores de trabalhadores estrangeiros. A atual crise que assolou a maioria dos países europeus, as catástrofes naturais no Japão, a "Primavera Árabe" e outros acontecimentos que afetam a movimentação global de pessoas aprofundam a migração, inclusive do Norte para o Sul do planeta, tornando mais complexo o processo migratório. É nesse contexto global que vamos considerar a migração de latino-americanos e, em particular, de brasileiros para o Japão.

Tratar da migração de brasileiros ao Japão não exclui os demais latino-americanos, em vista de várias situações e problemas semelhantes que se estendem aos migrantes peruanos, colombianos, bolivianos, argentinos e outros, evidentemente consideradas as especificidades de cada grupo. A migração de brasileiros ao Japão tornou-se mais visível,não apenas por sua superioridade numérica, mas também porque o Brasil engloba o maior contingente populacional de origem japonesa vivendo no Exterior. A superioridade numérica chegou a ofuscar a presença de outros latino-americanos, que eram confundidos com brasileiros pelos nativos. Com o tempo, os peruanos[2], o segundo maior grupo com ascendência nipônica no Exterior, passam a ter visibilidade, convivendo em grupos próprios, o que veio influenciar a interação entre ambos os grupos latino-americanos e destes com a sociedade japonesa. As diferentes heranças sociais e culturais que os descendentes de japoneses na America Latina tem recebido nas sociedades de

[1] Castells, M.: A sociedade em Rede, A era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura, Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. I, 2008.
[2] Morimoto, A.: Los Japoneses y SUS descendientes en El Peru, Lima, Congreso de La República Del Peru,1999; Altamirano, T.:Exodo: Peruanos en el Exterior, Fondo Editorial PUCP, 1992.

origem (Brasil, Peru, Argentina, Bolívia, Colômbia e outros) os diferenciam culturalmente entre si, a despeito da mesma origem étnica.

Em fins dos anos oitenta, a premente necessidade de mão de obra para manter a sobrevivência das pequenas e medias empresas, levou empresários japoneses a buscar trabalhadores fora do pais. A proibição do uso de mão de obra estrangeira e o maior controle governamental reorientaram a busca por trabalhadores de origem japonesa no Exterior. Empresários, governo e a maioria da população adotavam a idéia equivocada de que os descendentes estavam imbuídos de forte influência cultural japonesa, principalmente o conhecimento do idioma, reforçada por laços sanguíneos. A própria emenda da Lei da Imigração de 1990[3], flexibilizando a entrada de trabalhadores com ascendência nipônica, para atender aos anseios empresariais, reforça a socialmente valorizada consanguinidade como critério seletivo básico ao ingresso de migrantes no Japão.

A maioria dos migrantes desconhece os padrões de conduta e linguagem atualmente adotados no Japão – mesmo com a vivência dentro de antigos valores, costumes e língua trazidos por imigrantes nipônicos para a América Latina, considerados retrógrados pelos japoneses – o que dificulta sua inserção ao sistema de trabalho e de vivência no pais de destino. De sua parte, a sociedade local mantém distancia em relação ao "diferente" e "desconhecido", principalmente onde o provincianismo ainda dita as normas, com o objetivo de preservar seus costumes, condutas e valores tradicionais integrados à vida cotidiana, esta já isolada por séculos do Exterior. A rápida inserção econômica e tecnológica do pais no processo de globalização não ocorreu da mesma forma na tradição, ao contrário, a modernização foi acompanhada da incorporação de aspectos culturais tradicionais no trabalho e na vivência cotidiana.[4]

Divergências entre grupos migrantes e cidadãos locais aconteciam frequentemente no trabalho, na vizinhança e escola dos filhos. Condutas vistas como rotineiras no Brasil e consideradas desrespeitosas aos semelhantes, como voz e música em alto som, brigas, manifestações de namoro em público assustavam os japoneses acostumados ao silêncio, ao recato de suas expressões emotivas e intimidades em recintos privados.

Após a Emenda da lei de Imigração mencionada, a década de 90 teve um crescimento elevado da população brasileira no Japão (também de outros latino-americanos, em proporções bem menores) que se fez acompanhar de uma crescente movimentação interna de migrantes no pais e entre este e o Brasil, no sentido da sua dispersão, concentração e reconcentração em determinados espaços urbanos. Na medida em que essa dinâmica significava movimentação dentro dos limites de vivência dos japoneses, houve também aumento das manifestações de desencontros com a população local.

O aumento do contingente de migrantes se fez acompanhar de uma diversificação na forma de inserção de latino-americanos na sociedade nipônica. O dinamismo do mercado consumidor latino-americano no pais ativou a iniciativa de alguns brasileiros (e também peruanos) a instalar atividades comerciais e serviços relacionados aos interesses imediatos dos grupos latino-americanos sediados no pais. O desenvolvimento dessas áreas permitiu a saída paulatina de uma minoria de migrantes da condição de trabalhadores braçais e operários, onde

[3] Emenda da Lei de Imigração do Japão, em junho de1990, permitindo a entrada de descendentes de japoneses até a 3ª.geração por tempo determinado renovável.(3 anos para os filhos e 1 ano para os netos).

[4] Yoshimoto sintetiza bem a ideologia veiculada no Japão da necessidade da cooperação em equipe para a obtenção da produtividade e que advém da tradicional forma de cultivo do arroz com o uso da irrigação, cujo êxito decorria do trabalho conjunto e a divisão e distribuição da água.. Ver Yoshimoto, T.:Qualidade, Produtividade e Cultura, S. P. Saraiva, 1992 e Hirata Helena: Divisão Social e Processos de Trabalho na Sociedade Japonesa.Artigo baseado em palestra. S.P., Centro de Estudos Japoneses, USP, 1987.

se encontra ainda a maioria admitida no mercado de trabalho para ocupar funções rejeitadas por trabalhadores nativos, para a de empreendedores.

Novo caráter da migração Brasil-Japão: núcleos de brasileiros

As mudanças expressam novas formas de relações inerentes ao processo migratório, com novos problemas, desafios, soluções e busca de novas alternativas na migração. Nesse processo migratório, a diferenciação das relações significa sair da situação de homogeneidade, enquanto conjunto uniforme de trabalhadores manuais, inicialmente denominados 3 Ks (*kitanai* - sujo; *kitsui* - pesado e *kiken* - perigoso), com mais dois caracteres acrescentados pelos próprios brasileiros, *kibishii* - exigente e *kirai* - detestável) para uma vivência complexa na sociedade de destino interligada com a de procedência.[5]

A presença brasileira (e outros latino-americanos) ao Japão passou a incluir famílias e não apenas indivíduos, que no início da migração eram predominantemente do gênero masculino, principalmente depois da abertura do mercado de trabalho para os descendentes de japoneses até a 3ª. geração, conforme a Emenda da Lei da Imigração Japonesa de 1990. Essas famílias aumentaram e diversificaram a demanda por produtos e serviços no mercado latino-americano no Japão. Desde meados dos anos noventa houve uma expansão de empreendimentos comerciais de produtos brasileiros e peruanos, de fábricas de alimentos e vestuário, alem de serviços de entretenimento e lazer, manutenção de equipamentos, carros, informática, de comunicações, mídia, transporte,e escolarização de crianças e jovens. A construção de *shopping centers*, bares, restaurantes, escolas e academias de ginástica em locais de alta densidade de brasileiros e peruanos, significou a instalação de espaços próprios, o que facilitou a vivência desses estrangeiros numa sociedade culturalmente tão diferente.

Nos núcleos brasileiros, mesmo sem conhecer o idioma e os costumes locais, os migrantes brasileiros podem viver segundo seus padrões de comportamento utilizando sua própria língua. Contudo, essa "auto-segregação" coloca um hiato entre migrantes e japoneses, dificultando sua integração social e cultural na sociedade local, apesar do uso do português e espanhol indicando os locais nos espaços japoneses frequentados por migrantes, como escolas, comércio de eletro-eletrônicos, informática, etc...

As facilidades decorrentes das condições de vivência, o crescente número de crianças, adolescentes e jovens nascidos no Japão, estes imbuídos da cultura local, vem aumentando o contingente de brasileiros e peruanos que optam por permanecer no Japão, diferente do período anterior, quando a maioria tinha como principal objetivo o retorno a seu pais. Mesmo em períodos de crise, quando o interesse do Japão era o retorno dos migrantes a seus países, a opção desses brasileiros pendia mais para a permanência, sendo a volta uma alternativa para casos muito críticos de vida, principalmente pela perspectiva de se sentir "fora de lugar" em seu próprio pais de origem.

Grande parte dos migrantes expressam a idéia de transitoriedade em sua vivência: no Japão idealizando o retorno ao pais natal, onde poderiam concretizar seus anseios, planos e sonhos. Por outro lado, de volta ao pais de origem, os migrantes idealizam o Japão, como o "lugar" adequado para a realização pessoal, familiar e de efetivação de seus sonhos. O "ir e vir" do processo migratório significava viver em trânsito e desenraizado, em ambos os lugares simultaneamente, levando a desafios e complicações sociais e culturais para a vivência presente

[5] Essas e outras caracterizações e análises sobre brasileiros no Japão ver :Lili Kawamura: Para onde vão os Brasileiros?, ? Campinas, SP, Ed. UNICAMP, 2ª. Edição Revista, 2003.

e futura. Seja a dedicação total ao trabalho, seja a prática de deixar-se levar unicamente pelo consumismo e pela diversão, o movimento de ir e vir"contínuo tem trazido consequências nocivas aos migrantes e seus filhos.

O modo de vida dos migrantes parece orientar-se por uma idéia transitória de sua vida no trabalho, nas relações familiares e de amizade, fortemente marcado pela vontade de retorno breve ao pais de origem; no entanto, sem conseguir sair do processo de ir e vir continuamente, característico das recentes migrações internacionais. A idéia de transitoriedade e temporalidade que acompanha os migrantes adia a possibilidade de realização dos objetivos, sonhos e metas de "ser feliz" para outro lugar em outro tempo, e assim sucessivamente.

Há que se considerar que o aumento dos bens de consumo e produção e as condições favoráveis de vida atendem de maneira diversa aos grupos migrantes de acordo com sua posição no trabalho, moradia, facilidades de acesso aos bens materiais e culturais, favorecendo os migrantes proprietários ou profissionais com salários altos. Estes segmentos, embora pequenos relativamente ao conjunto dos migrantes, passam a conseguir poder econômico, social e cultural, o que lhes possibilita adotar estilos de vida mais sofisticados e o usufruto de produtos, diversão e escolaridade mais caros e de difícil alcance à maioria da população migrante. A vivência desta minoria vem se distanciando mais e mais dos segmentos da população trabalhadora latino-americana no Japão. Em contrapartida, parte dessa minoria privilegiada parece buscar relacionar-se com grupos japoneses por interesse econômico ou como representante de associações brasileiras ou peruanas. Sem duvida, a parte privilegiada de brasileiros que emprega crescentemente a mão de obra dos próprios compatriotas, bem como de trabalhadores japoneses, passou a enfrentar também situações criticas levando ao fechamento de seus empreendimentos, causado pelas crises econômicas e catastróficas (tsunami, terremotos,etc.), no pais nascente.

A maioria dos migrantes constituída por empregados assalariados, desempregados, moradores de rua (homeless) passam a viver, em épocas de crises, em condições mais precárias de vida, dependendo do apoio de parentes, vizinhos e amigos; em condições similares aos japoneses pobres ou empobrecidos. Os denominados "*homeless*" adquirem visibilidade e ao lado de crianças e jovens sem escola, envolvidos em crimes de várias nuances (roubos, drogas, brigas e prostituição) compreendem a parcela marginalizada da população. Tal situação reproduz entre os migrantes a desigualdade social vigente no Brasil (e outros países latino-americanos) dentro da sociedade japonesa, de modo diverso do início da migração quando todos se igualavam como trabalhadores braçais no pais de destino.

De modo geral, a maioria dos migrantes ainda permanecem em funções operativas, quando não se encontram desempregados ou subempregados, o que se acentua em períodos críticos no mercado, em vista da desaceleração econômica, acompanhando as crises mundiais, alem das consequências de tragédias decorrentes de terremotos, tsunamis e outras catástrofes. Apesar do retorno de migrantes a seus países de origem, novos grupos com novos perfis passam a incorporar a população migrante no Japão. Além dos *Nikkei* (descendentes de japoneses) têm visibilidade os jovens mestiços e brasileiros de outra origem étnica. Em sua maioria, os novos integrantes da migração apresentam pouca escolaridade, sem conhecimento dos costumes e do idioma japonês, acentuando mais a diversidade dos migrantes latino-americanos no Japão. Em face desse perfil, em períodos críticos,o Japão adota critérios seletivos cada vez mais rígidos. O desafio aos aspirantes ao mercado de trabalho no país consiste em atender as exigências de conhecimentos da língua, conduta, rotina e valores locais, além de experiência na função, requisitos não exigidos anteriormente. Essa nova prática seletiva coloca à margem da sociedade crescentes proporções de migrantes, pelas dificuldades na busca de trabalho, moradia, alimentos, etc.

A desigualdade social entre os próprios migrantes se manifesta na diferenciação no acesso aos aparatos culturais e de lazer, à escolarização privada oferecida por escolas brasileiras, além de estabelecer diferenças de estilos de vida, idéias, valores, condutas e comportamentos. Estas posturas se expressam na organização familiar, educação dos filhos, condutas em face do trabalho, da família, escola, vizinhança e da população de ambos os países. A perspectiva da crescente segregação está relacionada com o aumento da imagem de violência, da desigualdade social e da auto-segregação em núcleos próprios, de um lado e, de outro, dos resquícios de preconceitos e discriminação[6] dos nativos.

Redes migratórias

O crescimento e a diversificação da vivência dos migrantes latino-americanos no Japão se expressam na difusão de núcleos de migrantes para quase todo o território japonês; além de acentuar a concentração e a mudança qualitativa dos tradicionais espaços próprios de brasileiros, como *Oizumi*, conhecida como *Brazilian Town*, *Homidanchi* em Toyota, *Toyohashi* e *Hamamatsu*, onde ainda vive a maioria dos brasileiros. As antigas conexões através do comércio ambulante, de atenção à saúde itinerante, da ação de grupos religiosos e das ONGs foram ampliadas ou substituídas por *shopping centers* e representantes das atividades de saúde, religiosa e de assistência social em determinados pontos fixos com alta incidência de moradores brasileiros e peruanos, constituindo um setor periférico na economia japonesa. Ao mesmo tempo, no período, já se destacavam intercâmbios de apoio mútuo entre os migrantes e seus familiares, vizinhos e amigos no pais de origem, bem como vínculos com agencias de intermediação de trabalhadores em empresas de turismo, serviços de recrutamento e seleção para o mercado japonês, denominados "*broka" (broker)*[7], órgãos oficiais (embaixada, consulado e banco governamentais) instalados em ambos os países.

A dinâmica da migração ao expandir um mercado próprio, que incentiva os próprios brasileiros (peruanos e outros) a desenvolverem atividades comerciais, produtivas e de serviços específicos relacionados aos padrões culturais de origem, em busca de insumos no pais de origem, formando assim, vínculos ou redes próprias para objetivos definidos. Destacam-se redes empresariais, educacionais, comunicativas, com base em relações predominantemente formais, diferente das conexões familiares, de amizade ou vizinhança, caracterizadas por relações informais.[8]

A diversificação do trabalho e da vivência dos migrantes se faz acompanhar de mudanças econômicas, sociais e culturais que intensificam as conexões entre os próprios migrantes vivendo em diferentes regiões do Japão, em torno de grandes *shopping centers* brasileiros, de empresas empregadoras e de núcleos próprios de vivência como em Homidanchi, Toyota, Toyohashi, Oizumi, Hamamatsu, etc. e destes com seus compatriotas no Brasil, em quase todas as áreas de atividade. A heterogeneidade da vivência dos migrantes no Japão, ao possibilitar a ampliação de vínculos dinâmicos e especializados, resulta na instalação crescente de redes formais (econômicas, educacionais, comunicativas, religiosas) ao lado das tradicionais redes informais (familiares, comunitárias e de amizade) já existentes desde o início da migração.

[6] Kawamura, L. La Discrimination Sociale et Culturelle dans la Migration de Brésiliens au Japon, in 1908-2008 Le Centenaire de L'Immigration Japonaise au B´resil,org. Par Schpun, M.R., Cahiers du Brésil Contemporain, no. 71/72, Paris, 2008.
[7] Sobre intermediação de trabalhadores brasileiros para o mercado no Japão consultar :Kitagawa,T.: Relatorio de Investigação sobre os Trabalhadores Estrangeiros no Japão, Japan, Tokyo University,1993; Fujita,E.: Immigrant Workers of Japanese Ancestry and the Employment System, paper presented at UNCRD, Nagoya, Japan, April 29, 1994.
[8] Ver Elisa M. Sasaki, O jogo da diferença: A experiência identitária no movimento dekassegui. Tese de maestria em Sociologia, Campinas, SP, UNICAMP- IFCH.

As redes permitem acelerar o movimento dos latino-americanos no Japão, que adquirem cada vez maior visibilidade, mesmo nos lugarejos mais distantes dos grandes centros, obtendo maiores facilidades para difundir sua cultura e receber, em contrapartida, influências culturais regionais do pais. A extensão das redes para os países de origem, com caminhos organizados para o trânsito de empreendedores, profissionais, artistas e técnicos vêm facilitar o "ir e vir" na rota Brasil-Japão, processo presente nas atuais migrações internacionais e que contribuem para aprofundar o intercâmbio cultural junto com os produtos materiais e financeiros. Sem dúvida, a mescla de aspectos culturais, costumes, atitudes e comportamentos sociais não ocorre de forma igualitária para todos, mantendo-se assim as diferenças, os conflitos e desentendimentos, tanto entre os grupos socialmente diferentes (desde empreendedores, profissionais até trabalhadores braçais) quanto entre os da mesma condição social .

O caráter empresarial das atividades desenvolvidas para o mercado latino-americano no Japão, tende a expandir as redes empresariais conectando atividades comerciais, produtivas, escolares, artísticas, esportivas e comunicativas. O que diferenciam as redes empresariais entre si são os objetivos e funções específicas. O intercâmbio comercial entre os empreendimentos comerciais de mercadorias brasileiras e os fornecedores de produtos, matéria-prima e serviços no Brasil vem crescendo com a diversificação das atividades dos migrantes no Japão. As redes sociais (comerciais, produtivas e de serviços técnicos e de manutenção mecânica de equipamentos e automóveis), culturais (escolarização de crianças e adolescentes; cursos de idioma, culinária, dança, esporte e artes brasileiras); comunicativas (periódicos, revistas, TV e internet), conectando mercados dispersos de migrantes que se estendem para o Brasil e outros países, em busca de matérias primas, produtos e mercados. Constituem redes de empreendimentos de tamanho e nível variados, muitos deles terceirizados, que se interconectam dentro do Japão e com filiais no Brasil, complementando reciprocamente suas funções, por exemplo, produtos, matérias- primas e equipamentos para comércio e fabricação; dados sobre cada um dos países para os meios de comunicação; serviços de informática; métodos e materiais educativos para grades curriculares e capacitação de profissionais escolares.

As rede empresariais, ao disponibilizar atividades e serviços demandados pelos latino-americanos, possibilitaram intensificar as relações entre os migrantes e fortalecer assim os núcleos brasileiros enquanto infra-estrutura social e cultural voltada aos migrantes, enfatizando uma vivência relativamente autônoma em relação à sociedade mais ampla, sem interferências em sua maneira de expressão emocional, seus costumes, idioma, etc., o que favorecia a diminuição dos conflitos e divergências diretas entre migrantes e vizinhos japoneses. No entanto, essa situação acentuava o hiato entre esses núcleos e o entorno nipônico, reforçando o distanciamento e o desconhecimento mútuo entre latino-americanos e japoneses, apesar das influências culturais nipônicas nos costumes, comportamentos e valores dos migrantes. Se no início do processo migratório, a solidão pairava sobre migrantes, em decorrência do distanciamento social e cultural com o pais de procedência, pela ausência dos atuais meios de comunicação, hoje, apesar da intensa movimentação e interconexão entre si, através de redes e meios tecnológicos de comunicação, os latino-americanos no Japão enfrentam a solidão e o isolamento de outra natureza, enquanto grupo migrante em relação ao entorno japonês.

A acentuada presença de brasileiros e peruanos como trabalhadores manuais em empresas japonesas e sua inserção enquanto consumidor no comércio de produtos tecnológicos, nos serviços de órgãos oficiais, serviços de comunicação locais provocou a inclusão de aspectos da cultura local dentro dos redutos de migrantes latino-americanos. Assim, surgem novos vocábulos por meio da combinação de palavras de ambos os idiomas, novas receitas culinárias

com a mistura de ingredientes e novas idéias, condutas e atitudes também formadas pela "miscigenação" de ambas as culturas. Estas mudanças não significam integração nem aquisição do conhecimento do idioma local ou uma réplica da vivência cultural do pais de origem, mas simplesmente novas formas culturais que facilitam o convívio diário dos próprios migrantes em seus redutos de trabalho, de estudo e de vivência.

Objetivos escolares

No inicio da migração, os poucos filhos que acompanharam os brasileiros tinham como opção escolar apenas o sistema educacional japonês, onde permaneciam o dia todo sem entender nada, situação que se agravava com o aumento de famílias migrantes. Apesar do baixo custo e das facilidades de acesso, o desafio em face das regras disciplinares rígidas, a necessidade de comunicação no idioma local e os desencontros culturais entre os alunos brasileiros (e peruanos) e os estudantes japoneses, dificultavam a esperada inserção escolar dos filhos de migrantes. Principalmente no início da migração, as escolas locais não estavam preparadas para atender estudantes estrangeiros, sobretudo pela formação conservadora e nacionalista do sistema educacional e dos professores e dirigentes escolares. O sistema educacional exigia a formação dos estudantes conforme a cultura nipônica, buscando assim a "japonização" dos estrangeiros.[9] Pais migrantes que buscam a permanência no pais, por interesses de negócios ou por terem filhos nascidos no Japão, procuram colocar os filhos nesse sistema escolar japonês, mesmo com a atual opção das escolas brasileiras no Japão.

As primeiras atividades de ensino para crianças brasileiras surgiram no âmbito doméstico, em condições precárias, organizadas pelos próprios trabalhadores, para pequenos grupos de crianças com o intuito de possibilitar a aquisição de conhecimentos básicos (linguagem, história, geografia e matemática) conforme o sistema escolar no Brasil. A saída do ensino básico do âmbito doméstico permitiu a organização escolar enquanto empreendimento, abrindo perspectivas de profissionalização no âmbito educacional. A expansão e posterior consolidação da escolarização brasileira no Japão ocorreu com a entrada de escolas filiais de grandes empreendimentos educacionais do Brasil.

Tendo se instalado como empreendimentos subordinados ao Ministério do Exterior e não ao Ministério da Educação no Japão, as escolas brasileiras compreendiam verdadeiras empresas com alto custo de manutenção repassado para os estudantes. O elevado custo dos cursos, transporte e alimentação, colocava barreiras a difusão da escolarização nos moldes do sistema brasileiro dentre a maioria dos migrantes, deixando a opção das escolas públicas japonesas ou regressar e estudar no Brasil ou permanecer sem estudar, com consequências drásticas. Esse problema não afetava os filhos da minoria migrante privilegiada. O dilema que se colocava a esse grupo relacionava-se com a escolha do tipo de escola, com base nos interesses e propósitos que os pais tinham para si e para os filhos.

A expansão de escolas em regiões com alta densidade de brasileiros, principalmente com a presença de grandes empresas educacionais em fins dos anos noventa, deu maior visibilidade a escolarização brasileira no Japão. Estas escolas foram favorecidas pela mudança na legislação

[9] Ver sobre o tema:Ishizaka, K.: School of Education in Japan, Tokyo, International Society for Educational Information Inc., 1982;Horio,T: Problems of Unidimensional Meritocracy and Conformism in Japanese Society and Education, in Harmonie und Konformitat, Herausg, von Agi-Schriinder-Lenzen, Munchen, Iudicium,1996; e Okamoto,K.:Education of the Rising Sun:An Introduction to Education in Japan, Tokyo, SunPrinting, 1992; Nagai,M.: Academic Policy in the Changing World- Introduction Speeches, T.Fujii y T. Kobayashi, orgs. Tokyo,1989.

educacional brasileira de 1995[10], que permite uma ampla flexibilidade nas decisões no processo escolar. Com base legal, as escolas conseguiram facilmente a convalidação da do ensino nas escolas brasileiras do Japão perante as autoridades brasileiras.

A diversidade dos aparatos educacionais traz para as escolas brasileiras a necessidade de conectarem-se a provedores de material didático, a buscarem conteúdos, recursos materiais e profissionais no Brasil. A instalação de filiais de apoio e os centros controladores das grandes empresas educacionais situadas no Japão estarem no Brasil, permitiu a formação de redes educacionais conectando ambos os países. O intercâmbio ocorre através de livros didáticos, planos curriculares, internet e outras atividades educativas entre escolas brasileiras no Japão e suas sedes ou outros pontos de apoio no Brasil. Os avanços tecnológicos nos métodos em educação podem facilitar mais ainda os intercâmbios para a aprendizagem e o ensino distância. Através da internet, por exemplo, os estudantes conectam-se diretamente com os conteúdos e materiais programados e produzidos no Brasil. Sem dúvida, as dificuldades de capacitação de professores e outros profissionais da educação dificilmente serão solucionados apenas pela existência de redes entre as empresas escolares nos dois países, senão pela importância de discutir-se antes o conteúdo adequado à formação das crianças e dos jovens vivendo entre duas ou mais culturas diferentes.[11] Serão suficientes os conteúdos adotados no Brasil? Também há que se perguntar: qual escola necessitam os migrantes no Japão e não só quantas escolas?

Objetivos de comunicação

De modo diverso dos períodos iniciais da migração, quando os migrantes permaneciam isolados e sem informações dos familiares, amigos e do Brasil, convivendo com alguns colegas patrícios em rotinas de trabalho e tarefas domesticas, hoje, os migrantes podem e vivem em constante comunicação. Além de ocuparem funções nos estratos inferiores no mercado de trabalho, a maioria não conseguia comunicar-se no idioma e as condutas e princípios culturais locais, o que separava mais ainda os moradores japoneses dos migrantes "desconhecidos".

A formação dos espaços próprios e redes de conexões de atividades de migrantes em várias regiões do Japão, onde vivem brasileiros e outros latino-americanos, veio alterar a compulsória situação alienada em relação ao seu pais. No entanto, por outro lado, o confinamento em núcleos de migrantes veio reforçar o isolamento em relação à sociedade nipônica, uma vez que ainda persiste o ranço dos desencontros entre ambos os grupos pelos desentendimentos decorrentes das diferenças de língua, preconceitos por desconhecimento cultural mútuo e pela posição social diferente. Quanto mais as redes sociais e culturais passam a agregar fortemente os próprios latino-americanos, a despeito das divergências de interesses pessoais ou de grupos, essas mesmas redes aprofundam as relações entre migrantes e o entorno japonês. Contudo, a crescente influência mundial da cultura pop japonesa[12], em especial "*animê*" e revistas em quadrinhos (*mangá*) também se espalhou sobre as crianças e os jovens migrantes, principalmente aqueles nascidos e educados estritamente no Japão, constituindo-se em novo elo de comunicação entre migrantes e nipônicos.

[10] Lei no. 19979394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional, S.Paulo, UDEMO.
[11] Para maiores esclarecimentos sobre a formação do professor e sua relação com a migração de brasileiros para o Japão, ver o capítulo de Kawamura, L.: A formação do professor no Japão: questões atuais", Formação de Professores: A experiência internacional sob o olhar brasileiro, org. G. Goergen e D. Saviani, NUPES, Ed. Autores Associados, Campinas, S. Paulo, 1998.
[12]Sobre cultura pop japonesa ver Sato, C.A.:"Japop - O Poder da Cultura Pop Japonesa", São Paulo, NSP-Hakkosha,2007; Luyten, S.M.B. (org.): Cultura Pop Japonesa, São Paulo, Ed. Hedra, 2005.

O desenvolvimento dos meios de comunicação dos migrantes brasileiros ocorreu devido ao crescimento do mercado brasileiro (e latino-americano) no Japão. As duas empresas que se destacaram na mídia brasileira no Japão, tiveram que compartilhar o mercado com vários pequenos empreendimentos para publicação de jornais e revistas e outras formas de comunicação, como internet, TV, celular, *Ipad*, *Iphone* e outros equipamentos avançados. O que se passa no mundo está cada vez mais presente entre os migrantes, principalmente crianças e jovens, como ocorre no âmbito internacional. Internet permite uma rápida comunicação, principalmente para ações emergenciais, como a catástrofe no Japão, em busca de soluções rápidas em relação aos migrantes desaparecidos. Na primeira década da migração, a busca por migrantes "desaparecidos" por vontade própria, para evitar ficar com suas famílias, ou por troca de pares ou fugir das responsabilidades financeiras com suas familiares deixados no pais de origem, eram feitas através de páginas dos principais jornais brasileiros no Japão, sem a eficácia esperada.

O aumento de jornais, revistas e outras publicações periódicas nascem e morrem rapidamente e em geral trazem propagandas de produtos, empresas e serviços de brasileiros no Japão, em detrimento do conteúdo informativo, técnico ou cultural. Mesmo os jornais e revistas das tradicionais empresas instaladas no Japão, apresentam conteúdos sobre os próprios migrantes, na medida em que os meios de comunicação atendem mais ao interesse do mercado consumidor dos brasileiros, peruanos e outros latino-americanos.[13] Com a crise econômica global dos últimos anos, também as grandes empresas da mídia brasileira no Japão sofreram retrações, diminuindo suas atividades, funções e produtos em setores instalados em ambos os países.

A mídia, em especial internet e TV (noticiário, novelas, dramas e shows) constituem assim os principais meios de informação e formação cultural dos migrantes brasileiros, ao lado de escolas, principalmente para a população jovem. De modo diferente do passado, a existência de meios de comunicação em língua e cultura brasileira, dentro e fora de seu ambiente, dá aos migrantes a idéia e o sentimento de viver em uma parte familiarizada, conhecida e segura dentro do amplo contexto estrangeiro, onde podem usar tranquilamente os próprios códigos culturais de fácil entendimento. Inclusive, as alterações nesses códigos por influências culturais da sociedade abrangente ocorre quase que naturalmente, em vista do uso repetitivo dos termos, gestos e símbolos entre os migrantes. A introdução de elementos novos na fala, gestos e atitudes tem a função de tornar mais rápida a compreensão dos processos sociais no trabalho, lazer, escola, vizinhança, onde os migrantes se inserem., uma vez que combinam aspectos culturais japoneses com os do próprio idioma. Por outro lado, no retorno ao pais de origem, a incorporação de novos valores, condutas e costumes, pode trazer ao migrante a consciência de ser diferente dos seus compatriotas, em virtude de sua nova imagem adquirida no Japão, seja física, postural, cultural e emocional. Pode ocorrer também influências mútuas entre migrantes e conterrâneos tanto pela presença física quanto pelos meios modernos de comunicação contínua.

Tradicionais redes migratórias no novo contexto

É importante enfatizar que a grande maioria de brasileiros continua ainda trabalhando como operários e ajudantes de serviços manuais, quando não entram para o grupo dos desempregados, subempregados e *homeless*, principalmente na atual conjuntura de crise global,

[13] Ver o estudo de Ferreira da Silva, A. : Jornalismo Brasileiro do Outro Lado do Mundo, São Paulo, USP, ECA, Dissertação de Mestrado, 2008 e Ishi, A.: Making History, Reinterpreting Experiences: The Ethnic Media among Brazilians in Japan, in Emigración Latinomericana:Comparación Interegional entre América del Norte, Europa y Japón, org. Yamada,M., Osaka, JCAS Symposium Seires 19, 2003,p.473-490.

e catástrofes, quando os migrantes são os primeiros a serem dispensados, como em outras regiões do mundo. Apesar do aumento do retorno de migrantes ao Brasil e Peru, incentivados por medidas governamentais japonesas, ainda continua alta a visibilidade dos *homeless dekassegui,* vivendo nas ruas, estações de metrô, debaixo de pontes e até em carros de outros migrantes.[14] Com a volta ao pais de origem, os migrantes enfrentam novos desafios de readaptação ao mercado de trabalho e ao novo entorno, trazendo preocupações aos familiares, entidades associativas e órgãos governamentais no Brasil.

Contudo, o regresso a seu pais permanece como a última alternativa, especialmente considerando-se que com as dificuldades encontradas, os migrantes optam, mesmo sem condições por retornar ao Japão, por contínuos "ir e vir", acentuada característica do atual processo migratório internacional. Uma característica do processo migratório que permite esclarecer o contínuo fluxo entre o pais de origem e o de destino, consiste na adoção, mesmo inconsciente, da idéia de transitoriedade, de estar fora de lugar.[15] Enquanto enfrenta desafios no pais de destino, o migrante espera resolver seus problemas, anseios e sonhos em outro lugar, no caso, o pais natal, que é idealizado pela distancia. Ao retornar a seu pais, o migrante, sem ter as expectativas atendidas, o migrante passa a adiar suas esperanças para um outro tempo em outro lugar, no caso o Japão. E assim, sucessivamente... Em geral, os migrantes latino-americanos dependem do auxílio dos familiares, amigos, vizinhos e religiosos, principalmente quando os membros de uma mesma família trabalham e vivem em lugares diferentes. Essas relações constituem-se em ponto de apoio distribuídos no território japonês com a função de possibilitar a busca de emprego e de contar com moradia provisória . Famílias, amigos e vizinhos passam a funcionar como suporte de assistência mútua, em termos financeiros, de hospedagem, de ajuda na busca de emprego e apoio psicológico e emocional, principalmente para cuidar das crianças e dos jovens, de casas, bens e negócios pertencentes aos migrantes. Nessas relações destaca-se o papel fundamental da mulher, seja vivendo e trabalhando no Japão, seja cuidando dos interesses dos migrantes no Brasil.[16]

O papel das redes informais, através de famílias, vizinhos e amigos, apesar da reduzida visibilidade, foi fundamental para a sobrevivência dos migrantes longe de seus filhos, seus bens e negócios no pais de origem,principalmente no início da migração. A complexidade nas relações sociais se manifesta acentuadamente na organização da família e nas relações entre seus membros. A elevada presença de famílias, crianças e jovens expressa problemas relacionados com a desarticulação familiar, em que uma parte permanece no pais de origem e outra no Japão, onde também os familiares se encontram separados por necessidades colocadas pelo trabalho. A separação de membros da família já ocorrera no Brasil, quando os pais ou um deles, partiam para trabalhar no Japão, deixando seus familiares pelos motivos os mais diversos, como a continuidade da escolarização dos filhos, necessidade de administrar seus pertences e bens, alem dos custos para mudar toda a família para o pais de destino.

A separação física dos familiares, com a necessidade de reorganização dos papéis sociais de cada um, foi acompanhada de mudanças sociais, culturais e psicológicas. Os que permanecem têm que mudar suas funções e valores, por exemplo, esquecer a tradição do mais jovens cuidarem dos idosos; na medida em que os avós deveriam assumir os netos deixados

[14] Entrevistas realizadas pela Autora com migrantes brasileiros sem abrigo no Japão, nas cidades de *Hamamatsu* e *Nagoya*, em novembro de 2001.
[15] Sobre o caráter transitório e temporal da migração ver Sayad, A.: O Retorno: Elemento constitutivo da Condição do Imigrante, Revista do Imigrante, CEM, ano XIII, numero especial, p.3-32, jan 2000.
[16] Sobre o papel da mulher migrante ver:Toma, C.Y.: A experiência feminina *dekassegui*, Londrina, Ed. UEL, 2000.

pelos filhos migrantes.[17] Estes passaram a sofrer problemas psicológicos[18] pela longa ausência dos pais e estes pela falta dos filhos, alem da vivência estressada e cheia de desafios em face da s dificuldades da vida, com possibilidade de separação dos casais. As consequências vão desde a instabilidade social e psicológica dos filhos até a violência familiar, abandono dos pares e novas uniões com a formação de novas famílias, nem sempre documentadas. Filhos sem atenção familiar e fora das escolas passam a trazer problemas familiares, sociais e escolares, pela convivência com grupos marginais. As redes de parentesco e amizade têm papel importante nos casos críticos por que passam os migrantes, como perda da moradia, do trabalho, saúde, educação dos filhos, na medida em que servem de pontos de apoio que amenizam os problemas decorrentes.

As tradicionais redes formadas por vínculos entre familiares, amigos e vizinhos, mesmo com pouca visibilidade social, teve e ainda mantém um papel fundamental na sobrevivência e desenvolvimento dos migrantes latino-americanos, embora parte de suas funções tenha sido substituída ou compartilhada por novas redes econômicas, culturais e comunicativa, principalmente a internet. Ainda hoje as redes informais contribuem com suporte material, financeiro, psicológico-emocional aos migrantes que se movem dentro do Japão, uma vez que as famílias se conectam entre si, em várias regiões do pais, bem como entre os dois países. Além da atual importância nos vínculos dinâmicos entre familiares e amigos, sob novas formas e com novos problemas, as redes atuam também como nexos complementares e de sustentação das redes formais, que surgem com o desenvolvimento e diversificação das atividades no mercado e vivência latino-americana no Japão.

A migração, ao mudar as condições de vivência, veio alterar valores, formas e objetivos da organização familiar, das relações vicinais e comunitárias e das funções e papel da mulher, do marido e dos demais familiares nas atividades domésticas e de educação dos filhos.

A tradicional família nuclear (pai, mãe e filhos), ao se desmembrar na migração, com parte no pais de origem e outra no Japão, passa por uma nova recomposição de membros e funções. Filhos deixados no Brasil são conectados a familiares como avós e tios(as) numa reestruturação familiar em função das novas condições de vida. Avós e tios passam a monitorar a educação e a escolarização dos netos e sobrinhos, com conflitos de não reconhecimento da autoridade paterna /materna assumida por avós e tios. Essa nova modalidade vem alterar também valores tradicionais da cultura japonesa em que a responsabilidade de cuidados com os idosos compete aos filhos e não o contrario, como vem ocorrendo. Problemas relacionados com a educação dos filhos dos migrantes ausentes e com a administração e fomento de recursos financeiros para a manutenção dos bens ativam constantemente as redes familiares ligando as partes vivendo em ambos os países.

A migração veio alterar principalmente a organização e o papel dos cônjuges na família na educação dos filhos e na responsabilidade pelos afazeres domésticos. Uma vez que o trabalho constitui o centro das atenções, as demais atividades dos familiares mudam conforme as alterações ocorridas nesse campo, como trabalho e moradia em cidades ou regiões distantes o Japão. Há uma flexibilização na organização e nos papéis dos familiares, que se acentua com

[17] Hashimoto, F.e Teixeira, M.A.R.T.: Um Olhar sobre a Velhice: Um Estudo com os Imigrantes Japoneses, em Cem Anos da Imigração Japonesa:História, Memória e Arte, orgs.:Hashimoto,F., Tanno, J.L. e Okamoto, M.S., São Paulo, Ed. UNESP, 2008, p.245-262; Sakurai, C: Introdução in Resistencia & Integração- 100 anos de Imigração Japonesa no Brasil", orgs. Sakurai, C. y Coelho, M.P., Rio de Janeiro, IBGE, CDDI,2008.

[18] Galimberti, P.: O caminho que o dekassegui sonhou: cultura e subjetividade no movimento dekassegui, op.cit.

a ocorrência de divórcios[19], novos casamentos, diversificando os pontos de apoio das redes familiares mesmo em território japonês.

Essa nova dinâmica familiar trazida pela migração traz implicações na juventude migrante, tanto aquelas crianças e jovens que permaneceram no Brasil quanto aos que nasceram e cresceram no pais de destino. É visível a integração na sociedade japonesa de um pequeno número dos nascidos e educados na cultura japonesa; por outro lado, adquire visibilidade jovens latino-americanos envolvidos com delitos, inclusive drogas e outras violências. Com o intuito de resolver problemas decorrentes surgem associações de moradores japoneses e latino-americanos, conectando-se em redes com grupos de outras regiões no Japão e com o Brasil.

As redes informais incluem ainda os grupos e associações de migrantes espalhados pelo Japão para promover festividades relacionadas com as tradições do pais de origem. Essas redes substituem os vínculos efetuados por vendedores ambulantes de produtos brasileiros, que faziam o papel de agregadores de migrantes em vários pontos percorridos para troca de informações e ajuda mútua, além dos pequenos grupos informais de lazer nos vários núcleos de vivência que se articulam em redes informais entre si. Cabe destacar aqui a importância da internet no atual processo de interconexão das redes informais.

Perspectiva das redes migratórias

No mundo de hoje, as conexões econômicas, sociais, culturais e políticas dão a tônica aos processos sociais, cada vez mais integrados às novas tecnologias e seu contínuo avanço. Sem dúvida, nem todos os grupos sociais têm acesso ou podem integrar-se à variada gama de redes, organizadas e administradas por grandes empresas multinacionais produtivas, financeiras, de comunicação e de serviços os mais diversos.[20] Concomitantemente desenvolvem-se redes de associações, movimentos e grupos os mais variados aglutinando emaranhados interesses espalhados pelo mundo, com a afirmação das diferenças sociais, culturais e políticas, apesar dos aspectos uniformizadores da cultura global.[21] O encontro entre diferentes culturas leva a interação entre o tradicional e o moderno, com a coexistência entre o "velho" e o "novo", não em duas realidades separadas como apontavam os teóricos da modernização[22], mas imbricadas entre si, sob novas formas culturais. Inclusive, o aspecto tradicional pode reaparecer, sob novas roupagens, no novo modo de vida.[23]

Nesses processos globais participam sob as mais variadas formas, mesmo que de modo periférico e subalterno, os movimentos migratórios internacionais, com suas implicações específicas nos países de destino e de procedência. Evidentemente, a criação de redes em função dos interesses dos migrantes nem sempre foi feita por eles próprios, porém por outros interessados no mercado brasileiro e latino-americano no Japão, como atestam o suporte financeiro de japoneses a empreendedores brasileiros no pais, a instalação de bancos brasileiros, serviços de turismo e escolarização.

O crescimento dos espaços próprios de brasileiros (e de peruanos), com o desenvolvimento de grandes, medias e pequenas empresas comerciais, produtivas e de serviços culturais e de comunicação, ao expandir as redes entre matrizes e suas filiais, dentro e fora do pais, cria

[19] Ver Tanaka, A. C. : Divorcio dos Brasileiros no Japão, in Cem Anos da Imigração Japonesa, orgs. F.Hashimoto, J.L.Tanno, M.S. Okamoto,SP UNESP, 2008.
[20] Castells, M.:Fim de Milenio, São Paulo, Ed.Paz e Terra, 5ª.ed., 2009.
[21] Nessa perpectiva ver P. Hirst e G. Thompson (orgs.) Globalização em Questão, Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.
[22] Ver Rostow,W.W.: Etapas do Desenvolvimento Econômico, 4ª.ed. RJ, Zahar, 1971; Germani, G.: Política y Sociedade n una Época de Transición, B.Aires, Paidós, s/d; Hoselitz, B.: Aspectos Sociológicos do Crescimento Econômico, SP, Fundo de Cultura, 1964.
[23] Ver F. De Oliveira: A Economia Brasileira: Critica à Razão Dualista, S.P., Estudos CEBRAP no.2, 1972.

condições propícias para a vivência com padrões culturais próprios e o aprofundamento dos intercâmbios materiais e culturais entre migrantes espalhados pelo Japão e entre estes e seus conterrâneos no pais de origem. Sem dúvida, a natureza das redes também expressa a situação sócio-cultural dos migrantes apontando o caráter discriminatório ao acesso a determinadas redes por migrantes sem recursos, embora o avanço da TV e internet tenham conseguido democratizar informações, conteúdos culturais, artísticos e até conhecimentos científicos. A perspectiva da democratização e da cidadania de migrantes em países estrangeiros ainda está longe da atual realidade.[24] Em particular, a internet pode abrir possibilidades para a construção de redes específicas com vistas a mudanças, debates de problemas e soluções que afligem a vida da maioria dos migrantes, especialmente em épocas de crise.

A revalorização histórica do Japão enquanto potência mundial favoreceu o aprofundamento do intercâmbio econômico e cultural entre este pais e os países com imigrantes japoneses, como o Brasil, e o Peru. Os núcleos de migrantes instalados no Japão, ao estenderem as redes para os países de origem, acentuaram o intercâmbio cultural através da visão dos migrantes. Em particular, a difusão internacional da cultura pop japonesa, especialmente *animê* e *mangá*, veio favorecer a interação entre japoneses, migrantes e a população dos países de procedência dos latino-americanos no Japão. A formação de redes específicas permite aprofundar os vínculos culturais entre migrantes e japoneses e reforçar a valorização da cultura nipônica nos migrantes e seu entorno no Brasil e no Peru, revertendo o processo de total integração à cultura do pais natal. Hoje, as redes específicas conectam jovens entre ambos os países, e outros no mundo, formando grupos próprios relacionados a determinados aspectos culturais nipônicos, levando à revalorização cultural japonesa nos descendentes dos antigos imigrantes japoneses na America Latina.

Referências

Altamirano, T.:Exodo: Peruanos en el Exterior, Fondo Editorial PUCP, 1992.

Castells, M.: A sociedade em Rede, A era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura, Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. I, 2008.

_____. Fim de Milênio, São Paulo, Ed.Paz e Terra, vol.III, 5ª.ed., 2009.

Ferreira da Silva, A.: Jornalismo Brasileiro do Outro Lado do Mundo, São Paulo, USP, ECA, Dissertação de Mestrado, 2008.

Fujita,E.: Immigrant Workers of Japanese Ancestry and the Employment System, paper presented at UNCRD, Nagoya, Japan, April 29, 1994.

Galimberti, P., O caminho que o dekassegui sonhou: cultura e subjetividade no movimento dekassegui, São Paulo, EDUC/FAPESP, Londrina, Ed. UEL, 2002.

Germani, G.: Política y Sociedade n una Época de Transición, B.Aires, Paidós.

Hashimoto, F.y Teixeira, M.A.R.T.: Um Olhar sobre a Velhice: Um Estudo com os Imigrantes Japoneses, in Cem Anos da Imigração Japonesa: História, Memória e Arte, orgs.:Hashimoto,F., Tanno, J.L. e Okamoto, M.S., São Paulo, Ed. UNESP, 2008, p.245-262.

Hirst, P. e G. Thompson (orgs.)Globalização em Questão, Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

Horio,T: Problems of Unidimensional Meritocracy and Conformism in Japanese Society and Education, in Harmonie und Konformitat, Herausg, von Agi-Schriinder-Lenzen, Munchen, Iudicium, 1996.

[24] Sobre o tema ver Kawamura, L: Brasileiros no Japão: Direitos e Cidadania, in Cem Anos da Imigração Japonesa: História, Memória e Arte, orgs.:Hashimoto,F., Tanno, J.L. e Okamoto, M.S., São Paulo, Ed. UNESP, 2008,,p.79-98..

Hoselitz, B.: Aspectos Sociológicos do Crescimento Econômico, SP, Fundo de Cultura, 1964.

Ishizaka, K.: School of Education in Japan, Tokyo, International Society for Educational Information Inc., 1982.

Kawamura, L. Para onde vão os brasileiros? Campinas, SP, Ed. UNICAMP, 2ª. edición revisada, 2003.

Kawamura, L. A formação do professor no Japão: questões atuais, in Formação de Professores: A experiência internacional sob o olhar brasileiro, org. G. Goergen e D. Saviani, NUPES, Ed. Autores Associados, Campinas, S. Paulo, 1998.

Kawamura, L. La Discrimination Sociale et Culturelle dans La Migration de Brésiliens au Japon, in 1908-2008 Le Centenaire de L'Immigration Japonaise au B´resil, org. Schpun, M.R., Cahiers du Brésil Contemporain, no. 71/72, Paris, 2008, p. 229-255.

Kawamura, L: Brasileiros no Japão: Direitos e Cidadania, in Cem Anos da Imigração Japonesa: História, Memória e Arte, orgs.:Hashimoto,F., Tanno, J.L. e Okamoto, M.S., São Paulo, Ed. UNESP, 2008, p.79-98.

Kitagawa,T.: Relatorio de Investigación sobre los Trabajadores Extranjeros en Japón, Japan, Tokyo University, 1993.

Luyten, S.M.B. (org.): Cultura Pop Japonesa, São Paulo, Ed. Hedra, 2005.

Morimoto, A.: Los Japoneses y SUS descendientes en El Peru, Lima, Congreso de La República Del Peru,1999.

Nagai,M.: Academic Policy in the Changing World- Introduction Speeches, T.Fujii y T. Kobayashi, orgs. Tokyo, 1989.

Okamoto,K.:Education of the Rising Sun:An Introduction to Education in Japan, Tokyo, SunPrinting, 1992.

Oliveira, F. de: A Economia Brasileira: Critica à Razão Dualista, S.P., Estudos CEBRAP n.2, 1972.

Rostow,W.W.: Etapas do Desenvolvimento Econômico, 4a.ed. RJ, Zahar, 1971.

Sakurai, C: Introdução in Resistencia & Integração- 100 anos de Imigração Japonesa no Brasil", orgs. Sakurai, C. y Coelho, M.P., Rio de Janeiro, IBGE, CDDI, 2008.

Sasaki, E.: O jogo da diferença: A experiência identitária no movimento dekassegui. Tese de maestria em Sociologia, Campinas, SP, UNICAMP- IFCH.

Sato, C.A.: "Japop - O Poder da Cultura Pop Japonesa", São Paulo, NSP-Hakkosha, 2007.

Sayad, A.: O Retorno: Elemento constitutivo da Condição do Imigrante, Revista do Imigrante, CEM, ano XIII, número especial, p.3-32, jan 2000.

Tanaka, A.C.: Divorcio dos Brasileiros no Japão,in Cem Anos da Imigração Japonesa: História, Memória e Arte, orgs.: Hashimoto, F., Tanno, J.L. e Okamoto, M.S., São Paulo, Ed. UNESP, 2008, p.125-136.

Toma, C.Y.: A experiência feminina dekassegui, Londrina, Ed. UEL, 2000.

UDEMO: Lei no. 19979394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional, São Paulo, UDEMO,1996.

Yoshimoto, T.:Qualidade, Produtividade e Cultura, S. P. Saraiva, 1992.

O IMPACTO DA CRISE ECONÔMICA DE 2008 SOBRE O MOVIMENTO *DEKASSEGUI*

Katiani Tatie Shishito
Fabio Akira Shishito

O fenômeno *dekassegui*, como ficou conhecido, faz parte do contexto das migrações internacionais contemporâneas, fortalecidas, sobretudo, a partir da década de 1980 com os processos de reestruturação produtiva e globalização, em que os mercados internacionais de trabalho passaram a receber grande número de imigrantes, e o Brasil passou a apresentar processos de emigração em direção aos países desenvolvidos. Segundo Patarra (2009), "os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global" (2009: 1).

Entre as quatro principais modalidades de fluxos de emigração do Brasil, considera-se: o movimento de brasileiros para aos Estados Unidos, para a Europa, a continuação do movimento rumo ao Paraguai e o movimento para o Japão. O fluxo de brasileiros em direção ao Japão apresenta-se como um caso específico e único, pois além de configurar uma decorrência do processo histórico da imigração de japoneses para o Brasil no início do século XX – apresentando influências de traços culturais e étnicos, da rede de parentesco e da política migratória do Japão para a emigração do Brasil – também é um fluxo movido por estratégias econômicas, característico das emigrações recentes para os Estados Unidos e Europa (PATARRA, 2009).

A palavra *dekassegui*, usada como termo para caracterizar e definir a imigração de brasileiros descendentes de japoneses no Japão, tem como significado na língua e cultura japonesas „o trabalhador que sai de sua terra natal a trabalho, com intenção de retorno à origem". Esse termo ficou conhecido entre a mídia e nos estudos acadêmicos para designar esse fluxo migratório, pois os brasileiros que emigraram a trabalho para o Japão tinham como objetivo retornar ao Brasil dentro de um período de tempo pré- determinado (BELTRÃO, SUGAHARA, 2006).

Esse fluxo migratório que tem início desde meados da década de 1980, mas é fortalecido e ampliado a partir de 1990 com a reforma da Lei de Controle de Imigração Japonesa, vem apresentando uma reconfiguração e uma rápida dinâmica em seu perfil, que passou de

individual à familiar, e de temporário a uma indeterminação temporal com tendências a maior permanência. Essas dinâmicas também se apresentam sob a forma de uma maior visibilidade do surgimento e consolidação das redes sociais de brasileiros no Japão em anos recentes (SASAKI, 2000; SUGUIURA, 2009; KAWAMURA, 2011).

Considerando as configurações recentes das redes sociais de brasileiros no Japão e os sinais de mudanças na expectativa temporal ao longo desse processo (SHISHITO, BAENINGER 2010), procuramos entender de que forma esses elementos podem estar relacionados; essa relação é observada a partir da perspectiva da formação de um campo social de brasileiros no Japão e seu *habitus* específico (BOURDIEU, 1996). Dessa forma, consideramos que o campo social dos imigrantes brasileiros no Japão se constitui em espaços peculiares, por apresentar uma dimensão transnacional (FAIST, 2000) e pressupõe uma adaptação no destino de forma paradoxal: sendo por um lado, cada vez mais familiar, no sentido de proximidade com o *habitus* e costumes brasileiros em território japonês, e segura, pela estabilidade social que a sociedade japonesa pode propiciar. E, por outro lado, essa adaptação acaba por ser também distante, no sentido de não integração à sociedade japonesa e em relação à expectativa de retorno ao Brasil, por inseguranças em questões macro-estruturais: econômicas, sociais e políticas.

Em um momento em que a migração de brasileiros no Japão apontava para um processo de maior permanência no destino, o contexto da crise econômica internacional desencadeada a partir do final de 2008, engendrou um relativo impacto nesse fluxo migratório, suscitando um inesperado retorno de brasileiros ao país de origem. No entanto, esse retorno foi menor do que o esperado pelo governo brasileiro no início da crise, quando foram detectados os primeiros efeitos significativos sobre a economia do Japão, desencadeando, por conseguinte, um grande número de desempregos de estrangeiros naquele país.

Nesse contexto, o presente artigo busca, (i) esclarecer quais foram as medidas tomadas em âmbito governamental tanto por parte do governo brasileiro, como do governo japonês, (ii) examinar os dados oficiais de entradas e saídas de brasileiros no Japão nesse período e a diminuição dessa população no Japão, com vista a entender em que contexto as políticas foram adotadas e (iii) entender os impactos da crise na vida dos brasileiros que permaneceram no Japão após esse período e suas estratégias para permanecer no destino em momentos de dificuldade. Para tanto, o trabalho lança mão de três diferentes tipos de fontes de dados: publicações oficiais de ministérios dos governos brasileiro e japonês, dados oficiais de imigração publicados pelo *Immigration Bureau* do Japão e pesquisa realizada com brasileiros residentes no Japão após o período da crise econômica de 2008.

A crise econômica internacional 2008

A crise econômica que eclodiu no trimestre final de 2008, trouxe novamente ao relevo uma temática que faz parte do debate, no interior das ciências sociais desde, pelo menos, o século XIX. Seguramente, os embates que giraram ao redor do problema do papel do Estado e do mercado na dinâmica econômica capitalista assumiram novos contornos ao longo dos séculos XIX e XX e, sem dúvida, seguirá mudando com o passar do século XXI.

Não se abordará aqui, extensivamente, as questões essencialmente econômicas relacionadas à crise (tais como sua origem ou natureza), antes, interessa-nos examinar como e em que medida ela impactou nos países centrais, sobretudo no Japão, e, quais foram as implicações mais significativas para a população imigrante que vive naquele país em razão do tipo de intervenção dos Estados brasileiro e japonês diante do contexto de crise.

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) publicado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em 2009, a crise que teve início em 2008 causara consequências significativas para grande parte das migrações contemporâneas. Isso porque essa crise não diz respeito a uma recessão típica, seus alcances são, certamente, mais profundos e, provavelmente, diz o relatório, seria experenciada de maneira distinta nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento (PNUD/2009). Diferente das crises assistidas nas décadas de 1980, 1990 e 2000, cujos alcances se limitavam a determinadas regiões, esta assumiu uma dimensão global, incidindo tanto sobre países considerados desenvolvidos como sobre os não-desenvolvidos ou subdesenvolvidos (SINGER, 2009).

Diante do cenário de aguda descapitalização dos bancos, tornados, de repente, em instituições zumbis, nas palavras de Paul Singer, porque não fecharam as portas, mas, tornaram-se, em grande medida inoperantes, já que não mais detinham forças para fazer girar o capital financeiro, optou-se pela nacionalização das instituições bancárias. Nos países de governos mais conservadores a medida foi encarada como provisória, isto é,revisar-se-ia tal condição assim que a crise fosse superada, por isso, manter-se-ia à frente do comando de tais bancos, agora estatizados, as mesmas pessoas que os coordenavam anteriormente (SINGER, 2009).

> Governos mais progressistas, por sua vez, substituem a direção dos bancos nacionalizados por pessoas de sua confiança, que se dispõem a reativá-los, desde que depósitos e empréstimos passem a gozar de garantia contra inadimplência por parte do Estado. Tudo isso, nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, onde a hecatombe bancária foi séria (SINGER, 2009: 94-95).

Tanto nos casos de governos conservadores como no caso daqueles mais progressistas, o que ocorre, é uma consensual mobilização por parte dos governos nacionais, "que desde o primeiro momento resolveram abandonar qualquer pressuposto de que os mercados financeiros se autorregulam e tratar de resgatar os bancos de seus países, quase que a qualquer custo" (SINGER, 2009: 94). Isso significa, resumidamente, que os governos nacionais despenderam de seus tesouros quantias bilionárias[1], em alguns casos, para obtenção dos chamados títulos podres. Em outras palavras, trata-se do que Celso Furtado (2007) chamara de "socialização dos prejuízos", na interpretação da intervenção do Estado brasileiro diante das iminentes perdas do setor cafeeiro após a crise de 1929.

Isso pode ser observado, de acordo com José Carlos Braga (2009) quando se analisa o padrão de atuação estatal assistido durante a crise. Revela-se, aí uma face singular do tipo de liberalismo vigente no contexto de globalização, qual seja, liberalização das barreiras para que os mercados produzam riquezas ao redor do mundo. Mas, assim que esse tipo de valorização perde sua força, recorre-se ao poder e ao dinheiro públicos.

> Nos momentos críticos de desvalorização dessas riquezas, plena liberdade aos poderes públicos – ao Banco Central e ao tesouro nacional – para a defesa dos patrimônios privados, ainda que o custo disso seja expansão monetária indesejada, ônus fiscais, desemprego elevado, cessão do poder decisório a instâncias internacionais. Na hora da euforia valem os mercados; na hora da queda valem as providências estatais (BRAGA, 2009: 92).

Trata-se, portanto, de um contexto no qual se tem, de um lado, um processo significativo de aumento do desemprego na maioria dos países centrais e, por outro, uma situação na qual

[1] Quantias pensadas em dólares. "Nos Estados Unidos, [por exemplo] o total do comprometimento governamental com o resgate das instituições financeiras e seguradoras, como a AIG, a qual se mostra um verdadeiro poço sem fundo nas exigências de recursos governamentais, atinge impressionantes 7,4 trilhões de dólares até o momento [maio de 2009], sendo que US$ 2,836 trilhões já foram efetivamente despendidos" (LIMA, 2009: 84).

os Estados nacionais se concentraram em resgatar as instituições financeiras afetadas pela crise[2]. O RDH/2009 indica, por exemplo, que houve aumento do desemprego em países considerados significativos no interior dos fluxos migratórios internacionais.

> A crise financeira transformou-se rapidamente numa crise do emprego. Espera-se que a taxa de desemprego da OCDE atinja 8,4% em 2009. Essa taxa já foi ultrapassada nos Estados Unidos, onde, em Maio de 2009, se havia perdido quase seis milhões de postos de trabalho desde Dezembro de 2007, com um número total de desempregados a ascender aos 14,5 milhões. Em Espanha, a taxa de desemprego subiu 15% em Abril de 2009 e atingiu os 28% entre os migrantes. Os locais mais afetados pela crise são pois aqueles onde a maioria dos migrantes reside – os países desenvolvidos. A correlação negativa entre os números de imigrantes e o crescimento econômico sugere que os migrantes serão provavelmente gravemente afectados não só nos países da OCDE, mas também no Golfo, na Ásia Oriental e na África do Sul (PNUD/2009: 41).

O Relatório produzido em 2009 pelo PNUD parece ter razão ao afirmar que uma crise dessa magnitude que gera, também, uma crise do emprego, é uma má notícia para a população migrante. "Tal como as economias tendem a invocar os estrangeiros quando enfrentam uma escassez de emprego, também tendem a despedir primeiro os migrantes durante o tempo de recessão" (PNUD/2009: 41-42). Isso porque o perfil do trabalhador migrante é um perfil relativamente vulnerável às condições de crise, ou seja, são trabalhadores pouco qualificados, inseridos de forma precária, etc. Diante desse cenário, como se deram as intervenções dos Estados japonês e brasileiro e, de que modo isso afetou no fluxo migratório *dekassegui*?

As medidas governamentais durante a crise de 2008

Considerando a situação que a crise econômica desencadeou para os brasileiros no Japão, enquanto imigrantes trabalhadores em um país desenvolvido; buscar-se-á mapear as medidas que os governos de ambos os países foram elaborando no decorrer do período da crise econômica, com o forte fluxo de retorno de brasileiros para o Brasil entre final de 2008 e meados de 2009.

Para entender como o governo brasileiro acompanhou esse fluxo de retorno desde o início da crise econômica de 2008, analisamos as discussões realizadas através das atas de reuniões realizadas mensalmente no âmbito do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) – órgão colegiado ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) responsável, entre outras coisas, por formular os contornos institucionais principais da política de imigração. Esse conselho realiza reuniões periódicas, produzindo documentos através dos quais foi possível examinar o tratamento político-institucional dado pelo órgão brasileiro com relação aos problemas envolvendo o cenário migratório. Acompanhamos o período de 16 de setembro de 2008, um pouco antes dos impactos da crise econômica começar a apresentar seus sinais, até 16 de março de 2011, data em que já era possível uma leitura mais precisa dos resultados da crise.

Um primeiro ponto a se destacar é que as questões relativas à crise só vieram à tona na reunião de dezembro de 2008[3]. Nesta, o presidente do Conselho inicia a discussão com

[2] Em visita ao CNIg em Novembro de 2010, o Sr. Noguchi – Diretor da Divisão de Política dos Trabalhadores Estrangeiros no Japão ligado ao Ministério do Trabalho japonês – informou que o Japão estava com uma taxa de cerca de 5% de desemprego, equivalente a cerca de três milhões e trezentas mil pessoas. Considerou que esse número seria ainda maior se o governo japonês não estivesse colocando verbas governamentais de cerca de 730 bilhões de ienes nas empresas para assegurar emprego para cerca de 1.200.000 pessoas (CNIg, 2010c).

[3] Nas reuniões realizadas em outubro e novembro de 2008 foram discutidas pautas relativas à situação dos brasileiros no Japão concernentes a questões trabalhistas, educacionais e criminais, principalmente; mas ainda não havia tornado centro de enfoque os possíveis impactos da crise que se desenhava à frente, tema que seria retomado após as consequências econômicas da crise.

a questão da crise econômica e os brasileiros emigrantes, considerando que o retorno desses brasileiros residentes nos países desenvolvidos mais afetados pela crise poderia se intensificar em um futuro próximo.

Com a intensificação da crise e o impacto na economia japonesa no final de 2008,começaram a ser veiculadas notícias nas mídias impressas, digitais e televisivas sobre a situação dos brasileiros no Japão[4], alarmando sobre a situação de desemprego e falta de moradia para aqueles que dependiam da moradia da empresa ou empreiteira. Frente às projeções da profundidade da crise, foi discutido, no interior do CNIg, algumas sugestões de ações imediatas, tais como, envio de cestas básicas, criação de fundos financeiros, entre outras. Examinou-se, ainda, a gravidade das atitudes de algumas empreiteiras que continuavam recrutando trabalhadores para o Japão, mesmo a situação se mostrando cada vez mais crítica.

A reunião do dia 10 de março de 2009 contou com a participação do Sr. Etsuo Ishikawa presidente da Associação Brasileira de Hamamatsu (ABRAH) para trazer informações qualificadas sobre o que estava acontecendo com os brasileiros no Japão. Em sua apresentação fez uma crítica à divulgação da mídia, especificamente uma matéria do Jornal Nacional da Rede Globo[5], dizendo que ficou„ "entristecido e chocado" pela forma com foi mostrada a situação dos brasileiros no Japão:

> (...) era uma matéria de cerca de três minutos, que começou falando sobre economia japonesa e terminou falando da crise, enfocando os brasileiros sendo demitidos, brasileiros desempregados com a iminência de ter que retornar ao Brasil, transmitindo a impressão de que todos os trezentos mil brasileiros estão passando a mesma necessidade, quando, na verdade, estima-se que tenha cerca de cinquenta mil brasileiros desempregados. Da maneira como foi colocada [opinou o Sr. Ishikawa] a matéria causou péssima impressão para os expectadores, tanto os que residem no Brasil quanto os que moram no Japão (CNIg, 2009a: s/n).

No âmbito da esfera estatal japonesa, o que estava sendo colocado em prática era a facilitação de recorrer ao seguro desemprego, que pode variar de três a seis meses no Japão, recolhendo o correspondente de 60% a 70% do salário com base na média salarial dos últimos seis meses de trabalho; além disso, as Prefeituras Municipais começaram a oferecer uma linha de crédito aos desempregados, essa ajuda incluía „ajuda- sobrevivência" e„ auxílio-moradia[6]. Discutiu-se, ainda, na reunião de março de 2009, a crescente publicização, entre os brasileiros, da Agência Nacional de Empregos (*Hello Work*). Até então, os trabalhos eram conseguidos, majoritariamente, através das empreiteiras de mão-de-obra. O relatório de 2009 do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar do Japão ressalta essa alteração:

> Novos estrangeiros candidatos a emprego procuraram escritórios da *Hello Work* nas regiões com alta densidade de residentes estrangeiros: 9.296 entre novembro de 2008 e janeiro de 2009 (cerca de 11 vezes o número relativo ao mesmo período do ano anterior) (MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE , 2009: 32 – tradução livre) [7].

[4] O Globo: "Japão vive pior crise econômica desde a Segunda Guerra Mundial": http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1003514-9356,00-JAPAO+VIVE+PIOR+CRISE+ECONOMICA+DESDE+A+SEGUNDA+GUERRA+MUNDIAL.html. O Globo: "Crise faz brasileiros virarem sem-teto no Japão": http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/11/26/crise_faz_brasileiros_virarem_sem-teto_no_japao-586557314.asp. Folha de São Paulo: "Crise financeira faz sua primeira vítima no Japão": http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u454740.shtml.

[5] Os telejornais da Rede Globo também são transmitidos no Japão através de assinatura do canal por meio de TV à cabo.

[6] O auxílio moradia era feito através de imóveis da Prefeitura Municipal, ou da Província e que estavam sendo alugados para os desempregados por um valor equivalente a cerca de R$300,00, que poderia ser pago facilmente com o seguro desemprego, ou no caso de não conseguirem pagar nem esse valor, havia possibilidade de negociação (CNIg, 2009a: s/n).

[7] No original: "New foreign job seekers having visited Hello Work offices in regions with a high density of foreign residents: 9,296 between November 2008 and January 2009 (about 11 times the number in the same period a year ago)" (MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE, 2009: 32).

Diante desta constatação, o relatório propõe algumas ações, entre as quais, destacam-se, o oferecimento de treinamento, inclusive com relação ao idioma japonês, para aqueles que optassem por permanecer no Japão e o aprimoramento do atendimento das agências *Hello Work* inseridas nos territórios de alta densidade de estrangeiros, através do atendimento no idioma nativo do estrangeiro. No relato do presidente da ABRAH, outro ponto destacado foi a questão do impacto que a crise teve sobre a situação escolar dos filhos de imigrantes brasileiros, sobretudo aqueles matriculados em escolas brasileiras – que são instituições privadas e caras. Reivindicações feitas para facilitar a inclusão dessas crianças em escolas japonesas, pela delegação brasileira que esteve no Japão em novembro de 2008, também foram atendidas pelo governo japonês durante esse período.

Sobre o pacote de medidas anunciado pelo Japão em janeiro de 2009 para entrar em vigor em 1° de abril desse mesmo ano, a "Assistência de Retorno à Pátria" aparecia como última alternativa de ajuda aos imigrantes estrangeiros descendentes de japoneses.

Apesar de não estar prevista inicialmente esta medida veio acompanhando o pacote quando este entrou em vigor. Dessa maneira, além de incluir os programas já mencionados anteriormente, esse pacote também incluía um auxilio de retorno no valor equivalente a U$3.000,00 para os estrangeiros descendentes de japoneses que se encontrassem desempregados e quisessem retornar ao seu país de origem, mas com a condição de não retornarem ao Japão por tempo indeterminado.

Essa medida teve uma recepção negativa pelo governo brasileiro; Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil, se colocou fortemente contrário à decisão do governo japonês[8]. As discussões internas do CNIg tiveram a preocupação em ressaltar as medidas de apoio que estavam sendo tomadas pelo governo japonês para a população de brasileiros residentes naquele país. Dessa forma, o governo brasileiro se manifestou através de uma carta enviada pelo Ministro Carlos Lupi à Embaixada do Japão, pedindo que a medida que impedia o retorno dos brasileiros que usufruíssem da ajuda do governo japonês para retornar ao Brasil fosse repensada[9].

Do lado do governo japonês, a proibição do retorno definitivo ao Japão foi revista em 11 de maio de 2009. O novo prazo de impedimento para o retorno ao Japão agora seria de três anos após ter deixado o país com recurso do governo japonês. Nesse contexto, foi esclarecido pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão, que a princípio essa medida não pretendia impedir o retorno definitivo, mas pelo fato de ainda não terem determinado o prazo de um retorno possível – e por urgência em implementar as políticas de auxílio aos estrangeiros – a medida saiu com esse caráter de impedimento de retorno por prazo indeterminado o que causou uma imagem negativa e distorcida[10] (MINISTRY OF FOREING AFFAIRS, 2009).

Uma proposta advinda das reuniões do CNIg foi a constituição de um Grupo de Trabalho para analisar a relação entre a crise econômica e o movimento migratório. Esse grupo foi criado em fevereiro e atuou até dezembro de 2009, tratando principalmente de dois aspectos: a situação dos brasileiros no exterior e seu possível retorno, e a situação dos imigrantes estrangeiros no

[8] Notícia publicada em 24/04/2009 no site do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil: "Ministro Carlos Lupi protesta medida do governo japonês para trabalhadores brasileiros" disponível em : http://portal.mte.gov.br/imprensa/ministro-carlos-lupi-protesta-medida-do-governo-japones-para-trabalhadores-brasileiros/palavrachave/imigracao-cnig-japao.htm

[9] Acesso online a carta enviada em 23/04/2009 pelo MTE à Embaixada do Japão: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A8181FA2C136B7A012C143088A42C75/CartadoMTEaogove,39953,3801041667.pdf

[10] Logo após ser revista para o prazo de três anos de impedimento de retorno ao Japão para aqueles que receberam ajuda do governo, em 18 de Maio de 2009, o Embaixador do Japão no Brasil, senhor Ken Shimanouchi enviou resposta formal ao Ministro do MTE, esclarecendo que a restrição ainda poderia ser diminuída de acordo com a recuperação da economia japonesa: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A8181FA2C136B7A012C143088B32C8D/Carta_Japao_Lupi,39953,3809722222.pdf.

Brasil. O grupo relatou que até outubro de 2009 mais de 50 mil brasileiros já haviam retornado desde o início da crise, dos quais 13 mil vieram inscritos no programa de Assistência de Retorno à Pátria do governo japonês, a maioria para São Paulo e municípios do Estado de São Paulo (CNIg, 2009a: s/n) [11].

Dessa forma, ao longo do ano de 2009 foram adotadas medidas que visavam auxiliar a situação dos brasileiros no exterior, com ênfase aos residentes no Japão. Em 28 de abril o Ministro Carlos Lupi assinou o conjunto de medidas encaminhadas pelo CNIg, que consistia entre outras em regulamentar as agências de recrutamento e seleção privadas; estabelecer um canal formal de consultas bilateral entre Brasil e Japão em relação ao emprego; acelerar a implementação do projeto "Casa do Trabalhador Brasileiro" em Hamamatsu; possibilitar o saque do FGTS, sem que o trabalhador tenha que vir ao Brasil; e a criação de núcleos de atendimento a brasileiros retornados do exterior (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2009) [12]. O programa de Assistência ao Retorno à Pátria, por sua vez, teve duração de um ano, entre 01 de abril de 2009 e 31 de março de 2010, registrou o atendimento de 21.675 requisitantes, dos quais 20.053 eram brasileiros[13] (MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE, 2011).

O Projeto Casa do Trabalhador Brasileiro[14] em Hamamatsu estava em trâmite em março de 2009. Tratava-se de uma parceria entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o MTE para ser executado por uma entidade ligada às comunidades de brasileiros no Japão. Em razão de adequações no novo Consulado do Brasil em Hamamatsu e tramitações entre o MRE e o MTE sobre questões orçamentárias, a inauguração da Casa do Trabalhador Brasileiro no Japão foi realizada somente no dia 31 de julho de 2010, durante as comemorações da "Semana do Trabalhador Brasileiro no Japão", a Casa começou operando com cinco funcionários brasileiros treinados com apoio do governo japonês para transmitir orientações sobre a questão trabalhista no Japão e o acesso ao SINE (Sistema Nacional de Emprego) para se informar da situação do mercado de trabalho no Brasil. No primeiro mês de funcionamento foram realizados 145 atendimentos, sendo que 75% desses atendimentos eram relacionados às dúvidas acerca da legislação trabalhista no Japão e os demais, principalmente acerca do Acordo Previdenciário entre o Brasil e o Japão. Nos três meses de atuação, chegou realizar 745 atendimentos (CNIg, 2010a; 2010b; 2010c).

No entanto, apesar de grande procura no período que sucedeu a crise de 2008, em dezembro de 2010 o projeto chegou ao final da fase experimental, momento que seria feito uma interrupção das atividades para avaliação dos resultados obtidos durante esse período, com previsão para que voltasse a funcionar em janeiro ou fevereiro de 2011. Contudo, na primeira reunião de 2011 em fevereiro, foi informado que as atividades do projeto ainda se encontravam suspensas, aguardando nova definição para o modelo da Casa[15].

Na Semana do Trabalhador Brasileiro no Japão, contexto em que a Casa foi inaugurada, também foi assinado no dia 29 de Julho o Acordo de Seguridade Social entre Brasil e Japão, possibilitando a utilização do tempo trabalhado no Japão em adição ao trabalhado no Brasil

[11] Na última reunião de 2009 o Grupo de Trabalho sobre o acompanhamento do cenário internacional e o impacto nas migrações teve seu trabalho encerrado, uma vez que do ponto de vista da imigração, não era mais necessário o monitoramento permanente, pois o crescimento da imigração para o Brasil estava em conformidade com o esperado, em relação aos trabalhadores brasileiros no exterior, as medidas que foram lançadas em maio de 2009 seguiam sendo implementadas.

[12] Acesso ao Despacho do Ministro em: http://www.fiesp.com.br/sindical/pdf/port%20694_09%20mte.pdf.

[13] Os outros atendimentos foram entre peruanos (903 pessoas) e outras nacionalidades (713 pessoas) . Os brasileiros eram residentes principalmente na Província de Aichi (5.547 pessoas) e Shizuoka (4.387 pessoas) (MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE, 2011).

[14] Web site lançado em novembro de 2010 no portal do MTE: http://www3.mte.gov.br/casa_japao/.

[15] Até meados de 2011 a Casa ainda se encontrava fechada e sem atendimento presencial apesar do web site estar mantido na página do MTE do Brasil (Informação obtida por intermédio de contatos por telefone no Japão em Julho de 2011).

para aposentadoria; nessa semana também foi aprovado o mecanismo de saque do FGTS através da Caixa Econômica Federal e dos Consulados brasileiros no Japão. A jornada da semana comemorou os 20 anos da comunidade brasileira no Japão, a partir da data oficial de alteração da Lei de Controle de Imigração em 1990, contou ainda com seminários e consultorias de temas trabalhistas.

A assinatura do convênio para a criação do Núcleo de Atendimento e Informação aos Brasileiros Retornados do Exterior (NIATRE) foi realizada em Setembro de 2010 com o Instituto de Solidariedade Cultural e Educacional (ISEC) com o objetivo de atender os emigrantes retornados do exterior, principalmente os brasileiros retornados do Japão. No primeiro mês de funcionamento, em Janeiro de 2011 o NIATRE realizou cerca de 220 atendimentos[16].

O impacto no fluxo de imigrantes para o Japão e a permanência dos brasileiros

Considerando a legalidade do movimento migratório do Brasil para o Japão, o sistema de registros governamental japonês possui dados de entrada e saída desses imigrantes. Dessa forma, para apresentar o impacto da crise de 2008 sobre o movimento *dekassegui* referente ao volume de imigrantes brasileiros no Japão e seu fluxo, conta-se, com os dados obtidos através do *Immigration Bureau* do Ministério da Justiça do Japão.

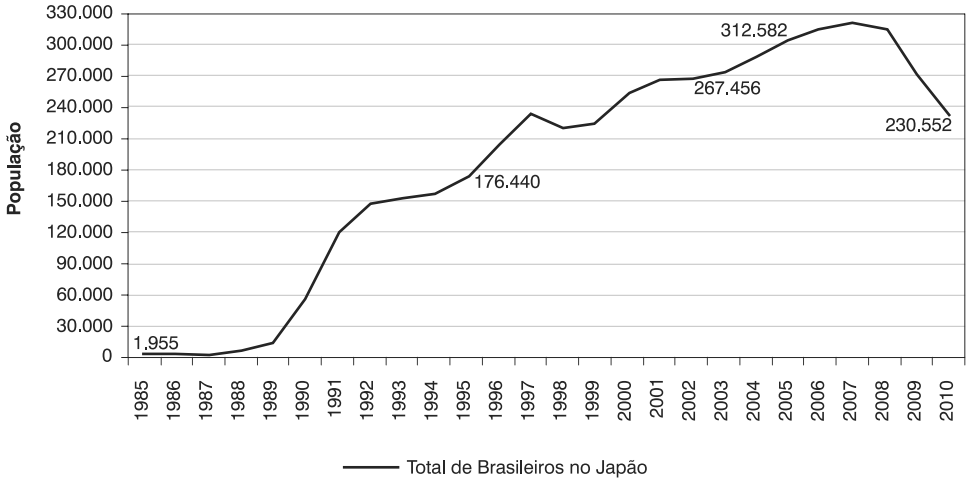
As informações do *Immigration Bureau* apresentam a situação do país em relação ao fluxo migratório internacional e suas alterações recentes; no presente trabalho focalizaremos apenas a situação dos brasileiros, mas cabe mencionar que o número de imigrantes registrados no Japão no ano de 2009 teve uma redução de 1,14%[17] se comparado ao ano anterior e a população estrangeira no país representava 1,71% da população japonesa – com uma redução de 0,03% desde 2008 (MINISTRY OF JUSTICE OF JAPAN, 2010). A partir das informações dos relatórios anuais e dos dados publicados pelo *Immigration Bureau* pode-se observar que historicamente o fluxo de brasileiros para o Japão ganha força e aumenta seu volume de fato a partir da década de1990, antes desse período o número de brasileiros no Japão era pouco significativo. Em 1985, a população brasileira no Japão era de apenas 1.955 pessoas,e apenas uma década depois chegou a 176.440 pessoas; a tendência até o ano de 2008 foi de crescimento dessa população no Japão, apesar de algumas retrações no final da década de 1990.

O período que sucede a crise de 2008 apresenta uma queda significativa no número de brasileiros no Japão, entre 2008 e 2009, houve uma redução de cerca de 45 mil brasileiros. No período inicial da crise – quando o governo brasileiro começou a se preocupar com o crescente fluxo de retorno de brasileiros vindos do Japão – estimava-se que até a metade do ano de 2009 voltariam cerca de 70 mil brasileiros; pode-se observar, assim, que o retorno foi uma das estratégias de enfrentar a situação de crise em contexto migratório, mas ele aconteceu em proporções menores do que o esperado pelo governo brasileiro, mesmo com a medida de „Auxílio de retorno á Pátria" adotada pelo governo japonês no início de 2009. Entre 2009 e 2010 houve uma redução de cerca de 36 mil brasileiros no Japão, somando nesses dois anos que sucederam a crise uma diminuição de 82 mil na população brasileira residente naquele país.

[16] Informações e dados sobre atendimento ver: http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/nucleo-de-informacao-e- apoio-a-trabalhadores-retornados-do-exterior.htm.

[17] Em 2008 o número de estrangeiros registrados no Japão era de 9.146.108 e em 2009 esse número passou para 7.581.330 dos quais 267.456 eram brasileiros, formando a terceira maior população de estrangeiros no Japão, atrás da Coréia com 1.835.377 e da China com 1.236.250 (*Immigration Control Report - Imigration Bureau*, MINISTRY OF JUSTICE OF JAPAN, 2010).

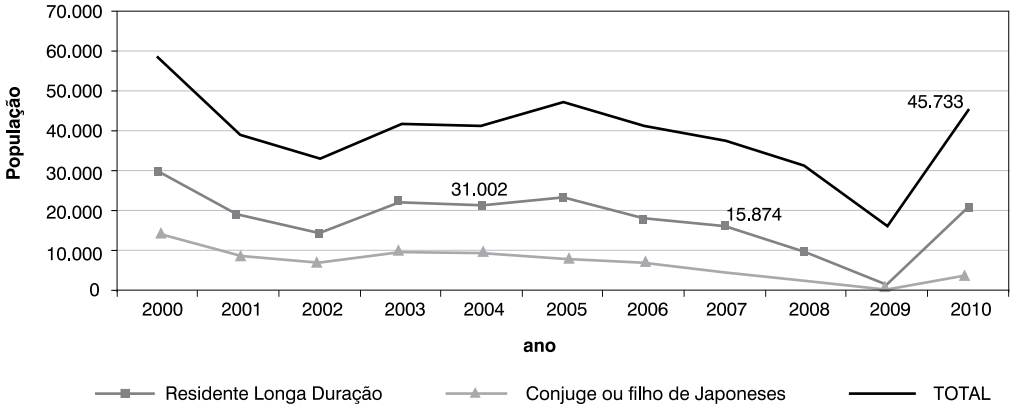
GRÁFICO 1. Total de Brasileiros no Japão de 1985 a 2010



Fonte: *Immigration Bureau – Ministry of Justice of Japan*, 2011.

A despeito de uma significativa queda, a entrada de brasileiros no Japão não se estagnou, o gráfico 2 apresenta novas entradas de brasileiros no Japão por ***status*** de residência[18]. Apesar de o Japão apresentar 27 tipos de visto de residência, os brasileiros em sua maioria entram com o *status* de residência de longa-duração (especial para os descendentes de japoneses radicados no exterior) e depois tendem a se tornar residentes permanentes. Também os que entram como cônjuges ou filhos de japoneses são mais representativos nesse fluxo, sendo os outros tipos de menor relevância numérica.

GRÁFICO 2. Entrada de brasileiros no Japão por status de residência



Fonte: *Immigration Bureau – Ministry of Justice of Japan*, 2011.

Dado o contexto de crise ter se iniciado apenas no último trimestre do ano de 2008 – nesse ano, entraram 31 mil brasileiros apresentando uma pequena redução da entrada em relação a 2007, ano em que entraram 37 mil brasileiros no Japão. Já o ano de 2009 apresentou a queda de 50% da entrada de brasileiros no arquipélago, registrando cerca de 16 mil pessoas. Um novo crescimento do número de entradas só viria a ocorrer em 2010, com

[18] No tipo de visto "residente de longa duração" estão sintetizados os imigrantes com esse status de residência e os que possuem residência permanente.

o registro da entrada de 45 mil brasileiros, dos quais pode se afirmar que pelo menos 11 mil não estavam entrando no Japão pela primeira vez, pois entraram com o *status* de residência permanente, através do mecanismo de *re-entry*, que facilita a entrada no Japão sem precisar passar novamente pelos trâmites burocráticos.

A situação dos imigrantes brasileiros no Japão durante o período de crise teve como principais impactos imediatos o desemprego e retorno ao Brasil em grande escala; no entanto, o aumento recente no fluxo de entrada de brasileiros no Japão mostra uma tendência de continuidade dessa migração.

Uma perspectiva da permanência após a crise

As informações sobre a situação dos brasileiros que permaneceram no Japão após a crise de 2008 foram obtidas através de pesquisa de campo realizada no Japão. A pesquisa consistiu em aplicação de 50 questionários[19] contendo perguntas fechadas e abertas aos brasileiros residentes nas cidades de Okazaki e Toyohashi, ambas na Província de Aichi[20].

Apresentaremos as informações com enfoque para as possíveis influências das medidas institucionais e governamentais realizadas durante o período da crise, e o papel das redes sociais na permanência desses brasileiros no Japão.

O tipo de moradia dos brasileiros é uma informação relevante para essa análise, uma vez que os imigrantes que dependiam de moradias alugadas através das empreiteiras, na medida em que perderam os empregos durante a crise, também tiveram mais dificuldade em se manter no Japão, pois ficaram também sem moradia. Entre o grupo analisado, poucas pessoas moravam em imóveis das empreiteiras, sendo que a predominância foi de imigrantes que residiam em apartamentos do governo japonês (Província ou Prefeitura), que possuem valor de aluguel mais baixo. Dentre os entrevistados apenas um quinto não exercia a ocupação de operários em fábricas japonesas, essa parcela do grupo estava inserida no mercado de trabalho de brasileiros para brasileiros, no setor de serviços, em agências de viagem, empreiteira, bares etc.

As dificuldades enfrentadas no Japão pelos imigrantes brasileiros que vão trabalhar como *dekasseguis* foram agravadas no período da crise econômica de 2008; em relação às formas de enfrentamento dos períodos de dificuldades, a recorrência à familiares e amigos apresentou-se como padrão entre metade dos entrevistados[21]. Esse resultado de certa forma possibilita que consideremos a hipótese de que as redes sociais foram e são estratégias de enfrentamento da crise e possível influência na permanência.

Também se verificou que os imigrantes entrevistados relataram em grande parte confiança nas instituições formais, ligadas às políticas públicas e migratórias, sendo as prefeituras municipais e Consulado e Embaixada brasileiras as de maior confiança entre os brasileiros – refletindo de certa forma a recepção das medidas que os governos brasileiro e japonês tomaram diante da crise econômica.

Apesar da heterogeneidade grupo entrevistado, a forma como a crise afetou suas vidas apresentou certa consonância: entre os que enfrentaram a crise no Japão e permaneceram no país, todos consideraram a diminuição da jornada de trabalho, a queda nos salários e o

[19] Foram entrevistadas 50 pessoas, dentre as quais 17 mulheres e 33 homens, entre esses últimos, a predominância de idade esteve nas faixas de 30 a 34 anos e 45 a 49 anos; entre as mulheres o maior grupo etário foi de 35 a 39 anos.

[20] As entrevistas com a aplicação dos questionários foram realizadas por intermédio de um grupo treinado para a execução da pesquisa, com o apoio da Associação Brasileira de Okazaki (ABO), *Okazaki International Association* e o Consulado-Geral do Brasil em Nagoya, no âmbito do Observatório das Migrações em São Paulo.

[21] Em razão de uma possível ambiguidade no interior das respostas, acredita-se que o número de trabalhadores que recorreu à rede como estratégia de enfrentamento pode ser superior à metade do grupo

desemprego enquanto principais alterações em suas vidas. Como consequência dessas alterações, a recorrência ao seguro desemprego, e o adiamento a planos pré-existentes de retorno também foram mencionados; mas o que se pode verificar como principal percepção e necessidade de alteração durante e após esse período, foi a redução dos níveis de consumo:

"*Aprendi a dar mais valor, ser mais econômico*" (O.N.,31 anos, há 10 no Japão)
"*Baixo salário, mas aprendi que se vive com menos*" (C.H., 40anos, há 19 no Japão)

Essas frases simbolizam uma contradição em relação à definição e às experiências do movimento *dekassegui* em seu período inicial, em que os brasileiros viajavam ao Japão com o intuito de executar longas jornadas de trabalho, economizar o máximo possível para poupar e retornar ao Brasil em melhores condições financeiras. Se em um contexto inesperado de crise econômica, esses imigrantes percebem que prenderam a economizar, talvez durante as quase três décadas de dinâmica desse movimento, muitos deles tenham "desaprendido" a poupar e se inserido de uma forma peculiar aos padrões de consumo da sociedade japonesa, voltado sobretudo para o consumo de produtos de brasileiros para brasileiros no Japão.

Com a crise internacional e o aumento significativo do desemprego dos brasileiros no Japão, um dos efeitos que se pôde observar foi o maior conhecimento por parte dos imigrantes de alguns de seus direitos básicos de cidadão, como o seguro desemprego e a possibilidade de usufruir do sistema de proteção social do governo japonês através das prefeituras municipais; além do conhecimento e maior uso do *Hello work*, que vem substituindo de uma forma mais segura para os imigrantes o papel de recrutamento antes realizado fortemente pelas empreiteiras. A partir da queda de oferecimento de postos de serviços através das empreiteiras, há uma relação mais direta entre o governo japonês e as associações de brasileiros, e os próprios brasileiros, caminho que se considera necessário, uma vez que a exploração das agências intermediárias é um dos maiores problemas nesse processo de imigração.

Considera-se, ainda, que esse impacto da crise econômica sobre o mercado de trabalho e sobre a imigração, não obstante as evidentes formas de impacto negativas, teve também uma face positiva, a saber, uma maior exposição das formas precárias de contrato de trabalho realizado através das empreiteiras, o que fez com que isso tenha chegado como uma questão de tratamento emergencial enquanto medida de administração dos impactos da crise, por parte dos dois governos envolvidos. Nesse sentido, também os problemas sobre a educação dos filhos de imigrantes brasileiros se tornaram mais evidentes; dessa forma, considera-se que as medidas propostas e realizadas pelos governos brasileiro e japonês como: facilitar o ingresso dessas crianças em escolas japonesas[22], providenciar lugares para que as famílias estrangeiras possam deixar seus filhos enquanto trabalham ou procuram empregos, e medidas para facilitar a adaptação dos estudantes que têm que aprender o japonês; tenham repercutido como uma forma de tratamento emergencial para questões educacionais que já se estendiam há muito tempo antes da crise (KAWAMURA, 1999; NAKAGAWA, 2005; CASTRO- VAZQUEZ, 2009)

A questão da falta de conhecimento da língua japonesa e a obtenção de um nível necessário apenas para conseguir se comunicar basicamente e para a obtenção de empregos – aliada a dificuldade em estudar o idioma japonês por estarem inseridos em longas jornadas de trabalho – corrobora com a nossa perspectiva de que a inserção dos brasileiros no Japão se dá de uma forma peculiar, não com integração à sociedade de destino, mas na formação de

[22] Apesar de ser uma sugestão que colocaria as crianças e adolescentes nas escolas novamente, é reconhecida a dificuldade de adaptação das crianças estrangeiras no sistema escolar japonês (KAWAMURA, 1999; NAKAGAWA, 2005; CASTRO-VAZQUEZ, 2009).

um campo específico desses imigrantes que convivem com os compatriotas através das redes sociais, produzindo e reproduzindo o *habitus* específico desse grupo que interage também para a produção e reprodução desse campo social.

Ademais, embora o retorno ao país de origem tenha sido uma estratégia bastante usada nos primeiros meses após a eclosão da crise, fato sobre o qual o Estado japonês atuou diretamente, constata-se, a partir da observação dos dados de entrada e saída de brasileiros no Japão durante e logo após a crise, que esta, de forma geral, incidiu pontualmente sobre o fluxo. O uso das redes sociais se apresentou como parte das estratégias de permanência no Japão, no entanto as formas de moradia e conhecimento do idioma também se apresentaram como fatores importantes de influência na permanência do grupo entrevistado no destino no período da crise econômica internacional.

Buscamos apresentar uma análise que contemplasse as ações de Estados, os dados oficiais e as percepções dos agentes envolvidos nesse contexto, abarcando uma analise da crise com perspectivas complementares em níveis macro e micro sociológicas.

Referências

BRAGA, J. C. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. Estud. av., São Paulo, v. 23, n. 65, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 ago. 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000100006.

BELTRAO, K. I.; SUGAHARA, S. Permanentemente temporário: *dekasseguis* brasileiros no Japão. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v.23, n.1, jun.2006.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 8. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

CASTRO-VAZQUEZ, G.Immigrantion children from Latin America at Japanese Schools: Homogeneity, ethnicity, gender and language in education. Journal of Researcher in International Education 8 (1), 57-80, 2009.

CNIg. Brasília. Ata da reunião de 03 de dez. de 2008.

_____. Brasília. Ata da reunião de 10 de mar. de 2009 (a).

_____. Brasília. Ata da reunião de 17 de nov. de 2009 (b).

_____. Brasília. Ata da reunião de 18 de ago. de 2010 (a).

_____. Brasília. Ata da reunião de 15 de set. 2010 (b).

_____. Brasília. Ata da reunião de 10 de nov. 2010 (c).

FAIST, T. Transnationalization in International Migration: Implications for the Study of Citizenship and Culture. Ethnic and Racial Studies, 23(2): 189-222, 2000.

FURTADO, C. Em Busca de um Novo Modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo, Paz e Terra: 2002.

_____. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KAWAMURA, L. Cambios en la Reciente Migración de Brasileños a Japón: Redes Sociales y Culturales. in: XIII Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Estudios de Asia y África (ALADAA), 2011, Bogotá. Memoria del XIII Congreso Internacional ALADAA, 2011.

_____. Para onde vão os brasileiros? Campinas: Editora da UNICAMP; Fundação Japão, 1999. LIMA, Marcos Costa. A crise financeira de setembro de 2008 é também uma crise de paradigma. Disponível em: <http://centrocelsofurtado.com/adm/enviadas/doc/pt_00000091_20100301163824.pdf> Acesso em08 ago. 2011.

MAZZUCCHELLI, F. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 82, nov. 2008, pp. 57-66.

MINISTRY OF JUSTICE OF JAPAN. Immigration Control Report. Tokyo, 2010. Available from: <http://www.moj.go.jp/nyuukokukanri/kouhou/nyuukokukanri01_00015.html> acess on 18 jul. 2011.

MINISTRY OF FOREING AFFAIRS OF JAPAN, Press Conference.Tokyo, May. 2009. Available from: <http://www.mofa.go.jp/announce/press/2009/5/0514.html> acess on 10 aug. 2011.

MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE OF JAPAN. Employment measures in Post- Financial Crisis Japan. Tokyo, July, 2009. Available from <http://www.mhlw.go.jp/english/>. acess on 05 aug. 2011.

NAKAGAWA, K.Y. Crianças e adolescentes brasileiros no Japão: Províncias de Aichi e Shizuoka. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PUC/SP, São Paulo, 2005.

PNUD/2009. Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. Ultrapassar barreira: mobilidade e desenvolvimento humanos. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports>. Acesso em: 10 jul. 2011.

PATARRA, N. L. Governabilidade das migrações internacionais e direitos humanos: O Brasil como país de emigração. In: BRASIL/Ministério das Relações Exteriores (Org.). I Conferência "Brasileiros no Mundo". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão,: 187-212, 2009.

RESENDE, A. L. Em plena crise: uma tentativa de recomposição analítica. Estud. av., São Paulo, v23, n. 65, 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 ago. 2011. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000100005.

SASAKI, E.M. *Dekasseguis*: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão. Textos NEPO 39, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2000.

SHISHITO, K. T; BAENINGER, R. Brasileiros no Japão: A expectativa temporal na imigração dekassegui. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17, 2010, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2010.

SINGER, P. A América Latina na crise mundial. Estudos Avançados. São Paulo, n.23, vol. 66, pp.91-102, 2009.

SUGUIURA, M.H. Relações entre a rede social e as migrações Brasil-Japão. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TRAJETÓRIAS LABORAIS/RESIDENCIAIS DOS LOCAIS DE ORIGEM E PROJETO MIGRATÓRIO – A MIGRAÇÃO BOLIVIANA PARA O SETOR DE CONFECÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO[1]

Patrícia Tavares de Freitas

A migração boliviana direcionada para o trabalho no setor de confecção das cidades de São Paulo e/ou Buenos Aires[2] emerge, no debate público contemporâneo, a partir da segunda metade da década de 1980, devido, principalmente, às condições de trabalho insalubres e precárias às quais esses imigrantes se submetem em troca de salários inferiores aos praticados no mercado formal.

De maneira geral, os estudos sobre os fluxos migratórios recentes de bolivianos para a cidade de São Paulo, podem ser classificados entre, por um lado, os que se inclinam para uma abordagem mais sociológica em torno da entrada de grandes contingentes populacionais – em sua maioria, ilegais – para o trabalho mal remunerado e em condições precárias em oficinas de costura informais e suas relações com os processos de reestruturação produtiva do setor têxtil da capital (AZEVEDO, 2005; BASSEGIO, 2004; BUECHLER, 2003; FERRETI, 2002; FREIRE, 2008; FREITAS, 2009, GALETTI, 1996, KADLUBA, 2007). E, por outro lado, os estudos demográficos e/ou antropológicos, que buscam uma caracterização das dinâmicas espaciais e sociais que esses migrantes constituem na cidade de São Paulo (CYMBALISTA & XAVIER, 2007; SILVA, 1997 e 2006).

---

[1] Artigo escrito a partir da realização de estágio de pesquisa, na Bolívia, durante agosto de 2012 a março de 2013, financiado pelo programa BEPE/Fapesp.

[2] Conforme já foi abordado em artigo escrito em parceria com a socióloga argentina Mariana Beheran (Beheran & Freitas, 2012), a migração boliviana também se dirige ao setor de confecção da cidade de Buenos Aires, assumindo formas muito similares às encontradas na cidade de São Paulo. E, ao longo do trabalho de campo, as duas cidades apareciam, nos discursos, com o mesmo valor simbólico de serem locais para a inserção na costura. Muitas vezes, as pessoas se confundiam ao nos indicar uma outra pessoa para a entrevista – imaginavam que o destino fora São Paulo e, na realidade, fora Buenos Aires, ou vice versa, por exemplo. Ademais de ser comum a migração para os dois destinos, e referências em relação aos dois destino, mesmo quando a pessoa fez a migração somente para um dos dois. Foi possível perceber também, em alguns casos, casualidade da realização da migração para um ou outro destino não se tratando, portanto, de projetos acalentados por bastante tempo. Apesar de não ser o foco da pesquisa, essas constatações nos levaram a considerar esse destino, de maneira tangencial, nas análises na pesquisa empírica.

A despeito da relevância evidente das análises que partem de questões constituídas desde a perspectiva das sociedades de destino, a centralidade dada às características que unificam/identificam esses imigrantes, de maneira geral, nos induzem a deduzir que as realidades nos locais de origem são igualmente homogêneas.

Nesse artigo, produto de uma primeira aproximação dos resultados da pesquisa de campo realizada em algumas das regiões de origem dessa migração[3], na Bolívia, propomos problematizar essa suposta homogeneidade, destacando a experiência social anterior e os projetos inscritos nessa migração/inserção[4] para/no setor de confecção das sociedades de destino. Quem são esses imigrantes? Quais são os contextos de origem impulsionadores desse movimento migratório direcionado para uma atividade específica nas sociedades de destino? Quais os sentidos atribuídos a essa decisão de migrar para se inserir no setor de confecção das sociedades de destino?

Nesse artigo, dividido em duas seções, faremos algumas considerações acerca das relações entre os contextos de origem e os projetos migratórios para o trabalho no setor de confecção das cidades de São Paulo e/ou Buenos Aires, a partir da consideração de dados obtidos por meio de investigação etnográfica e entrevistas de trajetórias de vida (residenciais, laborais, econômicas e socioespaciais) dos migrantes, nos locais de origem elencados acima.

O papel dos locais de origem no debate sobre as migrações internacionais

O debate sobre as migrações internacionais esteve, durante quase meio século, bastante vinculado ao paradigma norte-americano da "assimilação", desenvolvido pela Escola de Chicago durante a primeira metade do século XX. De acordo com Park, um dos formuladores pioneiros desse conceito, apesar de considerar a existência de fortes vínculos entre origem e destino, nos momentos iniciais de inserção dos migrantes nas sociedades de destino – em que formariam espécies de guetos, buscando manter seus hábitos socioculturais –; nos termos da "hipótese ecológica", denominada como "ciclo das relações raciais", em seu estudo clássico, "Race and Culture", a esse estágio inicial se sucederiam, ao longo do tempo, o "contato", a "competição", a "acomodação" e, finalmente, no caso dos ciclos bem sucedidos, a "assimilação" – entendida como "(...) um processo de interpenetração e fusão no qual as pessoas e os grupos adquirem as memórias, sentimentos e atitudes das outras pessoas e grupos e através da partilha de sua experiência e história são incorporadas com eles em uma vida cultural comum" (PARK, R & BURGESS, W apud ALBA, R & NEE, V., 1997: 828, tradução própria)[5].

A partir dessas premissas, as sociedades de origem passam a ter importância, somente, nos momentos iniciais de inserção nas sociedades de destino. Nesse contexto, a partir da segunda metade da década de 1960, emergem os estudos sobre as denominadas "cadeias migratórias"(BAILY, 1985; McDONALD & McDONALD, 1964; OTERO, 1992; DEVOTO, 1988), definidas como estruturas sociais estabelecidas entre imigrantes novos e antigos, ligados por laços primários de sociabilidade, das mesmas zonas de origem, que facilitam os passos

[3] O trabalho de campo foi realizado nas cidades de Cochabamba, La Paz, El Alto e Escoma (na zona rural) e além de trabalho etnográfico foram realizadas 35 entrevistas em profundidade sobre as trajetórias de vida de bolivianos (as) que, em algum momento de suas vidas, decidiram migrar para trabalhar no setor de confecção da cidade de destino. Paralelamente, também foram feitas entrevisstas mais curtas com os familiares desses migrantes entrevistados.

[4] Conforme já discutido em outro trabalho, no caso da inserção no setor de confecção das sociedades de destino, o projeto migratório se confunde com o projeto de inserção nessa atividade laboral, pois essas duas decisões ocorrem ainda nas regiões de origem (FREITAS, 2012).

[5] "(...) a process of interpenetration and fusion in which persons and groups acquire the memories, sentiments and attitudes of other persons and groups and, by sharing their experience and history, are incorporated with them in a common cultural life" (PARK, R & BURGESS, W apud ALBA, R & NEE, V., 1997: 828).

iniciais para a realização do percurso migratório e inserção habitacional e laboral dos novos imigrantes na sociedade de destino[6].

Esse conceito constituía ferramenta analítica importante para a compreensão dos processos de formação de aglomerações espaciais e ocupacionais de comunidades de imigrantes nos centros urbanos de destino (McDONALD & McDONALD, 1964:82)[7], por meio da identificação das dinâmicas e arranjos mobilizados por esses migrantes no momento inicial de sua inserção nas sociedades de destino, a partir dos recursos provenientes de suas regiões de origem.

No debate latino-americano, concentrado, principalmente, nas migrações internas, a consideração do protagonismo das regiões de origem, no lugar da racionalidade abstrata dos indivíduos, constituía forma de sublinhar uma perspectiva analítica de inspiração marxista que partia do social e não do individual para a compreensão dos fenômenos migratórios.

> Convém sempre distinguir os motivos (individuais) para migrar das causas (estruturais) da migração. Os motivos se manifestam no quadro geral de condições socioeconômicas queinduzem a migrar. É óbvio que os motivos, embora subjetivos em parte, correspondem a características dos indivíduos: jovens podem ser mais propensos a migrar que velhos, alfabetizados mais que analfabetos, solteiros mais do que casados e assim por diante. O que importa é não esquecer que a primeira determinação de quem vai e de quem fica é social ou se se quiser de classe. Dadas determinadas circunstâncias uma classe social é posta em movimento. Num segundo momento, condições objetivas e subjetivas determinam que membros desta classe migrarão antes e quais ficarão para trás (SINGER,1976:237).

A perspectiva analítica proposta por Singer (1976)[8], implica considerar, por um lado, processos de seletividade migratória engendrados nos locais de origem dos fluxos migratórios e que mobilizam determinadas classes sociais e, mais precisamente, determinados subgrupos dessas classes, conformando circunstâncias complexas – que envolvem, muitas vezes, mais de um local de origem e de chegada; e, por outro, a formação de redes sociais de acolhimento dos imigrantes nas sociedades de destino e que determinariam, junto com as redes de envio, muito mais do que as características individuais dos imigrantes, as possibilidades e formas de inserção habitacional e no mercado de trabalho de destino.

> Uma consequência metodológica desta abordagem é que o estudo de migração limitado a apenas um presumível local de destino e de origem é incapaz de desvendar o movimento global dos fluxos que por ela transitam (...). A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá freqüentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos. Isto significa que o lugar que o novo migrante vai ocupar na estrutura social já é, em boa medida, pré-determinado pelo seu relacionamento social, isto é, por sua situação de classe anterior. O modo como o migrante se insere na sociedade de destino tem sido explicado por suas características individuais (...). Seria importante considerar que laços de solidariedade familiar, de origem comum, etc que refletem situações de classe social, desempenham um papel de suma importância na integração à economia e à sociedade do lugar de destino. Valeria a pena também investigar em que medida existem organizações formais e informais – desde agências de emprego até rodas de botequim – que encaminham os

[6] "Chain migration can be defined as the movement in which prospective migrants learn of opportunities, are provided with transportation and have initial accommodation and employment arranged by means of primary social relationships with previous migrants (...)" (McDONALD & McDONALD, 1964:82).

[7] McDonald e McDONALD (1964) analisaram os fluxos migratórios de italianos para algumas cidades dos Estados Unidos, entre 1885 e 1914. "Why did immigrants from certain towns in Southern Italy settle together in certain localities of the United States? These immigrants were not distributed among the 'Little Italies' by chance. Prospective immigrants needed passage money, as well as assistance in finding initial employment and accommodation. These were generally provided by earlier immigrants from their hometowns"(McDONALD & McDONALD, 1964:82).

[8] Em artigo clássico sobre as migrações internas rural-urbanas, que também constitui-se importante referência para o estudo das migrações internacionais.

> migrantes aos setores do mercado de trabalho em que há maior probabilidade de encontrarem compradores para a sua força de trabalho (SINGER,1976:239-240).

A partir de meados da década de 1990, o debate sobre o papel dos locais de origem é retomado, mas, diferentemente das perspectivas anteriores, que destacavam sua importância para as primeiras gerações de imigrantes, em seus momentos iniciais, sem um questionamento direto ao paradigma dominante da "assimilação", passa-se a considerar o estabelecimento de campos/estruturas sociais permanentes entre origens e destinos, denominados "transnacionais".

Inicialmente, o conceito de transnacionalismo passou a ser utilizado, no âmbito dos estudos migratórios, por antropólogos norte-americanos dedicados ao estudos das migrações internacionais entre as regiões do Caribe e do México e os Estados Unidos (GLICK-SCHILLER et all, 1992)[9]. Dessa forma, ao invés do movimento (social, espacial, cultural, econômico) univoco das sociedades de origem para as sociedades de destino, conforme preconizado pelas "teorias da assimilação", esses autores identificam movimentos variados de idas e vindas, capazes de constituir, em sua expressão mais acabada, espaços de simultaneidade, em que é possível ser daqui e de lá ao mesmo tempo[10].

> As vidas de um número cada vez maior de indivíduos não podem mais ser compreendidas focalizando apenas o que se passa no interior das fronteiras nacionais. Nossas lentes analíticas devem ser, necessariamente, expandidas e aprofundadas porque os migrantes se encontram, frequentemente, imersos em campos sociais transnacionais multidimensionais e multi-situados, abrangendo tanto aqueles que se moveram quanto aqueles que permaneceram [nos locais de origem]. Como resultado, as premissas básicas sobre instituições sociais como a família, a cidadania e os estados nacionais devem ser revisitadas. A partir do momento em que repensamos as fronteiras da vida social, se torna claro que a incorporação dos indivíduos no interior dos Estados nacionais e a manutenção de conexões transnacionais não são processos sociais contraditórios (LEVITT & GLICK-SCHILLER, 2007:157, tradução própria)[11] .

Nos estudos contemporâneos sobre as migrações internacionais bolivianas que dialogam, direta ou indiretamente, com as perspectiva das sociedades de origem, destaca-se a identificação da existência de importantes relações entre os projetos migratórios (estabelecidos no âmbito familiar) e as estratégias locais de sobrevivência, por meio do desmembramento dos núcleos familiares entre origem e destinos, com o intuito de possibilitar a manutenção e o desenvolvimento dos locais de origem e do núcleo familiar como um todo. Ideia sintetizada, inclusive, no título de alguns dos livros que investigam, a partir das origens, os fluxos migratórios internacionais

[9] Áreas caracterizadas por apresentarem uma longa e contínua história de migração e uma cultura de migração e, portanto, "it was easier for scholars working in those two settings to break out of the dominant paradigm that assumed that persons could belong to only a single country and that US migrants had to choose between their home country and the new land"(GLICK - SCHILLER, 2007: 119-120).

[10] Em suas primeiras definições, em publicação da New York Academy of Sciences – que reuniu, em um seminário no início dos anos de 1990, antropólogos que começavam a utilizar os termos "transnacional" e "transmigrante" para se referirem às especificidades das dinâmicas encontradas ao longo do trabalho de campo – os fenômenos transnacionais se referiam a vínculos, entre origens e destinos, em torno da dimensão familiar, econômica, social, religiosa e política.

[11] "The lives of increasing numbers of individuals can no longer be understood by looking only what goes on within national boundaries. Our analytical lens must necessarily broaden and deepen because migrants are often embedded in multi-layered, multi-sited transnational social fields, encompassing those who move and those who stay behind. As a result, basic assumptions about social institutions such as the family, citizenship, and nation-states need to be revisited. Once we rethink the boundaries of social life, it becomes clear that the incorporation of individuals into nation-states and the maintenance of transnational connections are not contradictory social processes" (LEVITT & GLICK-SCHILLER, 2007:157).

de bolivianos, como, por exemplo, os de De La Torre, "*La chequanchada*" (2007)[12] e "*No llores, prenda, pronto volveré*" (2006) e o de Geneviève Cortes (2004) "*Partir para quedar-se*".

Essa perspectiva dialoga com os estudos da Escola Etnológica Andina[13], que identificou, em suas análises das estratégias de sobrevivência alimentar e reprodução sociocultural do núcleo familiar e comunitário originário das regiões altiplânicas dos Andes, a existência de movimentos migratórios, muitas vezes, por longos percursos, de parte do núcleo familiar, das terras altas às terras baixas (de costa ou de vale) com o intuito de acessar terras férteis e produtos alimentares inexistentes nas alturas, para a realização de trocas ou estabelecimento de novos assentamentos, promovendo o controle de diferentes pisos ecológicos[14].

Nesse sentido, as principais características da forma de organização dos povos andinos, em especial, dos *mitimaes*[15] , indicadas nos estudos de John Murra (1987), e que chamam a atenção desses pesquisadores contemporâneos, conforme explicitam De La Torrre (2006: 64-5) e Hinojosa (2009: 16) são: i) a manutenção de laços, relações, identidades e direitos nos núcleos de origem mesmo que demorassem muito tempo para regressar ou que nunca mais regressassem de fato, ii) o caráter multiétnico dos processos com a consolidação de espaços de interculturalidade e, iii) a especialização laboral dos mitimaes "que respondiam a esquemas políticos e econômicos de nível macro" (HINOJOSA, 2009:16, tradução própria).

> Cuánto de las prácticas hasta ahora mencionadas sigue desplegándose en las estrategias familiares y comunitarias de las actuales migraciones bolivianas? Probablemente la filiación entre unas y otras lógicas no corresponda más que a una intención romántica de los propios actores, de acuerdo a la manera en que (…) se construyen las narrativas de identidad (...). Sin embargo, algunas coincidencias no deberían ser descartadas. Las nuevas colonias bolivianas parecerían seguir los senderos trazados por las familias mitimaes, aunque esta vez extendiendo la dinámica doble de sus idas y venidas hacia un nuevo escenario, el de un archipiélago de pisos ecológicos transnacionales en tiempos de globalización. Sus comunidades o ciudades de origen, sustituidas en términos de residencia por Washington DC, Madri, Buenos Aires y otras urbes, también podrían cumplir la función que para aquellos viajeros ejercían las cabeceras étnicas cercanas al lago sagrado. Los desplazamientos en función a un centro permanente continúan. Continua también la necesidad de retorno multifacético hacia la tierra abandonada" (DE LA TORRE, 2006:65).

A despeito da questão das possíveis continuidades e/ou rupturas das migrações contemporâneas em relação a essas mobilidades estruturantes das sociedades andinas ancestrais, o que essas comparações anacrônicas trazem para o primeiro plano, em torno do que Hinojosa (2009) vai denominar "cultura da mobilidade", é a percepção da migração não enquanto uma escolha individual e/ ou familiar de ruptura em relação às sociedades de origem, mas enquanto

[12] "Al detener brevemente la atención en las narraciones de inicio de cada uno de los ciclos migratorios de algunos informantes del Valle Alto, podría pensarse que ante una única manera de caminar hacia a un destino propio partiendo de la condición – origen de campesino (aparentemente vinculada a la permanencia en la tierra), estos personajes vienen encontrando otras sendas. Se si sigue dando vueltas a la metáfora del camino puede encontrarse una palabra quechua que describe a esas vías alternativas. (...) Las cheqanchadas no llevan necessariamente a otro lugar, sino ao que se planteó inicialmente como destino. Las cheqanchadas también devuelven al camino central después de haberse ahorrado tiempo pero – como se verá en este estudio – no sin sacrificios" (DE LA TORRE, 2007:2).

[13] Escola criada pelo etnólogo John Murra, na década de 1970 e que desenvolveu a teoria do "controle vertical do máximo de pisos ecológicos" e, junto com o boliviano Ramiro Condarco Morales, a teoria da "simbiosis interzonal", conforme explicita Hinojosa (2009).

[14] No interior do debate latino-americano sobre essas especificidades das populações andinas, note-se, conforme explicita Cortes (2008:110) que existe ainda outra posição que, ao considerar essas mobilidades no interior de um sistema fechado, vai visualizar as migrações internacionais contemporâneas não como uma continuidade, mas como uma ruptura maléfica do ecossistema andino.

[15] Os mitimaes eram grupos em contínuo deslocamento, com a função de conquista e colonização durante o Império Inca – uma versão tardia e institucionalizada dos "migrantes regulares" que protagonizavam o "controle vertical do máximo de pisos ecológicos" descrito acima.

estratégia familiar e/ou comunitária de desenvolvimento/permanência dos locais de origem (Benencia, 2003, Dandler & Medeiros, 1985, De La Torre, 2007 e 2006, Hinojosa, 2009)[16].

Considerando o debate delineado acima, a pesquisa partia da hipótese da existência de "cadeias migratórias", entre essas origens e localidades específicas nas cidades de destino, mobilizadas a partir de relações de parentesco/amizade constituídas por meio das dinâmicas socioespaciais das regiões de origem. Em outras palavras, buscávamos encontrar, em cada um dos locais de origem elencados, dinâmicas socioespaciais e socioeconômicas próprias e uma população migrante com algumas características determinantes comuns, possibilitando o delineamento de perfis específicos para cada um dos lugares de origem que iriam, por sua vez, gerar formas de inserção, igualmente, específicas, no setor de confecção das cidades de destino[17].

Entretanto, ao longo da realização do trabalho de campo nas localidades de origem indicadas e, após uma primeira organização das entrevistas de trajetórias de vida, esvaneceu-se a metáfora das "cadeias migratórias", em sentido estrito (ligadas às redes de parentesco), que conformariam, em localidades específicas da cidade de destino, aglomerações de migrantes provenientes das mesmas localidades de origem, vinculados por intrincados laços de parentesco e de amizade.

A experiência dos entrevistados indicava, por um lado, a inexistência de uma relação direta entre locais de origem e de destino específicos[18]. Percepção baseada, ademais da constatação da existência de um variado espectro de possibilidades quanto às localidades de origem[19], no fato de que esses migrantes, de diferentes localidades de origens, poderiam concentrar-se nas mesmas oficinas de costura, nas cidades de destino[20]. E, por outro lado, a inexistência de uma relação direta entre o tipo de experiência social e espacial anterior e os locais de origem elencados, pois esses locais eram, muitas vezes, apenas locais de "passagem" - ou, ainda, de confluência de migrações internas – e/ou de "instalação" não, necessariamente, definitiva. Locais que, em geral, não coincidiam com os locais de nascimento próprio e/ou de parte da família nuclear.

À multiplicidade de locais de origem alia-se a multiplicidade de contextos e temporalidades de origem e projetos/sentidos propostos pelos migrantes para explicar sua decisão de se inserirem, em algum momento de suas vidas, no setor de confecção das cidades de destino. Incluindo, desde ex-mineiros, trabalhadores rurais ou operários que sofreram os processos de relocalização do início da década de 1980 aos jovens rurais e urbanos, com e sem experiência na costura, provenientes de arranjos familiares e níveis educacionais igualmente diversos. Quais

[16] Conforme destaca Geneviève Cortes, no livro "Partir para quedar-se" sobre os padrões migratórios de duas zonas campesinas bolivianas do Vale Alto da região de Cochabamba, constituem-se, nos locais de origem, todo um sistema de apoio logístico ao empreendimento migratório -"En la región de Cochabamba, los campesinos se organizan para migrar, tal y como lo hacen para producir, alimentarse, vivir, etc. Las familias se prestan entre ellas, cooperan, se van, vuelven, es decir, crean un sistema socio económico que constituye la base del proceso migratorio. Este sistema de movilidad familiar creado en los espacios de origen, se define por la selectividad de la migración (quién se vá? por qué?), por el ritmo de desplazamientos (cuántas veces? por cuánto tiempo?) y por sus modalidades (cómo?)" (CORTES, 2004:163).

[17] O projeto de pesquisa indicava, nesse sentido, três locais de origem relevantes para o contexto urbano de destino, a partir de trabalho de campo anterior na cidade de São Paulo: i) as zonas periféricas da cidade de Cochabamba, em especial, o bairro de Villa Sebastian Pagador, na zona sul; ii) a cidade de El Alto, em La Paz e, iii) a área rural de Escoma, no altiplano andino.

[18] Em uma entrevista com um boliviano que se inseriu no setor de confecção em Buenos Aires, é feito um comentário a respeito de uma hierarquização que os próprios costureiros fariam em relação à origem dos donos das oficinas de costura que, inclusive, incluiria além dos potosinos, orurenos, pacenhos e cruzenos, os coreanos (que, pelo que pudemos perceber, em Buenos Aires, diferentemente de São Paulo, ainda mantem o negócio das oficinas de costura) , os peruanos e paraguaios. Ele também comenta que alguns donos de oficina preferem contratar pessoas que sejam da mesma região de origem e nos anúncios indicam de qual região de origem estão dispostos a contratar.

[19] Podendo ser proveniente, não apenas das regiões andinas de La Paz, mas também das zonas rurais e/ou urbanas de Oruro, de Cochabamba, de Tarija e de Santa Cruz e, ainda, poderiam ser, inclusive, de outras nacionalidades, principalmente, do Peru e/ou do Paraguai.

[20] Nesse circuito, as oficinas de costura constituem não apenas o local de trabalho dessa população, mas também seu local de moradia e em torno da qual estabelecem suas relações de sociabilidade nas sociedades de destino.

características da experiência social desses imigrantes poderiam ser consideradas com o intuito de possibilitar maior inteligibilidade à diversidade observada?

Para uma primeira organização dos resultados parciais da pesquisa em andamento, propomos, na próxima seção, deslocar o olhar, das especificidades das dinâmicas socioespaciais dos "locais de origem" elencados, para os sentidos inscritos na decisão de migrar para o trabalho no setor de confecção das sociedades de destino, resultantes dos contextos nos quais se desenvolveram as trajetórias laborais/residenciais anteriores .

Trajetórias de vida e projetos migratórios

A diversidade dos contextos e temporalidades de origem refletiu-se nos sentidos que o projeto migratório para o trabalho no setor de confecção das sociedades de origem adquiria nas entrevistas realizadas. Ao contrário da imagem clássica da migração internacional boliviana vinculada a estratégias familiares diretamente voltadas para o desenvolvimento e sobrevivência dos locais de origem, conforme debatido na seção anterior, chamou atenção a diversidade de sentidos que esses projetos migratórios podem adquirir.

Com o intuito de relacionar *contextos de origem,* expressos nas trajetórias, e *sentidos* dados aos *projetos migratórios*, propomos, para uma primeira aproximação das entrevistas realizadas, a apresentação de 4 trajetórias representativas de 4 configurações (contexto de origem + sentido) significativas em relação à totalidade das entrevistas realizadas[21].

(a) Migração como projeto familiar de manutenção dos locais de origem – trajetórias de casais rurais e/ou urbanos

> "A raíz de que tengo familia he necesitado un lugar, una casa. Ya pues, hemos comprado una casa, entonces, nos faltaba platita para mi capital, ya no tenía. Por eso es que he decidido ir. Pensando que allá iba a ganar más (…) Tengo parientes en allá. Hace años que se han ido. Se han ido en 2000 ó 99 se han ido al Brasil. Son primos. Una tía también. Lejanos, ¿no? Pero esa vez no me ha llamado la atención. Ellos han ido, entonces, paso, ¿cuántos años? Casi 10 años. De 10 años me encontré con ellos, acá, cada vez que llegaban. De ahí me han contado, ellos me han hablado. Siempre he tenido amigos también que allá han ido, ¿no? Que han conseguido algo. Vinieron aquí, ¿no? Llegaron aquí con plata, compraron terrenos, buenos lugares. Eso ha sido también, ¿no? 'Qué tal voy allá y consigo algo más'. Esa ha sido la idea, ¿no? Yo he decidido ir" [Elias][22].
>
> "Por eso él, cuando ha viajado, por ejemplo, él se ha ido con una ilusión. Como hemos comprado la casita también teníamos una deuda aquí en el banco para terminar de pagar lo más antes posible; también 4 niños que mantener. Entonces yo también ilusionada andaba

[21] A proposição de tipo/perfis implica a explicitação da perspectiva teórica utilizada e da forma como eles foram construídos. Entretanto, atualmente, no início do processo de organização do material empírico, as trajetórias propostas não possuem essa pretensão. Podem ser consideradas apenas uma primeira tentativa de organização e de produção de sentido que, necessariamente, será reordenada muitas vezes até o final do processo de organização do material empírico.

[22] "Devido ao fato de que tenho família, necessitava de um lugar, uma casa. Já, pois, compramos uma casa, então, nos faltava dinheiro, para o meu capital, já não tínhamos. Por isso é que decidi ir. Pensando que lá, eu ía ganhar mais (…). tenho parentes lá. Faz anos que se foram. Foram em 2000 ou 99, foram ao Brasil. São primos. Uma tia também. Distantes, no?. Entretanto, essa vez [a primeira vez que seus tios foram para o Brasil] não me chamou atenção. Eles se foram e, então, passou, quantos anos? Quase 10 anos. Durante esses 10 anos me encontrei com eles, aqui, toda vez que chegavam. E daí, me contaram, falram comigo. Chegaram aqui, não? Chegaram aqui com dinheiro, compraram terrenos, bons lugares. Isso também foi um motivo. "Que tal se vou pra lá e consigo algo mais". Essa era a ideia, não? E eu decidi ir" [Elias, tradução livre].

> porque decían: 'vas a ganar de 400 a 500 dólares mes'. Estaría bueno, pero la realidad no ha sido así" [mulher de Elias][23].

Esse perfil, encontrado em todos os locais em que foram realizadas entrevistas, aproxima-se bastante daquele descrito nos estudos sobre os locais de origem da migração internacional boliviana, citados acima. Trata-se de núcleos familiares, compostos, principalmente, por marido, mulher e filhos – que se reorganizam – social, espacial e simbolicamente – para a realização da migração internacional, enquanto estratégia voltada para a manutenção/inversão nas regiões de origem.

O "investimento" nas regiões de origem – nas quais, em geral, ainda permanece parte do núcleo familiar – pode referir-se a um investimento realizado anteriormente e que necessita ser pago[24], como, por exemplo, a compra de uma casa ou de um carro cujas parcelas precisam ser quitadas; ou, ainda, um investimento futuro, como a montagem de uma oficina de costura própria.

A trajetória de Elias – que utilizou a inserção no setor de confecção em São Paulo como uma forma de contribuir para o pagamento de uma dívida no banco, adquirida para a compra da casa própria – nos permite elencar algumas das características marcantes desse tipo de trajetória.

Elias é um boliviano de 34 anos, que nasceu na província Ingavi, zona rural do departamento de La Paz, e que, aos 12 anos, saiu da casa de sua família para tentar a vida na cidade de El Alto, na zona periurbana de La Paz.

> "En el campo no teníamos oportunidades de nada, no había estudios. Uno quería experimentar cómo era la ciudad. De eso más que todo me atreví a venir. No faltaba también amigos que han venido. Con eso es que he venido. Desde esa vez me he quedado por aquí. De ahí me he venido aquí, y, entonces, aquí he terminado el colegio (…) Me han dado esa oportunidad de venir [en referencia a sus padres]. Yo me he financiado. Cómo 15 bolivianos tenía. Con eso me he venido" [Elias][25].

Ao chegar a El Alto, em 1989, conseguiu um emprego em uma sapataria que produzia sapatos para bebês. A princípio, parou de estudar, retornando aos estudos dois anos depois de sua chegada.

> "He llegado aquí a un trabajo donde necesitaban trabajadores. Trabajaba en un taller de zapatería. Era otra ambiente. Allá [en referencia a Ingavi] era todo espacio libre. Aquí era todo cerrado. Hablaban de la ciudad, que en La Paz habían edificios grandes, harta gente. Allá casi gente no había mucho. Aquí hay harta gente, hartas movilidades. Esa ha sido mi primera impresión. De eso me he quedado. El trabajo me gustaba. Tampoco era pesado, hacíamos zapatos para niños (…) Tenía posibilidades para trabajar nomas. De poco en poco, así, viendo, estudie. Porque de llegado no se podía. Primero tenía que tener algo, un sustento.

[23] "Por isso ele, quando viajou, por exemplo, foi com uma ilusão. Como havíamos comprado uma casa também, tínhamos uma dívida aqui, no banco, para terminar de pagar o maís rápido possível; também 4 filhos para manter. Então, eu também andava iludida, porque diziam 'vai ganhar 400 a 500 dólares por mês' . Estaria bom, mas a realidade não foi assim" [mulher de Elias, tradução livre].

[24] De todo modo, note-se que esse "investimento" é diferente de uma aquisição de dívidas (seja por motivos de doença, acidentes etc) – como foi o caso do casal considerado a ser considerado, no perfil b.

[25] "No campo, não tínhamos nenhuma oportunidade, não havia estudo. As pessoas queriam experimentar como era a cidade. Por causa disse, mais que tudo, me atrevi a vir [da zona rural para El Alto]. Não faltava também amigos que tinham vindo. Com isso é que vim. Desde essa vez, me estabeleci por aqui. Daí vim aqui e aqui terminei o colégio (…). Me deram essa oportunidade de vir [em referência a seus pais]. Eu me financiei. Tínha mais ou menos 15 bolivianos. Com isso vim" [Elias, tradução livre].

> Entonces, como no conocía también bien solamente trabajar. Poco a poco he ido conociendo. Pasando 2 años recién comencé a estudiar" [Elias][26].

No final dos anos de 1990, quando entrou no colegial, Elias foi morar em outro bairro de El Alto e assim, nesse novo colégio, conheceu sua futura esposa, com quem passou a viver a partir dos anos 2000.

> "Comenzamos a vivir en mi cuarto de Villa Exaltación. Yo seguía con mi oficio de zapatero, y ella se dedicaba a vender comida [vendedora ambulante]"[Elias][27].

Ao longo dos últimos 12 anos, o casal teve 4 filhos e construiu a casa própria. no começo de 2010, as dificuldades econômicas enfrentadas e o exemplo de familiares seus, que migraram há muito mais tempo e já possuíam casa própria, no Brasil, e negócios, na Bolívia, o levaram a aceitar uma proposta para o trabalho na oficina de uma irmã de sua prima, em São Paulo – que deveria pagar uma parte da viagem, equivalente a 200 reais.

A oficina de costura de seus familiares era no Brás, perto da Rua Coimbra[28], e as roupas eram comercializadas por eles mesmos, na própria rua Coimbra, mas também na Feira da Madrugada e uma parte da produção destinava-se a lojistas coreanos.

> "Donde yo vivía era un edificio de 5 o 6 pisos. En ahí vivían todos bolivianos. En cada planta vivían, puros talleres, puro bolivianos vivían. Cada planta una ***oficina***. Parecía ratonera. Ratonera parecía porque cuando salíamos, puros bolivianos salíamos de ahí. Harta gente. Parece que más de 120 vivíamos, puro bolivianos. Había niños" [Elias][29].

Apesar de não possuir habilidade na costura de roupas, os conhecimentos desenvolvidos para a costura dos sapatos ajudara bastante nos momentos iniciais de inserção no novo trabalho, na cidade de destino. A diferença principal, residindo no material a ser costurado: couro, para os sapato, e malhas, para as roupas. No trecho abaixo, Elias propõe uma diferenciação entre o trabalho na costura de sapatos em El Alto, na Bolívia e a costura de roupas em São Paulo, no Brasil.

> "La diferencia es que allá [São Paulo] tú tenías que hacer, digamos, amontonar ropa. Aquí [El Alto] no era tanto así. Allá digamos, tenías que hacer por docenas, por paquetes. Aquí no era así. Te dan 2 docenas para todo el día. Acabamos a las 6 de la tarde aquí y acababa tranquilo. Pero allá no. Tenías que trabajar sin moverte, todo el día. Aquí más tiempo tenías. Entraba a las 8 o 8 y media. Salía a las 12 de aquí, 2 de la tarde entraba. Tenía 2 horas de descanso, hasta las 6. Tranquilo acababa. Pero allá no, ¿no? Ese era el cambio, ¿no? Claro que al empezar era normal trabajar así, pero pasando el tiempo ya no hacía así. Eso pensaba allá trabajando hasta tarde: 'a qué vengo a trabajar aquí hasta tan tarde'. Ese era mi pensamiento. Todo lo mismo, lo mismo era al día siguiente. Lo mismo, lo mismo. Aquí no era así. Trabajaba, hacía

[26] "Cheguei aquí a um trabalho em que necessitavam trabalhadores. Trabalhava em uma sapataria. Era outro ambiente. Lá [em referência a zona rural, Ingavi] todo o espaço era livre. Aqui tudo fechado. Falavam da cidade, que em La Paz havia edifícios grandes, muita gente. Lá quase não havia muita gente. Aqui há muita gente, muitos transportes. Essa foi a minha primeira impressão. Por causa disso, me permaneci. Eu gostava do trabalho. Tampouco era pesado, fazíamos sapatos para bebês (…). Tinha possibilidades para trabalhar, nomas [não mais]. Pouco a pouco, vendo, estudei. Porque quando cheguei não podia [estudar]. Primeiro, tinha que ter algo, um sustento. Então, como não conhecia, estava bom somente trabalhar. Pouco a pouco fui conhecendo. E , depois de dois anos, comecei a estudar" [Elias, tradução livre].

[27] "Começamos a viver no meu quarto de Villa Exaltación. Eu seguia com o meu trabalho de sapateiro, e ela se dedicava a vender comida [vendedora ambulante]" [Elias, tradução livre].

[28] A rua Coimbra foi, desde a década de 1980, um local de concentração de oficinas de costura de coreanos(as) e de bolivianos(as). Atualmente, passou a concentrar comércios, restaurantes, salões de beleza etc de bolivianos(as) para atender às necessidades desses migrantes e, aos finais de semana, a rua se transforma num grande mercado de grande circulação da comunidade boliviana da cidade de São Paulo.

[29] "Aonde eu vivia era um edifício de 5 ou 6 andares. Aí viviam todos os bolivianos. Em cada andar, viviam, somente oficinas de costura, somente bolivianos viviam. Em cada andar, uma oficina de costura. Parecía um ninho de ratos. Parecia um ninho de ratos, porque quando saímos, somente bolivianos saíamos daí. Muita gente. Parece que vivíamos em mais de 120, somente bolivianos. Havia crianças" [Elias, tradução livre].

diferentes modelos. Variaba. Allá pura malla, malla. Aquí cambiábamos de modelo, otro día otro, otro día otro"[Elias][30].

Oito meses depois de ter migrado para São Paulo, no final de 2010, Elias decide regressar a Bolívia. Planejava, inicialmente, permanecer, na cidade, por 2 anos, entretanto, devido à intensidade e precariedade das condições de trabalho, à comida insuficiente e ao baixo salário, decidiu regressar antes do planejado.

Além das dificuldades na cidade de destino, a impossibilidade de enviar dinheiro para sua família, conforme havia combinado com sua esposa e a insegurança dela em relação a esse projeto migratório – tendo em vista outras histórias conhecidas de casais que se separaram, depois que um dos dois migrou para trabalhar em outro país – foram determinantes para a decisão de retorno de Elias. De acordo com Elizeth, mulher de Elias:

> "Entonces yo he tenido que trabajar. He aguantado un mes. Decía: 'va a traer, me va a mandar, giro me hará'. Pero en realidad no era ya así. Peor aún, a veces dentro de mí decía: '¿no será que no me manda? Aunque sea, aquí, aunque poco, pero me daba'. Yo he tenido que batir en aquí, más que todo por los 4 niños. Realmente era un reto para mí como madre de familia, ¿no? Porque también aparte la preocupación de saber cómo estará él, mi esposo allá en Brasil, '¿estará comiendo o no?' Hay veces hablábamos por celular, pero no siempre, no es lo mismo, porque a él lo sentía medio triste. (...) 'No sé qué voy a hacer', dije. Me mandaba muy poquito: 100 dólares. Entonces yo le dije: '¿pero eso nomas vas a ganar? ¿Cómo han dicho diferente? Y él: '¡no hay! No es así como nos han dicho, e incluso del pasaje debo, me están descontando, tengo que pagar'. Entonces ha llegado en un momento donde yo ya he dicho: 'basta, entonces, sabes, vente, retórnate'. (...)'. Yo: 'No importa, tú vente aquí. Lo importante es que estés aquí, al lado de nosotros, de tus hijos. Entonces vente como tú puedas'" [mulher de Elias][31].

> "Una experiencia que ha pasado. Porque hay veces, a raíz de eso, cuando se van lejos, yo he visto amigas que se separan, se diluyen hogares. O allá mismo. El varón ya se queda 2; 3 años y ya forma otro hogar. Entre mismos bolivianos se llegan a conocer. Será por la soledad, la tristeza. Se conforman ya familias. Entonces ellos ya se olvidan de acá pues. Entonces vienen al año una vez, o después de 2 años retornan, ven a sus hijos. Ya no es lo mismo" [mulher de Elias][32]

O fato de ter se inserido, inicialmente, em uma oficina de familiares dificultava ainda mais a situação de Elias, pois não se sentia autorizado a, simplesmente, pedir as contas e procurar outra oficina com melhores condições de trabalho, já que sentia que estava sendo explorado,

[30] "A diferença é que lá [São Paulo], você tinha que fazer, digamos, amontoar roupas. Aqui [El Alto] não era tanto assim. Lá, digamos, tínhamos que fazer por dozenas, por pacotes. Aqui não era assim. Te dão 2 dozenas para todo o dia. Acabamos as seis da tarde aqui e acabava tranquilo. Mas lá não. Tinha que trabalhar sem se mover, todo o dia. Aqui mais temos mais tempo. Entreva às 8h, 8h30. Saía as 12hs e às duas da tarde entrava. Tinha duas horas de descanso e até as seis. Tranquilo acabava. Mas lá, não, não?. Essa era a mudança, não? Claro, que ao começar é normal trabalhar assim, mas passando um tempo, não fazia assim. Isso eu pensava lá, trabalhando até tarde 'a quê venho trabalhar aqui até tão tarde'. Esse era o meu pensamento. Tudo o mesmo, o mesmo era no dia seguinte. O mesmo, o mesmo. Aqui, não era assim, trabalhava fazendo diferentes modelos. Variava. Lá era pura malha, malha. Aqui mudávamos de modelo, outro dia, outro, outro dia, outro" [Elias, tradução livre].

[31] "Então, eu tive que trabalhar. Aguentei um mês. Dizia: 'vai trazer, me mandar, me enviará'. Mas, na realidade, não era já assim. Pior, ainda, as vezes, eu me dizia: 'não, será que não manda?' Mesmo que seja, aqui, mesmo que seja pouco, mas me ajudava. Eu tive que me virar aqui, mais que tudo pelos 4 filhos. Realmente, era um desafio para mim, como mãe de família, não? Porque também, a parte a preocupação de saber como ele estará, meu esposo, no Brasil, 'estará comendo ou não?'. Às vezes, falávamos pelo celular, mas não sempre,, não é o mesmo, porque ele, eu o sentia meio triste. (…) 'Não sei o que vou fazer", me disse. Me mandava muito pouquinho: 100 dólares. Então, eu lhe disse, 'mas é isso, nada mais, o que você vai ganhar?' 'Como disseram diferente?. E ele: 'Não há! Não é assim como nos disseram e, inclusive, devo a passagem e estão me descontando, tenho que pagar'. Então, chegou um momento em que eu já disse: 'basta, então, volte, retorne" (…). Eu: 'Não importa, você venha para cá. O importante é que esteja aqui, ao nosso lado, ao lado dos seus filhos. Então, venha, como possa'"[mulher de Elias, tradução livre].

[32] "Uma experiência que passou. Porque algumas vezes, o motivo disso, quando vão longe, eu vi amigas que se separam, casas de família são dissolvidas. Ou lá mesmo. O homem já fica 2, 3 anos e já forma outra casa [família]. Entre bolivianos mesmos se conhecem. Talvez pela solidão, pela tristeza. Famílias já se conformam. Então, eles se esquecem daqui. Então, voltam uma vez ao ano ou, depois de 2 anos, retornam, veem seus filhos. Já não é o mesmo" [mulher de Elias, tradução livre].

como lhe sugeriam seus colegas – pois sair significava também cortar vínculos familiares que Elias respeitava.

> "Había posibilidades [de ir a trabajar a otro taller]. Mis amigos me decían: 'Elías vamos a trabajar a otro taller, ahí vas a ganar más'. Pero yo también no podía. Como he ido a su taller de mi prima no podía salirme e irme a otro taller. Iba a quedar mal. Ese era mi pensamiento, pero sentía que me estaban explotando"[Elias][33].

De maneira geral, a experiência de Elias, no setor de confecção, em São Paulo, foi extremamente negativa, além de não conseguir seguir o planejamento inicial de juntar dinheiro para quitar o empréstimo realizado para a compra da casa própria, se decepcionou com seus familiares. Nessa trajetória, as redes de sociabilidade familiares/de vizinhança foram mobilizadas para a inserção inicial na sociedade de destino, como, comumente, ocorre. Entretanto, ao invés dessa inserção ter resultados positivos, deu margem a uma forma de exploração que, devido às relações afetivas envolvidas, só pode ser cortada com o retorno a Bolívia.

(b) Migração como forma de subsistência – migrantes rurais e/ou urbanos sem experiência, sem dinheiro

> "En enero me he vuelto a trabajar con el [su marido], cómo garantía me junté con el. (…) Y nos hemos decidido viajar para se olvidar de los problemas, porque no se podía (ya) era cómo traumar ahí. De ahí nos hemos ido a trabajar allá, era bien triste. (…) De aquí nos hemos ido a este, un día hasta La Paz, de La Paz a Oruro, de Oruro a La Paz de vuelta, e de ahí hemos ido al Chile[34], de viaje fue un dia y medio, casi dos dias, ahí nos hemos quedado un día, una noche en Iquique y como no había trabajo, nos hemos vuelto a Oruro, de Oruro a Cochabamba, de Cochabamba a Santa Cruz, mucha viajera. Y no sabíamos en que trabajar allá, no conocíamos gente. (…) De ahí hemos ido a Santa Cruz, en Santa Cruz buscamos trabajo y no queríamos entrar también con poco sueldo y no teníamos onde vivir y hemos ido hablar con una señora que estaba en un lugar, un taller, onde letreros había de que necesitaba para Brasil y a la señora hemos preguntado y a la tarde hemos ido e a la señora [a dona da oficina en SP] hemos encontrado ya" [Suzana][34].

A migração internacional para o trabalho no setor de confecção das cidades de São Paulo e/ou Buenos Aires pode ser realizada sem que seja necessário que os migrantes possuam experiência na costura e nem reservas financeiras. Em todos os locais de origem visitados (Cochabamba, La Paz, El Alto e a região rural de Escoma) foram encontrados anúncios – de jornal, nas rádios e em agências de viagem clandestinas – com propostas de trabalho e que, além de proporcionarem o financiamento da viagem, garantem hospedagem e alimentação, sendo necessário, da parte dos migrantes, apenas a vontade de migrar para trabalhar no setor de

[33] "Havia possibilidades [de ir trabalhar em outra oficina de costura]. Meus amigos me diziam: 'Elias vamos trabalhar em outra oficina, ai você vai ganhar mais'. Mas eu também não podia. Como fui a oficina de minha prima, não podia sair e ir a outra oficina. Ia ficar mal. Esse era o meu pensamento, mas eu sentia que estavam me explorando" [Elias, tradução livre].

[34] "Em janeiro, voltei a trabalhar com ele [seu marido], como garantia, eu me juntei com ele (…). E decidimos viajar para esquecer os problemas, porque não se podia, já era como traumatizar. Daí fomos trabalhar lá, era bem triste. (…) Daqui fomos a este, um dia até La Paz, de La Paz a Oruro, de Oruro a La Paz de volta, e daí fomos ao Chile, de viagem foi um dia e meio, quase dois dias, aí ficamos um dia, uma noite em Iquique e como não havia trabalho, voltamos a Oruro, de Oruro a Cochabamba, de Cochabamba a Santa Cruz, muita viajeira. E não sabíamos em que trabalhar, não conhecíamos gente. (…) Daí fomos a Santa Cruz,em Santa Cruz buscamos trabalho e também não queríamos entrar com pouco salário, e não tínhamos onde viver e fomos falar com uma senhora que estava em um lugar, em uma loja, onde havia letreiros que necessitava [trabalhadores] para ir ao Brasil e a senhora perguntamos e à tarde retornamos e encontramos com a senhora [dona da oficina de costura em São Paulo" [Suzana, tradução livre]. "En Chile hemos ido, en Chile hemos llegado, lo que tenía plata un poco que había sobrado, eso hemos gastado, triste!" [Suzana]. "Ao Chile fomos, ao Chile chegamos, o pouco de dinheiro que tinha sobrado, isso, gastamos, triste!" [Suzana, tradução livre].

confecção[35]. E, quando os migrantes não possuem experiência, podem iniciar como ajudantes – mas também é possível iniciar diretamente na máquina depois de um treino de um dia ou mais – e, no caso das mulheres, ainda existe a possibilidade de iniciarem como cozinheiras/empregadas das oficinas de costura. Em todos esses casos, ganha-se menos que uma pessoa com experiência anterior na costura.

As migrações daqueles sem reservas financeiras para fazer a viagem e sem experiência laboral na atividade em que vão se inserir, em situações de extrema precariedade/vulnerabilidade nos locais de origem, podem, mesmo em família, não assumir a dimensão de um projeto propriamente, como vimos na trajetória anterior, a despeito de seu fracasso. O desconhecimento da realidade de fora e a inexistência de redes de sociabilidade, fazem com que a migração assuma um sentido de "forma de sobrevivência" e não realização de um projeto[36] .

As trajetórias de Suzana, 28 anos e Rodoaldo, 30 anos – atualmente, moradores da zona periurbana de Cochabamba, no bairro de Uspa Uspa[37], e donos de uma pequena mecânica construída em frente a casa do irmão de Suzana – é paradigmática nesse sentido. Apesar de possuírem um plano, a principio, tratava-se de um plano tão vago e improvável que, ao final, se transformou em simples meio de sobrevivência.

A decisão de migrar, ocorreu logo após o marido ter sofrido um acidente, por estar embriagado, com o automóvel que Suzana havia financiado para ele para que pudesse trabalhar na linha de "taxi-trufi"[38] que fazia o percurso Uspa-Uspa-Centro. Além da perda do automóvel, ainda, não pago, adquiriram uma grande dívida devido aos estragos que ele provocou nos carros de outras pessoas.

> "ese terreno me vendí[39] y, del banco, un préstamo, me saqué y compré un auto para que el trabaje en la linea y el me pago mal, bien mal, se comporto mal, se choco con un auto y esa plata se ha deshecho, del banco lo que me presté, perdí todo y aún mal, después del accidente, el se iba a tomar con chicas, con mujeres y ya me separé, unos 4 mises así" [Suzana][40].

Depois do acidente, o casal se separou e a decisão de migrarem juntos, para encontrar uma forma de ganhar dinheiro que os possibilitasse pagar suas dívidas, ocorreu no momento de retomada do casamento Para fazer a viagem, deixaram o filho aos cuidados do irmão de Suzana e planejaram passar um ano trabalhando no exterior. Entretanto, não tinham contatos e nem redes que pudessem mobilizar, apenas algumas ideias vagas sobre lugares em que, supostamente, haveria muitos trabalhos – dessa forma, saíram de Cochabamba e passaram por La Paz, Oruro, Iquique, no Chile, Cochabamba, novamente, e, finalmente, Santa Cruz, quando encontraram uma oferta de trabalho para uma oficina de costura em São Paulo, em um anuncio fixado na vitrine de uma loja, na rua.

[35] É interessante notar que essa forma de inserção por meio de anúncios impessoais foi encontrada não apenas entre os mais desprovidos de meio financeiros e de experiência – muitos bolivianos(as) com experiência na costura e com melhores condições financeiras também se inseriram dessa maneira e em alguns casos foi possível estabelecer relações de trabalho positivas, como no caso dos costureiros urbanos, que veremos adiante.

[36] A realização de um projeto pressupõe o domínio mínimo das condições externas a partir das quais ele vai se desenvolver.

[37] Esse bairro é fruto de um processo de ocupação e, atualmente, ainda não possui sistema de saneamento básico etc.

[38] Esse é o nome que se dá para um tipo de transporte coletivo, de propriedade individual, realizado por carros que fazem determinados percursos – ou ainda, carros que fazem o papel de ônibus.

[39] O terreno tinha sido conquistado por ela ao final de um processo de assentamento.

[40] "Esse terreno vendi e do banco saquei um empréstimo e comprei um automóvel para ele trabalhar na linha e ele me pagou mal, bem mal, se comportou mal, se chocou com um automóvel e esse dinheiro se desfez, do banco, o que eu emprestei, perdi tudo e, ainda, mal, depois do acidente, ele ia beber com outras mulheres e já me separei, uns quatro meses assim" [Suzana, tradução livre].

Rodoaldo e Suzana, provenientes de zonas rurais do departamento de La Paz e, praticamente, sem estudo[41], começaram a trabalhar ainda crianças e passaram por várias migrações internas até se estabelecerem em Cochabamba.

Suzana é uma das filhas caçulas de um casal, com 11 filhos, de Los Andes, de Batallas, na zona rural do altiplano andino – e apesar de ter nascido em El Alto, passou os primeiros anos de sua infância em Los Andes.

> "Yo no me acuerdo que yo he nacido en La Paz, yo he nacido y nos hemos vuelto al campo, no me acuerdo. En el campo estaba y me acuerdo que yo pasteaba chanchito, yo debía tener unos 4 anitos así y mi papa nunca estaba en el campo, siempre en La Paz, no ve, mi mama, nomas, que iba sembrar y cosechar, mi mama era todo. Mis hermanos, así que ya no eran niños, se iban a trabajar, todos, y nos otros, con mi mama estábamos, entre cuatro, y ella cuando la invitaban a comer, para nosotros nos traía a comer, para nosotros, y ella sin comer andaba (…) Éramos bien tristes digamos, mi mama, es que mi papa no se preocupaba de nosotros, mi mama trabajaba más que mi papa y alto éramos no" [Suzana][42].

As circunstâncias de inseguridade alimentar vividas pela família induziram as crianças a abandonarem os estudos e a iniciarem a vida laboral precocemente. Ao voltarem para El Alto, com a mãe trabalhando como vendedora de batatas e o pai como pedreiro, Suzana começou a trabalhar na cidade, aos 8 anos, como vendedora de bolsas e o comércio acabou se transformando em uma de suas principais atividades laborais ao longo da vida[43] .

> "Ahí estábamos así [cuando se mudaran para El Alto], tenía mis ocho anitos y eh empezado a trabajar, a vender bolsas, bolsas vendía y así he crecido haciendo comercio" [Suzana][44].

Rodoaldo também é proveniente da zona rural do altiplano andino, de Inquisivi, no cantão Cabari e, apesar de possuir uma origem rural mais estável – seu pai, sua mãe e um dos seus sete irmãos permanecem na zona rural – ele também não estudou e aos 12 anos, em 1993, decidiu migrar sozinho para El Alto, onde passou a exercer vários trabalhos temporários de ajudante (de pedreiro, de padeiro e de borracheiro) sem êxito, o que o levou a retornar para a casa dos pais um ano depois.

> "En el campo, lo más codiciado es la ciudad, por eso me vine y pensaba en trabajar bien. No he podido, sufrí harto no había ayuda (…), salí con 12 anos de la casa de mi padre, en 1993. Trabajé de ayudante de albañil me pagaban 10 bolivianos por día, luego entre a la gomeria, 2 semanas, porque había mucho maltrato. Yo era muy pequeño y el dueño quería que yo alce o haga como ellos pero no podía porque era pesado, de los camiones grandes. (…) Desde Zencata me venía hasta la Ceja a pie en busca de trabajo, era escaso, ahora ya hay más bien por todo" [Rodoaldo][45]

[41] Conforme descrito por Suzana, na citação que abre essa subseção. Em termos educacionais, os dois possuem o que, no Brasil, equivale ao ensino primário incompleto.

[42] " Eu não me recordo que eu nasci em La Paz, eu nasci e voltamos ao campo, não me recordo. No campo, eu estava e eu me recordo que eu pastoreava os porquinhos, eu devia uns 4 anos aí. O meu pai nunca estava no campo, sempre em La Paz, não vê, minha mãe, não mais, que ia semear, colher, minha mãe era tudo. Meus irmãos, assim que já não eram mais crianças, iam trabalhar, todos, e nós, com minha mãe estávamos, entre quatro, e ela, quando a convidavam para comer, para nós nos trazia, e ela sem comer, andava. (…). Éramos bem tristes, digamos, minha mãe, é que meu pai não se preocupava conosco, minha mãe trabalhava mais que o meu pai e muitos éramos" [Suzana, tradução livre].

[43] É interessante notar que, na Bolívia, o comércio é uma atividade, eminentemente, feminina, principalmente, entre as populações indígenas.

[44] "Aí estávamos assim [quando se mudaram para El Alto], tinha meus oito anos e comecei a trabalhar, a vender bolsas, bolsas vendia e assim cresci fazendo comércio" [Suzana, tradução livre].

[45] "No campo, o mais cobiçado é a cidade, por isso vim e pensava em trabalhar bem. Não pude, sofri muito, não havia ajuda (…), saí com 12 anos da casa de meu pai, em 1993. Trabalhei de ajudante de pedreiro, me pagavam 10 bolivianos por dia, logo, entrei na borracharia, 2 semanas, porque havia muito maltrato, eu era muito pequeno e o dono queria que eu pegasse coisas ou fizesse como eles, mas eu não podia porque era pesado, dos caminhões grandes. (…) Desde Zencata, vinha até a Ceja a pé em busca de trabalho, era escasso, agora, já há mais [trabalho] por todos os lugares" [Rodoaldo, tradução livre].

Em seu retorno ao campo, Rodoaldo começa a trabalhar, em 1994, como ajudante de serviços gerais, na Empresa Minera Colquiri, em que permaneceu até a entrada para o exército, em 1998, quando foi enviado para um quartel em Cochabamba. Ao terminar o serviço militar, Rodoaldo retornou ao trabalho na Mineria Colquiri até 2001, quando decide voltar a Cochabamba para se inserir em empresas de segurança privada.

Suzana também migrou para Cochabamba em 1998, para trabalhar, a princípio, como vendedora e, depois, como empregada doméstica. E o casal se conheceu em 2001, quando Rodoaldo foi trabalhar como segurança privado na casa em que Suzana trabalhava como empregada doméstica.

Em 2002, o casal voltou para El Alto, entretanto, devido às dificuldades enfrentadas para conseguir trabalho, Rodoaldo migrou, sozinho, para os Yungas, para se inserir no trabalho agrícola, enquanto Suzana permaneceu em El Alto, com um filho recém-nascido, trabalhando com comércio ambulante.

> Yo tuve mi hijito y el [su marido]se ha ido a trabajar en Yungas, creo, se ha perdido, un año, yo no sabía nada del. De ahí mi hijo ya era grandito, igual he sufrido, mi hijo era bien travieso, varonzino, igual trabajaba, donde yo trabajaba de chiquita, ahí mismo. (…) [cuando Rodoaldo retornó] Y yo ya no quería volver con el, tenía mi hijito y mi hijito no reconocía a el, mi hijito ya un año tenía" [Suzana][46].

Em 2004, Rodoaldo volta dos Yungas e os dois decidem retornar a Cochabamba: Suzana, a principio, como "boleteira"[47], na prefeitura e, depois, vendedora ambulante de comida e Rodoaldo, a principio, como pedreiro e, depois como segurança privado. Nesse período, conseguiram um terreno, por meio de um processo de assentamento, em Uspa Uspa, na zona sul de Cochabamba.

Em meio a um período de prosperidade, em que o casal conseguiu construir uma casa e agrupar, em Cochabamba, a família de Suzana[48], em 2006, Suzana vendeu um dos terrenos conseguidos e com o dinheiro da venda e mais um empréstimo no banco, comprou um automóvel. E em 2010, o marido sofreu aquele acidente que os direcionaria, ao final de inúmeras outras tentativas, para o setor de confecção da cidade de São Paulo.

A negociação realizada pelo casal com a dona da oficina de costura que conheceram, em Santa Cruz, por meio de um anúncio em uma loja, foi a de que fariam a viagem pelo Paraguai, em janeiro de 2011, em ônibus clandestinos[49]. A dona da oficina dava as instruções ao casal, a respeito dos ônibus que deveriam pegar, por telefone e eles deveriam apenas entrar nos ônibus indicados, sem pagar nada – o acerto financeiro seria feito pela própria dona da oficina, depois que chegassem a São Paulo. Para fazer a viagem, sem documentação, de Santa Cruz até São Paulo, via Paraguai, o casal demorou por volta de 5 dias e utilizou três ônibus diferentes.

[46] Eu tive meu filhinho e ele [o marido] foi trabalhar nos Yungas, acho, ele se perdeu, por um ano, eu não sabia nada dele. Daí meu filho já era grandinho, igual, sofri, meu filho era bem travesso, menino, igual trabalhava, no mesmo lugar em que trabalhei quando eu era pequena, aí mesmo (…) [quando Rodoaldo retornou] eu já não queria voltar com ele, tinha meu filhinho e o meu filhinho não o reconhecia, meu filhinho já tinha um ano" [Suzana, tradução livre].

[47] Na Bolívia, esse trabalho de "boleteiro" refere-se à venda das autorizações de estacionamento. Parecidos com os vendedores de bilhete da "zona azul", no Brasil.

[48] Atualmente, de seus 7 irmãos ainda vivos, 5 estão em Cochabamba, uma permanece em La Paz trabalhando com comércio e outra está em Buenos Aires trabalhando com costura.

[49] Conforme pudemos compreender das descrições dadas por Rodoaldo e Suzana e por outros entrevistados, que também viajaram dessa forma, esses ônibus coletivos seriam fretados para levar, principalmente, bolivianos(as), peruanos(as), paraguaios(as) e equatorianos(as) para o trabalho nas oficinas de costura em São Paulo, e seriam pagos pelos donos das oficinas.

Apesar de possuírem irmãos que trabalham com costura[50], não haviam adquirido habilidades[51], o que não impediu Rodoaldo de iniciar como costureiro, depois de receber algumas instruções. Suzana iniciou como cozinheira e ajudante de costura – e ficou acordado que seriam realizados descontos graduais nos salários do casal para o pagamento da viagem.

Nessa primeira oficina, permaneceram por apenas três meses, pois começaram a perceber, na medida em que foram adquirindo confiança para passear pelos lugares da comunidade boliviana na cidade – como, por exemplo, a Praça Kantuta e a rua Coimbra – aos finais de semana, que o salário era muito baixo e as condições de trabalho ruins[52] .

> "Y en Kantuta, nos han comentado, "no, que están ganando poco", o sea, que la prenda que hacíamos no era su precio. Como, nosotros, era la primera vez que estábamos entrando, ella [a dona da oficina] nos engañaba algo por ahí"[53] [Rodoaldo].

Conforme argumenta Suzana, além da baixa remuneração o seu trabalho como cozinheira e ajudante de costura era particularmente penoso.

> "En la mañana, a las 6, me salía a levantar. Y tenía que colocar desayuno para los trabajadores. De ahí, desde las siete, entramos a trabajar: yo tenía que deshilar porque era ayudante de costura. Desde las diez, hacía almuerzo ya y, después, cocinaba hasta las 12hs, almorzaba y, a las 13hs, ya volvía a trabajar de ayudante de costura. Y, después, a las 6 servia tezito y tenia que volver de nuevo de ayudante hasta las 8, cuando tenía que volver a cocinar hasta las diez e, después, que cenaban, yo tenia que lavar el servicio hasta las 12, 12h30 y sólo después descansaba. Era mucho trabajo. Y aún tenia que limpiar el taller y para su hija tenía que lavar ropa. Acá ganaba más vendando "chincharron de pollo"[54], ganaba unos 100, 150 bolivianos por día1, aquí, sin sacrificar-me, a las 4 salía vender hasta las 8 de la noche. Ahí era bien triste" 5[55][Suzana].

A mudança de oficina de costura foi possível graças à indicação de uma boliviana que conheceram na primeira oficina. A amiga indicou a oficina de seu primo, que assumiu a dívida do casal, para que pudessem sair da oficina anterior. Nessa segunda oficina, as condições de trabalho e o salário eram um pouco melhores[56]: Suzana pôde entrar como costureira overloquista (costureira da máquina chamada overloque), pois havia aprendido a costurar na primeira oficina[57]; e Rodoaldo, como retista (costureiro da máquina reta) – porém, o local de trabalho e moradia era um galpão alto e muito frio.

---

[50] Rodoaldo possui um irmão com uma oficina em São Paulo e Suzana, possui três irmãos que tem, em sociedade, uma oficina de costura em Uspa-Uspa e uma irmã que trabalha com costura em Buenos Aires.

[51] Conforme recorda Suzana, sua irmã já havia insistido que aprendesse, mas ela não se interessava -"nunca he trabajado con costura, mi hermana tiene taller aquí, y me decía, aprende, ayuda-me y yo nunca quería saber de ayudar, no me gustaba costura" [Suzana].

[52] Suzana trabalhava como cozinheira e ajudante de costura e recebia o equivalente a 600 bolivianos por mês e Rodoaldo ganhava o equivalente a 300 bolivianos por mês – o salário do casal era ainda mais reduzido, devido aos descontos pelo financiamento da viagem. Devido a todas essas reduções não conseguiam enviar dinheiro para o seu filho.

[53] "E na Kantuta, comentaram conosco, 'não, que vocês estão ganhando pouco', ou seja, que a peça que fazíamos não era o seu preço. Como nós, era a primeira vez que estávamos entrando, ela [a dona da oficina de costura] nos enganava algo por aí" [Rodoaldo, tradução livre].

[54] Comida boliviana.

[55] " Pela manhã, às 6h, saía a levantar. E tinha que colocar café da manhã para os trabalhadores. Daí, desde às 7h, começamos a trabalhar: eu tinha que desenredar fios porque era ajudante de costura. Desde às 10hs, fazia o almoço e, depois, cozinhava até às 12hs, almoçava e, às 13hs, voltava a trabalhar como ajudante de costura. E, depois, às 18hs servia chá e tinha que voltar, de novo, como ajudante até as 20hs, quando voltava a cozinhar até as 22hs e, depois, jantavam, eu tinha que lavar a louça até as 24hs, 24h30 e somente depois descansava. Era muito trabalho. E, ainda, tinha que limpar a oficina de costura e para a sua filha [filha da dona] tinha que lavar roupa. Aqui, eu ganhava mais vendendo 'chincharron de pollo', ganhava uns 100 a 150 bolivianos por dia, sem sacrificar-me, as 16hs saia vender até as 20hs. Ai era bem triste" [Suzana, tradução livre].

[56] Cada um ganhava, em média, o equivalente a 400 reais

[57] "(…) porque yo quería aprender a costura, no era tan sacrificio que a la cocina que yo tenía que hacer, que alguién tenía que ser cocinera y que me alcancen, alguien tenía que me alcanzar, por que ser cocinera tengo que servir lo tezito [chá], tengo que cocinar, tengo que lavar los servicios, era muy sacrificio para mi y por eso he aprendido a costurar [cozer]" (Suzana).

Enquanto trabalhavam nessa oficina, o irmão de Suzana, Juan, que já tinha ido a São Paulo para trabalhar no setor de confecção durante o ano de 2008, chegou para trabalhar junto com eles[58] e convenceu Suzana a se mudar para uma oficina que oferecesse melhores salários[59]. Nesse momento, Suzana se separou de Rodoaldo e foi somente com Juan para outra oficina[60]. Conforme nos relata Juan:

> "yo mismo fue a buscar digamos, o sea, nos hemos retirado ese día mismo que la busqué, ese día mismo (…). Un día domingo, digamos – ya fui, bajé unas etiquetas[61], unos 5 y fuimos a unas 4 casas (…) pero no nos ha convencido, era también poco pagado: camisa, un real, no convenía. Yo ya sabia cuanto era el precio, todo eso (…). Y, entonces, Belenzinho. Por eso ese día mismo me encontré, justo, yo tenia mi pasaje de vuelta en un mes y quería vendérmelo mi pasaje. Y entré a la agencia y justo ahí una señora estaba colocando un anuncio y le charlé, le pregunte si necesitaba trabajador, 'si estoy buscando así', me dijo. Entonces, ese día mismo, nos fuimos con mi hermana nomas y mis equipajes deje ahí en la tienda. Nosotros nomas, éramos, pues: yo, mi hermana y el dueño, eso nomas trabajábamos. Era bien, ni tan bien, poco era, nos ha mentido, digamos, porque nos ha dicho "les voy a pagar 3 reales, 4 reales, así", pero, cuando llegado el momento, nos dice "4 reales es para mi y para ustedes la cuarta parte", ya ha descontado [Juan][62].

Devido à dificuldade de encontrar melhores opções de trabalho e, principalmente, devido ao fato de Suzana ter deixado um filho em Cochabamba, que estava sendo maltratado, pois ela nunca havia mandado o dinheiro prometido para que seus irmãos pudessem arcar com as despesas de seu filho, Juan convenceu Suzana a retornar para Cochabamba e, uma semana depois, ele também retornou.

> "(…) pero ella le mande ya. Después de que trabajó un mis, ya le mandé, ya le despaché. Yo me quedé, todavía, ahí como nos ha ido mal, le despaché, pues tiene un hijo aquí. Ella, entonces, sufría, le despaché. Ya, le dije, "no, anda-te, nomas, vos", le dije y le despaché. Una semana a más me quedé y, después, me vine también" [Juan][63].

> "Yo me vine por mi hijo. Quería volver,[ao Brasil] pero, ya no ha sido así. Cuando llegué, mi hijo me recibió llorando y me dijo "nunca más te va a ir". También, mis familiares, porque recién de grande estamos juntos [64], pero quisiera regresar[ao Brasil] con mi hijo, todos juntos es muy lindo" [Suzana][65].

---

[58] Conforme foi possível compreender ao longo de conversas informais com Juan, apesar de, a princípio, ter dito que decidiu voltar a São Paulo "porque sentia falta da comida" – resposta que não correspondia a seriedade e gravidade com que lida com os assuntos familiares – ao final, soubemos, que seu principal objetivo era encontrar a sua irmã e convencê-la a voltar para Cochabamba– principalmente, por causa de seu filho que já estava sendo um pouco maltratado pela família do seu irmão que não estava recebendo o dinheiro combinado para cuidar dele.

[59] Conforme considera Rodoaldo – "Yo ya era capacitado en la costura y ella también tenía capacitado, ya no era más cocinera, era overlokista, y yo quería ganar un poco mas de las prendas y por eso nos venimos a Belenzinho".

[60] Esse é um assunto muito delicado e nem Suzana e nem Juan quiseram comentar o que se havia passado.

[61] Esta se referindo aos anúncios de trabalho que são afixados em vários estabelecimentos comerciais bolivianos.

[62]"Eu mesmo fui buscá-la, ou seja, nos retiramos no dia mesmo em que a busquei, esse dia mesmo (…).Um domingo, digamos, -já fui, baixei umas etiquetas, umas 5 e fomos a umas 4 casas (…) mas não nos convenceu, o pagamento era baixo: camisa a um real, não nos convinha. Eu já sabia qual era o preço, tudo isso. (…) E, então, Belenzinho. Por isso, esse dia mesmo me encontrei, justo, eu tinha minha passagem de volta em um mês e queria vender a minha passagem. E entrei na agência e, justo aí, uma senhora estava colocando um anúncio e lhe falei, lhe perguntei se necessitava de trabalhador, 'sim, estou buscando assim', me disse. Nós, somente, éramos, pois: eu, a minha irmã e o dono, somente nós trabalhávamos. Era bom, nem tão bom, pouco era, nos mentiram, digamos, porque nos disseram 'vou te pagar 3 reais, 4 reais, assim', mas quando chegou o momento, nos disse '4 reais é para mim e para vocês a quarta parte", já descontou" [Juan, tradução livre].

[63] "(...) mas ela a mandei já. Depois de ter trabalhado um mês, já a mandei, já a despachei. Eu fiquei, todavia, aí como nos foi mal, a despachei porque ela tinha um filho aqui. Fiquei uma semana a mais e, depois, vim também" [Juan, tradução livre].

[64] Está se referindo ao reagrupamento familiar possibilitado pela conquista de terrenos no bairro de Uspa Uspa, na zona sul de Cochabamba.

[65] "Eu vim aqui pelo meu filho. Eu queria voltar [ao Brasil], mas, já não há sido assim. Quando cheguei, meu filho me recebeu chorando e me disse 'nunca mais você vai ir embora". Também meus familiares, porque depois de adultos estamos juntos, mas quero voltar [ao Brasil] com o meu filho, todos juntos é muito lindo" [Suzana, tradução livre].

O marido de Suzana permaneceu em São Paulo por mais 6 meses e passou por mais outras três oficinas. A última oficina, onde permaneceu por apenas um mês, era de seu irmão que, de acordo com ele, o recebeu muito bem e lhe pagava um excelente salário. De todo modo, Rodoaldo retornou a Cochabamba, no começo de 2012, sem ter juntado nada e, apesar de afirmar que somente voltou a Bolívia para buscar sua família e que seu irmão o esperava, não retornou ao Brasil. E, atualmente, a família não possui perspectivas concretas nesse sentido, apesar de manifestarem o desejo de voltar.

> "Y ahí, me vine aquí. Quería volver [ao Brasil], pero no me ha dado tiempo. He vuelto a trabajar aquí, en la línea, como chófer[66], pero no me gusta eso de estar trabajando para otra persona. Y, por eso, me compré ese [a oficina mecânica]. Pensaba en volver [ao Brasil] porque tenia muchas deudas por lo del accidente, necesitaba como 30 mil bolivianos. Pero, as veces, volverte y ya no es lo mismo. Podemos volver, pero, lo que pasa es que ahorita no, pero estoy contactando con mi hermano menor. [Rodoaldo][67].

Nessas trajetórias, como as de Suzana e de Rodoaldo, a precariedade e a vulnerabilidade das circunstâncias refletiu-se nas trajetórias residenciais e laborais, igualmente, movimentadas e instáveis, caracterizadas pelo início precoce na vida laboral e por inúmeras migrações internas. E essas circunstâncias se reproduziram em sua experiência na cidade de destino.

A falta de habilidades na costura e a inexistência de outras redes de sociabilidade, certamente, contribuíram para que não conseguissem uma melhor inserção no setor de confecção. De todo modo, é interessante notar que, apesar da precariedade, especialmente, no caso da família de Suzana, que foi expulsa da zona rural, foi possível o reagrupamento familiar depois de um processo de assentamento em um bairro periurbano de Cochabamba[68].

Em relação ao papel dessas redes familiares/de vizinhança na realização da migração, ao invés de serem mobilizadas no momento da inserção laboral e residencial inicial, nas sociedades de destino, na trajetória de Suzana – cuja família representava "instabilidade" e "desestrutura" e não "acolhimento" – as relações fraternas com Juan, irmão de idade próxima, com quem compartilhou boa parte das dificuldades durante a infância, possibilitaram que fosse socorrida, quando passava dificuldades no setor de confecção de São Paulo.

(c) Migração como projeto individual de mobilidade social – os costureiros urbanos de Villa Pagador

> "Después, cuando he salido del colegio, me han propuesto ir al Brasil y , como ya sabía costurar un poco, me he ido al Brasil. Yo ya estaba entrando a la universidad, iba a estudiar veterinaria y pero no había plata para estudiar y tenía que trabajar y ayudar un poco en mi casa y, no, pues, me he quedado hasta hace dos años" [Ramiro][69].

Um tipo de trajetória bem sucedida no setor de confecção das cidades de destino é aquela caracterizada pelas seguinte características: experiência urbana anterior prolongada, habilidades na costura e inserção no setor de confecção da Bolívia antes da migração. Entre os

[66] "E, aí, eu vim aqui. Queria voltar [ao Brasil], mas não tive tempo. Voltei a trabalhar aqui, na linha, como motorista, mas eu não gosto disso de estar trabalhando para outra pessoa. E por isso comprei esse [a oficina mecânica]. Pensava em voltar [ao Brasil] porque tinha muitas dívidas devido ao acidente, necessitava como que 30 mil bolivianos. Mas, às vezes, voltas e já não é mais o mesmo. Podemos voltar, mas o que passa é que agora não, mas estou entrando em contato com o meu irmão maior" [Rodoaldo, tradução livre].

[67] A família de Rodoaldo permaneceu no campo e, um de seus irmãos, mudou-se para São Paulo e, atualmente, possui uma oficina de costura.

[68] Voltou a trabalhar como motorista de um "taxi-truffi", mas como empregado e não como autônomo.

[69] "Depois, quando saí do colégio, me propuseram ir ao Brasil e, como já sabia costurar um pouco, fui ao Brasil. Eu já estava entrando na universidade, ia estudar veterinária, mas não havia dinheiro para estudar e tinha que trabalhar e ajudar um pouco em minha casa e, não, pois fiquei até há dois anos atrás" [Ramiro, tradução livre].

entrevistados(as) que possuíam essas características e que, de fato, tiveram uma experiência positiva no setor de confecção, destacaram-se, durante o trabalho de campo, os costureiros de um bairro periurbano de Cochabamba, chamado Villa Pagador.

Esse bairro caracteriza-se por ser constituído, principalmente, por bolivianos(as) provenientes de Oruro (de suas zonas rural, urbana e mineira) e que, nesse momento da migração interna, se especializaram na costura, estabelecendo, em Villa Pagador, inúmeras oficinas de costura. A presença dessa atividade econômica no bairro é percebida, entre outras coisas, por exemplo, nos anúncios de emprego afixados em seu mercado popular – praticamente todos referentes ao trabalho na costura, ou à venda/conserto de máquinas de costura.

Os(as) jovens costureiros(as) entrevistados(as) nesse bairro, possuíam trajetórias familiares, residenciais e laborais semelhantes: em geral, provenientes de Oruro (a família ou eles mesmos), predominantemente urbanos (mesmo que tenham passado algum período de suas vidas nas zonas rurais e/ou mineiras), com estudos completos de segundo grau e cuja principal (e, na maioria dos casos, única) atividade laboral, ao longo da vida, foi a costura.

Nesses casos, a migração para o trabalho no setor de confecção nas cidades de destino não significa uma ruptura, mas apresenta um caráter instrumental vinculado ao desejo de mobilidade social – tratando-se de uma busca por melhores condições de trabalho para a realização de um ofício em relação ao qual esses migrantes possuem habilidades.

A experiência de Ramiro é paradigmática nesse sentido, pois apesar de ter realizado a migração/inserção da maneira que é, comumente considerada, a mais precária: por meio de um anúncio na rádio, ouvido em Villa Pagador, e com o acordo de aceitar o financiamento proporcionado pelo dono da oficina, para a viagem, a ser pago com o seu trabalho; ele acabou sendo favorecido por esse primeiro patrão e, graças ao seu apoio, pôde montar sua primeira oficina de costura em São Paulo.

> "El 96 había un aviso en la radio que había un aviso que se buscaba costureros para el Brasil, sin pensar dos veces, "me voy", he dicho y porque mi sueño era conocer Brasil" [Ramiro][70]72.
> "yo he me he ido con una persona buena y he trabajado bien y bien me pagaba. Y, luego, he tenido mi oficina en allá [São Pauo] y también me ha ayudado para prestarme para las maquinas porque, al principio, no tenía. Ellos [os donos da primera oficina] me dieron un lugar para tres meses nomas y me ayudaron. Y yo no podía creer, pues ellos se prestaron dineros de los bancos. Y, entonces, ellos me han ayudado y bien es un buen amigo, es como un pariente" [Ramiro][71]

Atualmente, Ramiro tem 35 anos e, seu irmão, que também foi trabalhar em São Paulo, Jonnhy, tem 33 anos, os dois possuem oficinas de costura em Villa Pagador, na qual realizam costuras por encomenda e estão começando a montar uma marca própria de roupas. E, a partir de 2007, montaram, com outros donos de oficinas do bairro, a Associação de Bluejeneiros de Villa Pagador.

Os irmãos são os filhos mais velhos de um casal, que teve quatro filhos, da classe média urbana de Oruro, donos de uma pastelaria. A família migrou para Cochabamba, em 1985, auxiliada pelos irmãos de seu pai que já haviam migrado, em um contexto de grave crise socioeconômica na região e de privatização e fechamento das minas – cujo afluxo de renda

[70] "Em 96 havia um aviso na radio que havia um aviso que se buscava costureiros para o Brasil, sem pensar duas vezes, 'me vou', eu disse e porque o meu sonho era conhecer o Brasil" [Ramiro, tradução livre].

[71] "Eu fui [para São Paulo] com uma boa pessoa e trabalhei bem e me pagava bem. E, logo, tive a minha oficina de costura lá [em São Paulo] e também me ajudou ao emprestar-me para as máquinas porque, a princípio, eu não tinha. Eles [os donos da primeira oficina] me deram um lugar [para montar a oficina] por 3 meses, não mais e me ajudaram. Eu não podia acreditar, pois eles emprestaram dinheiro do banco. E, então, eles me ajudaram e bem é um bom amigo, é como um membro da família" [Ramiro, tradução livre].

mantinham em funcionamento o comércio urbano da região. Em Cochabamba, no bairro de Villa Pagador, conhecido como tipicamente orureño – para onde amigos e parentes de seus pais já haviam migrado – a família estabeleceu residência e abriu outra pastelaria.

Os dois irmãos iniciaram sua trajetória laboral, durante a década de 1990, de maneira bastante parecida, como assistentes de costura de sua irmã mais velha[72], nas oficinas em que trabalhava em Villa Pagador, a partir dos 16 anos: primeiro, Ramiro, em 1993 e, dois anos depois, Jonnhy – sem causar interferência na continuidade dos estudos até a obtenção da "promoção" (título que atesta a realização de segundo grau completo). Na família, o ofício foi passado, primeiramente, de sua mãe, que costurava camisas em Oruro, à sua irmã mais velha, que, então, o ensinou a seus irmãos.

> "[con quien aprendió a coser?] mi hermana, porque mi hermana más antes se ha metido a la costura, como en el barrio [Villa Pagador] siempre costuraban jeans y todo, mi hermana ha empezado a trabajar ya en costura y yo era su ayudante y yo iba costurar. Ella es la mayor. Aprendí, primero, en la recta, porque la recta es lo primordial y si aprendes a manejar bien la recta sabes manejar todos las maquinas" [Ramiro][73]. "Mi hermana ya costuraba, mi hermana mayor ya costuraba entonces me llevaba para ayudar entonces ahí he aprendido y después de ahí nomas ya." [Jonhy][74].

Em 1996, depois de haver iniciado a compra de máquinas para montar sua própria oficina em Villa Pagador, e impedido, por questões financeiras, de iniciar o curso universitário de veterinária, Ramiro decidiu tentar a vida em São Paulo, aos 19 anos, a partir de um anuncio na rádio, com o intuito de agilizar o processo da compra das máquinas e iniciar a universidade quando voltasse, depois de um ano, mas acabou ficando por nove anos, retornando para a Bolívia para se estabelecer somente em 2005[75].

Viajaram, junto com Ramiro, mais 10 bolivianos de Villa Pagador e mais alguns paceños[76], que se dirigiram, todos, para a mesma oficina, cujo dono era um boliviano de Potosi. O acordo era de que os donos da oficina financiariam metade do valor da viagem e os costureiros a outra metade[77].

A experiência, em São Paulo, nesse primeiro trabalho, é avaliada, por ele, de maneira bastante positiva, principalmente, por ter assumido, desde o início, funções especiais devido às suas habilidades no ofício da costura – permanecendo nessa oficina durante 3 anos[78].

Nesse período, conseguiu juntar dinheiro e comprar máquinas, com o incentivo e apoio financeiros de seus patrões. E, quando seu primo chegou de Oruro para trabalhar com ele, em 1999, os dois, em parceria com um amigo de Cochabamba, que Ramiro havia feito ao longo de seu primeiro trabalho, decidiram montar uma oficina de costura que obteve êxito durante seus primeiros dois anos de existência.[79]

---

[72] Essa irmã migrou com seu marido para a Espanha há seis anos.

[73] "[com quem aprendeu a costurar?] minha irmã, porque minha irmã, antes, se meteu na costura, como no bairro [Villa Pagador] sempre costuravam jeans e tudo, minha irmã começou a trabalhar lá em costura e eu era ajudante e eu ia costurar. Ela [a irmã] é a maior" [Ramiro, tradução livre].

[74] "Minha irmã já costurava, minha irmã maior já costurava, então, me levava para ajudar, então, aí eu aprendi e, depois, daí, não mais já" [Jonhy, tradução livre].

[75] Apesar de ter permanecido tantos anos no Brasil, Ramiro nunca deixou de cultivar os laços com suas origens na Bolívia, voltando, pelo menos, uma vez por ano para visitar a família. Note-se, inclusive, que Ramiro tampouco casou no Brasil, apenas casou-se depois de alguns anos em que estava de volta a Villa Pagador, em Cochabamba.

[76] Paceños são as pessoas nascidas em algum lugar do departamento de La Paz.

[77] "(…) la mitad hemos pagado el pasaje y la mitad han pagado ellos, El viaje fue lindo, era diferente por tierra en bus y por Santa Cruz, Quijarro, por puerto Arce Quijarro y de ahí pase a Corumba y el viaje había sido largo desde aquí tres dias, si fuimos, varios unos 10 con otros paceños de La Paz nos encontramos aquí en la terminal, solito fui porque nadie quería todos fuimos al mismo taller" [Ramiro].

[78] Além de costureiro, era encarregado e ganhava uma quantidade a mais pelo exercício de mais essa atividade. Trabalhava, em geral, das 7 da manhã até a meia-noite.

[79] Os seus principais clientes eram coreanos.

Antes de iniciar as atividades em sua nova oficina, Ramiro retornou a Cochabamba para visitar os familiares e para arregimentar mais conhecidos para a oficina do potosino, em São Paulo, pois, mesmo tendo saído de sua oficina, os dois mantiveram excelentes relações de solidariedade e Ramiro considerava ser uma boa oportunidade de trabalho para seus amigos que permaneciam na Bolívia.

Incentivado pelo retorno de Ramiro, Jonhy, que havia voltado do exército em 1998, decidiu migrar para São Paulo, junto com mais 6 amigos para trabalhar na oficina do potosino. O acordo, semelhante ao feito com Ramiro, em 1996, era de que os jovens deveriam financiar sua própria passagem até a fronteira e, a partir daí, o dono da oficina pagaria o resto da viagem até São Paulo.

> "De repente el [Ramiro] ha llegado, entonces, yo era joven con curiosidad, entonces, me he animado a ir, como nos hemos ido con amigos de aquí del barrio, ya vámonos, toditos nos hemos ido (…)O sea, primero, que, cuando aquí ya nos hemos encontrado con nuestros amigos, poco a poco ellos "vamos al Brasil así, en allá bien se trabaja". Así y, poco a poco (…) como había tiempo, todavía, cerca de un mes casi, nos había dicho, entonces, ya, pues, uno se animaba cuando nos encontrábamos y jugábamos fútbol, todo, hablábamos de Brasil. Así y mucha gente se estaba yendo de aquí estaban migrando a Brasil el [19] 99. A la Argentina estaban yendo bastante gente, a la Argentina e al Brasil. Y de ahí también todos nos hemos animado y como conocía mi hermano, entonces, más confianza ya teníamos para ir a cualquier lugar en Brasil. (…)de aquí todos hemos ido con 100 pesos, 100 bolivianos. Entonces, teníamos que tener nuestra muchilita nomas y alla, en la frontera, nos han recogido" [Jonhy][80].

Na avaliação de Jonhy, a experiência laboral e migratória foi bastante positiva, pois, além de conseguir economizar um bom dinheiro[81], passou os 8 meses [de março a novembro de 1999], em que esteve em São Paulo, convivendo somente com seus amigos no ambiente de trabalho e, aos finais de semana, passeando na cidade e viajando para outras cidades[82]. Entretanto, ao regressar para Cochabamba, para as festas de final de ano de 1999, decide não retornar mais para São Paulo – dentre os motivos elencados, destaca a liberdade e a tranquilidade vivenciada em seu local de origem e o fato de que a diferença não reside em quanto se ganha, pois, de acordo com ele, é possível ganhar o equivalente na Bolívia, mas nas facilidades para economizar em São Paulo, devido às condições de trabalho oferecidas.

> " (…) o sea cómo la paga era casi lo mismo, solamente, allá se ahorraba, si aquí trabajas como en allá, se puede ganar igual" [Jonhy]85. "Cómo yo era joven, más extrañaba salir no, a divertirme así, porque allá ya era diferente, solo fin de semana y, además, siempre es un poco más peligroso" [Jonhy][83].

Em Cochabamba, Jonhy passa o ano de 2000 trabalhando em uma grande confecção e, com o dinheiro que havia trazido de São Paulo mais o obtido nessa firma, monta, em 2001, sua primeira oficina de costura, que passou a prestar serviços para a confecção em que trabalhava. No

[80] "De repente ele [Ramiro] chegou, então, eu era jovem, com curiosidade, então, me animei a ir, como fomos com amigos daqui do bairro, já fomos todos fomos (…). Ou seja, primeiro, que, quando, aqui, nos encontrávamos com nossos amigos, pouco a pouco, eles 'vamos ao Brasil assim, lá se trabalha bem'. (…) Assim e muita gente daqui estava indo, estavam migrando para o Brasil em 1999. Para a Argentina estavam indo bastante gente, para a Argentina e para o Brasil. E daí também todos nos animamos e como conhecia meu irmão, então, mais confiança tínhamos para ir a qualquer lugar, no Brasil. (…) daqui todos fomos com 100 pesos, 100 bolivianos. Então, tínhamos que ter uma mochilinha nada mais e lá, na fronteira, foram nos encontrar"[Jonhy, tradução livre].

[81] Jonnhy ganhava em torno de 3 mil bolivianos por mês.

[82] "Cómo todos trabajamos en uno y también era, la cocinera también lo que nosotros pedíamos le hacían cocinar, no, como estábamos entre artos y también eramos puro amigos" [Jonhy]

[83] "(...) ou seja, como o pagamento era quase o mesmo, somente que lá se poupava; se aquí trabalhas como lá, podes ganhar o mesmo" [Jonhy, tradução livre]. 86 "Como eu era jovem, sentia mais falta de sair para me divertir, porque lá era diferente, somente aos finais de semana e, ademais, sempre é um pouco mais perigoso" [Jonhy, tradução livre].

período entre 2001 e 2002, o setor de confecção paulistano entrou em crise e a oficina montada, em 1999, por Ramiro e seus dois sócios, começava a passar por dificuldades, que levaram seus sócios a migrarem para a Argentina, desfazendo, portanto, a sociedade, como muitos bolivianos e coreanos do setor começaram a fazer[84]. Nessa ocasião, venderam as máquinas e Ramiro foi o único que continuou com a oficina, mas com menor produção.

Esse foi um período bastante turbulento para as oficinas bolivianas, em São Paulo, pois as apreensões da Polícia Federal foram multiplicadas, no começo da década de 2000, o que levou vários donos de oficina a estabelecerem uma estratégia nômade de sobrevivência com mudanças frequentes, a cada 6, 7 meses, de localização da oficina[85].

> " (…) con mi oficina, varias veces, me he cambiado de lugar, porque, había una temporada, las batidas de la Federal estaban batiendo y porque todo el personal era indocumentado. Y, entonces, teníamos que cambiar constantemente de lugar"[Ramiro][86].

Ramiro somente retornou para a Bolívia, definitivamente, em 2005, devido, de acordo com ele, ao cansaço pelo trabalho intenso e à vontade de se estabelecer de volta em seu país, próximo de sua família. Depois de seu retorno, Ramiro construiu sua casa no terreno que havia comprado enquanto trabalhava em São Paulo, montou uma oficina para trabalhar com jeans, que era sua especialização antes de sair da Bolívia, se casou e, agora, possui dois filhos. Apesar de ter se consolidado em Cochabamba, Ramiro não descarta a possibilidade de retornar ao Brasil para juntar algum dinheiro, caso a situação do setor de confecção na Bolívia não melhore[87]. De todo modo, Ramiro e Jonnhy se definem como pequenos empresários de sucesso em busca de novas possibilidades para implementarem seus negócios [88].

Além do trabalho, desde a chegada de Ramiro à Cochabamba, os irmãos começaram a fomentar, conjuntamente com os outros donos de oficinas de costura de Villa Pagador, conversas sobre a possibilidade de atuação conjunta no setor de confecção, para tornarem-se mais competitivos e defenderem de maneira mais efetiva seus interesses frente aos órgãos governamentais reguladores dessa atividade econômica. Dessas conversas, resultou o estabelecimento da Associação de Bluejeneiros de Villa Pagador.[89]

> "En la cámara de comercio nos hemos empezado a reunir y mi hermano era del MAS del partido del Evo y entonces de ahí hemos partido con don Jorge Quiroga en la cámara de comercio de AIMB y nos contactamos ahí y nos han dicho que hagamos un asociación de confeccionistas y hemos reunido aquí a varios costureros y talleristas y hemos ido hacer reuniones allá. (…) y nos hemos afiliado a la Federación de Pequeños Empresarios, hace 3 o 4 años atrás y de ahí ya estamos en la Cámara de Comercio como núcleo y no individualmente" [Ramiro][90].

---

[84] "Él [su primo] se fue a Argentina, se ha conocido allá con su mujer y se ha ido, porque su hermano tenía allá un taller, en la Argentina y les han dicho "acá está bien vénganse aquí", porque en Bolivia estaba mal para nosotros (…) [Ramiro]

[85] Note-se que no sistema "cama a dentro" em que os trabalhadores trabalham, dormem e comem no mesmo lugar – a oficina de costura – mudá-la de lugar significa mudar toda essa infraestrutura.

[86] "(...) com minha oficina de costura, várias vezes, mudei de lugar, porque havia uma temporada, as batidas da Federal [polícia federal] estavam batendo e porque todo o pessoal era indocumentado. E, então, tínhamos que mudar constantemente de lugar" [Ramiro, tradução livre].

[87] E, por isso, em 2009, retornou ao Brasil somente para renovar sua documentação que, agora, possui validade até 2019.

[88] "Mi esposa me ayuda a doblar y así y siempre porque ella, en la mañana nomas, está trabajando y, en la tarde, me ayuda. Para mi, yo vendo en La cancha, y hago también para otros talleres, así por prenda también, me pagan tipo como allá en Brasil. Y hago también, tengo mi propia confección, tengo maquinaria completa, si, puro jeans hago y entrego por mayor y también vendo al realeo, en realeo se gana un poquito más". [Ramiro].

[89] Ramiro exerce, atualmente, a presidência da Associação e, o seu irmão, Jonhy, é o representante dessa Associação na Federação de Pequenos Empresários.

[90] "Na câmara de comércio começamos a nos reunir e o meu irmão era do MAS, do partido do Evo e, então, daí fomos com don Quiroga na câmara de comércio da AIMB e nos contatamos aí e nos disseram que fizéssemos uma associação de confeccionistas. E reunimos aqui vários costureiros e oficinistas [donos de oficina de costura] e fomos fazer reuniões lá (…)" [Ramiro, tradução livre].

A partir do momento em que decidem montar uma associação, as histórias desses dois irmãos começam a se cruzar com as histórias de outros costureiros que, além de possuírem, atualmente, uma oficina de costura, em Villa Pagador e terem uma trajetória laboral-predominantemente, voltada para o trabalho de costura no interior de uma tradição familiar -, realizaram, a partir da década de 1990, migrações laborais para São Paulo e/ou Buenos Aires.

Essas trajetórias bem sucedidas no setor de confecção de São Paulo, cujas condições laborais e salários apresentam uma melhora significativa se comparados à experiência de outros migrantes, consideradas nas trajetórias descritas anteriormente, indicam a importância da existência de habilidades e experiência anteriores nesse setor, e da família, em um terceiro sentido: a estrutura familiar anterior à migração. A família, portanto, apesar de não participar diretamente na inserção habitacional e laboral nas sociedades de destino, pode proporcionar, ao longo da vida desses jovens, alimentação e estudos para que tenham meios de se inserir em um ofício e de realizar boas escolhas.

Nesse sentido, é interessante notar que, apesar da facilidade do aprendizado do ofício da costura – o que possibilita que pessoas sem experiência possam se inserir nessa atividade, contando, inclusive, com o financiamento dos donos das oficinas de costura – o fato de o migrante possuir experiência laboral anterior nessa atividade é determinante para a sua inserção nas cidades de destino. Esses costureiros são valorizados nesse mercado de trabalho[91], pois as necessidades do setor de confecção são bastante diversificadas – incluindo tarefas que envolvem níveis diferenciados de habilidade – e possuir costureiros, mesmo que apenas alguns, com habilidade e prática faz bastante diferença no produto final e na capacidade de atendar pontualmente às demandas.

(d) Migração como aventura – os filhos das famílias transnacionais

> "Estaba postulando aquí a la policía, a la academia, después de la escuela y tenía todo pagado. Y, bueno, por mi culpa, no he ido a uno de los exámenes, he llegado tarde y me hicieron volver de ahí, de la academia. Y ahí fue que decidí pasar ese medio año en otro país. Estábamos para ingresar y como vi que las pruebas eran fáciles y lo que paso es por mi culpa, entonces, fue cuando decidí. Decidí irme allá [a São Paulo] y como uno de mis amigos estaba allá y me dijo que hay trabajo y con uno de mis amigos fuimos, al aventurarse, así, nos fuimos para allá. Con un amigo, con un compañero de curso fui allá" [Diego][92].

A intensa migração internacional boliviana, desde o início da década de 1980, levou a processos de reconfiguração das relações familiares, por meio de arranjos entre os que permanecem e os que viajam, que possibilitaram, atualmente, a formação de uma população jovem que, ou viveu parte de suas vidas em outros países, ou foi educada por apenas um dos

[91] Ademais de poderem se inserir no setor de confecção das cidades de destino, diretamente, a partir de suas localidades de origem; os migrantes bolivianos(as) também podem se inserir desde as sociedades de destino, depois de já inseridos no mercado por meio dos primeiros contatos de trabalho nas regiões de origem. Nas sociedades de destino, além dos anúncios afixados no comércio boliviano, existem locais, como, por exemplo, na região da Praça Kantuta, aos domingos, no final da tarde, em que se conforma uma espécie de mercado de trabalho a céu aberto. A cena: em uma rua adjacente à Praça, por volta das 18hs, 19hs, estabelece-se uma aglomeração que ocupa, praticamente, uma rua inteira e forma uma espécie de "corredor polonês": os costureiros circulando no meio e os contratantes (donos das oficinas de costura), parados, nas extremidades, com peças de roupas nas mãos – as peças que eles precisavam que fossem costuradas – com o intuito de avaliar se os costureiros dispostos a trabalhar saberiam executar o serviço. Poucas vezes se visualiza este fenômeno: empregadores disputando com veemência por possíveis operários de suas máquinas.

[92] "Estava prestando o concurso para a polícia, para a academia, depois da escola e tinha pago tudo. E, bom, por minha culpa, não fui a um dos exames, cheguei tarde e me fizeram voltar daí, da academia. E aí foi que eu decidi passar esse meio ano em outro país. Estávamos para ingressar e como vi que as provas eram fáceis e o que passou era por minha culpa, então, foi quando eu decidi. Decidi ir me para lá [São Paulo] e como um dos meus amigos estava lá e me disse que havia trabalho e com um dos meus amigos fomos, aventurar-nos, assim, fomos para lá. Com um amigo, com um companheiro de curso fui para lá" [Diego, tradução livre].

pais, enquanto o outro trabalhava em outro país para contribuir com o sustento dos outros membros da família, nos locais de origem.

Em geral, esses jovens, filhos do que denominaremos "famílias transnacionais"[93], apresentam um nível educacional elevado e condições de vida muito melhores que os jovens provenientes de famílias rurais e/ou urbanas e que são os pioneiros no caminho da migração internacional. Para uma primeira aproximação da experiência deses jovens entrevistados, propomos a consideração da trajetória de Diego, cuja mãe migrou para a Espanha, para trabalhar, há mais de 6 anos. Diego, de 20 anos, nasceu na cidade de Cochabamba, em 1992, em uma pequena família nuclear de classe média, com apenas mais um irmão que, atualmente, possui 14 anos. Logo em seu primeiro ano de vida, em 1993, a família decidiu mudar-se para Santa Cruz, onde residiam os irmãos de seu pai e estavam localizadas suas terras. Entretanto, permaneceram por apenas 2 anos e, em 1995, voltaram para Cochabamba.

Há seis anos, a mãe de Diego migrou para a Espanha, Valência, ao ter sido "chamada" por seus irmãos que já trabalhavam lá há muito tempo, em um momento em que desejava voltar a trabalhar – depois de ter passado todo o período de casada dedicando-se, exclusivamente, ao cuidado da casa e dos filhos.

> "(...) y mis tíos, o sea, de mi mamá sus hermanos, todos estaban en España, toda su familia y, entonces, le llamaron de allá y se fue allá y le fue bien allá y se quedó" [Diego][94].

Essa "cadeia migratória" para a Espanha, estabelecida entre os 7 irmãos de sua mãe, começou com o seu irmão mais velho, que migrou sozinho, há mais de dez anos, inserindo-se como pedreiro, em Valência. A partir de então, todos os outros irmãos, com exceção de uma, que permanece em Cochabamba, migraram e fixaram-se na Espanha – a maioria em Valência, mas, alguns, realizam migrações temporais internas entre Valência, Madri e Barcelona. Depois que sua mãe migrou para a Espanha, seu pai tinha o projeto de migrar para os Estados Unidos, pois toda a sua família já estava lá. Caso conseguisse migrar para os Estados Unidos, deixaria os dois filhos aos cuidados dos familiares de sua mulher, mas o visto demorou a sair e, quando saiu, estava empregado, graças ao auxílio de um padrinho, na prefeitura de Villa Tunari e decidiu permanecer na Bolívia. Ao longo dos últimos seis anos em que sua mãe está na Espanha, os dois irmãos têm vivido junto com o pai, que acabou por assumir as tarefas domésticas e educativas do núcleo familiar.

> "siempre, cuando tenía tiempo, el [padre] siempre cocina, hasta ahora el cocina cuando tiene tiempo, cuando no va a trabajar y pero cuando no, hay que ir a comprar. La limpieza de la casa? Nosotros, con mi papá. Ahora, impecable es, pero fue duro para mi padre todo esto, él se aguantaba, no decía nada" [Diego][95].

De todo modo, de acordo com Diego, a mãe é bastante presente nas principais decisões domésticas, não apenas financeiras, mas também sobre a educação e o futuro de seus filhos. E o objetivo da família com a viagem de sua mãe, além da reforma da casa e do auxílio mensal para

[93] "Familias transnacionais" são definidas como famílias em que os membros do núcleo familiar encontram-se divididos entre um local de origem e outros de destino.
[94] "(...) e os meus tios, ou seja, irmãos da minha mãe, todos estavam na Espanha, toda a sua família e, então, a chamaram de lá [da Espanha] e [sua mãe] se foi para lá e foi bem lá e ficou [morando lá]"[Diego, tradução livre].
[95] " (…) sempre quando tinha tempo, ele [o pai] sempre cozinhava, até agora ele cozinha quando tem tempo, quando não vai trabalhar, mas quando não, temos que ir comprar. A limpeza da casa? Nós [Diego e o irmão] com o meu pai. Agora, é impecável, mas foi duro para o meu pai tudo isso, ele se aguentava, não dizia nada" [Diego, tradução livre] .

a manutenção dos filhos, é poderem comprar um negócio na Bolívia para que sua mãe retorne definitivamente[96].

> "Hablan por internet, hablan por celular y todo eso. Y si mi papá quiere hacer algo, siempre le consulta a mi mamá. Y si mi mamá quiere hacer algo, siempre consulta a mi papa. Se quieren hacer algo, como invertir en mi casa o, como, por ejemplo, de mi caso, que ahora no estoy estudiando, o que van hacer.[recuerdas un tema en que no estuvieron de acuerdo?] Si, para prestar dinero no estaban de acuerdo. Mis papás les prestaban a mis tíos y no estaban de acuerdo. En todo caso, mi papá no quería prestarles a mis tíos porque ya tuvo una experiencia más antes que no le han devuelto. Y mi mamá quería prestarle, cómo eran sus hermanos y, así, vieran a mis tíos a pegar a mi papá" [Diego][97].

A viagem de Diego para São Paulo, no primeiro semestre de 2011, aos 19 anos, foi o primeiro percurso migratório da vida de Diego[98] e também representou sua primeira atividade

Ao contrário dos outros perfis apresentados, em que a decisão de migrar e trabalhar no setor de confecção tinha um componente claramente econômico, de sobrevivência e/ou mobilidade social, a decisão de Diego encontra-se mais no registro da aventura – decidiu viajar porque tinha perdido o prazo de uma inscrição para começar a academia militar depois de sua promoção[99] e para que esse tempo que esperaria não fosse desperdiçado, decide aventurar-se no setor de confecção de São Paulo, junto com um amigo, graças a indicação de outro amigo comum, que já estava trabalhando em São Paulo.

Para Diego, não se tratava de juntar dinheiro, ou de se especializar no trabalho da costura, tratava-se, simplesmente, de viajar junto com um amigo, conhecer a cidade, trabalhar pela primeira vez e esperar o próximo ano para poder prestar a Academia Militar ou começar um curso universitário. E, apesar de seu amigo ter feito a viagem por terra, a mãe de Diego insistiu para que seu filho viajasse de avião, enviando-lhe o dinheiro da passagem.

Diego não sabia costurar e, tampouco, havia uma tradição de costura em sua família. Assim, ao chegar a sua primeira oficina, de um paceño[100], em que um dos seus amigos trabalhava, passou um dia inteiro praticando e, no dia seguinte, já começou a trabalhar em uma máquina. Entretanto, permaneceram, apenas, uma semana, nessa primeira oficina, porque não gostaram das condições de moradia e, ademais, comentava-se que o dono não costumava pagar com regularidade.

> "(...) pero solo he estado una semana, así que no cobré nada. Me fui para otro lado porque no me ha gustado. Bueno, comentaban que no pagaba, y que hacia esperar. Y eso no me gusto a mí y, además, el lugar, el cuarto y la casa eran sucios y así donde vivía y donde dormía era un sótano y no me gusto nada porque tenía que andar agachado" [Diego][101].

---

[96] "no sé, estamos pensando mi mamá quiere abrir una oficina de servicios o sino también una almacén bien grande quiere hacer construir eso, haber vamos a ver" [Diego].

[97] "Falavam pela internet, falavam pelo celular e tudo isso. E se o meu pai quer fazer alguma coisa, sempre consulta a minha mãe. E se minha mãe quer fazer algo, sempre consulta o meu pai. Se querem fazer algo como investir em minha casa, ou como, por exemplo, no meu caso, agora que estou estudando, o que vão fazer. [você se recorda de algum tema em que os seus pais não estavam de acordo?] Sim, para emprestar dinheiro não estavam de acordo. Meus pais emprestaram aos meus tios e não estavam de acordo. Em todo o caso, meu pai não queria emprestar aos meus tios porque ja teve uma experiência antes que não lhe haviam devolvido. E minha mãe queria emprestar-lhes, como eram seus irmãos e assim, os meus tios vieram bater no meu pai" [Diego, tradução livre].

[98] Até então, apesar de já conhecer alguns lugares na Europa, Estados Unidos e Argentina, suas viagens eram como turista e não como trabalhador.

[99] A "promoção" é o nome que se dá ao momento de término do que, no Brasil, equivale ao colegial ou segundo grau.

[100] Paceño é aquele que nasceu no departamento de La Paz, na Bolívia.

[101] "(...) mas somente permaneci uma semana, assim que não cobrei nada. Fui para outro lado porque não gostei. Bom, comentavam que não pagava e que fazia esperar. E isso eu não gosto e, ademais, o lugar, o quarto e a casa eram sujos e, assim, onde vivia e onde dormia era um sótão e eu não gostei nada porque tinha que andar agachado" [Diego, tradução livre].

A segunda oficina também foi uma indicação desse amigo, que já estava trabalhando na oficina em que chegaram, mas que não os acompanhou, pois havia terminado de tramitar sua regularização e saiu daquela oficina para trabalhar em uma oficina de brasileiros regularizada[102].

De todo modo, Diego e seu amigo permaneceram somente mais uma semana, pois não havia trabalho e, então, mudaram-se para outra indicação desse amigo cochabambino. Nessa terceira oficina, o pagamento era muito baixo, mas permaneceram um mês e meio até encontrar um trabalho melhor. E encontraram em um anúncio na Rua Coimbra[103] .

Nessa quarta oficina, permaneceram, apenas, mais dois meses e, depois, mudaram-se novamente para outra oficina, devido a uma indicação de outro amigo que já estava em São Paulo quando chegaram. A oficina era de um casal, cuja mulher era de Cochabamba e o marido de La Paz, permaneceram por mais 3 meses, até retornarem para a Bolívia, para as festas do final de ano de 2011. Nessa quinta oficina, apesar de se sentirem bem tratados e com um pagamento adequado, percebiam que os outros trabalhadores, que eram parentes do dono, eram muito submissos e estavam sendo tratados como "escravos"[104].

> "No la atención, la comida, eso nomas, era bueno, pero a sus otros costureros que tenía y, bueno, cuando llegamos ya tenía costureros y a esos costureros les trataba mal y creo que esos costureros les tenía miedo. Hacían lo que decía y, más, claro, no sé, cómo trabajo esclavo, algo así. Nosotros, pero, bueno, tratamos de cambiarlos pero ellos no, seguían, nomas, lo mismo, seguían supuestamente por que ganan bien -y la mayoría eran sus sobrinos y eran de La Paz, eran sus conocidos (…). Y el [dueño] no les pagaba en años, meses, les debía, y los otros no decían nada, no reclamaban. Y, pero, hemos llegado nosotros y le hemos me gustaba que me diga "tienes que hacer esto" y "tienes que trabajar desde esa hora", no nunca (…).Él se enojó con nosotros, pero igual nunca nos humillaba" [Diego][105].

Durante os oito meses de sua primeira estadia na cidade, Diego passou por 5 oficinas de costura. E, no final do ano de 2011, retornou a Cochabamba para passar as festas com o irmão e com o pai. Retornou a São Paulo, em março de 2012, com um objetivo um pouco diferente: dessa vez, tratava-se de auxiliar um tio, irmão de sua mãe, que estava retornando da Espanha a Bolívia, junto com sua esposa, e gostaria de investir uma parte do dinheiro poupado na Espanha em uma oficina de costura em São Paulo – devido, entre outras coisas, à tradição familiar de sua mulher em relação à costura. Durante o tempo em que estava procurando uma oficina de costura para o tio, voltou a trabalhar na última oficina em que havia trabalhado antes de sair do Brasil.

Depois de encontrar a oficina para a família do tio, enquanto a mulher e os seus irmãos e primos trabalhavam na oficina, Diego e o tio começaram a trabalhar como pedreiros. Além da construção, Diego, com o aval e dinheiro de sua mãe, e o tio decidiram investir em contrabando com mercadorias compradas em São Paulo. E fizeram sua primeira viagem, para Cochabamba, em julho de 2011[106]. Em agosto de 2011, retornaram para São Paulo

[102] Atualmente, graças ao Mercosul, os naturais dos países membros ou associados podem conseguir, sem muita burocracia, a permissão para viver e trabalhar em outro desses países, por 2 anos, renováveis.
[103] "(...) fuimos a ver los anuncios a Coimbra, es que justo cuando llegamos, la dueña vino y nos dijo que podemos ir a ver y, como no estaba mal, nos quedamos ahí nomas" [Diego].
[104] "ellos han llegado de aquí y de esa oficina no han vuelto a salir están tres años trabajando con él o cuatro años y creo que no han salido a trabajar a otras oficinas" [Diego].
[105] "Não, o atendimento, a comida, isso, não mais, era bom, mas aos outros costureiros que tinha e, bom, quando chegamos já tinha costureiros e a esses costureiros, lhes tratava mal e, creio, que esses costureiros tinham medo dele. Faziam o que ele lhes dizia e, mais, claro, não sei, era como trabalho escravo, algo assim. Nós, entretanto, tratamos de mudar, mas eles não, seguiam, não mais, o mesmo, seguiam, supostamente porque ganhavam bem – e a maioria eram seus sobrinhos e eram de La Paz, eram seus conhecidos (…). E ele [o dono] não lhes pagava há anos, meses lhes devia, e eles não diziam nada, não reclamavam. Mas nós chegamos e mudamos, porque eu gosto que me paguem esse mês e eu não gostava que me dissessem "você tem que fazer isso" e "você tem que trabalhar desde essa hora", não nunca (…). Ele ficou bravo conosco, mas nunca nos humilhava" [Diego, tradução livre].
[106] Diego investiu 2500 reais de sua mãe e obteve de lucro (descontado o valor investido)1000 reais.

com planos de fazer outras compras e continuar com o negócio, entretanto, menos de um mês depois, seu pai lhe chamou para que retornasse imediatamente a Cochabamba, pois tinha conseguido uma entrevista para concorrer a uma bolsa para a carreira de engenharia petrolífera, na Venezuela[107].

A trajetória de Diego e de outros jovens provenientes de "familias transnacionais" destoa dos outros tipos de trajetórias consideradas, pois trata-se de jovens de classe média que, na realidade, buscam a inserção nessa atividade enquanto uma experiência laboral e migratória. Nessas circunstâncias, os possíveis lucros ou prejuízos econômicos não são contabilizados, fazendo parte da aventura de migrar e trabalhar.

A narração das trajetórias residenciais e laborais de migrantes bolivianos (as) que, em algum momento de suas vidas, decidiram migrar para se inserir no setor de confecção das cidades de São Paulo e/ou Buenos Aires, tinha como principal objetivo trazer à tona a diversidade encontrada ao longo do trabalho de campo, em dois sentidos: em termos de contextos de origem e de projetos migratórios, para o trabalho no setor de confecção.

Nesse sentido, apesar das especificidades de cada uma das localidades em que foi realizado trabalho de campo (em duas zonas periurbanas das cidades de Cochabamba e de La Paz, na cidade de El Alto e na região rural de Escoma, no altiplano andino), as clivagens determinantes das diversas redes de envio e, consequentemente, do tipo de experiência que os migrantes bolivianos (as) experimentam no setor de confecção de São Paulo, encontrar-se-iam muito mais na forma como os diferentes espaços urbanos/rurais e periurbanos, de suas regiões de origem, na Bolívia, são mobilizados ao longo de suas trajetórias familiares e ocupacionais anteriores à migração do que propriamente nas dinâmicas sócio espaciais de localidades específicas. Em outras palavras, as "redes de envio" que, de acordo com a hipótese de pesquisa, explicariam as clivagens estabelecidas na sociedade de destino, não seriam as estruturas sociais emergentes de dinâmicas sócio espaciais específicas, mas articulações e arranjos mobilizados no interior de uma trajetória familiar e laboral que envolve, em geral, diversas espaços.

Nesse sentido, mesmo nos casos em que é possível identificar estruturas de envio consolidadas e exógenas à experiência social e às redes de sociabilidade anteriores dos migrantes em foco, como, por exemplo, as "redes de subcontratação transnacional" – que vinculam, por meio de "agências de emprego", redes de transporte clandestinas que fazem uma ligação direta entre determinados locais nas sociedades de origem e oficinas de costura, na cidade de São Paulo – não são essas "redes de envio" em si mesmas que determinam o tipo de experiência que os migrantes vão estabelecer no interior do setor de confecção paulistano, mas sim a forma como essas redes exógenas são mobilizadas no interior das dinâmicas espaciais, laborais e familiares específicas dos migrantes, constituídas ao longo de sua trajetória anterior.

Referências

ALBA, R & NEE, V. "Rethinking assimilation theory for a new era of immigration". International Migration Review, n. 31, pp.826-74, 1997.

AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes. A presença de trabalho forçado na cidade de São Paulo – Brasil/Bolívia. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA/USP). São Paulo, 2005.

[107] No momento da entrevista, Diego tinha acabado de chegar do Brasil e aguardava a entrevista e seus planos eram, basicamente, dedicar-se aos estudo e, caso não conseguisse a bolsa, continuaria em Cochabamba cursando uma universidade, publica ou privada, na carreira de engenharia petrolífera.

BAILY, Samuel. Cadenas migratórias de italianos a la Argentina. Algunos comentarios. Estudios Migratorios Latinoamericanos, n. 8, CEMLA, Buenos Aires, 1988.

BASSEGIO, Luiz. "A imigração latino – americana para o Brasil: o caso dos bolivianos em São Paulo". Cadernos do CEAS, nº 214, 2004: 51 – 59.

BENENCIA, Roberto. El infierno del trabajo esclavo – la contracara de las "exitosas" economías étnicas. Avá , n. 15, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16942009000200002&lng=es&nrm=iso [último acesso em 14 de setembro de 2011].

BUECHLER, Simone. Sweating it in the Brazilian Garment Industry: Bolivian workers and global economic forces in São Paulo. Metropolitan Studies, New York University, 2003. [paper disponível no Centro de Estudos Migratórios – CEM de São Paulo, no qual havia indicação de publicação futura na revista "Latin American Perspectives", 2004].

CYMBALISTA, Renato, XAVIER, Iara Rolnik. A Comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. Cadernos Metrópole, n. 17, 2007.

CORTES, Geneviève. Partir para quedarse – supervivencia y cambio en las sociedades campesinas andinas (Bolivia). Equador: Plural Editores, 2004.

CORTES, Geneviève. Migrations, espaces et développement – une lecture des systèmes de mobilité et des constructions territoriales en Amérique Latine. Volume 3 – Synthèse des travaux et des positionnements de recherche. Habilitation à Diriger des Recherches (HDR) de Géographie. Poitiers : Université de Poitiers, 2008.

DANDLER, Jorge & MEDEIROS, Carmen. La migración temporal de Cochabamba (Bolívia) a la Argentina: trayectorias e impacto en el lugar de origen. La Paz: CERES, 1985.

DE LA TORRE, Leonardo & ARAMAYO, Yolanda Alfaro. La chequanchada: caminos y sendas del desarrollo em los municípios migrantes de Arbieto y Toco. La Paz: CESU & PIEB, 2007.

DE LA TORRE, Leonardo. No llores, prenda, pronto volveré – migración, movilidad social, herida familiar y desarrollo. La Paz: PIEB, IFEA, UCB, 2006. DEVOTO, Fernando. Las cadenas migratórias italianas: algunas reflexiones a luz del caso argentino. Estudios Migratorios Latinoamericanos, n. 8, CEMLA, Buenos Aires, 1988.

FERRETI, Maritza. Direitos humanos e imigrantes. En: SALES, Teresa, SALLES, Maria do Rosário T. (org.). Políticas Migratórias – América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: EdUFSCar e Editora Sumaré, 2002.

FREIRE, Carlos. Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo. 2008. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia -FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

FREITAS, Patrícia T. Imigração e Experiência Social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. 2009. Dissertação de Mestrado IFCH/Unicamp, Campinas, 2009.

FREITAS, Patrícia T., BAENINGER, Rosana. Imigração e cidade: origens e territórios da imigração boliviana para a cidade de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana (org). População e cidades – subsídios para o planejamento e as políticas sociais. Campinas: UNFPA, Nepo, Unicamp, 2010.

FREITAS, Patrícia T. Imigração boliviana para São Paulo e setor de confecção: em busca de um paradigma analítico. In: BAENINGER, R. (org). Imigração boliviana no Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de População Nepo/Unicamp, Fapesp, CNPq, Unfpa, 2012, p. 155- 178.

GALETTI, Roseli. "Migração de estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos". In: Patarra, N. (Coord.). Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil -Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo, v. 1. Campinas, 1996: 133 – 143.

GLICK-SCHILLER, Nina. The centrality of ethnography in the study of transnational migration – seeing the wetland instead of the swamp. In: SAHOO, Ajaya Kumar & MAHARAJ, Brij. Sociology of Diaspora – a reader. India: Rawat Publications, 2007, p. 118-155.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. "Towards Transnational Perspective on Migration". Annais of the New York Academy of Sciences, Nova Iorque, vol.645, 1992.

HINOJOSA, Alfonso R. Hinojosa. Buscando la vida – familias bolivianas transnacionales en España. PIEB, CLACSO: La Paz, 2009.

KADLUBA, Ruth Camacho. A imigração na cidade de São Paulo – integração dos imigrantes na cidade como forma de combate à pobreza – URB AL Rede 10. São Paulo: Secretaria Especial para Participação e Parceria, Instituto Uniemp – Fórum Permanente das Relações Universidade /Empresa e Comunidade Européia, 2007.

LEVITT, Peggy & GLICK-SCHILLER, Nina. Conceptualizing simultaneity – a transnational social field perspective on society. In: SAHOO, Ajaya Kumar & MAHARAJ, Brij. Sociology of Diaspora – a reader. India: Rawat Publications, 2007, p. 156 – 193.

McDONALD, J. & McDONALD, L. Chain Migration, ethnic neighborhood formation and social networks. The Milbank Memorial Fund Quarterly, v. 42, n. 1, p. 82 – 97, jan. de 1964.

MURRA, John. "El archipélago vertical revisitado". In: CONDARCO & MURRA. La teoría de la complementariedade vertical eco-simbiótica. La Paz: Hisbol, 1987.

OTERO, Hernan. La inmigración francesa en Tandil. Un aporte metodologico para el estudio de las migraciones en demografia historica. Dessarrollo Ecónomico, 32 (125): 79 – 106, abril – junho, 1992.

SILVA, Sidney A. Costurando sonhos – trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997. SILVA, Sidney A. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. Estudos Avançados, v. 20, n. 57, 2006.

SINGER, P. Economia política e urbanização. São Paulo: Cebrap, Brasiliense, 1976.

A SEGUNDA GERAÇÃO DE LATINO-AMERICANOS NA RMSP: PRIMEIRAS ANÁLISES DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010

Gabriela Camargo de Oliveira

Embora pouco estudado e conhecido, depois da Segunda-Guerra Mundial, o Brasil passou a receber fluxos imigratórios de perfil diferente daqueles fluxos do começo do século XX. Paiva (2007) aponta que imigrantes provenientes da América Latina – principalmente de países que hoje compõem o Mercosul Ampliado como Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai – passaram, a partir dos anos 1970, a compor o movimento de imigração internacional para o Brasil. Dentre os vários fatores que contribuíram para o incremento desses contingentes migratórios regionais, é possível destacar os acordos bilaterais que previam o intercâmbio de estudantes nos anos 1950 (Silva, 2008) até razões políticas e econômicas dos anos 1960 e 1970 no contexto latino-americano, como a instalação de regimes militares em diversos países do Cone Sul (Silva, 2008). Em anos mais recentes, em particular a partir dos anos 1980, os fluxos imigratórios latino-americanos se destinaram, principalmente, para duas áreas do território brasileiro: as regiões de fronteiras e as regiões metropolitanas (Patarra, 2002), em especial São Paulo e Rio de Janeiro.

No âmbito da reestruturação econômica internacional dos anos 1990/2000, os imigrantes oriundos do Mercosul correspoderam a 40% dos imigrantes internacionais legais que chegaram ao Brasil (Patarra e Baeninger, 2005). Em 1990, o Brasil apresentava 1,1 milhões de estrangeiros, que correspondiam a 6,2% da população total. A América do Sul foi responsável por 44% do total de estrangeiros no Brasil, de acordo com o Censo de 1991, e o estado de São Paulo foi o principal receptor de imigrantes, principalmente os latino-americanos (Antico, 1998).

Em São Paulo, assim como o resto do país, houve um aumento do fluxo de imigrantes latino-americanos a partir dos anos 70 e desde então o fluxo vem aumentado. Embora São Paulo receba imigrantes provenientes de todo o mundo e principalmente da América Latina, o maior fluxo de entrada atualmente são de bolivianos, paraguaios, argentinos, peruanos, uruguaios e chilenos (Paiva, 2007), com destaque para os bovianos e peruanos. Dentre esses

imigrantes a maior parte veio com o objetivo de trabalhar nos ramos de confecções, comércio e serviços (Silva, 2008).

Embora as estimativas sobre a quantidade de imigrantes residentes na RMSP venham aumentando ao longo dos anos, os dados da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho demonstram uma diminuição nos pedidos de autorização de trabalho, o que evidencia um aumento dos estrangeiros indocumentados. E devido à situação de indocumentação desses imigrantes não é possível estabelecer o número aproximado de imigrantes na cidade, o que faz o assunto de difícil estudo (Baeninger e Leoncy, 2001).

Independente das diferenças entre os números oficiais e os estimados, é fato que a comunidade latino-americana na Região Metropolitana de São Paulo é grande e vem crescendo cada vez mais, demonstrando um movimento imigratório de fluxo constante. Ao longo dos últimos 40 anos a comunidade latino- americana se estabeleceu na RMSP, principalmente na cidade de São Paulo, e é presença marcante nos bairros centrais da cidade (PROJETO URB-AL, 2007). E apesar da taxa de retorno característica dos movimentos migratórios (Sayad *apud* Silva, 2008), os imigrantes latino-americanos têm construído suas vidas na RMSP, permanecendo, constituindo famílias e tendo filhos, filhos estes que nos levam a questão da segunda geração.

A segunda geração: definições conceituais

A segunda geração pode ser definida como a geração de filhos dos imigrantes adultos, que nasceram ou chegaram ainda novos ao país receptor. Conforme definido por Waters, Kasinitz, Mollenkopf (2004):

> […] a segunda geração - e a geração 1.5 – gerações imigrantes... ou seja, pessoas cujos pais são imigrantes, mas eles mesmos eram nascidos ou foram substancialmente criados nos Estados Unidos[1] (Kazinitz; Mollenkopf; Waters,2004, p. 1)

Portes (1996), no seu estudo sobre imigrantes latino-americanos nos Estados Unidos, distingue três categorias: crianças imigrantes, crianças de imigrantes e crianças nativas. As "crianças imigrantes" seriam jovens que nasceram no exterior, mas que imigraram para os Estados Unidos da América logo após a infância para serem criados no país; as "crianças de imigrantes" – a segunda geração – inclui as crianças de pais imigrantes que nasceram no país receptor, bem como as crianças que nasceram no exterior e que imigraram ainda bem novos, também chamados de geração 1.5; e as"crianças nativas", crianças de pais naturais do país. Segundo o autor,

> […] três categorias distintas: crianças imigrantes, crianças de imigrantes e crianças nativas de pais nativos. A primeira categoria inclui jovens que nasceram no exterior e vieram para os Estados Unidos após a infância para serem criados aqui. A segunda inclui as crianças nascidas nos Estados Unidos de pais imigrantes e as crianças nascidas no exterior mas que vieram ainda muito novos (algumas vezes chamados de geração 1.5). A terceira categoria, crianças nativas de pais nativos, representam a vasta maioria do total da população e da populaçãoadolescente.[2] (Portes, 1996, p. ix)

[1] Tradução livre do trecho: "*(...) second- and '1.5' – generation immigrants... that is, people whose parents were immigrants but who themselves were born or substantially raised in United States*." (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p. 1)

[2] Tradução livre da autora: "*(...) three distinct categories: immigrant children, children of immigrants, and native-born children of native parentage. The first category includes youth who are born abroad and come to the United States after early infancy to be raised here. The second includes native-born children of immigrant parents and children born abroad who came at very early age (sometimes called the 1.5 generation). The third, native-born children of native parentage, represents the vest majority of both the total and adolescent populations.*" (PORTES, 1996, p. ix)

Portes et alli (2008) consideram a segunda geração de imigrantes em seus estudos, pois:

> O motivo que nos levou a voltar nossa atenção para os filhos foi a constatação de que os efeitos de longo prazo da imigração na sociedade norte-americana seriam determinados menos pela primeira do que pela segunda geração...(Portes, Halles, Fernandez-Kelly, 2008, p. 13)

Para esses autores, os imigrantes de primeira geração seriam flutuantes, ora no país receptor ora no país de origem, estariam na sociedade, mas não fariam parte dela; já os filhos desses imigrantes ficariam no país, como cidadãos. Além disso, seria a segunda geração que deteminará a manutenção ou não de práticas culturais originárias. Portanto, estudar a segunda geração de imigrantes seria tão importante quanto estudar a primeira geração. Ademais, seria preciso compreender como a segunda geração tem se inserido na sociedade receptora e que relações mantêm com a comunidade local para entender os efeitos da imigração para a sociedade. Portes *et alli* (2008, p.13) afirmam:

> Imigrantes de primeira geração sempre foram um grupo muito flutuante, hoje aqui e amanhã já de partida, na sociedade, porém não ainda parte dela. Em contraste, seus filhos nascidos e criados nos Estados Unidos estão nesse país, sem a menor dúvida, para ficar e, como cidadãos, estão inteiramente habilitados a ter 'voz' no sistema político norte-americano (no sentido do termo utilizado em Hirschman [1970]). Portanto, o decurso de sua adaptação determinará, mais do que outros fatores, no longo prazo, o destino dos grupos étnicos gerado pelos imigrantes de hoje.

Para os autores, no caso dos EUA, a hipótese da assimilação uniforme não se aplicaria totalmente à "nova segunda geração"[3], os descendentes da corrente imigratória latina e asiática; já que ela não estaria sendo assimilada do mesmo modo que as correntes imigratórias anteriores.

Portanto, teria havido mudanças nas formas de assimilação desde os primeiros estudos sobre assimilação de imigrantes. A hipótese dos autores é de que, ao contrário do que aconteceu com a segunda geração de imigrantes do pós Primeira e Segunda Guerra Mundial, a "nova segunda geração" não estaria sendo assimilada ao *mainstream* de forma uniforme, como foi a segunda geração do fluxo imigratório europeu, uma vez que:

> [...] a imagem de uma trajetória de assimilação uniforme não dava conta do que efetivamente estava ocorrendo. Em vez disso, o processo havia se tornado segmentado em vários percursos distintos, alguns levando a trajetórias ascendentes, outros, a trajetórias descendentes. (Portes, Halles, Fernandez-Kelly, 2008, p. 14).

Segundo os autores, esse fato se deve a uma variedade de fatores na sociedade que são diferentes hoje do que eram anteriormente e também às diferenças étnico-culturais dos novos imigrantes. Fatores tais como o contexto social da sociedade receptora, composição familiar, preconceito, barreiras educacionais, características fenotípicas, políticas públicas para imigrantes e outros, fazem com que a assimilação ocorra de forma "segmentada".

A "assimilação segmentada" (Kazinitz, Mollenkopf, Waters, 2004) pode ser definida como assimilação em alguns setores específicos da sociedade, como em setores minoritários e não em sua totalidade.

> (…) Assimilação segmentada descreve os vários resultados de diferentes grupos de jovens de segunda geração e argumenta que o modo de incorporação da primeira geração é

[3] O termo "nova segunda geração" se refere à segunda geração do fluxo migratório pós-1965 para os Estados Unidos, que é predominantemente latino e asiático. Diferenciando-se do termo segunda geração, muitas vezes associado ao fluxo imigratório europeu do começo do século 20 para os Estados Unidos.

> responsável pelos diferentes acessos da segunda geração às oportunidades e redes sociais.[4] (Kazinitz; Mollenkopf; Waters, 2004, p. 7).
>
> Ao invés da uniformidade relativa da sociedade, que dita os caminhos comuns de integração por meio dos costumes e preconceitos, hoje em dia se observa diversas formas de adaptação. Uma delas replica o retrato honorável do crescimento da aculturação e da paralela integração dentro da classe média branca; a segunda leva diretamente para o caminho oposto, em direção à pobreza permanente e assimilação nos segmentos minoritários da sociedade; ainda, a terceira associa rápido avanço econômico com preservação deliberada dos valores e laços desolidariedade da comunidade imigrante[5] (Portes e Zhou, 2005, p. 90).

Para Porte e Zhou (2005), a "nova segunda geração" estaria vivendo um conflito de adaptação tanto de ordem cultural como social; entre a pressão dos pais para que mantenham laços fortes com a comunidade étnica e os desafios de ingressar num mundo não-familiar e frequentemente hostil. Segundo os autores, as condições econômicas e sociais na época dos fluxos imigratórios do pós-Primeira e Segunda Guerra Mundial eram bem diferentes das confrontadas pelos imigrantes atuais.

> As condições daquele tempo eram bastante diferentes das confrontadas pelos grupos imigrantes de hoje. […] Primeiro, os descendentes dos imigrantes europeus que confrontaram os dilemas decorrentes de conflitos culturais eram uniformemente brancos. E mesmo quando mais escuros que os nativos, a cor de suas peles reduziu a maior barreira de entrada na sociedade norte-americana. Por essa razão o processo de assimilação dependeu largamente das escolhas individuais [...] Essa vantagem obviamente não existe para as crianças dos filhos dos imigrantes de hoje, negros, asiáticos e mestiços. Segundo, a estrutura das oportunidades econômicas também mudou. Cinquenta anos atrás, os Estados Unidos à potência industrial mundial, e os diversificados requisitos para o trabalho industrial ofereceram a segunda geração a oportunidade de gradualmente ascender a posições melhores pagas, enquanto faziam parte da classe trabalhadora. Nos anos recentes, essas oportunidades desapareceram paulatinamente seguindo o rápido processo de desindustrialização nacional e da reestruturação industrial global[6] (Portes e Zhou, 2005, p. 86).

Esse processo, nos EUA, segundo os autores:

> teria deixado para os ingressantes na força de trabalho norte-americana um confrontante vazio entre as posições com salários reduzidos que normalmente os imigrantes aceitam e as posições profissionais e de alta-tecnologia que requerem alto grau de escolarização que as elites nativas ocupam. O gradual desaparecimento das oportunidades intermediárias

[4] Tradução livre da autora: "*(...) segmented assimilation describes the various outcomes of different groups of second-generation youth and argues that the mode of incorporation for the first generation gives the second generation access to different types of opportunities and social networks*" (KAZINITZ; MOLLENKOPF; WATERS, 2004, p. 7)

[5] Tradução livre da autora: "*Instead of a relatively uniform mainstream whose mores and prejudice dictate a common path of integration, we observe today several distinct forms of adaptation. One of the replicates the time-honored portrayal of growing acculturation and parallel integration into the white middle-class; a second leads straight in the opposite direction to permanent poverty and assimilation into the underclass; still a third associates rapid economic advancement with deliberate preservation of immigrant community's values and tight solidarity*" (PORTES; ZHOU, 2005, p. 90)

[6] Tradução livre da autora: "*Conditions at the time were quite different from those confronting settled immigrant groups today. (…) First, descendants of European immigrants who confronted the dilemmas of conflicting cultures were uniformly white. Even if of a somewhat darker hue than natives, their shin color reduced the major barrier to entry into the American mainstream. For this reason the process of assimilation depended largely on individual decisions… Such an advantage obviously does not exist for the black, Asian, and mestizo children of today's immigrants. Second, the structure of economic opportunities has also change. Fifty years ago, the United States was the premier industrial power in the world, and its diversified industrial labor requirements offered to the second generation the opportunity to move up gradually through better-paid occupations while remaining part of the working class. Such opportunities have increasingly disappeared in recent years following a rapid process of national de-industrialization and global industrial restructuring.*" (PORTES; ZHOU, 2005, p. 86)

> também afeta diretamente a corrida entre o progresso econômico da primeira geração e as expectativas da segunda geração.[7] (Portes e Zhou, 2005, p. 86).

Portanto, hoje, os novos imigrantes teriam menos chances de mobilidade na sociedade receptora do que tinham os imigrantes dos fluxos anteriores. Esse fator, associado a outros - como preconceito e falta de oportunidades educacionais - estariam resultando em uma "assimilação descente", ou seja, nos grupos minoritários do *mainstream*, dentro das subculturas, contrário ao que ocorreu aos descendentes dos imigrantes europeus, que tiveram uma "assimilação ascendente". No entanto, segundo Portes e Zhou (2005), na realidade, a situação ainda não se tornou tão polarizada, logo, seria possível observar a assimilação em diversos segmentos da sociedade.

Segundo Portes, Halles e Fernadez-Kelly (2008), o problema seria que a segunda geração de imigrantes não estaria conseguindo se mover da situação econômica inicial da primeira geração e ingressar na "classe média" da sociedade, alimentado o ciclo de imobilidade social.

> Em uma economia cada vez mais baseada no conhecimento, os filhos de imigrantes sem uma educação avançada não poderiam aceder a posições que lhes provessem um passaporte para as classes médias e altas, e poderiam estagnar em ocupações manuais, mal remuneradas, não muito diferentes daquelas exercidas por seus pais. (Gans, H. *apud* Portes, Halles, Fernandez-Kelly, 2007, p. 14)

No entanto, ao falar dos caminhos segmentados, Portes et alli (2007), deixam claro que as evidências indicam que a maioria da segunda geração estaria se assimilando de forma ascendente ou dissonante, ainda que parte considerável estaria se assimilando descendentemente. E embora a parcela que estaria se assimilando de forma descendente seja minoria dentro o grupo, essa minoria se torna significativa em termos absolutos uma vez que o volume da segunda geração é grande, e, uma minoria, portanto representa um número grande de indivíduos. Logo seria necessário compreender as trajetórias que resultam em assimilações tão distintas.

Desse modo, falar em assimilação segmentada não significaria dizer que a maioria da segunda geração irá majoritariamente se assimilar de forma descendente. Ao contrário, ao invés de uma assimilação uniforme, nos dias de hoje, a assimilação, segundo as evidências dos autores citados, estaria ocorrendo de formas distintas para os diferentes grupos de segunda geração. Portanto, compreender como e o porquê dessas distintas assimilações seria importante para entender os resultados da integração da segunda geração na sociedade receptora.

Segunda geração: o caso paulista

No Brasil, também temos uma "nova segunda geração", ou seja, os descendentes da nova corrente imigratória de latino-americanos para o país. Mas apesar de muitos estudos (Silva, 2008; Paiva, 2007) já terem sido realizados sobre a primeira geração desses imigrantes, pouco se conhece sobre a realidade da segunda geração. O fluxo imigratório latino-americano para o São Paulo data de pelo menos 40 anos atrás e um contingente expressivo de famílias imigrantes se formou na cidade e na Região Metropolitana de São Paulo, fato associado ao

[7] Tradução livre da autora: "*This process has left entrants to that American labor force confronting a widening gap between the minimally paid menial jobs that immigrants commonly accept and high-tech and professional occupations requiring college degrees that native elites occupy. The gradual disappearance of intermediate opportunities also bears directly on the race between first-generation economic progress and second-generation expectations…*" (PORTES; ZHOU, 2005, p. 86)

próprio fenômeno migratório em si, ao processo de reunificação familiar e formação de novas famílias.

Na RMSP, a segunda geração da corrente imigratória de latino- americanos para o país é presença marcante nas regiões centrais da cidade de São Paulo, principalmente nas escolas públicas, que chegam a ter até 50% dos seus alunos de origem estrangeira. Apesar disso, pouco se sabe sobre essas crianças e adolescentes, tanto em termo quantitativos como em termos qualitativos; uma vez que assim como para a primeira geração, o exato ou aproximado número de estrangeiros latino- americanos na RMSP ainda permanece desconhecido e divergente entre as fontes oficiais e as provenientes de instituições de apoio ao migrante. Decorrente disso, a mensuração do tamanho da segunda geração também se faz ainda mais difícil, resultado tanto da indocumentação característica do fluxo, como falta de dados confiáveis a respeito do volume do grupo. Fato ainda mais agravado, uma vez que parte da segunda geração é brasileira, e, portanto, nas fontes oficiais são consideradas como tal, mascarando a origem familiar estrangeira.

No entanto, apesar da invisibilidade das comunidades latino-americanas na metrópole paulista, a formação da segunda geração de imigrantes latino-americanos pode ser observada nos micro-dados do Censo Demográfico. Portanto o objetivo desse artigo vai além de debater a questão da segunda geração em São Paulo, mas também demonstrar e evidenciar a importância desse grupo a partir dos dados do Censo Demográfico 2010. As análises serão feitas a partir das estruturas etárias das famílias em questão, ou seja, da primeira geração e a geração 1.5 (declarados estrangeiros no Censo) e da segunda geração.

Metodologia

Com objetivo de observar a presença da segunda geração latino-americanos na Região Metropolitana de São Paulo, a metodologia adotada foi a análise dos micro-dados da Amostra expandida do Censo Demográfico\IBGE 2010. Foram analisados os dados referentes aos imigrantes latino-americanos que registraram maior presença na RMSP, ou seja, provenientes da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Para análise da segunda geração foi realizada a reconstituição domiciliar desses imigrantes com o objetivo de captar, a partir do Censo Demográfico de 2010, as famílias com presenças de filhos nascidos no país estrangeiro e filhos nascidos no Brasil. Para tanto as gerações foram diferenciadas em primeira geração, para estrangeiros que chegaram já adultos no Brasil, geração 1.5 para estrangeiros que chegaram ainda crianças ou jovens e segunda geração para indivíduos que nasceram no Brasil mais tinham ao menos um dos pais de nacionalidade latino-americana.

A seleção dessas pessoas no banco de dados foi realizada a partir da variável "responsável pelo domicílio" ou "cônjuge", logo, os indivíduos que residiam em domicílios que tinham como responsável ou cônjuge uma pessoa de origem latino-americana. Portanto, as análises aqui realizadas são respectivas às pessoas que foram declaradas nos domicílios que tinha como responsável ou cônjuge uma pessoa de nacionalidade latino-americana e apenas esses domicílios, sendo denominados esses domicílios como domicílios de origem estrangeira. Excluindo, portanto, os indivíduos que residiam em domicílios que não tinham como responsável ou cônjuge uma pessoa de nacionalidade latino-americana.

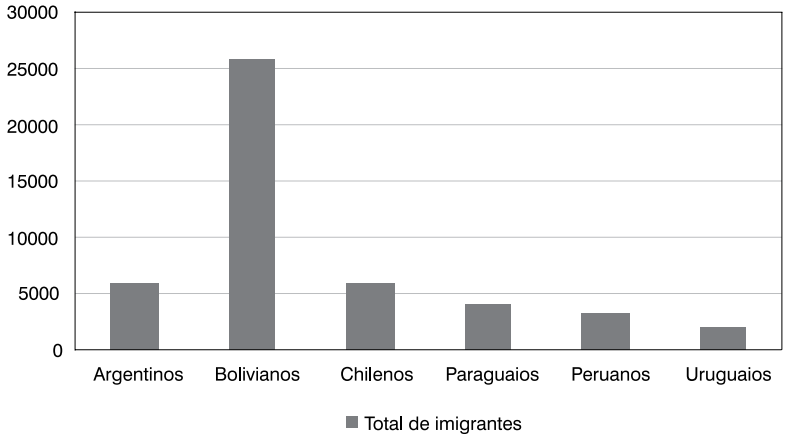
Para a análise da segunda geração, os indivíduos presentes nos domicílios foram separados também por sua relação com o responsável pelo domicílio, sendo, portanto considerados como segunda geração os indivíduos que foram declarados como filhos ou enteados. Dentre a segunda geração, os indivíduos foram diferenciados entre a geração 1.5 e a segunda geração

de fato. A segunda geração corresponde às pessoas de nacionalidade brasileira e que tinham ao menos um dos pais de origem latino-americana, independente da idade; enquanto a geração 1.5 corresponde às pessoas declaradas como filho ou enteado e que chegaram ao Brasil com 17 anos ou menos. Os estrangeiros que chegaram com 18 anos ou mais foram considerados como considerados como primeira geração. Essa separação foi possível ser realizada pela intersecção entre a variável "ano de chegada ao Brasil" e "idade declarada em anos". Mas, é preciso levar em consideração que o volume e as informações sobre a segunda geração de latino-americanos são aquelas presentes nos domicílios captados a partir desse recorte e, portanto, ainda residiam nesses domicílios e não da totalidade da segunda geração. Ademais também é preciso levar em consideração as restrições da própria fonte de dados, o Censo Demográfico. O Censo Demográfico não capta a totalidade dos imigrantes, tanto em decorrência da indocumentação como também uma vez que uma coorte migratória não pode ser captada pelo Censo Demográfico correspondente ao período de sua entrada no país e sim no Censo Demográfico seguinte.

Primeiros resultados

Segundo dados do Censo Demográfico 2010/IBGE, na Região Metropolitana de São Paulo residiam, em 2010, 25.879 imigrantes bolivianos, 5.943 argentinos, 5.899 chilenos, , 4.134 paraguaios, 3.247 peruanos, 2.046 uruguaios, conforme demonstra o gráfico um. No entanto, esses dados não distinguem os imigrantes de primeira geração, ou seja, que migraram adultos, e a geração 1.5, ou seja, as crianças que nasceram no exterior mas vieram ainda jovens para o Brasil. Além disso, também é possível notar que o volume de imigrantes bolivianos é quase cinco vezes maior que o de argentinos, o segundo grupo mais volumoso, demonstrando a importância do grupo na composição do fluxo latino-americano para São Paulo.

GRÁFICO 1. População Latino-americana – RMSP, 2010

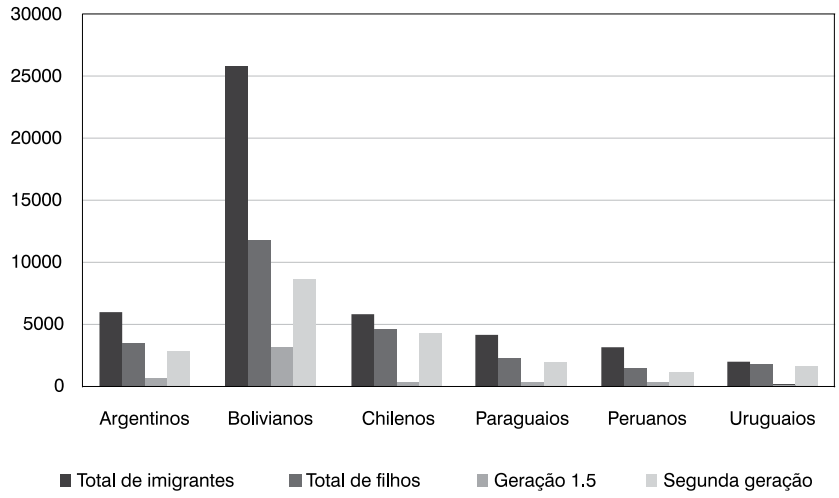


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o grupo imigrante e suas características se faz preciso distinguir entre estrangeiros de primeira geração e geração 1.5, bem como incluir a segunda geração nas análises; para tal foram realizadas tabulações especiais para diferenciar as gerações em questão conforme descrito anteriormente na metodologia.

Realizada tal distinção foi possível observar a presença da segunda geração e da geração 1.5 nos domicílios de origem estrangeira, na RMSP, conforme demonstra o gráfico dois.

GRÁFICO 2. Segunda geração de imigrantes latino-americanos – RMSP, 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2000 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

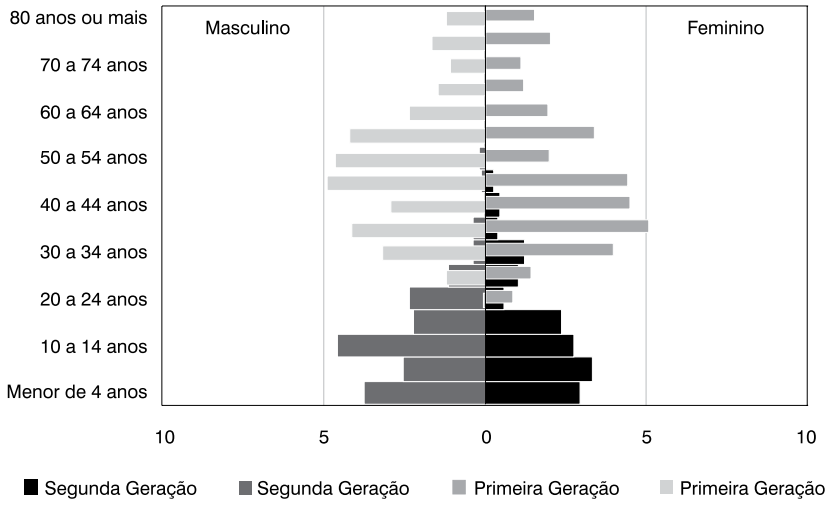
Analisando o gráfico é possível notar a segunda geração compunha a maior parte dos filhos presentes em domicílios de origem imigrante. No caso da imigração argentina foi possível observar que o total de filhos somou 3.467 indivíduos, sendo 2.865 da segunda geração e 602 da geração 1.5. Já no caso da imigração de bolivianos foi possível notar um total de filhos foi de 11.853; destes 8.607 da segunda geração e 3.246 da geração 1.5, enquanto para os domicílios de origem chilena observamos a presença de 4.671 filhos, destes 397 da geração 1.5 e 4.274 da segunda geração. No caso dos paraguaios somaram-se 2.295 filhos, destes 301 da geração 1.5 e 1.994 da segunda geração, enquanto para os domicílios peruanos foram registrados 1.535 filhos, destes 1.222 da segunda geração e 313 da geração 1.5. Já no caso dos uruguaios foi possível notar a presença de 1.790 filhos, 95 da geração 1.5 e 1.695.

A presença da segunda geração e da geração 1.5 e sua importância também pode ser observada a partir das análises das estruturas etárias dos grupos imigrantes. Analisar a estrutura etária é importante não apenas porque possibilita observar a evolução da população ao longo de mais de 70 anos, não somente porque possibilita constatar a presença e o fluxo dos imigrantes, mas principalmente porque a partir da estrutura etária podemos observar a dinâmica das trajetórias, o ciclo de vida das famílias e a formação, ao longo de pelo menos duas décadas da segunda geração de migrantes. Portanto, observar a estrutura etária do domicílio é fundamental porque possibilita ir além de entender a dinâmica da evolução etária da população imigrante em si, a primeira geração, mas compreender a reprodução do grupo em questão e sua perpetuação por meio das novas gerações, considerando o grupo como um todo e não em sua parte. Logo, se faz fundamental para o entendimento da segunda geração.

No caso dos imigrantes argentinos é possível observar que a estrutura etária do grupo é bastante envelhecida, com maior parte de seu contingente acima dos 40 anos; estrutura essa que pode ser explicada devido ao fato do fluxo de argentinos para o Brasil ser menos recente, não renovando o fluxo de imigrantes. No entanto, ao observarmos a estrutura etária do grupo levando em consideração seus descendentes, ou seja, a segunda geração e a geração

1.5, conforme o gráfico três, é possível observar uma estrutura etária embora ainda envelhecida ainda com um considerável volume de jovens e crianças, embora a base da pirâmide demonstre uma tendência ao estreitamento, para o ano de 2010.

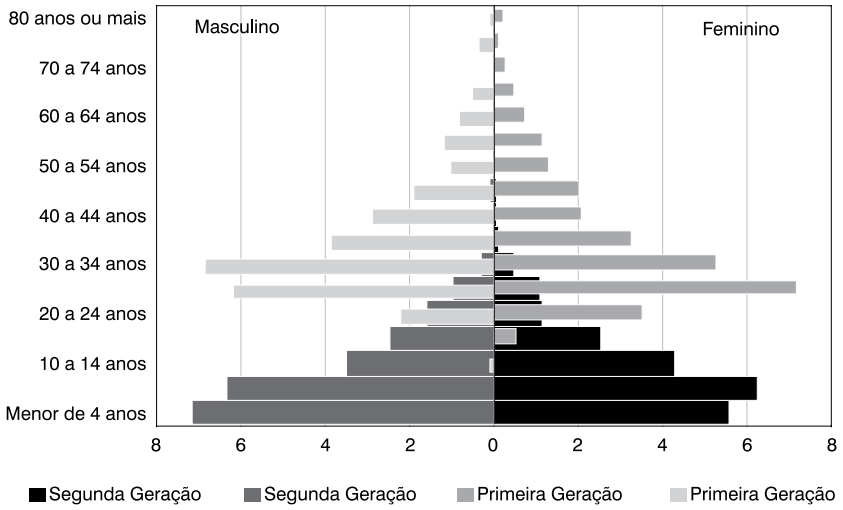
GRÁFICO 3. Estrutura Etária da população argentina – Primeira e Segunda Geração – RMSP, 2010



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Já no caso do grupo de imigrantes bolivianos, conforme o gráfico quatro, ao analisarmos a estrutura etária é possível observar uma estrutura com grande volume de adultos e volume reduzido de crianças e idosos, característica de uma pirâmide etária de uma população migrante de fluxo recente, embora o fluxo boliviano para o Brasil tenha se intensificado a partir dos anos 70. No entanto, ao observarmos a estrutura etária das gerações em conjunto, é possível observar uma pirâmide etária bastante jovem, com grande volume de crianças e jovens.

GRÁFICO 4. Estrutura Etária da população boliviana – Primeira e Segunda Geração – RMSP, 2010

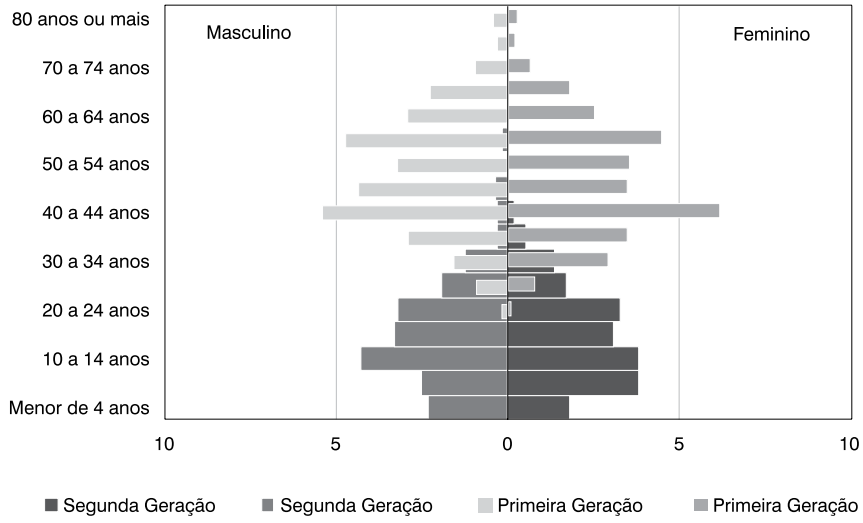


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Em relação à estrutura etária da população chilena, assim como no caso dos estrangeiros argentinos, é possível observar uma estrutura etária predominantemente adulta, mas em processo

de envelhecimento, destacando o pequeno volume de crianças e jovens. Mas ao observamos a estrutura etária da primeira e da segunda geração em conjunto podemos observar uma presença importante de crianças e jovens, no entanto, ainda em processo de envelhecimento, conforme gráfico cinco.

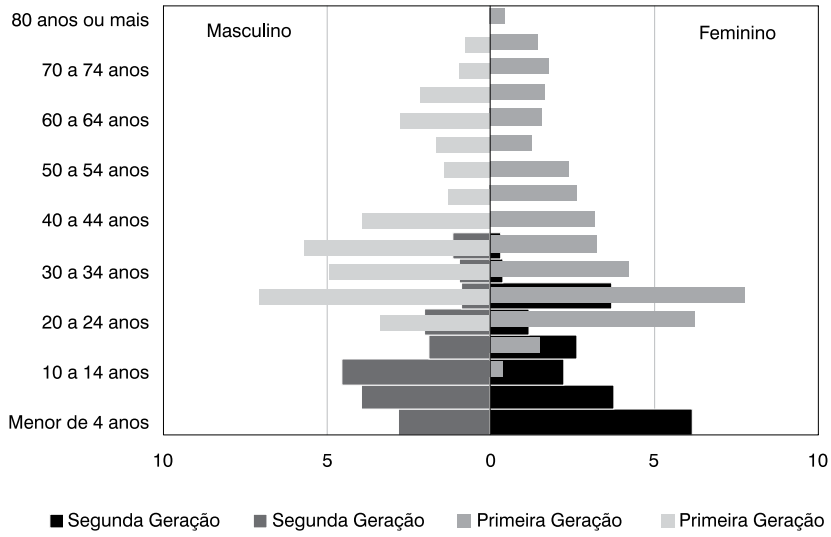
GRÁFICO 5. Estrutura Etária da população chilena – Primeira e Segunda geração – RMSP, 2010



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

No caso dos paraguaios foi possível observar uma estrutura etária em processo de envelhecimento, assim como no caso dos argentinos e dos chilenos, mesmo quando observamos a estrutura etária em conjunto com a segunda geração. Pois embora seja possível observar um considerável volume de crianças e jovens nessa população, o volume de crianças mostra uma tendência de redução.

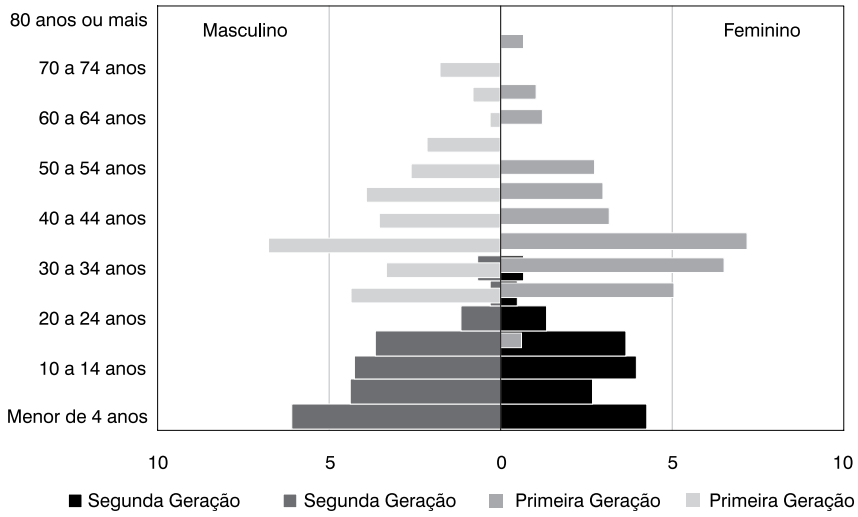
GRÁFICO 6. Estrutura Etária da população paraguaia – Primeira e Segunda Geração – RMSP, 2010



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Já no caso dos imigrantes peruanos é possível notar uma estrutura etária adulta, dada que o fluxo migratório peruano para São Paulo é mais recente comparado aos outros grupos analisados. No entanto, ao observamos a pirâmide somando as duas gerações é possível observar um alargamento da base, com forte presença de crianças e jovens, delineando um processo de rejuvenescimento da estrutura etária do grupo, diferentemente do processo em andamento para as populações argentinas, chilenas; conforme gráfico 7.

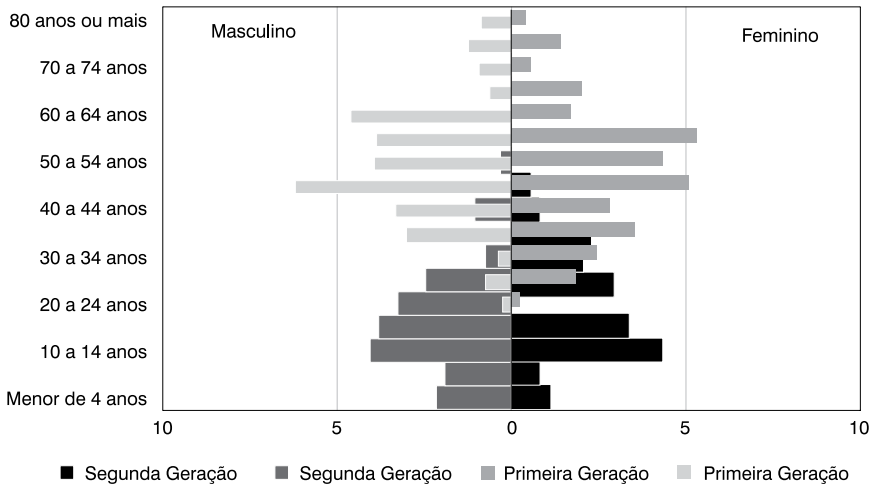
GRÁFICO 7. Estrutura Etária da população peruana – Primeira e Segunda Geração – RMSP, 2010



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Em relação à população, dado que o fluxo uruguaio para São Paulo não é recente, é possível observar uma estrutura etária da primeira geração bastante envelhecida e embora analisemos a estrutura etária da primeira geração em conjunto com a segunda geração é possível observar que embora seja possível notar uma presença significativa de crianças e adolescente, a estrutura etária continua em processo de envelhecimento, seguindo o mesmo processo observado no caso dos argentinos, chilenos e paraguaios.

GRÁFICO 8. Estrutura Etária da população uruguaia - Primeira e Segunda Geração – RMSP, 2010



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 2010 – Amostra expandida. Tabulações especiais.

Logo, se observamos as estruturas etárias das populações em questão foi possível observar que as populações bolivianas e peruanas apresentaram um grande número de crianças e adolescentes, culminando no processo de rejuvenescimento observado, enquanto as populações argentina, chilena, paraguaia e uruguaia apresentaram processo de envelhecimento. Tendências essas que estão relacionadas, de certa forma, ao fluxo de imigrantes, uma vez que enquanto para os imigrantes bolivianos e peruanos é possível observar um fluxo crescente de imigrantes na RMSP, principalmente a partir de 2000, para os outros grupos em questão é possível observar uma redução da entrada de imigrantes, não renovando o fluxo desses imigrantes, logo não renovando a populações em questão e, portanto, resultando no processo de envelhecimento de suas respectivas estruturas etárias.

Ao levarmos em conta a questão dos filhos dos imigrantes, ou seja, não apenas a geração 1.5 mas também a segunda geração podemos observar que o volume das populações imigrantes acima mencionadas foi grandemente ampliado, demonstrando a importância da segunda geração para entender a dinâmica dos grupos em questão. Ademais, ao analisarmos as estruturas etárias dessas populações foi possível observar, no geral, para todas as primeiras gerações das diversas nacionalidades, uma estrutura etária adulta com pequena presença de crianças e jovens. No entanto, ao observamos as estrutura etárias das primeiras e segundas gerações foi possível notar um rejuvenescimento das estruturas com importante presença de crianças e jovens para todas as nacionalidades, embora a tendência de envelhecimento se mantenha. Demonstrando assim a importância da segunda geração ao analisarmos as populações imigrantes na cidade de São Paulo e na composição dessas famílias.

Referências

ANTICO, C. "Imigração internacional no Brasil durante a década de 80: explorando alguns dados do Censo de 1991". In: Anais XI Encontro Nacional de Estudos de População da ABEP, 1998, Caxambu: ABEP, 1998.

BAENINGER, R.; LEONCY, C. "Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registro de entradas e saídas na polícia federal" In: CNPD. Migrações internacionais – Contribuições para políticas. Brasília, DF: 2001. p. 187-242.

BATISTA JR, P. N. A América do Sul em movimento. Revista de Economia Política, vol. 28, nº 2 (110), pp. 226-238 abril-junho/2008.

CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. R. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. São Paulo: ANPOCS, 2007. (Paper Anpocs).

DOMENACH, H.; PICOUET, M. Les migrations. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

_____. El caráter de reversibilidad en el estudio de la. migración. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990.

FAZITO, D. Análise de Redes Sociais e a Migração: Mito e realidade. Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, Ouro Preto, 2002.

FAUSTO, B. Historiografia da imigração para São Paulo. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1991.

FIORI, José L. "Ajustes e milagres latino-americanos" In: Os Moedeiros Falsos. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1997.

PROJETO URB-AL rede 10. A imigração na cidade de São Paulo: integração dos imigrantes como forma de combate à pobreza. Prefeitura da cidade de São Paulo, Instituto UNIEMP, Coordenado por KADLUBA, R. F. C. São Paulo, 2007. Disponível na internet em formato PDF. <http://www.projetofabrica.com.br/i-migrantes/noticias/imgracao_em_sao_paulo.pdf>. Acesso em setembro de 2009.

KASINITZ , P.; MOLLENKOPF, J.H.; WATERS, M.C. "Worlds of the second generation" In: KASINITZ, P.; MOLLENKOPF, J.H.; WATERS, M.C. Becoming New Yorkers: ethnographies of the new second generation. New York: Russell Sage Foundation, 2004.

MEDEIROS, Carlos A. "Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina" In: FIORI, J. L., CONCEIÇÃO, M. T. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

PAIVA, O. C. "A imigração de latino-americanos para São Paulo (Brasil): dois tempos de uma mesma história." São Paulo, Pastoral do Imigrante, 2007. Disponível na internet <www.memorialdoimigrante.org.br/arquivos/artigofranca.pdf>. Acesso em setembro de 2009.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.21, n.60, fev./2006.

_____. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005, formato PDF.

PATARRA, N. "Migrações internacionais e integração econômica no cone Sul: notas para discussão" In: SALES, T.; SALLES, M. do R. R. (orgs). Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: EdUFSCar, Editora Sumaré, 2002.

PATARRA, N. "Principais fluxos migratórios entre os países da América do Sul " In: SEMINÁRIO: Migrações na América do Sul. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Brasília, 2009. Disponível na internet: <https://sistema.planalto.gov.br/.../exec/.../ApresentacaoProfNeide.pdf>. Acesso em setembro de 2009.

PORTES, Alejandro. "Preface". In: PORTES, Alejandro. The New Second Generation. New York: Russel Sage Foundation, 1996.

_____. "Introduction: Immigration and its Aftermath". In: PORTES, Alejandro. The New Second Generation. New York: Russel Sage Foundation, 1996.

PORTES, A.; Zhou, M. "The new second generation: segmented assimilation and its variants" In: SUÁREZ-OROZCO, M; SUÁREZ-OROZCO, C; QIN, D. B. The new immigration: an interdisciplinary reader. New York: Taylor & Francis Group, 2005.

PORTES, A; HALLEY, W; FERNANDEZ-KELLY, P. "Filhos de imigrantes nos Estados Unidos". Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, v. 20, n. 1, São Paulo, 2008.

SILVA, Sidney A. Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. "Latino-americanos em São Paulo: aspectos de sua reprodução social e perspectivas" In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998. Caxambu: Anais, 1998. http://www.anpocs.org.br/encontro/1998/1998.htm Acesso em setembro de 2009.

_____. "Faces da latinidade: Hispano-americanos em São Paulo" In: Textos NEPO 55, Campinas/UNICAMP, 2008.

SALES, T. "A organização dos imigrantes brasileiros em Boston, EUA". In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.19, n.3, jul./set.2005.

_____. Brasileiros longe de casa. São Paulo: Cortez, 1999.

SALES, T; LOUREIRO, M. "Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA." In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2004. Caxambu: ABEP, 2004. Formato PDF.

CONEXÃO BRASIL – CHINA: PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE UM FLUXO MIGRATÓRIO MULTIFACETADO

Roberta Guimarães Peres
Rosana Baeninger

A história dos chineses no Brasil tem seu início no século 19, num contexto de substituição de mão de obra escrava e afirmação de uma identidade nacional (Leite, 2000). A herança deste fluxo migratório, composto principalmente por agricultores cantoneses nas plantações de chá do Sul e Sudeste brasileiros ainda se faz presente constituindo a hipótese das conexões entre os dois paísese compõem um dos eixos de análise deste trabalho. Segundo Oliveira e Masiero (2005), registra-se durante o século XIX a entrada oficial no território brasileiro de aproximadamente 3.000 chineses.

Por outro lado, as novas relações estabelecidas entre os dois países, envolvendo também outros países da América Latina, sobretudo o Paraguai, a partir dos anos 1950, revelam uma outra face deste fluxo migratório, num contexto de abertura econômica, crescimento acelerado e a nova diáspora chinesa (Pinheiro-Machado, 2009). Segundo a autora,

> No Brasil, a partir dos anos de 1980, com mais força na década seguinte, passamos a perceber a presença cada vez mais contundente de produtos made in China nos mercados populares, porém não somente neles. O boom da economia chinesa teve efeitos imediatos e vultosos sobre os antigos comércios de rua brasileiros, os quais, antes da década de 1980, vendiam mercadorias "inocentes", tais como artesanato e alimentos. A fabricação em massa do Delta e a mediação dos chineses do Paraguai fizeram com que camelôs do Brasil inteiro passassem a se caracterizar pela muamba paraguaia feita na China, especialmente após a inauguração da Ponte Amizade, que une Foz do Iguaçu a Ciudaddel Este.(Pinheiro-Machado, 2008).

Neste sentido, este trabalho busca traçar um panorama atualizado dos chineses na Região Metropolitana de São Paulo, através do censo demográfico 2010. Busca-se, desta forma, dar início a um estudo sobre este fluxo migratório, começando de dados mais recentes para posteriormente reconstruir sua história em três momentos diferentes, traçando suas trajetórias e reconstruindo as relações entre os dois países, com o objetivo de compreender de que forma

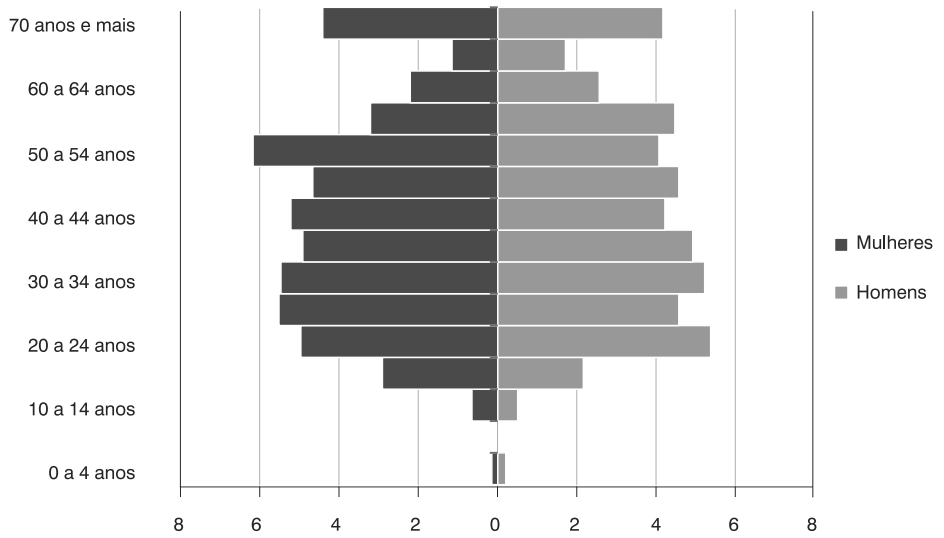
duas realidades tão distantes se fizeram tão próximas e presentes em diferentes momentos ao longo da história.

Para tanto, foram selecionadas algumas variáveis do censo demográfico 2010 que permitem que seja traçado um perfil dos componentes deste fluxo migratório, sempre com a preocupação de construir a análise a partir dos dados separados por sexo, para que se possa captar diferentes configurações dos fluxos de homens, mulheres e suas famílias.

Chineses no Brasil: um panorama recente de um fluxo migratório multifacetado

De acordo com o censo demográfico 2010, foram captados na Região Metropolitana de São Paulo 10.281 chineses, segundo que 5.281 são homens e 5.000, mulheres. O grupo dos chineses na RMSP apresenta a seguinte estrutura etária:

GRÁFICO 1. Estrutura Etária da População Chinesa na Região Metropolitana de São Paulo, 2010



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2010.

Os dados do Gráfico 1 apontam para um fluxo migratório bastante envelhecido, se comparados a outros fluxos recentes para a Região Metropolitana de São Paulo, como é o caso dos latino-americanos, especialmente bolivianos e peruanos (Peres, 2009). No entanto, é importante observar que a presença chinesa nesta região é relativamente recente, em comparação com este outro fluxo migratório, que já conta com quase um século de história (Silva, 1999). A trajetória migratória dos chineses para a Região Metropolitana de São Paulo não pode ser considerada a trajetória dominante (Brito, 1997) deste fluxo, uma vez que a maior parte dos registros de chineses no Brasil foram realizados na cidade do Rio de Janeiro, em meados do século 19 (Lima, 2009).

O contexto socioeconômico paulista, no entanto, atraiu um número maior de chineses para as plantações de café e chá e, no final do século 19, pode-se observar um aumento importante da presença chinesa no interior do Estado. No entanto, foi em meados do século 20 que a Região Metropolitana de São Paulo passou a ser considerada um pólo de atração dos chineses não somente do interior, mas também do Rio de Janeiro. É claro que este papel da metrópole é comum em diversos outros fluxos migratórios, como o de nordestinos principalmente nos

anos 1960 e 1970 e até mesmo outros migrantes internacionais como bolivianos e peruanos. No entanto, a especificidade do fluxo migratório de chineses na Região Metropolitana de São Paulo é que a maior parte já havia experimentado outra etapa migratória em diferentes lugares do Brasil.

TABELA 1. Chineses na Região Metropolitana de São Paulo, segundo ano em que fixaram residência no Brasil

Ano em que fixou residência no Brasil	Homens	Mulheres
Até 1969	585	652
De 1970 a 1989	1.223	1.240
De 1990 a 2000	1.831	1.450
De 2001 a 2010	1.648	1.659
Total	5.287	5.001

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2010.

A Tabela 1 apresenta o ano em que fixaram residência no Brasil os chineses captados pelo Censo Demográfico 2010. É claro que é preciso analisar os dados à luz dos efeitos de idade e mortalidade, não podendo ser possível afirmar que em um determinado período houve uma maior concentração da chegada desses imigrantes. No entanto, é possível fazer algumas observações acerca do grupo: não há diferenças nos volumes de registros de chegada entre homens e mulheres, o que indica que esta é uma migração familiar, não caracterizada pela vinda de um membro da família, para posterior reunificação. A exemplo de outros fluxos migratórios do final do século 19 para o Brasil, os chineses migram com suas famílias, seja por uma estratégia migratória, seja em função da grande distância percorrida. Outra variável que pode indicar a configuração familiar desses imigrantes é apresentada na Tabela 2.

TABELA 2. Chineses na Região Metropolitana de São Paulo, segundo relação com o responsável pelo domicílio, 2010

Relação com o responsável pelo domicílio	Homens	Mulheres	Total
Responsável pelo domicílio	2.920	1.335	4.255
Cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente	529	2.045	2.574
Filho(a) do responsável e do cônjuge	418	353	771
Filho(a) somente do responsável	96	161	257
Enteado(a)	23	0	23
Genro ou Nora	19	95	114
Pai, mãe, padrasto ou madrasta	351	445	796
Sogro(a)	47	10	57
Irmão ou irmã	251	136	387
Avô ou avó	0	46	46
Outro parente	288	143	431
Agregado(a)	46	33	79
Convivente	270	162	432
Individual em domicílio coletivo	24	39	63
Total	5.282	5.003	10.285

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2010.

De acordo com a Tabela 2, dos responsáveis pelo domicílio, 70% são homens, enquanto que 30% são mulheres. Em relação aos cônjuges, 80% são mulheres. Essas relações dentro dos

domicílios reforçam as hipóteses anteriormente apresentadas, de que a migração chinesa para o Brasil é familiar, e não individual. Tomando como referência a Região Metropolitana de São Paulo, pode-se afirmar que esse padrão se mantem ao longo das etapas migratórias, tendo em vista as relações no domicílio e também que a maioria desses migrantes não teve como primeiro destino um município da RMSP.

TABELA 3. Chineses na Região Metropolitana de São Paulo, segundo estado civil, 2010

Estado Civil	Homens	Mulheres	Total
Casado(a)	3.226	2.719	5.945
Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	24	100	124
Divorciado(a)	47	48	95
Viúvo(a)	93	395	488
Solteiro(a)	1.876	1.718	3.594
Total	5.282	5.003	10.285

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2010.

A Tabela 3, acima, indica o estado civil dos chineses residentes na Região Metropolitana de São Paulo em 2010. De acordo com os dados, reforça-se a hipótese de uma migração familiar, dado que 61% dos homens e 54% das mulheres são casados. Ainda que o censo demográfico 2010 não indique a responsabilidade pela família, é importante afirmar que o fluxo de chineses para o Brasil é carregado de significados culturais e estruturas socialmente construídas nas relações de gênero, em que homens e mulheres assumem papéis determinados nos domicílios e na família. Neste sentido, uniões exogâmicas ou divórcios são considerados tabus nas famílias chinesas. Essa parece ser uma tendência que se confirma através dos dados da Tabela 3 acima.

Entre os chineses captados pelo censo demográfico 2010 residentes na Região Metropolitana de São Paulo, 23% declararam ter o curso superior de graduação como o curso mais elevado concluído. Mestres e Doutores representam 1,7% do total. Frente aos dados de outros fluxos migratórios para a Região Metropolitana de São Paulo, estão entre os que apresentam maior escolaridade, junto com japoneses e franceses.

No que se refere ao status ocupacional, a maioria dos chineses na Região Metropolitana de São Paulo se dedica ao comércio, especialmente de tecidos, artigos de vestuário (sapatos, roupas e outros produtos) e eletrodomésticos. Outro destaque entre as atividades exercidas por esses migrantes é o comércio de alimentos e bebidas, atividade bastante tradicional entre os chineses desde meados do século 20.

É preciso salientar que o censo demográfico, embora seja a principal fonte sobre migração internacional no Brasil, oferecendo um panorama de todo o país, não capta migrantes indocumentados ou em situação irregular, o que pode ser motivo de subenumeração entre os chineses.

O objetivo deste trabalho foi traçar um panorama geral dos chineses na Região Metropolitana de São Paulo, a partir dos dados censitários de 2010. Trata-se de um estudo exploratório, que dá início a uma linha de pesquisa mais ampla, que visa estudar novos migrantes brasileiros para o Estado de São Paulo.

Neste sentido, foram selecionadas algumas variáveis coletadas pelo censo demográfico 2010, que possam dar início a uma reflexão mais aprofundada acerca deste fluxo migratório tão complexo e cheio de especificidades como o dos chineses.

Referências

LEITE, José Roberto Teixeira. Chineses entrados no Brasil 1814-1842. In: _____. A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1999. p. 269-275.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; MASIERO, Gilmar. Estudos Asiáticos no Brasil:contexto e desafios. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 48, n. 2, Dec. 2005.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China – Paraguai – Brasil: uma rota para pensar a economia informal. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 67, Junho de 2008.

REFUGIADOS NO BRASIL: VISÕES SOBRE O APOIO PRESTADO POR INSTITUIÇÕES NO PAÍS

Julia Bertino Moreira
Rosana Baeninger

Os refugiados são considerados migrantes internacionais forçados a cruzar as fronteiras nacionais de seus países de origem, em busca de proteção. Eles fogem de situações de violência, como conflitos internos, internacionais ou regionais, perseguições em decorrência de regimes políticos repressivos, entre outras violações de direitos humanos. Questões étnicas, culturais e religiosas, desigualdade socioeconômica, altos níveis de pobreza e miséria e, sobretudo, instabilidade política estão no centro dos fatores que levam às migrações de refugiados.

Os movimentos de refugiados e suas repercussões revelam como crises humanitárias demandam ações políticas no âmbito internacional. As organizações internacionais e não governamentais buscam a cooperação estatal, mas, para obterem êxito, precisam negociar com as autoridades governamentais a partir de condições colocadas por elas. Nesse ponto, destaca-se a atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), uma agência especializada da ONU. A agência internacional se vale de parcerias com ONGs para viabilizar operações e programas de assistência a refugiados. E busca ainda o compromisso dos Estados envolvidos nos fluxos para implementar soluções em prol do grupo. Porém, como coloca Agier (2006), a "gestão de populações indesejáveis" ganha contornos de "ação humanitária" com rígido controle oficial dos refugiados realizado pelo ACNUR e pelas instituições provedoras de assistência no âmbito local.

É interessante notar a forma como determinadas agências humanitárias compreendem os refugiados. A imagem deles como pessoas sem ajuda, que precisam de ajuda, reforça a necessidade dos outros em assisti-los, assim como a ideia de incapacidade. São percebidos numa condição que requer ação e intervenção direta e imediata, independentemente de sua participação ou consulta. São tratados de forma passiva, como dados estatísticos ou números, e de forma homogênea, como recipientes de objetos ou itens de assistência humanitária. Salta aos olhos a noção de que os refugiados são uma categoria de pessoas que constituem um encargo,

à medida que dependem da assistência fornecida pelos Estados, pela organização internacional e por ONGs (ZETTER, 1999; NEEDHAM, 1994; HARELL-BOND, 1999; ALEINIKOFF, 1995).

A estigmatização em torno dos refugiados é utilizada pelos atores que lidam com eles, já que, de modo geral, parece não pretenderem que os refugiados interfiram de forma assertiva na prestação da ajuda humanitária. É apenas esperado que os refugiados apreciem, portanto, o que lhes é oferecido pelos que fornecem a assistência (ZETTER, 1999; NEEDHAM, 1994).

As expectativas dos atores que trabalham com os refugiados também condicionam a adaptação deles à nova realidade em que passam a ser inseridos. Se um refugiado é percebido por outros como o dependente de ajuda, ele pode incorporar essa ideia e assumir esse papel (NEEDHAM, 1994). Os estereótipos ajudam a informar as concepções dos próprios refugiados sobre o papel que se espera deles para ter a aprovação dos que ajudam e serem bem sucedidos em conseguir a assistência. Os refugiados podem se colocar, portanto, nesse lugar de totalmente dependentes das agências que assumiram responsabilidade sobre eles (HARRELL-BOND, 1999). Logo, os refugiados são atores que não apenas entendem o significado do termo 'refugiado', mas também usam estrategicamente esse rótulo para obter benefícios. Nesse sentido, podem se valer das ideias de fraqueza e vulnerabilidade para obter mais recursos de agências humánitarias. Ser rotulado como vítima também tem, segundo Barnett (2010), suas vantagens.

A falta de participação dos refugiados nas decisões que os afetam os priva do uso de seus próprios mecanismos, tão importantes para ajudá-los a restabelecer sua dignidade, autoestima e identidade pessoal. Esse tipo de privação acarreta uma série de síndromes, como ansiedade, depressão, apatia, e pode se manifestar em atitudes antissociais. O refugiado é, acima de tudo, um sobrevivente. Dificuldades, resistência à adaptação e desorientação são frequentes manifestações do que é ser um refugiado. Os refugiados também sofrem em função de alterações em sua identidade. Pessoas que antes eram autossuficientes passam a não ter mais recursos, poder e controle sobre suas vidas, tornando-se dependentes de outros. O fracasso em manter o status social pode ser assimilado como humilhação (HARRELL-BOND, 1999; NEEDHAM, 1994).

Contudo, muitas organizações humanitárias, historicamente, não estão acostumadas a adotar uma abordagem participativa que possa ser programada e planejada. Assim, apresentam dificuldade em partilhar o poder e a participação com outras pessoas fora da agência, como os beneficiários. Nesse sentido, é importante desenvolver mecanismos para que os refugiados sejam inseridos como o quarto ator, em plena parceria com os demais (país receptor, ACNUR e ONGs), o que implicaria, em alguma medida, compartilhamento do poder que os outros três já possuem. É necessário incluir os refugiados no desenho dos projetos de assistência, a partir da avaliação das necessidades, identificação de problemas, assim como no processo de implementação, monitoramento e avaliação dos programas (CLARK, 1987; CUNY, 1986; GREENHAM, MORAN, 2006; NELSON, WRIGHT, 1995; TAIT, 2006).

O ACNUR vem reconhecendo, ao menos discursivamente, a importância da participação dos refugiados no desenvolvimento, implementação e avaliação dos programas de integração local e reassentamento para que tenham êxito. O envolvimento das lideranças e comunidades refugiadas nesse processo e nas decisões tem sido apontado como fundamental para colocar as necessidades materiais imediatas e responder a essas demandas. Os refugiados que tiveram suas necessidades atendidas passam a se sentir mais apoiados e com maior motivação para retribuir e, assim, contribuir em meio à sociedade local (ACNUR, 2004).

Os empecilhos à participação dos refugiados fizeram com que muitos programas de assistência a refugiados fossem percebidos como ultrapaternalistas. Barnett (2010) explora a dualidade marcante que se faz presente no paternalismo, entendendo que há um divisor de águas entre controle e cuidado, entre prover bens e serviços que os refugiados querem e decidir que tipo de bens e serviços eles devem querer e quais intervenções efetivam seu melhor interesse. Como bem sugere Harrell-Bond (1999), a questão não é que os refugiados não precisem de ajuda, eles realmente precisam, mas o problema é o tipo de ajuda que eles recebem, a forma como é fornecida e o papel que eles assumem nesse processo. Dessa maneira merecem ser pensadas as relações entre refugiados, Estados, ONGs locais e organizações internacionais.

Refugiados no Brasil

No Brasil, a parceria entre o ACNUR e as instituições religiosas (sobretudo, as Cáritas, organismos da Igreja Católica) com o intuito de prover assistência a refugiados remota à época da ditadura militar, no final dos anos 1970.

No contexto de regimes ditatoriais na América Latina, muitos latinos chegaram ao Brasil em busca de refúgio. Diante disso, em 1977, o ACNUR passou a atuar via Escritório do PNUD, com o escopo de reassentar essas pessoas (que não eram reconhecidas como refugiados pelo governo brasileiro) em países desenvolvidos. Nesse momento, a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro iniciou o atendimento a refugiados, assistindo-os até que o ACNUR conseguisse um país de reassentamento. Já o trabalho da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo começou no final dos anos 1980, quando assumiu o trabalho realizado com refugiados pela Comissão Justiça e Paz (MOREIRA, 2012).

No final dos anos 1990, iniciou-se o processo de institucionalização do tema dos refugiados no Brasil, com um marco legal e institucional dado pela aprovação da legislação nacional específica sobre refugiados (Lei n. 9.474/97), em que se definiu o conceito e a extensão do termo 'refugiado'. De acordo com o texto legal:

> Será reconhecido como refugiado todo individuo que:
> I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;
> (...)
> III – devido à grave e generalizada violação de direito humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refugio em outro país (BRASIL, 1997).

A lei brasileira também criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), composto por representantes dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, do Trabalho, da Saúde, da Educação e do Desporto, do Departamento da Polícia Federal (DPF) e da sociedade civil, todos com direito a voto. O representante do ACNUR também participa, porém só com direito a voz.

O arranjo institucional do CONARE consolidou a estrutura (chamada de tripartite) no Brasil, reunindo os principais atores em relação aos refugiados: instituições religiosas, organização internacional (ACNUR) e governo brasileiro (representado por seus órgãos e presidindo o CONARE). Todavia, há pesos diferenciados entre os atores, considerando que a sociedade civil possui apenas um voto, enquanto os órgãos governamentais totalizam 6 votos. Está representada pelas instituições religiosas, por uma questão histórica, já que

atuam em prol dos refugiados no país desde a ditadura militar. O ACNUR não participa com direito a voto, apenas com voz, visto que seu papel, segundo seu representante, é orientar e fiscalizar a atuação do governo e da sociedade civil em relação aos refugiados no país. O objetivo da organização internacional é que atores estatais e não estatais dentro do próprio país assumam a gestão dos refugiados que nele se encontram. Embora afirme exercer funções de assessoramento, colaboração técnica, fiscalização sobre o trabalho das demais instituições em prol dos refugiados, há que se reconhecer seu papel ativo e sua capacidade de influencia em questões relativas a refugiados.

O comitê tem como atribuições: julgar em primeira instância os pedidos de refúgio, ou seja, realizar o processo de elegibilidade pelo qual se reconhece o estatuto de refugiado; além de "'orientar e coordenar ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados" (BRASIL, 1997). Essa segunda atribuição relacionada às condições de vida propiciadas ao grupo internamente, todavia, tem sido relegada a segundo plano (MOREIRA, 2012).

Na estrutura do CONARE, percebe-se a exclusão de mecanismos que viabilizem a participação dos refugiados, que não foram constituídos como atores, mas representados pelas instituições religiosas. Em função disso, o grupo não consegue influenciar o rumo da elaboração e condução das medidas políticas que lhes são destinadas. Coloca-se, assim, uma questão importante a ser investigada: como os refugiados avaliam suas condições de vida e o apoio prestado por instituições estatais e não estatais que atuam em prol deles no país?

Condições de vida da população refugiada no Brasil

A pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil foi realizada em 2007 (Núcleo de Estudos de População (NEPO) da UNICAMP, em parceria com as Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e Rio de Janeiro, ACNUR e Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República), avançando em suas análises no Observatório das Migrações em São Paulo.

A pesquisa inédita se baseou em *survey* e teve como objetivo principal conhecer as condições de vida desse contingente populacional, a partir de suas características socioeconômicas e demográficas, bem como o acesso às políticas sociais no país. Adotou a família como categoria de análise, considerando membros refugiados e não refugiados, residentes habituais, não habituais e ausentes. O foco incidiu sobre os refugiados reconhecidos pelo processo de elegibilidade (BAENINGER, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007; BAENINGER, 2008).

As entrevistas com 280[1] refugiados residentes em São Paulo e Rio de Janeiro, de diversas origens, foram realizadas nas Cáritas sediadas nas duas capitais, que auxiliaram os pesquisadores a entrarem em contato com os entrevistados. A opção por realizar as entrevistas nas sedes dessas instituições se deveu ao fato de os refugiados constituírem uma população protegida, não sendo possível ter acesso a seus endereços residenciais. A fim de obter respostas não enviesadas, a pesquisa contou com uma equipe de entrevistadores[2] para aplicar o questionário aos refugiados (BAENINGER, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007; BAENINGER, 2008).

[1] Do universo de 280 questionários, 79 foram aplicados em São Paulo e 201 no Rio de Janeiro (BAENINGER, 2008)
[2] Participaram como entrevistadores: Julia Bertino Moreira, Juliana Arantes Dominguez, Mariana Recena Aydos, Ricardo Dantas, Miriam Lutz, Cristiani Souza e Sylvain Souchaud.

O questionário[3] de 14 páginas contemplava perguntas fechadas sobre composição da família, discriminação, proteção legal, participação em programas governamentais, moradia, emprego, nível salarial, condições de trabalho e rendimentos, acesso à saúde, educação, transporte e trajetória migratória. As perguntas abertas indagavam sobre: (1) a permanência do entrevistado e de sua família no Brasil, (2) os motivos que os levaram a 'escolher' este país de refúgio, (3) se pretendiam mudar de cidade e como avaliavam o apoio do (4) ACNUR, (5) do CONARE e (6) da CÁRITAS.

Um dos fatores de dificuldade para aplicação do questionário foi a barreira linguística (BAENINGER, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007). Em muitos casos, o Português não era a língua materna dos entrevistados, o que gerou problemas de comunicação. Algumas entrevistas foram realizadas em outros idiomas: Inglês, Espanhol e Francês.

As respostas às perguntas abertas sobre a avaliação do trabalho das instituições pelos refugiados foram interpretadas a partir das verbalizações dos entrevistados, depois categorizadas em: suficiente, insuficiente e não respondeu/não sabe/não conhece. Os dados foram analisados de forma quantitativa, a partir da construção de bancos com uso do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Optamos por separar, num primeiro momento, os dados obtidos mediante as entrevistas aplicadas aos refugiados em São Paulo e Rio de Janeiro (e, com isso, foi possível captar a avaliação dos refugiados sobre o apoio da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro). Depois, agrupamos os dois bancos para trabalhar as respostas sobre o ACNUR e o CONARE de forma unificada. Ainda empregamos análise qualitativa a partir de verbalizações selecionadas para ilustrar as visões dos refugiados sobre as instituições apreciadas, apontando tanto aspectos negativos quanto positivos citados por eles.

O banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil nos possibilitou conhecer não apenas as características socioeconômicas, demográficas e o acesso às políticas sociais dessa população estrangeira, mas também como o grupo avalia o apoio prestado por instituições do Estado, da sociedade civil e da organização internacional atuantes no país.

De acordo com estatísticas do CONARE, do ACNUR e das Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e Rio de Janeiro, em 2007 havia 2.409 famílias de refugiados no Brasil, das quais 1.015 residiam em São Paulo e 1.394, no Rio de Janeiro (BAENINGER, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007). A maioria dos refugiados na capital carioca provinha de Angola, em função do fluxo iniciado na década anterior. Já as origens dos refugiados situados na capital paulista eram mais diversificadas[4] (AYDOS, BAENINGER, DOMINGUEZ, 2008).

Com base nos dados obtidos pela pesquisa sobre Condições de Vida da População Refugiada no Brasil[5], a maioria dos refugiados entrevistados chegou ao país pelo Rio de Janeiro

[3] O questionário tinha 184 quesitos, com a seguinte estrutura: Módulo de identificação: 11 quesitos
Módulo 1 – Características do domicílio: 54 quesitos
Módulo 2 – Características dos residentes (habituais e não habituais): 14 quesitos para cada membro da família
Módulo 3 – Constituição da família: 11 quesitos para cada membro da família
Módulo 4 – Educação, documentação e status de refúgio: 18 quesitos para cada membro da família
Módulo 5 – Saúde: 14 quesitos para cada membro da família
Módulo 6 – Trabalho e rendimentos: 22 quesitos para os membros da família com mais de 14 anos de idade
Módulo 7 – Deslocamentos, refúgio e trajetórias migratórias: 34 para cada membro da família
Perguntas abertas: 6 questões para o entrevistado

[4] Do total em São Paulo, 737 famílias eram provenientes da África (72,6%), 143, da América Latina (14,1%), 83 do Oriente Médio (8,2%), 40 da Europa (3,9%) e 12, da Ásia (1,18%). Do total no Rio de Janeiro, 1.256 famílias eram provenientes da África (90,1%), 89, da América Latina (6,4%), 23, do Oriente Médio (1,6%), 18, da Europa (1,3%) e 8, da Ásia (0,6%) (BAENINGER, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007).

[5] Para maiores informações sobre a pesquisa, consultar os seguintes textos: BAENINGER, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007; BAENINGER, 2008; AYDOS, BAENINGER, DOMINGUEZ, 2008

(69,8%) e São Paulo-Guarulhos (14,2%). A grande maioria (87,9%) dos refugiados no Rio de Janeiro não passou por nenhum país antes de entrar no território brasileiro, enquanto mais da metade dos refugiados em São Paulo esteve em outro país (AYDOS, BAENINGER, DOMINGUEZ, 2008).

A maioria dos entrevistados ingressou no país legalmente (80,6%). Os recursos para a viagem foram disponibilizados, em metade dos casos, pelos próprios refugiados e, na outra metade, por empréstimos de parentes e amigos. Ao chegar, 37% foi morar na rua, 29,7% em hotel ou pensão, 28,8% em casa de amigos e 15,5% em casa de parentes. Quanto ao contato com pessoas que se encontravam no país, 49,2% não conheciam ninguém antes de chegar, enquanto 25,1% tinham algum familiar e 23,3% algum amigo[6] - o que indica a constituição de redes entre os refugiados (AYDOS, BAENINGER, DOMINGUEZ, 2008).

A maioria dos refugiados residentes nas duas capitais era do sexo masculino, solteiro, jovem e fazia parte da classe C. Apenas 2,8% dos entrevistados participavam de programa governamental (em específico, o Bolsa Família), enquanto 11% recebiam auxílio financeiro subsidiado pelo ACNUR. Em relação à moradia, a maioria dos entrevistados residia em habitação particular, permanente e alugada (BAENINGER, 2008). Quanto à documentação, 60,6% dos entrevistados afirmaram não ter problemas nesse quesito, ao passo que 28,1% responderam que havia demora na confecção do RNE (BAENINGER, 2008).

No que diz respeito ao grau de instrução, a maioria dos entrevistados possuía entre 9 e 12 anos de estudos. Ainda em termos de educação, 37,6% frequentava escola ou creche. De 61,9% que não frequentava, 29,6% não o fazia por não ter tempo ou trabalhar no horário, enquanto 19,1% já havia concluído os estudos ou não pretendia mais estudar, 3,7% afirmou que não tinha vaga e 5,2% não possuía a documentação necessária (BAENINGER, 2008).

No quesito saúde, 51,3% dos refugiados procuravam o hospital mais próximo de sua casa para serem atendidos e 84,2% não possuía plano de saúde. Em termos de assistência médica, 23,2% dos entrevistados passavam por acompanhamento e 22,7% faziam uso contínuo de medicamento (BAENINGER, 2008).

Com relação a trabalho, quando as entrevistas foram realizadas, 56,4% dos refugiados estavam trabalhando, sendo que apenas 32,8% tinham carteira de trabalho assinada pelo empregador (AYDOS, BAENINGER, DOMINGUEZ, 2008; BAENINGER, 2008).

O banco de dados da pesquisa revelou que as condições de trabalho e os níveis salariais foram avaliados pelos entrevistados, de modo geral, como insatisfatórios. O acesso aos serviços públicos também foi considerado precário, principalmente em termos de saúde e moradia. Ainda foi apontada a dificuldade no reconhecimento de certificados e diplomas universitários. Outro ponto relevante foi que 53,4% da população residente em São Paulo se declarou insatisfeita ou muito insatisfeita a respeito de discriminação (BAENINGER, 2008; Idem, DOMINGUEZ, AYDOS, 2007). Frequentemente associados a "fugitivos", grande parte da população brasileira desconhece quem sejam os refugiados, o que acarreta maiores obstáculos para sua integração na sociedade local e inserção no mercado de trabalho (MOREIRA, BAENINGER, 2010).

Alguns problemas colocados pelos refugiados são enfrentados também pela população local, uma vez que se relacionam a questões estruturais referentes à realidade socioeconômica do país. Porém, as dificuldades com que os refugiados se deparam são agravadas, por se tratar

[6] Para maiores dados, incluindo as trajetórias migratórias dos refugiados entrevistados pela pesquisa, ver: AYDOS, BAENINGER, DOMINGUEZ, 2008.

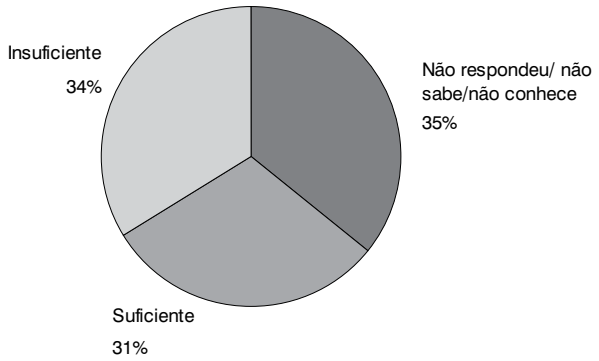
de uma população estrangeira, o que gera maiores empecilhos para garantir o acesso e a concretização de direitos.

Além das questões socioeconômicas avaliadas pelos refugiados sobre suas condições de vida no país, é importante conhecer a opinião sobre o trabalho realizado pelas instituições que atuam em prol deles: CONARE, ACNUR e Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Avaliação sobre o apoio prestado pelo CONARE

Parcela significativa (35,7%) dos refugiados entrevistados em São Paulo e Rio de Janeiro não responderam, não souberam dizer ou afirmaram não conhecer o CONARE, como mostra o Gráfico 1. Um dos fatores que contribuem para o desconhecimento da instituição é a sua localização geográfica, já que o Comitê está sediado em Brasília, enquanto a maior parte dos refugiados reside nas capitais mencionadas (Gráfico 1).

GRÁFICO 1. Como avalia o apoio do CONARE?



Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/ UNICAMP/, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 5 do questionário.

É interessante observar também as falas dos refugiados entrevistados pela pesquisa. Algumas verbalizações denotam a falta de conhecimento e de contato com o CONARE, como se observa no Quadro 1.

QUADRO 1. Respostas apontadas pelos refugiados relacionadas à falta de contato com o CONARE

"Não vê diretamente o papel, a ação do CONARE".
"Não tem contato direto com o CONARE (começando porque fica em Brasília), nem sabe diferenciar muito dos outros órgãos".
"Não consegue falar com eles".
"Quer acesso direto ao CONARE, sem passar pela Cáritas".
"Não conhecem muito bem a situação dos refugiados, não entram em contato com eles".
"Acha que poderiam fazer um pouco mais, acompanhar mais de perto, ver como está, se está dando certo ou não".
"Veio só uma vez, é muito pouco. Não conseguia falar com eles".
"Não se faz sentir. Tem atuação pouco significativa".
"Ruim, não se fazem presentes".
"Conhece só pelo nome, mas não tem contato. Pensa que o apoio é inexistente, porque só conhece a instituição pela sigla".
"Só ouviu falar, mas não sabe o que faz. O CONARE deveria fazer uma reunião com os refugiados para ouvir suas demandas. Deveria ter mais contato com a realidade dos refugiados".

Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/ UNICAMP/, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 5 do questionário.

De acordo com as colocações transcritas, nota-se o interesse por parte de refugiados em ter maior contato e acesso direto com o Comitê Nacional e a sugestão da realização de reuniões. Importa-lhes ter espaço para expor sua situação e fazer demandas, ou seja, serem ouvidos pelos membros da instituição.

O apoio do CONARE foi avaliado como insuficiente por 33,6% dos entrevistados nas duas capitais. O órgão é reconhecido como encarregado pela concessão do estatuto de refugiado e pela documentação no país, mas, segundo os entrevistados, falta apoio principalmente para aprimorar as suas condições de vida, como se nota no Quadro 2.

QUADRO 2. Aspectos negativos apontados pelos refugiados sobre o apoio do CONARE

"Ruim demais, não ajuda nada".
"Ruim, pois discrimina os refugiados africanos, tratando-os de forma diferenciada com relação aos refugiados de outras origens. O Brasil deveria parar de receber refugiados africanos, já que não conseguiu absorver seus próprios problemas com a população negra brasileira".
"Apoio pouco significativo. Fez o papel dele, aceitando o refúgio".
"Apoio ruim, não tem real noção da situação e das condições de vida da população refugiada".
"Apoio apenas para documentação, tem que apoiar para melhoria das condições de vida".
"Gostaria de enaltecer o que falha: mais organização e procura de apoio ao refugiado".
"Péssimo. É uma assistência praticamente nula – quase inexistente".

Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP/, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 5 do questionário.

Quando o trabalho do Comitê foi tido como suficiente (em 30,7% dos casos), a principal razão mencionada foi o reconhecimento do estatuto de refugiado e a concessão de documentos, como se apreende das falas transcritas no Quadro 3.

QUADRO 3. Aspectos positivos apontados pelos refugiados sobre o apoio do CONARE

"Apoio muito bom, por ter concedido refúgio".
"Bom, porque através deles obtiveram a legalização".
"Muito importante, por dar reconhecimento do status de refugiado. Representa o apoio do governo".
"Acha que o CONARE cumpre minimamente seu papel em termos da documentação dos refugiados".

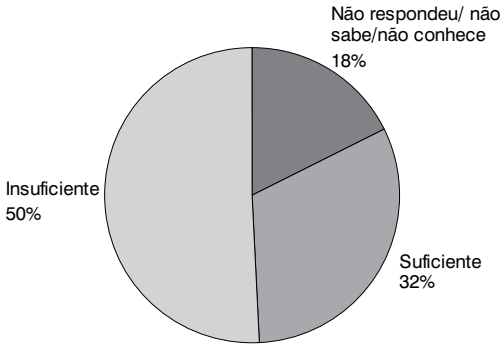
Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP/, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 5 do questionário.

Avaliação sobre o apoio prestado pelo ACNUR

Quanto ao ACNUR, uma proporção menor, de 17, 5% dos entrevistados, não respondeu, não soube dizer ou afirmou não conhecer a agência internacional, como aponta o próximo gráfico. Vale lembrar que, tal qual a sede do CONARE, o Escritório do ACNUR se localiza em Brasília. Mas o maior conhecimento da instituição pode ser atribuído ao fato de se tratar de uma agência da ONU, da qual ouviram falar ou com a qual tiveram contato durante a trajetória migratória até chegar ao Brasil.

Embora o organismo da ONU seja responsável pelo financiamento do auxílio financeiro concedido inicialmente aos refugiados, o apoio prestado foi avaliado pela maioria dos refugiados (50,7%) como insuficiente, como se apreende do Gráfico 2:

GRÁFICO 2. Questionários aplicados aos refugiados no Rio de Janeiro e São Paulo: como avalia o apoio do acnur?



Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/ UNICAMP/, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 4 do questionário.

Entre os pontos negativos apresentados pelos refugiados em relação ao ACNUR, sobressaem: o valor e corte do auxílio financeiro e o problema com moradia, como se observa a partir das transcrições no Quadro 4.

QUADRO 4. Aspectos negativos apontados pelos refugiados sobre o apoio do ACNUR

"O ACNUR é como mãe, deveria ser, para os refugiados, deveriam planejar a vida dele. Casa, comida e roupa não são suficientes (...). Precisam de mais oportunidades, precisam se realizar".
"Péssimo. Muito ruim. Não atendeu bem (...). A pessoa não recebe apoio suficiente, começando pela moradia. É muito ruim, os albergues, não são boas condições".
"Não fazem nada, porque não sabem nada sobre a vida dos refugiados no Brasil, suas dificuldades. Não fazem nada para ajudar os refugiados".
"Não fazem as coisas como as pessoas pedem. Pediram-se muitas coisas para eles, mas eles não fazem. As coisas não mudam, mesmo com os pedidos".
"Apoio não tão eficaz. Não cuidam bem das pessoas, cortaram todos os benefícios".
"Falta maior preocupação do ACNUR com os refugiados, especialmente com relação a questões econômicas. Tem que ter maior atenção com os refugiados".
"Apoio muito fraco, pois os refugiados têm vida difícil, já que têm de se 'virar' pouco tempo depois que chegam".
"Péssimo, porque é muito limitado, desumano. Especialmente comparando com a sua atuação em outros países onde há realmente um amparo deste órgão. Aqui, é entregue às moscas, não tem liderança. Acha que é só fachada, muito inconsistente. Falta interesse real em ajudar os refugiados. Não tem força, não tem capacidade para cuidar dos refugiados".
"Faltam algumas coisas. Mais auxílio, estar mais presente, mais atenção".

Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/ UNICAMP/, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 4 do questionário.

Da mesma forma como ocorre com o CONARE, nota-se o interesse dos refugiados em ter maior contato com a organização internacional, que deveria conhecer melhor a situação vivenciada por eles no país. Além disso, alguns entrevistados pontuaram que a atuação da agência da ONU é diferenciada, de acordo com os países em que trabalha.

É relevante observar, nesse ponto, a percepção acerca da diferença de tratamento conferido aos refugiados em países desenvolvidos, quando comparado ao Brasil: "Depende de cada país – eles dão um suporte diferente para cada país"; "Comparando com outros refugiados de outros países, a assistência que recebem aqui é insuficiente, não dá para levar uma vida digna"; "O apoio do ACNUR é diferente entre o Brasil e a Europa (lá só cortam o apoio se o refugiado arrumar emprego, se perder, dão o apoio de novo) (Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 4 do questionário).

E também quanto à origem dos refugiados: "Necessidade de maior apoio dos refugiados sem haver discriminação entre as diferentes origens"; "Precisa dar mais atenção para os africanos, que precisam mais de assistência e proteção (muitos morrem de fome). Acha que o ACNUR privilegia outros refugiados, do Oriente Médio, da Europa"; "Acha que eles estão priorizando países em guerra e os angolanos estão ficando em segundo plano" (Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007. Respostas à pergunta aberta n. 4 do questionário).

Em contrapartida, os pontos positivos elencados por eles em relação ao ACNUR estavam ligados, sobretudo, ao oferecimento do auxílio financeiro, à documentação, educação e saúde, como se verifica no Quadro 5.

QUADRO 5. Aspectos positivos apontados pelos refugiados sobre o apoio do ACNUR

"ACNUR dá oportunidades para todos. Cabe a você desenvolver a sua intelectualidade".
"Acha que ajudaram com relação à documentação. Achou o apoio bom".
"Bom. Atendem bem as necessidades".
"Muito bom o apoio, ajudaram em tudo que ele precisou".
"Se não fosse por eles, não sabe como seria a situação deles".
"Por enquanto é mais que bom. É uma mão amiga, recurso de R$ 300,00 é muita ajuda, e ficar legal no país, curso de português que ajuda muito".
"Bom, porque possibilita a documentação, o que é uma garantia. Por possibilitar os estudos".
"Teve apoio do ACNUR no início. Não tem do que se queixar, teve apoio para estudar, apoio financeiro, de remédio. Ajudaram-no quando preciso".

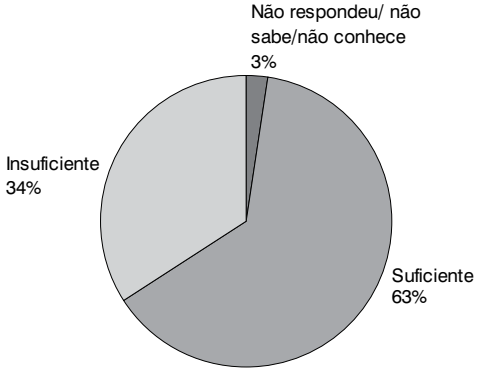
Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP/, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 4 do questionário.

Avaliação sobre o apoio prestado pelas Cáritas

Os refugiados possuem maior contato com as Cáritas, que prestam assistência, auxiliam na integração, proveem cursos e facilitam o acesso a serviços, bem como fornecem o auxílio financeiro subsidiado pelo ACNUR. Como explicitou um entrevistado: "O contato sempre foi com a Cáritas". As instituições religiosas estão situadas em São Paulo e Rio de Janeiro, onde reside a maioria dos refugiados que vivem no país.

Com relação à Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, a maioria (63,3%) dos entrevistados residentes na capital paulista avaliou como suficiente o apoio prestado pela instituição religiosa, como se constata pelo Gráfico 3:

GRÁFICO 3. Questionários aplicados aos refugiados em São Paulo: como avalia o apoio da cáritas?



Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP/, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 6 do questionário.

Os fatores positivos estavam ligados principalmente ao atendimento dado pela instituição aos refugiados, além do apoio em termos de documentação, educação, saúde, como se verifica no Quadro 6.:

QUADRO 6. Aspectos positivos apontados pelos refugiados sobre o apoio da Cáritas SP

"Muito bom, mais próximo dos refugiados, tem real noção da situação destas pessoas e realmente se mostra preocupado e interessado".
"Muito importante. Dá uma forma mais humana, mais pessoal às diversas situações, condições e necessidades dos refugiados".
"Acha ótimo o apoio da Cáritas, maravilhoso. Acha que são pessoas ótimas, que sabem o que estão fazendo".
"Um pessoal muito bom, carinhoso, a gente é bem recebido, de braços abertos. Excelente".
"Muito bom, por conta da relação de proximidade e apoio que eles têm. Apoiam os refugiados da melhor maneira possível".
"Bom, pois encaminhou a cursos profissionalizantes. Acredita que podem ajudar com a validação de seus estudos universitários".
"Bom apoio, pois lhe possibilitou sua legalização e a condição de continuar estudando no Brasil".
"Bom, porque auxiliam nas questões mais diretas, fornecendo cursos e auxílio médico e psicológico".

Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/ UNICAMP/, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 6 do questionário.

De outro lado, pontos negativos sobre a instituição religiosa paulista também foram mencionados pelos entrevistados, especialmente atrelados ao atendimento e auxílio em questões voltadas para trabalho e moradia, conforme se depreende do Quadro 7.

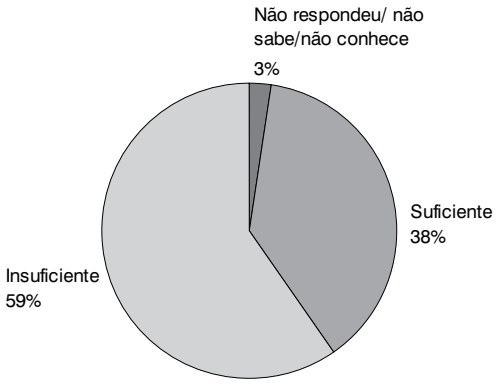
QUADRO 7. Aspectos negativos apontados pelos refugiados sobre o apoio da Cáritas SP

"Um pouco duros, só depois começaram a perceber que eles eram seres humanos".
"Não distribuem tudo o que dizem que distribuem. Quando tem um problema, eles nem escutam ou se preocupam com o problema".
"Não tem nenhuma pessoa que o trate bem. Não tem nenhum apoio bom (...), já foi bom, não é mais".
"É feia, muito ruim. Ficam esperando. As pessoas ficam conversando e não atendem".
"Acha ruim, porque não atende os refugiados devidamente. Privilegia os brancos em detrimento dos africanos (e angolanos, principalmente). Poderiam tratar melhor".
"Apoio não muito bom, pois muitas vezes não satisfaz a muitas necessidades dos refugiados. Atendimento, em geral, demora demais".
"Podiam fazer mais (como anunciar emprego, auxiliar a alugar uma casa a um custo menor)".
"Deveria dar mais auxílio com relação a trabalho e moradia".

Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/ UNICAMP/, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 6 do questionário.

Ao contrário da avaliação sobre o trabalho da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, o apoio prestado pela Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro foi julgado como insuficiente pela maioria (59,7%) dos refugiados entrevistados na capital carioca (Gráfico 4).

GRÁFICO 4. Questionários aplicados aos refugiados no Rio de Janeiro: como avalia o apoio da Cáritas?



Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/ UNICAMP/, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 6 do questionário.

Surgiram alguns pontos interessantes referentes a aspectos negativos atribuídos à instituição, como a questão financeira e a vinculação à Igreja, além de questões relacionadas com atendimento, moradia, trabalho, saúde, educação, transporte, como se nota no Quadro 8

QUADRO 8. Aspectos negativos apontados pelos refugiados sobre o apoio da Cáritas RJ

"Dependente demais da Igreja".
"Péssimo, não dão apoio suficiente e o que dão é precário. A Cáritas tem fundo para ajudar a todos mesmo que simbolicamente".
"Acredita que haja diferenças na forma de atendimento, de acordo com a origem, a cor, a língua dos refugiados. Tem que melhorar a forma de tratamento das pessoas. Às vezes, tem que esperar por muito tempo. Em muitos casos, é melhor não procurar a Cáritas, pois sabe que não terá ajuda. Muitas pessoas recebem ajuda, outras não".
"Não dá o apoio devido. Não explica o que se passa aos refugiados, em termos do que está sendo feito".
"Medíocre. O apoio é cortado antes de o refugiado conseguir trabalho e não tem como se manter".
"Horrível. Porque não dão apoio nenhum, não fazem nada. Há muitos refugiados em péssimas condições e eles não fazem nada".
"Às vezes, precisa de algo, mas não é assistido, não é orientado, informado. Poderia ser melhor, com mais ajuda (principalmente financeira) e com medicamentos (que nem sempre dão).
"Deveria ter psicólogo mais acessível, uma reunião com os refugiados para avaliar. Eles sempre só falam que não têm verba, que não podem fazer nada. Amigos ficam em situações ruins, com traficantes de drogas na favela, pois não têm oportunidade".
"O problema maior é de moradia (acha que o ACNUR/ Cáritas poderiam ajudar a arrumar casas para refugiados)".
"Acha que a assistência (remédios) poderia melhorar e transportes também (principalmente para os refugiados que estudam). Acha que deveria dar uma ajuda financeira (salário mínimo)".
"Faltam algumas coisas. Mais auxílio, estar mais presente, mais atenção. Questão de bolsas também".
"É muito difícil. Questões como moradia, locomoção, trabalho, poderiam receber uma assistência melhor nisso. Também na educação dos filhos – a escola em que eles estão é muito 'barra pesada'".
"Falta para a Cáritas ter uma política de não abandono das pessoas – como acontece em outros países. Teria que apoiar o refugiado com moradia e pelo menos com cesta básica (mensal). O auxílio para escola no início do ano é muito pequeno, não dá para nada. Tinha que dar condições para a pessoa crescer com as próprias pernas".
"Tem que melhorar, dar mais apoio às pessoas. Principalmente nesta questão de estudos, formação, capacitação dos refugiados".

Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/ UNICAMP/, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 6 do questionário.

Já a apreciação positiva sobre o suporte da instituição religiosa carioca estava ligada a uma questão simbólica, uma associação afetiva, vinculada à ideia de família. Em algumas falas, aparece a sensação de pertencimento à instituição, que teria responsabilidade sobre eles. Também há menção à ajuda em termos de documentação, assistência jurídica, educação, transporte e auxílio financeiro, como se observa no Quadro 9.

É pertinente observar ainda a relação entre as instituições, a partir da maneira apresentada por alguns entrevistados. De um lado, há a percepção de que a instituição religiosa fica atada à agência internacional: "*Eles (Cáritas) são muito limitados pela ACNUR, que está por trás*"; "*Eles (Cáritas) cumprem ordem do ACNUR. Poderiam brigar mais por algumas coisas que a gente quer, alguma necessidades. Poderiam exigir mais do ACNUR*" (Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007).

De outro lado, quanto à aplicação dos recursos destinados pelo organismo da ONU às Cáritas:

> "*Acha que [a Cáritas] não recebe o que o ACNUR diz que manda para o Brasil. O dinheiro não aparece (pesquisa na internet)"; "Acha que precisa dar mais apoio para Cáritas, para repassar*

auxílio para os refugiados estudarem (investir na educação)"; "Acha injusto o apoio prestado pelo ACNUR entre São Paulo e Rio de Janeiro. Acha que no Rio de Janeiro os refugiados recebem auxílio por mais tempo do que em São Paulo (recebem desde que chegam e continuam recebendo depois que são reconhecidos)"; "O ACNUR deve mandar dinheiro (muita verba) para Cáritas e não sabemos o destino desse dinheiro"; "Acredita que o ACNUR não sabe do que realmente acontece. Acha que na Cáritas é necessária uma ouvidoria" (Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007).

QUADRO 9. Aspectos positivos apontados pelos refugiados sobre o apoio da Cáritas RJ

"Nosso pai, nossa mãe no Brasil (vê como responsável pelos refugiados)".
"A Cáritas que nos recebeu (nós somos deles)".
"É que nem pai e mãe. Sustentou, deu apoio. É ótimo, excelente".
"Considera sua família".
"Ótimo. Muito atenciosos e muito carinhos. Apoiam, possibilitando dignidade aos refugiados. Só tem a agradecer a eles".
"Excelente. O trabalho deles é subsistência para nós. Cáritas carrega um intermédio grande para a nova identificação social, nacional do refugiado".
"Acha maravilhoso, porque é como a 'casa da mãe'. Se precisar de algo, dentro das possibilidades, eles procuram ajudar (...), procuram fazer o melhor".
"Sempre foi bem atendido pelo pessoal, bem tratado. Nota 10 para eles."
"Ajudou com documentos, cursos de português de 1 mês, dinheiro para transporte durante 1 ano. A advogada ajudou muito. São pessoas carinhosas, boas".
"Ajudaram-no a estudar (ajudaram a conseguir bolsa de estudo na faculdade, deram curso profissionalizante)".
"Bom apoio com questões financeiras, de saúde, além de tudo, curso de português".
"A Cáritas está fazendo o papel dela, dando orientação para as pessoas".

Fonte: Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP/, SEDH, 2007. Sistematização das respostas à pergunta aberta n. 6 do questionário.

E, por fim, com relação ao financiamento, fazendo referência também ao governo brasileiro: "A pessoa fica na dúvida se realmente não tem apoio ou se o governo dá, mas o dinheiro não chega até eles"; "Não sabe se a verba impede que eles façam mais, não sabe o que se passa por trás" (Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007).

A partir dos relatos, transparece ainda a dificuldade dos refugiados em definir o papel de cada instituição e como elas se articulam para lhes prover apoio no país: "Acha que o ACNUR e a Cáritas são a mesma coisa"; "Chamam tudo de ACNUR, nunca pensou na separação". Como bem explicam dois entrevistados: "Os órgãos parecem atuar sempre em conjunto, dificultando a percepção das funções específicas"; "Não há comunicação sobre o que as instituições (ACNUR, CONARE) fazem. (...) As três instituições deveriam agir em conjunto para conhecer a realidade dos refugiados" (Banco de dados da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, NEPO/UNICAMP, ACNUR, CÁRITAS RJ e SP, SEDH, 2007). Nota-se que a noção sobre a atividade desempenhada por cada um dos atores, dentro da estrutura arquitetada no Brasil, parece não ser amplamente difundida em meio aos refugiados acolhidos no país, como revelaram os dados da pesquisa.

A partir dos dados obtidos pela pesquisa Condições de Vida da População Refugiada no Brasil, os resultados indicam que o apoio fornecido pelas instituições estatais e não estatais que atuam em prol do grupo no país se revela, de modo geral, insuficiente, segundo os refugiados entrevistados.

Uma questão relevante diz respeito ao desconhecimento dos refugiados sobre o CONARE e ACNUR e as funções exercidas pelas instituições, como mostraram os dados da pesquisa.

Como o contato direto dos refugiados se dá, sobretudo, com as Cáritas (que prestam assistência direta, distribuem o auxilio financeiro e oferecem serviços ao grupo), há dificuldade em definir o papel de cada instituição e como elas se articulam na chamada estrutura tripartite. É fundamental, nesse sentido, instruir, dar mais informações sobre o papel desempenhado por cada instituição e como elas interagem no trabalho com os refugiados.

Além disso, o desenho institucional do CONARE não estabeleceu canal para diálogo com refugiados, que são excluídos do processo de debate sobre assuntos que lhe dizem respeito. Os atores da sociedade civil assumiram a representação dos refugiados. Nesse ponto, não se deve perder de vista a postura paternalista frente aos refugiados adotada por instituições atuantes em prol do grupo. A participação dos refugiados nas discussões e deliberações sobre pontos que lhes dizem respeito levaria a uma mudança na articulação trilateral, vale dizer, no espaço assumido pelos outros atores (governo, agência internacional da ONU e instituições religiosas). Seria necessário incorporar, portanto, os próprios refugiados nesse esquema, o que, como já apontado pela literatura, nem sempre é bem visto pelas instituições que trabalham com o grupo, porque implica compartilhar poder com um novo ator.

A representação dos refugiados, desempenhada por instituições domésticas que atuam no âmbito da sociedade civil, e a tutela internacional exercida pela organização internacional são questionáveis, à medida que é importante contemplar formas de participação dos próprios refugiados em relação aos programas implementados. Faz-se necessário pensar em como estabelecer um meio de interlocução direto e eficaz entre os refugiados e as instituições que trabalham com eles no país.

Uma possível solução seria criar um canal institucional dentro do CONARE para ouvir o grupo, criando mecanismos participativos, através de reuniões, audiências, grupos de trabalho ou consultas sobre propostas de medidas a serem adotadas. Alguns refugiados entrevistados fizeram sugestões nesse sentido, com o intuito de sanar esse distanciamento entre eles e o Comitê Nacional.

O CONARE deveria ter mais contato com os refugiados, enviando membros em missões *in loco* para as Cáritas e outras ONGs que assistem refugiados e reassentados no país, para ouvir seus problemas e suas sugestões para solucioná-los. O Comitê deveria viabilizar maior acesso do grupo à instituição, abrindo espaço para dar voz aos refugiados e às demandas que desejem apresentar. O Comitê Nacional, portanto, precisa se envolver mais, atuar de forma mais ativa e como coordenador efetivo na busca de soluções para os problemas apresentados pelos refugiados. Afinal, trata-se do espaço institucional pertinente para discutir alternativas e adotar medidas para resolvê-las. O diálogo dos refugiados com as instituições que trabalham com eles se revela essencial e, não resta dúvida, deve ocorrer e ser mantido de forma constante.

Nesse ponto, merece reflexão, mais uma vez, como os próprios refugiados podem contribuir. É importante incluir as comunidades de refugiados (e líderes eleitos por elas, se houver) como participantes, ao lado do governo, organizações da sociedade civil e ACNUR, auxiliando nesse processo de identificar as necessidades dos recém-chegados e reavaliando-as ao longo do processo de integração local. As comunidades de refugiados devem participar tanto do processo de definição quanto de execução dos programas oferecidos. Há, nesse sentido, farta literatura internacional, apontando a relevância do envolvimento dessas comunidades para que se alcancem resultados positivos no processo de integração local.

É preciso também demarcar as áreas em que o apoio é considerado insuficiente pelos refugiados (a exemplo de moradia e inserção no mercado de trabalho, como apontando pela pesquisa), e pensar em políticas direcionadas para o grupo. As instituições devem se engajar, a

partir de um esforço conjunto nos processos de mapeamento das necessidades dos refugiados, com a participação dos próprios, e na concretização de medidas para satisfazê-las.

As possíveis soluções para lidar com reações negativas por parte da população brasileira frente aos refugiados abarcam a adoção de programas de conscientização, informação, educação sobre a condição e a situação do refugiado no país (o que funciona para combater a discriminação vivenciada pelo grupo). Além disso, programas que beneficiem tanto os refugiados quanto a comunidade local (a exemplo da ação coordenada sobre campanha de saúde pública com evento cultural promovida pelo ACNUR e ONG no Complexo da Maré no RJ[7]), que ajudam a aproximá-los da comunidade com a qual passam a se relacionar após o ingresso no país.

Referências

ACNUR. Resettlement Handbook. 2004. Disponível em: <http://www.unhcr.org/pages/4a2ccba76.html>. Acesso em: 05 set. 2009.

AGIER, Michel. Os refugiados diante da nova ordem mundial. Tempo Social, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 197-215, 2006.

ALEINIKOFF, Alexander. State-centered refugee Law: from resettlement to containment. In: DANIEL, E. Valentine; KNUDSEN, John Chr (Ed.). Mistrusting refugees. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1995. p. 257-278.

AYDOS, Mariana Recena; BAENINGER, Rosana; DOMINGUEZ, Juliana. Condições de Vida da População Refugiada no Brasil: trajetórias migratórias e arranjos familiares. III Congresso da Associação Latino-Americana de População. Córdoba, 2008.

BAENINGER, Rosana (Coord.) et all. População Refugiada: retrato das condições de vida das famílias em São Paulo e Rio de Janeiro. Campinas: Nepo/ Unicamp, 2008.

_____; DOMINGUEZ, Juliana; AYDOS, Mariana Recena. Condições de Vida da População Refugiada no Brasil: divulgação da pesquisa de campo e resultados preliminares. Anais do V Encontro Nacional de Migrações. Campinas, Nepo/ Unicamp, 2007.

BARNETT, Michael. Humanitarianism, Paternalism, and the UNHCR. In: BETTS, Alexander; LOESCHER, Gil. (Ed.). Refugees in International Relations. Oxford: Oxford University Press, 2010 (unpublished yet).

BRASIL. Lei n. 9.474, de 22 de julho 1997. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/sicon>. Acesso em: 12 jan. 2012.

CLARK, Lance. Promoting refugee participation in assistance projects. Washington DC : Refugee Policy Group, 1987.

CUNY, Frederick C. Refugee participation in emergency relief operations. Washington, D.C.: Refugee Policy Group, [1986?].

GREENHAM, Felicity; MORAN, Rhetta. Complexity and community empowerment in regeneration. In: TEMPLE, Bogusia; MORAN, Rhetta (Ed.). Doing research with refugees: issues and guidelines. Bristol: University of Bristol, 2006. p. 111-132.

HARRELL-BOND, Barbara. In: AGER, Alastair (Ed.). Refugees: perspectives on the experience of forced migration. London: Pinter, 1999. P. 136-158.

MOREIRA, Julia Bertino. Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 2012.

[7] Ver: ACNUR, ACNUR e *Ação Comunitária do Brasil lançam campanha "Maré de Saúde" no RJ*, 2008. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-e-acao-comunitaria-do-brasil-lancam-campanha-mare-de-saude-no-rj/?L=type=100&tx_ttnews%5Bpointer%5D=3>. Acesso em: 18 nov. 2011.

_____; BAENINGER, Rosana. Local integration of refugees in Brazil. Forced Migration Review, Oxford, v. 35, p. 48-49, 2010.

NEEDHAM, Robin. Refugee participation: what is it, and why is it important for those who work with refugees, and for refugees themselves? Some comments and observations. Paper prepared for PARINAC Conference, March 1994, Addis Ababa.

NELSON, Nici; WRIGHT, Susan (Ed.). Power and participatory development: theory and practice. London: ITDG, 1995.

REILLY, Rachael. The politics of participation in refugee assistance programmes: the case of the Bhutanese refugee camps in S. E. Nepal. M.Sc. thesis, Social Policy & Planning in Developing Countries, LSE, London, August 1995.

TAIT, Kirsteen. Refugee voice as evidence in policy and practice. In: TEMPLE, Bogusia; MORAN, Rhetta (Ed.). Doing research with refugees: issues and guidelines. Bristol: University of Bristol, 2006. p. 133-153.

TEMPLE, Bogusia; MORAN, Rhetta (Ed.). Doing research with refugees: issues and guidelines. Bristol: University of Bristol, 2006.

ZETTER, Roger. International perspective on refugee assistance. In: AGER, Alastair (Ed.). Refugees: perspectives on the experience of forced migration. London: Pinter, 1999. P. 46-82.

A NATUREZA DO CONFLITO INTRAGRUPAL NOS ESTUDOS MIGRATÓRIOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE A COMUNIDADE BOLIVIANA E HAITIANA NO BRASIL

Szilvia Simai
Rosana Baeninger

Este estudo busca analisar as diferentes situações sociais em que estão envolvidos imigrantes bolivianos e imigrantes haitianos no país. O ponto central da análise é a compreensão de diferentes grupos imigrantes e suas inserções na sociedade hospedeira considerando ou não os interesses dos próprios imigrantes.

Estudos a partir de uma perspectiva interdisciplinar (Lerner, 1980) mostram que membros de grupos sociais menos favorecidos tendem a justificar a ordem social contra seus próprios interesses e do grupo. Este é o caso dos grupos imigrantes bolivianos, em particular os não documentados, quando exaltam a sociedade hospedeira em contraposição aos membros do próprio grupo. Nota-se, portanto, a rejeição intragrupo, levando ao favoritismo do *outgroup*, ou seja, os brasileiros. O estudo acerca dos imigrantes bolivianos contemporâneos em São Paulo indicou fortemente este conflito intragrupo.

Este estudo incorpora também a presença de outro fluxo de imigrantes, identificando um conflito intragrupo referente à identidade, sem que haja o favoritismo *fora do grupo*. Trata-se da recente imigração haitiana para o país, em particular, referente a um grupo de estudantes universitários.

Desse modo, a diversidade de situações relativas à imigração internacional para o Brasil - quer seja, o consolidado fluxo de bolivianos para São Paulo, quer seja o seleto grupo de estudantes haitianos - aponta para o conflito dentro do próprio grupo imigrante, mas com visões diferenciadas acerca da sociedade receptora. Propomos analisar e buscar explicações, comparando os dois casos, para a natureza desse conflito a partir das diferenças existentes em suas relações de alteridade.

O aporte teórico

As migrações internacionais constituem objeto de estudo essencialmente interdisciplinar. O aporte teórico da psicologia social acerca da crença no mundo justo, desenvolvido por Melvin Lerner (1980), pode colaborar para o entendimento dos fluxos imigratórios recentes para o país. Essa teoria concebe que há uma motivação para acreditar que "cada um tem o que merece: coisas boas acontecem a pessoas boas, coisas más acontecem a pessoas más". A partir dessa crença as características ou as ações individuais e sociais são vistas de acordo com os seus resultados: se lhes acontece algo que não é bom é porque não são bons, se lhes acontece algo bom é porque são bons ou fizeram algo bem feito. Assim, o mundo é sempre justo. Quando surge uma situação claramente injusta surge a perturbação, a qual somente é resolvida quando conseguimos resolver a injustiça objetivamente ou cognitivamente, reconceitualizando a situação de modo que ela seja justa. Noutras palavras, há uma culpabilização das vítimas, negligenciando a complexidade de fatores sociais, econômicos, políticos, psicossociais envolvidos na situação.

De acordo com Lerner (1980), a crença no mundo justo é fundamental para a manutenção da percepção de invulnerabilidade face às ameaças da vida; as pessoas com maior crença no mundo justo têm níveis de bem-estar psicológico mais elevado. É nessa perspectiva teórica que os grupos imigrantes de bolivianos, em São Paulo, e de haitianos, estudantes universitários na Unicamp puderam ser analisados.

Os dois grupos imigrantes mostraram diferenças no que se refere à crença do mundo justo, com justificativas discrepantes para a existência dessas injustiças. O discurso dos bolivianos revela uma auto-culpabilidade, mostrando um forte favoritismo *fora do grupo*, com baixa autoestima nacional. Esse caso está de acordo com a teoria marxista, na qual as pessoas oprimidas tendem a internalizar a própria inferioridade e justificar a própria exploração (Billig, 2006).

Contudo, o caso dos estudantes universitários haitianos parece indicar elementos novos ao debate acerca da imigração internacional. Para esse grupo de haitianos identificou-se, nas entrevistas, elevada autoestima de grupo, uma identidade nacional forte e consequentemente uma forte resistência ao favoritismo intragrupal. Assim, para entendermos essa situação é preciso considerar a conexão entre a teoria da crença do mundo justo e a Teoria da Identidade Social (Tajfel e Turner, 1979).

Essa teoria foi originalmente desenvolvida para compreender a discriminação entre os grupos. Tajfel et al (1971) tentaram identificar as condições psicossociais que levariam os membros de um grupo a discriminar em favor do grupo a que pertenciam e contra outro grupo externo. Na teoria de identidade social, diferentes contextos sociais podem levar um indivíduo a pensar, sentir e agir com base em sua vida pessoal, familiar ou nacional (Turner et al, 1987); nas teorias da psicologia social, um indivíduo tem várias "identidades sociais"; assim a identidade social do indivíduo é derivado da pertença a grupos sociais (Hogg e Vaughan, 2002). Em outras palavras, é uma percepção individual baseada no que define o "nós" associado a qualquer membro de grupo internalizado.

Desse modo, as explicações da teoria da identidade social afirma que os membros do grupo – dentro do próprio grupo - criam autocategorização e valorização de forma que favoreçam o grupo, em detrimento do grupo externo. Os exemplos de Turner e Tajfel (1986) mostraram que o simples ato de categorizar os indivíduos a si mesmos como membros do grupo foi suficiente para levá-los a mostrar favoritismo dentro do próprio grupo. Revelando a associação do grupo, os indivíduos procuram alcançar uma autoestima positiva a fim de diferenciar positivamente seu próprio grupo a partir de um grupo externo de comparação em algum aspecto valorizado.

Essa busca pela diferenciação positiva significa que o sentimento das pessoas de quem eles são é definido em termos de 'nós' em vez de 'eu'.

Tajfel e Turner (1979) identificam três variáveis cuja contribuição para o surgimento de favoritismo dentro do próprio grupo é particularmente importante: a) os indivíduos se identificam com um grupo interno para interiorizar os membros do grupo como um aspecto do seu autoconceito; b) o contexto prevalecente fornece base para a comparação entre os grupos, e; c) a própria relevância percebida do grupo a partir de sua situação de favoritismo intra-grupo, em comparação com os grupos.

Os indivíduos tendem a apresentar favoritismo quando um grupo interno é fundamental para sua autodefinição: esse pode ser o caso de imigrantes, onde o grupo local e a aceitação do grupo local é fundamental para o desenvolvimento da nova identidade imigrante. Porém, esse estudo aponta que a nova identidade imigrante é muito difícil de ser conquistada face às condições de opressão das sociedades receptoras aos grupos imigrantes, gerando resistência e não a internalização da injustiça.

A pesquisa

Dois grupos específicos de imigrantes em São Paulo foram escolhidos para este estudo comparativo, os bolivianos na cidade de São Paulo e os haitianos, em Campinas. As entrevistas qualitativas foram realizadas desconhecendo-se papéis de discriminação interpessoal, tais como histórico de animosidade, conflitos pessoais ou interdependência. Os imigrantes desses dois grupos atribuíram pontos aos membros anônimos tanto de seu próprio grupo quanto do outro grupo. Os resultados indicaram um favoritismo intra ou fora do grupo.

Os participantes escolheram recompensas que concederam mais pontos para as pessoas que foram identificadas como *ingroup* (dentro do grupo) ou *outgroup* (fora do grupo), como forma de captar o favoritismo no grupo ou favoritismo fora do grupo. A análise foi conduzida através de entrevistas com um método discursivo analítico (Van Dijk, 2010).

Para entendermos a prática discursiva presente na imigração boliviana, foram realizadas 15 entrevistas individuais em profundidade na cidade de São Paulo das quais 13 com mulheres imigrantes bolivianas e 2 entrevistas com imigrantes bolivianos, com idade entre 21 e 53 anos. As ocupações principais dessas imigrantes mulheres eram: costureira, enfermeira, empregada doméstica e advogada; entre os homens bolivianos, um era costureiro e o outro publicitário. As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise de discurso individual. Essas entrevistas permitiram explorar os projetos migratórios e analisar a experiência subjetiva através de cada narrativa individual.

Com os imigrantes haitianos foram selecionados os alunos de graduação da Unicamp, identificando-se sete biografias, que pretenderam identificar aspectos da diáspora haitiana às trajetórias dos imigrantes.

Com essa metodologia foi possível identificar as semelhanças e diferenças entre estas duas comunidades de imigrantes em suas relações intra e intergrupal. O resultado mais revelador, para o entendimento dos diferentes grupos imigrantes internacionais que chega em São Paulo, se refere à forte opressão por parte da sociedade receptora em relação aos estereótipos, contudo, a reação do grupo de imigrantes bolivianos e de imigrantes haitianos frente à essa opressão se manifesta de maneira diferenciada: o grupo boliviano imigrante demonstrou menos sinais de resistência e maior inferioridade internalizada, que foi expressa através da baixa autoestima e do favoritismo aos brasileiros (*out-grupal*). Os haitianos entrevistados demonstraram sinais de resistência ao sistema

de acolhimento opressivo e isso foi expresso em uma forte identidade nacional com o favoritismo dentro do próprio grupo a fim de se marcar a forte diferenciação com os afro-brasileiros.

O estudo anterior: os imigrantes bolivianos

Realizamos uma pesquisa de campo com os imigrantes bolivianos em 2011, e esta pesquisa anterior é a base desta parte do estudo. Os imigrantes bolivianos mostraram um forte favoritismo fora do grupo, elogiando os brasileiros e frequentemente atacando seus compatriotas bolivianos (Simai e Baeninger, 2011).

Conflitos internos e discriminação foram, portanto, muito significativos em suas narrativas. O efeito da terceira pessoa foi também comumente encontrado no material coletado, através da atribuição de experiências negativas aos outros e não a si mesmos. Autoestima baixa - com sua parceira negação - e intensa frustração causada pelo estereótipo por parte de brasileiros foram identificadas como várias estratégias usadas para lidar com esse tumulto interno. Autorretrato positivo para esconder problemas e negar conflitos foi também claramente reconhecido.

Todas essas características comportamentais atuais sugerem que exista uma ambivalência atitudinal presente na comunidade boliviana, bem como uma tendência a uma justificativa de sistema na comunidade, tanto em nível individual como grupal. Os aspectos, a seguir elencados, permitem identificar as formas retóricas de conflito intragrupal no grupo imigrante boliviano.

a) discriminação interna entre os imigrantes

A discriminação interna ao grupo imigrante é a primeira forma, e mais visível, de favoritismo fora do grupo. A presença e referências a conflitos internos na comunidade boliviana em São Paulo foram expressas através de várias situações.

O trecho 1 extraído de uma das entrevistas, mostra a tendência que aparece constantemente nas entrevistas com os bolivianos; qual seja: valorizar positivamente o grupo que não é um intragrupo, mas um grupo externo – nesse caso os brasileiros - ao mesmo tempo em que faz comentários negativos sobre o intragrupo - os bolivianos.

> ENTREVISTADO: Quando eu cheguei aqui pensei que tudo fosse muito bom. ENTREVISTADOR: Então você gosta daqui. ENTREVISTADO: Sim, gosto. Tem sido muito bom estar aqui.[…] Os brasileiros nos ajudaram muito. […] ENTREVISTADOR: Está bem, então você está satisfeita aqui. O que você recomendaria a qualquer outra mulher boliviana que quisesse vir para São Paulo? ENTREVISTADO: Que…que aqui é muito bom e que os brasileiros são muito prestativos. Aqui há de tudo. ENTREVISTADOR: Então, tudo é bom … […] ENTREVISTADO: Bem, conheço pessoas que tiveram experiência ruim também, muito ruim… e eu mesma fui maltratada uma vez. […] Os bolivianos às vezes nos tratam mal. Tive alguns problemas na casa onde morava por causa de meus filhos. Eles não gostavam de nós, principalmente porque as crianças eram barulhentas.

De uma perspectiva sócio-psicológica, esse seria um caso de auto-ódio, onde as minorias, imigrantes e grupos sociais excluídos podem sofrer de complexo de inferioridade tanto individual como coletivo. De fato, estudos após a Segunda Guerra Mundial mostram que grupos que sofrem de preconceito podem internalizar preconceitos da sociedade contra si mesmos e adotar certas preferências a grupos mais avantajados (Allport, 1954).

Estudos recentes, considerando a teoria de justificação de sistemas (Jost and Burgess, 2000), encontraram que para tolerar todos os tipos de injustiças e desigualdades, as pessoas em

situações difíceis podem suportar ou racionalizar o ***status quo*** e reforçar, em um nível subjetivo, a ideologia e ações dominantes do grupo principal de poder. Assim, quanto mais poderoso o grupo social a que se pertença, maior será o favoritismo intragrupo, ao passo que aqueles que pertencem aos grupos de menor poder demonstram mais tendências ao favoritismo fora do grupo. Essas atitudes podem ser reforçadas no contexto imigratório, levando a um conflito interno dentro do grupo.

A identificação interna e positiva ao grupo imigrante somente ocorre quando se delineia perfis sociais, econômicos ou culturais de maior status, delimitando quem pertence àquele intragrupo (Jost e Burgess, 2000). Desse modo, pode-se reconhecer - entre os imigrantes bolivianos - o favoritismo intragrupo de profissionais liberais bolivianos, que excluem os próprios bolivianos pertencentes a outros subgrupos.Exemplo desse conflito refere-se à discriminação contra os imigrantes bolivianos recém-chegados com baixa qualificação profissional, conforme mostrado nas narrativas abaixo:

> ENTREVISTADO: Naquela época, os imigrantes bolivianos que vinham a São Paulo eram profissionais... profissionais como meu pai. Para obter documentos, era necessário passar por muitos exames, tanto psicológicos como exame de sangue. Não como atualmente! Hoje, as pessoas da Bolívia vêm de zonas rurais, não querem estudar…, mas antes não era assim. […] Esses bolivianos que estão imigrando agora vêm de zonas rurais, mas a Bolívia não é apenas assim. ENTREVISTADOR: Como é o seu relacionamento com os brasileiros? ENTREVISTADO: Os brasileiros recebem os estrangeiros muito bem, de forma muito diferente dos outros países. Os brasileiros recebem os estrangeiros com gentileza. […] Mas se você disser que é boliviano, eles tem a idéia de que os bolivianos são todos iguais. Mas nós não somos. Por exemplo, os brasileiros pensam que a Bolívia é inteiramente como a Rua Coimbra, a feira boliviana aqui. Mas não é. Há bolivianos que vão lá, mas a Bolívia não se resume somente na feira.

Essa entrevista reforça a forma negativa de falar sobre o próprio intragrupo e até criar conflito dentro do grupo. É um tipo de separação que ocorre quando imigrantes bolivianos são definidos como não tendo educação, sendo até indesejáveis pela comunidade imigrante anterior. A narrativa revela constrangimentos sobre a imagem da comunidade boliviana em São Paulo, o poder pode estar em risco (Van Dijk, 2010) pelos imigrantes recém-chegados, descritos como imigrantes de baixa qualificação. Por outro lado, os brasileiros são elogiados e vistos de forma absolutamente positiva. A sociedade hospedeira brasileira não recebe críticas, mesmo por estereótipos injustos; as críticas e reclamações são pertencentes aos membros do intragrupo, os bolivianos.

b) baixa auto-estima do grupo imigrante

Estreitamente relacionada com esse exemplo anterior, a baixa-estima pode ser esperada quando um grupo mostra sinais de favoritismo fora do grupo. De acordo com Jost e Burgess (2000), grupos com favoritismo fora do grupo possuem uma tendência psicológica geral de justificar e racionalizar a ordem social existente e pensar que as relações de grupo existentes sejam legítimas e justas. Dessa forma, se as relações intragrupais forem conflituosas, a tendência será de acreditar que há razões legítimas para isso e que o grupo fez algo errado para levar as relações nessa direção. Podemos ver isso realçado no extrato da seguinte entrevista:

> ENTREVISTADO: Às vezes, quando digo que sou boliviana, dizem que os bolivianos são ruins, que não valem nada. Eles dizem que você é boliviana, mas você sabe que

os bolivianos são pessoas ruins. Aí eu digo, não, nem todos. Mas, sim, eles exploram uns aos outros. Não pagam seus funcionários, todos nós conhecemos esses casos. Os brasileiros também dizem que os bolivianos bebem muito.ENTREVISTADOR: Então, os brasileiros dizem que os bolivianos bebem muito. É isso? ENTREVISTADO: Sim, realmente, os bolivianos de fato bebem muito, é verdade (rindo). ENTREVISTADOR: Isso a incomoda? ENTREVISTADO: Um pouco. Porque quando eu digo que sou boliviana, sempre acrescento que nem todos os bolivianos são iguais. Concordo que eles explorem uns aos outros, mas nem todos fazem isso, e quando explico isso aos brasileiros, eles entendem.

No trecho acima, a mulher boliviana justifica o estereótipo dos bolivianos de explorar um ao outro e beber demais. A legitimação desses dois estereótipos negativos reforça a ideia de que, realmente, os brasileiros estão corretos em pensar assim. A entrevistada deve, então, justificar o motivo pelo qual esses hábitos negativos existem; mas a baixa auto-estima bloqueia a entrevistada e ela não resiste aos estereótipos enraizados; ela também acrescenta que os brasileiros entendem suas explicações, retratando os brasileiros como muito tolerantes e compreensivos. Esse processo psicossocial inverte a situação e ao invés de rejeitar as acusações infundadas e estereótipos generalizados, ela os legitima através de uma falta de força e de auto-estima insuficiente.

c) demonstrando a outra face: auto-retrato positivo

Uma forma retórica praticada dos participantes bolivianos é a negação de problemas, que resulta em um auto-retrato que se faz positivo, como ilustra o trecho abaixo:

ENTREVISTADO: Nunca me apresento como alguém que tenha problemas. Sempre digo no Brasil que vim aqui estudar.Alguns entrevistados acreditam que falar a verdade sobre suas dificuldades na vida traria obstáculos a um bom relacionamento. Eles mantiveram a crença de que se alguém é apresentado como uma pessoa que quer estudar, isso dá uma imagem positiva, ao passo que migrantes econômicos são vistos de forma negativa. Migrantes econômicos são associados à pobreza e problemas.

O entrevistado abaixo também mostrou que está muito frustrado com a imagem negativa da Bolívia e, portanto, esforçou-se em retratar aquele país exaltando o país de origem, como na entrevista a seguir:

ENTREVISTADO: Criei esse projeto Bolívia Cultural, onde mostro que a Bolívia não é apenas o que muitas pessoas vêem… […] Há muitos brasileiros que entram no site e enviam e-mails dizendo que não sabiam que a Bolívia era tão bonita etc.…[…]

A intenção de retratar o próprio país positivamente é um desejo natural, porém, escondendo e negando problemas continuamente. Isto ocorre pelo medo de rejeição, que é uma realidade comum entre os imigrantes bolivianos em São Paulo.

d) o efeito terceira pessoa

O efeito terceira pessoa é um padrão semântico onde as pessoas conseguem encontrar uma desculpa para se libertar de um exemplo, caso ou situação mencionada (Van Dik, 2010). Isso significa que a pessoa é capaz de se referir a uma humilhação, a um embaraço potencial ou a um caso proibido ideológica e moralmente colocando a culpa em outras pessoas que não estejam presentes na ocasião da narração da história. De acordo com Billig (2006), quando as pessoas

usam estruturas de efeito terceira pessoa, estão, na realidade, reivindicando indiretamente que os outros têm essa opinião ou que tal fato aconteceu com uma terceira pessoa e não com elas; não terão essas experiências negativas. Vejamos a seguir:

ENTREVISTADO: Há pessoas que realmente tiveram experiências ruins […].

O efeito terceira pessoa produz o otimismo irrealista e impactos impessoais, sendo esse alívio psicológico a essência dessas formas retóricas. No caso das entrevistas com o grupo de imigrantes bolivianos predominou o tipo de retórica de elogio, tal como os "brasileiros são bons para nós, ajudam-nos muito", com o favoritismo fora do grupo. O favoritismo fora do grupo – revelando a minoria sem poder - e o favoritismo intragrupo - em direção ao lado poderoso da sociedade hospedeira - resulta na manutenção do status quo. Para tolerar todos os tipos de desigualdades, a comunidade de imigrantes bolivianos, bem como a sociedade hospedeira brasileira, dá suporte ou racionalizam o status quo, mesmo quando isso contradiz seu próprio auto-interesse.

O estudo de caso com os haitianos

A imigração haitiana para o Brasil apresenta características específicas, quer se tratar de ajuda humanitária, quer se tratar de acordos bilaterais para a vinda de estudantes universitários; constituía, no início do fluxo, situação diferenciada da imigração boliviana. Contudo, ao longo de 2012 pudemos nos deparar com situações referentes à imigração haitiana no interior de São Paulo que se assemelham à dos bolivianos, em especial pela presença de mão-de-obra arregimentada para a construção civil, para a indústria de calçados ou mesmo para a agricultura, com a busca desses imigrantes no Acre.

Mesmo assim, para os imigrantes haitianos dessa pesquisa – entrevistas com estudantes universitários na Unicamp – a situação de opressão da sociedade receptora se difere daquela em relação aos bolivianos; partimos da hipótese que essa diferença não está assentada simplesmente por se tratar de grupo social diferenciado envolvido no processo migratório, mas essa diferença reflete, sobretudo, as raízes históricas e a identidade nacional haitiana desenvolvida nos últimos séculos. Portanto, a perspectiva histórica contribuirá para compreender as características atuais desse grupo haitiano no país hoje.

Breve histórico da emigração haitiana

Zephir (2004), aponta que além de moldar o colonialismo francês, talvez o período mais crucial na história do Haiti tenha sido sua revolução e independência. Assim, seguindo o envolvimento de escravos negros e affranchis em uma batalha de 12 anos pela independência do Haiti, os haitianos, em primeiro de janeiro de 1804,declaram a primeira república negra do mundo. Desde o seu começo pouco auspicioso, "a nova nação foi dividida ao longo das linhas de cores e de propriedade da terra" (Zephir, 2004:42). Além disso, a nova República era repleta de problemas, como o assassinato em 17 de outubro 1806 de Jean-Jacques Dessalines, o líder das guerras de independência e autoproclamado imperador da República do Haiti. Esta tragédia dividiu o país em dois campos principais, os pardos no oeste e no sul, e os negros no norte, para se reunir novamente apenas em 1820. A imposição de uma taxa francesa sobre a nova República reivindicando indenização por perda de plantações francesas veio dificultar ainda mais a independência do Haiti. Muitos países como os Estados Unidos e várias nações europeias compartilharam tais medidas repressivas e embargos econômicos por se recusar a

negociar com o Haiti. O Haiti, sendo a primeira república negra, representava uma ameaça para a estabilidade das colônias europeias que dependiam do trabalho dos escravos. O êxodo em massa de muitos haitianos de todas as classes sociais para os Estados Unidos continuou inabalável, por décadas, por causa dos regimes totalitários no Haiti, apesar do movimento em direção aos ideais democráticos. A modernidade, ao invés de ser um produto de uma dinâmica interna, na verdade, resultou na dependência econômica de remessas de emigrantes haitianos (Stepick, Stepick, Eugene, Teed e Labissiere, 2001)

De acordo com Stepick, Stepick, Eugene, Teed e Labissiere (2001), os emigrantes haitianos estavam entre os grupos mais fortemente discriminados nos Estados Unidos. Autoridades norte-americanas, por exemplo, interceptaram barcos antes de saírem de águas haitianas, encarcerando haitianos sem documentos e desaprovando pedidos de asilo político de haitianos mais do que qualquer outro grupo. Os esforços para isolar os haitianos e continuar a sua remoção forçada e ilegal falharam devido a forte oposição de grupos de direitos civis e humanos, organizações religiosas e os americanos negros (Stepick, 1992). No início de 1980, os haitianos figuraram entre quatro grupos: homossexuais, hemofílicos, usuários de drogas injetáveis e haitianos. Foram listados dentre os principais grupos de risco para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) de acordo com o Center for Disease Control (CDC). Mesmo que os haitianos tenham sido removidos desta lista, a Food and Drug Administration (FDA) no final de 1980 se recusou a aceitar doações de sangue de indivíduos de ascendência haitiana (Stepick, 1992).

No entanto, de acordo com os autores, as experiências dos emigrantes haitianos mais pobres não foram partilhadas por todos igualmente dentro deste grupo de imigrantes. As classes profissionais haitianas que embarcaram em aviões durante a primeira onda de emigração na década de 1960 não passaram pelo centro de detenção, falavam o idioma, levaram habilidades que lhes permitiram mobilidade social nos Estados Unidos.

"Orgulho na Revolução Haitiana é parte cultural e ideológica do make-up do tecido social ... haitiano A revolução haitiana de 1791-1804 é a base sobre a qual os haitianos se definem, percebem e avaliam os outros, e criam suas identidades" (Charles, 1992:106).

Historicizar a diáspora haitiana

Assim para entender a formação da identidade do grupo de haitianos entrevistados em Campinas é preciso localizar as suas experiências através de uma linha do tempo e através de ondas de gerações emigrantes no século XX até os dias atuais. Somado a isso, a construção da identidade na diáspora haitiana é largamente dependente do seu status socioeconômico e sua posição no Haiti (Stepick, 1992).

As histórias de emigração haitianas identificadas nas entrevistas realizadas com sete estudantes no segundo semestre de 2011, são justapostas com diversas experiências de migração transnacional de grupos sociais específicos e com os processos de inserção na vida cotidiana no Brasil. Desse modo, buscamos resgatar na emigração desses haitianos como se forma sua própria identidade diaspórica, para tanto as análises das entrevistas em um contexto histórico exploraram a terra, a migração e as narrativas de recepção de acolhimento. A pesquisa sugere que é possível resgatar a identidade haitiana a partir das histórias de vida extraídas das entrevistas com informantes do Haiti.

A classe social pode diferenciar a pertença ao Haiti e a distinção realizada pelas primeira e segunda geração de imigrantes haitianos (Bancos, 1996). Neste sentido, os entrevistados foram identificados nas seguintes categorias: classe superior (burguesa), classe média (profissionais da

educação), classe baixa (trabalhadores de colarinho azul); primeira geração (aqueles que vieram diretamente do Haiti) e segunda geração.

As narrativas da classe superior e da classe média haitianas entrevistadas sugerem orgulho em sua herança haitiana. Não há nenhuma tentativa de esconder ser haitiano ou se passar por brasileiro. Mesmo aqueles entrevistados com educação da classe trabalhadora não negaram suas raízes haitianas. Isso também pode ser explicado pela idade relativa dos nossos entrevistados. Jovens haitianos, alunos da universidade, estão inclinados a sucumbir à pressão do grupo e se engajar nesse repúdio a seu patrimônio. Para Celestino e Amelie, que nasceram e foram criados fora do Haiti, as noções de identidade, casa e pertença parecem ser fatores mais fluidos e seletivos. Segundo seus relatos biográficos não há verdadeira ligação com o país, mas tais narrativas não se mantêm, porque alguns deles foram recentemente se identificando com comunidades haitianas locais. Por exemplo, as histórias de vida de Pierre e Jean mostram claramente esses contrastes de identidade. Pierre nasceu e cresceu no exterior, e Jean nasceu no Haiti, mas cresceu no exterior. São dois casos de indivíduos com origens diferentes, mas ambos têm ideias claras de pertença ao Haiti. Isto sugere porque as noções de identidade, particularmente aquelas ideias que cercam casa e pertença, são utópicas e idealizadas e menos derivadas a partir de experiências do que formadas a partir de construtos cerebrais.

Tais fatos, segundo Bancos (1996) estão relacionado à questão da etnicidade. De fato, grande parte da construção da identidade haitiana entre esses entrevistados parece se relacionar à definição de etnia, por exemplo, percebendo o potencial legado histórico do Haiti em contraste com a cultura afro-americana e da história. Barth (1969) defende que os grupos étnicos são socialmente construídos sem a existência prévia ou estabilidade e que o conteúdo físico e ideológico da identidade étnica não devem ser procurados em isolamento. O foco, em vez disso, encontra-se nos limites do grupo que marcam os limites de marcadores étnicos (Bancos, 1996).

Além disso, fatores históricos - como o Haiti ser o primeiro país independente de afrodescendentes no Hemisfério Ocidental e a segunda nação independente nas Américas (depois dos Estados Unidos) - contribuem para a autoconsciência haitiana como um grupo cultural no Caribe. Haitianos na diáspora construíram um dos principais conteúdos de sua identidade de grupo em torno desta "glória escolhida", um conceito desenvolvido nas obras de Vamik Volkan (1997, 2004, 2006).

O desejo de retornar ao Haiti foi comumente mencionado por nossos entrevistados, com ideais expressos em objetivos humanitários para construir a infraestrutura social e econômica do país através da abertura de empresas, hospitais, orfanatos ou através de outros empreendimentos filantrópicos no país subdesenvolvido.

Para a maioria dos informantes haitianos, o haitiano tem um conceito de "casa" que não pode ser englobada pelos mesmos ideais sobre o espaço social adequado no Haiti. Em vez disso, noções de pertencimento são realizadas através dos sonhos utópicos e desejos, bem como conflitos de viver em dois mundos, Haiti e Brasil. Estes imigrantes haitianos são como muitos outros haitianos que migraram para as cidades em todo o Brasil. Glick Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) descrevem a história de um médico bem sucedido haitiano que infalivelmente volta ao Haiti todos os anos. Enquanto no Haiti, o objetivo do médico haitiano era construir um complexo esportivo para as crianças de sua cidade natal e através de seus esforços, ele encantadoramente coletou doações solicitadas a partir de seu círculo de amigos haitiano-brasileiros ricos .

Os autores explicam que este não é um fenômeno específico para o médico e seus compatriotas. Significativamente, os haitianos têm realizado muitos projetos de desenvolvimento

em larga escala. Esses projetos, segundo eles, têm sido muitas vezes "mais grandiosos do que práticos", citando o exemplo de uma doação de uma ambulância para uma cidade sem abastecimento de gasolina e/ou hospitalar. Glick Schiller et ai. (1992) opinam que tais projetos criam status para os haitianos tanto no Haiti quanto na sua comunidade haitiana fora do país. "Eles mantêm uma memória ou mito sobre a sua terra natal, pois eles acreditam que não são, e talvez não possam ser, plenamente aceitos em seu país de acolhimento; e vêm a casa ancestral como um lugar de troca eventual e um lugar para manter (1991:85). Além disso, uma construção hegemônica de classe e status no Haiti, como muitos dos entrevistados nos explicaram, traz uma responsabilidade igual entre eles para ser bem sucedido no exterior e, assim, manter seu status de elite; e, simultaneamente, contribuir para o desenvolvimento da nação economicamente desfavorecida.

Outra razão para esta obrigação aparentemente atávica pode vir do reconhecimento oficial do "Departamento 10" ou da diáspora haitiana como uma extensão dos limites físicos do Haiti por ex-presidente haitiano, padre Jean-Bertrand Aristide. O conceito de "Departamento 10" antecede a utilização da noção pelo Presidente Aristide. Na verdade, Georges Anglade (1990) introduziu esta terminologia. Anglade discutiu como o êxodo em massa de haitianos, que começou durante a aquisição duvalierista, deu lugar a um entendimento transnacional de identidade haitiana. Os intelectuais e outros refugiados políticos que fugiam do Haiti durante a ditadura ainda permaneceram ligados à terra natal e participavam de movimentos para reformular a esfera política do Haiti, isso a partir de sua nova terra hospedeira. No entanto, não foi até a eleição do Presidente Aristide em 1991 que o conceito foi reforçado, pois convidou todos os haitianos a ter um papel na reformulação do Haiti, independentemente de onde eles residissem. O Haiti era para ser um Estado-nação não delimitado por suas fronteiras físicas (Labelle, 1999). Os haitianos na diáspora, no âmbito do Plano de Aristide, foram do Departamento de 10 para um país com apenas nove reais departamentos. A identidade diaspórica haitiana destaca a desarticulação da relação entre cidadania e nacionalidade. Enquanto o Haiti não permite dupla cidadania legal reconhece a diáspora haitiana como parte integrante da nação (Laguerre,2005).

Wade (1997) argumenta que "etnia [...] tende a usar uma linguagem de lugar (em vez de riqueza, sexo, ou fenótipo herdado)" (1997:18). A etnia é amarrada a um espaço geográfico que fornece sua delimitação. No entanto, a identidade haitiana foi apresentada alem das fronteiras do estado-nação e da diáspora haitiana e isso foi incluído no imaginário nacional do Haiti. Laguerre (2005) argumenta como essa declaração de identidade haitiana transnacional é proferida, independentemente do local da cidadania legal. Essa desterritorialização é reforçada pela facilidade das viagens e à comunicação global, especialmente para a elite haitiana. A facilidade de ser capaz de se mover por impulso ou viagens ida e volta entre o Haiti e o Brasil é sublinhada pela riqueza, e, decididamente, não é o mesmo para os haitianos das classes mais baixas. A desterritorialização é agravada pela dualidade que permeia a identidade haitiana a partir do movimento sem esforço entre o Haiti e o Brasil. Muitos haitianos viajam com frequência entre os dois países, nossos entrevistados não são exceção. Todos os nossos entrevistados/participantes da pesquisa voltaram ao Haiti pelo menos uma vez desde a migração para o Brasil. Para alguns, viajar para o Haiti é um evento anual.

A identidade étnica é criada e assumida a partir da apropriação (ou rejeição) de categorias disponíveis e conceituação da raça e etnia no novo país de residência. Isso juntamente com entendimentos antigos da pátria original. Brodwin (2003) afirma que existem duas análises que servem para explicar o desenvolvimento de enclaves da diáspora; o autor destaca a agência da diáspora haitiana, em Guadalupe, na definição de si mesmos, mas também ressalta que esta

definição é uma resposta para a terra de acolhimento. Os haitianos têm de definir-se contra o binário disponível de raça: branco e preto.

De acordo com Candelario (2007:8) "a identidade é um processo tanto de internalização quanto de externalização. É, ao mesmo tempo, estruturado por meio de instituições o que deixa aberta a práticas interpretativas de seus súditos, e baseado nas práticas expressivas e perceptivas e paradigmáticas de cada pessoa em relação ao outro que reflete de volta a existência da autoidentificação".

Alguns de nossos entrevistados imigrantes haitianos, como Dauphine, rejeitaram uma afiliação com a comunidade africano-americana, por considerarem um grupo subalterno na sociedade; buscam não se identificar com um grupo que eles percebem ser impotente. A primeira grande onda de migração haitiana ocorreu no final dos anos 1950 antes do auge do Movimento pelos Direitos Civis. Apenas um dos nossos entrevistados estava presente naquela época. Os outros participantes de nossas entrevistas não tinham nascido ainda, a maioria deles migrou no decorrer de 1960 e 1970 ou depois. Talvez a falta de exposição a uma presença mais positiva do negro na sociedade brasileira serviu para criar uma dissonância entre o ser haitiano e o ser afro-brasileiro.

Para esse grupo de imigrantes haitianos em Campinas, a pesquisa revelou uma conceitualização de sua identidade que difere do contexto dos haitianos nos Estados Unidos. Stepick et al. (2003:121) argumentam que "os preconceitos combinados de forma mais ampla da sociedade americana e aqueles especificamente dentro da escola exortam adolescentes haitianas a assimilar rapidamente e, simultaneamente, participar de um suicídio étnico, para encobrir suas origens haitianas". Enquanto o trabalho de Stepick et al. (2003) revela como os jovens do Haiti muitas vezes participam do que ele chama de assimilação segmentar, nossos resultados de pesquisa indicaram uma forte recusa de imigrantes haitianos serem derrotados por tais identificações na sociedade americana. Em vez disso, encontramos uma insistência sobre a criação de uma identidade distinta com hífen, sem necessariamente negar semelhanças entre as experiências do Haiti e afro-brasileiros em relação à violência estrutural e preconceitos. Esta diferença nos resultados poderia ser atribuída à composição de classe dos nossos entrevistados. Stepick et al. (2003:8) afirmam, "a assimilação dos imigrantes não é apenas sobre os imigrantes" mudando-se e tornando-se um nacional. Para os autores, ao contrário, a assimilação implica também um efeito recíproco: os imigrantes não são assimilados até que o resto do país os aceite como parte do país. Nos Estados Unidos, manter a exclusão ou práticas de violência simbólica contra os haitianos recém-migrados - como colocá-los em classes mais baixas na escola do que eles merecem e ridicularizá-los por causa de suas poucas habilidades de comunicação em inglês - servem para promover afastar os imigrantes de abraçar uma nova identidade (Bourdieu, 1977).

Ao invés de assimilar, conforme Oswald (1999), os imigrantes haitianos têm procurado cruzar as suas identidades como imigrantes deslocados com os valores do país de acolhimento.

Como corolário da hibridação como descrito pelo conceito de Horowitz (1975) de identidade lhes são imputadas, o que significa uma identidade transformada de acordo com o contexto social, é uma noção auxiliar para nossa explicação alternativa porque os entrevistados têm sentimentos ambivalentes sobre a identidade brasileira. Às vezes, nossos participantes forneceram comentários ásperos para rejeitar aspectos da identidade brasileira, e em outras vezes não tivemos problemas com os sentimentos de ser brasileiro. Como uma entrevistada, Sandra, explicou, ela se sente haitiana no Haiti e do Brasil na América. Estes conflitos aparentes de identidade apenas enfatizam ainda mais a mutabilidade ocasionada pelo transnacionalismo e da liberdade de atendimento e frequência de circulação entre os dois países.

No caso dos bolivianos, o estudo permitiu avançar em aspectos importantes na configuração das relações sociais entre brasileiros e bolivianos na cidade de São Paulo. De modo geral, predominou o favoritismo fora do grupo entre imigrantes bolivianos, indicando a minoria sem poder e oprimida. Interpretações discursivas informam e regulam o comportamento (Parker e Burman, 1993), ou seja, demonstram como as pessoas posicionam a si mesmas e como se posicionam em relação aos outros.

Entretanto, apesar dos sujeitos poderem ser agentes na escolha de suas interpretações da realidade social, tais discursos podem ser construídos por contextos histórico-sociais. Nesse sentido, o discurso em ação, as verbalizações dos sujeitos, refletem ideologias que se tornaram experiências vividas. O estudo dos bolivianos demonstra claramente a dificuldade do grupo oprimido alterar as imagens sociais construídas na sociedade hospedeira. Vidal (2012) atribui três categorizações importantes de produção de alteridade na comunidade boliviana em São Paulo: os fenótipos, a cultura indígena, as condições de trabalho baseada na exploração. Essas categorizações sociais reforçam a posição de inferioridade do grupo imigrante, revela na baixa autoestima, nos conflitos internos aos próprios bolivianos e na exaltação à receptividade brasileira.

Nesse sentido, a situação da imigração boliviana se diferencia da recente imigração haitiana, no nosso caso do grupo de imigrantes estudantes universitários na Unicamp.

A análise das biografias de sete haitianos entrevistados em Campinas permitiu aprofundar a discussão sobre as noções de identidade e sentimento de pertença entre os imigrantes no país. Classificações haitianas de raça para definir status social e de classe são exclusivas para o Haiti como alteridades físicas do ser, enquanto descritos por outros (não haitianos) são negados como rótulos estigmatizantes. De acordo com nossos informantes em suas narrativas denominar os haitianos como africano-brasileiros é uma denominação visceralmente repugnante; essa inversão de grupo étnico pela sociedade como um todo tem um efeito estimulante para os haitianos, reforçando o orgulho na cultura haitiana e suas origens.

Para os haitianos, há uma supressão entre raça e etnia, o que os torna únicos entre as populações imigrantes. Para os entrevistados, os significados e construções de raça entre os haitianos são diferentes daqueles de afro-brasileiros. A construção da identidade entre imigrantes haitianos estudantes universitários em Campinas é uma identidade enraizada na negação da concepção brasileira de negro e a adaptação afirmativa de construções haitianas sociais, raciais e culturais para a sua nova localidade.

Existe uma relação amor/ódio com o Brasil semelhante à relação amor/ódio com o Haiti. Há amor pela América, pois é a terra das oportunidades e há ainda o ódio de muitos valores culturais brasileiros. Não há amor por uma pátria mítica idealizada haitiana e ódio pelas circunstâncias políticas e econômicas que os destinou a viver em outro lugar. Esta fronteira emocional indecisa frustra a construção de um sentido claramente definido de casa, identidade e pertencimento. Nossa pesquisa nos leva a concluir definições ontológicas de identidade, casa e pertença, baseadas em alteridades e justaposições. A hibridação cria um efeito multiplicador, onde já não se fala de uma identidade, em uma casa, e pertencente a conceitos como singular, mas identidades, casas e pertenças com significados polivalentes e conflituosos.

Em suma, nossas entrevistas com haitianos têm sugerido uma consciência ontológica associada a uma dualidade conflitante de viver «aqui» no país de acolhimento, o Brasil, e ainda assim remontando a sentimentos de «lá», a terra natal, Haiti. No entanto, a percepção de lugar e espaço variou entre os nossos informantes haitianos; as alegações de identidade significou reafirmar o privilégio de manter a essência da diferença étnica por causa da herança histórica,

em contraposição às noções de negritude dentro de um quadro mais amplo do Haiti e no Caribe e das próprias experiências afro-brasileiras no Brasil.

O estudo comparativo entre os dois grupos imigrantes – bolivianos e haitianos - demonstra a necessidade de aprofundamento na diversidade dos fluxos imigrantes contemporâneos para o Brasil, uma vez que carregam traços da sociedade de origem que se redefinem ou se reafirmam na sociedade de destino dependendo do grupo imigrante analisado.

Referências

Allport, Gordon (1954). The Nature of Prejudice. Reading, MA: AddisonWesley.

Anglade, Georges (1990).Cartes sur Table. Port-au-Prince, Haiti: Editions Henri Deschamps.

Billig, Michael (2006). A psychoanalytic discursive psychology: from consciousness to unconsciousness. Discourse Stud., 8: 17-24.

Bourdieu, Pierre (1977).Outline of a theory of practice (trans. R. Nice). Cambridge, MA: Cambridge University Press.

Brodwin, Paul E. (2003). Marginality and subjectivity in the Haitian diaspora. Anthropological Quarterly, 76(3), 383-410.

Candelario, Ginetta E.B. (2007). Black behind the Ears: Dominican racial identity from museums to beauty shops. Durham, NC: Duke University Press.

Charles, Carolle (1992). Transnationalism in the construct of Haitian migrants' racial categories of identity in New York City. Annals of the New York Academy of Science, 645, 101-123.

Glick Schiller, Nina; Basch, Linda G. & Blanc-Szanton, Cristina (1992). Transnationalism: a new framework for understanding migration. Annals of the New York Academy of Sciences, 645, 1-24.

Gordon, Milton M. (1964). Assimilation in American life. New York, NY: Oxford University Press.

Horowitz, Donald L. (1975). Ethnic identity. In Nathan Glazer & Daniel P. Moynihan (Eds.), Ethnicity: Theory and experience (pp.111-140). Cambridge, MA: Harvard University Press.

Jost ,John and Burgess, Dan (2000). Attitudinal ambivalence and the conflict between group and system justification motives in low status groups. Personal. Soc. Psychol. Bull., 26: 293-305.

Labelle, Micheline (1999). Re-reading citizenship and the transnational practice of immigrants. Journal of Ethnic and Migration Studies,25(2), 213-232.

Laguerre, Michel (2005). Homeland political crisis, the virtual diasporic public sphere, and diasporic politics.Journal of Latin American Anthropology, X(1), 206-225.

Lerner, Melvin. (1980). The Belief in a Just World: A Fundamental Delusion. New York: Plenum Press

Oswald, Laura R. (1999). Culture swapping: Consumption and the ethnogenesis of middle-class Haitian immigrants. The Journal of Consumer Research, 25(4), 303-318.

Parker, Ian & Burman, Erika (1993). Discourse Analytic Research: Repertoires and Readings of Text in Action. London: Routledge.

Stepick, Alex (1992). The refugees nobody wants; Haitians in Miami. In Guillermo Grenier & Alex Stepick (Eds.),Miami now! Immigration, ethnicity and social change (pp.57-82). Gainesville, FL: University Press of Florida.

Stepick, Alex; Stepick, Carol Dutton; Eugene, Emmanuel; Teed, Deborah & Labissiere, Yves (2001). Shifting identities and intergenerational conflict: Growing up Haitian in Miami. In Ruben G. Rumbaut & Alejandro Portes (Eds.), Ethnicities: Children of immigrants in America (pp.229-266). Berkeley, CA: University of California Press.

Tajfel, Henri and Turner, John (1979). An Integrative Theory of Intergroup Conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.),The Social Psychology of Intergroup Relations. Monterey, CA: Brooks-Cole .

Tajfel, Henri et al. (1986). The social identity theory of intergroup behaviour. In S. Worchel & W. G. Austin (Eds.), Psychology of intergroup relations (pp. 7–24). Chicago, IL: Nelson-Hall.

Volkan, Vamik D. (1997). Bloodlines: From ethnic pride to ethnic terrorism. New York, NY: Farrar Straus Giroux.

Volkan, Vamik D. (2004). Blind trust: Large groups and their leaders in times of crisis and terror. Charlottesville, VA: Pitchstone.

Volkan, Vamik D. (2006). Killing in the name of identity: A study of bloody conflicts.Charlottesville, VA: Pitchstone.

Wade, Peter (1997). Race and ethnicity in Latin America. London: Pluto Press.

Zephir, Flore (2004). The New Americans: The Haitian Americans.Westport, CT: Greenwood Press.

CRIANÇAS IMIGRANTES NA REDE DE ENSINO DE SÃO PAULO

Gabriela Camargo de Oliveira
Rosana Baeninger

A partir da segunda metade do século 20, com mais força, nas suas últimas duas décadas, o contexto das migrações internacionais para o Brasil indicava a entrada de novos contingentes de estrangeiros. Em escala menor e com características distintas dos movimentos migratórios da primeira metade do século (Patarra, 2005), o Estado de São Paulo, em particular a cidade de São Paulo, passou a conviver com os imigrantes provenientes do Mercosul Ampliado – que perfaziam 40% dos imigrantes, entre 1991 e 2000 - seguidos pelo estoque de europeus (20%), de asiáticos (12,5%) e norte-americanos (9,1%), de acordo com Patarra (2005). Segundo a autora, esses dados permitem construir a hipótese da configuração de um mercado dual de imigrantes; por um lado, os oriundos majoritariamente de países sul-americanos e geralmente pobres e indocumentados, e por outro, a entrada de mão de obra qualificada de origem europeia e norte-americana, embora em menor número.

No século 21, São Paulo e o país convivem com o aumento do fluxo de imigrantes latino-americanos (bolivianos, paraguaios, argentinos, peruanos, colombianos, uruguaios e chilenos) e asiáticos, de um lado; ao mesmo tempo que amplia a entrada de imigrantes qualificados, com visto de trabalho (MTE,2013).

No caso dos imigrantes latino-americanos em São Paulo, parte expressiva do fluxo, veio com o objetivo de trabalhar no ramos de confecções, comércio e serviços (Silva, 2008). Segundo estudos realizados por Silva (2008) os maiores fluxos de estrangeiros latino-americanos em São Paulo na atualidade são de bolivianos, peruanos e paraguaios. Assim, a comunidade latino-americana na cidade de São Paulo tem se expandido no século 21, trazendo a questão das sucessivas gerações que acompanham os fluxos.

A geração 1.5 na rede de ensino paulista

A segunda geração pode ser definida como a geração filhos dos imigrantes adultos, que nasceram ou chegaram ainda novos ao país receptor. Conforme definido por Waters, Kasinitz, Mollenkopf (2004) a segunda geração e a geração 1.5 são pessoas as quais os pais eram imigrantes, mas que nasceram ou foram substancialmente criadas no país receptor. Desse modo, este estudo descreve algumas características da geração 1.5 na cidade de São Paulo, e para tal entenderemos a geração 1.5 como definida por Kanzintz, ou das crianças imigrantes, como definido por Portes (1996).

Com objetivo de observar a presença da geração 1.5, ou seja, das crianças imigrantes, na cidade de São Paulo, a metodologia adotada foi a análise dos dados fornecidos pela Secretária Estadual de São Paulo - fornecidas pelo Centro de Informações da Secretária Estadual de Educação e são referentes ao Censo Escolar de 2010 – acerca da presença de estrangeiros na rede de ensino de todo o Estado. Os dados são referentes ao número de alunos estrangeiros nas redes públicas municipais, estaduais e nas redes particulares. Os dados continham apenas informações sobre o ano de nascimento dos mesmos, a série de ensino frequentada, a cidade e a escola com presença dessas crianças e adolescentes. Os dados são referentes aos alunos matriculados no ano de 2010.

Para tanto foram consideradas como geração 1.5 os alunos que tinham no máximo 20 anos de idade, ou seja, nasceram entre 1990 e 2009. Excluindo, portanto, os alunos que nasceram antes de 1990. A escolha do ano limite como 1990 deveu-se a dois motivos; primeiro, por considerarmos a geração 1.5 aquela matriculada na rede de ensino no ano de 2010 (até o último ano do ensino médio) com idade entre 17 e 18 anos, tendo, portanto, realizado parte dos estudos no Brasil. O segundo motivo está relacionado à defasagem série/idade, ou seja, entre a idade e a série de correspondência; fato que pode afetar principalmente as crianças imigrantes, já que muitas vezes os recém- chegados ao país ficam meses ou anos sem estudar. Assim, o limite de até 20 anos se deve a essa disparidade.

Com tais informações é possível captar a geração 1.5 de imigrantes internacionais na rede pública, mas não a segunda geração (nascidas no Brasil, mas filhos de pais estrangeiros) pelo fato das informações sobre matrícula dos alunos não conterem a nacionalidade dos pais. Segundo o Centro de Informação da Secretária Estadual de Educação a variável nacionalidade do aluno foi coletada pela primeira vez em 2010, portanto, não haveria informações sobre a nacionalidade dos alunos para os anos anteriores, não possibilitando um estudo comparativo sobre a geração escolar imigrante em São Paulo.

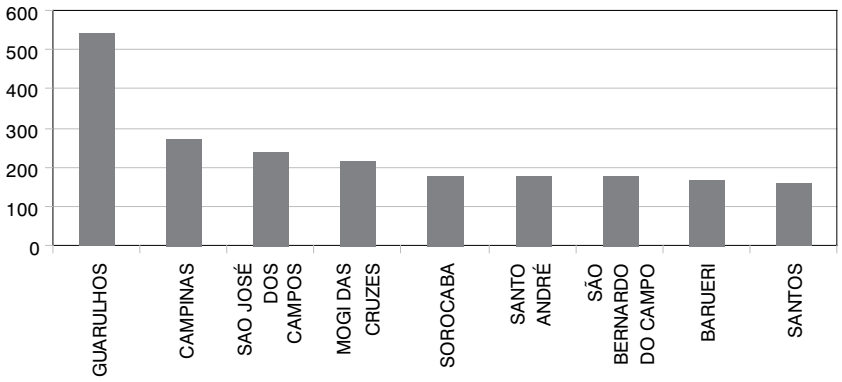
Assim, ao observarmos os dados dos alunos estrangeiros matriculados na rede de ensino de São Paulo, é possível observar que para o estado de São Paulo existiam 14.879 alunos estrangeiros para o ano de 2010, ou seja, aproximadamente 1,5% dos alunos matriculados eram estrangeiros.

No entanto, desses 14.879, 635 tinham nascidos antes de 1990 e, portanto, não foram considerados como geração 1.5. No entanto, a diferença entre os que nasceram em 1990 e tinham 20 anos e os que nasceram no ano de 1992 e tinham 18, foi de 210 alunos, logo, dos alunos que tinham mais de 18 anos perfaziam apenas 1,4% do total da geração 1.5.

Em relação à distribuição geográfica dos mesmos foi possível observar que 49,5% dos alunos estavam matriculados em escolas da cidade de São Paulo, e, portanto, residiam na cidade, enquanto 50,5% se encontram em outras cidades, tanto do interior como da região metropolitana, mas de forma bastante dispersa. Conforme indica o Gráfico 1 é possível observar

as noves cidades com maior presença de geração 1.5, depois da cidade de São Paulo; são elas: Guarulhos, Campinas, São José dos Campos, Mogi das Cruzes, Sorocaba, Santo André, São Bernardo do Campo, Barueri, Santos. Ou seja, cidades inseridas em contextos metropolitanos ou vizinhas à RMSP com trajetória histórica da presença imigrante.

GRÁFICO 1. Municípios com maior presença de Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 20 anos de idade) – Rede de ensino do Estado de São Paulo, 2010

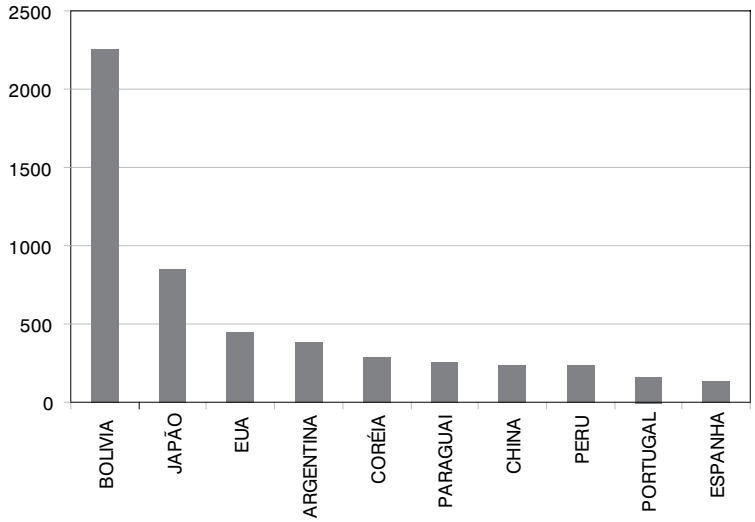


Fonte: Censo Escolar 2010/ Secretária Estadual de São Paulo. Observatório das Migrações em São Paulo, NEPO-UNICAMP/ FAPESP/CNPq.

Sobre a nacionalidade de origem da geração 1.5 podemos observar que a maior presença da geração 1.5 para a cidade de São Paulo foi de bolivianos, seguidos de japoneses. Para o conjunto do Estado de São Paulo, a situação se inverteu, sendo maior a presença de japoneses, seguidos de bolivianos, conforme é possível observar nos gráficos 2 e 3.

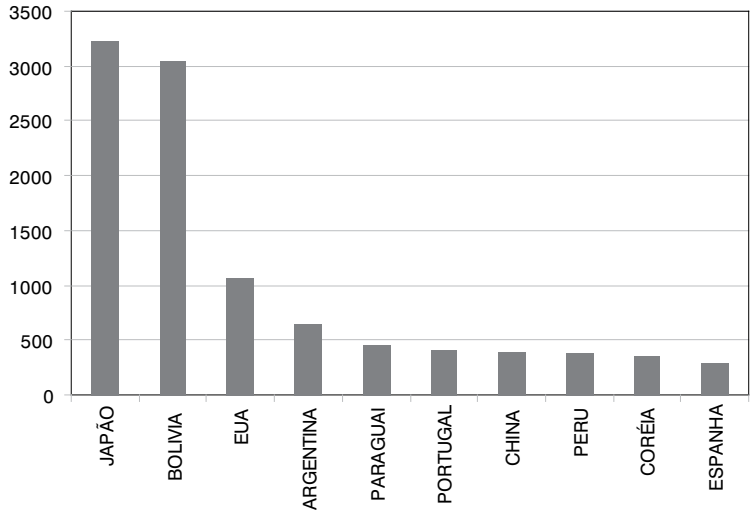
Também é possível observar a forte presença de crianças provenientes dos Estados Unidos, em terceiro lugar tanto para o estado como para cidade. Ademais, as nacionalidades argentina, chinesa, coreana, espanhola, paraguaia, peruana e portuguesa, que se alternaram de entre os volumes no estado e na cidade.

GRÁFICO 2. Nacionalidades com maior presença de Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 20 anos de idade) – Rede de ensino do Município de São Paulo, 2010



Fonte: Censo Escolar 2010/ Secretária Estadual de São Paulo. Observatório das Migrações em São Paulo, NEPO-UNICAMP/ FAPESP/CNPq.

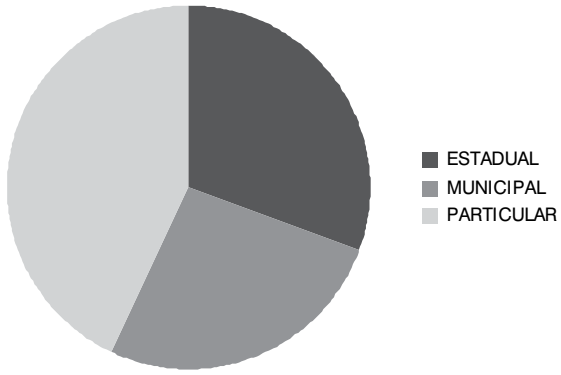
GRÁFICO 3. Nacionalidades com maior presença de Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 20 anos de idade) – Rede de ensino do Estado de São Paulo, 2010



Fonte: Censo Escolar 2010/ Secretária Estadual de São Paulo. Observatório das Migrações em São Paulo, NEPO-UNICAMP/ FAPESP/CNPq.

Para a geração 1.5 de imigrantes na cidade de São Paulo, é possível observar que 48,4% estavam matriculadas na rede particular de ensino, enquanto 51,6% estavam matriculadas na rede pública. Dos imigrantes que estavam matriculados na rede pública, 32,7% estavam na rede estadual e 18,9% estava na rede municipal, conforme Gráfico 4.

GRÁFICO 4. Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 20 anos de idade) – Rede de ensino do Município de São Paulo – (particular/estadual/municipal), 2010



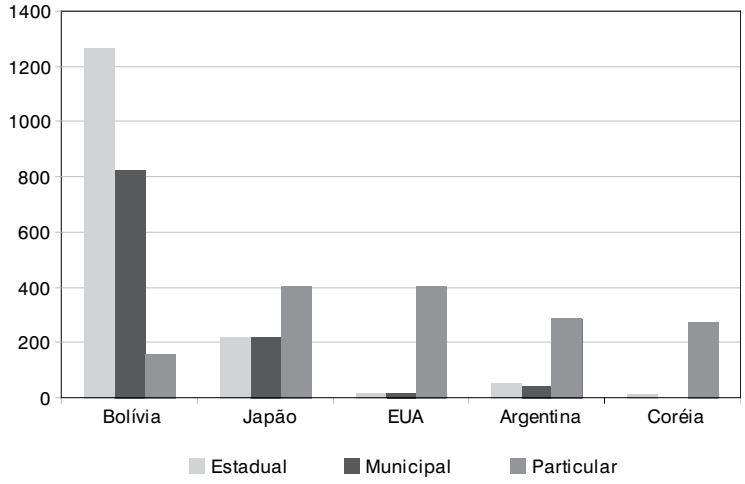
Fonte: Censo Escolar 2010/ Secretária Estadual de São Paulo. Observatório das Migrações em São Paulo, NEPO-UNICAMP/ FAPESP/CNPq.

No entanto, se analisarmos a presença na rede de ensino por nacionalidade é possível observar que existem grandes diferenças entres os grupos, conforme é possível observar no Gráfico 5.

Entre os bolivianos apenas 7,2% estavam matriculados em escolas particulares, enquanto a grande maioria, 92,8%, estava matriculada em escolas públicas. Já entre os alunos de origem japonesa 48% estavam matriculados na rede particular, enquanto 52% na rede pública. Entretanto, entre os alunos de origem estadunidense, 92,1% estavam matriculados nas escolas particulares e apenas 7,9% estavam em escolas públicas.

Portanto, é possível observar como a presença de bolivianos é massiva na rede pública, da mesma forma que estadunidense é na rede particular. Enquanto o grupo de alunos com nacionalidade japonesa se divide quase equitativamente entre a pública e a particular. Para os argentinos e coreanos podemos observar que a maioria estava matriculada em escolas particulares, 74,7% e 94,8%, respectivamente.

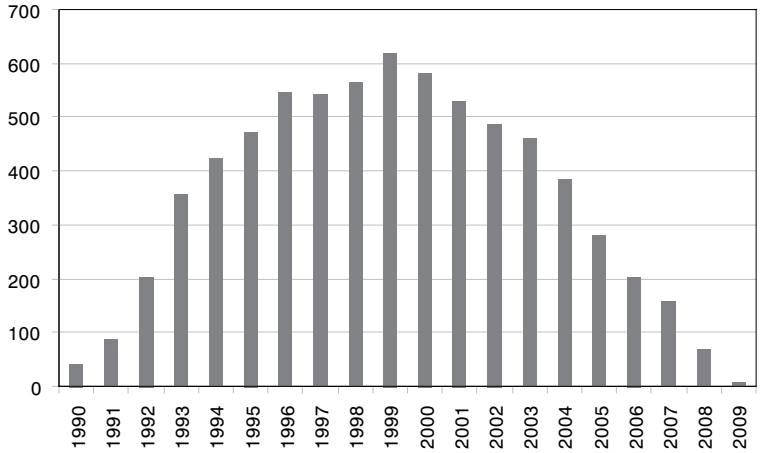
GRÁFICO 5. Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 20 anos de idade) por nacionalidade – Rede de ensino do Município de São Paulo (particular/estadual/municipal), 2010



Fonte: Censo Escolar 2010/ Secretária Estadual de São Paulo. Observatório das Migrações em São Paulo, NEPO-UNICAMP/ FAPESP/CNPq.

Conforme podemos notar a partir do Gráfico 6, o ano de nascimento dos alunos da geração 1.5, demonstra que 10,3 % tinha 5 anos ou menos[1], 34,8% tinha entre 6 e 10 anos, 39% tinha entre 11 e 15 anos e 15,9% tinha entre 16 a 20 anos. Logo, 45,1% dessas crianças tinham 10 anos ou menos, ou seja, tinham nascido entre 2000 e 2010.

GRÁFICO 6. Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 20 anos de idade) por ano de nascimento – Rede de ensino do Município de São Paulo, 2010

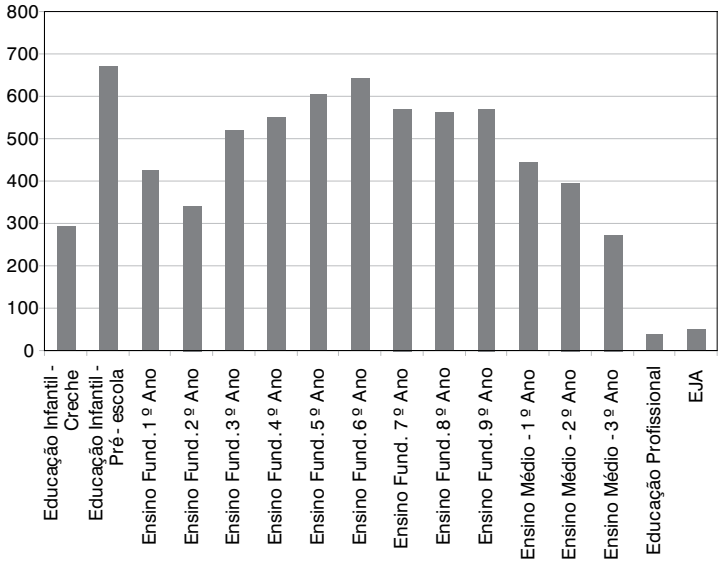


Fonte: Censo Escolar 2010/ Secretária Estadual de São Paulo. Observatório das Migrações em São Paulo, NEPO-UNICAMP/ FAPESP/CNPq.

[1] A idade acima referida é uma aproximação, uma vez que a informação sobre a idade do aluno é referente ao ano de nascimento do aluno, não podendo ser calculada exatamente pela falta de informação sobre o mês de nascimento dos mesmos.

Em relação à série escolar que geração 1.5 frequentava para o ano de 2010, foi possível notar que a grande maioria cursava o Ensino Fundamental, 78,4%, destes 44,7% o Ensino Fundamental 1 e 33,7% o Ensino Fundamental 2. Apenas 4,2 frequentava o Ensino Infantil, a creche. Além disso, 16% cursava o Ensino Médio e 1,4% frequentava a Educação Profissional ou Ensino Médio Integrado, conforme demonstra o Gráfico 7.

GRÁFICO 7. Geração 1.5 (imigrantes estudantes da rede de ensino com até 20 anos de idade) por série que frequentava – Rede de ensino do Município de São Paulo, 2010



Fonte: Censo Escolar 2010/ Secretária Estadual de São Paulo. Observatório das Migrações em São Paulo, NEPO-UNICAMP/ FAPESP/CNPq.

Ao analisarmos as características da geração 1.5 na cidade de São Paulo, enfatizando as três nacionalidades com maior volume, podemos observar a forte presença de bolivianos na rede de ensino, decorrente do crescente fluxo boliviano para a cidade.

No entanto, no caso dos japoneses e estadunidenses seria preciso mais dados e análises aprofundadas para compreender a origem dessas crianças e adolescentes; nesse caso é possível vislumbrar duas hipóteses, a primeira delas é que essas crianças sejam filhos de imigrantes altamente qualificados que vieram a trabalho ao Brasil, tanto norte-americanos como japoneses, a segunda hipótese seria que essas crianças possam ser filhos de brasileiros retornados do exterior para o Brasil.

Independentemente dos motivos pelos quais essas crianças e adolescentes migram com suas famílias para o Brasil, o fato é que elas são presença marcante nas escolas do estado e principalmente da cidade de São Paulo. Isto nos leva a pensar na necessidade de políticas educacionais que contemple as necessidades e especificidades dessas crianças imigrantes no sistema escolar paulista.

Como foi possível identificar com as informações apresentadas,a geração 1.5 (filhos de imigrantes com até 20 anos de idade) matriculada na rede de ensino de São Paulo é diversificada e com grande concentração na rede pública de ensino. Observamos também que quase a metade apresenta menos de 10 anos de idade a 15 anos. No contexto atual dos processos migratórios, pode-se vislumbrar que parte dessas crianças não retornarão ao país de origem, sendo, portanto, sua socialização aqui no Brasil. Desse modo, torna-se imprescindível que a sociedade esteja preparada para atender e formular políticas ao novo público-alvo do sistema educacional do país: a geração imigrante internacional.

Referências

ANTICO, C. "Imigração internacional no Brasil durante a década de 80: explorando alguns dados do Censo de 1991". In: Anais XI Encontro Nacional de Estudos de População da ABEP, 1998, Caxambu: ABEP, 1998.

BAENINGER, R.; LEONCY, C. "Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registro de entradas e saídas na polícia federal" In: CNPD. Migrações internacionais – Contribuições para políticas. Brasília, DF: 2001. p. 187-242.

BATISTA JR, P. N. A América do Sul em movimento. Revista de Economia Política, vol. 28, nº 2 (110), pp. 226-238 abril-junho/2008.

CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. R. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. São Paulo: ANPOCS, 2007. (Paper Anpocs).

DOMENACH, H.; PICOUET, M. Les migrations. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

_____. El caráter de reversibilidad en el estudio de la. migración. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990.

FAZITO, D. Análise de Redes Sociais e a Migração: Mito e realidade. Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, Ouro Preto, 2002.

FAUSTO, B. Historiografia da imigração para São Paulo. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1991.

FIORI, José L. "Ajustes e milagres latino-americanos" In: Os Moedeiros Falsos. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1997.

KASINITZ, P; MOLLENKOPF, J. H.; WATERS, M. C. "Worlds of the second generation" In: KASINITZ , P; MOLLENKOPF, J. H.; WATERS, M. C. Becoming New Yorkers: ethnographies of the new second generation. New York: Russell Sage Foundation, 2004.

MEDEIROS, Carlos A. "Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina" In: FIORI, J. L., CONCEIÇÃO, M. T. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

PAIVA, O. C. "A imigração de latino-americanos para São Paulo (Brasil): dois tempos de uma mesma história." São Paulo, Pastoral do Imigrante, 2007. Disponível na internet www.memorialdoimigrante.org.br/arquivos/artigofranca.pdf Acesso em setembro de 2009.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.21, n.60, fev./2006.

_____. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005, formato PDF.

PATARRA, N. "Migrações internacionais e integração econômica no cone Sul: notas para discussão" In: SALES, T.; SALLES, M. do R. R. (orgs). Políticas migratórias:América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. 2002.

PATARRA, N. "Principais fluxos migratórios entre os países da América do Sul " In: SEMINÁRIO: Migrações na América do Sul. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Brasília,2009. Disponível na internet: https://sistema.planalto.gov.br/.../exec/.../ApresentacaoProfNeide.pdf Acesso em setembro de 2009.

PORTES, A. The New Second Generation. New York: Russel Sage Foundation, 1996.

PORTES, A; HALLEY, W; FERNANDEZ-KELLY, P. "Filhos de imigrantes nos Estados Unidos". Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, v. 20, n. 1, São Paulo, 2008.

SILVA, Sidney A. Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. "Latino-americanos em São Paulo: aspectos de sua reprodução social e perspectivas" In: XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998. Caxambu: Anais, 1998. http://www.anpocs.org.br/encontro/1998/1998.htm Acesso em setembro de 2009.

_____. "Faces da latinidade: Hispano-americanos em São Paulo" In: Textos NEPO 55, Campinas/ UNICAMP, 2008.

SALES, T. "A organização dos imigrantes brasileiros em Boston, EUA". In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.19, n.3, jul./set.2005.

_____. Brasileiros longe de casa. São Paulo: Cortez, 1999.

SALES, T; LOUREIRO, M. "Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA." In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2004. Caxambu: ABEP, 2004. Formato PDF.

MIGRAÇÃO FEMININA: UM DEBATE TEÓRICO E METODOLÓGICO NO ÂMBITO DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Roberta Guimarães Peres

O objetivo principal deste estudo é contribuir para o debate da incorporação dos estudos de gênero aos estudos de população. Para tanto, toma-se uma das grandes variáveis demográficas – a migração – para buscar intersecções que possam aprofundar a interdisciplinaridade nos estudos, buscando a superação de desafios teóricos e metodológicos através dos recentes avanços tanto dos estudos de gênero, quanto de migração. Neste sentido, busca-se discutir a migração internacional no âmbito teórico e metodológico dos estudos de gênero. Desta forma, a questão "de que maneira se articulam a migração de mulheres e seus condicionantes e que tipo de impactos e especificidades se observam deste fenômeno?" se faz central.

Avanços teóricos recentes dos estudos de migração ressaltam a importância de se estudar diferenciais por sexo, transformações nas relações de gênero e também de um aporte específico para este fenômeno. Segundo Boyd e Grieco (2003, p. 61),

> O gênero está profundamente enraizado na determinação de quem se movimenta, como esses movimentos se dão e quais os impactos nas famílias e mulheres migrantes. Se as teorias de migração internacional integram as relações de gênero de maneira adequada e eficaz, devem levar em conta fatores sutis e óbvios que se misturam para criar diferentes experiências ao longo da migração. A definição e compreensão destes fatores melhor fundamentam as teorias de migração internacional e também as experiências individuais de mulheres migrantes em todo o mundo[1].

Ao incorporar os diferenciais por sexo bem como as relações de gênero às análises de fluxos migratórios, indo além da descrição das diferenças entre homens e mulheres, as teorias de migração avançam no sentindo de compreender as experiências das mulheres migrantes

[1] Tradução livre da autora: "Gender is deeply embedded in determining who moves, how those moves take place, and the result futures of migrant women and families. If internacional migration theory is to incorporate gender appropriately and effectively, it must take into account the subtle as well as the obvious factors that coalesce to create different experiences all along the migration spectrum. Further defining and understanding these forces and outcomes will greatly enhance theorical grounding of international migration in general and the individual experiences of migrant women around the world."

em esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho. Segundo Pessar (2000), há importantes intersecções entre transformações dos papéis de gênero, estratégias migratórias e inserção em diferentes mercados de trabalho ao longo do projeto migratório. A interdependência dessas estruturas causa diferentes impactos principalmente entre as mulheres, que são mais suscetíveis a essas transformações.

Compreender essas estruturas, bem como suas intersecções, exige um estudo detalhado da migração feminina num aporte teórico específico, ancorado no debate da migração e dos estudos de gênero, levando em consideração as esferas ignoradas fora dessa perspectiva. O interesse pelo estudo da migração feminina é muito recente e tem o seu início a partir de constatações de volume significativo de mulheres em fluxos migratórios onde predominavam homens ou ainda pela captação de fluxos migratórios essencialmente femininos (Castro, 2006).

Incorporar as diferentes características entre homens e mulheres na migração, bem como utilizar a perspectiva de gênero nas análises, demonstra a importância das diferenças socialmente construídas ao longo da migração. Esses "fatores sutis" definidos por Boyd e Grieco (2003) referem-se a essas transformações sofridas, sobretudo, na família e com o ganho de autonomia através da entrada da mulher migrante num mercado de trabalho diferenciado.

As relações de gênero socialmente construídas, definidas por Bourdieu (2000), são estruturas que tem sua gênese nas diferenças entre os sexos. Segundo Castro (2006, p. 66)

> As diferenças significativas entre os sexos são as diferenças de gênero. Cada sociedade dita o que espera de cada um dos sexos. O status sexual marca a participação de homens e mulheres nas instituições sociais, na família, na escola, na política, na economia, no Estado, nas religiões, incluem valores e expectativas do que uma sociedade espera de ser o feminino ou o masculino[2].

Num contexto migratório, essas diferenças nas relações de gênero são latentes (Morokvasic, 2003; Pessar, 2000). As transformações experimentadas por ambos os sexos são distintas e cada uma delas tem um impacto diferenciado em estruturas como família e domicílio. De fato, ao longo do processo migratório, homens e mulheres reconstroem, negociam ou reafirmam relações de poder, hierarquia e a própria identidade (Castro, 2006).

Daí a importância de um estudo aprofundado da migração feminina. As experiências das mulheres, captadas e analisadas através de uma metodologia específica, oferecem outro sentido ao fenômeno, incrementam e aprofundam seu conhecimento. As lógicas de gênero (Kebabza, 2004), em contextos migratórios, se expressam de forma "sutil e íntima". Constrangimentos como ganho ou perda de autonomia, o debate entre a permanência e o retorno, renegociações entre os sexos, são fatores importantes para o estudo da migração feminina, uma vez que é através dessas transformações que as mulheres afirmam-se como agentes de equidade no fenômeno.

É preciso reconhecer, no entanto, a necessidade de uma mudança nas perspectivas teóricas e metodológicas para o estudo da migração de mulheres. Segundo Castro (2006, p. 79),

> Os marcos conceituais e metodologias de investigação utilizados para o estudo da migração masculina não são adequados para a investigação deste fenômeno em sua contrapartida feminina, já que se reconhece que o ser mulher ou o ser homem incide definitivamente nas motivações, incentivos, limitações e nas possibilidades; isto é, a análise da migração feminina

[2] Tradução livre da autora: "Las diferencias significativas entre los sexos son las diferencias de género. Cada sociedad dictamina qué espera de cada uno de los sexos. El status sexual marca la participación de hombres y mujeres em las instituiciones sociales, em la familia, la escuela, la política, el Estado y em las religionesm las quales incluyen valores y expectativas de lo que uma sociedad espera del ser feminino o masculino".

> ou masculina é atravessada não somente por fatores econômicos, étnicos, de geração, mas também, fundamentalmente, por gênero[3].

Boyd e Grieco (2003) definem estágios do processo migratório em que a incorporação da perspectiva de gênero é fundamental. O primeiro, o estágio pré-migração, inclui fatores como as relações de gênero e hierarquia e papéis desempenhados por homens e mulheres no país de origem. O segundo, o cruzamento da fronteira, refere-se às políticas migratórias dos países de origem e destino – que podem afetar diferentemente a migração de homens e mulheres, estratégias migratórias, imagens estereotipadas de ocupações e papéis masculinos e femininos e o potencial de entrada das mulheres no mercado de trabalho receptor. Por fim, o estágio pós-migratório, trata do impacto das mulheres num determinado fluxo, no mercado de trabalho receptor e no status dos papéis na família e no domicílio.

Papéis desempenhados por homens e mulheres ainda em seus lugares de origem também estão relacionados à perspectiva de gênero neste primeiro estágio da migração. Relações hierárquicas nos domicílios, tarefas e ocupações sexualmente definidas bem como diferentes redes e seus usos afetam tanto a seletividade, quanto as estratégias migratórias utilizadas por homens e mulheres.

Considerando o lugar de destino no estágio pós-migratório, ficam também evidentes os impactos da migração feminina. A dinâmica do mercado de trabalho específico onde se inserem os migrantes pode favorecer a entrada de mulheres, como no caso das bolivianas na fronteira, em Corumbá – MS (Peres, 2009), ou de brasileiras que trabalham no setor da faxina nos Estados Unidos (Fleisher e Martes, 2003).

Intersecções teóricas e metodológicas: relações de gênero e o estudo da migração

Um dos avanços teóricos mais relevantes no campo dos estudos das migrações nos últimos trinta anos é a incorporação da equidade entre homens e mulheres no processo migratório (Morokvasic e Erel, 2003). As experiências dos migrantes – sociais, políticas, econômicas e culturais – apresentam diferenciais por sexo, resultando em relações de gênero reconstruídas ao longo das trajetórias e precisam ser levados em consideração.

Encarar as mulheres como agentes secundários de processos migratórios, invisíveis em suas especificidades, implica em ignorar complexidades e heterogeneidades. "O atual contexto dos fenômenos migratórios obriga a construção de novos olhares e perspectivas" (Morokvasic e Erel, 2003, p. 15)

Tanto em relação a perspectivas teóricas quanto à própria coleta de dados para estudos de migração, as mulheres são deixadas em segundo plano, como acompanhantes, dependentes ou simplesmente invisíveis nos fenômenos analisados. Massey e Espinosa (1998) constroem em seu estudo uma pesquisa de campo e proposições teóricas para a migração mexicana para os Estados Unidos: a amostra utilizada pelos autores foram homens chefes de domicílios.

O questionamento da migração como um fenômeno essencialmente masculino foi uma preocupação do movimento feminista, sobretudo nos anos 1990, a fim não somente de tornar visíveis as mulheres no fenômeno migratório, mas mostrar que padrões, causas, experiências

[3] Tradução livre da autora: "Los marcos conceptuales y metodologías de investigación utilizados para el estudio de la migración masculina no son adecuados para la investigación de este fenómeno en su contraparte femenina, ya que se reconoce que el ser mujer o el ser hombre incide definitivamente en las motivaciones, los incentivos, las limitaciones y las posibilidades, es decir el análisis de la migración femenina o masculina está atravesada no sólo por factores económicos, étnicos, generacionales sino fundamentalmente por el género".

e impactos da migração são diferentes para homens e mulheres (Kofman, 1999; Chant, 1992; Morokvasic 1983; Oso, 1994).

Os estudos migratórios sobre o primeiro foco nas mulheres migrantes trouxeram à tona esses diferenciais por sexo antes ignorados. As diferentes motivações para migrar, estratégias, uso de redes sociais, inserção na sociedade de destino, foram as informações a serem processadas separadamente entre homens e mulheres, o que também forçou mudanças no campo metodológico desses estudos. A dificuldade de obtenção de dados desagregados por sexo foi uma dificuldade a ser superada (Instraw, 1994).

Os primeiros estudos com este enfoque buscaram, então, "compensar" a ausência das mulheres em análises de processos migratórios. Desta forma, a tendência foi substituir relações de gênero pela análise dos diferenciais por sexo em fluxos migratórios. Era preciso, no entanto, superar esta fase compensatória e aprofundar as análises para compreender as transformações nos papéis e relações de gênero ao longo da migração. Segundo Morokvasic e Erel (2003, p. 11)

> Analisar a migração sob a perspectiva de gênero não significa apenas que as mulheres devem ser acrescentadas onde estavam faltando. Esta perspectiva exige o olhar para processos e discursos na migração envolvendo mulheres e homens e suas relações entre si no domicílio, na comunidade em que estão inseridos e nas relações internacionais[4].

É preciso reconhecer, no entanto, que o primeiro passo para uma análise sob esta perspectiva de gênero é o estudo dos diferenciais entre homens e mulheres ao longo do processo migratório, trazendo à tona a equidade entre os agentes na migração e não somente colocando a mulher migrante no papel secundário de acompanhante ou ainda, no da reunificação familiar.

Após esse primeiro momento, em que se fez fundamental a desconstrução da figura do homem provedor ("*male breadwinner*") em contextos em que homens e mulheres se arriscam paralelamente em projetos migratórios (Harzig, 2003), propõe-se o estudo da migração feminina à luz de transformações sofridas por homens e mulheres ao longo do processo migratório, tendo como pano de fundo as relações de gênero. Neste sentido, apresentamos três diferentes relações que podem, por um lado, aprofundar as investigações sobre migração internacional e, por outro, estabelecer um diálogo direto e contribuir com o debate acerca dos estudos de gênero.

Trajetórias migratórias e ciclo de vida

As trajetórias migratórias de mulheres revelam suas motivações, transformações sofridas ao longo do processo e ainda, estratégias utilizadas não apenas para percorrer etapas migratórias distintas, mas para planejá-las em função de outros fatores, especialmente ligados ao planejamento do ciclo de vida familiar. Segundo Chaves (2009, p. 137),

> Relacionar a migração com os diferentes estágios do ciclo de vital – que interfere com maior peso na vida das mulheres, em função dos múltiplos papéis assumidos por elas em certas etapas – se mostrou importante para elucidar aspectos da dimensão familiar e individual da migração feminina.

Trajetórias migratórias não se definem, portanto, apenas no percurso percorrido pelos migrantes em direção a seu destino: é importante apreender o uso estratégico de cada um dos espaços componentes desta trajetória, em suas variadas formas. Segundo Baeninger e Souchaud (2007, p. 4)

[4] Tradução livre da autora. "Gendering migration does not only mean that one should be adding women where they are missing. It means looking at processes and discourses in migrations involving women and men and their relations to one another in household level, in the local community and international relations."

> Hoje a migração, em muitos casos, não é um processo linear, mas feita de desvios, retornos, idas e vindas. A multiplicação dos lugares na migração não é aleatória, constitui ou acaba formando uma estratégia, na qual os espaços são considerados como recursos, num processo cumulativo. A circulação dos indivíduos e de bens e informações que lhes são associados, em diferentes espaços articulados entre si, criam uma dinâmica territorial complexa.

Segundo Tarrius (2000, p. 44), durante toda a vida os indivíduos desenvolvem estratégias residenciais que nada tem a ver com o acaso:

> Minha preocupação residiu na construção de trajetórias que articulam a história de vida, tal como a descreve cada interlocutor e os acontecimentos gerais, exteriores às vontades individuais, mas contribuindo com a construção dos destinos[5].

De acordo com Pessar (2000) a base da construção de qualquer trajetória migratória feminina é o ciclo de vida – individual e familiar. Ou seja, independente das expectativas construídas no lugar de origem, as trajetórias migratórias são dependentes do ciclo de vida das mulheres migrantes. Um fator importante é sem dúvida a nupcialidade. Mas o planejamento do ciclo de vida, tanto individual quanto familiar é a questão central que define as trajetórias migratórias. Os usos dos espaços de acordo com esse planejamento orientam a mobilidade das mulheres migrantes.

Analisadas as trajetórias migratórias das mulheres em função de seu ciclo de vida, observa-se uma estreita relação entre essas duas estruturas. O ciclo de vida, especialmente casamento e nascimento de filhos, é planejado em função das etapas migratórias percorridas e dos usos estratégicos de cada um desses espaços. De acordo com o momento do ciclo de vida em que se encontram essas mulheres, são identificados por elas diferentes recursos em etapas migratórias iguais.

Estratégias migratórias e redes sociais

Se as trajetórias migratórias das mulheres estão diretamente relacionadas ao planejamento do ciclo de vida individual e familiar, é necessário observar de que maneira essa articulação se estabelece: quais as estratégias dessas mulheres para cumprir suas trajetórias migratórias em função de seu ciclo de vida? De que rede de apoio dispõem? A que tipo de auxílio recorrem?

Segundo Cunha, Souchaud, Baeninger e Carmo (2006, p. 192)

> As estratégias migratórias estabelecem-se em nível da formação e utilização de redes relacionais e de tipos de deslocamentos entre diferentes pontos do espaço migratório.

Um dos avanços teóricos mais significativos para o estudo da migração feminina foi o reconhecimento deste fenômeno como independente de fluxos migratórios em que a mulher tem o papel de acompanhante e ainda aqueles em que a migração de mulheres faz parte de uma estratégia familiar de sobrevivência. Segundo Morokvasic (2000), o estudo das estratégias migratórias ressalta importantes diferenças entre a migração masculina e feminina, revelando fenômenos distintos e independentes.

Ainda que estudos específicos sobre migração feminina tenham definido este fenômeno como componente de uma estratégia familiar e não individual – como fluxos migratórios com fins matrimoniais – observando outros fluxos migratórios, compostos por ambos os sexos,

[5] Tradução livre da autora: "Mi preocupación residió em la construcción de trayectorias que articulan la historia de vida, tal como la describe cada interlocutor y los acontecimientos generales, exteriores a las voluntades individuales pero contribuyendo a la construcción de los destinos".

pode-se isolar importantes fatores específicos entre as mulheres (Morokvasic, 2000, p. 896). Estes fatores estendem-se desde a seletividade das migrantes até as mudanças experimentadas por elas ao longo de suas trajetórias.

Neste sentindo, entende-se como migração feminina não apenas fluxos compostos exclusivamente por mulheres, mas o conjunto de diferenciais que fazem as trajetórias e estratégias utilizadas pelas mulheres serem diferentes das utilizadas pelos homens.

Trabalho imigrante e relações de gênero

Migração feminina, entrada das mulheres no mercado de trabalho na sociedade de destino e transformações dos papéis de gênero desempenhados na família: de acordo com diversos autores, essas estruturas mantêm estreitas relações entre si e abrigam profundos diferenciais entre homens e mulheres (Pessar, 2000; Morokvasic, 2000; Oso Casas 2005; Pessar e Mahler, 2001). Segundo Morokvasic (2000, p. 895)

> O impacto da entrada das mulheres no mercado de trabalho pode ser determinado pelas possibilidades de emprego encontradas pelos homens. Quando essas oportunidades são poucas, podem ocorrer mudanças drásticas na estrutura familiar com o aumento do número de domicílios chefiados por mulheres[6].

No caso de fluxos migratórios femininos – ou aqueles em que as mulheres não exercem o papel de acompanhantes ou agentes de reunificação familiar – a entrada no mercado de trabalho proporciona transformações em seus papéis dentro do domicílio e perante a família. Mais ou menos favorecidas pelos contextos dos lugares de destino, as mulheres passam a participar da composição da renda familiar e essa mudança dá início a uma cadeia de transformações que se estendem desde o poder de decisão na família, até mudanças de expectativas temporais nos fluxos migratórios. Observa-se esse tipo de transformação em diferentes contextos em que as mulheres encontram mais facilidades para se inserir em mercados específicos de trabalho, frequentemente construídos a partir de redes migratórias essencialmente femininas, como é o caso do comércio na fronteira entre Brasil e Bolívia (Peres, 2009), ou das brasileiras no setor dos serviços domésticos nos Estados Unidos (Fleischer e Martes, 2003).

Segundo Marri e Wajnamn (2007, p. 20),

> A mudança do status da esposa na composição da renda familiar traz consigo alterações nos papéis desempenhados por estas no mercado de trabalho, nos casamentos e nas famílias. O aumento da renda de um dos parceiros, digamos da mulher, relativamente aos rendimentos do marido, eleva, teoricamente, seu poder de barganha. Esposas que recebem mais do que seus maridos têm maior poder de decisão.

Segundo Pessar (2000), os vínculos existentes entre o trabalho das mulheres migrantes e o domicílio são relacionados não só à mudança da figura do responsável, mas também à organização, controle da renda e divisão do trabalho doméstico. A participação dos homens nas atividades domésticas varia de acordo com a composição e com o estágio do ciclo de vida do domicílio.

Os papéis de gênero desempenhados por homens e mulheres antes da migração são bastante "resistentes", e essa transformação é um processo que acaba por contestar, dentro do domicílio, relações de poder e autoridade (Morokvasic, 2003). É no domicílio em que são

[6] Tradução livre da autora: "The impact of waged employment on women can be determined by the possibilities of employment for men. When these are lacking, drastic changes in family structure can occur with increasing numbers of female households".

criados e reproduzidos, de uma geração a outra, valores, padrões de comportamento, normas ideológicas e de gênero que requerem a reprodução da estrutura sócio-econômica e cultural. É no domicílio que se moldam formas de pensamento e comportamento sexual e social, por isso se reconhece que a família produz e reproduz pautas culturais e de gênero. A unidade doméstica é um cenário onde se dividem objetivos comuns, mas também conflitos e negociações entre seus integrantes, gerando tensões, desequilíbrios e desigualdades.

O debate metodológico e os estudos de migração feminina

Ainda que o debate teórico acerca dos estudos de migração feminina tenha proporcionado avanços significativos para a captação e o entendimento de fluxos migratórios como um todo e não somente fixados na ideia da mudança definitiva de residência, é através do debate metodológico que esses avanços se refletem. A busca por outras fontes de dados que possam captar fluxos migratórios cada vez mais dinâmicos nada mais é do que uma das consequências deste debate teórico que tem ajustado o foco dos pesquisadores diante de um fenômeno social tão complexo como a migração.

Construir uma metodologia para o estudo da migração feminina nada mais é do que buscar uma forma de refletir empiricamente os recentes avanços teóricos resultantes da intersecção dos debates dos estudos de gênero e migração. Neste sentido, as "fontes de dados tradicionais" (Maguid, 1995) muitas vezes, por sua própria concepção, periodicidade, cobertura ou definição de conceitos, não se aplicam a um fluxo migratório feminino. Faz-se necessário, então, lançar mão de outros recursos metodológicos que superem as limitações dos censos demográficos.

A primeira imposição aos estudos de migração feminina, sempre à luz dos debates acerca das relações de gênero, é a definição da unidade de análise, se o indivíduo ou a família. Aragon (1984, p. 1375) já havia definido a importância do domicílio e da família nos estudos migratórios:

> A tese da migração como estratégia familiar sugere a utilização de redes familiares como fontes de coleta de informações sobre fluxos migratórios como um todo. Se é tendência que parentes acompanhem parentes no processo de migração, é lógico que as famílias se constituem como as melhores unidades para coleta de dados. Assim, é necessário desenvolver técnicas e ferramentas que substituam a obtenção de dados de indivíduos por levantamentos domiciliares sobre a mobilidade espacial dos seus familiares, possibilitando o mapeamento de redes e a identificação de fluxos totais[7].

Tomar como coletiva – sobretudo no âmbito da família – a decisão de migrar é resultado da superação de teorias que restringiam esta decisão a um cálculo racional individual. Modelos econômicos clássicos, principalmente o de forças de atração/expulsão (Ravenstein, 1885), ocultaram fatores que influenciam a decisão de um indivíduo a entrar num fluxo migratório, desde a elaboração das primeiras teorias de migração.

Dada não apenas a tese de parentes seguirem parentes, citada por Aragon (1984), mas outros fatores como os impactos da migração em sua organização, o domicílio é a unidade de análise mais indicada no caso de coleta de dados para o estudo de fluxos migratórios femininos. Segundo Bilac (1995, p. 69)

[7] Livre tradução da autora. "The thesis of migration as a family strategy suggests the use of kin networks as sources for gathering information about total migration flows. If the tendency for relatives is to follow relatives in the migration process, it stands to reason that families would constitute the best units for data collection. Hence, it should be possible to develop research techniques that obtain surrogate data by surveying household members about the spatial mobility of their relatives, making possible the mapping of family networks and the identification of total flows" (Aragon, 1984, p. 1375).

> Os estudos sobre migração feminina contribuíram para a crítica das teorias migratórias baseadas nos modelos econômicos clássicos, principalmente as do tipo ***push-pull forces***, uma vez que os movimentos migratórios de mulheres não se explicam facilmente como sendo produtos de decisões individuais orientadas por um comportamento economicamente racional.

O reconhecimento da entrada das mulheres em fluxos migratórios forçou um avanço teórico que explicasse, além dos motivos de atração ou repulsão econômica, os fatores que levavam mulheres a migrar. As teorias econômicas clássicas não se encaixam neste fenômeno desde o princípio, já que muitas dessas mulheres migrantes nunca trabalharam em seus países de origem (Morokvasic, 2005).

Junto com este reconhecimento (já que não se trata de um fenômeno novo, uma vez que "é preciso reconhecer que as mulheres sempre migraram", Morokvasic, 2003) surge também a necessidade de compreender por que migram essas mulheres. Estender o olhar à família e às relações de gênero ao longo do projeto migratório iluminou os estudos de migração no sentido "reivindicar transformações radicais nos próprios postulados teóricos sobre as migrações" (Bilac, 1995).

A utilização do domicílio e da família como unidades de análise nos estudos de migração não apenas incorpora as mulheres ao fenômeno, mas também expande o leque de explicações para um determinado fluxo migratório.

> As famílias funcionam como unidades de sustentação dos processos migratórios: o padrão, a motivação e as estratégias migratórias são influenciados pelo nível de recursos das residências, pela estrutura de sexo e idade da família, pelos estágios do ciclo de vida familiar (Bilac, 1995, p. 71).

Pessar (2000) propõe ainda uma ligação entre os domicílios e demais estruturas de um fluxo migratório, como o mercado de trabalho. Segundo a autora, o status de um domicílio e seus recursos influenciam o projeto migratório desde o seu planejamento e sofrem também os impactos desta migração. A transformação dos papéis de gênero ao longo da migração – dada principalmente à entrada das mulheres do domicílio no mercado de trabalho da sociedade de destino –, mudanças nas formas de organização doméstica e ainda controle diferenciado do orçamento são alguns dos impactos sofridos nos domicílios ao longo do projeto migratório.

Captar um fenômeno social complexo como a migração feminina, com diversas faces mutantes de acordo com o contexto em que está inserido, requer que se abra um leque maior de possibilidades de observação e exploração, a fim de compreender suas nuances e dinâmicas. Desta forma, um indivíduo não poderia fornecer as informações necessárias para a composição deste cenário tão rico e tão complexo.

Assim, avanços teóricos e metodológicos dos estudos de migração apontam para a necessidade do estabelecimento de um diálogo cada vez mais estreito com os estudos de gênero. Família, domicílio, negociação e reconstrução dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres ao longo de processos migratórios são dimensões que já não podem ser deixadas de lado pelos estudos de migração. Nesse sentido, a proposta deste trabalho foi apresentar os avanços teóricos dos estudos de gênero que podem contribuir com os estudos de migração, bem como discutir novas metodologias que reflitam esses avanços.

Neste sentido, novas fontes de dados, que incorporem a captação de diferentes dimensões migratórias tendo como pano de fundo as mudanças nos papéis de gênero são fundamentais. Alguns exemplos são as relações apresentadas neste trabalho, como trajetórias migratórias e ciclo de vida, estratégias migratórias, redes sociais e mercado de trabalho imigrante e as mudanças

provocadas por esses processos que ligam origem e destino e as várias etapas migratórias entre eles.

Estudar a migração sob a perspectiva de gênero abre novas frentes de trabalho e agendas de pesquisa, além de aprofundar o conhecimento sobre fluxos migratórios muitas vezes já consolidados, com faces ainda ocultas, e que podem contribuir de forma significativa na reflexão sobre contextos migratórios cada vez mais complexos. Fluxos migratórios essencialmente femininos, como o de bolivianas para a fronteira do Brasil com a Bolívia, em Corumbá - MS (Peres, 2009), só puderam ser captados sob este olhar interdisciplinar. A mais importante resultante desse processo, no entanto, é a percepção de que homens e mulheres passam por diferentes experiências ao longo de suas trajetórias migratórias, não podendo a análise desses fluxos ser resumida a cálculos racionais individuais, superando-se, assim, teorias econômicas – como a *push-pull forces* – para a explicação desses processos sociais.

A interdisciplinaridade entre os estudos de gênero e de população se faz, portanto, fundamental para a compreensão de diferentes processos sociais, especialmente migratórios, em que os papéis de homens e mulheres são modificados e, certamente, essas mudanças se refletem na própria configuração dos fluxos. É preciso, portanto, alimentar esse debate interdisciplinar, buscando novas metodologias que sustentem os avanços teóricos alcançados.

Referências

ASSIS, G. De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros. Tese de doutorado em Ciências Sociais – UNICAMP, 2004

AUGÉ, M. Los “no lugares”: espacios del anonimato. Barcelona, Gedisa, 1993.

BAENINGER, R.; PATARRA, N. L. São Paulo: Povigente, Povo Vigente, Povo e Gente. Textos Nepo, UNICAMP, v. 15, 1987.

BILAC, E. Gênero, família e migrações internacionais. Seminário de Emigração e Imigração no Brasil contemporâneo. São Paulo. Programa de Avaliação e acompanhamento das Migrações Internacionais, 1994.

BOYD, M & GRIECO, E. Women and Migration: Incorporationg gender into international migration theory. Migration Policy Institute. Washington, 2003.

BRITO, F. População, Espaço e Economia: Uma Perspectiva Histórica. Tese de Doutorado em Demografia. Universidade Federal de Minas Gerais, 1997.

CASAS, L. O. La réussite epagmoles de Paris: strégies de mobilité sociale et trajectories biographiques. Revué Europénne des Migrations internationales. Vol 21, n. 1, 2005.

CASTLES, C. e MILLER, M, J. The age of Migration. International Population Movements in the Modern World. New York, 1998.

Chattopadhyay, A. “Family migration and the economic status of women in Malaysia Gender and migration Willis, K; Yeoh, B (Eds.), 2000 Oxford.

COURGEAU, D. Méthodes de mesure de la mobileté spatiale : Migrations internes, mobilité temporarire, navettes. Paris, Éditions de L´Institut National d`Études Démographiques. 1988.

COURGEAU, D. Nuevos enfoque para medir la movilidad espatial interna de la población. Notas de Población, vol 18, nº 50. Santiago, Chile, CELADE, 1990.

CARVALHO, J. A. M. et al Uma caracterização dos estrangeiros nascidos em países do Mercosul e Estados Associados residentes no Brasil no ano 2000. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, 2004.

CASTRO, J.Y.C. Ahora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de gênero em una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo. Tese de Doutorado, Universidad de Granada, 2006.

CATARINO, C e MOROKVASIC, M. Femmes, genre, migration et mobilités. Revué Europénne des Migrations internationales. Vol 21, n. 1, 2005.

DOMENACH, H., PICOUET, Ml. Les migrations. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

DOMENACH, H. De la « Migratologie »... Revué Europénne des Migrations internationales, v. 12, n. 2, 1996.

DOMENACH, H. ; CELTON, D. La comunidad boliviana en Cordoba. Caracterización e proceso migratório

DUREAU, Françoise, DUPONT, Véronique; LELIÈVRE, Éva; LÉVY, Jean-Pierre; LULLE, Thierry (org) - Metrópolis en Movimiento - una comparación internacional. Alfaomega Colombiana S.A., 2002.

ENGLE L. B. The world in motion. Short essays on migration and gender. International Organization for Migration (IOM), 2004.

FAIST, T. The volume and dynamics of international mmigration and transnational spaces. Oxford Press, 2000.

FLEISCHER, S. e MARTES, A, C. B. Fronteiras Cruzadas: Etnicidade, gênero e redes sociais. Editora Paz e Terra. São Paulo, 2003.

FUSCO W. Capital Cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. Tese de Doutorado em Demografia. Universidade Estadual de Campinas, 2005.

GEORGES, E. Gender, class and migration on the Dominican Republic women experience. In: SCHILLER, N. G.; BASCH, L. Towards transnational perspective on migration. Annals of the New York Academy of Sciences, 1992.

GUILLEMAUT, F. Trafics et migrations de femmesm une hypocrisie au service des pays riches. Hommes et Migrations, nº 1248, 2004.

HARZIG, C. Immigration policies : a gendered historical comparison. In : MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) Crossing Borders and shifting boundaries. Vol I, Gender on the move. Oplanden, 2003.

HILL, L.E. Connections between U.S. female migration and family formation and dissoluiton. Migraciones Internacionales. Vol 2, n. 3, 2004. Colégio de la Frontera Norte. Espanha.

Hondagneu – Sotelo, P. Gender and US Immigration. Contemporary Trends. University of California, 2003.

Hondagneu-Sotelo, P. & AVILA, E. "I am here, but I am there": The meanings of transnational motherhood. In: Hondagneu – Sotelo, P. Gender and US Immigration. Contemporary Trends. University of California, 2003.

IANNI, O A Sociedade Global. Editora Brasiliense, 1992.

MARTINE, G. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. Anais do IV Encontro de Estudos Populacionais, vol 2, 1984.

MASSEY, D. S. et al. Worlds in Motion : understanding international migration at the end of the millennium. Claredon Press, Oxford, 1998.

MINCES, J. Les trois formes de discriminations subies par les femmes de l´immigration. Hommes et Migration, nº 1248, 2004.

MOROKVASIC, M. La mobilité transnacionale comme resource: le cas des migrants de l´Europe de l´Est. Cultures et Conflits, 32, 2002.

MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) Crossing Borders and shifting boundaries. Vol I, Gender on the move. Oplanden, 2003.

MOROKVASIC, M Birds of passage are also women… International Migration Review, vol XVIII, nº 4, 1984.

MOROKVASIC, M. In ad out of the labour market: Immigrant and minority women in Europe. New Community Gender and Migration, vol 19, nº 3, 1993.

OSO, L. Women, the pioneers of migration chains: the case of Spain. "Working Party on Migration" Seminary, 1998

PELLEGRINO, A. Migracion internacional de latino americanos en las Americas .- Santiago de Chile; CELADE, 1992.

PELLEGRINO, A (org). Migracion e integracion: nuevas formas de movilidad de la poblacion .- Monte Video, 1992.

PERES, R. G. Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá-MS. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, 2009.

PIORE, M. Birds of passage: migrant labor and industrial societies. Cambridge University Press, 1979.

PESSAR, P. R. The Linkage Between the household and workplace of dominican women in the U.S. International Migration Review, vol XVIII, nº 4, 2000.

Phizacklea, A One way ticket. Migration and female labour. Routledge & Kegan Paul. Londres, 1983.

Phizacklea, A Transnationalism, gender and global workers. In: MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) Crossing Borders and shifting boundaries. Vol I, Gender on the move. Oplanden, 2003.

PORTES, A. The Economic sociology of migration. Nova York, Russel Sage Foundation, 1995.

PORTES, A. Modes of Structural Incorporation and Present theories of labor immigration. International Migration Review, nº 7, vol 2, 1981.

RYDER, N, The cohort as a concept in the study of social change. American Sociological Reviewm New York, 1964.

SALA, G. A. Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil. Tese apresentada ao Centro de Desenvolvimento Regional, CEDEPLAR. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SALES, T. Brasileiros longe de casa. Editora Cortês, São Paulo. 1999.

SASSEN, S. The Mobility of Labor and Capital. Cambridge University Press, 1998.

SCHMINK M. Household economic strategies: a review and research agenda. Latin American Research Review, vol XIX, nº3, 1984.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: "Economia Política da Urbanização". São Paulo: Editora Brasiliense; 1973.

SOARES, W. ;. AGUIRRE, M. C. Redes Sociais, Gênero e Fecundidade: a fuga do reino das citações. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, 2002.

SOUCHAUD, S. ; FUSCO, W Uniões Exogâmicas dos migrantes bolivianos na fronteira do Brasil. Revista Travessia, n.63, 2009.

TARRIUS, A. Les nouveaux cosmopolitimes. Paris, L´Aube, 2000.

TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbain. Différenciation de groupes migrant. Annales de la recherche Urbaine, nº 50, 1994.

TARRIUS, A. Leer, describir, interpretar. Las circulaciones migratória: conveniência de la noción de "território circulatório". Los nuevos hábitos de la de identidad. Relaciones, vol XXI, nº 83, 2000.

TILLY, C. Transplanted networks. Immigration reconsidered: history, sociology and politics. Oxford Press, New York, 1990.

VERNEZ, G. Immigrant women in the US workforce. Who struggles? Who succedes? Lexington Books, 1999

WILLIS K.; YEOH, B. (eds) Gender and Migration. The International Library of studies on migration. Cambridge University Press, 2000.

SOBRE OS AUTORES

Rosana Baeninger

Socióloga, Doutora em Ciências Sociais – área de concentração Estudos de População (IFCH-UNICAMP); Livre-Docente em Mobilidade Espacial pela Unicamp; Professora do Departamento de Demografia, do Programa de Pós-Graduação em Demografia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População - Universidade Estadual de Campinas. Coordenadora do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Claudio S. Dedecca

Economista, Mestre em Ciências Econômicas e Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas, pós-doutorado em Ciência Econômica pela Université de Paris XII e livre-docência em Economia do Trabalho e Social pela Universidade Estadual de Campinas . Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp. Pesquisador Principal do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo.

Lili Katsuco Kawamura

Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo-USP, doutora em Sociologia pela USP e Livre-Docência em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, onde é atualmente professora aposentada e pesquisadora da Instituição. Fez pós-doutorado na Universidade de Nagoya (Japão). Foi professora visitante na Universidade de Tenri; professora colaboradora da Universidade de Estudos Estrangeiros de Kioto; professora do mestrado em América Latina da Universidade de Tsukuba. Pesquisadora do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo.

Lilia Terezinha Montali

Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro - USP. Mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do Núcleo do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/ Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do Projeto Temático da FAPESP: Observatório das Migrações em São Paulo.

Maria do Rosário Rolfsen Salles

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Pós- Graduação em Ciências Sociais (USP), e Doutorado em Ciências Sociais- Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Pós-Doutoramento em Sociologia Urbana junto à École des Hautes Études en Sciences Sociales. Docente aposentada e pesquisadora junto à Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara. Professora da Universidade Anhembi Morumbi, junto ao Mestrado em Hospitalidade. Pesquisadora do Projeto Temático da FAPESP: Observatório das Migrações em São Paulo.

Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e doutorado em Ciências (História) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Pesquisadora/historiadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo.

Marta Maria do Amaral Azevedo

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População / NEPO da Universidade Estadual de Campinas e professora do Programa de Pós Graduação em Demografia do IFCH/NEPO/UNICAMP. Presidente da FUNAI. Pesquisadora do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo.

Odair Cruz Paiva

Bacharel em História pela PUC-SP , Mestre em Sociologia pela UNICAMP e Doutor em História Social pela USP. Possui Pós-Doutorado pelo NEPO-UNICAMP. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pesquisador do Projeto Temático da FAPESP: Observatório das Migrações em São Paulo

Oswaldo Truzzi

Professor Associado da Universidade Federal de São Carlos, atua nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Engenharia de Produção. Possui Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Mestrado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - SP e Curso de Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo.

Paulo Eduardo Teixeira

Graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, mestrado em História Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP/Franca e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo - USP. Professor assistente doutor junto ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Marília. Pesquisador do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo.

Sênia Regina Bastos

Bacharel, mestre e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora titular do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. Pesquisadora do Projeto Temático da FAPESP: Observatório das Migrações em São Paulo.

Antônio Mendes da Costa Braga

Antropólogo, é professor e pesquisador do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFC-Unesp, SP, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo e Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul . Pesquisador do Projeto Temático da FAPESP: Observatório das Migrações em São Paulo.

Aparecido Soares da Cunha

Estatístico (UNICAPITA). Tecnologista em Nível Superior em Obras Hidráulicas (FATEC-UNESP). Pós-graduado em Administração Pública e Estatística (IPH). Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE. Doutorando em Demografia (UNICAMP). Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura Geográfica e Estatística da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Claudia Siqueira Baltar

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina. Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Claudeni Fabiana Alves Pereira

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais com enfase Antropologia na UNICAMP (2009) Tem experiência na área de Demografia e Antropologia, com ênfase em Etnolologia Indígena. Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Eder Zuccolotto

Graduado em História pela Universidade Central Paulista e especialização em Gestão Educacional pelo Centro Universitário Claretianas. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP/Araraquara,.

Fransergio Follis

Graduado e mestre em História pela UNESP/Franca-SP e doutor em Sociologia pela UNESP/Araraquara-SP. Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Centro Universitário Central Paulista – UNICEP.

Fabio Akira Shishito

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Gabriela Camargo de Oliveira

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). Especializada em Política e Relações Internacionais pelas Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia da Unicamp. Doutoranda em demografia no Programa de Pós-Graduação em Demografia da Unicamp Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Giovana Gonçalves Pereira

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Mestranda em Demografia –UNICAMP. Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Gisele Maria Ribeiro de Almeida

Bacharel em Ciências Econômicas e mestre em Sociologia, ambas as titulações obtidas junto à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutoranda pelo programa de Pós Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Julia Bertino Moreira

Professora Adjunta do curso de Relações Internacionais da UFABC, Doutora em Ciência Política, na área de Relações Internacionais, pela UNICAMP, com Visiting Fellowship no Refugee Studies Centre, University of Oxford, Mestre em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP), Graduada em Direito pela PUC-SP e em Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política, pela UNICAMP.

Juliana Arantes Dominguez

Doutoranda em Demografia (UNICAMP/IFCH/NEPO), Mestre em Sociologia (UNICAMP/IFCH). Analista de Inteligência da Diretoria Adjunta de Avaliação Institucional Interna da Anhanguera Educacional Participações S/A onde também realiza curso de Especialização em Metodologias e Gestão em Ead. Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Juracilda Veiga

Possui graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em

Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora em pós-doutorado no NEPO/Universidade Estadual de Campinas. Antropóloga da Fundação Nacional do Índio. Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Kátia Criztina da Silva Izaias

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade de Taubaté. Mestre em demografia – UNICAMP e doutoranda em Demografia. Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo.

Katiane Tatie Shishito

Graduada em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e mestrado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Doutoranda em Demografia na Universidade Estadual de Campinas.Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Lidiane Maria Maciel

Graduada em Ciências Sociais pela universidade Federal de São Carlos. Mestre em Socilogia e doutorado no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo.

Luís Abel da Silva Filho

Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. Pesquisador do Observatório das Metrópoles, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Maria de Fátima Guedes Chaves

Estatística pela Universidade de São Paulo e doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Universidade Estadual de Campinas e professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Marcelo Tavares de Lima

Graduado em Estatística pela Universidade Federal do Amazonas e mestrado em Ciências na área de concentração de Estatística e Experimentação Agronômica pela Universidade de São Paulo (USP).

Maria do Livramento Miranda Clementino

Professora Titular do Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Coordenadora da rede de Observatório das Metrópoles, núcleo do UFRN.

Patrícia Tavares de Freitas

Graduada em Ciências Sociais-USP, Mestre em Sociologia e Doutoranda do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Ricardo Antunes Dantas de Oliveira

Geógrafo - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - campus de Rio Claro. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - campus de Rio Claro.Doutor em Demografia – IFCH/NEPO/UNICAMP. Bolsista DTI/CNPq - LICTS/ICICT/ FIOCRUZ. Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/ UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Roberta Guimarães Peres

Socióloga, Mestre e Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi Diretora Técnica da Agência Metropolitana de Campinas – Agemcamp. Bolsista em Pós-Doutoramento da FAPESP – NEPO/UNICAMP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Membro da equipe do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Rosa Sebastiana Colman

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e mestrado em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco. Pesquisadora no Programa Kaiowá/Guarani-Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre populações Indígenas na Universidade Católica Dom Bosco, MS. Doutoranda no programa em Demografia IFCH/UNICAMP. Faz parte do Projeto Temático Observatório das Migrações em São Paulo.

Silvana Nunes de Queiroz

Doutoranda em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas-Unicamp. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA). Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Szilvia Simai

Doutora em Psicologia Social na Universidade de Londres. Bolsista Fapesp em Pós-Doutorado no Núcleo de Estudos de População (Nepo) da UNICAMP. Faz parte do Projeto Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/FAPESP/CNPq.

Tiago Augusto da Cunha

Doutorando em Demografia Programa de Pós-Graduação em Demografia Núcleo de Estudos de População (NEPO/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Bolsista CNPq

Thaís Mesquita Favoretto

Licenciada em Ciências Sociais e bacharelado em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, IFCH-UNICAMP.

Esse livro foi editado pela Traço Publicações e Design e impresso em papel pólen 80g/m² pela Gráfica Alternativa-Prol em julho de 2013 para o Projeto *Observatório das Migrações em São Paulo.*